

POLÍTICA

Autor: Aristóteles

Tradução: António Campelo Amaral e Carlos Gomes

Colecção: Vega Universidade/Ciências Sociais e Políticas

Direcção de colecção: João Bettencourt da Câmara

Prefácio e revisão científica: R. M. Rosado Fernandes

Introdução: Mendo Castro Henriques

Índices: Manuel Silvestre

© Vega (1998)

Direitos reservados em língua portuguesa
por Vega, Limitada

*Sem autorização expressa do editor não é permitida a reprodução
parcial ou total desta obra desde que tal reprodução não decorra
das finalidades específicas da divulgação e da crítica.*

Editor: Assírio Bacelar

Capa: J. Machado Dias

Fotocomposição, Fotolitos e Montagem:

Corsino & Neto - Gabinete de Fotocomposição, Lda.

ISBN: 972-699-561-2

Depósito Legal: 124395/98

Impressão e Acabamento: FERGRÁFICA - Artes Gráficas, S.A.

ARISTÓTELES

POLÍTICA

EDIÇÃO BILINGUE

NOTA PRÉVIA

João Bettencourt da Câmara

I.S.C.S.R. / Universidade Técnica de Lisboa

PREFÁCIO E REVISÃO LITERÁRIA

Raul M. Rosado Fernandes

F.L. / Universidade Clássica de Lisboa

INTRODUÇÃO E REVISÃO CIENTÍFICA

Mendo Castro Henriques

Gepolis / Universidade Católica Portuguesa

TRADUÇÃO E NOTAS

António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes

F.C.H. e F.T. / Universidade Católica Portuguesa

ÍNDICES DE CONCEITOS E NOMES

Manuel Silvestre

Gepolis / Universidade Católica Portuguesa

SBD-FFLCH-USP



207962

vega

48.2
4007 pp
1000

NS 1186576

DEDALUS - Acervo - FFLCH-FIL



21000045047

NOTA PRÉVIA

Segundo uma tradição já corrente na antiguidade, tanto a biblioteca como a obra inédita de Aristóteles (384-322 a.C.), incluindo a Política, teriam ficado sepultadas numa cavé de Scepsis, desde a sua morte, em 322, até serem recuperadas por Sula, em 80, o que explicaria o relativo esquecimento a que foi votada, mesmo pelos seus sucessores no Liceu de Atenas, durante esses mais de duzentos anos.

Os países também têm as suas caves, onde jazem descuradas as obras dos seus mestres e daqueles que mestres desses mestres foram. Não que Aristóteles não tenha sido lido e comentado em Portugal desde a Idade Média – e muito bem – ou que não haja versões em Português da Política, que as há várias: mas todas descendentes por via de outras línguas do original, esquecido em Scepsis pelos descendentes de Nuleu. Em suma, até agora, não havia entre nós nenhuma versão da Política como a presente, traduzida directamente do Grego para Português, incluindo o original de referência.

Em parte, por falta de iniciativa de investigadores interessados e de tradutores competentes para deitar mãos à tarefa – e para lhe suportar as responsabilidades: por isso, ficamos todos devedores a Mendo Castro Henriques, pelo impulso que deu e pelos cuidados com que acompanhou a tradução de dois outros académicos, António Campelo Amaral e Carlos Gomes, que, assim, ganham com ele o direito a um crédito permanente, na História da Cultura Portuguesa. Mas em parte também, devido à falta de editores capazes de suportarem os trabalhos e dias exigidos por uma

iniciativa deste alcance. Encontrou-se finalmente um, em Assírio Bacelar, a quem não tive qualquer dificuldade em persuadir da relevância e merecimento da empresa, que de pronto abraçou, com as naturais preocupações, mas também com o entusiasmo e a alegria de quem tem sempre entendido a sua actividade e vocação como um serviço a prestar à cultura portuguesa.

Aos nomeados e aos seus colaboradores, acima de tudo, cabem os méritos de agora se atenuar a dívida perante os Clássicos que não temos querido ou sabido suficientemente merecer. Ao Professor Rosado Fernandes, deve-se a revisão do texto grego, bem como um prefácio, que só podem enobrecer a edição.

Que o livro surja publicado na Colecção Ciências Sociais e Políticas, dispensa explicações. Mal irá o especialista, o estudante ou o simples interessado nestas áreas, que tenha achado poder dispensar-se de ler uma das suas capitais obras fundadoras. Como escrevia o próprio Aristóteles, no fecho anunciador da sua *Ética*, "devemos agora examinar todas as questões da politeia, ou constituição, para que possamos completar essa parte da filosofia que trata do Homem. (...) Qual é a melhor espécie de constituição? Qual é a ordenação ou estrutura de cada espécie de constituição? Quais os seus códigos estabelecidos de leis e de moral?" As respostas a estas e outras questões acham-se na *Política*, cuja leitura mostra que tanto a natureza humana como os problemas postos há quase dois mil e quinhentos anos e iluminados por soberba inteligência, pouco mudaram, retendo uma singular e perene actualidade. Filósofo, biólogo, literato, cientista social, Aristóteles pertence ao mundo daquelas imortais crianças a que (adaptando) se referia o velho do *Timeu*: "vós, os Gregos, sois todos crianças. Um Grego nunca é velho. Sois todos jovens pelo que toca à vossa alma, pois não tendes nela qualquer doutrina antiga nem saber encanecido pelo tempo". Como na última frase da *Ética*, "vamos, portanto, começar."

JOÃO BETTENCOURT DA CÂMARA
Março de 1998

À FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

PREFÁCIO

É um acto de coragem traduzir para Português um texto grego com matéria tão difícil como é a Política de Aristóteles. Em primeiro lugar, pela natureza mesma da concepção da obra, uma vez que tudo leva a crer que a sua elaboração em oito livros não tenha seguido uma redacção sistemática, mas seja antes a compilação de diversos logoi, ensaios ou lições, como quisermos traduzir, reunidos depois num volume. Em segundo lugar, porque o helenista português não dispõe de nenhum dicionário grego-português do nível dos que foram elaborados para as línguas inglesa, alemã ou francesa. É assim forçado a raciocinar e a deduzir em três línguas: o grego, a língua do dicionário que utiliza e o seu próprio idioma.

Em último lugar há que referir a própria matéria de Política, em que noções políticas pela primeira vez sistematizadas representam uma realidade social diferente da que hoje conhecemos, ainda que nessa altura se levantassem os mesmos problemas humanos do nosso tempo. A verdade é que a palavra polis, normalmente traduzida por "cidade", tem o valor real em Grego antigo de "cidade-estado" e pode abranger a parte urbana do referido Estado ou o seu conjunto em que se incluem as suas zonas rurais. A polis ateniense tanto abrange os cidadãos, cidadãos ou não, como os camponeses das terras de Ática. Casos há, contudo, em que só se refere à cidade contida nas muralhas e dominada pela Acrópole. A mesma ambiguidade é gerada por uma palavra como politeia, que tanto pode significar constituição, como sistema político, como até regime, tradução por que optam por vezes os tradutores portugueses, a meu ver, com grande sensibilidade política e linguística.

Os termos mais técnicos são mais facilmente transmissíveis para o leitor moderno por se referirem a situações específicas da política grega (como o caso da tirania por via eleitoral da *aisymneteia*; vid. livro III, 1285 a), mas nem por isso deixam de ser difíceis de traduzir para que sejam compreensíveis.

Considero que a tradução, apesar das dificuldades da tarefa, consegue, sem cometer anacronismos, dar ao leitor português um texto escrito em bom Português e além disso inteligível para qualquer leitor de cultura mediana.

Aristóteles tenta, no decorrer dos oito livros, fazer não só a análise do aparecimento da sociedade humana representada pela cidade-estado, como também sistematizar todos os seus elementos constituintes e todas as formas que no mundo conhecido de então podia assumir. Ao mesmo tempo que reúne factos antropológicos e sociológicos racionaliza pelo método comparativo as diferentes constituições então conhecidas, a que muito naturalmente correspondiam regimes políticos com diversas e por vezes antagónicas formas de governação.

Numa breve resenha podemos dizer que os livros I-III são constituídos por uma introdução em que o filósofo esboça a teoria do Estado em geral e classifica as várias constituições; nos livros IV-VI apresenta exemplos concretos que consubstanciam a natureza das constituições existentes, que correspondem ou não aos princípios da boa governação. Finalmente nos livros VII-VIII, este último livro não acabado, entra já no domínio da política ideal e nas formas de a atingir por meio da educação dos cidadãos, segundo métodos pedagógicos bem definidos.

Quando lemos o texto receamos cometer anacronismos na sua interpretação, mas é impossível não ver que o problema da riqueza das nações é o que mais o preocupa, uma vez que o equilíbrio entre ricos e pobres é determinante para o estabelecimento de uma classe de cidadãos a que hoje em dia chamáramos de "média", único remédio apontado por Aristóteles para evitar a agitação social. Por isso, vemo-lo examinar, no livro terceiro, as diferenças entre oligarquia, regime favorável aos ricos, que são poucos, e democracia, regime favorável aos pobres, que são muitos, e concluir que a verdadeira diferença entre democracia e oligarquia é a pobreza e a riqueza, ao passo que, diz-nos um pouco antes, a tirania, regime a que o excesso demagógico em geral conduz, é o governo de um só que para si próprio aufere vantagens exclusivas.

Vemos, pois, que o filósofo-naturalista, observador da Natureza, das plantas, dos animais, e dos homens, ao contrário de Platão, tem a noção

exacta da dimensão social do Estado e do ser humano que definirá, neste mesmo livro, como "animal político", ou seja, animal que vive na polis, o que quer dizer em sociedade.

Como naturalista, vê Aristóteles a sociedade organizada na forma de organismo vivo que descreve no livro I: é constituída pela célula familiar com as suas relações de poder entre senhor e escravo, marido e mulher, pai e filhos e finalmente na sua relação com os interesses do Estado. Esta célula observada relativamente a situações de bem-estar, da riqueza ou da pobreza, depende já nesse tempo de um instrumento financeiro criado recentemente na humanidade, que é a moeda, para cuja importância, como instrumento de troca, Aristóteles aponta, vincando bem o progresso que constitui para a Humanidade em geral.

Essa vida em sociedade estrutura-se por meio das constituições do Estado, examinadas comparativamente por Aristóteles no livro II em que recusa a utopia comunista e totalitária apresentada por Platão na República e nas Leis, aduzindo exemplos de outras constituições como a de Esparta, a de Creta e a de Cartago, e assim também todo o esforço legislativo de Sólon de Atenas.

Daí resulta que a natureza do Estado seja diferenciada conforme a organização política dos cidadãos, explica-nos o filósofo no livro III. Que cidadãos devem ter acesso ao poder, que formas políticas de governo devem eles constituir, um equilíbrio ou desequilíbrio entre facções da sociedade, entre ricos e pobres: Realeza, Aristocracia, Governo Constitucional são as formas correctas de governação, que depois devido à ambição e malquerença dos homens se podem transformar em Tirania, Oligarquia e Democracia, ciclo tripartido que já Platão criticava na República, e no qual também Aristóteles não encontra superiores virtudes, uma vez que pensa que a lei deveria ser soberana, só que há leis más ditadas por maus demagogos, maus legisladores.

São três os livros introdutórios perpassados pela dinâmica da sociedade humana e suas inevitáveis convulsões, ditadas pela procura do poder e do bem-estar, para um só, para poucos ou para muitos, eis as grandes diferenças.

Os três livros seguintes (IV-VI) apresentam exercícios evidentes sobre casos políticos existentes que divergem entre si mas que também se combinam, uma vez que o mérito, o número e a riqueza podem misturar-se em proporções diversas em formas aristocráticas de governação mais

ou menos oligárquicas ou mesmo democráticas, com excepção da tirania, que é a monarquia egoísta com fundamento na força, na irresponsabilidade e na impunidade.

Claro que o Governo constitucional se apoiará sobretudo sobre uma classe média e sobre os ricos, sendo cidadão todo aquele que puder empunhar as armas, o que quer dizer, pagar o preço pela sua aquisição.

Nada disso dispensa as formas de justiça necessárias para aplacar diferendos, e Aristóteles apresenta as diversas funções, são oito, do sistema judicial. Só esse equilíbrio poderá evitar revoluções (que trata no livro V), devidas a demagogos e aos abusos do poder. A monarquia desempenhada com moderação por um rei e não por um tirano é a forma que parece a preferida de Aristóteles, mestre do jovem Alexandre e contemporâneo de Filipe da Macedónia, com o qual mantinha relações de família já antigas.

Democracia e Oligarquia e as suas variadas formas e constituições serão analisadas no livro VI, do qual se passará para os dois últimos livros (VII e VIII) em que procurará estudar, ainda que de forma inacabada, o que já começara a discutir na Ética a Nicómaco, a forma do Estado ideal mais praticável, o número equilibrado de habitantes que deve ter, o território, a defesa deste, as instituições, as infra-estruturas de abastecimento, de água e comerciais, bem como religiosas e militares. Dentro desse Estado é indispensável proceder à educação dos cidadãos, procurando não só dar-lhes saber como prepará-los psicologicamente para as suas responsabilidades civis e sociais.

Passados mais de dois milénios sobre o texto, ainda hoje nos surpreende a observação levada a cabo por este filósofo, da escola de Platão, mas não utopista nem totalitário, que consegue estudar os sistemas políticos à dimensão humana, sem demasiado preconceito e com a serena abertura e o bom senso que acabaram por torná-lo manual indispensável no Ocidente a que pertencemos.

Esperemos que os leitores portugueses que vierem a consultar esta tradução portuguesa da Política aristotélica tirem o proveito da sua leitura que deverá consistir sobretudo no facto de que em todo o espaço que decorreu entre o seu autor e a nossa época os problemas de organização da sociedade civil e do Estado continuam sempre a depender de muitos factores não só económicos ou políticos, mas da simples vida humana e moral. Por isso nos recorda Aristóteles no início do livro VII o que já tinha defendido na Ética, pois é na ética, ou seja no comportamento ditado por

princípios previamente aceites, que deve assentar toda a acção governativa da sociedade em que vivemos, por parte dos governantes e governados. São princípios que então como agora pouco se alteraram, excepto no progresso da sua análise e aplicação nos diversos sistemas políticos que o Homem foi conhecendo através dos séculos.

RAUL M. ROSADO FERNANDES

23 de Setembro de 1997

Introdução à *Política* de Aristóteles

1. A obra

A *Política* de Aristóteles, embora talvez surpreendentemente, é um dos grandes clássicos da filosofia política, e em que pulsa o génio aristotélico da apreensão global de uma realidade. Adquiriu esse estatuto apesar de ser um texto incompleto e provisório, com imperfeições, repetições e remissões obscuras, e redigido a partir de uma primeira versão destinada ao ensino oral. Mas foi nesta sua obra genuína que o filósofo verteu o essencial de mais de quarenta anos de investigações da “filosofia das coisas humanas”, num discurso que reflecte a tensão entre duas orientações, a um tempo divergentes e reconciliadas: as experiências, inculcadas pela Academia platónica, da vida criativa racional que se dirige para o bem supremo, e a análise da multiplicidade das manifestações de uma realidade, neste caso a unidade política da cidade-estado.

O estatuto da *Política* surpreende menos se pensarmos que as propostas que nela emergem são a culminância de investigações presentes em obras entretanto perdidas e noutras que permaneceram. Entre as obras perdidas relevantes contam-se os quatro livros *Da Justiça* e os dois sobre o *Político*, sugeridos pelos diálogos de Platão; os tratados *Alexandre ou a colonização* e o *Da Monarquia*, preciosos para avaliar melhor a relação do autor com Alexandre Magno, e a desconfiança perante a criação de uma monarquia

mundial: das 158 constituições do mundo helénico, recolhidas pelos discípulos do Liceu, perderam-se todas excepto a *Constituição de Atenas*, escrita pelo punho de Aristóteles, possivelmente como modelo de redacção do *corpus*.¹ Por outro lado, a *Política* pode e deve ser comparada com obras que permaneceram e que expõem o papel arquitectónico da ciência política no conjunto do saber, tais como a *Metafísica* e o conjunto das *Éticas* (a Nicómaco, a Eudemo e *Magna Moralia*), remanescentes de tratados (como o *Protréptico*) e correspondência vária.

Tal como chegou até nós pela tradição manuscrita, a *Política*, mais que um tratado, é uma colecção de formulações (*logoi*), destinadas a servir de base à exposição oral. A crítica minuciosa estabeleceu indubitavelmente que os oito livros da *Política* não resultaram de um impulso criativo único, antes acompanharam o percurso do autor. Aristóteles foi membro da Academia Platónica desde 367 a. C., quando com dezassete anos chegou a Atenas vindo da longínqua cidade natal de Estagira, até à morte de Platão em 348 a.C. Após ensinar três anos em Assos e dois em Mitilene, foi tutor do príncipe Alexandre. Regressado a Atenas em 335 a.C. aí criou, e ensinou, no Liceu. Abandonou a cidade em 323a.C. “para evitar um segundo crime contra a filosofia”, e morreu no ano seguinte em Calcis, na ilha de Eubeia.

Tratando-se de obra não sistemática, e sem o fulgor imaginativo das construções platónicas que tanto impressionaram autores como Cícero e Agostinho, apagou-se a repercussão imediata da *Política* no mundo antigo – uma vez extinta a palavra que a animava – até a tradição hermenêutica a reavivar. A partir do comentário de Andrónico de Rodes, undécimo escolarca do Liceu, no séc. I a.C., e em particular do comentário de Alexandre de Afrodísias no final do séc. II d.C., Aristóteles tornou-se a base de todas as escolas de filosofia política no mundo intercultural da Idade Média – árabe, judaica e cristã. Se a *polis* é o domínio de actualização da natureza humana, para a compreender temos que compreender a natureza do homem que a forma. Os grandes medievais como Avicena, Averróes, Maimónides, João de Salisbúria, Marsílio de Pádua e, sobretudo, Tomás de Aquino, iniciaram aqui perspectivas inovadoras.

A recepção escolástica criou a impressão de um pensador sistemático, posição reforçada pelos humanistas do sec. XVI que exageraram a dissociação entre Aristóteles e Platão. Após o eclipse iluminista do aristotelismo, esse preconceito assumiu a forma de crença num autor que se libertara das

¹ Sobre o tema ver Werner Jaeger, *Aristotle: Fundamentals of the history of his development*, Oxford, O.U.P., 2.^a ed, 1967; trad. com acrescentos e correcções do autor, pp. 259-60.

dependências idealistas platonizantes. A situação agravou-se com traduções infiéis da *Política* que visariam estudar o “estado ideal”, dois anacronismos que, juntos, são muito perigosos. Os historiadores da filosofia especularam sobre a eventual evolução do jovem Aristóteles para o realismo da maturidade que ultrapassaria o idealismo platónico inicial. Quando idealismo e realismo como concepções sistemáticas da filosofia fizeram o seu caminho até à edição, a tradição romântica oitocentista chegou a reordenar a *Política*, numa pretensa sequência pristina dos tratados. Entretanto, a confusão ideológica persistente do séc. XX apresentou leituras diversas e contraditórias da obra. Aristóteles foi apodado de liberal, conservador, fascista, monárquico, republicano, defensor da classe média, defensor da aristocracia, xenófobo, e democrático. Não será difícil ao séc. XXI fazer melhor.

Como é regra geral, a simples leitura dos textos originais desfaz a maior parte dos equívocos hermenêuticos. A *Política* é uma obra unitária na qual convergem oito tratados relativamente independentes cuja datação aproximada e concatenação ficaram estabelecidas na interpretação clássica de Werner Jaeger, de 1928. No essencial, a sequência dos oito livros foi determinada pelo próprio Aristóteles no parágrafo final da *Ética a Nicómaco* (X,10,1181b19 e ss.): “Primeiro, procuraremos rever o que foi dito pelos nossos predecessores que investigaram este assunto. Depois, com base na nossa recolha de constituições, consideraremos o que preserva e o que destrói as cidades bem como as respectivas constituições e quais são as causas de que umas sejam bem governadas e outras não. Estudadas estas questões, podemos compreender melhor qual a melhor constituição, como cada uma deve ser ordenada e de que leis e costumes carece”.

Se respeitarmos esta intenção, tornam-se mais claros os arranjos sucessivos introduzidos na *Política*. Na forma actual, resulta de dois estratos cronologicamente distintos. No mais antigo, formado pelos Livros II, III, VII e VIII, transparece a preocupação de descrever o melhor regime de acordo com critérios (*horoi*) derivados de considerações sobre o bem. A melhor cidade será aquela em que for possível a felicidade obtida pela vida criativa da razão (*bios theoretikos*). A felicidade individual deve corresponder a cidade feliz (*polis eudaimon*) (1323b30). Nesta problemática platónica, Aristóteles introduz uma nova metodologia: em vez da construção discursiva (*en logois*) de uma cidade paradigmática que não existe na história, surge a tensão entre os critérios da cidade melhor e os regimes políticos actualmente existentes; a forma da cidade melhor tem que ser procurada na experiência política imanente.

Esta linha de investigação, que ocupou longamente Aristóteles e os discípulos do Liceu está na base do segundo estrato de livros: o inventário

dos regimes permite apurar as condições limitadoras da acção política e as possibilidades de aperfeiçoar a legislação. Os livros IV, V e VI descrevem os regimes constitucionais do mundo helénico, com base no imenso material recolhido. De forma por vezes prolixa, acumulam-se detalhes sobre os regimes de cidades e colónias da península Grega, Ásia Menor, Magna Grécia, e bacia do Mediterrâneo. Pormenores como a referência ao assassinato de Filipe da Macedónia em 336 a.C., em Atenas, ajudam a datar este segundo conjunto de livros. É possível que o livro V – sobre as revoluções – seja uma interposição posterior entre o IV e o VI. Com a redacção do livro I como introdução geral, ficou completo o tratado da *Política*, designado por acroamático, ou esotérico, por ser para ensino oral e que comporta os oito livros da versão final: I – A natureza da cidade e os seus elementos; II – A crítica das constituições; III – A teoria da cidadania e tipos de regime; IV – A pluralidade de regimes constitucionais; V – A teoria das revoluções; VI – Democracias e oligarquias; VII – A felicidade e o regime melhor; VIII – A educação dos jovens.

2. A natureza da cidade

A finalidade da obra é introduzida pela consideração de que cada cidade é uma comunidade política (*koinonia*) estabelecida em ordem a um bem (*agathou*) (I,1,1252a1-5 e II,1,1260b27). A cidade visa o bem maior porque abrange outras comunidades menores e porque possui uma auto-suficiência que as comunidades maiores não alcançam. A metodologia utilizada é a de análises e sínteses sucessivas que, tomadas isoladamente, aparecem como outras tantas simplificações e complicações mas que, vistas em conjunto, compõem um puzzle intelectual cujo desenho é sugerido pela finalidade presente em cada peça (I,1,1252a20 e ss.).

A primeira análise aborda as partes estáticas da comunidade política. A componente inicial é a família ou casa (*oikos*) com as relações entre marido e esposa, pais e filhos, senhores e servos. A sua finalidade é satisfazer as carências elementares quotidianas. A aldeia (*kome*) resulta da reunião de várias famílias ou casas; é regida por modelos derivados do poder paterno e satisfaz carências mais complexas. A cidade, enfim, resulta da associação de várias aldeias, e é uma comunidade superior que constitui o fim por natureza (*physis telos estin*) para o qual tendem as anteriores associações; caracteriza-se pela auto-suficiência (*autarkheia*) e por promover uma vida boa (*eu zen*); possui um poder político (e já não paternal) cuja natureza visa libertar o indivíduo dos modos deficientes e incompletos de

associação, abaixo ou acima do nível de plena realização da polis. A política é libertadora, contexto em que surge a mais célebre das fórmulas da obra: “o homem é, por natureza, um ser vivo político” (I,2, 1253a2-3).

As categorias deste pórtico da obra – natureza, finalidade, felicidade, bem, homem, cidade, ser vivo – tocam o centro da filosofia de Aristóteles. Uma das maneiras de aceder ao centro, é seguir o desenrolar da teorização do processo de busca do fundamento nas obras de Aristóteles. Se considerarmos *aition* o termo para expressar o fundamento procurado, necessitamos de categorias causais, ou etiológicas para abordar a vida política. Se privilegiarmos a finalidade (*telos*), carecemos de categorias teleológicas; se for *arkhe*, de categorias arquetípicas, ou de princípio. Mas quer abordemos a existência do homem político procurando causas, princípios, ou finalidades, deparamo-nos sempre com o fundamento de que participa a razão humana.

É necessário ter presente esta perspectiva global de Aristóteles; a natureza de qualquer realidade, seja criatura viva, instrumento ou comunidade, deve ser procurada num fundamento, apresentado como causa, princípio ou finalidade. A natureza do indivíduo humano só é realizável através da comunidade social e política. O indivíduo isolado torna-se insociável e apolítico, comportando-se “como um deus ou uma besta” (I,2,1253a29). A polis é, em parte, um processo biológico, em parte um processo da liberdade humana. O homem não é um animal gregário (*agelaton zoon*) mas um *politikon zoon* porque a comunidade assenta no discernimento do bem e do mal. E ao afirmar que “quem primeiro a estabeleceu foi causa (*aitia*) de grandes benefícios” (1253a30-31), Aristóteles situa a evolução da cidade no quadro da história. O impulso inicial do fundador e o processo político do legislador são tão decisivos quanto o processo orgânico de crescimento da cidade. A metafísica das causas, dos princípios e das finalidades não impede a livre intervenção do sujeito humano.

Na análise inicial da sequência casa-aldeia-cidade, anuncia-se a intenção de analisar as componentes da cidade segundo as relações entre marido e esposa, pais e filhos, senhores e servos mas a análise restringe-se a estas últimas (I,3, 1253b1-13). Aristóteles aceita a escravatura e considera-a mesmo desejável para os que são escravos por natureza (1255a1-5). Desde o nascimento, uns estão destinados por natureza a ser regidos, outros a reger; uns nascem livres, outros são escravos por natureza. Condena porém, a existência de escravos por convenção, resultantes de contrato ou conquista. Justifica a escravatura natural pela suposta incapacidade de certos homens se governarem a si mesmos; os escravos por natureza (*physei doulos*) devem submeter-se ao governo do senhor (*despotes*) no interesse deste e de si próprios (1254a10-15). Contudo, o poder conferido pela força não confere

o direito de escravizar prisioneiros de guerra, e menos ainda é lícito escravizar Gregos; o povo helénico é, por natureza, livre. Em paralelo com afirmações anteriores da *Ética a Nicómaco* (1161b3) alega ainda a necessidade económica: o escravo é um "instrumento animado" que maneja instrumentos inanimados (1253b1-8).

Tais afirmações sobre a escravatura são chocantes e mesmo indignas, na medida em que pretendem conciliar a existência da escravatura com uma ideia de natureza humana universal; noutros tempos, foram aproveitadas como justificação política. E contudo, não nos podemos permitir ser sentimentais neste tema. A categoria social de escravatura é recorrente na história; a ausência de liberdades (de circulação, de opinião, de reunião, de escolha) nos países comunistas antes de 1989, convertia a esmagadora maioria dos habitantes em escravos por convenção. Convém, ainda, assinalar que a condenação ética do escravo por convenção e a aceitação do escravo por natureza era um dilema significativo para Aristóteles que, por testamento, libertou os seus próprios escravos.

A problemática inovadora da economia no Livro I, 8-11 tem por objecto a riqueza doméstica embora os preceitos da "lei ou administração da casa", também se apliquem à cidade, pois dirigem-se ao pai de família e ao político. A economia destina-se a produzir bens de consumo próprio; a crematística (de *khrematizo*, ocupar-se de trocas por dinheiro) proporciona bens com vista ao lucro, exige a criação de dinheiro e funda-se na conveniência em facilitar as trocas. A forma de aquisição económica de riqueza consiste em obter os bens necessários à vida com moderação e sobriedade. Mas se a economia tem um limite porque o seu fim não é aquisição ilimitada, já a aquisição crematística de moeda é especulação (I,9,1257b25). O leitor que se surpreender por esta avaliação moral da economia (I,10,1259b1-2), decerto não está recordado dos motivos que levaram Adam Smith a investigar os meios de riqueza das nações em ordem a estabelecer os fins da economia, nem do debate, nas religiões cristã, islâmica e judaica, sobre o sentido da actividade económica.

O Livro II da *Política* transita da natureza permanente da cidade para a sua actualização, apreciando programas visionários e constituições. Surge a grande crítica a Platão, bem como a Fáleas de Calcedónia e Hipodamo de Mileto, a avaliação dos regimes de Esparta, Creta e Cartago e das legislações de Sólon, Filolau, Carondas e Pitaco. Através das lições derivadas de críticas e encômios vários, Aristóteles insiste num problema muito claro: os habitantes da cidade têm que possuir uma certa unidade. Mas qual? E quanta? E como? O problema teórico é saber o que deve ser possuído em comum, se todas as coisas, se nenhuma, se algumas. O mínimo comum imediatamente aceitável é o território. O máximo comum, a ser liminarmente

rejeitado, seria a posse comum de bens, mulheres e filhos como surge na intrigante proposta da *República* de Platão.

A demorada crítica a Platão pode suscitar a impressão de uma oposição ao platonismo; não é o caso num discípulo da Academia que continua o essencial do platonismo. A primeira crítica contra a comunidade somática de mulheres e filhos é realizada em nome da liberdade. O excesso de unidade liquidaria a cidade, dependente da acção individual dos seus membros. "A igualdade na reciprocidade é a salvaguarda das cidades, tal como já foi referido na ética, já que isto tem que ocorrer entre indivíduos livres e iguais" (1261a30-33).

Outra razão para recusar a uniformização é a teoria da amizade, a força viva de cada sociedade. A amizade (*philia* também pode ter a conotação de amor e comunicação) é a substância do relacionamento humano e a dinâmica de todas as relações sociais duráveis, e de onde os governos retiram estabilidade. "Acreditamos que a amizade é o maior dos bens para as cidades" (1262b7). Cada indivíduo apresenta-se como o centro de uma rede de relações diversificadas. Se nada existe para preencher essas relações, a cidade perde capacidades. Ora a comunitarização das relações sexuais faz desaparecer o relacionamento saudável de pais e filhos, e as excelências humanas que eles geram.

O terceiro argumento em prol do que chamaríamos, segundo Bergson, "sociedade aberta" é o da propriedade. "Existem duas coisas que fazem com que os seres humanos sintam solicitude e amizade exclusiva: a propriedade e a afeição" (1262b23-25). A propriedade comum dos bens é contrária ao amor próprio que irradia da individualidade para a propriedade privada. A regulamentação da propriedade deve permitir a cada um dispor de uma esfera de acção individual (1266b27 e ss.) sendo a desregulamentação a causa da maior parte das revoluções. Este ponto tem consequências programáticas evidentes. As causas das revoluções não residem na existência de propriedade privada mas no apetite ilimitado (*pleonexia*) de riquezas, que deve ser "domesticado" pela educação.

O conjunto das críticas à comunidade que Sócrates descreve na *República* é bem indicativo do realismo de Aristóteles. "Cada um pode imaginar hipóteses mas deve evitar o impossível" (1265a18). Esta impossibilidade não reside na descrição platónica da natureza do homem nem no sistema educativo proposto (*paideia*), mas precisamente nos meios imaginados por Platão que indicam falta de confiança no processo educativo e um radicalismo insustentável nas instituições. O excesso de uniformização da sociedade destrói a capacidade de actualizar as potencialidades humanas através da livre realização do bem.

3. A forma da cidade

O Livro III sobre a teoria da cidadania é o centro de gravidade da *Política*. Na versão original, corresponderia ao primeiro tratado; na forma definitiva da obra, esta investigação sobre o domínio de acção do legislador é mediadora entre a introdução à natureza da cidade, nos livros I e II, e as aplicações legislativas nos Livros IV, V e VI.

Aristóteles introduz agora a cidade como um composto, uma multidão diversificada (*plethos*), de que cada cidadão (*polites*) é uma parte. Além da natureza da cidade, o legislador tem que conhecer a *politeia* (regime, constituição, ordem constitucional, forma de governo, regime constitucional). Se a unidade política fosse apenas o resultado de um processo biológico, o teórico apenas teria que relatar o processo de crescimento, saudável ou doentio, e de corrupção. Mas a cidade-estado também resulta dos actos libertadores dos fundadores originais e dos fundadores permanentes que são legisladores, governantes e cidadãos que participam na vida política.

A comunidade de cidadãos (*koinonia politon*) é comparada a uma comunidade de marinheiros numa embarcação. Em ambas ocorre uma divisão de funções, cuja combinação de dinamismo e ordem é necessária à segurança na viagem. Analogamente, os cidadãos, embora desiguais, têm como tarefa comum a segurança (*asphaleia*) da comunidade (1276b 26-29).

Quanto à pergunta sobre o que é um cidadão, Aristóteles procede por eliminação de critérios. A residência no território é critério insuficiente porque estrangeiros e escravos também a podem possuir. O direito de processar e ser processado judicialmente é insuficiente; pode ser assegurado a estrangeiros mediante tratado. A descendência materna ou paterna também não basta; coloca um problema de *regressus ad infinitum*; e os fundadores da cidade acabariam por não se enquadrar no critério. Assim, cidadão é, verdadeiramente, o que participa na vida política, através de funções deliberativas ou judiciais; e designa-se por cidade a multidão de tais cidadãos em número suficiente para alcançar a autarquia (1275b15). Seguindo a concepção misógina corrente no mundo helénico, Aristóteles exclui da cidadania as mulheres, os estrangeiros residentes (*metekoi*) e os escravos, sendo as crianças e anciãos considerados "cidadãos imperfeitos". Esta listagem de exclusões mostra que Aristóteles tem dificuldades em criar um critério de cidadania. Aliás, acaba por admitir que a ascendência por via paterna é importante para se ser cidadão. A resposta não é teoricamente muito satisfatória, nem talvez fosse pretendida como tal. Aristóteles descobriu que, em ciência política, a noção de perfeição é singularmente vazia,

sendo mais importante investigar de que modo a natureza comum do político se actualiza de modo diferente nas inúmeras variantes constitucionais.

Esta nova problemática da tensão entre natureza (*physis*) da cidade e forma (*eidos*) dos regimes políticos é a resposta teórica aos materiais de 158 constituições helénicas. Em vez de procurar fazer coincidir natureza e forma para obter uma "cidade ideal" – desejável, mas impossível de estabelecer – Aristóteles verifica que as imperfeições dos regimes resultam da falta de protagonismo dos cidadãos livres e iguais que deveriam constituir o grupo predominante na vida política.

Esta preocupação é ética e política, e mesmo estética e religiosa, segundo os significados modernos destes termos. Se diferentes tipos humanos buscam a felicidade de diversos modos, forçosamente possuem diferentes formas de governo. Cada polis é uma multidão com tipos humanos extremamente diversificados; segundo Aristóteles apenas um pequeno grupo de indivíduos responsáveis (insistentemente designados por *spoudaioi*) atingirá uma estatura moral completa ou perfeita (*teleotes*); outros serão bons cidadãos, sem serem forçosamente homens de bem: outros nem possuem os requisitos necessários para a cidadania, tal como os metecos. No grau inferior desta escala estarão os escravos por natureza. E a escala é ainda mais complicada devido a interferências de sexo, idade, profissão, posição económica e destino pessoal (*tykhe*), condições da sociedade e da civilização e factores geográficos e étnicos. A variedade de tipos humanos resultante é enorme e mostra-nos uma sociedade pluralista. Para efeitos de descrição, podemos concentrar-nos nos dois pólos opostos desta escala social: o indivíduo responsável e o escravo (*spoudaios* e *doulos*).

Aristóteles está consciente de uma aporia. Como pode a diferença de tipos humanos reconciliar-se com a ideia de unidade da natureza humana? Tendo o escravo capacidade de virtude, como se distinguirá do homem livre? E se é humano, como pode deixar de ter racionalidade? A sua solução reside na descrição de caracteres em termos de predominância de um dos componentes. A diferença entre seres humanos é de espécie, e não de grau nem de género. Aristóteles sustenta a igualdade da natureza humana, a par de diferenças de personalidade. A desigualdade evidente entre homem livre e escravo não significa uma diferença de natureza. A natureza é idêntica para todos devido à razão, mas a disposição interna desta é extraordinariamente diversa. O escravo por natureza é um caso de máximo afastamento das virtudes dianoéticas e éticas, e na mente de Aristóteles, também as mulheres e crianças se afastam desta culminância.

Quanto ao homem responsável (*spoudaios*), Aristóteles segue a mesma metodologia de descrição do carácter em termos de predominância de um

dos três componentes da alma: desejo, vontade e razão. Em *Ética a Nicômaco* (1095b14 e ss.) definira os três tipos de busca da felicidade que se caracterizam pela predominância respectiva do desejo, da acção e da contemplação criadora, por parte do intelecto humano. Nas correntes filosóficas da época e na Academia em particular, existiam as pressões para desvalorizar a vida do desejo e para o filósofo se retirar da vida política. Era o que se verificava nas propostas de cínicos, cirenaicos e megáricos e no posterior sucesso das correntes estóica e epicurista. Mas, sem abdicar do primado da razão – científica, artística e mística – Aristóteles é resolutamente a favor da vida política, ou vida activa, como meio de alcançar a felicidade.

A cidade não existe apenas para viver; justifica-se ao proporcionar uma vida do bem; caso contrário também poderia existir uma cidade de escravos, ou de animais. Quando um grupo realiza a excelência humana, deve tornar-se representativo da cidade e criar um regime político em que conflua a natureza e a melhor forma. O melhor regime será aquele em que o grupo governantes exibir a excelência humana, em particular as virtudes éticas e dianoéticas em vários graus de actualização. A felicidade (eudaimonia) será alcançada mediante a vida activa proporcionada pelas virtudes dianoéticas (Ética a Nicômaco, 1178b7 e ss).

Uma interpretação moralista diria que o fim do governo é tornar os homens virtuosos, subordinando a política à ética. Mas pelo contrário, para Aristóteles, é a ciência política, a ciência da conduta do homem em sociedade, que engloba a ética, ciência da conduta individual do homem formado pelo intelecto (nous). A *Política* de Aristóteles resume os preceitos finalista e eudemonista da sua ética: “Todos aspiram a viver bem e à felicidade” (II, 13, 1331b39). Toda a acção humana está orientada para o bem e para a felicidade que se define como criatividade da alma dirigida pela virtude perfeita (EN, I, 13, 1102a5). A virtude mais humana consiste na busca do bem e da felicidade (EN, II, 5, 1105b20).

As excelências, ou virtudes, humanas apenas são realizáveis na esfera da sociedade política (III, 9, 1280b5). A cidade não é apenas uma comunidade de lugar, nem um recinto amuralhado cujo fim seja evitar a injustiça e facilitar as trocas comerciais. O fim da comunidade política é assegurar aos cidadãos a vida boa (eu zen). A vida boa é conforme à virtude: “Não só se associam os homens para viver, senão para viver bem (caso contrário haveria cidades de escravos e de animais. E isto é impossível porque estes não participam da felicidade)” (III, 9, 1280a30). Por “vida boa” não se deve entender abundância de bens materiais que caracteriza o que correntemente se chama a sociedade de consumo, ou mais vulgarmente a “boa vida”. Os

elementos apresentados sublinham que “a cidade é uma comunidade de homens livres” para viver bem (III, 6, 1279a21).

Apesar de tudo, estas respostas parecem demasiado teóricas para resolver os problemas da vida política. Outras conclusões seriam possíveis, se outros fossem os termos médios. Poderia, por exemplo, conceber-se um ideal de existência semelhante ao das comunidades órficas ou das escolas filosóficas, que estavam a iniciar processos semelhantes ao que o cristianismo designaria por santificação da vida. Mas tais propostas seriam consideradas perigosamente apolíticas por Aristóteles.

Uma segunda possibilidade seria conceber a unidade política segundo o modelo da monarquia mundial sob a hegemonia da Macedónia. Que sucederia se aparecesse um indivíduo ou um grupo de indivíduos superiores pelas virtudes? Aristóteles indica que se um homem se destacasse acima de todos os outros, não deveria ser tratado segundo as regras correntes; seria “como um deus entre os homens”, passagem que alguns interpretam como referida a Alexandre Magno, embora nada no texto o sugira (III, 13, 1284a3-11). Sabemos que Aristóteles aprovava o plano de guerra defensiva de Alexandre, herdado de Filipe, contra as satrapias persas da Ásia Menor, a fim de preservar as cidades helénicas da área; mas discordou da transformação deste projecto em ofensiva para a conquista e criação de uma monarquia mundial. Tal império exigiria uma violência que desaprovava. Noutro contexto, referindo a identidade da felicidade com a actividade virtuosa, explora a hipótese de o poder supremo ser o mais excelente dos bens porquanto permite realizar acções nobres; a hipótese é rejeitada: a excelência inicial seria perdida com a violência da conquista do poder (1325a 34 e ss).

A vida activa da cidade-estado de homens livres é, pois, o modelo definitivo de existência humana em sociedade. A antropologia e a ética esclareceram o significado da felicidade na dimensão pessoal; a melhor comunidade é a que proporciona a melhor vida ao indivíduo. A ideia teórica é convertida em critério (*horos*) para julgar a cidade e as categorias são transferidas: o homem responsável (*spoudaios*) tem o seu paralelo na idade responsável (*spoudaia polis*) (1332a33); o homem feliz na cidade feliz (*polis eudaimon*) (1323b31 e 1333a32-b5). A felicidade da cidade é alcançada quando todos os estratos da existência humana estiverem desenvolvidos. Aristóteles tem um evidente orgulho helénico, e considera a Hélade como o centro do mundo (literalmente o umbigo, *omphalos*) e assim a pretende manter sem unificação política do mundo. De acordo com sua teoria da distribuição dos caracteres étnicos, combinam-se na identidade helénica o ânimo (*thymos*) típico dos povos da Europa e a habilidade (*tekhné*) dos

povos da Ásia (1327b20). Cada cidade-estado helénica deve ter um fim em si mesma e unificar-se sob a acção do indivíduo responsável. Pensar o indivíduo, a cidade e o divino sob o modelo da auto-suficiência, e no quadro do cosmos, eis o modelo que melhor transmite a grandeza e os limites do próprio Aristóteles.

4. Natureza, forma e legislação

Após analisar a natureza da cidade nos livros I e II, a observação das evoluções constitucionais, Aristóteles introduz a categoria de forma. Mas no livro III, o regime (*politeia*) como forma da cidade perante a matéria que são os cidadãos, levanta duas novas dificuldades. Por um lado existem indivíduos que pertencem mas não participam na vida da cidade; são membros da cidade, mas não são cidadãos segundo a forma. Por outro lado, as características de homem de bem e bom cidadão só coincidem em circunstâncias excepcionais. Para evitar a ruptura da filosofia das coisas humanas — de que a consequência prática seria entregar o governo aos expedientes sofisticos ou aos tiranos e remeter o indivíduo para a existência amorfa e apolítica — Aristóteles solicita ao legislador que se aproxime da natureza. É preciso a todo o custo sustentar a cidade como a comunidade em que o homem se pode realizar. O problema reside nas categorias que descrevem este processo.

A raiz das dificuldades é conhecida e resulta da aplicação de categorias ontológicas, criadas para analisar a natureza, aos problemas da existência humana pessoal, social e histórica. Forma e matéria foram categorias concebidas para definir entidades como organismos, artefactos, e acção intencional (cf. *Física* II, 3; *Metafísica* I, 9 e XII, 3). A forma é imposta à matéria num animal; a figura é imposta pelo artesão ao material; a intenção é a forma imposta aos meios para alcançar um fim. O próprio Aristóteles reconhece as dificuldades de transformação das categorias em tópicos fora do âmbito original. Se as categorias forem aplicadas a uma polis, a *politeia* será a forma e os cidadãos a matéria? Todos, então, deverão ser cidadãos? Ou só os que participam na governação e eleição? Numa tirania ou oligarquia seria impossível, porque os homens livres perdem o direito de eleger; ao contrário do que sucede em democracia. Talvez só em democracia o cidadão seja participante no processo de decisão. Mas reter o regime como a forma da cidade e os cidadãos como matéria provoca novos problemas: uma cidade muda de identidade cada vez que muda de regime? E o homem

de bem pode ser mau cidadão, e o bom cidadão cumpridor das leis, um indivíduo moralmente detestável? A tensão entre as exigências da ética e da política torna-se in comportável e a unidade ético-político destruída. Aristóteles não modificou o paradigma de análise. Porquê? Que motivos tinha para assim proceder? ²

Aristóteles estava consciente que o regime constitucional (*politeia*) não poderia ser construído como essência ou forma da sociedade porque não possui estatuto ontológico próprio; é uma rede de instituições políticas no tempo histórico. Acresce que a forma política da cidade é apenas uma fase de um ciclo mais amplo; constituído por realza, aristocracia, oligarquia, tiranía e democracia. A primeira exposição deste ciclo remonta a Heródoto; Platão conferiu-lhe um alcance geral para todas as cidades helénicas. Ademais, a unidade da civilização helénica prolongava-se no passado até aos Aqueus, como narrado na epopeia de Tróia, e até Creta, através dos mitos atenienses de Teseu. Finalmente, o futuro imediato estava marcado pela expansão macedónia e pela conquista da Ásia por Alexandre. Em virtude da unificação macedónia, desaparecera a independência das *poleis* helénicas, comprometida pelas longas guerras civis que se sucederam à épica resistência contra as invasões persas.

Uma vez que estes dados eram óbvios, é preciso justificar por que razão a *Política* não sistematiza a sequência regime — ciclo político — nação helénica — história grega — comparação entre civilizações e porque elege a polis como unidade política exclusiva. Aristóteles extrai um modelo das investigações históricas, mas insiste em articular a essência da polis. Isso é sustentável, desde que se admitam pressupostos: a natureza do homem actualiza-se através do cultivo da vida contemplativa (*bios theoretikos*); a manifestação da humanidade só é possível numa cidade-estado. Nenhum destes pressupostos é hoje admissível num quadro de referências muito mais diferenciado pelo cristianismo e pela modernidade, e também pelo anti-cristianismo e pela pós-modernidade.

O erudito poderia ficar satisfeito com este estado da questão; o filósofo e o legislador não. Se a constituição é aperfeiçoável, então há todo o interesse em conhecer a estrutura empírica da cidade. Não se trata da famigerada intervenção do “realismo” de Aristóteles a suprir um pretensão “idealismo”; é precisamente a decisão teórica de Aristóteles de cercar a investigação à cidade-estado, que o obriga a efectuar a análise da forma constitucional.

² Sobre esta problemática, cf. Eric Voegelin, *Plato and Aristotle*, Baton Rouge, LSU Press, 1957.

5. A pluralidade de regimes constitucionais

A partir do cap. 6 do Livro III, começa o exame dos tipos de ordem constitucional mediante uma nova definição de *politeia*: “Um regime pode ser definido como a organização da cidade no que se refere à diversas magistraturas e, sobretudo, às magistraturas supremas; em qualquer cidade, o elemento supremo (*kyrion*) é o governo, e o governo é o próprio regime” (1278b8-11). A parte determinante numa democracia será o povo, numa oligarquia o grupo dirigente, e assim sucessivamente. Um segundo critério de diferenciação entre regimes é o interesse comum (*sympheron*). Ao invés das constituições justas, as injustas apenas olham aos interesses particulares dos governantes: “os regimes que se propõem atingir o interesse comum são rectos, na perspectiva da justiça absoluta; os que apenas atendem aos interesses dos governantes são defeituosos e, todos eles, desviados dos regimes rectos” (1279a16-20).

Da combinação destes dois princípios resulta a célebre classificação dos seis tipos de *politeiai* em duas séries de regimes, rectos e desviados. Consciente das limitações desta classificação jurídico-política de origem platónica, que não se coaduna à realidade política, Aristóteles corrige-a com uma preocupação social e económica. Como, em regra, os ricos são poucos e os pobres muitos, democracia e oligarquia são os regimes mais frequentes. Mas existe um terceiro grupo de indivíduos que intervém nos conflitos políticos – os virtuosos – sejam mais ricos ou mais pobres. Cada um destes três grupos pretende governar a cidade fundado num critério parcial de justiça; os pobres falam em nome da liberdade, os ricos devido à posição económica, os virtuosos pelo desempenho da excelência: o conflito político entre estas pretensões é inevitável.

Afinal, trata-se da questão da justiça. Segundo Aristóteles, a justiça consiste na igualdade de tratamento para os iguais e no tratamento desigual para os que têm méritos desiguais. Quando um destes princípios parciais de justiça é aplicado isoladamente, cria conflitos: os possuidores de riquezas tendem a generalizar a sua desigualdade relativa; os que são iguais em liberdade de nascimento, generalizam esta sua característica (1280a7-25). O conflito entre ricos e pobres não pode ser resolvido em favor exclusivo de uma das partes, nem minorado por uma solução contratual. A visão ambiciosa de Aristóteles exige que a cidade seja mais do que uma associação fundada para a segurança e defesa e para a troca de bens. A cidade é uma comunidade de aldeias e de famílias, baseada na amizade entre seres humanos e a amizade apenas se alcança através da realização do supremo bem. A sobrevivência digna exige a participação dos indivíduos virtuosos;

não é um luxo. E nesta elevação do problema politológico do conflito de classes – que reconhece como grave – ao nível da consideração ontológica sobre os fins da existência humana, podemos apreciar a consistência do método de Aristóteles.

Uma vez que não existe uma solução final dos conflitos sociais, as soluções possíveis assentam no estabelecimento de uma ordem justa que beneficie a cidade e cada cidadão (1283a35). “A justiça é própria da cidade já que a justiça é a ordem da comunidade de cidadãos e consiste no discernimento do que é justo” (I, 2, 1253a35 e ss.). A justiça deve regular as relações sociais entre os membros da cidade, de modo a conferir-lhes fundamento. A justiça política (*politikon dikaion*) própria do homem articulado em sociedade, tem dois aspectos: a obediência às leis, às quais se deve ajustar a conduta dos cidadãos, e o critério de igualdade (*isonomia*) não para todos, senão para os iguais, já que a desigualdade parece justa, e é, com efeito, não para todos, senão para os desiguais (II, 9, 1280a2-14).

Tal como a natureza impulsiona os seres humanos a agruparem-se em comunidade, também as leis fundamentais (*nomoi*) possuem uma origem na natureza. Aristóteles distingue entre leis escritas (*oi kata gramata nomoi*) promulgadas pelo legislador, e leis não escritas ou consuetudinárias (*kata to ethe*). Pronuncia-se pela superioridade destas (III, 16, 1287b5-8) sendo que à sua força deriva do hábito e do costume e ganha vigor com o decorrer do tempo (*diakhronon plethos*) (II, 8, 1269a20). A supremacia da lei é fonte de força para a comunidade e de estabilidade para a constituição. Por isso mesmo, é melhor ser governado por leis do que por homens, sempre sujeitos às paixões (III, 15, 1286a15).

As dificuldades em encaixar estas novas peças do puzzle politológico são resolvidas pela célebre apresentação das formas de regime político como fases de um ciclo histórico (1286b8-22). A realza surgiu como forma primitiva de governo quando um homem preeminente em virtude impôs as suas qualidades de fundador da cidade com proveito comum. Quando este governo virtuoso fez crescer a prosperidade, surgiu um grupo de barões que não aceitavam submeter-se e criaram uma república aristocrática. Quando esta classe de aristocracia degenerou e enriqueceu a expensas da população, surgiram oligarquias sem o sentido da honra. A concentração da riqueza nas mãos de um só indivíduo gerou a tirania. A tirania, enfim, cedeu o lugar aos regimes dominados pela plebe urbana, massas de homens livres apenas no nome, mas sem a virtude de saber governar em democracia. Aliás, devido ao crescimento populacional, a democracia tornou-se a única constituição aceitável na área helénica.

Os tipos básicos de regime, o conflito de classes sociais e o ciclo de evolução dos regimes, são três variantes de análise política que podemos designar de constitucional, sociológica e histórica. Nenhuma é suficiente. A classificação político-jurídica de boas e más constituições falha devido ao critério abstracto da observância das leis já que "as leis devem ser feitas segundo a constituição e não a constituição segundo as leis" (1289a13-15 e ss) e "as leis devem ser estabelecidas de acordo com o regime" (1282b9-10). Uma vez que a constituição depende dos diversos grupos sociais, torna-se necessário analisar o respectivo equilíbrio de forças. Estabelecida a exigência de equilíbrio entre as pretensões de vários grupos, a análise é inconcludente porque não lhes determina a força. A classificação histórica situa o regime no ciclo da evolução provável; mas é evidente que o processo de deterioração e corrupção da virtude dos fundadores pode — e deve — ser contrariado pela intervenção justa e oportuna dos legisladores.

A estes três princípios acrescentam-se outros tais como condições geográficas, acidentes históricos, o carácter e o número da população. Atinge-se, assim, uma pluralidade de formas constitucionais que faz juz ao génio aristotélico de inventariação dos materiais empíricos. Seria empobrecedor unificar os diversos tipos de análise, ou eleger um como determinante. Uma vez mais assistimos ao trabalho da entelêquia. Aristóteles não articula a finalidade para onde se encaminha a análise para não antecipar indevidamente as particularidades investigadas; mas o *telos* patente é o espectáculo da ordem e da desordem políticas que se manifesta na pluralidade de constituições nos Livros IV, V e VI.

6. Os vários regimes preferíveis

A coexistência de princípios gerais e materiais empíricos, exige critérios de classificação. Como, por seu turno, estes critérios dependem de princípios de apreciação do que é melhor para a cidade, o problema do regime melhor não se pode reduzir a uma fórmula política definitiva. Da interacção entre elementos paradigmáticos e pragmáticos, Aristóteles extrai um programa muito claro, no início do Livro IV. Compete à ciência política examinar, sucessivamente, "a melhor forma de regime em absoluto"; "a forma melhor tendo em conta as circunstâncias"; "a forma de regime que se estabelece segundo um pressuposto"; e "a forma de regime que melhor convém ao conjunto de todas as cidades" (1288b22-38).

A fim de cumprir este ambicioso programa nos livros IV, V e VI que correspondem à fase tardia da *Política*, Aristóteles introduz uma nova

metodologia de análise. Compara a cidade a um animal com vários órgãos, em número definido mas formatos diversos. Analogamente, cada cidade possui conjuntos variáveis de determinadas funções necessárias: agricultores, trabalhadores manuais, mercadores, artesãos, militares, juizes e membros da assembleia, magistrados e ricos proprietários. Como são possíveis diversas combinatórias destas funções, o número de regimes a analisar é muito extenso. Ao esquema abstracto, seguem-se considerações concretas. Duas destas funções podem surgir no mesmo indivíduo; é possível ser simultaneamente artesão e deliberador, guerreiro e magistrado: rico e pobre ao mesmo tempo é que é impossível. Como riqueza e pobreza são as partes eminentes (*malista*) da cidade, oligarquia e democracia tornam-se os regimes mais eminentes e em função dos quais todos os outros devem ser analisados (1290b21-1291b13). O debate sobre estes dois regimes ocupa a melhor parte do Livro IV e todo o Livro VI, embora também se analise a realza, a aristocracia, e o regime constitucional. Todo o Livro V estuda as revoluções com o objectivo de preservar a estabilidade da cidade (1301b27). As revoluções resultam do agravamento de incidentes mínimos. Entre as suas causas contam-se ressentimentos, insolência, medo, desprezo, inruga, acção de demagogos; mas todas estas causas, algo psicológicas, resultam da desigualdade de condições sociais e da parcialidade no exercício da justiça por parte dos governantes.

"A melhor forma de regime em absoluto" é apresentada através de uma redefinição do regime aristocrático, já debatido no Livro III. O essencial da aristocracia é a "identidade absoluta entre homem bom e bom cidadão" (1293b6-7). Todos os regimes políticos se tomam deficientes relativamente à aristocracia como a melhor constituição (*orthotatos*). Existe uma pseudo-aristocracia em que a escolha segundo a riqueza ou o nascimento substitui o critério da meritocracia. Os regimes aristocráticos ou permanecem pouco acessíveis ou aproximam-se dos chamados regimes constitucionais.

O regime que "melhor convém ao conjunto de todas as cidades" deve reflectir uma vida moderada, uma vez que, de acordo com os princípios da *Ética*, a vida feliz decorre conforme à virtude, e a virtude é um justo meio (*mesotes*). Ora em todas as cidades há um estrato social com uma quantidade média de posses. Se acrescentarmos que a riqueza excessiva gera a insolência e a pobreza gera a criminalidade e malícia; e que a amizade apenas cresce entre os que são iguais em qualidades; estão reunidos todos os elementos para o legislador confiar na classe média como o bastião mais seguro da cidade. Este "outro melhor" regime diminuiria o conflito entre ricos e pobres (IV, 11 e 12). E mesmo que tenha de actuar num regime que não seja

imediatamente favorável – oligárquico ou democrático – o legislador procurará favorecer a classe média.

Para Aristóteles não se tratava apenas de uma recomendação teórica; era um dado comprovado historicamente e com repercussão directa na sua vida. Na década iniciada em 350 a.C. Hermias de Atarneia elevava-se da condição humilde até à situação de tirano, sob a protecção persa. Entrando em contacto com os platónicos Erasto e Corisco da vizinha cidade de Scepsis, acabou por seguir-lhes os conselhos, transformando o regime tirânico em moderado, concedendo liberdades à classe média.³ Quando Aristóteles saiu de Atenas em 347 a.C. dirigiu-se para Assos, cidade entretanto concedida aos conselheiros platónicos. Aí casou com Pítias, sobrinha e filha adoptiva de Hermias. O êxito deste levou a que várias cidades se lhe tenham submetido e a esfera de influência helénica na região alargado, a ponto de os Persas se sentirem ameaçados. Hermias foi atraído a uma armadilha em Susa e torturado para confessar segredos de relações diplomáticas com a Macedónia. Dídimo deixou registadas as últimas palavras do governante antes de ser crucificado. “Digam aos meus amigos e companheiros (*pros tous philous kai hetairous*) que nada fiz que desmerecesse a filosofia”; um breve mas grandioso tributo. A autenticidade do episódio e a sua importância decisiva para Aristóteles é comprovada pelo hino à Virtude que depois, corajosamente, escreveu em Atenas, em tempos de impopularidade da aliança macedónia, e em que reveste de formas poéticas estes factos históricos bem conhecidos. As condições de Atarneia, contudo, eram excepcionais. Como a classe média é pequena, são mais correntes as oligarquias e as democracias. Em parte nenhuma existem “cem homens bons e bem-nascidos” que possam executar a política de moderação que convém à classe média (1302b39-1302a3). E a mais importante recomendação pragmática de Aristóteles adquire o som mais de um lamento do que de um programa.

Os livros VII e VIII reafirmam que o melhor regime é o que permite a mais plena actualização da natureza humana. Após breve exposição da teoria dos bens, da felicidade, das partes da alma, da auto-suficiência e de outros pontos de antropologia, Aristóteles introduz o estudo inovador das *khoregiai*, os condicionalismos a que o legislador deve atender. Se as condições de população, território, localização e carácter natural forem

³ É a Hermias e seus companheiros que Platão dirigiu a Carta VI onde recomenda a criação de uma fraternidade entre os governantes da cidade de Atarneia. Sobre o tema ver Werner Jaeger, *Aristotle* (...), 1967, pp. 111-120.

insatisfatórias à partida – território e população excessivas ou escassas, economia desregulada, carácter servil do povo – nem o melhor legislador pode agir bem. Deve procurar, pois, a quantidade de população necessária à auto-suficiência; território com autarcia agrícola e facilmente defensável; próximo do mar mas não tanto que o influxo de estrangeiros através de porto descaracterize a cidade; quanto ao carácter, o dos helenos parece o mais adequado, mas não dispensa a educação cívica.

A polis é redefinida como um conjunto (*systasis*) do qual nem todos os componentes são considerados partes, embora todos sejam indispensáveis. A cidade carece de quem a alimente, defenda, administre, governe, negocie. Mas como a cidade é uma associação de indivíduos semelhantes em busca da vida melhor, e como a actualização da natureza humana é difícil, nem todos podem partilhar na associação de iguais. Na cidade melhor, os cidadãos membros da associação governante devem ter o lazer necessário para desempenhar os cargos de modo excelente. Por isso, guerreiros, oficiais e sacerdotes devem possuir a maior porção da propriedade. Os ricos têm grandes propriedades mas estas são um instrumento (*organon*) (1264b8-25) e, mesmo que incluam seres vivos, não formam parte da cidade.

Será isto “fascismo”? Ou oligarquia dos virtuosos? Ou platonismo às avessas? Para avaliar Aristóteles, é preciso ter presente que o seu problema teórico é o de identificar o melhor regime político para a manifestação das excelências humanas. Onde existe um grupo humano suficiente para o estabelecer? Não existem “cem homens capazes”, nem Aristóteles está a sugerir uma teoria da conquista do poder e do golpe revolucionário. Resta que só a democracia urbana pode ter estabilidade em época de proliferação das massas. Mas esta necessidade histórica não substitui um critério de apreciação, aliás, para bem da própria democracia e da classe média.

No cap.7 do Livro VI começam as reflexões sobre educação que ocupam todo o curto Livro VIII. O contexto serve para reiterar o princípio da complementaridade entre natureza e cultura. De facto, se a existência da cidade depende de circunstâncias materiais externas, também depende do esforço educativo. A finalidade educativa é a formação de homens livres com excelências éticas e dianoéticas através dos saberes liberais. Daqui emerge a questão da separação entre negócio (*askholia*) e ócio (*skhole*). Os negócios existem em função do lazer, a guerra em função da paz e as coisas necessárias em função das coisas nobres. A educação não deve servir só o necessário e o útil, nem só a guerra, como em Esparta. Além disso, a

educação não é um jogo que visa relaxar e divertir após o trabalho; deve preparar o homem para as actividades criadoras da vida activa. Mesmo os jogos das crianças devem ser antecipações das futuras actividades criativas. Após as recomendações sobre o ensino da música, o manuscrito interrompe-se antes de tratar a leitura e a escrita, a ginástica, e o desenho. O programa educativo que actinaria sobre as pré-condições étnicas e psicológicas da população, para realizar a ordem política, fica incompleto.

7. A ciência política

A *Política* é um verdadeiro puzzle intelectual que só a tradição política helénica global ajuda a resolver. Mas ao longo dos meandros da obra, Aristóteles nunca perde de vista a coincidência entre o ponto de partida e o ponto de chegada: a política é a actualização da natureza humana. Pelo caminho, fica o campo extensíssimo da acção humana, delimitado pela teoria antropológica no início da *ética* (Livro I) e pela descrição do melhor regime no final de *Política*. O procedimento desta filosofia das coisas humanas (*philosophia peri ta anthropina*, *Ética a Nicómaco*, X,10,1181b15) é descritivo e valorativo: para compreender a unidade política, é preciso compreender o homem que dela faz parte; e se tivermos noção de actualização da natureza humana podemos ter critérios para julgar o valor da cidade-estado.

Assim se compreende que o texto da *Política* que chegou à posteridade constitua a segunda parte de uma ciência política (*episteme politike*) cuja primeira parte é a *Ética*. A ética estuda o que é o bem supremo, a partir do conhecimento da natureza humana e procurando saber em que consiste a felicidade (*eudaimonia*). A finalidade da ciência política é estudar o bem humano na vida política sendo a *eudaimonia* da polis mais completa que a do indivíduo (1094b7-1). Em paralelo com as finalidades últimas da vida humana — prazer, poder e razão — Aristóteles distingue entre ciências teóricas, ou sobre a razão; ciências produtivas que visam as técnicas de bem-estar; e ciências práticas entre as quais se contam a *Política* cujo objecto é o interesse comum e governo da cidade; a *Economia*, que é ciência da administração da casa e da família; e a *Ética*, que é a ciência da conduta do indivíduo formado. Neste momento fundante da filosofia prática, a ciência do agir público do homem como ser racional (*zoon noun ekhon*) Aristóteles não ignora as formas de acção do que cobiça, pretende ou abusa do poder. A ciência prática analisa a acção dos fundadores de cidade e a anarquia de multidão; a excelência da razão e a psicologia de tiranos que gerem as massas através de desejo, temor e cupidez. É bastante claro que Maquiavel veio deslocar

a tónica da observação política, vendo menos que a ciência política clássica como demonstrou Leo Strauss.

Ao longo do séc. XX, numa época de plena constituição das ciências humanas, reconhecemos melhor como a universalidade do empreendimento aristotélico, lançou as bases do que hoje chamamos Direito Constitucional, Economia, Teoria da História, Antropologia, Psicologia Social, Sociologia, Relações Internacionais, Ciências Militares. O que a filosofia das coisas humanas abrange, é impressionante: a ética como ciência do carácter do homem de bem; a política como ciência da natureza, forma e ciclo das unidade político-sociais; a supremacia da justiça; os critérios aristocráticos da cidade; a recomendação da classe média; a fundamentação da justiça na amizade. Por tudo isto, a filosofia política ocupa o topo da hierarquia das ciências práticas; o seu objecto engloba todas as ordens sociais e actividades humanas e os seus critérios servem para ler, avaliar e influenciar a vida em comunidade.

8. A presente edição GEPOLIS

A presente edição bilingue da *Política* era indispensável para restituir Aristóteles ao pensamento político português. A tradução deve-se a António Campelo Amaral, e Carlos de Carvalho Gomes*, mediante trabalho abnegado que se iniciou em 1995, no âmbito do GEPOLIS, da Universidade Católica Portuguesa. O texto fixado segue a edição Bekker da Academia Borussica, tendo sido consultadas outras edições do texto grego e respectivas traduções em línguas modernas: W.L. Newman, *The Politics of Aristotle*; J. Aubonnet, *Politique*, Paris, 1968-1980, (Budé); H. Rackham (Loeb), O. Immisch, *Politica*, Leipzig, 1909 e 1929 (Teubner); J. Marias, *Politica*, Madrid, 1957.

A R. M. Rosado Fernandes, da Universidade Clássica, helenista distinto, expressamos o nosso agrado pela revisão literária do texto grego e o prefácio que dignifica esta edição. A Manuel Silvestre, agradecemos os índices de conceitos e de nomes e outras diligências editoriais. A João Constâncio, da Universidade Nova, agradecemos as facilidades concedidas para a obtenção do texto grego. A Alfredo Ramalho, Adjunto do Professor Bibliotecário da BUJP II, agradecemos o permanente apoio na disponibilização

* (Docentes na Faculdade de Ciências Humanas e na Faculdade de Teologia da UCP).

de meios logísticos e bibliográficos. Enfim, uma palavra especial para o discernimento do editor, Assírio Bacelar, e o director da colecção em que a presente obra é editada, João Bettencourt da Câmara; em boa hora, as edições Vega colaboraram em restituir, de facto, ao património cultural português uma obra que, de direito, já o integrava.

MENDO CASTRO HENRIQUES

BIBLIOGRAFIA

POR ORDEM TEMÁTICA E CRONOLÓGICA

As edições da *Política*

- W. L. NEWMAN, *The Politics of Aristotle*, Oxford, 1887-1902
F. SUSEMIHL and R.D. HICKS, *The Politics of Aristotle*, Londres, 1894
O. IMMISCH, *Politica*, Leipzig, 1909 e 1929
H. RACKHAM, *Politics*, Londres, ed. Loeb, 1932
E. BARKER, *The Politics of Aristotle* Oxford, 1946
J. AUBONNET, *Aristote, Politique*, Paris, ed. Belles-Lettres, 1960-89
J. MARÍAS, *Politica*, Madrid, EP, 1957
R. ROBINSON, *Aristotle's Politics. Books III and IV*, Oxford, 1962

B. Cronologia

- H. VON ARNIM, *Zur Entstehungsgeschichte der aristotelischen Politik*, Sitzungsberichte der oesterreichischen Akademie der Wissenschaft in Wien, Phil.-hist. Kl. 200.1, Viena, 1924
J.L. STOCKS, 'The composition of Aristotle's *Politics*', *Classical Quarterly* 31, 1937, 177-87
E. BARKER, 'The life of Aristotle and the composition and structure of the *Politics*', *CR* 45, 1931, 162-72
W. THEILER, 'Bau und Zeit der aristotelischen Politik', *MH* 9, 1952, 65-78
R. STARK, 'Der Gesamtaufbau der aristotelischen Politik', in *La politique d'Aristote*, Entretiens Hardt XI Geneva, 1964
E.BRAUN, *Das dritte Buch der aristotelischen Politik*, Interpretation, Sitzungsbe-

richte der oesterreichischen Akademie der Wissenschaften, Philos.-hist. Kl. 247-4 Vienna, 1965

Werner JAEGER, *Aristotle: Fundamentals of the history of his development*, Oxford, O.U.P., 2.^a ed, 1967

J. MESK, 'Die Buchfolge der aristotelischen Politik', in STEINMETZ ed., *Schriften zu den Politika des Aristoteles* Hildesheim, 1973

C.J. ROWE, 'Aims and methods in Aristotle's Politics', *Classical Quarterly* 27, 1977, 159-72

P. PELLEGRIN, 'La Politique d'Aristote, unité et fractures', *Revue philosophique de la France et de l'Etranger* 110, 1987, 124-59

C.H. KAHN, 'The normative character of Aristotle's Politics', in G.PATZIG, ed. *Aristoteles, 'Politik'* Goettingen, 1990

C. Filosofia política

E. BARKER, *The Political Thought of Plato and Aristotle*, Londres, 1906

M. DEFOURNY, *Aristote, études sur la Politique*, Paris, 1932

AA.VV. *La politique d'Aristote*, Entretiens Hardt XI Geneva, 1964

M.I. FINLEY, *Democracy Ancient and Modern*, Londres, 1973

P. STEINMETZ ed., *Schriften zu den Politika des Aristoteles*, Hildesheim, 1973

G. BIEN, *Die Grundlegung der politischen Philosophie bei Aristoteles*, Munich, 1973

R.G. MULGAN, *Aristotle's Political Theory*, Oxford, 1977

J.B. MORRALL, *Aristotle*, Londres, 1977

E. SCHÜTRUMPF, *Die Analyse der Polis durch Aristoteles*, Amsterdam, 1980

R. BODÉUS, *Le philosophe et la cité*, Paris, 1981

T.H. IRWIN, *Aristotle's First Principles*, Oxford, 1988, ch. 2-3

G.PATZIG, ed. *Aristoteles, 'Politik'* Goettingen, 1990

R. BODÉUS, *Philosophie et politique chez Aristote*, Namur, 1991

D. KEYT and ED. MILLER ed., *A Companion to Aristotle's Politics*, Oxford, 1991

F. WOLFF, *Aristote et la politique*, Paris, PUF, 1991

D. Ética e Política

W.L. NEWMAN *The Politics of Aristotle*, Oxford, 1887-1902, vol.2, apêndice.A
K. VON FRITZ e E. KAPP, *Aristotle's Constitution of Athens and Related Texts*, Nova Iorque, 1950

E. TREPANIER, 'La Politique comme philosophie morale chez Aristote', *Dialogue* 2, 1963-64, 25 I-79

R. BETBEDER, 'Ethique et politique selon Aristote', *Revue des sciences philosophiques et théologiques* 20, 1970, 543-88

H. FLASHAR, 'Ethik und Politik in der Philosophie des Aristoteles', *Gymnasium* 78, 1971, 278-93

D.J. ALLAN, 'Individual and state in the *Ethics and Politics*', in F.P. HAGER *Ethik und Politik des Aristoteles*, Darmstadt, 1972

S. CASHDOLLAR, 'Aristotle's politics of morals', *IHP* 11, 1973, 145 -60

A.W.H.ADKINS, 'The connection between Aristotle's Ethics and Politics', *Political Theory* 12, 1984, 29-49

T.H. IRWIN, 'Moral science and political theory in Aristotle', in P. CARTLEDGE e F. D. HARVEY, eds., *Crux*, Exeter, 1985

J. ROBERTS, 'Political animals in the *Nicomachean Ethics*', *Phronesis* 34, 1989, 185-205

C. J. ROWE, 'The good for man in Aristotle's *Ethics and Politics*', in A. ALBERTI *Studi sull'etica di Aristote*, Nápoles, 1990

E. Antropologia Política

E. WEIL, 'L'anthropologie d'Aristote', in *Essais et conférences, I*, Paris, 1970
R.G.MULGAN, 'Aristotle's doctrine that man is a political animal', *Hermes*, 102, 1974, 438-45

T.J. SAUNDERS, 'A note on Aristotle's Politics I,1', *Classical Quarterly* 26, 1976, 316-17

D. KEYT, 'Three fundamental principles in Aristotle's Politics', *Phronesis* 32, 1987, 54-79 e in D. KEYT and ED. MILLER ed., *A Companion to Aristotle's Politics*, Oxford, 1991

J. M. COOPER, 'Political animals and civic friendship', in G.PATZIG, ed. *Aristoteles, 'Politik'*, Goettingen, 1990

W KULLMANN, 'Man as a political animal', in D. KEYT and ED. MILLER ed., *A Companion to Aristotle's Politics*, Oxford, 1991

F. Cidadania

E. BRAUN, *Aristoteles über Bürger- und Menschentugend*, Sitzungsberichte der oesterreichischen Akademie der Wissenschaft in Wien, Philos.hist.Kl. 236.2 Viena, 1961

C. MOSSE, 'La conception du citoyen dans la *Politique* d'Aristote', *Eirene* 6, 1967, 17-21

J. PECIRKA, 'A note on Aristotle's definition of citizenship', *Eirene*, 6, 1967, 23-26

R. DEVELIN, 'The good man and the good citizen in Aristotle's *Politics*', *Phronesis* 18, 1973, 71-79

C. JOHNSON, 'Who is Aristotle's citizen?', *Phronesis* 29, 1984, 73-90

T.H. IRWIN, 'The good of political activity', in G.PATZIG, ed. *Aristoteles, 'Politik'*, Goettingen, 1990

J. BARNES, 'Aristotle and political liberty', in G. PATZIG ed. *Aristoteles 'Politik'*, Goettingen, 1990

G. Economia

- J. SOUDEK, 'Aristotle's theory of exchange', *Proceedings of the American Philosophical Society* 96, 1952, 45-75
- K. POLANYI, 'Aristotle discovers the economy', in K. POLANYI, C.M. ARENSBERG, and H.W. PEARSON ed., *Trade and Market in the Early Empires* Glencoe, III., 1957, 64-94
- M.I. FINLEY, 'Aristotle and economic analysis', *Past and Present* 47, 1970, 3-25 e in J. BARNES, M. SCHOFIELD, R. SORABJI, eds. *Articles on Aristotle*, Londres, 1975-1979.
- S.T. LOWRY, 'Aristotle's "natural limit", and the economics of price regulation', *Greek Roman and Byzantine Studies*, 1974, 7-63
- T.J. LEWIS, 'Acquisition and anxiety, Aristotle's case against the market', *Canadian Journal of Economics* 11, 1978, 69-90
- S. MEIKLE, 'Aristotle and the political economy of the polis', *Journal of Hellenic Studies* gg, 1979, 57-73 e in D. KEYT and ED. MILLER ed., *A Companion to Aristotle's Politics*, Oxford, 1991
- U. VICTOR, (*Aristoteles*) *Oikonomikos*, Meisenheim, 1983
- S. MEIKLE, 'Aristotle on equality and market exchange', *Journal of Hellenic Studies* 111, 1991, 193-96
- E.C. WEISKOPF, *Die Produktionsverhaeltnisse im alten Orient und in der griechenroemischen Antike*, Berlin, 1957
- D. KEYT and F. D. MILLER ed., *A Companion to Aristotle's Politics* Oxford, 1991
- R. MAYHEW, 'Aristotle on property', *RM*, 46, 1992/3, 803-31

H. Escravidura

- P.A. BRUNT, 'Aristotle and slavery', in *Studies in Greek History and Thought*, Oxford, 1993
- O. GIGON, 'Die Sklaverei bei Aristoteles', in *La politique d'Aristote*, Entretiens Hardt XI Geneva, 1964
- R.O. SCHLAIFER, 'Greek theories of slavery from Homer to Aristotle', *HSCP* 47, 1936, 165-204 = M.I. FINLEY ed., *Slavery in Classical Antiquity*, Cambridge, Mass., 1960
- W. W. FORTENBAUGH, 'Aristotle on women and slaves, in J. BARNES, M. SCHOFIELD, R. SORABJI, eds. *Articles on Aristotle*, Londres, 1975-1979.
- A. BARUZZI, 'Der Freie und der Sklave in Ethik und Politik des Aristoteles', *Philosophisches Jahrbuch* 77, 1970, 15-28
- N.D. SMITH, 'Aristotle's theory of natural slavery', *Phoenix* 37, 1983, 109-22 D. KEYT and ED. MILLER ed., *A Companion to Aristotle's Politics*, Oxford, 1991

T.J. SAUNDERS, 'The Controversy about slavery reported in Aristotle, *Politics* 1255a4 sqq', in A. MOFFATT ed., *Maistor, Studies for R. Browning*, Camberra, 1984

S.R.L. CLARK, 'Slaves and citizens', *Phil* 60, 1985, 27-46

M. SCHOFIELD, 'Ideology and philosophy in Aristotle's theory of slavery', in G.PATZIG, ed. *Aristoteles, 'Politik'*, Goettingen, 1990

I. Crítica de Platão

- E. BORNEMANN, 'Aristoteles Urteil über Platons politische Theorie', *Phg* 79, 1923, 70-I 58, 2, 34-57
- G.R. MORROW, 'Aristotle's comments on Plato's *Laws*, in DÜRING e OWEN, *Aristotle and Plato in the mid. Fourth Century*, Göteborg, 1960
- M.C. NUSSBAUM, 'Shame, separateness, and political unity, Aristotle's criticism of Plato', in RORTY, ed. *Essays on Aristotle's Ethics*, Oxford, 1978
- P. SIMPSON, 'Aristotle's criticism of Socrates' communism of wives and children', *Apeiron* 24, 1991, 99-114
- R.E. STALLEY, 'Aristotle's criticism of Plato's *Republic*', in D. KEYT and ED. MILLER ed., *A Companion to Aristotle's Politics*, Oxford, 1991
- W. W. FORTENBAUGH, 'Aristotle on prior and posterior, correct and mistaken constitutions', *TAPA* 106, 1976, 125-37 in D. KEYT and ED. MILLER ed., *A Companion to Aristotle's Politics*, Oxford, 1991

J. Estado e Constituições

- E. BRAUN, *Die Kritik der Lakedaemonischen Verfassung in den Politika des Aristoteles*, Klagenfurt, 1956
- P. CLOCHE, 'Aristote et les institutions de Sparte', *Les études classiques* 11, 1942, 289-313 e in STEINMETZ ed., *Schriften zu den Politika des Aristoteles*, Hildesheim, 1973
- R.A. DE LAIX, 'Aristotle's conception of the Spartan constitution', *IHP* 12, 1974, 21-30
- G.L. HUXLEY, 'Crete in Aristotle's *Politics*', *Greek Roman and Byzantine Studies*, 12, 1971, 505-15
- A.C. BRADLEY, 'Aristotle's conception of the State', in E. ABBOTT ed., *Hellenica Londres*, 1990 e in D. KEYT and ED. MILLER ed., *A Companion to Aristotle's Politics*, Oxford, 1991
- S. EVERSON, 'Aristotle on the foundations of the State', *Political Studies* 36, 1988, 89-101
- F.D. MILLER, 'Aristotle's political naturalism', *Apeiron* 22, 1989, 195-218

K. Constituição de Atenas

- U. VON WILAMOWITZ-MOELLENDORF, *Aristoteles und Athen*, Berlin, 1893
- H. BLOCH, 'Studies in the historical literature of the fourth century, Theophrastus'

- Nomon and Aristotle', in *Athenian Studies presented to W. S. Ferguson*, *HSCP* suppl. I, 1940
- H. BLOCH, 'Herakleides Lembos and his *Epitome* of Aristotle's *Politeiai*', *TAPA* 71, 1940, 29-39
- K. VON FRITZ e E. KAPP, *Aristotle's Constitution of Athens and Related Texts*, Nova Iorque, 1950
- J. DAY and M. CHAMBERS, *Aristotle's History of Athenian Democracy*, Berkeley and Los Angeles, 1962
- J.L. KEANEY, 'The structure of Aristotle's *Athênaiôn Politeia*', *HSCP*, 67, 1963, 118-46
- J.L. KEANEY, 'The date of Aristotle's *Athênaiôn Politeia*', *Historia*, 19, 1970, 326-36
- E.J. RHODES, *A Commentary on Aristotle's Athênaiôn Politeia*, Oxford, 1981
- J.L. KEANEY, *The Composition of Aristotle's Athênaiôn Politeia*, Nova Iorque, 1992
- L. Monarquia**
- H. KIELSEN, 'The philosophy of Aristotle and the Hellenic Macedonian policy', *Ethics* 48, 1937, e in J. BARNES, M. SCHOFIELD, R. SORABJI, eds., *Articles on Aristotle*, Londres, 1975-1979.
- M. EHRENBERG, *Alexander and the Greeks*, Oxford, 1938, ch.3
- R.G. MULGAN, 'Aristotle's sovereign', *Political Studies*, 18, 1970, 518-19
- R. G. MULGAN, 'A note on Aristotle's absolute ruler', *Phronesis* 19, 1974, 66-69
- M. Democracia**
- E. BRAUN, 'Die Summierungstheorie des Aristoteles', *Jahreshefte der oesterreichischen archaologischen Instituts*, Wien 44, 1959, 57-84 e in STEINMETZ ed., *Schriften zu den Politika des Aristoteles*, Hildesheim, 1973
- M. CHAMBERS, Aristotle's "forms of democracy", *Transactions of the American Philological Association*, 92, 1961, 20-36
- C. EUCKEN, 'Die aristotelische Demokratiebegriff und sein historisches Umfeld', in G. LAETZIG, ed. *Aristoteles. 'Politik'*, Goettingen, 1990
- G. MARA, and H. RICHARDSON ed., *Liberalism and the Good*, New York, 1990
- D. KEYE and F.D. MILLER ed., *A Companion to Aristotle's Politics*, Oxford, 1991
- A. LINFOTE, 'Aristotle and democracy', *Classical Quarterly*, 42, 1992, 114-28
- N. Regime Melhor**
- J.L. STOCKS, 'Scholê', *Classical Quarterly*, 30, 1936, 177-87
- F. SOLMSEN, 'Leisure and play in Aristotle's ideal state', *RhM* 107, 1964, 193-220

- G. DOWNEY, Aristotle as an expert on urban problems', *Talanta* 3, 1971, 56-73
- F. SOLMSEN, 'Aristotle EN 10,7, 1177b6-15', *CP* 72, 1977, 42-43
- G.L. HUXLEY, 'On Aristotle's best state', in P. CARTLEDGE e F. D. HARVEY, eds., *Crux*, Exeter, 1985
- P.A. VANDER WAERDT, 'Kingship and philosophy in Aristotle's best régime', *Phronesis* 30, 1985, 249-73

O. Revolução

- M. WHEELER, 'Aristotle's analysis of the nature of political struggle', *AIP* 72, 1951, 145-61 e in J. BARNES, M. SCHOFIELD, R. SORABJI, eds. *Articles on Aristotle*, Londres, 1975-1979
- F. KORT, 'The quantification of Aristotle's theory of revolution', *American Political Science Review* 46, 1952, 486-93
- E. BRAUN, 'Ein Maxime der Staatskunst in der *Politika* des Aristoteles', *Fahreshefte der oesterreichischen archaologischen Instituts*, Wien 44, 1959, 386-98 e in STEINMETZ ed., *Schriften zu den Politika des Aristoteles*, Hildesheim, 1973

P. História

- R. WEIL, *Aristote et l'histoire, essai sur la 'Politique'*, Paris, 1960
- R. WEIL, 'Philosophie et histoire', in *La politique d'Aristote*, Entretiens Hardt XI Geneva, 1964
- G.L. HUXLEY, 'Aristotle as antiquary', *Greek Roman and Byzantine Studies*, 14, 1973, 271-86
- K. VON FRITZ, 'Die Bedeutung des Aristoteles für die Geschichtsschreibung', in *La politique d'Aristote*, Entretiens Hardt XI Geneva, 1964
- G.L. HUXLEY, 'On Aristotle's historical methods', *Greek Roman and Byzantine Studies*, 13, 1972, 157-59
- G.E.M. DE STE. CROIX, 'Aristotle on history and poetry *Poetics* 9, 1451a36-b11', in *The Ancient Historian and his Materials. Essays in honour of C. E. Stevens*, Farnborough, 1975
- J. BARNES, M. SCHOFIELD, R. SORABJI, eds. *Articles on Aristotle*, Londres, 1975-1979.
- G.L. HUXLEY, *On Aristotle and Greek Society*, Belfast, 1979

ΠΟΛΙΤΙΚΩΝ Α

LIVRO I

1252a 1 Ἐπειδὴ πᾶσαν πόλιν ὁρῶμεν κοινωνίαν τινὰ οὖσαν καὶ
 πᾶσαν κοινωνίαν ἀγαθοῦ τινος ἕνεκεν συνεστηκυῖαν (τοῦ γὰρ
 εἶναι δοκοῦντος ἀγαθοῦ χάριν πάντα πράττουσι πάντες), δῆ-
 λον ὥς πᾶσαι μὲν ἀγαθοῦ τινος στοχάζονται, μάλιστα δὲ
 5 καὶ τοῦ κυριωτάτου πάντων ἢ πασῶν κυριωτάτῃ καὶ πάσας
 περιέχουσα τὰς ἄλλας. αὕτη δ' ἐστὶν ἡ καλουμένη πόλις
 καὶ ἡ κοινωνία ἡ πολιτική. ὅσοι μὲν οὖν οἴονται πολιτικὸν
 καὶ βασιλικὸν καὶ οἰκονομικὸν καὶ δεσποτικὸν εἶναι τὸν
 αὐτὸν οὐ καλῶς λέγουσιν (πλήθει γὰρ καὶ ὀλιγότητι νομί-
 10 ζουσι διαφέρειν ἄλλ' οὐκ εἶδει τούτων ἕκαστον, οἷον ἂν μὲν
 ὀλίγων, δεσπότην, ἂν δὲ πλειόνων, οἰκονόμον, ἂν δ' ἔτι
 πλειόνων, πολιτικὸν ἢ βασιλικόν, ὥς οὐδὲν διαφέρουσιν
 μεγάλην οἰκίαν ἢ μικρὰν πόλιν· καὶ πολιτικὸν δὲ καὶ
 βασιλικόν, ὅταν μὲν αὐτὸς ἐφεστήκῃ, βασιλικόν, ὅταν
 15 δὲ κατὰ τοὺς λόγους τῆς ἐπιστήμης τῆς τοιαύτης κατὰ μέρος
 ἄρχων καὶ ἀρχόμενος, πολιτικόν· ταῦτα δ' οὐκ ἐστὶν ἀληθῆ).
 δῆλον δ' ἐστὶ τὸ λεγόμενον ἐπισκοποῦσι κατὰ τὴν ὑφ-
 ηγημένην μέθοδον. ὥσπερ γὰρ ἐν τοῖς ἄλλοις τὸ σύν-
 θετον μέχρι τῶν ἀσυνθέτων ἀνάγκη διαίρειν (ταῦτα γὰρ ἐλά-
 20 χιστα μόρια τοῦ παντός), οὕτω καὶ πόλιν ἐξ ὧν σύγκειται
 σκοποῦντες ὁψόμεθα καὶ περὶ τούτων μᾶλλον, τί τε δια-
 φέρουσιν ἀλλήλων καὶ εἴ τι τεχνικὸν ἐνδέχεται λαβεῖν περὶ
 ἕκαστον τῶν ῥηθέντων.

1. Comunidade e cidade.

Observamos que toda a cidade é uma certa forma de comunidade (1) 1252a
 e que toda a comunidade é constituída em vista de algum bem. É que,
 em todas as suas acções, todos os homens visam o que pensam ser o bem.
 É, então, manifesto que, na medida em que todas as comunidades visam
 algum bem, a comunidade mais elevada de todas e que engloba todas as 5
 outras visará o maior de todos os bens. Esta comunidade é chamada
 'cidade', aquela que toma a forma de uma comunidade de cidadãos.

Não pensam bem os que pretendem que as funções de um governante,
 de um rei, de um senhor de uma casa, e de um senhor de escravos são
 uma e a mesma coisa, como se não existisse uma grande diferença entre
 uma grande casa e uma pequena cidade; é que imaginam que essas
 diversas formas de autoridade apenas diferem no maior ou menor número
 de subordinados, mas não na qualidade. Se, por exemplo, um homem 10
 governa pouca gente, é um senhor de escravos; se governa várias pessoas,
 é um senhor da casa; e se governa ainda mais, terá a função de rei ou
 de governante. E em relação ao rei e ao governante consideram que,
 quando um homem controla pessoalmente, tem a função de rei; quando,
 conforme as regras da ciência política (2), toma a função ora de mandar 15
 ora de obedecer, é um governante. Mas tais asserções são falsas. A
 questão tornar-se-á clara se examinarmos o problema de acordo com o
 processo de investigação que seguimos até agora.

É que, tal como nas outras ciências temos de analisar um composto
 até aos seus elementos mais simples (que são as mais pequenas partes
 do todo) assim também examinaremos as partes componentes de uma 20
 cidade, vendo melhor como as diversas formas de autoridade diferem
 entre si, compreendendo de modo positivo cada uma das funções men-
 cionadas.

2 Εἰ δὴ τις ἐξ ἀρχῆς τὰ πράγματα φύομενα βλέψειεν,
 25 ὥσπερ ἐν τοῖς ἄλλοις, καὶ ἐν τούτοις κάλλιστ' ἂν οὕτω
 θεωρήσειεν. ἀνάγκη δὴ πρῶτον συνδυάζεσθαι τοὺς ἀνευ
 ἀλλήλων μὴ δυναμένους εἶναι, οἷον θῆλυ μὲν καὶ ἄρρεν τῆς
 γεννήσεως ἕνεκεν (καὶ τοῦτο οὐκ ἐκ προαιρέσεως, ἀλλ' ὥσπερ
 καὶ ἐν τοῖς ἄλλοις ζώοις καὶ φυτοῖς φυσικὸν τὸ ἐφίεσθαι,
 30 οἷον αὐτό, τοιοῦτον καταλιπεῖν ἕτερον), ἄρχον δὲ φύσει καὶ
 ἀρχόμενον διὰ τὴν σωτηρίαν. τὸ μὲν γὰρ δυνάμενον τῇ
 διανοίᾳ προορᾶν ἄρχον φύσει καὶ δεσπότην φύσει, τὸ δὲ
 δυνάμενον [ταῦτα] τῷ σώματι πονεῖν ἀρχόμενον καὶ φύσει
 δοῦλον· διὸ δεσπότη καὶ δούλῳ ταῦτο συμφέρει. φύσει μὲν
 1252b οὖν διώριστα τὸ θῆλυ καὶ τὸ δοῦλον (οὐθὲν γὰρ ἡ φύσις
 ποιεῖ τοιοῦτον οἷον οἱ χαλκοτύποι τὴν Δελφικὴν μάχαιραν,
 πενιχρῶς, ἀλλ' ἐν πρὸς ἓν οὕτω γὰρ ἂν ἀποτελοῖτο κάλ-
 λιστα τῶν ὀργάνων ἕκαστον, μὴ πολλοῖς ἔργοις ἀλλ' ἐνὶ
 5 δουλεῦον). ἐν δὲ τοῖς βαρβάροις τὸ θῆλυ καὶ τὸ δοῦλον τὴν
 αὐτὴν ἔχει τάξιν. αἴτιον δ' ὅτι τὸ φύσει ἄρχον οὐκ ἔχου-
 σιν, ἀλλὰ γίνεται ἡ κοινωνία αὐτῶν δούλης καὶ δούλου. διὸ
 φασιν οἱ ποιηταὶ 'βαρβάρων δ' Ἑλλήνας ἄρχειν εἰκόσ',
 ὡς ταῦτο φύσει βάρβαρον καὶ δοῦλον ὄν. ἐκ μὲν οὖν τού-
 10 των τῶν δύο κοινωνιῶν οἰκία πρώτη, καὶ ὀρθῶς Ἡσίοδος
 εἶπε ποιήσας 'οἶκον μὲν πρῶτιστα γυναικῶν τε βοῦν τε ἄρο-
 τήρα· ὃ γὰρ βοῦς ἀντ' οἰκέτου τοῖς πένησιν ἐστίν. ἡ μὲν
 οὖν εἰς πᾶσαν ἡμέραν συνεστηκυῖα κοινωνία κατὰ φύσιν
 οἰκός ἐστιν, οὗς Χαρώνδας μὲν καλεῖ ἡμοσιπύους, Ἐπιμενίδης

2. Origem da cidade: casal, família, aldeia.

Neste, como noutros domínios, obteremos a melhor apreciação das
 coisas se olharmos para o seu processo natural ⁽³⁾, desde o princípio. Em 25
 primeiro lugar, aqueles que não podem existir sem o outro devem formar
 um par. É o caso da fêmea e do macho para procriar (e isto nada tem
 a ver com uma escolha já que, como nos animais e nas plantas, a
 necessidade de progeneratura é, em si, um facto natural); é ainda o caso
 daquele que, por natureza, manda e daquele que obedece, para segurança
 de ambos. É que quem pode usar o seu intelecto para prever, é, por 30
 natureza, governante e senhor, enquanto quem tem força física para
 trabalhar, é governado e escravo por natureza. Assim, senhor e escravo
 convergem nos interesses.

Assim, é a natureza que diferenciou fêmea e escravo ⁽⁴⁾. A natureza 1252b
 nada produz segundo o modo mesquinho dos fabricantes de facas de
 Delfos, mas destina cada coisa para um único uso; é que cada ferramenta
 será mais eficaz se servir apenas para uma função, e não para várias. Os
 bárbaros, não obstante, atribuem à mulher e ao escravo a mesma condição 5
 porque não possuem quem mande por natureza e a respectiva comunidade
 torna-se na de um escravo e de uma escrava. Por isso, como dizem os
 poetas, assumindo que bárbaro e escrava são idênticos por natureza, "é
 justo que os gregos deveriam dominar os bárbaros". ⁽⁵⁾

Assim, foi destas duas comunidades que a família surgiu primeiro, e
 Hesíodo está certo ao dizer na sua poesia "a casa primeiro que tudo, mulher 10
 e boi para o arado" ⁽⁶⁾; com efeito, o boi é o servo do homem pobre.
 Assim, a família é uma comunidade formada de acordo com a natureza
 para satisfazer as necessidades quotidianas; e aos seus membros chama
 Carondas "companheiros de messe" e Epiménides de Creta, "comensais".

15 δὲ ὁ Κρής ὁμοκάπους· ἡ δ' ἐκ πλειόνων οἰκιῶν κοινωνία
 πρώτη χρήσεως ἔνεκεν μὴ ἡμέρου κώμη. μάλιστα δὲ
 κατὰ φύσιν ἔοικεν ἡ κώμη ἀποικία οἰκίας εἶναι, οὗς κα-
 λούσι τινες ὁμογάλακτας, παῖδάς τε καὶ παίδων παῖδας.
 διὸ καὶ τὸ πρῶτον ἐβασιλεύοντο αἱ πόλεις, καὶ νῦν ἔτι τὰ
 20 ἔθνη· ἐκ βασιλευμένων γὰρ συνῆλθον· πᾶσα γὰρ οἰκία
 βασιλεύεται ὑπὸ τοῦ πρεσβυτάτου, ὥστε καὶ αἱ ἀποικίαι, διὰ
 τὴν συγγένειαν. καὶ τοῦτ' ἐστὶν ὃ λέγει Ὅμηρος ἑμιστεύει
 δὲ ἕκαστος παίδων ἢ δ' ἀλόχων· σποράδες γάρ· καὶ οὕτω
 τὸ ἀρχαῖον φέκουν. καὶ τοὺς θεοὺς δὲ διὰ τοῦτο πάντες φασὶ
 25 βασιλεύεσθαι, ὅτι καὶ αὐτοὶ οἱ μὲν ἔτι καὶ νῦν οἱ δὲ τὸ
 ἀρχαῖον ἐβασιλεύοντο, ὥσπερ δὲ καὶ τὰ εἶδη ἑαυτοῖς ἀφ-
 ομοιοῦσιν οἱ ἄνθρωποι, οὕτω καὶ τοὺς βίους τῶν θεῶν. ἡ δ'
 ἐκπλειόνων κωμῶν κοινωνία τέλειος πόλις, ἥδη πάσης ἔχουσα
 πέρας τῆς αὐτάρκειας ὥς ἔπος εἰπεῖν, γινομένη μὲν τοῦ
 30 ζῆν ἔνεκεν, οὕσα δὲ τοῦ εὖ ζῆν. διὸ πᾶσα πόλις φύσει ἐστίν,
 εἶπερ καὶ αἱ πρῶται κοινωνίαι. τέλος γὰρ αὕτη ἐκείνων,
 ἡ δὲ φύσις τέλος ἐστίν· οἷον γὰρ ἕκαστόν ἐστι τῆς γενέσεως
 τελεσθείσης, ταύτην φάμεν τὴν φύσιν εἶναι ἑκάστου, ὥσπερ
 ἀνθρώπου ἵππου οἰκίας. ἔτι τὸ οὖν ἔνεκα καὶ τὸ τέλος βέλ-
 1253a τιστον· ἡ δ' αὐτάρκεια καὶ τέλος καὶ βέλτιστον. ἐκ τούτων οὖν
 φανερόν ἐστι τῶν φύσει ἡ πόλις ἐστίν, καὶ ὅτι ὁ ἄνθρωπος
 φύσει πολιτικὸν ζῷον, καὶ ὁ ἀπολις διὰ φύσιν καὶ οὐ διὰ
 τύχην ἦτοι φαῦλός ἐστιν, ἢ κρείττων ἢ ἄνθρωπος· ὥσπερ
 5 καὶ ὁ ὑφ' Ὀμήρου λαιδορηθεὶς ἀφρήτωρ ἀθέμιστος ἀνέστιος·
 ἅμα γὰρ φύσει τοιοῦτος καὶ πολέμου ἐπιθυμητής, ἅτε περ
 ἄζυξ ὢν ὥσπερ ἐν πεττοῖς. διότι δὲ πολιτικὸν ὁ ἄνθρωπος
 ζῷον πάσης μελίττης καὶ παντὸς ἀγελαίου ζώου μᾶλλον,

15 Por outro lado, a aldeia é a primeira comunidade formada por várias
 famílias para satisfação de carências além das necessidades diárias. A
 aldeia parece ser por natureza e no mais elevado grau, uma colônia de
 lares; segundo alguns autores, os seus membros são filhos do mesmo leite,
 e filhos dos filhos. Esta é a razão pela qual as cidades foram primeiro
 governadas por reis como o são ainda hoje as tribos; porque cidades e
 20 tribos resultaram da união de indivíduos submetidos ao domínio régio. Tal
 como toda a família está sob o domínio do membro mais velho, assim
 também sucede nas colônias devido ao parentesco entre os seus membros.
 É o que diz Homero: "*Cada um dita a lei aos filhos e às mulheres*" (7)
 visto que [os Cíclopes] viviam dispersos em tempos remotos. Por esta
 razão, também, todos os homens dizem que os deuses são governados por
 um rei, porque os próprios homens foram originariamente governados por
 25 reis e alguns ainda o são. Tal como os homens modelam os deuses à sua
 imagem, também lhes atribuem um modo de vida.

A cidade, enfim, é uma comunidade completa, formada a partir de
 várias aldeias e que, por assim dizer, atinge o máximo de auto-suficiên-
 cia. (8) Formada a princípio para preservar a vida, a cidade subsiste para
 assegurar a vida boa. (9) É por isso que toda a cidade existe por natureza,
 30 se as comunidades primeiras assim o foram. A cidade é o fim destas, e
 a natureza de uma coisa é o seu fim, já que, sempre que o processo de
 gênese de uma coisa se encontre completo, é a isso que chamamos a sua
 natureza, seja de um homem, de um cavalo, ou de uma casa. Além disso,
 a causa final, o fim de uma coisa, é o seu melhor bem, e a auto-suficiência
 1253a é, simultaneamente, um fim e o melhor dos bens.

Estas considerações evidenciam que uma cidade é uma daquelas
 coisas que existem por natureza e que o homem é, por natureza, um ser
 vivo político. (10) Aquele que, por natureza e não por acaso, não tiver

10 δὲ μόνον ἀνθρώπου ἔχει τῶν ζώων· ἡ μὲν οὖν φωνὴ τοῦ
 λυπηροῦ καὶ ἡδέος ἐστὶ σημεῖον, διὸ καὶ τοῖς ἄλλοις ὑπ-
 ἄρχει ζώοις (μέχρι γὰρ τούτου ἡ φύσις αὐτῶν ἐλήλυθε, τοῦ
 ἔχειν αἰσθησιν λυπηροῦ καὶ ἡδέος καὶ ταῦτα σημαίνειν
 ἀλλήλοις), ὁ δὲ λόγος ἐπὶ τῷ δηλοῦν ἐστὶ τὸ συμφέρον καὶ
 15 τὸ βλαβερὸν, ὥστε καὶ τὸ δίκαιον καὶ τὸ ἀδίκον· τοῦτο γὰρ
 πρὸς τὰ ἄλλα ζῶα τοῖς ἀνθρώποις ἴδιον, τὸ μόνον ἀγαθοῦ
 καὶ κακοῦ καὶ δικαίου καὶ ἀδίκου καὶ τῶν ἄλλων αἰσθησιν
 20 ἔχειν· ἡ δὲ τούτων κοινωνία ποιεῖ οἰκίαν καὶ πόλιν. καὶ
 πρότερον δὲ τῇ φύσει πόλις ἢ οἰκία καὶ ἕκαστος ἡμῶν ἐστίν.
 τὸ γὰρ ὅλον πρότερον ἀναγκαῖον εἶναι τοῦ μέρους· ἀναιρου-
 μένου γὰρ τοῦ ὅλου οὐκ ἔσται πούς οὐδὲ χεὶρ, εἰ μὴ ὁμωνύμως,
 ζσπερ εἰ τις λέγοι τὴν λιθίνην (διαφθαρεῖσα γὰρ ἐστὶ
 25 τοιαύτη), πάντα δὲ τῷ ἔργῳ ὠρίσται καὶ τῇ δυνάμει, ὥστε
 μηκέτι τοιαῦτα ὄντα οὐ λεκτέον τὰ αὐτὰ εἶναι ἀλλ' ὁμ-
 ὄνυμα. ὅτι μὲν οὖν ἡ πόλις καὶ φύσει καὶ πρότερον ἢ ἕκα-
 στος, δηλόν· εἰ γὰρ μὴ αὐτάρκης ἕκαστος χωρισθεὶς, ὁμοίως
 τοῖς ἄλλοις μέρεσιν ἔξει πρὸς τὸ ὅλον, ὁ δὲ μὴ δυνάμε-
 νος κοινωνεῖν ἢ μηδὲν δεόμενος δι' αὐτάρκειαν οὐθὲν μέρος
 30 πόλεως, ὥστε ἡ θηρίον ἢ θεός. φύσει μὲν οὖν ἡ ὁρμὴ ἐν
 πᾶσιν ἐπὶ τὴν τοιαύτην κοινωνίαν· ὁ δὲ πρῶτος συστήσας
 μεγίστων ἀγαθῶν αἴτιος. ὥσπερ γὰρ καὶ τελεωθεὶς βέλτι-

cidade, será um ser decaído ou sobre-humano, tal como o homem con-
 denado por Homero como "*sem família, nem lei, nem lar*" ⁽¹¹⁾; porque
 5 aquele que é assim por natureza, está, além do mais, sedento de ir para
 a guerra, e é comparável à peça isolada de um jogo. ⁽¹²⁾

A razão pela qual o homem, mais do que uma abelha ou um animal
 gregário, é um ser vivo político em sentido pleno, é óbvia. A natureza,
 conforme dizemos, não faz nada ao desbarato, e só o homem, de entre
 todos os seres vivos, possui a palavra. Assim, enquanto a voz indica
 10 prazer ou sofrimento, e nesse sentido é também atributo de outros animais
 (cuja natureza também atinge sensações de dor e de prazer e é capaz de
 as indicar) o discurso, por outro lado, serve para tornar claro o útil e o
 prejudicial e, por conseguinte, o justo e o injusto. É que, perante os outros
 seres vivos, o homem tem as suas peculiaridades: só ele sente o bem
 15 e o mal, o justo e o injusto; é a comunidade destes sentimentos que produz
 a família e a cidade.

Além disso, a cidade é por natureza anterior à família e a cada
 um de nós, individualmente considerado; é que o todo é, necessari-
 20 amente, anterior à parte. Se o corpo como um todo é destruído, não
 haverá nem pé nem mão, excepto por homonímia ⁽¹³⁾, no sentido em
 que falamos de uma mão feita de pedra: uma mão deste género será
 uma mão morta; tudo é definido segundo a sua capacidade ou função.
 Ora, todas as coisas definem-se pela sua função e pelas suas facul-
 dades; quando já não se encontram operantes não devemos afirmar que
 25 são a mesma coisa, mas apenas que têm o mesmo nome. É evidente
 que a cidade é, por natureza, anterior ao indivíduo, porque se um
 indivíduo separado não é auto-suficiente, permanecerá em relação à
 cidade como as partes em relação ao todo. Quem for incapaz de se
 associar ou que não sente essa necessidade por causa da sua auto-
 -suficiência, não faz parte de qualquer cidade, e será um bicho ou um
 deus.

É decerto natural a tendência que existe em todos os homens para
 30 formar uma comunidade deste género, mas quem primeiro a estabeleceu
 foi causa de grandes benefícios. Tal como o homem é o melhor dos

στον τῶν ζῶων ἄνθρωπός ἐστιν, οὕτω καὶ χωρισθεῖς νόμου καὶ
 δίκης χεῖριστον πάντων. χαλεπωτάτη γὰρ ἀδικία ἔχουσα
 ὅπλα· ὁ δὲ ἄνθρωπος ὅπλα ἔχων φύεται φρονήσει καὶ
 35 ἀρετῇ, οἷς ἐπὶ τάναντία ἔστι χρῆσθαι μάλιστα. διὸ ἀνοσιώ-
 τατον καὶ ἀγριώτατον ἄνευ ἀρετῆς, καὶ πρὸς ἀφροδίσια
 καὶ ἐδωδὴν χεῖριστον. ἡ δὲ δικαιοσύνη πολιτικόν· ἡ γὰρ δίκη
 πολιτικῆς κοινωνίας τάξις ἐστίν, ἡ δὲ δικαιοσύνη τοῦ δικαίου κρίσις.
 1253b 3 Ἐπεὶ δὲ φανερόν ἐξ ὧν μορίων ἡ πόλις συνέστηκεν,
 ἀναγκαῖον πρῶτον περὶ οἰκονομίας εἰπεῖν· πᾶσα γὰρ σύγ-
 κειται πόλις ἐξ οἰκιῶν. οἰκονομίας δὲ μέρη ἐξ ὧν πάλιν οἰκία
 συνέστηκεν· οἰκία δὲ τέλειος ἐκ δούλων καὶ ἐλευθέρων. ἐπεὶ
 5 δ' ἐν τοῖς ἐλαχίστοις πρῶτον ἕκαστον ζητητέον, πρῶτα δὲ
 καὶ ἐλάχιστα μέρη οἰκίας δεσπότης καὶ δοῦλος, καὶ πόσις
 καὶ ἄλοχος, καὶ πατήρ καὶ τέκνα, περὶ τριῶν ἂν τούτων
 σκεπτέον εἴη τί ἕκαστον καὶ ποῖον δεῖ εἶναι. ταῦτα δ' ἐστὶ
 δεσποτική καὶ γαμική (ἀνώνυμον γὰρ ἡ γυναικὸς καὶ ἀν-
 10 δρὸς σύζευξις) καὶ τρίτον τεκνοποιητική (καὶ γὰρ αὕτη οὐκ
 ὠνόμασται ἰδίῳ ὀνόματι). ἔστωσαν δὴ αὗται <αἱ> τρεῖς ὥς εἴπο-
 μεν. ἔστι δὲ τι μέρος ὃ δοκεῖ τοῖς μὲν εἶναι οἰκονομία,
 τοῖς δὲ μέγιστον μέρος αὐτῆς· ὅπως δ' ἔχει, θεωρητέον·
 λέγω δὲ περὶ τῆς καλουμένης χρηματιστικῆς. πρῶτον δὲ
 15 περὶ δεσπότου καὶ δούλου εἰπόμεν, ἵνα τὰ τε πρὸς τὴν
 ἀναγκαίαν χρεῖαν ἴδωμεν, καὶ εἴ τι πρὸς τὸ εἰδέναι περὶ
 αὐτῶν δυναίμεθα λαβεῖν βέλτιον τῶν νῦν ὑπολαμβάνομέ-
 νων. τοῖς μὲν γὰρ δοκεῖ ἐπιστήμη τέ τις εἶναι ἡ δεσποτεία,

animais quando atinge o seu pleno desenvolvimento, do mesmo modo,
 quando afastado da lei e da justiça, será o pior. A injustiça armada é,
 efectivamente, a mais perigosa; o homem nasceu com armas que devem
 servir a sabedoria prática e a virtude ⁽¹⁴⁾ mas que também podem ser
 usadas para fins absolutamente opostos. É por isso que o homem sem
 35 virtude é a criatura mais ímpia e selvagem, e a mais grosseira de todas
 no que diz respeito aos prazeres do sexo e da alimentação. ⁽¹⁵⁾ A justiça
 é própria da cidade, já que a justiça é a ordem da comunidade de cidadãos
 e consiste no discernimento do que é justo. ⁽¹⁶⁾

3. A economia e as suas partes. Teoria da escravatura.

Agora que é claro quais as partes que compõem a cidade, é 1253b
 fundamental falar da administração da casa em primeiro lugar, já que toda
 a cidade é composta por várias famílias. A administração da casa divide-
 se em tantas partes quantos os membros que formam a própria família
 que, desde que completa, é constituída por escravos e homens livres. Mas
 como temos de investigar cada coisa na sua altura própria, a partir dos
 5 elementos mais pequenos; e como as primeiras e mais pequenas partes
 da família são senhor e escravo, marido e mulher, pai e filhos, teremos
 de examinar o que é cada uma destas três relações e o que ela deve
 ser, a saber: a capacidade de ser senhor, “de ser marido” (não existe
 termo próprio para a união de um homem com uma mulher) e a capa-
 10 cidade de procriar (que também não possui um nome próprio).

Admitamos estas três relações mencionadas. Há ainda um outro
 elemento que segundo alguns, se confunde com a administração da casa
 e que, segundo outros, até constitui a sua parte mais importante. A nossa
 tarefa consiste em considerar o papel do que é chamado ‘a arte de adquirir
 bens’. ⁽¹⁷⁾

Em primeiro lugar tratemos do senhor e do escravo ⁽¹⁸⁾, a fim de indagar 15
 as necessidades indispensáveis da existência e, simultaneamente, saber se
 podemos alcançar sobre tal relação um conhecimento mais exacto do que é
 corrente. Alguns supõem que o ofício de senhor é uma ciência e

καὶ ἡ αὐτὴ οἰκονομία καὶ δεσποτεία καὶ πολιτικὴ καὶ βα-
 20 σιλική, καθάπερ εἶπομεν ἀρχόμενοι· τοῖς δὲ παρὰ φύσιν
 τὸ δεσπόζειν (νόμῳ γὰρ τὸν μὲν δοῦλον εἶναι τὸν δ' ἐλεύ-
 θερον, φύσει δ' οὐθὲν διαφέρειν)· διόπερ οὐδὲ δίκαιον· βίαιον
 γάρ. 4' Ἐπεὶ οὖν ἡ κτῆσις μέρος τῆς οἰκίας ἐστὶ καὶ ἡ κτητικὴ
 25 μέρος τῆς οἰκονομίας (ἄνευ γὰρ τῶν ἀναγκαίων ἀδύνατον
 καὶ ζῆν καὶ εὖ ζῆν), ὥσπερ δὴ ταῖς ὀρισμέναις τέχναις
 ἀναγκαῖον ἂν εἴη ὑπάρχειν τὰ οἰκεῖα ὄργανα, εἰ μέλλει
 ἀποτελεσθῆσεσθαι τὸ ἔργον, οὕτω καὶ τῷ οἰκονομικῷ. τῶν
 δ' ὀργάνων τὰ μὲν ἄψυχα τὰ δὲ ἔμψυχα (οἷον τῷ κυ-
 βερνήτῃ ὁ μὲν οἶαξ ἄψυχον ὁ δὲ πῶρευς ἔμψυχον· ὁ
 30 γὰρ ὑπὸ ὑπέρτης ἐν ὀργάνου εἶδει ταῖς τέχναις ἐστίν)· οὕτω καὶ
 τὸ κτῆμα ὄργανον πρὸς ζωὴν ἐστὶ, καὶ ἡ κτῆσις πλῆθος
 ὀργάνων ἐστί, καὶ ὁ δοῦλος κτῆμά τι ἔμψυχον, καὶ ὥσπερ
 ὄργανον πρὸ ὀργάνων πᾶς ὑπέρτης. εἰ γὰρ ἡδύνατο
 ἕκαστον τῶν ὀργάνων κελευσθὲν ἢ προαισθανόμενον ἀπο-
 35 τελεῖν τὸ αὐτοῦ ἔργον, <καὶ> ὥσπερ τὰ Δαιδάλου φασὶν ἢ τοὺς
 τοῦ Ἡφαίστου τρίποδας, οὓς φησὶν ὁ ποιητὴς αὐτομάτους θεῖον
 δύνεσθαι ἀγῶνα, οὕτως αἱ κερκίδες ἐκέρκιζον αὐταὶ καὶ τὰ
 πλῆκτρα ἐκιθάριζεν, οὐδὲν ἂν ἔδει οὔτε τοῖς ἀρχιτέκτοσιν
 1254a ὑπηρετῶν οὔτε τοῖς δεσπόταις δούλων. τὰ μὲν οὖν λεγόμενα
 ὄργανα ποιητικὰ ὀργανά ἐστι, τὸ δὲ κτῆμα πρακτικόν· ἀπὸ
 μὲν γὰρ τῆς κερκίδος ἕτερόν τι γίνεται παρὰ τὴν χρῆσιν
 αὐτῆς, ἀπὸ δὲ τῆς ἐσθῆτος καὶ τῆς κλίνης ἡ χρῆσις μό-
 5 νον. ἔτι δ' ἐπεὶ διαφέρει ἡ ποίησις εἶδει καὶ ἡ πρᾶξις,

que o governo da casa, do senhor, do político, e do rei são o mesmo,
 conforme dissemos no início; outros supõem que ser senhor é contrário 20
 à natureza porque é a convenção que torna um homem escravo e outro
 livre; como, segundo a natureza, em nada diferem, esta diferença é injusta
 na medida em que resulta da força.

4. Teoria da escravatura (continuação).

A propriedade é uma parte da família, e a arte de adquirir bens uma
 parte da administração da casa, já que sem os bens de primeira neces-
 sidade não só não se pode viver como não se pode viver bem. E tal como 25
 na administração da casa, à semelhança do que sucede em artes especí-
 ficas⁽¹⁹⁾, é necessário dispor de instrumentos próprios para a tarefa que
 tem de ser desempenhada, assim também quem estiver à frente do governo
 da casa deve ter os seus instrumentos, uns inanimados, e os outros
 animados (por exemplo, para o timoneiro o leme é um instrumento
 inanimado, e o vigia um animado, pois nas diferentes profissões, um
 ajudante pertence à categoria dos instrumentos). Assim também, a coisa 30
 possuída é um instrumento para viver e a propriedade consiste num
 conjunto de instrumentos; o escravo é uma espécie de propriedade viva
 e todo o ajudante é como que o primeiro de todos os instrumentos. Se
 cada instrumento pudesse desempenhar a sua função a nosso mando, ou
 como que antecipando-se ao que se lhe vai pedir — tal como se afirma
 das estátuas de Dédalo ou dos tripés de Hefesto acerca dos quais o poeta 35
 diz “*movendo-se por si mesmas entram na assembleia dos deuses*”⁽²⁰⁾,
 e se, do mesmo modo os teares tecessem sozinhos, e se as palhetas
 tocassem sozinhas a cítara, então os mestres não teriam necessidade de
 ajudantes nem os senhores de escravos. 1254a

Em qualquer caso, os instrumentos propriamente assim chamados
 são instrumentos de produção, enquanto uma propriedade é um instru-
 mento de acção. De um tear provém algo mais do que o seu simples
 uso, de uma cama ou de um adorno apenas o seu uso. Além disso,
 como a produção e a acção diferem em género e ambas necessitam de 5

καὶ δέονται ἀμφοτέραι ὀργάνων, ἀνάγκη καὶ ταῦτα τὴν
αὐτὴν ἔχειν διαφορὰν. ὁ δὲ βίος πράξις, οὐ ποίησις, ἐστίν·
διὸ καὶ ὁ δοῦλος ὑπηρετῆς τῶν πρὸς τὴν πράξιν. τὸ δὲ
κτῆμα λέγεται ὥσπερ καὶ τὸ μόριον. τό τε γὰρ μόριον οὐ
10 μόνον ἄλλου ἐστὶ μόριον, ἀλλὰ καὶ ὅλως ἄλλου· ὁμοίως δὲ
καὶ τὸ κτῆμα. διὸ ὁ μὲν δεσπότης τοῦ δούλου δεσπότης μό-
νον, ἐκείνου δ' οὐκ ἐστίν· ὁ δὲ δοῦλος οὐ μόνον δεσπότην δοῦ-
λός ἐστιν, ἀλλὰ καὶ ὅλως ἐκείνου. τίς μὲν οὖν ἡ φύσις τοῦ δοῦ-
λου καὶ τίς ἡ δύναμις, ἐκ τούτων δῆλον· ὁ γὰρ μὴ αὐτοῦ φύσει
15 ἀλλ' ἄλλου ἄνθρωπος ὢν, οὗτος φύσει δοῦλός ἐστιν, ἄλλου δ'
ἐστὶν ἄνθρωπος ὅς ἂν κτῆμα ᾗ ἄνθρωπος ὢν, κτῆμα δὲ ὄργανον
πρακτικὸν καὶ χωριστόν.

5 Πότερον δ' ἐστὶ τις φύσει τοιοῦτος ἢ οὐ, καὶ πότερον βέλτιον καὶ
δίκαιόν τιτι δουλεύειν ἢ οὐ, ἀλλὰ πᾶσα δουλεία παρὰ φύσιν
20 ἐστὶ, μετὰ ταῦτα σκεπτέον. οὐ χαλεπὸν δὲ καὶ τῷ λόγῳ θεωρῆσαι
καὶ ἐκ τῶν γνωμένων καταμαθεῖν. τὸ γὰρ ἄρχειν καὶ ἄρχεσθαι
οὐ μόνον τῶν ἀναγκαίων ἀλλὰ καὶ τῶν συμφερόντων ἐστὶ,
καὶ εὐθὺς ἐκ γενετῆς ἐνια διέστηκε τὰ μὲν ἐπὶ τὸ ἄρχεσθαι
τὰ δ' ἐπὶ τὸ ἄρχειν. καὶ εἶδη πολλὰ καὶ ἀρχόντων καὶ
25 ἀρχομένων ἐστίν (καὶ αἰεὶ βελτίων ἢ ἀρχὴ ἢ τῶν βελτιόνων
ἀρχομένων, οἷον ἀνθρώπου ἢ θηρίου· τὸ γὰρ ἀποτελούμενον
ὑπὸ τῶν βελτιόνων βέλτιον ἔργον· ὅπου δὲ τὸ μὲν ἄρχει
τὸ δ' ἄρχεται, ἐστὶ τι τούτων ἔργον)· ὅσα γὰρ ἐκ πλειόνων
συνέστηκε καὶ γίνεται ἐν τι κοινόν, εἴτε ἐκ συνεχῶν εἴτε ἐκ
30 διηρημένων, ἐν ἅπασιν ἐμφαίνεται τὸ ἄρχον καὶ τὸ ἀρχό-

instrumentos, a diferença entre os instrumentos deve ser também a
mesma. A vida é acção, e não produção, pelo que o escravo é um ajudante
a incluir entre as coisas que promovem a acção.

O termo 'propriedade' emprega-se do mesmo modo que o termo
'parte'; a parte não é apenas parte de outra coisa mas também lhe
10 pertence inteiramente. Assim também sucede com a propriedade. Do
mesmo modo, assim como o senhor somente o é enquanto senhor do
escravo, mas não lhe pertence, o escravo não é apenas escravo do seu
senhor; pertence-lhe inteiramente.

Estas considerações tornam evidente o que são a natureza e a
faculdade de ser escravo: aquele que, por natureza, sendo humano, não
pertence a si próprio mas a outrem, é escravo por natureza. Um ser
humano pertence a outro se, apesar de humano, for um objecto de
15 propriedade; e uma propriedade é um instrumento destinado à acção e
com existência autónoma.

5. Homens livres e escravos.

Temos de considerar se existem ou não homens que, por natureza,
tenham índole de escravo, e se é melhor ou mais justo serem assim, ou
se pelo contrário, toda a escravidão é contrária à natureza.

Não apresenta qualquer dificuldade uma investigação teórica destas
20 questões nem tão pouco conhecê-las a partir do que acontece. Governar
e ser governado são coisas não só necessárias mas convenientes, e é por
nascimento que se estabelece a diferença entre os destinados a mandar
e os destinados a obedecer. Existem muitas modalidades de governar e
de ser governado, mas é sempre melhor quando os governados são
25 melhores: por exemplo, o governo exercido sobre o homem é melhor do
que o exercido sobre os animais; aquilo que é produzido pelo melhor dá
um melhor resultado. Onde um elemento governa e outro é governado,
encontram-se numa tarefa determinada.

Sempre que existe uma combinação de elementos, contínua ou des-
contínua, para produzir uma realidade com unidade de composição, ma-
nifesta-se a dualidade do que governa e do que é governado; e isto, que
30

μενον, καὶ τοῦτο ἐκ τῆς ἀπάσης φύσεως ἐνυπάρχει τοῖς
ἐμψύχοις· καὶ γὰρ ἐν τοῖς μὴ μετέχουσι ζωῆς ἔστι τις
ἀρχή, οἷον ἀρμονίας. ἀλλὰ ταῦτα μὲν ἴσως ἐξωτερικωτέ-
ρας ἔστι σκέψεως· τὸ δὲ ζῶον πρῶτον συνέστηκεν ἐκ ψυχῆς
35 καὶ σώματος, ὧν τὸ μὲν ἄρχον ἔστι φύσει τὸ δ' ἀρχό-
μενον. δεῖ δὲ σκοπεῖν ἐν τοῖς κατὰ φύσιν ἔχουσι μᾶλλον
τὸ φύσει, καὶ μὴ ἐν τοῖς διεφθαρμένοις· διὸ καὶ τὸν βέλ-
τιστα διακείμενον καὶ κατὰ σῶμα καὶ κατὰ ψυχὴν ἀν-
θρωπον θεωρητέον, ἐν ᾧ τοῦτο δῆλον· τῶν γὰρ μοχθηρῶν ἢ
1254b μοχθηρῶς ἔχόντων δόξειεν ἂν ἄρχειν πολλάκις τὸ σῶμα τῆς
ψυχῆς διὰ τὸ φαύλως καὶ παρὰ φύσιν ἔχειν. ἔστι δ' οὖν,
ὥσπερ λέγομεν, πρῶτον ἐν ζῳῳ θεωρῆσαι καὶ δεσποτικὴν
ἀρχὴν καὶ πολιτικὴν· ἡ μὲν γὰρ ψυχὴ τοῦ σώματος ἄρχει
5 δεσποτικὴν ἀρχὴν, ὃ δὲ νοῦς τῆς ὁρέξεως πολιτικὴν ἢ
βασιλικὴν· ἐν οἷς φανερόν ἐστιν ὅτι κατὰ φύσιν καὶ συμφέ-
ρον τὸ ἄρχεσθαι τῷ σῶματι ὑπὸ τῆς ψυ-
χῆς, καὶ τῷ παθητικῷ μορίῳ ὑπὸ τοῦ νοῦ καὶ τοῦ μορίου τοῦ
λόγον ἔχοντος, τὸ δ' ἐξ ἴσου ἢ ἀνάπαλιν βλαβερόν πᾶσιν.
10 πάλιν ἐν ἀνθρώπῳ καὶ τοῖς ἄλλοις ζῳοῖς ὡσαύτως· τὰ
μὲν γὰρ ἡμερᾶ τῶν ἀγρίων βελτίῳ τὴν φύσιν, τοῦτοις δὲ
πᾶσι βέλτιον ἄρχεσθαι ὑπ' ἀνθρώπου· τυγχάνει γὰρ σω-
τηρίας οὕτως. ἔτι δὲ τὸ ἄρρεν πρὸς τὸ θῆλυ φύσει τὸ μὲν
κρεῖττον τὸ δὲ χειρόν, καὶ τὸ μὲν ἄρχον τὸ δ' ἀρχόμενον. τὸν
15 αὐτὸν δὲ τρόπον ἀναγκαῖον εἶναι καὶ ἐπὶ πάντων ἀνθρώ-
πων. ὅσοι μὲν οὖν τοσοῦτον διεσπᾶσιν ὅσον ψυχὴ σώματος
καὶ ἄνθρωπος θηρίου (διάκεινται δὲ τοῦτον τὸν τρόπον ὅσων
ἔστιν ἔργον ἢ τοῦ σώματος χρῆσις, καὶ τοῦτ' ἐστ' ἀπ' αὐτῶν
βέλτιστον), οὗτοι μὲν εἰσι φύσει δοῦλοι, οἷς βέλτιόν ἐστιν
ἄρχεσθαι ταύτην τὴν ἀρχὴν, εἴπερ καὶ τοῖς εἰρημένοις. ἔστι
20 γὰρ φύσει δοῦλος ὁ δυνάμενος ἄλλου εἶναι (διὸ καὶ ἄλλου

acontece nos seres vivos, releva de uma lei universal da natureza, porque
mesmo entre as coisas inanimadas existe, com efeito, alguma autoridade,
como sucede por exemplo com a harmonia. Contudo, uma investigação
neste âmbito levar-nos-ia além do nosso tema. Em primeiro lugar, um ser
vivo é composto pela alma e pelo corpo; o primeiro é o governante por
natureza, o segundo, o governado. Deveríamos, de preferência, ver o que 35
é natural nos seres cuja condição é conforme à natureza, e não naqueles
em que existe corrupção. Devemos, então, considerar aquele indivíduo
que tem as melhores disposições, tanto de alma como de corpo, no qual
isto é evidente; porque nos indivíduos que têm uma índole perversa, tem-
-se a impressão de que é o corpo a governar a alma, devido à condição 1254b
degradada e desnaturada. Dizemos, pois, que é no ser vivo que primeiro
encontramos a autoridade de um senhor ou de um governante. A alma
governa o corpo com autoridade de senhor, enquanto a inteligência exerce
uma autoridade política ou régia sobre o apetite. Nestes casos é evidente 5
que é não só natural como também benéfico para o corpo ser governado
pela alma, tal como a parte afectiva pela inteligência e pela parte que
possui a razão; já a paridade entre as duas partes ou a inversão dos papéis
seria prejudicial em todos os casos. E, mais uma vez, acontece o mesmo
no que diz respeito ao homem e aos outros animais: os animais domés- 10
ticos são melhores do que os selvagens, e é melhor serem dominados pelos
homens, já que assim obtêm a respectiva segurança. Por outro lado, a
relação entre o homem e a mulher consiste no facto de que, por natureza,
um é superior e a outra inferior, um, governante, outra, governada. (21)
O mesmo tem que, necessariamente, ocorrer para toda a humanidade. 15

Por conseguinte, aqueles homens que se diferenciam entre si, tanto
quanto a alma se diferencia do corpo ou o homem do animal (e têm esta
disposição aqueles cuja actividade consiste em fazer uso do corpo, e isto
é a melhor coisa que podem dar) são escravos por natureza, e para eles 20
é melhor estarem sujeitos a esse tipo de autoridade, se dermos crédito às

25 ἔστιν), καὶ ὁ κοινωνῶν λόγου τοσοῦτον ὅσον αἰσθάνεσθαι ἀλλὰ
 μὴ ἔχειν. τὰ γὰρ ἄλλα ζῶα οὐ λόγῳ [αἰσθανόμενα] ἀλλὰ
 παθήμασιν ὑπηρετεῖ. καὶ ἡ χρεῖα δὲ παραλλάττει μικρόν·
 30 ἢ γὰρ πρὸς τὰναγκαῖα τῷ σώματι βοήθεια γίνεται παρ'
 ἁμφοῖν, παρὰ τε τῶν δούλων καὶ παρὰ τῶν ἡμέρων ζώων.
 βούλεται μὲν οὖν ἡ φύσις καὶ τὰ σώματα διαφέροντα
 ποιεῖν τὰ τῶν ἐλευθέρων καὶ τῶν δούλων, τὰ μὲν ἰσχυρὰ
 πρὸς τὴν ἀναγκαίαν χρῆσιν, τὰ δ' ὀρθὰ καὶ ἄχρηστα πρὸς
 35 τὰς τοιαύτας ἐργασίας, ἀλλὰ χρήσιμα πρὸς πολιτικὸν
 βίον (οὗτος δὲ καὶ γίνεται διηρημένος εἰς τε τὴν πολεμικὴν
 χρεῖαν καὶ τὴν εἰρηνικὴν), συμβαίνει δὲ πολλάκις καὶ τοῦ-
 ναντίον, τοὺς μὲν τὰ σώματα ἔχειν ἐλευθέρων τοὺς δὲ τὰς
 ψυχάς· ἐπεὶ τοῦτό γε φανερόν, ὥς εἰ τοσοῦτον γένονται δι-
 40 φοροὶ τὸ σῶμα μόνον ὅσον αἱ τῶν θεῶν εἰκόνες, τοὺς ὑπο-
 λειπομένους πάντες φαῖεν ἂν ἀξιόους εἶναι τούτοις δουλεύειν.
 εἰ δ' ἐπὶ τοῦ σώματος τοῦτ' ἀληθές, πολὺ δικαιότερον ἐπὶ
 τῆς ψυχῆς τοῦτο διωρίσθαι· ἀλλ' οὐχ ὁμοίως ῥᾶδιον ἰδεῖν
 45 τὸ τε τῆς ψυχῆς κάλλος καὶ τὸ τοῦ σώματος, ὅτι μὲν
 1255a τοίνυν εἰσὶ φύσει τινὲς οἱ μὲν ἐλεύθεροι οἱ δὲ δοῦλοι, φα-
 νερόν, οἷς καὶ συμφέρει τὸ δουλεύειν καὶ δίκαιόν ἐστιν.
 6 Ὅτι δὲ καὶ οἱ τὰναντία φάσκοντες τρόπον τινὰ λέγουσιν
 ὀρθῶς, οὐ χαλεπὸν ἰδεῖν. διχῶς γὰρ λέγεται τὸ δουλεύειν
 5 καὶ ὁ δοῦλος. ἔστι γὰρ τις καὶ κατὰ νόμον δοῦλος καὶ
 δουλεύων· ὁ γὰρ νόμος ὁμολογία τίς ἐστιν ἐν ᾗ τὰ κατὰ
 πόλεμον κρατούμενα τῶν κρατούντων εἶναί φασιν. τοῦτο δὲ
 τὸ δίκαιον πολλοὶ τῶν ἐν τοῖς νόμοις ὥσπερ ῥήτορα γρά-
 10 φονται παρανόμων, ὥς δεινὸν <ὄν> εἰ τοῦ βιάσασθαι δυναμένου
 καὶ κατὰ δύναμιν κρείττονος ἔσται δοῦλον καὶ ἀρχόμενον

distinções acima referidas. É um escravo por natureza aquele que pode
 pertencer a outro (e é esta a razão por que pertence de facto) e também
 aquele que participa da razão o suficiente para a apreender sem, contudo,
 a possuir; os animais distintos do homem nem sequer são capazes de
 participar da forma sensitiva da razão; apenas obedecem passivamente às
 impressões. Quanto à utilidade, escravos e animais domésticos pouco
 diferem; prestam ambos auxílio ao corpo, na medida das nossas neces-
 25 sidades.

É intenção da natureza modelar os corpos dos homens livres de
 modo diferente dos corpos dos escravos, atribuindo a uns a força neces-
 sária para os trabalhos pesados e dando a outros a postura erecta e
 tornando-os impróprios para esse género de trabalhos, mas tornando-os
 aptos para a vida de cidadão (que se divide em actividades de guerra e
 30 de paz). Mas o oposto também ocorre com frequência, há escravos com
 corpos de homem livre, e outros com almas. (22) Uma coisa é muito clara:
 se os homens livres se distinguíssem apenas pelo corpo, superiorizando-
 -se aos demais como estátuas de deuses, então todos concordariam que
 todos os inferiores deveriam ser seus escravos. E se tal fosse verdade em
 35 relação ao corpo, ainda mais justamente tal distinção se aplicaria à alma;
 não é, porém, tão fácil ver a beleza da alma como a do corpo.

É óbvio, então, que uns são livres e outros escravos, por natureza, 1255a
 e que para estes a escravidão é não só adequada mas também justa.

6. Controvérsia sobre a escravatura.

Não é difícil ver que quem defende o contrário também tem alguma
 razão. (23) Dizemos 'escravatura' e 'escravo' com um duplo sentido: é que
 também existem escravos e escravatura em virtude da lei; e essa lei é
 5 de certo modo um acordo pelo qual se diz que os despojos da guerra
 pertencem aos vencedores. Contra a justeza disto muitos dos juristas movem
 uma "acusação de ilegalidade" (24) semelhante à que fariam contra um
 orador na assembleia; consideram nocivo que um homem, só porque
 10 pode exercer violência e tem uma força superior, faça da sua vítima um

τὸ βιασθέν. καὶ τοῖς μὲν οὕτως δοκεῖ τοῖς δ' ἐκείνως, καὶ
 τῶν σοφῶν. αἴτιον δὲ ταύτης τῆς ἀμφισβητήσεως, καὶ ὁ
 ποιεῖ τοὺς λόγους ἐπαλλάττειν, ὅτι τρόπον τινὰ ἀρετὴ τυγ-
 χάνουσα χορηγίας καὶ βιάζεσθαι δύναται μάλιστα, καὶ
 15 ἔστιν αἰεὶ τὸ κρατοῦν ἐν ὑπεροχῇ ἀγαθοῦ τινος, ὥστε δοκεῖν
 μὴ ἄνευ ἀρετῆς εἶναι τὴν βίαν, ἀλλὰ περὶ τοῦ δικαίου μό-
 νον εἶναι τὴν ἀμφισβήτησιν (διὰ γὰρ τοῦτο τοῖς μὲν ἄνοια
 δοκεῖ τὸ δίκαιον εἶναι, τοῖς δ' αὐτὸ τοῦτο δίκαιον, τὸ τὸν
 κρεῖττονα ἄρχειν). ἐπεὶ διαστάντων γε χωρὶς τούτων τῶν λό-
 20 γων οὔτε ἰσχυρὸν οὐθέν ἐχουσιν οὔτε πιθανὸν ἄτεροι λόγοι, ὥς
 οὐ δεῖ τὸ βέλτιον κατ' ἀρετὴν ἄρχειν καὶ δεσπόζειν. ὅλως
 δ' ἀντεχόμενοί τινες, ὥς οἴονται, δικαίου τινός (ὁ γὰρ νόμος
 δίκαιόν τι) τὴν κατὰ πόλεμον δουλείαν πθέσσι δικαίαν,
 25 ἅμα δ' οὐ φασιν τὴν τε γὰρ ἀρχὴν ἐνδέχεται μὴ δικαίαν εἶναι
 τῶν πολέμων, καὶ τὸν ἀνάξιον δουλεύειν οὐδα-
 μῶς ἂν φαίη τις δοῦλον εἶναι· εἰ δὲ μὴ, συμβήσεται τοὺς
 εὐγενεστάτους εἶναι δοκοῦντας δούλους εἶναι καὶ ἐκ δούλων,
 ἐὰν συμβῇ πραθῆναι ληφθέντας. διόπερ αὐτοὺς οὐ βούλονται
 λέγειν δούλους, ἀλλὰ τοὺς βαρβάρους. καίτοι ὅταν τοῦτο λέ-
 30 γωσιν, οὐθέν ἄλλο ζητοῦσιν ἢ τὸ φύσει δοῦλον ὅπερ ἐξ
 ἀρχῆς εἵπομεν· ἀνάγκη γὰρ εἶναί τινας φάναι τοὺς μὲν
 πανταχοῦ δούλους τοὺς δ' οὐδαμοῦ. τὸν αὐτὸν δὲ τρόπον καὶ
 περὶ εὐγενείας· αὐτοὺς μὲν γὰρ οὐ μόνον παρ' αὐτοῖς εὐ-
 γενεῖς ἀλλὰ πανταχοῦ νομίζουσιν, τοὺς δὲ βαρβάρους οἰκοι μό-
 35 νον, ὥς ὃν τι τὸ μὲν ἀπλῶς εὐγενὲς καὶ ἐλεύθερον τὸ δ' οὐχ ἀπλῶς,
 ὥσπερ καὶ ἡ Θεοδέκτου Ἑλένη φησὶν 'θείων δ' ἅπ' ἀμφοῖν ἐκγονον
 ριζωμάτων τίς ἂν προσειπεῖν ἀξιώσειεν λάτριν;'

escravo e um subordinado. Mesmo entre sábios, alguns são desta opinião, outros têm outra.

A causa desta diferença de opinião, e que provoca a sobreposição parcial de argumentos ⁽²⁵⁾, consiste em que, num certo modo, a virtude, quando adquiriu recursos suficientes, tem grande poder de se impor pela força e o vencedor leva sempre a melhor devido à superioridade em algum bem. Por conseguinte, parece que a força não existe sem virtude, e que a discussão visa apenas a questão do que é justo. Portanto, alguns pensam que a justiça reside na benevolência; outros, que a justiça é o poder do mais forte; se estas concepções fossem efectivamente separadas, outros argumentos perderiam toda a força de persuadir, ao pretender que o homem superior em virtude não deveria governar nem dominar.

Existem ainda outros que tendendo, segundo pensam, para uma certa forma de justiça (já que a lei é uma forma de justiça) consideram que a escravatura na guerra é sempre, e em qualquer parte, justa. Mas contradizem-se porque a causa das guerras pode não ser justa e ninguém pode reconhecer como escravo, de maneira alguma, a quem não o merece ser. Por outro lado, pode suceder que os considerados de mais nobre nascimento se tornem escravos e descendentes de escravos, caso sejam capturados e vendidos. Por esta razão, esses autores não adinitem descrever os gregos como escravos, mas apenas os bárbaros. E mesmo assim, quando referem isso, apenas visam o escravo por natureza, de que já tratámos: com efeito, é forçoso reconhecer que alguns são escravos em qualquer parte, enquanto outros em nenhuma. Isto também se aplica aos de nascimento nobre: os gregos olham-se entre si como de nascimento nobre não apenas na sua terra mas em toda a parte; aos bárbaros, consideram-nos nobres apenas nas suas terras, julgando que existem dois tipos de nobreza e de liberdade, um absoluto e outro não absoluto, conforme a frase da Helena de Teodecto: "*Quem se atreverá a chamar-me ser-va, a mim, que tenho descendência divina por ambos os lados?*" ⁽²⁶⁾.

1255b όταν δὲ τοῦτο λέγωσιν, οὐθενὶ ἀλλ' ἡ ἀρετῇ καὶ κακίᾳ δι-
 ορίζουσι τὸ δοῦλον καὶ ἐλεύθερον, καὶ τοὺς εὐγενεῖς καὶ τοὺς
 δυσγενεῖς. ἀξιοῦσι γάρ, ὥσπερ ἐξ ἀνθρώπου ἄνθρωπον καὶ
 ἐκ θηρίων γίνεσθαι θηρίον, οὕτω καὶ ἐξ ἀγαθῶν ἀγαθόν.
 ἡ δὲ φύσις βούλεται μὲν τοῦτο ποιεῖν πολλάκις, οὐ μέντοι
 δύναται. ὅτι μὲν οὖν ἔχει τινὰ λόγον ἢ ἀμφισβήτησις,
 5 καὶ οὐκ <ἀεί> εἰσιν οἱ μὲν φύσει δοῦλοι οἱ δ' ἐλεύθεροι, δῆλον,
 καὶ ὅτι ἐν τισι διώρισταί τὸ τοιοῦτον, ὧν συμφέρει τῷ μὲν τὸ
 δουλεύειν τῷ δὲ τὸ δεσπόζειν [καὶ δίκαιον], καὶ δεῖ τὸ μὲν
 ἄρχεσθαι τὸ δ' ἄρχειν ἣν πεφύκασιν ἀρχὴν ἄρχειν, ὥστε
 καὶ δεσπόζειν, τὸ δὲ κακῶς ἀσυμφόρως ἐστὶν ἀμφοῖν (τὸ
 10 γὰρ αὐτὸ συμφέρει τῷ μέρει καὶ τῷ ὅλῳ, καὶ σῶματι καὶ
 ψυχῇ, ὃ δὲ δοῦλος μέρος τι τοῦ δεσπότου, οἷον ἔμψυχόν τι
 τοῦ σώματος κεχωρισμένον δὲ μέρος· διὸ καὶ συμφέρον
 ἐστὶ τι καὶ φιλία δούλῳ καὶ δεσπότῃ πρὸς ἀλλήλους τοῖς
 φύσει τούτων ἡξιωμένοις, τοῖς δὲ μὴ τοῦτον τὸν τρόπον,
 15 ἀλλὰ κατὰ νόμον καὶ βιασθεῖσι, τούναντίον).
 7 Φανερόν δὲ καὶ ἐκ τούτων ὅτι οὐ ταῦτόν ἐστι δεσποτεία
 καὶ πολιτική, οὐδὲ πᾶσαι ἀλλήλαις αἱ ἀρχαί, ὥσπερ τινὲς
 φασιν. ἡ μὲν γὰρ ἐλευθέρων φύσει ἡ δὲ δούλων ἐστίν, καὶ
 ἡ μὲν οἰκονομικὴ μοναρχία (μοναρχεῖται γὰρ πᾶς οἶκος),
 20 ἡ δὲ πολιτικὴ ἐλευθέρων καὶ ἴσων ἀρχή. ὃ μὲν οὖν δεσπό-
 της οὐ λέγεται κατ' ἐπιστήμην, ἀλλὰ τῷ τοιόσδ' εἶναι,
 ὁμοίως δὲ καὶ ὁ δοῦλος καὶ ὁ ἐλεύθερος. ἐπιστήμη δ' ἂν
 εἴη καὶ δεσποτικὴ καὶ δουλική, δουλικὴ μὲν οἷαν περ ὁ ἐν
 Συρακούσαις ἐπαίδευεν· ἐκεῖ γὰρ λαμβάνων τις μισθὸν

Mas quando afirmam isso, não distinguem entre virtude e vício, nem entre
 o escravo e o livre, nem tão-pouco entre bem ou mal nascido. É que eles
 afirmam que, como o homem nasce do homem, e o animal do animal, 1255b
 então os bons nascem dos bons. Mas embora a natureza tenda a este fim,
 nem sempre é capaz de o atingir.

É óbvio que a controvérsia tem alguma razão de ser e que nem
 sempre é verdade que uns sejam escravos por natureza e outros livres.
 É claro também que tal distinção existe em alguns casos, em que é 5
 conveniente e justo que um seja o senhor, e outro o escravo e que um
 deva ser governado, e o outro exercer o governo para o qual se encontra
 destinado, a fim de ser de facto um senhor. Mas um exercício errado do
 poder é contrário aos interesses de ambos; é que a mesma coisa beneficia
 tanto a parte como o todo, a alma como o corpo, e o escravo é como que 10
 uma parte do seu senhor, uma espécie de parte animada do corpo deste,
 mas uma parte separada. Por esta razão, existe uma convergência de
 interesse e amizade recíprocas entre o senhor e o escravo que merecem
 o respectivo estatuto por natureza. Mas quando não é este o caso, e senhor
 e escravo o são por convenção e violência, sucede o contrário. 15

7. O senhor e o escravo.

Resulta manifesto, destas considerações, que não são a mesma coisa
 o domínio de um senhor e o do governante e que nem todas as formas
 de governo são as mesmas, como alguns dizem. Com efeito, uma das
 formas de governo exerce-se sobre homens naturalmente livres, a outra
 sobre escravos. O governo de uma casa é uma monarquia, já que um só
 governa toda a casa enquanto o governo político é exercido pelos que são 20
 livres e iguais.

Um senhor não é denominado 'senhor' em virtude de possuir uma
 ciência determinada, mas devido ao facto de o ser, à semelhança do
 escravo e do livre. Apesar de tudo, pode haver uma ciência do senhor
 e do escravo, conforme ensinava o mestre de Siracusa que, mediante um

25 ἐδίδασκε τὰ ἐγκύκλια διακονήματα τοὺς παῖδας· εἴη δ' ἂν καὶ ἐπὶ πλείον τῶν τοιούτων μάθησις, οἷον ὁψοποικὴ καὶ ἄλλα τὰ τοιαῦτα γένη τῆς διακονίας. ἔστι γὰρ ἕτερα ἐτέρων τὰ μὲν ἐντιμότερα ἔργα τὰ δ' ἀναγκαϊότερα, καὶ κατὰ τὴν παροιμίαν 'δούλος πρὸ δούλου, δεσπότης πρὸ δε-
30 σπότης'. αἱ μὲν οὖν τοιαῦται πᾶσαι δουλικαὶ ἐπιστήμαί εἰσι· δεσποτικὴ δ' ἐπιστήμη ἐστὶν ἡ χρηστικὴ δούλων. ὁ γὰρ δεσπότης οὐκ ἐν τῷ κτᾶσθαι τοὺς δούλους, ἀλλ' ἐν τῷ χρῆσθαι δούλοις. ἔστι δ' αὕτη ἡ ἐπιστήμη οὐδὲν μέγα ἔχουσα οὐδὲ σεμιόν· ὁ γὰρ τὸν δούλον ἐπίστασθαι δεῖ ποιεῖν, ἐκεῖνον δεῖ
35 ταῦτα ἐπίστασθαι ἐπιτάττειν. διὸ ὅσοις ἐξουσία μὴ αὐτοὺς κακοπαθεῖν, ἐπίτροπός <τις> λαμβάνει ταύτην τὴν τιμὴν, αὐτοὶ δὲ πολιτεύονται ἢ φιλοσοφοῦσιν. ἡ δὲ κτητικὴ ἕτερα ἀμφοτέρων τούτων, οἷον ἡ δικαία, πολεμικὴ τις οὔσα ἢ θηρευτικὴ. περὶ μὲν οὖν δούλου καὶ δεσπότης τοῦτον διωρίσθω τὸν
40 τρόπον.

1256a 8 "Ὅλως δὲ περὶ πάσης κτήσεως καὶ χρηματιστικῆς θεωρήσωμεν κατὰ τὸν ὑφηγημένον τρόπον, ἐπεὶ περ καὶ ὁ δούλος τῆς κτήσεως μέρος τι ἦν. πρῶτον μὲν οὖν ἀπορήσειεν ἂν τις πότερον ἡ χρηματιστικὴ ἢ αὐτὴ τῇ οἰκονομικῇ ἐστὶν
5 ἢ μέρος τι, ἢ ὑπηρετικὴ, καὶ εἰ ὑπηρετικὴ, πότερον ὥς ἡ κερκιδοποικὴ τῇ ὑφαντικῇ ἢ ὥς ἡ χαλουργικὴ τῇ ἀνδριαντοποιίᾳ (οὐ γὰρ ὡσαύτως ὑπηρετοῦσιν, ἀλλ' ἡ μὲν ὄργανα παρέχει, ἡ δὲ τὴν ὕλην· λέγω δὲ ὕλην τὸ ὑποκείμε-

salário, treinava os escravos para os trabalhos correntes. A aprendizagem destas coisas poderia alargar-se ainda mais, por exemplo, à culinária e a outras tarefas desse tipo. Servidores diferentes têm tarefas diferentes, algumas de maior prestígio, outras mais necessárias, e, conforme o provérbio diz "há escravos e escravos, e senhores e senhores".⁽²⁷⁾

Todos os conhecimentos deste tipo dizem respeito ao ofício de escravo. Quanto à ciência do senhor consiste em saber servir-se do trabalho dos escravos; ele é senhor não porque adquireu escravos mas porque sabe utilizá-los. Este ramo do saber, contudo, não tem grande importância ou dignidade, conquanto se saiba como ordenar os escravos no desempenho das tarefas que devem executar. Assim, aqueles que não podem ocupar-se pessoalmente deste trabalho, delegam a tarefa num capataz e dedicam-se à política ou à filosofia. Saber como se adquire escravos é ainda diferente das duas ciências referidas; refere-se à ciência de adquirir escravos de modo justo, que é uma espécie de conhecimento militar ou cinegético.

Em relação ao senhor e ao escravo são estas as disposições a fazer

8. A propriedade e a arte de aquisição de recursos na economia.

Podemos agora estudar a propriedade e a crematística de uma maneira geral de acordo com o nosso método, posto que o escravo é parte integrante da propriedade.⁽²⁸⁾ A primeira questão que poderíamos colocar é: será a crematística o mesmo que a economia, uma parte dela, ou ainda sua subsidiária? E se for subsidiária, apresenta-se da mesma maneira que a fabricação de teares em relação à arte de tecer, ou a fundição do bronze em relação à arte da estatuária? É que estas duas não são subsidiárias d'

10 νον ἐξ οὗ τι ἀποτελεῖται ἔργον, οἷον ὑφάντη μὲν ἔρια
 ἀνδριαντοποιῶ δὲ χαλκόν). ὅτι μὲν οὖν οὐχ ἡ αὐτὴ ἡ οἰκο-
 νομικὴ τῇ χρηματιστικῇ, δῆλον (τῆς μὲν γὰρ τὸ πορίσα-
 σθαι, τῆς δὲ τὸ χρήσασθαι· τίς γὰρ ἔσται ἡ χρησομένη
 τοῖς κατὰ τὴν οἰκίαν παρὰ τὴν οἰκονομικήν;)· πότερον δὲ
 15 μέρος αὐτῆς ἐστὶ τι ἢ ἕτερον εἶδος, ἔχει διαμφισβήτησιν·
 εἰ γὰρ ἔστι τοῦ χρηματιστικοῦ θεωρῆσαι πόθεν χρήματα καὶ
 κτήσις ἐσται, ἢ γε κτήσις πολλὰ περιείληφε μέρη καὶ ὁ
 πλοῦτος, ὥστε πρῶτον ἡ γεωργικὴ πότερον μέρος τι τῆς χρη-
 ματιστικῆς ἢ ἕτερόν τι γένος, καὶ καθόλου ἡ περὶ τὴν τρο-
 20 φὴν ἐπιμέλεια καὶ κτήσις; ἀλλὰ μὴν εἶδη γε πολλὰ τρο-
 φῆς, διὸ καὶ βίοι πολλοὶ καὶ τῶν ζώων καὶ τῶν ἀνθρώπων
 εἰσὶν· οὐ γὰρ οἷόν τε ζῆν ἄνευ τροφῆς, ὥστε αἱ διαφοραὶ
 τῆς τροφῆς τοὺς βίους πεποιήκασιν διαφέροντας τῶν ζώων.
 25 τῶν τε γὰρ θηρίων τὰ μὲν ἀγελαῖα τὰ δὲ σποραδικὰ ἔσιν,
 ὁποτέρως συμφέρει πρὸς τὴν τροφήν αὐτοῖς διὰ τὸ τὰ μὲν
 ζυφοφάγα τὰ δὲ καρποφάγα τὰ δὲ παμφάγα αὐτῶν εἶναι,
 ὥστε πρὸς τὰς βραστώνας καὶ τὴν αἵρεσιν τὴν τούτων ἡ φύσις τοὺς
 βίους αὐτῶν διώρισεν, ἐπεὶ δ' οὐ ταὐτὸ ἐκάστω ἡδὺ κατὰ φύ-
 30 σιν ἀλλὰ ἕτερα ἑτέροις, καὶ αὐτῶν τῶν ζυφοφάγων καὶ τῶν
 καρποφάγων οἱ βίοι πρὸς ἀλλήλα διεστᾶσιν· ὁμοίως δὲ
 καὶ τῶν ἀνθρώπων. πολὺ γὰρ διαφέρουσιν οἱ τούτων βίοι.
 οἱ μὲν οὖν ἀργότατοι νομάδες εἰσὶν (ἡ γὰρ ἀπὸ τῶν ἡμέ-
 35 ρων τροφή ζώων ἄνευ πόνου γίνεται σχολάζουσιν· ἀναγκαῖον
 δ' ὄντος μεταβάλλειν τοῖς κτήνεσι διὰ τὰς νομάς καὶ
 αὐτοὶ ἀναγκάζονται συνακολουθεῖν, ὥσπερ γεωργίαν ζῶσαν
 γεωργοῦντες)· οἱ δ' ἀπὸ θήρας ζῶσι, καὶ θήρας ἕτεροι ἑ-
 40 τέρας, οἷον οἱ μὲν ἀπὸ ληστείας, οἱ δ' ἀφ' ἀλιείας, ὅσοι λί-
 μνας καὶ ἔλη καὶ ποταμοὺς ἢ θάλατταν τοιαύτην προσ-
 οικοῦσιν, οἱ δ' ἀπ' ὀρνίθων ἢ θηρίων ἀγρίων· τὸ δὲ πλεῖστον
 γένος τῶν ἀνθρώπων ἀπὸ τῆς γῆς ζῇ καὶ τῶν ἡμέρων καρ-
 40 πῶν. οἱ μὲν οὖν βίοι τοσοῦτοι σχεδόν εἰσιν, ὅσοι γε αὐτό-

mesma maneira: uma fornece os instrumentos, e outra o material — e
 'material' significa a substância de que uma obra é feita, como por
 exemplo, a lã para o tecelão, o bronze para o escultor.

Parece óbvio que a crematística não é o mesmo que a arte de 10
 governar a casa: uma refere-se à arte de adquirir, a outra à arte de utilizar.
 Que outra arte, para além da do governo da casa, pode fazer uso do que
 se encontra na casa? Mas é assunto para debater se a crematística é uma
 parte integrante, ou distinta, da economia. Se a função da crematística é
 considerar como alcançar bens e propriedade (sendo que a propriedade 15
 e a riqueza contêm muitas partes) a primeira questão será saber se a arte
 da agricultura é parte da crematística, ou uma coisa diferente, ou se
 corresponde, em geral, à procura e fornecimento de alimentos. ⁽²⁹⁾

Mas por outro lado, existem diferentes tipos de alimentação e por
 isso também existem vários tipos de vida, tanto de animais como de 20
 homens. Nenhuma vida é possível sem alimentação e os diferentes tipos
 de alimentação produziram diferentes tipos de vida entre os animais.
 Alguns bichos vivem em manada, outros dispersos, conforme convém à
 sua alimentação; uns são carnívoros, outros herbívoros, e outros omni-
 voros. A natureza proporcionou-lhes diferentes modos de vida para os 25
 ajudar a alcançar alimento. Como a mesma coisa não agrada a todos de
 mesmo modo, mas a uns agrada isto e a outros aquilo, as maneiras de
 viver dos carnívoros e dos herbívoros são diferentes.

Do mesmo modo diferem as vidas dos seres humanos. Os 30
 indolentes são pastores, dado que a comida, que lhes é fornecida pelos
 animais domésticos, surge sem qualquer esforço; mas, quando é neces-
 sário que os rebanhos mudem, por causa das pastagens, os humanos têm
 de acompanhá-los como se cultivassem uma lavoura viva. Outros vivem
 da caça, mas de diferentes tipos: uns por exemplo, vivem da rapina ⁽³⁰⁾, 35
 outros vivem da pesca (os que habitam perto de lagos, pântanos, rios ou de
 uma área piscícola); outros, ainda, vivem da caça de aves ou de animais
 selvagens. Mas a maior parte vive da terra e das colheitas de frutos.

φυτον ἔχουσι τὴν ἐργασίαν καὶ μὴ δι' ἀλλαγῆς καὶ καπη-
1256b λείας πορίζονται τὴν τροφήν, νομαδικὸς ληστρικὸς ἀλιευ-
τικὸς θηρευτικὸς γεωργικὸς. οἱ δὲ καὶ μὴ γινύμενοι ἐκ τού-
των ἡδέως ζῶσι, προσαναπληροῦντες τὸν ἐνδεέστερον βίον, ἢ
5 τυγχάνει ἐλλείπων πρὸς τὸ αὐτάρκης εἶναι, οἷον οἱ μὲν
νομαδικὸν ἅμα καὶ ληστρικόν, οἱ δὲ γεωργικὸν καὶ θηρευ-
τικόν· ὁμοίως δὲ καὶ περὶ τοὺς ἄλλους· ὥς ἂν ἡ χρεία
συναναγκάζῃ, τοῦτον τὸν τρόπον διάγουσιν. ἡ μὲν οὖν τοιαύτη
κτῆσις ὑπ' αὐτῆς φαίνεται τῆς φύσεως διδομένη πᾶσιν,
ὥσπερ κατὰ τὴν πρώτην γένεσιν εὐθύς, οὕτω καὶ τελειω-
10 θεῖσιν. καὶ γὰρ κατὰ τὴν ἐξ ἀρχῆς γένεσιν τὰ μὲν συνεκ-
τίκτει τῶν ζώων τοσαύτην τροφήν ὥσθ' ἱκανὴν εἶναι μέχρις
οὗ ἂν δύνηται αὐτὸ αὐτῷ πορίζειν τὸ γεννηθέν, οἷον ὅσα
σκωληκοτοκεῖ ἢ φωτοκεῖ· ὅσα δὲ ζωοτοκεῖ, τοῖς γεννωμένοις
ἔχει τροφήν ἐν αὐτοῖς μέχρι τινός, τὴν τοῦ καλουμένου γά-
15 λακτος φύσιν. ὥστε ὁμοίως δῆλον ὅτι καὶ γενομένοις οἰη-
τέον τὰ τε φυτὰ τῶν ζώων ἔνεκεν εἶναι καὶ τὰ ἄλλα ζῶα
τῶν ἀνθρώπων χάριν, τὰ μὲν ἡμέρα καὶ διὰ τὴν χρῆσιν
καὶ διὰ τὴν τροφήν, τῶν δ' ἀγρίων, εἰ μὴ πάντα, ἀλλὰ
τὰ γε πλεῖστα τῆς τροφῆς καὶ ἄλλης βοηθείας ἔνεκεν, ἵνα
20 καὶ ἐσθῆς καὶ ἄλλα ὄργανα γίνηται ἐξ αὐτῶν. εἰ οὖν ἡ
φύσις μὴτ' ἐν μήτε ἀτελεῖς ποιεῖ μὴτε μάτην, ἀναγκαῖον
τῶν ἀνθρώπων ἔνεκεν αὐτὰ πάντα πεποιηκέναι τὴν φύσιν.
διὸ καὶ ἡ πολεμικὴ φύσει κτητικὴ πως ἔσται (ἡ γὰρ θη-
ρευτικὴ μέρος αὐτῆς), ἢ δεῖ χρῆσθαι πρὸς τε τὰ θηρία καὶ
25 τῶν ἀνθρώπων ὅσοι πεφυκότες ἄρχεσθαι μὴ θέλουσιν, ὥς
φύσει δίκαιον τοῦτον ὄντα τὸν πόλεμον. ἐν μὲν οὖν εἶδος
κτητικῆς κατὰ φύσιν τῆς οἰκονομικῆς μέρος ἔστιν, ὅτι δεῖ

Eis, então, de uma maneira geral, os modos de vida dos que
subsistem directamente pelo seu trabalho, sem que o seu alimento pro- 40
venha do comércio ou troca: pastoreio, agricultura, pilhagem, pesca e 1256b
caça. Alguns combinam vários destes modos de vida, procurando um
modo de vida apazível, suprimindo o ganho insuficiente que extraem da
ocupação menos lucrativa, incapaz de lhes garantir a subsistência. Por
exemplo, alguns seguem simultaneamente o modo de vida nómada e a
pilhagem, outros, a agricultura e a caça, e outros combinam outros modos 5
de subsistência, conforme a necessidade os compele.

Tal forma de aquisição de propriedade é dada, evidentemente, pela
natureza a todos os seres vivos, desde o nascimento até ao desenvolvi-
mento completo. Com efeito, alguns seres vivos produzem, com o nas-
cimento das crias, comida suficiente até ao momento em que a cria é 10
capaz de a conseguir por si mesma, como por exemplo os animais que
se reproduzem por larvas ou ovos. Os vivíparos trazem consigo, durante
algum tempo, alimento para a cria, substância natural a que chamamos
leite. Assim sendo, temos de admitir manifestamente que, de modo
semelhante, as plantas existem para a subsistência dos animais, quando 15
adultos, e que os outros animais existem para o bem do homem; os
animais domésticos para uso e alimentação, e os animais selvagens (senão
todos pelo menos a maior parte) para alimentação e outras carências, de
modo a obtermos vestes e outros instrumentos a partir deles. 20

Se a natureza nada faz de imperfeito ou em vão, então, necessaria-
mente criou todos estes seres em função do homem. Eis porque a arte da
guerra será, num certo sentido, um modo natural de aquisição, de que a
caça é uma parte, a ser utilizada contra as feras e mesmo contra aqueles 25
homens que, destinados a ser governados, recusaram sê-lo, dado que este
tipo de guerra é justo por natureza ⁽³¹⁾.

ἤτοι ὑπάρχειν ἢ πορίζειν αὐτὴν ὅπως ὑπάρχη ὧν ἔστι θη-
σαυρισμὸς χρημάτων πρὸς ζωὴν ἀναγκαίων, καὶ χρησίμων
30 εἰς κοινωνίαν πόλεως ἢ οἰκίας. καὶ ἔοικεν ὁ γ' ἀληθινὸς
πλοῦτος ἐκ τούτων εἶναι. ἡ γὰρ τῆς τοιαύτης κτήσεως
αὐτάρκεια πρὸς ἀγαθὴν ζωὴν οὐκ ἀπειρὸς ἐστίν, ὥσπερ Σό-
λων φησὶ ποιήσας 'πλούτου δ' οὐθὲν τέρμα πεφασμένον ἀν-
δράσι κεῖται'. κεῖται γὰρ ὥσπερ καὶ ταῖς ἄλλαις τέχναις·
35 οὐδὲν γὰρ ὄργανον ἀπειρον οὐδεμιᾶς ἐστὶ τέχνης οὔτε πλήθει
οὔτε μεγέθει, ὁ δὲ πλοῦτος ὀργάνων πλήθός ἐστιν οἰκονο-
μικῶν καὶ πολιτικῶν. ὅτι μὲν τοίνυν ἔστι τις κτητικὴ
κατὰ φύσιν τοῖς οἰκονόμοις καὶ τοῖς πολιτικοῖς, καὶ δι'
ἦν αἰτία, δῆλον.

9 Ἐστὶ δὲ γένος ἄλλο κτητικῆς, ἣν μάλιστα καλοῦσι, καὶ
δίκαιον αὐτὸ καλεῖν, χρηματιστικὴν, δι' ἣν οὐδὲν δοκεῖ
1257a πέρας εἶναι πλούτου καὶ κτήσεως· ἦν ὡς μίαν καὶ τὴν
αὐτὴν τῇ λεχθείσῃ πολλοὶ νομίζουσι διὰ τὴν γειννᾶσιν·
ἔστι δ' οὔτε ἡ αὐτὴ τῇ εἰρημένῃ οὔτε πόρρω ἐκείνης. ἔστι δ'
ἡ μὲν φύσει ἡ δ' οὐ φύσει αὐτῶν, ἀλλὰ δι' ἐμπειρίας
5 τινὸς καὶ τέχνης γίνεται μάλλον. λάβωμεν δὲ περὶ αὐτῆς
τὴν ἀρχὴν ἐντεῦθεν. ἐκάστου γὰρ κτήματος διττὴ ἡ χρῆσις
ἐστίν, ἀμφοτέραι δὲ καθ' αὐτὸ μὲν ἀλλ' οὐχ ὁμοίως καθ'
αὐτό, ἀλλ' ἡ μὲν οἰκεία ἡ δ' οὐκ οἰκεία τοῦ πράγματος,
οἷον ὑποδήματος ἡ τε ὑπόδεσις καὶ ἡ μεταβλητικὴ. ἀμ-
10 φότεραι γὰρ ὑποδήματος χρήσεις· καὶ γὰρ ὁ ἀλλαττό-
μενος τῷ δεομένῳ ὑποδήματος ἀντὶ νομίσματος ἢ τροφῆς
χρήται τῷ ὑποδήματι ἢ ὑπόδημα, ἀλλ' οὐ τὴν οἰκείαν
χρήσιν· οὐ γὰρ ἀλλαγῆς ἕνεκεν γέγονε. τὸν αὐτὸν δὲ
τρόπον ἔχει καὶ περὶ τῶν ἄλλων κτημάτων. ἔστι γὰρ ἡ

Assim, o tipo de arte de aquisição que faz parte da economia,
consiste, por natureza, numa forma de aquisição, de tal modo que o
senhor da casa deva possuir ou procurar possuir os recursos acumuláveis
necessários à vida e úteis à comunidade política e familiar. Parece que
30 a verdadeira riqueza consiste nestes recursos. É que não é ilimitada uma
propriedade deste género, bastando-se a si mesma, e visando a vida feliz,
como Sólon faz crer no verso "*Não existem limites para a riqueza
destinada aos homens*". (32) Mas permanece um limite tanto aqui como
35 noutras artes pois nenhum instrumento de nenhuma arte é ilimitado, seja
em tamanho, seja em quantidade. A riqueza é apenas o conjunto de
instrumentos possuídos pela casa e pela cidade. Torna-se, assim, evidente
que existe uma arte natural de aquisição, própria dos donos de casa e dos
políticos, e por que razão é assim.

9. Origem, desenvolvimento e tipos de trocas. A moeda.

Existe, porém, outro modo de aquisição a que a maior parte chama,
40 e justamente, crematística, em relação à qual parece não existir limite
nem de riqueza nem de propriedade: muitos supõem que é idêntica à
1257a anteriormente mencionada, devido à afinidade entre ambas: na realidade,
não é idêntica à que referimos mas também não está muito afastada; uma
é natural, a outra não, provindo mais de uma certa forma de engenho e
5 arte.

Começemos a discussão deste assunto da seguinte maneira: tudo o
que possuímos tem um duplo uso, mas não no mesmo sentido; um dos
usos é adequado ao objecto, o outro não. Por exemplo, uma sandália tem
dois modos de uso: como calçado e como objecto de troca. Ambos são
10 modos de utilização da sandália; aquele que troca uma sandália por
dinheiro ou alimento com alguém que dela necessita, faz uso da sandália
como sandália, mas não faz o uso próprio da coisa; é que esta não existe
para ser trocada. O mesmo acontece com outros bens, porque a troca

15 μεταβλητική πάντων, ἀρξαμένη τὸ μὲν πρῶτον ἐκ τοῦ
κατὰ φύσιν, τῷ τὰ μὲν πλείω τὰ δὲ ἐλάττω τῶν ἱκανῶν
ἔχειν τοὺς ἀνθρώπους (ἦ καὶ δῆλον ὅτι οὐκ ἔστι φύσει τῆς
χρηματιστικῆς ἢ καπηλικῆς ὅσον γὰρ ἱκανὸν αὐτοῖς, ἀναγ-
καῖον ἦν ποιεῖσθαι τὴν ἀλλαγὴν). ἐν μὲν οὖν τῇ πρώτῃ
20 κοινωνίᾳ (τοῦτο δ' ἐστὶν οἰκία) φανερόν ὅτι οὐδὲν ἔστιν ἔργον
αὐτῆς, ἀλλ' ἤδη πλείονων τῆς κοινωνίας οὕσης. οἱ μὲν γὰρ
τῶν αὐτῶν ἐκοινωνοῦν πάντων, οἱ δὲ κεχωρισμένοι πολλῶν
πάλιν καὶ ἐτέρων· ὧν κατὰ τὰς δεήσεις ἀναγκαῖον ποιεῖ-
σθαι τὰς μεταδόσεις, καθάπερ ἔτι πολλὰ ποιεῖ καὶ τῶν
25 βαρβαρικῶν ἐθνῶν, κατὰ τὴν ἀλλαγὴν. αὐτὰ γὰρ τὰ
χρήσιμα πρὸς αὐτὰ καταλλάττονται, ἐπὶ πλέον δ' οὐθέν,
οἶον οἶνον πρὸς σῖτον δίδοντες καὶ λαμβάνοντες, καὶ τῶν
ἄλλων τῶν τοιούτων ἕκαστον. ἡ μὲν οὖν τοιαύτη μεταβλη-
τική οὔτε παρὰ φύσιν οὔτε χρηματιστικῆς ἔστιν εἶδος οὐδὲν
30 (εἰς ἀναπλήρωσιν γὰρ τῆς κατὰ φύσιν ἀνταρκειᾶς ἦν)· ἐκ
μέντοι ταύτης ἐγένετ' ἐκείνη κατὰ λόγον. ξενικωτέρας γὰρ
γενομένης τῆς βοηθείας τῷ εἰσάγεσθαι ὧν ἐνδεεῖς <ῆσαν> καὶ
ἐκπέμπειν ὧν ἐπλεόναζον, ἐξ ἀνάγκης ἢ τοῦ νομίσματος ἐπο-
ρίσθη χρήσις. οὐ γὰρ εὐβάστακτον ἕκαστον τῶν κατὰ φύσιν
35 ἀναγκαίων· διὸ πρὸς τὰς ἀλλαγὰς τοιοῦτόν τι συνέθεντο
πρὸς σφᾶς αὐτοὺς δίδοναι καὶ λαμβάνειν, ὃ τῶν χρησίμων
αὐτὸ ὃν εἶχε τὴν χρεῖαν εὐμεταχείριστον πρὸς τὸ ζῆν, οἶον
σίδηρος καὶ ἄργυρος καὶ εἴ τι τοιοῦτον ἕτερον, τὸ μὲν πρῶ-
τον ἀπλῶς ὁρισθὲν μεγέθει καὶ σταθμῷ, τὸ δὲ τελευταῖον
40 καὶ χαρακτηῖρα ἐπιβαλλόντων, ἵνα ἀπολύσῃ τῆς μετρή-
σεως αὐτοὺς· ὃ γὰρ χαρακτηρ ἐτέθη τοῦ ποσοῦ σημείου. πο-
ρισθέντος οὖν ἤδη νομίσματος ἐκ τῆς ἀναγκαίας ἀλλαγῆς
1257b θάτερον εἶδος τῆς χρηματιστικῆς ἐγένετο, τὸ καπηλικόν, τὸ
μὲν πρῶτον ἀπλῶς ἴσως γινόμενον, εἶτα δι' ἐμπειρίας ἤδη
τεχνικώτερον, πόθεν καὶ πῶς μεταβαλλόμενον πλείστον
5 ποιήσει κέρδος. διὸ δοκεῖ ἡ χρηματιστικὴ μάλιστα περὶ τὸ

abrange tudo, e tem a sua origem no facto natural de os homens possuírem
mais ou possuírem menos do que é suficiente. À luz destas considerações
é claro que o comércio de retalho não é de natureza crematística, sendo
que os homens vêm-se compelidos a fazer trocas, na medida necessária
da satisfação das suas carências.

É manifesto que a troca não tem, obviamente, qualquer função na
primeira forma de comunidade, i. e., a família, mas apenas quando a
comunidade cresce. No primeiro caso, os membros partilham as mesmas
coisas; depois, quando vivem separados, continuam a partilhar muitos
bens mas trocam outros consoante as necessidades, como ainda hoje
fazem os povos bárbaros que recorrem ao sistema de troca, limitando-
-se a trocar produtos úteis; por exemplo, recebem e trocam vinho por trigo
e outras coisas desta espécie.

Esta técnica de troca não é nem contrária à natureza nem tão pouco
a qualquer tipo de crematística, mas serve para preencher lacunas na auto-
-suficiência natural. Sendo assim, foi a partir dela que surgiu, logicamente,
a técnica de adquirir. Com efeito, quando o abastecimento do estrangeiro
aumenta progressivamente, devido à importação de bens deficitários e à
exportação dos excedentes, o uso da moeda foi adoptado sob a pressão
da necessidade. Uma vez que as coisas necessárias às carências naturais
não são facilmente transportáveis, os homens instituíram um contrato para
cada parte dar e receber algo, tal que, mantendo uma utilidade ínsita,
tivesse ainda a vantagem de se manusear facilmente tendo em vista as
carências vitais. Escolheu-se o ferro, a prata, ou outro metal parecido,
determinando-se, primeiramente o seu valor apenas pelo tamanho e peso;
e finalmente, fez-se a cunhagem de modo a evitar o trabalho da medição,
cunhando-se uma marca como sinal da quantidade de metal.

Uma vez que a moeda foi inventada, devido às necessidades de troca,
surgiu seguidamente uma outra técnica de adquirir bens: o comércio de
retalho. A princípio foi provavelmente uma simples troca, mas tornou-se mais
sofisticado, quando a experiência ensinou a fonte e os métodos de troca a
partir dos quais se obteria o maior lucro. Eis a razão pela qual a arte de
adquirir bens é vista como principalmente relacionada com a moeda e a

νόμισμα εἶναι, καὶ ἔργον αὐτῆς τὸ δύνασθαι θεωρῆσαι πό-
 θεν ἔσται πλῆθος χρημάτων· ποιητικὴ γάρ ἐστι πλούτου
 καὶ χρημάτων. καὶ γὰρ τὸν πλοῦτον πολλαῖς τιθέασιν νο-
 μίσματος πλῆθος, διὰ τὸ περὶ τοῦτ' εἶναι τὴν χρηματιστικὴν
 10 καὶ τὴν καπηλικήν. ὅτε δὲ πάλιν λῆρος εἶναι δοκεῖ τὸ
 νόμισμα καὶ νόμος παντάπασιν, φύσει δ' οὐθέν, ὅτι μετα-
 θεμένων τε τῶν χρωμένων οὐθενὸς ἄξιον οὐδὲ χρήσιμον πρὸς
 οὐδὲν τῶν ἀναγκαίων ἐστὶ, καὶ νομίσματος πλουτῶν πολλαί-
 15 κες ἀπορήσει τῆς ἀναγκαίας τροφῆς· καίτοι ἄτοπον τοιοῦτον
 εἶναι πλοῦτον οὗ εὐπορῶν λιμῶ ἀπολείται, καθάπερ καὶ τὸν
 Μίδαν ἐκεῖνον μυθολογοῦσι διὰ τὴν ἀπληστίαν τῆς εὐχῆς
 πάντων αὐτῷ γιγνομένων τῶν παρατιθεμένων χρυσῶν. διὸ
 ζητοῦσιν ἕτερόν τι τὸν πλοῦτον καὶ τὴν χρηματιστικὴν, ὁρθῶς
 ζητοῦντες. ἔστι γὰρ ἕτερα ἡ χρηματιστικὴ καὶ ὁ πλοῦτος ὁ
 20 κατὰ φύσιν, καὶ αὕτη μὲν οἰκονομική, ἡ δὲ καπηλικὴ
 ποιητικὴ χρημάτων οὐ πάντως, ἀλλὰ διὰ χρημάτων μετα-
 βολῆς. καὶ δοκεῖ περὶ τὸ νόμισμα αὕτη εἶναι· τὸ γὰρ
 νόμισμα στοιχεῖον καὶ πέρας τῆς ἀλλαγῆς ἐστίν. καὶ ἄπει-
 25 ρος δὴ οὗτος ὁ πλοῦτος, ὁ ἀπὸ ταύτης τῆς χρηματιστικῆς.
 ὥσπερ γὰρ ἡ ἰατρικὴ τοῦ ὑγιαίνειν εἰς ἄπειρόν ἐστι, καὶ
 ἐκάστη τῶν τεχνῶν τοῦ τέλους εἰς ἄπειρον (ὅτι μάλιστα γὰρ
 ἐκεῖνο βούλονται ποιεῖν), τῶν δὲ πρὸς τὸ τέλος οὐκ εἰς ἄπει-
 ρον (πέρας γὰρ τὸ τέλος πάσαις), οὕτω καὶ ταύτης τῆς
 30 χρηματιστικῆς οὐκ ἐστὶ τοῦ τέλους πέρας, τέλος δὲ ὁ τοιοῦτος
 πλοῦτος καὶ χρημάτων κτήσις. τῆς δ' οἰκονομικῆς αὖ χρη-
 ματιστικῆς ἐστὶ πέρας· οὐ γὰρ τοῦτο τῆς οἰκονομικῆς ἔργον.
 διὸ τῇ μὲν φαίνεται ἀναγκαῖον εἶναι παντὸς πλούτου πέρας,
 ἐπὶ δὲ τῶν γινομένων ὁρῶμεν συμβαῖνον τοῦναντίον πάντες

sua função consiste em procurar saber quais as fontes de máximo rendimento, uma vez que tal arte produz riqueza e dinheiro. ⁽³³⁾ Consi-
 dera-se, frequentemente, a riqueza como apenas abundância de dinheiro,
 porquanto é devido ao dinheiro que existe crematística e comércio de
 retalho. Mas outras vezes, o dinheiro é visto como uma ilusão ou uma
 10 convenção, algo que não é natural, tanto mais que a mudança do padrão
 entre aqueles que o usam faz-lhe perder valor e utilidade para satisfazer
 necessidades; um homem rico em dinheiro encontrar-se-ia em dificuldade
 para satisfazer as necessidades de subsistência. Estranha riqueza esta que
 não impede quem a possui com abundância de morrer de fome, tal como
 15 consta da história de Midas o qual, devido à sua cupidez, transformava
 em ouro tudo o que tocava.

Assim procura-se estabelecer uma outra noção, diferente de ri-
 queza e da arte de adquirir bens, e com razão. É que, a riqueza e a
 arte de adquirir bens segundo a natureza, são muito diferentes do que
 20 vimos. Estas referem-se à administração da casa, a crematística co-
 mercial gera dinheiro, embora não de qualquer modo mas por via de
 troca de bens. E esta troca de bens parece que se refere ao dinheiro
 devido a este ser meio e finalidade de troca. A riqueza adveniente
 deste modo de adquirir bens é ilimitada. Tal como a arte da medicina
 25 visa uma saúde ilimitada, todas as artes visam atingir o fim ilimita-
 damente (dado que se propõem alcançá-lo na sua extensão máxima)
 embora sejam limitadas quanto aos meios para alcançar esse fim (visto
 que o fim é o limite de todas elas). Do mesmo modo, esta espécie de
 crematística não tem limite quanto ao fim, porque o fim é a riqueza
 30 nessa forma, i. e., a aquisição de bens. Por oposição a este tipo de
 crematística, a arte de adquirir bens que se encontra relacionada com
 a administração da casa, tem um limite, pois a sua função não é a aq-
 uisição ilimitada de dinheiro. De certo modo, é evidente que toda a riqueza
 deve ter, necessariamente, um limite embora vejamos suceder o

35 γὰρ εἰς ἄπειρον αὐξοῦσιν οἱ χρηματιζόμενοι τὸ νόμισμα.
 αἷτιον δὲ τὸ σύνεγγυς αὐτῶν. ἐπαλλάττει γὰρ ἡ χρῆσις,
 τοῦ αὐτοῦ οὕσα, ἑκατέρας τῆς χρηματιστικῆς. τῆς γὰρ αὐτῆς
 ἐστὶ κτήσεως χρῆσις, ἀλλ' οὐ κατὰ ταύτόν, ἀλλὰ τῆς μὲν
 ἕτερον τέλος, τῆς δ' ἡ αὐξήσις. ὥστε δοκεῖ τισι τοῦτ' εἶναι
 τῆς οἰκονομικῆς ἔργον, καὶ διατελοῦσιν ἡ σφάζειν οἰόμενοι
 40 δεῖν ἡ αὐξεῖν τὴν τοῦ νομίματος οὐσίαν εἰς ἄπειρον. αἷτιον
 δὲ ταύτης τῆς διαθέσεως τὸ σπουδάζειν περὶ τὸ ζῆν, ἀλλὰ
 1258a μὴ τὸ εἶναι ζῆν· εἰς ἄπειρον οὖν ἐκείνης τῆς ἐπιθυμίας οὕσης,
 καὶ τῶν ποιητικῶν ἀπειρῶν ἐπιθυμοῦσιν. ὅσοι δὲ καὶ τοῦ εἶναι
 ζῆν ἐπιβάλλονται τὸ πρὸς τὰς ἀπολαύσεις τὰς σωματι-
 κάς ζητοῦσιν, ὥστ' ἐπεὶ καὶ τοῦτ' ἐν τῇ κτήσει φαίνεται ὑπάρ-
 5 χεῖν, πᾶσα ἡ διατριβὴ περὶ τὸν χρηματισμὸν ἐστὶ, καὶ τὸ
 ἕτερον εἶδος τῆς χρηματιστικῆς διὰ τοῦτ' ἐλήλυθεν. ἐν ὑπερ-
 βολῇ γὰρ οὕσης τῆς ἀπολαύσεως, τὴν τῆς ἀπολαυστικῆς
 ὑπερβολῆς ποιητικὴν ζητοῦσιν· καὶ μὴ διὰ τῆς χρηματιστι-
 κῆς δύνωνται πορίζειν, δι' ἄλλης αἰτίας τοῦτο πειρῶνται,
 10 ἐκάστη χρώμενοι τῶν δυνάμεων οὐ κατὰ φύσιν. ἀνδρείας
 γὰρ οὐ χρήματα ποιεῖν ἐστὶν ἀλλὰ θάρσος, οὐδὲ στρατηγικῆς
 καὶ ἱατρικῆς, ἀλλὰ τῆς μὲν νίκην τῆς δ' ὑγίειαν. οἱ δὲ
 πάσας ποιοῦσι χρηματιστικάς, ὡς τοῦτο τέλος ὄν, πρὸς δὲ
 τὸ τέλος ἅπαντα δέον ἅπαντῶν. περὶ μὲν οὖν τῆς τε μὴ
 15 ἀναγκαίας χρηματιστικῆς, καὶ τίς, καὶ δι' αἰτίαν τίνα ἐν
 χρειᾷ ἐσμὲν αὐτῆς, εἴρηται, καὶ περὶ τῆς ἀναγκαίας, ὅτι
 ἑτέρα μὲν αὐτῆς οἰκονομικὴ δὲ κατὰ φύσιν ἡ περὶ τὴν
 τροφήν, οὐχ ὥσπερ αὐτὴ ἄπειρος ἀλλὰ ἔχουσα ὅρον.

oposto: todos os negociantes aumentam sem cessar a riqueza própria. A
 causa reside na afinidade entre os dois tipos de aquisição. É certo que 35
 ambas coincidem na utilização do mesmo meio, já que ambas recorrem
 à propriedade, embora não da mesma forma; enquanto a forma doméstica
 da crematística persegue um fim distinto da acumulação de dinheiro, a
 crematística comercial procura a acumulação. Donde alguns pensarem ser
 tal a função da administração da casa e assim julgarem que esta acumu- 40
 lação é própria da tarefa da economia, acabando por concluir que é
 preciso manter e aumentar, ilimitadamente, a riqueza. A causa desta 1258a
 atitude é a preocupação com o afã de viver, mas não com o bem viver;
 sendo este apetite ilimitado, também desejam meios sem limites para o
 satisfazer. Os que assim visam a vida feliz, procuram o que dá prazer
 ao corpo; e como os prazeres corporais parecem depender dos bens
 possuídos, centram toda a actividade em adquirir bens. O segundo tipo 5
 de aquisição de bens surgiu por causa disto. Ao perseguir o prazer em
 excesso, procuram também o que lhes pode proporcionar tal prazer. Se
 não podem alcançá-lo por meio da crematística, tentam fazê-lo por outros
 meios, usando todas as suas faculdades de uma maneira contrária à
 natureza. Não é função da coragem produzir riquezas mas sim confiança; 10
 nem tão pouco produzir riquezas é função de um general ou de um
 médico, mas antes alcançar a vitória e a saúde, respectivamente. Ainda
 assim, alguns transformam isto tudo numa questão de dinheiro, como
 se o dinheiro fosse o fim de tudo e tudo tivesse que se orientar para
 tal fim.

Discussimos até agora a aquisição desnecessária de bens, dizendo em
 que consiste e a razão por que dela carecemos; quanto à aquisição 15
 necessária, mostrámos que é algo de diferente e que pertence, por
 natureza, à arte de administrar a casa (relacionada com a alimentação)
 não sendo ilimitada como aquela, mas possuindo um limite.

Δῆλον δὲ καὶ τὸ ἀπορούμενον ἐξ ἀρχῆς, ὅτι πότερον τοῦ
 20 οἰκονομικοῦ καὶ πολιτικοῦ ἐστὶν ἡ χρηματιστικὴ ἢ οὐ, ἀλλὰ
 δεῖ τοῦτο μὲν ὑπάρχειν (ὥσπερ γὰρ καὶ ἀνθρώπους οὐ ποιεῖ
 ἡ πολιτικὴ, ἀλλὰ λαβοῦσα παρὰ τῆς φύσεως χρῆται
 αὐτοῖς, οὕτω καὶ <πρὸς> τροφήν τὴν φύσιν δεῖ παραδοῦναι γῆν ἢ
 θάλατταν ἢ ἄλλο τι), ἐκ δὲ τούτων, ὡς δεῖ ταῦτα δια-
 25 θεῖναι προσήκει τὸν οἰκονόμον. οὐ γὰρ τῆς ὑφαντικῆς ἔρια
 ποιῆσαι, ἀλλὰ χρήσασθαι αὐτοῖς, καὶ γινῶναι δὲ τὸ ποῖον
 χρηστὸν καὶ ἐπιτήδειον, ἢ φαῦλον καὶ ἀνεπιτήδειον. καὶ γὰρ
 ἀπορήσειεν ἂν τις διὰ τί ἡ μὲν χρηματιστικὴ μόνον τῆς
 οἰκονομίας, ἡ δ' ἰατρικὴ οὐ μόνον· καίτοι δεῖ ὑγιαίνειν τοὺς
 30 κατὰ τὴν οἰκίαν, ὥσπερ ζῆν ἢ ἄλλο τι τῶν ἀναγκαίων.
 ἐπεὶ δὲ ἐστὶ μὲν ὡς τοῦ οἰκονόμου καὶ τοῦ ἀρχόντος καὶ περὶ
 ὑγείας ἰδεῖν, ἐστὶ δ' ὡς οὐ, ἀλλὰ τοῦ ἱατροῦ, οὕτω καὶ περὶ
 τῶν χρημάτων ἐστὶ μὲν ὡς τοῦ οἰκονόμου, ἐστὶ δ' ὡς οὐ, ἀλλὰ
 τῆς ὑπηρετικῆς· μάλιστα δέ, καθάπερ εἴρηται πρότερον, δεῖ
 35 φύσει τοῦτο ὑπάρχειν. φύσεως γὰρ ἐστὶν ἔργον τροφήν τῷ
 γεννηθέντι παρέχειν· παντὶ γάρ, ἐξ οὗ γίνεται, τροφή τὸ
 λειπόμενόν ἐστι. διὸ κατὰ φύσιν ἐστὶν ἡ χρηματιστικὴ
 πᾶσιν ἀπὸ τῶν καρπῶν καὶ τῶν ζώων. διπλῆς δ' οὗσης
 αὐτῆς, ὥσπερ εἵπομεν, καὶ τῆς μὲν καπηλικῆς τῆς δ' οἰκο-
 40 νομικῆς, καὶ ταύτης μὲν ἀναγκείας καὶ ἐπαινουμένης, τῆς
 1258b δὲ μεταβλητικῆς ψεγομένης δικαίως (οὐ γὰρ κατὰ φύσιν
 ἀλλ' ἀπ' ἀλλήλων ἐστίν), εὐλογώτατα μισεῖται ἡ ὀβολο-

10. A arte de aquisição natural. A prática da usura.

Fica também clara a resposta à questão colocada no princípio,
 nomeadamente a de saber se a arte de adquirir bens cabe ao senhor da
 20 casa e ao político, ou não: o certo é que ambos têm que contar com
 recursos. Assim como a política não faz homens, mas serve-se deles
 tomando-os da natureza, assim também é à natureza que cabe fornecer
 alimentos, pondo à disposição terra, mar ou qualquer outro meio, devendo
 ser tarefa do senhor da casa gerir os bens recebidos da natureza. Não é
 25 tarefa do tecelão fazer lã, mas sim usá-la, conhecendo qual a lã de
 qualidade mais aconselhável e qual a de menos qualidade e inútil. Poderá
 alguém interrogar-se por que razão a arte de adquirir bens faz parte da
 administração da casa, enquanto a arte da medicina não é uma parte; os
 30 membros da família têm que ter saúde, tal como vitalidade e outros bens
 de primeira necessidade. Ora da mesma forma que, em certo sentido, cabe
 ao senhor da casa ou ao governante zelar pela saúde dos seus subordi-
 nados, noutro sentido não é assim, sendo tarefa própria do médico. O
 mesmo acontece no que refere às riquezas: num sentido são da respon-
 sabilidade do administrador da casa, mas noutro sentido não, pertencendo
 35 a uma disciplina subalterna. Mas conforme dissemos antes, a natureza
 deve assegurar a existência de recursos, porque é sua função fornecer
 alimentos aos seres que nascem, dado que todos eles extraem o seu
 primeiro alimento do resíduo daquilo de onde nascem. Eis a razão pela
 qual a crematística relacionada com os frutos da terra e com os animais
 é, para todos os homens, uma arte natural.

A arte de adquirir bens, conforme dissemos, tem duas formas, uma
 40 mercantil e a outra doméstica. Esta última é necessária e recomendável,
 enquanto a primeira é censurável devido a não estar de acordo com a natu-
 1258b reza, por ser praticada por uns a expensas de outros. Com muito mais ra-
 zão se detesta a prática de cobrar juros, porque nela o ganho resulta do
 dinheiro propriamente dito e não da finalidade para a qual o dinheiro foi

στατική διὰ τὸ ἀπ' αὐτοῦ τοῦ νομίματος εἶναι τὴν κτῆσιν
καὶ οὐκ ἔφ' ὅπερ ἐπορίσθη. μεταβολῆς γὰρ ἐγένετο χάριν,
5 ὁ δὲ τόκος αὐτὸ ποιεῖ πλέον (ὅθεν καὶ τοῦνομα τοῦτ' εἴληφεν·
ὅμοια γὰρ τὰ τικτόμενα τοῖς γεννώσιν αὐτὰ ἔστιν, ὁ δὲ
τόκος γίνεται νόμισμα ἐκ νομίματος). ὥστε καὶ μάλιστα
παρὰ φύσιν οὗτος τῶν χρηματισμῶν ἔστιν.

11 Ἐπεὶ δὲ τὰ πρὸς τὴν γνῶσιν διωρίκαμεν ἱκανῶς, τὰ
10 πρὸς τὴν χρῆσιν δεῖ διελθεῖν. πάντα δὲ τὰ τοιαῦτα τὴν
μὲν θεωρίαν ἐλευθέραν ἔχει, τὴν δ' ἐμπειρίαν ἀναγκαίαν.
ἔστι δὲ χρηματιστικῆς μέρη χρήσιμα· τὸ περὶ τὰ κτήματα
ἐμπειρον εἶναι, ποῖα λυσιτελέστατα καὶ ποῦ καὶ πῶς, οἷον
15 ἵππων κτῆσις ποῖα τις ἢ βοῶν ἢ προβάτων, ὁμοίως δὲ καὶ
τῶν λοιπῶν ζώων (δεῖ γὰρ ἐμπειρον εἶναι πρὸς ἀλληλά
τε τούτων τίνα λυσιτελέστατα, καὶ ποῖα ἐν ποίοις τόποις·
ἀλλὰ γὰρ ἐν ἀλλαις εὐθηνεῖ χώραις), εἴτα περὶ γεωργίας,
καὶ ταύτης ἤδη ψιλῆς τε καὶ πεφυτευμένης, καὶ μελιτ-
τουργίας, καὶ τῶν ἄλλων ζώων τῶν πλωτῶν ἢ πτηνῶν, ἀφ'
20 ὧν ἔστι τυγχάνειν βοηθείας. τῆς μὲν οὖν οἰκειοτάτης χρη-
ματιστικῆς ταῦτα μόρια καὶ πρώτης, τῆς δὲ μεταβλητικῆς
μέγιστον μὲν ἐμπορία (καὶ ταύτης μέρη τρία, ναυκληρία
φορτηγία παράστασις· διαφέρει δὲ τούτων ἕτερα ἐτέρων τῶ
τὰ μὲν ἀσφαλέστερα εἶναι, τὰ δὲ πλείω πορίζειν τὴν ἐπι-
25 καρπίαν), δεύτερον δὲ τοκισμός, τρίτον δὲ μισθοαρνία (ταύ-
της δ' ἡ μὲν τῶν βαναύσων τεχνιτῶν, ἡ δὲ τῶν ἀτέχνων
καὶ τῶ σώματι μόνῳ χρησίμων). τρίτον δὲ εἶδος χρημα-
τιστικῆς μεταξὺ ταύτης καὶ τῆς πρώτης (ἔχει γὰρ καὶ τῆς
κατὰ φύσιν τι μέρος καὶ τῆς μεταβλητικῆς), ὅσα ἀπὸ γῆς
30 καὶ τῶν ἀπὸ γῆς γιγνομένων, ἀκάρπων μὲν χρησίμων δέ,

instituído. Ora o dinheiro foi instituído para a troca, enquanto o juro
multiplica a quantidade do próprio dinheiro. É essa a origem do termo
juro ⁽³⁴⁾: os seres gerados assemelham-se aos seus progenitores e o juro
é dinheiro nascido do dinheiro. Assim, de entre todos os modos de
adquirir bens, este é o mais contrário à natureza.

11. Os diferentes modos de aquisição. A prática do monopólio.

Agora que discutimos adequadamente o que diz respeito ao conhe-
cimento teórico, devemos passar para o domínio da prática. O estudo de
todas estas disciplinas convém ao homem livre, mas a aplicação exige
experiência.

A parte útil da arte de adquirir bens é, antes de mais, um conhe-
cimento apurado das raças de gado; temos de conhecer quais as raças
mais produtivas, e em que tipos de solo e com que tratamento prosperam.
Temos de conhecer, por exemplo, a maneira correcta de adquirir cavalos,
bois, carneiros, ou qualquer outro tipo de criação. Só a experiência nos
dirá qual das raças será mais produtiva, quando comparadas entre si, e
em que tipo de terras melhor se desenvolve cada espécie, já que umas
prosperam em determinadas regiões, e outras noutras. Segue-se a agri-
cultura que abrange as culturas de sementeira e as plantações, bem como
a apicultura e a criação de outros animais — aves e peixes — ou de animais
aquáticos e voadores de que seja possível tirar algum proveito. Estas são as
partes e os primeiros elementos da crematística em sentido estrito.

No que diz respeito à crematística que tem por objecto a troca, a
parte mais importante é o comércio de grande escala, que por seu turno
se divide em três ramos: marinha mercante, de longo curso, e barqueiros,
que se distinguem entre si na medida em que alguns são mais seguros
enquanto outros oferecem um lucro mais considerável. Uma outra parte
é o empréstimo de dinheiro, e uma outra ainda o trabalho assalariado,
seja baseado na especialização artesanal ⁽³⁵⁾, seja devido a trabalhadores
não qualificados, e dos quais apenas se aproveita o serviço braçal. ⁽³⁶⁾

Entre estas formas de crematística e a primeira espécie, situa-se uma
terceira que participa em parte na crematística natural, e em parte na
baseada na troca: é a que se refere à aquisição de produtos provenientes da
terra, ou de matérias primas que, não produzindo frutos, são eles próprios

οἷον ὑλοτομία τε καὶ πᾶσα μεταλλευτική. αὕτη δὲ πολλὰ
 ἤδη περιεῖληφε γένη· πολλὰ γὰρ εἶδη τῶν ἐκ γῆς μεταλ-
 λευομένων ἔστιν. περὶ ἐκάστου δὲ τούτων καθόλου μὲν εἴρηται
 καὶ νῦν, τὸ δὲ κατὰ μέρος ἀκριβολογεῖσθαι χρήσιμον μὲν
 35 πρὸς τὰς ἐργασίας, φορτικὸν δὲ τὸ ἐνδιατρίβειν. εἰσὶ δὲ
 τεχνικώταται μὲν τῶν ἐργασιῶν ὅπου ἐλάχιστον τύχης,
 βανυστόταται δ' ἐν αἷς τὰ σώματα λωβῶνται μάλιστα,
 δουλικώταται δὲ ὅπου τοῦ σώματος πλείσται χρήσεις, ἀγεννέ-
 σταται δὲ ὅπου ἐλάχιστον προσδεῖ ἀρετῆς. ἐπεὶ δ' ἔστιν ἐνίοις
 40 γεγραμμένα περὶ τούτων, οἷον Χαρητίδῃ τῷ Παρίῳ καὶ
 1259a Ἀπολλοδώρῳ τῷ Λημνίῳ περὶ γεωργίας καὶ ψιλῆς καὶ
 πεφυτευμένης, ὁμοίως δὲ καὶ ἄλλοις περὶ ἄλλων, ταῦτα
 μὲν ἐκ τούτων θεωρεῖται ὅτι ἐπιμελές· ἔτι δὲ καὶ τὰ λεγό-
 μενα σποράδην, δι' ὧν ἐπιτετυχήκασιν ἔνιοι χρηματιζό-
 5 μενοι, δεῖ συλλέγειν. πάντα γὰρ ὠφέλιμα ταῦτ' ἔστι τοῖς
 τιμῶσι τὴν χρηματιστικὴν, οἷον καὶ τὸ Θάλεω τοῦ Μιλησίου·
 τοῦτο γὰρ ἔστι κατανόημά τι χρηματιστικόν, ἀλλ' ἐκείνῳ
 μὲν διὰ τὴν σοφίαν προσάπτουσι, τυγχάνει δὲ καθόλου τι
 ὄν. ὀνειδιζόντων γὰρ αὐτῷ διὰ τὴν πενίαν ὡς ἀνωφελοῦς
 10 τῆς φιλοσοφίας οὔσης, κατανόησαντά φασιν αὐτὸν ἐλαιῶν
 φορὰν ἐσομένην ἐκ τῆς ἀστρολογίας, ἔτι χειμῶνος ὄντος
 εὐπορήσαντα χρημάτων ὀλίγων ἀρραβῶνας διαδοῦναι τῶν
 ἐλαιουργίων τῶν τ' ἐν Μιλήτῳ καὶ Χίῳ πάντων, ὀλίγου μι-
 σθωσάμενον ἅτ' οὐθενὸς ἐπιβάλλοντος· ἐπειδὴ δ' ὁ καιρὸς
 15 ἦκε, πολλῶν ζητουμένων ἅμα καὶ ἐξαίφνης, ἐκμισθοῦντα ὄν
 τρόπον ἠβοῦλετο, πολλὰ χρήματα συλλέξαντα ἐπιδειξάι
 ὅτι ῥάδιόν ἔστι πλουτεῖν τοῖς φιλοσόφοις, ἂν βούλωνται, ἀλλ'
 οὐ τοῦτ' ἔστι περὶ ὃ σπουδάζουσιν. Θαλῆς μὲν οὖν λέγεται τοῦτον
 τὸν τρόπον ἐπιδείξιν ποιήσασθαι τῆς σοφίας· ἔστι δ', ὥσπερ
 20 εἵπομεν, καθόλου τὸ τοιοῦτον χρηματιστικόν, ἔάν τις δύνηται

úteis: por exemplo, o abate florestal e a extracção mineira seja de que
 tipo for. Esta última inclui muitos géneros, já que são diversos os minérios
 que se podem extrair da terra.

Ficam agora esclarecidos em termos genéricos os pontos relativos às
 diversas formas de crematística, já que, apesar do interesse prático, se 35
 tornaria fastidioso demorarmo-nos no estudo pormenorizado de cada uma.

De entre as diversas ocupações, as que requerem mais habilidade
 são as mais protegidas face ao acaso; as mais árduas são as que
 prejudicam mais o corpo; as mais servis são as que reclamam um uso
 excessivo do corpo; as mais ignóbeis são as que necessitam de menos
 virtude. Alguns autores escreveram, de resto, sobre estes aspectos prá-
 ticos: por exemplo, Carétides de Paros e Apolodoro de Lemnos, acerca 40
 do cultivo das terras de sementeira ou plantio, assim como outros 1259a
 autores versaram temas análogos. Os que estiverem interessados em
 aprofundar estes assuntos devem reportar-se a esses trabalhos de
 pesquisa. Além do mais, importaria coligir toda a tradição oral dis-
 persa, sobre os meios de que alguns se serviram para conseguir
 grandes fortunas, visto que todos esses meios são úteis aos que 5
 apreciam a crematística. Tomemos como exemplo o que se conta
 acerca de Tales de Mileto: o estratagema que usou para adquirir
 riqueza, ainda que atribuído à sua sabedoria, não passa da aplicação de
 um princípio geral. Consta que o censuravam por ser pobre, atribuindo
 isso à inutilidade da filosofia. O facto é que, devido aos seus conheci- 10
 mentos de astronomia, previu a proximidade de uma boa colheita de
 azeite; quando ainda era Inverno, alugou com o pouco dinheiro que tinha
 todos os lagares de Mileto e Quios, gastando apenas uma pequena soma,
 já que não havia outras ofertas mais avultadas. Quando chegou o tempo
 da colheita, e porque muita gente acudiu ao mesmo tempo e com urgência
 à busca de lagares, arrendou-os ao preço que bem entendeu, não só 15
 obtendo uma soma elevada de dinheiro como provando que era fácil,
 para os filósofos, tornarem-se ricos se assim o desejassem, embora
 não fosse essa, de facto, a meta das suas aspirações. Tales terá dado,
 assim, ao que consta, prova inequívoca da sua sabedoria. Todavia,

μονοπωλίαν αὐτῷ κατασκευάζειν. διὸ καὶ τῶν πόλεων ἐνιοι
 τοῦτον ποιοῦνται τὸν πόρον, ὅταν ἀπορῶσι χρημάτων· μονο-
 πωλίαν γὰρ τῶν ὀνίων ποιοῦσιν. ἐν Σικελίᾳ δέ τις τεθέντος
 παρ' αὐτῷ νομίσματος συνεπρίατο πάντα τὸν σίδηρον ἐκ
 25 τῶν σιδηρείων, μετὰ δὲ ταῦτα ὥς ἀφίκοντο ἐκ τῶν ἐμ-
 πορίων οἱ ἔμποροι, ἐπώλει μόνος, οὐ πολλὴν ποιήσας ὑπερ-
 βολὴν τῆς τιμῆς· ἀλλ' ὅμως ἐπὶ τοῖς πεντήκοντα ταλάντοις
 ἐπέλαβεν ἑκατόν. τοῦτο μὲν οὖν Διονύσιος αἰσθόμενος τὰ
 μὲν χρήματα ἐκέλευσεν ἐκκομίσασθαι, μὴ μέντοι γε ἔτι
 30 μένειν ἐν Συρακούσαις, ὥς πόρους εὐρίσκοντα τοῖς αὐτοῦ
 πράγμασιν ἀσυμφόρους· τὸ μὲντοι ὄραμα θάλεω καὶ τοῦτο
 ταῦτόν ἐστιν· ἀμφοτέροι γὰρ ἑαυτοῖς ἐτέχνασαν γενέσθαι
 μονοπωλίαν. χρήσιμον δὲ γνωρίζειν ταῦτα καὶ τοῖς πολι-
 τικοῖς. πολλαῖς γὰρ πόλεσι δεῖ χρηματισμοῦ καὶ τοιούτων
 35 πόρων, ὥσπερ οἰκίᾳ, μᾶλλον δέ· διόπερ τινὲς καὶ πολι-
 τεύονται τῶν πολιτευομένων ταῦτα μόνον.
 Ἐπεὶ δὲ τρία μέρη τῆς οἰκονομικῆς ἦν, ἐν μὲν δε-
 σποτική, περὶ ἧς εἴρηται πρότερον, ἐν δὲ πατρική, τρίτον δὲ
 γαμική (καὶ γὰρ γυναικὸς ἄρχει καὶ τέκνων, ὥς ἐλευθέ-
 40 ρων μὲν ἀμφοῖν, οὐ τὸν αὐτὸν δὲ τρόπον τῆς ἀρχῆς, ἀλλὰ
 1259b γυναικὸς μὲν πολιτικῶς τέκνων δὲ βασιλικῶς· τὸ τε γὰρ
 ἄρρεν φύσει τοῦ θήλεος ἡγεμονικώτερον, εἰ μὴ που συν-
 ἔστηκε παρὰ φύσιν, καὶ τὸ πρεσβύτερον καὶ τέλειον τοῦ νεω-
 τέρου καὶ ἀτελοῦς)–ἐν μὲν οὖν ταῖς πολιτικαῖς ἀρχαῖς ταῖς
 5 πλείστοις μεταβάλλει τὸ ἄρχον καὶ τὸ ἀρχόμενον (ἐξ ἴσου

como dissemos, tal expediente para obter dinheiro decorre de um princípio 20
 geral da crematística, a saber, a posse de um monopólio na medida do
 possível. Assim sucede com algumas cidades quando precisam de dinhei-
 ro: asseguram o monopólio da venda de certas mercadorias. Outro
 exemplo: consta que na Sicília certo indivíduo depositário de uma quantia
 pecuniária comprou todo o ferro proveniente das minas locais; quando
 mais tarde os comerciantes chegaram de todos os mercados ⁽³⁷⁾, sendo o 25
 único vendedor de ferro, e apesar de não ter inflacionado em demasia o
 preço, obteve um lucro de cem talentos face aos cinquenta de que
 dispunha inicialmente em depósito. Tendo-se inteirado dessa ocorrência,
 Dionísio ter-lhe-á dito que podia guardar todo o dinheiro ganho, mas com
 a condição de permanecer o menos tempo possível em Siracusa, a pretexto 30
 de estar a servir-se de uma fonte de proventos que lesava os interesses
 do príncipe. Ora, este expediente coincide com o estratagema de Tales:
 ambos tinham em mente a criação de um monopólio para si próprios. É
 útil, até para os homens que se dedicam aos assuntos públicos, terem
 conhecimento destes procedimentos porque muitas cidades precisam de 35
 recursos deste género para melhorar os rendimentos respectivos, tanto ou
 mais do que uma casa necessita. É por essa razão que alguns governantes
 se dedicam exclusivamente a estes assuntos.

12. A família: autoridade marital e autoridade paternal.

Existem três partes da economia: a senhorial, que já foi tratada,
 a paternal, e a conjugal. O pai e marido governa a mulher e os filhos,
 ambedas como pessoas livres, mas não com a mesma forma de autori- 40
 dade: governa a mulher como cidadão, os filhos como súbditos. O 1259b
 homem está mais apto para mandar, por natureza, do que a sua mulher,
 a menos que a união de ambos contrarie de algum modo a natureza;
 do mesmo modo, o mais velho e mais desenvolvido está mais apto para
 mandar do que o mais novo e menos desenvolvido. Na verdade, na maior
 parte dos regimes políticos, os cidadãos alternam na função de governante 5
 e governado em virtude de quererem ser naturalmente iguais e em nada

γὰρ εἶναι βούλεται τὴν φύσιν καὶ διαφέρειν μηδέν), ὅμως
 δέ, ὅταν τὸ μὲν ἀρχῇ τὸ δ' ἀρχηται, ζητεῖ διαφορὰν εἶναι
 καὶ σχήμασι καὶ λόγοις καὶ τιμαῖς, ὥσπερ καὶ Ἀμασις
 εἶπε τὸν περὶ τοῦ ποδανιπτήρος λόγον· τὸ δ' ἄρρεν αἰεὶ πρὸς
 10 τὸ θῆλυ τοῦτον ἔχει τὸν τρόπον. ἡ δὲ τῶν τέκνων ἀρχὴ
 βασιλική· τὸ γὰρ γεννῆσαν καὶ κατὰ φιλίαν ἄρχον καὶ
 κατὰ πρεσβείαν ἐστίν, ὅπερ ἐστὶ βασιλικῆς εἶδος ἀρχῆς. διὸ
 καλῶς Ὅμηρος τὸν Δία προσηγόρευσεν εἰπὼν ἵπαιρ ἄν-
 δρῶν τε θεῶν τε· τὸν βασιλέα τούτων ἀπάντων. φύσει γὰρ
 15 τὸν βασιλέα διαφέρειν μὲν δεῖ, τῷ γένει δ' εἶναι τὸν αὐτόν·
 ὅπερ πέπονθε τὸ πρεσβύτερον πρὸς τὸ νεώτερον καὶ ὁ γεν-
 νήσας πρὸς τὸ τέκνον.

13 Φανερόν τοίνυν ὅτι πλείων ἡ σπουδὴ τῆς οἰκονομίας
 περὶ τοὺς ἀνθρώπους ἢ περὶ τὴν τῶν ἀψύχων κτήσιν, καὶ
 20 περὶ τὴν ἀρετὴν τούτων ἢ περὶ τὴν τῆς κτήσεως, ὃν καλοῦμεν
 πλοῦτον, καὶ τῶν ἐλευθέρων μᾶλλον ἢ δούλων. πρῶτον μὲν
 οὖν περὶ δούλων ἀπορήσειεν ἂν τις, πότερον ἐστὶν ἀρετὴ τις
 δούλου παρὰ τὰς ὀργανικὰς καὶ διακονικὰς ἄλλη τιμιωτέρα
 τούτων, οἷον σωφροσύνη καὶ ἀνδρεία καὶ δικαιοσύνη καὶ <ἐκά-
 25 στη> τῶν ἄλλων τῶν τοιούτων ἕξεων, ἢ οὐκ ἐστὶν οὐδεμία παρὰ
 τὰς σωματικὰς ὑπηρεσίας (ἔχει γὰρ ἀπορίαν ἀμφοτέρως· εἴτε γὰρ
 ἐστὶν, τί διοίσουσι τῶν ἐλευθέρων; εἴτε μὴ ἐστὶν, ὄντων
 ἀνθρώπων καὶ λόγου κοινωνούντων ἄτοποι). σχεδὸν δὲ
 ταυτόν ἐστι τὸ ζητούμενον καὶ περὶ γυναικὸς καὶ παιδός,

diferirem. Não obstante, enquanto um governa e o outro é governado,
 procura-se estabelecer uma diferença mediante indumentária, títulos, e
 honras, como deu a entender Amásis a propósito do ritual do lava-pés. (38)
 A relação entre homem e mulher é de permanente desigualdade. O 10
 exercício de autoridade sobre os filhos é de carácter régio, posto que
 quem os engendrou, governa-os pela amizade e pela idade e é nisso que
 consiste a autoridade régia. As palavras de Homero acerca de Zeus
 estavam certas quando o chamou “pai dos deuses e dos homens” (39)
 porque é rei de todas as coisas. É que um rei, apesar de ser naturalmente 15
 distinto dos seus súbditos, é da mesma estirpe. E esta é a relação entre
 o mais velho e o mais novo e a do pai perante o filho.

13. As virtudes dos membros do lar.

É evidente que a administração do lar diz mais respeito aos seres
 humanos do que à propriedade inanimada, mais à virtude do que à
 excelência dos bens possuídos (que denominamos riqueza), e mais à 20
 virtude dos homens livres do que à dos escravos.

Agora, a primeira questão que se poderia colocar acerca dos escravo-
 vos é se, para além das virtudes instrumentais e servis, possuem outra
 virtude mais valiosa do que essas, como, por exemplo, temperança,
 coragem, justiça, e outras disposições morais do género. Ou será que não
 têm nenhum outro mérito senão o que decorre dos seus préstimos cor- 25
 porais? Qualquer das alternativas representa uma dificuldade. É que se,
 por um lado, eles possuem uma certa virtude, em que seriam diferentes
 do homem livre? Mas se, por outro lado, não tiverem virtude, permanece
 um embaraço visto que são seres humanos e racionais. No que se refere
 à mulher e aos filhos, o problema é basicamente o mesmo. Terão também
 virtudes próprias? A mulher, deverá ou não ser corajosa, temperada, e 30
 justa? E a criança, será temperada e volúvel ao mesmo tempo, ou não?

30 πότερα καὶ τούτων εἰσὶν ἀρεταί, καὶ δεῖ τὴν γυναῖκα εἶναι
 σώφρονα καὶ ἀνδρείαν καὶ δικαίαν, καὶ παῖς ἔστι καὶ ἀκό-
 λαστος καὶ σώφρων, ἢ οὐ; καθόλου δὴ τοῦτ' ἐστὶν ἐπισκε-
 πτέον περὶ ἀρχομένου φύσει καὶ ἀρχοντος, πότερον ἢ αὐτῇ
 ἀρετῇ ἢ ἑτέρᾳ. εἰ μὲν γὰρ δεῖ ἀμφοτέρους μετέχειν καλο-
 35 καγαθίας, διὰ τί τὸν μὲν ἀρχειν δεοὶ ἂν τὸν δὲ ἀρχεσθαι
 καθάπαξ; οὐδὲ γὰρ τῷ μᾶλλον καὶ ἥττον οἷόν τε δια-
 φέρειν· τὸ μὲν γὰρ ἀρχεσθαι καὶ ἀρχειν εἶδει διαφέρει, τὸ
 δὲ μᾶλλον καὶ ἥττον οὐδέν. εἰ δὲ τὸν μὲν δεῖ τὸν δὲ μή,
 θαυμαστόν. εἴτε γὰρ ὁ ἀρχων μὴ ἔσται σώφρων καὶ δι-
 40 καιος, πῶς ἀρξεί καλῶς; εἴθ' ὁ ἀρχόμενος, πῶς ἀρχοθή-
 1260a σεται καλῶς; ἀκόλαστος γὰρ ὢν καὶ δειλὸς οὐδὲν ποιήσει
 τῶν προσηκόντων. φανερόν τοίνυν ὅτι ἀνάγκη μὲν μετέχειν
 ἀμφοτέρους ἀρετῆς, ταύτης δ' εἶναι διαφοράς, ὥσπερ καὶ
 τῶν φύσει ἀρχόντων. καὶ τοῦτο εὐθύς ὑφήγηται <τά> περὶ τὴν
 5 ψυχὴν· ἐν ταύτῃ γὰρ ἔστι φύσει τὸ μὲν ἀρχον τὸ δ'
 ἀρχόμενον, ὧν ἑτέραν φάμεν εἶναι ἀρετὴν, οἷον τοῦ λόγον
 ἔχοντος καὶ τοῦ ἀλόγου. δῆλον τοίνυν ὅτι τὸν αὐτὸν τρόπον
 ἔχει καὶ ἐπὶ τῶν ἄλλων, ὥστε φύσει τὰ πλείω ἀρχοντα
 καὶ ἀρχόμενα. ἄλλον γὰρ τρόπον τὸ ἐλεύθερον τοῦ δούλου
 10 ἀρχει καὶ τὸ ἄρρεν τοῦ θήλεος καὶ ἀνὴρ παιδός, καὶ πᾶσιν
 ἐνυπάρχει μὲν τὰ μόρια τῆς ψυχῆς, ἀλλ' ἐνυπάρχει δια-
 φερόντως. ὁ μὲν γὰρ δούλος ὅλως οὐκ ἔχει τὸ βουλευτικόν,
 τὸ δὲ θῆλυ ἔχει μὲν, ἀλλ' ἄκυρον, ὁ δὲ παῖς ἔχει μὲν,
 ἀλλ' ἀτελής. ὁμοίως τοίνυν ἀναγκαίως ἔχειν καὶ περὶ τὰς
 15 ἠθικὰς ἀρετὰς ὑποληπτέον, δεῖν μὲν μετέχειν πάντας, ἀλλ' οὐ
 τὸν αὐτὸν τρόπον, ἀλλ' ὅσον <ἰκανόν> ἑκάστῳ πρὸς τὸ αὐτοῦ
 ἔργον· διὸ τὸν μὲν ἀρχοντα τελέαν ἔχειν δεῖ τὴν ἠθικὴν
 ἀρετὴν (τὸ γὰρ ἔργον ἐστὶν ἀπλῶς τοῦ ἀρχιτέκτονος, ὁ δὲ
 λόγος ἀρχιτέκτων), τῶν δ' ἄλλων ἑκαστον ὅσον ἐπιβάλλει

Importa em termos genéricos colocar a mesma questão no que se refere
 ao que, por natureza, obedece e ao que manda: possuem ambas virtudes
 idênticas ou distintas? Se ambos partilham das mesmas virtudes que
 tornam os humanos excelentes ⁽⁴⁰⁾ (ou seja, a harmonia vital e a bondade
 moral) por que razão há de um deles sempre apto para mandar e o outro
 35 apto para obedecer? Ora, por um lado, tal diferença não é uma questão
 de mais ou de menos: sendo a diferença entre mandar e obedecer uma
 distinção de carácter específico, a diferença entre o mais e o menos não
 entra nessa escala. Mas exigir, por outro lado, virtude a um e não a outro,
 não deixa de ser surpreendente. Se o governante não for moderado e justo,
 como poderá governar bem? E se o governado assim não for, como poderá
 40 obedecer bem? Se for destemperado e corrupto, decerto nunca desempe-
 nhará nenhum dos seus deveres. Ora, é evidente que de certo modo ambos
 1260a partilham necessariamente da virtude; contudo, existem diferenças, como
 as que ocorrem entre os que obedecem por natureza.

Foi, aliás, esta ideia que nos serviu de guia no estudo da alma. Com
 efeito, também esta possui por natureza um elemento governante e um que
 5 se lhe subordina, ambos com as suas virtudes próprias: um dotado de
 razão e o outro desprovido dela. O mesmo se aplica claramente aos
 restantes casos, posto que na maior parte deles há, por natureza, um
 elemento que manda e outro que obedece. De facto, o homem livre manda
 no escravo, da mesma forma que o marido na mulher, e o adulto na
 10 criança. Nesses casos, as partes da alma estão presentes em todos esses
 seres mas dispostas de modo diferente. O escravo não tem faculdade
 deliberativa; a mulher tem-na, mas não tem faculdade de decisão; a
 criança tem capacidade de decisão, mas ainda não desenvolve.

Deveríamos necessariamente admitir, então, que o mesmo se passa
 com as virtudes morais. Todos devem participar delas, embora não da
 15 mesma forma mas na medida em que cada um cumpre a função que lhe
 é adequada. Ora, é essa a razão pela qual o governante deve possuir
 integralmente a virtude moral (efectivamente, qualquer ofício tomado na
 sua integridade requer um artífice-mór, e a razão é esse artífice-mór);
 quanto aos demais, devem possuir a virtude moral na justa medida que
 lhes convém.

Resulta evidente, portanto, que todos os seres mencionados possuem
 a virtude moral. Todavia, a moderação não pertence da mesma forma ao
 20

20 αὐτοῖς. ὥστε φανερόν ὅτι ἐστὶν ἠθικὴ ἀρετὴ τῶν εἰρημένων
 πάντων, καὶ οὐχ ἡ αὐτὴ σωφροσύνη γυναικὸς καὶ ἀνδρός,
 οὐδ' ἀνδρεία καὶ δικαιοσύνη, καθάπερ ᾤετο Σωκράτης, ἀλλ'
 ἡ μὲν ἀρχικὴ ἀνδρεία ἡ δ' ὑπηρετικὴ, ὁμοίως δ' ἔχει καὶ
 25 περὶ τὰς ἄλλας. δῆλον δὲ τοῦτο καὶ κατὰ μέρος μᾶλλον
 ἐπισκοποῦσιν· καθόλου γὰρ οἱ λέγοντες ἐξαπατῶσιν ἑαυτοὺς
 ὅτι τὸ εὖ ἔχειν τὴν ψυχὴν ἀρετὴ, ἡ τὸ ὀρθοπραγεῖν, ἡ τι
 τῶν τοιούτων· πολὺ γὰρ ἄμεινον λέγουσιν οἱ ἐξαριθμοῦντες
 τὰς ἀρετάς, ὥσπερ Γοργίας, τῶν οὕτως ὀριζομένων. διὸ δεῖ,
 30 ὥσπερ ὁ ποιητὴς εἶρηκε περὶ γυναικός, οὕτω νομίζειν ἔχειν
 περὶ πάντων· 'γυναικὶ κόσμον ἡ σιγὴ φέρει', ἀλλ' ἀνδρὶ
 οὐκέτι τοῦτο. ἐπεὶ δ' ὁ παῖς ἀτελής, δῆλον ὅτι τούτου μὲν καὶ
 ἡ ἀρετὴ οὐκ αὐτοῦ πρὸς αὐτόν ἐστιν, ἀλλὰ πρὸς τὸ τέλος
 καὶ τὸν ἡγούμενον· ὁμοίως δὲ καὶ δούλου πρὸς δεσπότην. ἔθε-
 35 μεν δὲ πρὸς τἀναγκαῖα χρήσιμον εἶναι τὸν δούλον, ὥστε δῆ-
 λον ὅτι καὶ ἀρετὴς δεῖται μικρᾶς, καὶ τοσαύτης ὅπως μήτε
 δι' ἀκολασίαν μήτε διὰ δειλίαν ἐλλείψῃ τῶν ἔργων. ἀπορή-
 σειε δ' ἂν τις, τὸ νῦν εἰρημένον εἰ ἀληθές, ἄρα καὶ τοὺς
 τεχνίτας δεήσει ἔχειν ἀρετὴν· πολλάκις γὰρ δι' ἀκολασίαν
 ἐλλείπουσι τῶν ἔργων. ἡ διαφέρει τοῦτο πλεῖστον; ὁ μὲν γὰρ
 40 δούλος κοινωνὸς ζωῆς, ὁ δὲ πορρωτέρων, καὶ τοσοῦτον ἐπι-
 βάλλει ἀρετῆς ὅσον περ καὶ δουλείας· ὁ γὰρ βάνυστος τε-
 1260b χνίτης ἀφωρισμένην τινὰ ἔχει δουλείαν, καὶ ὁ μὲν δούλος
 τῶν φύσει, σκυτοτόμος δ' οὐθείς, οὐδὲ τῶν ἄλλων τεχνιτῶν.
 φανερόν τοίνυν ὅτι τῆς τοιαύτης ἀρετῆς αἵτιον εἶναι δεῖ τῷ
 δούλῳ τὸν δεσπότην, ἀλλ' οὐ <τὸν> τὴν διδασκαλικὴν ἔχοντα τῶν
 5 ἔργων [δεσποτικήν]. διὸ λέγουσιν οὐ καλῶς οἱ λόγου τοὺς δούλους
 ἀποστεροῦντες καὶ φάσκοντες ἐπιτάξει χρῆσθαι μόνον· νο-
 θετητέον γὰρ μᾶλλον τοὺς δούλους ἢ τοὺς παῖδας.

homem e à mulher, nem tão pouco a coragem ou a justiça, como pensava Sócrates. ⁽⁴¹⁾ Uma coisa é a coragem própria de um governante, outra a de um servo, o mesmo acontecendo com as outras virtudes. Se analisarmos esta questão com mais minúcia tornar-se-á clara a razão de ser. Na verdade, enganam-se os que, de modo genérico, se referem à virtude como “boa disposição da alma” ⁽⁴²⁾, “conduta correcta”, ou algo parecido. Melhor fora que se limitassem, como Górgias, a enumerar as virtudes, do que avançar com tais definições. ⁽⁴³⁾ 25

Apesar de tudo, estamos em crer que se aplica bem em todas as situações o verso do poeta sobre a mulher: “o silêncio dá encanto à mulher” ⁽⁴⁴⁾ mas não ao homem. Como a criança não se encontra completamente desenvolvida, também se torna claro que a sua virtude não se reporta a si própria, mas ao fim da criança e a quem manda nela. O mesmo acontece com o escravo em relação ao seu senhor. Acerca disso foi por nós referido que um escravo é útil em relação às necessidades indispensáveis; nesse sentido, apenas lhe basta um pouco de virtude, ou seja, a suficiente para não rebaixar o seu trabalho por intemperança ou desleixo. 35

Se o que acabámos de afirmar é verdade, há que perguntar, então, se os artesãos também possuem virtude, já que muitas vezes rebaixam o seu trabalho por serem destemperados. Mas não será este caso algo diferente do anterior? O escravo partilha a vida do senhor, o artesão vive mais afastado; assim, a virtude pertence-lhe numa medida proporcional à sua servidão, pois o seu modo de ser servil é limitado. Ora, o escravo 1260b faz parte das coisas que existem por natureza, mas não o sapateiro ou outro qualquer artesão.

Resulta claro que o senhor deve ser a causa da virtude que convém ao próprio escravo, mas não na medida em que possui a arte de o instruir nos afazeres adequados. Eis porque pensam mal os que recusam dar justificações aos escravos, sugerindo que apenas deveriam receber ordens. O certo é que deveríamos dar-lhes razões do seu agir ainda mais do que propriamente às crianças. 5

10 ἀλλὰ περὶ μὲν τούτων διωρίσθω τὸν τρόπον τοῦτον· περὶ
 δ' ἀνδρὸς καὶ γυναικός, καὶ τέκνων καὶ πατρός, τῆς τε περὶ
 15 ἑκάστων αὐτῶν ἀρετῆς καὶ τῆς πρὸς σφᾶς αὐτοὺς ὁμιλίας,
 τί τὸ καλῶς καὶ μὴ καλῶς ἐστὶ, καὶ πῶς δεῖ τὸ μὲν εὖ διώκειν
 τὸ δὲ κακῶς φεύγειν, ἐν τοῖς περὶ τὰς πολιτείας ἀναγ-
 καῖον ἐπελθεῖν. ἐπεὶ γὰρ οἰκία μὲν πᾶσα μέρος πόλεως,
 20 ταῦτα δ' οἰκίας, τὴν δὲ τοῦ μέρους πρὸς τὴν τοῦ ὅλου δεῖ βλέ-
 πειν ἀρετὴν, ἀναγκαῖον πρὸς τὴν πολιτείαν βλέποντας παι-
 δεύειν καὶ τοὺς παῖδας καὶ τὰς γυναῖκας, εἴπερ τι διαφέρει πρὸς
 τὸ τὴν πόλιν εἶναι σπουδαίαν καὶ <τὸ> τοὺς παῖδας εἶναι
 σπουδαίους καὶ τὰς γυναῖκας σπουδαίας. ἀναγκαῖον δὲ διαφέ-
 ρειν· αἱ μὲν γὰρ γυναῖκες ἡμισυ μέρος τῶν ἐλευθέρων, ἐκ δὲ
 25 τῶν παίδων οἱ κοινωνοὶ γίνονται τῆς πολιτείας. ὥστ', ἐπεὶ περὶ
 μὲν τούτων διώρισται, περὶ δὲ τῶν λοιπῶν ἐν ἄλλοις λεκτέον,
 ἀφέντες ὡς τέλος ἔχοντας τοὺς νῦν λόγους, ἄλλην ἀρχὴν
 ποιησάμενοι λέγωμεν, καὶ πρῶτον ἐπισκεψώμεθα περὶ τῶν
 ἀποφνημαζόμενων περὶ τῆς πολιτείας τῆς ἀρίστης.

É esta a nossa posição acerca dos diferentes aspectos abordados. As
 relações mútuas de homem e mulher, de pai e de filho, a virtude peculiar
 de cada um, o que está certo e o que não está, o modo como deveriam
 praticar o bem e evitar o mal, eis problemas que têm que ser tratados
 a propósito das diferentes formas de regimes políticos. (45) Ora, como de
 facto, a esfera doméstica é parte da cidade, e os indivíduos de que
 acabámos de falar fazem parte do lar, e dado que a virtude da parte
 deveria ser considerada em função da virtude do todo, então, do mesmo
 modo, tanto as crianças como as mulheres devem ser educadas de acordo
 com o regime político estabelecido (pelo menos, caso se considere que
 a perfeição moral das crianças e mulheres são importantes para a
 perfeição da cidade). E são importantes de facto, na medida em que as
 mulheres constituem metade da população livre, e as crianças tomarão
 parte na comunidade política. Agora que resolvemos estes problemas,
 discutiremos o resto noutro lugar, declarando a presente investigação
 como encerrada, para que possamos introduzir um novo tópico no nosso
 estudo; passemos imediatamente à apreciação das opiniões dos que se
 debruçaram sobre as melhores formas de regime político.

ΠΟΛΙΤΙΚΩΝ Β

LIVRO II

25 1 Ἐπεὶ δὲ προαιρούμεθα θεωρῆσαι περὶ τῆς κοινωνίας τῆς
πολιτικῆς, τίς κρατίστη πασῶν τοῖς δυναμένοις ζῆν ὅτι μάλι-
στα κατ' εὐχὴν, δεῖ καὶ τὰς ἄλλας ἐπισκέψασθαι πολι-
τείας, αἷς τε χρῶνται τινες τῶν πόλεων τῶν εὐνομεῖσθαι
30 λεγομένων, κἂν εἰ τινες ἕτεραι τυγχάνουσιν ὑπὸ τινῶν εἰρη-
μέναι καὶ δοκοῦσαι καλῶς ἔχειν, ἵνα τό τ' ὁρθῶς ἔχον ὀφθῇ
καὶ τὸ χρησιμον, ἔτι δὲ τὸ ζητεῖν τι παρ' αὐτὰς ἕτερον μὴ
δοκῇ πάντως εἶναι σοφίζεσθαι βουλομένων, ἀλλὰ διὰ τὸ μὴ
καλῶς ἔχειν ταύτας τὰς νῦν ὑπαρχούσας, διὰ τοῦτο ταύτην
35 δοκῶμεν ἐπιβαλέσθαι τὴν μέθοδον. ἀρχὴν δὲ πρῶτον ποιη-
τέον ἥπερ πέφυκεν ἀρχὴ ταύτης τῆς σκέψεως. ἀνάγκη
γάρ ἦτοι πάντας πάντων κοινωνεῖν τοὺς πολίτας, ἢ μηδενός,
ἢ τινῶν μὲν τινῶν δὲ μή. τὸ μὲν οὖν μηδενὸς κοινωνεῖν φα-
νερόν ὥς ἀδύνατον (ἡ γὰρ πολιτεία κοινωνία τίς ἐστι, καὶ
1261a πρῶτον ἀνάγκη τοῦ τόπου κοινωνεῖν· ὁ μὲν γὰρ τόπος εἷς ὁ τῆς
μιᾶς πόλεως, οἱ δὲ πολῖται κοινοὶ τῆς μιᾶς πόλεως).
ἀλλὰ πότερον ὅσων ἐνδέχεται κοινωνῆσαι, πάντων βέλτιον
κοινωνεῖν τὴν μέλλουσαν οἰκῆσεσθαι πόλιν καλῶς, ἢ τινῶν
μὲν τινῶν δ' οὐ βέλτιον; ἐνδέχεται γὰρ καὶ τέκνων καὶ γυ-
5 ναικῶν καὶ κτημάτων κοινωνεῖν τοὺς πολίτας ἀλλήλοις, ὥς-
περ ἐν τῇ Πολιτείᾳ τῇ Πλάτωνος· ἐκεῖ γὰρ ὁ Σωκράτης
φησὶ δεῖν κοινὰ τὰ τέκνα καὶ τὰς γυναῖκας εἶναι καὶ τὰς
κτήσεις. τοῦτο δὲ πότερον ὥς νῦν οὕτω βέλτιον ἔχειν, ἢ κατὰ
τὸν ἐν τῇ Πολιτείᾳ γεγραμμένον νόμον; 2 Ἐχει δὲ δυσχερείας

1. Análise do comunitarismo de Platão.

Posto que nos propusemos considerar qual a forma de comunidade política, i. e., a forma que é melhor para os que são capazes de viver do modo mais conforme possível ao que desejam, devemos examinar, também, as outras constituições, não só as que vigoram actualmente em certas cidades, com reputação de bem governadas, mas também as propostas por pensadores e consideradas meritórias. O nosso propósito consiste em ver o que está correcto e útil, evitando dar a impressão de que a nossa procura seja o resultado do desejo de ser inteligente a todo o custo. Estamos em crer que enveredamos por este tipo de investigação porque as constituições já existentes não são de boa qualidade.

Devemos começar esta pesquisa pelo início natural: ou todos os cidadãos partilham todas as coisas ou nenhuma, ou partilham algumas coisas e outras não. É claramente impossível que nada compartilhem, já que a cidade é uma forma de comunidade, e os cidadãos partilham o território; cada cidade tem o seu território e os cidadãos são participantes de uma mesma cidade. Mas na cidade que nos propomos administrar da melhor maneira possível, será melhor que tudo seja em comum ou será preferível partilhar umas coisas e outras não? É, de facto, possível para os cidadãos partilhar filhos, mulheres, e bens, como na *República* de Platão, obra em que Sócrates diz que devem ser comuns os filhos, as mulheres, e a propriedade. Nesta questão, será preferível a situação actual ou a que seria conforme à regulamentação descrita na *República*? (!)

10 ἄλλας τε πολλὰς τὸ πάντων εἶναι τὰς γυναῖκας κοινὰς, καὶ δι'
 ἣν αἰτίαν φησὶ δεῖν νενομοθετῆσθαι τὸν τρόπον τοῦτον ὁ Σωκρά-
 της, οὐ φαίνεται συμβαῖνον ἐκ τῶν λόγων. ἔτι δὲ πρὸς, τὸ τέλος
 ὃ φησι τῇ πόλει δεῖν ὑπάρχειν, ὥς μὲν εἴρηται νῦν, ἀδύνατον,
 πῶς δὲ δεῖ διελεῖν, οὐδὲν διώρισταί. λέγω δὲ τὸ μίαν εἶναι τὴν
 15 πόλιν ὥς ἄριστον ὃν ὅτι μάλιστα πᾶσαν λαμβάνει γὰρ ταύτην
 <τὴν> ὑπόθεσιν ὁ Σωκράτης. καίτοι φανερόν ἐστιν ὡς προῖοῦσα
 καὶ γινομένη μία μᾶλλον οὐδὲ πόλις ἐσται· πλῆθος γάρ τι τὴν
 φύσιν ἐστὶν ἡ πόλις, γινομένη τε μία μᾶλλον οἰκία μὲν ἐκ πό-
 λεως ἄνθρωπος δ' ἐξ οἰκίας ἐσται· μᾶλλον γὰρ μίαν τὴν οἰκίαν
 20 τῆς πόλεως φαίμεν ἂν, καὶ τὸν εἶναι τῆς οἰκίας· ὥστ' εἰ καὶ δυνατὸς
 τις εἴη τοῦτο δρᾶν, οὐ ποιητέον· ἀναρῆσει γὰρ τὴν πόλιν. οὐ μόνον
 δ' ἐκ πλειόνων ἀνθρώπων ἐστὶν ἡ πόλις, ἀλλὰ καὶ ἐξ εἶδει
 διαφερόντων. οὐ γὰρ γίνεται πόλις ἐξ ὁμοίων. ἕτερον γὰρ συμ-
 μαχία καὶ πόλις· τὸ μὲν γὰρ τῷ ποσῷ χρήσιμον, κἂν ἦ
 25 τὸ αὐτὸ τῷ εἶδει (βοηθείας γὰρ χάριν ἡ συμμαχία πέφυ-
 κεν), ὥσπερ ἂν εἰ σταθμὸς πλεῖον ἐλκύσειε (διοίσει δὲ τῷ
 τοιούτῳ καὶ πόλις ἔθνους, ὅταν μὴ κατὰ κώμας ὥσι κεχωρι-
 σμένοι τὸ πλῆθος, ἀλλ' οἷον Ἀρκάδες)· ἐξ ὧν δὲ δεῖ ἐν
 γενέσθαι, εἶδει διαφέρει. διόπερ τὸ ἴσον τὸ ἀντιπεπονθὸς
 30 σφάζει τὰς πόλεις, ὥσπερ ἐν τοῖς Ἑθικοῖς εἴρηται πρότερον·
 ἐπεὶ καὶ ἐν τοῖς ἐλευθέροις καὶ ἴσοις ἀνάγκη τοῦτ' εἶναι· ἅμα

2. Crítica do comunitarismo platónico.

Que as mulheres pertençam em comum a todos suscita muitas dificuldades, embora a causa de Sócrates reclamar legislação neste sentido, não decorra forçosamente dos seus argumentos. ⁽²⁾ Aliás, para o 10 fim que atribui à cidade, é insustentável a comunidade de mulheres, tal como descrita no diálogo; e nada estabelece sobre como se deveria interpretá-la. Refiro-me à afirmação de que “para toda a cidade, a maior unidade possível é o maior dos bens”, princípio mantido por Sócrates.

Todavia, é evidente que uma cidade que se torna cada vez mais 15 unitária deixaria de ser cidade. Uma cidade é, por natureza, uma pluralidade e ao tornar-se ainda mais unitária, passará de cidade a casa, e de casa a homem individual, já que podemos afirmar que a casa é mais unitária do que a cidade, e o indivíduo mais do que a casa. ⁽³⁾ Assim, mesmo que alguém pudesse conseguir isto, não o deveria fazer, dado que destruiria 20 a cidade. Por outro lado, não só a cidade consiste numa pluralidade de indivíduos, como estes também diferem em espécie; uma cidade não nasce de indivíduos idênticos. Uma cidade e uma aliança militar são diferentes: na aliança, o importante é a quantidade de membros, mesmo se forem todos da mesma espécie (a finalidade natural de uma aliança ⁽⁴⁾ é a 25 assistência mútua); é como um peso que faz descer o prato da balança. É pela mesma característica que cidade e povo diferem, na medida em que a população da cidade vive agregada em aldeias, e não à maneira dos Arcádios. ⁽⁵⁾

Os elementos que constituem uma cidade têm que diferir em espécie, pelo que a igualdade na reciprocidade é a salvaguarda das cidades, tal 30 como já foi referido na *Ética* ⁽⁶⁾, já que isto tem que ocorrer entre indivíduos livres e iguais: não é possível que todos governem simultaneamente mas

γὰρ οὐχ οἷόν τε πάντας ἄρχειν, ἀλλ' ἢ κατ' ἐνιαυτὸν ἢ
 κατὰ τινα ἄλλην τάξιν [ἢ] χρόνου. καὶ συμβαίνει δὴ τὸν
 τρόπον τοῦτον ὥστε πάντας ἄρχειν, ὥσπερ ἂν εἰ μετέβαλλον
 35 οἱ σκυτεῖς καὶ οἱ τέκτονες καὶ μὴ ἀεὶ οἱ αὐτοὶ σκυτοτόμοι
 καὶ τέκτονες ᾗσαν. ἐπεὶ δὲ βέλτιον οὕτως ἔχει καὶ τὰ περὶ
 τὴν κοινωνίαν τὴν πολιτικὴν, δῆλον ὥς τοὺς αὐτοὺς ἀεὶ βέλ-
 τιον ἄρχειν, εἰ δυνατόν, ἐν οἷς δὲ μὴ δυνατόν διὰ τὸ τὴν
 1261b φύσιν ἴσους εἶναι πάντας, ἅμα δὲ καὶ δίκαιον, εἴτ' ἀγαθὸν
 εἴτε φαῦλον τὸ ἄρχειν. πάντας αὐτοῦ μετέχειν, τοῦτό γε
 μιμεῖται τὸ ἐν μέρει τοὺς ἴσους εἰκεῖν τὸ θ' ὁμοίους εἶναι
 ἔξω ἀρχῆς· οἱ μὲν γὰρ ἀρχοῦσιν οἱ δ' ἀρχονται κατὰ μέρος
 5 ὥσπερ ἂν ἄλλοι γενόμενοι. τὸν αὐτὸν δὴ τρόπον ἀρχόντων
 ἕτεροι ἑτέρας ἀρχοῦσιν ἀρχάς. φανερόν τοίνυν ἐκ τούτων ὥς
 οὔτε πέφυκε μίαν οὕτως εἶναι τὴν πόλιν ὥσπερ λέγουσί τινες,
 καὶ τὸ λεχθὲν ὥς μέγιστον ἀγαθὸν ἐν ταῖς πόλεσιν ὅτι τὰς
 πόλεις ἀναιρεῖ· καίτοι τὸ γε ἐκάστου ἀγαθὸν σφάζει ἕκαστον.
 10 ἔστι δὲ καὶ κατ' ἄλλον τρόπον φανερόν ὅτι τὸ λίαν ἐνοῦν ζη-
 τεῖν τὴν πόλιν οὐκ ἔστιν ἀμεινον. οἰκία μὲν γὰρ αὐταρκέστε-
 ρον ἐνός, πόλις δ' οἰκίας, καὶ βούλεται γ' ἤδη τότε εἶναι πόλις
 ὅταν αὐτάρκη συμβαίῃ τὴν κοινωνίαν εἶναι τοῦ πλήθους·
 εἴπερ οὖν αἰρετώτερον τὸ αὐταρκέστερον, καὶ τὸ ἥττον ἐν τοῦ
 15 μᾶλλον αἰρετώτερον.
 3 Ἀλλὰ μὴν οὐδ' εἰ τοῦτο ἀριστόν ἐστι, τὸ μίαν ὅτι μά-
 λιστ' εἶναι τὴν κοινωνίαν, οὐδὲ τοῦτο ἀποδείκνυσθαι φαίνεται
 κατὰ τὸν λόγον, ἐὰν πάντες ἅμα λέγωσι τὸ ἐμὸν καὶ τὸ
 μὴ ἐμὸν· τοῦτο γὰρ οἶεται ὁ Σωκράτης σημεῖον εἶναι τοῦ τὴν

apenas por períodos anuais, ou conforme qualquer outra ordenação ou
 sucessão. É assim que chega a suceder todos governarem, tal como se
 sapateiros e carpinteiros trocassem de ofício entre si, em vez de perma- 35
 necerem sempre sapateiros e carpinteiros. Ora, é evidentemente preferí-
 vel (?) que, na comunidade política, governem sempre os mesmos, se isso
 for possível; mas nos casos em que não for possível, por todos serem
 naturalmente iguais, é justo também que todos participem no governo. 1261b
 quer este seja bom ou corrupto. (*) Estaremos perante uma imitação desta
 permanência quando os iguais transmitem o poder uns aos outros, e
 passam a ser semelhantes quando abandonam o cargo. É assim que,
 alternadamente, uns governam e outros são governados, como se uns se
 tornassem nos outros. Do mesmo modo, entre os governantes, uns ocupam 5
 uma função, e outros, outras.

É por isso claro que, nesta perspectiva, uma cidade não é natural-
 mente unitária, como alguns dizem (?); o que dizem ser o maior bem das
 cidades é o que as destrói, porquanto o bem de cada coisa é o que a
 conserva⁽¹⁰⁾. Também noutra perspectiva se nota que tentar unificar 10
 absolutamente a cidade não é, certamente, o melhor procedimento: uma
 casa é mais auto-suficiente do que um indivíduo, a cidade mais do que
 a casa; e uma cidade apenas existirá quando a comunidade atingir um
 quantitativo suficiente. Portanto, se é preferível o mais auto-suficiente,
 também deve preferir-se o menos unitário ao mais unitário. 15

3. A crítica do comunismo familiar.

Mas mesmo admitindo que a cidade seja o mais unitária possível,
 a prova desta unidade não fica estabelecida pelas expressões de todos os
 que dizem simultaneamente “isto é meu” e “isto não é meu”, afirmações
 que, segundo Sócrates⁽¹¹⁾, são uma indicação da cidade ser completamente
 una. Com efeito, a palavra ‘todos’ tem dois sentidos. Se ‘todos’ significa 20
 ‘cada um em particular’, talvez nos aproximássemos mais do que Sócrates

20 πόλιν τελέως εἶναι μίαν. τὸ γὰρ πάντες διττόν. εἰ μὲν οὖν
 ὡς ἕκαστος, τάχ' ἂν εἶη μᾶλλον ὃ βούλεται ποιεῖν ὁ Σω-
 κράτης (ἕκαστος γὰρ υἱὸν ἑαυτοῦ φήσει τὸν αὐτὸν καὶ γυ-
 ναῖκα δὴ τὴν αὐτήν, καὶ περὶ τῆς οὐσίας καὶ περὶ ἐκάστου
 25 δὴ τῶν συμβαινόντων ὡσαύτως). νῦν δ' οὐχ οὕτως φήσουσιν οἱ
 κοιναῖς χρώμενοι ταῖς γυναῖξι καὶ τοῖς τέκνοις, ἀλλὰ πάν-
 τες μὲν, οὐχ ὡς ἕκαστος δ' αὐτῶν, ὁμοίως δὲ καὶ τὴν οὐσίαν
 πάντες μὲν, οὐχ ὡς ἕκαστος δ' αὐτῶν. ὅτι μὲν τοίνυν παρα-
 λογισμός τις ἐστὶ τὸ λέγειν πάντας, φανερόν (τὸ γὰρ πάν-
 τες καὶ ἀμφοτέρω, καὶ περιττὰ καὶ ἄρτια, διὰ τὸ διττόν καὶ
 30 ἐν τοῖς λόγοις ἐριστικούς ποιεῖ συλλογισμούς· διὸ ἐστὶ τὸ πάν-
 τας τὸ αὐτὸ λέγειν ὥδι μὲν καλὸν ἀλλ' οὐ δυνατόν, ὥδι
 δ' οὐδὲν ὁμοιοητικόν). πρὸς δὲ τούτοις ἑτέραν ἔχει βλάβην τὸ
 λεγόμενον. ἥκιστα γὰρ ἐπιμελείας τυγχάνει τὸ πλείστων
 κοινόν· τῶν γὰρ ἰδίων μάλιστα φροντίζουν, τῶν δὲ κοινῶν
 35 ἥττον, ἢ ὅσον ἑκάστῳ ἐπιβάλλει· πρὸς γὰρ τοῖς ἄλλοις ὡς
 ἑτέρου φροντίζοντος ὀλιγωροῦσι μᾶλλον, ὥσπερ ἐν ταῖς οἰκε-
 τικαῖς διακονίαις οἱ πολλοὶ θεράποντες ἐνίοτε χεῖρον ὑπηρε-
 τοῦσι τῶν ἐλαττόνων. γίνονται δ' ἑκάστῳ χίλιοι τῶν πολιτῶν
 υἱοί, καὶ οὗτοι οὐχ ὡς ἑκάστου, ἀλλὰ τοῦ τυχόντος ὁ τυχὼν
 40 ὁμοίως ἐστὶν υἱός· ὥστε πάντες ὁμοίως ὀλιγορήσουσιν.
 1262a ἔτι οὕτως ἕκαστος 'ἐμὸς' λέγει τὸν εὖ πράττοντα τῶν
 πολιτῶν ἢ κακῶς, ὁπόστος τυγχάνει τὸν ἀριθμὸν ὧν, οἷον ἐμὸς
 ἢ τοῦ δεῖνος, τοῦτον τὸν τρόπον λέγων καθ' ἕκαστον τῶν χιλίων,
 ἢ ὅσων ἢ πόλις ἐστὶ, καὶ τοῦτο διστάζων· ἄδηλον γὰρ ᾧ συνέβη
 5 γενέσθαι τέκνον καὶ σωθῆναι γενόμενον. καίτοι πότερον οὕτω
 κρεῖττον τὸ ἐμὸν λέγειν ἕκαστον, τὸ αὐτὸ [μὲν] προσαγορεύον-
 τας δισχιλίων καὶ μυρίων, ἢ μᾶλλον ὡς νῦν ἐν ταῖς πόλεσι
 τὸ ἐμὸν λέγουσιν; ὁ μὲν γὰρ υἱὸν αὐτοῦ ὁ δὲ ἀδελφὸν αὐτοῦ
 10 προσαγορεύει τὸν αὐτόν, ὁ δ' ἀνεψιόν, ἢ κατ' ἄλλην τινὰ
 συγγένειαν [ἢ] πρὸς αἵματος ἢ κατ' οἰκειότητα καὶ κηδεῖαν
 αὐτοῦ πρῶτον ἢ τῶν αὐτοῦ, πρὸς δὲ τούτοις ἕτερος φράτορα

pretendia, pois então cada um chamaria à mesma criança o seu próprio
 filho e à mesma mulher a sua própria esposa, sucedendo o mesmo com
 a propriedade e tudo o mais. Mas na realidade, não o diriam com esta
 acepção os que, possuindo esposas e filhos comuns, utilizam o termo
 25 'todos' para designar a colectividade e não cada um deles em particular,
 o mesmo acontecendo em relação aos bens que pertencem a 'todos
 colectivamente' mas não a 'cada um' individualmente. Assim, é manifesto
 que o termo 'todos' contém um equívoco (tal como 'todos', os termos
 'ambos', 'ímpares', 'pares', devido ao seu duplo sentido, geram raciocí-
 30 nios contraditórios nas argumentações). Por muito belo que pareça, que
 todos chamem 'meu' ao mesmo objecto, é impossível, e não conduz, de
 modo algum, à concórdia. (12)

Por outro lado, esta fórmula apresenta uma outra dificuldade. Quan-
 to mais uma coisa é comum a um maior número, menos cuidado recebe.
 Cada um preocupa-se sobretudo com o que é seu; quanto ao que é comum,
 preocupa-se menos, ou apenas na medida do seu interesse particular. (13)
 35 Aliás, desleixa-se ainda mais ao pensar que outros cuidam dessas coisas.
 É o que sucede quando, nos deveres domésticos um maior número de
 criados serve pior do que um menor número. Ou então, se cada cidadão
 chegasse a ter mil filhos, tais filhos não lhe pertenceriam exclusivamente
 mas qualquer um seria igualmente filho de outro qualquer; em consequência,
 40 todos os pais menosprezariam todos os filhos. Ademais, cada um dos
 1262a cidadãos ao chamar 'meu' ao filho, próspero ou desgraçado, apenas se lhe
 refere na medida em que a criança é uma fracção do número total. Dirá
 'meu filho' ou 'filho de fulano', entendendo por 'fulano' cada um dos mil
 cidadãos, ou de todos os que constituem a cidade, seja qual for o seu
 número; e mesmo nisto permanece inseguro porquanto não pode saber
 5 quem teve um filho, ou se este sobreviveu, uma vez nascido. Afinal, qual
 o melhor modo de utilizar o termo 'meu'? À maneira dos dois ou dez
 mil cidadãos que utilizam o termo referindo-se ao mesmo? Ou à maneira
 dos que utilizam correntemente o termo nas cidades? Deste modo, ao
 mesmo indivíduo a que um homem chama seu filho, outro chama seu
 10 irmão, outro ainda seu primo, ou outro nome derivado de laços de

φυλέτην. κρείττον γάρ ἴδιον ἀνεψιὸν εἶναι ἢ τὸν τρόπον τοῦ-
τον υἱόν. οὐ μὴν ἀλλ' οὐδὲ διαφυγεῖν δυνατόν τὸ μὴ τινὰς
ὑπολαμβάνειν ἑαυτῶν ἀδελφούς τε καὶ παῖδας καὶ πατέρας
15 καὶ μητέρας· κατὰ γὰρ τὰς ὁμοιότητος αἱ γίνονται τοῖς
τέκνοις πρὸς τοὺς γεννήσαντας ἀναγκαῖον λαμβάνειν περὶ
ἀλλήλων τὰς πίστεις. ὅπερ φασὶ καὶ συμβαίνειν τινὲς τῶν
τὰς τῆς γῆς περιόδους πραγματευομένων· εἶναι γάρ τισι
τῶν ἄνω Λιβύων κοινὰς τὰς γυναῖκας, τὰ μέντοι γινόμενα
20 τέκνα διαιρεῖσθαι κατὰ τὰς ὁμοιότητος. εἰσὶ δὲ τινες καὶ
γυναῖκες καὶ τῶν ἄλλων ζώων, οἷον ἵπποι καὶ βόες, αἱ
σφόδρα πεφύκασιν ὅμοια ἀποδιδόναι τὰ τέκνα τοῖς γονεῦσιν,
ὥσπερ ἡ ἐν Φαρσάλῳ κληθεῖσα Δικαία ἵππος. 4 Ἔτι δὲ καὶ τὰς
τοιαύτας δυσχερείας οὐ ῥᾶδιον εὐλαβηθῆναι τοῖς ταύτην
25 κατασκευάζουσι τὴν κοινωνίαν, οἷον αἰκίας καὶ φόνους
ἀκουσίους τοὺς δὲ ἐκουσίους, καὶ μάχας καὶ λοιδορίας· ὧν
οὐδὲν ὀσιόν ἐστι γίνεσθαι πρὸς πατέρας καὶ μητέρας καὶ τοὺς
μὴ πόρρω τῆς συγγενείας ὄντας, ὥσπερ πρὸς τοὺς ἀπωθεν· ἃ
καὶ πλεῖον συμβαίνειν ἀναγκαῖον ἀγνοούντων ἢ γνωρίζοντων,
30 καὶ γενομένων τῶν μὲν γνωριζομένων ἐνδέχεται τὰς νομιζομέ-
νας γίνεσθαι λύσεις, τῶν δὲ μὴ, οὐδεμίαν. ἄτοπον δὲ καὶ τὸ
κοινούς ποιήσαντα τοὺς υἱοὺς τὸ συνεῖναι μόνον ἀφελεῖν τῶν
ἐρώντων, τὸ δ' ἐρᾶν μὴ κωλύσαι, μηδὲ τὰς χρήσεις τὰς
ἄλλας ἅς πατρὶ πρὸς υἱὸν εἶναι πάντων ἐστὶν ἀπρεπέστατον
35 καὶ ἀδελφῷ πρὸς ἀδελφόν, ἐπεὶ καὶ τὸ ἐρᾶν μόνον.
ἄτοπον δὲ καὶ τὸ τὴν συνουσίαν ἀφελεῖν δι' ἄλλην
μὲν αἰτίαν μηδεμίαν, ὡς λίαν δὲ ἰσχυρᾶς τῆς ἡδονῆς γινο-
μένης, ὅτι δ' ὁ μὲν πατὴρ ἢ υἱός, οἱ δ' ἀδελφοὶ ἀλλήλων,
μηδὲν οἴεσθαι διαφέρειν. εἰκε δὲ μᾶλλον τοῖς γεωργοῖς

parentesco, de sangue, de afinidade, e de aliança, contraídos por si
próprio ou pelos parentes próximos; além deste laços, a um indivíduo
pode dar-se ainda o nome de companheiro de fratria ou de tribo; por tudo
isto se vê que é preferível ser-se primo verdadeiro de alguém, do que seu
filho à maneira platônica (¹⁴).

Ainda assim, não é possível evitar que alguns conjecturem que
certas pessoas são os seus próprios irmãos, filhos, pais ou mães. Acre-
ditam que as parecenças são prova das relações de parentesco entre pais
e filhos. É isto que acontece, conforme relatos dos que viajam pelo
mundo, afirmando que certos povos do Sul da Líbia têm as mulheres em
comum e que, mesmo assim, distinguem pelas parecenças os filhos que
lhes pertencem (¹⁵). E há mesmo mulheres e fêmeas de outras espécies
animais (cavalos e bois) com uma tendência natural para gerar crias
semelhantes aos seus progenitores, tal como sucedeu com a égua chamada
'Justa' de Farsália (¹⁶). 15 20

4. A comunidade de mulheres e filhos na *República* de Platão.

Eis outros exemplos de desvantagens difíceis de evitar por aqueles
que formam este tipo de comunidade: ofensas, homicídios voluntários e
involuntários, contendas e afrontas, crimes que nunca são toleráveis
quando cometidos contra pai, mãe ou familiares próximos, como seriam
se cometidos contra estranhos (¹⁷). Aliás, é forçoso que estes crimes sejam
mais frequentes quando os pais não se conhecem. Uma vez consumados,
só existe possibilidade de castigo caso os pais sejam conhecidos; se o
parentesco for desconhecido, não é possível qualquer expiação. É também
absurdo que, tendo estabelecido a comunidade de filhos, proíba as
relações entre amantes, mas não proíba o amor, nem outras práticas de
intimidade entre pai e filho, práticas que são de um impudor extremo
porquanto nestes casos o próprio amor é já condenável (¹⁸). É também
absurdo que proíba as relações carnavais nestes casos, pela única razão de
suscitarem um prazer demasiado violento, sem que dê qualquer impor-
tância ao facto de se tratar de relações entre pai ou filho ou entre irmãos. 25 30 35

εἶναι χρήσιμον τὸ κοινὰς εἶναι τὰς γυναῖκας καὶ τοὺς παῖ-
 1262b δας ἢ τοῖς φύλαξιν· ἦττον γὰρ ἔσται φιλία κοινῶν ὄντων
 τῶν τέκνων καὶ τῶν γυναικῶν, δεῖ δὲ τοιοῦτους εἶναι τοὺς ἀρ-
 χομένους πρὸς τὸ πειθαρχεῖν καὶ μὴ νεωτερίζειν. ὅλως δὲ
 συμβαίνειν ἀνάγκη τοῦναντίον διὰ τὸν τοιοῦτον νόμον ὦν προσ-
 5 ἥκει τοὺς ὀρθῶς κειμένους νόμους αἰτίους γίνεσθαι, καὶ δι' ἣν
 αἰτίαν ὁ Σωκράτης οὕτως οἴεται δεῖν τάττειν τὰ περὶ τὰ τέ-
 κνα καὶ τὰς γυναῖκας. φιλίαν τε γὰρ οἰόμεθα μέγιστον
 εἶναι τῶν ἀγαθῶν ταῖς πόλεσιν (οὕτως γὰρ ἂν ἦκιστα στασιάζ-
 10 οῖεν), καὶ τὸ μίαν εἶναι τὴν πόλιν ἐπαινεῖ μάλισθ' ὁ Σω-
 κράτης, ὃ καὶ δοκεῖ κάκεῖνος εἶναί φησι τῆς φιλίας ἔργον,
 καθάπερ ἐν τοῖς ἐρωτικοῖς λόγοις ἴσμεν λέγοντα τὸν Ἀριστο-
 φάνην ὡς τῶν ἐρώντων διὰ τὸ σφόδρα φιλεῖν ἐπιθυμούν-
 των συμφῦναι καὶ γενέσθαι ἐκ δύο ὄντων ἀμφοτέρους ἕνα·
 15 ἐνταῦθα μὲν οὖν ἀνάγκη ἀμφοτέρους ἐφθάρθαι ἢ τὸν ἕνα,
 ἐν δὲ τῇ πόλει τὴν φιλίαν ἀναγκαῖον ὑδαρῇ γίνεσθαι διὰ τὴν
 κοινωνίαν τὴν τοιαύτην, καὶ ἦκιστα λέγειν τὸν ἑμὸν ἢ υἱὸν
 πατέρα ἢ πατέρα υἱόν. ὥσπερ γὰρ μικρὸν γλυκὺ εἰς πολὺ
 ὕδωρ μειχθὲν ἀναίσθητον ποιεῖ τὴν κρᾶσιν, οὕτω συμβαίνει
 20 καὶ τὴν οἰκειότητα τὴν πρὸς ἀλλήλους τὴν ἀπὸ τῶν ὀνομά-
 των τούτων, διαφροντίζειν ἦκιστα ἀναγκαῖον ὅν ἐν τῇ πολιτείᾳ
 τῇ τοιαύτῃ ἢ πατέρα ὡς υἱῶν ἢ υἱὸν ὡς πατρός, ἢ ὡς
 ἀδελφοὺς ἀλλήλων. δύο γὰρ ἔστιν αἱ μάλιστα ποιεῖ κήδεσθαι
 τοὺς ἀνθρώπους καὶ φιλεῖν, τὸ τε ἴδιον καὶ τὸ ἀγαπητόν· ὦν
 25 οὐδέτερον οἶόν τε ὑπάρχειν τοῖς οὕτω πολιτευομένοις. ἀλλὰ
 μὴν καὶ περὶ τοῦ μεταφέρειν τὰ γινόμενα τέκνα, τὰ μὲν ἐκ
 τῶν γεωργῶν καὶ τεχνιτῶν εἰς τοὺς φύλακας, τὰ δ' ἐκ τού-
 των εἰς ἐκείνους, πολλὴν ἔχει ταραχὴν τίνα ἔσται τρόπον·
 καὶ γινώσκειν ἀναγκαῖον τοὺς διδόντας καὶ μεταφέροντας
 τίσι τίνας διδῶσιν. ἔτι δὲ καὶ τὰ πάλαι λεχθέντα μᾶλλον

A comunidade de mulheres e filhos parece mais útil aos lavradores
 do que aos guardiães. Com efeito, se as mulheres e os filhos são em
 comum, pouco afecto ⁽¹⁹⁾ haverá entre eles, sendo que o afecto entre os
 1262b governados é necessário para que permaneçam obedientes e não se
 insubordinem.

De um modo geral, a legislação da *República* produz necessaria-
 mente resultados contrários aos que uma legislação correctamente
 estabelecida deveria criar, e também contrários à razão que move Sócrates
 5 a acreditar na necessidade de tais disposições relativas a mulheres e
 filhos. Acreditamos que a amizade é o maior dos bens para as cidades ⁽²⁰⁾
 porquanto pode ser o melhor meio de evitar revoltas. Ora, Sócrates preza
 acima de tudo a unidade da cidade e, como ele próprio diz, esta unidade
 é produto da amizade, comparável à amizade descrita por Aristófanes, nos
 10 discursos sobre o amor, como sabemos, quando afirma que os amantes,
 devido ao amor veemente, desejam fundir-se e tornar-se ambos num só,
 em vez de dois. Nesta circunstância, necessariamente desaparecem am-
 bos, ou pelo menos um. Pelo contrário, com o tipo de comunidade da
República, a amizade dilui-se forçosamente, porque um pai não pode
 15 dizer 'meu filho' nem um filho "meu pai". Assim como fica imperceptível
 um pouco de doce misturado numa grande porção de água, também se
 diluem as relações de parentesco implicadas por aqueles termos ⁽²¹⁾; em
 tal regime também não é necessário que um pai cuide dos filhos, nem
 que um filho olhe pelo seu pai, nem os irmãos pelos irmãos. Existem duas
 20 coisas que fazem com que os seres humanos sintam solicitude e amizade
 exclusivas: a propriedade e a afeição. Ora nenhum destes móveis ocorre
 nos que vivem no regime referido.

Um outro ponto é que a mobilidade da prole ⁽²²⁾, nascida dos
 lavradores e dos artesãos, constituiria um grande embaraço para a classe
 25 dos guardiães, e inversamente desta para a classe dos lavradores e dos
 artesãos. Como proceder neste caso? Aqueles que cedem e transferem os
 filhos têm que saber que filhos entregam e a quem. Mais uma vez, as

30 ἐπὶ τούτων ἀναγκαῖον συμβαίνειν, οἷον αἰκίας ἔρωτας φόνους·
οὐ γὰρ ἔτι προσαγορεύουσιν ἀδελφοὺς καὶ τέκνα καὶ πατέρας
καὶ μητέρας τοὺς φύλακας οἱ τε εἰς τοὺς ἄλλους πολίτας δο-
θέντες καὶ πάλιν οἱ παρὰ τοῖς φύλαξι τοὺς ἄλλους πολί-
τας, ὥστ' εὐλαβεῖσθαι τῶν τοιούτων τι πράττειν διὰ τὴν
35 συγγένειαν. περὶ μὲν οὖν τῆς περὶ τὰ τέκνα καὶ τὰς γυναῖκας
κοινωνίας διωρίσθω τὸν τρόπον τοῦτον.

Ἐχόμενον δὲ τούτων ἔστιν ἐπισκέψασθαι περὶ τῆς κτή-
σεως, τίνα τρόπον δεῖ κατασκευάζεσθαι τοῖς μέλλουσι πολι-
τεύεσθαι τὴν ἀρίστην πολιτείαν, πότερον κοινὴν ἢ μὴ κοινὴν
40 εἶναι τὴν κτήσιν. τοῦτο δ' ἂν τις καὶ χωρὶς σκέψαιτο ἀπὸ
τῶν περὶ τὰ τέκνα καὶ τὰς γυναῖκας νενομοθετημένων, λέγω
1263a δὲ τὰ περὶ τὴν κτήσιν πότερον (κἂν ἢ ἐκεῖνα χωρὶς, καθ'
ὃν νῦν τρόπον ἔχει πᾶσι) τὰς γε κτήσεις κοινὰς εἶναι βέλ-
τιον, ἢ τὰς χρήσεις, οἷον τὰ μὲν γήπεδα χωρὶς, τοὺς δὲ
καρποὺς εἰς τὸ κοινὸν φέροντας ἀναλίσκειν (ὅπερ ἔνια ποιεῖ
5 τῶν ἐθνῶν), ἢ τοῖναντίον τὴν μὲν γῆν κοινὴν εἶναι καὶ γεωρ-
γεῖν κοινῇ, τοὺς δὲ καρποὺς διαιρεῖσθαι πρὸς τὰς ἰδίας χρή-
σεις (λέγονται δὲ τινες καὶ τοῦτον τὸν τρόπον κοινωνεῖν τῶν
βαρβάρων), ἢ καὶ τὰ γήπεδα καὶ τοὺς καρποὺς κοινούς. ἑ-
τέρων μὲν οὖν ὄντων τῶν γεωργούντων ἄλλος ἂν εἴη τρόπος καὶ
10 βῶων, αὐτῶν δ' αὐτοῖς διαπονούντων τὰ περὶ τὰς κτήσεις
πλείους ἂν παρέχοι δυσκολίας. καὶ γὰρ ἐν ταῖς ἀπολαύσεσι
καὶ ἐν τοῖς ἔργοις μὴ γινομένων ἴσων ἄλλ' ἀνίσων ἀναγκαῖον
ἐγκλήματα γίνεσθαι πρὸς τοὺς ἀπολαύοντας μὲν ἢ λαμβάνον-
τας πολλά, ὀλίγα δὲ πονούντας, τοῖς ἐλάττω μὲν λαμβάνουσι,
15 πλείω δὲ πονοῦσιν. ὅλως δὲ τὸ συζῆν καὶ κοινωνεῖν τῶν ἀν-
θρωπικῶν πάντων χαλεπὸν, καὶ μάλιστα τῶν τοιούτων.
δηλοῦσι δ' αἱ τῶν συναποδήμων κοινωνίαι· σχεδὸν γὰρ οἱ
πλείστοι διαφέρονται, ἐκ τῶν ἐν ποσὶ καὶ ἐκ μικρῶν προσ-
κρούοντες ἀλλήλοις. ἔτι δὲ τῶν θεραπόντων τούτοις μάλιστα
20 προσκρούομεν οἷς πλείστα προσχρώμεθα πρὸς τὰς διακονίας

desordens atrás referidas — ofensas, amores ilícitos e homicídios —
serão mais frequentes nestas condições. Após terem sido entregues a
30 cidadãos de outras classes, os guardiães confiados a outros cidadãos e os
cidadãos de outras classes que vivem como guardas, não chamarão os
demais irmãos, filhos, pais ou mães, nem procurarão evitar as acções
ilícitas por consideração para com o parentesco.

Estas são as nossas considerações acerca das comunidade de mu-
lheres e de filhos. 35

5. Crítica da propriedade comum dos bens.

Temos que considerar agora que tipo de propriedade devemos
instituir para os que se propõem viver no melhor regime. Deverá a
propriedade ser comum ou não? Esta questão pode ser considerada
independentemente da legislação acerca das mulheres e dos filhos. Eu
40 explico-me: em relação à propriedade, e mesmo considerando que é hoje
corrente em todas as cidades que mulheres e filhos não sejam comuns, 1263a
será melhor que a propriedade seja de algum modo comunitária, bem
como o seu uso? Por exemplo, será melhor que os lotes de terra sejam
separados, embora o seu fruto possa ser posto em comum para consumo,
como fazem alguns povos? Ou, pelo contrário, a terra deve ser propri-
edade comum e cultivada em comum, sendo os frutos distribuídos de
5 acordo com as necessidades de cada um (esta também é uma prática
comum que se diz existir entre certos povos bárbaros)? Ou deveriam os
lotes de terra e os frutos ser ambos comuns?

O problema seria diferente e mais fácil de resolver se os que traba-
lham a terra formassem uma classe distinta dos proprietários do solo. Mas
quando os trabalhadores cultivam para seu próprio benefício, a questão
10 da propriedade origina muitas dificuldades. Se, com efeito, os benefícios
e o trabalho não forem repartidos de modo igual, surgirão necessariamente
reclamações contra os que aproveitam e recebem muito, em troca de
pouco trabalho, por parte dos que recebem menos mas trabalham mais.
De uma maneira geral é difícil viver em comum e partilhar todas as coisas
15 humanas, particularmente em questões como estas. Um exemplo flagrante

τὰς ἐγκυκλίους. τὸ μὲν οὖν κοινὰς εἶναι τὰς κτήσεις ταύτας
 τε καὶ ἄλλας τοιαύτας ἔχει δυσχερείας· ὃν δὲ νῦν τρόπον
 ἔχει, ἐπικοσμηθὲν ἔθεσι καὶ τάξει νόμων ὀρθῶν, οὐ μι-
 κρὸν ἂν διενέγκαι. ἔξει γὰρ τὸ ἐξ ἀμφοτέρων ἀγαθόν·
 25 λέγω δὲ τὸ ἐξ ἀμφοτέρων τὸ ἐκ τοῦ κοινὰς εἶναι τὰς κτή-
 σεις καὶ τὸ ἐκ τοῦ ἰδίας. δεῖ γὰρ πῶς μὲν εἶναι κοινὰς, ὅλως
 δ' ἰδίας. αἱ μὲν γὰρ ἐπιμέλειαί διηρημέναι τὰ ἐγκλήματα
 πρὸς ἀλλήλους οὐ ποιήσουσιν, μάλλον δ' ἐπιδώσουσιν ὥς πρὸς
 30 ἴδιον ἑκάστου προσεδρεύοντος· δι' ἀρετὴν δ' ἔσται πρὸς τὸ χρῆ-
 σθαι, κατὰ τὴν παροιμίαν, κοινὰ τὰ φίλων. ἔστι δὲ καὶ νῦν
 τὸν τρόπον τοῦτον ἐν ἐνίαις πόλεσιν οὕτως ὑπογεγραμμένοι,
 ὥς οὐκ ὃν ἀδύνατον, καὶ μάλιστα ἐν ταῖς καλῶς οἰκουμέναις
 τὰ μὲν ἔστι τὰ δὲ γένοιτ' ἂν ἰδίαν γὰρ ἑκαστος τὴν κτήσιν
 ἔχων τὰ μὲν χρήσιμα ποιεῖ τοῖς φίλοις, τοῖς δὲ χρῆται
 35 κοινοῖς, οἷον καὶ ἐν Λακεδαίμονι τοῖς τε δούλοις χρῶνται
 τοῖς ἀλλήλων ὥς εἰπεῖν ἰδίους, ἔτι δ' ἵπποις καὶ κυσίν, καὶ
 δεηθῶσιν ἐφοδίων, [ἐν] τοῖς ἀγροῖς κατὰ τὴν χώραν. φανερόν
 τοίνυν ὅτι βέλτιον εἶναι μὲν ἰδίας τὰς κτήσεις, τῇ δὲ χρή-
 σει ποιεῖν κοινὰς· ὅπως δὲ γίνωνται τοιοῦτοι, τοῦ νομοθέτου
 40 τοῦτ' ἔργον ἰδιόν ἐστιν. ἔτι δὲ καὶ πρὸς ἡδονὴν ἀμύθητον ὅσον
 διαφέρει τὸ νομίζειν ἰδιόν τι. μὴ γὰρ οὐ μάτην τὴν πρὸς
 1263b αὐτὸν αὐτὸς ἔχει φιλίαν ἑκαστος, ἀλλ' ἔστι τοῦτο φυσικόν.
 τὸ δὲ φίλαντον εἶναι ψέγεται δικαίως· οὐκ ἔστι δὲ τοῦτο τὸ
 φιλεῖν ἑαυτόν, ἀλλὰ τὸ μάλλον ἢ δεῖ φιλεῖν, καθάπερ
 καὶ τὸ φιλοχρήματον, ἐπεὶ φιλοῦσί γε πάντες ὥς εἰπεῖν
 5 ἑκαστον τῶν τοιούτων. ἀλλὰ μὴν καὶ τὸ χαρίσασθαι καὶ

é a comunidade que se forma entre companheiros de viagem. Na maior
 parte dos casos, surgem divergências por razões fúteis e desentendimentos
 por coisas de nada. Do mesmo modo, entramos em conflito com os
 empregados de que mais carecemos para as actividades quotidianas. 20

Estas e outras dificuldades semelhantes, resultam da propriedade em
 comum. O regime actual, aperfeiçoado por costumes e regulado por leis
 justas seria muito superior porque ofereceria as vantagens de ambos,
 quero dizer, as vantagens da propriedade comum e as da propriedade 25
 privada. Com efeito, a propriedade deve ser, até certo ponto, comum, mas
 de um modo geral privada. Assim a separação dos interesses não con-
 duzirá a reclamações recíprocas e alcançará melhores resultados, porque
 cada um se dedicará ao que lhe é próprio; por outro lado, e segundo o
 provérbio, a virtude fará que, quanto ao uso da propriedade, "*os bens* 30
dos amigos sejam comuns" (23).

Nos nossos dias, este regime de propriedade encontra-se de modo
 incipiente em algumas cidades (24), pelo que nada tem de impraticável;
 vemos mesmo que, sobretudo nas cidades bem administradas já existe,
 pelo que é viável. É que, embora cada indivíduo tenha a sua propriedade
 privada, ele disponibiliza para os amigos alguns dos seus bens e usufrui 35
 dos outros em comum. Por exemplo, em Esparta todos utilizam os escravos
 uns dos outros, praticamente como se fossem seus, e o mesmo fazem com
 os cavalos e os cães; e se necessitam de alguma coisa durante uma viagem,
 servem-se das provisões das terras por onde vão passando. É claramente
 preferível que a propriedade seja privada, mas que a sua utilização seja
 comum; cabe ao legislador definir o modo específico de conseguir isso.

Além disso, no que se refere ao prazer, não há palavras para exprimir 40
 a importância de considerar uma coisa como sua; não é vão que cada um 1263b
 goste de si próprio; pelo contrário, é uma coisa natural. O egoísmo (25)
 é justamente condenável, embora o egoísmo não consista em amar-se a
 si próprio, mas em amar-se mais do que se deveria, tal como no caso do

βοηθῆσαι φίλοις ἢ ξένοις ἢ ἑταίροις ἡδιστον· ὁ γίνεται τῆς κτήσεως ἰδίας οὐσης. ταῦτά τε δὴ οὐ συμβαίνει τοῖς λίκιν ἐν ποιοῦσι τὴν πόλιν, καὶ πρὸς τούτοις ἀναιροῦσιν ἔργα δυοῖν ἀρεταῖν φανερώς, σωφροσύνης μὲν τὸ περὶ τὰς γυναῖκας
 10 (ἔργον γὰρ καλὸν ἀλλοτρίας οὐσης ἀπέχεσθαι διὰ σωφροσύνην), ἐλευθεριότητος δὲ τὸ περὶ τὰς κτήσεις· οὔτε γὰρ ἔσται φανερός ἐλευθέριος ὢν, οὔτε πράξει πράξιν ἐλευθέριον οὐδεμίαν· ἐν τῇ γὰρ χρήσει τῶν κτημάτων τὸ τῆς ἐλευθεριότητος ἔργον ἔστιν.
 15 Εὐπρόσωπος μὲν οὖν ἡ τοιαύτη νομοθεσία καὶ φιλόανθρωπος ἀν εἶναι δόξειεν· ὁ γὰρ ἀκρωμένος ἄσμενος ἀποδέχεται, νομίζων ἔσεσθαι φιλίαν τινὰ θαυμαστήν πᾶσι πρὸς ἅπαντας, ἄλλως τε καὶ ὅταν κατηγορῇ τις τῶν νῦν ὑπαρχόντων ἐν ταῖς πολιτείαις κακῶν ὡς γινομένων διὰ τὸ μὴ
 20 κοινὴν εἶναι τὴν οὐσίαν, λέγω δὲ δίκας τε πρὸς ἀλλήλους περὶ συμβολαίων καὶ ψευδομαρτυριῶν κρίσεις καὶ πλουσιῶν κολακείας· ὧν οὐδὲν γίνεται διὰ τὴν ἀκοινωνησίαν ἀλλὰ διὰ τὴν μοχθηρίαν, ἐπεὶ καὶ τοὺς κοινὰς κεκτημένους καὶ κοινωνοῦντας πολλῶ διαφερομένους μᾶλλον ὁρῶμεν ἢ τοὺς χωρὶς
 25 τὰς οὐσίας ἔχοντας· ἀλλὰ θεωροῦμεν ὀλίγους τοὺς ἐκ τῶν κοινωνιῶν διαφερομένους, πρὸς πολλοὺς συμβάλλοντες τοὺς κεκτημένους ἰδίᾳ τὰς κτήσεις. ἔτι δὲ δίκαιον μὴ μόνον λέγειν ὅσων στερήσονται κακῶν κοινωνήσαντες, ἀλλὰ καὶ ὅσων ἀγαθῶν φαίνεται δ' εἶναι πάμπαν ἀδύνατος ὁ βίος. αἴτιον
 30 δὲ τῷ Σωκράτει τῆς παρακρούσεως χρή νομίζειν τὴν ὑπόθεσιν οὐκ οὔσαν ὀρθήν. δεῖ μὲν γὰρ εἶναι πως μίαν καὶ τὴν οἰκίαν καὶ τὴν πόλιν, ἀλλ' οὐ πάντως ἔστι μὲν γὰρ ὡς οὐκ ἔσται προίονσα πόλις, ἔστι δ' ὡς ἔσται μὲν, ἐγγὺς δ' οὔσα

amor ao dinheiro; porque todos gostam, com certeza, de coisas deste tipo. Por outro lado, é um grande prazer ajudar e obsequiar os amigos, estrangeiros e companheiros; e isto só é possível se a propriedade for
 5 privada.

Na verdade, estes prazeres são impossíveis se a cidade se unificar demasiado; e, além disso, anula-se manifestamente a possibilidade de exercitar duas virtudes: a temperança em relação às mulheres (é uma bela
 10 acção abster-se por continência da mulher de outrem), e a liberalidade no que respeita à propriedade. Ninguém será capaz de se revelar generoso nem de ser liberal se não exercitar a liberalidade mediante a utilização de bens que possui (²⁶).

A legislação platónica, portanto, poderia parecer sedutora e filantrópica. Quem a escutar, acolhe-a com benevolência, pensando que dela resultará uma maravilhosa amizade de todos para com todos, em parti-
 15 cular quando atribui a causa de todos os males que existem actualmente nas cidades ao facto de os bens não serem comuns (²⁷). Refiro-me aos processos judiciais movidos por uns contra os outros por causa de
 20 contratos, julgamentos por falso testemunho e por adulações aos ricos. Nenhum destes males resulta da ausência da comunidade de bens mas sim da perversidade humana; constatamos que existem muitos mais diferendos entre os que possuem bens em comum e deles partilham, do que entre
 25 os que possuem bens separadamente. Sucede, porém, que são poucos os que podemos ver em desacordo devido a possuírem bens comuns, em comparação com os muitos que possuem propriedades privadas. Para além do mais, seria justo mencionar não só os grandes males de que os homens se libertariam com um regime comunista, como os bens de que seriam privados; a vida a que seriam conduzidos seria completamente impossível.

Devemos reconhecer que a causa do erro de Sócrates consiste num
 30 suposto incorrecto (²⁸). É que a casa e a cidade devem ser unitárias mas só até certo ponto e não em absoluto. Na marcha para a unidade, a cidade

35 τοῦ μὴ πόλις εἶναι χείρων πόλις, ὥσπερ κἂν εἴ τις τὴν
 συμφωνίαν ποιήσειεν ὁμοφωνίαν ἢ τὸν ῥυθμὸν βάσιν μίαν.
 ἀλλὰ δεῖ πλῆθος ὄν, ὥσπερ εἴρηται πρότερον, διὰ τὴν παι-
 δεῖαν κοινὴν καὶ μίαν ποιεῖν· καὶ τὸν γε μέλλοντα παιδεῖαν
 εἰσάγειν καὶ νομίζοντα διὰ ταύτης ἔσεσθαι τὴν πόλιν σπου-
 40 δαίαν ἄτοπον τοῖς τοιούτοις οἴεσθαι διορθοῦν, ἀλλὰ μὴ τοῖς
 ἔθεσι καὶ τῇ φιλοσοφίᾳ καὶ τοῖς νόμοις, ὥσπερ τὰ περὶ-
 τὰς κτήσεις ἐν Λακεδαιμόνι καὶ Κρήτῃ τοῖς συσσιτίοις ὁ
 1264a νομοθέτης ἐκοίνωσε. δεῖ δὲ μὴδὲ τοῦτο αὐτὸ ἀγνοεῖν, ὅτι χρὴ
 προσέχειν τῷ πολλῷ χρόνῳ καὶ τοῖς πολλοῖς ἔτεσιν, ἐν οἷς
 οὐκ ἂν ἔλαθεν, εἰ ταῦτα καλῶς εἶχεν· πάντα γὰρ σχεδὸν
 εὔρηται μὲν, ἀλλὰ τὰ μὲν οὐ συνήκται, τοῖς δ' οὐ χρῶνται
 5 γινώσκοντες. μάλιστα δ' ἂν γένοιτο φανερόν εἰ τις τοῖς ἔρ-
 γοις ἴδοι τὴν τοιαύτην πολιτείαν κατασκευαζομένην· οὐ γὰρ
 δυνήσεται μὴ μερίζων αὐτὰ καὶ χωρίζων ποιῆσαι τὴν πό-
 λιν, τὰ μὲν εἰς συσσίτια τὰ δὲ εἰς φατρία καὶ φυλάς,
 ὥστε οὐδὲν ἄλλο συμβήσεται νενομοθετημένον πλὴν μὴ γεωρ-
 10 γεῖν τοὺς φύλακας· ὅπερ καὶ νῦν Λακεδαιμόνιοι ποιεῖν ἐπι-
 χειροῦσιν. οὐ μὴν ἀλλ' οὐδὲ ὁ τρόπος τῆς ὅλης πολιτείας τίς
 ἔσται τοῖς κοινωνοῦσιν, οὔτ' εἴρηκεν ὁ Σωκράτης οὔτε ῥάδιον
 εἰπεῖν. καίτοι σχεδὸν τό γε πλῆθος τῆς πόλεως τὸ τῶν ἄλ-
 λων πολιτῶν γίνεται πλῆθος, περὶ ὧν οὐδὲν διώρισταί, πότε-
 15 ρον καὶ τοῖς γεωργοῖς κοινὰς εἶναι δεῖ τὰς κτήσεις ἢ
 καθ' ἑκάστον ἰδίᾳς, ἔτι δὲ καὶ γυναῖκας καὶ παῖδας ἰδίους
 ἢ κοινούς. εἰ μὲν γὰρ τὸν αὐτὸν τρόπον κοινὰ πάντα πάν-
 των, τί διοίσουσιν οὗτοι ἐκείνων τῶν φυλάκων; ἢ τί πλείον
 τοῖς ὑπομένουσι τὴν ἀρχὴν αὐτῶν, ἢ τί μαθόντες ὑπομενουῖσι

atinge um ponto em que deixa de ser cidade, e um outro em que continua
 a ser cidade mas à beira de não o ser, ou seja, uma cidade inferior: é
 como se transformássemos uma sinfonia em uníssono e o ritmo num único
 35 batimento ⁽²⁹⁾. Mas, como dissemos antes, a cidade é uma pluralidade,
 que deve ser convertida em comunidade e unidade através da educação.
 É absurdo que aqueles que pretendem introduzir a educação, e que acreditam
 que através dela a cidade tornar-se-ia boa, pensassem fazê-lo por estes
 métodos, e não através dos costumes, da filosofia ⁽³⁰⁾ e das leis, agindo como
 40 em Esparta e em Creta, onde o legislador estabeleceu uma comunidade das
 coisas relativas à propriedade, através de refeições públicas ⁽³¹⁾.
 1264a

Também não devemos ignorar que é preciso prestar atenção ao longo
 período de tempo e aos muitos anos decorridos durante os quais este
 regime teria sido reconhecido, se realmente fosse bom. É que quase tudo
 já foi descoberto, apesar de algumas ideias não se terem realizado e de
 outras terem caído em desuso, apesar de conhecidas. Isto tornar-se-ia
 5 evidente se pudéssemos ver este regime realmente instituído: não se
 poderia criar a cidade sem separar e dividir os cidadãos em grupos, seja
 de comunidades de repastos, seja de frátrias e tribos. Assim, a única
 particularidade desta legislação consiste na proibição de os guardiães
 cultivarem a terra, exactamente a prática que os Espartanos tentam hoje
 10 seguir.

Aliás Sócrates não referiu nem é fácil referir qual é a forma geral
 do regime estabelecido para os que vivem em comunidade. Com efeito,
 a grande maioria dos habitantes da cidade é constituída pela massa dos
 cidadãos das outras classes: sobre eles nada está definido. Ninguém
 consegue determinar se os agricultores deverão ter propriedade em co-
 15 mum, ou cada um a sua, nem se as mulheres e filhos serão próprias ou
 comuns. Se tudo for comum a todos, em que diferirão estes dos guardiães?

20 τὴν ἀρχήν, ἐὰν μὴ τι σοφίζωνται τοιοῦτον οἶον Κρηῆτες;
 ἐκεῖνοι γὰρ τᾶλλα ταῦτα τοῖς δούλοις ἐφέντες μόνον ἀπειρή-
 κασι τὰ γυμνάσια καὶ τὴν τῶν ὀπλῶν κτῆσιν. εἰ δέ, καθ-
 ἅπερ ἐν ταῖς ἄλλαις πόλεσι, καὶ παρ' ἐκείνοις ἔσται τὰ
 25 τοιαῦτα, τίς ὁ τρόπος ἔσται τῆς κοινωνίας; ἐν μιᾷ γὰρ πό-
 λει δύο πόλεις ἀναγκαῖον εἶναι, καὶ ταύτας ὑπεναντίας
 ἀλλήλαις. ποιεῖ γὰρ τοὺς μὲν φύλακας οἶον φρουρούς, τοὺς δὲ
 γεωργοὺς καὶ τοὺς τεχνίτας καὶ τοὺς ἄλλους πολίτας· ἐγκλή-
 ματα δὲ καὶ δίκαι, καὶ ὅσα ἄλλα ταῖς πόλεσιν ὑπάρχειν
 30 φησὶ κακὰ, πάνθ' ὑπάρξει καὶ τούτοις. καίτοι λέγει ὁ Σω-
 κράτης ὥς οὐ πολλῶν δεήσονται νομίμων διὰ τὴν παιδείαν,
 οἶον ἀστυνομικῶν καὶ ἀγορανομικῶν καὶ τῶν ἄλλων τῶν
 τοιούτων, ἀποδιδούς μόνον τὴν παιδείαν τοῖς φύλαξιν. ἔτι δὲ
 κυρίους ποιεῖ τῶν κτημάτων τοὺς γεωργοὺς <τοὺς> ἀποφορᾶν
 35 φέροντας· ἀλλὰ πολὺ μᾶλλον εἰκὸς εἶναι χαλεποὺς καὶ φρονη-
 μάτων πλήρεις, ἢ τὰς παρ' ἐνίοις εἰλωτείας τε καὶ πενεστείας
 καὶ δουλείας. ἀλλὰ γὰρ εἴτ' ἀναγκαῖα ταῦθ' ὁμοίως εἴτε
 μὴ, νῦν γε οὐδὲν διώρισται. καὶ περὶ τῶν ἐχομένων τίς ἡ
 τούτων τε πολιτεία καὶ παιδεία καὶ νόμοι τίνες. ἔστι δ' οὐθ'
 40 εὐρεῖν ῥάδιον, οὔτε τὸ διαφέρειν μικρὸν τὸ ποιούς τινας εἶναι
 1264b τούτους πρὸς τὸ σφύζεσθαι τὴν τῶν φυλάκων κοινωνίαν. ἀλλὰ
 μὴν εἰ γε τὰς μὲν γυναῖκας ποιήσει κοινὰς τὰς δὲ κτήσεις
 ἰδίας, τίς οἰκονομήσει ὥσπερ τὰ ἐπὶ τῶν ἀγρῶν οἱ ἄνδρες
 αὐτῶν—κἂν εἰ κοινὰ αἱ κτήσεις καὶ αἱ τῶν γεωργῶν γυ-
 5 ναῖκες; ἄτοπον δὲ καὶ τὸ ἐκ τῶν θηρίων ποιεῖσθαι τὴν παρα-
 βολήν, ὅτι δεῖ τὰ αὐτὰ ἐπιτηδεύειν τὰς γυναῖκας τοῖς
 ἀνδράσιν, οἷς οἰκονομίας οὐδὲν μέτεστιν. ἐπισφαλὲς δὲ καὶ
 τοὺς ἄρχοντας ὥς καθίστησιν ὁ Σωκράτης. αἰεὶ γὰρ ποιεῖ τοὺς

E que ganharão em estar submetidos ao governo dos guardiães? Que lhes diremos para os obrigar a submeter-se, a não ser que se recorra ao artifício dos Cretenses que concedem aos seus escravos todos os direitos 20 excepto a frequência dos ginásios e o porte de armas ⁽³²⁾?

Por outro lado, se a classe dos trabalhadores vive como nas demais cidades, que aspecto adquire a comunidade? O resultado inevitável é a existência de duas cidades em oposição entre si, pois Sócrates faz dos guardiães uma guarnição ⁽³³⁾, separada de agricultores, artesãos e demais 25 cidadãos ⁽³⁴⁾. Quanto às denúncias, querelas e todos os outros males que, segundo Sócrates, existem presentemente nas outras cidades, também ocorrerão nesta. Sócrates reserva a educação para os guardiães, e sustenta que agricultores, artesãos e demais cidadãos, em virtude da formação que têm, não carecem senão de um pequeno número de regulamentações, tais 30 como as que se referem ao policiamento, aos mercados e outras afins. Ademais, concede aos lavradores a posse das propriedades mediante o pagamento de um tributo. Mas, assim, torna-se extremamente difícil gerir esta classe que adquire muitas mais pretensões do que os hilotas, os servos da Tessália ⁽³⁵⁾ e escravos em geral. Se a comunidade de mulheres 35 e bens deve ser compulsiva para lavradores e guardiães, é um ponto que não foi até agora abordado como também não se falou do seguinte: quais serão o regime, a educação e as leis para essas classes? Não é um problema fácil de resolver — mas nem por isso tem menor importância — saber quais as classes subordinadas que contribuem para a preserva- 40 ção da comunidade dos guardiães.

Mas ao estabelecer-se a comunidade de mulheres e a propriedade 1264b privada, quem olhará pela casa do mesmo modo que os homens se encarregam dos trabalhos dos campos? E quem o fará, se a propriedade e as mulheres são em comum? Também é absurdo deduzir, por comparação com os bichos, que as mulheres deveriam ter as mesmas 5 tarefas que os homens, já que os animais não têm trabalhos domésticos ⁽³⁶⁾.

αὐτοὺς ἄρχοντας· τοῦτο δὲ στάσεως αἴτιον γίνεται καὶ παρὰ
 τοῖς μηδὲν ἀξιώμα κεκτημένοις, ἢ που δῆθεν παρὰ γε θυμο-
 10 εἰδέσι καὶ πολεμικοῖς ἀνδράσιν. ὅτι δ' ἀναγκαῖον αὐτῶ
 ποιεῖν τοὺς αὐτοὺς ἄρχοντας, φανερόν· οὐ γὰρ ὅτε μὲν ἄλλοις
 ὅτε δὲ ἄλλοις μέμεικται ταῖς ψυχαῖς ὁ παρὰ τοῦ θεοῦ χρυ-
 σός, ἀλλ' αἰ τοῖς αὐτοῖς. φησὶ δὲ τοῖς μὲν εὐθύς γινόμε-
 νοις μεῖζαι χρυσόν, τοῖς δ' ἄργυρον, χαλκὸν δὲ καὶ σίδηρον
 15 τοῖς τεχνίταις μέλλουσιν ἔσεσθαι καὶ γεωργοῖς. ἔτι δὲ καὶ
 τὴν εὐδαιμονίαν ἀφαιρούμενος τῶν φυλάκων, ὅλην φησὶ δεῖν
 εὐδαιμονα ποιεῖν τὴν πόλιν τὸν νομοθέτην. ἀδύνατον δὲ
 εὐδαιμονεῖν ὅλην, μὴ πάντων ἢ μὴ τῶν πλείστων μερῶν ἢ
 τινῶν ἐχόντων τὴν εὐδαιμονίαν. οὐ γὰρ τῶν αὐτῶν τὸ εὐδαι-
 20 μονεῖν ὥνπερ τὸ ἄρτιον· τοῦτο μὲν γὰρ ἐνδέχεται τῷ ὅλῳ
 ὑπάρχειν, τῶν δὲ μερῶν μηδετέρῳ, τὸ δὲ εὐδαιμονεῖν ἀδύ-
 νατον. ἀλλὰ μὴν εἰ οἱ φύλακες μὴ εὐδαίμονες, τίνες ἕτε-
 ροι; οὐ γὰρ δὴ οἱ γε τεχνῖται καὶ τὸ πλῆθος τὸ τῶν βαναύ-
 σων. ἡ μὲν οὖν πολιτεία περὶ ἧς ὁ Σωκράτης εἴρηκεν ταύτας τε
 25 τὰς ἀπορίας ἔχει καὶ τούτων οὐκ ἐλάττους ἑτέρας.
 6 Σχεδὸν δὲ παραπλησίως καὶ τὰ περὶ τοὺς Νόμους ἔχει τοὺς
 ὕστερον γραφέντας, διὸ καὶ περὶ τῆς ἐνταῦθα πολιτείας ἐπι-
 σκέψασθαι μικρὰ βέλτιον. καὶ γὰρ ἐν τῇ Πολιτείᾳ περὶ
 ὀλίγων πάνπαν διώρικεν ὁ Σωκράτης, περὶ τε γυναικῶν
 30 καὶ τέκνων κοινωνίας, πῶς ἔχειν δεῖ, καὶ περὶ κτήσεως, καὶ
 τῆς πολιτείας τὴν τάξιν (διαίρεται γὰρ εἰς δύο μέρη τὸ
 πλῆθος τῶν οἰκούντων, τὸ μὲν εἰς τοὺς γεωργοὺς, τὸ δὲ εἰς τὸ
 προπολεμοῦν μέρος· τρίτον δ' ἐκ τούτων τὸ βουλευόμενον καὶ
 κύριον τῆς πόλεως), περὶ δὲ τῶν γεωργῶν καὶ τῶν τεχνιτῶν,
 35 πότερον οὐδεμιᾶς μεθέξουσιν ἢ τινος ἀρχῆς, καὶ πότερον ὅπλα
 δεῖ κεκτήσθαι καὶ τούτους καὶ συμπολεμεῖν ἢ μή, περὶ τού-

É perigoso o tipo de governo estabelecido por Sócrates ⁽³⁷⁾: são sempre
 os mesmos que detêm a autoridade, o que pode ser causa de revolta tanto
 entre o vulgo, como, por maioria de razão, entre os impulsivos e belicosos. 10
 É evidente que ele pensa ser inevitável que os magistrados sejam os
 mesmos, já que o ouro proveniente dos deuses não se verteu umas vezes
 nas almas de uns e outras nas de outros, mas sempre nos mesmos. Afirma
 que, logo após o nascimento, o deus verte ouro nuns, e verte prata, bronze
 e ferro nos que se tornarão artesãos e lavradores. ⁽³⁸⁾ Enfim, apesar de 15
 privar de felicidade os guardiães, afirma que o legislador deve tornar feliz
 toda a cidade ⁽³⁹⁾. Mas é impossível fazer o todo feliz, se a maioria das
 partes, ou todas, ou pelo menos algumas não são felizes. A felicidade não
 é do mesmo tipo do número par, que pode estar presente no todo sem estar 20
 em algumas partes ⁽⁴⁰⁾; com a felicidade isso é impossível. E se os
 guardiães não são felizes, quem o será? Certamente que não serão os
 artesãos nem a massa dos trabalhadores manuais.

São estas as dificuldades presentes na *República* descrita por Sócrates, 25
 além de outras de não menor importância.

6. Crítica da concepção de cidade ideal nas *Leis* de Platão.

Podem fazer-se objecções semelhantes à obra *Leis*, redigida poste-
 riormente, pelo que será bom olhar de relance o regime nela proposto.
 Na *República* são escassas as questões em que Sócrates chegou a
 conclusões rigorosas: a comunidade de mulheres e filhos; o regime de 30
 propriedade, e a organização constitucional. O conjunto dos habitantes é
 dividido em duas partes — lavradores e forças de defesa — e destas últimas
 é extraído um terceiro grupo, encarregado de deliberar e governar a cida-
 de ⁽⁴¹⁾. No que se refere a lavradores e artesãos, Sócrates nunca define se
 fazem ou não parte do governo ou se participam nele, ou se devem ou 35

των οὐδὲν διώρικεν ὁ Σωκράτης, ἀλλὰ τὰς μὲν γυναῖκας
οἶεται δεῖν συμπολεμεῖν καὶ παιδείας μετέχειν τῆς αὐτῆς
τοῖς φύλαξιν, τὰ δ' ἄλλα τοῖς ἑξωθεν πεπλήρωκε
τὸν λόγον καὶ περὶ τῆς παιδείας, ποίαν τινὰ δεῖ γίνεσθαι
1265a τῶν φυλάκων. τῶν δὲ Νόμων τὸ μὲν πλεῖστον μέρος νόμοι
τυγχάνουσιν ὄντες, ὀλίγα δὲ περὶ τῆς πολιτείας εἴρηκεν, καὶ
ταύτην βουλόμενος κοινοτέραν ποιεῖν ταῖς πόλεσι κατὰ μι-
κρὸν περιάγει πάλιν πρὸς τὴν ἑτέραν πολιτείαν. ἔξω γὰρ
5 τῆς τῶν γυναικῶν κοινωνίας καὶ τῆς κτήσεως, τὰ ἄλλα
ταῦτά ἀποδίδωσιν ἀμφοτέραις ταῖς πολιτείαις· καὶ γὰρ
παιδεῖαν τὴν αὐτὴν, καὶ τὸ τῶν ἔργων τῶν ἀναγκαίων ἀπ-
εχομένους ζῆν, καὶ περὶ συσσιτίων ὡσαύτως· πλὴν ἐν ταύτῃ
φησὶ δεῖν εἶναι συσσίτια καὶ γυναικῶν, καὶ τὴν μὲν χιλίων
10 τῶν ὅπλα κεκτημένων, ταύτην δὲ πεντακισχιλίων. τὸ μὲν
οὖν περιττὸν ἔχουσι πάντες οἱ τοῦ Σωκράτους λόγοι καὶ τὸ
κομψὸν καὶ τὸ καινοτόμον καὶ τὸ ζητητικόν, καλῶς δὲ
πάντα ἴσως χαλεπὸν, ἐπεὶ καὶ τὸ νῦν εἰρημένον πλῆθος δεῖ
μὴ λανθάνειν ὅτι χώρας δεήσῃ τοῖς τοσούτοις Βαβυλωνίας
15 ἢ τινος ἄλλης ἀπεράντου τὸ πλῆθος, ἐξ ἧς ἄργοι πεντακισ-
χίλιοι θρέψονται, καὶ περὶ τούτους γυναικῶν καὶ θεραπόν-
των ἕτερος ὄχλος πολλαπλάσιος. δεῖ μὲν οὖν ὑποτίθεσθαι
κατ' εὐχὴν, μὴδὲν μέντοι ἀδύνατον. λέγεται δ' ὡς δεῖ τὸν
νομοθέτην πρὸς δύο βλέποντα τιθέναι τοὺς νόμους, πρὸς τε
20 τὴν χώραν καὶ τοὺς ἀνθρώπους. ἐτι δὲ καλῶς ἔχει προσθεῖναι
καὶ πρὸς τοὺς γειτνιώντας τόπους, πρῶτον μὲν εἰ δεῖ τὴν πόλιν ζῆν
βίον πολιτικόν, μὴ μονωτικόν (οὐ γὰρ μόνον ἀναγκαῖον ἐστὶν
αὐτὴν τοιούτοις χρῆσθαι πρὸς τὸν πόλεμον ὅποιοις αἱ χρήσιμα κατὰ
τὴν οἰκείαν χώραν ἐστίν, ἀλλὰ καὶ πρὸς τοὺς ἑξω τόπους)· εἰ δὲ

não possuir armas e participar na guerra. Mas pensa que as mulheres
deveriam juntar-se na luta aos guardiães e receber uma educação idêntica
a eles; o resto da obra está repleto de digressões e de um debate sobre
o estilo da educação dos guardiães.

A maior parte do diálogo *Leis* trata, com efeito de leis, pouco 1265a
adiantando sobre o regime; mas apesar do desejo de torná-lo adaptável
às cidades, vai paulatinamente resvalando, de novo, para o regime ideal.
Com efeito, com excepção da comunidade de mulheres e de propriedade, 5
ambos os regimes apresentam as mesmas disposições: a mesma educação,
a vida sem os trabalhos de subsistência, as refeições comuns, com a
diferença de que, nas *Leis* as mulheres também estão presentes nas
refeições comuns e os cidadãos armados são em número de cinco mil ⁽⁴²⁾
enquanto na *República* eram mil ⁽⁴³⁾.

10

Não há dúvida de que todos os diálogos socráticos possuem origi-
nalidade, subtileza, novidade e sagacidade. Mas como é difícil ser perfeito
em tudo, não devemos esquecer que o número mencionado necessitará de
um território tão extenso quanto Babilónia, ou outro território igualmente
ilimitado, para poder sustentar cinco mil homens ociosos, a que acresceria 15
uma multidão muitas vezes maior de mulheres e servos. Cada um deve
imaginar hipóteses mas nada que seja impossível.

É referido que o legislador deve estabelecer as leis atendendo a dois
aspectos: território e população ⁽⁴⁴⁾. Mas também convém atender aos 20
territórios vizinhos se, primeiro que tudo, a cidade deve ter uma vida
política e não isolada sobre si própria; é indispensável que uma cidade
em guerra disponha de armamento que deve empregar tanto no seu próprio
território como fora. E se alguém objectar contra esta forma de vida, tanto
do indivíduo, como da comunidade no seu conjunto, nem por isso deve 25
a cidade deixar de ser menos temível para os inimigos, tanto na invasão
de territórios como na retirada.

25 τις μὴ τοιοῦτον ἀποδέχεται βίον, μήτε τὸν ἴδιον μήτε τὸν κοινὸν
 τῆς πόλεως, ὅμως οὐδὲν ἥττον δεῖ φοβερὸς εἶναι τοῖς
 πολεμίοις, μὴ μόνον ἐλθοῦσιν εἰς τὴν χώραν ἀλλὰ καὶ
 ἀπελθοῦσιν. καὶ τὸ πλῆθος δὲ τῆς κτήσεως ὁρᾶν δεῖ, μὴ ποτε
 βέλτιον ἐτέρως διορίσαι τῷ σαφῶς μᾶλλον. τοσαύτην γὰρ
 30 εἶναί φησι δεῖν ὥστε ζῆν σωφρόνως, ὥσπερ ἂν εἴ τις εἴπεν
 ὥστε ζῆν εὖ. τοῦτο γὰρ ἐστὶ καθόλου μᾶλλον. ἔτι δ' ἐστὶ σω-
 φρόνως μὲν ταλαιπώρως δὲ ζῆν, ἀλλὰ βελτίων ὅρος τὸ
 σωφρόνως καὶ ἐλευθερίως (χωρὶς γὰρ ἑκατέρῳ τῷ μὲν τὸ
 τρυφᾶν ἀκολουθήσει, τῷ δὲ τὸ ἐπιπόνως), ἐπεὶ μόναι γ'
 35 εἰσὶν ἔξεις αἰρεταὶ περὶ τὴν τῆς οὐσίας χρῆσιν αὐταί, οἷον
 οὐσία πρᾶως μὲν ἢ ἀνδρείως χρῆσθαι οὐκ ἐστίν, σωφρόνως δὲ
 καὶ ἐλευθερίως ἐστίν, ὥστε καὶ τὰς ἔξεις ἀναγκαῖον περὶ
 αὐτὴν εἶναι ταύτας. ἄτοπον δὲ καὶ τὸ τὰς κτήσεις ἰσάζοντα τὸ
 περὶ τὸ πλῆθος τῶν πολιτῶν μὴ κατασκευάζειν, ἀλλ' ἀφ-
 40 εἶναι τὴν τεκνοποιίαν ἄοριστον ὡς ἱκανῶς ἀνομαλισθησομένην
 εἰς τὸ αὐτὸ πλῆθος διὰ τὰς ἀτεκνίας ὁσωνοῦν γεννωμένων,
 1265b ὅτι δοκεῖ τοῦτο καὶ νῦν συμβαίνειν περὶ τὰς πόλεις. δεῖ δὲ
 τοῦτ' οὐχ ὁμοίως ἀκριβῶς ἔχειν περὶ τὰς πόλεις τότε καὶ νῦν.
 νῦν μὲν γὰρ οὐδεὶς ἀπορεῖ, διὰ τὸ μερίζεσθαι τὰς οὐσίας εἰς
 ὁποσονοῦν πλῆθος, τότε δὲ ἀδιαίρετων οὐσῶν ἀνάγκη τοὺς παρὰ-
 5 ζυγὰς μηδὲν ἔχειν, ἔάν τ' ἐλάττους ᾧσι τὸ πλῆθος ἔάν τε
 πλείους. μᾶλλον δὲ δεῖν ὑπολάβοι τις ἂν ὀρίσθαι τῆς οὐσίας
 τὴν τεκνοποιίαν, ὥστε ἀριθμοῦ τινὸς μὴ πλείονα γεννᾶν, τοῦτο
 δὲ τιθέναι τὸ πλῆθος ἀποβλέποντα πρὸς τὰς τύχας, ἂν
 συμβαίῃ τελευτᾶν τινὰς τῶν γεννηθέντων, καὶ πρὸς τὴν
 10 τῶν ἄλλων ἀτεκνίαν. τὸ δ' ἀφεῖσθαι, καθάπερ ἐν ταῖς
 πλείστοις πόλεσι, πενίας ἀναγκαῖον αἴτιον γίνεσθαι τοῖς πο-
 λίταις, ἢ δὲ πενία στάσιν ἐμποιεῖ καὶ κακουργίαν. Φείδων
 μὲν οὖν ὁ Κορίνθιος, ὃν νομοθέτης τῶν ἀρχαιοτάτων, τοὺς

A dimensão da riqueza deveria também ser considerada: talvez fosse
 melhor determiná-la de outro modo e com mais clareza. Sócrates afir-
 ma ⁽⁴⁵⁾ que deveria ser razoável para uma vida moderada, como quem diz 30
 'para viver bem'. Mas isto é demasiado genérico tanto mais que é
 possível viver uma vida moderada mas miserável. Uma melhor definição
 seria 'uma vida moderada e liberal'; é que, separadas estas coisas, a
 liberalidade conduz ao luxo, a moderação à penúria; estas são as únicas
 disposições desejáveis na utilização de bens. Por exemplo, não é possível
 usar os bens nem com mansidão nem com coragem, mas pode-se fazê- 35
 -lo moderada ou liberalmente. São, pois, estas as disposições necessárias
 para a utilização dos bens.

Além disso, é absurdo repartir igualmente a propriedade e não se
 preocupar com o número de cidadãos ⁽⁴⁶⁾ e, muito pelo contrário, não
 impor limite algum à procriação de filhos ⁽⁴⁷⁾, acreditando que a existên-
 cia de casais estéreis bastaria para manter o número da população, como 40
 ocorreria actualmente nas cidades. Mas na cidade referida a necessidade
 de rigor seria diferente da que existe nas cidades actuais. Nestas, não 1265b
 obstante o número, ninguém vive na penúria em virtude da repartição dos
 bens entre toda a população, ao passo que naquela, onde a propriedade
 é indivisível, é forçoso que a população excedente, em grande ou pequeno
 número, nada possua ⁽⁴⁸⁾. 5

Poderia pensar-se que mais importante do que fixar a quantidade de
 bens é fixar o número de filhos, de tal modo que não sejam gerados mais
 do que uma certa quantidade a estabelecer, tendo em conta que alguns
 nascituros não sobreviverão e que algumas casais são estéreis. Descuidar
 esta questão, como se faz em algumas cidades, acarreta inevitavelmente 10
 pobreza para os cidadãos, e a pobreza produz revoltas e crimes. Fídon de
 Corinto ⁽⁴⁹⁾, um dos mais antigos legisladores, pensava que os lares e o nú-
 mero de cidadãos deveriam ser sempre iguais mesmo que, no início, as

15 οἰκους ἴσους ᾤθηται δεῖν διαμένειν καὶ τὸ πλῆθος τῶν πολιτῶν,
 καὶ εἰ τὸ πρῶτον τοὺς κλήρους ἀνίσους εἶχον πάντες κατὰ μέ-
 γεθος· ἐν δὲ τοῖς νόμοις τούτοις τοῦναντίον ἐστίν. ἀλλὰ περὶ
 μὲν τούτων πῶς οἰόμεθα βέλτιον ἂν ἔχειν, λεκτέον ὕστερον·
 20 ἐλλέλειπται δ' ἐν τοῖς νόμοις τούτοις καὶ τὰ περὶ τοὺς ἄρχον-
 τας πῶς ἔσσονται διαφέροντες τῶν ἀρχομένων. φησὶ γὰρ
 δεῖν, ὥσπερ ἐξ ἑτέρου τὸ στημόνιον ἐρίου γίνεται τῆς κρόκης,
 οὕτω καὶ τοὺς ἄρχοντας ἔχειν δεῖν πρὸς τοὺς ἀρχομένους. ἐπεὶ
 δὲ τὴν πᾶσαν οὐσίαν ἐφίησι γίνεσθαι μείζονα μέχρι πεντα-
 πλασίας, διὰ τί τοῦτ' οὐκ ἂν εἴη ἐπὶ τῆς γῆς μέχρι τινός;
 25 καὶ τὴν τῶν οἰκοπέδων δὲ διαίρεσιν δεῖ σκοπεῖν, μή ποτ' οὐ
 συμφέρει πρὸς οἰκονομίαν· δύο γὰρ οἰκόπεδα ἐκάστω ἐνεμίε
 διελὼν χωρίς, χαλεπὸν δὲ οἰκίας δύο οἰκεῖν. ἡ δὲ σύνταξις
 ὅλη βούλεται μὲν εἶναι μήτε δημοκρατία μήτε ὀλιγαρχία,
 μέση δὲ τούτων, ἣν καλοῦσι πολιτείαν· ἐκ γὰρ τῶν ὀπλι-
 τεύοντων ἐστίν. εἰ μὲν οὖν ὥς κοινοτάτην ταύτην κατασκευά-
 30 ζει ταῖς πόλεσι τῶν ἄλλων πολιτειῶν, καλῶς εἴρηκεν ἴσως·
 εἰ δ' ὥς ἀρίστην μετὰ τὴν πρώτην πολιτείαν, οὐ καλῶς. τάχα
 γὰρ τὴν τῶν Λακῶνων ἂν τις ἐπαινέσειε μᾶλλον, ἢ καὶ
 ἄλλην τινὰ ἀριστοκρατικωτέραν. ἐνιοὶ μὲν οὖν λέγουσιν ὥς δεῖ
 τὴν ἀρίστην πολιτείαν ἐξ ἀπασῶν εἶναι τῶν πολιτειῶν μεμει-
 35 γμένην, διὸ καὶ τὴν τῶν Λακεδαιμονίων ἐπαινοῦσιν (εἶναι
 γὰρ αὐτὴν οἱ μὲν ἐξ ὀλιγαρχίας καὶ μοναρχίας καὶ δημο-
 κρατίας φασίν, λέγοντες τὴν μὲν βασιλείαν μοναρχίαν, τὴν
 δὲ τῶν γερόντων ἀρχὴν ὀλιγαρχίαν, δημοκρατεῖσθαι δὲ
 40 κατὰ τὴν τῶν ἐφόρων ἀρχὴν διὰ τὸ ἐκ τοῦ δήμου εἶναι τοὺς
 ἐφόρους· οἱ δὲ τὴν μὲν ἐφορείαν εἶναι τυραννίδα, δημοκρα-
 τεῖσθαι δὲ κατὰ τε τὰ συσσίτια καὶ τὸν ἄλλον βίον τὸν
 1266a καθ' ἡμέραν)· ἐν δὲ τοῖς νόμοις εἴρηται τούτοις ὥς δέον συγ-
 κεῖσθαι τὴν ἀρίστην πολιτείαν ἐκ δημοκρατίας καὶ τυραννί-
 δος, ὅς ἢ τὸ παράπαν οὐκ ἂν τις θεῖη πολιτείας ἢ χειρίστας
 5 πλειόνων συγκειμένη πολιτεία βελτίων. ἔπειτ' οὐδ' ἔχουσα

15 propriedades fossem de dimensões diferentes. Mas nas *Leis* ocorre o
 contrário. Mais adiante diremos como estas coisas deveriam ser melhor
 solucionadas, segundo o nosso ponto de vista ⁽⁵⁰⁾.

Outra omissão das *Leis* diz respeito à distinção entre governantes
 e governados. Apenas se afirma que a relação entre governantes e
 governados é semelhante à relação entre a teia e a trama, que são feitas
 20 de lãs diferentes ⁽⁵¹⁾. Além disso, como é permitido o crescimento da
 fortuna até ao quádruplo dos bens iniciais ⁽⁵²⁾, por que razão não deveria
 ocorrer o mesmo no que diz respeito à terra? Dever-se-ia examinar
 também se a divisão das propriedades agrícolas não será desvantajosa
 25 para a economia, porquanto ao atribuir-se a cada cidadão dois domínios
 separados, dificulta-se o governo de duas casas.

O sistema de governo apresentado nas *Leis* não é nem uma demo-
 cracia nem uma oligarquia, mas um meio-termo ⁽⁵³⁾ entre ambas a que
 chamam *politeia*, em virtude dos seus cidadãos serem dotados de armas
 pesadas. Se Sócrates elabora este regime como o que é, entre todos, o
 30 mais aceitável para as cidades, talvez tenha razão; mas não tem razão
 se o considera como o melhor regime após o regime ideal; é provável
 que alguém prefira a regime de Esparta ou até outro mais aristocrá-
 tico ⁽⁵⁴⁾. Alguns afirmam que o melhor regime é constituído por uma
 mistura de todos e por isso louvam o dos Espartanos que, segundo eles,
 35 se compõe de oligarquia, monarquia e democracia; a realza, dizem,
 representa a monarquia; a autoridade dos Anciãos ⁽⁵⁵⁾, a oligarquia, e a
 democracia está na autoridade dos éforos ⁽⁵⁶⁾, porque estes provêm do
 povo. Outros dizem que o eforado não passa de uma tirania, sendo que
 a democracia está presente nas refeições públicas e no resto da vida
 40 quotidiana. Nas *Leis* ⁽⁵⁷⁾ é afirmado que o melhor regime deve ser
 1266a formado a partir da democracia e da tirania: estes não deveriam, de
 todo, ser considerados como regimes em absoluto, ou então, seriam os
 piores de todos. É preferível a opinião dos que misturam um maior
 número de elementos pois o regime formado a partir de um maior
 número de elementos é melhor ⁽⁵⁸⁾.

φαίνεται μοναρχικὸν οὐδέν, ἀλλ' ὀλιγαρχικὰ καὶ δημοκρα-
 τικά· μᾶλλον δ' ἐγκλίνειν βούλεται πρὸς τὴν ὀλιγαρχίαν.
 δῆλον δὲ ἐκ τῆς τῶν ἀρχόντων καταστάσεως· τὸ μὲν γὰρ
 10 ἐξ αἰρετῶν κληρωτοὺς κοινὸν ἀμφοῖν, τὸ δὲ τοῖς μὲν εὐπορω-
 τέροις ἐπ' ἀνάγκης ἐκκλησιάζειν εἶναι καὶ φέρειν ἄρχοντας
 ἢ τι ποιεῖν ἄλλο τῶν πολιτικῶν, τοὺς δ' ἀφεῖσθαι, τοῦτο δ'
 ὀλιγαρχικόν, καὶ τὸ πειρᾶσθαι πλείους ἐκ τῶν εὐπόρων εἶναι
 τοὺς ἄρχοντας, καὶ τὰς μεγίστας ἐκ τῶν μεγίστων τιμημά-
 15 των ὀλιγαρχικὴν δὲ ποιεῖ καὶ τὴν τῆς βουλῆς αἵρεσιν. αἰροῦν-
 ται μὲν γὰρ πάντες ἐπ' ἀνάγκης ἀλλ' ἐκ τοῦ πρώτου τιμή-
 ματος, εἴτα πάλιν ἴσους ἐκ τοῦ δευτέρου· εἴτ' ἐκ τῶν τρίτων,
 πλὴν οὐ πᾶσιν ἐπ' ἀνάγκης ἦν τοῖς ἐκ τῶν τρίτων ἢ τετάρτων,
 20 ἐκ δὲ [τοῦ τετάρτου] τῶν τετάρτων μόνοις ἐπ' ἀνάγκης τοῖς πρώ-
 τοις καὶ τοῖς δευτέροις· εἴτ' ἐκ τούτων ἴσον ἀφ' ἑκάστου τιμή-
 ματος ἀποδείξαι φησι δεῖν ἀριθμόν. ἔσονται δὲ πλείους οἱ
 ἐκ τῶν μεγίστων τιμημάτων καὶ βελτίους διὰ τὸ ἐνίοις μὴ
 αἰρεῖσθαι τῶν δημοτικῶν διὰ τὸ μὴ ἐπ' ἀνάγκης, ὥς μὲν οὖν
 οὐκ ἐκ δημοκρατίας καὶ μοναρχίας δεῖ συνιστάναι τὴν τοι-
 25 αύτην πολιτείαν, ἐκ τούτων φανερόν καὶ τῶν ὕστερον ῥηθησομέ-
 νων, ὅταν ἐπιβάλλῃ περὶ τῆς τοιαύτης πολιτείας ἡ σκέψις·
 ἔχει δὲ καὶ περὶ τὴν αἵρεσιν τῶν ἀρχόντων τὸ ἐξ αἰρετῶν
 αἰρετοὺς ἐπικίνδυνον. εἰ γὰρ τινες συστήναι θέλουσι καὶ μέτριοι
 τὸ πλῆθος, αἰεὶ κατὰ τὴν τούτων αἵρεθήσονται βούλησιν. τὰ
 30 μὲν οὖν περὶ τὴν πολιτείαν τὴν ἐν τοῖς Νόμοις τοῦτον ἔχει
 τὸν τρόπον.
 7 Εἰσὶ δὲ τινες πολιτεῖαι καὶ ἄλλαι, αἱ μὲν ἰδιωτῶν αἱ
 δὲ φιλοσόφων καὶ πολιτικῶν, πᾶσαι δὲ τῶν καθεστηκυῶν
 καὶ καθ' ὧς πολιτεύονται νῦν ἐγγύτερόν εἰσι τούτων ἀμφο-

Em seguida, é evidente que o regime referido não apresenta qualquer
 elemento monárquico, mas apenas caracteres democráticos e oligárquicos
 com maior propensão para a oligarquia. Isto manifesta-se no modo de
 nomear os magistrados ⁽⁵⁹⁾. O sorteio de cidadãos previamente escolhidos
 10 participa de dois sistemas; mas a obrigação dos mais ricos em assistir
 à assembleia ⁽⁶⁰⁾, votar para as magistraturas, ou intervir em actos
 políticos (actos de que outros estão isentos) é um procedimento oligárquico.
 Também é oligárquica a tentativa de assegurar que a maioria dos magis-
 trados provenham das classes ricas e que as magistraturas mais altas
 sejam preenchidas pelos que têm grandes riquezas ⁽⁶¹⁾. Continua a ser
 oligárquica a eleição dos membros do conselho ⁽⁶²⁾. O voto só é obriga-
 15 tório para todos quando se trata de eleger os cidadãos da classe com
 rendimentos mais elevados, depois um igual número de cidadãos da
 segunda classe, e finalmente os da terceira; mas o voto deixa de ser
 obrigatório para todos ao escolher os membros da terceira e da quarta;
 e apenas os membros da primeira e da segunda são obrigados a escolher
 os membros da quarta ⁽⁶³⁾. Entre os cidadãos eleitos deste modo, afir-
 20 ma ⁽⁶⁴⁾ que é preciso indicar um número igual de cada classe censitária.
 Deste modo serão mais numerosos e melhores os magistrados procedentes
 das classes mais elevadas, em virtude de muitos dos membros das classes
 populares não votarem, porquanto não são obrigados.

Estas e outras razões que adiante iremos expor ⁽⁶⁵⁾, evidenciam que
 25 o regime constitucional não deve ser composto de monarquia e democra-
 cia. Além disso é perigoso eleger magistrados entre cidadãos já escolhi-
 dos. Basta que um número reduzido decida pôr-se de acordo, para que
 as eleições decorram conforme a sua vontade.

É este, pois, o regime proposto nas *Leis*. 30

7. Exame crítico da Constituição de Fáleas

Existem também outras constituições, umas concebidas por ama-
 dores, outras por filósofos e políticos ⁽⁶⁶⁾, mas todas se aproximam

τέρων. οὐδείς γάρ οὔτε τὴν περὶ τὰ τέκνα κοινότητα καὶ τὰς
35 γυναικας ἄλλος κεκαινοτόμηκεν, οὔτε περὶ τὰ συσσίτια τῶν
γυναικῶν, ἀλλ' ἀπὸ τῶν ἀναγκαίων ἄρχονται μᾶλλον.
δοκεῖ γάρ τις τὸ περὶ τὰς οὐσίας εἶναι μέγιστον τετάχθαι
καλῶς· περὶ γὰρ τούτων ποιεῖσθαι φασὶ τὰς στάσεις πάν-
40 τας. διὸ Φαλάας ὁ Χαλκηδόνιος τοῦτ' εἰσήνεγκε πρῶτος·
1266b φησὶ γὰρ δεῖν ἴσας εἶναι τὰς κτήσεις τῶν πολιτῶν. τοῦτο
δὲ κατοικιζομέναις μὲν εὐθὺς οὐ χαλεπὸν ᾤετο ποιεῖν, τὰς
δ' ἤδη κατοικουμένας ἐργωδέστερον μὲν, ὅμως δὲ τάχιστ' ἂν
ὁμαλισθῆναι τῷ τὰς προίκας τοὺς μὲν πλουσίους διδόναι μὲν
λαμβάνειν δὲ μὴ, τοὺς δὲ πένητας μὴ διδόναι μὲν λαμβά-
5 νειν δέ. Πλάτων δὲ τοὺς Νόμους γράφων μέχρι μὲν τινος
ᾤετο δεῖν ἔαν, πλεῖον δὲ τοῦ πενταπλασίαν εἶναι τῆς ἐλα-
χίστης μηδενὶ τῶν πολιτῶν ἐξουσίαν εἶναι κτήσασθαι, καθ-
άπερ εἴρηται καὶ πρότερον. δεῖ δὲ μηδὲ τοῦτο λανθάνειν τοὺς
οὔτω νομοθετοῦντας, ὃ λανθάνει νῦν, ὅτι τὸ τῆς οὐσίας τάττον-
10 τας πλῆθος προσήκει καὶ τῶν τέκνων τὸ πλῆθος τάττειν·
ἔαν γὰρ ὑπεραίρη τῆς οὐσίας τὸ μέγεθος ὁ τῶν τέκνων ἀρι-
θμός, ἀνάγκη τὸν γε νόμον λύεσθαι, καὶ χωρὶς τῆς λύσεως
φαῦλον τὸ πολλοὺς ἐκ πλουσιῶν γίνεσθαι πένητας· ἔργον
γὰρ μὴ νεωτεροποιοὺς εἶναι τοὺς τοιούτους. διότι μὲν οὖν ἔχει
15 τινὰ δύναμιν εἰς τὴν πολιτικὴν κοινωνίαν ἢ τῆς οὐσίας ὁμα-
λότης, καὶ τῶν πάλοι τινὲς φαίνονται διεγνωκότες, οἷον καὶ
Σόλων ἐνομοθέτησεν, καὶ παρ' ἄλλοις ἔστι νόμος ὃς κωλύει
κταῖσθαι γῆν ὁπόσῃν ἂν βούληται τις, ὁμοίως δὲ καὶ τὴν
οὐσίαν πωλεῖν οἱ νόμοι κωλύουσιν, ὥσπερ ἐν Λοκροῖς νόμος
20 ἔστι μὴ πωλεῖν ἔαν μὴ φανεράν ἀτυχίαν δείξῃ συμβεβη-
κυῖαν, ἔτι δὲ τοὺς παλαιοὺς κλήρους διασφύζειν (τοῦτο δὲ λυθὲν
καὶ περὶ Λευκάδα δημοτικὴν ἐποίησε λίαν τὴν πολιτείαν
αὐτῶν· οὐ γὰρ ἔτι συνέβαινε ἀπὸ τῶν ὠρισμένων τιμημά-

mais dos regimes actuais do que os dois modelos de que temos falado. Mais ninguém propôs inovações do género da comunidade de mulheres e filhos e refeições públicas para as mulheres; todos partem das necessidades vitais.

Para alguns, o mais importante é a melhor regulamentação possível da propriedade, pois é por causa disso que nascem todas as revoltas. Fáleas de Calcedónia ⁽⁶⁷⁾ foi o primeiro, nesta questão, a propor que as propriedades dos cidadãos deveriam ser iguais, considerando que tal não seria difícil de fazer no momento de fundação da cidade; seria mais problemático conseguir essa igualdade nas cidades já estabelecidas; mas a igualdade seria obtida muito rapidamente se os ricos concedessem donativos sem nada receber e os pobres os aceitassem sem nada dar. Platão, ao escrever as *Leis* ⁽⁶⁸⁾, pensou que a desigualdade deveria ser permitida até certo ponto, mas que a nenhum cidadão deveria ser permitido adquirir mais do que o quádruplo da propriedade mínima, como já acima dissemos.

Contudo, não devemos ocultar aos que assim legislam o que, de facto, esquecem; acaso tenham que regulamentar o tamanho da propriedade têm também que fixar o total de filhos; se o número de filhos se tornar demasiado grande, torna-se necessário revogar a lei; e aparte a revogação, já é prejudicial que muitos ricos se tornem pobres, sendo tarefa difícil impedir que estes se revoltem.

Que a igualdade de propriedade tem, certamente, grande influência na comunidade política é um facto que vários legisladores da antiguidade reconheceram; por exemplo, Sólon legislou no sentido de proibir a aquisição de terras na quantidade que cada um quisesse. Também foram estabelecidas leis que proibiam a venda de propriedade; entre os Lócrios existe uma lei que impede a venda de propriedade, a menos que se possa provar que ocorreu algum infortúnio. Noutros casos existem leis destinadas a preservar o loteamento antigo; a inobservância deste requisito tornou demasiado democrático o regime de Leucada ⁽⁶⁹⁾; deixaram de ser impostos os requisitos censitários para o acesso às magistraturas ⁽⁷⁰⁾.

των εἰς τὰς ἀρχὰς βαδίζειν). ἀλλ' ἔστι τὴν ἰσότητα μὲν
 25 ὑπάρχειν τῆς οὐσίας, ταύτην δ' ἡ λίσαν εἶναι πολλήν, ὥστε
 τρυφᾶν, ἡ λίσαν ὀλίγην, ὥστε ζῆν γλίσχρως. δῆλον οὖν ὡς
 οὐχ ἱκανὸν τὸ τὰς οὐσίας ἴσας ποιῆσαι τὸν νομοθέτην, ἀλλὰ
 τοῦ μέσου στοχαστέον. ἔτι δ' εἰ τις καὶ τὴν μετρίαν τάξειεν
 οὐσίαν πᾶσιν, οὐδὲν ὄφελος· μᾶλλον γὰρ δεῖ τὰς ἐπιθυμίας
 30 ὁμαλίζειν ἢ τὰς οὐσίας, τοῦτο δ' οὐκ ἔστι μὴ παιδευομένοις
 ἱκανῶς ὑπὸ τῶν νόμων. ἀλλ' ἴσως ἂν εἴπειεν ὁ Φαλάας ὅτι
 ταῦτα τυγχάνει λέγων αὐτός· οἶεται γὰρ δυοῖν τούτοις ἰσό-
 τητα δεῖν ὑπάρχειν ταῖς πόλεσιν, κτήσεως καὶ παιδείας.
 ἀλλὰ τὴν τε παιδείαν ἥτις ἔσται δεῖ λέγειν, καὶ τὸ μίαν
 35 εἶναι καὶ τὴν αὐτὴν οὐδὲν ὄφελος· ἔστι γὰρ τὴν αὐτὴν μὲν
 εἶναι καὶ μίαν, ἀλλὰ ταύτην εἶναι τοιαύτην ἐξ ἧς ἔσονται
 προαιρετικοὶ τοῦ πλεονεκτεῖν ἢ χρημάτων ἢ τιμῆς ἢ συναμ-
 φοτέρων. ἔτι στασιάζουσιν οὐ μόνον διὰ τὴν ἀνισότητα τῆς
 κτήσεως, ἀλλὰ καὶ διὰ τὴν τῶν τιμῶν, τούναντίον δὲ περὶ
 40 ἑκάτερον· οἱ μὲν γὰρ πολλοὶ διὰ τὸ περὶ τὰς κτήσεις ἄν-
 1267a ἰσον, οἱ δὲ χαρίεντες περὶ τῶν τιμῶν, ἔαν ἴσαι· ὅθεν καὶ ἔν
 δὲ ἰῇ τιμῇ ἡμὲν κακὸς ἡδὲ καὶ ἑσθλός· οὐ μόνον δ' οἱ
 ἄνθρωποι διὰ τἀναγκαῖα ἀδικοῦσιν, ὧν ἄκος εἶναι νομίζει
 τὴν ἰσότητα τῆς οὐσίας, ὥστε μὴ λωποδυτεῖν διὰ τὸ ῥιγοῦν ἢ
 5 πεινῆν, ἀλλὰ καὶ ὅπως χαίρωσι καὶ μὴ ἐπιθυμῶσιν· ἔαν
 γὰρ μείζω ἔχωσιν ἐπιθυμίαν τῶν ἀναγκαίων, διὰ τὴν
 ταύτης ἱατρείαν ἀδικήσουσιν· οὐ τοίνυν διὰ ταύτην μόνον,
 ἀλλὰ καὶ ἄνευ ἐπιθυμιῶν, ἵνα χαίρωσι ταῖς ἄνευ λυπῶν
 ἡδοναῖς. τί οὖν ἄκος τῶν τριῶν τούτων; τοῖς μὲν οὐσία βρα-
 10 χεῖα καὶ ἐργασία, τοῖς δὲ σωφροσύνη· τρίτον δ', εἰ τινες
 βούλονται δι' αὐτῶν χαίρειν, οὐκ ἂν ἐπιζητοῖεν εἰ μὴ παρὰ

Contudo, mesmo que exista a igualdade de bens, se eles forem em
 demasia cai-se no luxo, se eles forem escassos cai-se na penúria. É 25
 evidente, por conseguinte, que não basta que o legislador nivele os bens
 mas que deve ter como objectivo o meio-termo. Mas mesmo que se
 estabelecesse uma fortuna módica para todos, o resultado seria nulo,
 porque importa mais uniformizar as ambições dos homens do que os seus
 bens, e isto só pode ser feito graças a um sistema de educação fomentado 30
 pela lei. Talvez Fáleas nos respondesse que isto, de facto, é o que ele
 pretendia ao considerar que os cidadãos devem ser iguais em dois
 aspectos: a propriedade e a educação. Mas seria necessário acrescentar
 em que consistiria tal educação: que seja uma e a mesma para todos, não
 é relevante, já que pode ser uma e a mesma mas tal que inclina os 35
 indivíduos a ambicionar ⁽⁷¹⁾ riquezas ou honrarias, ou ambas as coisas.
 As revoltas não resultam apenas da desigualdade de propriedade, mas
 também da desigualdade de honrarias, ainda que por razões opostas em
 cada um dos casos: as massas revoltam-se devido à desigualdade de proprie-
 dade; os mais favorecidos devido à igual distribuição de honrarias. Donde 40
 o verso "*Quê?! um mesmo prêmio para o covarde e o bravo?!?*" ⁽⁷²⁾ 1267a

Por outro lado, os homens não se tornam delinquentes apenas para
 satisfazer as necessidades vitais (injustiça que Faléas crê remediar atra-
 vés da igualdade de bens, de modo a que se não roube por motivo de
 frio e de fome) mas também para gozar e para satisfazer desejos; se os
 desejos extravasam as necessidades essenciais, os homens cometerão 5
 injustiças para os apaziguar. E esta não é a única razão; quando o desejo
 os impele, quererão gozar prazeres sem dor ⁽⁷³⁾.

Que remédio existe para estes três tipos de males? Para o primeiro
 tipo, fortuna e trabalho moderados; para o segundo, temperança; para o
 terceiro, quem desejasse prazeres que apenas dependem de si próprio, 10
 procuraria satisfazê-los pela filosofia, uma vez que outros prazeres

φιλοσοφίας ἄκος. αἱ γὰρ ἄλλαι ἀνθρώπων δέονται· ἐπεὶ
 ἀδικουσί γε τὰ μέγιστα διὰ τὰς ὑπερβολάς, ἀλλ' οὐ διὰ
 τὰ ἀναγκαῖα (οἷον τυραννοῦσιν οὐχ ἵνα μὴ βιγῶσιν· διὸ καὶ
 15 αἱ τιμαὶ μεγάλαι, ἀν' ἀποκτείνῃ τις οὐ κλέπτῃν ἀλλὰ
 τύραννον)· ὥστε πρὸς τὰς μικρὰς ἀδικίας βοηθητικὸς μόνον
 ὁ τρόπος τῆς Φαλέου πολιτείας. ἔτι τὰ πολλὰ βούλεται
 κατασκευάζειν ἐξ ὧν τὰ πρὸς αὐτοὺς πολιτεύονται καλῶς,
 δεῖ δὲ καὶ πρὸς τοὺς γειννιῶντας καὶ τοὺς ἐξωθεν πάντας.
 20 ἀναγκαῖον ἄρα τὴν πολιτείαν συντετάχθαι πρὸς τὴν πολε-
 μικὴν ἰσχύν, περὶ ἧς ἐκεῖνος οὐδὲν εἴρηκεν. ὁμοίως δὲ καὶ
 περὶ τῆς κτήσεως. δεῖ γὰρ οὐ μόνον πρὸς τὰς πολιτικὰς
 χρήσεις ἱκανὴν ὑπάρχειν, ἀλλὰ καὶ πρὸς τοὺς ἐξωθεν κιν-
 δύνους· διόπερ οὔτε τοσοῦτον δεῖ πλῆθος ὑπάρχειν ὅσου οἱ
 25 πλησίον καὶ κρείττους ἐπιθυμήσουσιν, οἱ δὲ ἔχοντες ἀμύνειν
 οὐ δυνήσονται τοὺς ἐπιόντας, οὔθ' οὕτως ὀλίγην ὥστε μὴ δύνα-
 σθαι πόλεμον ὑπενεγκεῖν μηδὲ τῶν ἰσῶν καὶ τῶν ὁμοίων.
 ἐκεῖνος μὲν οὖν οὐδὲν διώρικεν, δεῖ δὲ τοῦτο μὴ λαμβάνειν, ὅ τι
 συμφέρει πλῆθος οὐσίας. ἴσως οὖν ἄριστος ὁρος τὸ μὴ λυσι-
 30 τελεῖν τοῖς κρείττοσι διὰ τὴν ὑπερβολὴν πολεμεῖν, ἀλλ'
 οὕτως ὥς ἀν' καὶ μὴ ἐχόντων τοσαύτην οὐσίαν. οἷον Εὐβου-
 λος Αὐτοφραδάτου μέλλοντος Ἀταρνέα πολιορκεῖν ἐκέλευ-
 σεν αὐτόν, σκεψάμενον ἐν πόσῳ χρόνῳ λήψεται τὸ χωρίον,
 λογίσασθαι τοῦ χρόνου τούτου τὴν δαπάνην· ἐθέλειν γὰρ ἐλατ-
 35 τὸν τούτου λαβὼν ἐκλιπεῖν ἤδη τὸν Ἀταρνέα· ταῦτα δ'
 εἰπὼν ἐποίησε τὸν Αὐτοφραδάτην σύννουν γενόμενον παύσα-
 σθαι τῆς πολιορκίας. ἔστι μὲν οὖν τι τῶν συμφερόντων τὸ
 τὰς οὐσίας ἴσας εἶναι τοῖς πολίταις πρὸς τὸ μὴ στασιάζειν
 πρὸς ἀλλήλους, οὐ μὴν μέγα οὐδὲν ὥς εἰπεῖν. καὶ γὰρ [ἀν'] οἱ
 40 χαρίεντες ἀγαινακτοῖεν ἀν' ὥς οὐκ ἴσων ὄντες ἄξιοι, διὸ καὶ
 φαίνονται πολλάκις ἐπιτιθέμενοι καὶ στασιάζοντες· ἔτι δ'
 1267b ἡ πονηρία τῶν ἀνθρώπων ἀπληστον, καὶ τὸ πρῶτον μὲν ἱκα-
 νὸν διωβελία μόνον, ὅταν δ' ἤδη τοῦτ' ἢ πάτριον, αἰεὶ δέον-

requerem a ajuda de outros homens. Os maiores delitos resultam de
 excessos e não de necessidades; por exemplo, os homens não se tornam
 tiranos para se defender do frio, e por esta razão concedem-se maiores
 honras a quem mata não um ladrão mas um tirano; assim o regime de
 15 Fáleas apenas remedeia as injustiças menores.

Além disso, só lhe interessam as medidas que visam o bom governo
 interno da cidade. Ora é necessário tomar atenção às relações com os
 povos vizinhos e com todos os estrangeiros. É, por conseguinte, essencial
 que um regime seja organizado com vista ao poderio bélico, aspecto
 20 acerca da qual Fáleas nada tem a dizer. O mesmo se passa com a
 propriedade; esta deve bastar para enfrentar não só as necessidades
 internas da cidade como também as ameaças externas. É por isso que não
 convém que a riqueza seja tanta que a cobicem as cidades vizinhas ⁽⁷⁴⁾
 e mais fortes (sendo os proprietários incapazes de repelir os invasores)
 25 nem tão pequena que não sirva para sustentar uma guerra contra inimigos
 semelhantes ou iguais. Fáleas, na verdade, nada estabeleceu mas é preciso
 não ignorar a conveniência de uma riqueza abundante. Talvez o melhor
 limite da propriedade consista em que o excesso de riqueza de uma cidade
 não torne mais vantajoso para os vizinhos mais fortes empreender uma
 30 luta contra a cidade do que se esta não tivesse tanta riqueza. Foi assim
 que Eubulo ⁽⁷⁵⁾, quando Autofradates ⁽⁷⁶⁾ se preparava para sitiar Atarneu,
 convidou este último a considerar quanto tempo demoraria a conquistar
 a cidade, e a fazer o cálculo do montante que despenderia nesse período;
 35 Eubulo consentiria em ceder Atarneu mediante uma indemnização inferior
 ao montante da despesa com a conquista. Estas palavras fizeram
 Autofradates reflectir e abandonar o cerco ⁽⁷⁷⁾.

Seja como for, a igualdade de bens entre os cidadãos é conveniente para
 que não lutem entre si, embora este factor não seja tão importante como se
 afirma. As classes superiores ficariam ofendidas ao pensar que a igual-
 40 dade não era justa, razão pela qual se envolvem frequentemente em
 ataques e rebeliões. A avariza humana é insaciável. Ao princípio fica-se
 1267b

5 ται τοῦ πλείονος, ἕως εἰς ἄπειρον ἔλθωσιν. ἄπειρος γὰρ ἡ
 τῆς ἐπιθυμίας φύσις, ἥς πρὸς τὴν ἀναπλήρωσιν οἱ πολλοὶ
 ζῶσιν. τῶν οὖν τοιούτων ἀρχή, μᾶλλον τοῦ τὰς οὐσίας ὁμα-
 λίζειν, τὸ τοὺς μὲν ἐπιεικεῖς τῇ φύσει τοιούτους παρασκευά-
 ζειν ὥστε μὴ βούλεσθαι πλεονεκτεῖν, τοὺς δὲ φαύλους ὥστε μὴ
 δύνασθαι τοῦτο δι' ἐστίν, ἂν ἦτους τε ὦσι καὶ μὴ ἀδικῶν-
 10 ται. οὐ καλῶς δὲ οὐδὲ τὴν ἰσότητα τῆς οὐσίας εἴρηκεν. περὶ
 γὰρ τὴν τῆς γῆς κτῆσιν ἰσάζει μόνον, ἔστι δὲ καὶ δοῦλων
 καὶ βοσκημάτων πλοῦτος καὶ νομίσματος, καὶ κατασκευῇ
 πολλῇ τῶν καλουμένων ἐπίπλων· ἡ πάντων οὖν τούτων ἰσό-
 τητα ζητητέον ἢ τάξιν τινὰ μετρίαν, ἢ πάντα ἑατέον. φαί-
 15 νεται δ' ἐκ τῆς νομοθεσίας κατασκευάζων τὴν πόλιν μι-
 κράν, εἰ γ' οἱ τεχνῖται πάντες δημόσιοι ἔσονται καὶ μὴ
 πλήρωμά τι παρέξονται τῆς πόλεως. ἄλλ' εἴπερ δεῖ δη-
 μοσίους εἶναι τοὺς τὰ κοινὰ ἐργαζομένους, δεῖ (καθάπερ ἐν
 'Επιδάμνῳ τε, καὶ Διοφάντῳ ποτε κατεσκευάζεν Ἀθή-
 20 νησι) τοῦτον ἔχειν τὸν τρόπον. περὶ μὲν οὖν τῆς Φαλέου πο-
 λιτείας σχεδὸν ἐκ τούτων ἂν τις θεωρήσειεν, εἰ τι τυγχά-
 νει καλῶς εἰρηκῶς ἢ μὴ καλῶς.
 8 Ἰππόδαμος δὲ Εὐρυφώντος Μιλήσιος (ὃς καὶ τὴν τῶν
 πόλεων διαίρεσιν εὔρε καὶ τὸν Πειραιᾶ κατέτεμεν, γενόμενος
 καὶ περὶ τὸν ἄλλον βίον περιττότερος διὰ φιλοτιμίαν οὕτως
 25 ὥστε δοκεῖν ἐνίοις ζῆν περιεργότερον τριχῶν τε πλήθει καὶ
 κόσμῳ πολυτελεῖ, ἔτι δὲ ἐσθῆτος εὐτελοῦς μὲν Ἀλεξινῆς δέ,
 οὐκ ἐν τῷ χειμῶνι μόνον ἀλλὰ καὶ περὶ τοὺς θερινοὺς χρό-
 νους, λόγιος δὲ καὶ περὶ τὴν ὅλην φύσιν εἶναι βουλόμενος)

5 satisfeito apenas com dois óbulos, mas, depois de adquirido o hábito,
 quer-se sempre mais até ultrapassar todos os limites; o apetite é ilimitado
 por natureza e a maioria dos seres humanos vive para o satisfazer. O
 ponto de partida para a resolução destas questões seria, de preferência,
 10 igualar as fortunas, formando os superiores, por natureza, de modo a não
 desejarem excessiva riqueza, e formando o povo a não ser capaz de
 ambição, ou seja, mantendo-o numa posição inferior mas sem lhe infligir
 injustiça.

Por outro lado, Fáleas nem sequer trata a questão da igualdade de
 bens de um modo correcto; apenas nivela a propriedade da terra; ora a
 10 riqueza também existe sob a forma de escravos, gado, dinheiro, e em
 muitos tipos dos chamados bens móveis. Portanto, ou se procura a
 igualdade, ou pelo menos uma certa medida em todas as coisas, ou há
 que prescindir totalmente dela. É evidente que a legislação de Fáleas
 institui uma cidade pequena na medida em que todos os artesãos se
 15 tornam escravos públicos ⁽⁷⁸⁾ e não são chamados a ser um complemento
 dos cidadãos. Mas, se os trabalhadores empregados em obras públicas são
 servos da comunidade pública, deverão ter o estatuto que se lhes atribui
 em Epidamno ⁽⁷⁹⁾ ou o que Diofanto ⁽⁸⁰⁾ tentou introduzir, em tempos, em
 20 Atenas. Estas observações são suficientes para indicar o que de há de
 meritório e de errado no regime proposto por Fáleas.

8. Exame crítico da Constituição de Hipodamo de Mileto.

Foi Hipodamo ⁽⁸¹⁾, cidadão de Mileto, e filho de Eurifonte, quem
 inventou o traçado das cidades e delineou as ruas do Pireu. Adoptou um
 estilo de vida deveras original, a ponto de alguns considerarem que vivia
 25 de modo afectado, devido à sua farta cabeleira e ricos adornos, além das
 suas roupas simples mas quentes que usava não só no Inverno como no
 Verão, querendo ser considerado um especialista em todas as coisas da

30 πρῶτος τῶν μὴ πολιτευομένων ἐνεχείρησέ τι περὶ πολιτείας
 εἰπεῖν τῆς ἀρίστης. κατεσκεύαζε δὲ τὴν πόλιν τῷ πλήθει
 μὲν μυριάνδρον, εἰς τρία δὲ μέρη διηρημένην· ἐποίει γὰρ
 ἓν μὲν μέρος τεχνίτας, ἓν δὲ γεωργούς, τρίτον δὲ τὸ προ-
 πολεμοῦν καὶ τὰ ὅπλα ἔχον. διήρει δ' εἰς τρία μέρη τὴν
 35 χώραν, τὴν μὲν ἱερὰν τὴν δὲ δημοσίαν τὴν δ' ἰδίαν· ὅθεν
 μὲν τὰ νομιζόμενα ποιήσουσι πρὸς τοὺς θεούς, ἱερὰν, ἀφ' ὧν
 δ' οἱ προπολεμοῦντες βιώσονται, κοινήν, τὴν δὲ τῶν γεωργῶν
 ἰδίαν. ᾧτο δ' εἶδη καὶ τῶν νόμων εἶναι τρία μόνον· περὶ
 ὧν γὰρ αἱ δίκαι γίνονται, τρία ταῦτ' εἶναι τὸν ἀριθμόν,
 40 ὕβριν βλάβην θάνατον. ἐνομοθέτει δὲ καὶ δικαστήριον ἓν τὸ
 κύριον, εἰς ὃ πάσας ἀνάγεσθαι δεῖν τὰς μὴ καλῶς κεκρί-
 σθαι δοκούσας δίκας· τοῦτο δὲ κατεσκεύαζεν ἐκ τινῶν γε-
 1268a ρόντων αἰρετῶν. τὰς δὲ κρίσεις ἐν τοῖς δικαστηρίοις οὐ διὰ
 ψηφοφορίας ᾧτο γίγνεσθαι δεῖν, ἀλλὰ φέρειν ἕκαστον πι-
 νάκιον, ἐν ᾧ γράφειν, εἰ καταδικάζοι ἀπλῶς, τὴν δίκην, εἰ
 δ' ἀπολύοι ἀπλῶς, κενόν, εἰ δὲ τὸ μὲν τὸ δὲ μή, τοῦτο
 5 διορίζειν. νῦν γὰρ οὐκ ᾧτο νενομοθετησθαι καλῶς· ἀναγκά-
 ζειν γὰρ ἐπιорκεῖν ἢ ταῦτα ἢ ταῦτα δικάζοντας. ἔτι δὲ
 νόμον ἐτίθει περὶ τῶν εὐρισκόντων τι τῇ πόλει συμφέρον, ὅπως
 τυγχάνωσι τιμῆς, καὶ τοῖς παισὶ τῶν ἐν τῷ πολέμῳ τε-
 λευτώντων ἐκ δημοσίου γίνεσθαι τὴν τροφήν, ὥς οὕτω τοῦτο
 10 παρ' ἄλλοις νενομοθετημένον (ἔστι δὲ καὶ ἐν Ἀθήναις οὗτος
 ὁ νόμος νῦν καὶ ἐν ἑτέραις τῶν πόλεων)· τοὺς δ' ἄρχοντας
 αἰρετοὺς ὑπὸ τοῦ δήμου εἶναι πάντας. δῆμον δ' ἐποίει τὰ
 τρία μέρη τῆς πόλεως· τοὺς δ' αἰρεθέντας ἐπιμελεῖσθαι κοι-
 νῶν καὶ ξενικῶν καὶ ὀρφανικῶν. τὰ μὲν οὖν πλεῖστα καὶ
 15 τὰ μάλιστα ἀξιόλογα τῆς Ἱπποδάμου τάξεως ταῦτ' ἐστίν·

natureza. Foi o primeiro, entre os que não eram políticos, a tentar dizer algo sobre o melhor regime.

Começou por projectar uma cidade com dez mil cidadãos, dividida
 30 em três classes: uma de artesãos, outra de agricultores, e uma terceira
 de combatentes armados. Propôs também a divisão do território em três
 partes: uma sagrada, uma pública, e uma privada; o domínio sagrado
 destinava-se a assegurar as oferendas tradicionais aos deuses, o domínio
 público serviria para a manutenção dos combatentes: o domínio privado
 35 pertenceria aos agricultores. Pensou também que deveriam existir apenas
 três tipos de leis penais, já que os delitos que originam processos
 criminais são também em número de três: ultrajes, danos e homicídios.
 Propôs também o estabelecimento de um tribunal supremo de justiça ao
 qual competiria o recurso de todos os processos mal julgados pelos
 40 tribunais particulares. Tencionava formar este tribunal com anciãos selec-
 cionados. Pensava que os veredictos dos tribunais não deveriam resultar
 1268a de votação; cada membro deveria apresentar uma tabuleta onde escreveria
 a sentença se julgasse o réu culpado, deixando-a em branco se pensasse
 que deveria ser absolvido; teria de explicar a sentença se esta fosse em
 parte absolutória, em parte condenatória. Considerava deficiente a legis-
 5 lação a este respeito, porque forçava os jurados a cometer perjúrio,
 votando ou uma coisa ou outra⁽⁸²⁾. Seguidamente propôs uma lei acerca
 dos inventores de alguma coisa útil à cidade, garantindo o recebimento
 de honrarias; e propôs que os filhos dos que tombassem na guerra
 deveriam ser mantidos pela cidade, como se ainda não existisse já uma
 lei deste tipo noutros lugares (e de facto existe, actualmente em Atenas
 10 e noutras cidades). Todos os magistrados deveriam ser eleitos pelo povo,
 composto pelas três partes da cidade. Os eleitos deveriam zelar pelos
 interesses da comunidade, e pelos interesses dos estrangeiros e pelos
 órfãos. São estes os principais aspectos do sistema de Hipodamo e os que
 mais merecem ser comentados.

ἀπορήσειε δ' ἂν τις πρῶτον μὲν τὴν διαίρεσιν τοῦ πλήθους
 τῶν πολιτῶν. οἳ τε γὰρ τεχνῖται καὶ οἱ γεωργοὶ καὶ οἱ
 τὰ ὅπλα ἔχοντες κοινωνοῦσι τῆς πολιτείας πάντες, οἱ μὲν
 γεωργοὶ οὐκ ἔχοντες ὅπλα, οἱ δὲ τεχνῖται οὔτε γῆν οὔτε ὅπλα,
 20 ὥστε γίνονται σχεδὸν δοῦλοι τῶν τὰ ὅπλα κεκτημένων. με-
 τέχειν μὲν οὖν πασῶν τῶν τιμῶν ἀδύνατον (ἀνάγκη γὰρ ἐκ
 τῶν τὰ ὅπλα ἔχόντων καθίστασθαι καὶ στρατηγούς καὶ πο-
 λιτοφύλακας καὶ τὰς κυριωτάτας ἀρχὰς ὥς εἰπεῖν· μὴ
 25 μετέχοντας δὲ τῆς πολιτείας πῶς οἶόν τε φιλικῶς ἔχειν
 πρὸς τὴν πολιτείαν; ἄλλὰ δεῖ καὶ κρείττους εἶναι τοὺς τὰ ὅπλα
 γε κεκτημένους ἀμφοτέρων τῶν μερῶν. τοῦτο δ' οὐ βῶδιον μὴ
 πολλοὺς ὄντας· εἰ δὲ τοῦτ' ἔσται, τί δεῖ τοὺς ἄλλους μετέχειν
 τῆς πολιτείας καὶ κυρίους εἶναι τῆς τῶν ἀρχόντων καταστά-
 σεως; ἔτι οἱ γεωργοὶ τί χρήσιμοι τῇ πόλει; τεχνίτας μὲν
 30 γὰρ ἀναγκαῖον εἶναι (πᾶσα γὰρ δεῖται πόλις τεχνιτῶν),
 καὶ δύνανται διαγίγνεσθαι καθάπερ ἐν ταῖς ἄλλαις πόλε-
 σιν ἀπὸ τῆς τέχνης· οἱ δὲ γεωργοὶ πορίζοντες μὲν τοῖς τὰ
 ὅπλα κεκτημένοις τὴν τροφήν εὐλόγως ἂν ἦσαν τι τῆς
 πόλεως μέρος, νῦν δ' ἰδίαν ἔχουσιν καὶ ταύτην ἰδίᾳ γεωρ-
 35 γήσουσιν. ἔτι δὲ τὴν κοινὴν, ἀφ' ἧς οἱ προπολεμοῦντες ἔξουσιν
 τὴν τροφήν, εἰ μὲν αὐτοὶ γεωργήσουσιν, οὐκ ἂν εἴη τὸ μά-
 χιμον ἕτερον καὶ τὸ γεωργοῦν, βούλεται δ' ὁ νομοθέτης· εἰ
 δ' ἕτεροὶ τινες ἔσονται τῶν τε τὰ ἰδία γεωργοῦντων καὶ τῶν
 40 μαχίμων, τέταρτον αὖ μόριον ἔσται τοῦτο τῆς πόλεως, οὐδε-
 νὸς μετέχον, ἀλλὰ ἀλλότριον τῆς πολιτείας· ἀλλὰ μὴν εἰ
 τις τοὺς αὐτοὺς θήσει τοὺς τε τὴν ἰδίαν καὶ τοὺς τὴν κοινὴν
 γεωργοῦντας, τὸ τε πλῆθος ἄπορον ἔσται τῶν καρπῶν ἐξ ὧν
 1268b ἑκάστος γεωργήσει δύο οἰκίας, καὶ τίνος ἔνεκεν οὐκ εὐθὺς ἀπὸ
 τῆς <αὐτῆς> γῆς καὶ τῶν αὐτῶν κλήρων αὐτοῖς τε τὴν τροφήν
 λήψονται καὶ τοῖς μαχίμοις παρέξουσιν; ταῦτα δὴ πάντα
 πολλὴν ἔχει παραχῇν. οὐ καλῶς δ' οὐδ' ὁ περὶ τῆς κρίσεως
 5 ἔχει νόμος, τὸ κρίνειν ἀξιοῦν διαιροῦντα, τῆς δίκης ἀπλῶς.

Uma primeira dificuldade diria respeito à divisão do corpo de
 cidadãos. Todos eles, artesãos, agricultores e combatentes, tomam parte
 na cidade, embora os agricultores não tenham armas, e os artífices não
 possuam terras nem armas, tornando-se eventualmente escravos dos que
 estão armados. Assim, é impossível que partilhem de todas as magistra- 20
 turas, pois gerais, guardiães e magistrados supremos são necessaria-
 mente eleitos entre aqueles que possuem armas. Se não participam no
 regime, como poderão sentir por ele consideração? Os que possuem armas
 têm que ser mais fortes do que as outras partes juntas e isto não é fácil
 a não ser que sejam numerosos; e se isto fosse assim, que necessidade 25
 existiria das outras partes participarem no regime e controlarem a eleição
 dos magistrados? Enfim, qual a utilidade dos agricultores para a cidade?
 Os artesãos são essenciais já que toda a cidade precisa deles, e eles
 podem viver do seu ofício, como noutras cidades. Se os agricultores
 fornecessem provisões aos que possuem armas, seria razoável que fizes- 30
 sem parte da cidade, já que possuem terra e são eles próprios que a
 trabalham. Além do mais, no que se refere ao domínio público donde
 provém a alimentação dos que lutam pela cidade, se a cultivarem os
 próprios defensores, não haverá distinção entre a classe militar e a dos
 agricultores, como Hipodamo pretendia. E se os que trabalham o domínio 35
 público forem diferentes dos combatentes e dos que exploram a propri-
 edade privada, formarão uma quarta parte da cidade, estranhos e sem
 qualquer participação no regime. E supondo que são os mesmos que
 cultivam a propriedade privada e a comum, o produto obtido não será 40
 suficiente para que cada cultivador abasteça duas famílias⁽⁸³⁾. Por que
 razão, pois, os agricultores não hão-de extrair directamente da sua terra 1268b
 e das mesmas parcelas a sua alimentação e a dos combatentes? Tudo isto
 é muito confuso.

γεγραμμένης, καὶ γίνεσθαι τὸν δικαστὴν διαιτητὴν. τοῦτο δὲ
 ἐν μὲν τῇ διαίτῃ καὶ πλείοσιν ἐνδέχεται (κοινολογοῦνται
 γὰρ ἀλλήλοις περὶ τῆς κρίσεως), ἐν δὲ τοῖς δικαστηρίοις οὐκ
 ἔστιν, ἀλλὰ καὶ τοῦναντίον τούτου τῶν νομοθετῶν οἱ πολλοὶ
 10 παρασκευάζουσιν ὅπως οἱ δικασταὶ μὴ κοινολογῶνται πρὸς
 ἀλλήλους. ἔπειτα πῶς οὐκ ἔσται παραχώδης ἡ κρίσις, ὅταν
 ὀφείλῃ μὲν ὁ δικαστὴς οἷσθαι, μὴ τοσοῦτον δ' ὅσον ὁ δικα-
 ζόμενος; ὁ μὲν γὰρ εἴκοσι μνᾶς, ὁ δὲ δικαστὴς κρίνει
 δέκα μνᾶς (ἢ ὁ μὲν πλεον ὁ δ' ἔλασσον), ἄλλος δὲ πέντε,
 15 ὁ δὲ τέτταρας, καὶ τοῦτον δὴ τὸν τρόπον δῆλον ὅτι μεριοῦ-
 σιν· οἱ δὲ πάντα καταδικάζουσιν, οἱ δ' οὐδέν. τίς οὖν ὁ τρό-
 πος ἔσται τῆς διαλογῆς τῶν ψήφων; ἔτι δ' οὐδὲν ἐπιорκεῖν
 ἀναγκάζει τὸν ἀπλῶς ἀποδικάσαντα ἢ καταδικάσαντα,
 εἴπερ ἀπλῶς τὸ ἔγκλημα γέγραπται, δικαίως· οὐ γὰρ μη-
 20 δὲν ὀφείλῃ ὁ ἀποδικάσας κρίνει, ἀλλὰ τὰς εἴκοσι μνᾶς·
 ἀλλ' ἐκεῖνος ἤδη ἐπιорκεῖ, ὁ καταδικάσας, μὴ νομίζων ὀφεί-
 λειν τὰς εἴκοσι μνᾶς. περὶ δὲ τοῦ τοῖς εὐρίσκουσί τι τῇ πό-
 λει συμφέρον ὡς δεῖ γίνεσθαι τινα τιμὴν, οὐκ ἔστιν ἀσφα-
 λές τὸ νομοθετεῖν, ἀλλ' εὐδόφθαλμον ἀκούσαι μόνον· ἔχει
 25 γὰρ συκοφαντίας καὶ κινήσεις, ἂν τύχη, πολιτείας. ἐμ-
 πίπτει δ' εἰς ἄλλο πρόβλημα καὶ σκέψιν ἑτέραν· ἀποροῦσι
 γὰρ τινες πότερον βλαβερὸν ἢ συμφέρον ταῖς πόλεσι τὸ
 κινεῖν τοὺς πατρίους νόμους, ἂν ἢ τις ἄλλος βελτίων. διόπερ
 οὐ βᾶδιον τῷ λεχθέντι ταχὺ συγχωρεῖν, εἴπερ μὴ συμ-
 30 φέρει κινεῖν, ἐνδέχεται δ' εἰσηγεῖσθαι τινας νόμων λύσιν ἢ
 πολιτείας ὡς κοινὸν ἀγαθόν. ἐπεὶ δὲ πεποιήμεθα μνεῖαν,
 ἔτι μικρὰ περὶ αὐτοῦ διαστείλασθαι βέλτιον. ἔχει γάρ,
 ὥσπερ εἵπομεν, ἀπορίαν, καὶ δόξειεν ἂν βέλτιον εἶναι τὸ
 35 οἷον ἱατρικὴ κινήθεισα παρὰ τὰ πάτρια καὶ γυμναστικὴ

A lei de Hipodamo sobre as decisões judiciais é deficiente; exige do
 juiz veredictos assentes em distinções, mesmo no caso de queixas formu-
 ladas de uma maneira absoluta, transformando o juiz em árbitro ⁽⁸⁴⁾. Isto
 é possível num processo de arbitragem (mesmo com vários árbitros que
 podem conferir entre si a matéria da sentença em causa) mas é impossível
 nos tribunais tanto mais que a maioria dos legisladores proíbe que os
 juizes comuniquem entre si. Em segundo lugar, o veredicto será inevita-
 10 velmente confuso se o juiz decidir que o réu deve indemnizar o queixoso
 mas não com a soma que este último exige. Por exemplo: se o queixoso
 pede vinte minas e um juiz decide atribuir dez, e outro mais e um outro
 menos ⁽⁸⁵⁾, e um outro cinco, e outro quatro; e se afinal o único modo
 de repartir os danos consiste em que uns concedem tudo e outros nada,
 15 qual será então o modo de contar os votos? Se a acusação foi feita em
 termos absolutos e justos, ninguém obriga a perjurar o que deu um
 veredicto de absolvição. Quem assim procede não está a decidir se o réu deve
 alguma coisa, mas apenas que não deve as vinte minas. Só há perjúrio se
 o juiz condenar o réu em vinte minas sem acreditar que o réu as deve.
 20

Quanto à sugestão de que uma honraria deveria ser dada aos que
 inventam algo de útil para a cidade, a legislação a este respeito não é
 segura, apesar de soar bem ao ouvido; pode causar falsas acusações e
 mesmo mudanças de regime. A questão conduz-nos a um outro problema
 a examinar aparte. Alguns levantam a questão se é conveniente ou
 25 prejudicial para as cidades alterar as leis tradicionais, impondo uma lei
 melhor. Por isso não é fácil concordar imediatamente com o projecto
 acima referido, se for desvantajoso alterar as leis; pode suceder que
 alguns apresentem a abolição das leis ou da constituição como sendo no
 interesse da comunidade. Já que fizemos menção desta questão, será melhor
 30 especificar um pouco mais, embora esta questão envolva dificuldades.

Pode-se ter o parecer que a mudança constitucional é preferível.
 Tratando-se de outras ciências, é indubitável a conveniência da alteração.
 Por exemplo, a medicina, a ginástica, e todas as artes e faculdades em
 35

καὶ ὅλως αἱ τέχναι πᾶσαι καὶ αἱ δυνάμεις, ὥστ' ἐπεὶ μίαν
τούτων θετέον καὶ τὴν πολιτικὴν, δῆλον ὅτι καὶ περὶ ταύτην
ἀναγκαῖον ὁμοίως ἔχειν. σημεῖον δ' ἂν γεγονέναι φαίη τις
ἐπ' αὐτῶν τῶν ἔργων τοὺς γὰρ ἀρχαίους νόμους λίαν ἀπλοῦς
40 εἶναι καὶ βαρβαρικοὺς. ἐσιδηροφοροῦντό τε γὰρ οἱ Ἕλλη-
νες, καὶ τὰς γυναῖκας ἐωνοῦντο παρ' ἀλλήλων, ὅσα τε
λοιπὰ τῶν ἀρχαίων ἐστὶ που νομίμων εὐήθη πάνπαν ἐστίν,
1269a οἷον ἐν Κύμῃ περὶ τὰ φονικὰ νόμος ἐστίν, ἂν πληθὺς τι
παράσχηται μαρτύρων ὁ διώκων τὸν φόνον τῶν αὐτοῦ συγ-
γενῶν, ἐνοχον εἶναι τῷ φόνῳ τὸν φεύγοντα. ζητοῦσι δ'
ὅλως οὐ τὸ πάτριον ἀλλὰ τὰγαθὸν πάντες· εἰκὸς τε τοὺς
5 πρῶτους, εἴτε γηγενεῖς ἦσαν εἴτ' ἐκ φθορᾶς τινος ἐσώθησαν,
ὁμοίους εἶναι καὶ τοὺς τυχόντας καὶ τοὺς ἀνοήτους, ὥσπερ καὶ
λέγεται κατὰ τῶν γηγενῶν, ὥστε ἄτοπον τὸ μένειν ἐν τοῖς
τούτων δόγμασιν. πρὸς δὲ τούτοις οὐδὲ τοὺς γεγραμμένους ἔαν
ἀκινήτους βέλτιον. ὥσπερ γὰρ καὶ περὶ τὰς ἄλλας τέχνας,
10 καὶ τὴν πολιτικὴν τάξιν ἀδύνατον ἀκριβῶς πάντα γραφῆ-
ναι· καθόλου γὰρ ἀναγκαῖον γράφειν, αἱ δὲ πράξεις περὶ
τῶν καθ' ἑκάστων εἰσιν. ἐκ μὲν οὖν τούτων φανερόν ὅτι κινη-
τέοι καὶ τινὲς καὶ ποτὲ τῶν νόμων εἰσιν· ἄλλον δὲ τρόπον
ἐπισκοποῦσιν εὐλαβείας ἂν δόξειεν εἶναι πολλῆς ὅταν γὰρ
15 ᾗ τὸ μὲν βέλτιον μικρόν, τὸ δ' ἐθίζειν εὐχερῶς λύειν τοὺς
νόμους φαῦλον, φανερόν ὥς ἑατέον ἐνίας ἀμαρτίας καὶ τῶν
νομοθετῶν καὶ τῶν ἀρχόντων· οὐ γὰρ τοσοῦτον ὠφελήσεται
κινήσας ὅσον βλαβήσεται τοῖς ἀρχουσιν ἀπειθεῖν ἐθισθεῖς.
ψεῦδος δὲ καὶ τὸ παράδειγμα τὸ περὶ τῶν τεχνῶν· οὐ γὰρ
20 ὁμοιον τὸ κινεῖν τέχνην καὶ νόμον· ὁ γὰρ νόμος ἰσχὺν
οὐδεμίαν ἔχει πρὸς τὸ πείθεσθαι παρὰ τὸ ἔθος, τοῦτο

geral foram-se afastando da sua forma tradicional. Do mesmo modo, se
a política for tida como uma das ciências, é evidente que se lhe aplica
necessariamente algo de semelhante. E poderia dizer-se que um sinal disto
nos foi dado pelos factos, mostrando como as velhas leis são demasiado
simples e bárbaras. Os Gregos, por exemplo, costumam trazer armas e 40
comprar as mulheres uns dos outros⁽⁸⁶⁾; e os antigos costumes que
subsistem, aqui e acolá, são bastante ingênuos: é o caso de uma lei de 1269a
Cumas⁽⁸⁷⁾ na Eólia sobre o homicídio; se o acusador, num caso de
homicídio, apresenta um certo número de testemunhas entre os seus fami-
liares, o réu é culpado de homicídio. Em geral, os homens procuram o que
é bom, e não o que é tradicional. É provável que a humanidade primitiva,
nascida da terra⁽⁸⁸⁾ ou sobrevivente de algum cataclismo⁽⁸⁹⁾, fosse seme- 5
lhante aos homens vulgares de hoje ou aos néscios, como se diz dos que
nasceram da terra, de tal modo que seria absurdo orientarmo-nos por estas
noções. Além do mais, é preferível não deixar imutáveis as leis escritas.
Tal como nas demais artes, também é impossível codificar exactamente 10
tudo o que se aplica à organização da cidade: as regras escritas são
necessariamente genéricas mas as acções referem-se a casos particulares.

Destas considerações resulta manifesto que, por vezes, algumas leis
precisam ser alteradas. Mas noutra perspectiva, isto requer muita prudên-
cia. Quando a melhoria a obter é escassa, e porque é mau habituar os 15
homens a alterar as leis de ânimo leve, devemos consentir em alguns erros
de facto por parte do legislador e dos governantes. O benefício obtido pela
alteração será menor do que o costume de desobedecer aos governantes.
A comparação com as artes também é errónea. Mudar uma arte não é 20
o mesmo que alterar uma lei, já que a lei não tem outro poder para
assegurar a obediência excepto o uso, e este apenas surge com o

δ' οὐ γίνεται εἰ μὴ διὰ χρόνου πλῆθος, ὥστε τὸ ῥαδίως μεταβάλλειν ἐκ τῶν ὑπαρχόντων νόμων εἰς ἑτέρους νόμους καινοὺς ἀσθενῇ ποιεῖν ἐστὶ τὴν τοῦ νόμου δύναμιν. ἔτι δ' εἰ
25 καὶ κινητέοι, πότερον πάντες καὶ ἐν πάσῃ πολιτείᾳ, ἢ οὐ; καὶ πότερον τῷ τυχόντι ἢ τισίν; ταῦτα γὰρ ἔχει μεγάλην διαφοράν. διὸ νῦν μὲν ἀφῶμεν ταύτην τὴν σκέψιν· ἄλλων γὰρ ἐστὶ καιρῶν.

Περὶ δὲ τῆς Λακεδαιμονίων πολιτείας καὶ τῆς Κρη-
30 τικῆς, σχεδὸν δὲ καὶ περὶ τῶν ἄλλων πολιτειῶν, δύο εἰσὶν αἱ σκέψεις, μία μὲν εἰ τι καλῶς ἢ μὴ καλῶς πρὸς τὴν ἀρίστην νενομοθέτηται τάξιν, ἑτέρα δ' εἰ τι πρὸς τὴν ὑπόθεσιν καὶ τὸν τρόπον ὑπεναντίως τῆς προκειμένης αὐτοῖς πολιτείας. ὅτι μὲν οὖν δεῖ τῇ μελλούσῃ καλῶς πολιτεύε-
35 σθαι τὴν τῶν ἀναγκαίων ὑπάρχειν σχολήν, ὁμολογούμενόν ἐστιν· τίνα δὲ τρόπον ὑπάρχειν, οὐ ῥαδίον λαβεῖν. ἢ τε γὰρ Θετταλῶν πενεστεία πολλάκις ἐπέθετο τοῖς Θετταλοῖς, ὁμοίως δὲ καὶ τοῖς Λάκωσιν οἱ εἰλωτες (ὥσπερ γὰρ ἐφ-
εδρεύοντες τοῖς ἀτυχήμασι διατελοῦσιν)· περὶ δὲ τοὺς Κρήτας
40 οὐδὲν πω τοιοῦτον συμβέβηκεν. αἴτιον δ' ἴσως τὸ τὰς γειτνιώ-
1269b σας πόλεις, καίπερ πολεμούσας ἀλλήλαις, μηδεμίαν εἶναι σύμμαχον τοῖς ἀφισταμένοις διὰ τὸ μὴ συμφέρειν <ταῖς> καὶ αὐταῖς κεκτημέναις περιόικους, τοῖς δὲ Λάκωσιν οἱ γειτνιῶν-
τες ἐχθροὶ πάντες ἦσαν, Ἀργεῖοι καὶ Μεσσηνιοὶ καὶ Ἀρ-
5 κάδες· ἐπεὶ καὶ τοῖς Θετταλοῖς κατ' ἀρχὰς ἀφίσταντο διὰ τὸ πολεμεῖν ἔτι τοῖς προσχώροις, Ἀχαιοῖς καὶ Περραιβοῖς καὶ Μάγνησιν. ἔοικε δὲ καὶ εἰ μὴδὲν ἕτερον, ἀλλὰ τὸ γε τῆς ἐπιμελείας ἐργῶδες εἶναι, τίνα δεῖ πρὸς αὐτοὺς ὁμιλῆ-
σαι τρόπον· ἀνιέμενοί τε γὰρ ὑβρίζουσι καὶ τῶν ἰσῶν ἀξιοῦ-

decorrer de muito tempo. Assim, trocar as leis estabelecidas por outras novas, enfraquece a lei. Mas mesmo que as leis pudessem mudar, deveriam mudar todas, em todos os regimes, ou não? E qualquer um as pode mudar ou apenas alguns? Todas estas questões são de grande
25 importância. Deixemos, por enquanto, esta nossa pesquisa: ficará para outras ocasiões⁽⁹⁰⁾.

9. Análise crítica do regime espartano.

Acerca dos regimes de Esparta e de Creta e acerca de quase todos os regimes surgem duas questões: a primeira é a de saber o que a
30 legislação contém de bom ou de mau, em comparação com a ordem melhor; a segunda é saber o que nela existe de contrário ao princípio fundamental pretendido pelo legislador e ao carácter da constituição.

Todos admitem que num regime bem governado, deve haver lugar
35 para o descanso das ocupações indispensáveis; mas é difícil vislumbrar como assegurar esse lazer⁽⁹¹⁾. Os servos da Tessália revoltaram-se frequentemente contra os Tessálios tal como os hilotas contra os Espartanos (e aguardam incessantemente o infortúnio dos seus senho-
res). Nada disto aconteceu no caso dos Cretenses. A razão reside,
40 possivelmente, no facto de as cidades vizinhas, embora em luta entre si, 1269b nunca se aliarem com os revoltosos; não é do seu interesse assim proceder, em virtude de também possuírem servos. Os vizinhos dos Espartanos, por outro lado — Arginos, Messénios, Arcádios — eram todos hostis. As primeiras revoltas dos servos contra os Tessálios também
5 ocorreram por estes estarem em guerra com os vizinhos — Aqueus, Perrebas e Magnésios. E mesmo se nada mais parecer problemático, a simples preocupação com o trato dos servos constitui uma dificuldade. É que se lhes for dada rédea solta, tornam-se arrogantes e reclamam

10 σιν ἑαυτοὺς τοῖς κυρίοις, καὶ κακοπαθῶς ζῶντες ἐπιβουλεύουσι
 καὶ μισοῦσιν. δῆλον οὖν ὡς οὐκ ἐξευρίσκουσι τὸν βέλτιστον
 τρόπον οἷς τοῦτο συμβαίνει περὶ τὴν εἰλωτείαν. ἔτι δ' ἡ
 15 περὶ τὰς γυναικῆς ἀνεσις καὶ πρὸς τὴν προαίρεσιν τῆς πολι-
 τείας βλαβερὰ καὶ πρὸς εὐδαιμονίαν πόλεως. ὥσπερ γὰρ
 οἰκίας μέρος ἀνὴρ καὶ γυνή, δῆλον ὅτι καὶ πόλιν ἐγγὺς
 τοῦ δίχα διηρῆσθαι δεῖ νομίζειν εἰς τε τὸ τῶν ἀνδρῶν πλῆ-
 20 θος καὶ τὸ τῶν γυναικῶν, ὥστ' ἐν ὅσαις πολιτεαῖς φαύλως
 ἔχει τὸ περὶ τὰς γυναικῆς, τὸ ἡμῖς τῆς πόλεως εἶναι δεῖ
 νομίζειν ἀνομοθέτητον. ὅπερ ἐκεῖ συμβέβηκεν ὅλην γὰρ
 25 τὴν πόλιν ὁ νομοθέτης εἶναι βουλόμενος καρτερικήν, κατὰ
 μὲν τοὺς ἀνδρας φανερός ἐστι τοιοῦτος ὢν, ἐπὶ δὲ τῶν γυναι-
 κῶν ἐξημέληκεν· ζῶσι γὰρ ἀκολάστως πρὸς ἅπασαν ἀκολα-
 σίαν καὶ τρυφερῶς. ὥστ' ἀναγκαῖον ἐν τῇ τοιαύτῃ πολι-
 30 τεῖᾳ τιμᾶσθαι τὸν πλοῦτον, ἄλλως τε κἂν τύχῃσι γυναικο-
 κρατούμενοι, καθάπερ τὰ πολλὰ τῶν στρατιωτικῶν καὶ
 πολεμικῶν γενῶν, ἔξω Κελτῶν ἢ κἂν εἰ τινες ἕτεροι φανε-
 ρῶς τετιμήκασιν τὴν πρὸς τοὺς ἄρρενας συνουσίαν. ἔοικε
 γὰρ ὁ μυθολογήσας πρῶτος οὐκ ἀλόγως συζευξάτω τὸν Ἄρην
 35 πρὸς τὴν Ἀφροδίτην· ἡ γὰρ πρὸς τὴν τῶν ἀρρένων ὁμιλίαν
 ἢ πρὸς τὴν τῶν γυναικῶν φαίνονται κατοκώχιμοι πάντες
 οἱ τοιοῦτοι. διὸ παρὰ τοῖς Λάκωσι τοῦθ' ὑπῆρχεν, καὶ πολλὰ
 διωκεῖτο ὑπὸ τῶν γυναικῶν ἐπὶ τῆς ἀρχῆς αὐτῶν. καίτοι
 τί διαφέρει γυναικῆς ἄρχειν ἢ τοὺς ἄρχοντας ὑπὸ τῶν
 40 γυναικῶν ἄρχεσθαι; ταῦτό γὰρ συμβαίνει. χρησίμου δ'
 οὐσης τῆς θρασύτητος πρὸς οὐδὲν τῶν ἐγκυκλίων, ἀλλ' εἴπερ,
 πρὸς τὸν πόλεμον, βλαβερῶταται καὶ πρὸς ταῦθ' αἱ τῶν
 Λακωνῶν ἦσαν. ἐδήλωσαν δ' ἐπὶ τῆς Θηβαίων ἐμβολῆς·
 1270a χρήσιμοι μὲν γὰρ οὐδὲν ἦσαν, ὥσπερ ἐν ἑτέροις πόλεσιν,
 θόρυβον δὲ παρεῖχον πλείω τῶν πολεμίων. ἐξ ἀρχῆς μὲν
 οὖν ἔοικε συμβεβηκέναι τοῖς Λάκωσιν εὐλόγως ἢ τῶν γυναικῶν

igualdade face aos senhores. Se tiverem uma vida dura, conspiram contra
 os senhores e odeiam-nos. É evidente que, nos regimes onde ocorrem
 estes problemas, não se descobriu a melhor maneira de tratar os
 hilotas.

A liberdade excessiva das mulheres é prejudicial ao fim do regime
 e à felicidade da cidade. Tal como homem e mulher são parte da casa,
 também é evidente que a cidade se divide em dois grupos aproxima-
 15 damente iguais, o dos homens e o das mulheres. Assim, em todas as
 constituições em que a posição das mulheres é deficiente, deve conside-
 rar-se que uma metade da cidade vive fora da lei. Foi o que sucedeu em
 Esparta. Desejando que a cidade fosse resistente, o legislador salvaguar-
 dou essa intenção no que se refere aos homens, mas foi negligente no que
 20 diz respeito às mulheres dado que estas vivem sem freio, entregues a toda
 a espécie de excessos e de indolência.

Num regime deste tipo, é forçoso que se preze a riqueza, particu-
 larmente se os homens estiverem dominados pelas mulheres. Isto sucede
 na maior parte dos povos guerreiros e belicosos, com excepção dos
 Celtas, e poucos mais, que aprovam abertamente as intimidades entre
 25 guerreiros. Estava certo o primeiro criador de mitos ao imaginar a união
 de Ares e Afrodite, pois todos os guerreiros parecem atraídos a amar
 camaradas masculinos ou mulheres. Assim sucedeu entre os Espartanos,
 pelo que muitos assuntos eram controlados pelas mulheres, no tempo em
 que tinham supremacia. E aliás, que diferença existe entre os governantes
 30 serem governados pelas mulheres e as mulheres governarem? O resultado
 é o mesmo. Também no que se refere à bravura, que não é útil na vida
 corrente mas apenas em situação de guerra, as mulheres dos espartanos
 foram nefastas. Demonstraram isto no tempo da invasão tebana; ao
 35 contrário do que sucedeu noutras cidades, não foram nada úteis e cau-
 saram mais confusão do que o inimigo. A liberdade excessiva das
 mulheres de Esparta parece ter tido uma boa justificação em tempos

ἀπεξενούντο πολὺν χρόνον, πολεμοῦντες τὸν τε πρὸς Ἀργεῖους πόλεμον καὶ πάλιν τὸν πρὸς Ἀρκάδας καὶ Μεσσηνίους· σκολάσαντες δὲ αὐτοὺς μὲν παρεῖχον τῷ νομοθέτῃ προωδο-
5 πεποιημένους διὰ τὸν στρατιωτικὸν βίον (πολλὰ γὰρ ἔχει μέρη τῆς ἀρετῆς), τὰς δὲ γυναῖκας φασὶ μὲν ἄγειν ἐπιχειρῆσαι τὸν Λυκούργον ὑπὸ τοὺς νόμους, ὡς δ' ἀντέκρουον ἀποστήναι πάλιν. αἰτίαι μὲν οὖν εἰσιν αὗται τῶν γενομένων, ὥστε δῆλον ὅτι καὶ ταύτης τῆς ἀμαρτίας· ἀλλ' ἡμεῖς
10 οὐ τοῦτο σκοποῦμεν, τίτι δειῖ συγγνώμην ἔχειν ἢ μὴ ἔχειν, ἀλλὰ περὶ τοῦ ὀρθῶς καὶ μὴ ὀρθῶς. τὰ δὲ περὶ τὰς γυναῖκας ἔχοντα μὴ καλῶς ἔοικεν, ὥσπερ ἐλέχθη καὶ πρότερον, οὐ μόνον ἀπρέπειάν τινα ποιεῖν τῆς πολιτείας αὐτῆς καθ' αὐτήν, ἀλλὰ συμβάλλεσθαι τι πρὸς τὴν φιλοχρηματίαν. μετὰ γὰρ τὰ νῦν ῥηθέντα τοῖς περὶ τὴν ἀνωμαλίαν τῆς κτήσεως ἐπιτιμήσειεν ἂν τις. τοῖς μὲν γὰρ αὐτῶν συμβέβηκε κεκτῆσθαι πολλὴν λίαν οὐσίαν, τοῖς δὲ πάν-
15 παν μικράν· διόπερ εἰς ὀλίγους ἦκεν ἡ χώρα. τοῦτο δὲ καὶ διὰ τῶν νόμων τέτακται φάύλως· ὠνεῖσθαι μὲν γάρ, ἢ πωλεῖν τὴν ὑπάρχουσαν, ἐποίησεν οὐ καλόν, ὀρθῶς ποιήσας, διδόναι δὲ καὶ καταλείπειν ἔξουσίαν ἔδωκε τοῖς βουλομένοις· καίτοι ταῦτό συμβαίνειν ἀναγκαῖον ἐκείνως τε καὶ οὕτως. ἔστι δὲ καὶ τῶν γυναικῶν σχεδὸν τῆς πάσης χώρας τῶν πέντε μερῶν τὰ δύο, τῶν τ' ἐπικλήρων πολλῶν γινομένων,
25 καὶ διὰ τὸ προῖκας διδόναι μεγάλας. καίτοι βέλτιον ἦν μηδεμίαν ἢ ὀλίγην ἢ καὶ μετρίαν τετάχθαι. νῦν δ' ἔξεστι δοῦναί τε τὴν ἐπὶ κληρὸν ὅτῳ ἂν βούληται, κὰν ἀποθάνῃ μὴ διαθήμενος, ὃν ἂν καταλίπη κληρονόμον, οὗτος ᾧ ἂν θέλῃ δίδωσιν. τοιγαροῦν δυναμένης τῆς χώρας χιλίους ἡ-
30 πείς τρέφειν καὶ πεντακοσίους, καὶ ὀπλίτας τρισμυρίους, οὐδὲ χίλιοι τὸ πλῆθος ἦσαν. γέγονε δὲ διὰ τῶν ἔργων αὐτῶν δῆλον ὅτι φάύλως αὐτοῖς εἶχε τὰ περὶ τὴν τάξιν ταύτην· μίαν γὰρ πληγὴν οὐχ ὑπήνεγκεν ἢ πόλις, ἀλλ' ἀπώλετο διὰ τὴν ὀλιγανθρωπίαν. λέγουσι δ' ὡς ἐπὶ μὲν τῶν προ-
35 τέρων βασιλέων μετεδίδοσαν τῆς πολιτείας, ὥστ' οὐ γίνεσθαι

passados, já que os homens estavam ausentes de casa durante longos 40
períodos, devido às campanhas militares, como sucedeu quando lutaram 1270a
contra os Arginos, e depois contra os Arcádios e os Messénios. Quando
estavam em época de paz, submetiam-se à vontade do legislador⁽⁹²⁾,
depois de adestrados pela vida militar que tem muitas formas de virtude. 5
Consta que Licurgo tentou sujeitar as mulheres à supremacia da lei mas
que recuou quando elas resistiram. Estas são as causas do sucedido e também
dos defeitos do regime de Esparta. Mas a nossa pesquisa não visa o que pode
ou não ser desculpado, mas sim o que é correcto e o que não é. 10

τότε ὀλιγανθρωπίαν, πολεμούντων πολλὸν χρόνον, καὶ φασιν εἶναί ποτε τοῖς Σπαρτιάταις καὶ μυρίους· οὐ μὴν ἄλλ', εἴτ' ἐστὶν ἀληθῆ ταῦτα εἴτε μὴ, βέλτιον τὸ διὰ τῆς κτήσεως ὠμαλισμένης πληθύνειν ἀνδρῶν τὴν πόλιν. ὑπεναντίος δὲ
 40 καὶ ὁ περὶ τὴν τεκνοποιίαν νόμος πρὸς ταύτην τὴν διόρθω-
 1270b σιν. βουλόμενος γὰρ ὁ νομοθέτης ὡς πλείστους εἶναι τοὺς Σπαρτιάτας, προάγεται τοὺς πολίτας ὅτι πλείστους ποιεῖσθαι παῖδας· ἐστὶ γὰρ αὐτοῖς νόμος τὸν μὲν γεννήσαντα τρεῖς
 5 υἱοὺς ἄφρουρον εἶναι, τὸν δὲ τέτταρας ἀτελῆ πάντων. καίτοι φανερόν ὅτι πολλῶν γινομένων, τῆς δὲ χώρας οὕτω διηρη-
 μένης, ἀναγκαῖον πολλοὺς γίνεσθαι πένητας. ἀλλὰ μὴν καὶ τὰ περὶ τὴν ἐφορείαν ἔχει φαύλως. ἡ γὰρ ἀρχὴ κυ-
 ρία μὲν αὐτῇ τῶν μεγίστων αὐτοῖς ἐστὶν, γίνονται δ' ἐκ τοῦ δήμου παντός, ὥστε πολλάκις ἐμπίπτουσιν ἄνθρωποι σφόδρα
 10 πένητες εἰς τὸ ἀρχεῖον, οἱ διὰ τὴν ἀπορίαν ὦνιοι ἦσαν. ἐδήλωσαν δὲ πολλάκις μὲν καὶ πρότερον, καὶ νῦν δὲ ἐν τοῖς Ἀνδρίοις· διαφθαρέντες γὰρ ἀργυρίῳ τινές, ὅσον ἐφ' ἑαυτοῖς, ὅλην τὴν πόλιν ἀπώλεσαν, καὶ διὰ τὸ τὴν ἀρ-
 χὴν εἶναι λίαν μεγάλην καὶ ἰσοτύραννον δημαγωγεῖν
 15 αὐτοὺς ἠναγκάζοντο καὶ οἱ βασιλεῖς, ὥστε καὶ ταύτη συν- ἐπιβλάπτεσθαι τὴν πολιτείαν· δημοκρατία γὰρ ἐξ ἀριστο- κρατίας συνέβαινεν. συνέχει μὲν οὖν τὴν πολιτείαν τὸ ἀρ-
 χεῖον τοῦτο· ἡσυχάζει γὰρ ὁ δῆμος διὰ τὸ μετέχειν τῆς
 20 μέγιστης ἀρχῆς, ὥστ' εἴτε διὰ τὸν νομοθέτην εἴτε διὰ τὴν τύχην τοῦτο συμπέπτωκεν, συμφερόντως ἔχει τοῖς πράγμασιν· δεῖ γὰρ τὴν πολιτείαν τὴν μέλλουσαν σφῆζεσθαι πάντα βού-
 λεσθαι τὰ μέρη τῆς πόλεως εἶναι καὶ διαμένειν ταῦτά· οἱ μὲν οὖν βασιλεῖς διὰ τὴν αὐτῶν τιμὴν οὕτως ἔχουσιν, οἱ δὲ καλοὶ καγαθοὶ διὰ τὴν γερουσίαν (ἄθλον γὰρ ἡ ἀρχὴ
 25 αὕτη τῆς ἀρετῆς ἐστίν), ὁ δὲ δῆμος διὰ τὴν ἐφορείαν (καθ-

cidadania a estrangeiros, pelo que não havia, então, escassez de homens apesar dos longos períodos de guerra. Consta mesmo que Esparta alcan-
 çou dez mil cidadãos. Sejam ou não verdadeiras estas afirmações, é
 melhor aumentar a população masculina da cidade, graças a uma igual 40
 repartição da propriedade. A lei sobre procriação também não corrige esta 1270b
 deficiência. De facto, o legislador, pretendendo que os Espartanos sejam
 tão numerosos quanto possível, encoraja os cidadãos a procriarem o maior
 número possível de filhos. Assim, existe uma lei segundo a qual o pai
 de três filhos está isento do serviço militar, e o pai de quatro livre de
 impostos. Mas é óbvio que surgirão inevitavelmente muitos pobres se a 5
 população aumentar muito e a terra continuar dividida por poucos.

Também a instituição do eforado é deficiente. É esta magistratura
 que domina nos assuntos públicos mais importantes, embora os seus
 membros provenham do povo. Como é frequente os cidadãos muito
 pobres acederem ao eforado, ficam sujeitos a subornos devido à indigên- 10
 cia. Assim sucedeu com frequência no passado, e recentemente no
 episódio de Andros ⁽⁹⁵⁾ quando alguns éforos subornados, fizeram tudo
 o que estava ao seu alcance para arruinar a cidade. Perante esta auto-
 ridade excessiva e igual à tirania, até os reis se viram constrangidos a
 cultivar o favor dos éforos oriundos do povo, de tal modo que o regime 15
 foi prejudicado, passando de aristocracia a democracia.

É certo que esta instituição garante a integridade do regime: o povo
 mantém-se sereno devido a participar na mais alta magistratura da cidade.
 Quer seja obra do legislador quer do acaso, o eforado é vantajoso. É que, 20
 para preservar um regime, é preciso que todas as partes desejem assegurar
 a existência e a permanência da cidade. Em Esparta, os reis desejam isto
 devido às honras que possuem; os homens de bem desejam o mesmo
 devido à gerúsia (cargo que recompensa a virtude); e o povo, devido ao 25

30 ισταται γάρ ἐξ ἀπάντων)-ἀλλ' αἰρετὴν ἔδει τὴν ἀρχὴν
 εἶναι ταύτην ἐξ ἀπάντων μὲν, μὴ τὸν τρόπον δὲ τοῦτον ὃν
 νῦν (παιδαριώδης γάρ ἐστι λίαν). ἔτι δὲ καὶ κρίσεών εἰσι μεγά-
 λων κύριοι, ὄντες οἱ τυχόντες, διόπερ οὐκ αὐτογνώμο-
 35 νας βέλτιον κρίνειν ἀλλὰ κατὰ γράμματα καὶ τοὺς
 νόμους. ἔστι δὲ καὶ ἡ δίκαια τῶν ἐφόρων οὐχ ὁμολογουμένη
 τῷ βουλήματι τῆς πόλεως· αὐτὴ μὲν γάρ ἀνειμένη λίαν
 ἐστίν, ἐν δὲ τοῖς ἄλλοις μᾶλλον ὑπερβάλλει ἐπὶ τὸ σκλη-
 ρόν, ὥστε μὴ δύνασθαι καρτερεῖν ἀλλὰ λάθρα τὸν νόμον
 35 ἀποδιδράσκοντας ἀπολαύειν τῶν σωματικῶν ἡδονῶν. ἔχει
 δὲ καὶ τὰ περὶ τὴν τῶν γερόντων ἀρχὴν οὐ καλῶς αὐτοῖς.
 ἐπιεικῶν μὲν γάρ ὄντων καὶ πεπαιδευμένων ἱκανῶς πρὸς
 ἀνδραγαθίαν τάχ' ἂν εἰπειέ τις συμφέρειν τῇ πόλει, καί-
 40 τοι τό γε διὰ βίου κυρίους εἶναι κρίσεων μεγάλων ἀμφισ-
 βητήσιμον (ἔστι γάρ, ὥσπερ καὶ σώματος, καὶ διανοίας
 1271a γῆρας). τὸν τρόπον δὲ τοῦτον πεπαιδευμένων ὥστε καὶ τὸν
 νομοθέτην αὐτὸν ἀπιστεῖν ὥς οὐκ ἀγαθοῖς ἀνδράσιν, οὐκ
 ἀσφαλές. φαίνονται δὲ καὶ καταδωροδοκούμενοι καὶ κατα-
 χαριζόμενοι πολλὰ τῶν κοινῶν οἱ κεκοινωνηκότες τῆς
 5 ἀρχῆς ταύτης. διόπερ βέλτιον αὐτοὺς μὴ ἀνευθύνους εἶναι·
 νῦν δ' εἰσὶν. δόξειε δ' ἂν ἡ τῶν ἐφόρων ἀρχὴ πᾶσας εὐθύ-
 νειν τὰς ἀρχάς· τοῦτο δὲ τῇ ἐφορείᾳ μέγα λίαν τὸ δῶρον,
 καὶ τὸν τρόπον οὐ τοῦτον λέγομεν διδόναι δεῖν τὰς εὐθύνας.
 ἔτι δὲ καὶ τὴν αἵρεσιν ἣν ποιοῦνται τῶν γερόντων κατὰ τε
 10 τὴν κρίσιν ἐστὶ παιδαριώδης, καὶ τὸ αὐτὸν αἰτεῖσθαι τὸν
 ἀξιωθησόμενον τῆς ἀρχῆς οὐκ ὀρθῶς ἔχει· δεῖ γάρ καὶ βου-
 λόμενον καὶ μὴ βουλόμενον ἄρχειν τὸν ἄξιον τῆς ἀρχῆς.
 νῦν δ' ὅπερ καὶ περὶ τὴν ἄλλην πολιτείαν ὁ νομοθέτης
 φαίνεται ποιῶν φιλοτίμους γάρ κατασκευάζων τοὺς πολί-
 15 τας τούτῳ κέχρηται πρὸς τὴν αἵρεσιν τῶν γερόντων· οὐδεὶς

eforado⁽⁹⁶⁾ (cujos membros são eleitos entre todos os cidadãos). Mas
 mesmo que se pretenda que esta magistratura seja acessível a todos, não
 se deveria adoptar o modo actual de eleição que é demasiado pueril.

Além disso, como os éforos também têm jurisdição sobre matérias
 importantes, ainda que sejam cidadãos comuns, seria melhor que não
 30 proferissem veredictos apenas com base no seu próprio juízo, mas de
 acordo com disposições escritas e leis. O modo de vida dos éforos
 também não é consistente com a intenção do regime; são demasiado
 licenciosos, enquanto o resto da população se inclina mais para um
 excesso de austeridade; quando já não se podem conter mais, ludibriam
 furtivamente a lei para gozar dos prazeres corporais. 35

A magistratura dos anciãos também não está isenta de defeitos. Se
 fossem homens íntegros e suficientemente educados em ordem às virtudes
 humanas, poder-se-ia afirmar que esta magistratura seria vantajosa para
 a cidade. Ainda assim, é discutível que se entreguem decisões importantes
 a homens que ocupam um cargo durante toda a vida, uma vez que a
 40 velhice tanto atinge o corpo como o espírito. Mas como o tipo de
 1271a educação dos anciãos é de molde a que o próprio legislador não confie
 neles como virtuosos e firmes, não deixa de existir um grave risco. É
 notório que, em muitas ocasiões, os que ocuparam este cargo, decerto
 aceitaram subornos e sacrificaram o interesse público ao favoritismo.
 Seria por isso preferível que não vivessem na irresponsabilidade, como
 5 presentemente vivem. Poder-se-ia admitir que todas as magistraturas
 respondessem perante os éforos mas isso seria uma prerrogativa excessiva
 para o eforado; aliás, afirmamos que não é desta maneira que se deve
 prestar contas.

Além disso, o modo de eleição dos anciãos⁽⁹⁷⁾ é pueril, porquanto
 10 não está certo que seja aquele que mereceu o cargo que o tenha de
 solicitar. Quem for digno deste cargo honroso, deve desempenhá-lo, quer
 queira quer não. É evidente que a intenção do legislador é aqui seme-
 lhante à das outras partes da constituição. Serve-se deste procedimento

γὰρ ἂν ἄρχειν αἰτήσαιτο μὴ φιλότιμος ὢν. καίτοι τῶν
 γ' ἀδικημάτων τῶν ἐκουσίων τὰ πλεῖστα συμβαίνει σχεδὸν διὰ
 φιλοτιμίαν καὶ διὰ φιλοχρηματίαν τοῖς ἀνθρώποις. περὶ
 δὲ βασιλείας, εἰ μὲν βέλτιόν ἐστιν ὑπάρχειν ταῖς πόλε-
 20 σιν ἢ μὴ βέλτιον, ἄλλος ἔστω λόγος· ἀλλὰ μὴν βέλτιον
 γε μὴ καθάπερ νῦν, ἀλλὰ κατὰ τὸν αὐτοῦ βίον ἕκαστον
 κρίνεσθαι τῶν βασιλέων. ὅτι δ' ὁ νομοθέτης οὐδ' αὐτὸς οἶεται
 δύνασθαι ποιεῖν καλοὺς κάγαθούς, δῆλον· ἀπιστεῖ γοῦν ὥς οὐκ
 οὔσιν ἱκανῶς ἀγαθοῖς ἀνδράσιν· διόπερ ἐξέπεμπον συμπρε-
 25 σβευτὰς τοὺς ἐχθρούς, καὶ σωτηρίαν ἐνόμιζον τῇ πόλει εἶναι
 τὸ στασιάζειν τοὺς βασιλεῖς. οὐ καλῶς δ' οὐδὲ περὶ τὰ συσ-
 σίτια τὰ καλούμενα φιδίτια νενομοθέτηται τῷ καταστήσαντι
 πρῶτον. ἔδει γὰρ ἀπὸ κοινοῦ μᾶλλον εἶναι τὴν σύνοδον,
 καθάπερ ἐν Κρήτῃ· παρὰ δὲ τοῖς Λάκωσιν ἕκαστον δεῖ
 30 φέρειν, καὶ σφόδρα πενήτων ἐνίων ὄντων καὶ τοῦτο τὸ ἀν-
 ἄλωμα οὐ δυναμένων δαπανᾶν, ὥστε συμβαίνει τὸνναντίον
 τῷ νομοθέτῃ τῆς προαιρέσεως. βούλεται μὲν γὰρ δημοκρα-
 τικὸν εἶναι τὸ κατασκευάσμα τῶν συσσιτίων, γίνεται δ'
 ἥκιστα δημοκρατικὸν οὕτω νενομοθετημένον. μετέχειν μὲν
 35 γὰρ οὐ βῆδιον τοῖς λίαν πένησιν, ὅρος δὲ τῆς πολιτείας
 οὗτός ἐστιν αὐτοῖς ὁ πάτριος, τὸν μὴ δυνάμενον τοῦτο τὸ
 τέλος φέρειν μὴ μετέχειν αὐτῆς· τῷ δὲ περὶ τοὺς ναυάρ-
 χους νόμῳ καὶ ἕτεροί τινες ἐπιτετιμήκασιν, ὁρθῶς ἐπιτιμῶν-
 40 τες. στάσεως γὰρ γίνεται αἴτιος· ἐπὶ γὰρ τοῖς βασιλεῦσιν,
 οὔσι στρατηγοῖς αἰδίοις, ἡ ναυαρχία σχεδὸν ἑτέρα βασιλεία
 καθέστηκεν. καὶ ὥδι δὲ τῇ ὑποθέσει τοῦ νομοθέτου ἐπιτιμή-
 1271b σειεν ἂν τις, ὅπερ καὶ Πλάτων ἐν τοῖς Νόμοις ἐπιτετίμηκεν·
 πρὸς γὰρ μέρος ἀρετῆς ἡ πᾶσα σύνταξις τῶν νόμων ἐστί,
 τὴν πολεμικὴν· αὕτη γὰρ χρησίμη πρὸς τὸ κρατεῖν. τοι-
 γαροῦν ἐσφύζοντο μὲν πολεμοῦντες, ἀπώλλυντο δὲ ἄρξαντες

de selecção dos anciãos, por desejar que os cidadãos sejam ambiciosos; 15
 ninguém sem ambição procuraria o cargo. Ainda assim a grande maioria
 dos delitos voluntários é causada pela ambição e pelo amor ao dinheiro.

Em relação à realza, debateremos a questão noutra ocasião, para 20
 saber se é ou não vantajosa para as cidades. De qualquer modo, é
 preferível que cada rei não seja escolhido segundo o modo presente ⁽⁹⁸⁾,
 mas sim atendendo à vida individual. É claro que nem mesmo o legislador
 acredita ser possível tornar os reis em homens íntegros: em todo o caso,
 desconfia que eles sejam suficientemente bons. Esta é a razão pela qual,
 por ocasião das embaixadas, enviavam juntamente com os reis adversá- 25
 rios destes, pensando que a rivalidade entre reis era garantia da estabi-
 lidade da cidade.

As regulamentações do legislador primitivo sobre as refeições co-
 muns, designadas *phiditia*, também não são satisfatórias. Estas refeições
 deveriam, de preferência, ser pagas pelo tesouro público, como em 30
 Creta ⁽⁹⁹⁾. Contudo, entre os espartanos, todos têm de contribuir, embora
 alguns sejam muito pobres e tenham grande dificuldade em arranjar
 dinheiro para este fim, sendo que o resultado é, assim, o oposto da
 finalidade pretendida. O legislador pretende que a organização das refei-
 ções comuns seja democrática, mas tal como estão regulamentadas não
 resultam nada democráticas: e a maneira espartana tradicional de fixar 35
 o limiar da cidadania, consiste em privar de participação o que não pode
 pagar a taxa das refeições comuns. Há ainda quem critique a legislação
 sobre os comandantes navais, e com razão, porque tal lei se tornou motivo
 de disputa; é que tal como os reis são gerais vitalícios, o comando naval 40
 quase constitui uma segunda realza.

Também se poderá criticar o seguinte propósito do legislador (como
 faz Platão nas *Leis*) ⁽¹⁰⁰⁾: toda a organização das leis tem como finalidade 1271b
 uma forma de virtude, a guerreira, que serve para dominar. É um facto que
 os espartanos se preservaram enquanto estiveram em guerra mas decaíram

5 διὰ τὸ μὴ ἐπίστασθαι σχολάζειν μηδὲ ἡσκηκέναι μηδε-
 μίαν ἄσκησιν ἑτέραν κυριωτέραν τῆς πολεμικῆς. τούτου δὲ
 ἀμάρτημα οὐκ ἔλαττον νομίζουσι μὲν γὰρ γίνεσθαι τὰ-
 γαθὰ τὰ περιμάχητα δι' ἀρετῆς μᾶλλον ἢ κακίας, καὶ
 τοῦτο μὲν καλῶς, ὅτι μέντοι ταῦτα κρείττω τῆς ἀρετῆς
 10 ὑπολαμβάνουσιν, οὐ καλῶς. φάυλως δ' ἔχει καὶ περὶ τὰ
 κοινὰ χρήματα τοῖς Σπαρτιάταις. οὔτε γὰρ ἐν τῷ κοινῷ
 τῆς πόλεως ἔστιν οὐδὲν πολέμους μεγάλους ἀναγκαζομένοις
 πολεμεῖν, εἰσφέρουσί τε κακῶς· διὰ γὰρ τὸ τῶν Σπαρ-
 15 τιατῶν εἶναι τὴν πλείστην γῆν οὐκ ἐξετάζουσιν ἀλλήλων τὰς
 εἰσφοράς. ἀποβέβηκέ τε τὸνναντίον τῷ νομοθέτῃ τοῦ συμ-
 φέροντος· τὴν μὲν γὰρ πόλιν πεποίηκεν ἀχρήματον, τοὺς
 δ' ἰδιώτας φιλοχρημάτους. περὶ μὲν οὖν τῆς Λακεδαιμονίων
 πολιτείας ἐπὶ τοσοῦτον εἰρήσθω· ταῦτα γὰρ ἔστιν ἃ μάλιστα
 20 ἂν τις ἐπιτιμήσειεν.

10 Ἡ δὲ Κρητικὴ πολιτεία πάρεγγυς μὲν ἔστι ταύτης,
 ἔχει δὲ μικρὰ μὲν οὐ χεῖρον, τὸ δὲ πλεῖον ἦττον γλαφυ-
 ρῶς. καὶ γὰρ ἔοικε καὶ λέγεται γε τὰ πλεῖστα μεμιμη-
 25 σθαι τὴν Κρητικὴν πολιτείαν ἢ τῶν Λακόνων· τὰ δὲ πλεῖ-
 στα τῶν ἀρχαίων ἦττον διήρθρωται τῶν νεωτέρων. φασὶ
 γὰρ τὸν Λυκοῦργον, ὅτε τὴν ἐπιτροπείαν τὴν Χαρίλλου τοῦ
 βασιλέως καταλιπὼν ἀπεδήμησεν, τότε τὸν πλεῖστον δια-
 30 τρῖψαι χρόνον περὶ Κρήτην διὰ τὴν συγγένειαν· ἅπ-
 οικοι γὰρ οἱ Λύκτιοι τῶν Λακόνων ἦσαν, κατέλαβον δ' οἱ
 πρὸς τὴν ἀποικίαν ἐλθόντες τὴν τάξιν τῶν νόμων ὑπάρχου-
 σαν ἐν τοῖς τότε κατοικοῦσιν. διὸ καὶ νῦν οἱ περίοικοι τὸν
 αὐτὸν τρόπον χρῶνται αὐτοῖς, ὥς κατασκευάσαντος Μίνω
 πρώτου τὴν τάξιν τῶν νόμων. δοκεῖ δ' ἡ νῆσος καὶ πρὸς

5 depois de terem alcançado a supremacia; já não sabiam desfrutar da paz
 nem jamais se tinham exercitado noutra disciplina, superior à arte da
 guerra. Um outro erro, não menor, é o facto de acreditarem (e nisto não
 se enganam) que os bens pelos quais é preciso lutar, provêm mais da
 virtude do que do vício. Mas equivocam-se ao supor que tais bens são
 superiores à virtude (¹⁰¹).

10 As finanças públicas de Esparta são mal geridas; não só o tesouro
 público está esgotado, enquanto a cidade sustenta grandes guerras, como
 os impostos de guerra são mal cobrados. Com efeito, como a maior parte
 da terra pertence aos cidadãos, estes não verificam as contribuições
 de cada um (¹⁰²). O resultado obtido pelo legislador é precisamente o
 oposto do que conviria: a cidade ficou sem recursos e os cidadãos
 15 ávidos de riquezas.

Acerca do regime de Esparta dissemos já o suficiente, sendo estas
 as principais críticas a formular.

10. Exame crítico da Constituição de Creta.

20 O regime político de Creta é semelhante ao de Esparta; não é pior
 em alguns pormenores, mas na maior parte é menos refinado. Parece —
 e diz-se — que o regime de Esparta imita o dos Cretenses na maior parte
 dos assuntos; de um modo geral, as constituições mais antigas foram
 menos aperfeiçoadas que as mais modernas. Dizem que Licurgo, depois
 25 de ter deixado o cargo de tutor de rei Carilau (¹⁰³), para viajar, passou
 a maior parte do tempo em Creta, devido à afinidade entre os Cretenses
 e os Espartanos. Os Lícios (¹⁰⁴) eram colonos de Esparta, e os coloni-
 zadores adoptaram a legislação dos que então habitavam o país. E é por
 30 isso que, ainda hoje, os periecos continuam a seguir a legislação
 estabelecida por Mínos (¹⁰⁵) em tempos idos.

35 τὴν ἀρχὴν τὴν Ἑλληνικὴν πεφυκέναι καὶ κείσθαι καλῶς·
 πάσῃ γὰρ ἐπικείται τῇ θαλάττῃ, σχεδὸν τῶν Ἑλλήνων
 ἰδρυμένων περὶ τὴν θάλατταν πάντων· ἀπέχει γὰρ τῇ μὲν
 τῆς Πελοποννήσου μικρόν, τῇ δὲ τῆς Ἀσίας τοῦ περὶ Τριόπιον
 τόπου καὶ Ῥόδου. διὸ καὶ τὴν τῆς θαλάττης ἀρχὴν κατ-
 40 ἔσχεν ὁ Μίνως, καὶ τὰς νήσους τὰς μὲν ἐχειρώσατο τὰς
 δ' ὤκισεν, τέλος δὲ ἐπιθέμενος τῇ Σικελίᾳ τὸν βίον ἐτελεύ-
 τησεν ἐκεῖ περὶ Καμικόν. ἔχει δ' ἀνάλογον ἡ Κρητικὴ τά-
 ξις πρὸς τὴν Λακωνικὴν. γεωργοῦσί τε γὰρ τοῖς μὲν εἰλω-
 1272a τες τοῖς δὲ Κρησὶν οἱ περίοικοι, καὶ συσσίτια παρ' ἀμφο-
 τέροις ἔστιν, καὶ τό γε ἀρχαῖον ἐκάλουν οἱ Λάκωνες οὐ φι-
 δίτια ἀλλὰ ἀνδρεῖα, καθάπερ οἱ Κρήτες, ἥ καὶ δῆλον ὅτι
 ἐκεῖθεν ἐλήλυθεν. ἔτι δὲ τῆς πολιτείας ἡ τάξις. οἱ μὲν
 5 γὰρ ἔφοροι τὴν αὐτὴν ἔχουσι δύνανται τοῖς ἐν τῇ Κρήτῃ
 καλουμένοις κόσμοις, πλὴν οἱ μὲν ἔφοροι πέντε τὸν ἀρι-
 θμὸν οἱ δὲ κόσμοι δέκα εἰσὶν· οἱ δὲ γέροντες τοῖς γέρονσιν,
 οὓς καλοῦσιν οἱ Κρήτες βουλὴν, ἴσοι· βασιλεία δὲ πρότερον
 μὲν ἦν, εἴτα κατέλυσαν οἱ Κρήτες, καὶ τὴν ἡγεμονίαν οἱ
 10 κόσμοι τὴν κατὰ πόλεμον ἔχουσιν· ἐκκλησίᾳ δὲ μετέχουσι
 πάντες, κυρία δ' οὐδενός ἐστιν ἀλλ' ἡ συνεπιψηφίσαι τὰ δό-
 ξαντα τοῖς γέρονσι καὶ τοῖς κόσμοις. τὰ μὲν οὖν τῶν συσ-
 σιτίων ἔχει βέλτιον τοῖς Κρησὶν ἢ τοῖς Λάκωσιν. ἐν μὲν
 15 γὰρ Λακεδαίμονι κατὰ κεφαλὴν ἕκαστος εἰσφέρει τὸ τε-
 ταγμένον, εἰ δὲ μή, μετέχειν νόμος κωλύει τῆς πολιτείας,
 καθάπερ εἴρηται καὶ πρότερον, ἐν δὲ Κρήτῃ κοινοτέρως·
 ἀπὸ πάντων γὰρ τῶν γινομένων καρπῶν τε καὶ βοσκημά-
 των δημοσίων, καὶ ἐκ τῶν φόρων οὓς φέρουσιν οἱ περί-
 20 οικοι, τέτακται μέρος τὸ μὲν πρὸς τοὺς θεοὺς καὶ τὰς κοι-
 νὰς λειτουργίας, τὸ δὲ τοῖς συσσιτίοις, ὥστ' ἐκ κοινοῦ τρέ-
 φεσθαι πάντας, καὶ γυναῖκας καὶ παῖδας καὶ ἀνδρας·

A ilha parece naturalmente disposta e bem situada para dominar o
 mundo grego. Domina o mar ⁽¹⁰⁶⁾ em cujo litoral se estabeleceram quase
 todos os Gregos. Por um lado, não fica longe do Peloponeso, por outro 35
 dista pouco da Ásia, na área do cabo Triópio ⁽¹⁰⁷⁾ e de Rodas. Minos
 alcançou o domínio do mar: após submeter umas ilhas e colonizar outras,
 atacou a Sicília, onde encontrou a morte, algures perto de Câmico.

A organização de Creta é análoga à de Esparta. Enquanto nesta os 40
 hilotas trabalham a terra, naquela são os periecos. Ambas as cidades têm
 refeições comuns; em tempos idos, os espartanos não lhes chamavam 1272a
 ainda *phiditia*, mas sim *andreia* ⁽¹⁰⁸⁾ à maneira dos Cretenses, indício de
 que esta instituição tem origem em Creta. A organização do regime é
 análoga. Os éforos têm os mesmos poderes que os *kosmoi* ⁽¹⁰⁹⁾ em Creta, 5
 sendo que os éforos são em número cinco e os *kosmoi* dez. Os anciãos
 têm o mesmo nome em Esparta e Creta, onde formam o Conselho. Existia
 uma monarquia no princípio mas depois os Cretenses aboliram-na, e
 agora são os *kosmoi* que dirigem as operações de guerra. Todos os 10
 cidadãos tomam parte na assembleia, mas a sua competência limita-se a
 ratificar através do voto as decisões dos anciãos e dos *kosmoi*.

Os Cretenses organizaram melhor as refeições comuns do que os
 Espartanos. Em Esparta, cada homem contribui com uma quantidade *per*
capita; se não o fizer, perde a cidadania, conforme foi já referido. Em 15
 Creta, as refeições têm um carácter mais comunitário; do conjunto dos
 frutos da terra e do gado produzidos nas terras públicas, e dos tributos
 pagos pelos servos, a lei consigna uma parte para culto dos deuses e para
 os serviços públicos comuns ⁽¹¹⁰⁾ e outra parte para as refeições em
 comum. Assim todos — homens, mulheres e filhos — são mantidos a 20
 expensas públicas ⁽¹¹¹⁾. Para estabelecer a frugalidade conveniente na
 alimentação, o legislador idealizou muitos processos; para evitar o exces-
 so de filhos, separou as mulheres dos homens, e permitiu as relações

πρὸς δὲ τὴν ὀλιγοσιτίαν ὡς ὠφέλιμον πολλὰ πεφίλο-
 σόφηκεν ὁ νομοθέτης, καὶ πρὸς τὴν διάζευξιν τῶν γυναι-
 κῶν, ἵνα μὴ πολυτεκνώσι, τὴν πρὸς τοὺς ἄρρενας ποιήσας
 25 ὁμιλίαν, περὶ ἧς εἰ φαύλως ἢ μὴ φαύλως, ἕτερος ἔσται
 τοῦ διασκέψασθαι καιρός. ὅτι δὴ τὰ περὶ τὰ συσσίτια βέλ-
 τιον τέτακται τοῖς Κρησὶν ἢ τοῖς Λάκωσι, φανερόν· τὰ
 δὲ περὶ τοὺς κόσμους ἔτι χειρόν τῶν ἐφόρων. ὁ μὲν γὰρ
 ἔχει κακὸν τὸ τῶν ἐφόρων ἀρχεῖον, ὑπάρχει καὶ τούτοις
 30 (γίνονται γὰρ οἱ τυχόντες), ὁ δ' ἐκεῖ συμφέρει πρὸς τὴν
 πολιτείαν, ἐνταῦθ' οὐκ ἔστιν. ἐκεῖ μὲν γάρ, διὰ τὸ τὴν αἵρε-
 σιν ἐκ πάντων εἶναι, μετέχων ὁ δῆμος τῆς μεγίστης ἀρχῆς
 βούλεται μένειν τὴν πολιτείαν· ἐνταῦθα δ' οὐκ ἐξ ἀπάντων
 αἰροῦνται τοὺς κόσμους ἀλλ' ἐκ τινῶν γενῶν, καὶ τοὺς γέρον-
 35 τας ἐκ τῶν κεκοσμηκότων, περὶ ὧν τοὺς αὐτοὺς ἂν τις εἴ-
 πειε λόγους καὶ περὶ τῶν ἐν Λακεδαιμόνι γινομένων (τὸ
 γὰρ ἀνυπεύθυνον καὶ τὸ διὰ βίου μεῖζόν ἐστι γέρας τῆς
 ἀξίας αὐτοῖς, καὶ τὸ μὴ κατὰ γράμματα ἀρχεῖν ἀλλ'
 αὐτογνώμονας ἐπισφαλές). τὸ δ' ἡσυχάζειν μὴ μετέχοντα
 40 τὸν δῆμον οὐδὲν σημεῖον τοῦ τετάχθαι καλῶς. οὐδὲν γὰρ
 λῆμμα ἔστι τοῖς κόσμοις ὥσπερ τοῖς ἐφόροις, πόρρω γ'
 1272b ἀποικοῦσιν ἐν νήσῳ τῶν διαφθερόντων. ἦν δὲ ποιοῦνται τῆς
 ἀμαρτίας ταύτης ἰατρείαν, ἄτοπος καὶ οὐ πολιτικὴ ἀλλὰ
 δυναστευτικὴ. πολλάκις γὰρ ἐκβάλλουσι συστάντες τινὲς τοὺς
 κόσμους ἢ τῶν συναρχόντων αὐτῶν ἢ τῶν ἰδιωτῶν· ἔξεστι
 5 δὲ καὶ μεταξὺ τοῖς κόσμοις ἀπειπεῖν τὴν ἀρχήν. ταῦτα
 δὴ πάντα βέλτιον γίνεσθαι κατὰ νόμον ἢ κατ' ἀνθρώπων
 βούλησιν· οὐ γὰρ ἀσφαλὲς ὁ κανὼν. πάντων δὲ φαυλότα-
 τον τὸ τῆς ἀκοσμίας τῶν δυνατῶν, ἦν καθιστᾷσι πολλά-
 κισ ὅταν μὴ δίκας βούλωνται δοῦναι· ἥ καὶ δῆλον ὡς ἔχει τι
 10 πολιτείας ἢ τάξις, ἀλλ' οὐ πολιτεία ἔστιν ἀλλὰ δυναστεία

íntimas entre homens, solução que teremos ocasião para avaliar se 25
 foi boa ou má. É evidente, então, que as regulamentações das refei-
 ções comuns são melhores entre os Cretenses do que entre os Espar-
 tanos.

A instituição dos *kosmoi* é ainda pior do que a dos éforos; qualquer 30
 um pode ser eleito mas não existem aqui os benefícios dos éforos. Pelo
 facto de a eleição ser feita entre todos, o povo partilha do poder das
 magistraturas mais elevadas e deseja a estabilidade do regime. Em Creta,
 os *kosmoi* não são eleitos entre todos, mas apenas entre certas famílias;
 e os anciãos são eleitos entre os que já foram *kosmoi*. Sobre os anciãos,
 poderíamos fazer críticas semelhantes à que fizemos sobre os anciãos em 35
 Esparta. A inimputabilidade e o carácter vitalício do cargo são uma
 recompensa excessiva para os seus méritos, e é perigoso que governem
 segundo o seu próprio critério e não de acordo com regras escritas. O
 facto de o povo estar sereno, apesar de não participar no poder, não é
 evidência de uma boa regulamentação. É que os *kosmoi* não colhem 40
 benefícios semelhantes aos dos éforos; vivendo numa ilha, estão longe de
 quem os corromperia. 1272b

O remédio que usam para esta deficiência é absurdo, e mais 5
 característico de um regime autoritário (¹¹²) do que constitucional; fre-
 quentemente os *kosmoi* são expulsos por uma conspiração formada por
 alguns dos seus colegas ou por simples cidadãos particulares; e também
 podem resignar durante o mandato. Seria preferível que estas questões
 fossem regulamentadas por lei e não por vontade individual, a qual não é
 uma norma segura. Mas a pior desordem é a possibilidade de suspensão do
 cargo de *kosmoi*, fomentada por membros da classe poderosa que não
 desejam sujeitar-se à justiça. Isto prova que o regime possui um ingrediente 10
 constitucional, embora não seja propriamente um regime constitucional,

μᾶλλον. εἰώθασι δὲ διαλαμβάνοντες τὸν δῆμον καὶ τοὺς
φίλους ἀναρχίαν ποιεῖν καὶ στασιάζειν καὶ μάχεσθαι πρὸς
ἀλλήλους· καίτοι τί διαφέρει τὸ τοιοῦτον ἢ διὰ τινος χρόνου
μηκέτι πόλιν εἶναι τὴν τοιαύτην, ἀλλὰ λύεσθαι τὴν πολι-
15 τικὴν κοινωνίαν; ἔστι δ' ἐπικίνδυνος οὕτως ἔχουσα πόλις,
τῶν βουλομένων ἐπιτίθεσθαι καὶ δυναμένων. ἀλλὰ, καθ-
άπερ εἴρηται, σφάζεται διὰ τὸν τόπον· ξενηλασίας γὰρ τὸ
πόρρω πεποίηκεν. διὸ καὶ τὸ τῶν περιοίκων μένει τοῖς Κρη-
σίν, οἱ δ' εἴλωτες ἀφίστανται πολλάκις. οὔτε γὰρ ἐξωτερι-
20 κῆς ἀρχῆς κοινωνοῦσιν οἱ Κρήτες, νεωστὶ τε πόλεμος ξενικὸς
διαβέβηκεν εἰς τὴν νῆσον, ὃς πεποίηκε φανεράν τὴν ἀσθέ-
νειαν τῶν ἐκεῖ νόμων. περὶ μὲν οὖν ταύτης εἰρήσθω τοσαῦθ'
ἡμῖν τῆς πολιτείας.

11 Πολιτεύεσθαι δὲ δοκοῦσι καὶ Καρχηδόνιοι καλῶς καὶ
25 πολλὰ περιττῶς πρὸς τοὺς ἄλλους, μάλιστα δ' ἕνα παρα-
πλησίως τοῖς Λάκωσιν. αὐταὶ γὰρ αἱ τρεῖς πολιτεῖαι ἀλλή-
λαις τε σύνεγγός πῶς εἰσι καὶ τῶν ἄλλων πολὺ δια-
φέρουσιν, ἢ τε Κρητικὴ καὶ ἡ Λακωνικὴ καὶ τρίτη τούτων
ἢ τῶν Καρχηδονίων. καὶ πολλὰ τῶν τεταγμένων ἔχει παρ'
30 αὐτοῖς καλῶς· σημεῖον δὲ πολιτείας συντεταγμένης τὸ τὸν
δῆμον διαμένειν ἐν τῇ τάξει τῆς πολιτείας, καὶ μήτε
στάσιν, ὃ τι καὶ ἄξιον εἰπεῖν, γεγενῆσθαι μήτε τύ-
ραννον. ἔχει δὲ παραπλήσια τῇ Λακωνικῇ πολιτεία τὰ
μὲν συσσίτια τῶν ἐταιριῶν τοῖς φιδιτίοις, τὴν δὲ τῶν ἐ-
35 κατὸν καὶ τετάρων ἀρχὴν τοῖς ἐφόροις (πλὴν οὐ χειρὸν· οἱ
μὲν γὰρ ἐκ τῶν τυχόντων εἰσὶ, ταύτην δ' αἰροῦνται τὴν ἀρχὴν
ἀριστίνδην), τοὺς δὲ βασιλεῖς καὶ τὴν γερουσίαν ἀνάλογον
τοῖς ἐκεῖ βασιλεῦσι καὶ γέρουσιν· καὶ βέλτιον δὲ τοὺς βασι-

mas um regime autoritário. Frequentemente, os nobres dividem em par-
tidos o povo e os seus amigos, fazem-se chefes, revoltam-se e lutam uns
contra os outros. Não será isto uma diluição temporária da cidade, e uma
dissolução da comunidade política? Uma cidade nestas condições encon- 15
tra-se em perigo, perante os que querem e desejam atacá-la.

Contudo, conforme notámos, Creta salva-se devido à sua localiza-
ção: a distância tem o efeito de afastar os estrangeiros. Precisamente por
isto, os periecos permanecem fiéis aos Cretenses, ao passo que os hilotas
se revoltam muitas vezes. Os Cretenses não têm possessões no exterior; 20
foi só recentemente que uma invasão (¹¹³) assolou a ilha, manifestando a
insuficiência da constituição.

Com isto terminemos a nossa discussão deste regime.

11. Exame crítico da constituição de Cartago.

Os Cartagineses (¹¹⁴) são vistos como tendo um bom regime, em
certos aspectos superior ao de outros povos, e noutros mais próximos de 25
Esparta. Estas três constituições — Cretense, Espartana, Cartaginesa —
são de algum modo muito próximas e distinguem-se claramente de todas
as outras. Muitas das instituições cartaginesas são excelentes; é indício
de um regime bem ordenado, o facto de possuir um elemento popular fiel 30
à organização constitucional, sem que haja revoltas dignas de menção,
nem que alguma tirania se tenha desenvolvido.

Semelhantes ao regime espartano da *phiditia*, são as refeições
comuns das associações cívicas (¹¹⁵) bem como a magistratura dos cento
e quatro corresponde aos éforos, com a vantagem de que, em vez da eleição 35
dos éforos entre o povo comum, os cento e quatro são eleitos para o cargo
de acordo com as suas qualidades. Reis e gerusia são o correspondente
aos reis e anciãos de Espartanos mas com a vantagem que os reis não são

40 λείψ μήτε καθ' αὐτὸ εἶναι γένος μήτε τοῦτο τὸ τυχόν,
 εἰ δέ τι διαφέρει, ἐκ τούτων αἰρετοὺς μᾶλλον ἢ καθ' ἡλι-
 κίαν. μεγάλων γὰρ κύριοι καθεστῶτες, ἂν εὐτελεῖς ὦσι
 1273a μεγάλα βλάπτουσι, καὶ ἐβλάψαν ἤδη τὴν πόλιν τὴν τῶν
 Λακεδαιμονίων. τὰ μὲν οὖν πλείστα τῶν ἐπιτιμηθέντων ἂν
 διὰ τὰς παρεκβάσεις κοινὰ τυγχάνει πάσαις ὄντα ταῖς
 5 εἰρημέναις πολιτείαις· τῶν δὲ παρὰ τὴν ὑπόθεσιν τῆς ἀριστο-
 κρατίας καὶ τῆς πολιτείας τὰ μὲν εἰς δῆμον ἐκκλίνει
 μᾶλλον, τὰ δ' εἰς ὀλιγαρχίαν. τοῦ μὲν γὰρ τὰ μὲν προσ-
 ἄγειν τὰ δὲ μὴ προσάγειν πρὸς τὸν δῆμον οἱ βασιλεῖς
 κύριοι μετὰ τῶν γερόντων, ἂν ὁμογνωμονῶσι πάντες, εἰ
 δὲ μή, καὶ τούτων ὁ δῆμος. ἃ δ' ἂν εἰσφέρωσιν οὗτοι, οὐ
 10 διακοῦσαι μόνον ἀποδιδόσκει τῷ δήμῳ τὰ δόξαντα τοῖς ἄρ-
 χουσιν, ἀλλὰ κύριοι κρίνειν εἰσὶ καὶ τῷ βουλευμένῳ τοῖς
 εἰσφερομένοις ἀντειπεῖν ἔξεστιν, ὅπερ ἐν ταῖς ἑτέραις πολι-
 τεύαις οὐκ ἔστιν. τὸ δὲ τὰς πενταρχίας κυρίας οὖσας πολλῶν
 καὶ μεγάλων ὑφ' αὐτῶν αἰρετάς εἶναι, καὶ τὴν τῶν ἐ-
 15 κατὸν ταύτας αἰρεῖσθαι, τὴν μεγίστην ἀρχήν, ἔτι δὲ ταύτας
 πλείονα ἄρχειν χρόνον τῶν ἄλλων (καὶ γὰρ ἐξεληλυθότες
 ἄρχουσι καὶ μέλλοντες) ὀλιγαρχικόν, τὸ δὲ ἀμίσθους καὶ
 μὴ κληρωτάς ἀριστοκρατικὸν θετέον, καὶ εἰ τι τοιοῦτον ἔ-
 20 τερον, καὶ τὸ τὰς δίκας ὑπὸ τῶν ἀρχείων δικάζεσθαι πά-
 σας (καὶ μὴ ἄλλας ὑπ' ἄλλων, καθάπερ ἐν Λακεδαιμόνι).
 παρεκβαίνει δὲ τῆς ἀριστοκρατίας ἡ τάξις τῶν Καρχηδο-
 νίων μάλιστα πρὸς τὴν ὀλιγαρχίαν κατὰ τινὰ διάνοιαν ἢ
 συνδοκεῖ τοῖς πολλοῖς· οὐ γὰρ μόνον ἀριστίνδην ἀλλὰ καὶ
 25 πλουτίνδην οἶονται δεῖν αἰρεῖσθαι τοὺς ἄρχοντας· ἀδύνατον
 γὰρ τὸν ἀποροῦντα καλῶς ἄρχειν καὶ σχολάζειν. εἴπερ οὖν
 τὸ μὲν αἰρεῖσθαι πλουτίνδην ὀλιγαρχικόν τὸ δὲ κατ' ἀρε-
 τὴν ἀριστοκρατικόν, αὕτη τις ἂν εἴη τάξις τρίτη, καθ' ἥν-

de uma linhagem específica. Se uma linhagem se distinguir, os reis são
 escolhidos entre os seus membros por eleição, e não segundo a idade; 40
 como dispõem de poderes importantes, se não tiverem valor, causam
 grandes prejuízos, como já sucedeu em Esparta. 1273a

A maior parte dos desvios que podem ser criticados neste regime,
 são comuns aos regimes já mencionados. Em relação aos desvios do
 princípio fundante da aristocracia e do regime constitucional, uns condu-
 zem mais à democracia, outros à oligarquia. O aspecto democrático é o 5
 seguinte: desde que reis e anciãos em conjunto estejam de acordo, têm
 o poder para apresentar ou não, um assunto ao escrutínio popular, cabendo
 ao povo decidir; caso não estiverem de acordo, é também o povo que tem
 a decisão suprema nesses assuntos. Além disso, quando apresentam
 propostas ao povo, permitem que o povo não só ouça as resoluções dos 10
 governantes como também que tome decisões; e qualquer indivíduo pode
 pronunciar-se contra as decisões dos governantes, disposição que não
 existe noutras constituições.

Por outro lado, é um aspecto oligárquico permitir que o conselho
 dos cinco, que decide sobre muitos assuntos importantes, seja eleito por
 cooptação, e eleja a magistratura suprema dos cem, e exerça o poder 15
 durante um período mais longo do que sucede a outros cargos (exercem
 o poder antes de tomar o cargo e depois de o terem deixado). É preciso
 reconhecer como aristocrático o facto de o conselho dos cinco não ser
 remunerado, nem escolhido por sorteio, ou qualquer método parecido, e
 ainda o facto de todos os processos serem julgáveis pelos pentarcas
 indistintamente, e não, como em Esparta, onde uns processos são julgados 20
 por uns magistrados, e outros por outros.

Mas o regime político dos Cartagineses desvia-se da aristocracia
 para a oligarquia devido a uma opinião corrente na massa popular. Eles
 pensam que os governantes deveriam ser escolhidos não apenas com base
 no mérito, mas também com base na riqueza, já que é impossível para
 um indivíduo sem meios ser um bom governante e ter tempo livre. Se a 25

περ συντέτακται [καί] τοῖς Καρχηδονίοις τὰ περὶ τὴν πολι-
 τείαν· αἰροῦνται γὰρ εἰς δύο ταῦτα βλέποντες, καὶ μά-
 30 λιστα τὰς μεγίστας, τοὺς τε βασιλεῖς καὶ τοὺς στρατηγοὺς.
 δεῖ δὲ νομίζειν ἁμάρτημα νομοθέτου τὴν παρέκβασιν εἶναι
 τῆς ἀριστοκρατίας ταύτην. ἐξ ἀρχῆς γὰρ τοῦθ' ὁρᾶν ἐστι
 τῶν ἀναγκαιοτάτων, ὅπως οἱ βέλτιστοι δύνωνται σχολάζειν
 καὶ μηδὲν ἀσχημονεῖν, μὴ μόνον ἄρχοντες ἀλλὰ μηδ'
 35 ἰδιωτεύοντες. εἰ δὲ δεῖ βλέπειν καὶ πρὸς εὐπορίαν χάριν
 σχολῆς, φαῦλον τὸ τὰς μεγίστας ὠνητάς εἶναι τῶν ἀρχῶν,
 τὴν τε βασιλείαν καὶ τὴν στρατηγίαν. ἔντιμον γὰρ ὁ νόμος
 οὗτος ποιεῖ τὸν πλοῦτον μᾶλλον τῆς ἀρετῆς, καὶ τὴν πόλιν
 ὅλην φιλοχρήματον. ὃ τι δ' ἂν ὑπολάβῃ τίμιον εἶναι τὸ
 40 κύριον, ἀνάγκη καὶ τὴν τῶν ἄλλων πολιτῶν δόξαν ἀκολου-
 θεῖν τούτοις. ὅπου δὲ μὴ μάλιστα ἀρετὴ τιμᾶται, ταύτην
 1273b οὐχ οἷόν τε βεβαίως ἀριστοκρατεῖσθαι τὴν πολιτείαν. ἐθίξε-
 σθαι δ' εὐλογον κερδαίνειν τοὺς ὠνουμένους, ὅταν δαπανήσαν-
 τες ἄρχωσιν· ἄτοπον γὰρ εἰ πένης μὲν ὦν ἐπιεικῆς δὲ
 βουλήσεται κερδαίνειν, φαυλότερος δ' ὦν οὐ βουλήσεται δαπα-
 5 νήσας. διὸ δεῖ τοὺς δυναμένους ἀριστ' ἀργεῖν, τούτους ἄρχειν.
 βέλτιον δ', εἰ καὶ προεῖτο τὴν εὐπορίαν τῶν ἐπιεικῶν ὁ νομο-
 θέτης, ἀλλὰ ἀρχόντων γε ἐπιμελεῖσθαι τῆς σχολῆς.
 φαῦλον δ' ἂν δόξειεν εἶναι καὶ τὸ πλείους ἀρχὰς τὸν αὐτὸν
 ἄρχειν· ὅπερ εὐδοκιμεῖ παρὰ τοῖς Καρχηδονίοις· ἐν γὰρ
 10 ὑφ' ἑνὸς ἔργον ἀριστ' ἀποτελεῖται. δεῖ δ' ὅπως γίνηται τοῦθ'
 ὁρᾶν τὸν νομοθέτην, καὶ μὴ προστάττειν τὸν αὐτὸν ἀύλειν
 καὶ σκνυτοτομεῖν. ὥσθ' ὅπου μὴ μικρὰ <ή> πόλις, πολιτικώτερον
 πλείονας μετέχειν τῶν ἀρχῶν, καὶ δημοτικώτερον· κοινό-
 τερόν τε γὰρ καθάπερ εἶπομεν καὶ κάλλιον ἕκαστον ἀπο-

eleição de acordo com a riqueza é um princípio oligárquico, e segundo
 a virtude é aristocrático, um terceiro modo seria o procedimento de acesso
 aos cargos políticos em Cartago; é atendendo aos dois princípios que os
 Cartagineses elegem os seus magistrados, particularmente os mais impor- 30
 tantes, reis e generais.

Mas este desvio da aristocracia deve ser olhado como um erro do
 legislador. Logo à partida, uma das coisas mais essenciais é procurar que
 os melhores cidadãos tenham lazer e não se entreguem a uma ocupação
 indigna, quer quando exercem um cargo, quer na vida privada. Mas se 35
 é preciso atender à riqueza como proporcionadora de lazer, é mau que
 possam ser comprados os cargos mais importantes, o de rei e o de general.
 Esta lei torna a riqueza mais estimada do que a virtude, e introduz em
 toda a cidade o amor pelo dinheiro. O que os dirigentes estimarem como
 digno de valor, será adoptado pela opinião do resto dos cidadãos; e onde 40
 não se estimar sobretudo a virtude, não é possível que o regime seja 1273b
 firmemente uma aristocracia. É óbvio que quem costuma comprar o cargo
 quer tirar proveito, quando na realidade governa a troco do dinheiro
 despendido. Seria absurdo que um homem pobre mas honrado quisesse
 lucrar, e não o quisesse um homem menos honesto depois de ter gasto 5
 dinheiro. Por isso devem governar os que o podem fazer melhor; e seria
 preferível que, mesmo que o legislador negligenciasse a prosperidade das
 classes superiores, pelo menos garantisse o lazer aos governantes.

Também parece insatisfatório que um mesmo indivíduo desempenhe
 vários cargos (o que os Cartagineses muito apreciam) pois uma obra é 10
 mais bem realizada por um só indivíduo. O legislador deve procurar que
 isto suceda, em vez de ordenar que um mesmo toque flauta e faça sandálias.
 Se a cidade não for demasiado pequena, é mais constitucional e popular
 que sejam muitos a participar nas magistraturas. Se a participação for

15 τελεῖται τῶν αὐτῶν καὶ θάττον. δῆλον δὲ τοῦτο ἐπὶ τῶν
πολεμικῶν καὶ τῶν ναυτικῶν· ἐν τούτοις γὰρ ἀμφοτέροις
διὰ πάντων ὥς εἰπεῖν διελήλυθε τὸ ἄρχειν καὶ τὸ ἄρχεσθαι.
ὀλιγαρχικῆς δ' οὔσης τῆς πολιτείας ἄριστα <στάσιν> ἐκφεύ-
γουσι τῷ πλουτεῖν αἰεὶ τι τοῦ δήμου μέρος, ἐκπέμποντες ἐπὶ
20 τὰς πόλεις. τούτῳ γὰρ ἰῶνται καὶ ποιοῦσι μόνιμον τὴν πολι-
τείαν. ἀλλὰ τουτί ἐστι τύχης ἔργον, δεῖ δὲ ἀστασιάστους
εἶναι διὰ τὸν νομοθέτην. νῦν δέ, ἂν ἀτυχία γένηται τις
καὶ τὸ πλῆθος ἀποστῇ τῶν ἀρχομένων, οὐδὲν ἐστι φάρμακον
διὰ τῶν νόμων τῆς ἡσυχίας. περὶ μὲν οὖν τῆς Λακεδαιμο-
25 νίων πολιτείας καὶ Κρητικῆς καὶ τῆς Καρχηδονίων, αἵπερ
δικαίως εὐδοκιμοῦσι, τοῦτον ἔχει τὸν τρόπον.
12 Τῶν δὲ ἀποφνημαζέμενων τι περὶ πολιτείας ἔνιοι μὲν οὐκ
ἐκοινώνησαν πράξεων πολιτικῶν οὐδ' ὠντινωνοῦν, ἀλλὰ δι-
ετέλεσαν ἰδιωτεύοντες τὸν βίον, περὶ ὧν εἴ τι ἀξιόλογον, εἴ-
30 ρηται σχεδὸν περὶ πάντων, ἔνιοι δὲ νομοθέται γεγόνασιν, οἱ
μὲν ταῖς οἰκείαις πόλεσιν οἱ δὲ καὶ τῶν ὀθνείων τισί, πολι-
τευθέντες αὐτοί· καὶ τούτων οἱ μὲν νόμων ἐγένοντο δημι-
ουργοὶ μόνον, οἱ δὲ καὶ πολιτείας, οἷον καὶ Λυκοῦργος καὶ
Σόλων· οὗτοι γὰρ καὶ νόμους καὶ πολιτείας κατέστησαν.
35 περὶ μὲν οὖν τῆς Λακεδαιμονίων εἴρηται, Σόλωνα δ' ἔνιοι
μὲν οἴονται νομοθέτην γενέσθαι σπουδαῖον· ὀλιγαρχίαν τε
γὰρ καταλῦσαι λίαν ἄκρατον οὔσαν, καὶ δουλεύοντα τὸν
δῆμον παῦσαι, καὶ δημοκρατίαν καταστήσαι τὴν πάτριον,
μείζαντα καλῶς τὴν πολιτείαν· εἶναι γὰρ τὴν μὲν ἐν Ἀρείῳ

maior, como dissemos, cada tarefa resulta mais bem feita, mais em
comum e mais rápida. Isto é óbvio no caso dos assuntos militares e
navais; em ambos os domínios, comando e obediência são tarefa comum. 15

Mas embora o regime seja oligárquico, os Cartagineses protegem-
se dos perigos respectivos através do enriquecimento do povo. De tempos
a tempos, enviam uma parte do povo para as cidades submetidas e, graças
a este remédio, asseguram a estabilidade constitucional. Mas isto é obra 20
do acaso; o papel do legislador é impedir as revoltas. Na situação actual,
se houver um infortúnio e a massa se revoltar contra os governantes, as
leis não oferecem nenhum remédio para restaurar a paz.

Tais são as características das constituições de Esparta, Creta e 25
Cartago, que gozam de justa reputação.

12. Análise da constituição de Sólon.

Entre os que trataram das formas de governo, alguns não tomaram
parte em actividades políticas, vivendo sempre como particulares. Já
referimos o que é digno de menção acerca deles. Outros tornaram-se
legisladores quer na sua cidade, quer em terras estrangeiras, exercendo 30
cargos políticos. Alguns foram apenas autores de leis; outros elaboraram
constituições, como Licurgo e Sólon, que estabeleceram tanto leis como
constituições.

De Esparta, já foi tudo dito. Quanto a Sólon, alguns pensam ter sido
um sábio legislador porque aboliu a oligarquia desenfreada, porque 35
libertou o povo da escravidão, e porque fundou a democracia primitiva
com uma feliz mistura de diferentes poderes: o conselho do Areópago é um

40 πάγω βουλήν ὀλιγαρχικόν, τὸ δὲ τὰς ἀρχὰς αἰρετὰς ἀριστο-
 κρατικόν, τὰ δὲ δικαστήρια δημοτικόν. ἔοικε δὲ Σόλων
 1274a ἐκεῖνα μὲν ὑπάρχοντα πρότερον οὐ καταλῦσαι, τὴν τε βου-
 λήν καὶ τὴν τῶν ἀρχῶν αἵρεσιν, τὸν δὲ δῆμον καταστήσαι,
 τὰ δικαστήρια ποιήσας ἐκ πάντων. διὸ καὶ μέμφονται
 5 τινες αὐτῷ· λῦσαι γὰρ θάτερα, κύριον ποιήσαντα τὸ δικα-
 στήριον πάντων, κληρωτὸν ὄν. ἐπεὶ γὰρ τοῦτ' ἴσχυσεν, ὥσπερ
 τυράννῳ τῷ δῆμῳ χαριζόμενοι τὴν πολιτείαν εἰς τὴν νῦν
 δημοκρατίαν μετέστησαν· καὶ τὴν μὲν ἐν Ἀρείῳ πάγω βου-
 λήν Ἐφιάλτης ἐκόλουσε καὶ Περικλῆς, τὰ δὲ δικαστήρια
 10 μισθοφόρα κατέστησε Περικλῆς, καὶ τοῦτον δὴ τὸν τρόπον
 ἕκαστος τῶν δημαγωγῶν προήγαγεν αὐξῶν εἰς τὴν νῦν δημο-
 κρατίαν. φαίνεται δ' οὐ κατὰ τὴν Σόλωνος γενέσθαι τοῦτο
 προαίρεσιν, ἀλλὰ μάλλον ἀπὸ συμπτώματος (τῆς ναυαρχίας
 γὰρ ἐν τοῖς Μηδικοῖς ὁ δῆμος αἴτιος γενόμενος ἐφρονη-
 ματίσθη καὶ δημαγωγοὺς ἔλαβε φαύλους ἀντιπολιτευο-
 15 μένων τῶν ἐπεικῶν), ἐπεὶ Σόλων γε ἔοικε τὴν ἀναγκαιο-
 τάτην ἀποδιδόναι τῷ δῆμῳ δύναμιν, τὸ τὰς ἀρχὰς αἰρεῖ-
 σθαι καὶ εὐθύνειν (μηδὲ γὰρ τούτου κύριος ὢν ὁ δῆμος
 δοῦλος ἂν εἴη καὶ πολέμιος), τὰς δ' ἀρχὰς ἐκ τῶν γνωρί-
 20 μων καὶ τῶν εὐπόρων κατέστησε πάσας, ἐκ τῶν πεντακοσιο-
 μεδίμων καὶ ζευγιδῶν καὶ τρίτου τέλους τῆς καλουμένης
 ἱππάδος· τὸ δὲ τέταρτον τὸ θητικόν, οἷς οὐδεμιᾶς ἀρχῆς μετὴν.
 νομοθέται δ' ἐγένοντο Ζάλευκός τε Λοκροῖς τοῖς ἐπιζεφυ-
 25 ρίοις, καὶ Χαράνδας ὁ Κατανάιος τοῖς αὐτοῦ πολίταις καὶ
 ταῖς ἄλλαις ταῖς Χαλκιδικαῖς πόλεσι ταῖς περὶ Ἰταλίαν
 καὶ Σικελίαν. πειρῶνται δὲ τινες καὶ συνάγειν ὥς Ὀνομα-
 κρίτου μὲν γενομένου πρώτου δεινοῦ περὶ νομοθεσίαν, γυμνα-
 σθῆναι δ' αὐτὸν ἐν Κρήτῃ, Λοκρὸν ὄντα καὶ ἐπιδημοῦντα,
 κατὰ τέχνην μαντικὴν· τούτου δὲ γενέσθαι Θάλητα ἑταῖρον,

poder oligárquico; as magistraturas por eleição são um poder aristocrá-
 tico; os tribunais ⁽¹¹⁶⁾, um poder democrático. Tudo leva a crer que Sólon 40
 não suprimiu as magistraturas que já existiam — o conselho e as 1274a
 magistraturas por eleição — e estabeleceu a democracia ao fazer com que
 todos os cidadãos participassem nos tribunais. Alguns reprovam Sólon por
 ter anulado o conjunto da constituição, atribuindo poder supremo em
 todos os domínios a um tribunal escolhido por sorteio. Quando o tribunal
 se tornou poderoso, adulou o povo como se de um tirano se tratasse 5
 convertendo o regime constitucional na democracia que temos. Efialtes ⁽¹¹⁷⁾
 e Péricles restringiram o poder do Conselho do Aerópago, e Péricles
 estabeleceu um pagamento pelo serviço nos tribunais: deste modo cada
 demagogo aumentou o poder do povo conduzindo-o à democracia pre-
 sente. 10

É evidente que isto não parece estar de acordo com os intentos de
 Sólon, antes parece ter sido fortuito. Sendo o povo responsável pela
 supremacia naval nas guerras Médicas ⁽¹¹⁸⁾, adquiriu consciência da sua
 importância e seguiu atrás de demagogos vis, apesar da oposição política
 das classes superiores. Mas Sólon, segundo parece, só quis dar ao povo 15
 um poder indispensável para eleger os magistrados, e pedir-lhes contas
 da sua administração (sem estes direitos o povo seria escravo e hostil,
 ainda que fosse soberano); Sólon proveu todas as magistraturas com
 cidadãos notáveis e ricos, os Pentacosiomédimnos e os Zeugitas, a 20
 terceira classe, chamada dos Cavaleiros e uma quarta classe, a dos
 operários que não eram admitidos nas magistraturas ⁽¹¹⁹⁾.

Foram legisladores Zaleuco ⁽¹²⁰⁾ entre os Lócrios ocidentais e
 Carondas de Catânia ⁽¹²¹⁾ que ditou leis para os seus concidadãos e para
 outras cidades calcídicas na Itália e na Sicília. Alguns sustentam que 25
 Onomácrito ⁽¹²²⁾ foi o primeiro perito em legislação; originário de Locres,
 praticou ginástica em Creta, aí vivendo e exercitando a arte da adivinhação;
 outros acrescentam que foi companheiro de Tales ⁽¹²³⁾, e que Licurgo e

30 Θάλητος δ' ἀκροατὴν Λυκοῦργον καὶ Ζάλευκον, Ζαλεύκου
 δὲ Χαρώνδαν. ἀλλὰ ταῦτα μὲν λέγουσιν ἀσkeptότερον τῶν
 χρόνων λέγοντες. ἐγένετο δὲ καὶ Φιλόλαος ὁ Κορίνθιος νομο-
 θέτης Θηβαίοις. ἦν δ' ὁ Φιλόλαος τὸ μὲν γένος τῶν
 Βακχιαδῶν, ἐραστής δὲ γενόμενος Διοκλέους τοῦ νικήσαντος
 35 Ὀλυμπίασιν, ὥς ἐκεῖνος τὴν πόλιν ἔλιπε διαμισήσας τὸν
 ἐρωτα τὸν τῆς μητρὸς Ἀλκυόνης, ἀπῆλθεν εἰς Θήβας· κάκεῖ
 τὸν βίον ἐτελεύτησαν ἀμφότεροι. καὶ νῦν ἔτι δεικνύουσι τοὺς
 τάφους αὐτῶν ἀλλήλοις μὲν εὐσυνόπτους ὄντας, πρὸς δὲ τὴν
 τῶν Κορινθίων χώραν τὸν μὲν σύνοπτον τὸν δ' οὐ σύνοπτον·
 40 μυθολογοῦσι γὰρ αὐτοὺς οὕτω τάξασθαι τὴν ταφήν, τὸν μὲν
 Διοκλέα διὰ τὴν ἀπέχθειαν τοῦ πάθους, ὅπως μὴ ἄποπτος
 ἔσται ἢ Κορινθία ἀπὸ τοῦ χώματος, τὸν δὲ Φιλόλαον ὅπως
 1274b ἄποπτος. ὤκησαν μὲν οὖν διὰ τὴν τοιαύτην αἰτίαν παρὰ
 τοῖς Θηβαίοις, νομοθέτης δ' αὐτοῖς ἐγένετο Φιλόλαος περὶ
 τ' ἄλλων τινῶν καὶ περὶ τῆς παιδοποιίας, οὓς καλοῦσιν
 ἐκεῖνοι νόμους θετικούς· καὶ τοῦτ' ἐστὶν ἰδίως ὑπ' ἐκείνου νενομο-
 5 θετημένον, ὅπως ὁ ἀριθμὸς σφύζεται τῶν κλήρων. Χα-
 ρώνδου δ' ἰδιον μὲν οὐδὲν ἐστὶ πλὴν αἱ δίκαι τῶν ψευδομαρ-
 τυριῶν (πρῶτος γὰρ ἐποίησε τὴν ἐπίσηψιν), τῇ δ' ἀκριβείᾳ
 τῶν νόμων ἐστὶ γλαφυρώτερος καὶ τῶν νῦν νομοθετῶν.
 Φαλέου δ' ἰδιον ἢ τῶν οὐσιῶν ἀνομάλωσις, Πλάτωνος δ' ἢ
 10 τε τῶν γυναικῶν καὶ παίδων καὶ τῆς οὐσίας κοινότης καὶ
 τὰ συσσίτια τῶν γυναικῶν, ἔτι δ' ὁ περὶ τὴν μέθην νόμος,
 τὸ τοὺς νήφοντας συμποσιαρχεῖν, καὶ τὴν ἐν τοῖς πολεμι-
 κοῖς ἀσκήσιν ὅπως ἀμφιδέξιοι γίνωνται κατὰ τὴν μελέτην,
 ὥς δεόν μὴ τὴν μὲν χρήσιμον εἶναι τοῖν χεροῖν τὴν δὲ
 15 ἀχρηστον. Δράκοντος δὲ νόμοι μὲν εἰσὶ, πολιτεία δ' ὑπαρ-
 χούση τοὺς νόμους ἔθηκεν· ἰδιον δ' ἐν τοῖς νόμοις οὐδὲν ἐστὶν ὅ
 τι καὶ μνείας ἄξιον, πλὴν ἡ χαλεπότης διὰ τὸ τῆς ζημίας
 μέγεθος. ἐγένετο δὲ καὶ Πιττακὸς νόμων δημιουργὸς ἄλλ'
 οὐ πολιτείας· νόμος δ' ἰδιος αὐτοῦ τὸ τοὺς μεθύοντας, ἂν
 20 τι πατίσωσι, πλείω ζημίαν ἀποτίνειν τῶν νηφόντων· διὰ γὰρ

Zaleuco foram discípulos de Tales, e Carondas discípulo de Zaleuco. Mas, 30
 quando dizem isto não tomam em consideração a cronologia.

Houve também Filolau de Corinto ⁽¹²⁴⁾ que se tornou legislador dos
 Tebanos. Pertencia à família dos Baquíadas, e tornou-se amante de
 Diócles, o vencedor dos Jogos Olímpicos. Este Diócles, revoltado com
 a paixão incestuosa de sua mãe Alcíone, trocou a sua cidade por Tebas, 35
 e aqui acabaram ambos os seus dias. Ainda hoje mostram os seus
 túmulos, que se avistam facilmente um do outro; de um avista-se Corinto,
 do outro, não. Segundo a tradição, eles próprios planejaram a sua sepultura
 desta maneira: Diócles devido ao desprezo por essa paixão incestuosa não 40
 quis que Corinto pudesse ser avistada do seu túmulo; Filolau, queria que
 fosse visível. Foi esta a razão pela qual se estabeleceram entre os 1274b
 Tebanos. Filolau tornou-se seu legislador em relação a várias questões,
 entre as quais a adopção de filhos que os Tebanos designam por "lei de
 adopção". Esta legislação é peculiar de Filolau e tem por fim manter
 constante o número de lotes de terra. 5

Carondas nada estabeleceu de especial excepto os julgamentos por
 falso testemunho pois foi o primeiro a estabelecer a denúncia. Na precisão
 das suas leis é o mais perfeito dos legisladores modernos. [O traço
 peculiar de Fáleas refere-se à desigualdade da propriedade; enquanto em
 Platão existe a comunidade de mulheres, filhos e bens, e as refeições 10
 comuns para as mulheres; a lei sobre a bebida segundo a qual os sóbrios
 deveriam presidir aos banquetes ⁽¹²⁵⁾; a lei do treino militar para tornar
 os soldados ambidestros devido ao manejo das armas, porque não admi-
 tia ⁽¹²⁶⁾ que uma das mãos fosse útil e a outra inútil] ⁽¹²⁷⁾

Existem leis de Drácon ⁽¹²⁸⁾, mas ele adaptou a sua legislação à 15
 constituição existente. Nada existe de especial nem digno de memória nas
 suas leis, excepto a severidade resultante das grandes punições.

Pítaco ⁽¹²⁹⁾ também elaborou leis, mas não constituições. Uma sua
 lei é de que, se os embriagados cometerem algum delito, sofram uma pena

τὸ πλείους ὑβρίζειν μεθύοντας ἢ νήφοντας οὐ πρὸς τὴν συ-
γνώμην ἀπέβλεψεν, ὅτι δεῖ μεθύουσιν ἔχειν μᾶλλον, ἀλλὰ
πρὸς τὸ συμφέρον. ἐγένετο δὲ καὶ Ἀνδροδάμας Ῥηγῖνος
νομοθέτης Χαλκιδεῦσι τοῖς ἐπὶ Θράκης, οὗ τὰ περὶ τε τὰ φο-
νικά καὶ τὰς ἐπικλήρους ἐστίν· οὐ μὴν ἀλλὰ ἰδίον γε οὐδὲν
αὐτοῦ λέγειν ἔχοι τις ἄν. τὰ μὲν οὖν περὶ τὰς πολιτείας,
τὰς τε κυρίας καὶ τὰς ὑπὸ τινῶν εἰρημένους, ἔστω τεθεωρη-
μένα τὸν τρόπον τοῦτον.

mais elevada do que os sóbrios. Como os actos de violência são mais 20
cometidos por embriagados do que por sóbrios, ele não atendeu à maior
indulgência a ter para com os embriagados mas apenas atendeu à
conveniência. Andródamas de Régio ⁽¹³⁹⁾ tornou-se legislador dos
Calcídicos da Trácia, no tocante a homicídios e filhas únicas herdeiras; 25
além disto, nada mais há digno de menção.

Assim terminamos, pois, o nosso estudo sobre os regimes vigentes
ou idealizados por alguns autores.

ΠΟΛΙΤΙΚΩΝ Γ

LIVRO III

1 Τῷ περὶ πολιτείας ἐπισκοποῦντι, καὶ τίς ἐκάστη καὶ ποία τις,
 30 σχεδὸν πρώτη σκέψις περὶ πόλεως ἰδεῖν, τί ποτέ
 ἐστὶν ἡ πόλις. νῦν γὰρ ἀμφισβητοῦσιν, οἱ μὲν φάσκοντες
 τὴν πόλιν πεπραχέναι τὴν πρᾶξιν, οἱ δ' οὐ τὴν πόλιν ἀλλὰ
 τὴν ὀλιγαρχίαν ἢ τὸν τύραννον· τοῦ δὲ πολιτικοῦ καὶ τοῦ
 νομοθέτου πᾶσαν ὁρῶμεν τὴν πραγματείαν οὔσαν περὶ πόλιν,
 35 ἡ δὲ πολιτεία τῶν τὴν πόλιν οἰκούντων ἐστὶ τάξις τις. ἐπεὶ
 δ' ἡ πόλις τῶν συγκειμένων, καθάπερ ἄλλο τι τῶν ὅλων
 μὲν συνεστώτων δ' ἐκ πολλῶν μορίων, δῆλον ὅτι πρότερον
 ὁ πολίτης ζητητέος· ἡ γὰρ πόλις πολιτῶν τι πλῆθός ἐστιν.
 1275a ὥστε τίνα χρὴ καλεῖν πολίτην καὶ τίς ὁ πολίτης ἐστὶ σκε-
 πτέον. καὶ γὰρ ὁ πολίτης ἀμφισβητεῖται πολλάκις· οὐ
 γὰρ τὸν αὐτὸν ὁμολογοῦσι πάντες εἶναι πολίτην· ἔστι γὰρ
 τις ὃς ἐν δημοκρατίᾳ πολίτης ὢν ἐν ὀλιγαρχίᾳ πολλάκις
 5 οὐκ ἔστι πολίτης. τοὺς μὲν οὖν ἄλλως πως τυγχάνοντας
 ταύτης τῆς προσηγορίας, οἷον τοὺς ποιητοὺς πολίτας, ἀφετέον·
 ὁ δὲ πολίτης οὐ τῷ οἰκεῖν που πολίτης ἐστίν (καὶ γὰρ μέτ-
 οικοὶ καὶ δοῦλοι κοινωνοῦσι τῆς οἰκήσεως), οὐδ' οἱ τῶν
 δικαίων μετέχοντες οὕτως ὥστε καὶ δίκην ὑπέχειν καὶ δικά-
 10 ζεσθαι (τοῦτο γὰρ ὑπάρχει καὶ τοῖς ἀπὸ συμβόλων κοινω-
 νοῦσιν [καὶ γὰρ ταῦτα τούτοις ὑπάρχει]· πολλαχοῦ μὲν οὖν
 οὐδὲ τούτων τελέως οἱ μέτοικοι μετέχουσιν, ἀλλὰ νέμειν

1. Definição de cidadão.

No que se refere aos regimes políticos, quem examinar o que eles
 são e quais os atributos de cada qual, a primeira questão a colocar,
 relativamente à cidade, terá de ser “o que é a cidade?” (1) 30

Em primeiro lugar, a natureza da cidade é, hoje em dia, uma questão
 disputada. Enquanto uns afirmam que foi a cidade que praticou este ou
 aquele acto, outros afirmam que não foi a cidade, mas sim a oligarquia
 ou o tirano. Por outro lado, vemos que toda a actividade do político e
 do legislador está obviamente relacionada com a cidade. Em suma, um
 regime político resulta de um certo modo de ordenar os habitantes da
 cidade. A cidade é, pois, uma realidade composta, da mesma maneira que
 o são todas as outras coisas que, não obstante possuírem diferentes partes,
 formam um todo composto (2). Torna-se evidente, portanto, que devemos
 começar por orientar o nosso estudo para o cidadão, visto que uma cidade 1275a
 é, por assim dizer, um composto de cidadãos. Nesse sentido, cabe-nos
 considerar, então, quem deveria ser chamado cidadão, e o que é um cidadão.

Quem é cidadão é uma questão frequentemente disputada (3). Não
 há acordo geral, de facto, em torno de uma definição única de cidadão,
 pois o homem que é tido por cidadão numa democracia, muitas vezes não
 o é numa oligarquia.

Deixando de parte os que se tornam cidadãos a título excepcional,
 como acontece com os cidadãos naturalizados, diremos que nenhum
 indivíduo é cidadão só porque habita num determinado lugar, pois, tal
 como os cidadãos, também os metecos e os escravos possuem um local
 para habitar. Nem pode o nome de cidadão, ser dado àqueles que
 partilham os mesmos direitos cívicos, e apenas porque lhes é consagrado
 o direito de acusar ou de se defender em tribunal, visto que tal direito é
 atribuído, também, a todos os estrangeiros que dele gozam em virtude de um
 tratado (4) (existem, aliás, muitos lugares onde os metecos residentes, 10

15 ἀνάγκη προστάτην, ὥστε ἀτελῶς πως μετέχουσι τῆς τοιαύτης
 κοινωνίας), ἀλλὰ καθάπερ καὶ παῖδας τοὺς μήπω δι' ἡλι-
 κίαν ἐγγεγραμμένους καὶ τοὺς γέροντας τοὺς ἀφειμένους
 20 φατέον εἶναι μὲν πως πολίτας, οὐχ ἀπλῶς δὲ λίαν ἀλλὰ
 προστιθέντας τοὺς μὲν ἀτελεῖς τοὺς δὲ παρηκμακότας ἢ τι
 τοιοῦτον ἕτερον (οὐδὲν γὰρ διαφέρει· δῆλον γὰρ τὸ λεγόμε-
 νον). ζητοῦμεν γὰρ τὸν ἀπλῶς πολίτην καὶ μηδὲν ἔχοντα
 25 τοιοῦτον ἐγκλημα διορθώσεως δεόμενον, ἐπεὶ καὶ περὶ τῶν
 ἀτίμων καὶ φυγάδων ἔστι τὰ τοιαῦτα καὶ διαπορεῖν καὶ
 λύειν. πολίτης δ' ἀπλῶς οὐδενὶ τῶν ἄλλων ὀρίζεται μᾶλ-
 λον ἢ τῷ μετέχειν κρίσεως καὶ ἀρχῆς. τῶν δ' ἀρχῶν αἱ
 μὲν εἰσι διηρημέναι κατὰ χρόνον, ὥστ' ἐνίας μὲν ὅλως δις
 30 τὸν αὐτὸν οὐκ ἔξεστιν ἀρχειν, ἢ διὰ τινῶν ὀρισμένων χρό-
 νων· ὁ δ' ἀόριστος, οἷον ὁ δικαστὴς καὶ <ὁ> ἐκκλησιαστής. τάχα
 μὲν οὖν ἂν φαίη τις οὐδ' ἀρχοντας εἶναι τοὺς τοιούτους, οὐδὲ
 μετέχειν διὰ ταῦτ' ἀρχῆς· καίτοι γελοῖον τοὺς κυριωτάτους
 35 ἀποστερεῖν ἀρχῆς. ἀλλὰ διαφέρτω μηδὲν· περὶ ὀνόματος
 γὰρ ὁ λόγος· ἀνώνυμον γὰρ τὸ κοινὸν ἐπὶ δικαστοῦ καὶ
 ἐκκλησιαστοῦ, τί δεῖ ταῦτ' ἄμφω καλεῖν. ἔστω δὲ διορισμοῦ
 χάριν ἀόριστος ἀρχή. τίθεμεν δὲ πολίτας τοὺς οὕτω μετ-
 40 έχοντας. ὁ μὲν οὖν μάλιστα ἂν ἐφαρμόσας ὀρισμὸς ἐπὶ πάν-
 τας τοὺς λεγομένους πολίτας σχεδὸν τοιοῦτός ἐστιν· δεῖ δὲ
 45 μὴ λανθάνειν ὅτι τῶν πραγμάτων ἐν οἷς τὰ ὑποκείμενα
 διαφέρει τῷ εἶδει, καὶ τὸ μὲν αὐτῶν ἔστι πρῶτον τὸ δὲ
 δεύτερον τὸ δ' ἐχόμενον, ἢ τὸ παράπαν οὐδὲν ἔστιν, ἢ
 τοιαῦτα, τὸ κοινόν, ἢ γλίσχρως. τὰς δὲ πολιτείας ὁρῶμεν

não podendo sequer gozar desse direito em toda a sua plenitude, vêem-se constringidos a escolher um patrono local, pelo que, só limitadamente, participam na comunidade). De tais casos poder-se-á afirmar que são cidadãos de modo imperfeito, tal como crianças demasiado jovens para se inscrever como cidadãos, e os anciãos já dispensados de exercer funções cívicas. Uns e outros podem ser considerados cidadãos de algum modo, mas não no sentido absoluto do termo. Assim sendo, poderemos considerar os primeiros como cidadãos incompletos, e os segundos como cidadãos eméritos, ou então admitir qualquer outra designação dado que não importa o termo exacto, pois o que dissemos é suficientemente claro.

Procuramos definir o cidadão em absoluto, ou seja, aquele cidadão que não é desqualificado por nenhuma das deficiências que já vimos, e cuja designação exige um correctivo; o mesmo tipo de problemas podem ser levantados e resolvidos, tanto em relação aos destituídos de cidadania (?) como aos condenados ao exílio.

Ora, não há melhor critério para definir o que é o cidadão, em sentido estrito, do que entender a cidadania como capacidade de participar na administração da justiça e no governo. De entre os cargos de magistrados, uns são limitados em relação ao tempo, de tal modo que não podem, em caso algum, ser desempenhados duas vezes pelo mesmo titular (ou, então, este pode desempenhá-lo uma segunda vez, mas depois de um determinado intervalo de tempo); ao passo que outros já não têm limite de tempo, tal como acontece, por exemplo, com o cargo de juiz ou de membro da assembleia.

Talvez se possa objectar, ainda assim, que os juizes e os membros da assembleia não são detentores de cargos públicos nem participam no governo da cidade. Todavia, seria ridículo excluir da categoria de magistrados cidadãos com uma autoridade suprema; não insistamos, porém, nesta questão porque é apenas um problema de termos, não existindo denominação para o que é comum ao juiz e ao membro da assembleia. Como designá-los, então, conjuntamente?

Atribuamos a ambos, para os distinguir dos governantes, o nome de 'magistratura indefinida'. Podemos estabelecer que são cidadãos todos aqueles que participam desta magistratura. É esta a definição que melhor se adapta a quem se atribui o nome de cidadão.

Ainda assim, não devemos esquecer que as coisas cujos substratos apresentam diferenças específicas (podendo um surgir em primeiro lugar, outro em segundo, e assim por diante), ou nada possuem em comum, enquanto tais, ou pouco têm em comum.

1275b εἶδει διαφερούσας ἀλλήλων, καὶ τὰς μὲν ὑστέρας τὰς δὲ
 προτέρας οὕσας· τὰς γὰρ ἡμαρτημένας καὶ παρεκβεβηκυίας
 ἀναγκαῖον ὑστέρας εἶναι τῶν ἀναμαρτήτων (τὰς δὲ παρεκ-
 βεβηκυίας πῶς λέγομεν, ὕστερον ἔσται φανερόν). ὥστε καὶ
 τὸν πολίτην ἕτερον ἀναγκαῖον εἶναι τὸν καθ' ἑκάστην πολι-
 5 τείαν. διόπερ ὁ λεχθεὶς ἐν μὲν δημοκρατίᾳ μάλιστ' ἔστι
 πολίτης, ἐν δὲ ταῖς ἄλλαις ἐνδέχεται μὲν, οὐ μὴν ἀναγ-
 καῖον. <ἐν> ἐνίαις γὰρ οὐκ ἔστι δῆμος, οὐδ' ἐκκλησίαν νομί-
 ζουσιν ἀλλὰ συγκλήτους, καὶ τὰς δίκας δικάζουσι κατὰ μέρος,
 οἷον ἐν Λακεδαιμόνι τὰς τῶν συμβολαίων δικάζει τῶν
 10 ἐφόρων ἄλλος ἄλλας, οἱ δὲ γέροντες τὰς φονικάς, ἑτέρα
 δ' ἴσως ἀρχὴ τις ἑτέρας. τὸν αὐτὸν δὲ τρόπον καὶ περὶ
 Καρχηδόνα· πάσας γὰρ ἀρχαί τινες κρίνουνσι τὰς δίκας.
 ἀλλ' ἔχει διόρθωσιν ὁ τοῦ πολίτου διορισμός. ἐν γὰρ
 ταῖς ἄλλαις πολιτείαις οὐχ ὁ ἀόριστος ἀρχὼν ἐκκλησιαστής
 15 ἔστι καὶ δικαστής, ἀλλὰ ὁ κατὰ τὴν ἀρχὴν ὠρισμένος·
 τούτων γὰρ ἡ πᾶσιν ἢ τισὶν ἀποδέδοται τὸ βουλευέσθαι καὶ
 δικάζειν ἢ περὶ πάντων ἢ περὶ τινῶν. τίς μὲν οὖν ἔστιν ὁ
 πολίτης, ἐκ τούτων φανερόν· ᾧ γὰρ ἐξουσία κοινωνεῖν ἀρχῆς
 βουλευτικῆς καὶ κριτικῆς, πολίτην ἤδη λέγομεν εἶναι ταύτης
 20 τῆς πόλεως, πόλιν δὲ τὸ τῶν τοιούτων πλῆθος ἱκανὸν πρὸς
 αὐτάρκειαν ζωῆς, ὥς ἀπλῶς εἰπεῖν. 2 Ὅριζονται δὲ πρὸς τὴν
 χρῆσιν πολίτην τὸν ἐξ ἀμφοτέρων πολιτῶν καὶ μὴ θατέρου μό-
 νον, οἷον πατὴρς ἢ μητρός, οἱ δὲ καὶ τοῦτ' ἐπὶ

Posto isto, as constituições diferem especificamente entre si, sendo
 umas inferiores e outras superiores. Com efeito, as constituições defei- 1275b
 tuosas e transviadas (mais tarde explicaremos em que sentido podemos
 usar o termo 'transviadas'), são necessariamente inferiores às isentas de
 defeitos.

Daqui se segue que também o cidadão difere, necessariamente, em
 cada regime. E por isso a nossa definição de cidadão é, sobretudo, a do 5
 cidadão num regime democrático. Nos demais regimes é possível aplicar
 tal definição, mas não necessariamente. Nalgumas cidades, o povo não
 tem funções: não se instituem assembleias regulares mas apenas se
 convocam pontualmente conselhos, sendo as decisões judiciais atribuídas
 a juizes específicos. Assim sucede, por exemplo, em Esparta, onde os éforos 10
 julgam as querelas sobre contratos, os gerontes julgam os homicídios, e
 os restantes magistrados julgam os demais processos. Em Cartago, deter-
 minados magistrados julgam todos os processos. A nossa definição de
 cidadão pode ser ainda mais apurada. Convém notar que, em constituições
 não democráticas, não é o magistrado de "estatuto indeterminado" que
 exerce cargos na assembleia e nos tribunais mas sim o magistrado com
 competências determinadas; ou a todos, ou a alguns destes magistrados, 15
 é concedido o poder de deliberar e julgar sobre todas as questões ou sobre
 algumas.

A natureza da cidadania decorre, de modo evidente, destas consi-
 derações. Chamamos cidadão àquele que tem o direito de participar nos
 cargos deliberativos e judiciais da cidade. Consideramos cidade, em
 resumo, o conjunto de cidadãos suficiente para viver em autarquia (6). 20

2. Continuação da definição do cidadão.

Costuma definir-se como cidadão aquele cujo pai e cuja mãe são
 ambos cidadãos (7) e não apenas um dos progenitores. Outros levam mais

25 πλέον ζητοῦσιν, οἷον ἐπὶ πάππους δύο ἢ τρεῖς ἢ πλείους.
 οὕτω δὲ ὀριζομένων πολιτικῶς καὶ παχέως, ἀποροῦσί τινες τὸν
 τρίτον ἐκεῖνον ἢ τέταρτον, πῶς ἔσται πολίτης. Γοργίας μὲν
 οὖν ὁ Λεοντίνος, τὰ μὲν ἴσως ἀπορῶν τὰ δ' εἰρωνευόμενος,
 ἔφη, καθάπερ ὄλμους εἶναι τοὺς ὑπὸ τῶν ὀλμοποιῶν πεποιη-
 μένους, οὕτω καὶ Λαρισαίους τοὺς ὑπὸ τῶν δημιουργῶν πε-
 30 ποιημένους· εἶναι γάρ τινας λαρισσοποιούς. ἔστι δ' ἀπλοῦν.
 εἰ γὰρ μετεῖχον κατὰ τὸν ῥηθέντα διορισμὸν τῆς πολιτείας,
 ἦσαν πολῖται· καὶ γὰρ οὐδὲ δυνατόν ἐφαρμόττειν τὸ ἐκ
 πολίτου ἢ ἐκ πολίτιδος ἐπὶ τῶν πρώτων οἰκησάντων ἢ κτι-
 σάντων. ἀλλ' ἴσως ἐκεῖνο μᾶλλον ἔχει ἀπορίαν, ὅσοι
 35 μετέσχον μεταβολῆς γενόμενης πολιτείας, οἷον <α> Ἀθήνησιν
 ἐποίησε Κλεισθένης μετὰ τὴν τῶν τυράννων ἐκβολήν· πολ-
 λούς γὰρ ἐφυλέτευσε ξένους καὶ δούλους μετοίκους. τὸ δ' ἀμφισ-
 βήτημα πρὸς τούτους ἔστιν οὐ τίς πολίτης, ἀλλὰ πότερον
 ἀδίκως ἢ δικαίως. καίτοι καὶ τοῦτό τις ἔτι προσασπορήσειεν,
 1276a ἄρ' εἰ μὴ δικαίως πολίτης, οὐ πολίτης, ὥς ταῦτο δυναμένου
 τοῦ τ' ἀδίκου καὶ τοῦ ψευδοῦς. ἐπεὶ δ' ὁρῶμεν καὶ ἄρχον-
 τὰς τινας ἀδίκως, οὓς ἄρχειν μὲν φήσομεν ἀλλ' οὐ δικαίως, ὁ
 δὲ πολίτης ἀρχῇ τινὶ διωρισμένος ἔστιν (ὁ γὰρ κοινωνῶν τῆς
 5 τοιαύτης ἀρχῆς πολίτης ἔστιν, ὥς ἔφαμεν), δῆλον ὅτι πολίτας
 μὲν εἶναι φατέον καὶ τούτους· περὶ δὲ τοῦ δικαίως ἢ
 μὴ δικαίως συνάπτει πρὸς τὴν εἰρημένην πρότερον ἀμφισ-
 βήτησιν. ἀποροῦσι γὰρ τινες πόθ' ἢ πόλις ἐπραξε καὶ πότε
 οὐχ ἢ πόλις, οἷον ὅταν ἐξ ὀλιγαρχίας ἢ τυραννίδος γένηται

longe esta exigência, defendendo que a condição de cidadania requer duas, três, ou mais gerações de ascendentes (*).

25 Perante tal definição concisa e de alcance político, alguns interro-
 gam-se como pode um cidadão nascido na terceira ou quarta geração
 tornar-se ele próprio um cidadão.

Reconhecendo o enibaraço, mas recorrendo à ironia, disse Górgias
 de Leontinos: “da mesma forma que são vasos os vasos produzidos pelos
 fabricantes de vasos, assim também são Larissios os cidadãos fabricados
 pelos magistrados de Larissa, dado que alguns destes fabricam
 30 Larissios” (*). Na realidade, o problema é bem mais simples; de acordo
 com a definição de cidadania que propusemos, se esses antepassados
 participavam no exercício das magistraturas, então eram realmente cida-
 dãos, na medida em que o critério de cidadania, segundo o qual alguém
 é cidadão quando “nascido de pai ou mãe cidadãos”, nunca poderia ser
 aplicado aos primeiros habitantes de uma cidade ou seus fundadores.

Uma dificuldade mais grave surge, talvez, a propósito dos que
 adquiriram direitos de cidadania após uma mudança de regime. Foi o que
 35 sucedeu em Atenas, quando Clístenes, depois da expulsão dos tiranos (*),
 integrou nas várias tribos muitos estrangeiros e escravos domiciliários. A
 dificuldade nesta questão não é sobre quem é ou não cidadão, mas
 sobretudo se o é com causa justa ou injusta (*).

A par desta objecção, pode ser suscitado ainda o seguinte problema: 1276a
 admitindo que “injusto” e “falso” se equivalem, poder-se-á considerar
 cidadão aquele que se tornou cidadão de modo injusto? Mas posto que
 vemos alguns governar de modo injusto, e mesmo assim reconhecemos
 que são magistrados (apesar de não governarem com justiça); e posto que
 a cidadania se define como exercício de uma magistratura (com efeito,
 5 dissemos que cidadão era todo o que participa numa magistratura inde-
 finida), então parece evidente que devemos considerar cidadãos mesmo
 aqueles que, injustamente, adquiriram tal estatuto.

3. Definição de cidade.

A questão de saber se a cidadania é concedida de modo justo ou
 injusto está relacionada com um debate já referido. Alguns interrogam-se
 quando um determinado acto pode ou não ser considerado um acto da
 própria cidade. Por exemplo, quando se passa de uma oligarquia ou tirania

10 δημοκρατία (τότε γὰρ οὔτε τὰ συμβόλαια ἐνιοι βούλονται
διαλύειν, ὡς οὐ τῆς πόλεως ἀλλὰ τοῦ τυράννου λαβόντος,
οὗτ' ἄλλα πολλὰ τῶν τοιούτων, ὡς ἐνίας τῶν πολιτειῶν τῷ
κρατεῖν οὔσας, ἀλλὰ οὐ διὰ τὸ κοινῇ συμφέρον). εἴπερ οὖν
καὶ δημοκρατοῦνται τινες κατὰ τὸν τρόπον τοῦτον, ὁμοίως
15 τῆς πόλεως φατέον εἶναι ταύτης τὰς τῆς πολιτείας ταύτης
πράξεις καὶ τὰς ἐκ τῆς ὀλιγαρχίας καὶ τῆς τυραννίδος.
ἔοικε δ' οἰκεῖος ὁ λόγος εἶναι τῆς ἀπορίας ταύτης πως,
πότε χρὴ λέγειν τὴν πόλιν εἶναι τὴν αὐτὴν ἢ μὴ τὴν
αὐτὴν ἀλλ' ἑτέραν. ἡ μὲν οὖν ἐπιπολαιότης τῆς ἀπορίας
20 ζήτησις περὶ τὸν τόπον καὶ τοὺς ἀνθρώπους ἐστίν· ἐνδέχεται
γὰρ διαζευχθῆναι τὸν τόπον καὶ τοὺς ἀνθρώπους, καὶ τοὺς
μὲν ἕτερον τοὺς δ' ἕτερον οἰκῆσαι τόπον. ταύτην μὲν οὖν
πραστέραν θετέον τὴν ἀπορίαν (πολλαχῶς γὰρ τῆς πόλεως
λεγομένης, ἐστὶ πως εὐμάρεια τῆς τοιαύτης ζητήσεως). ὁμοίως
25 δὲ καὶ τῶν τὸν αὐτὸν κατοικούντων ἀνθρώπων πότε
δεῖ νομίζειν μίαν εἶναι τὴν πόλιν; οὐ γὰρ δὴ τοῖς τεύχε-
σιν· εἴη γὰρ ἂν Πελοποννήσῳ περιβαλεῖν ἐν τεῖχος. τοιαύτη
δ' ἴσως ἐστὶ καὶ Βαβυλῶν καὶ πᾶσα ἥτις ἔχει περιγραφὴν
μᾶλλον ἔθνοους ἢ πόλεως· ἥς γέ φασιν ἐαλωκυίας τρίτην
30 ἡμέραν οὐκ αἰσθέσθαι τι μέρος τῆς πόλεως. ἀλλὰ περὶ
μὲν ταύτης τῆς ἀπορίας εἰς ἄλλον καιρὸν χρήσιμος ἡ σκέ-
ψις (περὶ γὰρ μεγέθους τῆς πόλεως, τὸ τε πόσον καὶ πό-
τερον ἔθνος ἐν ἡ πλείω συμφέρει, δεῖ μὴ λανθάνειν τὸν
πολιτικόν). ἀλλὰ τῶν αὐτῶν κατοικούντων τὸν αὐτὸν τόπον,
35 πότερον ἕως ἂν ἡ τὸ γένος ταὐτὸ τῶν κατοικούντων, τὴν
αὐτὴν εἶναι φατέον πόλιν, καίπερ αἰεὶ τῶν μὲν φθειρομέ-
νων τῶν δὲ γινομένων, ὥσπερ καὶ ποταμοὺς εἰώθαμεν λέγειν

para uma democracia, surgem os que se recusam a cumprir contratos
anteriores ⁽¹²⁾, argumentando que não foi a cidade mas sim o tirano que
os celebrou; também recusam outras obrigações da mesma natureza,
alegando que alguns regimes assentam na força, e não no interesse
comum. E no caso das democracias que estão na mesma situação, os actos
do regime são actos da cidade, tal como os actos da oligarquia ou tirania.
Esta questão parece relacionada com a seguinte dificuldade: a que
princípio, afinal, devemos recorrer para afirmar que uma cidade mantém,
ou não, a identidade anterior ou adquire uma outra identidade?

O modo mais óbvio de suprir esta dificuldade é atender apenas ao
território e à população. Pode suceder que o território e a população
tenham sido separados, habitando uns num lugar e outros noutro. Esta
dificuldade não é grave e pode ser facilmente resolvida se nos lembrarmos
que a palavra “cidade” é utilizada em muitos sentidos ⁽¹³⁾. A questão
permanece a propósito dos habitantes de um mesmo território: quando
25 pode a cidade ser considerada una? Não o será certamente devido às
muralhas, pois teríamos de circundar todo o Peloponeso com uma única
muralha ⁽¹⁴⁾. Tal era o caso de Babilónia, e de todas as povoações que
encerram nos seus limites um povo, mais do que propriamente uma
cidade. Consta que dois dias após a captura de Babilónia, ainda havia
uma parte da população que não se apercebera do facto ⁽¹⁵⁾. O estudo
30 desta dificuldade será remetido para uma outra ocasião.

O político não deve esquecer a questão das dimensões da cidade,
e se há interesse em ser constituída por uma ou mais etnias. E no caso
de ser a mesma população a habitar o mesmo território, dir-se-á que a
cidade mantém a sua identidade, enquanto for habitada pela mesma raça,
35 apesar da sucessão contínua de nascimentos e óbitos, da mesma forma
que dizemos que os rios e as fontes têm identidade apesar do nascimento
e fluxo constante de águas? ⁽¹⁶⁾ Ou, pelo contrário, devemos dizer que a

40 τοὺς αὐτοὺς καὶ κρήνας τὰς αὐτάς, καίπερ αἰεὶ τοῦ μὲν ἐπι-
 γινομένου νόματος τοῦ δ' ὑπεξιόντος, ἢ τοὺς μὲν ἀνθρώπους
 1276b φατέον εἶναι τοὺς αὐτοὺς διὰ τὴν τοιαύτην αἰτίαν, τὴν δὲ
 πόλιν ἑτέραν; εἴπερ γὰρ ἔστι κοινωνία τις ἡ πόλις, ἔστι δὲ
 κοινωνία πολιτῶν πολιτείας, γινομένης ἑτέρας τῷ εἶδει
 καὶ διαφορᾶς τῆς πολιτείας ἀναγκαῖον εἶναι δόξειεν ἂν
 5 καὶ τὴν πόλιν εἶναι μὴ τὴν αὐτήν, ὥσπερ γε καὶ χορὸν
 ὅτε μὲν κωμικὸν ὅτε δὲ τραγικὸν ἕτερον εἶναί φαμεν, τῶν
 αὐτῶν πολλάκις ἀνθρώπων ὄντων, ὁμοίως δὲ καὶ πᾶσαν
 ἄλλην κοινωνίαν καὶ σύνθεσιν ἑτέραν, ἂν εἶδος ἕτερον ἢ τῆς
 συνθέσεως, οἷον ἀρμονίαν τῶν αὐτῶν φθόγγων ἑτέραν εἶναι
 10 λέγομεν, ἂν ὅτε μὲν ἡ Δωρίος ὅτε δὲ Φρύγιος. εἰ δὲ τοῦ-
 τον ἔχει τὸν τρόπον, φανερόν ὅτι μάλιστα λεκτέον τὴν
 αὐτὴν πόλιν εἰς τὴν πολιτείαν βλέποντας· ὄνομα δὲ κα-
 λεῖν ἕτερον ἢ ταῦτόν ἔξεστι καὶ τῶν αὐτῶν κατοικούντων
 αὐτὴν καὶ ἀμπαν ἑτέρων ἀνθρώπων. εἰ δὲ δίκαιον δια-
 λύειν ἢ μὴ διαλύειν, ὅταν εἰς ἑτέραν μεταβάλῃ πολι-
 15 τείαν ἢ πόλιν, λόγος ἕτερος.
 Τῶν δὲ νῦν εἰρημένων ἐχόμενόν ἐστιν ἐπισκέψασθαι
 πότερον τὴν αὐτὴν ἀρετὴν ἀνδρὸς ἀγαθοῦ καὶ πολίτου σπου-
 δαίου θετέον, ἢ μὴ τὴν αὐτήν. ἀλλὰ μὴν εἰ γε τοῦτο τυ-
 χεῖν δεῖ ζητήσεως, τὴν τοῦ πολίτου τύπῳ τιμὴν πρῶτον λη-
 20 πτέον. ὥσπερ οὖν ὁ πλωτὴρ εἰς τις τῶν κοινωνῶν ἐστιν, οὕτω
 καὶ τὸν πολίτην φαμέν. τῶν δὲ πλωτῶν καίπερ ἄν-
 ὁμοίων ὄντων τὴν δύναμιν (ὁ μὲν γὰρ ἐστὶν ἐρέτης, ὁ δὲ
 κυβερνήτης, ὁ δὲ πρῶτος, ὁ δ' ἄλλην τιν' ἔχων τοιαύτην
 ἐπωνυμίαν) δῆλον ὡς ὁ μὲν ἀκριβέστατος ἐκάστου λόγος
 25 ἴδιος ἔσται τῆς ἀρετῆς, ὁμοίως δὲ καὶ κοινός τις ἐφαρμόσει
 πᾶσιν. ἡ γὰρ σωτηρία τῆς ναυτιλίας ἔργον ἐστὶν αὐτῶν
 πάντων· τούτου γὰρ ἕκαστος ὀρέγεται τῶν πλωτῶν. ὁμοίως

população permanece idêntica, pelas razões já apontadas, mas que a
 cidade é outra?

40

Se a cidade é uma forma de comunidade (e uma comunidade de 1276b
 cidadãos num regime) quando se altera a forma de governo, ficando
 diferente do que estava, parece forçoso que a cidade deixe de ser a
 mesma, tal como dizemos de um coro que é uma coisa quando é cómico
 e é outra quando é trágico, apesar de os seus membros permanecerem os
 5 mesmos. Também dizemos que uma comunidade ou unidade composta é
 distinta, quando muda a forma da sua composição⁽¹⁷⁾. A harmonia
 composta pelas mesmas notas será diferente consoante o modo seja dório
 ou frígio. Se este é o caso, é óbvio que o critério para determinar a iden- 10
 tidade da cidade é o critério de regime, podendo-se-lhe atribuir um nome
 idêntico ou outro nome, quer tenha os mesmos habitantes ou outros total-
 mente diferentes. No que se refere ao dever de cumprir ou não as obrigações
 contraídas, quando a cidade muda de regime, é uma outra questão. 15

4. As virtudes do homem bom e do bom cidadão.

Em continuidade com o que foi discutido, devemos considerar se a
 virtude de um homem bom e a de um bom cidadão são idênticas ou
 diferentes. Se esta questão tem de ser investigada, devemos começar por
 descrever a virtude do cidadão de uma maneira sumária.

Assim como o marinheiro é um membro de uma comunidade, assim 20
 é o cidadão. Os marinheiros diferem uns dos outros em virtude das
 diferentes tarefas: um é remador, outro é piloto, outro vigia; e outros
 terão, ainda, outros nomes semelhantes.

Sendo este o caso, é claro que a definição mais exacta da virtude
 de cada marinheiro será específica do indivíduo em questão; mas também 25
 é evidente que uma definição comum de virtude se aplica a todos, na
 medida em que a navegação segura é um objectivo comum que todos

30 τοῖνυν καὶ τῶν πολιτῶν, καίπερ ἀνομοίων ὄντων, ἡ σωτη-
 ρία τῆς κοινωνίας ἔργον ἐστί, κοινωνία δ' ἐστὶν ἡ πολιτεία·
 διὸ τὴν ἀρετὴν ἀναγκαῖον εἶναι τοῦ πολίτου πρὸς τὴν πολι-
 35 τείαν. εἴπερ οὖν ἐστὶ πλείω πολιτείας εἶδη, δῆλον ὡς οὐκ
 ἐνδέχεται τοῦ σπουδαίου πολίτου μίαν ἀρετὴν εἶναι, τὴν τε-
 λείαν· τὸν δ' ἀγαθὸν ἄνδρα φάμεν κατὰ μίαν ἀρετὴν εἶναι,
 40 τὴν τελείαν. ὅτι μὲν οὖν ἐνδέχεται πολίτην ὄντα σπουδαῖον μὴ
 35 κεκτῆσθαι τὴν ἀρετὴν καθ' ἣν σπουδαῖος ἀνὴρ, φανερόν· οὐ
 μὴν ἄλλὰ καὶ κατ' ἄλλον τρόπον ἐστὶ διαποροῦντας ἐπελ-
 θεῖν τὸν αὐτὸν λόγον περὶ τῆς ἀρίστης πολιτείας. εἰ γὰρ
 ἀδύνατον ἐξ ἀπάντων σπουδαίων ὄντων εἶναι πόλιν, δεῖ γ'
 40 ἕκαστον τὸ καθ' αὐτὸν ἔργον εὖ ποιεῖν, τοῦτο δὲ ἀπ' ἀρετῆς·
 1277a ἐπεὶ δὲ ἀδύνατον ὁμοίους εἶναι πάντας τοὺς πολίτας, οὐκ ἂν
 εἴη μία ἀρετὴ πολίτου καὶ ἀνδρὸς ἀγαθοῦ. τὴν μὲν γὰρ τοῦ
 σπουδαίου πολίτου δεῖ πᾶσιν ὑπάρχειν (οὕτω γὰρ ἀρίστην
 ἀναγκαῖον εἶναι τὴν πόλιν), τὴν δὲ τοῦ ἀνδρὸς τοῦ ἀγαθοῦ
 ἀδύνατον, εἰ μὴ πάντας ἀναγκαῖον ἀγαθοὺς εἶναι τοὺς ἐν
 5 τῇ σπουδαίᾳ πόλει πολίτας. ἔτι ἐπεὶ ἐξ ἀνομοίων ἡ πόλις,
 ὥσπερ ζῶον εὐθύς ἐκ ψυχῆς καὶ σώματος, καὶ ψυχῇ ἐκ
 λόγου καὶ ὁρέξεως, καὶ οἰκία ἐξ ἀνδρὸς καὶ γυναικὸς, καὶ
 κτήσις ἐκ δεσπότου καὶ δούλου, τὸν αὐτὸν τρόπον καὶ πόλις
 10 ἐξ ἀπάντων τε τούτων καὶ πρὸς τούτοις ἐξ ἄλλων ἀνομοίων
 συνέστηκεν εἰδῶν, ἀνάγκη μὴ μίαν εἶναι τὴν τῶν πολιτῶν
 πάντων ἀρετὴν, ὥσπερ οὐδὲ τῶν χορευτῶν κορυφαίου καὶ
 παραστάτου. διότι μὲν τοῖνυν ἀπλῶς οὐχ ἡ αὐτή, φανερόν
 ἐκ τούτων· ἀλλ' ἄρα ἐστὶ τινὸς ἡ αὐτὴ ἀρετὴ πολίτου τε
 σπουδαίου καὶ ἀνδρὸς σπουδαίου; φάμεν δὴ τὸν ἄρχοντα τὸν

30 devem cumprir e que cada um deseja. Analogamente quanto aos cidadãos:
 ainda que sejam desiguais, têm uma tarefa comum que é a segurança da
 comunidade. Ora como a comunidade é o regime político, a virtude do
 cidadão deve necessariamente ser relativa ao regime. Posto que há
 30 diferentes modalidades de regime, não pode existir uma única virtude
 perfeita do bom cidadão. Mas o homem bom é chamado 'bom' devido a uma
 virtude única, a virtude perfeita. É claro, pois, que é possível ser um bom
 cidadão sem possuir a virtude que é a qualidade do homem bom (18).
 35

Podemos chegar à mesma conclusão de outro modo (19), discutindo
 a questão na perspectiva do regime melhor. É impossível que uma cidade
 se componha inteiramente de homens bons; no entanto, cada cidadão deve
 cumprir bem a função que lhe compete e é nisso que consiste a sua
 40 virtude. Por outro lado, como também é impossível que todos os cidadãos
 sejam iguais, a virtude do cidadão não pode ser idêntica à do homem bom.
 A virtude do bom cidadão deve pertencer a todos porque é esta a condição
 1277a necessária para a cidade ser a melhor; mas, por outro lado, a virtude do
 homem bom não pode pertencer a todos, já que não é necessário que
 sejam homens bons os cidadãos que vivem na cidade perfeita, tanto mais
 que a cidade é composta por elementos distintos. Assim como um ser vivo
 5 é composto de corpo e alma; e a alma de razão e de desejo (20); e a casa
 de homem e de mulher; e a propriedade de senhor e de escravo; também
 a cidade é composta por estes elementos e ainda por outros diferentes.
 Daqui segue-se que não pode existir uma virtude idêntica em todos os
 10 cidadãos, assim como não pode haver uma só virtude comum ao corifeu
 e aos seus coreutas.

É, pois, claro que a virtude do bom cidadão e a do homem bom
 não são absolutamente idênticas. Mas poderá coincidir em alguém a
 virtude do bom cidadão e a do homem bom? Nós chamamos homem

15 σπουδαῖον ἀγαθὸν εἶναι καὶ φρόνιμον, τὸν δὲ πολίτην [οὐκ]
 ἀναγκαῖον εἶναι φρόνιμον. καὶ τὴν παιδείαν δ' εὐθὺς ἐ-
 τέραν εἶναι λέγουσιν τινες ἄρχοντος, ὥσπερ καὶ φαίνονται
 οἱ τῶν βασιλέων υἱεῖς ἱππικὴν καὶ πολεμικὴν παιδεύμενοι,
 καὶ Εὐριπίδης φησὶ 'μή μοι τὰ κόμπ' ... ἀλλ' ὦν πόλει
 20 δεῖ, ὥς οὐσάν τινα ἄρχοντος παιδεῖαν. εἰ δὲ ἡ αὐτὴ ἀρετὴ
 ἄρχοντός τε ἀγαθοῦ καὶ ἀνδρὸς ἀγαθοῦ, πολίτης δ' ἐστὶ καὶ
 ὁ ἀρχόμενος, οὐχ ἡ αὐτὴ ἀπλῶς ἂν εἴη πολίτου καὶ ἀνδρὸς,
 τινὸς μέντοι πολίτου· οὐ γὰρ ἡ αὐτὴ ἄρχοντος καὶ πολίτου,
 καὶ διὰ τοῦτ' ἴσως Ἰάσων ἔφη πεινῆν ὅτε μὴ τυραννοῖ, ὥς
 25 οὐκ ἐπιστάμενος ἰδιώτης εἶναι. ἀλλὰ μὴν ἐπαινεῖται γὰρ τὸ
 δύνασθαι ἄρχειν καὶ ἄρχεσθαι, καὶ πολίτου <δοκεῖ> δοκίμου ἢ
 ἀρετὴ εἶναι τὸ δύνασθαι καὶ ἄρχειν καὶ ἄρχεσθαι καλῶς. εἰ οὖν
 τὴν μὲν τοῦ ἀγαθοῦ ἀνδρὸς τίθεμεν ἀρχικὴν, τὴν δὲ τοῦ πο-
 λίτου ἁμφω, οὐκ ἂν εἴη ἁμφω ἐπαινετὰ ὁμοίως. ἐπεὶ οὖν
 30 ποτε δοκεῖ ἕτερα, καὶ οὐ ταῦτ' αὖτε δεῖν τὸν ἄρχοντα μαν-
 θάνειν καὶ τὸν ἀρχόμενον, τὸν δὲ πολίτην ἁμφοτέρ' ἐπ-
 ἴστασθαι καὶ μετέχειν ἁμφοῖν, τοῖντεῦθεν ἂν κατίδοι τις.
 ἔστι γὰρ ἀρχὴ δεσποτική· ταύτην δὲ τὴν περὶ τὰ ἀναγκαῖα
 λέγομεν, ἃ ποιεῖν ἐπίστασθαι τὸν ἄρχοντα οὐκ ἀναγκαῖον,
 35 ἀλλὰ χρῆσθαι μᾶλλον· θάτερον δὲ καὶ ἀνδραποδῶδες.
 λέγω δὲ θάτερον τὸ δύνασθαι καὶ ὑπηρετεῖν τὰς διακoni-
 κὰς πράξεις. δούλου δ' εἶδη πλείω λέγομεν· αἱ γὰρ ἐργα-
 σίαι πλείους. ὦν ἐν μέρος κατέχουσιν οἱ χερνῆτες· οὗτοι δ'
 εἰσὶν, ὥσπερ σημαίνει καὶ τοῦνομι' αὐτό, οἱ ζῶντες ἀπὸ
 1277b τῶν χειρῶν, ἐν οἷς ὁ βάναστος τεχνίτης ἐστίν. διὸ παρ'
 ἐνίοις οὐ μετεῖχον οἱ δημιουργοὶ τὸ παλαιὸν ἀρχῶν, πρὶν
 δῆμον γενέσθαι τὸν ἔσχατον. τὰ μὲν οὖν ἔργα τῶν ἀρχο-

bom e prudente ⁽²¹⁾ ao governante responsável e dizemos que o político
 deve ser prudente ⁽²²⁾.

Na verdade, alguns sustentam que a preparação do governante
 deveria ser específica; por isso vemos que os filhos dos reis são educados
 na equitação e na arte da guerra. Como escreve Eurípides, supondo que
 existe educação especial para o governante: "*Para mim nada de requin-*
tes, mas apenas os Saberes que a cidade precisa" ⁽²³⁾.

Se a virtude do governante é idêntica à do homem bom mas se o
 governado também é cidadão, segue-se que a virtude do bom cidadão não
 pode ser idêntica à do homem bom, excepto em certos casos.

A virtude do cidadão comum é diferente da do governante; e talvez
 por isso disse Jasão que "*tive fome todas as vezes que não fui tira-*
no" ⁽²⁴⁾, querendo dizer que não sabia viver como simples particular.

Por outro lado, louva-se a capacidade de mandar e ser mandado, e
 a virtude de um cidadão digno parece consistir em bem mandar e em ser
 bem mandado. Se afirmamos que a virtude do homem bom é a de mandar,
 enquanto a do bom cidadão é a de mandar e obedecer, as duas virtudes
 não podem louvadas do mesmo modo.

Se governante e governado, segundo parece, devem adquirir conhe-
 cimentos distintos, e não os mesmos, e se o cidadão deve adquirir e
 partilhar ambos, a consequência é óbvia.

Existe uma autoridade própria do senhor e com isto queremos dizer
 a autoridade que se exerce nos serviços indispensáveis. Quem manda não
 precisa de saber fazer mas apenas de saber utilizar: a outra capacidade
 tem um carácter servil e por 'outra' entendo a aptidão de realizar tarefas
 servis. Dizemos que existem vários tipos de serviços, pois há muitas
 tarefas a executar. Uma destas formas de serviço é a dos trabalhadores
 manuais. Este serviço, como o seu próprio nome indica, é feito por
 homens que vivem do trabalho com as suas mãos, classe a que pertencem
 os artesãos. Esta é a razão pela qual, em algumas cidades, os artesãos

μένων οὕτως οὐ δεῖ τὸν ἀγαθὸν [οὐδὲ τὸν] πολιτικὸν οὐδὲ τὸν
 5 πολίτην τὸν ἀγαθὸν μανθάνειν, εἰ μὴ ποτε χρείας χάριν
 αὐτῷ πρὸς αὐτόν· οὐ γὰρ ἔτι συμβαίνει γίνεσθαι τὸν μὲν
 δεσπότην τὸν δὲ δοῦλον. ἀλλ' ἔστι τις ἀρχὴ καθ' ἣν ἄρχει
 τῶν ὁμοίων τῷ γένει καὶ τῶν ἐλευθέρων. ταύτην γὰρ λέ-
 γομεν εἶναι τὴν πολιτικὴν ἀρχήν, ἣν δεῖ τὸν ἄρχοντα ἀρ-
 10 χόμενον μαθεῖν, οἷον ἱππαρχεῖν ἱππαρχηθέντα, στρατηγεῖν
 στρατηγηθέντα καὶ ταξιαρχήσαντα καὶ λοχαγήσαντα. διὸ
 λέγεται καὶ τοῦτο καλῶς, ὥς οὐκ ἔστιν εὖ ἄρξαι μὴ
 ἀρχθέντα. τούτων δὲ ἀρετὴ μὲν ἑτέρα, δεῖ δὲ τὸν πολίτην
 τὸν ἀγαθὸν ἐπίστασθαι καὶ δύνασθαι καὶ ἄρχεσθαι καὶ
 15 ἄρχειν, καὶ αὕτη ἀρετὴ πολίτου, τὸ τὴν τῶν ἐλευθέρων
 ἀρχήν ἐπίστασθαι ἐπ' ἀμφοτέρα. καὶ ἀνδρὸς δὲ ἀγαθοῦ
 ἄμφω, καὶ εἰ ἕτερον εἶδος σωφροσύνης καὶ δικαιοσύνης
 ἀρχικῆς. καὶ γὰρ ἀρχομένου μὲν ἐλευθέρου δὲ δῆλον ὅτι οὐ
 μία ἂν εἴη τοῦ ἀγαθοῦ ἀρετὴ, οἷον δικαιοσύνη, ἀλλ' εἶδη
 20 ἔχουσα καθ' ἃ ἄρξει καὶ ἄρξεται, ὥσπερ ἀνδρὸς καὶ γυ-
 ναικὸς ἑτέρα σωφροσύνη καὶ ἀνδρεία (δόξαι γὰρ ἂν εἶναι
 δειλὸς ἀνὴρ, εἰ οὕτως ἀνδρείος εἴη ὥσπερ γυνὴ ἀνδρεία, καὶ
 γυνὴ λάλος, εἰ οὕτω κοσμία εἴη ὥσπερ ὁ ἀνὴρ ὁ ἀγαθός·
 ἐπεὶ καὶ οἰκονομία ἑτέρα ἀνδρὸς καὶ γυναικός· τοῦ μὲν
 25 γὰρ κτᾶσθαι τῆς δὲ φυλάττειν ἔργον ἔστιν). ἡ δὲ φρόνησις
 ἄρχοντος ἴδιος ἀρετὴ μόνη. τὰς γὰρ ἄλλας ἔοικεν ἀναγ-
 καῖον εἶναι κοινὰς καὶ τῶν ἀρχομένων καὶ τῶν ἀρχόντων,

eram excluídos dos cargos políticos, até surgir a forma extrema de democracia.

O homem bom, o político e o bom cidadão não devem aprender
 as tarefas desempenhadas pelos subordinados, excepto em ordem a satis-
 fazer necessidades pessoais; nesse caso, deixaria de existir senhor de um
 lado e escravo do outro ⁽²⁵⁾.

Existe, todavia, uma autoridade que governa os que têm a mesma
 origem e os que são livres. É a esta autoridade que podemos chamar
 'política' ⁽²⁶⁾ e este é o género de autoridade que o governante deve
 começar por aprender, sendo governado, tal como se aprende a ser
 comandante de cavalaria servindo sob outro comandante, e a ser general
 de infantaria servindo sob outro general como comandante de regimento
 ou de companhia ⁽²⁷⁾. Por isso é boa máxima afirmar que "*não pode*
mandar bem quem nunca obedeceu" ⁽²⁸⁾. Governante e governado têm
 virtudes diferentes; enquanto o bom cidadão deve saber e poder governar
 assim como ser governado, a virtude do cidadão consiste em reconhecer
 a autoridade dos homens livres, sob os dois pontos de vista.

Estas duas aptidões são próprias do homem bom ⁽²⁹⁾; e se a tem-
 perança e a justiça adquirem formas específicas no governante (porque
 a temperança e a justiça do cidadão governado mas livre são de espécie
 diferente) é evidente que a virtude do homem bom, por exemplo, a sua
 justiça, não será apenas de um género, mas de diferentes: um género que
 lhe serve para agir como governante e outro que lhe serve para agir como
 governado. A temperança e a coragem também são diferentes no homem
 e na mulher; um homem julgar-se-ia covarde se a sua coragem fosse
 somente a mesma de uma mulher corajosa; e seria considerada loquaz
 uma mulher cuja reserva na conversação não fosse superior ao de um
 homem bom. Em casa, um homem tem uma função diferente da mulher;
 aquele tem a função de adquirir, esta a de conservar. A prudência é a
 única virtude peculiar ao governante. As outras formas parecem pertencer
 tanto aos governantes como aos governados. A virtude peculiar aos
 governados não pode ser a prudência, mas sim a opinião verdadeira ⁽³⁰⁾.

ἀρχομένου δέ γε οὐκ ἔστιν ἀρετὴ φρόνησις, ἀλλὰ δόξα
ἀληθής· ὥσπερ αὐλοποιὸς γὰρ ὁ ἀρχόμενος, ὁ δ' ἄρχων
30 αὐλητής ὁ χρώμενος. πότερον μὲν οὖν ἡ αὐτὴ ἀρετὴ ἀν-
δρὸς ἀγαθοῦ καὶ πολίτου σπουδαίου ἢ ἑτέρα, καὶ πῶς ἡ αὐτὴ
καὶ πῶς ἑτέρα, φανερόν ἐκ τούτων.

5 Περὶ δὲ τὸν πολίτην ἔτι λείπεται τις τῶν ἀποριῶν.
ὥς ἀληθῶς γὰρ πότερον πολίτης ἔστιν ᾧ κοινωνεῖν ἔξεστιν
35 ἀρχῆς, ἢ καὶ τοὺς βαναύσους πολίτας θετέον; εἰ μὲν οὖν
καὶ τούτους θετέον οἷς μὴ μέτεστιν ἀρχῶν, οὐχ οἷόν τε παντὸς
εἶναι πολίτου τὴν τοιαύτην ἀρετὴν (οὗτος γὰρ πολίτης).
εἰ δὲ μηδεὶς τῶν τοιούτων πολίτης, ἐν τίνι μέρει θετέος ἑκα-
στος; οὐδὲ γὰρ μέτοικος οὐδὲ ξένος. ἢ διὰ γε τοῦτον τὸν λό-
1278a γον οὐδὲν φήσομεν συμβαίνειν ἄτοπον; οὐδὲ γὰρ οἱ δοῦλοι
τῶν εἰρημένων οὐδέν, οὐδ' οἱ ἀπελευθέροι. τοῦτο γὰρ ἀληθές,
ὥς οὐ πάντας θετέον πολίτας ὧν ἄνευ οὐκ ἂν εἴη πόλις,
ἐπεὶ οὐδ' οἱ παῖδες ὥσαύτως πολίται καὶ οἱ ἄνδρες, ἀλλ'
5 οἱ μὲν ἀπλῶς οἱ δ' ἐξ ὑποθέσεως· πολίται μὲν γὰρ εἰσιν,
ἀλλ' ἀτελεῖς. ἐν μὲν οὖν τοῖς ἀρχαίοις χρόνοις παρ' ἐνίοις
ἦν δοῦλον τὸ βάνανσον ἢ ξενικόν, διόπερ οἱ πολλοὶ τοιοῦτοι
καὶ νῦν· ἢ δὲ βελτίστη πόλις οὐ ποιήσει βάνανσον πολίτην.
εἰ δὲ καὶ οὗτος πολίτης, ἀλλὰ πολίτου ἀρετὴν ἦν εἴπομεν
10 λεκτέον οὐ παντός, οὐδ' ἐλευθέρου μόνον, ἀλλ' ὅσοι τῶν ἔργων
εἰσιν ἀφειμένοι τῶν ἀναγκαίων. τῶν δ' ἀναγκαίων οἱ μὲν
ἐνὶ λειτουργοῦντες τὰ τοιαῦτα δοῦλοι, οἱ δὲ κοινοὶ βάνανσοι
καὶ θῆτες. φανερόν δ' ἐντεῦθεν μικρὸν ἐπισκεψαμένοις

Os governados podem ser comparados aos fabricantes de flautas e os
governantes aos tocadores.

Estas considerações mostram se a virtude do homem bom e a do
bom cidadão são idênticas, ou diferentes, e em que sentido são idênticas
ou diferem.

5. A classe dos artesãos na cidade melhor.

Ainda há a questão que permanece por considerar em relação ao
cidadão. É verdadeiramente cidadão aquele que pode partilhar do poder,
ou devem os trabalhadores manuais ser incluídos entre os cidadãos? ⁽³¹⁾
35 Se considerarmos cidadãos os que não participam nas magistraturas, não
é possível que a virtude do bom cidadão pertença a todos porque senão
todos seriam cidadãos e, com efeito, o trabalhador manual é um cida-
dão ⁽³²⁾. E se nenhum deles for cidadão, em que classe devem ser
incluídos? Com efeito, não são nem metecos nem estrangeiros e tão pouco
1278a escravos e libertos que pertençam a qualquer das classes mencionadas.

A verdade é que não podemos considerar cidadãos todos os que
são indispensáveis à existência da cidade. As crianças não são cida-
dãos no mesmo sentido que os adultos. Os adultos são absolutamen-
te cidadãos; as crianças são condicionalmente cidadãos mas imperfei-
5 tos.

Em tempos remotos e em certos lugares, os trabalhadores manuais
eram escravos e estrangeiros e continuam a sê-lo, hoje, na sua maioria.
A cidade mais perfeita não fará do trabalhador manual um cidadão. Caso
o admitir como tal, a definição de virtude cívica, de que já falámos, não
alcança todos os cidadãos, nem apenas os homens livres, mas só os que
estão isentos de trabalhos indispensáveis à sobrevivência. Destes, os que
10 estão a serviço de um só indivíduo, são escravos; os que servem a co-
munidade, são trabalhadores manuais ou trabalhadores não qualificados.

15 πῶς ἔχει περὶ αὐτῶν· αὐτὸ γὰρ [φανέν] τὸ λεχθέν ποιεῖ
 δῆλον. ἐπεὶ γὰρ πλείους εἰσὶν αἱ πολιτεῖαι, καὶ εἶδη πολί-
 του ἀναγκαῖον εἶναι πλείω, καὶ μάλιστα τοῦ ἀρχομένου
 πολίτου, ὥστ' ἐν μὲν τινὶ πολιτεῖᾳ τὸν βάνανυσον ἀναγκαῖον
 εἶναι καὶ τὸν θῆτα πολίτας, ἐν τισὶ δ' ἀδύνατον, οἷον εἰ
 20 τίς ἐστιν ἣν καλοῦσιν ἀριστοκρατικὴν καὶ ἐν ἣ κατ' ἀρετὴν
 αἱ τιμαὶ δίδονται καὶ κατ' ἀξίαν· οὐ γὰρ οἷόν τ' ἐπιτηδεύ-
 σαι τὰ τῆς ἀρετῆς ζῶντα βίον βάνανυσον ἢ θητικόν. ἐν δὲ
 ταῖς ὀλιγαρχίαις θῆτα μὲν οὐκ ἐνδέχεται εἶναι πολίτην
 (ἀπὸ τιμημάτων γὰρ μακρῶν αἱ μεθέξεις τῶν ἀρχῶν),
 βάνανυσον δὲ ἐνδέχεται· πλουτοῦσι γὰρ καὶ οἱ πολλοὶ τῶν
 25 τεχνιτῶν. ἐν Θήβαις δὲ νόμος ἦν τὸν δέκα ἐτῶν μὴ ἀπ-
 εσχημένον τῆς ἀγορᾶς μὴ μετέχειν ἀρχῆς. ἐν πολλαῖς δὲ
 πολιτεαῖς προσεφέλκει τινὰς καὶ τῶν ξένων ὁ νόμος· ὁ γὰρ
 ἐκ πολιτίδος ἐν τισὶ δημοκρατίαις πολίτης ἐστίν, τὸν αὐτὸν
 δὲ τρόπον ἔχει καὶ τὰ περὶ τοὺς νόθους παρὰ πολλοῖς. οὐ
 30 μὴν ἀλλ' ἐπεὶ δι' ἐνδειαν τῶν γνησίων πολιτῶν ποιοῦνται
 πολίτας τοὺς τοιοῦτους (διὰ γὰρ ὀλιγανθρωπίαν οὕτω χρῶνται
 τοῖς νόμοις), εὐποροῦντες δὴ ὄχλου κατὰ μικρὸν παραιροῦν-
 ται τοὺς ἐκ δούλου πρῶτον ἢ δούλης, εἴτα τοὺς ἀπὸ γυναικῶν,
 τέλος δὲ μόνον τοὺς ἐξ ἀμφοῖν ἀστῶν πολίτας ποιοῦσιν. ὅτι
 35 μὲν οὖν εἶδη πλείω πολίτου, φανερόν ἐκ τούτων, καὶ ὅτι λέ-
 γεται μάλιστα πολίτης ὁ μετέχων τῶν τιμῶν, ὥσπερ καὶ
 "Ὅμηρος ἐποίησεν ὥς εἰ τιν' ἀτίμητον μετανάστην" ὥσπερ
 μέτοικος γὰρ ἐστὶν ὁ τῶν τιμῶν μὴ μετέχων. ἀλλ' ὅπου
 τὸ τοιοῦτον ἐπικεκρυμμένον ἐστίν, ἀπάτης χάριν τῶν συν-

Avançando nesta investigação, ficará mais evidente o estatuto de escravos e trabalhadores manuais; uma vez compreendido o que acabámos de dizer, o assunto fica esclarecido.

15 Como existem vários regimes, devem também existir várias espécies de cidadãos, em particular de cidadãos governados, visto que em nenhum regime será necessário que os artesãos e trabalhadores não qualificados sejam cidadãos. Nalguns regimes será impossível, como sucede, por exemplo, num regime de tipo aristocrático, em que os cargos são distri-
 20 buídos com base na virtude e no mérito. Neste caso, não pode dedicar-se à prática da virtude o homem que tem uma vida de trabalhador artesanal ou não qualificado. Também nas oligarquias, o trabalhador não qualificado não pode ser cidadão já que a participação nos cargos políticos depende de um grande montante de riqueza; mas um trabalhador manual pode ser cidadão porquanto os artesãos tornam-se, muitas vezes, homens ricos.

25 Em Tebas existia uma lei que proibia a participação em qualquer cargo político a quem não se abstinisse de mercadejar durante dez anos. Por outro lado, em muitos regimes, a lei vai ao ponto de atribuir a cidadania a estrangeiros; em algumas democracias, basta ter a mãe cidadã para se ser cidadão; e existem muitas cidades em que a mesma lei se estende aos filhos ilegítimos. Tais leis devem-se à falta de cidadãos genuínos; é apenas devido à escassez de população que surgem tais leis.
 30 Quando a população aumenta, priva-se progressivamente de cidadania os filhos de pais escravos; de seguida, os nascidos de mãe cidadã; e por último, a cidadania é confinada aos que são cidadãos pelo lado do pai e da mãe.

35 Estas considerações provam que existem várias espécies de cidadão cujo nome apenas cabe, em sentido estrito, a quem partilha as honras da cidade. Tal como diz Homero, é "*semelhante a um estrangeiro a quem não se prestam honras*" (33). Com efeito, o que não partilha das honras da cidade (34) é como um meteco, um estrangeiro residente. Quando este procedimento é feito às ocultas, o intuito é enganar o resto da população.

οικούντων ἐστίν. πότερον μὲν οὖν ἑτέραν ἢ τὴν αὐτὴν θετέον,
καθ' ἣν ἀνὴρ ἀγαθός ἐστι καὶ πολίτης σπουδαῖος, δῆλον ἐκ
τῶν εἰρημένων, ὅτι τινὸς μὲν πόλεως ὁ αὐτὸς τινὸς δ' ἑ-
τερος, κάκεινος οὐ πᾶς ἀλλ' ὁ πολιτικός καὶ κύριος ἢ δυνά-
μενος εἶναι κύριος, ἢ καθ' αὐτὸν ἢ μετ' ἄλλων, τῆς τῶν
κοινῶν ἐπιμελείας.

Ἐπεὶ δὲ ταῦτα διώρισται, τὸ μετὰ ταῦτα σκεπτέον,
πότερον μίαν θετέον πολιτείαν ἢ πλείους, καὶ εἰ πλείους, τί-
νες καὶ πόσαι, καὶ διαφοραὶ τίνες αὐτῶν εἰσιν. ἐστὶ δὲ πολι-
τεία πόλεως τάξεις τῶν τε ἄλλων ἀρχῶν καὶ μάλιστα
τῆς κυρίας πάντων. κύριον μὲν γὰρ πανταχοῦ τὸ πολί-
τευμα τῆς πόλεως, πολίτευμα δ' ἐστὶν ἡ πολιτεία. λέγω
δ' οἷον ἐν μὲν ταῖς δημοκρατίαις κύριος ὁ δῆμος, οἱ δ'
ὀλίγοι τοῦναντίον ἐν ταῖς ὀλιγαρχίαις, φάμεν δὲ καὶ πολι-
τείαν ἑτέραν εἶναι τούτων. τὸν αὐτὸν δὲ τοῦτον ἐροῦμεν λό-
γον καὶ περὶ τῶν ἄλλων. ὑποθετέον δὴ πρῶτον τίνος χάριν
συνέστηκε πόλις, καὶ τῆς ἀρχῆς εἶδη πόσα τῆς περὶ ἄν-
θρωπον καὶ τὴν κοινωνίαν τῆς ζωῆς. εἴρηται δὴ κατὰ
τοὺς πρῶτους λόγους, ἐν οἷς περὶ οἰκονομίας διωρίσθη καὶ δεσπο-
τείας, καὶ ὅτι φύσει μὲν ἐστὶν ἄνθρωπος ζῶν πολιτικόν.
διὸ καὶ μηδὲν δεόμενοι τῆς παρὰ ἀλλήλων βοηθείας οὐκ
ἐλαττον ὀρέγονται τοῦ συζῆν· οὐ μὴν ἀλλὰ καὶ τὸ κοινῇ
συμφέρον συνάγει, καθ' ὅσον ἐπιβάλλει μέρος ἐκάστω τοῦ
ζῆν καλῶς. μάλιστα μὲν οὖν τοῦτ' ἐστὶ τέλος, καὶ κοινῇ πᾶσι
καὶ χωρὶς· συνέρχονται δὲ καὶ τοῦ ζῆν ἐνεκεν αὐτοῦ καὶ
συνέχουσι τὴν πολιτικὴν κοινωνίαν. ἴσως γὰρ ἐνεστί τι τοῦ κα-
λοῦ μῦριον καὶ κατὰ τὸ ζῆν αὐτὸ μόνον, ἂν μὴ τοῖς χα-
λεποῖς κατὰ τὸν βίον ὑπερβάλλῃ λίαν. δῆλον δ' ὡς

Quanto à questão de saber se a virtude do homem bom e a do bom
cidadão são idênticas ou diferentes, a resposta resulta claramente do que
foi atrás dito; em algumas cidades existe coincidência entre o homem bom
e o bom cidadão, noutras cidades não; finalmente não é qualquer um que
é bom cidadão, mas apenas o político que tem ou pode ter autoridade, quer
individualmente, quer com outros, para a condução dos negócios públicos.

6. Diversidade de regimes e formas de autoridade. A finalidade da cidade.

Uma vez definidos estes assuntos, importa considerar de seguida
se devemos admitir se existe um ou vários tipos de regime. Se existirem
vários tipos, quais são, quantos são, e como diferem uns dos outros? Um
regime pode ser definido como a organização da cidade no que se refere
a diversas magistraturas e, sobretudo, às magistraturas supremas⁽³⁵⁾. O
governo é o elemento supremo em toda a cidade e o regime é, de facto,
esse governo. Nas constituições democráticas o povo é supremo; pelo
contrário, nas oligarquias apenas alguns têm a supremacia. Por isso
dizemos que estes dois regimes são diferentes, argumento que retomare-
mos também a propósito dos demais regimes.

Temos que determinar, em primeiro lugar, para que fim se constitui
a cidade e quantas são as formas de governo, relativas ao homem e à vida
em comunidade. No nosso primeiro livro, onde foram definidas a econo-
mia e a autoridade do senhor, referimos, entre outras coisas, que o homem
é por natureza um ser vivo político. Apesar de não carecer de auxílio
mútuo, os homens desejam viver em conjunto; também é verdade que
estão unidos pela utilidade comum, na medida em que, a cada um,
corresponde uma parcela de bem-estar. Este é o fim principal, quer da
comunidade quer de cada indivíduo.

Mas os homens também se reúnem e mantêm a comunidade
política, pura e simplesmente, para viver; por isso já existe um elemento,
valioso no simples viver, pelo menos se as amarguras da existência não

καρτεροῦσι πολλὴν κακοπάθειαν οἱ πολλοὶ τῶν ἀνθρώπων γλι-
 χόμενοι τοῦ ζῆν, ὥς ἐνούσης τινὸς εὐημερίας ἐν αὐτῷ καὶ
 30 γλυκύτητος φυσικῆς. ἀλλὰ μὴν καὶ τῆς ἀρχῆς γε τοὺς λεγο-
 μένους τρόπους ῥάδιον διελεῖν· καὶ γὰρ ἐν τοῖς ἐξωτερικοῖς
 λόγοις διοριζόμεθα περὶ αὐτῶν πολλάκις. ἡ μὲν γὰρ δε-
 σποτεία, καίπερ ὄντος κατ' ἀλήθειαν τῷ τε φύσει δούλῳ
 καὶ τῷ φύσει δεσπότῃ ταύτου συμφέροντος, ὅμως ἀρχεῖ
 35 πρὸς τὸ τοῦ δεσπότου συμφέρον οὐδὲν ἦττον, πρὸς δὲ τὸ τοῦ
 δούλου κατὰ συμβεβηκός (οὐ γὰρ ἐνδέχεται φθειρομένου τοῦ
 δούλου σφῆζεσθαι τὴν δεσποτείαν)· ἡ δὲ τέκνων ἀρχὴ καὶ
 γυναικὸς καὶ τῆς οἰκίας πάσης, ἣν δὴ καλοῦμεν οἰκονομικὴν,
 ἦτοι τῶν ἀρχομένων χάριν ἐστὶν ἡ κοινῇ τινὸς ἀμφοῖν, καθ'
 40 αὐτὸ μὲν τῶν ἀρχομένων, ὥσπερ ὁρῶμεν καὶ τὰς ἄλλας
 1279a τέχνας, οἷον ἰατρικὴν καὶ γυμναστικὴν, κατὰ συμβεβηκός
 δὲ καὶ αὐτῶν εἶναι. οὐδὲν γὰρ κωλύει τὸν παιδοτρίβην ἕνα
 τῶν γυμναζομένων ἐνίστ' εἶναι καὶ αὐτόν, ὥσπερ ὁ κυβερ-
 νήτης εἰς ἐστὶν ἀεὶ τῶν πλωτήρων· ὁ μὲν οὖν παιδοτρίβης
 5 ἡ κυβερνήτης σκοπεῖ τὸ τῶν ἀρχομένων ἀγαθόν, ὅταν δὲ
 τούτων εἰς γένηται καὶ αὐτός, κατὰ συμβεβηκός μετέχει
 τῆς ὠφελείας. ὁ μὲν γὰρ πλωτήρ, ὁ δὲ τῶν γυμναζομέ-
 νων εἰς γίνεται, παιδοτρίβης ὢν. διὸ καὶ τὰς πολιτικὰς
 ἀρχάς, ὅταν ἦ κατ' ἰσότητά τῶν πολιτῶν συνεστηκυῖα καὶ
 10 καθ' ὁμοιότητα, κατὰ μέρος ἀξιοῦσιν ἀρχεῖν, πρότερον μὲν,
 ἢ πέφυκεν, ἀξιοῦντες ἐν μέρει λειτουργεῖν, καὶ σκοπεῖν τινα
 πάλιν τὸ αὐτοῦ ἀγαθόν, ὥσπερ πρότερον αὐτὸς ἀρχὼν ἐσκό-
 πει τὸ ἐκείνου συμφέρον· νῦν δὲ διὰ τὰς ὠφελείας τὰς

forem excessivas. É evidente que a maior parte dos homens passa por
 muitas amarguras devido ao afã de viver, e parecem encontrar na vida
 uma espécie de felicidade e doçura natural.

Também é fácil distinguir os vários tipos de governo que definimos, 30
 várias vezes, nos trabalhos destinados ao público em geral. A autoridade
 do senhor — apesar de existir, na verdade, um interesse comum entre o
 senhor e o escravo — não deixa por isso de exercer-se segundo a
 conveniência do senhor, e só acidentalmente segundo a conveniência do 35
 escravo; porque desaparecido o escravo, não há maneira de se conservar
 a autoridade do senhor. O domínio sobre a mulher e os filhos e sobre a
 casa em geral, designado por economia, ou é exercido no interesse dos
 dominados ou num interesse comum a ambas as partes. Essencialmente
 é exercido no interesse dos dominados, como vemos nos demais saberes, 40
 como a medicina e a ginástica, em que apenas por acidente pode ser 1279a
 considerado o interesse dos que a praticam; nada impede que o mestre
 de ginástica seja, ocasionalmente um dos que pratica a ginástica, tal como
 o piloto é sempre um navegante entre a tripulação. O mestre de ginástica
 e o piloto visam o bem dos que se encontram sob a sua autoridade. Mas 5
 quando eles se convertem em orientados, compartilham acidentalmente
 dos benefícios; é então que o piloto se torna navegante e o mestre de
 ginástica, ginasta, embora se mantenha mestre de ginástica.

Da mesma forma, quando se trata do governo da cidade, sempre que
 esse governo esteja fundado na base da igualdade e completa semelhança
 dos seus cidadãos, estes consideram justo governar por turnos ⁽³⁶⁾; em 10
 tempos idos, como é natural, cada indivíduo considerava justo que os cargos
 fossem desempenhados em alternância, e pensava que, como retribuição,
 alguém zelaria pelo seu bem próprio, tal como ele mesmo zelara pelo
 interesse alheio durante a permanência no cargo. Actualmente, devido
 aos benefícios derivados dos cargos públicos e do exercício do poder,
 os homens desejam a ocupação permanente desses cargos. É como 15

15 ἀπὸ τῶν κοινῶν καὶ τὰς ἐκ τῆς ἀρχῆς βούλονται συνεχῶς
 ἀρχειν, οἷον εἰ συνέβαινεν ὑγιαίνειν ἀεὶ τοῖς ἀρχουσι νοσακε-
 ροῖς οὖσιν. καὶ γὰρ ἂν οὕτως ἴσως ἐδίωκον τὰς ἀρχάς.
 φανερόν τοίνυν ὥς ὅσαι μὲν πολιτεῖαι τὸ κοινῇ συμφέρον
 σκοποῦσιν, αὗται μὲν ὀρθαὶ τυγχάνουσιν οὔσαι κατὰ τὸ
 20 ἀπλῶς δίκαιον, ὅσαι δὲ τὸ σφέτερον μόνον τῶν ἀρχόντων,
 ἡμαρτημέναι πᾶσαι καὶ παρεκβάσεις τῶν ὀρθῶν πολιτειῶν.
 δεσποτικαὶ γάρ, ἡ δὲ πόλις κοινωνία τῶν ἐλευθέρων ἐστίν.
 7 Διωρισμένων δὲ τούτων ἐχόμενόν ἐστι τὰς πολιτείας
 ἐπισκέψασθαι, πόσαι τὸν ἀριθμὸν καὶ τίνες εἰσὶ, καὶ πρῶ-
 τον τὰς ὀρθὰς αὐτῶν. καὶ γὰρ αἱ παρεκβάσεις ἐσονται
 25 φανεραὶ τούτων διορισθεισῶν. ἐπεὶ δὲ πολιτεία μὲν καὶ
 πολίτευμα σημαίνει ταυτόν, πολίτευμα δ' ἐστὶ τὸ κύριον τῶν
 πόλεων, ἀνάγκη δ' εἶναι κύριον ἢ ἓνα ἢ ὀλίγους ἢ τοὺς πολ-
 λούς, ὅταν μὲν ὁ εἷς ἢ οἱ ὀλίγοι ἢ οἱ πολλοὶ πρὸς τὸ κοι-
 νὸν συμφέρον ἀρχωσι, ταύτας μὲν ὀρθὰς ἀναγκαῖον εἶναι
 30 τὰς πολιτείας, τὰς δὲ πρὸς τὸ ἴδιον ἢ τοῦ ἐνὸς ἢ τῶν ὀλί-
 γων ἢ τοῦ πλήθους παρεκβάσεις. ἡ γὰρ οὐ πολίτας φατέον
 εἶναι τοὺς <μη> μετέχοντας, ἡ δεῖ κοινωνεῖν τοῦ συμφέροντος. κα-
 λεῖν δ' εἰώθαμεν τῶν μὲν μοναρχιῶν τὴν πρὸς τὸ κοινὸν
 ἀποβλέπουσαν συμφέρον βασιλείαν, τὴν δὲ τῶν ὀλίγων μὲν
 35 πλειόνων δ' ἐνὸς ἀριστοκρατίαν (ἡ διὰ τὸ τοὺς ἀρίστους ἀρχειν,
 ἡ διὰ τὸ πρὸς τὸ ἄριστον τῇ πόλει καὶ τοῖς κοινωνοῦσιν
 αὐτῆς), ὅταν δὲ τὸ πλήθος πρὸς τὸ κοινὸν πολιτεύηται συμ-

se os ocupantes dos cargos fossem homens doentes e apenas recuperassem
 a saúde quando estão em funções.

A conclusão que se segue é clara: os regimes que se propõem atingir
 o interesse comum são rectos, na perspectiva da justiça absoluta⁽³⁷⁾; os
 que apenas atendem aos interesses dos governantes são defeituosos e
 todos eles desviados dos regimes rectos. São despóticos, mas a cidade é
 20 uma comunidade de homens livres.

7. Os regimes correctos e respectivos desvios.

Agora, que estes assuntos foram determinados, o próximo assunto
 a considerar é o número e natureza dos diferentes regimes. Podemos, em
 primeiro lugar, examinar o grupo dos regimes correctos; depois de os
 regimes correctos estarem determinados, os desvios ficarão claros⁽³⁸⁾.
 25

Dado que regime e governo significam a mesma coisa sendo o
 governo o elemento supremo em cada cidade, necessariamente serão
 supremos ou um indivíduo, ou poucos, ou muitos. Quando o único, ou os
 poucos, ou os muitos, governam em vista do interesse comum, esses
 regimes serão necessariamente rectos. Os regimes em que se governa em
 30 vista do único, dos poucos, ou dos muitos são transviados. Ou bem que
 o nome de cidadão não pode ser atribuído a quem participa no regime,
 ou, se o nome é atribuído, todos devem participar nas vantagens.

De entre as formas de governo por um só, chamamos realza à que
 visa o interesse comum. Chamamos aristocracia à forma de governo por
 35 poucos (mas sempre mais do que um) seja porque governam os melhores
 ou porque se propõe o melhor para a cidade e os seus membros.
 Finalmente quando os muitos governam em vista ao interesse comum, o
 regime recebe o nome comum a todos os regimes: 'regime constitucional'.

φέρων, καλεῖται τὸ κοινὸν ὄνομα πασῶν τῶν πολιτειῶν, πολιτεία. (συμβαίνει δ' εὐλόγως· ἓνα μὲν γὰρ διαφέρειν
 40 κατ' ἀρετὴν ἢ ὀλίγους εὐδέχεται, πλείους δ' ἤδη χαλεπὸν
 1279b ἡκριβῶσθαι πρὸς πᾶσαν ἀρετὴν, ἀλλὰ μάλιστα τὴν πολε-
 μικήν· αὕτη γὰρ ἐν πλήθει γίνεται· διόπερ κατὰ ταύτην
 τὴν πολιτείαν κυριώτατον τὸ προπολεμοῦν καὶ μετέχουσιν
 αὐτῆς οἱ κεκτημένοι τὰ ὄπλα.) παρεκβάσεις δὲ τῶν εἰρη-
 5 μένων τυραννὶς μὲν βασιλείας, ὀλιγαρχία δὲ ἀριστοκρατίας,
 δημοκρατία δὲ πολιτείας. ἡ μὲν γὰρ τυραννὶς ἐστὶ μοναρ-
 χία πρὸς τὸ συμφέρον τὸ τοῦ μοναρχοῦντος, ἡ δ' ὀλιγαρ-
 χία πρὸς τὸ τῶν εὐπόρων, ἡ δὲ δημοκρατία πρὸς τὸ συμ-
 φέρον τὸ τῶν ἀπόρων· πρὸς δὲ τὸ τῷ κοινῷ λυσιτελοῦν
 10 οὐδεμία αὐτῶν.

8 Δεῖ δὲ μικρῷ διὰ μακροτέρων εἰπεῖν τίς ἐκάστη τούτων
 τῶν πολιτειῶν ἐστίν· καὶ γὰρ ἔχει τινὰς ἀπορίας, τῷ δὲ
 περὶ ἐκάστην μέθοδον φιλοσοφοῦντι καὶ μὴ μόνον ἀποβλέ-
 15 ποντι πρὸς τὸ πράττειν οἰκεῖον ἐστὶ τὸ μὴ παρορᾶν μηδέ
 τι καταλείπειν, ἀλλὰ δηλοῦν τὴν περὶ ἐκάστον ἀλήθειαν.
 ἐστὶ δὲ τυραννὶς μὲν μοναρχία, καθάπερ εἴρηται, δεσπο-
 τικὴ τῆς πολιτικῆς κοινωνίας, ὀλιγαρχία δ' ὅταν ὧσι κύ-
 ριοι τῆς πολιτείας οἱ τὰς οὐσίας ἔχοντες, δημοκρατία δὲ
 20 τούναντίον ὅταν οἱ μὴ κεκτημένοι πλῆθος οὐσίας ἀλλ' ἀποροι.
 πρώτη δ' ἀπορία πρὸς τὸν διορισμὸν ἐστίν. εἰ γὰρ εἶεν οἱ
 πλείους, ὄντες εὐποροι, κύριοι τῆς πόλεως, δημοκρατία δ' ἐστὶν
 ὅταν ᾗ κύριον τὸ πλῆθος-ὁμοίως δὲ πάλιν κἂν εἴ που συμ-
 βαίνει τοὺς ἀπόρους ἐλάττους μὲν εἶναι τῶν εὐπόρων, κρείττους
 δ' ὄντας κυρίους εἶναι τῆς πολιτείας, ὅπου δ' ὀλίγον

Existe uma boa razão. É possível para um, ou poucos, distinguir-se pela
 excelência; mas dificilmente um maior número de cidadãos poderá atingir
 a perfeição em todos os tipos de virtude. Esta perfeição, contudo, é
 1279b atingida no valor militar que se evidencia nas massas. Esta é a razão pela
 qual as forças de defesa são o elemento supremo neste regime, e nele
 participam os possuidores de armas.

Os três desvios correspondentes são: a tirania em relação à realeza;
 a oligarquia em relação à aristocracia; a democracia em relação ao regime
 constitucional.

A tirania é o governo de um só com vista ao interesse pessoal; a
 oligarquia é busca do interesse dos ricos; a democracia visa o interesse
 dos pobres. Nenhum destes regimes visa o interesse da comunidade.

8. Natureza da oligarquia e da democracia.

Necessitamos tratar com maior desenvolvimento em que consiste
 cada um destes regimes. Existem algumas dificuldades nesta questão; e
 quando alguém segue um método filosófico na investigação de qualquer
 ramo do saber, e não se limita a considerações práticas, o caminho
 adequado é começar pela verdade acerca de cada caso sem qualquer
 15 negligência ou omissão.

A tirania, como já foi dito, é o governo de um só que exerce um
 poder despótico sobre a comunidade política. Existe oligarquia quando os
 que possuem bens são o elemento supremo do regime. Pelo contrário,
 existe democracia quando o elemento supremo não pertence aos ricos mas
 sim aos pobres. Surge uma primeira dificuldade nesta definição; podemos
 20 conceber um caso em que, sendo a democracia o regime em que a
 multidão governa, a maioria é composta por indivíduos ricos que têm o
 poder supremo; similarmente, sendo a oligarquia o regime em que o poder
 pertence a um pequeno número, poder-se-ia conceber o caso em que as

25 κύριον πλῆθος, ὀλιγαρχίαν εἶναι φασιν οὐκ ἂν καλῶς δόξειεν
 διωρίσθαι περὶ τῶν πολιτειῶν. ἀλλὰ μὴν κἂν τις συνθῇς
 τῇ μὲν εὐπορίᾳ τὴν ὀλιγότητα τῇ δ' ἀπορίᾳ τὸ πλῆθος
 οὕτω προσαγορεύῃ τὰς πολιτείας, ὀλιγαρχίαν μὲν ἐν τῇ τὰς
 30 ἀρχᾶς ἔχουσιν οἱ εὐποροὶ, ὀλίγοι τὸ πλῆθος ὄντες, δημο-
 κρατίαν δὲ ἐν τῇ οἱ ἄποροι, πολλοὶ τὸ πλῆθος ὄντες, ἄλλην
 ἀπορίαν ἔχει. τινὰς γὰρ ἐροῦμεν τὰς ἄρτι λεχθείσας πολι-
 τείας, τὴν ἐν τῇ πλείους <οἱ> εὐποροὶ καὶ ἐν τῇ ἐλάττους οἱ
 ἄποροι, κύριοι δ' ἑκάτεροι τῶν πολιτειῶν, εἴπερ μηδεμία
 35 ἄλλη πολιτεία παρὰ τὰς εἰρημένους ἔστιν; ἔοικε τοίνυν ὁ
 λόγος ποιεῖν δῆλον ὅτι τὸ μὲν ὀλίγους ἢ πολλοὺς εἶναι κυ-
 ρίους συμβεβηκός ἐστιν, τὸ μὲν ταῖς ὀλιγαρχίαις τὸ δὲ ταῖς
 δημοκρατίαις, διὰ τὸ τοὺς μὲν εὐπόρους ὀλίγους, πολλοὺς δ'
 εἶναι τοὺς ἀπόρους πανταχοῦ (διὸ καὶ οὐ συμβαίνει τὰς βη-
 40 θείσας αἰτίας <αἰτίας> γίνεσθαι διαφορᾶς), ᾧ δὲ διαφέρουσιν ἢ τε
 δημοκρατία καὶ ἡ ὀλιγαρχία ἀλλήλων πένια καὶ πλοῦτός
 1280a ἐστίν, καὶ ἀναγκαῖον μὲν, ὅπου ἂν ἀρχῶσι διὰ πλοῦτον, ἂν
 τ' ἐλάττους ἂν τε πλείους, εἶναι ταύτην ὀλιγαρχίαν, ὅπου δ'
 οἱ ἄποροι, δημοκρατίαν, ἀλλὰ συμβαίνει, καθάπερ εἶπο-
 5 μεν, τοὺς μὲν ὀλίγους εἶναι τοὺς δὲ πολλοὺς. εὐποροῦσι
 μὲν γὰρ ὀλίγοι, τῆς δὲ ἐλευθερίας μετέχουσι πάντες· δι' αἷς
 αἰτίας ἀμφισβητοῦσιν ἀμφοτέρω τῆς πολιτείας.
 9 Ληπτέον δὲ πρῶτον τινὰς ὅρους λέγουσι τῆς ὀλιγαρχίας
 καὶ δημοκρατίας, καὶ τί τὸ δίκαιον τό τε ὀλιγαρχικὸν
 καὶ δημοκρατικόν. πάντες γὰρ ἄπτονται δικαίου τινός, ἀλλὰ
 10 μέχρι τινός προέρχονται, καὶ λέγουσιν οὐ πᾶν τὸ κυρίως

classes mais pobres, embora menores em número do que as classes mais
 25 ricas, fossem mais fortes do que estas e exercessem o poder supremo no
 regime. Em qualquer destes casos as definições já dadas de regime
 poderiam parecer inexactas. Encontramos outra dificuldade se, por outro
 lado, definimos os regimes combinando a riqueza com os poucos e a
 pobreza com os muitos, e chamamos oligarquia ao regime em que os
 30 ricos, sendo poucos em número, detêm os cargos públicos, e democracia
 ao regime em que os mais pobres, sendo muitos em número, estão no
 poder. Se não existir outro regime além dos dois que acabámos de referir,
 como designar aqueles em que a autoridade suprema pertence aos ricos,
 que são a maioria, ou aos pobres, que são a minoria? Este argumento
 parece mostrar que o número é um atributo accidental (seja o pequeno
 35 número nas oligarquias, ou o grande número nas democracias) devido ao
 facto de que os ricos são em todo o lado poucos e os pobres muitos. E
 é por isso que as causas já mencionadas não são de facto as causas reais
 de diferença entre oligarquia e democracia. (39)

A verdadeira diferença entre oligarquia e democracia é a pobreza 40
 e a riqueza. É inevitável que quando o poder se exerce em virtude da 1280a
 riqueza, quer sejam poucos ou muitos, trata-se de uma oligarquia; quando
 os pobres governam, trata-se de uma democracia. Acontece, porém,
 conforme notámos, que os ricos são escassos e os pobres numerosos. É
 que a riqueza é de poucos, enquanto a liberdade é de todos: estas são 5
 as causas pelas quais uns e outros reclamam o poder.

9. A virtude como fim da cidade.

Necessitamos de conhecer bem quais são os princípios da oligarquia
 e da democracia, e quais são as concepções oligárquica e democrática de
 justiça. Ambos os regimes defendem uma certa concepção de justiça, 10
 mas apenas relativa, e nenhum deles se refere à justiça suprema na sua

δίκαιον. οἷον δοκεῖ ἴσον τὸ δίκαιον εἶναι, καὶ ἔστιν, ἀλλ'
 οὐ πᾶσιν ἀλλὰ τοῖς ἴσοις· καὶ τὸ ἀνίσον δοκεῖ δίκαιον
 εἶναι, καὶ γὰρ ἔστιν, ἀλλ' οὐ πᾶσιν ἀλλὰ τοῖς ἀνίσοις· οἱ
 δὲ τοῦτ' ἀφαιροῦσι, τὸ οἷς, καὶ κρίνουσι κακῶς. τὸ δ' αἴτιον
 15 ὅτι περὶ αὐτῶν ἡ κρίσις· σχεδὸν δ' οἱ πλεῖστοι φαῦλοι κρι-
 ταὶ περὶ τῶν οἰκείων. ὥστ' ἐπεὶ τὸ δίκαιον τισίν, καὶ διήρη-
 τὸν αὐτὸν τρόπον ἐπὶ τε τῶν πραγμάτων καὶ οἷς, καθάπερ
 εἴρηται πρότερον ἐν τοῖς Ἡθικοῖς, τὴν μὲν τοῦ πράγματος ἰσό-
 τητα ὁμολογοῦσι, τὴν δὲ οἷς ἀμφισβητοῦσι, μά-
 20 λιστα μὲν διὰ τὸ λεχθὲν ἄρτι, διότι κρίνουσι τὰ περὶ αὐτοῦς
 κακῶς, ἔπειτα δὲ καὶ διὰ τὸ λέγειν μέχρι τινὸς ἑκατέρους
 δίκαιόν τι νομίζουσι δίκαιον λέγειν ἀπλῶς. οἱ μὲν γὰρ
 ἂν κατὰ τι ἀνίσοι ᾧσιν, οἷον χρήμασιν, ὅλως οἴονται ἀν-
 25 ἴσοι. τὸ δὲ κυριώτατον οὐ λέγουσιν. εἰ μὲν γὰρ τῶν κτη-
 μάτων χάριν ἐκοινώνησαν καὶ συνῆλθον, τοσοῦτον μετέχουσι
 τῆς πόλεως ὅσον περ καὶ τῆς κτήσεως, ὥστ' ὁ τῶν ὀλιγαρ-
 χικῶν λόγος δόξειεν ἂν ἰσχύειν (οὐ γὰρ εἶναι δίκαιον ἴσον
 μετέχειν τῶν ἑκατὸν μνῶν τὸν εἰσενέγκαντα μίαν μνᾶν τῷ
 30 δόντι τὸ λοιπὸν πᾶν, οὔτε τῶν ἐξ ἀρχῆς οὔτε τῶν ἐπιγίνο-
 μένων)· εἰ δὲ μήτε τοῦ ζῆν μόνον ἔνεκεν ἀλλὰ μάλλον τοῦ
 εὔ ζῆν (καὶ γὰρ ἂν δούλων καὶ τῶν ἄλλων ζώων ἦν πό-
 λις· νῦν δ' οὐκ ἔστι, διὰ τὸ μὴ μετέχειν εὐδαιμονίας μηδὲ
 τοῦ ζῆν κατὰ προαίρεσιν), μήτε συμμαχίας ἔνεκεν, ὅπως
 35 ὑπὸ μηδενὸς ἀδικῶνται, μήτε διὰ τὰς ἀλλαγὰς καὶ τὴν
 χρῆσιν τὴν πρὸς ἀλλήλους—καὶ γὰρ ἂν Τυρρηνοὶ καὶ Καρχη-
 δόνιοι, καὶ πάντες οἷς ἔστι σύμβολα πρὸς ἀλλήλους, ὥς
 μιᾶς ἂν πολῖται πόλεως ἦσαν· εἰσὶ γοῦν αὐτοῖς συνθήκαι

integridade. Por exemplo: há quem considere que a justiça consiste na
 igualdade. Assim é, com efeito, mas não para todos e apenas para os que
 são iguais. Outros consideram que é justa a desigualdade; e na verdade
 assim é, mas unicamente para aqueles que são desiguais e não para todos.
 Ambos os arguentes ignoram os destinatários dos princípios de justiça e
 cometem erros de juízo. A razão é que estão a julgar em causa própria,
 e na maior parte dos casos os homens são maus juizes quando os seus
 próprios interesses estão em causa. E como a justiça é relativa às pessoas,
 e uma justa distribuição é aquela em que os valores relativos das coisas
 correspondem aos das pessoas que as recebem — ponto que já tratamos
 na *Ética* (⁴⁰) — os que advogam a oligarquia e a democracia concordam
 no que constitui a igualdade das coisas, mas discordam no que constitui
 a igualdade dos indivíduos. A razão foi já mencionada, a saber: julgam
 mal em causa própria. Mas existe ainda uma outra razão: estão induzidos
 em erro porque falam de uma justiça relativa mas presumem estar a falar
 da justiça absoluta.

Uns presumem que a desigualdade num aspecto — por exemplo a
 riqueza — implica a desigualdade em tudo; os outros acreditam que a
 igualdade num aspecto — por exemplo a liberdade — significa igualdade
 em tudo. Mas nenhum deles consegue dizer o essencial. De facto, se os
 homens se reuniram em comunidades por causa das riquezas, a partici-
 pação na cidade deveria ser proporcional à participação na riqueza. Neste
 caso, o argumento dos oligarcas parece forte: não é justo que num
 capital de cem minas, aquele que deu uma só mina obtenha uma parte
 igual ao que contribuiu com as restantes, quer no que se refere à soma
 inicial, quer ao lucro. Porém, os homens não se associaram apenas para
 viver mas sobretudo para a vida boa. Caso contrário, existiriam cidades
 de escravos, ou mesmo de animais; mas é impossível existirem cidades
 de escravos e de animais porque estes não partilham da felicidade nem
 escolhem o seu modo de vida. Tão pouco os homens se associaram para
 formar uma aliança de defesa mútua contra qualquer injustiça nem para
 facilitar as trocas e as relações comerciais. Se este fosse o fim, os Etruscos
 e os Cartagineses e os demais povos que têm tratados comerciais entre si,
 pertenceriam a uma única cidade. É verdade que tais povos têm acordos

40 περὶ τῶν εἰσαγωγίμων καὶ σύμβολα περὶ τοῦ μὴ ἀδικεῖν
 1280b καὶ γραφαὶ περὶ συμμαχίας. ἀλλ' οὐτ' ἀρχαὶ πᾶσιν ἐπὶ
 τοῖς τοῖς κοινὰ καθεστᾶσιν, ἀλλ' ἕτεροι παρ' ἑκατέρους, οὔτε τοῦ
 ποίους τινὰς εἶναι δεῖ φροντίζουσιν ἄτεροι τοὺς ἑτέρους, οὐδ'
 ὅπως μηδεὶς ἀδικὸς ἔσται τῶν ὑπὸ τὰς συνθήκας μηδὲ μο-
 5 χθηρίαν ἔξει μηδεμίαν, ἀλλὰ μόνον ὅπως μηδὲν ἀδική-
 σουσιν ἀλλήλους. περὶ δ' ἀρετῆς καὶ κακίας πολιτικῆς δια-
 σκοποῦσιν ὅσοι φροντίζουσιν εὐνομίας. ἥ καὶ φανερόν ἐστι
 δεῖ περὶ ἀρετῆς ἐπιμελὲς εἶναι τῇ γ' ὥς ἀληθῶς ὀνομαζο-
 μένη πόλει, μὴ λόγου χάριν. γίγνεται γὰρ ἡ κοινωνία συμ-
 10 μαχιῶν, καὶ ὁ νόμος συνθήκη καί, καθάπερ ἔφη Λυκό-
 φρων ὁ σοφιστής, ἐγγυητὴς ἀλλήλοις τῶν δικαίων, ἀλλ'
 οὐχ οἷος ποιεῖν ἀγαθοὺς καὶ δικαίους τοὺς πολίτας. ὅτι δὲ
 τοῦτον ἔχει τὸν τρόπον, φανερόν. εἰ γὰρ τις καὶ συναγάγοι
 τοὺς τόπους εἰς ἓν, ὥστε ἄπτεσθαι τὴν Μεγαρέων πόλιν καὶ
 15 Κορινθίων τοῖς τεύχεσιν, ὅμως οὐ μία πόλις· οὐδ' εἰ πρὸς
 ἀλλήλους ἐπιγαμίας ποιήσαιντο· καίτοι τοῦτο τῶν ἰδίων ταῖς
 πόλεσι κοινωνημάτων ἐστίν. ὁμοίως δ' οὐδ' εἰ τινες οἰκοῖεν
 χωρὶς μὲν, μὴ μέντοι τοσοῦτον ἄπωθεν ὥστε μὴ κοινωνεῖν,
 20 ἀλλ' εἴησαν αὐτοῖς νόμοι τοῦ μὴ σφᾶς αὐτοὺς ἀδικεῖν περὶ
 τὰς μεταδόσεις, οἷον εἰ ὁ μὲν εἴη τέκτων ὁ δὲ γεωργὸς
 ὁ δὲ σκυτοτόμος ὁ δ' ἄλλο τι τοιοῦτον, καὶ τὸ πλῆθος εἶεν
 μύριοι, μὴ μέντοι κοινωνοῖεν ἄλλου μηδενὸς ἢ τῶν τοιούτων,
 οἷον ἀλλαγῆς καὶ συμμαχίας, οὐδ' οὕτω πῶς πόλις. διὰ
 25 τίνα δὴ ποτ' αἰτίαν; οὐ γὰρ δὴ διὰ τὸ μὴ σύνεγγυς τῆς
 κοινωνίας. εἰ γὰρ καὶ συνέλθοιεν οὕτω κοινωνοῦντες (ἕκαστος
 μέντοι χρῶτο τῇ ἰδίᾳ οἰκίᾳ ὥσπερ πόλει) καὶ σφίσιν αὐτοῖς

relativos à importação e à exportação; comprometem-se a respeitar uma
 conduta justa e tratados de defesa mútua. Por outro lado, não existem 40
 magistraturas comuns a todas as partes contratantes; cada cidade tem os
 seus próprios magistrados. Nenhuma das partes se preocupa com a 1280b
 conduta alheia; nenhum dos contratantes se preocupa que os outros sejam
 injustos ou, de algum modo, perversos; a única preocupação de cada
 cidade é evitar que os compatriotas não se prejudiquem mutuamente.

Por outro lado, os que se interessam pela boa legislação ⁽⁴¹⁾ indagam 5
 acerca das virtudes e dos vícios cívicos. A conclusão clara é de que a
 cidade que é verdadeiramente cidade, e não apenas de nome, deve
 preocupar-se com a virtude. Se assim não fosse, a comunidade política
 decairia numa aliança que apenas se distinguiria pela contiguidade local
 de outras alianças, em que os membros vivem a uma certa distância uns 10
 dos outros. E a lei também tornar-se-ia um simples convénio — ou na
 frase do sofista Licofronte “uma garantia dos direitos dos homens” ⁽⁴²⁾
 — mas incapaz de tornar bons e justos os cidadãos.

Que isto é verdade, é evidente. Com efeito, se pudessem reunir dois
 lugares diferentes, de modo que as cidades de Mégara e de Corinto
 fossem circundadas por uma só muralha, mesmo assim não existiria uma 15
 só cidade. Se os cidadãos de ambas as cidades casassem entre si, isso
 não faria também uma só cidade, mesmo sendo o casamento uma das
 formas de vida em comum características da cidade. Nem tão pouco
 surgiria uma cidade se os habitantes vivessem separados — embora não
 tanto que impossibilitasse a comunidade — ou possuíssem leis para evitar
 as injustiças nos contratos, e houvesse entre eles carpinteiros, lavradores, 20
 e sapateiros, e o número da população se elevasse a dez mil, mas nada
 tivessem em comum a não ser os tratados comerciais e as alianças de
 defesa mútua.

Porquê? Decerto que não é por falta de contiguidade territorial.
 Ainda que os membros dessa comunidade se reunissem e cada um 25
 utilizasse a sua casa particular como se fosse uma cidade, e todos eles

30 ὥς ἐπιμαχίας οὐσης βοηθοῦντες ἐπὶ τοὺς ἀδικοῦντας μόνον,
 οὐδ' οὕτως ἂν εἶναι δόξειεν πόλις τοῖς ἀκριβῶς θεωροῦσιν, εἴπερ
 ὁμοίως ὁμιλοῖεν συνελθόντες καὶ χωρίς. φανερόν τοίνυν ὅτι
 35 ἡ πόλις οὐκ ἔστι κοινωνία τόπου, καὶ τοῦ μὴ ἀδικεῖν σφᾶς
 αὐτοὺς καὶ τῆς μεταδόσεως χάριν· ἀλλὰ ταῦτα μὲν ἀναγ-
 καῖον ὑπάρχειν, εἴπερ ἔσται πόλις, οὐ μὴν οὐδ' ὑπαρχόντων
 τούτων ἀπάντων ἤδη πόλις, ἀλλ' ἡ τοῦ εὖ ζῆν κοινωνία καὶ
 40 ταῖς οἰκίαις καὶ τοῖς γένεσι, ζωῆς τελείας χάριν καὶ αὐτάρ-
 35 κους. οὐκ ἔσται μέντοι τοῦτο μὴ τὸν αὐτὸν καὶ ἓνα κατοικούν-
 των τόπον καὶ χρωμένων ἐπιγαμίαις. διὸ κηδεῖαί τ' ἐγέ-
 νοντο κατὰ τὰς πόλεις καὶ φατρίαι καὶ θυσῖαι καὶ δια-
 γωγαὶ τοῦ συζῆν. τὸ δὲ τοιοῦτον φιλίας ἔργον· ἡ γὰρ τοῦ
 συζῆν προαίρεσις φιλία. τέλος μὲν οὖν πόλεως τὸ εὖ ζῆν,
 40 ταῦτα δὲ τοῦ τέλους χάριν. πόλις δὲ ἡ γενῶν καὶ κωμῶν
 1281a κοινωνία ζωῆς τελείας καὶ αὐτάρκους. τοῦτο δ' ἔστιν, ὥς
 φαμέν, τὸ ζῆν εὐδαιμόνως καὶ καλῶς. τῶν καλῶν ἄρα
 πράξεων χάριν θετέον εἶναι τὴν πολιτικὴν κοινωνίαν ἀλλ'
 οὐ τοῦ συζῆν. διόπερ ὅσοι συμβάλλονται πλεῖστον εἰς τὴν
 5 τοιαύτην κοινωνίαν, τούτοις τῆς πόλεως μέτεστι πλεῖον ἢ
 τοῖς κατὰ μὲν ἐλευθερίαν καὶ γένος ἴσοις ἢ μείζοσι κατὰ
 δὲ τὴν πολιτικὴν ἀρετὴν ἀνίστοις, ἢ τοῖς κατὰ πλοῦτον ὑπερ-
 ἔχουσι κατ' ἀρετὴν δ' ὑπερεχομένοις. ὅτι μὲν οὖν πάντες
 οἱ περὶ τῶν πολιτειῶν ἀμφισβητοῦντες μέρος τι τοῦ δικαίου
 10 λέγουσι, φανερόν ἐκ τῶν εἰρημένων.

prestassem auxílio como se tivessem contraído uma aliança defensiva apenas contra agressores, nem assim existiria uma cidade; em bom rigor, nem pareceria existir uma cidade se as relações mútuas, uma vez realizada a união, permanecessem idênticas às que existiam quando estavam separados.

É claro, portanto, que uma cidade não é uma comunidade de 30
 residência cujo fim seja apenas evitar a injustiça mútua e facilitar as
 trocas comerciais ⁽⁴³⁾. Todas estas condições devem estar presentes para
 que a cidade exista; mas a sua presença não é suficiente para a constituir.
 O que constitui uma cidade é uma comunidade de lares e de famílias com
 a finalidade da vida boa e a garantia de uma existência perfeita e
 35 autónoma. Isto não se realizaria sem que os membros da cidade residam
 num mesmo lugar e se casem entre si. Daqui surgiram nas cidades as
 relações de parentesco, as frátrias, sacrifícios públicos, e os lazeres. Estas
 instituições são obra da amizade — já a amizade é condição de escolha
 de uma vida em comum ⁽⁴⁴⁾. 35

A finalidade e o objectivo da cidade é a vida boa, e tais instituições 40
 propiciam esse fim. A cidade é constituída pela comunidade de famílias 1281a
 em aldeias, numa existência perfeita e auto-suficiente; e esta é, em nosso
 juízo, a vida feliz e boa ⁽⁴⁵⁾. É preciso concluir que a comunidade política
 existe graças às boas acções, e não à simples vida em comum. Aos que
 contribuem mais para este tipo de comunidade, cabe-lhes uma maior parte 5
 na cidade do que àqueles que lhes são iguais ou mesmo superiores em
 nascimento e em liberdade, embora inferiores em virtude cívica; e cabe-
 -lhes mais do que àqueles que os superam em riqueza mas não em virtude.

Do dito, ficou claro que todos os que debatem os regimes ⁽⁴⁶⁾, enun- 10
 ciam uma concepção parcial de justiça.

10 Ἔχει δ' ἀπορίαν τί δεῖ τὸ κύριον εἶναι τῆς πόλεως.
 ἡ γάρ τοι τὸ πλῆθος, ἡ τοὺς πλουσίους, ἡ τοὺς ἐπιεικεῖς, ἡ
 τὸν βέλτιστον ἓνα πάντων, ἡ τύραννον. ἀλλὰ ταῦτα πάντα
 15 ἔχειν φαίνεται δυσκολίαν. τί γάρ; ἂν οἱ πένητες διὰ τὸ
 πλείους εἶναι διανέμονται τὰ τῶν πλουσίων, τοῦτ' οὐκ ἄδικόν
 ἐστίν; ἔδοξε γὰρ νῆ Δία τῷ κυρίῳ δικαίως. τὴν οὖν ἀδικίαν
 τί χρὴ λέγειν τὴν ἐσχάτην; πάλιν τε πάντων ληφθέντων,
 οἱ πλείους τὰ τῶν ἐλαττόνων ἂν διανέμονται, φανερόν ὅτι
 20 φθείρουσι τὴν πόλιν. ἀλλὰ μὴν οὐχ ἡ γ' ἀρετὴ φθείρει τὸ
 ἔχον αὐτήν, οὐδὲ τὸ δίκαιον πόλεως φθαρτικόν· ὥστε δήλον
 ὅτι καὶ τὸν νόμον τοῦτον οὐχ οἶόν τ' εἶναι δίκαιον. ἔτι καὶ
 τὰς πράξεις ὅσας ὁ τύραννος ἐπραξεν ἀναγκαῖον εἶναι πά-
 σας δικαίας· βιάζεται γὰρ ὢν κρείττων, ὥσπερ καὶ τὸ
 25 πλῆθος τοὺς πλουσίους. ἀλλ' ἄρα τοὺς ἐλάττους δίκαιον ἄρχειν
 καὶ τοὺς πλουσίους; ἂν οὖν κάκεῖνοι ταῦτα ποιῶσι καὶ διαρπά-
 ζωσι καὶ τὰ κτήματα ἀφαιρῶνται τοῦ πλήθους, τοῦτ' ἐστὶ
 δίκαιον· καὶ θάτερον ἄρα. ταῦτα μὲν τοίνυν ὅτι πάντα
 φαῦλα καὶ οὐ δίκαια, φανερόν· ἀλλὰ τοὺς ἐπιεικεῖς ἄρ-
 30 χεῖν δεῖ καὶ κυρίους εἶναι πάντων; οὐκοῦν ἀνάγκη τοὺς ἄλλους
 ἀτίμους εἶναι πάντας, μὴ τιμωμένους ταῖς πολιτικαῖς ἀρ-
 χαῖς· τιμὰς γὰρ λέγομεν εἶναι τὰς ἀρχάς, ἀρχόντων δ'
 αἰεὶ τῶν αὐτῶν ἀναγκαῖον εἶναι τοὺς ἄλλους ἀτίμους. ἀλλ'
 35 ἓνα τὸν σπουδαιότατον ἄρχειν βέλτιον; ἀλλ' ἔτι τοῦτο ὀλι-
 γαρχικώτερον· οἱ γὰρ ἀτιμοὶ πλείους. ἀλλ' ἴσως φαίη τις
 ἂν τὸ κύριον ὅλως ἄνθρωπον εἶναι ἀλλὰ μὴ νόμον φαῦλον,
 ἔχοντά γε τὰ συμβαίνοντα πάθη περὶ τὴν ψυχὴν. ἂν οὖν
 ἢ νόμος μὲν ὀλιγαρχικὸς δὲ ἢ δημοκρατικὸς, τί διοίσει
 περὶ τῶν ἡπορημένων; συμβήσεται γὰρ ὁμοίως τὰ λεχθέντα
 πρότερον.

10. As concepções oligárquica e democrática de justiça.

Coloca-se uma outra questão: quem deve ter a supremacia na cidade? A multidão, os ricos, os notáveis, o melhor de todos, ou um tirano? É evidente que todas estas alternativas apresentam dificuldades. Pois não será injusto que os pobres pelo facto de serem mais numerosos, repartam os bens dos ricos? Não, por Zeus, pois é justo o que decidiu 15 a autoridade suprema. Mas então em que consistirá a suprema injustiça? Tomemos outro caso. Se uma maioria⁽⁴⁷⁾ reparte os bens de uma minoria, evidentemente que corrompe a cidade. Mas a virtude não destrói quem a possuir nem é destruidora da cidade, pelo que a lei acima referida não 20 pode ser justa; caso contrário seriam justas todas as acções do tirano; o tirano impõe-se pela violência (porque é mais forte) tal como a multidão se impõe aos ricos.

Será então justo que mande a minoria formada pelos ricos?⁽⁴⁸⁾ Será justo que estes procedam de modo idêntico, saqueando e confiscando os 25 bens do povo? Se este procedimento fosse justo, então também o outro o seria. Mas é evidente que tudo isto está mal e é injusto.

Serão, pois, as classes superiores⁽⁴⁹⁾ que devem governar e ter supremacia em tudo? Se assim for, estarão necessariamente todos os demais privados de honrarias por não usufruírem das honras dos cargos públicos? 30 Dizemos que as magistraturas são honras. Caso fossem sempre os mesmos a exercê-las, os restantes ficariam, necessariamente, privados delas.

Será então preferível que o homem mais excelente e mais digno de todos exerça o poder?⁽⁵⁰⁾ Este argumento é ainda mais oligárquico pois será ainda maior o número dos privados de honrarias. Talvez se possa afirmar que está errado entregar a supremacia absoluta a um homem sujeito a paixões 35 que afectam a alma, e não à lei; mas entregar a supremacia à lei⁽⁵¹⁾ oligárquica ou democrática não faria qualquer diferença face às dificuldades suscitadas: as consequências seriam idênticas as já referidas.

40 11 Περὶ μὲν οὖν τῶν ἄλλων ἔστω τις ἕτερος λόγος·
 ὅτι δὲ δεῖ κύριον εἶναι μᾶλλον τὸ πλῆθος ἢ τοὺς ἀρίστους
 μὲν ὀλίγους δέ, δόξειεν ἂν λέγεσθαι καὶ τιν' ἔχειν ἀπορίαν
 τάχα δὲ καὶ ἀλήθειαν. τοὺς γὰρ πολλοὺς, ὧν ἕκαστός ἐστιν
 1281b οὐ σπουδαῖος ἀνὴρ, ὅμως ἐνδέχεται συνελθόντας εἶναι βελ-
 τίους ἐκείνων, οὐχ ὡς ἕκαστον ἄλλ' ὡς σύμπαντας, οἷον τὰ
 συμφορητὰ δεῖπνα τῶν ἐκ μιᾶς δαπάνης χορηγηθέντων·
 5 νήσεως, καὶ γίνεσθαι συνελθόντων, ὥσπερ ἓνα ἄνθρωπον τὸ
 πλῆθος, πολύποδα καὶ πολύχειρα καὶ πολλὰς ἔχοντ'
 αἰσθήσεις, οὕτω καὶ περὶ τὰ ἦθη καὶ τὴν διάνοιαν. διὸ καὶ
 κρίνουσιν ἄμεινον οἱ πολλοὶ καὶ τὰ τῆς μουσικῆς ἔργα καὶ
 τὰ τῶν ποιητῶν· ἄλλοι γὰρ ἄλλο τι μόνον, πάντα δὲ
 10 πάντες. ἀλλὰ τούτῳ διαφέρουσιν οἱ σπουδαῖοι τῶν ἀνδρῶν
 ἐκάστου τῶν πολλῶν, ὥσπερ καὶ τῶν μὴ καλῶν τοὺς καλοὺς
 φασί, καὶ τὰ γεγραμμένα διὰ τέχνης τῶν ἀληθινῶν, τῷ
 συνῆχθαι τὰ διεσπαρμένα χωρὶς εἰς ἓν, ἐπεὶ κεχωρισμέ-
 15 μόν ἐτέρου δὲ τινος ἕτερον μόνον. εἰ μὲν οὖν περὶ πάντα
 δῆμον καὶ περὶ πᾶν πλῆθος ἐνδέχεται ταύτην εἶναι τὴν
 διαφορὰν τῶν πολλῶν πρὸς τοὺς ὀλίγους σπουδαίους, ἄδηλον,
 ἴσως δὲ νῆ Δία δῆλον ὅτι περὶ ἐνίων ἀδύνατον (ὅ γὰρ
 20 αὐτὸς καὶ ἐπὶ τῶν θηρίων ἁρμόσειε λόγος· καίτοι τί δια-
 φέρουσιν ἔνιοι τῶν θηρίων ὡς ἔπος εἰπεῖν;). ἀλλὰ περὶ τὴν
 πλῆθος οὐδὲν εἶναι κωλύει τὸ λεχθὲν ἀληθές. διὸ καὶ τὴν
 πρότερον εἰρημένην ἀπορίαν λύσειεν ἂν τις διὰ τούτων καὶ
 τὴν ἐχομένην αὐτῆς, τίνων δεῖ κυρίους εἶναι τοὺς ἐλευθέρους
 καὶ τὸ πλῆθος τῶν πολιτῶν. τοιοῦτοι δ' εἰσὶν ὅσοι μῆτε

11. Condições e limites do regime democrático.

As demais alternativas podem ser reservadas para uma investigação 40
 posterior. Contudo, a primeira das alternativas sugeridas — a de que o
 povo deveria ter supremacia de preferência aos melhores — pareceria
 plausível e embora apresentando alguma dificuldade, contém alguma
 verdade (⁵²). Com efeito, os muitos são indivíduos que, separadamente, 1281b
 não têm qualidades; mas quando estão reunidos podem ser melhores do
 que os poucos com valor, desde que não considerados individualmente
 mas em conjunto. Assim sucede nos banquetes; o banquete é melhor
 quando são muitos a contribuir, do que se for pago por um só. Como são
 muitos, cada um pode contribuir com o seu quinhão de virtude e prudên-
 5 cia; e quando todos se reúnem, a multidão torna-se como um só indivíduo
 com muitos pés, muitas mãos, e muitos sentidos, podendo também ter
 muitas qualidades de carácter e inteligência. Esta é a razão pela qual os
 muitos julgam melhor a música e os escritos dos poetas: uns apreciam
 uma parte da obra, outros outra, e todos apreciam todas.

Os homens zelosos distinguem-se dos homens que formam a mul- 10
 tidão, assim como geralmente se diz que se distingue um homem formoso
 do que o não é, ou uma pintura se distingue do original; nos homens
 íntegros combina-se numa unidade os elementos que se encontram esparsos
 por vários sítios. É que, se tomarmos os elementos separadamente, pode 15
 dizer-se que os olhos numa pintura são ultrapassados pelos olhos mais
 belos de alguém, ou por outro noutro aspecto. Não é claro, contudo, que,
 tratando-se da totalidade do povo, a diferença que vai da cópia ao
 original seja a diferença entre a minoria e a maioria. E quem sabe,
 por Zeus, se não estaremos perante uma impossibilidade em certas
 multidões, já que o mesmo argumento poderia aplicar-se aos bichos 20
 (afinal, que diferença existe entre algumas multidões e os bichos?);
 contudo para algumas multidões, nada impede que seja verdade o que
 sustentámos.

Assim se resolveria o problema levantado no capítulo anterior “quem
 deve governar?” e o problema que se segue “sobre quem deve ser exercida

πλούσιοι μήτε ἀξίωμα ἔχουσιν ἀρετῆς μηδὲ ἐν. τὸ μὲν γὰρ μετέχειν αὐτοὺς τῶν ἀρχῶν τῶν μεγίστων οὐκ ἀσφαλές (διὰ τε γὰρ ἀδικίαν καὶ δι' ἀφροσύνην τὰ μὲν ἀδικεῖν ἀνάγκη τὰ δ' ἀμαρτάνειν αὐτούς). τὸ δὲ μὴ μεταδιδόναι μηδὲ μετέχειν φοβερόν (ὅταν γὰρ ἄτιμοι πολλοὶ καὶ πένητες ὑπάρχωσι, πολεμίων ἀναγκαῖον εἶναι πλήρη τὴν πόλιν ταύτην). λείπεται δὴ τοῦ βουλευέσθαι καὶ κρίνειν μετέχειν αὐτούς. διόπερ καὶ Σόλων καὶ τῶν ἄλλων τινὲς νομοθετῶν τάττουσιν ἐπὶ τε τὰς ἀρχαιρεσίας καὶ τὰς εὐθύνας τῶν ἀρχόντων, ἄρχειν δὲ κατὰ μόνας οὐκ ἔωσιν. πάντες μὲν γὰρ ἔχουσι συνελθόντες ἱκανὴν αἴσθησιν, καὶ μὴ γινόμενοι τοῖς βελτίοσι τὰς πόλεις ὠφελοῦσιν, καθάπερ ἢ μὴ καθαρά τροφή μετὰ τῆς καθαρᾶς τὴν πᾶσαν ποιεῖ χρησιμωτέραν τῆς ὀλίγης· χωρὶς δ' ἕκαστος ἀτελής περὶ τὸ κρίνειν ἐστίν. ἔχει δ' ἡ τάξις αὕτη τῆς πολιτείας ἀπορίαν πρώτην μὲν ὅτι δόξειεν ἂν τοῦ αὐτοῦ εἶναι τὸ κρίναι τίς ὀρθῶς ἰατρεῦκεν, οὐπερ καὶ τὸ ἰατρεῦσαι καὶ ποιῆσαι ὑγιᾶ τὸν κάμνοντα τῆς νόσου τῆς παρούσης· οὗτος δ' ἐστὶν ὁ ἰατρός. ὁμοίως δὲ τούτω καὶ περὶ τὰς ἄλλας ἐμπειρίας καὶ τέχνας. ὥσπερ οὖν ἰατρὸν δεῖ διδόναι τὰς εὐθύνας ἐν ἰατροῖς, οὕτω καὶ τοὺς ἄλλους ἐν τοῖς ὁμοίοις. ἰατρός δ' ὁ τε δημιουργὰς καὶ ὁ ἀρχιτεκτονικός καὶ τρίτος ὁ πεπαιδευμένος περὶ τὴν τέχνην (εἰσὶ γὰρ τινες τοιοῦτοι καὶ περὶ πάσας ὡς εἶπεν τὰς τέχνας). ἀποδίδομεν δὲ τὸ κρίνειν οὐδὲν ἥττον τοῖς πεπαιδευμένοις ἢ τοῖς εἰδόσιν. ἔπειτα καὶ περὶ τὴν αἵρεσιν τὸν αὐτὸν ἂν δόξειεν ἔχειν τρόπον. καὶ γὰρ τὸ ἐλέσθαι ὀρθῶς τῶν εἰδόντων ἔργον ἐστίν, οἷον γεωμέτρην τε τῶν γεωμετρικῶν καὶ κυβερνήτην τῶν κυβερνητικῶν. εἰ γὰρ καὶ περὶ ἐνίων ἔργων

tod... macia dos homens livres e da massa dos cidadãos?", entendidos
pouco... como os que não têm riquezas nem qualquer virtude. A participação 25
rico... magistraturas supremas não está isenta de risco, dado que, por vezes,
rico... justiça leva a cometer delitos, noutras vezes a imprudência leva a
rico... cometer erros. Mas, de um outro ponto de vista, existe um sério risco em
já... os deixar participar no exercício do poder. É que uma cidade onde
pode... um grande número de cidadãos sem honras e sem riqueza deve, 30
sup... necessariamente, ser uma cidade cheia de inimigos.
p... A alternativa que resta é deixar a multidão exercer funções
dire... deliberativas e judiciais; e assim encontramos Sólon e outros legisladores
v... conceder ao povo as duas funções gerais de eleger os magistrados e
fac... os chamar à responsabilidade, não lhes permitindo, contudo, exercer
de... individualmente esses cargos. Em conjunto, o povo tem discernimento, e 35
for... combinado com os melhores cidadãos, é de préstimo para as cidades (tal
for... como um alimento impuro misturado com o puro, torna a refeição mais
for... rica do que uma porção escassa de alimento puro); cada cidadão
for... julgado julga de maneira imperfeita.
Contudo, esta ordenação do regime levanta uma primeira dificuldade.
que... poder-se-ia pensar que a incumbência de julgar quem prescreveu o 40
que... tratamento correcto, deveria pertencer ao mesmo cuja profissão é tratar
que... os doentes e curá-los dos males de que sofrem, ou seja, o médico. O
que... mesmo pode ser dito acerca de outros ofícios e profissões; assim como
que... um médico deve prestar contas perante os outros médicos, assim outros 1282a
que... profissionais devem prestar contas aos seus pares.

O termo "médico" é usado em três sentidos⁽⁵³⁾: o que exerce a clínica, o que orienta o tratamento, e os amadores. Existem indivíduos destes tipos em todas as artes; e tanto os amadores como os peritos têm o poder de julgar. 5

Os mesmos princípios podem ser aplicados a propósito da eleição. A boa escolha é tarefa de especialistas. É tarefa dos conhecedores de geometria escolher um geómetra, e dos que percebem de pilotagem 10
escolher um piloto; e se, nalgumas ocupações e artes, mesmo os

καὶ τεχνῶν μετέχουσι καὶ τῶν ιδιωτῶν τινες, ἀλλ' οὐ τι τῶν
 ειδότων γε μᾶλλον. ὥστε κατὰ μὲν τοῦτον τὸν λόγον οὐκ
 ἂν εἶη τὸ πλῆθος ποιητέον κύριον οὔτε τῶν ἀρχαιρεσιῶν οὔτε
 τῶν εὐθυνῶν. ἀλλ' ἴσως οὐ πάντα ταῦτα λέγεται καλῶς
 15 διὰ τε τὸν πάλαι λόγον, ἂν ἦ τὸ πλῆθος μὴ λίαν ἀνδρα-
 ποδῶδες (ἔσται γὰρ ἕκαστος μὲν χεῖρων κριτῆς τῶν ειδότων,
 ἅπαντες δὲ συνελθόντες ἢ βελτίους ἢ οὐ χείρους), καὶ ὅτι
 περὶ ἐνίων οὔτε μόνον ὁ ποιήσας οὐτ' ἀριστ' ἂν κρίνειεν, ὅσων
 20 τᾶργα γινώσκουσι καὶ οἱ μὴ ἔχοντες τὴν τέχνην, οἷον
 οἰκίαν οὐ μόνον ἐστὶ γνῶναι τοῦ ποιήσαντος, ἀλλὰ καὶ βέλ-
 τιον ὁ χρώμενος αὐτῇ κρίνει (χρηῖται δ' ὁ οἰκονόμος), καὶ
 πηδάλιον κυβερνήτης τέκτονος, καὶ θοίνην ὁ δαιτυμὼν ἀλλ'
 οὐχ ὁ μάγειρος. ταύτην μὲν οὖν τὴν ἀπορίαν τάχα δόξειέ
 25 τις ἂν οὕτω λύειν ἱκανῶς. ἄλλη δ' ἐστὶν ἐχομένη ταύτης.
 δοκεῖ γὰρ ἄτοπον εἶναι τὸ μειζόνων εἶναι κυρίους τοὺς φαύ-
 λους τῶν ἐπεικῶν, αἱ δ' εὐθυναὶ καὶ αἱ τῶν ἀρχῶν αἰρέ-
 σεις εἰσὶ μέγιστον· ἃς ἐν ἐνίαις πολιτείαις, ὥσπερ εἴρηται,
 τοῖς δήμοις ἀποδιδόασιν· ἢ γὰρ ἐκκλησία κυρία πάντων
 τῶν τοιούτων ἐστίν. καίτοι τῆς μὲν ἐκκλησίας μετέχουσι καὶ
 30 βουλευοῦσι καὶ δικάζουσιν ἀπὸ μικρῶν τιμημάτων καὶ τῆς
 τυχούσης ἡλικίας, ταμιεύουσι δὲ καὶ στρατηγοῦσι καὶ τὰς
 μεγίστας ἀρχὰς ἀρχοῦσιν ἀπὸ μεγάλων. ὁμοίως δὲ τις ἂν
 λύσειε καὶ ταύτην τὴν ἀπορίαν. ἴσως γὰρ ἔχει καὶ ταῦτ'
 ὀρθῶς. οὐ γὰρ ὁ δικαστὴς οὐδ' ὁ βουλευτὴς οὐδ' ὁ ἐκκλησιαστὴς
 35 ἀρχων ἐστίν, ἀλλὰ τὸ δικαστήριον καὶ ἡ βουλὴ καὶ ὁ δῆ-
 μος· τῶν δὲ ῥηθέντων ἕκαστος μόνιον ἐστὶ τούτων (λέγω δὲ
 [μόριον] τὸν βουλευτὴν καὶ τὸν ἐκκλησιαστὴν καὶ τὸν δικαστήν).
 ὥστε δικαίως κύριον μειζόνων τὸ πλῆθος· ἐκ γὰρ πολλῶν

amadores são capazes de escolher, não o fazem melhor do que os
 especialistas⁽⁵⁴⁾.

Segundo este argumento, pareceria que o povo não deveria ser
 árbitro, quer na eleição dos magistrados quer em chamá-los a prestar
 contas. Contudo, talvez este argumento não seja de todo verdadeiro, a
 menos que o povo não esteja demasiado aviltado, conforme razões já atrás
 expostas: cada indivíduo pode ser um juiz pior do que os especialistas;
 mas todos juntos, são melhores do que os especialistas ou, pelo menos
 não são piores. Em segundo lugar, em certas actividades, o praticante não
 é o único nem mesmo o melhor juiz. É este o caso das actividades cujas
 obras podem ser entendidas e julgadas mesmo por aqueles que não
 possuem a arte. Uma casa, por exemplo, é qualquer coisa que pode ser
 entendida por outros além do construtor: na realidade, o utilizador de uma
 casa (e quem a usa é o dono) julgará melhor do que aquele que a constrói.
 Um piloto avaliará melhor o leme do que o fabricante, da mesma forma
 que é o conviva, e não o cozinheiro, quem melhor julga o banquete.

A primeira dificuldade pareceria considerar-se resolvida mas existe
 uma segunda dificuldade ligada à primeira. Parece absurdo que os
 cidadãos inferiores sejam supremos nas questões mais importantes do que
 os cidadãos mais dignos (a eleição e a vigilância dos magistrados são as
 questões mais importantes); conforme já vimos, existem alguns regimes
 em que estas funções estão atribuídas ao povo, cabendo à assembleia
 popular a supremacia em todas estas questões. Independentemente da
 idade, os pequenos proprietários, participam na assembleia com funções
 deliberativas e judiciais; os grandes proprietários exercem as funções de
 tesoureiro e de general, ou ocupam outros dos cargos mais elevados.

Esta dificuldade também poderia ser resolvida de modo análogo à
 primeira, sendo correctas as seguintes disposições: não é o juiz, o membro
 da assembleia, e o conselheiro que têm a autoridade mas sim o tribunal,
 o conselho e a assembleia popular. E cada membro individual é apenas
 parte destes órgãos (quero com isto dizer que juiz, membro da
 assembleia, e conselheiro são partes). É justo que a massa tenha
 supremacia nas questões mais importantes, já que a assembleia, o

40 ὁ δῆμος καὶ ἡ βουλὴ καὶ τὸ δικαστήριον. καὶ τὸ τίμημα
 δὲ πλείον τὸ πάντων τούτων ἢ τὸ τῶν καθ' ἓνα καὶ κατ'
 ὀλίγους μεγάλας ἀρχὰς ἀρχόντων. ταῦτα μὲν οὖν διωρίσθω
 1282b τοῦτον τὸν τρόπον· ἡ δὲ πρώτη λεχθεῖσα ἀπορία ποιεῖ φανε-
 ρὸν οὐδὲν οὕτως ἕτερον ὥς ὅτι δεῖ τοὺς νόμους εἶναι κυρίους
 κειμένους ὀρθῶς, τὸν ἄρχοντα δέ, ἂν τε εἷς ἂν τε πλείους
 ᾧσι, περὶ τούτων εἶναι κυρίους περὶ ὧν ἐξαδυνατοῦσιν οἱ νό-
 5 μοι λέγειν ἀκριβῶς διὰ τὸ μὴ ῥάδιον εἶναι καθόλου διορί-
 σαι περὶ πάντων. ὁποίους μέντοι τινὰς εἶναι δεῖ τοὺς ὀρθῶς
 κειμένους νόμους, οὐδὲν πω δῆλον, ἀλλ' ἔτι μένει τὸ πάλαι
 διαπορηθέν. ἅμα γὰρ καὶ ὁμοίως ταῖς πολιτείαις ἀνάγκη
 καὶ τοὺς νόμους φαύλους ἢ σπουδαίους εἶναι, καὶ δικαίους ἢ ἀ-
 10 δίκους. πλὴν τοῦτό γε φανερόν, ὅτι δεῖ πρὸς τὴν πολιτείαν
 κεῖσθαι τοὺς νόμους. ἀλλὰ μὴν εἰ τοῦτο, δῆλον ὅτι τοὺς μὲν
 κατὰ τὰς ὀρθὰς πολιτείας ἀναγκαῖον εἶναι δικαίους τοὺς δὲ
 κατὰ τὰς παρεκβεβηκυίας οὐ δικαίους.

12 Ἐπεὶ δ' ἐν πάσαις μὲν ταῖς ἐπιστήμας καὶ τέχναις
 15 ἀγαθὸν τὸ τέλος, μέγιστον δὲ καὶ μάλιστα ἐν τῇ κυριω-
 τάτῃ πασῶν, αὕτη δ' ἐστὶν ἡ πολιτικὴ δύναμις, ἔστι δὲ
 πολιτικὸν ἀγαθὸν τὸ δίκαιον, τοῦτο δ' ἐστὶ τὸ κοινῇ συμ-
 φέρον, δοκεῖ δὲ πᾶσιν ἴσον τι τὸ δίκαιον εἶναι, καὶ μέχρι
 γέ τινας ὁμολογοῦσι τοῖς κατὰ φιλοσοφίαν λόγοις, ἐν οἷς
 20 διώρισται περὶ τῶν ἠθικῶν (τὶ γὰρ καὶ τισὶ τὸ δίκαιον, καὶ
 δεῖν τοῖς ἴσοις ἴσον εἶναι φασιν), ποίων δὲ ἰσότης ἐστὶ καὶ
 ποίων ἀνισότης, δεῖ μὴ λανθάνειν. ἔχει γὰρ τοῦτ' ἀπορίαν

conselho e o tribunal são compostos por muitos cidadãos e a propriedade
 e todos os membros destes órgãos é maior do que a propriedade dos 40
 indivíduos que ocupam os postos mais altos, individualmente ou em
 pequeno número. Com isto esclarecemos estas questões.

A primeira dificuldade já referida esclarece, antes de mais, que são 1282b
 as leis, correctamente estabelecidas, que devem ter a supremacia; e os
 magistrados, sejam um ou vários, apenas devem ter supremacia nos
 aspectos que as leis não podem resolver directamente, devido à dificul-
 dade de promulgar leis que prevejam todos os casos. Mas ainda não está
 clarificado que leis devem ser consideradas correctamente estabelecidas, 5
 subsistindo a dificuldade já referida. Tal como os regimes, as leis ou são
 boas ou más, justas ou injustas (⁵⁵). Pelo menos uma coisa é evidente: as
 leis devem ser estabelecidas de acordo com o regime (⁵⁶); e se é este o
 caso, segue-se que as leis que estão de acordo com o regime correcto 10
 devem ser necessariamente justas, e as leis que estão de acordo com os
 regimes transviados são injustas.

12. Igualdade e desigualdade da participação dos cidadãos nas magistraturas.

Em todas as ciências e artes, o fim em vista é um bem. O maior 15
 bem é o fim visado pela ciência suprema entre todas, e a mais suprema
 de todas as ciências é o saber político (⁵⁷). E o bem, em política, é a
 justiça que consiste no interesse comum. A opinião geral é de que a
 justiça consiste numa certa igualdade. Até certo ponto esta opinião geral
 está de acordo com os tratados filosóficos onde nos ocupámos das 20
 questões éticas (⁵⁸). De facto, dizem que a justiça é relativa a pessoas e
 que deve existir igualdade para os iguais. Mas uma questão que não pode
 ser ignorada é saber em que consiste a igualdade e a desigualdade. Isto
 levanta uma dificuldade e implica uma filosofia política.

καὶ φιλοσοφίαν πολιτικὴν. ἴσως γὰρ ἂν φαίη τις κατὰ
 παντὸς ὑπεροχὴν ἀγαθοῦ δεῖν ἀνίσως νενεμῆσθαι τὰς ἀρ-
 25 χάς, εἰ πάντα τὰ λοιπὰ μὴδὲν διαφέρουσιν ἀλλ' ὅμοιοι
 τυγχάνουσιν ὄντες· τοῖς γὰρ διαφέρουσιν ἕτερον εἶναι τὸ δι-
 καιον καὶ τὸ κατ' ἀξίαν. ἀλλὰ μὴν εἰ τοῦτ' ἀληθές, ἔσται
 καὶ κατὰ χρῶμα καὶ κατὰ μέγεθος καὶ καθ' ὅτι οὖν τῶν
 ἀγαθῶν πλεονεξία τις τῶν πολιτικῶν δικαίων τοῖς ὑπερ-
 30 ἔχουσιν. ἢ τοῦτο ἐπιπόλαιον τὸ ψεῦδος; φανερόν δ' ἐπὶ τῶν
 ἄλλων ἐπιστημῶν καὶ δυνάμεων· τῶν γὰρ ὁμοίων αὐλητῶν
 τὴν τέχνην οὐ δοτέον πλεονεξίαν τῶν αὐλῶν τοῖς εὐγενεστε-
 ροῖς (οὐδὲν γὰρ αὐλήσουσι βέλτιον), δεῖ δὲ τῷ κατὰ τὸ ἔρ-
 γον ὑπερέχοντι διδόναι καὶ τῶν ὀργάνων τὴν ὑπεροχὴν. εἰ
 35 δὲ μήπω δῆλον τὸ λεγόμενον, ἔτι μᾶλλον αὐτὸ προαγα-
 γοῦσιν ἔσται φανερόν. εἰ γὰρ εἴη τις ὑπερέχων μὲν κατὰ
 τὴν αὐλητικὴν, πολὺ δ' ἐλλείπων κατ' εὐγένειαν ἢ κάλ-
 λος, εἰ καὶ μείζον ἑκαστον ἐκείνων ἀγαθόν ἐστι τῆς αὐλη-
 τικῆς (λέγω δὲ τὴν τ' εὐγένειαν καὶ τὸ κάλλος), καὶ κατὰ
 40 τὴν ἀναλογίαν ὑπερέχουσι πλεον τῆς αὐλητικῆς ἢ ἐκεῖνος
 κατὰ τὴν αὐλητικὴν, ὅμως τοῦτω δοτέον τοὺς διαφέροντας
 1283a τῶν αὐλῶν. δεῖ γὰρ εἰς τὸ ἔργον συμβάλλεσθαι τὴν ὑπερ-
 οχὴν καὶ τοῦ πλούτου καὶ τῆς εὐγενείας, συμβάλλονται δ'
 οὐδὲν ἔτι κατὰ γε τοῦτον τὸν λόγον πᾶν ἀγαθὸν πρὸς πᾶν
 ἂν εἴη συμβλητόν. εἰ γὰρ ἐνάμιλλον τὸ τι μέγεθος, καὶ
 5 ὅλως ἂν τὸ μέγεθος ἐνάμιλλον εἴη καὶ πρὸς πλοῦτον καὶ
 πρὸς ἐλευθερίαν· ὥστ' εἰ πλεῖον ὁδὶ διαφέρει κατὰ μέγεθος
 ἢ ὁδὶ κατ' ἀρετὴν, <εἰ> καὶ [πλεῖον] ὑπερέχει ὅλως ἀρετὴ μεγέ-
 θους, εἴη ἂν συμβλητὰ πάντα. τοσόνδε γὰρ [μέγεθος] εἰ
 κρεῖττον τοσοῦδε, τοσόνδε δῆλον ὡς ἴσον. ἐπεὶ δὲ τοῦτ' ἀδύνα-
 10 τον, δῆλον ὡς καὶ ἐπὶ τῶν πολιτικῶν εὐλόγως οὐ κατὰ
 πᾶσαν ἀνισότητ' ἀμφισβητοῦσι τῶν ἀρχῶν (εἰ γὰρ οἱ μὲν
 βραδεῖς οἱ δὲ ταχεῖς, οὐδὲν διὰ τοῦτο δεῖ τοὺς μὲν πλεῖον
 τοὺς δ' ἔλαττον ἔχειν, ἀλλ' ἐν τοῖς γυμνικοῖς ἀγῶσιν ἡ τού-

É possível argumentar que as magistraturas deveriam ser distribu-
 idas desigualmente com base numa superioridade, qualquer que fosse o
 25 bem, desde que os cidadãos em nada difiram noutros aspectos, mas pelo
 contrário sejam completamente semelhantes. Com efeito, indivíduos dife-
 rentes têm direitos e méritos diferentes. Se este argumento for verdadeiro,
 a cor, a estatura ou outra característica de excelência, conferem aos que
 a possuem uma certa pretensão a maiores direitos políticos. Mas não será
 errado este argumento? O erro salta à vista e é evidente nas outras artes
 30 e ciências; entre tocadores de flauta igualmente hábeis na sua arte, não
 seriam, de preferência, os bem nascidos a ser dotados de flautas pois não
 é o mais bem nascido que toca melhor; a quem desempenhar melhor o
 seu trabalho, deve ser dado o melhor instrumento.

Se ainda assim não ficou claro o que referimos, mais evidente ficará
 35 se insistirmos neste ponto. Se um tocador de flauta se destaca na sua arte
 mas é inferior em bom nascimento e beleza; e mesmo que qualquer destas
 qualidades (i.e, bom nascimento e beleza) sejam um bem superior ao da
 arte da flauta; e mesmo que tais qualidades superem a arte da flauta numa
 proporção superior à que o melhor tocador de flauta supera os seus
 40 companheiros de arte; não obstante, é a ele que deveremos dar as
 melhores flautas. Mas se fosse como acabámos de dizer, a superioridade
 1283a de riqueza e o bom nascimento deveriam contribuir para o desempenho
 dessa função mas o facto é que não contribuem.

Existe ainda outra objecção. Se aceitamos este argumento, qualquer
 bem é comparável com outro qualquer. Com efeito, se é preferível ter uma
 certa estatura, a estatura em geral poderia competir com a riqueza e com
 5 a liberdade. De modo que se alguém se distingue em estatura mais do
 que outro em virtude, e a estatura em geral prevalece sobre a virtude,
 então tudo será comparável; se determinada grandeza é superior a outra,
 nada impede que exista outra que seja igual⁽⁵⁹⁾.

Sendo esta comensurabilidade impossível, é evidente que, em ques-
 10 tões políticas, torna-se razoável que a aspiração às magistraturas não se
 funde numa desigualdade qualquer. Que uns sejam lentos e outros rápidos,
 não é razão para que uns tenham mais direitos e outros menos; os con-
 cursos atléticos são o lugar para premiar essa diferença. Pelo contrário,

των διαφορὰ λαμβάνει τὴν τιμὴν· ἀλλ' ἐξ ὧν πόλις συν-
 15 ἔστηκεν, ἐν τούτοις ἀναγκαῖον ποιεῖσθαι τὴν ἀμφισβήτησιν.
 2 διόπερ εὐλόγως ἀντιποιοῦνται τῆς τιμῆς οἱ εὐγενεῖς καὶ ἐλευ-
 θεοὶ καὶ πλούσιοι. δεῖ γὰρ ἐλευθέρους τ' εἶναι καὶ τίμημα
 φέροντας (οὐ γὰρ ἂν εἴη πόλις ἐξ ἀπόρων πάντων, ὥσπερ
 οὐδ' ἐκ δούλων). ἀλλὰ μὴν εἰ δεῖ τούτων, δῆλον ὅτι καὶ
 3 δικαιοσύνης καὶ τῆς πολιτικῆς ἀρετῆς. οὐδὲ γὰρ ἄνευ
 20 τούτων οἰκεῖσθαι πόλιν δυνατόν· πλὴν ἄνευ μὲν τῶν προ-
 τέρων ἀδύνατον εἶναι πόλιν, ἄνευ δὲ τούτων οἰκεῖσθαι καλῶς.
 13 Πρὸς μὲν οὖν τὸ πόλιν εἶναι δόξειεν ἂν ἡ πάντα ἡ
 ἐνὶ γὰρ τούτων ὁρθῶς ἀμφισβητεῖν, πρὸς μέντοι ζωὴν ἀγα-
 25 θὴν ἡ παιδεία καὶ ἡ ἀρετὴ μάλιστα δικαίως ἂν ἀμφισ-
 βητοῖησαν, καθάπερ εἴρηται καὶ πρότερον. ἐπεὶ δ' οὔτε
 πάντων ἴσον ἔχειν δεῖ τοὺς ἴσους ἐν τι μόνον ὄντας, οὔτε
 ἄνισον τοὺς ἀνίσους καθ' ἓν, ἀνάγκη πάσας εἶναι τὰς
 τοιαύτας πολιτείας περεκβάσεις. εἴρηται μὲν οὖν καὶ πρό-
 30 τερον ὅτι διαμφισβητοῦσι τρόπον τινὰ δικαίως πάντες,
 ἀπλῶς δ' οὐ πάντες δικαίως· οἱ πλούσιοι μὲν ὅτι πλεῖον
 μέτεστι τῆς χώρας αὐτοῖς, ἡ δὲ χώρα κοινόν, ἔτι πρὸς τὰ
 συμβόλαια πιστοὶ μᾶλλον ὥς ἐπὶ τὸ πλεόν· οἱ δὲ ἐλευ-
 35 θεοὶ καὶ εὐγενεῖς ὥς ἐγγὺς ἀλλήλων (πολιταὶ γὰρ μᾶλ-
 λον οἱ γενναιότεροι τῶν ἀγεννῶν, ἡ δ' εὐγένεια παρ' ἐκάστοις
 οἶκοι τίμιος). ἔτι διότι βελτίους εἰκὸς τοὺς ἐκ βελτιόνων,
 εὐγένεια γὰρ ἐστὶν ἀρετὴ γένους· ὁμοίως δὲ φήσομεν δι-
 καίως καὶ τὴν ἀρετὴν ἀμφισβητεῖν, κοινωνικὴν γὰρ ἀρετὴν
 εἶναι φάμεν τὴν δικαιοσύνην, ἣ πάσας ἀναγκαῖον ἀκολου-

a pretensão de magistraturas deve fundar-se nos elementos que compõem
 a cidade. É com razão que os bem nascidos, os livres e os ricos disputam 15
 as honras. Os que ocupam uma magistratura devem ser necessariamente
 livres e pagar impostos (uma cidade, com efeito, nunca poderia ser
 composta apenas por pobres e escravos). Mas se a riqueza e nascimento
 livre são elementos necessários, é evidente que também o são a justiça 20
 e o valor guerreiro sem as quais não é possível o governo da cidade. Sem
 os dois primeiros elementos é impossível a existência da cidade, e sem
 os dois últimos é impossível a boa administração.

13. A riqueza, o nascimento, e a quantidade como critérios de acesso às magistraturas. A prática do ostracismo.

Na perspectiva da existência da cidade, poderiam parecer justificadas
 todas estas pretensões ou, pelo menos, algumas delas. Na perspectiva da 25
 vida boa, seria justo atender sobretudo à educação e à virtude, como já
 referimos. Não devem ter a igualdade em tudo aqueles que são iguais
 apenas num aspecto, e não devem ter desigualdade em tudo os que são
 desiguais também só num aspecto. Os regimes que se fundam nestas
 pretensões (nascimento e riqueza) são transviados.

Notámos antes que estas pretensões são justas num certo sentido, 30
 mas não em absoluto. A pretensão dos ricos é, em parte, justa, porque
 possuem mais terra (e a terra é comum) e além disso têm maior respeito
 pelos contratos; a pretensão dos homens livres e bem nascidos é justa
 porque assenta numa afinidade mútua (os mais bem nascidos são mais 35
 cidadãos do que os de nascimento inferior e o bom nascimento é uma
 honra na pátria).

Além disso, os que descendem dos melhores serão melhores já que
 o bom nascimento é uma virtude da estirpe. Do mesmo modo, também
 podemos dizer que são justas as pretensões da virtude, porque dissemos
 que a justiça é uma virtude comunitária, que acompanha necessariamente

25 πλούσιοι μήτε ἀξίωμα ἔχουσιν ἀρετῆς μηδὲ ἐν. τὸ μὲν γὰρ
μετέχειν αὐτοὺς τῶν ἀρχῶν τῶν μεγίστων οὐκ ἀσφαλές (διὰ
τε γὰρ ἀδικίαν καὶ δι' ἀφροσύνην τὰ μὲν ἀδικεῖν ἀνάγκη τὰ
δ' ἀμαρτάνειν αὐτούς). τὸ δὲ μὴ μεταδιδόναι μηδὲ μετ-
30 χεῖν φοβερόν (ὅταν γὰρ ἄτιμοι πολλοὶ καὶ πένητες ὑπάρ-
χωσι, πολέμιων ἀναγκαῖον εἶναι πλήρη τὴν πόλιν ταύτην).
λείπεται δὴ τοῦ βουλευέσθαι καὶ κρίνειν μετέχειν αὐτούς.
διόπερ καὶ Σόλων καὶ τῶν ἄλλων τινὲς νομοθετῶν τάττου-
σιν ἐπὶ τε τὰς ἀρχαιρεσίας καὶ τὰς εὐθύνας τῶν ἀρχόν-
των, ἄρχειν δὲ κατὰ μόνας οὐκ ἔωσιν. πάντες μὲν γὰρ
35 ἔχουσι συνελθόντες ἱκανὴν αἴσθησιν, καὶ μιγνύμενοι τοῖς
βελτίοσι τὰς πόλεις ὠφελοῦσιν, καθάπερ ἢ μὴ καθαρά τροφὴ
μετὰ τῆς καθαρᾶς τὴν πᾶσαν ποιεῖ χρησιμωτέραν τῆς
ὀλίγης· χωρὶς δ' ἕκαστος ἀτελής περὶ τὸ κρίνειν ἐστίν. ἔχει
δ' ἢ τάξις αὕτη τῆς πολιτείας ἀπορίαν πρώτην μὲν ὅτι
40 δόξειεν ἂν τοῦ αὐτοῦ εἶναι τὸ κρίναι τίς ὀρθῶς ἰατρευκεν,
οὐπερ καὶ τὸ ἰατρεῦσαι καὶ ποιῆσαι ὑγιᾶ τὸν κάμνοντα τῆς
νόσου τῆς παρούσης· οὗτος δ' ἐστὶν ὁ ἰατρός, ὁμοίως δὲ τοῦτο καὶ
1282a περὶ τὰς ἄλλας ἐμπειρίας καὶ τέχνας. ὥσπερ οὖν ἰατρὸν
δεῖ δίδοναι τὰς εὐθύνας ἐν ἰατροῖς, οὕτω καὶ τοὺς ἄλλους ἐν
τοῖς ὁμοίοις. ἰατρός δ' ὁ τε δημιουργὰς καὶ ὁ ἀρχιτεκτονι-
κός καὶ τρίτος ὁ πεπαιδευμένος περὶ τὴν τέχνην (εἰσὶ γὰρ
5 τινες τοιοῦτοι καὶ περὶ πάσας ὥς εἰπεῖν τὰς τέχνας). ἀπο-
δίδομεν δὲ τὸ κρίνειν οὐδὲν ἦττον τοῖς πεπαιδευμένοις ἢ
τοῖς εἰδόσιν. ἔπειτα καὶ περὶ τὴν ἀρεσιν τὸν αὐτὸν ἂν
δόξειεν ἔχειν τρόπον. καὶ γὰρ τὸ ἐλέσθαι ὀρθῶς τῶν εἰδό-
των ἔργον ἐστίν, οἷον γεωμέτρην τε τῶν γεωμετρικῶν καὶ
10 κυβερνήτην τῶν κυβερνητικῶν. εἰ γὰρ καὶ περὶ ἐνίων ἔργων

todas as outras. Também se justificam as exigências dos muitos face aos 40
poucos, uma vez que em conjunto, são mais fortes, mais ricos e melhores.

Considerando estes elementos reunidos numa cidade — os bons, os 1283b
ricos, os bem nascidos, ou qualquer outro grupo de cidadãos — duvida-
ríamos ainda sobre quem deve ou não governar? Em qualquer dos regimes
já mencionados, é indiscutível o veredicto sobre quem deve governar
porquanto tais regimes diferem entre si conforme os dirigentes; num, a 5
supremacia cabe aos ricos; noutro, aos homens íntegros; o mesmo se
passa com os restantes. Mas aqui examinamos quem governa quando os
diferentes grupos estão simultaneamente presentes. Por exemplo: se os
virtuosos forem muito poucos, como proceder? Consideraremos apenas o 10
facto de serem poucos para as funções a exercer, vendo se serão capazes
de administrar a cidade, ou também se serão demasiado numerosos para
formar sozinhos uma cidade?

Há uma dificuldade que se aplica a todos os que disputam as 15
magistraturas e as honras políticas. Poder-se-ia crer, com efeito, que os
que reivindicam o poder por causa da riqueza não apresentam boas
razões; e o mesmo ocorre com os que pretendem fundar o poder no bom
nascimento. É evidente que, se um cidadão é, por si só, mais rico do que
todos os outros juntos, deverá governar todos, do mesmo modo que quem
se destaca em nobreza deve governar os que fundamentam na liberdade
as pretensões ao poder. O mesmo sucederá, talvz, nas aristocracias, a 20
propósito da virtude. Caso se encontrasse um só homem bom, melhor do
que todos os outros que formam o corpo político, ainda que fossem todos
nobres, ele deveria exercer a supremacia segundo o mesmo direito. Assim,
supondo que os muitos devam exercer a supremacia porque são mais
fortes do que os poucos, no caso de um só ou mais do que um (mas menos 25

40 θεῖν τὰς ἄλλας· ἀλλὰ μὴν καὶ οἱ πλείους πρὸς τοὺς ἐλάτ-
 τους, καὶ γὰρ κρείττους καὶ πλουσιώτεροι καὶ βελτίους εἰσὶν,
 ὥς λαμβανομένων τῶν πλειόνων πρὸς τοὺς ἐλάττους. ἄρ' οὖν
 1283b εἰ πάντες εἶεν ἐν μιᾷ πόλει, λέγω δ' οἷον οἳ τ' ἀγαθοὶ
 καὶ οἱ πλούσιοι καὶ <οἱ> εὐγενεῖς, ἐτι δὲ πλῆθος ἄλλο τι πολι-
 τικόν, πότερον ἀμφισβήτησις ἔσται τίνας ἄρχειν δεῖ, ἢ οὐκ
 ἔσται; καθ' ἑκάστην μὲν οὖν πολιτείαν τῶν εἰρημένων ἀν-
 5 ἀμφισβήτητος ἡ κρίσις τίνας ἄρχειν δεῖ (τοῖς γὰρ κυρίοις δια-
 φέρουσιν ἀλλήλων, οἷον ἡ μὲν τῷ διὰ πλουσίων ἡ δὲ τῷ
 διὰ τῶν σπουδαίων ἀνδρῶν εἶναι, καὶ τῶν ἄλλων ἐκάστη
 τὸν αὐτὸν τρόπον). ἀλλ' ὅμως σκοπῶμεν, ὅταν περὶ τὸν
 αὐτὸν ταῦθ' ὑπάρχη χρόνον, πῶς διοριστέον. εἰ δὴ τὸν
 10 ἀριθμὸν εἶεν ὀλίγοι πάμπαν οἱ τὴν ἀρετὴν ἔχοντες, τίνα
 δεῖ διελεῖν τρόπον; ἢ τὸ 'ὀλίγοι' πρὸς τὸ ἔργον δεῖ σκο-
 πεῖν, εἰ δυνατοὶ διοικεῖν τὴν πόλιν ἢ τοσοῦτοι τὸ πλῆθος
 ὥστ' εἶναι πόλιν ἐξ αὐτῶν; ἔστι δὲ ἀπορία τις πρὸς ἀπαν-
 τας τοὺς διαμψισβητοῦντας περὶ τῶν πολιτικῶν τιμῶν. δό-
 15 ξαιεν γὰρ <ἄν> οὐδὲν λέγειν δίκαιον οἱ διὰ τὸν πλοῦτον ἀξι-
 οῦντες ἄρχειν, ὁμοίως δὲ καὶ οἱ κατὰ γένος· δηλὸν γὰρ ὥς εἰ
 τις πάλιν εἰς πλουσιώτερος ἀπάντων ἔστί, δηλονότι κατὰ
 τὸ αὐτὸ δίκαιον τοῦτον ἄρχειν τὸν ἕνα ἀπάντων δεήσει,
 ὁμοίως δὲ καὶ τὸν εὐγενεῖα διαφέροντα τῶν ἀμψισβητούν-
 20 των δι' ἐλευθερίαν. ταῦτό δὲ τοῦτο ἴσως συμβήσεται καὶ
 περὶ τὰς ἀριστοκρατίας ἐπὶ τῆς ἀρετῆς· εἰ γὰρ τις εἰς ἀμεί-
 νων ἀνὴρ εἴη τῶν ἄλλων τῶν ἐν τῷ πολιτεύματι σπουδαίων

todas as outras. Também se justificam as exigências dos muitos face aos 40
 poucos, uma vez que em conjunto, são mais fortes, mais ricos e melhores.

Considerando estes elementos reunidos numa cidade — os bons, os 1283b
 ricos, os bem nascidos, ou qualquer outro grupo de cidadãos — duvida-
 ríamos ainda sobre quem deve ou não governar? Em qualquer dos regimes
 já mencionados, é indiscutível o veredicto sobre quem deve governar
 porquanto tais regimes diferem entre si conforme os dirigentes; num, a 5
 supremacia cabe aos ricos; noutro, aos homens íntegros; o mesmo se
 passa com os restantes. Mas aqui examinamos quem governa quando os
 diferentes grupos estão simultaneamente presentes. Por exemplo: se os
 virtuosos forem muito poucos, como proceder? Consideraremos apenas o 10
 facto de serem poucos para as funções a exercer, vendo se serão capazes
 de administrar a cidade, ou também se serão demasiado numerosos para
 formar sozinhos uma cidade?

Há uma dificuldade que se aplica a todos os que disputam as 15
 magistraturas e as honras políticas. Poder-se-ia crer, com efeito, que os
 que reivindicam o poder por causa da riqueza não apresentam boas
 razões; e o mesmo ocorre com os que pretendem fundar o poder no bom
 nascimento. É evidente que, se um cidadão é, por si só, mais rico do que
 todos os outros juntos, deverá governar todos, do mesmo modo que quem
 se destaca em nobreza deve governar os que fundamentam na liberdade
 as pretensões ao poder. O mesmo sucederá, talvez, nas aristocracias, a 20
 propósito da virtude. Caso se encontrasse um só homem bom, melhor do
 que todos os outros que formam o corpo político, ainda que fossem todos
 nobres, ele deveria exercer a supremacia segundo o mesmo direito. Assim,
 supondo que os muitos devam exercer a supremacia porque são mais
 fortes do que os poucos, no caso de um só ou mais do que um (mas menos 25

25 ὄντων, τοῦτον εἶναι δεῖ κύριον κατὰ ταῦτό δίκαιον. οὐκοῦν εἰ
 καὶ τὸ πλῆθος εἶναι γε δεῖ κύριον διότι κρείττους εἰσι τῶν
 30 ὀλίγων, καὶ εἰς ἡ πλείους μὲν τοῦ ἐνὸς ἐλάττους δὲ τῶν
 πολλῶν κρείττους ὥσι τῶν ἄλλων, τούτους ἂν δέοι κύριους
 εἶναι μᾶλλον ἢ τὸ πλῆθος. πάντα δὲ ταῦτ' ἔοικε φανε-
 ρὸν ποιεῖν ὅτι τούτων τῶν ὄρων οὐδεὶς ὀρθὸς ἐστι, καθ' ὃν
 35 ἀξιοῦσιν αὐτοὶ μὲν ἄρχειν τοὺς δ' ἄλλους ὑπὸ σφῶν ἄρχε-
 σθαὶ πάντας. καὶ γὰρ δὴ καὶ πρὸς τοὺς κατ' ἀρετὴν
 ἀξιοῦντας κύριους εἶναι τοῦ πολιτεύματος, ὁμοίως δὲ καὶ τοὺς
 κατὰ πλοῦτον, ἔχοιεν ἂν λέγειν τὰ πλήθη λόγον τινὰ δι-
 40 καιον· οὐδὲν γὰρ κωλύει ποτὲ τὸ πλῆθος εἶναι βέλτιον· τῶν
 ὀλίγων καὶ πλουσιώτερον, οὐχ ὥς καθ' ἑκάστον ἄλλ' ὥς
 45 ἀθρόους. διὸ καὶ πρὸς τὴν ἀπορίαν ἦν ζητοῦσι καὶ προβάλ-
 λουσι τινες ἐνδέχεται τοῦτον τὸν τρόπον ἀπαντᾶν. ἀποροῦσι
 γὰρ τινες πότερον τῷ νομοθέτῃ νομοθετητέον, βουλομένῳ
 τίθεσθαι τοὺς ὀρθοτάτους νόμους, πρὸς τὸ τῶν βελτιόνων συμ-
 50 φέρον ἢ πρὸς τὸ τῶν πλειόνων, ὅταν συμβαίνει τὸ λεχθέν·
 τὸ δ' ὀρθὸν ληπτέον ἴσως· τὸ δ' ἴσως ὀρθὸν πρὸς τὸ τῆς
 πόλεως ὅλης συμφέρον καὶ πρὸς τὸ κοινὸν τὸ τῶν πολι-
 1284a τῶν· πολίτης δὲ κοινῇ μὲν ὁ μετέχων τοῦ ἄρχειν καὶ ἄρ-
 χεσθαὶ ἐστι, καθ' ἑκάστην δὲ πολιτείαν ἕτερος, πρὸς δὲ τὴν
 ἀρίστην ὁ δυνάμενος καὶ προαιρούμενος ἄρχεσθαι καὶ ἄρχειν
 πρὸς τὸν βίον τὸν κατ' ἀρετὴν. εἰ δέ τις ἐστὶν εἰς τοσοῦτον
 5 διαφέρων κατ' ἀρετῆς ὑπερβολὴν, ἡ πλείους μὲν ἐνὸς μὴ
 μέντοι δυνατοὶ πλήρωμα παρασχέσθαι πόλεως, ὥστε μὴ
 συμβλητὴν εἶναι τὴν τῶν ἄλλων ἀρετὴν πάντων μηδὲ τὴν
 δύναναι αὐτῶν τὴν πολιτικὴν πρὸς τὴν ἐκείνων, εἰ πλείους,
 10 εἰ δ' εἰς, τὴν ἐκείνου μόνον, οὐκέτι θετέον τούτους μέρος πόλεως·
 ἀδικήσονται γὰρ ἀξιούμενοι τῶν ἴσων, ἀνισοὶ τοσοῦτον κατ'
 ἀρετὴν ὄντες καὶ τὴν πολιτικὴν δύναναι· ὥσπερ γὰρ θεδόν

do que a maioria) serem mais fortes do que os outros, seria a eles, mais
 do que à multidão, que a supremacia deveria ser concedida.

Tudo isto parece demonstrar claramente que não é correcto nenhum
 dos critérios em virtude dos quais se considera justo que uns homens
 exerçam a supremacia e os demais obedeçam. E mesmo contra aqueles
 que pretendem, devido à sua virtude, exercer o poder no governo, ou
 30 contra os que invocam a sua riqueza, as multidões podem apelar a uma
 justa razão: há ocasiões em que as multidões, tomadas em conjunto e não
 individualmente, podem ser melhores e mais ricas do que a minoria.

Isto permite-nos, ademais, enfrentar uma dificuldade levantada por
 alguns e muito discutida: pergunta-se se o legislador que deseja estabe-
 35 lecer as leis mais rectas, deve legislar tendo em consideração os interesses
 dos melhores cidadãos, ou do maior número deles, quando se encontra
 na situação acima referida. O que é recto deve entender-se como equi-
 40 tativo; e o que é recto equitativamente deve visar o interesse da cidade
 e da comunidade dos cidadãos. Um cidadão é, em geral, o que
 alternadamente governa e é governado, mas o seu estatuto varia de regime
 1284a para regime. No regime melhor, é cidadão aquele que é capaz e que
 escolhe deliberadamente governar e ser governado, visando uma vida
 virtuosa ⁽⁶⁰⁾.

Se existir um indivíduo ou vários (mas insuficientes para formar a
 população da cidade) tão preeminentes em virtude que nem a virtude nem
 5 a capacidade política dos outros se possam comparar às deles (se forem
 vários) ou às suas, (se for um só), um tal indivíduo, ou indivíduos, não
 devem ser tratados como simples partes da cidade. Trata-los-emos injus-
 tamente se apenas os acharmos dignos de direitos iguais, sendo eles tão
 desiguais em virtude e capacidade política. Um indivíduo assim torna-se
 10

15 ἐν ἀνθρώποις εἰκὸς εἶναι τὸν τοιοῦτον. ὅθεν δῆλον ὅτι καὶ
 τὴν νομοθεσίαν ἀναγκαῖον εἶναι περὶ τοὺς ἴσους καὶ τῷ γενέει
 καὶ τῇ δυνάμει, κατὰ δὲ τῶν τοιούτων οὐκ ἔστι νόμος· αὐτοὶ
 γὰρ εἰσι νόμος. καὶ γὰρ γελοῖος ἂν εἴη νομοθετεῖν τις
 20 πειρώμενος κατ' αὐτῶν. λέγοιεν γὰρ ἂν ἴσως ἄπερ Ἀντι-
 σθένης ἔφη τοὺς λέοντας δημηγορούντων τῶν δασυπόδων καὶ
 τὸ ἴσον ἀξιούντων πάντας ἔχειν. διὸ καὶ τίθενται τὸν ὁστρα-
 κισμόν αἱ δημοκρατούμεναι πόλεις, διὰ τὴν τοιαύτην αἰτίαν·
 αὗται γὰρ δὴ δοκοῦσι διώκειν τὴν ἰσότητά μάλιστα πάντων,
 25 ὥστε τοὺς δοκοῦντας ὑπερέχειν δυνάμει διὰ πλοῦτον ἢ πολυ-
 φιλίαν ἢ τινα ἄλλην πολιτικὴν ἰσχὺν ὡστράκιζον καὶ μεθ-
 ἴστασαν ἐκ τῆς πόλεως χρόνους ὠρισμένους. μυθολογεῖται
 δὲ καὶ τοὺς Ἀργοναύτας τὸν Ἡρακλέα καταλιπεῖν διὰ
 30 τοιαύτην αἰτίαν· οὐ γὰρ ἐθέλειν αὐτὸν ἄγειν τὴν Ἀργῶ
 μετὰ τῶν ἄλλων, ὥς ὑπερβάλλοντα πολὺ τῶν πλωτῆρων.
 διὸ καὶ τοὺς ψέγοντας τὴν τυραννίδα καὶ τὴν Περιάνδρου
 Θρασυβούλῳ συμβουλίαν οὐχ ἀπλῶς οἰητέον ὀρθῶς ἐπιτιμᾶν
 (φασὶ γὰρ τὸν Περιάνδρον εἰπεῖν μὲν οὐδὲν πρὸς τὸν πεμ-
 35 φθέντα κήρυκα περὶ τῆς συμβουλίας, ἀφαιροῦντα δὲ τοὺς
 ὑπερέχοντας τῶν σταχύων ὁμαλῦναι τὴν ἄρουραν· ὅθεν
 ἀγνοοῦντος μὲν τοῦ κήρυκος τοῦ γιγνομένου τὴν αἰτίαν, ἀπαγ-
 γείλαντος δὲ τὸ συμπεσόν, συννοῆσαι τὸν Θρασύβουλον ὅτι
 40 δεῖ τοὺς ὑπερέχοντας ἀνδρας ἀναιρεῖν). τοῦτο γὰρ οὐ μόνον
 συμφέρει τοῖς τυράννοις, οὐδὲ μόνον οἱ τύραννοι ποιοῦσιν,
 35 ἀλλ' ὁμοίως ἔχει καὶ περὶ τὰς ὀλιγαρχίας καὶ τὰς δημο-
 κρατίας· ὁ γὰρ ὁστρακισμὸς τὴν αὐτὴν ἔχει δύναμιν
 τρόπον τινὰ τῷ κολοῦειν τοὺς ὑπερέχοντας καὶ φυγαδεύειν.
 40 τὸ δ' αὐτὸ καὶ περὶ τὰς πόλεις καὶ τὰ ἔθνη ποιοῦσιν οἱ
 κύριοι τῆς δυνάμεως, οἷον Ἀθηναῖοι μὲν περὶ Σαμίους καὶ
 1284b Χίους καὶ Λεσβίους (ἐπεὶ γὰρ θάπτον ἐγκρατῶς ἔσχον τὴν
 ἀρχήν, ἐταπείνωσαν αὐτοὺς παρὰ τὰς συνθήκας), ὁ δὲ Περ-
 σῶν βασιλεὺς Μήδους καὶ Βαβυλωνίους καὶ τῶν ἄλλων τοὺς

como um deus entre os homens. Por aqui se vê que a legislação se refere
 necessariamente àqueles que são iguais em nascimento e capacidade,
 enquanto para os seres superiores não existe lei; eles mesmos são a
 lei⁽⁶¹⁾. Seria estultícia tentar legislar para eles: retaliariam com as
 palavras usadas pelos leões da fábula de Antístenes, quando as lebres
 reivindicaram, em assembleia, a igualdade para todos⁽⁶²⁾. 15

Isto explica também por que razão houve democracias que instituíssem
 o ostracismo⁽⁶³⁾. Tais regimes, com efeito, parecem procurar a igualdade
 mais que tudo; e por consequência, declaravam o ostracismo e baniam da
 cidade, por um período determinado, todos aqueles que parecessem ter
 20 demasiada influência devido à sua riqueza, às suas relações, ou qualquer
 outra forma de poderio político. Diz o próprio mito que os *Argonautas*
 abandonaram Hércules por uma razão semelhante⁽⁶⁴⁾. A nau *Argo* recusou
 tê-lo entre a tripulação, visto que era muito superior a todos os demais. Do
 25 mesmo modo, não devemos considerar inteiramente justas as censuras dos
 críticos à tirania e ao conselho dado por Periandro a Trasíbulo⁽⁶⁵⁾. Consta
 que Periandro não respondeu ao mensageiro enviado por Trasíbulo para pedir
 um conselho; apenas cortou as espigas que ultrapassavam as outras em altura,
 30 nivelando o campo em que os dois se encontravam. O mensageiro relatou
 o que sucedera sem compreender o alcance, mas Trasíbulo percebeu que
 deveria eliminar os indivíduos que se destacam entre os demais.

De facto, nem só os tiranos têm este procedimento nem são só eles
 que dele beneficiam. Oligarquias e democracias procedem da mesma
 35 maneira; o ostracismo, a seu modo, também tem o efeito de eliminar e
 exilar os cidadãos que se destacam. Assim agem os donos do poder contra
 povos e cidades. Os Atenienses, por exemplo, contra os habitantes de
 Samos, Quios e Lesbos: assim que os Atenienses os dominaram pela
 40 força, humilharam-nos, violando os tratados anteriores. Da mesma
 maneira o rei da Pérsia dizimou repetidamente Medos e Babilónios e 1284b

5 πεφρονηματισμένους διὰ τὸ γενέσθαι ποτ' ἐπ' ἀρχῆς ἐπ-
 ἔκοπτε πολλάκις. τὸ δὲ πρόβλημα καθόλου περὶ πάσας
 ἐστὶ τὰς πολιτείας, καὶ τὰς ὁρθάς· αἱ μὲν γὰρ παρεκ-
 10 βεβηκυῖαι πρὸς τὸ ἴδιον ἀποσκοποῦσαι τοῦτο δρῶσιν, οὐ μὴν
 ἀλλὰ περὶ τὰς τὸ κοινὸν ἀγαθὸν ἐπισκοπούσας τὸν αὐτὸν
 ἔχει τρόπον. δῆλον δὲ τοῦτο καὶ ἐπὶ τῶν ἄλλων τεχνῶν
 καὶ ἐπιστημῶν· οὔτε γὰρ γραφεὺς ἐάσειεν ἂν τὸν ὑπερ-
 15 βάλλοντα πόδα τῆς συμμετρίας ἔχειν τὸ ζῶον, οὐδ' εἰ
 διαφέρει τὸ κάλλος, οὔτε ναυπηγὸς πρύμναν ἢ τῶν ἄλλων
 τι μορίων τῶν τῆς νεώς, οὐδὲ δὴ χοροδιδάσκαλος τὸν μεῖ-
 ζον καὶ κάλλιον τοῦ παντὸς χοροῦ φθεγγόμενον ἐάσει συγ-
 χορεύειν. ὥστε διὰ τοῦτο μὲν οὐδὲν κωλύει τοὺς μονάρχους
 20 συμφωνεῖν ταῖς πόλεσιν, εἰ τῆς οἰκείας ἀρχῆς ὠφελίμου
 ταῖς πόλεσιν οὔσης τοῦτο δρῶσιν. διὸ κατὰ τὰς ὁμολογουμέ-
 νας ὑπεροχάς ἔχει τι δίκαιον πολιτικὸν ὁ λόγος ὁ περὶ
 τὸν ὁστρακισμόν. βέλτιον μὲν οὖν τὸν νομοθέτην ἐξ ἀρχῆς
 οὕτω συστήσαι τὴν πολιτείαν ὥστε μὴ δεῖσθαι τοιαύτης
 25 ἰατρείας· δεύτερος δὲ πλοῦς, ἂν συμβῇ, πειρᾶσθαι τοιοῦτω
 τινὶ διορθώματι διορθοῦν. ὅπερ οὐκ ἐγίνετο περὶ τὰς πόλεις·
 οὐ γὰρ ἐβλεπον πρὸς τὸ τῆς πολιτείας τῆς οἰκείας συμ-
 φέρον, ἀλλὰ στασιαστικῶς ἐχρῶντο τοῖς ὁστρακισμοῖς. ἐν
 μὲν οὖν ταῖς παρεκβεβηκυῖαις πολιτεαῖς ὅτι μὲν ἰδίᾳ συμ-
 30 φέρει καὶ δίκαιόν ἐστι, φανερόν, ἴσως δὲ καὶ ὅτι οὐχ ἀπλῶς
 δίκαιον, καὶ τοῦτο φανερόν· ἀλλ' ἐπὶ τῆς ἀρίστης πολιτείας
 ἔχει πολλὴν ἀπορίαν, οὐ κατὰ τῶν ἄλλων ἀγαθῶν τὴν
 ὑπεροχὴν, οἷον ἰσχύος καὶ πλούτου καὶ πολυφιλίας, ἀλλὰ
 ἂν τις γένηται διαφέρων κατ' ἀρετὴν, τί χρὴ ποιεῖν; οὐ
 γὰρ δὴ φαίνεται ἂν δεῖν ἐκβάλλειν καὶ μεθιστάναι τὸν τοι-
 30 οὔτον· ἀλλὰ μὴν οὐδ' ἀρχεῖν γε τοῦ τοιοῦτου· παραπλήσιον
 γὰρ καὶ εἰ τοῦ Διὸς ἀρχεῖν ἀξιοῖεν, μερίζοντες τὰς ἀρχάς.

todos os povos que, ciosos do seu poder de outrora, mantinham uma
 atitude arrogante.

O problema é geral para todos os regimes, mesmo para os regimes
 rectos; se os regimes transviados adoptam esta prática com a única
 5 preocupação do interesse particular, também a adoptam os regimes que
 têm em vista o bem comum. As artes e ciências, em geral, também
 fornecem uma prova evidente. Um pintor nunca permitiria, a uma perso-
 nagem, um pé que ultrapassasse a devida proporção, por muito belo que
 parecesse. Um construtor de barcos nunca toleraria uma popa, ou qual-
 10 quer outra parte do navio, em desproporção com o resto. Um mestre de
 coro nunca admitiria um coreuta cuja voz fosse mais forte e mais bela
 do que a dos demais membros do coro. Perante esta regra, nada, pois,
 impede os monarcas de estar em pleno acordo com a sua cidade, desde
 que apenas se recorra ao ostracismo quando o acréscimo do próprio poder
 15 serve o interesse das respectivas cidades. O argumento em prol do
 ostracismo possui alguma justificação quando se funda numa
 reconhecida superioridade. Seria preferível que o legislador, desde o
 início, concebesse um regime que não carecesse de tal remédio; só em
 segundo lugar, em caso de necessidade, tentaria remediar a situação com
 20 o referido correctivo. Mas na realidade não é isto que tem sido aplicado
 nas cidades; em vez de considerar o interesse do próprio regime, recorre-
 -se ao ostracismo com intuito faccioso.

Nos regimes transviados é manifesto que esta prática é vantajosa
 e justa em relação aos interesses particulares mas é evidente que não é
 25 justa, falando absolutamente (⁶⁶). Contudo, no regime melhor, o recurso ao
 ostracismo suscita uma grave dificuldade. A dificuldade não resulta de
 uma preeminência fundada em qualidades tais como o poderio, a riqueza
 ou a popularidade, mas no facto de alguém se destacar em virtude. Como
 proceder neste caso? Ninguém diria, decerto, que se deveria banir ou mandar
 30 para o exílio tal indivíduo. Nem se diria, tão pouco, que deveria estar
 submetido ao poder dos demais (⁶⁷). Isso seria como pretender governar

λείπεται τοίνυν, ὅπερ ἔοικε πεφυκέναι, πείθεσθαι τῷ τοιούτῳ πάντας ἀσμένως, ὥστε βασιλέας εἶναι τοὺς τοιούτους αἰδίου ἐν ταῖς πόλεσιν.

35 14 Ἴσως δὲ καλῶς ἔχει μετὰ τοὺς εἰρημένους λόγους μεταβῆναι καὶ σκέψασθαι περὶ βασιλείας· φαμέν γάρ τῶν ὀρθῶν πολιτειῶν μίαν εἶναι ταύτην. σκεπτέον δὲ πότερον συμφέρει τῇ μελλούσῃ καλῶς οἰκήσεσθαι καὶ πόλει καὶ 40 χώρᾳ βασιλεύεσθαι, ἢ οὐ, ἀλλ' ἄλλη τις πολιτεία μάλλον, ἢ τισὶ μὲν συμφέρει τισὶ δ' οὐ συμφέρει. δεῖ δὴ πρῶτον διελεῖσθαι πότερον ἐν τῷ γένος ἔστιν αὐτῆς ἢ πλείους 1285a ἔχει διαφορὰς. ῥάδιον δὴ τοῦτό γε καταμαθεῖν, ὅτι πλείω τε γένη περιέχει καὶ τῆς ἀρχῆς ὁ τρόπος ἔστιν οὐχ εἰς πασῶν. ἢ γὰρ ἐν τῇ Λακωνικῇ πολιτεία δοκεῖ μὲν εἶναι βασιλεία μάλιστα τῶν κατὰ νόμον, οὐκ ἔστι δὲ κυρία πάντων, ἀλλ' ὅταν ἐξέλθῃ τὴν χώραν ἡγεμῶν ἔστι τῶν πρὸς 5 τὸν πόλεμον· ἔτι δὲ τὰ πρὸς τοὺς θεοὺς ἀποδέδοται τοῖς βασιλεῦσιν. αὕτη μὲν οὖν ἡ βασιλεία οἷον στρατηγία τις αὐτοκρατόρων καὶ αἰδίου ἔστιν· κτεῖναι γὰρ οὐ κύριος, εἰ μὴ ἔνεκα δειλίας, καθάπερ ἐπὶ τῶν ἀρχαίων ἐν ταῖς 10 πολεμικαῖς ἐξόδοις, ἐν χειρὸς νόμῳ. δηλοῖ δ' Ὅμηρος· ὁ γὰρ Ἀγαμέμνων κακῶς μὲν ἀκούων ἠνείχετο ἐν ταῖς ἐκκλησίαις, ἐξελθόντων δὲ καὶ κτεῖναι κύριος ἦν· λέγει γοῦν ὅν δέ κ' ἐγὼν ἀπάνευθε μάχης ..., οὐ οἱ ἄρκιον ἔσσειται φυγέειν κύνας ἢ δ' οἰωνούς· παρ γὰρ ἔμοι θάνατος'. ἐν μὲν 15 οὖν τοῦτ' εἶδος βασιλείας, στρατηγία διὰ βίου, τούτων δ' αἱ μὲν κατὰ γένος εἰσὶν αἱ δ' αἵρεται· παρὰ ταύτην δ' ἄλλο

Zeus, partilhando o governo com ele. A alternativa que resta — e que parece fundada na natureza — é que todos obedeam voluntariamente a um tal homem; desse modo, os que se lhe assemelham seriam para sempre reis nas suas cidades.

14. A realeza e as suas diversas formas.

Após as considerações precedentes, será melhor passar ao exame da 35 realeza. É, no nosso ponto de vista, um dos regimes correctos ⁽⁶⁸⁾. Temos que considerar se ter um rei é do interesse das cidades ou territórios que se pretendem governar bem; ou se, pelo contrário, é preferível um outro regime; ou se esta forma de governo é proveitosa para certas cidades, mas não para outras. 40

Devemos começar por determinar se existe apenas uma espécie de realeza ou várias. É fácil ver que a realeza abrange diferentes espécies, 1285a e que o modo de governo não é idêntico em todas.

A realeza no regime de Esparta parece ser o tipo da realeza fundada na lei, não tendo a supremacia em tudo; os reis só comandam 5 operações militares quando saem do território, e estão-lhe reservados os assuntos religiosos. Trata-se de uma realeza semelhante à de gerais com plenos poderes e cargos permanentes. O rei, com efeito, não possui o poder de vida ou morte, excepto em certas ocasiões em tempos passados ⁽⁶⁹⁾, em que nas operações militares punia pela sua 10 própria mão ⁽⁷⁰⁾. Homero revela isto mesmo: Agamémnon tinha que suportar afirmações ultrajantes nas assembleias mas, em campanha, exercia o poder de vida ou de morte. O certo é que ele diz: "*Quem eu encontrar foragido do campo de batalha, dificilmente escapará; os cães e os abutres despedaçá-lo-ão; tal é o meu poder de infligir a morte*" ⁽⁷¹⁾. É esta, pois, uma forma de realeza: o comando militar vitalício. Entre as 15 realezas deste tipo, umas são hereditárias ⁽⁷²⁾, outras electivas.

μοναρχίας εἶδος, οἶαι παρ' ἐνίοις εἰσὶ βασιλεῖαι τῶν βαρ-
 βάρων. ἔχουσι δ' αὖται τὴν δύναμιν πᾶσαι παραπλησίαν
 τυραννίσιν, εἰσὶ δὲ κατὰ νόμον καὶ πάτρια· διὰ
 20 γὰρ τὸ δουλικώτεροι εἶναι τὰ ἤθη φύσει οἱ μὲν βάρβαροι
 τῶν Ἑλλήνων, οἱ δὲ περὶ τὴν Ἀσίαν τῶν περὶ τὴν Εὐρώ-
 πην, ὑπομένουσι τὴν δεσποτικὴν ἀρχὴν οὐδὲν δυσχεραίνοντες.
 τυραννικαὶ μὲν οὖν διὰ τὸ τοιοῦτόν εἰσιν, ἀσφαλεῖς δὲ διὰ
 τὸ πάτρια καὶ κατὰ νόμον εἶναι. καὶ ἡ φυλακὴ δὲ βασι-
 25 λικὴ καὶ οὐ τυραννικὴ διὰ τὴν αὐτὴν αἰτίαν. οἱ γὰρ πολί-
 ται φυλάττουσιν ὅπλοις τοὺς βασιλεῖς, τοὺς δὲ τυράννους
 ξενικόν· οἱ μὲν γὰρ κατὰ νόμον καὶ ἐκόντων οἱ δ' ἀκόν-
 των ἄρχουσιν, ὥσθ' οἱ μὲν παρὰ τῶν πολιτῶν οἱ δ' ἐπὶ
 τοὺς πολίτας ἔχουσι τὴν φυλακὴν. δύο μὲν οὖν εἶδη ταῦτα
 30 μοναρχίας, ἕτερον δ' ὅπερ ἦν ἐν τοῖς ἀρχαίοις Ἑλλήσιν,
 οὓς καλοῦσιν αἰσυμνήτας, ἐστὶ δὲ τοῦθ' ὡς ἀπλῶς εἰπεῖν αἰρετὴ
 τυραννίς, διαφέρουσα δὲ τῆς βαρβαρικῆς οὐ τῷ μὴ κατὰ
 νόμον ἀλλὰ τῷ μὴ πάτριος εἶναι μόνον. ἦρχον δ' οἱ μὲν
 διὰ βίου τὴν ἀρχὴν ταύτην, οἱ δὲ μέχρι τινῶν ὁρισμένων
 35 χρόνων ἢ πράξεων, οἷον εἶλοντό ποτε Μυτιληναῖοι Πιττα-
 κὸν πρὸς τοὺς φυγάδας ὧν προειστήκεσαν Ἀντιμενίδης καὶ
 Ἀλκαῖος ὁ ποιητής. δηλοῖ δ' Ἀλκαῖος ὅτι τύραννον εἶλοντο
 τὸν Πιττακὸν ἐν τινὶ τῶν σκολιῶν μελῶν· ἐπιτιμᾷ γὰρ
 1285b ὅτι τὸν κακοπάτριδα Πίττακον πόλιος τᾶς ἀχόλῳ καὶ
 βαρυδαίμονος ἐστάσαντο τύραννον μέγ' ἐπαινέοντες ἀόλλεες·
 αὖται μὲν οὖν εἰσὶ τε καὶ ἦσαν διὰ μὲν τὸ δεσποτικαὶ εἶναι
 τυραννικαί, διὰ δὲ τὸ αἰρεταὶ καὶ ἐκόντων βασιλικαί· τέ-
 τартον δ' εἶδος μοναρχίας βασιλικῆς αἰ κατὰ τοὺς ἥρωι-

Além desta, existe uma outra forma de monarquia entre as realezas
 dos povos bárbaros; estas possuem autoridade semelhante à das tiranias
 mas são simultaneamente constitucionais e hereditárias. Sendo os bárba-
 ros de índole mais servil do que os helenos (tal como os povos da Ásia 20
 são mais servís do que os da Europa) toleram a autoridade despótica sem
 protestar. É por isso que estas realezas são de naturcza tirânica mas,
 sendo constitucionais e hereditárias, são também estáveis. Pela mesma
 razão, a guarda serve um rei e não um tirano. Os reis são guardados por
 cidadãos armados enquanto os tiranos o são por mercenários estrangeiros. 25
 Os primeiros, com efeito, reinam conforme a lei e com o consentimento
 dos súbditos; os segundos, pelo contrário, sem esse consentimento; ade-
 mais, aqueles têm uma guarda de cidadãos, estes uma guarda contra os
 cidadãos.

Apresentámos dois tipos de monarquia. Mas ainda existe um outro 30
 entre os antigos helenos, conhecido pelo nome de aisimnetas ⁽⁷³⁾. Pode ser
 sumariamente definido como uma tirania electiva e que difere da monar-
 quia dos bárbaros mais por não ser hereditária, do que por ser inconstitucional.
 De entre os aisimnetas, uns exerciam o poder vitaliciamente, outros por um
 período de tempo fixo ou para determinada tarefa. Pítaco, por exemplo, 35
 foi eleito pelos cidadãos de Mitilene para resistir aos exilados comanda-
 dos por Antiménides e pelo poeta Alceu. A eleição de Pítaco para tirano
 é reprovada por Alceu numa das suas canções, onde refere: "*Elegeram*
Pítaco, o de baixa condição, para tirano, nascido na cidade de destino 1285b
soturno, cantando em coro o seu louvor" ⁽⁷⁴⁾. Estas monarquias eram,
 e ainda são, de tipo tirânico devido ao carácter despótico, mas são de tipo
 régio porque assentam na eleição e no consentimento dos súbditos.

5 κοὺς χρόνους ἐκούσiai τε καὶ πάτριαι γιγνόμεναι κατὰ νόμον.
 διὰ γάρ τὸ τοὺς πρώτους γενέσθαι τοῦ πλήθους εὐεργέτας
 κατὰ τέχνας ἢ πόλεμον, ἢ διὰ τὸ συναγαγεῖν ἢ πορίσαι
 χώραν, ἐγίγνοντο βασιλεῖς ἐκόντων καὶ τοῖς παραλαμβά-
 νουσι πάτριοι κύριοι δ' ἦσαν τῆς τε κατὰ πόλεμον ἡγε-
 10 μονίας καὶ τῶν θυσιῶν, ὅσαι μὴ ἱερατικάι, καὶ πρὸς τού-
 τοις τὰς δίκας ἔκρινον. τοῦτο δ' ἐποιοῦν οἱ μὲν οὐκ ὁμνύον-
 τες οἱ δ' ὁμνύοντες· ὁ δ' ὄρκος ἦν τοῦ σκήπτρου ἐπανάτασις.
 οἱ μὲν οὖν ἐπὶ τῶν ἀρχαίων χρόνων καὶ τὰ κατὰ πόλιν
 καὶ τὰ ἐνδημα καὶ τὰ ὑπερόρια συνεχῶς ἦρχον· ὕστερον
 15 δὲ τὰ μὲν αὐτῶν παριέντων τῶν βασιλέων, τὰ δὲ τῶν
 ὀχλῶν παραιρουμένων, ἐν μὲν ταῖς ἀλλαῖς πόλεσιν αἱ θυσίαι
 κατελείφθησαν τοῖς βασιλεῦσι μόνον, ὅπου δ' ἄξιον εἰπεῖν
 εἶναι βασιλείαν, ἐν τοῖς ὑπερορίοις τῶν πολεμικῶν τὴν ἡγε-
 μονίαν μόνον εἶχον.
 20 βασιλείας μὲν οὖν εἶδη ταῦτα, τέτταρα τὸν ἀριθμόν,
 μία μὲν ἡ περὶ τοὺς ἡρωικοὺς χρόνους (αὕτη δ' ἦν ἐκόντων
 μὲν, ἐπὶ τισὶ δ' ὠρισμένοις· στρατηγός τε γὰρ ἦν καὶ δικα-
 στὴς ὁ βασιλεὺς, καὶ τῶν πρὸς τοὺς θεοὺς κύριος), δευτέρα
 δ' ἡ βαρβαρική (αὕτη δ' ἐστὶν ἐκ γένους ἀρχὴ δεσποτική
 25 κατὰ νόμον), τρίτη δὲ ἦν αἰσυμνητεῖαν προσαγορεύουσιν
 (αὕτη δ' ἐστὶν αἰρετὴ τυραννίς), τετάρτη δ' ἡ Λακωνική
 τούτων (αὕτη δ' ἐστὶν ὡς εἰπεῖν ἀπλῶς στρατηγία κατὰ
 γένος αἰδίου). αὗται μὲν οὖν τοῦτον τὸν τρόπον διαφέρουσιν
 ἀλλήλων· πέμπτον δ' εἶδος βασιλείας, ὅταν ἦ πάντων
 30 κύριος εἷς ὢν, ὥσπερ ἕκαστον ἔθνος καὶ πόλις ἑκάστη τῶν

5 Uma quarta espécie de monarquia régia é a das realezas da idade
 heróica, fundadas no consentimento popular, na hereditariedade, e na lei.
 Os fundadores das dinastias reais tinham sido benfeitores do povo nas
 artes ou nas guerras, ou tinham-no congregado, ou atribuído terras; por
 tudo isto tornaram-se reis com o consentimento geral e os seus descen-
 dentes herdaram o respectivo poder. Na guerra, tinham o comando
 10 supremo; tinham a prerrogativa de oferecer sacrificios que não estavam
 reservados aos sacerdotes; e eram juizes nos processos. Uns exerciam este
 poder mediante juramento, outros sem juramento; o juramento consistia
 em erguer o ceptro ⁽⁷⁵⁾. Estes reis de tempos passados gozavam de
 autoridade permanente nos assuntos urbanos, rurais e nos negócios estran-
 15 geiros. Em épocas posteriores, quer por abandono voluntário, quer por
 exigência das massas populares, a única prerrogativa deixada aos reis na
 maior parte das cidades, foi a de realizar sacrificios. Mesmo nos casos
 em que se pode dizer que existia realaleza efectiva, apenas mantiveram o
 comando das operações militares no estrangeiro.

20 Existem, pois, quatro tipos de realaleza: a primeira, a realaleza da idade
 heróica, baseada no consentimento geral mas limitada a um tempo restrito,
 e em que o rei actua como general, juiz, e chefe do culto religioso; a segunda,
 a realaleza dos bárbaros, onde o rei exerce, por direito hereditário, uma auto-
 ridade despótica mas constitucional, fundada na estirpe; a terceira, a realaleza
 25 aisimnética, que é uma forma electiva de tirania; e, em quarto lugar, a realaleza
 de tipo espartano, que é um comando militar permanente e hereditário.

Estes quatro tipos diferem entre si nos aspectos acima mencionados.
 Existe, porém, um quinto tipo de realaleza: a que é exercida por um só
 indivíduo, do mesmo modo que cada povo ou cada cidade tem autoridade
 30 sobre os interesses públicos. Corresponde ao poder doméstico. Tal como

κοινῶν, τεταγμένη κατὰ τὴν οἰκονομικήν. ὥσπερ γὰρ ἡ
οἰκονομικὴ βασιλεία τις οἰκίας ἐστίν, οὕτως ἡ βασιλεία πό-
λεως καὶ ἔθνους ἐνός ἢ πλειόνων οἰκονομία. 15 Σχεδὸν δὴ δύο
ἐστὶν ὡς εἰπεῖν εἶδη βασιλείας περὶ ὧν σκεπτέον, αὕτη τε
35 καὶ ἡ Λακωνικὴ· τῶν γὰρ ἄλλων αἱ πολλαὶ μεταξὺ τού-
των εἰσὶν· ἐλαττόνων μὲν γὰρ κύριοι τῆς παμβασιλείας,
πλειόνων δ' εἰσὶ τῆς Λακωνικῆς. ὥστε τὸ σκῆμμα σχεδὸν
περὶ δυοῖν ἐστίν, ἐν μὲν πότερον συμφέρει ταῖς πόλεσι στρα-
τηγὸν αἰδίον εἶναι, καὶ τοῦτον ἢ κατὰ γένος ἢ κατὰ μέρος,
1286a ἢ οὐ συμφέρει, ἐν δὲ πότερον ἓνα συμφέρει κύριον εἶναι
πάντων, ἢ οὐ συμφέρει. τὸ μὲν οὖν περὶ τῆς τοιαύτης στρα-
τηγίας ἐπισκοπεῖν νόμων ἔχει μᾶλλον εἶδος ἢ πολιτείας
(ἐν ἀπάσαις γὰρ ἐνδέχεται γίνεσθαι τοῦτο ταῖς πολιτείαις),
5 ὥστ' ἀφείσθω τὴν πρώτην· ὁ δὲ λοιπὸς τρόπος τῆς βασι-
λείας πολιτείας εἶδος ἐστίν, ὥστε περὶ τούτου δεῖ θεωρῆσαι
καὶ τὰς ἀπορίας ἐπιδραμεῖν τὰς ἐνούσας. ἀρχὴ δ' ἐστὶ τῆς
ζητήσεως αὕτη, πότερον συμφέρει μᾶλλον ὑπὸ τοῦ ἀρίστου
ἀνδρὸς ἄρχεσθαι ἢ ὑπὸ τῶν ἀρίστων νόμων. δοκοῦσι δὴ τοῖς
10 νομίζουσι συμφέρειν βασιλεύεσθαι τὸ καθόλου μόνον οἱ νόμοι
λέγειν, ἀλλ' οὐ πρὸς τὰ προσπίπτοντα ἐπιτάττειν, ὥστ' ἐν
ἑποικοῦν τέχνῃ τὸ κατὰ γράμματα ἄρχειν ἡλίθιον· καὶ <εἶ> πως ἐν
Αἰγύπτῳ μετὰ τὴν τετρήμερον κινεῖν ἔξεστι τοῖς ἰατροῖς
(ἐὰν δὲ πρότερον, ἐπὶ τῷ αὐτοῦ κινδύνῳ). φανερόν τοίνυν ὡς
15 οὐκ ἐστὶν ἡ κατὰ γράμματα καὶ νόμους ἀρίστη πολιτεία,
διὰ τὴν αὐτὴν αἰτίαν. ἀλλὰ μὴν κάκεινον δεῖ ὑπάρχειν
τὸν λόγον, τὸν καθόλου, τοῖς ἄρχουσιν. κρεῖττον δ' ᾧ μὴ
πρόσεστι τὸ παθητικὸν ὅλως ἢ ᾧ συμφυές· τῷ μὲν οὖν
νόμῳ τοῦτο οὐχ ὑπάρχει, ψυχὴν δ' ἀνθρωπίνην ἀνάγκη τοῦτ'

o poder doméstico é uma espécie de realeza da casa, este tipo de realeza
pode ser visto como poder doméstico sobre uma ou várias cidades, e sobre
um ou vários povos.

15. Vantagens e inconvenientes da realeza.

Por assim dizer, apenas falta considerar duas formas de realeza: a
última já mencionada e a espartana. As outras formas, na maior parte, 35
são tipos intermédios, já que os reis têm menos poder do que na realeza
absoluta mas mais poderes do que no tipo espartano. A nossa investigação
reduz-se, praticamente, a duas questões: a primeira consiste em saber se
a existência de um general vitalício (de base hereditária, ou num esquema
de rotação) é vantajosa ou nociva para as cidades. A segunda questão 1286a
é a de saber se é vantajoso ou nocivo que um só homem decida de modo
supremo sobre todas as coisas. A análise de um comando militar supremo
pertence mais ao estudo das leis do que ao das constituições; como em
qualquer regime pode existir um general permanente, ponhamos de parte
esta questão. A outra espécie de realeza é uma forma de regime e, por 5
isso, devemos considerá-la e examinar brevemente as dificuldades que
suscita.

A nossa investigação começou por indagar se é mais vantajoso ser
governado pelo melhor dos homens ou pelas melhores leis. Os que
encaram a realeza como vantajosa, argumentam que a lei só pode 10
enunciar regras gerais; não fornece preceitos para enfrentar as circuns-
tâncias; em qualquer arte, seria loucura basear-se em regras escritas, para
fornecer preceitos. No Egipto só é permitido aos médicos alterar as regras
de tratamento após quatro dias⁽⁷⁶⁾ (se o médico se antecipar, é por sua
conta e risco). É claro que um regime baseado em regras e leis escritas
não é o melhor, pela razão já apontada⁽⁷⁷⁾. 15

Mas a regra geral já mencionada deve estar presente na mente dos
governantes. De um modo geral, prefere-se quem estiver isento de paixão
a alguém em que tal elemento for inato. A lei é isenta de paixão ao passo
que qualquer alma humana forçosamente a possui. Mas sem dúvida

20 ἔχειν πᾶσαν. ἀλλ' ἴσως ἀν φαίη τις ὡς ἀντὶ τούτου βου-
λεύσεται περὶ τῶν καθ' ἕκαστα κάλλιον. ὅτι μὲν τοίνυν
ἀνάγκη νομοθέτην αὐτὸν εἶναι, δῆλον, καὶ κεῖσθαι νόμους,
ἀλλὰ μὴ κυρίους ἢ παρεκβαίνουσιν, ἐπεὶ περὶ τῶν γ' ἄλλων
εἶναι δεῖ κυρίους. ὅσα δὲ μὴ δυνατόν τὸν νόμον κρίνειν ἢ
25 ὁλως ἢ εὖ, πότερον ἓνα τὸν ἀριστον δεῖ ἄρχειν ἢ πάντας;
καὶ γὰρ νῦν συνιόντες δικάζουσι καὶ βουλευόμενοι καὶ κρί-
νουσιν, αὐταὶ δ' αἱ κρίσεις εἰσὶ πᾶσαι περὶ τῶν καθ' ἕκα-
στον. καθ' ἓνα μὲν οὖν συμβαλλόμενος ὅστισοῦν ἴσως χείρων·
ἀλλ' ἐστὶν ἡ πόλις ἐκ πολλῶν, ὥσπερ ἐστίασις συμφορητὸς
30 καλλίων μιᾶς καὶ ἀπλῆς. διὰ τοῦτο καὶ κρίνει ἄμεινον
ὄχλος πολλὰ ἢ εἷς ὅστισοῦν. ἔτι μᾶλλον ἀδιάφθορον τὸ
πολύ-καθάπερ ὕδωρ τὸ πλεῖον, οὕτω καὶ τὸ πλῆθος τῶν
ὀλίγων ἀδιαφθορώτερον. τοῦ δ' ἐνὸς ὑπ' ὀργῆς κρατηθέντος
ἢ τίνος ἑτέρου πάθους τοιούτου ἀναγκαῖον διεφθάρθαι τὴν κρί-
35 σιν, ἐκεῖ δ' ἔργον ἅμα πάντα ὀργισθῆναι καὶ ἁμαρτεῖν.
ἔστω δὲ τὸ πλῆθος οἱ ἐλεύθεροι, μηδὲν παρὰ τὸν νόμον
πράττοντες ἀλλ' ἡ περὶ ᾧν ἐκλείπειν ἀναγκαῖον αὐτόν.
εἰ δὲ δὴ τοῦτο μὴ ῥάδιον ἐν πολλοῖς, ἀλλ' εἰ πλείους εἶεν
ἀγαθοὶ καὶ ἄνδρες καὶ πολῖται, πότερον ὁ εἷς ἀδιαφθορώ-
40 τερος ἄρχων, ἢ μᾶλλον οἱ πλείους μὲν τὸν ἀριθμὸν ἀγαθοὶ
1286b δὲ πάντες; ἢ δῆλον ὡς οἱ πλείους; 'ἀλλ' οἱ μὲν στασιάζουσιν
ὁ δὲ εἷς ἀστασιάζουσιν.' ἀλλὰ πρὸς τοῦτ' ἀντιθετέον ἴσως ὅτι
σπουδαῖοι τὴν ψυχὴν, ὥσπερ κάκεῖνος ὁ εἷς. εἰ δὴ τὴν μὲν
τῶν πλειόνων ἀρχὴν ἀγαθῶν δ' ἀνδρῶν πάντων ἀριστοκρα-
5 τίαν θετέον, τὴν δὲ τοῦ ἐνὸς βασιλείαν, αἰρετώτερον ἀν εἴη ταῖς

20 dir-se-á que, em compensação, um homem decide melhor em casos individuais.

Vê-se que este homem deve ser necessariamente um legislador e que
devem existir leis; mas estas não devem ter a supremacia quando se
desviam da sua finalidade (evidentemente que devem ser supremas nos
outros casos). Mas em tudo o que não puder ser decidido totalmente pela
lei, ou pelo menos bem decidido, deverá a autoridade de decidir pertencer
25 a um só indivíduo, ao melhor, ou a todos?

Os cidadãos reunidos em assembleia julgam, deliberam e decidem,
e as decisões referem-se a todos os casos individuais. Qualquer cidadão,
tomado singularmente, é certamente, por comparação, inferior ao melhor.
Mas a cidade é composta por muitos indivíduos e, tal como uma refeição
para a qual todos contribuem é melhor do que uma refeição oferecida por
um só indivíduo, pela mesma razão a massa popular julga melhor, em
30 muitos assuntos, do que um só indivíduo, seja este quem for.

Acresce que é mais difícil corromper um corpo numeroso de cida-
dãos. Tal como um grande volume de água, a massa não está tão sujeita
à contaminação quanto o pequeno número ⁽⁷⁸⁾. Quando um indivíduo se
deixa dominar pela cólera ou outra paixão semelhante, a sua capacidade
de julgar fica necessariamente contaminada; mas não é fácil que todo um
povo se encolerize e se engane, simultaneamente.

35 Consideremos uma multidão de homens livres que nada fazem à
revelia da lei, excepto nos casos em que esta é omissa; e se esta
condição for difícil de cumprir com muita gente, suponhamos, pelo
menos, que existe uma maioria de indivíduos que sejam, simultane-
amente, homens bons e bons cidadãos; quem estará mais livre da
corrupção? O governante individual ou o corpo de cidadãos que,
40 constituindo numericamente a maioria, são todos homens bons? Não
será evidente que são estes últimos? "Mas não se dividirão em
1286b parcelas, ao passo que um só é indivisível?" A isto é preciso
contrapor que a maioria pode ter uma alma tão virtuosa quanto um
só indivíduo. Se chamarmos aristocracia o governo de uma maioria de
homens igualmente bons, e realeza o governo de um só homem bom,
a aristocracia seria melhor para a cidade do que a realeza (quer a
5

πόλεσιν ἀριστοκρατία βασιλείας, καὶ μετὰ δυνάμεως καὶ
 χωρὶς δυνάμεως οὔσης τῆς ἀρχῆς, ἂν ᾗ λαβεῖν πλείους ὁμοίους.
 καὶ διὰ τοῦτ' ἴσως ἐβασιλεύοντο πρότερον, ὅτι σπάνιον ἦν εὑρεῖν
 10 ἀνδρας πολὺ διαφέροντας κατ' ἀρετὴν, ἄλλως τε καὶ τότε
 μικρὰς οἰκοῦντας πόλεις. ἔτι δ' ἀπ' εὐεργεσίας καθίστασαν
 τοὺς βασιλεῖς, ὅπερ ἐστὶν ἔργον τῶν ἀγαθῶν ἀνδρῶν. ἐπεὶ
 δὲ συνέβαινε γίνεσθαι πολλοὺς ὁμοίους πρὸς ἀρετὴν, οὐκ ἔτι
 15 ὑπέμενον ἄλλ' ἐζήτουν κοινόν τι καὶ πολιτείαν καθίστασαν.
 ἐπεὶ δὲ χεῖρους γινόμενοι ἐχρηματίζοντο ἀπὸ τῶν κοινῶν,
 20 ἐντεῦθεν ποθεν εὐλογον γενέσθαι τὰς ὀλιγαρχίας· ἐντιμον
 γὰρ ἐποίησαν τὸν πλοῦτον. ἐκ δὲ τούτων πρῶτον εἰς τυραν-
 νίδας μετέβαλλον, ἐκ δὲ τῶν τυραννίδων εἰς δημοκρατίαν·
 αἰεὶ γὰρ εἰς ἐλάττους ἄγοντες δι' αἰσχροκέρδειαν ἰσχυρότε-
 25 ρον τὸ πλῆθος κατέστησαν, ὥστ' ἐπιθέσθαι καὶ γενέσθαι δημο-
 κρατίας. ἐπεὶ δὲ καὶ μείζους εἶναι συμβέβηκε τὰς πό-
 λεις, ἴσως οὐδὲ ῥάδιον ἔτι γίνεσθαι πολιτείαν ἐτέραν παρὰ
 δημοκρατίαν. εἰ δὲ δὴ τις ἀριστον θεῖη τὸ βασιλεύεσθαι
 30 ταῖς πόλεσιν, πῶς ἔξει τὰ περὶ τῶν τέκνων; πότερον καὶ
 τὸ γένος δεῖ βασιλεύειν; ἀλλὰ γινομένων ὁποιοῖ τινες
 25 ἔτυχον, βλαβερόν. ἄλλ' οὐ παραδώσει κύριος ὦν τοῖς
 τέκνοις; ἀλλ' οὐκ ἔτι τοῦτο ῥάδιον πιστεῦσαι· χαλεπὸν γάρ,
 καὶ μείζονος ἀρετῆς ἢ κατ' ἀνθρωπίνην φύσιν. ἔχει δ'
 ἀπορίαν καὶ περὶ τῆς δυνάμεως, πότερον ἔχειν δεῖ τὸν
 30 μέλλοντα βασιλεύειν ἰσχύν τινα περὶ αὐτόν, ἢ δυνήσεται
 βιάζεσθαι τοὺς μὴ βουλομένους πειθαρχεῖν, ἢ πῶς ἐνδέχεται
 τὴν ἀρχὴν διοικεῖν; εἰ γὰρ καὶ κατὰ νόμον εἴη κύριος, ὅμως
 δὲν πράττων κατὰ τὴν αὐτοῦ βούλησιν παρὰ τὸν νόμον, ὅμως
 35 ἀναγκαῖον ὑπάρχειν αὐτῷ δύναμιν ἢ φυλάξει τοὺς νόμους.
 τάχα μὲν οὖν τὰ περὶ τὸν βασιλέα τὸν τοιοῦτον οὐ χαλεπὸν
 διορίσαι· δεῖ γὰρ αὐτὸν μὲν ἔχειν ἰσχύν, εἶναι δὲ τοσαύτην τὴν

autoridade se faça acompanhar de uma força armada ou não) desde que
 surja um número suficiente de homens bons.

A razão por que a realeza foi, outrora, tão frequente, talvez se deva
 ao facto de ser raro encontrar indivíduos de virtudes excepcionais,
 sobretudo quando se habitavam cidades diminutas. Outra razão pela qual
 10 os reis eram nomeados, devia-se ao facto de serem benfeitores — o dever
 de qualquer homem bom. Mas desde que surgiu um grande número de
 cidadãos semelhantes, em virtude, estes começaram a não suportar o
 governo de um só, e a procurar um poder partilhado em comum e a
 estabelecer uma constituição. Depois, tornando-se menos virtuosos, en-
 15 riqueceram à custa do erário público. É a esta origem que podemos
 atribuir o aparecimento da oligarquia, em que a riqueza é honrada. As
 oligarquias transformaram-se, primeiro, em tiranias, e estas em democra-
 cias (⁷⁹). Os governantes, limitando cada vez mais o seu número devido
 à cupidez cada vez maior, fortaleceram as massas até que estas se
 20 revoltaram e assim nasceram as democracias. Agora que as cidades se
 tornaram maiores, também é mais difícil que nasça uma forma de regime
 diferente da democracia.

Se a realeza for aceite como a melhor forma de governo para as
 cidades, qual será então a posição dos filhos dos reis? Os seus descen-
 dentes deverão também reinar? Se se tornarem como alguns, será a ruína.
 25 Nesse caso, o rei, por ser senhor do poder, não transmitirá o poder ao
 descendente. Mas isso não é fácil de acreditar, posto que é uma
 decisão difícil e supõe mais virtude superior do que é normal na
 natureza humana.

Existe uma outra dificuldade relacionada com a força militar. O
 homem chamado a ser rei deverá ter, junto de si, uma força armada que
 lhe permita coagir os que se recusam a obedecer-lhe? Caso contrário,
 30 como poderá exercer o poder? Mesmo um governante supremo respeitador
 da lei que, de sua livre vontade, nunca infringiu a lei, deve, necessa-
 riamente, possuir uma força para fazer respeitar as leis. Tratando-se

10 ἰσχύον ὥστε ἐκάστου μὲν καὶ ἐνὸς καὶ συμπλειόνων κρείττω τοῦ
 20 δὲ πλήθους ἦν τῷ <καθεστάναι>, καθάπερ οἱ τ' ἀρχαῖοι τὰς
 30 φυλακάς ἐδίδουσιν, ὅτε καθισταῖεν τινα τῆς πόλεως ὃν ἐκάλουν
 40 αἰσυμνήτην ἢ τύραννον, καὶ Διόνυσίῳ τις, ὅτ' ἦται τοὺς φύλακας.
 1287a 16 Περὶ δὲ τοῦ βασιλέως τοῦ κατὰ τὴν αὐτοῦ βούλησιν
 πάντα πράττοντος ὃ τε λόγος ἐφέστηκε νῦν καὶ ποιητέον τὴν
 σκέψιν. ὁ μὲν γὰρ κατὰ νόμον λεγόμενος βασιλεὺς οὐκ ἔστιν
 εἶδος, καθάπερ εἵπομεν, πολιτείας (ἐν πάσαις γὰρ ὑπ-
 5 ἀρχεῖν ἐνδέχεται στρατηγίαν αἰδίων, οἷον ἐν δημοκρατίᾳ καὶ
 ἀριστοκρατίᾳ, καὶ πολλοὶ ποιοῦσιν ἓνα κύριον τῆς διοικήσεως·
 τοιαύτη γὰρ ἀρχή τις ἔστι καὶ περὶ Ἐπίδαμνον, καὶ περὶ
 Ὀποῦντα δὲ κατὰ τι μέρος ἔλαττον)· περὶ δὲ τῆς παμβασι-
 10 λείας καλουμένης (αὕτη δ' ἔστι καθ' ἣν ἀρχεῖ πάντα κατὰ
 τὴν αὐτοῦ βούλησιν ὁ βασιλεὺς) δοκεῖ [δέ] τισιν οὐδὲ κατὰ
 φύσιν εἶναι τὸ κύριον ἓνα πάντων εἶναι τῶν πολιτῶν, ὅπου
 συνέστηκεν ἐξ ὁμοίων ἢ πόλεις· τοῖς γὰρ ὁμοίοις φύσει τὸ
 αὐτὸ δίκαιον ἀναγκαῖον καὶ τὴν αὐτὴν ἀξίαν κατὰ φύσιν
 15 εἶναι, ὥστ' εἶπερ καὶ τὸ ἴσην ἔχειν τοὺς ἀνίσους τροφήν ἢ
 ἐσθῆτα βλαβερόν τοῖς σώμασιν, οὕτως ἔχει καὶ τὰ περὶ τὰς
 τιμὰς· ὁμοίως τοίνυν καὶ τὸ ἀνίσον τοὺς ἴσους· διόπερ οὐδὲν
 μᾶλλον ἀρχεῖν ἢ ἀρχεσθαι δίκαιον, καὶ τὸ ἀνά μέρος τοί-
 νυν ὡσαύτως· τοῦτο δ' ἤδη νόμος· ἡ γὰρ τάξις νόμος. τὸν
 20 ἄρα νόμον ἀρχεῖν αἰρετώτερον μᾶλλον ἢ τῶν πολιτῶν ἓνα
 τινά, κατὰ τὸν αὐτὸν δὲ λόγον τοῦτον, καὶ εἰ τινὰς ἀρχεῖν

de um rei deste tipo, a solução talvez não seja difícil. Deveria dispor de 35
 uma força armada superior a cada indivíduo ou grupo de indivíduos, mas
 inferior à multidão. Tal era a proporção da guarda consignada pelos
 antigos sempre que elegiam um chefe intitulado de aisimneta ou de tirano
 da cidade. Foi, também, essa a dimensão da força que alguém aconselhou 40
 o povo de Siracusa a atribuir a Dionísio ⁽⁸⁰⁾, quando este pediu um corpo
 de guarda.

16. As objecções à monarquia absoluta.

Trata-se agora de debater o caso do rei que em tudo procede de 1287a
 acordo com a sua vontade ⁽⁸¹⁾, como vamos examinar. A realeza que actua
 segundo a lei, como já notado, não é em si um regime específico (com
 efeito, em qualquer forma de regime pode existir um comando militar
 vitalício, seja numa democracia, seja numa aristocracia; muitas cidades 5
 colocam um só indivíduo à cabeça da administração; existe uma magis-
 tratura deste tipo em Epidamno ⁽⁸²⁾ e outra em Oponto ⁽⁸³⁾, embora com
 poderes mais limitados).

Acerca do regime da realeza absoluta — em que o rei de tudo dispõe 10
 segundo a sua própria vontade — alguns pensam que não é conforme à
 natureza que um só homem seja o senhor absoluto de todos os cidadãos
 quando a cidade for composta por indivíduos semelhantes. É que os que
 são semelhantes por natureza devem ter os mesmos direitos e a mesma
 dignidade, em virtude da sua própria natureza; e se é nocivo para o corpo
 atribuir a membros desiguais o mesmo alimento ou vestuário, o mesmo 15
 se passa com a distribuição de honras; e o mesmo para a desigualdade
 entre iguais. A conclusão a extrair é que governar não é mais justo do
 que ser governado, pelo que se impõe a alternância de poder. Mas isto
 é já uma lei, porquanto a ordem é uma lei.

Assim sendo, é preferível que seja a lei a governar e não um dos 20
 cidadãos. Segundo o mesmo princípio, ainda que fosse melhor que vários

βέλτιον, τούτους καταστατέον νομοφύλακας καὶ ὑπηρέτας τοῖς
 νόμοις· ἀναγκαῖον γὰρ εἶναι τινὰς ἀρχάς, ἀλλ' οὐχ ἓνα τοῦ-
 τον εἶναι φασὶ δίκαιον, ὁμοίων γε ὄντων πάντων. ἀλλὰ μὴν
 25 ὅσα γε μὴ δοκεῖ δύνασθαι διορίζειν ὁ νόμος, οὐδ' ἄνθρωπος
 ἂν δύναιτο γνωρίζειν. ἀλλ' ἐπίτηδες παιδεύσας ὁ νόμος
 ἐφίστησι τὰ λοιπὰ τῇ δικαιοτάτῃ γνώμῃ κρίνειν καὶ διοικεῖν
 τοὺς ἀρχοντας. ἔτι δ' ἐπανορθοῦσθαι δίδωσιν ὃ τι ἂν δόξῃ
 πειρωμένοις ἄμεινον εἶναι τῶν κειμένων. ὁ μὲν οὖν τὸν νό-
 30 μον κελεύων ἀρχεῖν δοκεῖ κελεύειν ἀρχεῖν τὸν θεὸν καὶ τὸν νοῦν
 μόνους, ὁ δ' ἄνθρωπον κελεύων προστίθησι καὶ θήριον ἢ τε γὰρ
 ἐπιθυμία τοιοῦτον, καὶ ὁ θυμὸς ἀρχοντας διαστρέφει καὶ τοὺς
 ἀρίστους ἀνδρας. διόπερ ἄνευ ὁρέξεως νοῦς ὁ νόμος ἐστίν. τὸ
 δὲ τῶν τεχνῶν εἶναι δοκεῖ παράδειγμα ψεῦδος, ὅτι τὸ κατὰ
 35 γράμματα ἰατρεύεσθαι φαῦλον, ἀλλὰ αἰρετώτερον χρή-
 σθαι τοῖς ἔχουσι τὰς τέχνας. οἱ μὲν γὰρ οὐδὲν διὰ φιλίαν
 παρὰ τὸν λόγον ποιοῦσιν, ἀλλ' ἄρνηνται τὸν μισθὸν τοὺς
 κάμνοντας ὑγιάσαντες· οἱ δ' ἐν ταῖς πολιτικαῖς ἀρχαῖς
 40 πολλὰ πρὸς ἐπήρειαν καὶ χάριν εἰώθασιν πράττειν, ἐπεὶ καὶ
 τοὺς ἰατροὺς ὅταν ὑποπτεύωσι πεισθέντας τοῖς ἐχθροῖς δια-
 φθεῖρειν διὰ κέρδος, τότε τὴν ἐκ τῶν γραμμάτων θεραπείαν
 ζητήσασιν ἂν μᾶλλον. ἀλλὰ μὴν εἰσάγονται γ' ἐφ' ἑαυτοὺς
 1287b οἱ ἰατροὶ κάμνοντες ἄλλους ἰατροὺς καὶ οἱ παιδοτρίβαι γυ-
 μναζόμενοι παιδοτρίβας, ὥς οὐ δυνάμενοι κρίνειν τὸ ἀληθὲς
 διὰ τὸ κρίνειν περὶ τε οἰκείων καὶ ἐν πάθει ὄντες. ὥστε δῆλον
 5 ὅτι τὸ δίκαιον ζητοῦντες τὸ μέσον ζητοῦσιν· ὁ γὰρ νόμος τὸ
 μέσον. ἔτι κυριώτεροι καὶ περὶ κυριωτέρων τῶν κατὰ γράμ-
 ματα νόμων οἱ κατὰ τὰ ἔθνη εἰσὶν, ὥστ' εἰ τῶν κατὰ γράμ-

indivíduos tivessem a autoridade, deveriam ser feitos guardiões ou minis-
 tros da lei; sendo necessário que haja magistraturas, não é justo que sejam
 exercidas por um só indivíduo, pelo menos quando todos os cidadãos são
 iguais, como é costume dizer-se.

Na verdade, tudo o que a lei parece ser incapaz de resolver, também
 não pode ser conhecido por um só indivíduo. A lei que formou adequa- 25
 damente os magistrados, encarrega-os de decidir e resolver “do modo
 mais equitativo possível” as restantes questões. Ademais, concede-lhes o
 direito de corrigir o que, em resultado da experiência, lhes parecer ser
 melhorável em relação às leis escritas. Assim, exigir que a lei tenha
 autoridade não é mais do que exigir que Deus e a razão ⁽⁸⁴⁾ predominem;
 pelo contrário, exigir o predomínio dos homens, é adicionar um elemento
 animal; o desejo cego é semelhante a um animal e o predomínio da paixão 30
 transtorna os que ocupam as magistraturas, mesmo se forem os melhores
 dos homens. A lei é, pois, a razão liberta do desejo.

Parece que, aqui, a comparação com as artes é falsa, porque é
 mau ministrar tratamento médico segundo as regras de um manual,
 sendo preferível recorrer aos peritos na arte; os médicos nunca agem
 contra as regras, mesmo por motivo de amizade embora sejam pagos 35
 por curar os doentes. Já os governantes da cidade agem frequenter
 para prejudicar os adversários e favorecer os amigos. Se os doentes
 suspeitassem que os médicos conspiravam com os inimigos, em pro-
 veito próprio, para os matar, inclinar-se-iam a procurar um tratamento 40
 conforme os preceitos de um manual ⁽⁸⁵⁾. Mas o certo é que, quando
 os próprios médicos estão doentes, chamam um outro médico; os 1287b
 preparadores físicos, quando treinam, recorrem aos serviços de outros
 preparadores porque se julgam incapazes de uma avaliação impar-
 cial; sendo juizes em causa própria, perdem o sangue-frio. Por
 aqui se vê que procurar a justiça é procurar o justo meio — e a
 lei é, sem dúvida alguma, o justo meio ⁽⁸⁶⁾. As leis fundadas 5

10 ματα ἄνθρωπος ἄρχων ἀσφαλέστερος, ἀλλ' οὐ τῶν κατὰ τὸ
 ἔθος. ἀλλὰ μὴν οὐδὲ βᾶδιον ἐφορᾶν πολλὰ τὸν ἕνα· δεήσει
 ἄρα πλείονας εἶναι τοὺς ὑπ' αὐτοῦ καθισταμένους ἄρχοντας,
 15 ὥστε τί διαφέρει τοῦτο ἐξ ἀρχῆς εὐθὺς ὑπάρχειν ἢ τὸν ἕνα
 καταστῆσαι τοῦτον τὸν τρόπον; ἔτι, ὃ καὶ πρότερον εἰρημένον
 ἐστίν, εἴπερ ὁ ἀνὴρ ὁ σπουδαῖος, διότι βελτίων, ἄρχειν δι-
 καιος, τοῦ γε ἐνὸς οἱ δύο ἀγαθοὶ βελτίους· τοῦτο γάρ ἐστι τὸ
 20 'σύν τε δύο' ἐρχομένω' καὶ ἡ εὐχή τοῦ Ἀγαμέμνονος 'τοι-
 οῦτοι δέκα μοι συμφράδμονες'. εἰσὶ δὲ καὶ νῦν περὶ ἐνίων αἱ
 ἀρχαὶ κύριαι κρίνειν, ὥσπερ ὁ δικαστής, περὶ ᾧν ὁ νόμος
 ἀδυνατεῖ διορίζειν, ἐπεὶ περὶ ᾧν γε δυνατός, οὐδεὶς ἀμφισ-
 βητεῖ περὶ τούτων ὡς οὐκ ἂν ἄριστα ὁ νόμος ἄρξειε καὶ κρίνειεν.
 25 ἀλλ' ἐπειδὴ τὰ μὲν ἐνδέχεται περιληφθῆναι τοῖς νόμοις τὰ
 δὲ ἀδύνατα, ταῦτ' ἐστὶν ἃ ποιεῖ διαπορεῖν καὶ ζητεῖν πότερον
 τὸν ἄριστον νόμον ἄρχειν αἰρετώτερον ἢ τὸν ἄνδρα τὸν ἄρι-
 στον· περὶ ᾧν γὰρ βουλευόνται νομοθετῆσαι τῶν ἀδυνάτων
 ἐστίν. οὐ τοίνυν τοῦτό γ' ἀντιλέγουσιν, ὡς οὐκ ἀναγκαῖον ἄν-
 30 θρωπον εἶναι τὸν κρινοῦντα περὶ τῶν τοιούτων, ἀλλ' ὅτι οὐχ
 ἕνα μόνον ἀλλὰ πολλοὺς. κρίνει γὰρ ἕκαστος ἄρχων πεπαι-
 δευμένος ὑπὸ τοῦ νόμου καλῶς, ἄτοπον τ' ἴσως ἂν εἶναι δό-
 ξειεν εἰ βέλτιον ἴδοι τις δυοῖν ὁμμασι καὶ δυσὶν ἀκοαῖς
 κρίνων, καὶ πράττων δυσὶ ποσὶ καὶ χερσίν, ἢ πολλοὶ πολ-
 35 λοῖς· ἐπεὶ καὶ νῦν ὀφθαλμοὺς πολλοὺς οἱ μόναρχοι ποιοῦσιν
 αὐτῶν καὶ ὦτα καὶ χεῖρας καὶ πόδας· τοὺς γὰρ τῇ ἀρχῇ
 καὶ αὐτοῖς φίλους ποιοῦνται συνάρχους. μὴ φίλοι μὲν οὖν ὄντες
 οὐ ποιήσουσι κατὰ τὴν τοῦ μονάρχου προαίρεσιν· εἰ δὲ φίλοι
 κάκεινου καὶ τῆς ἀρχῆς, ὃ γε φίλος ἴσος καὶ ὁμοιος, ὥστ' εἰ
 τούτους οἶεται δεῖν ἄρχειν, τοὺς ἴσους καὶ ὁμοίους ἄρχειν οἶεται

nos costumes têm supremacia e referem-se a questões ainda mais impor-
 tantes do que as leis escritas. Deste modo, se o governo de um só é mais
 seguro do que o exercido pela lei escrita, não é mais seguro do que o
 governo das leis fundadas nos costumes.

Claro que não é fácil que um só indivíduo tenha debaixo de olho
 muitos assuntos ao mesmo tempo; é necessário que nomeie muitos
 magistrados que lhe prestem assistência. Sendo assim, que diferença
 existirá entre o facto de estes magistrados estarem instalados desde o
 início ou serem nomeados por um só chefe? Pode acrescentar-se que,
 como já mencionámos, se o homem virtuoso tem direito a mandar porque
 é o melhor, então dois homens de bem são melhores do que um. É
 precisamente isso, de resto, o que sugere Homero em "*Dois homens*
caminhando juntos..." (⁸⁷); ou então a súplica de Agamémnon: "*Se eu*
tivesse dez desses conselheiros!..." (⁸⁸). Actualmente, também há magis-
 15 trados, como por exemplo os juizes, que decidem de modo supremo em
 questões não reguladas pela lei; mas ninguém põe em causa que a lei não
 deva mandar nem decidir em todas as questões para que é competente.

Uma vez que as leis podem cobrir certas questões mas não todas,
 isto provoca dificuldades e traz a debate a questão de saber se o governo
 da melhor lei é preferível ao governo do homem melhor. Ora, é impossível
 legislar em matéria de deliberação. O que é debatido não é que, num tal
 domínio, a decisão pertença necessariamente ao homem, mas sim se
 pertence a muitos e não a um só. Todo o magistrado formado pela lei julga
 20 bem; pareceria um pouco absurdo que um só homem fizesse melhor vendo
 com os dois olhos e ouvindo com os dois ouvidos para julgar, e usando
 as duas mãos e os dois pés para agir, do que o poderiam fazer muitos
 com muitos órgãos. O facto é que constitui prática corrente dos monarcas
 fazerem-se rodear de muitos olhos, ouvidos, mãos e pés; e não associam
 25 a si, também, os que são amigos do seu poder e da sua pessoa? É claro
 que se não forem seus amigos, não agirão segundo a vontade do monarca;
 mas, se forem amigos do senhor e do seu poder — um amigo é como
 se fôra um igual e semelhante — e se, por conseguinte, o monarca pensar
 que os seus amigos devem governar, pensa que os seus pares e semelhan-
 30 tes devem governar também.

35 δεῖν ὁμοίως. ἃ μὲν οὖν οἱ διαμφισβητοῦντες πρὸς τὴν βασι-
 λείαν λέγουσι, σχεδὸν ταῦτ' ἐστίν. 17 Ἀλλ' ἴσως ταῦτ' ἐπὶ
 μὲν τινῶν ἔχει τὸν τρόπον τοῦτον, ἐπὶ δὲ τινῶν οὐχ οὕτως. ἔστι
 γάρ τι φύσει δεσποτικὸν καὶ ἄλλο βασιλευτικὸν καὶ ἄλλο πολι-
 40 τικὸν καὶ δίκαιον καὶ συμφέρον· τυραννικὸν δ' οὐκ ἔστι κατὰ
 φύσιν, οὐδὲ τῶν ἄλλων πολιτειῶν ὅσαι παρεκβάσεις εἰσι·
 ταῦτα γὰρ γίνεται παρὰ φύσιν. ἄλλ' ἐκ τῶν εἰρημένων
 1288a γε φανερόν ὥς ἐν μὲν τοῖς ὁμοίοις καὶ ἴσοις οὔτε συμφέρον
 ἐστὶν οὔτε δίκαιον ἓνα κύριον εἶναι πάντων, οὔτε μὴ νόμων ὄν-
 των, ἀλλ' ὥς αὐτὸν ὄντα νόμον, οὔτε νόμων ὄντων, οὔτε ἀγαθὸν
 ἀγαθῶν οὔτε μὴ ἀγαθῶν μὴ ἀγαθόν, οὐδ' ἂν κατ' ἀρετὴν
 5 ἀμείνων ᾗ, εἰ μὴ τρόπον τινά. τίς δ' ὁ τρόπος, λεκτέον·
 εἴρηται δὲ πως ἤδη καὶ πρότερον. πρῶτον δὲ διοριστέον τί τὸ
 βασιλευτὸν καὶ τί τὸ ἀριστοκρατικὸν καὶ τί τὸ πολιτικόν.
 βασιλευτὸν μὲν οὖν τὸ τοιοῦτόν ἐστι πλῆθος ὃ πέφυκε φέρειν
 γένος ὑπερέχον κατ' ἀρετὴν πρὸς ἡγεμονίαν πολιτικὴν, ἀρι-
 10 στοκρατικὸν δὲ πλῆθος ὃ πέφυκε φέρειν γένος ἄρχεσθαι
 δυνάμενον τὴν τῶν ἐλευθέρων ἀρχὴν ὑπὸ τῶν κατ' ἀρετὴν
 ἡγεμονικῶν πρὸς πολιτικὴν ἀρχήν, πολιτικὸν δὲ πλῆθος ἐν
 ᾧ πέφυκε ἐγγίνεσθαι γένος πολιτικὸν δυνάμενον ἄρχε-
 σθαι καὶ ἄρχειν κατὰ νόμον τὸν κατ' ἀξίαν διανέμοντα
 15 τοῖς εὐπόροις τὰς ἀρχάς. ὅταν οὖν ἡ γένος ὅλον ἢ καὶ τῶν
 ἄλλων ἓνα τινὰ συμβῇ διαφέροντα γενέσθαι κατ' ἀρετὴν

São estas, em suma, as principais questões debatidas acerca da 35
 realeza.

17. Correspondência entre regime político e tipo de sociedade.

Os argumentos atrás expostos valem para certos casos, mas não para
 outros. Um determinado povo é naturalmente destinado para um governo
 despótico, outro para a realeza, e outro para um regime constitucional,
 o que é justo e vantajoso para cada um deles; mas o regime tirânico não
 é conforme à natureza, nem tão pouco nenhuma das formas que consti- 40
 tuem desvios, porque se desenvolvem contrariamente à natureza. Mas do
 que já se disse, é manifesto que entre os que são iguais e pares, a 1288a
 supremacia de um só não é justa nem vantajosa; nem quando não existe
 lei, pois então é ele que ocupa o lugar que deveria estar reservado à lei;
 nem tão pouco se existirem leis; nem se for um bom monarca com bons
 súbditos; nem maus súbditos com um mau senhor; nem mesmo se este
 indivíduo for de uma virtude superior — salvo numa certa excepção. 5
 Temos que indicar essa excepção e, aliás, já tivemos ocasião de a referir
 anteriormente.

Deve-se primeiro ⁽⁸⁹⁾, definir o que constitui a disposição para a
 realeza, para a aristocracia, e para o regime constitucional. Assim,
 destina-se a ser governado por um rei o povo que, por natureza,
 produz uma família que, graças à sua virtude, dirige os assuntos
 políticos. Destina-se ao regime aristocrático o povo que produz natu- 10
 ralmente um corpo de cidadãos capazes de serem governados como
 homens livres por chefes aptos, graças à sua virtude, de dirigir os
 negócios da cidade. O povo destinado ao regime constitucional é aquele
 em que existe um corpo de indivíduos com capacidade militar, e que
 podem governar e serem governados conforme a lei que reparte as
 magistraturas entre os cidadãos abastados e segundo as suas virtudes. 15

20 τοσούτον ὥσθ' ὑπερέχειν τὴν ἐκείνου τῆς τῶν ἄλλων πάντων,
 τότε δίκαιον τὸ γένος εἶναι τοῦτο βασιλικὸν καὶ κύριον πάν-
 των, καὶ βασιλέα τὸν ἕνα τοῦτον. καθάπερ γὰρ εἴρηται πρό-
 25 τερον, οὐ μόνον οὕτως ἔχει κατὰ τὸ δίκαιον ὃ προφέρειν εἰώ-
 θασιν οἱ τὰς πολιτείας καθιστάντες, οἳ τε τὰς ἀριστοκρατικὰς
 καὶ οἱ τὰς ὀλιγαρχικὰς καὶ πάλιν οἱ τὰς δημοκρατικὰς
 (πάντες γὰρ καθ' ὑπεροχὴν ἀξιοῦσιν, ἀλλὰ ὑπεροχὴν οὐ τὴν
 αὐτήν), ἀλλὰ καὶ κατὰ τὸ πρότερον λεχθέν. οὕτε γὰρ κτείνειν ἢ
 30 φυγαδεύειν οὐδ' ὀστρακίζειν δὴ πού τὸν τοιοῦτον πρέπον ἐστίν,
 οὐτ' ἀξιοῦν ἄρχεσθαι κατὰ μέρος· οὐ γὰρ πέφυκε τὸ μέρος
 ὑπερέχειν τοῦ παντός, τῷ δὲ τὴν τηλικαύτην υπερβολὴν ἔχοντι
 τοῦτο συμβέβηκεν. ὥστε λείπεται μόνον τὸ πείθεσθαι τῷ
 τοιούτῳ καὶ κύριον εἶναι μὴ κατὰ μέρος τοῦτον ἀλλ' ἀπλῶς.
 35 περὶ μὲν οὖν βασιλείας, τίνας ἔχει διαφοράς, καὶ πότερον οὐ
 συμφέρει ταῖς πόλεσιν ἢ συμφέρει, καὶ τίσι, καὶ πῶς, δι-
 ωρίσθω τὸν τρόπον τοῦτον.¹⁸ Επεὶ δὲ τρεῖς φαμεν εἶναι τὰς
 ὀρθὰς πολιτείας, τούτων δ' ἀναγκαῖον ἀρίστην εἶναι τὴν ὑπὸ
 τῶν ἀρίστων οἰκονομουμένην, τοιαύτη δ' ἐστὶν ἐν ᾗ συμβέβη-
 40 κεν ἢ ἕνα τινα συμπάντων ἢ γένος ὅλον ἢ πλῆθος ὑπερέχον
 εἶναι κατ' ἀρετὴν, τῶν μὲν ἄρχεσθαι δυναμένων τῶν δ'
 ἄρχειν πρὸς τὴν αἰρετωτάτην ζωὴν, ἐν δὲ τοῖς πρώτοις ἐδεί-
 χθη λόγοις ὅτι τὴν αὐτὴν ἀναγκαῖον ἀνδρὸς ἀρετὴν εἶναι καὶ
 πολίτου τῆς πόλεως τῆς ἀρίστης, φανερόν ὅτι τὸν αὐτὸν τρόπον
 45 καὶ διὰ τῶν αὐτῶν ἀνὴρ τε γίνεται σπουδαῖος καὶ πόλιν συ-
 στήσειεν ἂν τις ἀριστοκρατουμένην ἢ βασιλευομένην, ὥστ' ἔσται

Quando acontece que uma família, ou mesmo um só indivíduo, tem
 uma virtude tão grande que se superioriza em relação a tudo o mais, é
 justo que essa família seja investida da realeza e supremacia absolutas,
 ou que esse único indivíduo se torne rei. Como se disse atrás, esta solução
 não é apenas conforme ao princípio da justiça proclamado, correntemente,
 20 pelos que estabelecem as constituições aristocráticas, oligárquicas e
 democráticas (todas estas formas reclamam-se de uma superioridade que,
 aliás, não é a mesma); a solução é conforme ao que foi dito anteriormente.
 Seria impróprio, com efeito, executar um homem desta qualidade, ou
 exilá-lo, ou condená-lo ao ostracismo, nem tão pouco seria próprio pedir-
 25 -lhe, quando regressasse, para ser um simples governado. Não é natural
 que a parte leve a melhor sobre o todo (⁹⁰); contudo, é o que sucede, com
 quem é tão enormemente superior aos outros. A única solução que resta,
 pois, é obedecer a tal homem, e deixá-lo exercer a autoridade suprema,
 não de forma parcial, mas absolutamente.

Isto pode bastar como resposta às questões colocadas sobre a
 realeza, a saber: quais as diversas formas que pode apresentar; se é ou
 30 não vantajosa para as cidades; e se é vantajosa, para que género de
 cidade, e sob que condições.

18. Recapitulação.

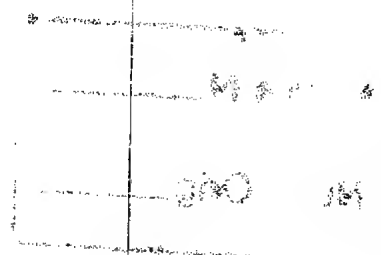
Existem, a nosso ver, três tipos de constituições correctas, e a
 melhor de entre elas é necessariamente aquela em que a administração
 é da responsabilidade dos melhores. Refrirmo-nos evidentemente ao
 tipo de governo em que um só homem, ou uma família inteira, ou um
 35 conjunto de cidadãos, excedem os demais em virtude, sendo estes
 últimos capazes de serem governados e os primeiros capazes de
 governar, em vista a atingir o género de vida mais desejável. Tam-
 bém se demonstrou, no início deste livro, que a virtude de um
 homem e a do cidadão da melhor cidade, são forçosamente idên-
 ticas. Segue-se claramente que o mesmo método e os mesmos
 meios pelos quais um homem se torna virtuoso, deveriam ser usados
 40 para a criação de uma cidade de tipo aristocrático ou monárquico;

1288b καὶ παιδεία καὶ ἔθνη ταῦτα σχεδὸν τὰ ποιοῦντα σπουδαιοῖν
ἄνδρα καὶ τὰ ποιοῦντα πολιτικὸν καὶ βασιλικόν. διωρισμέ-
νων δὲ τούτων περὶ τῆς πολιτείας ἤδη πειρατέον λέγειν τῆς
ἀρίστης, τίνα πέφυκε γίγνεσθαι τρόπον καὶ καθίστασθαι πῶς.
5 [ἀνάγκη δὴ τὸν μέλλοντα περὶ αὐτῆς ποιήσασθαι τὴν προσήκουσαν
σκέψιν.]

e assim, a educação e os hábitos que tornam um homem virtuoso serão 1288b
geralmente os mesmos que fazem o político ou o rei.

Apresentadas estas considerações, é agora necessário tratar do
melhor regime, das suas condições naturais de formação e do modo como
pode ser estabelecido. Este é, com efeito, um ponto indispensável, se se
pretende que este estudo seja pertinente...

5



ΠΟΛΙΤΙΚΩΝ Δ

LIVRO IV

1 Ἐν ἀπάσαις ταῖς τέχναις καὶ ταῖς ἐπιστήμαις ταῖς
 μὴ κατὰ μόριον γινομέναις, ἀλλὰ περὶ γένος ἓν τι τελείαις
 οὖσαις, μιᾶς ἐστὶ θεωρῆσαι τὸ περὶ ἕκαστον γένος ἀρμόττον,
 10 οἷον ἀσκησις σώματι ποία τε ποίῳ συμφέρει, καὶ τίς ἀρίστη
 (τῷ γὰρ κάλλιστα πεφυκότι καὶ κεχορηγημένῳ τὴν ἀρίστην
 ἀναγκαῖον ἀρμόττειν), καὶ τίς τοῖς πλείστοις μία πᾶσιν (καὶ
 γὰρ τοῦτο τῆς γυμναστικῆς ἔργον ἐστίν), ἔτι δ' ἐάν τις μὴ τῆς
 ἱκνουμένης ἐπιθυμῇ μῆθ' ἕξεως μῆτ' ἐπιστήμης τῶν περὶ τὴν
 15 ἀγωνίαν, οὐθὲν ἦττον τοῦ παιδοτρίβου καὶ τοῦ γυμναστικοῦ παρα-
 σκευάσαι γε καὶ ταύτην ἐστὶ τὴν δύναμιν. ὁμοίως δὲ τοῦτο
 καὶ περὶ ἰατρικὴν καὶ περὶ ναυπηγίαν καὶ ἐσθῆτα καὶ περὶ
 πᾶσαν ἄλλην τέχνην βρῶμεν συμβαῖνον. ὥστε δῆλον ὅτι
 καὶ πολιτείαν τῆς αὐτῆς ἐστὶν ἐπιστήμης τὴν ἀρίστην θεωρῆσαι
 20 τίς ἐστὶ καὶ ποία τις ἂν οὖσα μάλιστ' εἴη κατ' εὐχὴν μηδε-
 νὸς ἐμποδίζοντος τῶν ἐκτός, καὶ τίς τίσιν ἀρμόττουσα (πολ-
 λοῖς γὰρ τῆς ἀρίστης τυχεῖν ἴσως ἀδύνατον, ὥστε τὴν κρατί-
 στην τε ἀπλῶς καὶ τὴν ἐκ τῶν ὑποκειμένων ἀρίστην οὐ δεῖ
 λεληθῆναι τὸν ἀγαθὸν νομοθέτην καὶ τὸν ὡς ἀληθῶς πολιτικόν),
 25 ἔτι δὲ τρίτην τὴν ἐξ ὑποθέσεως (δεῖ γὰρ καὶ τὴν δοθεῖσαν δύ-
 νασθαι θεωρεῖν, ἐξ ἀρχῆς τε πῶς ἂν γένοιτο, καὶ γενομένη

1. Dificuldades para a ciência política.

No que se refere a todas as artes e ciências que não se formam de acordo com um aspecto parcial mas visam um género determinado, só a uma compete examinar aquilo que é adequado a cada género.

Por exemplo, a que corpo convém mais determinado exercício e qual é o melhor exercício (na verdade, o melhor exercício é o que for mais adequado ao corpo mais favorecido em beleza pela natureza e dotado de atributos físicos); e quais são os exercícios que convêm à maioria, como se fosse um só (uma vez que essa é também a tarefa da ginástica). E mesmo que alguém não deseje, nem a capacidade, nem o conhecimento do que diz respeito à competição física, ao menos que o trabalho do treinador e do mestre de ginástica seja o de proporcionar o nível pretendido de aptidão.

O que acima referimos vale de igual modo para a medicina, a construção naval, a confecção de roupa, e, enfim, para todas as artes (1).

É evidente que, quando se trata do regime político, é a uma ciência que compete examinar o que constitui a melhor forma de regime e que qualidades este deveria possuir caso não existirem constrangimentos exteriores; compete a essa ciência examinar que forma de regime seria mais adequada a um certo tipo de cidadãos; é que sendo, efectivamente, muitos os incapazes de atingir de igual forma o melhor tipo de regime, o bom legislador e o verdadeiro político (2) não devem negligenciar nem a forma absolutamente perfeita de regime, nem a forma melhor tendo em conta as circunstâncias; nem um terceiro regime que se estabelece segundo um pressuposto, uma vez que essa ciência pode também examinar qual o

30 τίνα τρόπον ἂν σῴζοιτο πλείστον χρόνον· λέγω δὲ οἷον εἴ τι
 πόλει συμβέβηκε μήτε τὴν ἀρίστην πολιτεύεσθαι πολιτείαν,
 ἀχορήγητον δὲ εἶναι καὶ τῶν ἀναγκαίων, μήτε τὴν ἐνδεχο-
 35 μένην ἐκ τῶν ὑπαρχόντων, ἀλλὰ τίνα φαυλοτέραν), παρὰ
 πάντα δὲ ταῦτα τὴν μάλιστα πάσαις ταῖς πόλεσιν ἀρμότ-
 τουσαν δεῖ γνωρίζειν, ὥσθ' οἱ πλείστοι τῶν ἀποφαινομένων περὶ
 πολιτείας, καὶ εἰ τὰλλα λέγουσι καλῶς, τῶν γε χρησίμων
 40 διαμαρτάνουσιν. οὐ γὰρ μόνον τὴν ἀρίστην δεῖ θεωρεῖν, ἀλλὰ
 καὶ τὴν δυνατὴν, ὁμοίως δὲ καὶ τὴν βῶα καὶ κοινοτέραν
 ἀπάσαις· νῦν δ' οἱ μὲν τὴν ἀκροτάτην καὶ δεομένην πολ-
 λῆς χορηγίας ζητοῦσι μόνον, οἱ δὲ μᾶλλον κοινὴν τίνα λέ-
 γοντες, τὰς ὑπαρχούσας ἀναιροῦντες πολιτείας, τὴν Λακωνικὴν
 1289a ἢ τίνα ἄλλην ἐπαινοῦσι· χρὴ δὲ τοιαύτην εἰσηγεῖσθαι τάξιν
 ἣν βῶδιως ἐκ τῶν ὑπαρχουσῶν καὶ πεισθῆσονται καὶ δυνή-
 σονται καινίσειν, ὥστ' ἔστιν οὐκ ἔλαττον ἔργον τὸ ἐπανορθῶσαι
 πολιτείαν ἢ κατασκευάζειν ἐξ ἀρχῆς, ὥσπερ καὶ τὸ μετα-
 5 μανθάνειν ἢ μανθάνειν ἐξ ἀρχῆς διὸ πρὸς τοῖς εἰρημένοις
 καὶ ταῖς ὑπαρχούσαις πολιτείαις δεῖ δύνασθαι βοηθεῖν τὸν
 πολιτικόν, καθάπερ ἐλέχθη καὶ πρότερον. τοῦτο δὲ ἀδύνατον
 ἀγνοοῦντα πόσα πολιτείας ἔστιν εἶδη. νῦν δὲ μίαν δημοκρα-
 10 τίαν οἶονταί τινες εἶναι καὶ μίαν ὀλιγαρχίαν· οὐκ ἔστι δὲ
 τοῦτ' ἀληθές. ὥστε δεῖ τὰς διαφορὰς μὴ λανθάνειν τὰς τῶν
 πολιτειῶν, πόσαι, καὶ συντίθενται ποσαχῶς, ἔστι δὲ τῆς
 αὐτῆς φρονήσεως ταύτης καὶ νόμους τοὺς ἀρίστους ἰδεῖν καὶ τοὺς
 15 ἐκάστη τῶν πολιτειῶν ἀρμόττοντας. πρὸς γὰρ τὰς πολιτείας
 τοὺς νόμους δεῖ τίθεσθαι καὶ τίθενται πάντες, ἀλλ' οὐ τὰς πολι-
 τείας πρὸς τοὺς νόμους. πολιτεία μὲν γὰρ ἔστι τάξις ταῖς
 πόλεσιν ἢ περὶ τὰς ἀρχάς, τίνα τρόπον νενέμηνται, καὶ τί

princípio a partir da qual um regime se formou, e de que modo o
 poderemos conservar o mais tempo possível: a título de exemplo ⁽³⁾,
 refiro-me ao caso daquela cidade que, além de não ser governada pela
 melhor constituição, se encontre despojada dos meios necessários para o
 fazer, e não disponha, tão pouco, da melhor constituição possível, dadas
 as circunstâncias, mas de uma muito pior.

30

Para além de tudo isto, caberá a essa ciência conhecer a forma de
 regime que melhor convém ao conjunto de todas as cidades, dado que a
 maioria daqueles que aplicam os seus pontos de vista a um regime, e por
 mais belos que sejam os seus argumentos, fracassam em termos de
 utilidade prática. Significa isto que não devemos contemplar apenas a
 35 melhor regime mas também aquele que é simplesmente possível ⁽⁴⁾, e
 ainda aquele que é de mais fácil aplicação e mais comum a todas as
 cidades. A verdade é que grande parte dos autores procuram apenas a
 forma mais excelente ⁽⁵⁾ e que requer abundância de recursos; outros
 propõem uma forma comum para todas as cidades, menosprezando os
 regimes já estabelecidos, e exaltando, por exemplo, a constituição espartana
 1289a ou outra qualquer.

35

O que verdadeiramente interessa, pelo contrário, é introduzir uma
 ordenação política cujas disposições persuadam facilmente os cidadãos e
 facilmente sejam adoptadas; pois não é, de modo algum, menos trabalhoso
 o acto de reformar um regime do que o acto de o instituir desde o início,
 da mesma forma que não é menos trabalhoso o acto de aprender melhor
 do que o acto de aprender desde o início. É por isso que, além de outros
 5 aspectos referidos, o político deve ser capaz de auxiliar os regimes já
 estabelecidos, como já tivemos oportunidade de referir.

5

Tal tarefa revela-se impossível, contudo, se desconhecermos quantas
 formas de regime existem. Com efeito, há quem pense que apenas existe
 uma forma de democracia e uma forma de oligarquia, o que não corresponde
 de modo algum à verdade. Nesse sentido, então, não devemos ignorar
 quantas são as diferentes formas de regime e de quantas maneiras se
 compõem.

10

Mediante tal prudência, o político poderá discernir as melhores leis
 e as mais convenientes para cada tipo de regime. Na verdade, as leis
 devem ser estabelecidas de acordo com o tipo de regime, e de facto é
 assim que as estabelecemos todas e nunca ao contrário, ou seja, o regime
 de acordo com as leis.

Um regime é uma ordenação de magistraturas nas cidades, e que
 estabelece a repartição respectiva, qual a autoridade suprema ⁽⁶⁾, e qual

15

τὸ κύριον τῆς πολιτείας καὶ τί τὸ τέλος ἐκάστης τῆς κοινω-
 νίας ἐστίν· νόμοι δ' οἱ κεχωρισμένοι τῶν δηλούντων τὴν πολι-
 20 τείαν, καθ' οὓς δεῖ τοὺς ἄρχοντας ἄρχειν καὶ φυλάττειν τοὺς
 παραβαίνοντας αὐτούς. ὥστε δῆλον ὅτι τὰς διαφορὰς ἀναγ-
 καῖον καὶ τὸν ὅρισμόν ἔχειν τῆς πολιτείας ἐκάστης καὶ πρὸς
 τὰς τῶν νόμων θέσεις· οὐ γὰρ οἷόν τε τοὺς αὐτοὺς νόμους συμ-
 φέρειν ταῖς ὀλιγαρχίαις οὐδὲ ταῖς δημοκρατίαις πάσαις,
 εἴπερ δὴ πλείους καὶ μὴ μία δημοκρατία μηδὲ ὀλιγαρχία
 25 μόνον ἐστίν.
 2 Ἐπεὶ δ' ἐν τῇ πρώτῃ μεθόδῳ περὶ τῶν πολιτειῶν δι-
 ειλόμεθα τρεῖς μὲν τὰς ὀρθὰς πολιτείας, βασιλείαν ἀριστο-
 κρατίαν πολιτείαν, τρεῖς δὲ τὰς τούτων παρεκβάσεις, τυραν-
 νίδα μὲν βασιλείας ὀλιγαρχίαν δὲ ἀριστοκρατίας δημοκρα-
 30 τίαν δὲ πολιτείας, καὶ περὶ μὲν ἀριστοκρατίας καὶ βασιλείας
 εἴρηται (τὸ γὰρ περὶ τῆς ἀρίστης πολιτείας θεωρῆσαι ταῦτό
 καὶ περὶ τούτων ἐστὶν εἰπεῖν τῶν ὀνομάτων· βούλεται γὰρ
 ἐκατέρω κατ' ἀρετὴν συνεστάναι κεχωρηγημένην), ἔτι δὲ τί
 35 διαφέρουσιν ἀλλήλων ἀριστοκρατία καὶ βασιλεία, καὶ πότε
 δεῖ βασιλείαν νομίζειν, διώριστα πρότερον, λοιπὸν περὶ πολι-
 τείας διελθεῖν τῆς τῷ κοινῷ προσαγορευομένης ὀνόματι,
 καὶ περὶ τῶν ἄλλων πολιτειῶν, ὀλιγαρχίας τε καὶ δημο-
 40 κρατίας καὶ τυραννίδος. φανερόν μὲν οὖν καὶ τούτων τῶν
 παρεκβάσεων τίς χειρίστη καὶ δευτέρα τίς. ἀνάγκη γὰρ
 τὴν μὲν τῆς πρώτης καὶ θειοτάτης παρέκβασιν εἶναι χειρί-
 στην, τὴν δὲ βασιλείαν ἀναγκαῖον ἢ τοῦνομα μόνον ἔχειν οὐκ
 1289b οὔσαν, ἢ διὰ πολλὴν ὑπεροχὴν εἶναι τὴν τοῦ βασιλεύοντος·
 ὥστε τὴν τυραννίδα χειρίστην οὔσαν πλείστον ἀπέχειν πολι-
 τείας, δεύτερον δὲ τὴν ὀλιγαρχίαν (ἡ γὰρ ἀριστοκρατία δι-

o fim da comunidade para cada caso (7). Por outro lado, é em conformi-
 dade com as leis (enquanto distintas das disposições constitucionais) que
 os magistrados devem governar e precaver-se dos que as infringem.

20

É evidente, portanto, que é necessário ter em conta o número e os
 modos de cada constituição, mesmo para o estabelecimento das leis. Com
 efeito, não parece provável que as mesmas leis sejam adequadas a
 qualquer género de oligarquia ou de democracia, já que existem várias
 formas de oligarquia ou democracia, e não apenas uma.

25

2. Plano de investigação.

Aquando da primeira investigação sobre os regimes, sublinhámos
 que existiam três regimes rectos, a saber: realza, aristocracia e regime
 constitucional (8), e que eram igualmente três os desvios em que podiam
 incorrer, a saber: a tirania como desvio da realza, a oligarquia como
 perversão da aristocracia, e a democracia como perversão do regime
 constitucional.

30

Já nos referimos à aristocracia e à realza; (na verdade, examinar
 o melhor regime é o mesmo que falar destes regimes atrás designados,
 dado que cada um deles pretende fundar-se na virtude provida de recur-
 sos); também já foram definidas as diferenças entre aristocracia e realza
 e em que casos deve ser adoptada a realza. Ficam ainda por esclarecer
 35 o regime constitucional, que dá o nome a todos os regimes e aos restantes
 desvios, a saber: oligarquia, democracia e tirania.

35

A partir daqui, vê-se claramente qual o pior dos regimes desviados
 e o segundo pior. O pior será necessariamente aquele que resulta da perversão
 do mais excelente e mais divino (9). Do mesmo modo que a realza é neces-
 sariamente régia, quer pelo nome que ostenta, quer pela destacada superiori-
 dade de quem reina, também a tirania é o pior dos regimes na medida
 40 em que se apresenta como o regime mais completamente afastado do regime
 constitucional; segue-se-lhe em segundo lugar a oligarquia (de facto, a
 aristocracia ainda se encontra distante do regime constitucional), surgindo
 a democracia como a mais moderada (10) das três formas de perversão.

40

1289b

5 ἔστηκεν ἀπὸ ταύτης πολὺ τῆς πολιτείας), μετριωτάτην δὲ
 τὴν δημοκρατίαν. ἤδη μὲν οὖν τις ἀπεφάνητο καὶ τῶν πρό-
 τερον οὕτως, οὐ μὴν εἰς ταὐτὸ βλέψας ἡμῖν. ἐκεῖνος μὲν γὰρ
 ἔκρινε πασῶν μὲν οὐσῶν ἐπιεικῶν, οἷον ὀλιγαρχίας τε χρη-
 στῆς καὶ τῶν ἄλλων, χειρίστην δημοκρατίαν, φαύλων δὲ
 10 ἀρίστην· ἡμεῖς δὲ ὅλως ταύτας ἐξημαρτημένους εἶναι φάμεν,
 καὶ βελτίω μὲν ὀλιγαρχίαν ἄλλην ἄλλης οὐ καλῶς ἔχειν
 λέγειν, ἦττον δὲ φαύλην. ἀλλὰ περὶ μὲν τῆς τοιαύτης κρί-
 σεως ἀφείσθω τὰ νῦν· ἡμῖν δὲ πρῶτον μὲν διαιρετέον πόσαι
 15 διαφοραὶ τῶν πολιτειῶν, εἴπερ ἔστιν εἶδη πλείονα τῆς τε δημο-
 κρατίας καὶ τῆς ὀλιγαρχίας, ἔπειτα τίς κοινοτάτη καὶ
 τίς αἰρετωτάτη μετὰ τὴν ἀρίστην πολιτείαν, κὰν εἴ τις ἄλλη
 τετύχηκεν ἀριστοκρατικὴ καὶ συνεστῶσα καλῶς, ἅμα δὲ ταῖς
 πλείσταις ἀρμόττουσα πόλεσι, τίς ἐστιν, ἔπειτα καὶ τῶν ἄλ-
 λων τίς τίσιν αἰρετὴ (τάχα γὰρ τοῖς μὲν ἀναγκαῖα δημο-
 20 κρατία μᾶλλον ὀλιγαρχίας, τοῖς δ' αὕτη μᾶλλον ἐκείνης),
 μετὰ δὲ ταῦτα τίνα τρόπον δεῖ καθιστάναι τὸν βουλόμενον
 ταύτας τὰς πολιτείας, λέγω δὲ δημοκρατίας τε καθ' ἑκα-
 στον εἶδος καὶ πάλιν ὀλιγαρχίας· τέλος δέ, πάντων τούτων
 25 ὅταν ποιησώμεθα συντόμως τὴν ἐνδεχομένην μνείαν, πειρα-
 τέον ἐπελθεῖν τίνες φθοραὶ καὶ τίνες σωτηρίαι τῶν πολιτειῶν
 καὶ κοινῇ καὶ χωρὶς ἐκάστης, καὶ διὰ τίνας αἰτίας ταῦτα
 μάλιστα γίνεσθαι πέφυκεν.

3 Τοῦ μὲν οὖν εἶναι πλείους πολιτείας αἴτιον ὅτι πάσης ἐστι
 μέρη πλείω πόλεως τὸν ἀριθμὸν. πρῶτον μὲν γὰρ ἐξ οἰκῶν
 συγκειμένους πάσας ὁρώμεν τὰς πόλεις, ἔπειτα πάλιν τούτου
 30 τοῦ πλήθους τοὺς μὲν εὐπόρους ἀναγκαῖον εἶναι τοὺς δ' ἀπόρους
 τοὺς δὲ μέσους, καὶ τῶν εὐπόρων δὲ καὶ τῶν ἀπόρων τὸ μὲν

De entre os que nos precederam ⁽¹¹⁾, alguém já terá defendido a
 mesma ideia, mas não no sentido por nós vislumbrado. Eles pensavam
 o seguinte: se se admite que todos os regimes desviados são bons, quer
 a oligarquia quer os outros, então a democracia tem de ser considerada
 o pior de todos; se todos são maus, então a democracia é necessariamente
 o melhor. Nós, pelo nosso lado, ao afirmar que todos os regimes que se
 desviam do constitucional são totalmente defeituosos, entendemos que não
 é correcto sustentar que a oligarquia é o mais excelente de todos, mas
 10 sim o menos mau. Mas acerca disso abstenhamo-nos, pelo menos por
 agora, de avançar com qualquer tipo de juízo ⁽¹²⁾.

Impõe-se-nos determinar agora, em primeiro lugar, quantos tipos
 diferentes de regime existem, uma vez que há inúmeras formas de
 democracia e oligarquia. De seguida, há que determinar qual é, depois
 do melhor regime, a forma mais comum e mais desejável, indagando se
 15 essa forma pode configurar um regime de índole aristocrática bem
 constituído e, ao mesmo tempo, conveniente à maioria das cidades.
 Interessa determinar ainda, de entre as restantes formas de regime, qual
 a forma preferível e a que tipo de cidadãos ela se destina (sucede, de
 facto, que a democracia é para uns mais necessária do que a oligarquia,
 ao passo que para outros é mais necessária esta do que aquela). Depois
 20 há que determinar, também, de que modo deve proceder o que desejar
 instituir estes tipos de regime (refiro-me obviamente à forma de instituir
 cada tipo de democracia e de oligarquia). Por fim, logo que estes aspectos
 tenham sido estudados sumariamente, na medida do possível, tentaremos
 expor quais as espécies de corrupção a que estão sujeitos os regimes e
 25 quais os modos de os preservar (seja todos em geral, seja cada um em
 particular), e quais as causas destas vicissitudes.

3. Classificação das principais formas de regime.

A causa da existência de muitos regimes políticos deve-se ao facto
 de todas as cidades possuírem uma pluralidade de partes. Assim, come-
 çamos por observar que todas as cidades são compostas por habitantes
 reunidos em famílias; em seguida, nessa massa de cidadãos agrupados,
 existem necessariamente os que são ricos, outros sem recursos, e outros de
 30 condição mediana; os ricos possuem armas, os pobres estão desprovidos

35 ὀπλιτικὸν τὸ δὲ ἀνοπλον. καὶ τὸν μὲν γεωργικὸν δῆμον ὀρω-
 μεν ὄντα, τὸν δ' ἀγοραῖον, τὸν δὲ βάνανυσον. καὶ τῶν γνωρί-
 μων εἰσὶ διαφοραὶ καὶ κατὰ τὸν πλοῦτον καὶ τὰ μεγέθη
 40 τῆς οὐσίας, οἷον ἵπποτροφίας (τοῦτο γὰρ οὐ ῥάδιον μὴ πλου-
 τούντας ποιεῖν· διόπερ ἐπὶ τῶν ἀρχαίων χρόνων ὅσαις πόλε-
 σιν ἐν τοῖς ἵπποις ἡ δύναμις ἦν, ὀλιγαρχίαι παρὰ τούτοις
 ἦσαν· ἐχρῶντο δὲ πρὸς τοὺς πολέμους ἵπποις πρὸς τοὺς ἀστυ-
 γείτονας, οἷον Ἑρετριεῖς καὶ Χαλκιδεῖς καὶ Μάγνητες οἱ ἐπὶ
 40 Μαιάνδρῳ καὶ τῶν ἄλλων πολλοὶ περὶ τὴν Ἀσίαν· ἐτι πρὸς
 ταῖς κατὰ πλοῦτον διαφοραῖς ἐστὶν ἡ μὲν κατὰ γένος ἡ δὲ
 1290a κατ' ἀρετὴν, κἀν εἰ τι δὴ τοιοῦτον ἕτερον εἴρηται πόλεως εἶναι
 μέρος ἐν τοῖς περὶ τὴν ἀριστοκρατίαν· ἐκεῖ γὰρ διείλομεν
 ἐκ πόσων μερῶν ἀναγκαιῶν ἐστὶ πᾶσα πόλις· τούτων γὰρ
 τῶν μερῶν ὅτε μὲν πάντα μετέχει τῆς πολιτείας ὅτε δ'
 5 ἐλάττω ὅτε δὲ πλείω. φανερόν τοίνυν ὅτι πλείους ἀναγκαῖον
 εἶναι πολιτείας, εἶδει διαφερούσας ἀλλήλων· καὶ γὰρ ταῦτ'
 εἶδει διαφέρει τὰ μέρη σφῶν αὐτῶν. πολιτεία μὲν γὰρ ἡ
 τῶν ἀρχῶν τάξις ἐστὶ, ταύτας δὲ διανέμονται πάντες ἢ κατὰ
 τὴν δύναμιν τῶν μετεχόντων ἢ κατὰ τιν' αὐτῶν ἰσότητά
 10 κοινήν, λέγω δ' οἷον τῶν ἀπόρων ἢ τῶν εὐπόρων ἢ κοινήν
 τιν' ἀμφοῖν. ἀναγκαῖον ἄρα πολιτείας εἶναι τοσαύτας ὅσαι
 περ τάξεις κατὰ τὰς ὑπεροχὰς εἰσὶ καὶ κατὰ τὰς δια-
 φορὰς τῶν μορίων. μάλιστα δὲ δοκοῦσιν εἶναι δύο, καθάπερ
 ἐπὶ τῶν πνευμάτων λέγεται τὰ μὲν βόρεια τὰ δὲ νότια, τὰ
 15 δ' ἄλλα τούτων παρεκβάσεις, οὕτω καὶ τῶν πολιτειῶν δύο,
 δῆμος καὶ ὀλιγαρχία. τὴν γὰρ ἀριστοκρατίαν τῆς ὀλιγαρ-
 χίας εἶδος τιθέασιν ὥς οὔσαν ὀλιγαρχίαν τινά, καὶ τὴν κα-
 λουμένην πολιτείαν δημοκρατίας, ὥσπερ ἐν τοῖς πνεύμασι

delas. Vemos também que, no povo, uns são agricultores, outros comer-
 ciantes, e outros trabalhadores braçais.

De entre a massa dos notáveis observamos que se estabelecem
 diferenças pela riqueza, pela importância da propriedade, como por
 exemplo no caso da criação de cavalos (de facto só os ricos podem
 facilmente dedicar-se a essa tarefa); por isso mesmo, fica explicado que,
 em tempos idos, todas as cidades cujo poderio residia na cavalaria,
 estavam governadas por oligarquias: os cavalos eram utilizados nas
 guerras contra as cidades vizinhas, como ficou patente com os povos de
 Erétria, de Calcídia, de Magnésia das margens do Meandro e outros
 povos da Ásia.

Além do mais, temos de acrescentar a estas diferenças que se
 impõem segundo a riqueza, as diferenças suscitadas pelo nascimento, pela
 virtude, e por qualquer outra condição já referida a propósito do estudo
 da aristocracia, e que constituem um elemento da cidade. Explicámos
 nessa altura quantas as partes necessárias a todas as cidades; por vezes,
 todas as partes participam no governo, outras vezes participam em
 número maior ou menor.

É evidente que existem necessariamente muitos regimes e em cada
 um deles, várias formas distintas entre si, uma vez que cada uma das suas
 partes difere entre si na forma. Um regime é, pois, uma ordenação de
 magistraturas repartidas por todos conforme o poderio dos que participam
 no governo, ou a igualdade comum a todos; refiro-me, no primeiro caso,
 ao poderio dos ricos e dos pobres e, no segundo, à igualdade comum a
 ambos.

Segue-se necessariamente que existem tantos regimes quantas as
 ordenações de poderes na cidade, sejam elas baseadas na superioridade,
 seja nas diferenças entre as partes. As formas de ordenação política
 parecem ser principalmente duas. Assim como a propósito dos ventos se
 considera que existem dois tipos — o setentrional (Bóreas) e o meridional
 (Noto) — sendo os restantes uma variação destes⁽¹³⁾, também nos
 regimes se podem identificar duas formas: democracia e oligarquia.

Nesse sentido, a aristocracia tem que ser considerada como uma
 forma de oligarquia, isto é, como se fosse uma determinada oligarquia;
 e o chamado regime constitucional como uma forma de democracia, do
 mesmo modo que, partindo do exemplo dos ventos, se considera o vento

τὸν μὲν ζέφυρον τοῦ βορέου, τοῦ δὲ νότου τὸν εὖρον. ὁμοίως
 20 δ' ἔχει καὶ περὶ τὰς ἁρμονίας, ὥς φασί τινες· καὶ γὰρ ἐκεῖ
 τίθενται εἶδη δύο, τὴν δωριστί καὶ τὴν φρυγιστί, τὰ δ' ἄλλα
 συντάγματα τὰ μὲν Δώρια τὰ δὲ Φρύγια καλοῦσιν. μά-
 λιστα μὲν οὖν εἰώθασιν οὕτως ὑπολαμβάνειν περὶ τῶν πολι-
 τειῶν· ἀληθέστερον δὲ καὶ βέλτιον ὥς ἡμεῖς διείλομεν, δυοῖν
 25 ἡ μιᾶς οὕσης τῆς καλῶς συνεστηκυίας τὰς ἄλλας εἶναι παρ-
 εκβάσεις, τὰς μὲν τῆς εὖ κεκραμένης ἁρμονίας τὰς δὲ
 τῆς ἀρίστης πολιτείας, ὀλιγαρχικὰς μὲν τὰς συντονωτέρας
 καὶ δεσποτικωτέρας, τὰς δ' ἀνεμμένας καὶ μαλακὰς δημο-
 τικάς.
 30 4 Οὐ δεῖ δὲ τιθέναι δημοκρατίαν, καθάπερ εἰώθασί τινες
 νῦν, ἀπλῶς οὕτως, ὅπου κύριον τὸ πλῆθος (καὶ γὰρ ἐν ταῖς
 ὀλιγαρχίαις καὶ πανταχοῦ τὸ πλεόν μέρος κύριον), οὐδ' ὀλι-
 γαρχίαν, ὅπου κύριοι ὀλίγοι τῆς πολιτείας. εἰ γὰρ εἴησαν
 οἱ πάντες χίλιοι καὶ τριακόσιοι, καὶ τούτων οἱ χίλιοι πλού-
 35 σιοι, καὶ μὴ μεταδιδοῖεν ἀρχῆς τοῖς τριακοσίοις καὶ πένησιν
 ἐλευθέρους οὖσι καὶ τᾶλλα ὁμοίοις, οὐθεὶς ἂν φαίη δημοκρα-
 τεῖσθαι τούτους· ὁμοίως δὲ καὶ εἰ πένητες ὀλίγοι μὲν εἶεν,
 κρεῖττους δὲ τῶν εὐπόρων πλειόνων ὄντων, οὐδεὶς ἂν ὀλιγαρ-
 χίαν προσαγορεύσειεν οὐδὲ τὴν τοιαύτην, εἰ τοῖς ἄλλοις οὖσι
 40 πλουσίοις μὴ μετεῖη τῶν τιμῶν. μᾶλλον τοίνυν λεκτέον ὅτι
 1290b δῆμος μὲν ἐστὶν ὅταν οἱ ἐλεύθεροι κύριοι ᾖσιν, ὀλιγαρχία
 δ' ὅταν οἱ πλούσιοι, ἀλλὰ συμβαίνει τοὺς μὲν πολλοὺς εἶναι
 τοὺς δ' ὀλίγους· ἐλεύθεροι μὲν γὰρ πολλοί, πλούσιοι δ' ὀλίγοι.
 καὶ γὰρ ἂν εἰ κατὰ μέγεθος διενέμοντο τὰς ἀρχάς, ὥσπερ

Oeste (Zéfiro) como uma espécie de vento do Norte, e o vento Leste
 (Euro) como uma espécie de vento do Sul. Algo similar se passa também
 com as harmonias musicais, tal como é referido por alguns: também aqui
 se estabelecem dois modos, dório e frígio, de modo que as combinações
 deles resultantes são chamadas umas dórias, outras frígias. 20

Apesar de ser esta a maneira mais corrente de captar os aspectos
 teóricos dos regimes, entendemos que a nossa explicação não deixa de
 ser a mais verdadeira e a melhor: existem uma ou duas formas bem
 constituídas de regime, enquanto as restantes resultam de um desvio, quer
 esse desvio ocorra no plano de uma harmonia bem entoada, quer em
 relação ao regime mais bem constituído, onde as formas mais duras e
 despóticas de governo são as oligárquicas, ao passo que as democráticas
 se apresentam como as mais brandas e relaxadas. 25

4. Definição dos regimes oligárquico e democrático. Peculiaridades do regime democrático.

Apesar de, hoje em dia ⁽¹⁴⁾, muitos o fazerem, nós não devemos
 considerar a democracia de modo absoluto como um regime em que a
 maioria tem a supremacia (também nas oligarquias, onde quer que
 ocorram, é a parte mais numerosa dos cidadãos que detém o poder), da
 mesma forma que também não devemos considerar a oligarquia como o
 regime em que o poder é apanágio de uns poucos. Admitamos um número
 total de mil e trezentos cidadãos e que, desses, mil são ricos e não dividem
 o poder com os restantes trezentos os quais, apesar de pobres, são livres
 e em tudo o mais iguais a eles: ninguém dirá que esses cidadãos se
 35 governam democraticamente. De modo análogo, também no caso em que
 existe um número reduzido de pobres que são, contudo, mais fortes do
 que uma grande massa de ricos, ninguém chamará esse regime de
 oligarquia se os restantes cidadãos — os ricos — não partilharem das
 honrarias. 40

Nesse sentido, mais vale dizer, então, que existe democracia sempre
 que os cidadãos livres detém a supremacia assim como existe uma
 oligarquia no caso de serem os ricos que detém o poder. O que na verdade
 sucede é que os pobres são em maior número, enquanto os ricos são em
 número escasso: com efeito, se os cidadãos livres são muitos, são
 poucos os que possuem riqueza. Assim, se as magistraturas fossem
 repartidas de acordo com a estatura (como dizem alguns que sucede na
 1290b

5 ἐν Αἰθιοπία φασί τινες, ἡ κατὰ κάλλος, ὀλιγαρχία ἦν ἄν-
 ὀλίγον γὰρ τὸ πλῆθος καὶ τὸ τῶν καλῶν καὶ τὸ τῶν μεγά-
 λων. οὐ μὴν ἀλλ' οὐδὲ τούτοις μόνον ἱκανῶς ἔχει διωρίσθαι
 τὰς πολιτείας ταύτας· ἀλλ' ἐπεὶ πλείονα μόρια καὶ τοῦ
 10 δήμου καὶ τῆς ὀλιγαρχίας εἰσὶν, ἔτι διαληπτέον ὥς οὐτ' ἂν οἱ
 ἐλεύθεροι ὀλίγοι ὄντες πλείονων καὶ μὴ ἐλευθέρων ἄρχωσι,
 δῆμος, οἷον ἐν Ἀπολλωνίᾳ τῇ ἐν τῷ Ἰονίῳ καὶ ἐν Θήρᾳ (ἐν
 τούτων γὰρ ἑκατέρᾳ τῶν πόλεων ἐν ταῖς τιμαῖς ἦσαν οἱ
 15 διαφέροντες κατ' εὐγένειαν καὶ πρῶτοι κατασχόντες τὰς
 ἀποικίας, ὀλίγοι ὄντες, πολλῶν), οὔτε ἂν οἱ πλούσιοι διὰ τὸ
 κατὰ πλῆθος ὑπερέχειν, ὀλιγαρχία, οἷον ἐν Κολοφῶνι τὸ πα-
 λαιόν (ἐκεῖ γὰρ ἐκέκτηντο μακρὰν οὐσίαν οἱ πλείους πρὶν
 γενέσθαι τὸν πόλεμον τὸν πρὸς Λυδοῦς), ἀλλ' ἔστι δημοκρα-
 20 τία μὲν ὅταν οἱ ἐλεύθεροι καὶ ἄποροι πλείους ὄντες κύριοι
 τῆς ἀρχῆς ᾧσιν, ὀλιγαρχία δ' ὅταν οἱ πλούσιοι καὶ εὐγενέ-
 στεροι ὀλίγοι ὄντες.
 25 ὅτι μὲν οὖν πολιτεῖαι πλείους, καὶ δι' ἣν αἰτίαν, εἴρη-
 ται· διότι δὲ πλείους τῶν εἰρημένων, καὶ τίνες καὶ διὰ τί,
 λέγωμεν ἀρχὴν λαβόντες τὴν εἰρημένην πρότερον. ὁμολο-
 γοῦμεν γὰρ οὐχ ἐν μέρος ἀλλὰ πλείῳ πᾶσαν ἔχειν πόλιν.
 30 ὥσπερ οὖν εἰ ζῶου προηρούμεθα λαβεῖν εἶδη, πρῶτον ἂν ἀπο-
 διωρίζομεν ἅπερ ἀναγκαῖον πᾶν ἔχειν ζῶον (οἷον ἐνιά τε
 τῶν αἰσθητηρίων καὶ τὸ τῆς τροφῆς ἐργαστικὸν καὶ δεκτικόν,
 οἷον στόμα καὶ κοιλίαν, πρὸς δὲ τούτοις, οἷς κινεῖται μορίοις
 35 ἑκαστον αὐτῶν). εἰ δὴ τοσαῦτα εἴη μόνον, τούτων δ' εἶεν
 διαφοραὶ (λέγω δ' οἷον στόματός τινα πλείῳ γένη καὶ κοι-
 λίας καὶ τῶν αἰσθητηρίων, ἔτι δὲ καὶ τῶν κινητικῶν μορίων),
 ὁ τῆς συζεύξεως τῆς τούτων ἀριθμὸς ἐξ ἀνάγκης ποιήσει
 πλείῳ γένη ζῶων (οὐ γὰρ οἷον τε ταῦτόν ζῶον ἔχειν πλείους
 στόματος διαφορὰς, ὁμοίως δὲ οὐδ' ὧτων), ὥσθ' ὅταν λη-

5 Etiópia)⁽¹⁵⁾ ou conforme a beleza, estaríamos em presença de uma
 oligarquia, porque na verdade é ínfima a quantidade dos cidadãos belos
 e altos. O certo é que nenhum destes aspectos é suficiente para definir
 esses regimes.

Porém, uma vez que tanto a democracia como a oligarquia consti-
 tuem uma totalidade de partes⁽¹⁶⁾, seja-nos permitido precisar ainda o
 seguinte: da mesma forma que não basta um reduzido número de cidadãos
 livres para constituir uma democracia, ainda que exercessem o poder
 10 sobre uma maioria de cidadãos não-livres, tal como sucedeu em Apolónia
 do mar Jónico⁽¹⁷⁾ e em Tera⁽¹⁸⁾ (de facto, em cada uma destas cidades
 as honrarias eram atribuídas aos bem nascidos e aos que descendiam dos
 primeiros colonos, um pequeno grupo de entre a massa) também não é
 pelo facto de os ricos se imporem pelo seu grande número que se constitui
 15 uma oligarquia, tal como aconteceu outrora em Colofon⁽¹⁹⁾ (onde, de
 facto, a maioria dos cidadãos possuía uma considerável riqueza antes de
 estalar a guerra contra os Lídios). Bem pelo contrário: há democracia
 sempre que as magistraturas forem dominadas por uma maioria de
 cidadãos livres e pobres: há oligarquia sempre que as magistraturas forem
 20 dominadas por uma minoria de cidadãos ricos e bem nascidos.

Que são muitas as formas de regime, e devido a que causas, já
 tivemos ocasião de referir. Esclareçamos agora porque há muitos mais
 regimes do que aqueles que enunciámos, quais são eles e por que motivo
 assim é, tomando como princípio o que anteriormente se referiu, a saber,
 o facto de que toda a cidade encerra não uma, mas várias partes.

25 Tomemos como exemplo o seguinte⁽²⁰⁾: se pretendêssemos determi-
 nar as espécies de animais, teríamos de definir em primeiro lugar tudo
 o que necessariamente faz parte do animal, isto é, ter órgãos sensoriais,
 alguns encarregados da recepção e digestão do alimento, como a boca e
 o estômago, e outras partes que permitem que cada um deles se mova.
 Mesmo admitindo que são apenas estes os órgãos de que dispõe cada
 animal, e que são essas partes que diferenciam os animais entre si
 30 (querendo dizer com isto que nada impede existirem várias espécies de
 boca, estômago, órgãos sensoriais, ou mesmo partes possibilitadoras de
 locomoção), ainda assim seria o número das suas combinações possíveis
 que engendraria necessariamente a múltipla variedade das formas ani-
 mais; com efeito, não é possível que um mesmo animal possua uma

35 φθῶσι τούτων πάντες οἱ ἐνδεχόμενοι συνδυασμοί, ποιήσουσιν
 εἶδη ζώου, καὶ τοσαῦτ' εἶδη τοῦ ζώου ὅσαι περ αἱ συζεύξεις
 τῶν ἀναγκαίων μορίων εἰσὶν-τὸν αὐτὸν δὴ τρόπον καὶ τῶν
 εἰρημένων πολιτειῶν. καὶ γὰρ αἱ πόλεις οὐκ ἐξ ἐνὸς ἀλλ'
 40 ἐκ πολλῶν σύγκεινται μερῶν, ὥσπερ εἴρηται πολλάκις. ἐν
 1291a μὲν οὖν ἐστὶ τὸ περὶ τὴν τροφήν πλῆθος, οἱ καλούμενοι γεωρ-
 τὸ περὶ τὰς τέχνας ὧν ἄνευ πόλιν ἀδύνατον οἰκεῖσθαι· τούτων
 δὲ τῶν τεχνῶν τὰς μὲν ἐξ ἀνάγκης ὑπάρχειν δεῖ, τὰς δὲ εἰς
 5 τρυφήν ἢ τὸ καλῶς ζῆν), τρίτον δὲ <το> ἀγοραῖον (λέγω δ' ἀγο-
 ραῖον τὸ περὶ τὰς πράξεις καὶ τὰς ὠνάς καὶ τὰς ἐμπορίας καὶ
 καπηλείας διατρίβον), τέταρτον δὲ τὸ θητικόν, πέμπτον δὲ
 γένος τὸ προπολεμῆσον, ὃ τούτων οὐθέν ἦττόν ἐστιν ἀναγκαῖον
 10 ὑπάρχειν, εἰ μέλλουσι μὴ δουλεύσειν τοῖς ἐπιούσιν. μὴ γὰρ ἐν
 τῶν ἀδυνάτων ἢ πόλιν ἄξιον εἶναι καλεῖν τὴν φύσει δούλην·
 αὐτάρκης γὰρ ἡ πόλις, τὸ δὲ δούλον οὐκ αὐτάρκης. διόπερ
 ἐν τῇ Πολιτείᾳ κομψῶς τοῦτο, οὐχ ἱκανῶς δὲ εἴρηται. φησὶ
 γὰρ ὁ Σωκράτης ἐκ τεττάρων τῶν ἀναγκαϊοτάτων πόλιν
 15 συγκεῖσθαι, λέγει δὲ τούτους ὑφάντην καὶ γεωργὸν καὶ σκυτο-
 τόμον καὶ οἰκοδόμον· πάλιν δὲ προστίθουσιν, ὥς οὐκ αὐτάρ-
 κων τούτων, χαλκέα καὶ τοὺς ἐπὶ τοῖς ἀναγκαῖοις βοσκήμα-
 σιν, ἔτι δ' ἐμπορόν τε καὶ κάπηλον· καὶ ταῦτα πάντα γί-
 νεται πλήρωμα τῆς πρώτης πόλεως, ὥς τῶν ἀναγκαίων τε
 20 χάριν πᾶσαν πόλιν συνεστηκυῖαν, ἀλλ' οὐ τοῦ καλοῦ μάλλον,
 ἴσον τε δεομένην σκυτέων τε καὶ γεωργῶν. τὸ δὲ προπολε-
 μοῦν οὐ πρότερον ἀποδίδωσι μέρος πρὶν ἢ τῆς χώρας αὐξο-
 μένης καὶ τῆς τῶν πλησίων ἀπτομένης εἰς πόλεμον κατα-
 στῶσιν. ἀλλὰ μὴν καὶ ἐν τοῖς τέτταρσι καὶ τοῖς ὅποσοισιν

quantidade de bocas ou de orelhas diferentes: uma vez asseguradas todas as combinatórias possíveis, constituiriam as diferentes espécies de animais, sendo estas tantas quantas as combinatórias das suas partes. Acontece exactamente o mesmo com os regimes políticos atrás mencionados ⁽²¹⁾.

As cidades, com efeito, compõem-se não de uma, mas de diversas partes, como várias vezes dissemos. Uma dessas partes representa o conjunto de cidadãos encarregados da alimentação, os chamados agricul- 40 tores. À segunda parte correspondem os chamados trabalhadores manuais 1291a (é a classe dedicada aos ofícios sem os quais se torna impossível habitar na cidade; desses ofícios, uns devem-se manter necessariamente, outros orientam-se para a comodidade e o bem estar). Uma terceira parte é a dos mercadores e entendo por mercador aquele que se dedica às operações de compra e ao comércio de venda, a grosso ou a retalho. A quarta parte 5 é a dos trabalhadores braçais não qualificados ⁽²²⁾. A quinta parte é a dos defensores, tão necessária como as demais se de facto não pretendemos tornar-nos escravos dos que ameaçam a cidade. Não será impossível que uma cidade escrava por natureza mereça o nome de cidade? É que uma cidade basta-se a si mesma, um escravo não se basta a si próprio. 10

Por isso mesmo é que consideramos insuficiente, embora hábil, o tratamento desta questão na *República* ⁽²³⁾. Na verdade, Sócrates afirma que a cidade se compõe de quatro elementos absolutamente indispensá-veis, enumerando-os deste modo: tecelão, agricultor, sapateiro e pedreiro. Vendo que estes elementos não se bastavam a si próprios, acrescentou- 15 lhes ainda um ferreiro, um guardador do gado necessário, além de um comerciante grossista e de um retalhista ⁽²⁴⁾. Para Sócrates estes elemen- tos formam por conseguinte a plenitude da “cidade primeira”, como se toda a cidade tivesse que se constituir em função de necessidades básicas, e não em vista da harmonia ⁽²⁵⁾, e como se tivesse tanta necessidade de sapateiros como efectivamente tem de agricultores. No que respeita à 20 função de defesa, só a inclui na medida em que a cidade se expandir e o contacto com os territórios vizinhos provocar a guerra.

Ora, apesar de tudo, é absolutamente indispensável que entre essas partes da comunidade, sejam ou não em número de quatro, haja uma que

κοινωνοῖς ἀναγκαῖον εἶναι τινα τὸν ἀποδώσοντα καὶ κρινοῦντα
τὸ δίκαιον. εἶπερ οὖν καὶ ψυχὴν ἂν τις θεΐη ζῶον μόνιον
25 μᾶλλον ἢ σῶμα, καὶ πόλεων τὰ τοιαῦτα μᾶλλον θετέον
τῶν εἰς τὴν ἀναγκαίαν χρῆσιν συντεινόντων, τὸ πολεμικὸν
καὶ τὸ μετέχον δικαιοσύνης δικαστικῆς, πρὸς δὲ τούτοις τὸ
βουλευόμενον, ὅπερ ἐστὶ συνέσεως πολιτικῆς ἔργον. καὶ ταῦτ'
30 εἴτε κεχωρισμένως ὑπάρχει τισὶν εἴτε τοῖς αὐτοῖς, οὐθὲν δια-
φέρει πρὸς τὸν λόγον· καὶ γὰρ ὀπλιτεύειν καὶ γεωργεῖν
συμβαίνει τοῖς αὐτοῖς πολλάκις. ὥστε εἶπερ καὶ ταῦτα καὶ
ἐκεῖνα θετέα μέρη τῆς πόλεως, φανερόν ὅτι τὸ γε ὀπλιτι-
κὸν ἀναγκαῖόν ἐστι μόνιον τῆς πόλεως. ἑβδομον δὲ τὸ ταῖς
οὐσίαις λειτουργοῦν, ὃ καλοῦμεν εὐπόρους. ὄγδοον δὲ τὸ
35 δημιουργικόν καὶ τὸ περὶ τὰς ἀρχὰς λειτουργοῦν, εἶπερ ἄνευ
ἀρχόντων ἀδύνατον εἶναι πόλιν. ἀναγκαῖον οὖν εἶναι τινὰς τοὺς
δυναμένους ἄρχειν καὶ λειτουργοῦντας ἢ συνεχῶς ἢ κατὰ
μέρος τῇ πόλει ταύτην τὴν λειτουργίαν. λοιπὰ δὲ περὶ ὧν
τυγχάνομεν διωρικότες ἀρτίως, τὸ βουλευόμενον καὶ κρίνον
40 περὶ τῶν δικαίων τοῖς ἀμφισβητοῦσιν. εἶπερ οὖν ταῦτα δεῖ
γενέσθαι ταῖς πόλεσι, καὶ καλῶς γενέσθαι καὶ δικαίως,
1291b ἀναγκαῖον καὶ μετέχοντα εἶναι τινὰς ἀρετῆς τῶν πολι-
τῶν. τὰς μὲν οὖν ἄλλας δυνάμεις τοῖς αὐτοῖς ὑπάρχειν
ἐνδέχεσθαι δοκεῖ πολλοῖς, οἷον τοὺς αὐτοὺς εἶναι τοὺς προπολε-
μοῦντας καὶ γεωργοῦντας καὶ τεχνίτας, ἔτι δὲ τοὺς βουλευο-
5 μένους τε καὶ κρίνοντας· ἀντιποιοῦνται δὲ καὶ τῆς ἀρετῆς
πάντες, καὶ τὰς πλείστας ἀρχὰς ἄρχειν οἶονται δύνασθαι·
ἀλλὰ πένεσθαι καὶ πλουτεῖν τοὺς αὐτοὺς ἀδύνατον. διὸ ταῦτα

administre e aplique a justiça. Mesmo sustentando que a alma é, muito
mais do que o corpo, uma parte do ser vivo, teremos que admitir que
também pertencem à cidade (até mais do que as partes que asseguram
25 as suas necessidades indispensáveis) as partes que asseguram a defesa,
a administração da justiça nos tribunais, e a deliberação que é a tarefa
própria da inteligência política (26). Que estas funções sejam exercidas em
separado por determinadas pessoas ou estejam concentradas nas mesmas,
é irrelevante para o nosso estudo: na verdade, é frequente que os mesmos
30 indivíduos sejam soldados e agricultores. Se admitimos que estas classes
e outras referidas por Sócrates são partes da cidade, torna-se evidente que
o corpo militar constitui uma parte indispensável da cidade (27).

Um sétimo grupo, a que chamamos de ricos, é constituído pelos que
contribuem para os serviços públicos em virtude da sua riqueza. Um
oitavo grupo presta serviços tanto em funções administrativas como em
35 cargos de magistratura, dado que uma cidade não pode existir sem
magistrados: é indispensável, por isso, que haja indivíduos capazes de
exercer magistraturas e de prestar serviços públicos, sejam essas funções
desempenhadas de modo permanente ou por turnos. Restam por conse-
guinte as classes que há pouco tivemos que distinguir: a classe dos que
deliberam e a dos que decidem conforme a justiça quando há cidadãos
em litígio. Dado que estas funções devem ser asseguradas nas cidades,
40 e asseguradas de modo harmonioso e justo, é necessário que haja indi-
víduos que partilhem da virtude própria dos cargos políticos.
1291b

É sentimento comum pensar-se que as demais capacidades podem
surgir nos mesmos cidadãos, por exemplo quando se dá o caso de um
cidadão ser ao mesmo tempo soldado, agricultor e artífice, ou então
deliberante e juiz. Mais ainda: todos se presumem detentores da virtude
5 exigida, a ponto de se julgarem capacitados para exercer a maior parte
das magistraturas. Contudo, ninguém pode ser pobre e rico ao mesmo
tempo.

10 μέρη μάλιστα εἶναι δοκεῖ πόλεως, οἱ εὐποροὶ καὶ οἱ ἄποροι.
 ἔτι δὲ διὰ τὸ ὥς ἐπὶ τὸ πολὺ τοὺς μὲν ὀλίγους εἶναι τοὺς δὲ
 πολλοὺς ταῦτα ἐναντία μέρη φαίνεται τῶν τῆς πόλεως
 μορίων. ὥστε καὶ τὰς πολιτείας κατὰ τὰς ὑπεροχὰς τούτων
 καθιστᾶσι, καὶ δύο πολιτεῖαι δοκοῦσιν εἶναι, δημοκρατία καὶ
 ὀλιγαρχία.
 15 ὅτι μὲν οὖν εἰσι πολιτεῖαι πλείους, καὶ διὰ τίνας
 αἰτίας, εἴρηται πρότερον· ὅτι δὲ ἔστι καὶ δημοκρατίας εἶδη
 πλείω καὶ ὀλιγαρχίας, λέγωμεν. φανερόν δὲ τοῦτο καὶ ἐκ
 τῶν εἰρημένων. εἶδη γὰρ πλείω τοῦ τε δήμου καὶ τῶν λεγο-
 μένων γνωρίμων ἔστιν, οἷον δήμου μὲν εἶδη ἓν μὲν οἱ γεωργοί,
 ἕτερον δὲ τὸ περὶ τὰς τέχνας, ἄλλο δὲ τὸ ἀγοραῖον τὸ περὶ
 20 ὥνῃν καὶ πρᾶσιν διατρίβον, ἄλλο δὲ τὸ περὶ τὴν θάλατταν, καὶ
 τούτου τὸ μὲν πολεμικὸν τὸ δὲ χρηματιστικὸν τὸ δὲ πορ-
 θευτικὸν τὸ δ' ἀλιευτικὸν (πολλαχοῦ γὰρ ἕκαστα τούτων
 πολύοχλα, οἷον ἀλιεῖς μὲν ἐν Τάραντι καὶ Βυζαντίῳ, τρι-
 ηρικὸν δὲ Ἀθήνησιν, ἐμπορικὸν δὲ ἐν Αἰγίνῃ καὶ Χίῳ, πορ-
 25 θεμικὸν <δ'> ἐν Τενέδῳ), πρὸς δὲ τούτοις τὸ χερσητικὸν καὶ τὸ
 μικρὰν ἔχον οὐσίαν ὥστε μὴ δύνασθαι σχολάζειν, ἔτι τὸ
 μὴ ἐξ ἀμφοτέρων [πολιτῶν] ἐλεύθερον, κἂν εἴ τι τοιοῦτον
 ἕτερον πλήθους εἶδος· τῶν δὲ γνωρίμων πλοῦτος εὐγένεια
 ἀρετὴ παιδεία καὶ τὰ τούτοις λεγόμενα κατὰ τὴν αὐτὴν
 30 διαφοράν. δημοκρατία μὲν οὖν ἔστι πρώτη μὲν ἡ λεγομένη
 μάλιστα κατὰ τὸ ἴσον. ἴσον γὰρ φησιν ὁ νόμος ὁ τῆς
 τοιαύτης δημοκρατίας τὸ μηδὲν μᾶλλον ὑπερέχειν τοὺς ἀπό-
 ρους ἢ τοὺς εὐπόρους, μηδὲ κυρίους εἶναι ὅποτερουσούν, ἀλλ'
 ὁμοίους ἀμφοτέρους. εἴπερ γὰρ ἐλευθερία μάλιστ' ἔστιν ἐν δημο-
 35 κρατίᾳ, καθάπερ ὑπολαμβάνουσιν τινες, καὶ ἰσότης, οὕτως
 ἂν εἴη μάλιστα κοινωνούτων ἀπάντων μάλιστα τῆς πολι-
 τείας ὁμοίως. ἐπεὶ δὲ πλείων ὁ δῆμος, κύριον δὲ τὸ δόξαν

Eis por que razão se considera⁽²⁸⁾ que os ricos e os pobres
 constituem as partes mais relevantes da cidade. Além do mais, como
 geralmente os ricos são poucos e os pobres muitos, estas partes da cidade
 surgem como manifestamente antagónicas; é a preponderância de uma
 10 destas duas facções que determina os regimes que parecem ser dois: a
 democracia e a oligarquia⁽²⁹⁾.

Que existe uma grande variedade de regimes, e a que causas se
 devem, já tivemos ocasião de referir anteriormente. Refiramos agora que
 também há várias formas de democracia e de oligarquia, tanto mais que
 15 isso já se encontra patente no que atrás ficou exposto. Há, com efeito,
 diversas espécies tanto de povo, como dos chamados notáveis. Assim, na
 facção popular existe uma espécie de cidadão, os agricultores; uma outra,
 a dos artesãos; uma outra, a dos mercadores dedicados à compra e à
 20 venda; e outra, a dos homens do mar que incluem os que se dedicam à
 marinha de guerra, à marinha de longo curso, ao transbordo, e à frota
 pesqueira. Em muitos casos, cada uma destas actividades agrega uma
 massa significativa de gente, como sucede com os pescadores em Tarento
 e Bizâncio, com a tripulação de navios de longo curso em Atenas, com
 os mercadores navais em Egina e Quios, e com os barqueiros em Ténedos.
 25 Além destas, a classe popular integra ainda outras espécies de cidadãos,
 tal como a dos operários⁽³⁰⁾ e a daqueles cujo património é tão escasso
 que não lhes permite fruir de tempos livres; e há ainda os indivíduos livres
 devido ao estatuto de cidadão de um dos pais. E outras espécies de
 cidadãos poderiam ser acrescentadas. Entre os notáveis, por seu turno, os
 cidadãos distinguem-se pela riqueza, pela nobreza de nascimento, pela
 virtude, pela educação, e outras características determinadas por critérios
 análogos.

A primeira espécie de democracia é a que se determina sobretudo
 30 em função da igualdade. Ora a lei de tal espécie de democracia confirma
 a igualdade: nem a classe dos ricos nem a dos pobres é superior uma à
 outra, nem qualquer delas tem domínio sobre a outra, mas ambas são
 semelhantes. Nesse sentido, se a liberdade é condição preponderante na
 democracia — como de resto há quem o admita⁽³¹⁾ — tal como o é a
 35 igualdade, então estes dois princípios serão mais poderosos quando todos
 os cidadãos, sem excepção, se encontrarem congregados na vida da
 cidade, na maior medida possível. Como de facto é o povo que forma a
 grande massa dos cidadãos, e dado que a decisão da maioria é suprema,
 o que acabámos de expor identifica-se necessariamente com uma demo-
 cracia. Todavia, não passa de uma das espécies de democracia.

τοῖς πλείοσιν, ἀνάγκη δημοκρατίαν εἶναι ταύτην. ἐν μὲν οὖν
εἶδος δημοκρατίας τοῦτο· ἄλλο δὲ τὸ τὰς ἀρχὰς ἀπὸ τιμη-
40 μάτων εἶναι, βραχέων δὲ τούτων ὄντων· δεῖ δὲ τῷ κτωμένῳ
ἕξουσίαν εἶναι μετέχειν καὶ τὸν ἀποβάλλοντα μὴ μετέχειν.
1292a ἕτερον εἶδος δημοκρατίας τὸ μετέχειν ἅπαντας τοὺς πολίτας
ὅσοι ἀνυπεύθυνοι, ἄρχειν δὲ τὸν νόμον· ἕτερον δὲ εἶδος
δημοκρατίας τὸ παντὶ μετεῖναι τῶν ἀρχῶν, ἐὰν μόνον ἡ πολι-
της, ἄρχειν δὲ τὸν νόμον· ἕτερον δὲ εἶδος δημοκρατίας τὰλλα
5 μὲν εἶναι ταῦτά, κύριον δ' εἶναι τὸ πλῆθος καὶ μὴ τὸν νό-
μον. τοῦτο δὲ γίνεται ὅταν τὰ ψηφίσματα κύρια ἢ ἄλλὰ
μὴ ὁ νόμος· συμβαίνει δὲ τοῦτο διὰ τοὺς δημαγωγούς. ἐν
μὲν γὰρ ταῖς κατὰ νόμον δημοκρατουμέναις οὐ γίνεται δημα-
γωγός, ἀλλ' οἱ βέλτιστοι τῶν πολιτῶν εἰσιν ἐν προεδρίᾳ·
10 ὅπου δ' οἱ νόμοι μὴ εἰσι κύριοι, ἐνταῦθα γίνονται δημαγω-
γοί. μόναρχος γὰρ ὁ δῆμος γίνεται, σύνθετος εἰς ἐκ πολ-
λῶν· οἱ γὰρ πολλοὶ κύριοι εἰσιν οὐχ ὥς ἕκαστος ἀλλὰ πάν-
τες. Ὅμηρος δὲ ποῖαν λέγει οὐκ ἀγαθὸν εἶναι πολυκοιρανίην,
πότερον ταύτην ἢ ὅταν πλείους ᾧσιν οἱ ἄρχοντες ὥς ἕκαστος,
15 ἄδηλον. ὁ δ' οὖν τοιοῦτος δῆμος, ἅτε μόναρχος ὢν, ζητεῖ μον-
αρχεῖν διὰ τὸ μὴ ἄρχεσθαι ὑπὸ νόμον, καὶ γίνεται δεσπο-
τικός, ὥστε οἱ κόλακες ἐντιμοί, καὶ ἔστιν ὁ τοιοῦτος δῆμος
ἀνάλογον τῶν μοναρχιῶν τῇ τυραννίδι. διὸ καὶ τὸ ἦθος τὸ
αὐτό, καὶ ἄμφω δεσποτικά τῶν βελτιόνων, καὶ τὰ ψηφί-
20 σματα ὥσπερ ἐκεῖ τὰ ἐπιτάγματα, καὶ ὁ δημαγωγός
καὶ ὁ κόλαξ οἱ αὐτοὶ καὶ ἀνάλογον. καὶ μάλιστα δ' ἑκάτε-
ροι παρ' ἑκατέροις ἰσχύουσιν, οἱ μὲν κόλακες παρὰ τοῖς τυράν-
νοις, οἱ δὲ δημαγωγοὶ παρὰ τοῖς δῆμοις τοῖς τοιούτοις. αἵτιοι
δὲ εἰσι τοῦ εἶναι τὰ ψηφίσματα κύρια ἄλλὰ μὴ τοὺς νόμους
25 οὗτοι, πάντα ἀνάγοντες εἰς τὸν δῆμον· συμβαίνει γὰρ αὐτοῖς
γίνεσθαι μεγάλοις διὰ τὸ τὸν μὲν δῆμον πάντων εἶναι κύ-

Existe uma outra espécie de democracia: aquela em que as magis-
traturas são exercidas em função do montante tributário, o qual de resto 40
é bastante baixo. Deve participar das magistraturas quem possui recursos
e não quem os perdeu. Outra forma de democracia é a que consiste em 1292a
elevar às magistraturas todos os cidadãos considerados irrepreensíveis,
mas sempre sob o poder supremo da lei. Outra ainda é a que faculta o
acesso de todos às magistraturas, com a única condição de serem cida-
dãos, e sempre sob a supremacia da lei.

Existe também uma outra espécie de democracia em que todas estas
características se mantêm, salvo num aspecto: a supremacia é do povo 5
e não da lei⁽²²⁾. E isto sucede sempre que a decisão suprema decorre dos
decretos⁽²³⁾ e não da lei. Esta situação surge devido à influência dos
demagogos; não ocorre nas cidades governadas democraticamente segun-
do a lei, nas quais os melhores cidadãos detêm um efectivo destaque. Pelo
contrário, os demagogos surgem nas cidades em que a lei não é suprema. 10
Aí, com efeito, o povo torna-se monarca, ou seja, um todo composto,
ainda que formado de muitas partes⁽²⁴⁾. Os muitos detêm a autoridade
suprema, não como indivíduos mas em conjunto. Homero diz que “*não
é bom o governo de muitos*”⁽²⁵⁾; mas não esclarece o que sejam esses
“muitos” a que se refere: se aos “muitos” em que os magistrados são
tomados como um todo em conjunto, se aos “muitos” em que os magis-
trados são tomados como um aglomerado de indivíduos. 15

Um povo tomado nessa acepção, isto é, tomado como monarca,
procura governar sozinho não se submetendo à lei. Além do mais, torna-
se de tal modo despótico, que honra os adutores. Ora uma democracia
como esta acaba por corresponder àquilo que a tirania é em relação às
monarquias. É também em virtude desta equidistância que é idêntica a 20
indole destas duas formas de regime: ambas são despóticas em relação
aos cidadãos mais excelentes; os decretos emanados de uma equivalem
aos éditos impostos pela outra; o demagogo e o adutor acabam por
corresponder à mesma realidade pois ambos detêm, de facto, uma grande
influência junto dos regimes respectivos: os adutores junto dos tiranos,
e os demagogos junto das massas populares desta condição.

É por causa destes demagogos que a autoridade suprema pertence aos
decretos e não às leis, pois submetem todas as questões ao povo. A sua 25

ριον, τῆς δὲ τοῦ δήμου δόξης τούτους· πείθεται γὰρ τὸ πλῆθος
 τούτοις. ἔτι δ' οἱ ταῖς ἀρχαῖς ἐγκαλοῦντες τὸν δῆμόν φασι
 δεῖν κρίνειν, ὁ δὲ ἀσμένως δέχεται τὴν πρόκλησιν· ὥστε κατα-
 30 λύονται πᾶσαι αἱ ἀρχαί. εὐλόγως δὲ ἂν δόξειεν ἐπιτιμᾶν
 ὁ φάσκων τὴν τοιαύτην εἶναι δημοκρατίαν οὐ πολιτείαν.
 ὅπου γὰρ μὴ νόμοι ἄρχουσιν, οὐκ ἔστι πολιτεία. δεῖ γὰρ τὸν
 μὲν νόμον ἄρχειν πάντων <τῶν καθόλου>, τῶν δὲ καθ' ἕκαστα
 τὰς ἀρχάς, καὶ ταύτην πολιτείαν κρίνειν. ὥστ' εἴπερ ἔστι
 35 δημοκρατία μία τῶν πολιτειῶν, φανερόν ὡς ἡ τοιαύτη κατὰ
 στασις, ἢ ἢ ψηφίσμασι πάντα διοικεῖται, οὐδὲ δημοκρατία
 κυρίως· οὐθὲν γὰρ ἐνδέχεται ψήφισμα εἶναι καθόλου. τὰ μὲν
 οὖν τῆς δημοκρατίας εἶδη διωρίσθω τὸν τρόπον τοῦτον.
 5 Ὀλιγαρχίας δὲ εἶδη ἐν μὲν τὸ ἀπὸ τιμημάτων εἶναι
 40 τὰς ἀρχὰς τηλικούτων ὥστε τοὺς ἀπόρους μὴ μετέχειν, πλείους
 ὄντας, ἐξεῖναι δὲ τῷ κτωμένῳ μετέχειν τῆς πολιτείας, ἄλλο
 1292b δέ, ὅταν ἀπὸ τιμημάτων μακρῶν ᾧσιν αἱ ἀρχαὶ καὶ αἰρῶν-
 ται αὐτοὶ τοὺς ἐλλείποντας (ἂν μὲν οὖν ἐκ πάντων τούτων
 τοῦτο ποιῶσι, δοκεῖ τοῦτ' εἶναι μάλλον ἀριστοκρατικόν, ἐὰν δὲ
 ἐκ τινῶν ἀφωρισμένων, ὀλιγαρχικόν). ἕτερον εἶδος ὀλιγαρ-
 5 χίας, ὅταν παῖς ἀντὶ πατρὸς εἰσὶν, τέταρτον δ', ὅταν
 ὑπάρχη τε τὸ νῦν λεχθὲν καὶ ἀρχὴ μὴ ὁ νόμος ἀλλ' οἱ
 ἄρχοντες. καὶ ἔστιν ἀντίστροφος αὕτη ἐν ταῖς ὀλιγαρχίαις
 ὥσπερ ἡ τυραννὶς ἐν ταῖς μοναρχίαις, καὶ περὶ ἧς τελευ-
 ταίας εἶπαμεν δημοκρατίας ἐν ταῖς δημοκρατίαις· καὶ κα-
 10 λοῦσι δὴ τὴν τοιαύτην ὀλιγαρχίαν δυναστείαν.

importância advém de o povo dominar em todas as situações, e de eles
 próprios, por seu turno, dominarem a opinião popular, sabendo de ante-
 mão como a multidão lhes obedece. Além do mais, aqueles que têm razões
 de queixa contra os magistrados aduzem que é ao povo que compete
 decidir. Ora, é precisamente esta prerrogativa, assumida de bom grado pela
 massa popular, que implica a dissolução de todas as magistraturas.

30

Também acertam os que opinam que um regime assim instituído
 poderá ser uma democracia, mas nunca um regime constitucional. Com
 efeito, não pode haver regime constitucional onde a lei não detém a
 autoridade.

A lei deve estar acima de tudo, cabendo aos magistrados e ao poder
 instituído dirimir apenas os casos particulares. Assim, se a democracia
 é uma das formas de regime, é evidente que uma tal ordenação política,
 onde tudo se regula por decretos, nunca poderá ser identificada como
 democracia propriamente dita, dado que nenhum decreto pode ser univer-
 sal. São estes os aspectos a ter em conta, no caso de termos que definir
 as formas de democracia.

35

5. Peculiaridades do regime oligárquico.

Quanto às formas de oligarquia, uma assenta no acesso às magis-
 traturas dependente do montante colectável; os pobres, apesar de nume-
 rosos, não podem participar nas magistraturas, ao passo que quem possuir
 os bens fixados pode aceder aos cargos. Noutra forma de oligarquia, o
 acesso às magistraturas depende da posse de grandes rendimentos e os
 magistrados elegem-se entre si para os cargos vagos; quando essa eleição
 é feita entre todos os magistrados, parece mais uma aristocracia; se a eleição
 se restringir apenas a um grupo de magistrados, parece mais uma oligar-
 quia. Noutra forma de oligarquia, o filho sucede ao pai nas magistraturas.
 Numa quarta forma, mantendo-se a sucessão atrás referida, quem governa
 não é a lei mas sim os magistrados. Esta forma equivale nas oligarquias
 aquilo que a tirania representa para as monarquias, e o que a última forma
 de democracia representa para as democracias. E quando assim é, tal
 espécie de oligarquia recebe o nome de regime autoritário ⁽³⁶⁾.

40

1292b

5

10

ὀλιγαρχίας μὲν οὖν εἶδη τοσαῦτα καὶ δημοκρατίας· οὐ
δεῖ δὲ λανθάνειν ὅτι πολλαχοῦ συμβέβηκεν ὥστε τὴν μὲν
πολιτείαν τὴν κατὰ τοὺς νόμους μὴ δημοτικὴν εἶναι, διὰ δὲ
τὸ ἔθος καὶ τὴν ἀγωγὴν πολιτεύεσθαι δημοτικῶς, ὁμοίως
15 δὲ πάλιν παρ' ἄλλοις τὴν μὲν κατὰ τοὺς νόμους εἶναι πολι-
τείαν δημοτικωτέραν, τῇ δ' ἀγωγῇ καὶ τοῖς ἔθεσιν ὀλιγαρ-
χεῖσθαι μᾶλλον. συμβαίνει δὲ τοῦτο μάλιστα μετὰ τὰς
μεταβολὰς τῶν πολιτειῶν· οὐ γὰρ εὐθὺς μεταβαίνουσιν,
ἀλλὰ ἀγαπῶσι τὰ πρῶτα μικρὰ πλεονεκτοῦντες παρ' ἀλλή-
20 λων, ὥσθ' οἱ μὲν νόμοι διαμένουσιν οἱ προϋπάρχοντες, κρα-
τοῦσι δ' οἱ μεταβαλόντες τὴν πολιτείαν.

6 Ὅτι δ' ἔστι τοσαῦτα εἶδη δημοκρατίας καὶ ὀλιγαρχίας,
ἐξ αὐτῶν τῶν εἰρημένων φανερόν ἐστιν. ἀνάγκη γὰρ ἢ
πάντα τὰ εἰρημένα μέρη τοῦ δήμου κοινωνεῖν τῆς πολιτείας,
25 ἢ τὰ μὲν τὰ δὲ μὴ. ὅταν μὲν οὖν τὸ γεωργικὸν καὶ τὸ κε-
κτημένον μετρίαν οὐσίαν κύριον ᾖ τῆς πολιτείας, πολιτεύου-
ται κατὰ νόμους (ἔχουσι γὰρ ἐργαζόμενοι ζῆν, οὐ δύνανται
δὲ σχολάζειν, ὥστε τὸν νόμον ἐπιστήσαντες ἐκκλησιάζουσι τὰς
ἀναγκαίας ἐκκλησίας), τοῖς δὲ ἄλλοις μετέχειν ἔξεστιν ὅταν
30 κτήσωνται τὸ τίμημα τὸ διωρισμένον ὑπὸ τῶν νόμων· διὸ
πᾶσι τοῖς κτησάμενοις ἔξεστι μετέχειν· ὅλως μὲν γὰρ τὸ μὲν
μὴ ἐξεῖναι πᾶσιν ὀλιγαρχικόν, τὸ δὲ δὴ ἐξεῖναι σχολάζειν
ἀδύνατον μὴ προσόδων οὐσῶν.† τοῦτο μὲν οὖν εἶδος ἐν δημο-
κρατίας διὰ ταύτας τὰς αἰτίας· ἕτερον δὲ εἶδος διὰ τὴν
35 ἐχομένην διαίρεσιν· ἔστι γὰρ καὶ πᾶσιν ἐξεῖναι τοῖς ἀνυπευθύ-
νοις κατὰ τὸ γένος, μετέχειν μέντοι <τούς> δυναμένους

São estas as formas de oligarquia e de democracia. Não devemos
perder de vista que, muitas vezes, um regime não democrático segundo
a lei pode, em virtude dos hábitos e da educação, assumir uma feição
democrática. Também pode suceder o contrário quando, por exemplo, a
15 constituição não for de índole democrática, mas o regime tem um espírito
oligárquico em virtude da educação e dos costumes. Estas situações
ocorrem sobretudo após uma alteração dos regimes. Com efeito, os
regimes não se alteram de forma repentina; pode suceder que o novo
regime instituído se imponha, satisfazendo de início os cidadãos com
pequenos benefícios, de tal forma que as leis anteriormente vigentes são
20 mantidas, embora o poder passe para as mãos dos que levaram a cabo
a revolução.

6. Causas de divergência entre os partidários da democracia e da oligarquia.

Que sejam estas, por conseguinte, as formas de democracia e
oligarquia, resulta manifesto a partir do que atrás foi referido. Necessa-
riamente que todas as partes do povo — as que já enumerámos —
participam em conjunto do governo da cidade, ou então umas participam
e outras não. Quando um agricultor ou um detentor de um património
25 moderado ⁽³⁷⁾ dominam o regime, governam de acordo com as leis ⁽³⁸⁾.
Tendo uma vida preenchida pelo trabalho e não podendo auferir de tempos
livres, asseguram a supremacia da lei e convocam apenas as assembleias
necessárias. Quanto aos restantes cidadãos, apenas poderão partilhar do
governo da cidade caso adquiram o montante de bens estipulado pela lei:
quem o possuir poderá participar do governo. É próprio de um regime
30 oligárquico não permitir, de modo algum, que todos tenham acesso a esse
direito de participação. Contudo, também é verdade que é impossível
gozar lazes ⁽³⁹⁾ quando não há proventos para o fazer.

Esta é, pois, em virtude das causas apontadas, uma das formas de
democracia. Uma segunda forma repousa nesta distinção: a possibilidade
35

σχολάζειν· διόπερ ἐν τῇ τοιαύτῃ δημοκρατίᾳ οἱ νόμοι ἄρχουσι,
 διὰ τὸ μὴ εἶναι πρόσδοτον. τρίτον δ' εἶδος τὸ πᾶσιν ἐξεῖναι,
 ὅσοι ἂν ἐλεύθεροι ᾧσι, μετέχειν τῆς πολιτείας, μὴ μέντοι
 40 μετέχειν διὰ τὴν προειρημένην αἰτίαν, ὥστ' ἀναγκαῖον καὶ
 ἐν ταύτῃ ἄρχειν τὸν νόμον. τέταρτον δὲ εἶδος δημοκρατίας
 1293a ἡ τελευταία τοῖς χρόνοις ἐν ταῖς πόλεσι γεγεννημένη. διὰ
 γὰρ τὸ μείζους γεγονέναι πολὺ τὰς πόλεις τῶν ἐξ ὑπαρχῆς
 καὶ προσόδων ὑπάρχειν εὐπορίας, μετέχουσι μὲν πάντες τῆς
 πολιτείας διὰ τὴν ὑπεροχὴν τοῦ πλήθους, κοινωνοῦσι δὲ καὶ
 5 πολιτεύονται διὰ τὸ δύνασθαι σχολάζειν καὶ τοὺς ἀπόρους,
 λαμβάνοντας μισθόν. καὶ μάλιστα δὲ σχολάζει τὸ τοιοῦτον
 πλήθος· οὐ γὰρ ἐμποδίζει αὐτοὺς οὐθέν ἢ τῶν ἰδίων ἐπιμέ-
 λεια, τοὺς δὲ πλουσίους ἐμποδίζει, ὥστε πολλάκις οὐ κοινωνοῦσι
 τῆς ἐκκλησίας οὐδὲ τοῦ δικάζειν. διὸ γίνεται τὸ τῶν ἀπόρων
 10 πλήθος κύριον τῆς πολιτείας, ἀλλ' οὐχ οἱ νόμοι. τὰ μὲν οὖν
 τῆς δημοκρατίας εἶδη τοσαῦτα καὶ τοιαῦτα διὰ ταύτας τὰς
 ἀνάγκας ἐστίν, τάδε δὲ τῆς ὀλιγαρχίας· ὅταν μὲν πλείους
 ἔχωσιν οὐσίαν, ἐλάττω δὲ καὶ μὴ πολλὴν λίαν, τὸ τῆς
 πρώτης ὀλιγαρχίας εἶδος ἐστίν· ποιοῦσι γὰρ ἐξουσίαν μετέχειν
 15 τῷ κτωμένῳ, καὶ διὰ τὸ πλήθος εἶναι τῶν μετεχόντων τοῦ
 πολιτεύματος ἀνάγκη μὴ τοὺς ἀνθρώπους ἀλλὰ τὸν νόμον
 εἶναι κύριον (ὅσῳ γὰρ ἂν πλείον ἀπέχωσι τῆς μοναρχίας,
 καὶ μήτε τοσαύτην ἔχωσιν οὐσίαν ὥστε σχολάζειν ἀμελοῦν-
 20 τεσ, μήθ' οὕτως ὀλίγην ὥστε τρέφεσθαι ἀπὸ τῆς πόλεως.
 ἀνάγκη τὸν νόμον ἀξιοῦν αὐτοῖς ἄρχειν, ἀλλὰ μὴ αὐτούς).
 ἐὰν δὲ δὴ ἐλάττους ᾧσιν οἱ τὰς οὐσίας ἔχοντες ἢ οἱ τὸ πρό-
 τερον, πλείω δέ, τὸ τῆς δευτέρας ὀλιγαρχίας γίνεται εἶδος·
 μᾶλλον γὰρ ἰσχύοντες πλεονεκτεῖν ἀξιοῦσιν, διὸ αὐτοὶ μὲν

de participar do governo da cidade estende-se a todos cuja ascendência
 é evidente, mas de entre estes só partilham efectivamente do exercício do
 poder os que dispõem de tempo livre. É por isso que nesta espécie de
 democracia as leis governam, dado que não há desafogo económico. Uma
 terceira forma de democracia faculta o acesso às magistraturas a todos
 os que nasceram livres. Todavia estes não participam do poder em virtude
 da causa atrás indicada, de modo que também aqui a lei é necessaria- 40
 mente suprema.

Há uma quarta forma de democracia, a última a surgir nas cidades,
 segundo a ordem cronológica. Uma vez que as cidades se tornaram hoje 1293a
 muito mais populosas do que outrora e dispõem de abundância de
 recursos, todos acabam por partilhar do poder em virtude da superioridade
 numérica da massa popular; sucede mesmo que os pobres participam do
 poder e da administração pública graças à remuneração que lhes é dada
 e lhes permite dispor de tempo livre. Uma massa popular deste género 5
 é, inclusive, a que dispõe de mais tempo de lazer, porque a preocupação
 dos negócios privados não lhe cria quaisquer obstáculos; já para os ricos
 isso constitui um embaraço tal que, a maioria das vezes, não chegam
 sequer a tomar parte na assembleia, nem a exercer a justiça. Eis porque
 nesta forma de democracia, é a massa dos pobres, e não a lei, que detém 10
 a supremacia política.

São estas as espécies de democracia que as necessidades referidas
 necessariamente criam. Passemos agora às formas de oligarquia. Quando
 uma grande parte dos cidadãos tem um certo património, embora reduzido
 e não muito expressivo, estamos perante a primeira forma de oligarquia.
 Neste caso confere-se ao proprietário o direito de participar do governo
 da cidade. Mas devido ao grande número dos que participam no poder, 15
 a supremacia reside na lei e não propriamente nos indivíduos. Na medida
 em que se afastam da forma monárquica e como a sua riqueza não é
 suficiente para que disponham de tempo livre sem mais preocupações,
 nem tão irrisória que tenham de sobreviver à custa da cidade, presume-
 se que é a lei que os governa, e não eles próprios. 20

Quando aqueles que têm posses são em menor número do que os
 citados no caso anterior, mas o valor da sua riqueza é muito superior,

αίρουνται ἐκ τῶν ἄλλων τοὺς εἰς τὸ πολίτευμα βαδίζοντας,
 25 διὰ δὲ τὸ μήπω οὕτως ἰσχυροὶ εἶναι ὥστ' ἄνευ νόμου ἄρχειν
 τὸν νόμον τίθενται τοιοῦτον. ἔαν δ' ἐπιτείνωσι τῷ ἐλάττονες
 ὄντες μείζονας οὐσίας ἔχειν, ἡ τρίτη ἐπίδοσις γίνεται τῆς
 ὀλιγαρχίας, τὸ δι' αὐτῶν μὲν τὰς ἀρχὰς ἔχειν, κατὰ νό-
 μον δὲ τὸν κελεύοντα τῶν τελευτώντων διαδέχεσθαι τοὺς
 30 υἱεῖς. ὅταν δὲ ἤδη πολὺ ὑπερτείνωσι ταῖς οὐσίαις καὶ ταῖς
 πολυφιλίαις, ἐγγὺς ἡ τοιαύτη δυναστεία μοναρχίας ἐστίν, καὶ
 κύριοι γίνονται οἱ ἄνθρωποι, ἀλλ' οὐχ ὁ νόμος· καὶ τὸ τέ-
 τартον εἶδος τῆς ὀλιγαρχίας τοῦτ' ἐστίν, ἀντίστροφον τῷ τελευ-
 ταίῳ τῆς δημοκρατίας.

35 7 Ἐτι δ' εἰσὶ δύο πολιτεῖαι παρὰ δημοκρατίαν τε καὶ
 ὀλιγαρχίαν, ὧν τὴν μὲν ἑτέραν λέγουσί τε πάντες καὶ εἰρη-
 ται τῶν τεττάρων πολιτειῶν εἶδος ἓν (λέγουσι δὲ τέτταρας
 μοναρχίαν ὀλιγαρχίαν δημοκρατίαν, τέταρτον δὲ τὴν κα-
 λουμένην ἀριστοκρατίαν)· πέμπτη δ' ἐστὶν ἡ προσαγορεύεται
 40 τὸ κοινὸν ὄνομα πασῶν (πολιτεῖαν γὰρ καλοῦσιν), ἀλλὰ διὰ
 τὸ μὴ πολλάκις γίνεσθαι λανθάνει τοὺς πειρωμένους ἀριθμεῖν
 τὰ τῶν πολιτειῶν εἶδη, καὶ χρῶνται ταῖς τέτταρσι μόνον
 1293b (ὥσπερ Πλάτων) ἐν ταῖς πολιτείαις. ἀριστοκρατίαν μὲν οὖν
 καλῶς ἔχει καλεῖν περὶ τῆς διήλθομεν ἐν τοῖς πρώτοις λό-
 γοις (τὴν γὰρ ἐκ τῶν ἀρίστων ἀπλῶς κατ' ἀρετὴν πολιτεῖαν
 καὶ μὴ πρὸς ὑπόθεσιν τινα ἀγαθῶν ἀνδρῶν μόνην δίκαιον

então surge a segunda espécie de oligarquia. Tais cidadãos julgam-se na
 verdade superiores aos demais, em virtude de terem mais força. São eles
 que escolhem de entre os demais cidadãos os que hão-de ocupar as
 magistraturas. Todavia, não sendo suficientemente fortes para governarem
 25 à revelia da lei, procuram ser eles a promulgar as leis nestas circunstân-
 cias.

Quando aqueles que já são uma minoria tendem a diminuir mas
 auferem ao mesmo tempo de uma avultada riqueza, gera-se um terceiro
 estágio de oligarquia, em que esse grupo restrito de cidadãos reserva para
 si próprio o acesso às magistraturas, segundo uma lei que, em caso de
 falecimento, assegure aos filhos a sucessão no cargo.

Quando essa minoria muito mais restrita adquire ainda maior pre-
 ponderância graças às riquezas e às várias clientelas, então o regime que
 30 advém é uma dinastia, já muito próxima da monarquia, e na qual
 dominam os homens e não a lei. É nessa circunstância, então, que surge
 a quarta forma de oligarquia, a qual, de resto, tem o seu equivalente na
 última forma de democracia por nós referida.

7. Especificidade da aristocracia.

Além da democracia e da oligarquia existem mais duas formas de
 35 governo da cidade. Uma delas é referida e considerada por todos como
 uma das quatro formas básicas de regime (quando falo em quatro formas,
 refiro-me obviamente à monarquia, à oligarquia, à democracia e à que
 chamamos de aristocracia). Todavia, existe ainda uma quinta forma que
 é designada pelo nome comum de todas e por isso lhe chamamos regime
 constitucional (*politeia*)⁽⁴⁰⁾. Todavia, como surge raramente, escapa aos
 40 estudiosos que indagam as formas de ordenação das cidades e que se
 limitam a referir apenas as quatro primeiras, tal como Platão na *Repú-
 blica*.
 1293b

Certamente que foi uma boa solução chamar "aristocracia" ao
 regime sobre o qual nos debruçamos no início; só o regime estabelecido
 pelos melhores cidadãos de acordo com a virtude, falando em termos
 absolutos, e não por indivíduos honestos sob um determinado aspecto, pode,
 em boa verdade, ter o nome de aristocracia, dado que só nele há identidade
 5

5 προσαγορεύειν ἀριστοκρατίαν· ἐν μόνῃ γὰρ ἀπλῶς ὁ αὐτὸς
 ἀνὴρ καὶ πολίτης ἀγαθός ἐστιν, οἱ δ' ἐν ταῖς ἄλλαις ἀγα-
 θοὶ πρὸς τὴν πολιτείαν εἰσὶ τὴν αὐτῶν· οὐ μὴν ἄλλ' εἰσὶ
 10 τινες αἱ πρὸς τε τὰς ὀλιγαρχουμένας ἔχουσι διαφορὰς καὶ
 καλοῦνται ἀριστοκρατίαι καὶ πρὸς τὴν καλουμένην πολιτείαν.
 ὅπου γὰρ μὴ μόνον πλουτίνδην ἀλλὰ καὶ ἀριστίνδην αἰροῦνται
 15 τὰς ἀρχάς, αὕτη ἡ πολιτεία διαφέρει τε ἀμφοῖν καὶ ἀρι-
 στοκρατικὴ καλεῖται. καὶ γὰρ ἐν ταῖς μὴ ποιουμέναις κοινὴν
 ἐπιμέλειαν ἀρετῆς εἰσὶν ὅμως τινὲς οἱ εὐδοκιμοῦντες καὶ δο-
 κοῦντες εἶναι ἐπιεικεῖς. ὅπου οὖν ἡ πολιτεία βλέπει εἰς τε
 20 πλοῦτον καὶ ἀρετὴν καὶ δῆμον, οἷον ἐν Καρχηδόνι, αὕτη ἀρι-
 στοκρατικὴ ἐστίν, καὶ ἐν αἷς εἰς τὰ δύο μόνον, οἷον ἡ Λακε-
 δαιμονίων, εἰς τε ἀρετὴν καὶ δῆμον, καὶ ἐστὶ μίξις τῶν δύο
 τούτων, δημοκρατίας τε καὶ ἀρετῆς. ἀριστοκρατίας μὲν οὖν
 παρὰ τὴν πρώτην τὴν ἀρίστην πολιτείαν ταῦτα δύο εἶδη,
 25 καὶ τρίτον ὅσαι τῆς καλουμένης πολιτείας ῥέπουσι πρὸς τὴν
 ὀλιγαρχίαν μᾶλλον.

8 Λοιπὸν δ' ἐστὶν ἡμῖν περὶ τε τῆς ὀνομαζομένης πολιτείας
 εἰπεῖν καὶ περὶ τυραννίδος. ἐτάξαμεν δ' οὕτως οὐκ οὔσαν οὔτε
 25 ταύτην παρέκβασιν οὔτε τὰς ἄρτι ῥηθείσας ἀριστοκρατίας, ὅτι
 τὸ μὲν ἀληθὲς πᾶσαι διημαρτήκασι τῆς ὀρθοτάτης πολι-
 τείας, ἔπειτα καταριθμοῦνται μετὰ τούτων εἰσὶ τ' αὐτῶν
 αὗται παρεκβάσεις ὥσπερ ἐν τοῖς κατ' ἀρχὴν εἶπομεν. τελευ-
 30 ταῖον δὲ περὶ τυραννίδος εὐλογόν ἐστι ποιήσασθαι μνείαν
 διὰ τὸ πασῶν ἥκιστα ταύτην εἶναι πολιτείαν, ἡμῖν δὲ τὴν
 μέθοδον εἶναι περὶ πολιτείας. δι' ἣν μὲν οὖν αἰτίαν τέτακται
 τὸν τρόπον τούτον, εἴρηται· νῦν δὲ δεικτέον ἡμῖν περὶ πολι-
 τείας. φανερωτέρα γὰρ ἡ δύναμις αὐτῆς διωρισμένων τῶν

absoluta entre homem bom e bom cidadão, enquanto nos demais regimes os bons cidadãos apenas são bons em relação ao seu próprio regime ⁽⁴¹⁾.

Há, contudo, certos regimes que apresentam diferenças em relação às cidades governadas por oligarquias e às governadas segundo um regime constitucional. A tais regimes damos o nome de aristocracias: neles, a escolha dos magistrados é realizada não só de acordo com a riqueza dos cidadãos, mas também de acordo com a virtude. Tal regime distingue-se dos mencionados e denomina-se aristocrático, porque, mesmo naqueles regimes cuja preocupação comum não é a prática da virtude, não deixa de haver cidadãos que são estimados e considerados como homens de bem.

Estamos na presença de uma aristocracia onde o regime atender, quer à riqueza, quer à virtude, quer ainda ao carácter popular, como acontece por exemplo em Cartago; ou como, por exemplo, em Esparta, onde apenas atendem a duas dessas condições, a virtude e o carácter popular, apresentando-se como uma mistura de democracia e de virtude. São estas as duas formas de aristocracia, para além da primeira — o regime melhor. Existem, em terceiro lugar, as outras formas desse regime e que tendem mais para a oligarquia do que para o que chamámos de regime constitucional.

8. Especificidade do regime constitucional moderado

Resta, por conseguinte, tratarmos do chamado regime constitucional ⁽⁴²⁾ e da tirania. Não sendo um desvio, como tão pouco o é a aristocracia que acabámos de estudar, colocámos o regime constitucional nesta ordem, porque todos os regimes representam uma decadência em relação ao regime recto por excelência. Por isso é que os enumerámos juntamente com as formas desviadas (estes dois últimos regimes não são na verdade mais do que formas desviadas dos primeiros regimes, como já tivemos ocasião de referir anteriormente). Não deixa de ser acertado colocar a tirania em último lugar, uma vez que, de entre todos os regimes, é ela que menos se pode chamar regime constitucional. Ora, a nossa pesquisa orienta-se precisamente para o estudo dos regimes constitucionais. Fica assim explicada a razão pela qual se adoptou esta ordem de classificação.

Debrucemo-nos então sobre o regime constitucional. O carácter deste regime surge-nos mais evidente a partir do momento em que se

περὶ ὀλιγαρχίας καὶ δημοκρατίας. ἔστι γὰρ ἡ πολιτεία ὡς
 ἀπλῶς εἰπεῖν μίξις ὀλιγαρχίας καὶ δημοκρατίας. εἰώθασι
 35 δὲ καλεῖν τὰς μὲν ἀποκλινούσας [ὥς] πρὸς τὴν δημοκρατίαν
 πολιτείας, τὰς δὲ πρὸς τὴν ὀλιγαρχίαν μᾶλλον ἀριστοκρα-
 τίας διὰ τὸ μᾶλλον ἀκολουθεῖν παιδείαν καὶ εὐγένειαν τοῖς
 εὐπορωτέροις. ἔτι δὲ δοκοῦσιν ἔχειν οἱ εὐποροὶ ὧν ἔνεκεν οἱ
 ἀδικοῦντες ἀδικοῦσιν· ὅθεν καὶ καλοὺς κάγαθους καὶ γνωρίμους
 40 τούτους προσαγορεύουσιν. ἐπεὶ οὖν ἡ ἀριστοκρατία βούλεται τὴν
 ὑπεροχὴν ἀπονέμειν τοῖς ἀρίστοις τῶν πολιτῶν, καὶ τὰς ὀλι-
 γαρχίας εἶναί φασιν ἐκ τῶν καλῶν κάγαθων μᾶλλον. δο-
 1294a κεῖ δ' εἶναι τῶν ἀδυνάτων τὸ εὐνομεῖσθαι τὴν μὴ ἀριστοκρα-
 τουμένην πόλιν ἀλλὰ ποιηροκρατουμένην, ὁμοίως δὲ καὶ ἀρι-
 στοκρατεῖσθαι τὴν μὴ εὐνομουμένην. οὐκ ἔστι δὲ εὐνομία τὸ εὖ
 κεῖσθαι τοὺς νόμους, μὴ πείθεσθαι δέ. διὸ μίαν μὲν εὐνομίαν
 5 ὑποληπτέον εἶναι τὸ πείθεσθαι τοῖς κειμένοις νόμοις, ἑτέραν
 δὲ τὸ καλῶς κεῖσθαι τοὺς νόμους οἷς ἐμμένουσιν (ἔστι γὰρ πεί-
 θεσθαι καὶ κακῶς κειμένοις). τοῦτο δὲ ἐνδέχεται διχῶς· ἡ
 γὰρ τοῖς ἀρίστοις τῶν ἐνδεχομένων αὐτοῖς, ἢ τοῖς ἀπλῶς
 ἀρίστοις. δοκεῖ δὲ ἀριστοκρατία μὲν εἶναι μάλιστα τὸ τὰς
 10 τιμὰς νενομῆσθαι κατ' ἀρετὴν (ἀριστοκρατίας μὲν γὰρ ὅρος
 ἀρετῇ, ὀλιγαρχίας δὲ πλοῦτος, δήμου δ' ἐλευθερία)· τὸ δ' ὅ τι
 ἂν δόξῃ τοῖς πλείοσιν, ἐν πάσαις ὑπάρχει· καὶ γὰρ ἐν ὀλι-
 γαρχίᾳ καὶ ἐν ἀριστοκρατίᾳ καὶ ἐν δήμοις, ὅ τι ἂν δόξῃ τῷ
 πλείονι μέρει τῶν μετεχόντων τῆς πολιτείας, τοῦτ' ἐστὶ κύριον.
 15 ἐν μὲν οὖν ταῖς πλείοσιν πόλεσι τὸ τῆς πολιτείας εἶδος <κακῶς>
 καλεῖται· μόνον γὰρ ἡ μίξις στοχάζεται τῶν εὐπόρων καὶ
 τῶν ἀπόρων, πλούτου καὶ ἐλευθερίας· σχεδὸν γὰρ παρὰ τοῖς
 πλείοσι οἱ εὐποροὶ τῶν καλῶν κάγαθων δοκοῦσι κατ-
 ἔχειν χώραν· ἐπεὶ δὲ τρία ἐστὶ τὰ ἀμφισβητοῦντα τῆς ἰσότητος
 20 τῆς πολιτείας, ἐλευθερία πλοῦτος ἀρετῇ (τὸ γὰρ τέταρτον, ὃ

define o que sejam a oligarquia e a democracia, dado que, como já foi
 dito, o regime constitucional é uma mistura de oligarquia com democra-
 cia. Aos regimes que se inclinam mais para a democracia, costuma
 35 chamar-se regimes constitucionais; aos que se inclinam mais para a
 oligarquia, costumamos dar o nome de aristocracias, pois a educação e
 a boa linhagem acompanham de preferência os mais ricos. Além do mais,
 os ricos parecem auferir daquilo que a gente perversa despreza. Por isso
 mesmo é que os ricos são normalmente chamados excelentes e notáveis.
 Ora, da mesma forma que a aristocracia tende a conferir proeminência
 40 aos melhores cidadãos, também se diz que a oligarquia, por seu turno,
 atribui essa superioridade sobretudo aos cidadãos bem formados.

Afigura-se-nos impossível, por isso, que tenha uma boa legislação
 1294a uma cidade que não seja governada aristocraticamente mas sim por gente
 de má índole; do mesmo modo parece-nos impossível o contrário, ou seja,
 que uma cidade possa ser governada aristocraticamente, mas sem uma boa
 legislação (⁴³). Assim, não podemos falar propriamente de boa legislação
 se apenas existirem leis bem estabelecidas mas que depois não são cumpridas.
 Quer isto dizer que devemos ter em conta dois aspectos para haver uma
 5 boa legislação. Por um lado, há que respeitar as leis estabelecidas; por
 outro, têm de ser boas as leis às quais devemos obedecer (pode dar-se
 o caso de obedecermos a leis más). Existem, pois, duas possibilidades de
 respeitarmos esta dupla condição: ou as leis são as melhores possíveis
 para quem as observa, ou então são as melhores, em absoluto.

A aristocracia parece consistir à primeira vista na repartição das
 10 honrarias (⁴⁴) de acordo com a virtude. De facto, o critério da aristocracia
 reside na virtude, o da oligarquia na riqueza, o da democracia na
 liberdade. Contudo, o que acaba por prevalecer em todos os regimes é
 o que resulta da opinião da maioria. Ora sabemos bem como têm força
 de lei as opiniões da maioria dos que detêm as magistraturas, seja qual
 for o regime: oligárquico, aristocrático, ou democrático. A forma do que
 15 designamos de regime constitucional acaba por estar presente na grande
 maioria das cidades. Nessa forma de regime, a mistura visa apenas ricos
 e pobres, ou seja, riqueza e liberdade, dado que, na maior parte dos casos,
 os ricos parecem tomar o lugar dos que são considerados gente bem
 formada (⁴⁵). Ora, como os títulos para fazer valer a igualdade de poder
 na cidade são três — liberdade, riqueza e virtude — (o quarto elemento,
 20

καλοῦσιν εὐγένειαν, ἀκολουθεῖ τοῖς δυσὶν· ἡ γὰρ εὐγένειά ἐστιν ἀρχαῖος πλοῦτος καὶ ἀρετή), φανερόν ὅτι τὴν μὲν τοῖν δυοῖν μίξιν, τῶν εὐπόρων καὶ τῶν ἀπόρων, πολιτείαν λεκτέον, τὴν δὲ τῶν τριῶν ἀριστοκρατίαν μάλιστα τῶν ἄλλων παρὰ τὴν
 25 ἀληθινὴν καὶ πρώτην. ὅτι μὲν οὖν ἐστὶ καὶ ἕτερα πολιτείας εἶδη παρὰ μοναρχίαν τε καὶ δημοκρατίαν καὶ ὀλιγαρχίαν, εἴρηται, καὶ ποῖα ταῦτα, καὶ τί διαφέρουσιν ἀλλήλων αἵ τ' ἀριστοκρατίαι καὶ αἱ πολιτεῖαι τῆς ἀριστοκρατίας, καὶ ὅτι οὐ πόρρω αἵται ἀλλήλων, φανερόν.

30 9 Τίνα δὲ τρόπον γίνεται παρὰ δημοκρατίαν καὶ ὀλιγαρχίαν ἡ καλουμένη πολιτεία, καὶ πῶς αὐτὴν δεῖ καθιστά-
 ναι, λέγωμεν ἐφεξῆς τοῖς εἰρημένοις. ἅμα δὲ δῆλον ἐστὶ καὶ οἷς ὀρίζονται τὴν δημοκρατίαν καὶ τὴν ὀλιγαρχίαν· λη-
 35 ὥσπερ σύμβολον λαμβάνοντας συνθετέον. εἰσὶ δὲ ὅροι τρεῖς τῆς συνθέσεως καὶ μίξεως. ἡ γὰρ ἀμφοτέρα ληπτέον ἃ ἑκάτεροι νομοθετοῦσιν, οἷον περὶ τοῦ δικάζειν (ἐν μὲν γὰρ ταῖς ὀλιγαρχίαις τοῖς εὐπόροις ζημίαν τάττουσιν ἂν μὴ δικά-
 40 ζωσι, τοῖς δ' ἀπόροις οὐδένα μισθόν, ἐν δὲ ταῖς δημοκρα-
 τίαις τοῖς μὲν ἀπόροις μισθόν, τοῖς δ' εὐπόροις οὐδεμίαν ζη-
 1294b πολιτικόν, μέμικται γὰρ ἐξ ἀμφοῖν). εἷς μὲν οὖν οὗτος τοῦ συνδυασμοῦ τρόπος, ἕτερος δὲ τὸ <τὸ> μέσον λαμβάνειν ὧν ἑκά-
 5 τεραι τάττουσιν, οἷον ἐκκλησιάζειν οἱ μὲν ἀπὸ τιμήματος οὐθενὸς ἢ μικροῦ πάμπαν, οἱ δ' ἀπὸ μακροῦ τιμήματος, κοι-
 νὸν δὲ γε οὐδέτερον, ἀλλὰ τὸ μέσον ἑκατέρου τίμημα τού-
 των. τρίτον δ' ἐκ δυοῖν ταγμάτοι, τὰ μὲν ἐκ τοῦ ὀλιγαρχικοῦ νόμου τὰ δ' ἐκ τοῦ δημοκρατικοῦ. λέγω δ' οἷον δοκεῖ

a que chamamos de bom nascimento, acaba por acompanhar estes dois últimos dado que o estatuto de boa linhagem, além de virtude, é riqueza ancestral), temos de considerar o regime constitucional como mistura de ricos e pobres (⁴⁶), enquanto a mistura dos três elementos referidos deve, mais do que qualquer outra forma de regime, merecer o nome de aristocracia (exceptuando a verdadeira forma de regime que é, obviamente, a primeira).

Com isto concluímos que existem outras formas de regime além de monarquia, democracia e oligarquia; quais são elas; em que diferem as aristocracias entre si; e em que diferem os regimes constitucionais das aristocracias, dado que tais formas de regime não estão longe umas das outras.

9. A formação do regime constitucional.

Abordemos, em sequência, como se forma, a par da democracia e da oligarquia, o que chamamos de regime constitucional, e de que modo deve ser estabelecido. Isso tornar-se-á claro se, ao mesmo tempo, definirmos como democracia e oligarquia. Tal definição permite-nos captar o que diferencia esses regimes entre si, e depois, tomando cada um como partes de um conjunto, podemos combiná-los num composto (⁴⁷).

Ora, existem três maneiras de fazer esta composição e mistura. A primeira consistiria em tomarmos, à vez, o que é determinado pelas disposições legais de cada regime. Tomemos como exemplo a prática da justiça. Nas oligarquias aplica-se uma multa aos ricos quando se recusam a administrar a justiça. Já nas democracias, pelo contrário, concede-se aos pobres uma importância para administrar a justiça e os ricos, se o não fizerem, não são obrigados a pagar multa. Desta forma, o estabelecimento do termo médio e comum destes regimes passaria pela adopção de ambas as soluções (⁴⁸). Essa combinação seria própria de um regime constitu-
 1294b cional, tanto mais que este se apresenta como mistura dos dois regimes apontados. Este constituiria, pois, um modo de misturar num todo os dois regimes. Outro modo seria tomar o termo médio daquilo que um e outro regime determinam. Por exemplo: enquanto nas democracias a participação nas assembleias não depende de qualquer estimativa do património (ou se depende, o nível exigido é muito pequeno), já nas oligarquias essa participação depende de um património elevado. Uma solução comum poderia passar por não se adoptar, nem uma, nem outra estimativa, mas em fixar um montante intermédio entre ambas. Um terceiro modo é uma combinação de disposições de ambos os regimes, umas extraídas da lei

δημοκρατικὸν μὲν εἶναι τὸ κληρωτὰς εἶναι τὰς ἀρχάς, τὸ
 δ' αἰρετὰς ὀλιγαρχικόν, καὶ δημοκρατικὸν μὲν τὸ μὴ ἀπὸ
 10 τιμήματος, ὀλιγαρχικὸν δὲ τὸ ἀπὸ τιμήματος· ἀριστοκρα-
 τικὸν τοίνυν καὶ πολιτικὸν τὸ ἐξ ἐκατέρως ἐκάτερον λαβεῖν,
 ἐκ μὲν τῆς ὀλιγαρχίας τὸ αἰρετὰς ποιεῖν τὰς ἀρχάς, ἐκ δὲ
 τῆς δημοκρατίας τὸ μὴ ἀπὸ τιμήματος. ὁ μὲν οὖν τρόπος τῆς
 μίξεως οὗτος· τοῦ δ' εὖ μεμεῖχθαι δημοκρατίαν καὶ ὀλιγαρχίαν
 15 ὅρος, ὅταν ἐνδέχεται λέγειν τὴν αὐτὴν πολιτείαν δημοκρα-
 τίαν καὶ ὀλιγαρχίαν. δῆλον γὰρ ὅτι τοῦτο πάσχουσιν οἱ λέ-
 γοντες διὰ τὸ μεμεῖχθαι καλῶς· πέπονθε δὲ τοῦτο καὶ τὸ
 μέσον, ἐμφαίνεται γὰρ ἐκάτερον ἐν αὐτῷ τῶν ἄκρων· ὅπερ
 συμβαίνει περὶ τὴν Λακεδαιμονίων πολιτείαν. πολλοὶ γὰρ
 20 ἐγχειροῦσι λέγειν ὡς δημοκρατίας οὐσης διὰ τὸ δημοκρατικὰ
 πολλὰ τὴν τάξιν ἔχειν, οἷον πρῶτον τὸ περὶ τὴν τροφήν τῶν
 παίδων (ὁμοίως γὰρ οἱ τῶν πλουσίων τρέφονται τοῖς τῶν
 πενήτων, καὶ παιδεύονται τὸν τρόπον τοῦτον ὃν ἂν δύναιτο
 καὶ τῶν πενήτων οἱ παῖδες), ὁμοίως δὲ καὶ ἐπὶ τῆς ἐχομέ-
 25 νης ἡλικίας, καὶ ὅταν ἄνδρες γένωνται, τὸν αὐτὸν τρόπον
 (οὐθὲν γὰρ διάδηλος ὁ πλούσιος καὶ ὁ πένης οὕτω) τὰ περὶ τὴν
 τροφήν ταῦτά πᾶσιν ἐν τοῖς συσσιτίοις, καὶ τὴν ἐσθῆτα οἱ
 πλούσιοι τοιαύτην οἶαν ἂν τις παρασκευάσαι δύναίτο καὶ
 τῶν πενήτων ὅτισσιν· ἐτι τὸ δύο τὰς μεγίστας ἀρχάς τὴν
 30 μὲν αἰρεῖσθαι τὸν δῆμον, τῆς δὲ μετέχειν (τοὺς μὲν γὰρ
 γέροντας αἰροῦνται, τῆς δ' ἐφορείας μετέχουσιν)· οἱ δ' ὀλιγαρ-
 χίαν διὰ τὸ πολλὰ ἔχειν ὀλιγαρχικά, οἷον τὸ πάσας αἰρε-
 τὰς εἶναι καὶ μηδεμίαν κληρωτὴν, καὶ ὀλίγους εἶναι κυρίου
 θανάτου καὶ φυγῆς, καὶ ἄλλα τοιαῦτα πολλά. δεῖ δ' ἐν
 35 τῇ πολιτείᾳ τῇ μεμειγμένῃ καλῶς ἀμφοτέρω δοκεῖν εἶναι

oligárquica, e outras da democrática. Refiro, por exemplo, o caso das magistraturas: o sorteio para a ocupação dos cargos públicos parece mais conforme ao espírito democrático, enquanto a eleição parece ser mais adequada ao espírito oligárquico. O mesmo pode ser dito em relação ao facto de não ser exigida qualquer estimativa patrimonial nas democracias, e à exigência desse requisito nas oligarquias. Assim, será próprio de uma aristocracia ou regime constitucional extrair um procedimento de cada um dos regimes considerados, a saber: tomar da oligarquia o acesso às magistraturas por eleição, e combiná-lo com a disposição democrática de não se exigir qualquer estimativa patrimonial para esse acesso. São estes, portanto, os diversos modos de mistura dos dois regimes.

A norma de uma boa mistura de democracia e de oligarquia seria a que possibilitasse chamar a um mesmo regime democracia e oligarquia. É evidente que aqueles que o chamam assim já pressupõem que os dois regimes estejam bem misturados. Nós, por nosso lado, pensamos o mesmo acerca do justo meio, mediante o qual é possível discernir cada um dos extremos em questão.

Tudo o que acabámos de referir acerca da mistura dos dois regimes, acontece precisamente com o regime político de Esparta. Uns tentam falar dele como se de uma democracia se tratasse. Assim, alegam que o regime espartano contém, na sua ordenação política, vários elementos democráticos. O exemplo começa logo no modo de educar as crianças: os filhos dos ricos recebem exactamente a mesma formação que os filhos dos pobres (com efeito recebem um género de educação à qual os filhos dos pobres também têm acesso). E o mesmo se passa no período de vida imediatamente a seguir e quando se tornam adultos: não existe qualquer distinção entre ricos e pobres. Por via disso mesmo é que também não existe nenhuma discriminação nas refeições comunitárias, e as vestes dos ricos são de tal forma que, caso o desejassem, os pobres também poderiam ter acesso a elas. O regime espartano é também considerado democrático, na medida em que, no que concerne às duas magistraturas supremas, é o povo quem elege umas, e acede às outras: elege o conselho de anciãos, e acede ao eforado. Outros ainda, consideram o regime de Esparta uma oligarquia, em virtude de a sua ordenação conter rasgos oligárquicos. Por exemplo: pelo facto de todas as magistraturas serem providas por eleição, e não por sorteio; pelo facto, também, de se encontrar apenas ao alcance de um número restrito de cidadãos o poder de decidir absolutamente sobre a pena de morte e o exílio; e por muitos outros procedimentos do mesmo género que poderíamos acrescentar. Um regime constitucional bem misturado deve, por seu turno, assemelhar-se a

καὶ μηδέτερον, καὶ σώζεσθαι δι' αὐτῆς καὶ μὴ ἔξωθεν, καὶ δι' αὐτῆς μὴ τῷ πλείους [ἔξωθεν] εἶναι τοὺς βουλομένους (εἴη γὰρ ἂν καὶ πονηρᾷ πολιτεία τοῦθ' ὑπάρχον) ἀλλὰ τῷ μὴδ' ἂν βούλεσθαι πολιτεῖαν ἑτέραν μὴτὲν τῶν τῆς πόλεως μορίων
 40 ὅλως. τίνα μὲν οὖν τρόπον δεῖ καθιστάναι πολιτεῖαν, ὁμοίως δὲ καὶ τὰς ὀνομαζομένας ἀριστοκρατίας, νῦν εἴρηται.
 1295a 10 Περὶ δὲ τυραννίδος ἦν ἡμῖν λοιπὸν εἰπεῖν, οὐχ ὥς ἐν-
 οὔσης πολυλογίας περὶ αὐτήν, ἀλλ' ὅπως λάβη τῆς μεθόδου
 τὸ μέρος, ἐπειδὴ καὶ ταύτην τίθεμεν τῶν πολιτειῶν τι μέ-
 5 ρος. περὶ μὲν οὖν βασιλείας διωρίσαμεν ἐν τοῖς πρώτοις λό-
 γοις, ἐν οἷς περὶ τῆς μάλιστα λεγομένης βασιλείας ἐποιοῦ-
 μεθα τὴν σκέψιν, πότερον ἀσύμφορος ἢ συμφέρει ταῖς πό-
 λεσιν, καὶ τίνα καὶ πόθεν δεῖ καθιστάναι, καὶ πῶς· τυραν-
 νίδος δ' εἶδη δύο μὲν διείλομεν ἐν οἷς περὶ βασιλείας ἐπ-
 εσκοποῦμεν, διὰ τὸ τὴν δύναμιν ἐπαλλάττειν πῶς αὐτῶν καὶ
 10 πρὸς τὴν βασιλείαν, διὰ τὸ κατὰ νόμον εἶναι ἀμφοτέρως
 ταύτας τὰς ἀρχάς (ἐν τε γὰρ τῶν βαρβάρων τισὶν αἰροῦν-
 ται αὐτοκράτορας μονάρχους, καὶ τὸ παλαιὸν ἐν τοῖς ἀρ-
 χαίοις Ἑλλήσιν ἐγίνοντο τινες μονάρχοι τὸν τρόπον τοῦτον,
 οὓς ἐκάλουν αἰσυμνήτας), ἔχουσι δὲ τινες πρὸς ἀλλήλας αὐταὶ
 15 διαφοράς, ἦσαν δὲ διὰ μὲν τὸ κατὰ νόμον βασιλικαὶ καὶ
 διὰ τὸ μοναρχεῖν ἐκόντων, τυραννικαὶ δὲ διὰ τὸ δεσποτικῶς
 ἄρχειν κατὰ τὴν αὐτῶν γνώμην· τρίτον δὲ εἶδος τυραννίδος,
 ἥπερ μάλιστ' εἶναι δοκεῖ τυραννίς, ἀντίστροφος οὖσα τῇ παμ-
 βασιλείᾳ. τοιαύτην δ' ἀναγκαῖον εἶναι τυραννίδα τὴν μοναρ-
 20 χίαν ἥτις ἀνυπεύθυνος ἄρχει τῶν ὁμοίων καὶ βελτιόνων
 πάντων πρὸς τὸ σφέτερον αὐτῆς συμφέρον, ἀλλὰ μὴ πρὸς
 τὸ τῶν ἀρχομένων. διόπερ ἀκούσιος· οὐθεὶς γὰρ ἐκὼν ὑπο-
 μένει τῶν ἐλευθέρων τὴν τοιαύτην ἀρχήν. τυραννίδος μὲν οὖν
 εἶδη ταῦτα καὶ τοσαῦτα διὰ τὰς εἰρημένους αἰτίας.

todos os regimes e, ao mesmo tempo, a nenhum. Deve por isso mesmo poder conservar-se por si próprio, e não em virtude de factores extrínsecos; deve conservar-se por si mesmo, não devido à vontade de uma maioria (com efeito, um regime mal constituído também poderia assim proceder), mas porque nenhuma das partes da cidade deseja, em absoluto, um outro regime.

Com isto fica referido de que modo se devem estabelecer não só o regime constitucional, mas também as chamadas aristocracias.

10. Análise crítica da tirania.

Resta-nos ainda fazer referência à tirania. Não que haja muito para dizer sobre ela, mas admitindo, como admitimos de facto, que ela faz parte dos regimes políticos, deve receber a sua parte na nossa investiga-
 1295a ção.

Já tivemos ocasião, desde o início, de definir o que seja a realeza. Nessa altura, ao tratar especificamente da realeza no sentido mais cor-
 5 rente do termo, vimos em que medida era ela favorável ou prejudicial às cidades (⁴⁹), e vimos qual a espécie, com que elementos, e de que modo, deve uma realeza ser estabelecida.

Quando examinámos a realeza, distinguimos duas espécies de tira-
 10 nia. A índole desta coincide em parte com a da realeza, na medida em que as magistraturas de ambas se estabeleceram de acordo com a lei (de facto, nas cidades de alguns povos bárbaros os monarcas são investidos, por eleição, de um poder absoluto; noutras cidades, como no caso de alguns povos gregos muito antigos, dava-se o nome de moderador ré-
 15 gio (⁵⁰) aos monarcas que chegavam ao poder de acordo com este procedi-
 mento). Mas apesar das diferenças destas duas espécies de monarquia, ambas são, de carácter régio, na medida em que o monarca governa de acordo com a lei e com o consentimento dos súbditos, e ambas são de carácter tirânico na medida em que o poder é exercido de modo despótico e arbitrário.

Uma terceira espécie de tirania é a que mais propriamente parece
 20 sê-lo, dado que corresponde à tirania concebida de modo absoluto. É a uma tirania deste género que corresponde necessariamente uma monar-
 quia cujo governante exerce, de forma inimputável, um poder absoluto sobre cidadãos que são semelhantes, ou mesmo superiores a ele, tendo apenas em vista o interesse pessoal e não as aspirações dos súbditos cuja vontade é contrariada; nenhum homem livre suporta de ânimo leve uma tal autoridade. Pelas razões indicadas, são estas as espécies de tirania e é este o seu número.

25 11 Τίς δ' ἀρίστη πολιτεία καὶ τίς ἀριστος βίος ταῖς πλεί-
 σταις πόλεσι καὶ τοῖς πλείστοις τῶν ἀνθρώπων, μήτε πρὸς
 ἀρετὴν συγκρίνουσι τὴν ὑπὲρ τοὺς ἰδιώτας, μήτε πρὸς παιδείαν
 ἢ φύσεως δεῖται καὶ χορηγίας τυχερᾶς, μήτε πρὸς πολι-
 30 τείαν τὴν κατ' εὐχὴν γινομένην, ἀλλὰ βίον τε τὸν τοῖς
 πλείστοις κοινωνῆσαι δυνατὸν καὶ πολιτείαν ἧς τὰς πλείστας
 πόλεις ἐνδέχεται μετασχεῖν; καὶ γὰρ ὅς καλοῦσιν ἀριστο-
 κρατίας, περὶ ὧν νῦν εἵπομεν, τὰ μὲν ἐξωτέρω πίπτουσι ταῖς
 πλείσταις τῶν πόλεων, τὰ δὲ γειννῶσι τῇ καλουμένῃ πολι-
 35 τείᾳ (διὸ περὶ ἀμφοῖν ὡς μιᾶς λεκτέον). ἡ δὲ δὴ κρίσις περὶ
 ἀπάντων τούτων ἐκ τῶν αὐτῶν στοιχείων ἐστίν. εἰ γὰρ καλῶς
 ἐν τοῖς Ἠθικοῖς εἴρηται τὸ τὸν εὐδαίμονα βίον εἶναι τὸν κατ'
 ἀρετὴν ἀνεμπόδιστον, μεσότητα δὲ τὴν ἀρετὴν, τὸν μέσον
 ἀναγκαῖον εἶναι βίον βέλτιστον, <τὸ> τῆς ἐκάστοις ἐνδεχομένης
 τυχεῖν μεσότητος· τοὺς δὲ αὐτοὺς τούτους ὅρους ἀναγκαῖον εἶναι
 40 καὶ πόλεως ἀρετῆς καὶ κακίας καὶ πολιτείας· ἡ γὰρ πολι-
 1295b τεία βίος τίς ἐστὶ πόλεως. ἐν ἀπάσαις δὴ ταῖς πόλεσιν ἐστὶ
 τρία μέρη τῆς πόλεως, οἱ μὲν εὐποροὶ σφόδρα, οἱ δὲ ἄποροι
 σφόδρα, οἱ δὲ τρίτοι οἱ μέσοι τούτων. ἐπεὶ τοίνυν ὁμολο-
 γεῖται τὸ μέτριον ἀριστον καὶ τὸ μέσον, φανερόν ὅτι καὶ τῶν
 5 εὐτυχημάτων ἡ κτῆσις ἡ μέση βελτίστη πάντων. ῥάστη γὰρ
 τῷ λόγῳ πειθαρχεῖν, ὑπέρκαλον δὲ ἡ ὑπερίσχυρον ἢ ὑπερευ-
 γενῇ ἢ ὑπερπλούσιον <ᾶντα>, ἡ τάναντία τούτοις, ὑπέρπτωχον ἢ

11. O papel moderador da classe média.

Qual será então o melhor regime e o melhor gênero de vida para 25
 a maioria das cidades e dos homens, se não quisermos tomar como critério
 uma virtude que esteja acima das possibilidades da gente comum, nem
 uma educação que exija aptidões e recursos ditados pela fortuna, nem um
 regime forjado à medida dos desejos de cada um, mas se quisermos ter
 em conta um gênero de vida que possa ser comunitariamente partilhado
 pela maioria dos homens, e um regime que possa ser adoptado pela maior 30
 parte das cidades? ⁽⁵¹⁾

Na verdade, os regimes que chamamos aristocráticos, e referimos
 atrás, ou bem que permanecem fora do alcance da maior parte das
 cidades, ou bem que se situam muito perto daqueles a que chamámos
 regimes constitucionais. Em virtude dessa proximidade devemos falar de
 ambos como se de um só se tratasse.

O juízo sobre estas questões funda-se nos mesmos princípios fun- 35
 damentais. Dado que na *Ética* dissemos, com razão, que a vida feliz é
 aquela que não é impedida de proceder de acordo com a virtude, e que
 a virtude reside no justo meio, forçoso é concluir que a melhor vida é
 aquela que consiste no justo meio ⁽⁵²⁾, isto é, o meio ao alcance da
 maioria. Esta mesma norma constitui o critério que permite aferir do
 carácter virtuoso ou perverso não só de uma cidade, como também de um 40
 regime, pois que um regime é, por assim dizer, a vida da cidade.

Em todas as cidades, existem três elementos: os muito ricos, os 1295b
 muito pobres, e a classe média. Por conseguinte, posto que concor-
 dámos que o moderado e o intermédio é o que há de melhor ⁽⁵³⁾, torna-
 se evidente que, em relação à posse dos bens, a riqueza mediana é
 a melhor de todas porque é a que mais facilmente obedece aos ditames
 da razão. Pelo contrário, a beleza excessiva, a força extrema, a 5
 linhagem inigualável, a riqueza desmedida, ou os respectivos opostos,
 tais como a pobreza excessiva, a debilidade extrema, e a ausência de
 honrarias, têm dificuldade em seguir a voz da razão ⁽⁵⁴⁾. Enquanto no
 primeiro caso surgem os ambiciosos desmedidos e os grandes malfei-
 tores ⁽⁵⁵⁾, no segundo caso, ocorrem os criminosos e os pequenos

10 υπερασθενῇ ἢ σφόδρα ἄτιμον, χαλεπὸν τῷ λόγῳ ἀκολου-
 θεῖν· γίνονται γὰρ οἱ μὲν ὑβρισταὶ καὶ μεγαλοπόνηροι
 μάλλον, οἱ δὲ κακοῦργοι καὶ μικροπόνηροι λίαν, τῶν δ' ἀδικη-
 μάτων τὰ μὲν γίγνεται δι' ὑβριν τὰ δὲ διὰ κακουργίαν.
 15 ἔτι δὲ ἤκισθ' οὗτοι φυγαρχοῦσι καὶ σπουδαρχιῶσι· ταῦτα δ'
 ἀμφοτέρω βλαβερὰ ταῖς πόλεσιν. πρὸς δὲ τούτοις οἱ μὲν ἐν
 ὑπεροχαῖς εὐτυχημάτων ὄντες, ἰσχύος καὶ πλούτου καὶ φί-
 λων καὶ τῶν ἄλλων τῶν τοιούτων, ἄρχεσθαι οὔτε βούλονται
 20 οὔτε ἐπίστανται (καὶ τοῦτ' εὐθὺς οἴκοθεν ὑπάρχει παισὶν οὔσιν·
 διὰ γὰρ τὴν τρυφήν οὐδ' ἐν τοῖς διδασκαλείοις ἄρχεσθαι σύν-
 ηθες αὐτοῖς), οἱ δὲ καθ' ὑπερβολὴν ἐν ἐνδείᾳ τούτων ταπει-
 νοὶ λίαν. ὥσθ' οἱ μὲν ἄρχειν οὐκ ἐπίστανται, ἀλλ' ἄρχεσθαι
 25 δουλικὴν ἀρχήν, οἱ δ' ἄρχεσθαι μὲν οὐδεμίαν ἀρχήν, ἄρχειν
 δὲ δεσποτικὴν ἀρχήν. γίνεται οὖν δούλων καὶ δεσποτῶν
 πόλεις, ἀλλ' οὐκ ἐλευθέρων, καὶ τῶν μὲν φθονούντων τῶν δὲ
 καταφρονούντων· ἃ πλεῖστον ἀπέχει φιλίας καὶ κοινωνίας
 30 πολιτικῆς· ἡ γὰρ κοινωνία φιλικόν· οὐδὲ γὰρ ὁδοῦ βούλονται
 κοινωνεῖν τοῖς ἐχθροῖς. βούλεται δέ γε ἡ πόλις ἐξ ἴσων εἶναι
 καὶ ὁμοίων ὅτι μάλιστα, τοῦτο δ' ὑπάρχει μάλιστα τοῖς μέ-
 σοις. ὥστ' ἀναγκαῖον ἄριστα πολιτεύεσθαι ταύτην τὴν πόλιν
 35 <ἡ> ἐστὶν ἐξ ὧν φαμεν φύσει τὴν σύστασιν εἶναι τῆς πόλεως. καὶ
 σφύζονται δ' ἐν ταῖς πόλεσιν οὗτοι μάλιστα τῶν πολιτῶν. οὔτε
 γὰρ αὐτοὶ τῶν ἄλλοτρίων, ὥσπερ οἱ πένητες, ἐπιθυμοῦσιν, οὔτε
 τῆς τούτων ἕτεροι, καθάπερ τῆς τῶν πλουσίων οἱ πένητες ἐπι-
 θυμοῦσιν· καὶ διὰ τὸ μήτ' ἐπιβουλεύεσθαι μήτ' ἐπιβουλεύειν
 ἀκινδύνως διάγουσιν. διὰ τοῦτο καλῶς ἠῤῥατο Φωκυλίδης
 40 'πολλὰ μέσοισιν ἄριστα· μέσος θέλω ἐν πόλει εἶναι.' δῆλον
 ἄρα ὅτι καὶ ἡ κοινωνία ἡ πολιτικὴ ἀρίστη ἡ διὰ τῶν μέσων,
 καὶ τὰς τοιαύτας ἐνδέχεται εὖ πολιτεύεσθαι πόλεις ἐν αἷς
 δὴ πολὺ τὸ μέσον καὶ κρεῖττον, μάλιστα μὲν ἀμφοῖν, εἰ

delinquentes; crimes e delitos resultam de soberba ou de maldade. Além
 do mais, sendo ambos os procedimentos nocivos para as cidades, as
 classes médias são precisamente as que menos almejam e disputam os
 cargos públicos.

Por outro lado, os que são copiosamente bafejados por dons que a
 fortuna lhes reservou, tais como força, riqueza, amigos, e outros dons
 dessa índole, não só não querem, como não sabem o que é obedecer; de
 facto tal procedimento advém-lhes já de casa, desde a infância, devido
 ao fausto com que então aí viveram, e nem sequer nas escolas adquirem
 o hábito de obedecer; já aqueles que vivem numa excessiva penúria
 encontram-se rebaixados. Assim sendo, se estes não sabem o que significa
 propriamente mandar, mas apenas comportar-se como escravos sujeitos à
 autoridade, aqueles, por seu turno, não sabem o que é obedecer, mas
 somente exercer domínio como senhores despóticos. É, pois, em virtude
 de uma situação assim que se forma uma cidade de servos e de senho-
 res⁽⁵⁶⁾, não uma cidade de homens livres, uma cidade em que uns têm
 inveja e outros revelam desprezo, sentimentos, de resto, muito distantes
 do que deve ser a amizade e a comunidade política, uma vez que a
 comunidade implica amizade⁽⁵⁷⁾; com efeito, os inimigos não querem
 partilhar entre si um só caminho que seja.

A cidade quer-se o mais possível composta de elementos semelhan-
 tes e iguais. Ora essa condição só se encontra precisamente na classe
 média. Segue-se, pois, que a cidade governada com base nestes elementos
 médios (que, em nosso entender, constituem por natureza uma cidade)
 será necessariamente a mais excelente de todas.

Além do mais, a classe média é a massa mais estável nas cidades:
 de facto não cobiça os bens alheios, tal como o fazem os mais
 desfavorecidos, nem as outras classes desejam aquilo que pertence à
 classe média, tal como os pobres desejam o que é dos ricos. É, pois, em
 virtude deste não cobiçar, nem ser alvo de cobiça, que a classe média
 vive sem sobressaltos. Por isso mesmo é que Focílides sentenciou com
 razão: *"muitas coisas são melhores para os que estão no meio; na
 cidade, desejo ser do meio"* (58).

Resulta, portanto, claro que a melhor comunidade política é a que
 provém das classes médias, além de que são bem governadas as cidades
 onde essa classe não só se apresenta mais numerosa, mas também, senão
 mais poderosa que as outras duas juntas, pelo menos mais poderosa
 que uma delas, dado que a sua mistura, além de servir de contrapeso

δὲ μή, θατέρου μέρους· προστιθέμενον γὰρ ποιεῖ ῥοπήν καὶ
 κωλύει γίνεσθαι τὰς ἐναντίας ὑπερβολάς. διόπερ εὐτυχία
 40 μέγιστη τοὺς πολιτευομένους οὐσίαν ἔχειν μέσσην καὶ ἱκανήν,
 1296a ὥς ὅπου οἱ μὲν πολλὰ σφόδρα κέκτληται οἱ δὲ μηθέν, ἡ δὲ
 ἡμεῖς ἔσχατος γίγνεται ἡ ὀλιγαρχία ἄκρατος, ἡ τυραννὶς δι'
 ἀμφοτέρων τὰς ὑπερβολάς· καὶ γὰρ ἐκ δημοκρατίας τῆς
 νεανικωτάτης καὶ ἐξ ὀλιγαρχίας γίγνεται τυραννὶς, ἐκ δὲ
 5 τῶν μέσων καὶ τῶν σύνεγγυς πολὺ ἦττον. τὴν δ' αἰτίαν
 ὕστερον ἐν τοῖς περὶ τὰς μεταβολὰς τῶν πολιτειῶν ἐροῦμεν.
 ὅτι δ' ἡ μέση βελτίστη, φανερόν· μόνη γὰρ ἀστασίαστος·
 ὅπου γὰρ πολὺ τὸ διὰ μέσου, ἥκιστα στάσεις καὶ διαστάσεις
 γίνονται τῶν πολιτῶν. καὶ αἱ μεγάλαι πόλεις ἀστασια-
 10 στότεραι διὰ τὴν αὐτὴν αἰτίαν, ὅτι πολὺ τὸ μέσον· ἐν δὲ
 ταῖς μικραῖς ῥάδιόν τε διαλαβεῖν εἰς δύο πάντας, ὥστε μη-
 θέν καταλιπεῖν μέσον, καὶ πάντες σχεδὸν ἄποροι ἢ εὐποροί
 εἰσι. καὶ αἱ δημοκρατίαι δὲ ἀσφαλέστεραι τῶν ὀλιγαρχιῶν
 εἰσι καὶ πολυχρονιώτεραι διὰ τοὺς μέσους (πλείους τε γὰρ
 15 εἰσι καὶ μᾶλλον μετέχουσι τῶν τιμῶν ἐν ταῖς δημοκρατίαις
 ἢ ταῖς ὀλιγαρχίαις), ἐπεὶ ὅταν ἀνευ τούτων τῶ πλῆθει ὑπερ-
 τείνωσιν οἱ ἄποροι, κακοπραγία γίνεται καὶ ἀπόλλυνται
 ταχέως. σημεῖον δὲ δεῖ νομίζειν καὶ τὸ τοὺς βελτίστους νομο-
 θέτας εἶναι τῶν μέσων πολιτῶν. Σόλων τε γὰρ ἦν τούτων
 20 (δηλοῖ δ' ἐκ τῆς ποιήσεως) καὶ Λυκοῦργος (οὗ γὰρ ἦν βασι-
 λεύς) καὶ Χαρώνδας καὶ σχεδὸν οἱ πλείστοι τῶν ἄλλων.
 φανερόν δ' ἐκ τούτων καὶ διότι αἱ πλείστοι πολιτεῖαι αἱ μὲν
 δημοκρατικαὶ εἰσιν αἱ δ' ὀλιγαρχικαί. διὰ γὰρ τὸ ἐν ταύ-
 ταις πολλάκις ὀλίγον εἶναι τὸ μέσον, αἰεὶ ὀπότεροι ἂν ὑπερ-
 25 ἔχωσιν, εἴθ' οἱ τὰς οὐσίας ἔχοντες εἴθ' ὁ δῆμος, οἱ τὸ μέσον.

às outras forças políticas, impede o aparecimento de extremos antagó-
 nicos.

É, pois, muito vantajoso que os titulares de cargos públicos possuam 40
 uma riqueza mediana e suficiente; as cidades em que uns possuem em
 demasia e outros nada possuem, propiciam o estabelecimento de uma 1296a
 democracia extrema, ou de uma oligarquia pura, ou mesmo de uma
 tirania, nos casos em que quer uma, quer outra, se excedam. Assim, se
 é verdade que uma tirania nasce da democracia mais radical ou da
 oligarquia, também é verdade que tem muito menos possibilidades de se
 impor entre as classes médias, ou em classes muito afins. 5

A razão disso será referida a seguir, quando for abordada a questão
 das revoluções políticas⁽⁵⁹⁾. Que o regime fundado nas classes médias
 é o melhor, torna-se por demais evidente pelo facto de ser o único regime
 isento de sublevações. Na verdade, nas cidades em que a classe média
 é muito numerosa, as revoluções e os levantamentos populares são muito
 mais raros⁽⁶⁰⁾. Isso explica, de resto, por que razão as grandes cidades 10
 são menos susceptíveis de sedições: nelas, a classe média é muito mais
 numerosa. Nas cidades pequenas, pelo contrário, é mais fácil encontrar
 os cidadãos dispersos por duas facções, sem que alguém permaneça no
 meio de ambas: nelas, quase todos os cidadãos são, ou ricos, ou pobres.

As democracias são mais estáveis e duradouras do que as oligar-
 quias, também por influência da classe média. Na verdade, a classe média 15
 não só se apresenta mais numerosa como detém mais honrarias nas
 democracias do que nas oligarquias. Quando a classe média não existe
 e os pobres se tornam muito numerosos, os afazeres correm mal e o
 regime dissolve-se rapidamente.

Além do mais, há que ter em devida conta uma prova que abona
 em favor disso mesmo: o facto de os melhores legisladores serem
 provenientes das classes médias. Sólon, com efeito, é oriundo dessa classe
 (assim o revela a sua poesia)⁽⁶¹⁾, tal como Licurgo (que não era propri-
 amente um rei) e Carondas, e muitos outros legisladores como eles. 20

Resulta, pois, evidente por que razão os regimes, na sua grande
 maioria, ou são democráticos, ou oligárquicos⁽⁶²⁾. Como a classe média,
 na maior parte das vezes, não passa de um grupo muito reduzido, quando
 predomina um desses dois extremos, seja os que possuem bens, seja a
 massa popular, então desprezam a classe média e apropriam-se sozinhos 25
 do poder, originando uma democracia ou uma oligarquia.

ἐκβαίνοντες καθ' αὐτοὺς ἄγουσι τὴν πολιτείαν, ὥστε ἡ δῆμος
 γίγνεται ἡ ὀλιγαρχία. πρὸς δὲ τούτοις διὰ τὸ στάσεις γίνε-
 σθαι καὶ μάχας πρὸς ἀλλήλους τῷ δήμῳ καὶ τοῖς εὐπόροις,
 ὁποτέροις ἂν μᾶλλον συμβῇ κρατῆσαι τῶν ἐναντίων, οὐ καθ-
 30 ιστᾷσι κοινὴν πολιτείαν οὐδ' ἴσην, ἀλλὰ τῆς νίκης ἄθλον τὴν
 ὑπεροχὴν τῆς πολιτείας λαμβάνουσιν, καὶ οἱ μὲν δημοκρα-
 τίαν οἱ δ' ὀλιγαρχίαν ποιοῦσιν. ἔτι δὲ καὶ τῶν ἐν ἡγεμονίᾳ
 γενομένων τῆς Ἑλλάδος πρὸς τὴν παρ' αὐτοῖς ἑκάτεροι πολι-
 35 τείαν ἀποβλέποντες οἱ μὲν δημοκρατίας ἐν ταῖς πόλεσι
 καθίστασαν οἱ δ' ὀλιγαρχίας, οὐ πρὸς τὸ τῶν πόλεων συμ-
 φέρον σκοποῦντες ἀλλὰ πρὸς τὸ σφέτερον αὐτῶν, ὥστε διὰ
 ταύτας τὰς αἰτίας ἡ μηδέποτε τὴν μέσσην γίνεσθαι πολι-
 τείαν ἡ ὀλιγάκις καὶ παρ' ὀλίγοις· εἰς γὰρ ἀνὴρ συνεπί-
 σθη μόνος τῶν πρότερον ἐφ' ἡγεμονίᾳ γενομένων ταύτην
 40 ἀποδοῦναι τὴν τάξιν, ἥδη δὲ καὶ τοῖς ἐν ταῖς πόλεσιν ἔθος
 1296b καθέστηκε μηδὲ βούλεσθαι τὸ ἴσον, ἀλλ' ἡ ἀρχεῖν ζητεῖν ἡ
 κρατουμένους ὑπομένειν. τίς μὲν οὖν ἀρίστη πολιτεία, καὶ διὰ
 τίν' αἰτίαν, ἐκ τούτων φανερόν· τῶν δ' ἄλλων πολιτειῶν,
 ἔπειδὴ πλείους δημοκρατίας καὶ πλείους ὀλιγαρχίας φάμεν
 5 εἶναι, ποίαν πρῶτην θετέον καὶ δευτέραν καὶ τοῦτον δὴ τὸν
 τρόπον ἐχομένην τῷ τὴν μὲν εἶναι βελτίω τὴν δὲ χείρω,
 διωρισμένης τῆς ἀρίστης οὐ χαλεπὸν ἰδεῖν. ἀεὶ γὰρ ἀναγκαῖον
 εἶναι βελτίω τὴν ἐγγύτατα ταύτης, χείρω δὲ τὴν ἀφεστη-
 10 κυῖαν τοῦ μέσου πλείον, ἂν μὴ πρὸς ὑπόθεσιν κρίνη τις. λέγω
 δὲ τὸ πρὸς ὑπόθεσιν, ὅτι πολλάκις, οὔσης ἄλλης πολιτείας
 αἰρετωτέρας, ἐνίοις οὐδὲν κωλύει συμφέρειν ἑτέραν μᾶλλον
 εἶναι πολιτείαν.

12 Τίς δὲ πολιτεία τίσι καὶ ποία συμφέρει ποίοις, ἐχό-
 μενόν ἐστι τῶν εἰρημένων διελθεῖν. ληπτέον δὴ πρῶτον περὶ
 15 πασῶν καθόλου ταυτὸν· δεῖ γὰρ κρεῖττον εἶναι τὸ βουλούμενον

Por outro lado, geram-se atritos e rivalidades entre a massa popular e os ricos. Ora, sempre que uma destas facções domina a contrária, a verdade é que não se preocupa em impor um regime comum ou igual para todos os cidadãos, mas sim em assegurar a sua própria supremacia, como prémio da vitória. Eis uma das razões predominantes que levam a instituir 30 as democracias e as oligarquias. Além do mais, as cidades que detiveram a hegemonia na Grécia, consideraram o seu próprio regime como exem- plar, tendo estabelecido regimes democráticos e oligárquicos, atendendo apenas aos seus próprios interesses políticos e não às necessidades das cidades dominadas. Tais razões explicam porque nunca existiu um regime 35 identificado com a classe média, ou, se existiu, não só foi raro o seu aparecimento, como raras foram as cidades em que foi instituído.

De entre os homens que em tempos idos detinham autoridade, apenas um permitiu o estabelecimento de tal regime ⁽⁶³⁾. Nos dias que correm, 40 porém, prevalece o hábito de já não se desejar a igualdade, mas apenas 1296b uma destas soluções: ou procurar dominar, ou então, quando dominado, submeter-se à autoridade.

Do que foi referido resulta claro qual é o melhor regime, e as razões de o ser. No tocante aos demais regimes (posto que referimos existirem vários tipos de democracia e de oligarquia), uma vez estabelecida a melhor forma, não há qualquer dificuldade em ver qual deve ser colocado em primeiro e em segundo lugar, e assim sucessivamente, de acordo com 5 a respectiva superioridade e inferioridade. Com efeito, será necessariamente melhor o regime que mais se aproximar da melhor forma, e pior o regime que mais longe se encontre do regime intermédio, a não ser que o apreciemos sob certas circunstâncias. Digo "sob certas circunstâncias", porque, de facto, ainda que fosse preferível um outro regime, sucede 10 frequentemente que nada impede certo regime de ser mais adequado para um certo tipo de cidadãos.

12. O regime adequado a cada sociedade

Que regime é preferível para cada cidade e que regime é preferível para cada tipo de indivíduos, é o que temos que considerar, no seguimento do exposto. Desde já, há que estabelecer um princípio geral, comum a 15

μέρος τῆς πόλεως τοῦ μὴ βουλομένου μένειν τὴν πολιτείαν. ἔστι δὲ πᾶσα πόλις ἐκ τε τοῦ ποιοῦ καὶ ποσοῦ. λέγω δὲ ποῖον μὲν ἐλευθερίαν πλοῦτον παιδείαν εὐγένειαν, ποσὸν δὲ τὴν τοῦ πλήθους ὑπεροχὴν. ἐνδέχεται δὲ τὸ μὲν ποῖον
 20 ὑπάρχειν ἑτέρῳ μέρει τῆς πόλεως, ἐξ ὧν συνέστηκε μερῶν ἢ πόλις, ἄλλῳ δὲ μέρει τὸ ποσόν, οἷον πλείους τὸν ἀριθμὸν εἶναι τῶν γενναίων τοὺς ἀγεννεῖς ἢ τῶν πλουσίων τοὺς ἀπόρους, μὴ μέντοι τοσοῦτον ὑπερέχειν τῷ ποσῷ ὅσον λείπεται τῷ ποιῷ. διὸ ταῦτα πρὸς ἀλλήλα συγκριτέον. ὅπου
 25 μὲν οὖν ὑπερέχει τὸ τῶν ἀπόρων πλήθος τὴν εἰρημένην ἀναλογίαν, ἐνταῦθα πέφυκεν εἶναι δημοκρατίαν, καὶ ἕκαστον εἶδος δημοκρατίας κατὰ τὴν ὑπεροχὴν τοῦ δήμου. ἕκαστον, οἷον ἐὰν μὲν τὸ τῶν γεωργῶν ὑπερτείνῃ πλήθος, τὴν πρώτην δημοκρατίαν, ἐὰν δὲ τὸ τῶν βαναύσων καὶ μισθαρινούτων, τὴν τελευταίαν, ὁμοίως δὲ καὶ τὰς ἄλλας τὰς
 30 μεταξὺ τούτων. ὅπου δὲ τὸ τῶν εὐπόρων καὶ γνώριμων μᾶλλον ὑπερτείνει τῷ ποιῷ ἢ λείπεται τῷ ποσῷ, ἐνταῦθα ὀλιγαρχίαν, καὶ τῆς ὀλιγαρχίας τὸν αὐτὸν τρόπον ἕκαστον εἶδος κατὰ τὴν ὑπεροχὴν τοῦ ὀλιγαρχικοῦ πλήθους. δεῖ δ'
 35 ἀεὶ τὸν νομοθέτην ἐν τῇ πολιτείᾳ προσλαμβάνειν τοὺς μέσους. ἂν τε γὰρ ὀλιγαρχικοὺς τοὺς νόμους τιθῇ, στοχάζεσθαι χρὴ τῶν μέσων, ἐὰν τε δημοκρατικούς, προσάγεσθαι τοῖς νόμοις τούτους. ὅπου δὲ τὸ τῶν μέσων ὑπερτείνει πλήθος ἢ συναμφοτέρων τῶν ἄκρων ἢ καὶ θατέρου μόνον, ἐνταῦθα ἐν
 40 δέχεται πολιτείαν εἶναι μόνιμον. οὐθὲν γὰρ φοβερὸν μὴ 1297a ποτε συμφωνήσωσιν οἱ πλούσιοι τοῖς πένησιν ἐπὶ τούτους. οὐδέποτε γὰρ ἄτεροι βουλήσονται δουλεύειν τοῖς ἑτέροις, κοινοτέραν δ', ἂν ζητῶσιν, οὐδεμίαν εὕρησουσιν ἄλλην ταύτης. ἐν μέρει γὰρ ἄρχειν οὐκ ἂν ὑπομείνειαν διὰ τὴν ἀπιστίαν
 5 τὴν πρὸς ἀλλήλους. πανταχοῦ δὲ πιστότατος ὁ δικοιτητής,

todos os regimes: a parte da cidade que deseja um certo regime deve necessariamente ser mais forte do que a que não o deseja. Ora toda a cidade ordena-se de acordo com critérios qualitativos e quantitativos. Por qualidade entendo a liberdade, a riqueza, a educação, uma boa ascendência; por quantidade, a superioridade numérica de indivíduos. É, por conseguinte, muito plausível que a quantidade prevaleça mais numa das partes da cidade, e a qualidade na outra. Nesse sentido, os que não têm privilégios podem ser, por exemplo, mais numerosos do que os bem nascidos, ou os pobres mais numerosos do que os ricos, e contudo, não serem tão superiores no número quanto inferiores em qualidade; assim, temos que associar estes dois critérios ⁽⁶⁴⁾.

Onde os pobres apresentam uma clara superioridade numérica de acordo com a proporção referida, é natural que nos deparemos com uma democracia, sendo que formas particulares de democracia correspondem à predominância de cada uma das facções populares. Surge a primeira forma de democracia com o predomínio da massa dos agricultores, a última com a massa dos artesãos e assalariados, e o mesmo se passa em relação às restantes formas intermédias.

Pelo contrário, onde a superioridade qualitativa dos ricos é notável se sobrepõe à sua inferioridade numérica, é mais provável que encontremos uma oligarquia e, de modo semelhante, formas particulares de oligarquia consoante o predomínio de cada facção oligárquica.

O legislador terá, pois, de contemplar nas constituições o papel das facções intermédias. Se promulgar leis de teor oligárquico, deve ter sempre em mira as classes médias. Se as suas leis forem democráticas, deve procurar integrar as classes médias no regime através dessas leis.

Onde quer que as massas intermédias sejam superiores em número aos dois extremos juntos, ou pelo menos superior a um deles, poderemos estabelecer um regime duradouro; ninguém teme que os ricos se aliem aos pobres para atacar o regime, sabendo como é sabido que jamais qualquer destas facções aceitaria colocar-se em posição subalterna à outra; de facto, se ambas procurassem um regime comum, não encontrariam outro que não fosse o regime intermédio, posto que, em virtude da desconfiança mútua que as anima, nunca se sujeitariam a governar alternadamente.

É árbitro aquele que em toda a parte mais goza da nossa confiança; ora, o árbitro aqui é a classe média ⁽⁶⁵⁾. Quanto mais bem misturadas estiverem as partes de um regime, mais duradouro ele será. Muitos,

20

25

30

35

40

1297a

5

δαιτιτητής δ' ὁ μέσος. ὅσῳ δ' ἂν ἄμεινον ἡ πολιτεία μει-
χθῇ, τοσοῦτῳ μονιμωτέρα. διαμαρτάνουσι δὲ πολλοὶ καὶ
τῶν τὰς ἀριστοκρατικὰς βουλομένων ποιεῖν πολιτείας, οὐ
μόνον ἐν τῷ πλεῖον νέμειν τοῖς εὐπόροις, ἀλλὰ καὶ ἐν τῷ
10 παρακρούεσθαι τὸν δῆμον. ἀνάγκη γάρ χρόνῳ ποτὲ ἐκ τῶν
ψευδῶν ἀγαθῶν ἀληθὲς συμβῆναι κακόν· αἱ γάρ πλεονε-
ξίαι τῶν πλουσίων ἀπολλύουσι μᾶλλον τὴν πολιτείαν ἢ αἱ
τοῦ δήμου.

13 Ἔστι δ' ὅσα προφάσεως χάριν ἐν ταῖς πολιτείαις σοφί-
ζονται πρὸς τὸν δῆμον πέντε τὸν ἀριθμόν, περὶ ἐκκλη-
σίαν, περὶ τὰς ἀρχάς, περὶ δικαστήρια, περὶ ὅπλισιν, περὶ
γυμνασίαν· περὶ ἐκκλησίαν μὲν τὸ ἐξεῖναι ἐκκλησιάζειν πᾶσι,
ζημίαν δὲ ἐπικεῖσθαι τοῖς εὐπόροις ἐὰν μὴ ἐκκλησι-
άζωσιν, ἢ μόνοις ἢ μείζῳ πολλῷ, περὶ δὲ τὰς ἀρχάς
20 τὸ τοῖς μὲν ἔχουσι τίμημα μὴ ἐξεῖναι ἐξόμνυσθαι, τοῖς δ'
ἀπόροις ἐξεῖναι, καὶ περὶ τὰ δικαστήρια τοῖς μὲν εὐπόροις
εἶναι ζημίαν ἂν μὴ δικάζωσι, τοῖς δ' ἀπόροις ἄδειαν, ἢ
τοῖς μὲν μεγάλην τοῖς δὲ μικράν, ὥσπερ ἐν τοῖς Χαρῶν-
δου νόμοις. ἐνιαχοῦ δ' ἔξεστι μὲν πᾶσιν ἀπογραφάμενοις
25 ἐκκλησιάζειν καὶ δικάζειν, ἐὰν δὲ ἀπογραφάμενοι μὴτ'
ἐκκλησιάζωσι μήτε δικάζωσιν, ἐπικεῖνται μεγάλοι ζημίαι
τούτοις, ἵνα διὰ μὲν τὴν ζημίαν φεύγωσι τὸ ἀπογράφεσθαι,
διὰ δὲ τὸ μὴ ἀπογράφεσθαι μὴ δικάζωσι μηδ' ἐκκλησιάζ-
ωσιν. τὸν αὐτὸν δὲ τρόπον καὶ περὶ τοῦ ὅπλα κεκτηῖσθαι
30 καὶ τοῦ γυμνάζεσθαι νομοθετοῦσιν. τοῖς μὲν γάρ ἀπόροις
ἔξεστι μὴ κεκτηῖσθαι, τοῖς δ' εὐπόροις ἐπιζήμιον μὴ κεκτη-
μένοις, κἂν μὴ γυμνάζωνται, τοῖς μὲν οὐδεμία ζημία, τοῖς
δ' εὐπόροις ἐπιζήμιον, ὅπως οἱ μὲν διὰ τὴν ζημίαν μετ-

incluindo até aqueles que pretendem estabelecer regimes aristocráticos,
cometem o erro de não só favorecerem os ricos, como de ludibriarem as
expectativas do povo. Todavia, o certo é que acaba por chegar a hora em
que dos falsos bens nasce inevitavelmente um verdadeiro mal, pois os
excessos cometidos pelos ricos constituem um factor mais dissolvente dos
regimes do que os cometidos pela massa popular.

13. Artifícios para preservar os diversos tipos de regime.

São em número de cinco os artifícios ⁽⁶⁶⁾ utilizados nos diferentes
regimes para enganar o povo, e ocorrem na assembleia, na magistratura,
no tribunal, no porte de armas e no ginásio.

O artifício relativo à assembleia baseia-se no facto de todos terem
acesso às reuniões deliberativas, e de se aplicar uma sanção pecuniária
aos ricos que têm faltas, quer esta sanção seja exclusiva contra eles, quer
os castigue mais duramente que aos outros.

O artifício relativo às magistraturas baseia-se em que quem possui
o montante de riqueza estipulado não pode demitir-se do cargo que ocupa,
embora os pobres o possam fazer.

O artifício relativo aos tribunais baseia-se em aplicar uma multa no
caso de os ricos se recusarem a dirimir um contencioso, isentando os
pobres no caso de declinarem essa função (ou então, aplica-se uma multa
mais elevada aos primeiros, e uma mais pequena aos segundos, como se
encontra consagrado na legislação de Carondas).

Em determinados lugares, está aberta a todos os cidadãos inscri-
tos ⁽⁶⁷⁾, a possibilidade de participarem nas assembleias e de exercerem
a justiça. Todavia, se recusarem desempenhar essas duas funções, no caso
de se encontrarem já inscritos, aplica-se-lhes uma multa suficientemente
elevada, com a finalidade de impedir que os restantes cidadãos se
inscrevam, receosos de pagar a multa em caso de falha, ou, inscrevendo-
se, não participem da assembleia, nem exerçam a justiça.

O mesmo modo de legislar é, de resto, adoptado, não só no tocante
ao porte de armas, como no acesso ao ginásio. Enquanto os pobres podem
não possuir armas, já os ricos incorrem em multa se as não possuírem;
por outro lado, os pobres não são punidos no caso de não frequentarem o
ginásio, ao passo que os ricos são punidos com uma multa avultada, por

35 μέν οὖν ὀλιγαρχικὰ σοφίσματα τῆς νομοθεσίας· ἐν δὲ ταῖς
 δημοκρατίαις πρὸς ταύτ' ἀντισοφίζονται. τοῖς μὲν γὰρ
 ἀπόροις μισθὸν πορίζουσι ἐκκλησιάζουσι καὶ δικάζουσιν, τοῖς
 δ' εὐπόροις οὐδεμίαν ἀτάττουσι ζημίαν. ὥστε φανερόν ὅτι εἴ
 40 τις βούλεται μινύναι δικαίως, δεῖ τὰ παρ' ἑκατέρους συν-
 ἄγειν καὶ τοῖς μὲν μισθὸν πορίζειν τοῖς δὲ ζημίαν· οὕτω
 γὰρ ἂν κοινωνοῖεν ἅπαντες, ἐκείνως δ' ἡ πολιτεία γίγνεται
 1297b τῶν ἑτέρων μόνον. δεῖ δὲ τὴν πολιτείαν εἶναι μὲν ἐκ τῶν
 τὰ ὅπλα ἔχόντων μόνον· τοῦ δὲ τιμήματος τὸ πλῆθος ἀπλῶς
 μὲν ὀρισμένους οὐκ ἔστιν εἰπεῖν τοσοῦτον <δεῖν> ὑπάρχειν,
 ἀλλὰ σκεψαμένους τὸ πόσον ἐπιβάλλει μακρότατον ὥστε
 5 τοὺς μετέχοντας τῆς πολιτείας εἶναι πλείους τῶν μὴ με-
 τέχοντων, τοῦτο ἀτάττειν. ἐθέλουσι γὰρ οἱ πένητες καὶ μὴ με-
 τέχοντες τῶν τιμῶν ἡσυχίαν ἔχειν, ἐὰν μήτε ὑβρίζη τις
 αὐτοὺς μήτε ἀφαιρῇται μηθὲν τῆς οὐσίας. ἀλλὰ τοῦτο οὐ
 ῥάδιον· οὐ γὰρ ἀεὶ συμβαίνει χαρίεντας εἶναι τοὺς μετέχον-
 10 τας τοῦ πολιτεύματος. καὶ εἰώθασι δέ, ὅταν πόλεμος ᾖ,
 ὁκνεῖν, ἂν μὴ λαμβάνωσι τροφήν, ἄποροι δὲ ᾧσιν· ἐὰν
 δὲ πορίζη τις τροφήν, βούλονται πολεμεῖν. ἔστι δὲ ἡ
 πολιτεία παρ' ἐνίοις οὐ μόνον ἐκ τῶν ὀπλιτευόντων ἀλλὰ
 καὶ ἐκ τῶν ὀπλιτευκόντων· ἐν Μαλιεῦσι δὲ ἡ μὲν πολι-
 15 τεία ᾗν ἐκ τούτων, τὰς δὲ ἀρχὰς ἡρῶντο ἐκ τῶν στρατεuo-
 μένων. καὶ ἡ πρώτη δὲ πολιτεία ἐν τοῖς Ἑλλήσιν ἐγένετο
 μετὰ τὰς βασιλείας ἐκ τῶν πολεμούντων, ἡ μὲν ἐξ ἀρχῆς
 ἐκ τῶν ἱππέων (τὴν γὰρ ἰσχὺν καὶ τὴν ὑπεροχὴν ἐν τοῖς
 20 ἱππεῦσιν ὁ πόλεμος εἶχεν· ἀνευ μὲν γὰρ συντάξεως ἄχρη-
 στον τὸ ὀπλιτικόν, αἱ δὲ περὶ τῶν τοιούτων ἐμπειρίαι καὶ
 τάξεις ἐν τοῖς ἀρχαίοις οὐχ ὑπῆρχον, ὥστ' ἐν τοῖς ἱππεῦσιν
 εἶναι τὴν ἰσχύν), ἀβξανομένων δὲ τῶν πόλεων καὶ τῶν ἐν

forma a que, por causa da multa, tenham forçosamente de o frequentar,
 ao contrário dos pobres, aos quais a sanção não inspira qualquer receio.
 São estes, portanto, os artifícios da legislação oligárquica.

A estes artifícios opõem-se os artifícios das democracias. Por exem-
 plo: os pobres recebem uma remuneração por participarem nas assembleias
 e exercerem a justiça, e os ricos não incorrem em nenhuma sanção
 pecuniária caso não participarem. Torna-se, pois, evidente que se dese-
 jamos uma justa mistura, é forçoso que combinemos os procedimentos de
 ambos os regimes, por forma a que uns executem o pagamento, e outros
 40 incorram em multa. Só assim é que todos participarão do governo da
 cidade, ao passo que de outro modo o governo estará apenas na posse
 de uma das facções.

O corpo de cidadãos deve ser constituído apenas pelos que possuem
 1297b armas. No que respeita ao montante tributável, afigura-se muito difícil
 estipulá-lo de um modo absoluto, de modo a estabelecer quanto um
 cidadão tem que possuir. Teremos, sim, de estabelecer um montante
 máximo susceptível de garantir que o número dos que participam do corpo
 de cidadãos seja superior aos que não participam e impor esse máximo.
 5 Mesmo sem participar das honrarias, os pobres desejarão que os deixem
 tranquilos, excepto se os afrontarem de algum modo, ou se os espoliarem
 de algum dos seus bens. Todavia, não é fácil atingir este objectivo. Os
 detentores de cargos públicos nem sempre são suficientemente perspi-
 cazes. De facto, em tempo de guerra, o povo costuma inibir-se com
 10 receio, se não possui o essencial para viver e se está privado de
 recursos. Todavia, se a sua subsistência for assegurada, anseia por
 combater.

Em determinados lugares, o estatuto de cidadania não é apenas privi-
 légio dos militares activos, mas também dos que já foram militares. Na
 Malea⁽⁶⁸⁾, ambos os grupos pertenciam por direito ao corpo político, mas
 15 os magistrados eram eleitos só entre os cidadãos do exército no activo.

A primeira comunidade política na Grécia, logo após o tempo das
 realezas, surgiu da classe guerreira, mais originariamente ainda dos
 cavaleiros (a força e a supremacia na guerra dependiam das forças eques-
 tres; como a infantaria pesada é ineficaz sem um plano estrategica-
 mente articulado⁽⁶⁹⁾, e como os antigos não tinham nem experiência
 20

τοῖς ὅπλοις ἰσχυσάντων μᾶλλον πλείους μετεῖχον τῆς πολι-
 25 τείας· διόπερ ἃς νῦν καλοῦμεν πολιτείας, οἱ πρότερον ἐκά-
 λουν δημοκρατίας· ἦσαν δὲ αἱ ἀρχαῖαι πολιτεῖαι εὐλόγως
 ὀλιγαρχικαὶ καὶ βασιλικαί. δι' ὀλιγανθρωπίαν γὰρ οὐκ
 εἶχον πολὺ τὸ μέσον, ὥστ' ὀλίγοι τε ὄντες τὸ πλῆθος καὶ
 κατὰ τὴν σύνταξιν φαῦλοι ὑπέμενον τὸ ἄρχεσθαι. διὰ τί
 30 παρὰ τὰς λεγομένας ἕτεραι (δημοκρατία τε γὰρ οὐ μία
 τὸν ἀριθμὸν ἐστὶ, καὶ τῶν ἄλλων ὁμοίως), ἔτι δὲ τίνες αἱ
 διαφοραὶ καὶ διὰ τίνα αἰτίαν συμβαίνει, πρὸς δὲ τούτοις
 τίς ἀρίστη τῶν πολιτειῶν ὥς ἐπὶ τὸ πλεῖστον εἰπεῖν, καὶ
 τῶν ἄλλων ποία ποίοις ἀρμόττει τῶν πολιτειῶν, εἴρηται.
 35 Πάλιν δὲ καὶ κοινῇ καὶ χωρὶς περὶ ἐκάστης λέγωμεν
 περὶ τῶν ἐφεξῆς, λαβόντες ἀρχὴν τὴν προσήκουσαν αὐτῶν.
 ἔστι δὴ τρία μέρη τῶν πολιτειῶν πασῶν, περὶ ὧν δεῖ θε-
 ωρεῖν τὸν σπουδαῖον νομοθέτην ἐκάστη τὸ συμφέρον· ὧν ἐχόν-
 των καλῶς ἀνάγκη τὴν πολιτείαν ἔχειν καλῶς, καὶ τὰς
 40 πολιτείας ἀλλήλων διαφέρειν ἐν τῷ διαφέρειν ἕκαστον τού-
 των. ἔστι δὲ τῶν τριῶν τούτων ἐν μὲν τί τὸ βουλευόμενον
 1298a περὶ τῶν κοινῶν, δεῦτερον δὲ τὸ περὶ τὰς ἀρχάς (τοῦτο δ' ἐστὶ
 τίνας δεῖ καὶ τίνων εἶναι κυρίας, καὶ ποίαν τινὰ δεῖ γίνε-
 σθαι τὴν αἵρεσιν αὐτῶν), τρίτον δὲ τί τὸ δικάζον. κύριον
 δ' ἐστὶ τὸ βουλευόμενον περὶ πολέμου καὶ εἰρήνης, καὶ συμμαχίας
 5 καὶ διαλύσεως, καὶ περὶ νόμων, καὶ περὶ θανάτου καὶ φυγῆς καὶ
 δήμευσεως, καὶ περὶ ἀρχῶν αἵρεσεως καὶ τῶν εὐθυνῶν. ἀναγ-

nem táctica militares, a força bélica de uma cidade residia na cava-
 laria).

Todavia, o crescimento das cidades, somado à crescente força da
 infantaria, traduziu-se num aumento considerável do número de detentores
 de cidadania. Por isso mesmo é que os antigos chamavam democracias
 aos regimes a que hoje damos o nome de regimes constitucionais.

As antigas organizações políticas assumiam, a bem dizer, um cunho
 fortemente oligárquico e régio, uma vez que não existia uma classe média
 numerosa, devido ao reduzido número de habitantes. Ora sendo o número
 de habitantes já de si escasso e a ordenação política muito rudimentar,
 o exercício da autoridade tornava-se, nessas condições, mais tolerável.

Com isto fica registado, por um lado, a que causas se deve a grande
 diversidade de regimes, e por que razão existem muitas outras formas,
 a par das já referidas (na verdade, não há apenas uma democracia; e o
 mesmo se diga dos demais regimes), além das diferenças que os distin-
 guem e por que causas elas surgem; e por outro lado, sabe-se qual o
 melhor regime para a grande maioria das cidades e, de entre os demais
 regimes, qual a forma que melhor se adapta a este ou àquele tipo de
 ordenação política.

14. As magistraturas deliberativas.

Retomemos de novo o que estávamos a expor, de modo geral e em
 particular para cada regime, depois de escolhido o princípio que convém.
 Todos os regimes constam de três partes ⁽⁷⁹⁾. Ora o legislador prudente
 deve ter em conta o que convém a cada uma delas. Se essas partes em
 questão se encontram bem estabelecidas, o regime também estará bem
 estabelecido. Além do mais, os regimes diferem entre si em função do
 modo diferente de articular as partes.

Uma dessas três partes relaciona-se com a deliberação sobre assun-
 tos que dizem respeito à comunidade. A segunda é a que se refere às
 magistraturas (ou seja, por um lado, quais as magistraturas e sobre que
 assuntos devem ter autoridade; por outro, de que modo se deve proceder
 à sua eleição). A terceira parte é a que respeita ao exercício da justiça.

Compete à função deliberativa decidir de modo supremo sobre a
 declaração de guerra e de paz, as alianças, e a quebra dos pactos; sobre
 as leis; sobre a condenação à morte, o exílio e expropriação de bens;
 sobre a escolha para os cargos de magistratura e a fiscalização das contas
 públicas. Todas estas decisões estão necessariamente sob a alçada, ou de
 todos os cidadãos, ou só de um certo número deles (neste caso, as

25

30

35

40

1298a

5

καίον δ' ἤτοι πᾶσι τοῖς πολίταις ἀποδίδοσθαι πάσας
ταύτας τὰς κρίσεις ἢ τισὶ πάσας (οἷον ἀρχῇ τινὶ μιᾷ ἢ πλείοσιν,
ἢ ἐτέραις ἐτέρας) ἢ τινὰς μὲν αὐτῶν πᾶσι τινὰς δὲ τισίν. τὸ
10 μὲν οὖν πάντας καὶ περὶ ἀπάντων δημοτικόν· τὴν τοιαύτην
γὰρ ἰσότητα ζητεῖ ὁ δῆμος. εἰσὶ δὲ οἱ τρόποι τοῦ πάντας
πλείους, εἷς μὲν τὸ κατὰ μέρος ἀλλὰ μὴ πάντας ἀθρόους
(ὥσπερ ἐν τῇ πολιτείᾳ τῇ Τηλεκλέους ἐστὶ τοῦ Μιλησίου· καὶ
15 σαι, εἰς δὲ τὰς ἀρχὰς βαδίζουσι πάντες κατὰ μέρος ἐκ
τῶν φυλῶν καὶ τῶν μορίων τῶν ἐλαχίστων παντελῶς, ἕως
ἂν διεξέλθῃ διὰ πάντων), συνιέναι δὲ μόνον περὶ τε νόμων
θέσεως καὶ τῶν περὶ τῆς πολιτείας, καὶ τὰ παραγγελλό-
μενα ἀκουσομένους ὑπὸ τῶν ἀρχόντων· ἄλλος δὲ τρόπος τὸ
20 πάντας ἀθρόους, συνιέναι δὲ μόνον πρὸς τε τὰς ἀρχαιρε-
σίας [αἵρησομένους] καὶ πρὸς τὰς νομοθεσίας καὶ περὶ πολέ-
μου καὶ εἰρήνης καὶ πρὸς εὐθύνας, τὰ δ' ἄλλα τὰς ἀρ-
χὰς βουλευέσθαι τὰς ἐφ' ἑκάστοις τεταγμένας, αἵρετὰς
οὔσας ἐξ ἀπάντων ἢ κληρωτάς· ἄλλος δὲ τρόπος τὸ περὶ
25 τὰς ἀρχὰς καὶ τὰς εὐθύνας ἀπαντᾶν τοὺς πολίτας, καὶ
περὶ πολέμου βουλευσομένους καὶ συμμαχίας, τὰ δ' ἄλλα
τὰς ἀρχὰς διοικεῖν αἵρετὰς οὔσας, ὅσας ἐνδέχεται, τοιαῦ-
ται δ' εἰσὶν ὅσας ἀρχεῖν ἀναγκαῖον τοὺς ἐπισταμένους· τέ-
ταρτος δὲ τρόπος τὸ πάντας περὶ πάντων βουλευέσθαι συν-
30 ιόντας, τὰς δ' ἀρχὰς περὶ μηθενὸς κρίνειν ἀλλὰ μόνον
προανακρίνειν, ὅπερ ἡ τελευταία δημοκρατία νῦν διοικεῖ-
ται τρόπον, ἣν ἀνάλογόν φαμεν εἶναι ὀλιγαρχία· τε δυνα-
στευτικῇ καὶ μοναρχία τυραννικῇ. οὗτοι μὲν οὖν οἱ τρόποι
δημοκρατικοὶ πάντες, τὸ δὲ τινὰς περὶ πάντων ὀλιγαρχι-

decisões podem ser da competência, ou de uma magistratura só, ou de
várias; ou então, umas serão da competência de certas magistraturas e
outras da competência de outras; ou ainda, uma sob a alçada de todos
os cidadãos, enquanto outras apenas sob a alçada de alguns.

É próprio do espírito democrático o procedimento segundo o qual 10
todos decidem acerca de todas as questões que se referem à comunidade.
É, de facto, o povo quem mais procura essa espécie de igualdade. Mas
mesmo neste caso, existem vários modos de a alcançar.

Um primeiro modo seria o de todos desempenharem a função
deliberativa de forma alternada, e não todos em conjunto, tal como está
consagrado na constituição de Telecles de Mileto ⁽⁷¹⁾ (noutros regimes,
embora as deliberações sejam tomadas em conjunto por magistraturas 15
colectivas, a ocupação desses cargos cabe a todos em alternância, desde
os chefes tribais até às esferas mais baixas ⁽⁷²⁾, por forma a incluir toda
a cidade); apenas se convocaria o plenário da cidade se estivesse em
causa a promulgação de leis e assuntos relativos ao próprio regime, ou
então para tomar conhecimento dos decretos dos magistrados.

Um segundo modo seria o de todos os cidadãos deliberarem em 20
conjunto, reunindo-se apenas para a eleição dos magistrados e para
legislar sobre assuntos que configurassem declarações de guerra e paz,
e fiscalização de contas públicas, remetendo as restantes decisões à
consideração dos magistrados competentes, eleitos, ou entre todos os
cidadãos, ou escolhidos por sorteio.

Um terceiro modo seria o de todos os cidadãos se reunirem para a
eleição de magistrados e fiscalização das contas públicas, como ainda 25
para tomar decisões relativas à declaração de guerra e paz ou alianças,
reservando tanto quanto possível os restantes assuntos para as magistra-
turas eleitas sempre que for possível, isto é, para as magistraturas que
requerem necessariamente conhecimentos específicos.

Uma quarta forma seria a de todos os cidadãos se reunirem para
deliberar sobre todos os assuntos relativos à cidade, não tendo os 30
magistrados qualquer competência decisória mas apenas consultiva. De
resto, é precisamente este o modo que vigora hoje na última forma de
democracia, e que tivemos oportunidade de referir como análoga à
oligarquia autoritária e à monarquia tirânica.

São estes pois, em suma, os procedimentos democráticos.

35 κόν. ἔχει δὲ καὶ τοῦτο διαφορὰς πλείους. ὅταν μὲν γὰρ
ἀπὸ τιμημάτων μετριωτέρων αἵρετοί τε ὧσι καὶ πλείους
διὰ τὴν μετριότητα τοῦ τιμήματος, καὶ περὶ ὧν ὁ νόμος
ἀπαγορεύει μὴ κινῶσιν ἄλλ' ἀκολουθῶσι, καὶ ἐξῇ κτωμένῳ
τὸ τίμημα μετέχειν, ὀλιγαρχία μὲν πολιτικὴ δέ ἐστιν ἡ
40 τοιαύτη διὰ τὸ μετριάζειν· ὅταν δὲ μὴ πάντες τοῦ βουλευέ-
1298b σθαι μετέχωσιν ἄλλ' αἵρετοί, κατὰ νόμον δ' ἄρχωσιν ὥσ-
περ καὶ πρότερον, ὀλιγαρχικόν· ὅταν δὲ καὶ αἰρῶνται
αὐτοὶ αὐτοὺς οἱ κύριοι τοῦ βουλευέσθαι, καὶ ὅταν παῖς ἀντὶ
πατρὸς εἰσὶ καὶ κύριοι τῶν νόμων ὧσιν, ὀλιγαρχικωτάτην ἀναγ-
5 καῖον εἶναι τὴν τάξιν ταύτην. ὅταν δὲ τινῶν τινές, οἷον
πολέμου μὲν καὶ εἰρήνης καὶ εὐθυνῶν πάντες, τῶν δὲ ἄλ-
λων ἄρχοντες, καὶ οὗτοι αἵρετοί, μὴ κληρωτοί, ἀριστοκρατία
ἡ πολιτεία. ἐὰν δ' ἐνίων μὲν αἵρετοὶ ἐνίων δὲ κληρωτοί,
καὶ κληρωτοὶ ἢ ἀπλῶς ἢ ἐκ προκρίτων, ἢ κοινῇ αἵρετοὶ
10 καὶ κληρωτοί, τὰ μὲν πολιτείας ἀριστοκρατικῆς ἐστὶ τούτων,
τὰ δὲ πολιτείας αὐτῆς. διήρηται μὲν οὖν τὸ βουλευόμενον
πρὸς τὰς πολιτείας τοῦτον τὸν τρόπον, καὶ διοικεῖ ἑκάστη
πολιτεία κατὰ τὸν εἰρημένον διορισμόν· συμφέρει δὲ δημο-
κρατία [τε] τῇ μάλιστ' εἶναι δοκούσῃ δημοκρατία νῦν (λέγω
15 δὲ τοιαύτην ἐν ᾗ κύριος ὁ δῆμος καὶ τῶν νόμων ἐστίν) πρὸς
τὸ βουλευέσθαι βέλτιον τὸ αὐτὸ ποιεῖν ὅπερ ἐπὶ τῶν δικα-
στηρίων ἐν ταῖς ὀλιγαρχίαις (τάττουσι γὰρ ζημίαν τούτοις
οὓς βούλονται δικάζειν, ἵνα δικάζωσιν, οἱ δὲ δημοτικοὶ μι-
σθὸν τοῖς ἀπόροις), τοῦτο δὲ καὶ περὶ τὰς ἐκκλησίας ποιεῖν
20 (βουλευέσονται γὰρ βέλτιον κοινῇ βουλευόμενοι πάντες, ὁ μὲν

O facto de só alguns cidadãos decidirem sobre todos os assuntos relativos à comunidade é próprio de um espírito oligárquico. Mas também este modo de proceder apresenta várias diferenças.

Quando aqueles que têm a função de deliberar são eleitos em função de uma riqueza moderada e, por causa dessa moderação, são em grande número e cumprem estritamente sem alterar as proibições da lei, e todo o que adquire o montante fixado de propriedade pode participar nessa função, estamos perante uma oligarquia moderada que se aproxima do regime constitucional.

Quando a participação na função deliberativa não está ao alcance de todos, mas só dos que foram eleitos, e se estes governam de acordo com a lei da mesma forma que na situação precedente, então estamos perante um procedimento oligárquico.

Quando aqueles que detêm um domínio efectivo em termos de deliberação elegem-se entre eles próprios, asseguram a continuidade dos cargos para os filhos e são senhores da lei, deparamo-nos com um tipo de ordenação necessariamente oligárquica.

Quando um certo número de cidadãos decide sobre um certo número de assuntos (como em todos os casos sobre a guerra e a paz e a fiscalização das contas públicas) mas os restantes assuntos estão nas mãos de magistrados eleitos, então o regime em causa é aristocrático. Contudo, se os magistrados eleitos se ocuparem de uns assuntos, e os nomeados por sorteio de outros, ou se os nomeados por sorteio reservarem para si certos assuntos, seja de modo incondicional, seja de acordo com as suas preferências, ou se os administrarem em conjunto com os magistrados eleitos, uma ordenação deste tipo, em parte é própria de um regime constitucional aristocrático, e em parte de um regime constitucional em sentido estrito.

São, por conseguinte, estes os aspectos em que a função deliberativa se distingue nos vários regimes, e cada regime é administrado de acordo com essa distinção.

Ora, em vista ao melhor desempenho da função deliberativa, convém à democracia (e, mais concretamente, à democracia tal como hoje nos aparece, ou seja, àquela em que o povo é o senhor da lei), que se proceda em relação às assembleias da mesma forma que em relação aos tribunais nas oligarquias: aplica-se uma sanção pecuniária àqueles que pretendemos que exerçam a justiça, a fim de que a exerçam efectivamente, enquanto nos regimes democráticos é atribuída uma remuneração aos mais pobres para o fazerem. Ainda assim, a decisão seria melhor se todos deliberassem em comunidade: o povo com os notáveis, e estes com a multidão.

δῆμος μετὰ τῶν γνωρίμων, οὗτοι δὲ μετὰ τοῦ πλήθους), συμφέ-
 ρει δὲ καὶ τὸ αἰρετοὺς εἶναι τοὺς βουλευομένους, ἢ κληρωτοὺς
 ἴσους ἐκ τῶν μορίων, συμφέρει δέ, καὶν ὑπερβάλλωσι πολὺ
 κατὰ τὸ πλήθος οἱ δημοτικοὶ τῶν πολιτῶν, ἢ μὴ πᾶσι
 25 διδόναι μισθόν, ἀλλ' ὅσοι σύμμετροι πρὸς τὸ τῶν γνωρί-
 μων πλήθος, ἢ ἀποκληροῦν τοὺς πλείους· ἐν δὲ ταῖς ὀλιγαρ-
 χίαις ἢ προσαιρεῖσθαί τινας ἐκ τοῦ πλήθους, ἢ κατασκευά-
 σαντας ἀρχεῖον οἷον ἐν ἐνίαις πολιτείαις ἐστὶν οὗς καλοῦσι
 30 προβούλους καὶ νομοφύλακας, [καὶ] περὶ τούτων χρηματίζειν
 περὶ ὧν ἂν οὗτοι προβουλεύσωσιν (οὕτω γὰρ μεθέξει ὁ δῆμος
 τοῦ βουλευέσθαι, καὶ λύειν οὐθὲν δυνήσεται τῶν περὶ τὴν πολι-
 τείαν), ἐτι ἢ ταῦτ' ἀψηφίζεσθαι τὸν δῆμον ἢ μὴθὲν ἐν-
 ἀντίον τοῖς εἰσφερομένοις, ἢ τῆς συμβουλῆς μὲν μεταδιδό-
 ναι πᾶσι, βουλευέσθαι δὲ τοὺς ἄρχοντας, καὶ τὸ ἀντικεί-
 35 μενον δὲ τοῦ ἐν ταῖς πολιτείαις γιγνομένου δεῖ ποιεῖν. ἀπο-
 ψηφίζόμενον μὲν γὰρ κύριον δεῖ ποιεῖν τὸ πλήθος, κατα-
 ψηφίζόμενον δὲ μὴ κύριον, ἀλλ' ἐπαναγέσθω πάλιν ἐπὶ
 τοὺς ἄρχοντας. ἐν γὰρ ταῖς πολιτείαις ἀνεστραμμένως
 40 ποιοῦσιν· οἱ γὰρ ὀλίγοι ἀποψηφισάμενοι μὲν κύριοι, κατα-
 1299a ψηφισάμενοι δὲ οὐ κύριοι, ἀλλ' ἐπανάγεται εἰς τοὺς πλεί-
 ους αἰεὶ. περὶ μὲν οὖν τοῦ βουλευομένου καὶ τοῦ κυρίου
 [δεῖ] τῆς πολιτείας τοῦτον διωρίσθω τὸν τρόπον.
 15 Ἐχομένη δὲ τούτων ἐστὶν ἡ περὶ τὰς ἀρχὰς διαίρεσις.
 5 ἔχει γὰρ καὶ τοῦτο τὸ μόριον τῆς πολιτείας πολλὰς δια-
 φοράς, πόσαι τε ἀρχαί, καὶ κύριαι τίνων, καὶ περὶ χρόνου,
 πόσος ἐκάστης ἀρχῆς (οἱ μὲν γὰρ ἐξαμήνους, οἱ δὲ δι-
 ἐλάττονος, οἱ δ' ἐνιαυσίας, οἱ δὲ πολυχρονιωτέρας ποιοῦσι
 τὰς ἀρχάς), καὶ πότερον εἶναι δεῖ τὰς ἀρχὰς αἰδίους ἢ

Convém ainda que os cidadãos encarregados de deliberar sejam
 eleitos ou sorteados de entre as partes da cidade (⁷³), de acordo com o
 mesmo critério.

Se a classe popular for excessivamente superior à massa dos notá-
 veis (⁷⁴), convém não atribuir uma remuneração a todos os cidadãos, mas
 apenas ao número suficiente para restabelecer o equilíbrio com a massa
 dos notáveis, ou então excluir por sorteio os que excedem o número
 adequado a esse equilíbrio. Nas oligarquias, pelo contrário, convém
 escolher cidadãos da massa popular, ou então estabelecer uma magistra-
 tura, à semelhança do que acontece em alguns regimes com os chamados
 “conselheiros” e “guardiães da lei”, para se ocuparem apenas dos assun-
 tos sobre os quais deliberaram previamente (deste modo, o povo parti-
 cipará na função deliberativa sem molestar qualquer princípio do regime).
 É conveniente que o povo vote esses projectos que lhe são propostos por
 deliberação prévia, ou pelo menos que nada tenha a opor, ou então que
 todos tenham direito a aconselhar, cabendo a última decisão aos magis-
 trados.

Ora, para levar a cabo isto, devemos agir ao contrário do que é feito
 nos regimes constitucionais. Nesse sentido, é conveniente atribuir a
 supremacia à massa popular, para exercer o poder de veto e não propri-
 amente para promulgar medidas; nesse caso, que se remeta novamente a
 proposta para os magistrados. No regime constitucional, procede-se de
 modo inverso. A supremacia está concentrada nas mãos de poucos
 cidadãos para exercer o poder de veto, e não para promulgar medidas;
 neste caso a proposta é levada à consideração da maioria dos cidadãos.

São estes, portanto, os aspectos a ter em conta quando nos debru-
 çamos sobre o elemento deliberativo e supremo do regime.

15. As magistraturas executivas.

A questão que se segue relaciona-se com a divisão das magistra-
 turas, pois na verdade também esta parte do regime apresenta inúmeras
 diferenças: o número possível de magistraturas; de que autoridade dispõe
 cada uma; e no que respeita ao tempo, qual o seu período de vigência.
 Uns defendem seis meses, outros menos ainda, outros um ano, outros

10 πολυχρονίους ἢ μηδέτερον ἀλλὰ πλεονάκεις τοὺς αὐτοὺς, ἢ
 μὴ τὸν αὐτὸν δις ἀλλ' ἅπαξ μόνον, ἔτι δὲ περὶ τὴν κατὰ-
 στασιν τῶν ἀρχῶν, ἐκ τίνων δεῖ γίνεσθαι καὶ ὑπὸ τίνων
 καὶ πῶς. περὶ πάντων γὰρ τούτων δεῖ δύνασθαι διελεῖν
 κατὰ πόσους ἐνδέχεται γενέσθαι τρόπους, κάπειτα προσαρμό-
 15 σαι ὁποῖαις <αἱ> ποῖαι πολιτεῖαις συμφέρουσιν. ἔστι δὲ οὐδὲ τοῦ-
 το διορίσαι βράδιον, ποίας δεῖ καλεῖν ἀρχάς· πολλῶν γὰρ ἐπι-
 στατῶν ἢ πολιτικῇ κοινωνίᾳ δεῖται, διόπερ <οἱ> πάντας οὔτε τοὺς
 αἰρετοὺς οὔτε τοὺς κληρωτοὺς ἀρχοντας θετέον, οἷον τοὺς ἱερεῖς
 πρῶτον (τοῦτο γὰρ ἕτερόν τι παρὰ τὰς πολιτικὰς ἀρχὰς
 θετέον). ἔτι δὲ καὶ χορηγοὶ καὶ κήρυκες [δ'] αἰροῦνται καὶ πρε-
 20 σβευταί. εἰσὶ δὲ αἱ μὲν πολιτικαὶ τῶν ἐπιμελειῶν, ἢ πάν-
 των τῶν πολιτῶν πρὸς τινα πρᾶξιν, οἷον στρατηγὸς στρα-
 τευομένων, ἢ κατὰ μέρος, οἷον ὁ γυναικονόμος ἢ παιδο-
 νόμος· αἱ δ' οἰκονομικαὶ (πολλάκις γὰρ αἰροῦνται σιτομέτρας).
 αἱ δ' ὑπηρετικαὶ καὶ πρὸς ἅς, ἂν εὐπορῶσι, τάττουσι δούλους.
 25 μάλιστα δ' ὥς ἀπλῶς εἰπεῖν ἀρχὰς λεκτέον ταύτας ὅσαις
 ἀποδέδοται βουλευσασθαι τε περὶ τινῶν καὶ κρίναι καὶ ἐπι-
 τάξαι, καὶ μάλιστα τοῦτο· τὸ γὰρ ἐπιτάττειν ἀρχικώτερόν
 ἐστίν. ἀλλὰ ταῦτα διαφέρει πρὸς μὲν τὰς χρήσεις οὐδὲν
 ὥς εἰπεῖν (οὐ γὰρ πῶ κρίσις γέγονεν ἀμφισβητούντων περὶ
 30 τοῦ ὀνόματος), ἔχει δὲ τιν' ἄλλην διανοητικὴν πραγματείαν.
 ποῖαι δ' ἀρχαὶ καὶ πόσαι ἀναγκαῖαι εἰ ἔσται πόλις, καὶ
 ποῖαι ἀναγκαῖαι μὲν οὐ, χρήσιμοι δὲ πρὸς σπουδαίαν πολι-
 τείαν, μᾶλλον ἂν τις ἀπορήσειε πρὸς ἅπασάν τε δὴ πολι-

ainda mais do que isso; outros defendem que devem ser vitalícias, ou
 duradouras, (e se nem uma coisa nem outra, interrogam-se se devem
 exercê-las muitas vezes os mesmos cidadãos, ou nunca duas vezes o
 mesmo cidadão, ou apenas uma vez só).

10

Por outro lado, no que respeita ao modo de instituir os magistrados,
 é preciso ter em conta a sua proveniência, quem tem competência para
 os nomear, e como se exerce essa competência.

Acerca de todos estes aspectos, é preciso explicar quantas soluções
 podem ser adoptadas, e depois como adequá-las a cada regime.

Ora, nem sequer é fácil definir a que se deve dar o nome de
 magistraturas. Com efeito, se é verdade que a comunidade política
 necessita de uma grande variedade de gente habilitada, isso não obriga
 a presumir que são magistrados todos os eleitos ou sorteados para ocupar
 os cargos públicos, como, por exemplo, sucede logo à partida com os
 sacerdotes: é outro o tipo de função que os distingue das magistraturas
 políticas. O exemplo é extensível aos chefes de coro e emissários.
 Também os embaixadores acedem ao cargo por eleição.

15

Ora, no que se refere aos titulares de cargos políticos, enquanto uns
 são eleitos de entre todos os cidadãos para desempenhar uma tarefa
 pública ⁽⁷⁵⁾ (como por exemplo os chefes militares), outros são eleitos de
 entre uma parte dos cidadãos (como por exemplo os inspectores das
 mulheres e os preceptores de infância).

20

Outras funções são puramente administrativas (com efeito, muitas
 vezes acontece ter que se eleger inspectores das medições de trigo).

Outras funções são ainda meramente subalternas, isto é, funções de
 que os escravos são incumbidos ⁽⁷⁶⁾, no caso de se dispor de bens para
 os adquirir.

O nome de magistratura deve ser reservado em termos mais próprios
 e absolutos para os cargos incumbidos de decidir sobre determinados
 assuntos, de julgar e de exercer um poder efectivo, e de um modo especial
 para este último aspecto, porque mandar é aquilo que mais se coaduna
 com a função de governar.

25

Em termos práticos, porém, e por assim dizer, a pouco monta a
 questão sobre a que função atribuir o nome de magistratura (com efeito,
 não se chegou a lado nenhum nas divergências acerca do nome em causa):
 trata-se efectivamente de uma questão de tipo especulativo ⁽⁷⁷⁾.

30

Já no que toca ao facto de se saber quais e quantas magistraturas
 são imprescindíveis no caso de existir uma cidade; quais de entre elas,

35 τείαν καὶ δὴ καὶ τὰς μικρὰς πόλεις. ἐν μὲν γὰρ δὴ
 ταῖς μεγάλαις ἐνδέχεται τε καὶ δεῖ μίαν τετάχθαι πρὸς
 ἓν ἔργον (πολλοὺς τε γὰρ εἰς τὰ ἀρχεῖα ἐνδέχεται βαδι-
 ζεῖν διὰ τὸ πολλοὺς εἶναι τοὺς πολίτας, ὥστε τὰς μὲν δια-
 λείπειν πολὺν χρόνον τὰς δ' ἅπαξ ἄρχειν, καὶ βέλτιον
 ἕκαστον ἔργον τυγχάνει τῆς ἐπιμελείας μονοπραγματούσης
 1299b ἢ πολυπραγματούσης). ἐν δὲ ταῖς μικραῖς ἀνάγκη συνάγειν
 εἰς ὀλίγους πολλὰς ἀρχάς (διὰ γὰρ ὀλιγανθρωπίαν οὐ
 βᾶδιόν ἐστι πολλοὺς ἐν ταῖς ἀρχαῖς εἶναι· τίνες γὰρ οἱ
 τούτοις ἔσονται διαδεξόμενοι πάλιν;). δέονται δ' ἐνίοτε τῶν
 5 αὐτῶν ἀρχῶν καὶ νόμων αἱ μικραὶ ταῖς μεγάλαις· πλήν
 αἱ μὲν δέονται πολλάκις τῶν αὐτῶν, ταῖς δ' ἐν πολλῷ
 χρόνῳ τοῦτο συμβαίνει, διόπερ οὐθὲν κωλύει πολλὰς ἐπι-
 μελείας ἅμα προστάττειν (οὐ γὰρ ἐμποδιοῦσιν ἀλλήλαις),
 καὶ πρὸς τὴν ὀλιγανθρωπίαν ἀναγκαῖον τὰ ἀρχεῖα οἶον
 10 ὀβελισκολύχνια ποιεῖν. ἐὰν οὖν ἔχωμεν λέγειν πόσας
 ἀναγκαῖον ὑπάρχειν πάσῃ πόλει, καὶ πόσας οὐκ ἀναγ-
 καῖον μὲν δεῖ δ' ὑπάρχειν, βᾶρον ἂν τις εἰδῶς ταῦτα συν-
 ἄγοι ποίας ἀρμόττει συνάγειν ἀρχὰς εἰς μίαν ἀρχήν.
 ἀρμόττει δὲ καὶ τοῦτο μὴ λεληθέναι, ποίων δεῖ κατὰ τόπον
 15 ἀρχεῖα πολλὰ ἐπιμελεῖσθαι καὶ ποίων πανταχοῦ μίαν
 ἀρχήν εἶναι κυρίαν, οἶον εὐκοσμίας πότερον ἐν ἀγορᾷ μὲν
 ἀγορανόμον, ἄλλον δὲ κατ' ἄλλον τόπον, ἢ πανταχοῦ τὸν
 αὐτόν· καὶ πότερον κατὰ τὸ πρῶγμα δεῖ διαριεῖν ἢ κατὰ
 τοὺς ἀνθρώπους, λέγω δ' οἶον ἓνα τῆς εὐκοσμίας, ἢ παίδων
 20 ἄλλον καὶ γυναικῶν· καὶ κατὰ τὰς πολιτείας δέ, πότερον

apesar de não imprescindíveis, são úteis a um regime político com
 maturidade, são questões que levantam mais dificuldades, seja para todos
 os regimes, seja para uma cidade pequena.

Com efeito, nas cidades grandes não só se pode, como até se deve
 35 destinar uma magistratura para cada função (na verdade, o facto de haver
 muitos cidadãos faz com que muitos deles acedam às magistraturas,
 mesmo tendo em conta que numas a função tem um período de vigência
 muito longo, e noutras é desempenhada uma só vez; ora, é bem melhor
 o proveito quando o titular de cada cargo se ocupa de um só assunto, do
 que quando se ocupa de vários ao mesmo tempo).

1299b Já nas cidades pequenas, pelo contrário, é necessário concentrar
 muitas magistraturas nas mãos de poucos cidadãos. Devido ao reduzido
 número de habitantes, não é fácil que um grande número de cidadãos
 aceda às magistraturas. Se assim fosse, quem restaria para lhes suceder
 nos cargos?

5 Todavia, há circunstâncias em que as cidades pequenas têm de
 recorrer às mesmas magistraturas e leis que vigoram nas grandes. A
 questão é que, enquanto as grandes cidades têm necessidade de recorrer
 frequentemente a essas magistraturas e leis, isso só sucede de tempos a
 tempos no que respeita às pequenas.

Assim sendo, nada obsta que se incumba um magistrado de muitas
 funções (uma vez que elas não se tornarão incompatíveis entre si), tanto
 mais que, para obviar à escassez de habitantes, é imperioso que essas
 magistraturas se tornem semelhantes a um utensílio multiusos⁽⁷⁸⁾.

10 Se podemos dizer quantas são as magistraturas indispensáveis para
 toda e qualquer cidade, e quais as possíveis embora não indispensáveis,
 então, tendo isso em consideração, tornar-se-á mais fácil perceber quais
 magistraturas se prestam a serem concentradas numa só.

Convém, além disso, esclarecer de que funções se devem ocupar
 localmente muitas magistraturas, e sobre que funções pode uma só
 magistratura decidir supremamente em todas as partes do território. Por
 exemplo: se o inspector dos mercados deve ocupar-se da boa ordem
 15 na praça, e outro inspector ocupar-se do mesmo noutro lugar, ou se
 o mesmo inspector deve ocupar-se do mesmo em todas as partes do
 território.

Também é importante esclarecer se as magistraturas devem ser
 definidas segundo o assunto da sua competência, ou segundo os indiví-
 duos sobre os quais se exercem. Quer dizer: se deve existir uma só
 magistratura reservada para a ordem pública em geral, ou uma para as
 20 crianças, e outra para as mulheres.

διαφέρει καθ' ἑκάστην καὶ τὸ τῶν ἀρχῶν γένος ἢ οὐθέν, οἷον
 ἐν δημοκρατίᾳ καὶ ὀλιγαρχίᾳ καὶ ἀριστοκρατίᾳ καὶ μοναρ-
 χίᾳ πότερον αἱ αὐταὶ μὲν εἰσιν ἀρχαὶ κύριαι, οὐκ ἐξ
 ἴσων δ' οὐδ' ἐξ ὁμοίων, ἀλλ' ἐτέρων ἐν ἐτέραις, οἷον ἐν μὲν
 25 ταῖς ἀριστοκρατίαις ἐκ πεπαιδευμένων, ἐν δὲ ταῖς ὀλιγαρ-
 χίαις ἐκ τῶν πλουσίων, ἐν δὲ ταῖς δημοκρατίαις ἐκ τῶν
 ἐλευθέρων, ἢ τυγχάνουσι μὲν τινες οὔσαι καὶ κατ' αὐτάς
 τὰς διαφορὰς τῶν ἀρχῶν, ἔστι δ' ὅπου συμφέρουσιν αἱ αὐταὶ
 καὶ ὅπου διαφέρουσιν (ἐνθα μὲν γὰρ ἀρμόττει μεγάλας
 30 ἐνθα δ' εἶναι μικρὰς τὰς αὐτάς). οὐ μὴν ἀλλὰ καὶ ἰδιαί-
 τινες εἰσιν, οἷον ἡ τῶν προβούλων· αὕτη γὰρ οὐ δημοκρα-
 τικὴ. βουλὴ δὲ δημοτικόν· δεῖ μὲν γὰρ εἶναι τι τοιοῦτον ᾧ
 ἐπιμελὲς ἔσται τοῦ δήμου προβουλεύειν, ὅπως ἀσχολῶν ἔσται,
 τοῦτο δ', ἐὰν ὀλίγοι τὸν ἀριθμὸν ᾧσιν, ὀλιγαρχικόν· τοὺς
 35 δὲ προβούλους ὀλίγους ἀναγκαῖον εἶναι τὸ πλῆθος, ὥστ' ὀλι-
 γαρχικόν. ἀλλ' ὅπου ἄμφω αὐταὶ αἱ ἀρχαί, οἱ πρόβουλοι
 καθεστᾶσιν ἐπὶ τοῖς βουλευταῖς· ὁ μὲν γὰρ βουλευτὴς δημο-
 τικόν, ὁ δὲ πρόβουλος ὀλιγαρχικόν. καταλύεται δὲ καὶ
 τῆς βουλῆς ἡ δύναμις ἐν ταῖς τοιαύταις δημοκρατίαις ἐν
 1300a αἷς αὐτὸς συνίων ὁ δῆμος χρηματίζει περὶ πάντων. τοῦτο
 δὲ συμβαίνειν εἶθ' ὅταν εὐπορία τις ᾗ [ἡ] μισθοῦ τοῖς
 ἐκκλησιάζουσιν· σχολάζοντες γὰρ συλλέγονται τε πολλάκις
 καὶ ἅπαντα αὐτοὶ κρίνουσιν. παιδονόμος δὲ καὶ γυναικο-
 5 νόμος, καὶ εἰ τις ἄλλος ἀρχὼν κύριός ἐστι τοιαύτης ἐπι-
 μελείας, ἀριστοκρατικόν, δημοκρατικόν δ' οὐ (πῶς γὰρ οἷόν τε
 κωλύειν ἐξιέναι τὰς τῶν ἀπόρων;), οὐδ' ὀλιγαρχικόν (τρυ-
 φῶσι γὰρ αἱ τῶν ὀλιγαρχούντων). ἀλλὰ περὶ μὲν τούτων
 ἐπὶ τοσοῦτον εἰρήσθω νῦν, περὶ δὲ τὰς τῶν ἀρχῶν κατα-

De igual modo, há que tornar claro se as magistraturas devem ser
 distintas, ou não, uma das outras, segundo cada tipo de função e segundo
 a natureza dos regimes. Por exemplo: se as magistraturas supremas são
 as mesmas na democracia, na oligarquia e na aristocracia e na monarquia,
 apesar de não serem desempenhadas nem por cidadãos de igual estatuto,
 nem sequer por cidadãos de estatuto semelhante (nas aristocracias são-
 -no por cidadãos educados, nas oligarquias por cidadãos com posses, nas
 25 democracias por cidadãos livres); ou se são diferentes de regime para regime,
 sendo que as mesmas são convenientes para certas ocasiões, mas inadequadas
 para outras (com efeito, se a um regime convém que certas magistraturas
 supremas sejam imponentes, já a outro, por seu turno, convém que as mesmas
 sejam pequenas) ⁽⁷⁹⁾. Mais ainda: algumas magistraturas desse tipo são
 privativas, como por exemplo o conselho consultivo ⁽⁸⁰⁾. Tal conselho não
 30 é de índole democrática, ao invés da assembleia.

É necessário que haja, por conseguinte, uma magistratura que
 submeta os seus pareceres à apreciação do povo, para que este se
 mantenha ocupado com tais afazeres. Se é exercido por poucos cidadãos,
 tal conselho é de índole oligárquica. Com efeito, quando um reduzido
 35 número toma parte em tais conselhos, estamos em presença de uma
 magistratura efectivamente oligárquica.

Onde vigoram ambas as magistraturas, o conselho e a assembleia,
 os membros do conselho sobrepõem-se aos da assembleia ⁽⁸¹⁾, pois en-
 quanto estes se identificam pelo seu cariz democrático, aqueles caracte-
 rizam-se pela índole oligárquica.

Além disso, a força da assembleia fica dissolvida nas democracias, 1300a
 onde o povo se reúne para tratar de todos os assuntos. Isto sucede sempre
 que se atribui um certo montante pecuniário ao que participam da
 assembleia: ao disporem de tempo livre, podem reunir-se com frequência
 e tratar eles próprios de todos os assuntos.

Os vigilantes dos bons costumes das crianças e das mulheres, assim
 como todo o magistrado encarregado de uma função semelhante, são
 5 próprios de um regime aristocrático, não de um regime democrático (com
 efeito, como impedir que as mulheres dos pobres saiam para a rua?) e
 nem sequer surgem num regime oligárquico pois as mulheres dos oligarcas
 vivem na completa moleza.

Sobre este aspecto contentemo-nos em ficar aqui, por enquanto.
 Tentemos percorrer agora, desde o início, as questões relativas ao

10 στάσεις πειρατέον ἐξ ἀρχῆς διελθεῖν. εἰσὶ δ' αἱ διαφοραὶ
 ἐν τρισὶν ὅροις, ὧν συντιθεμένων ἀναγκαῖον πάντας εἰλη-
 φθαι τοὺς τρόπους. ἔστι δὲ τῶν τριῶν τούτων ἐν μὲν τίνες οἱ
 καθιστάντες τὰς ἀρχάς, δεύτερον δὲ ἐκ τίνων, λοιπὸν δὲ
 15 τίνα τρόπον. ἐκάστου δὲ τῶν τριῶν τούτων διαφοραὶ τρεῖς
 εἰσιν. ἡ γὰρ πάντες οἱ πολῖται καθιστᾷσιν ἡ τινές, καὶ ἡ
 ἐκ πάντων ἡ ἐκ τινῶν ἀφωρισμένων (οἷον ἡ τιμήματι ἡ
 γένει ἡ ἀρετῇ ἡ τινι τοιούτῳ ἄλλῳ, ὥσπερ ἐν Μεγάροις ἐκ
 τῶν συγκατελθόντων καὶ συμμαχεσασμένων πρὸς τὸν δῆ-
 20 μον)· καὶ ταῦτα ἡ αἰρέσει ἡ κλήρῳ (πάλιν ταῦτα συν-
 δυαζόμενα, λέγω δὲ τὰς μὲν τινές τὰς δὲ πάντες, καὶ
 τὰς μὲν ἐκ πάντων τὰς δ' ἐκ τινῶν, καὶ τὰς μὲν αἰρέσει
 τὰς δὲ κλήρῳ). τούτων δ' ἐκάστης ἔσονται τῆς διαφορᾶς
 25 τρόποι ἕξ. ἡ γὰρ πάντες ἐκ πάντων αἰρέσει, ἡ πάν-
 τες ἐκ πάντων κλήρῳ <ἡ πάντες ἐκ τινῶν αἰρέσει ἡ πάντες
 ἐκ τινῶν κλήρῳ> (καί, εἰ ἐξ ἀπάντων, ἡ ὡς ἀνὰ μέ-
 ρος, οἷον κατὰ φυλάς καὶ δήμους καὶ φατρίας, ἕως ἂν
 διέλθῃ διὰ πάντων τῶν πολιτῶν, ἡ αἰεὶ ἐξ ἀπάντων), ἡ καὶ
 30 τὰ μὲν οὕτως τὰ δὲ ἐκείνως· πάλιν εἰ τινές οἱ καθιστάντες,
 ἡ ἐκ πάντων αἰρέσει ἡ ἐκ πάντων κλήρῳ, ἡ ἐκ τινῶν αἰρέ-
 σει ἡ ἐκ τινῶν κλήρῳ, ἡ τὰ μὲν οὕτως τὰ δὲ ἐκείνως, λέγω
 δὲ τὰ μὲν ἐκ πάντων αἰρέσει τὰ δὲ κλήρῳ <καὶ τὰ
 μὲν ἐκ τινῶν αἰρέσει τὰ δὲ κλήρῳ>· ὥστε δώδεκα
 οἱ τρόποι γίνονται χωρὶς τῶν δύο συνδυασμῶν. τούτων δ'
 35 αἱ μὲν τρεῖς καταστάσεις δημοτικαί, τὸ πάντας ἐκ πάντων
 αἰρέσει ἡ κλήρῳ [γίνεσθαι] ἡ ἀμφοῖν, τὰς μὲν κλήρῳ τὰς

10 provimento das magistraturas. As magistraturas diferem⁽⁸²⁾ no tocante a
 três pontos, que, quando combinados, abrangem todos os modos de
 provimento. Desses três pontos, um tem a ver com quem nomeia os
 magistrados; o segundo diz respeito à sua proveniência; o terceiro refere-se
 ao modo de eleição. Cada um destes três pontos apresenta, por seu turno
 15 três formas diferentes. Os magistrados ou são nomeados por todos os
 cidadãos, ou só por alguns; ou são designados de entre todos os cidadãos,
 ou só de entre uma parte restrita, tendo em conta, por exemplo, o
 montante estipulado de bens, a ascendência, a virtude, ou qualquer outro
 estatuto do género (tal como acontece em Mégara⁽⁸³⁾), onde os magistra-
 dos são nomeados de entre os que regressaram do exílio e uniram esforços
 para combater a população; e numa circunstância como essa, a escolha
 dos magistrados ou se faz por eleição, ou por sorteio.

Estes procedimentos podem, por seu lado, combinar-se dois a dois.
 Quero dizer com isso que os magistrados podem ser nomeados, quer por
 20 certos grupos, quer por todos os cidadãos; podem ser designados, quer
 de entre todos os cidadãos, quer só de entre uma parte restrita; e podem
 ser escolhidos, quer por eleição, quer por sorteio. Além do mais, cada
 uma destas variedades de provimentos admite, por sua vez, quatro
 modalidades. Assim, ou todos os cidadãos escolhem os magistrados de
 entre todos os cidadãos por eleição; ou todos escolhem de entre todos por
 sorteio (além disso, o sentido de “escolha de entre todos os cidadãos”
 pode ser referido, ou às partes da cidade tomadas sucessivamente — por
 25 exemplo, por tribos, etnias e frátrias — até todos os cidadãos terem a
 sua vez, ou a todos os cidadãos tomados por junto), ou então, uns
 magistrados de uma forma, e outros de outra.

Por seu lado, se só certos cidadãos nomeiam os magistrados, podem
 escolhê-los de entre todos os cidadãos, por eleição ou por sorteio; ou
 então, só de entre alguns cidadãos por eleição, ou só de entre alguns por
 sorteio; ou ainda, uns magistrados de uma forma, e outros de outra; quer
 30 dizer, parte dos magistrados são escolhidos de entre todos por eleição, e
 parte escolhidos por sorteio. Desta forma, obtêm-se doze modalidades de
 nomeação, independentemente das duas combinações acima referidas.

De entre estas modalidades de nomeação, duas são de índole
 popular: o modo segundo o qual todos os cidadãos escolhem os magis-
 trados de entre todos, quer por eleição, quer por sorteio, ou o modo
 segundo o qual se empregam ambas as formas ao mesmo tempo, isto é,
 uns escolhidos por eleição, ao passo que outros o são por sorteio. Pelo
 35 contrário, quando a nomeação dos magistrados não é feita por todos os
 cidadãos, mas de entre todos os cidadãos, ou mesmo só de entre alguns

δ' αἰρέσει τῶν ἀρχῶν τὸ δὲ μὴ πάντας ἅμα μὲν καθ-
 ιστάναι, ἐξ ἀπάντων δ' ἢ ἐκ τινῶν ἢ κλήρῳ ἢ αἰρέσει ἢ
 ἀμφοῖν, ἢ τὰς μὲν ἐκ πάντων τὰς δ' ἐκ τινῶν, <ἢ κληρῷ
 ἢ αἰρέσει ἢ> ἀμφοῖν (τὸ δὲ ἀμφοῖν λέγω τὰς μὲν κλήρῳ τὰς δ'
 40 αἰρέσει) πολιτικόν, καὶ τὸ τινὰς ἐκ πάντων ἢ αἰρέσει καθιστά-
 ναι ἢ κλήρῳ ἢ ἀμφοῖν) τὰς μὲν κλήρῳ τὰς δ' αἰρέ-
 σει ὀλιγαρχικόν (ὀλιγαρχικώτερον δὲ [καὶ] τὸ ἐξ ἀμφοῖν).
 τὸ δὲ τὰς μὲν ἐκ πάντων τὰς δ' ἐκ τινῶν πολιτικόν ἀρι-
 1300b στοκρατικῶς, ἢ τὰς μὲν αἰρέσει τὰς δὲ κληρῷ, τὸ δὲ τινὰς
 ἐκ τινῶν <αἰρέσει> ὀλιγαρχικόν καὶ τὸ τινὰς ἐκ τινῶν κλήρῳ
 (μὴ γινομένου δ', ὁμοίως), καὶ τὸ τινὰς ἐκ τινῶν ἀμφοῖν.
 τὸ δὲ τινὰς ἐξ ἀπάντων τὸ τε ἐκ τινῶν αἰρέσει πάντας
 5 ἀριστοκρατικόν. οἱ μὲν οὖν τρόποι τῶν περὶ τὰς ἀρχὰς το-
 σοῦτοι τὸν ἀριθμὸν εἰσι, καὶ διήρηνται κατὰ τὰς πολιτείας
 οὕτως· τίνα δὲ τίσι συμφέρει καὶ πῶς δεῖ γίνεσθαι τὰς κατα-
 στάσεις, ἅμα ταῖς δυνάμεσι τῶν ἀρχῶν καὶ τίνες εἰσὶν
 ἔσται φανερόν. λέγω δὲ δύναμιν ἀρχῆς οἷον τὴν κυρίαν
 10 τῶν προσόδων καὶ τὴν κυρίαν τῆς φυλακῆς· ἄλλο γὰρ
 εἶδος δυνάμεως οἷον στρατηγίας καὶ τῆς τῶν περὶ τὴν ἀγο-
 ράν συμβολαίων κυρίας.

16 Λοιπὸν δὲ τῶν τριῶν τὸ δικαστικόν εἰπεῖν. ληπτέον
 δὲ καὶ τούτων τοὺς τρόπους κατὰ τὴν αὐτὴν ὑπόθεσιν. ἔστι
 15 δὲ διαφορὰ τῶν δικαστηρίων ἐν τρισὶν ὅροις, ἐξ ὧν τε καὶ

por eleição, ou por sorteio, ou até ambas as formas ao mesmo tempo; ou
 quando uns magistrados são escolhidos de entre todos, e outros só de um
 determinado grupo de acordo com ambas as formas de nomeação (parte
 por eleição, e parte por sorteio), estamos perante o procedimento de um
 regime constitucional ⁽⁸⁴⁾.

Se é apenas uma determinada facção quem nomeia os magistrados
 de entre todos os cidadãos, seja por eleição, por sorteio, ou por ambos
 os modos (uns por eleição e outros por sorteio), então o modo de proceder
 já é oligárquico. Mais oligárquico será, se os magistrados forem nomea-
 dos não de entre todos os cidadãos, mas apenas de entre alguns.

Mas nomear determinados magistrados de entre todos os cidadãos,
 e outros só de entre uma determinada parte, é mais próprio de um espírito
 constitucional de teor aristocrático, quer os escolhamos por eleição quer
 por sorteio.

A escolha dos magistrados feita só por alguns e de entre alguns
 cidadãos é sempre de índole oligárquica, mesmo quando a escolha de
 alguns magistrados de entre um grupo restrito de cidadãos seja efectuada
 por eleição ou por sorteio (ainda que na prática isso nunca suceda
 exactamente assim), ou por ambas as formas ao mesmo tempo.

Quando, porém, a escolha dos magistrados é feita por alguns de
 entre todos os cidadãos, mas todos nomeiam os magistrados escolhidos,
 então o modo de proceder em causa é já de índole aristocrática.

É este pois o número de nomeações que as magistraturas podem ter,
 e é desta forma que se encontram repartidas pelos diversos regimes. O
 que convém a cada um, e de que modo devem ser realizadas as nomea-
 ções, são pontos que apenas ficarão esclarecidos quando nos referirmos
 aos poderes das magistraturas ⁽⁸⁵⁾. Por "poder de uma magistratura" enten-
 do, por exemplo, a autoridade exercida em matéria de recursos e de defesa.
 Com efeito, a forma de poder exercida pela autoridade de um chefe militar
 é diferente da exercida por um supervisor de contratos no mercado.

16. As magistraturas judiciais.

Dos três elementos que indicámos, resta-nos ainda mencionar o
 judicial. Também sobre este elemento, teremos em conta os modos de
 concretização, de acordo com o mesmo princípio seguido em relação aos
 outros.

20 περὶ ὧν καὶ πῶς. λέγω δὲ ἐξ ὧν μὲν, πότερον ἐκ πάν-
 των ἢ ἐκ τινῶν· περὶ ὧν δέ, πόσα εἶδη δικαστηρίων· τὸ δὲ
 πῶς, πότερον κλήρῳ ἢ αἰρέσει. πρῶτον οὖν διαιρέσθω πόσα
 εἶδη δικαστηρίων. ἔστι δὲ τὸν ἀριθμὸν ὀκτώ, ἐν μὲν εὐθυ-
 25 τικόν, ἄλλο δὲ εἴ τις τι τῶν κοινῶν ἀδικεῖ, ἕτερον ὅσα εἰς
 τὴν πολιτείαν φέρει, τέταρτον καὶ ἄρχουσι καὶ ἰδιώταις ὅσα
 περὶ ζημιώσεων ἀμφισβητοῦσιν, πέμπτον τὸ περὶ τῶν ἰδίων
 συναλλαγμάτων καὶ ἐχόντων μέγεθος, καὶ παρὰ ταῦτα
 30 τὸ τε φονικὸν καὶ τὸ ξενικόν (φονικοῦ μὲν οὖν εἶδη, ἅν τ'
 ἐν τοῖς αὐτοῖς δικασταῖς ἅν τ' ἐν ἄλλοις, περί τε τῶν ἐκ
 προνοίας καὶ περὶ τῶν ἀκουσίων, καὶ ὅσα ὁμολογεῖται μὲν,
 ἀμφισβητεῖται δὲ περὶ τοῦ δικαίου, τέταρτον δὲ ὅσα τοῖς
 φεύγουσι φόνου ἐπὶ καθόδῳ ἐπιφέρεται, οἷον Ἀθήνησι λέγε-
 35 ται καὶ τὸ ἐν Φρεαττοῖ δικαστήριον· συμβαίνει δὲ τὰ τοιαῦτα
 ἐν τῷ παντὶ χρόνῳ ὀλίγα καὶ ἐν ταῖς μεγάλαις πόλεσιν·
 τοῦ δὲ ξενικοῦ ἐν μὲν ξένοις πρὸς ξένους, ἄλλο <δὲ> ξένοις πρὸς
 ἀστούς), ἔτι δὲ παρὰ πάντα ταῦτα περὶ τῶν μικρῶν συν-
 αλλαγμάτων, ὅσα δραχμιαῖα καὶ πεντάδραχμα καὶ μικρῷ
 πλείονος. δεῖ μὲν γὰρ καὶ περὶ τούτων γίνεσθαι κρίσιν, οὐκ
 40 ἐμπίπτει δὲ εἰς δικαστῶν πλῆθος. ἀλλὰ περὶ μὲν τούτων
 ἀφείσθω καὶ τῶν φονικῶν καὶ τῶν ξενικῶν, περὶ δὲ τῶν
 πολιτικῶν λέγωμεν, περὶ ὧν μὴ γινομένων καλῶς διαστά-
 σεις γίνονται καὶ τῶν πολιτειῶν αἱ κινήσεις. ἀνάγκη δ'

15 A diferença entre os tribunais depende de três pontos básicos: de
 onde provêm os juizes; sobre que assuntos se devem ocupar; e qual o
 modo de nomeação. Quando me refiro à proveniência dos juizes, pretendo
 saber se são escolhidos de entre todos os cidadãos, ou só de entre alguns;
 quando falo das atribuições que lhe estão cometidas, pretendo saber
 quantas espécies de tribunais existem; quando menciono o modo de
 provimento, pretendo saber se são escolhidos por sorteio, ou eleição. Em
 primeiro lugar, definiremos quantas espécies de tribunais existem.

20 São oito as espécies de tribunais: um tribunal para a fiscalização
 das verbas públicas; um outro para os atentados à comunidade; outro
 ainda contra os delitos à integridade da constituição; um quarto para o
 conflito entre magistrados e privados em questões de multas; um quinto
 para os contratos particulares de grande amplitude; um outro para os
 casos de homicídio; e, por fim, um para os estrangeiros. O tribunal que
 julga os casos de homicídios reveste, por seu turno, várias formas: quando
 25 é constituído pelos mesmos juizes, ou por juizes diferentes; quando se
 trata de crimes premeditados ou involuntários; quando estamos em pre-
 sença de um crime reconhecido como tal ⁽⁸⁶⁾, mas que levanta reservas
 em termos de justiça; quando, em quarto lugar, a acusação incide sobre
 um exilado por homicídio no momento do seu regresso, tal como consta
 ter sucedido no tribunal de Freato em Atenas ⁽⁸⁷⁾. Todavia casos como
 estes são muito raros e só acontecem de tempos a tempos nas grandes
 30 cidades. Quanto ao tribunal de estrangeiros, também as suas competên-
 cias são distintas, consoante se trate de litígios surgidos entre estrangeiros
 entre si, ou de litígios entre estrangeiros e cidadãos. A par destes
 tribunais, existe também o vocacionado para dirimir contratos de pouca
 monta, ou seja, que implicam quantias do montante de um a cinco
 dracmas, ou pouco mais que isso ⁽⁸⁸⁾. Ora, também estas questões exigem
 um julgamento, ainda que não seja necessário comparecer diante de um
 grande plenário de juizes.

35 Mas deixemos de parte estes tribunais, incluindo os que tratam dos
 casos de homicídios e de estrangeiros, e falemos agora dos tribunais
 políticos, dado que é em virtude do seu mau funcionamento que se geram
 as revoltas e tumultos. Assim, necessariamente, ou todos os cidadãos

40 ἤτοι πάντας περὶ πάντων κρίνειν τῶν διηρημένων αἵρέσει
 ἢ κλήρῳ, ἢ πάντας περὶ πάντων τὰ μὲν κλήρῳ τὰ δ'
 αἵρέσει, ἢ περὶ ἐνίων τῶν αὐτῶν τοὺς μὲν κλήρῳ τοὺς δ'
 1301a αἵρετοῦς. οὗτοι μὲν οὖν οἱ τρόποι τέτταρες τὸν ἀριθμὸν· το-
 σοῦτοι δ' ἕτεροι καὶ οἱ κατὰ μέρος. πάλιν γὰρ ἐκ τινῶν
 καὶ οἱ δικάζοντες περὶ πάντων αἵρέσει, ἢ ἐκ τινῶν περὶ
 πάντων κλήρῳ, ἢ τὰ μὲν κλήρῳ τὰ δὲ αἵρέσει, ἢ ἐνια δικα-
 5 στήρια περὶ τῶν αὐτῶν ἐκ κληρωτῶν καὶ αἵρετῶν. οὗτοι μὲν
 οὖν, ὥσπερ ἐλέχθησαν, οἱ τρόποι <οἱ ἀντίστροφοι> τοῖς εἰρημένοις·
 ἔτι δὲ τὰ αὐτὰ συνδυαζόμενα, λέγω δ' οἷον τὰ μὲν ἐκ πάν-
 των τὰ δ' ἐκ τινῶν τὰ δ' ἐξ ἀμφοῖν (οἷον εἰ τοῦ αὐτοῦ
 δικαστηρίου εἶεν οἱ μὲν ἐκ πάντων οἱ δ' ἐκ τινῶν), καὶ ἢ
 10 κλήρῳ ἢ αἵρέσει ἢ ἀμφοῖν. ὅσους μὲν οὖν ἐνδέχεται τρόπους
 εἶναι τὰ δικαστήρια, εἴρηται· τούτων δὲ τὰ μὲν πρῶτα δημο-
 τικά, ὅσα ἐκ πάντων [ἢ] περὶ πάντων, τὰ δὲ δεύτερα ἀρι-
 στοκρατικά, ὅσα ἐκ τινῶν περὶ πάντων, τὰ δὲ τρίτα ἀρι-
 στοκρατικά καὶ πολιτικά, ὅσα τὰ μὲν ἐκ πάντων τὰ δ' ἐκ τινῶν.

podem julgar todos os casos, entretanto definidos, quer por eleição, quer
 por sorteio; ou todos os cidadãos podem julgar todas as questões, sendo 40
 que sobre umas julgam por eleição, enquanto sobre outras por sorteio;
 ou então pronunciam-se todos, mas só sobre determinadas questões, sendo
 parte dos juizes nomeados por sorteio, e parte por eleição. São portanto,
 em número de quatro, as formas de nomeação dos juizes (⁸⁹). 1301a

Outras tantas são as formas de nomeação, naquele caso em que os
 juizes nomeados são destacados de entre um grupo restrito de cidadãos.
 Nessa circunstância, os tribunais podem ser constituídos por alguns
 cidadãos e julgar todas as questões por eleição; podem também ser
 constituídos por alguns cidadãos e julgar todas as questões por sorteio;
 podem ainda ser constituídos por alguns cidadãos, sendo que parte deles
 julgam determinadas questões por sorteio, e parte deles por eleição;
 podem os tribunais, enfim, ter voz autorizada sobre os mesmos assuntos,
 e contudo parte dos seus juizes serem nomeados por sorteio, e parte por 5
 eleição.

Estas formas de nomeação, como dissemos, correspondem às que
 foram referidas atrás.

Ademais, os tribunais podem combinar os diversos modos de nome-
 ação na base dos dois critérios atrás apontados. Quero dizer com isto que
 os juizes podem, por exemplo, ser nomeados, parte deles de entre todos
 os cidadãos, parte só de entre alguns, e parte de ambos os lados (é o caso,
 por exemplo, quando destacamos para o mesmo tribunal juizes que
 provêm, uns de entre todos os cidadãos, e outros de entre um determinado
 grupo), e que essa nomeação pode ser feita, quer por sorteio, quer por
 nomeação, quer empregando os dois modos ao mesmo tempo. 10

Com isto, ficam indicados os modos de ser dos tribunais. Assim, os
 primeiros são democráticos: dizem respeito àqueles tribunais em que os
 juizes são nomeados de entre todos os cidadãos e se pronunciam sobre
 todas as matérias. Os segundos são oligárquicos: têm a ver com aqueles
 tribunais onde os juizes são nomeados só de entre uma parte dos cidadãos
 e decidem sobre todas as matérias. Os terceiros são aristocráticos e
 constitucionais, isto é, dizem respeito àqueles tribunais onde parte dos
 juizes são nomeados de entre todos os cidadãos, e parte só de entre
 alguns.

ΠΟΛΙΤΙΚΩΝ Ε

LIVRO V

15 Περὶ μὲν οὖν τῶν ἄλλων ὧν προειλόμεθα σχεδὸν
εἴρηται περὶ πάντων· ἐκ τίνων δὲ μεταβάλλουσιν αἱ πολι-
τεῖαι καὶ πόσων καὶ ποίων, καὶ τίνες ἐκάστης πολιτείας
φθοραί, καὶ ἐκ ποίων εἰς ποίας μάλιστα μεθίστανται, ἔτι
δὲ σωτηρίαι τίνες καὶ κοινῇ καὶ χωρὶς ἐκάστης εἰσὶν, ἔτι δὲ
20 διὰ τίνων ἂν μάλιστα σφύζοιτο τῶν πολιτειῶν ἐκάστη, σκε-
πτέον ἐφεξῆς τοῖς εἰρημένοις. δεῖ δὲ πρῶτον ὑπολαβεῖν
τὴν ἀρχήν, ὅτι πολλαὶ γεγένηται πολιτεῖαι πάντων μὲν
ὁμολογούντων τὸ δίκαιον καὶ τὸ κατ' ἀναλογίαν ἴσον, τούτου
δ' ἀμαρτανόντων, ὥσπερ εἴρηται καὶ πρότερον. δῆμος μὲν
25 γὰρ ἐγένετο ἐκ τοῦ ἴσου· ὅτι οὖν ὄντας οἶεσθαι ἀπλῶς ἴσους
εἶναι (ὅτι γὰρ ἐλεύθεροι πάντες ὁμοίως, ἀπλῶς ἴσοι εἶναι
νομίζουσιν), ὀλιγαρχία δὲ ἐκ τοῦ ἀνίσου· ἔν τι ὄντας ὅλως
εἶναι ἀνίσους ὑπολαμβάνειν (κατ' οὐσίαν γὰρ ἄνισοι ὄντες
ἀπλῶς ἄνισοι ὑπολαμβάνουσιν εἶναι). εἴτα οἱ μὲν ὥς ἴσοι
30 ὄντες πάντων τῶν ἴσων ἀξιούσι μετέχειν· οἱ δ' ὥς ἄνισοι
ὄντες πλεονεκτεῖν ζητοῦσιν, τὸ γὰρ πλεῖον ἄνισον. ἔχουσι
μὲν οὖν τι πᾶσαι δίκαιον, ἡμαρτημένοι δ' ἀπλῶς εἰσιν.
καὶ διὰ ταύτην τὴν αἰτίαν, ὅταν μὴ κατὰ τὴν ὑπόληψιν
ἦν ἐκάτεροι τυγχάνουσιν ἔχοντες μετέχωσι τῆς πολιτείας,
35 στασιάζουσιν. πάντων δὲ δικαιοτάτα μὲν ἂν στασιάζουσιν,

1. Causas principais de alteração dos regimes: revoltas e revoluções.

Já nos referimos a quase todos os pontos que nos prōpusemos tratar. 15
Porém, é nossa preocupação considerar agora em que circunstâncias se
alteram os governos da cidade, quer em relação ao número, quer em
relação à qualidade; por que razão se assiste à corrupção de cada regime;
de que tipo e em que espécie de regime se transformam; de que meios
de regeneração dispõem todos em comum e cada um deles em particular;
e por fim, por que modos poderá um regime ser melhor preservado. 20

Desde já é preciso estabelecer como princípio que muitos foram os
regimes que surgiram ao longo dos tempos. Mas apesar de todos concor-
darem no que seja justiça e igualdade proporcional, nunca atingiram esse
objectivo, como já tivemos a ocasião de salientar (1).

Nesse sentido, a democracia teve origem devido àqueles que se
sentiam iguais num determinado aspecto, se convencerem que eram 25
absolutamente iguais em qualquer circunstância; deste modo, todos os que
são livres de um modo semelhante, pretendem que todos sejam, pura e
simplesmente, iguais. A oligarquia, por seu turno, nasceu do facto de
aqueles que são desiguais num aspecto, supõem ser inteiramente
desiguais: sendo diferentes pelas posses, têm a pretensão de ser
absolutamente desiguais aos demais. Assim se explica o facto de uns
pretenderem, na sua condição de igualdade, partilhar inteiramente desse 30
estatuto igualitário ao passo que outros desejam, de acordo com a sua
condição desigual, possuir mais do que os restantes; a desigualdade
advém desse excesso.

Não há dúvida de que a cada um destes regimes subjaz um certo
teor de justiça; contudo, ambos se encontram induzidos em erro, falando
em absoluto, sendo por esse motivo que cada uma destas tendências entra
em conflito quando a sua participação no governo da cidade não
corresponde às ideias que cada qual defende. 35

Além disso, os indivíduos que teriam motivos mais que justos para se
revoltarem, ou seja, os que se regem na sua conduta pela justiça, são os que,
na verdade, menos se interessam pela revolta (2). Seriam eles, de facto,

1301b ἥκιστα δὲ τοῦτο πράττουσιν, οἱ κατ' ἀρετὴν διαφέροντες· μά-
 λιστα γὰρ εὐλογον ἀνίσους ἀπλῶς εἶναι τούτους μόνον. εἰσὶ
 δέ τινες οἱ κατὰ γένος ὑπερέχοντες οὐκ ἀξιοῦσι τῶν ἴσων
 αὐτοῦς διὰ τὴν ἀνισότητά ταύτην· εὐγενεῖς γὰρ εἶναι δο-
 κοῦσιν οἷς ὑπάρχει προγόνων ἀρετὴ καὶ πλοῦτος. ἀρχαὶ
 5 μὲν οὖν ὥς εἰπεῖν αὐταὶ καὶ πηγαὶ τῶν στάσεων εἰσιν, ὅθεν
 στασιάζουσιν· διὸ καὶ αἱ μεταβολαὶ γίνονται διχῶς· ὅτε
 μὲν γὰρ πρὸς τὴν πολιτείαν, ὅπως ἐκ τῆς καθεστηκυίας
 ἄλλην μεταστήσωσιν, οἷον ἐκ δημοκρατίας ὀλιγαρχίαν ἢ
 δημοκρατίαν ἐξ ὀλιγαρχίας, ἢ πολιτείαν καὶ ἀριστοκρατίαν
 10 ἐκ τούτων, ἢ ταύτας ἐξ ἐκείνων, ὅτε δ' οὐ πρὸς τὴν καθ-
 εστηκυίαν πολιτείαν, ἀλλὰ τὴν μὲν κατάστασιν προαιροῦνται
 τὴν αὐτήν, δι' αὐτῶν δ' εἶναι βούλονται ταύτην, οἷον τὴν
 ὀλιγαρχίαν ἢ τὴν μοναρχίαν· ἔτι περὶ τοῦ μᾶλλον καὶ
 ἥττον, οἷον ἢ ὀλιγαρχίαν οὔσαν εἰς τὸ μᾶλλον ὀλιγαρχεῖ-
 15 σθαι ἢ εἰς τὸ ἥττον, ἢ δημοκρατίαν οὔσαν εἰς τὸ μᾶλλον
 δημοκρατεῖσθαι ἢ εἰς τὸ ἥττον, ὁμοίως δὲ καὶ ἐπὶ τῶν
 λοιπῶν πολιτειῶν, ἢ ἵνα ἐπιταθῶσιν ἢ ἀνεθῶσιν· ἔτι πρὸς
 τὸ μέρος τι κινῆσαι τῆς πολιτείας, οἷον ἀρχὴν τινα κατα-
 στήσαι ἢ ἀνελεῖν, ὥσπερ ἐν Λακεδαιμονί φασι Λύσανδρον
 20 τινες ἐπιχειρῆσαι καταλῦσαι τὴν βασιλείαν καὶ Πausa-
 νίαν τὸν βασιλέα τὴν ἐφορείαν, καὶ ἐν Ἐπιδάμνῳ δὲ μετ-
 έβαλεν ἡ πολιτεία κατὰ μόριον (ἀντὶ γὰρ τῶν φυλάρ-
 χων βουλήν ἐποίησαν, εἰς δὲ τὴν ἡλιαίαν ἐπάναγκές ἐστιν
 25 ἐπιψηφίζηται ἀρχὴ τις, ὀλιγαρχικὸν δὲ καὶ ὁ ἀρχῶν ὁ
 εἷς ἦν ἐν τῇ πολιτείᾳ ταύτῃ). πανταχοῦ γὰρ διὰ τὸ ἀνίσον
 ἢ στάσις, οὐ μὴν εἰ τοῖς ἀνίσοις ὑπάρχει ἀνάλογον (αἰδῖος

1301b que teriam razões de sobra para se reclamar completamente diferentes dos
 demais. Há ainda aqueles cidadãos que, sobrepondo-se aos demais, por
 linhagem, desprezam os que reclamam a igualdade devido a esse aspecto
 que os diferencia. Na verdade, esses cidadãos, cujos antepassados se
 distinguiram por virtude e riqueza, são considerados bem nascidos.

São praticamente estes, a bem dizer, os princípios e as fontes que
 originaram as sublevações. Por isso mesmo, as transformações realizam-
 -se de duas formas: ou afectam o regime, visando substituir o poder
 vigente por outro (tal como sucede com as democracias que se transfor-
 mam em oligarquias e com as oligarquias que se alteram em democracias;
 ou ainda com os regimes constitucionais e as aristocracias que passam
 a democracias e a oligarquias, e vice-versa); ou, então, não afectam o
 regime estabelecido e, mesmo no caso em que se prefere conservá-lo,
 pretende-se que o governo recaia sobre a alçada dos sublevados (assim
 acontece com a oligarquia e a monarquia).

A questão das alterações de regime pode também ser analisada
 quanto ao grau de excesso ou de defeito, o que sucede em relação às
 oligarquias cujo poder pode ser exercido de uma forma mais oligárquica
 ou menos oligárquica. O mesmo se passa nos demais regimes, sempre que
 se visa intensificar ou atenuar o poder exercido sobre os cidadãos (?).

Por outro lado, as alterações políticas podem também ocorrer sem-
 pre que se pretende modificar certas partes das disposições constitu-
 cionais, tal como acontece, por exemplo, quando se suprime ou estabelece
 determinada magistratura. Assim parece ter sucedido em Esparta, segundo
 dizem, quando Lisandro (?) tomou em mãos a dissolução da realeza e, da
 mesma forma, quando o rei Pausânias (?) suprimiu o eforado (?).

No Epidamno consta que o regime também foi parcialmente
 alterado no sentido de instituir uma assembleia deliberativa, em lugar do
 conselho de chefes tribais, até então vigente; o facto de ainda hoje apenas
 os magistrados, de entre todos os que ocupam cargos públicos, terem a
 obrigação de se deslocar ao tribunal heliástico para eleger um magistrado
 supremo, revela uma posição oligárquica; a existência de um único
 magistrado supremo neste regime, também é uma marca oligárquica.

Em suma: as revoltas ocorrem sempre devido à desigualdade, a
 menos que se confira um estatuto semelhante aos que se encontram em

γάρ βασιλεία ἄνισος, ἐὰν ᾗ ἐν ἴσοις· ὅλως γάρ τὸ ἴσον
 ζητοῦντες στασιάζουσιν. ἔστι δὲ διττὸν τὸ ἴσον· τὸ μὲν γάρ
 30 ἀριθμῷ τὸ δὲ κατ' ἀξίαν ἐστίν. λέγω δὲ ἀριθμῷ μὲν τὸ
 πλήθει ἢ μεγέθει ταῦτ' ἴσον, κατ' ἀξίαν δὲ τὸ τῷ
 λόγῳ, οἷον ὑπερέχει κατ' ἀριθμὸν μὲν ἴσῳ τὰ τρία τοῖν
 δυοῖν καὶ ταῦτα τοῦ ἐνός, λόγῳ δὲ τὰ τέτταρα τοῖν δυοῖν καὶ
 35 ταῦτα τοῦ ἐνός· ἴσον γάρ μέρος τὰ δύο τῶν τετάρων καὶ
 τὸ ἐν τοῖν δυοῖν· ἄμφω γάρ ἡμίση. ὁμολογοῦντες δὲ τὸ
 ἀπλῶς εἶναι δίκαιον τὸ κατ' ἀξίαν, διαφέρονται, καθάπερ
 ἐλέχθη πρότερον, οἱ μὲν ὅτι, ἐὰν κατὰ τὶ ἴσοι ᾖσιν, ὅλως ἴσοι
 νομίζουσιν εἶναι, οἱ δ' ὅτι, ἐὰν κατὰ τὶ ἄνισοι, πάν-
 των ἀνίσων ἀξιοῦσιν ἑαυτούς. διὸ καὶ μάλιστα δύο γίνονται
 40 πολιτεῖαι, δῆμος καὶ ὀλιγαρχία· εὐγένεια γάρ καὶ ἀρετὴ
 1302a ἐν ὀλίγοις, ταῦτα δ' ἐν πλείοσιν· εὐγενεῖς γάρ καὶ ἀγαθοὶ
 οὐδαμῷ ἑκατόν, εὐποροὶ δὲ <καὶ ἄποροι> πολλοὶ πολλαχοῦ. τὸ δὲ
 ἀπλῶς πάντῃ καθ' ἑκατέραν τετάχθαι τὴν ἰσότητα φαῦ-
 λον. φανερόν δ' ἐκ τοῦ συμβαίνοντος· οὐδεμία γάρ μόνιμος
 5 ἐκ τῶν τοιούτων πολιτειῶν. τούτου δ' αἴτιον ὅτι ἀδύνατον ἀπὸ
 τοῦ πρώτου καὶ τοῦ ἐν ἀρχῇ ἡμαρτημένου μὴ ἀπαντᾶν εἰς τὸ
 τέλος κακόν τι. διὸ δεῖ τὰ μὲν ἀριθμητικῇ ἰσότητι χρῆ-
 σθαι, τὰ δὲ τῇ κατ' ἀξίαν. ὅμως δὲ ἀσφαλεστέρα καὶ
 ἀστασίαστος μᾶλλον ἢ δημοκρατία τῆς ὀλιγαρχίας. ἐν μὲν
 10 γάρ ταῖς ὀλιγαρχίαις ἐγγίνονται δύο, ἢ τε πρὸς ἀλλήλους
 στάσις καὶ ἐτι ἢ πρὸς τὸν δῆμον, ἐν δὲ ταῖς δημοκρατίαις
 ἢ πρὸς τὴν ὀλιγαρχίαν μόνον, αὐτῷ δὲ πρὸς αὐτόν, ὃ τι

situação de desigualdade (a realeza vitalícia, por exemplo, só gera
 desigualdade quando exercida num contexto igualitário). Por conseguinte,
 são os que procuram a igualdade quem, de um modo geral, desencadeia
 as revoltas.

Há duas formas de conceber a igualdade: ou segundo o número, ou
 segundo o mérito (?). Considero numérica a igualdade que diz respeito ao
 que é igual e idêntico, em quantidade e grandeza. Por igualdade segundo
 o mérito, considero o que é igual em termos proporcionais. Por exemplo:
 é no plano de uma igualdade numérica que o três excede o dois, e o dois
 ao um. Contudo, é de uma igualdade proporcional que se trata, quando
 o quatro excede o dois, e o dois o um; de facto, o dois e o um são,
 respectivamente, partes iguais do quatro e do dois, isto é, ambos dizem
 respeito às respectivas metades.

Deste modo, partindo do princípio que todos estamos de acordo que
 a justiça exercida de um modo absoluto visa a igualdade segundo o
 mérito, surgem divergências porque — como já foi referido (?) — alguns,
 sendo iguais em certos aspectos, presumem ser iguais em tudo, ao passo
 que outros, sendo desiguais nalgum ponto, reclamam para si mesmos uma
 total desigualdade em todas as coisas.

É devido a esta ambivalência no modo de conceber a igualdade que
 podem surgir duas formas de regime: a democracia e a oligarquia. É
 verdade que a ascendência ilustre e a virtude são apanágio de um número
 restrito de cidadãos. Contudo, não é menos verdade que encontramos
 1302a muitos mais atributos numa parte considerável da população. Além disso,
 onde quer que estejamos, não encontramos mais de cem homens bem
 nascidos e virtuosos; no entanto, gente com riqueza, há em toda a parte.

É má solução, por conseguinte, proceder à ordenação constitucional
 de um regime, alicerçando-a integralmente numa dessas acepções igua-
 litárias. Nada o prova melhor do que a evidência dos factos: nenhum
 destes regimes possui estabilidade governamental. A causa dessa insta-
 5 bilidade reside na impossibilidade de que, a partir de um princípio inicial
 erróneo, não se atinja um resultado nefasto (?). Para o evitar, é preciso
 aplicar necessariamente, nalguns casos, a igualdade numérica, e noutros,
 a igualdade segundo o mérito.

A democracia revela-se, apesar de tudo, mais sólida e estável do
 que a oligarquia. Com efeito, podem eclodir no interior dos regimes
 oligárquicos duas espécies de diferendos: oligarcas que se revoltam entre
 si, e oligarcas que se insurgem contra o povo. Em contrapartida, as
 10 revoltas que têm origem nos regimes democráticos limitam-se a visar as

καὶ ἄξιον εἰπεῖν, οὐκ ἐγγίνεται τῷ δήμῳ στάσις· ἐτι δὲ
 ἢ ἐκ τῶν μέσων πολιτεία ἐγγυτέρω τοῦ δήμου ἢ ἡ τῶν ὀλί-
 15 γων· ἥπερ ἐστὶν ἀσφαλεστάτη τῶν τοιούτων πολιτειῶν.
 2 Ἐπεὶ δὲ σκοποῦμεν ἐκ τίνων αἵ τε στάσεις γίνονται
 καὶ αἱ μεταβολαὶ περὶ τὰς πολιτείας, ληπτέον καθόλου
 πρῶτον τὰς ἀρχάς καὶ τὰς αἰτίας αὐτῶν. εἰσὶ δὲ σχεδὸν
 ὡς εἰπεῖν τρεῖς τὸν ἀριθμόν, ὡς διοριστέον καθ' αὐτάς τύπων
 20 πρῶτον. δεῖ γὰρ λαβεῖν πῶς τε ἔχοντες στασιάζουσι καὶ
 τίνων ἕνεκεν, καὶ τρίτον τίνες ἀρχαὶ γίνονται τῶν πολι-
 τικῶν ταραχῶν καὶ τῶν πρὸς ἀλλήλους στάσεων. τοῦ μὲν οὖν
 αὐτοῦς ἔχειν πῶς πρὸς τὴν μεταβολὴν αἰτίαν καθόλου μά-
 λιστα θετέον περὶ ἧς ἤδη τυγχάνομεν εἰρηκότες. οἱ μὲν
 25 γὰρ ἰσότητος ἐφιέμενοι στασιάζουσιν ἂν νομίζωσιν ἔλαττον
 ἔχειν ὄντες ἴσοι τοῖς πλεονεκτοῦσιν, οἱ δὲ τῆς ἀνισότητος
 καὶ τῆς ὑπεροχῆς ἂν ὑπολαμβάνωσιν ὄντες ἄνισοι μὴ
 πλέον ἔχειν ἀλλ' ἴσον ἢ ἔλαττον (τούτων δ' ἐστὶ μὲν ὀρέ-
 γεσθαι δικαίως, ἐστὶ δὲ καὶ ἀδίκως)· ἐλάττους τε γὰρ ὄν-
 30 τες ὅπως ἴσοι ᾧσι στασιάζουσιν, καὶ ἴσοι ὄντες ὅπως μεί-
 ζους. πῶς μὲν οὖν ἔχοντες στασιάζουσιν, εἴρηται· περὶ ᾧ δὲ
 στασιάζουσιν ἐστὶ κέρδος καὶ τιμὴ καὶ τάναντία τούτοις. καὶ
 γὰρ ἀτιμίαν φεύγοντες καὶ ζημίαν, ἢ ὑπὲρ αὐτῶν ἢ τῶν
 φίλων, στασιάζουσιν ἐν ταῖς πόλεσιν. αἱ δ' αἰτίαι καὶ ἀρ-
 35 χαὶ τῶν κινήσεων, ὅθεν αὐτοὶ τε διατίθενται τὸν εἰρημένον
 τρόπον καὶ περὶ τῶν λεχθέντων, ἐστὶ μὲν ὡς τὸν ἀριθμόν
 ἐπὶ τυγχάνουσιν οὔσαι, ἐστὶ δ' ὡς πλείους. ᾧν δύο μὲν ἐστὶ
 ταῦτά τοις εἰρημένοις, ἀλλ' οὐχ ὡσαύτως· διὰ κέρδος γὰρ

facções oligárquicas. Vale a pena referir que não há sublevações do povo contra si próprio ⁽¹⁰⁾, dignas de menção. Além disso, é preciso referir que o governo da classe média está muito mais próximo das facções demo-
 15 cráticas do que está das oligarquias, o que contribui para o tornar no mais estável dos regimes desta espécie ⁽¹¹⁾.

2. Os estados de espírito propícios à ocorrência de revoltas.

Depois de nos termos apercebido, a partir do que foi dito, do modo como nascem as revoltas e as alterações de regime, importa agora ver, do modo mais cabal possível, as suas origens e causas. Para falarmos sucintamente, estas são três. Começaremos em primeiro lugar por delimitar cada uma delas de modo resumido. Para isso impõe-se saber a
 20 disposição de ânimo dos que provocam as revoltas; em segundo lugar, o fim que visam; em terceiro lugar, as origens das agitações e lutas dos cidadãos entre si.

Deve considerar-se que a causa mais importante da disposição de ânimo propensa à revolta, é aquela que ainda há pouco referimos. Os partidários da igualdade fomentam as sublevações sempre que constatarem que, apesar de iguais, estão em desvantagem em relação a outros que
 25 possuem mais do que eles. Por outro lado, os partidários da desigualdade fazem o mesmo: originam lutas se constatarem que, sendo desiguais, não se vêem com mais do que os outros, mas precisamente com o mesmo, ou menos ainda. As facções que aspiram a qualquer um destes estatutos, fazem-no com justas razões, embora por vezes de um modo injusto.

Estas considerações valem para os que, sendo inferiores, se revoltam
 30 para serem iguais aos restantes, e para aqueles que, sendo desiguais, se revoltam para serem superiores aos demais. É assim que procedem, efectivamente, os que incitam às revoltas sociais, tal como acabámos de referir. As causas das origens das sublevações são o lucro e a honra, mas também os respectivos opostos ⁽¹²⁾, dado que as lutas surgem nas cidades, para escapar às desonras e aos prejuízos materiais, quer dos próprios quer dos amigos.

As causas e princípios de que derivam estas agitações (em vista das
 35 quais ficam esclarecidas as razões da atitude revoltosa que referimos, e os fins a que aludimos) ⁽¹³⁾ são, num certo sentido, em número de sete, e noutro sentido, ainda mais. Já referimos duas dessas causas, se bem que actuem de modo diferente. Com efeito, os ânimos dos cidadãos exaltam-se uns contra os outros por causa do lucro e da honra. Não se exaltam

καὶ διὰ τιμὴν παροξύνονται πρὸς ἀλλήλους οὐχ ἵνα κτή-
 40 σονται σφίσιν αὐτοῖς, ὥσπερ εἴρηται πρότερον, ἀλλ' ἐτέ-
 1302b ρους ὁρῶντες τοὺς μὲν δικαίως τοὺς δ' ἀδίκως πλεονεκτοῦντας
 τούτων· ἔτι διὰ ὕβριν, διὰ φόβον, διὰ ὑπεροχὴν, διὰ κατα-
 φρόνησιν, διὰ αὐξήσιν τὴν παρὰ τὸ ἀνάλογον· ἔτι δὲ
 5 διὰ ἄνομιότητα. 3 Τούτων δὲ ὕβρις μὲν καὶ κέρδος τίνα ἔχου-
 σι δύναμιν καὶ πῶς αἰτία, σχεδὸν ἐστὶ φανερόν· ὑβρίζοντων
 τε γὰρ τῶν ἐν ταῖς ἀρχαῖς καὶ πλεονεκτούντων στασιάζουσι
 καὶ πρὸς ἀλλήλους καὶ πρὸς τὰς πολιτείας τὰς διδούσας
 τὴν ἐξουσίαν· ἡ δὲ πλεονεξία γίνεται ὅτε μὲν ἀπὸ τῶν
 10 ἰδίων ὅτε δὲ ἀπὸ τῶν κοινῶν. —δῆλον δὲ καὶ ἡ τιμὴ, καὶ
 τί δύναται καὶ πῶς αἰτία στάσεως· καὶ γὰρ αὐτοὶ ἀτιμαζό-
 μενοι καὶ ἄλλους ὁρῶντες τιμωμένους στασιάζουσιν· ταῦτα
 δὲ ἀδίκως μὲν γίνεται ὅταν παρὰ τὴν ἀξίαν ἢ τιμῶνται
 τινες ἢ ἀτιμάζωνται, δικαίως δὲ ὅταν κατὰ τὴν ἀξίαν.
 15 —δι' ὑπεροχὴν δέ, ὅταν τις ἢ τῇ δυνάμει μείζων (ἢ εἰς ἡ
 πλείους) ἢ κατὰ τὴν πόλιν καὶ τὴν δύναμιν τοῦ πολιτεύ-
 ματος· γίνεσθαι γὰρ εἰώθεν ἐκ τῶν τοιούτων μοναρχία ἢ
 δυναστεία· διὸ ἐνιαχοῦ εἰώθασιν ὀστρακίζειν, οἷον ἐν Ἀργεὶ
 καὶ Ἀθήνησιν· καίτοι βέλτιον ἐξ ἀρχῆς ὁρᾶν ὅπως μὴ ἐν-
 20 ἔσονται τοσοῦτον ὑπερέχοντες, ἢ ἑάσαντας γενέσθαι ἰᾶσθαι
 ὕστερον. —διὰ δὲ φόβον στασιάζουσιν οἱ τε ἡδίκηκότες, δεδιό-
 τες μὴ δῶσι δίκην, καὶ οἱ μέλλοντες ἀδικεῖσθαι, βουλόμε-
 νοι φθάσαι πρὶν ἀδικηθῆναι, ὥσπερ ἐν Ῥόδῳ συνέστησαν

para obter proveito para si próprios, como já referimos, mas por verem, 40
 justa ou injustamente, que uns prosperam muito mais do que outros. Além 1302b
 destas, outras causas podem ser acrescentadas.

De um lado, há as que derivam da soberba, do medo, da vontade
 de superioridade, do desprezo e do excesso desproporcionado de poder.
 Outro tipo de causas são a intriga, o desleixo, as minudências, e a
 disparidade (¹⁴).

3. Exposição das causas das revoluções.

Está bem patente no que ficou exposto de que modo o excesso e 5
 a ambição de bens materiais causam revoltas políticas. Com efeito, muitas
 vezes, nascem as revoltas devido aos magistrados abusarem dos cargos
 e serem demasiado ambiciosos, sublevando-se uns contra os outros, ou
 contra o regime que lhes concedeu a autoridade. Na verdade, a ambição
 desmedida dos magistrados é sustentada quer à custa dos bens privados
 quer em detrimento do erário público. 10

Também é evidente que a avidez de honrarias pode ser causa de
 sublevação. A partir do momento em que alguém privado de honras nota
 que os outros as possuem em excesso, segue o caminho da revolta. Esse
 afã de honrarias é injusto se a respectiva atribuição ou privação não
 corresponder ao mérito de cada cidadão; mas é justo se estiver de acordo
 com os merecimentos pessoais.

A prepotência também é causa de sedição sempre que alguém (um 15
 ou vários) se dispõe a exercer um poder que exorbita das competências
 que lhe foram atribuídas pela cidade ou pela autoridade governamental.
 É destas atitudes que costumam surgir ou a monarquia (¹⁵) ou os regimes
 autoritários. É também pelo mesmo motivo que, em certos lugares, se
 pratica o ostracismo, tal como sucedeu em Argos (¹⁶) e Atenas. É
 preferível vigiar, logo de início, os que detêm um poder excessivo, para
 os impedir de realizar intentos despóticos, em vez de, deixá-los à vontade 20
 e só depois procurar o remédio.

O medo também está na base dos distúrbios. Manifesta-se não só
 nos que inoerrem em delito (e que por isso temem um castigo), como
 também nos que, na iminência de serem vítimas de uma injustiça,
 preferem tomar precauções. Assim aconteceu em Rodes quando os

οἱ γνώριμοι ἐπὶ τὸν δῆμον διὰ τὰς ἐπιφερομένας δίκας.
 25 -διὰ καταφρόνησιν δὲ καὶ στασιάζουσι καὶ ἐπιτίθενται, οἷον
 ἐν τε ταῖς ὀλιγαρχίαις, ὅταν πλείους ὦσιν οἱ μὴ μετέχον-
 τες τῆς πολιτείας (κρείττους γὰρ οἶονται εἶναι), καὶ ἐν ταῖς
 δημοκρατίαις οἱ εὐποροὶ καταφρονήσαντες τῆς ἀταξίας καὶ
 30 ἀναρχίας, οἷον καὶ ἐν Θήβαις μετὰ τὴν ἐν Οἰνοφύτοις
 μάχην κακῶς πολιτευομένων ἡ δημοκρατία διεφθάρη, καὶ
 ἡ Μεγαρέων δι' ἀταξίαν καὶ ἀναρχίαν ἡττηθέντων, καὶ ἐν
 Συρακούσαις πρὸ τῆς Γέλωνος τυραννίδος, καὶ ἐν Ῥόδῳ ὁ
 δῆμος πρὸ τῆς ἐπαναστάσεως. γίνονται δὲ καὶ δι' αὐξήσιν
 τὴν παρὰ τὸ ἀνάλογον μεταβολαὶ τῶν πολιτειῶν. ὥσπερ
 35 γὰρ σῶμα ἐκ μερῶν σύγκειται καὶ δεῖ αὐξάνεσθαι ἀνά-
 λογον ἵνα μένῃ ἡ συμμετρία, εἰ δὲ μὴ, φθείρεται, ὅταν ὁ
 μὲν πούς τεττάρων πηχῶν ᾖ τὸ δ' ἄλλο σῶμα δυοῖν σπι-
 θαμαῖν, ἐνίοτε δὲ καὶ εἰς ἄλλου ζώου μεταβάλῃ μορφήν,
 εἰ μὴ μόνον κατὰ τὸ ποσὸν ἀλλὰ καὶ κατὰ τὸ ποιὸν
 40 αὐξάνοιτο παρὰ τὸ ἀνάλογον, οὕτω καὶ πόλις σύγκειται
 1303a ἐκ μερῶν, ὧν πολλάκις λανθάνει τι αὐξανόμενον, οἷον τὸ
 τῶν ἀπόρων πλῆθος ἐν ταῖς δημοκρατίαις καὶ πολιτείαις.
 συμβαίνει δ' ἐνίοτε τοῦτο καὶ διὰ τύχας, οἷον ἐν Τάραντι
 ἡττηθέντων καὶ ἀπολομένων πολλῶν γνωρίμων ὑπὸ τῶν
 5 Ἰαπύγων μικρὸν ὕστερον τῶν Μηδικῶν δημοκρατία ἐγένετο
 ἐκ πολιτείας, καὶ ἐν Ἀργεὶ τῶν ἐν τῇ ἐβδόμῃ ἀπολομέ-
 νων ὑπὸ Κλεομένους τοῦ Λάκωνος ἠναγκάσθησαν παρα-
 δέξασθαι τῶν περιοίκων τινάς, καὶ ἐν Ἀθήναις ἀτυχοῦντων
 πεζῇ οἱ γνώριμοι ἐλάττους ἐγένοντο διὰ τὸ ἐκ καταλόγου
 10 στρατεύεσθαι ὑπὸ τὸν Λακωνικὸν πόλεμον. συμβαίνει δὲ
 τοῦτο καὶ ἐν ταῖς δημοκρατίαις, ἥττον δὲ πλειόνων γὰρ

notáveis da cidade se aliaram contra o povo, devido às acusações de que eram objecto (17).

O desprezo é também causador de revoltas e lutas. Surge nos regimes oligárquicos sempre que uma grande massa de cidadãos não partilha do governo da cidade e se sente mais forte; e também ocorre nos regimes democráticos onde os ricos menosprezam a desordem e a anarquia. Assim sucedeu em Tebas (18) após a derrota de Enófita (19), em que um mau governo levou a democracia à ruína. O mesmo sucedeu entre os habitantes de Mégara, depois de uma derrota causada pela desordem e anarquia (20); e em Siracusa, antes da tirania de Gélon (21); e em Rodes, antes da rebelião.

As revoluções políticas também ocorrem devido ao crescimento desmedido de uma parte da cidade. Da mesma forma que o corpo é constituído por membros, sendo necessário que todos se desenvolvam harmoniosamente (22), a fim de se manterem as devidas proporções (não se dê o caso de o corpo ficar disforme, se o pé se apresenta com quatro braços de comprimento, enquanto o corpo restante tem apenas três quartos de pé; e seria um outro ser vivo se esse crescimento desproporcionado atingisse não só a grandeza quantitativa como qualitativa), assim também uma cidade é composta por partes cada uma das quais frequentemente cresce em demasia, sem nos darmos conta. É o que acontece quando existe uma massa excessiva de pobres nas democracias ou nos regimes constitucionais.

É verdade que esse crescimento desproporcionado pode surgir de modo imprevisto. Isso aconteceu em Tarento (23) quando o regime constitucional passou a democrático, pouco depois de os notáveis da cidade terem sido vencidos e dizimados pelos Iapígiος (24), logo após as Guerras Persas. O mesmo sucedeu em Argos quando a cidade se viu na obrigação de receber um contingente de periecos, após a derrota infligida por Cleómenes (25), o Espartano, no sétimo dia do mês de Apolo (26). Os atenienses tiveram idêntico revés quando os notáveis da cidade ficaram muito reduzidos depois das derrotas terrestres, infligidas por Esparta, durante a guerra do Peloponeso, na qual os soldados eram recrutados da lista de cidadãos (27). O crescimento excessivo de um poder é também apanágio dos regimes democráticos, embora em menor

τῶν εὐπόρων γινομένων ἢ τῶν οὐσιῶν αὐξανομένων μετα-
 βάλλουσιν εἰς ὀλιγαρχίας καὶ δυναστείας. -μεταβάλλουσι
 δ' αἱ πολιτεῖαι καὶ ἄνευ στάσεως διὰ τε τὰς ἐριθείας, ὥσ-
 περ ἐν Ἡραίᾳ (ἐξ αἰρετῶν γὰρ διὰ τοῦτο ἐποίησαν κληρω-
 15 τὰς, ὅτι ἡροῦντο τοὺς ἐριθευομένους), καὶ δι' ὀλιγωρίαν, ὅταν
 ἐάσωσιν εἰς τὰς ἀρχὰς τὰς κυρίας παριέναι τοὺς μὴ τῇ
 πολιτεῖᾳ φίλους, ὥσπερ ἐν Ὠρεῶ κατελύθη ἡ ὀλιγαρχία
 τῶν ἀρχόντων γενομένου Ἡρακλεοδώρου, ὃς ἐξ ὀλιγαρχίας
 20 πολιτεῖαν καὶ δημοκρατίαν κατεσκεύασεν. -ἔτι διὰ τὸ παρὰ
 μικρόν. λέγω δὲ παρὰ μικρόν, ὅτι πολλάκις λανθάνει μεγά-
 λη γινομένη μετάβασις τῶν νομίμων, ὅταν παρορῶσι
 τὸ μικρόν, ὥσπερ ἐν Ἀμβρακίᾳ μικρόν ἦν τὸ τίμημα, τέ-
 λος δ' <ἀπ> οὐθενὸς ἦρχον, ὥς ἐγγίζον ἢ μῆθεν διαφέρων τοῦ
 25 μῆθεν τὸ μικρόν. στασιωτικὸν δὲ καὶ τὸ μὴ ὁμόφυλον, ἕως ἄν
 συμπνεύσῃ· ὥσπερ γὰρ οὐδ' ἐκ τοῦ τυχόντος πλήθους πόλις
 γίγνεται, οὕτως οὐδ' ἐν τῷ τυχόντι χρόνῳ· διὸ ὅσοι ἤδη
 συνοίκους ἐδέξαντο ἢ ἐποίκους, οἱ πλεῖστοι διεστασίασαν· οἷον
 Τροιζηνίοις Ἀχαιοὶ συνώκησαν Σύβαριν, εἴτα πλείους οἱ
 30 Ἀχαιοὶ γενόμενοι ἐξέβαλον τοὺς Τροιζηνίους, ὅθεν τὸ ἄγος
 συνέβη τοῖς Συβαρίταις· καὶ ἐν Θουρίοις Συβαρίταις τοῖς
 συνοικήσασιν (πλεονεκτεῖν γὰρ ἀξιοῦντες ὥς σφετέρως τῆς
 χώρας ἐξέπεσον)· καὶ Βυζαντίοις οἱ ἐποίκοι ἐπιβουλεύοντες
 φωραθέντες ἐξέπεσον διὰ μάχης· καὶ Ἀντισσαῖοι τοὺς Χίων

escala. Quando os ricos ficam mais numerosos ou a sua fortuna aumenta,
 passa-se para um regime oligárquico ou autoritário.

Mesmo sem a ocorrência de revoltas, os regimes podem alterar-se
 em consequência de contendas eleitorais. Assim sucedeu em Heraia⁽²⁸⁾,
 15 onde se passou a proceder a nomeações por sorteio para cargos públicos,
 em detrimento da eleição, já que antes só os fomentadores de intrigas
 eram eleitos para os cargos. Além disso, os regimes podem alterar-se por
 negligência, sempre que é permitido o acesso aos cargos superiores da
 magistratura daqueles que constituem uma ameaça para o regime insti-
 tuído. Foi isso que aconteceu em Oreu⁽²⁹⁾, onde Heracleodoro, depois de
 se tornar um dos magistrados, substituiu a oligarquia por um regime
 constitucional e uma democracia.

As alterações de regimes podem surgir por não se atender a
 20 minudências. Chamo 'minudências' porque, muitas vezes não nos damos
 conta que o desdém de pormenores ínfimos acarreta uma grande revolu-
 ção nas leis e nos costumes⁽³⁰⁾. Foi o que se passou em Ambrácia⁽³¹⁾,
 onde o nível censitário de riqueza exigido para as magistraturas de bens,
 começou por ser baixo e acabou por ser nulo, por se julgar que a
 diferença entre o pouco exigido e nada, era nula ou desdenhável.

A ausência de unidade de raça⁽³²⁾ também é factor de destabilização,
 25 enquanto não existir uma unidade espiritual⁽³³⁾. Na verdade, tal como uma
 cidade não provém de uma multidão qualquer, também não se forma num
 momento qualquer⁽³⁴⁾. O facto de, até agora, as cidades terem admitido
 estrangeiros como co-fundadores e co-colonizadores de outra raça, motiva
 grande parte das revoltas. Assim sucedeu ao tempo em que Aqueus e
 Trizénios se estabeleceram conjuntamente em Síbaris⁽³⁵⁾. Tendo-se tornado
 muito numerosos, os Aqueus expulsaram os Trizénios (o que explica o
 30 sacrilégio em que incorreram os Sibaritas). O mesmo sucedeu em Túria⁽³⁶⁾,
 onde os Sibaritas, que partilhavam o território com co-colonizadores foram
 de lá expulsos por reclamarem a supremacia a pretexto de que o território
 era deles. Em Bizâncio⁽³⁷⁾, os colonos que conspiraram contra os habi-
 tantes da cidade, foram expulsos do território, à força, depois de per-
 seguidos. Os habitantes de Antissos forçaram os exilados provenientes

35 φυγάδας εἰσδεξάμενοι διὰ μάχης ἐξέβαλον Ζαγκλαῖοι
 δὲ Σαμίους ὑποδεξάμενοι ἐξέπεσον αὐτοί· καὶ Ἀπολ-
 λωνιάται οἱ ἐν τῷ Εὐξείνῳ πόντῳ ἐποίκους ἐπαγαγόμενοι
 ἔστασίασαν· καὶ Συρακούσιοι μετὰ τὰ τυραννικὰ τοὺς ξένους
 1303b καὶ τοὺς μισθοφόρους πολίτας ποιησάμενοι ἔστασίασαν καὶ
 εἰς μάχην ἦλθον· καὶ Ἀμφιπολίται δεξάμενοι Χαλκιδέων
 ἐποίκους ἐξέπεσον ὑπὸ τούτων οἱ πλείστοι αὐτῶν. στασιάζουσι
 δ' ἐν μὲν ταῖς ὀλιγαρχίαις οἱ πολλοὶ ὥς ἀδικούμενοι, ὅτι
 5 οὐ μετέχουσι τῶν ἴσων, καθάπερ εἴρηται πρότερον, ἴσοι ὄντες,
 ἐν δὲ ταῖς δημοκρατίαις οἱ γνώριμοι, ὅτι μετέχουσι τῶν
 ἴσων οὐκ ἴσοι ὄντες. στασιάζουσι δὲ ἐνίοτε αἱ πόλεις καὶ διὰ
 τοὺς τόπους, ὅταν μὴ εὐφυῶς ἔχη ἡ χώρα πρὸς τὸ μίαν
 εἶναι πόλιν, οἷον ἐν Κλαζομεναῖς οἱ ἐπὶ Χυτῷ πρὸς τοὺς
 10 ἐν νήσῳ, καὶ Κολοφώνιοι καὶ Νοτιεῖς· καὶ Ἀθήνησιν οὐχ
 ὁμοίως εἰσὶν ἀλλὰ μᾶλλον δημοτικοὶ οἱ τὸν Πειραιᾶ οἰκοῦν-
 τες τῶν τὸ ἄστρ. ὥσπερ γὰρ ἐν τοῖς πολέμοις αἱ δια-
 βάσεις τῶν ὀχετῶν, καὶ τῶν πάνυ σμικρῶν, διασπῶσι τὰς
 φάλαγγας, οὕτως ἔοικε πᾶσα διαφορὰ ποιεῖν διάστασιν.
 15 μεγίστη μὲν οὖν ἴσως διάστασις ἀρετῇ καὶ μοχθηρίᾳ, εἴτα
 πλοῦτος καὶ πενία, καὶ οὕτως δὴ ἑτέρα ἑτέρας μᾶλλον, ὧν
 μία καὶ ἡ εἰρημένη ἐστί. 4 Γίγνονται μὲν οὖν αἱ στάσεις
 οὐ περὶ μικρῶν ἀλλ' ἐκ μικρῶν, στασιάζουσι δὲ περὶ μεγά-
 λων. μάλιστα δὲ καὶ αἱ μικραὶ ἰσχύουσιν, ὅταν ἐν τοῖς κυρίοις

35 de Quios e acolhidos na sua terra, a abandonar o seu território. Os
 habitantes de Zanclo⁽³⁸⁾ foram banidos pelo povo de Samos que, inicialmente
 tinha sido aceite no território daqueles. Os habitantes de Apolónia⁽³⁹⁾, no
 Ponto Euxino, depois de introduzirem colonos no seu território, também
 acabaram por se envolver em confrontos. Os habitantes de Siracusa, após
 a tirania⁽⁴⁰⁾, tendo outorgado cidadania aos estrangeiros e mercenários, 1303b
 sofreram sedições e envolveram-se em lutas. O mesmo sucedeu aos
 habitantes de Anfípolis⁽⁴¹⁾, que, depois de aceitarem no seu território
 colonos de Calcídia, acabaram por ser expulsos, na maior parte por eles.

No contexto das oligarquias, a sedição ocorre quando a maioria se
 julga defraudada, apesar da igualdade, na medida em que não auferem dos
 mesmos privilégios, tal como já foi referido. Nas democracias a revolta 5
 ocorre porque os notáveis, ainda que não sejam iguais aos restantes, têm
 que partilhar com todos os mesmos direitos.

Por vezes, os motivos de revolta nas cidades residem na própria
 disposição topográfica, ou seja, quando o território não tem condições natu-
 rais para assegurar a coesão da cidade. Tal sucede, por exemplo, na Clazo-
 ménia⁽⁴²⁾, onde os habitantes de Cito não se relacionam com os da ilha, nem 10
 os de Colófon com os de Nócio⁽⁴³⁾. Mesmo em Atenas não há convergência
 de posições: os habitantes do Pireu⁽⁴⁴⁾ são mais partidários da democracia
 do que os da Acrópole. Tal como os cursos de água, por mais pequenos que
 sejam, separam uma formação em ordem de batalha, do mesmo modo todo
 o diferendo provoca divisão na cidade. A divisão maior é a que separa a
 virtude do vício; segue-lhe a que separa a opulência da penúria; e sempre
 assim sucessivamente em relação a outras diferenças, consoante o grau de 15
 importância que se lhes atribuir, entre as quais se inserem a que atrás referimos.

4. Questões insignificantes provocam grandes revoluções.

As revoltas nascem de minudências mas não visam
 minudências⁽⁴⁵⁾: sempre grandes objectivos. É frequente que coisas
 insignificantes venham a ter importância decisiva, ainda para mais se
 conotadas com o exercício das magistraturas. Foi o que sucedeu, em

20 γένωνται, οἷον συνέβη καὶ ἐν Συρακούσαις ἐν τοῖς ἀρχαίοις
 χρόνοις. μετέβαλε γὰρ ἡ πολιτεία ἐκ δύο νεανίσκων στασι-
 ασάντων <τῶν> ἐν ταῖς ἀρχαῖς ὄντων, περὶ ἐρωτικὴν αἰτίαν.
 θατέρου γὰρ ἀποδημοῦντος ἑταῖρος ὢν τις τὸν ἐρώμενον αὐτοῦ
 25 ὑπεποιήσατο, πάλιν δ' ἐκεῖνος τούτῳ χαλεπήνας τὴν γυ-
 ναῖκα αὐτοῦ ἀνέπεισεν ὥς αὐτὸν ἐλθεῖν· ὅθεν προσλαμβά-
 νοντες τοὺς ἐν τῷ πολιτεύματι διεστασίασαν πάντας. διόπερ
 ἀρχομένων εὐλαβεῖσθαι δεῖ τῶν τοιούτων, καὶ διαλύειν τὰς
 τῶν ἡγεμόνων καὶ δυναμένων στάσεις· ἐν ἀρχῇ γὰρ γίνε-
 30 ται τὸ ἀμάρτημα, ἢ δ' ἀρχὴ λέγεται ἡμῖς εἶναι παντός,
 ὥστε καὶ τὸ ἐν αὐτῇ μικρὸν ἀμάρτημα ἀνάλογόν ἐστι πρὸς
 τὰ ἐν τοῖς ἄλλοις μέρεσιν. ὅλως δὲ αἱ τῶν γνωρίμων στά-
 σεις συναπολάυνει ποιοῦσι καὶ τὴν ὅλην πόλιν, οἷον ἐν
 Ἑστιάα συνέβη μετὰ τὰ Μηδικά, δύο ἀδελφῶν περὶ τῆς
 35 πατρῴας νομῆς διενεχθέντων· ὁ μὲν γὰρ ἀπορώτερος,
 ὥς οὐκ ἀποφαίνοντος τὴν οὐσίαν οὐδὲ τὸν θησαυρὸν ὄν
 εὔρειν ὁ πατήρ, προσήγετο τοὺς δημοτικούς, ὁ δ' ἕτερος ἔχων
 οὐσίαν πολλὴν τοὺς εὐπόρους. καὶ ἐν Δελφοῖς ἐκ κηδεῖας γε-
 νομένης διαφορᾶς ἀρχὴ πασῶν ἐγένετο τῶν στάσεων τῶν
 1304a ὕστερον· ὁ μὲν γὰρ οἰωνισάμενός τι σύμπτωμα, ὥς ἦλθεν
 ἐπὶ τὴν νύμφην, οὐ λαβὼν ἀπῆλθεν, οἱ δ' ὥς ὑβρισθέντες
 ἐνέβαλον τῶν ἱερῶν χρημάτων θύοντος, κᾶπειτα ὥς ἱερό-
 συλον ἀπέκτειναν. καὶ περὶ Μυτιλήνην δὲ ἐξ ἐπικλήρων
 5 στάσεως γενομένης πολλῶν ἐγένετο ἀρχὴ κακῶν καὶ τοῦ
 πολέμου τοῦ πρὸς Ἀθηναίους, ἐν ᾧ Πάχης ἔλαβε τὴν πόλιν
 αὐτῶν· Τιμοφάνους γὰρ τῶν εὐπόρων τινὸς καταλιπόντος
 δύο θυγατέρας, ὁ περιωσθεὶς καὶ οὐ λαβὼν τοῖς υἷεσιν αὐτοῦ
 Δέξανδρος ἦρξε τῆς στάσεως καὶ τοὺς Ἀθηναίους παρώξυνε,

20 tempos remotos, com os habitantes de Siracusa. Nessa cidade o regime
 foi alterado por causa de uma intriga amorosa, a rivalidade entre dois
 jovens magistrados⁽⁴⁶⁾. Depois de um deles se ausentar, o seu aliado
 político seduziu o amante do ausente. Irritado com o sucedido, este
 seduziu a mulher do seu aliado. A discórdia acabou por alastrar a toda
 a cidade, pois cada um atraiu à sua causa os membros da classe dirigente. 25
 Por esta razão, os que detêm autoridade não só devem tomar a devida
 precaução em relação a tais situações, como devem pôr cobro, logo de
 início, aos litígios entre dirigentes e poderosos. Dado que as faltas
 começam por ser cometidas de início, e como, segundo se diz, *no começo*
já há metade do todo ⁽⁴⁷⁾, qualquer falha no início, por mais pequena que 30
 seja, é proporcional aos erros posteriormente cometidos nas restantes
 partes do todo.

Em geral, as revoltas entre os notáveis, arrastam toda a cidade para
 a discórdia. Assim sucedeu em Hestínia ⁽⁴⁸⁾ durante as Guerras Persas,
 quando dois irmãos se envolveram em litígio por causa de uma partilha
 dos bens paternos. Como o mais desfavorecido dos dois não teve acesso 35
 à fortuna em causa, nem tão pouco à do tesouro que o pai deles tinha
 descoberto, atraiu o apoio dos populares à sua causa, enquanto o outro
 irmão, mais abastado, concitou o apoio dos ricos.

Em Delfos, um diferendo surgido no decurso de um compromisso
 matrimonial originou uma série de revoltas posteriores ⁽⁴⁹⁾. O noivo,
 augurando um mau presságio num acidente a caminho da casa da noiva, 1304a
 não a foi buscar. Sentindo-se vítimas de insolência, os parentes deposi-
 taram utensílios sagrados na sua bagagem, enquanto ele oferecia um
 sacrifício às divindades; em seguida fizeram-no condenar à morte como
 se fosse um sacrílego ⁽⁵⁰⁾.

Também em Mitilene ⁽⁵¹⁾, questiúnculas de herdeiros ⁽⁵²⁾ estiveram
 na origem das adversidades e da guerra contra os Atenienses, durante a 5
 qual Paques se apossou da cidade. Consta que Timófranes, abastado
 cidadão, deixou duas filhas donzelas. Dexandro, defraudado no intento de
 as casar com os seus filhos, e representando Atenas enquanto governador
 estrangeiro da cidade, encabeçou um levantamento popular e instigou os

10 πρόξενος ὦν τῆς πόλεως καὶ ἐν Φωκεῦσιν ἐξ ἐπικλήρου
στάσεως γενομένης περὶ Μνασέαν τὸν Μνάσωνος πατέρα καὶ
Εὐθυκράτη τὸν Ὀνομάρχου, ἡ στάσις αὕτη ἀρχὴ τοῦ ἱεροῦ
πολέμου κατέστη τοῖς Φωκεῦσιν. μετέβαλε δὲ καὶ ἐν Ἐπι-
δάμνῳ ἡ πολιτεία ἐκ γαμικῶν· ὑπομνηστευσάμενος
15 γὰρ τις, ὥς ἐξημίωσεν αὐτὸν ὁ τοῦ ὑπομνηστευθέντος
πατήρ, γενόμενος τῶν ἀρχόντων, ἄτερος συμπαρέλαβε τοὺς
ἐκτὸς τῆς πολιτείας ὥς ἐπηρεασθεῖς. μεταβάλλουσι δὲ καὶ
εἰς ὀλιγαρχίαν καὶ εἰς δῆμον καὶ εἰς πολιτείαν ἐκ τοῦ
20 εὐδοκιμῆσαι τι ἢ αὐξηθῆναι ἢ ἀρχεῖον ἢ μόριον τῆς πό-
λεως, οἷον ἡ ἐν Ἀρείῳ πάγῳ βουλὴ εὐδοκιμήσασα ἐν τοῖς
Μηδικοῖς ἔδοξε συντονωτέραν ποιῆσαι τὴν πολιτείαν, καὶ
πάλιν ὁ ναυτικὸς ὄχλος γενόμενος αἴτιος τῆς περὶ Σαλα-
μῖνα νίκης καὶ διὰ ταύτης τῆς ἡγεμονίας διὰ τὴν κατὰ
25 θάλατταν δύναμιν τὴν δημοκρατίαν ἰσχυροτέραν ἐποίησεν,
καὶ ἐν Ἀργεῖ οἱ γνώριμοι εὐδοκιμήσαντες περὶ τὴν ἐν
Μαντινείᾳ μάχην τὴν πρὸς Λακεδαιμονίους ἐπεχείρησαν
καταλύειν τὸν δῆμον, καὶ ἐν Συρακούσαις ὁ δῆμος αἴτιος
γενόμενος τῆς νίκης τοῦ πολέμου τοῦ πρὸς Ἀθηναίους ἐκ πολι-
30 τείας εἰς δημοκρατίαν μετέβαλεν, καὶ ἐν Χαλκίδι Φόξον
τὸν τύραννον μετὰ τῶν γνωρίμων ὁ δῆμος ἀνελὼν εὐθὺς
εἶχετο τῆς πολιτείας, καὶ ἐν Ἀμβρακίᾳ πάλιν ὡσαύτως
Περίανδρον συνεκβαλὼν τοῖς ἐπιθεμένοις ὁ δῆμος τὸν τύ-
ραννον εἰς ἑαυτὸν περιέστησε τὴν πολιτείαν. καὶ ὅλως δὴ
35 δεῖ τοῦτο μὴ λανθάνειν, ὥς οἱ δυνάμεως αἴτιοι γενόμενοι,
καὶ ἰδιῶται καὶ ἀρχαὶ καὶ φυλαὶ καὶ ὅλως μέρος καὶ πλῆθος
ὁποιοῦν, στάσιν κινοῦσιν· ἡ γὰρ οἱ τούτοις φθονοῦντες
τιμωμένοις ἀρχοῦσι τῆς στάσεως, ἢ οὗτοι διὰ τὴν ὑπεροχὴν
οὐ θέλουσι μένειν ἐπὶ τῶν ἴσων. κινοῦνται δ' αἱ πολιτεῖαι
καὶ ὅταν τάναντία εἶναι δοκοῦντα μέρη τῆς πόλεως ἰσάζῃ

Atenienses a tomar parte nele. Entre os habitantes da Fócia⁽⁵³⁾ foi
também uma disputa de heranças que suscitou a luta que opôs Mnaseias,
pai de Mnasão, a Eutícrates, pai de Onomarco. Essa quezília marcou o
início da guerra sagrada contra os Fócios. O mesmo ocorreu em
Epidamno⁽⁵⁴⁾, quando o regime foi mudado em virtude de uma intriga de
noivado. Um certo cidadão prometeu a mão de uma filha em casamento.
15 O pai do pretendente, contudo, tendo-se tornado magistrado, impôs-lhe
uma multa. Vendo-se ultrajado, o outro insurgiu-se depois de assegurar
o apoio dos que estavam privados de cidadania.

Os regimes transformam-se em oligarquias, democracias ou regimes
constitucionais, em consequência de um certo culto da reputação, e de um
aumento de poder das magistraturas ou de qualquer outro elemento da
cidade.

Assim sucedeu, por exemplo, no Areópago, quando a assembleia
decidiu assumir com maior firmeza o governo do regime, devido ao
prestígio conquistado durante as Guerras Persas.

Em contrapartida, a tripulação marítima — a quem se deve a vitória
de Salamina⁽⁵⁵⁾ e, por isso, a hegemonia dos mares — procurou conso-
lidar a democracia. Também em Argos os notáveis que conquistaram
25 reputação na batalha de Mantínea⁽⁵⁶⁾, contra os Espartanos, tentaram
derrubar a democracia. Em Siracusa, o povo, responsável pela vitória na
guerra contra Atenas⁽⁵⁷⁾, transformou o regime constitucional em demo-
cracia. Na Calcídia⁽⁵⁸⁾, o povo aliou-se aos notáveis e derrubou o tirano
Foxos⁽⁵⁹⁾. Ao tomar conta do governo da cidade de Ambrácia⁽⁶⁰⁾, o povo
30 passou a dispor do regime em seu proveito, depois de banir Periandro com
o apoio de opositores ao governo.

Em termos genéricos convém não perder de vista o seguinte: os que
estão talhados para o exercício do poder, sejam meros particulares, classe
de magistrados, grupos familiares, sejam facções ou massas, todos podem
provocar um cenário de revolta: ou porque outros tomam a iniciativa dos
35 confrontos devido à inveja das honrarias, ou porque eles mesmos, cientes
da sua superioridade, recusam permanecer em condição de igualdade com
os demais.

Os regimes alteram-se também em virtude de facções da cidade
que se consideram opostas, gozarem de igualdade — como em caso de

1304b ἀλλήλοις, οἷον οἱ πλούσιοι καὶ ὁ δῆμος, μέσον δ' ἢ μηθὲν
 ἢ μικρὸν πάμπαν· ἂν γὰρ πολὺ ὑπερέχη ὅποτερον οὖν τῶν
 μερῶν, πρὸς τὸ φανερώς κρεῖττον τὸ λοιπὸν οὐ θέλει κινδυ-
 νεύειν. διὸ καὶ οἱ κατ' ἀρετὴν διαφέροντες οὐ ποιοῦσι στάσιν
 5 ὥς εἰπεῖν· ὀλίγοι γὰρ γίνονται πρὸς πολλούς. καθόλου μὲν
 οὖν περὶ πάσας τὰς πολιτείας αἱ ἀρχαὶ καὶ αἰτίαι τῶν
 στάσεων καὶ τῶν μεταβολῶν τοῦτον ἔχουσι τὸν τρόπον· κι-
 νοῦσι δὲ τὰς πολιτείας ὅτε μὲν διὰ βίας ὅτε δὲ δι' ἀπάτης,
 διὰ βίας μὲν ἢ εὐθύς ἐξ ἀρχῆς ἢ ὕστερον ἀναγκάζοντες.
 10 καὶ γὰρ ἡ ἀπάτη διττή. ὅτε μὲν γὰρ ἐξαπατήσαντες τὸ
 πρῶτον ἐκόντων μεταβάλλουσι τὴν πολιτείαν, εἴθ' ὕστερον
 βία κατέχουσιν ἀκόντων, οἷον ἐπὶ τῶν Τετρακοσίων τὸν δῆ-
 μον ἐξηπάτησαν φάσκοντες τὸν βασιλέα χρήματα παρ-
 ἔξειν πρὸς τὸν πόλεμον τὸν πρὸς Λακεδαιμονίους, ψευδά-
 15 μενοι δὲ κατέχειν ἐπειρῶντο τὴν πολιτείαν· ὅτε δὲ ἐξ ἀρχῆς
 τε πείσαντες καὶ ὕστερον πάλιν πεισθέντων ἐκόντων ἄρχου-
 σιν αὐτῶν. ἀπλῶς μὲν οὖν περὶ πάσας τὰς πολιτείας ἐκ
 τῶν εἰρημένων συμβέβηκε γίνεσθαι τὰς μεταβολάς.
 5 Καθ' ἑκάστον δ' εἶδος πολιτείας ἐκ τούτων μερίζοντας
 20 τὰ συμβαίνοντα δεῖ θεωρεῖν. αἱ μὲν οὖν δημοκρατίαι μά-
 λιστα μεταβάλλουσι διὰ τὴν τῶν δημαγωγῶν ἀσέλγειαν·
 τὰ μὲν γὰρ ἰδίᾳ συκοφαντοῦντες τοὺς τὰς οὐσίας ἔχοντας
 συστρέφουσιν αὐτούς (συνάγει γὰρ καὶ τοὺς ἐχθίστους ὁ κοινὸς
 φόβος), τὰ δὲ κοινῇ τὸ πλῆθος ἐπάγοντες. καὶ τοῦτο ἐπὶ
 25 πολλῶν ἂν τις ἴδοι γιγνόμενον οὕτω. καὶ γὰρ ἐν Κῶ ἡ
 δημοκρατία μετέβαλε πονηρῶν ἐγγενομένων δημαγωγῶν

1304b igualdade de ricos e da classe popular — e sempre que não exista uma classe média de perneio, ou que esta seja extremamente reduzida.

Com efeito, a partir do momento em que uma dessas facções assume uma nítida hegemonia, a outra deixará de querer arriscar um confronto com um adversário manifestamente mais poderoso. É também por essa razão que aqueles que se regem por uma conduta virtuosa, nunca provocam conflitos, como já tivemos ocasião de referir: sendo um grupo muito reduzido, encontram-se sempre em desvantagem face ao grosso da população.

Acabámos de analisar de um modo geral, os princípios e as causas que geram as sublevações e as mudanças operadas nos regimes políticos.

Devemos ainda salientar que os regimes podem ser alterados, quer recorrendo à violência, quer à fraude. Se for pela violência, então a agitação ocorre ou logo de início, ou então posteriormente. A mesma duplicação é manifesta no que respeita à fraude. Pode começar-se logo de início por ludibriar os que se deixam persuadir, para depois se proceder à alteração do regime, subjugando pela força os que consentiram nessa mudança; foi o que sucedeu ao tempo dos Quatrocentos ⁽⁶¹⁾, que, depois de ter enganado o povo convencendo-o de que o rei poria ao dispor os meios necessários para mover a guerra contra os espartanos, acabou por se servir desse pretexto para se apossar do regime. Ou então, tentando persuadir os cidadãos logo de início, procura-se depois convencer os influenciados que se deixem governar.

Em suma: quer nuns quer noutros casos, as revoluções que ocorrem em todos os regimes resultam sempre das causas e dos princípios que já referimos.

5. Causas de revoluções nas democracias.

É preciso considerar, separadamente, a partir dos princípios e causas referidas, o que sucede em cada forma de regime.

As democracias alteram-se com muita facilidade em virtude da intervenção facciosa dos demagogos ⁽⁶²⁾: estes denunciam arditamente os ricos proprietários que, assim, são levados a aliar-se (o medo recíproco chega a unir os piores inimigos); ou então, incitam publicamente o ânimo dos populares contra as classes abastadas ⁽⁶³⁾. Podemos observar que é precisamente isto que acontece na maioria dos casos particulares. Em Cós ⁽⁶⁴⁾, a democracia entrou em declínio a partir do momento em que os demagogos começaram a ter uma conduta perversa ⁽⁶⁵⁾. Essa circunstância originou uma aliança entre os notáveis da cidade. Também em Rodas, os

(οἱ γὰρ γνώριμοι συνέστησαν)· καὶ ἐν Ῥόδῳ μισθοφοράν
 τε γὰρ οἱ δημαγωγοὶ ἐπόριζον, καὶ ἐκώλουν ἀποδιδόναι
 τὰ ὀφειλόμενα τοῖς τριηράρχοις, οἱ δὲ διὰ τὰς ἐπιφερο-
 30 μένας δίκας ἠναγκάσθησαν συστάντες καταλύσαι τὸν δῆ-
 μον. κατελύθη δὲ καὶ ἐν Ἡρακλείᾳ ὁ δῆμος μετὰ τὸν
 ἀποικισμὸν εὐθὺς διὰ τοὺς δημαγωγούς· ἀδικούμενοι γὰρ
 ὑπ' αὐτῶν οἱ γνώριμοι ἐξέπιπτον, ἔπειτα ἄθροισθέντες οἱ
 ἐκπίπτοντες καὶ κατελθόντες κατέλυσαν τὸν δῆμον. παρα-
 35 πλῆσιώς δὲ καὶ ἡ ἐν Μεγάρῳις κατελύθη δημοκρατία· οἱ
 γὰρ δημαγωγοί, ἵνα χρήματα ἔχωσι δημεύειν, ἐξέβαλον
 πολλοὺς τῶν γνωρίμων, ἕως πολλοὺς ἐποίησαν τοὺς φεύγον-
 τας, οἱ δὲ κατιόντες ἐνίκησαν μαχόμενοι τὸν δῆμον καὶ
 κατέστησαν τὴν ὀλιγαρχίαν. συνέβη δὲ ταύτῳ καὶ περὶ
 1305a Κύμην ἐπὶ τῆς δημοκρατίας ἣν κατέλυσεν Θρασύμαχος.
 σχεδὸν δὲ καὶ ἐπὶ τῶν ἄλλων ἂν τις ἴδοι θεωρῶν τὰς μετα-
 βολὰς τοῦτον ἐχούσας τὸν τρόπον. ὅτε μὲν γὰρ, ἵνα
 χαρίζωνται, ἀδικοῦντες τοὺς γνωρίμους συνιστᾶσιν, ἢ τὰς οὐσίας
 5 ἀναδάστους ποιοῦντες ἢ τὰς προσόδους ταῖς λειτουργίαις, ὅτε δὲ
 διαβάλλοντες, ἵν' ἔχωσι δημεύειν τὰ κτήματα τῶν πλου-
 σίων. ἐπὶ δὲ τῶν ἀρχαίων, ὅτε γένοιτο ὁ αὐτὸς δημαγω-
 γὸς καὶ στρατηγός, εἰς τυραννίδα μετέβαλλον· σχεδὸν γὰρ
 οἱ πλεῖστοι τῶν ἀρχαίων τυράννων ἐκ δημαγωγῶν γεγονό-
 10 σιν. αἴτιον δὲ τοῦ τότε μὲν γίνεσθαι νῦν δὲ μή, ὅτι τότε
 μὲν οἱ δημαγωγοὶ ἦσαν ἐκ τῶν στρατηγούτων (οὐ γὰρ
 πῶ δεινοὶ ἦσαν λέγειν), νῦν δὲ τῆς ῥητορικῆς ἡϋξημένης οἱ
 δυνάμενοι λέγειν δημαγωγοῦσι μὲν, δι' ἀπειρίαν δὲ τῶν
 15 πολεμικῶν οὐκ ἐπιτίθενται, πλὴν εἴ που βραχύ τι γέγονε
 τοιοῦτον. ἐγίνοντο δὲ τυραννίδες πρότερον μᾶλλον ἢ νῦν

demagogos outorgaram-se um salário. No entanto, recusavam-se a par-
 ticipar com o tributo que era devido aos trierarcas. Como essa atitude
 lesava os interesses dos trierarcas, estes coligaram-se, vendo-se mesmo
 30 contrangidos a dissolver o regime democrático da cidade (⁶⁶).

A democracia foi igualmente erradicada em Heracleia (⁶⁷) por acção
 dos demagogos, logo após a fundação da colónia. Na fundação, os
 notáveis injustamente tratados, abandonaram a cidade. Mas quando re-
 gressaram em massa, uniram-se e derrubaram a democracia.

De modo semelhante, a democracia foi abolida em Mégara (⁶⁸). Os 35
 demagogos expulsaram da cidade vários notáveis com o intuito de lhes
 confiscarem os seus bens. Os notáveis no exílio tornaram-se muito
 numerosos; uma vez regressados, lutaram e venceram o povo e instau-
 raram uma oligarquia. O mesmo se passou perto de Cumas (⁶⁹) com o 1305a
 regime democrático derrubado por Trasímaco.

Se observarmos o que acontece noutras cidades, concluiremos que
 as alterações de regime aí consumadas se processam dentro dos moldes
 que já indicámos: nuns casos, os demagogos, para favorecer a classe
 popular, tratam injustamente os notáveis, quer repartindo as riquezas
 deles, quer reduzindo os seus rendimentos com maiores impostos (⁷⁰); 5
 noutras casos, lançam calúnias contra os notáveis no intuito de lhes
 confiscar os bens.

Em tempos idos, quando o demagogo (⁷¹) era simultaneamente chefe
 militar, surgia uma tirania. Grande parte dos primeiros tiranos encontra-
 vam-se inicialmente à cabeça das facções populares. Que isso sucedesse
 em tempos recuados, e não hoje, deve-se ao facto de os dirigentes 10
 populares provirem das chefias militares (ainda não tinham desenvolvido
 dotes oratórios). Actualmente, graças ao aperfeiçoamento da retórica, os
 que estão aptos a usar da palavra influenciam a vontade popular. Todavia,
 como não têm experiência na arte militar, não aspiram ao poder a menos
 que surja alguém que, a título efémero, tente alcançar esse objectivo.

Além disso, uma das razões pelas quais o fenómeno das tiranias era 15
 mais comum na antiguidade do que é hoje, relaciona-se com o facto de os

καὶ διὰ τὸ μεγάλας ἀρχὰς ἐγχειρίζεσθαι τισιν, ὥσπερ
ἐν Μιλήτῳ ἐκ τῆς πρυτανείας (πολλῶν γὰρ ἦν καὶ με-
γάλων κύριος ὁ πρύτανις). ἔτι δὲ διὰ τὸ μὴ μεγάλας
εἶναι τότε τὰς πόλεις, ἀλλ' ἐπὶ τῶν ἀγρῶν οἰκεῖν τὸν
20 δῆμον ἀσχολοῦν ὄντα πρὸς τοῖς ἔργοις, οἱ προστάται τοῦ
δήμου, ὅτε πολεμικοὶ γένοιτο, τυραννίδι ἐπετίθεντο. πάντες
δὲ τοῦτο ἔδρων ὑπὸ τοῦ δήμου πιστευθέντες, ἡ δὲ πίστις ἦν ἡ
ἀπέχθεια ἡ πρὸς τοὺς πλουσίους, οἷον' Αθήνησί τε Πεισίστρα-
τος στασιάζας πρὸς τοὺς πεδιακοὺς, καὶ Θεαγένης ἐν Μεγά-
25 ροῖς τῶν εὐπόρων τὰ κτήνη ἀποσφάξας, λαβὼν παρὰ τὸν
ποταμὸν ἐπινέμοντας, καὶ Διονύσιος κατηγορῶν Δαφναίου
καὶ τῶν πλουσίων ἡξιώθη τῆς τυραννίδος, διὰ τὴν ἐχθραν
πιστευθεὶς ὡς δημοτικὸς ὢν. μεταβάλλουσι δὲ καὶ ἐκ τῆς
πατρίας δημοκρατίας εἰς τὴν νεωτάτην· ὅπου γὰρ αἵρεται
30 μὲν αἱ ἀρχαί, μὴ ἀπὸ τιμημάτων δέ, αἵρεται δὲ ὁ δῆ-
μος, δημαγωγοῦντες οἱ σπουδαρχίωντες εἰς τοῦτο καθιστᾶσιν
ὥστε κύριον εἶναι τὸν δῆμον καὶ τῶν νόμων. ἄκος δὲ τοῦ
μὴ γίνεσθαι ἢ τοῦ γίνεσθαι ἦττον τὸ τὰς φυλάς φέρειν τοὺς
ἀρχοντας, ἀλλὰ μὴ πάντα τὸν δῆμον. τῶν μὲν οὖν δημο-
35 κρατιῶν αἱ μεταβολαὶ γίνονται πᾶσαι σχεδὸν διὰ ταύ-
τας τὰς αἰτίας.

6 Αἱ δ' ὀλιγαρχίαι μεταβάλλουσι [διὰ] δύο μάλιστα τρό-
πους τοὺς φανερωτάτους. ἓνα μὲν ἐὰν ἀδικῶσι τὸ πλῆθος·
πᾶς γὰρ ἱκανὸς γίνεται προστάτης, μάλιστα δ' ὅταν ἐξ
40 αὐτῆς συμβῇ τῆς ὀλιγαρχίας γίνεσθαι τὸν ἡγεμόνα, καθ-
άπερ ἐν Νάξῳ Λύγδαμις, ὃς καὶ ἐτυράννησεν ὕστερον τῶν
1305b Ναξίων. ἔχει δὲ καὶ ἡ ἐξ ἄλλων ἀρχὴ στάσεως δια-
φοράς. ὅτε μὲν γὰρ ἐξ αὐτῶν τῶν εὐπόρων, οὐ τῶν ὄντων

mais importantes poderes de decisão estarem então concentrados nas
mãos de poucos.

Foi o que aconteceu em Mileto (⁷²): uma tirania surgiu da forma
prítânica de governo. De facto, o pritaneu dispunha de autoridade em
muitas questões importantes. Além disso, era uma época em que a vida
urbana ainda não era preponderante. Nessa altura os patronos da classe
rural tomavam a defesa do povo que vivia nos campos. Tais patronos,
depois de participarem em campanhas militares, aspiravam à tirania. E
20 todos realizavam esse intento depois de obter a confiança popular que
assentava na animosidade contra os ricos. Foi isso que sucedeu em
Atenas, quando Pisístrato se insurgiu contra os proprietários das planí-
cies (⁷³). O mesmo ocorreu em Mégara, onde Teágenes (⁷⁴) passou a fio
de espada os rebanhos dos ricos, tomando-os de emboscada enquanto
25 pastavam ao longo do rio. Dionísio (⁷⁵) foi considerado digno de ser tirano
devido às acusações movidas contra Dafneu (⁷⁶) e a classe abastada. A
sua inimizade contra estes tornou-o digno da confiança do povo.

Os regimes podem também sofrer alterações no sentido de se passar
de uma democracia de características tradicionais para uma democracia
de índole recente. Tal facto é observável quando o povo elege directa-
mente os governantes, à margem do critério eleitoral que defende a
30 eleição a partir da estimativa sobre a fortuna pessoal. Os ambiciosos
agem como demagogos e convertem o povo em senhor de tudo, mesmo
das leis. Para remediar esta situação, ou pelo menos reduzir o seu
impacto, dever-se-ia atribuir a nomeação dos magistrados às tribos e
nunca a todo o povo.

Nas democracias, quase todas as alterações sucedem em virtude das
causas que apontámos.

6. Causas de revoluções nas oligarquias.

Nas oligarquias, as revoluções ocorrem de dois modos perfeitamente
distintos. Podem relacionar-se com as injustiças infligidas pelos oligarcas
às massas populares. Para alterar o regime basta que apareça alguém a
assumir a defesa do povo, especialmente quando o protector provém das
classes oligárquicas. Assim sucedeu em Naxos (⁷⁷) com Ligdamo (⁷⁸), o qual
40 acabou por sujeitar a uma tirania os habitantes da cidade.

As revoltas suscitadas por causas exteriores ao próprio regime
oligárquico têm diferentes expressões. As causas que provocam tais
revoltas podem surgir da classe proprietária (e não necessariamente dos

5 δ' ἐν ταῖς ἀρχαῖς, γίνεται κατάλυσις, ὅταν ὀλίγοι σφό-
 δρα ὦσιν οἱ ἐν ταῖς τιμαῖς, οἷον ἐν Μασσαλία καὶ ἐν
 Ἰστρῷ καὶ ἐν Ἡρακλείᾳ καὶ ἐν ἄλλαις πόλεσι συμβέβη-
 κεν· οἱ γὰρ μὴ μετέχοντες τῶν ἀρχῶν ἐκίνουν, ἕως μετ-
 ἔλαβον οἱ πρεσβύτεροι πρότερον τῶν ἀδελφῶν, ὕστερον δ'
 οἱ νεώτεροι πάλιν· οὐ γὰρ ἄρχουσιν ἐνιαχοῦ μὲν ἅμα πα-
 τὴρ τε καὶ υἱός, ἐνιαχοῦ δὲ ὁ πρεσβύτερος καὶ ὁ νεώτερος
 10 ἀδελφός· καὶ ἐνθα μὲν πολιτικώτερα ἐγένετο ἡ ὀλιγαρχία,
 ἐν Ἰστρῷ δ' εἰς δῆμον ἀπετελεύτησεν, ἐν Ἡρακλείᾳ δ' ἐξ
 ἐλαπτόνων εἰς ἑξακοσίους ἦλθεν· μετέβαλε δὲ καὶ ἐν Κνίδῳ
 ἡ ὀλιγαρχία στασιασάντων τῶν γνωρίμων αὐτῶν πρὸς αὐτοὺς
 διὰ τὸ ὀλίγους μετέχειν καί, καθάπερ εἴρηται, εἰ πατήρ,
 15 υἱὸν μὴ μετέχειν, μηδ' εἰ πλείους ἀδελφοί, ἀλλ' ἢ τὸν
 πρεσβύτατον· ἐπιλαβόμενος γὰρ στασιαζόντων ὁ δῆμος, καὶ
 λαβὼν προστάτην ἐκ τῶν γνωρίμων, ἐπιθέμενος ἐκράτησεν,
 ἀσθενὲς γὰρ τὸ στασιάζον· καὶ ἐν Ἐρυθραῖς δὲ ἐπὶ τῆς
 τῶν Βασιλιδῶν ὀλιγαρχίας ἐν τοῖς ἀρχαίοις χρόνοις, καί-
 20 περ καλῶς ἐπιμελομένων τῶν ἐν τῇ πολιτείᾳ, ὅμως διὰ
 τὸ ὑπ' ὀλίγων ἄρχεσθαι ἀγανακτῶν ὁ δῆμος μετέβαλε
 τὴν πολιτείαν· κινουῦνται δ' αἱ ὀλιγαρχίαι ἐξ αὐτῶν καὶ
 διὰ φιλονεικίαν δημαγωγούντων (ἡ δημαγωγία δὲ διττή,
 ἡ μὲν ἐν αὐτοῖς τοῖς ὀλίγοις—ἐγγίγνεται γὰρ δημαγωγός
 25 καὶ πάντες ὀλίγοι ὦσιν, οἷον ἐν τοῖς Τριάκοντα Ἀθηναῖσι οἱ
 περὶ Χαρικλέα ἴσχυσαν τοὺς Τριάκοντα δημαγωγούντες, καὶ
 ἐν τοῖς Τετρακοσίοις οἱ περὶ Φρύνιχον τὸν αὐτὸν τρόπον—
 ἡ ὅταν τὸν ὄχλον δημαγωγῶσιν οἱ ἐν τῇ ὀλιγαρχίᾳ ὄντες,
 οἷον ἐν Λαρίσῃ οἱ πολιτοφύλακες διὰ τὸ αἰρεῖσθαι αὐτοὺς
 30 τὸν ὄχλον ἐδημαγῶνουν, καὶ ἐν ὅσαις ὀλιγαρχίαις οὐχ οὗτοι

que exercem cargos públicos). Tal acontece sempre que uma minoria
 procura reter em exclusivo as honrarias, como sucedeu em Massália ⁽⁷⁹⁾,
 Istro ⁽⁸⁰⁾, Heracleia ⁽⁸¹⁾, e noutras cidades. Nestas, os que não tomavam
 parte no governo promoviam agitações até conseguirem ascender ao
 poder, o qual seria exercido primeiro pelos irmãos mais velhos, e depois
 pelos mais novos. De facto, nalgumas cidades, pai e filho não podiam
 governar simultaneamente, e noutros casos o irmão mais velho e o mais
 novo também não podiam. Em Massália, a oligarquia acabou por se
 transformar em regime constitucional; em Istro foi derrubada para dar
 10 lugar a uma democracia; e em Heracleia, o poder passou das mãos de
 um número restrito de magistrados para as mãos de um conselho de
 seiscentos cidadãos.

Do mesmo modo decaiu a oligarquia em Cnidos ⁽⁸²⁾, quando os
 notáveis se envolveram em contendas pelo facto de só alguns participarem
 do governo da cidade por imposição da regra atrás referida: a participação
 do pai na magistratura impedia que o filho tivesse acesso ao poder;
 15 mesmo naqueles casos em que eram vários os irmãos, só o mais velho
 ascendia ao governo da cidade. Aproveitando as lutas dos notáveis, o
 povo escolheu entre eles um protector ⁽⁸³⁾ que esmagou e subjugou os
 oligarcas, porque a desunião é fonte de fraqueza

Em Eritreia ⁽⁸⁴⁾, em tempos idos, o povo, inconformado com a
 oligarquia dos Basilidas, não aceitou o governo de apenas alguns e
 derrubou o regime (apesar de os oligarcas terem governado bem).
 20

As oligarquias podem alterar-se a partir de causas internas, nome-
 adamente, por rivalidade de oligarcas que se tornam demagogos.

A demagogia tem duas formas. A primeira surge no contexto da
 oligarquia onde quase sempre aparecem demagogos, por mais reduzido
 que seja o número de oligarcas (tal como sucedeu entre os atenienses no
 tempo dos Trinta ⁽⁸⁵⁾, quando os dirigentes populares agrupados em torno
 de Caricles ⁽⁸⁶⁾ se impuseram à facção oligárquica, e também no tempo
 dos Quatrocentos ⁽⁸⁷⁾, quando Frínico ⁽⁸⁸⁾ juntou à sua volta demagogos
 que procederam de modo idêntico). A segunda forma é a exercida pelos
 próprios oligarcas com a confiança do povo: assim sucedeu em Larissa ⁽⁸⁹⁾,
 quando os guardiães dos cidadãos ⁽⁹⁰⁾, eleitos por sufrágio popular,
 adoptavam uma política demagógica para adular o povo de cuja eleição
 25 dependiam.

É isso que acontece nos regimes oligárquicos onde os cidadãos que
 elegem os magistrados não pertencem ao círculo da magistratura, e onde

αίρουνται τὰς ἀρχὰς ἐξ ὧν οἱ ἀρχοντές εἰσιν, ἀλλ' αἱ μὲν
ἀρχαὶ ἐκ τιμημάτων μεγάλων εἰσιν ἢ ἐταιριῶν, αἰρουνται
δ' οἱ ὀπλίται ἢ ὁ δῆμος, ὅπερ ἐν Ἀβύδῳ συνέβαινε, καὶ
ὅπου τὰ δικαστήρια μὴ ἐκ τοῦ πολιτεύματος ἐστὶ-δημαγω-
35 γοῦντες γὰρ πρὸς τὰς κρίσεις μεταβάλλουσι τὴν πολιτείαν,
ὅπερ καὶ ἐν Ἡρακλείᾳ ἐγένετο τῇ ἐν τῷ Πόντῳ-ἔτι δ'
ὅταν ἐνιοὶ εἰς ἐλάττους ἔλκωσι τὴν ὀλιγαρχίαν· οἱ γὰρ τὸ
ἴσον ζητοῦντες ἀναγκάζονται βοηθὸν ἐπαγάγεσθαι τὸν δῆ-
40 μον). γίνονται δὲ μεταβολαὶ τῆς ὀλιγαρχίας καὶ ὅταν
ἀναλώσωσι τὰ ἴδια ζῶντες ἀσελγῶς· καὶ γὰρ οἱ τοιοῦτοι
καινοτομεῖν ζητοῦσι, καὶ ἡ τυραννίδι ἐπιτίθενται αὐτοὶ ἢ
1306a κατασκευάζουσιν ἕτερον (ὥσπερ Ἰππαρίνος Διονύσιον ἐν Συ-
ρακούσαις, καὶ ἐν Ἀμφιπόλει ᾧ ὄνομα ἦν Κλεότιμος τοὺς
ἐποίκους τοὺς Χαλκιδέων ἤγαγε, καὶ ἐλθόντων διεστασίασεν
αὐτοὺς πρὸς τοὺς εὐπόρους, καὶ ἐν Αἰγίνῃ ὁ τὴν πρᾶξιν τὴν
5 πρὸς Χάρητα πράξας ἐνεχείρησε μεταβαλεῖν τὴν πολιτείαν
διὰ τοιαύτην αἰτίαν). ὅτε μὲν οὖν εὐθύς ἐπιχειροῦσιν τι κινεῖν,
ὅτε δὲ κλέπτουσι τὰ κοινά, ὅθεν στασιάζουσιν ἢ οὔτοι πρὸς
αὐτοὺς ἢ οἱ πρὸς τούτους μαχόμενοι κλέπτοντας, ὅπερ ἐν
Ἀπολλωνίᾳ συνέβη τῇ ἐν τῷ Πόντῳ. ὁμοιοῦσα δὲ ὀλιγαρ-
10 χία οὐκ εὐδιάφορος ἐξ αὐτῆς. σημεῖον δὲ ἡ ἐν Φαρσά-
λῳ πολιτεία· ἐκεῖνοι γὰρ ὀλίγοι ὄντες πολλῶν κύριοι εἰσι
διὰ τὸ χρῆσθαι σφίσιν αὐτοῖς καλῶς. καταλύονται δὲ
καὶ ὅταν ἐν τῇ ὀλιγαρχίᾳ ἑτέραν ὀλιγαρχίαν ἐμποιῶσιν.
τοῦτο δ' ἐστὶν ὅταν τοῦ παντὸς πολιτεύματος ὀλίγου ὄντος τῶν
15 μεγίστων ἀρχῶν μὴ μετέχωσιν οἱ ὀλίγοι πάντες, ὅπερ ἐν
Ἡλίδι συνέβη ποτὲ· τῆς πολιτείας γὰρ δι' ὀλίγων οὐσης
τῶν γερόντων ὀλίγοι πάντων ἐγίνοντο διὰ τὸ αἰδίου εἶναι

a eleição dos magistrados (mesmo dependentes da estimativa censitária ou pertencentes a associações cívicas) ⁽⁹¹⁾ é da estrita competência dos hoplitas e do povo, tal como foi determinado em Abidos ⁽⁹²⁾.

O mesmo sucede naqueles regimes onde os membros dos tribunais não são parte do governo. Aí a demagogia é exercida pelos oligarcas no sentido de obter veredictos favoráveis. Mas tal procedimento precipita a alteração do regime, tal como aconteceu em Heracleia do Ponto ⁽⁹³⁾. 35

Situação idêntica ocorre sempre que alguns procuram concentrar o poder oligárquico nas mãos de uma minoria ainda mais restrita: tal situação impele os partidários desta igualdade ⁽⁹⁴⁾ a recorrer ao apoio popular.

Os regimes oligárquicos sofrem alterações sempre que os oligarcas esbanjam a fortuna pessoal e vivem dissolutamente. 40

Por isso os que tentam alterar esse estado de coisas procedem de duas formas: eles próprios tornam-se tiranos, ou fazem tiranos a outros.

Assim aconteceu não só em Siracusa, com Hiparino ⁽⁹⁵⁾ em relação 1306a a Dionísio, como também em Anfípolis, onde um certo Cleótimo ⁽⁹⁶⁾ acolheu nessa cidade um grupo de colonos provenientes de Calcídia ⁽⁹⁷⁾, incitando-os a revoltar-se contra os ricos, depois de os ver estabelecidos no território.

O mesmo sucedeu em Egina ⁽⁹⁸⁾, quando quem realizou a famosa negociação com Cares ⁽⁹⁹⁾ procurou modificar o regime, por uma razão análoga. 5

Com efeito, enquanto uns tentam fomentar abertamente um clima de revolta, outros tentam desfalcas o erário público em proveito próprio. É por isso que quem se revolta nos regimes oligárquicos, fá-lo contra os que fomentam a discórdia, ou contra os que desfalcam os cofres públicos, tal como ocorreu em Apolónia do Ponto ⁽¹⁰⁰⁾. Apesar de tudo, é difícil que um regime oligárquico onde exista unanimidade, decline a partir de si próprio. A prová-lo está o regime oligárquico de Farsália ⁽¹⁰¹⁾. Embora em número reduzido, os oligarcas exercem aqui o seu poder sobre toda a cidade, em virtude da boa harmonia que reina entre eles. 10

Um regime oligárquico pode também ser destruído se no seu seio surgir uma outra tendência oligárquica. Tal facto ocorre quando, de entre os que têm possibilidades de exercer magistraturas governamentais, nem todos ascendem às magistraturas mais importantes. Foi o que sucedeu em Élis ⁽¹⁰²⁾: não só 15 a direcção do regime estava a cargo de um número muito reduzido de gerontes, como apenas noventa anciãos é que se tornavam governantes reduzindo

20 ἐνενήκοντα ὄντας, τὴν δ' αἵρεσιν δυναστευτικὴν εἶναι καὶ
 ὁμοίαν τῇ τῶν ἐν Λακεδαιμόνι γερόντων. γίγνεται δὲ μετα-
 25 βολὴ τῶν ὀλιγαρχιῶν καὶ ἐν πολέμῳ καὶ ἐν εἰρήνῃ,
 ἐν μὲν πολέμῳ διὰ τὴν πρὸς τὸν δῆμον ἀπιστίαν στρατιώ-
 ταις ἀναγκαζομένων χρῆσθαι (ὥ γὰρ ἂν ἐγχειρίσωσιν,
 οὗτος πολλάκις γίνεται τύραννος, ὥσπερ ἐν Κορίνθῳ Τιμο-
 30 φάνης· ἂν δὲ πλείους, οὗτοι αὐτοῖς περιποιῶνται δυνα-
 στεῖαν· ὅτε δὲ ταῦτα δεδιότες μεταδιδόασιν τῷ πλήθει τῆς
 πολιτείας διὰ τὸ ἀναγκάζεσθαι τῷ δήμῳ χρῆσθαι)· ἐν δὲ
 τῇ εἰρήνῃ διὰ τὴν ἀπιστίαν τὴν πρὸς ἀλλήλους ἐγχειρί-
 ζουσι τὴν φυλακὴν στρατιώταις καὶ ἄρχοντι μεσιδίῳ, ὃς
 35 ἐνίοτε γίνεται κύριος ἀμφοτέρων, ὅπερ συνέβη ἐν Λαρίσῃ
 ἐπὶ τῆς τῶν Ἀλευαδῶν ἀρχῆς τῶν περὶ Σῖμον, καὶ ἐν
 Ἀβύδῳ ἐπὶ τῶν ἑταιριῶν ὧν ἦν μία ἡ Ἰφιάδου. γίνονται
 δὲ στάσεις καὶ ἐκ τοῦ περιωθεῖσθαι ἑτέρους ὑπ' ἑτέρων τῶν
 ἐν τῇ ὀλιγαρχίᾳ αὐτῶν καὶ καταστασιάζεσθαι κατὰ γά-
 40 μους ἢ δίκας, οἷον ἐκ γαμικῆς μὲν αἰτίας αἱ εἰρημέναι
 πρότερον (καὶ τὴν ἐν Ἑρετρίᾳ δ' ὀλιγαρχίαν τὴν τῶν ἱπ-
 πέων Διαγόρας κατέλυσεν ἀδικηθεὶς περὶ γάμον), ἐκ
 45 δὲ δικαστηρίου κρίσεως ἢ ἐν Ἡρακλείᾳ στάσις ἐγένετο καὶ <ἡ> ἐν
 Θήβαις, ἐπ' αἰτία μοιχείας δικαίως μὲν στασιαστικῶς δὲ
 ποιησαμένων τὴν κόλασιν τῶν μὲν ἐν Ἡρακλείᾳ κατ' Εὐρυ-
 1306b τίωνος, τῶν δ' ἐν Θήβαις κατ' Ἀρχίου (ἐφίλονεῖκσαν γὰρ
 αὐτοῖς οἱ ἐχθροὶ ὥστε δεθῆναι ἐν ἀγορᾷ ἐν τῷ κύφῳ).
 5 πολλάι δὲ καὶ διὰ τὸ ἄγαν δεσποτικὰς εἶναι τὰς ὀλιγαρ-
 χίας ὑπὸ τῶν ἐν τῇ πολιτείᾳ τινῶν δυσχερανάντων κατ-
 ελύθησαν, ὥσπερ ἡ ἐν Κνίδῳ καὶ ἡ ἐν Χίῳ ὀλιγαρχία.
 γίνονται δὲ καὶ ἀπὸ συμπτώματος μεταβολαὶ καὶ τῆς
 καλουμένης πολιτείας καὶ τῶν ὀλιγαρχιῶν ἐν ὅσαις ἀπὸ
 τιμῆματος βουλευοῦσι καὶ δικάζουσι καὶ τὰς ἄλλας ἀρχὰς

ainda mais o número. Tal situação era justificada porque os cargos desses
 anciãos eram vitalícios e porque a sua eleição dependia inteiramente de umas
 tantas famílias⁽¹⁰³⁾, à semelhança do Conselho dos Anciãos, em Esparta.

A alteração dos regimes oligárquicos tanto pode ocorrer em tempo
 de guerra, como de paz. Em tempo de guerra ocorre sempre que os
 oligarcas, agindo com desconfiança em relação ao povo, se vêem cons-
 20 trangidos a recorrer ao auxílio de bandos armados (podendo dar-se o caso
 de surgir uma tirania se a repressão popular estiver a cargo de uma só
 pessoa, tal como sucedeu em Corinto⁽¹⁰⁴⁾ com Timófranes⁽¹⁰⁵⁾; ou de
 surgir um regime autoritário, em proveito de uma facção, se essa repres-
 25 são for entregue a vários cidadãos; ou surge quando um grupo de
 oligarcas partilha o governo do regime com um grupo numeroso de
 magistrados, com receio de recorrer ao auxílio popular).

Em tempo de paz as alterações do regime oligárquico devem-se
 sobretudo à mútua desconfiança entre grupos rivais. Nesse caso, os
 oligarcas vêem-se obrigados a colocar-se sob protecção de bandos arma-
 dos ou de um magistrado mediador⁽¹⁰⁶⁾, o qual, por sua vez, acaba por
 se transformar no dirigente de ambas as facções em contenda. Foi isso
 que sucedeu em Larissa⁽¹⁰⁷⁾, ao tempo da magistratura dos Alêuadas⁽¹⁰⁸⁾
 30 e da qual fazia parte Símon. De igual forma ocorreu em Abidos no tempo
 das associações cívicas⁽¹⁰⁹⁾, de entre as quais se destacou a de Ifíades.

As revoltas contra o regime oligárquico podem surgir ainda, em
 consequência do desprezo mútuo entre facções oligárquicas, ou a partir
 de conflitos matrimoniais, ou também por litígios jurídicos.

Acerca das causas das revoltas originadas a partir de questões
 matrimoniais, serve de exemplo o que já foi referido em passos anteriores.
 35 Foi o que sucedeu na Erétria⁽¹¹⁰⁾ quando Diágoras⁽¹¹¹⁾, vítima de uma
 injustiça relativa a um contrato nupcial, banuiu a oligarquia, dirigida por
 uma facção de cāvaleiros.

O mesmo sucedeu em Heracleia⁽¹¹²⁾ e em Tebas⁽¹¹³⁾ onde a revolta
 1306b ocorreu na sequência de um processo judicial, em que, mesmo estando
 em causa um adultério com provas fundamentadas, o veredicto final foi
 faccioso, tanto em relação a Euricião, em Heracleia, como em relação a
 Árquio, em Tebas. Tal decisão judicial suscitou a indignação dos inimigos,
 a ponto de os réus serem manietados ao pelourinho da infâmia, em plena
 5 agora. Muitas oligarquias, tais como a de Cnidos⁽¹¹⁴⁾ e Quios⁽¹¹⁵⁾ foram
 derrubadas por alguns membros da classe governante, irritados com a pre-
 potência excessiva do regime. Outras vezes, as alterações dos regimes oligár-
 quicos e dos regimes constitucionais, em que se ascende às instâncias
 deliberativa, judicial e governamental em função do valor da riqueza,

10 ἄρχουσιν. πολλάκις γὰρ ὅταν ταχθῇ πρῶτον τίμημα πρὸς
 τοὺς παρόντας καιροὺς, ὥστε μετέχειν ἐν μὲν τῇ ὀλιγαρχίᾳ
 ὀλίγους ἐν δὲ τῇ πολιτείᾳ τοὺς μέσους, εὐετηρίας γιγνομένης
 δι' εἰρήνην ἢ δι' ἄλλην τιν' εὐτυχίαν συμβαίνει πολλαπλα-
 σίου γίνεσθαι τιμήματος ἀξίας τὰς αὐτὰς κτήσεις, ὥστε
 πάντας πάντων μετέχειν, ὅτε μὲν ἐκ προσαγωγῆς καὶ
 15 κατὰ μικρὸν γινομένης τῆς μεταβολῆς καὶ λανθανούσης,
 ὅτε δὲ καὶ θάπτουν. αἱ μὲν οὖν ὀλιγαρχίαι μεταβάλλουσι
 καὶ στασιάζουσι διὰ τοιαύτας αἰτίας (ὅλως δὲ καὶ αἱ δημο-
 κρατίαι καὶ αἱ ὀλιγαρχίαι ἐξίστανται ἐνίοτε οὐκ εἰς τὰς
 ἐναντίας πολιτείας ἀλλ' εἰς τὰς ἐν τῷ αὐτῷ γένει, οἷον
 20 ἐκ τῶν ἐννόμων δημοκρατιῶν καὶ ὀλιγαρχιῶν εἰς τὰς κυ-
 ρίους καὶ ἐκ τούτων εἰς ἐκείνας).

Ἐν δὲ ταῖς ἀριστοκρατίαις γίνονται αἱ στάσεις αἱ μὲν
 διὰ τὸ ὀλίγους τῶν τιμῶν μετέχειν, ὅπερ εἴρηται κινεῖν καὶ
 τὰς ὀλιγαρχίας, διὰ τὸ καὶ τὴν ἀριστοκρατίαν ὀλιγαρχίαν
 25 εἶναι πῶς (ἐν ἀμφοτέραις γὰρ ὀλίγοι οἱ ἄρχοντες, οὐ μὲν-
 τοι διὰ ταῦτόν ὀλίγοι)· ἐπεὶ δοκεῖ γε διὰ ταῦτα καὶ ἡ
 ἀριστοκρατία ὀλιγαρχία εἶναι. μάλιστα δὲ τοῦτο συμβαίνειν
 ἀναγκαῖον ὅταν ἡ τι πληθὸς τῶν πεφρονηματισμένων ὡς
 ὁμοίων κατ' ἀρετὴν, οἷον ἐν Λακεδαιμόνι οἱ λεγόμενοι Παρ-
 30 θενῖαι (ἐκ τῶν ὁμοίων γὰρ ἦσαν), οὓς φωράσαντες ἐπιβου-
 λεύσαντας ἀπέστειλαν Τάραντος οἰκιστάς, ἢ ὅταν τινὲς ἀτιμά-
 ζονται μεγάλοι ὄντες καὶ μηθενὸς ἥτους κατ' ἀρετὴν
 ὑπὸ τινων ἐντιμωτέρων, οἷον Λύσανδρος ὑπὸ τῶν βασιλέων,
 ἢ ὅταν ἀνδρώδης τις ὢν μὴ μετέχη τῶν τιμῶν, οἷον Κι-
 35 νάδων ὁ τὴν ἐπ' Ἀγησιλάου συστήσας ἐπίθεσιν ἐπὶ τοὺς
 Σπαρτιάτας· ἔτι ὅταν οἱ μὲν ἀπορώσι λίαν οἱ δ' εὐ-

dependem de ocorrências fortuitas. Frequentemente a estimativa da for-
 tuna é fixada conforme as circunstâncias do momento, de modo a permitir
 a participação nos cargos a um grupo restrito (no caso da oligarquia) ou
 a uma classe média (no caso do regime constitucional). Se, no entanto,
 advém um tempo de prosperidade (devido à paz ou a um feliz acaso) as
 fortunas multiplicam-se de tal forma que permitem o acesso geral e
 definitivo às magistraturas. Esse acesso geral pode conduzir a uma
 alteração do regime oligárquico, umas vezes de forma gradual, e imper-
 ceptível, outras vezes de modo célere.

Estas são as causas das transformações e das revoluções que
 ocorrem nos regimes oligárquicos. De um modo geral, tanto as democra-
 cias como as oligarquias dão lugar não propriamente a regimes opostos
 entre si, mas a regimes do seu próprio género, tal como sucede com as
 democracias e oligarquias legítimas quando passam a regimes despóticos,
 ou vice-versa.

7. Causas de revoluções nas aristocracias.

As revoltas ocorrem nas aristocracias pela simples razão de existir
 um grupo muito reduzido de cidadãos que detêm os cargos públicos. Já
 foi referido como esta causa também provoca revoltas nos regimes
 oligárquicos; com efeito a aristocracia tem grandes afinidades com a
 oligarquia: em ambos os casos os magistrados são em número reduzido.
 Apesar de as razões dessa restrição numérica não serem as mesmas que
 se verificam na oligarquia, tal facto poderia levar-nos a supor que a
 aristocracia é uma oligarquia.

Essas revoltas ocorrem inevitavelmente nas aristocracias sempre que
 um número significativo de cidadãos se presume detentor de uma condi-
 ção idêntica à dos restantes no que respeita à virtude.

Tal situação ocorreu, por exemplo, em Esparta com os chamados
 Parténios, da estirpe dos "Iguais" ⁽¹¹⁶⁾, que sendo apanhados em flagrante
 a conspirar, foram enviados como colonos para Tarento ⁽¹¹⁷⁾.

As revoltas também surgem quando um cidadão, possuindo nobreza
 de carácter em nada inferior aos virtuosos, é desprezado pelos que têm
 postos mais elevados, tal como sucedeu com Lisandro em relação aos
 reis ⁽¹¹⁸⁾; também podem ocorrer quando alguém de temperamento cora-
 joso não vê reconhecido o seu valor, como foi o caso de Cinadão ⁽¹¹⁹⁾,
 a quem se deveu a façanha de empreender um ataque contra os Espartanos,
 durante o reinado de Agésilau ⁽¹²⁰⁾; ou ainda, ocorrem sempre que há uma
 franja de cidadãos demasiado ricos ou uma massa de cidadãos demasiado

πορῶσιν (καὶ μάλιστα ἐν τοῖς πολέμοις τοῦτο γίνεται· συνέβη
 δὲ καὶ τοῦτο ἐν Λακεδαιμόνι ὑπὸ τὸν Μεσσηνιακὸν πόλε-
 μόν· δῆλον δὲ [καὶ] τοῦτο ἐκ τῆς Τυρταίου ποιήσεως τῆς κα-
 1307a λουμένης Εὐνομίας· θλιβόμενοι γάρ τινες διὰ τὸν πόλεμον
 ἤξιον ἀνάδαστον ποιεῖν τὴν χώραν)· ἔτι ἐάν τις μέγας ἦ
 καὶ δυνάμενος ἔτι μείζων εἶναι, ἵνα μοναρχῇ, ὥσπερ ἐν
 Λακεδαιμόνι δοκεῖ Πausanίας ὁ στρατηγῆσας κατὰ τὸν Μη-
 5 δικὸν πόλεμον, καὶ ἐν Καρχηδόνι Ἀννων· λύνονται δὲ μά-
 λιστα αἱ τε πολιτεῖαι καὶ αἱ ἀριστοκρατίαι διὰ τὴν ἐν αὐτῇ
 τῇ πολιτείᾳ τοῦ δικαίου παρέκβασιν· ἀρχὴ γάρ τὸ μὴ με-
 μεῖχθαι καλῶς ἐν μὲν τῇ πολιτείᾳ δημοκρατίαν καὶ ὀλι-
 γαρχίαν, ἐν δὲ τῇ ἀριστοκρατίᾳ ταῦτά τε καὶ τὴν ἀρετὴν,
 10 μάλιστα δὲ τὰ δύο· λέγω δὲ τὰ δύο δῆμον καὶ ὀλιγαρ-
 χίαν· ταῦτα γὰρ αἱ πολιτεῖαι τε πειρῶνται μιγνύναι καὶ
 αἱ πολλαὶ τῶν καλουμένων ἀριστοκρατιῶν· διαφέρουσι γὰρ
 τῶν ὀνομαζομένων πολιτειῶν αἱ ἀριστοκρατίαι τούτω, καὶ
 διὰ τοῦτ' εἰσὶν αἱ μὲν ἦττον αἱ δὲ μᾶλλον μόνιμοι αὐτῶν·
 15 τὰς γὰρ ἀποκλινούσας μᾶλλον πρὸς τὴν ὀλιγαρχίαν ἀρι-
 στοκρατίας καλοῦσιν, τὰς δὲ πρὸς τὸ πλῆθος πολιτείας· δι-
 ὅπερ ἀσφαλέστεραι αἱ τοιαῦται τῶν ἑτέρων εἰσὶν· κρεῖττόν
 τε γὰρ τὸ πλεῖον, καὶ μᾶλλον ἀγαπῶσιν ἴσον ἔχοντες,
 οἱ δ' ἐν ταῖς εὐπορίαις, ἂν ἡ πολιτεία διδῷ τὴν ὑπεροχὴν,
 20 ὑβρίζειν ζητοῦσι καὶ πλεονεκτεῖν· ὅλως δ' ἐφ' ὁπότερον ἂν
 ἐγκλίνη ἡ πολιτεία, ἐπὶ ταῦτα μεθίσταται ἑκατέρων τὸ
 σφέτερον ἀνυξάνοντων, οἷον ἡ μὲν πολιτεία εἰς δῆμον, ἀρι-
 στοκρατία δ' εἰς ὀλιγαρχίαν· ἢ εἰς τάναντία, οἷον ἡ μὲν
 ἀριστοκρατία εἰς δῆμον (ὥς ἀδικοῦμενοι γὰρ περισπῶσιν εἰς
 25 τοῦναντίον οἱ ἀπορώτεροι), αἱ δὲ πολιτεῖαι εἰς ὀλιγαρχίαν

pobres, posição que se agudiza em tempo de guerra; assim aconteceu entre os Espartanos durante a Guerra Messénica ⁽¹²¹⁾, tal como figura no poema *A Boa Ordem* de Tirteu ⁽¹²²⁾ no qual certos cidadãos, arruinados pela guerra, reclamam que se proceda a uma redistribuição das terras; finalmente, as revoltas podem surgir nas aristocracias, quando alguém já com muita autoridade, ainda se torna mais poderoso com o intuito de governar sozinho, tal como parece ter sucedido em Esparta com Pausânias ⁽¹²³⁾, comandante das tropas durante as Guerras Persas, e como sucedeu em Cartago com o general Hânnon ⁽¹²⁴⁾.

O motivo principal que leva à dissolução dos regimes constitucionais e aristocráticos relaciona-se com o desvio da justiça dentro do regime. Isso deve-se, logo à partida, ao facto de a democracia e oligarquia não se misturarem bem no regime constitucional, e devido ao facto de ambos os regimes não se coadunarem de forma adequada à virtude no regime aristocrático. A impossibilidade de mistura dos dois primeiros é evidente ⁽¹²⁵⁾. E quando falo dos dois primeiros, refiro-me à democracia e à oligarquia. Com efeito são essas duas formas de governo que tentam coexistir tanto nos regimes constitucionais, como nos aristocráticos. E é essa mistura que faz com que as aristocracias sejam diferentes dos chamados regimes constitucionais. É também por isso que as aristocracias são menos estáveis do que os regimes constitucionais.

Chamamos aristocracias aos regimes que se inclinam mais para a forma oligárquica de governo, e designamos por regimes constitucionais os que se aproximam das massas populares. É por isso que os regimes constitucionais são mais consistentes do que as aristocracias: de facto, a maioria tem mais força, além de que os cidadãos preferem participar em plano de igualdade no governo da cidade.

Se, pelo contrário, um regime privilegia os cidadãos muito ricos, o resultado é sempre uma ambição excessiva destes e um desprezo pelos demais.

De um modo geral, seja qual for o lado para o qual se incline um regime, é num desses dois sentidos que se opera a transformação, dado que cada parte procura aumentar a sua força: os regimes constitucionais transformam-se em democracias, enquanto os regimes aristocráticos em oligarquias. O contrário também se verifica, ou seja, a aristocracia também passa a democracia (quando os mais pobres, considerando-se oprimidos, tentam passar para o regime oposto), e os regimes constitucionais podem passar a oligarquias (já que só uma oligarquia é capaz de assegurar uma estabilidade mínima conforme o critério da igualdade segundo o mérito e conforme o princípio de dar a cada um aquilo que lhe pertence).

(μόνον γὰρ μόνιμον τὸ κατ' ἀξίαν ἴσον καὶ τὸ ἔχειν τὰ αὐτῶν)· συνέβη δὲ τὸ εἰρημένον ἐν Θουρίοις, διὰ μὲν γὰρ τὸ ἀπὸ πλείονος τιμήματος εἶναι τὰς ἀρχὰς εἰς ἑλαττον μετέβη καὶ εἰς ἀρχεῖα πλείω, διὰ δὲ τὸ τὴν χώραν ὅλην τοὺς γνωρίμους συγκτήσασθαι παρὰ τὸν νόμον (ἡ γὰρ πολι-
 30 τεῖα ὀλιγαρχικωτέρα ἦν, ὥστε ἐδύναντο πλεονεκτεῖν) ὁ [δὲ] δῆμος γυμνασθεὶς ἐν τῷ πολέμῳ τῶν φρουρῶν ἐγένετο κρείττων, ἕως ἀφείσαν τῆς χώρας ὅσοι πλείω ἦσαν ἔχοντες. ἔτι διὰ τὸ πάσας τὰς ἀριστοκρατικὰς πολιτείας ὀλιγαρχι-
 35 κὰς εἶναι μᾶλλον πλεονεκτοῦσιν οἱ γνώριμοι, οἷον καὶ ἐν Λακεδαιμόνι εἰς ὀλίγους αἱ οὐσίαι ἔρχονται· καὶ ἔξεστι ποιεῖν ὃ τι ἂν θέλωσι τοῖς γνωρίμοις μᾶλλον, καὶ κηδεύειν ὅτω θέλουσιν, διὸ καὶ ἡ Λοκρῶν πόλις ἀπώλετο ἐκ τῆς πρὸς Διονύσιον κηδείας, ὃ ἐν δημοκρατίᾳ οὐκ ἂν ἐγένετο, οὐδ' ἂν
 40 ἐν ἀριστοκρατίᾳ εὖ μεμειγμένη. μάλιστα δὲ λανθάνουσιν αἱ ἀριστοκραταὶ μεταβάλλουσιν τῷ λύεσθαι κατὰ μικρόν, ὅπερ εἴρηται ἐν τοῖς πρότερον καθόλου κατὰ πασῶν τῶν πολιτειῶν, ὅτι αἴτιον τῶν μεταβολῶν καὶ τὸ μικρόν ἔστιν· ὅταν γὰρ τι προῶνται τῶν πρὸς τὴν πολιτείαν, μετὰ τοῦτο
 5 καὶ ἄλλο μικρῷ μείζον εὐχερέστερον κινουσιν, ἕως ἂν πάντα κινήσωσι τὸν κόσμον. συνέβη δὲ τοῦτο καὶ ἐπὶ τῆς Θουρίων πολιτείας. νόμον γὰρ ὄντος διὰ πέντε ἑτῶν στρατηγεῖν, γε- νόμενοί τινες πολεμικοὶ τῶν νεωτέρων καὶ παρὰ τῷ πλήθει τῶν φρουρῶν εὐδοκιμοῦντες, καταφρονήσαντες τῶν ἐν τοῖς
 10 πράγμασι καὶ νομίζοντες βραδίως κατασχῆσειν, τοῦτον τὸν νόμον λύειν ἐπεχείρησαν πρῶτον, ὥστ' ἐξεῖναι τοὺς αὐτοὺς συνεχῶς στρατηγεῖν. ὁρῶντες τὸν δῆμον αὐτοὺς χειροτονή- σοντα προθύμως. οἱ δ' ἐπὶ τούτῳ τεταγμένοι τῶν ἀρχόν-

O que acabou de ser referido sucedeu em Túria ⁽¹²⁶⁾. Como o valor exigido estimativa da fortuna para o acesso à magistratura era demasiado elevado, decidiu-se alterar para valores mais baixos o montante fixado permitindo-se que muitos mais cidadãos acessem a cargos públicos. Não podemos esquecer que os notáveis apropriaram-se da totalidade das
 30 terras com procedimentos ilegais (a tendência oligárquica da constituição facultava esse abuso). No entanto o povo, treinado nas campanhas militares, dominou as guarnições, obrigando os proprietários a abdicar das terras de que ilegalmente se tinham apropriado.

Como todos os regimes aristocráticos são de índole oligárquica, os notáveis acabam por ambicionar mais do que os restantes cidadãos, como
 35 sucedeu em Esparta. Aqui, as riquezas pertencem a um grupo muito restrito de cidadãos, o que lhes permite proceder como entendem, e casarem-se com quem quiserem ⁽¹²⁷⁾. A cidade dos Lócrios ⁽¹²⁸⁾ foi arruinada devido ao casamento de Dionísio ⁽¹²⁹⁾, o que nunca teria sucedido num regime democrático, ou numa aristocracia bem doseada ⁽¹³⁰⁾.
 40

Os regimes aristocráticos sofrem revoltas sempre que desdenham pequenos pormenores que podem conduzir à dissolução. Já o referimos,
 1307b de um modo geral, a propósito de todos os tipos de regime: a causa das alterações dos regimes deve-se em boa parte ao facto de as questões de pormenor serem descuradas.

Com efeito, sempre que se tenta exorbitar do que está consignado constitucionalmente, e se alteram certos aspectos de ínfima importância,
 5 mais facilmente se altera toda a ordem política.

Assim sucedeu com o regime constitucional de Túria ⁽¹³¹⁾. Apesar de nessa cidade existir uma lei que determinava que o comando das tropas fosse atribuído por um período de cinco anos, alguns jovens guerreiros tornaram-se chefes militares devido a gozarem de boa reputação entre a maioria da guarnição. Desprezando os magistrados, e julgando alcançar
 10 os seus intentos com a maior das facilidades, aplicaram-se em revogar essa lei. Vendo que contavam com a aprovação do povo, diligenciaram no sentido de lhes ser permitido assumir o comando das tropas por tempo indeterminado. Os magistrados (também designados por conselheiros)

των, οἱ καλούμενοι σύμβουλοι, ὁρμήσαντες τὸ πρῶτον ἐναν-
 15 τιούσθαι συνεπίσθησαν, ὑπολαμβάνοντες τοῦτον κινήσαντας
 τὸν νόμον ἑάσειν τὴν ἄλλην πολιτείαν, ὕστερον δὲ βουλόμε-
 νοι κωλύειν ἄλλων κινουμένων οὐκέτι πλεον ἐποίουν οὐθέν,
 ἀλλὰ μετέβαλεν ἡ τάξις πᾶσα τῆς πολιτείας εἰς δυνα-
 στείαν τῶν ἐπιχειρησάντων νεωτερίζειν. πᾶσαι δ' αἱ πολι-
 20 τεῖαι λύονται ὅτε μὲν ἐξ αὐτῶν ὅτε δ' ἐξῴθεν, ὅταν ἐναν-
 τία πολιτεία ᾗ ἢ πλησίον ἢ πόρρω μὲν ἔχουσα δὲ δύναμιν.
 ὅπερ συνέβαινεν ἐπ' Ἀθηναίων καὶ Λακεδαιμονίων· οἱ μὲν
 γὰρ Ἀθηναῖοι πανταχοῦ τὰς ὀλιγαρχίας, οἱ δὲ Λάκωνες
 τοὺς δῆμους κατέλυνον. ὅθεν μὲν οὖν αἱ μεταβολαὶ γίνονται
 25 τῶν πολιτειῶν καὶ αἱ στάσεις, εἴρηται σχεδόν.
 8 Περὶ δὲ σωτηρίας καὶ κοινῇ καὶ χωρὶς ἐκάστης πολι-
 τείας ἐχόμενόν ἐστιν εἰπεῖν. πρῶτον μὲν οὖν δῆλον ὅτι, εἴπερ
 ἔχομεν δι' ὧν φθείρονται αἱ πολιτεῖαι, ἔχομεν καὶ δι' ὧν
 σῶζονται· τῶν γὰρ ἐναντίων τἀναντία ποιητικά, φθορὰ δὲ
 30 σωτηρία ἐναντίον. ἐν μὲν οὖν ταῖς εὖ κεκραμέναις πολι-
 τεταῖς ὥσπερ ἄλλο τι δεῖ τηρεῖν ὅπως μὴθὲν παρανομῶσι,
 καὶ μάλιστα τὸ μικρὸν φυλάττειν· λανθάνει γὰρ παρα-
 δυομένη ἡ παρανομία, ὥσπερ τὰς οὐσίας τὸ μικρὸν δαπάνημα
 ἀναιρεῖ πολλάκις γινόμενον. λανθάνει δὲ ἡ δαπάνη
 35 διὰ τὸ μὴ ἄθροα γίνεσθαι· παραλογίζεται γὰρ ἡ διά-
 νοια ὑπ' αὐτῶν, ὥσπερ ὁ σοφιστικὸς λόγος· εἰ ἕκαστον μι-
 κρόν, καὶ πάντα· τοῦτο δ' ἐστὶ μὲν ὥς, ἐστὶ δ' ὥς οὐ· τὸ
 γὰρ ὅλον καὶ τὰ πάντα οὐ μικρόν, ἀλλὰ σύγκειται ἐκ

encarregados desta questão, opuseram-se inicialmente à revogação, mas
 acabaram por se deixar persuadir, julgando que apesar da modificação da
 15 lei, o resto da constituição permaneceria intacto. A verdade é que quando
 tentaram impedir transformações posteriores, não só se deram conta de
 que já nada podiam fazer, como toda a ordenação do regime foi alterada
 para legitimar o poder autoritário dos que tinham promovido as inovações
 legais. Todos os regimes se dissolveram por dentro ou por factores exter-
 20 nos ⁽¹³²⁾ quando se confrontam com regimes muito mais poderosos, pró-
 ximos ou distantes. Assim sucedeu em Atenas e Esparta ⁽¹³³⁾. Enquanto
 os atenienses baniram as oligarquias em todo o lado, os Lacónios ⁽¹³⁴⁾
 aboliram o poder popular.

Com o que expusemos ficam genericamente apresentadas as causas
 das revoluções e das revoltas nos regimes constitucionais.

8. Meios de regeneração e preservação dos regimes.

Pretendemos agora apresentar os modos de preservação que, de um
 modo geral ou particular, estão ao alcance de cada regime.

Parece evidente que, se conhecermos as causas de destruição de um
 regime, sabemos também os modos da sua conservação. Com efeito, os
 contrários geram efeitos contrários, e a degradação é justamente o
 contrário da conservação ⁽¹³⁵⁾.

No que respeita aos regimes perfeitamente doseados, sejam de que
 tipo forem, não só é necessário tomar sempre as devidas precauções para
 que a lei em nada seja transgredida, como também devemos prestar uma
 atenção especial aos pormenores. Na verdade, a violação da lei ⁽¹³⁶⁾
 começa sempre por se insinuar de forma inadvertida, tal como acontece
 com as despesas: por mais insignificantes que sejam, se repetidas com
 frequência, dissipam uma fortuna. Uma despesa é imperceptível, à pri-
 30 meira vista, porque nunca é feita de uma só vez; a mente é induzida em
 erro por esses pequenos dispêndios, na esteira da argumentação sofisticada
 “se cada parte é pequena, também o é a totalidade”. Isto é, em parte, verda-
 35 de, e em parte não é: de facto, o “todo” e o “conjunto de todas as partes”
 não são pequenos em si, mas constituídos por partes pequenas ⁽¹³⁷⁾.

É necessário que se prevejam estes pormenores desde o começo. Em
 seguida, convém não dar crédito aos ardis que visam captar a benevolência

μικρῶν. μίαν μὲν οὖν φυλακὴν ταύτην πρὸς τὴν ἀρχὴν
 40 δεῖ ποιεῖσθαι· ἔπειτα μὴ πιστεύειν τοῖς σοφίσματος χάριν
 1308a πρὸς τὸ πλῆθος συγκειμένους, ἐξελέγχεται γὰρ ὑπὸ τῶν
 ἔργων (ποῖα δὲ λέγομεν τῶν πολιτειῶν σοφίσματα, πρό-
 τερον εἴρηται). ἔτι δ' ὁρᾶν ὅτι ἐνὶ αἰσιν μένουσιν οὐ μόνον ἀρι-
 στοκραταὶ ἀλλὰ καὶ ὀλιγαρχίαι οὐ διὰ τὸ ἀσφαλεῖς εἶναι
 5 τὰς πολιτείας, ἀλλὰ διὰ τὸ εὖ χρῆσθαι τοὺς ἐν ταῖς ἀρ-
 χαῖς γινομένους καὶ τοῖς ἔξω τῆς πολιτείας καὶ τοῖς ἐν τῷ
 πολιτεύματι, τοὺς μὲν μὴ μετέχοντας τῷ μὴ ἀδικεῖν καὶ
 τῷ τοὺς ἡγεμονικοὺς αὐτῶν εἰσάγειν εἰς τὴν πολιτείαν καὶ
 τοὺς μὲν φιλοτίμους μὴ ἀδικεῖν εἰς ἀτιμίαν τοὺς δὲ πολλοὺς
 10 εἰς κέρδος, πρὸς αὐτοὺς δὲ καὶ τοὺς μετέχοντας τῷ χρῆσθαι
 ἀλλήλοις δημοτικῶς. ὃ γὰρ ἐπὶ τοῦ πλήθους ζητοῦσιν οἱ δημο-
 τικοί, τὸ ἴσον, τοῦτ' ἐπὶ τῶν ὁμοίων οὐ μόνον δίκαιον
 ἀλλὰ καὶ συμφέρον ἐστίν. διὸ ἐὰν πλείους ᾖσιν ἐν τῷ πολι-
 τεύματι, πολλὰ συμφέρει τῶν δημοτικῶν νομοθετημά-
 15 των, οἷον τὸ ἐξαμήνους τὰς ἀρχὰς εἶναι, ἵνα πάντες οἱ
 ὅμοιοι μετέχωσιν· ἔστι γὰρ ὥσπερ δῆμος ἤδη οἱ ὅμοιοι
 (διὸ καὶ ἐν τούτοις ἐγγίγνονται δημαγωγοὶ πολλάκις, ὥσπερ
 εἴρηται πρότερον), ἔπειθ' ἦττον εἰς δυναστείας ἐμπίπτουσιν αἱ
 ὀλιγαρχίαι καὶ ἀριστοκραταὶ (οὐ γὰρ ὁμοίως βράδιον κα-
 20 κουργῆσαι ὀλίγον χρόνον ἄρχοντας καὶ πολὺν, ἐπεὶ διὰ
 τοῦτο ἐν ταῖς ὀλιγαρχίαις καὶ δημοκρατίαις γίνονται τυ-
 ραννίδες· ἡ γὰρ οἱ μέγιστοι ἐν ἑκατέρᾳ ἐπιτίθενται τυραν-
 νίδι, ἐνθα μὲν οἱ δημαγωγοὶ ἐνθα δ' οἱ δυνάσται, ἡ οἱ τὰς
 μεγίστας ἔχοντες ἀρχὰς, ὅταν πολὺν χρόνον ἄρχωσιν). σφύ-
 25 ζονται δ' αἱ πολιτεῖαι οὐ μόνον διὰ τὸ πόρρω εἶναι τῶν
 διαφθειρόντων, ἀλλ' ἐνίοτε καὶ διὰ τὸ ἐγγύς φοβούμενοι
 γὰρ διὰ χειρῶν ἔχουσι μᾶλλον τὴν πολιτείαν. ὥστε δεῖ
 τοὺς τῆς πολιτείας φροντίζοντας φόβους παρασκευάζειν, ἵνα

popular: normalmente esses ardis acabam sempre por ser desmascarados. 1308a
 Já tivemos oportunidade de referir anteriormente quais são esses artifícios
 políticos ⁽¹³⁸⁾.

É preciso considerar também que, tanto as aristocracias como as
 oligarquias, perduram não devido à estabilidade dos respectivos regi-
 mes ⁽¹³⁹⁾, mas porque os governantes procedem com rectidão tanto em
 5 favor dos excluídos da cidadania como dos que participam do gover-
 no ⁽¹⁴⁰⁾. Em relação aos que não têm direitos políticos evitam discrimi-
 nações; em relação aos que manifestam capacidades de mando, incenti-
 vavam-nos a aceder à administração, sem prejudicar os que têm a ambição
 das honrarias, nem a massa que deseja enriquecer. Além disso, os ma-
 gistrados destas duas formas de regime devem tratar com espírito demo-
 10 crático ⁽¹⁴¹⁾ os pares ⁽¹⁴²⁾ que com eles partilham o poder governamental.

A igualdade que os partidários da democracia pretendem para a
 massa da população é justa e vantajosa desde que vise os semelhantes.
 Se muitos cidadãos exercerem cargos públicos, há toda a vantagem em
 que a legislação seja de índole democrática. É com esse intuito que se
 define um período de seis meses para o exercício de uma magistratura,
 de modo a possibilitar que todos os que pertencem à mesma facção social
 15 possam desempenhar cargos governamentais. A disposição que restringe
 a duração das magistraturas permite que todos os indivíduos semelhantes
 nelas participem porque formam uma espécie de povo (e esta é a razão
 que explica o aparecimento frequente dos demagogos, como já atrás se
 referiu) ⁽¹⁴³⁾; e também impede que oligarquias e aristocracias degenerem
 em formas autoritárias ⁽¹⁴⁴⁾ de governo; na verdade, não é a mesma coisa
 20 exercer sem escrúpulos um poder perverso durante muito tempo ou apenas
 durante um período, pois é precisamente em função dessa extensão temporal
 que as tiranias acabam por surgir, tanto nas oligarquias como nas demo-
 cracias; tal acontece sempre que o poder se encontre concentrado durante
 muito tempo, seja nas mãos dos mais excelentes em cada um dos regimes
 (na democracia, os demagogos, na oligarquia, os chefes das famílias
 poderosas), seja nas mãos daqueles que exercem magistraturas superiores.

Os regimes preservam-se melhor quer afastando os que procuram a
 25 destruição, quer, por vezes mantendo-os perto pois, amedrontados, mais
 facilmente estão nas mãos do regime.

É por isso que muitas vezes se torna necessário, que o regime instile
 o medo nos cidadãos (a pretexto de que, tal como as sentinelas nocturnas

30 φυλάττωσι καὶ μὴ καταλύωσιν ὥσπερ νυκτερινὴν φυλά-
 κήν τὴν τῆς πολιτείας τήρησιν, καὶ τὸ πόρρω ἐγγὺς ποιεῖν.
 ἔτι τὰς τῶν γνωρίμων φιλονεικίας καὶ στάσεις καὶ διὰ τῶν
 νόμων πειρᾶσθαι δεῖ φυλάττειν, καὶ τοὺς ἔξω τῆς φιλο-
 νεικίας ὄντας πρὶν παρειληφέναι καὶ αὐτούς, ὥς τὸ ἐν
 35 ἀρχῇ γινόμενον κακὸν γινῶναι οὐ τοῦ τυχόντος ἀλλὰ πολι-
 τικοῦ ἀνδρός. πρὸς δὲ τὴν διὰ τὰ τιμήματα γιγνομένην
 μεταβολὴν ἐξ ὀλιγαρχίας καὶ πολιτείας, ὅταν συμβαίνει
 τοῦτο μενόντων μὲν τῶν αὐτῶν τιμημάτων εὐπορίας δὲ
 νομίσματος γιγνομένης, συμφέρει τοῦ τιμήματος ἐπισκο-
 πεῖν τοῦ κοινοῦ τὸ πλῆθος πρὸς τὸ παρελθόν, ἐν ὅσας μὲν
 40 πόλεσι τιμῶνται κατ' ἐνιαυτόν, κατὰ τοῦτον τὸν χρόνον,
 1308b ἐν δὲ ταῖς μείζοσι διὰ τριετηρίδος ἢ πενταετηρίδος, κὰν ἦ
 πολλαπλάσιον ἢ πολλοστημόριον τοῦ πρότερον, ἐν ᾧ αἱ τι-
 μήσεις κατέστησαν τῆς πολιτείας, νόμον εἶναι καὶ τὰ τιμή-
 ματα ἐπιτείνειν ἢ ἀνιέναι, ἐὰν μὲν ὑπερβάλλῃ, ἐπιτείνον-
 5 τας κατὰ τὴν πολλαπλασίωσιν, ἐὰν δ' ἐλλείπῃ, ἀνιέντας
 καὶ ἐλάττω ποιοῦντας τὴν τίμησιν. ἐν μὲν γὰρ ταῖς ὀλιγαρ-
 χίαις καὶ ταῖς πολιτείαις, μὴ ποιοῦντων [μὲν] οὕτως ἔνθα
 μὲν ὀλιγαρχίαν ἔνθα δὲ δυναστείαν γίνεσθαι συμβαίνει,
 ἐκείνως δὲ ἐκ μὲν πολιτείας δημοκρατίαν, ἐκ δ' ὀλιγαρ-
 10 χίας πολιτείαν ἢ δῆμον. κοινὸν δὲ καὶ ἐν δῆμῳ καὶ ὀλιγαρ-
 χίᾳ καὶ ἐν μοναρχίᾳ καὶ πάσῃ πολιτείᾳ μήτ' αὐξάνειν
 λίαν μηθέναι παρὰ τὴν συμμετρίαν, ἀλλὰ μᾶλλον πει-
 ρᾶσθαι μικρὰς καὶ πολυχρονίους διδόναι τιμὰς ἢ βραχὺ
 15 μεγάλας (διαφθείρονται γάρ, καὶ φέρειν οὐ παντὸς ἀνδρὸς
 εὐτυχίαν), εἰ δὲ μή, μή τοί γ' ἀθρόας δόντας ἀφαιρεῖσθαι
 πάλιν ἀθρόας, ἀλλ' ἐκ προσαγωγῆς· καὶ μάλιστα μὲν
 πειρᾶσθαι τοῖς νόμοις οὕτω ρυθμίζειν ὥστε μηθέναι ἐγγίγνεσθαι
 πολὺ ὑπερέχοντα δυνάμει μήτε φίλων μήτε χρημάτων,

na guarda da cidade, não devem desleixar a vigilância do regime) e
 apresente como iminente um perigo distante.

É preciso impedir mediante leis as querelas e conflitos entre os
 notáveis, e vigiar os que estão à margem da contenda, antes que se
 venham imiscuir. Aperceber-se de um mal no começo, não está ao alcance
 do primeiro que aparece mas é próprio do homem político.

Para enfrentar as revoluções devidas à flutuação do montante cen-
 sitário (¹⁴⁵) nas oligarquias e nos regimes constitucionais, mantendo-se
 inalterável o critério de aferição tributária e aumentando a riqueza,
 convém comparar o rendimento total com a tributação anterior, realizada
 anualmente nas cidades onde o censo é fixado em cada ano, ou então em
 cada triênio ou quinquênio nas cidades mais importantes.

Se o rendimento calculado for múltiplo ou submúltiplo (¹⁴⁶) do que
 quando se fixou o montante censitário da cidade, deverá legislar-se que
 a tributação aumente ou diminua proporcionalmente, conforme o caso. Na
 verdade, sempre que nas oligarquias e nos regimes constitucionais não se
 proceda a este ajustamento tributário (¹⁴⁷), sucede que o regime consti-
 tucional dá lugar a uma oligarquia e esta a um regime autoritário, ou o
 regime constitucional se transforma em democracia e a oligarquia em
 regime constitucional ou democracia.

Uma regra comum para democracias, oligarquias, monarquias e
 qualquer outro regime, deveria ser a de impedir que alguém se
 superiorizasse em relação aos demais de modo excessivo e desproporci-
 onado; e também a de promover cargos públicos modestos mas duradou-
 ros, em vez de cargos excessivamente importantes e efêmeros (os homens
 são corruptíveis e são poucos os que sabem viver prósperos). Ou se não
 for possível proceder assim, pelo menos que os cargos sejam retirados
 gradualmente e não todos de uma só vez.

É sobretudo através da legislação que se devem tomar precauções
 no sentido de que ninguém se torne superior aos demais em poder, quer
 em virtude dos aliados que tem, quer por causa das riquezas que possui;

20 εἰ δὲ μή, ἀποδημητικὰς ποιεῖσθαι τὰς παραστάσεις αὐτῶν.
 ἐπεὶ δὲ καὶ διὰ τοὺς ἰδίους βίους νεωτερίζουσιν, δεῖ ἐμποιεῖν
 ἀρχὴν τινα τὴν ἐποψομένην τοὺς ζῶντας ἀσυμφόρως πρὸς
 τὴν πολιτείαν, ἐν μὲν δημοκρατίᾳ πρὸς τὴν δημοκρατίαν,
 25 ἐν δὲ ὀλιγαρχίᾳ πρὸς τὴν ὀλιγαρχίαν, ὁμοίως δὲ καὶ τῶν
 ἄλλων πολιτειῶν ἑκάστη· καὶ τὸ εὐημεροῦν δὲ τῆς πόλεως
 ἀνὰ μέρος φυλάττεσθαι διὰ τὰς αὐτὰς αἰτίας· τούτου δ'
 ἄκος τὸ αἰεὶ τοῖς ἀντικειμένοις μορίοις ἐγχειρίζειν τὰς
 πράξεις καὶ τὰς ἀρχάς (λέγω δ' ἀντικεῖσθαι τοὺς ἐπι-
 30 εικεῖς τῷ πλήθει, καὶ τοὺς ἀπόρους τοῖς εὐπόροις), καὶ τὸ πει-
 ρᾶσθαι ἢ συμμιγνύναι τὸ τῶν ἀπόρων πλῆθος καὶ τὸ τῶν
 εὐπόρων ἢ τὸ μέσον αὐξεῖν (τοῦτο γὰρ διαλύει τὰς διὰ
 τὴν ἀνισότητά στάσεις). μέγιστον δὲ ἐν πάσῃ πολιτείᾳ τὸ
 καὶ τοῖς νόμοις καὶ τῇ ἄλλῃ οἰκονομίᾳ οὕτω τετάχθαι ὥστε
 35 μὴ εἶναι τὰς ἀρχὰς κερδαίνειν. τοῦτο δὲ μάλιστα ἐν ταῖς
 ὀλιγαρχικαῖς δεῖ τηρεῖν. οὐ γὰρ οὕτως ἀγανακτοῦσιν εἰργό-
 μενοι τοῦ ἄρχειν οἱ πολλοί, ἀλλὰ καὶ χαίρουσιν ἔάν τις
 ἐὰν πρὸς τοῖς ἰδίοις σχολάζειν, ὥστ' ἔάν οἴωνται τὰ κοινὰ
 κλέπτειν τοὺς ἄρχοντας, τότε γ' ἀμφοτέρω λυπεῖ, τὸ τε
 40 τῶν τιμῶν μὴ μετέχειν καὶ τὸ τῶν κερδῶν μοναχῶς δὲ
 καὶ ἐνδέχεται ἅμα εἶναι δημοκρατίαν καὶ ἀριστοκρατίαν,
 εἰ τοῦτο κατασκευάσειέ τις. ἐνδέχοιτο γὰρ ἂν καὶ τοὺς
 1309a γνωρίμους καὶ τὸ πλῆθος ἔχειν ἃ βούλονται ἀμφοτέρους.
 τὸ μὲν γὰρ ἐξεῖναι πᾶσιν ἄρχειν δημοκρατικόν, τὸ δὲ τοὺς
 γνωρίμους εἶναι ἐν ταῖς ἀρχαῖς ἀριστοκρατικόν, τοῦτο δ'
 5 ἔσται ὅταν μὴ ἢ κερδαίνειν ἀπὸ τῶν ἀρχῶν· οἱ γὰρ ἄποροι
 οὐ βουλήσονται ἄρχειν τῷ μηδὲν κερδαίνειν, ἀλλὰ πρὸς
 τοῖς ἰδίοις εἶναι μᾶλλον, οἱ δὲ εὐποροὶ δυνήσονται διὰ τὸ
 μηδεὶν προσδεῖσθαι τῶν κοινῶν· ὥστε συμβήσεται τοῖς μὲν
 ἀπόροις γίγνεσθαι εὐπόρους διὰ τὸ διατρίβειν πρὸς τοῖς

caso contrário, convém enviá-lo em viagem para o estrangeiro. Como a
 vida privada dos cidadãos também introduz inovações nos regimes ⁽¹⁴⁸⁾,
 há toda a necessidade em criar uma magistratura que vigie ⁽¹⁴⁹⁾ os que
 vivem à margem do regime ⁽¹⁵⁰⁾; na democracia, os que estão à margem
 do regime democrático; na oligarquia, os que estão à margem do regime
 oligárquico; e o mesmo para cada um dos regimes políticos.

Por idênticas razões, devem tomar-se precauções em relação à
 prosperidade excessiva de cada facção da cidade. O remédio consiste em
 25 colocar a condução dos assuntos públicos e as magistraturas nas mãos
 de facções opostas (e digo que os notáveis se opõem à massa e os pobres
 aos ricos) tentando ao mesmo tempo combinar a massa dos pobres com
 os ricos ⁽¹⁵¹⁾, ou promover o crescimento da classe média: poder-se-á
 deste modo pôr termo às revoltas suscitadas pela desigualdade.

Um ponto de suprema importância em qualquer regime, é que a
 legislação e demais instituições políticas estejam estabelecidas de forma
 a não constituírem fonte de lucros para os magistrados. Esta circunstância
 merece especial atenção nos regimes oligárquicos. De facto, nada irrita
 tanto o povo (que nem se preocupa muito com o afastamento dos cargos
 governamentais; pelo contrário, até fica satisfeito em ter liberdade para
 se dedicar aos assuntos particulares) quanto o pressentimento que os
 35 magistrados desfalcam o erário público em proveito próprio. Nestas
 alturas, ressentem-se das duas coisas: de não participar nas honrarias,
 nem no lucro.

O estabelecimento dessa proibição constitui o único meio capaz de
 conciliar a democracia e a aristocracia no mesmo regime. Com efeito, só
 40 assim é que os notáveis e o povo poderão ter o que desejam: o acesso
 às magistraturas facilitado a todos, segundo o espírito democrático, e os
 notáveis a exercer o governo da cidade, segundo o espírito aristocrático.

Um tal resultado só será atingido na condição de os magistrados não
 tirarem qualquer proveito dos cargos que ocupam. Neste caso, os pobres
 nunca aspirarão a governar pois nada ganham com isso e darão mais
 5 importância aos assuntos particulares; os ricos poderão exercer cargos
 pelo facto de não viverem à custa do orçamento público; deste modo, os
 pobres ficam mais ricos por se dedicarem a tempo inteiro aos seus
 trabalhos, e os notáveis não correm o risco de serem governados pelos
 primeiros que aparecerem.

10 ἔργοις, τοῖς δὲ γνωρίμοις μὴ ἄρχεσθαι ὑπὸ τῶν τυχόντων.
τοῦ μὲν οὖν μὴ κλέπτεσθαι τὰ κοινὰ ἢ παράδοσις γιγνέσθω
τῶν χρημάτων παρόντων πάντων τῶν πολιτῶν, καὶ ἀντί-
γραφα κατὰ φατρίας καὶ λόχους καὶ φυλάς τιθέσθωσαν·
τοῦ δὲ ἀκερδῶς ἄρχειν τιμὰς εἶναι δεῖ νενομοθετημένας
15 τοῖς εὐδοκίμοις. δεῖ δ' ἐν μὲν ταῖς δημοκρατίαις τῶν
εὐπόρων φείδεσθαι, μὴ μόνον τῷ τὰς κτήσεις μὴ ποιεῖν ἀνα-
δάστους, ἀλλὰ μηδὲ τοὺς καρπούς, ὃ ἐν ἐνίαις τῶν πολιτειῶν
λανθάνει γιγνόμενον, βέλτιον δὲ καὶ βουλομένους κωλύειν
λειτουργεῖν τὰς δαπανηρὰς μὲν μὴ χρησίμους δὲ λειτουργίας,
οἷον χορηγίας καὶ λαμπαδαρχίας καὶ ὅσαι ἄλλαι τοι-
20 αῦται· ἐν δ' ὀλιγαρχίᾳ τῶν ἀπόρων ἐπιμέλειαν ποιεῖσθαι
πολλήν, καὶ τὰς ἀρχὰς ἀφ' ὧν λήμματα <ἔστι> τούτοις ἀπο-
νέμειν, κἂν τις ὑβρίσῃ τῶν εὐπόρων εἰς τούτους, μείζω τὰ
ἐπιτίμια εἶναι ἢ ἂν σφῶν αὐτῶν, καὶ τὰς κληρονομίας μὴ
κατὰ δόσιν εἶναι ἀλλὰ κατὰ γένος, μηδὲ πλειόνων ἢ μιᾶς
25 τὸν αὐτὸν κληρονομεῖν. οὕτω γὰρ ἂν ὁμαλώτεραι αἱ οὐσίαι
εἶεν καὶ τῶν ἀπόρων εἰς εὐπορίαν ἂν καθίσταντο πλείους.
συμφέρει δὲ καὶ ἐν δημοκρατίᾳ καὶ ἐν ὀλιγαρχίᾳ τῶν
ἄλλων ἢ ἰσότητα ἢ προεδρίαν νέμειν τοῖς ἥτιον κοινωνοῦσι
τῆς πολιτείας, ἐν μὲν δήμῳ τοῖς εὐπόροις, ἐν δ' ὀλιγαρ-
30 χίᾳ τοῖς ἀπόροις, πλὴν ὅσαι ἀρχαὶ κύριαι τῆς πολιτείας,
ταύτας δὲ τοῖς ἐκ τῆς πολιτείας ἐγχειρίζειν μόνοις ἢ
πλείοσιν.

9 Τρία δὲ τινα χρή ἔχειν τοὺς μέλλοντας ἄρξειν τὰς
κυρίας ἀρχάς, πρῶτον μὲν φιλίαν πρὸς τὴν καθεστῶσαν
35 πολιτείαν, ἔπειτα δύναμιν μεγίστην τῶν ἔργων τῆς ἀρχῆς,
τρίτον δ' ἀρετὴν καὶ δικαιοσύνην ἐν ἐκάστῃ πολιτείᾳ τὴν

A fim de evitar a delapidação dos bens públicos, as riquezas ⁽¹⁵²⁾ 10
devem ser transferidas na presença de todos os cidadãos, devendo as
cópias da transacção ser depositadas em cada uma das fratrias, corporações
ou tribos da cidade. Além disso, para que os magistrados não sejam
interesseiros dever-se-ia atribuir recompensas aos que se destacam pela
sua actuação incorrupta.

Nos regimes democráticos, devem tratar-se os ricos com deferência, 15
evitando repartir as suas propriedades e os seus rendimentos, ao contrário
do que se insinua de uma forma imperceptível em alguns regimes ⁽¹⁵³⁾.
Há também toda a vantagem em impedi-los de se envolverem, mesmo se
eles o desejam, em empreendimentos públicos dispendiosos e supérfluos,
tais como organizações de coros, estafetas de archotes, e outras activi-
dades do mesmo género.

Nos regimes oligárquicos deve ter-se grande solicitude pelos pobres, 20
reservando-lhes cargos públicos dos quais possam tirar algum rendimento.
Sempre que um rico cometa uma ofensa grave em relação a eles, a pena
infligida deve ser ainda mais pesada do que se ela fosse cominada a um
membro da classe dos ricos.

Além disso, deve procurar-se que as heranças não se transmitam por 25
doação mas sim por parentesco ⁽¹⁵⁴⁾ e impedir que um indivíduo possa
receber mais do que uma herança: deste modo, as riquezas poderão ser
distribuídas de forma mais equitativa, e os pobres poderão ter uma vida
mais próspera.

Há toda a conveniência, no que toca à democracia e à oligarquia, 30
em conceder aos que detêm uma menor participação no governo (na
democracia os ricos, na oligarquia os pobres) a igualdade de acesso e a
preferência em relação a tudo o que não sejam magistraturas superiores.
Estas devem permanecer nas mãos dos que, sozinhos ou em grupo, são
partidários de cada regime.

9. Virtudes políticas para assegurar a estabilidade dos regimes.

Os que exercem as magistraturas superiores devem possuir três 35
requisitos: em primeiro lugar, uma total afeição pelo regime estabelecido;
depois, uma grande competência no desempenho das suas funções; por
fim, uma conduta virtuosa e um sentido de justiça conforme a cada tipo

πρὸς τὴν πολιτείαν (εἰ γὰρ μὴ ταῦτόν τὸ δίκαιον κατὰ
πάσας τὰς πολιτείας, ἀνάγκη καὶ τῆς δικαιοσύνης εἶναι
διαφοράς). ἔχει δ' ἀπορίαν, ὅταν μὴ συμβαίῃ ταῦτα
40 πάντα περὶ τὸν αὐτόν, πῶς χρὴ ποιεῖσθαι τὴν αἵρεσιν·
1309b οἷον εἰ στρατηγικὸς μὲν τις εἴη, πονηρὸς δὲ καὶ μὴ τῇ πολι-
τεία φίλος, ὁ δὲ δίκαιος καὶ φίλος, πῶς δεῖ ποιεῖσθαι
τὴν αἵρεσιν; ἔοικε δὲ δεῖν βλέπειν εἰς δύο, τίνος πλεῖον
μετέχουσι πάντες καὶ τίνος ἔλαττον· διὸ ἐν στρατηγίᾳ μὲν
5 εἰς τὴν ἐμπειρίαν μᾶλλον τῆς ἀρετῆς (ἔλαττον γὰρ στρα-
τηγίας μετέχουσι, τῆς δ' ἐπιεικειᾶς πλεῖον), ἐν δὲ φυλακῇ
καὶ ταμειᾷ τὰναντία (πλείονος γὰρ ἀρετῆς δεῖται ἢ ὅσῃν
οἱ πολλοὶ ἔχουσιν, ἡ δὲ ἐπιστήμη κοινὴ πᾶσιν). ἀπορήσειε
δ' ἂν τις, ἂν δύναμις ὑπάρχῃ καὶ τῇ πολιτείᾳ φιλία,
10 τί δεῖ τῆς ἀρετῆς; ποιήσει γὰρ τὰ συμφέροντα καὶ τὰ δύο.
ἢ ὅτι ἐνδέχεται τοὺς τὰ δύο ταῦτα ἔχοντας ἀκρατεῖς εἶναι,
ὥστε καθάπερ καὶ αὐτοῖς οὐχ ὑπηρετοῦσιν εἰδότες καὶ φι-
λοῦντες αὐτούς, οὕτω καὶ πρὸς τὸ κοινὸν οὐθὲν κωλύει ἔχειν
ἐνίους; ἀπλῶς δέ, ὅσα ἐν τοῖς νόμοις ὡς συμφέροντα λέ-
15 γομεν ταῖς πολιτείαις, ἅπαντα ταῦτα σφάζει τὰς πολιτείας,
καὶ τὸ πολλάκις εἰρημένον μέγιστον στοιχεῖον, τὸ τηρεῖν
ὅπως κρεῖττον ἔσται τὸ βουλόμενον τὴν πολιτείαν πλῆθος τοῦ
μὴ βουλομένου. παρὰ πάντα δὲ ταῦτα δεῖ μὴ λαυθάνειν,
ὁ νῦν λαυθάνει τὰς παρεκβεβηκυίας πολιτείας, τὸ μέσον·
20 πολλὰ γὰρ τῶν δοκούντων δημοτικῶν λύει τὰς δημο-
κρατίας καὶ τῶν ὀλιγαρχικῶν τὰς ὀλιγαρχίας. οἱ δ' οἰόμενοι
ταύτην εἶναι μίαν ἀρετὴν ἔλκουσιν εἰς τὴν ὑπερβολήν,

de regime, porque, uma vez que o critério de justiça difere de regime para regime, terão de existir necessariamente diferentes acepções de justiça.

Quando estes três requisitos não se encontram reunidos no mesmo indivíduo, como proceder à eleição? Por exemplo, um cidadão reúne as 40 aptidões necessárias para se tornar chefe militar, mas em contrapartida 1309b é perverso e hostil ao regime; um outro é justo e amigo do regime: como proceder à eleição? Parece óbvio que devemos ter em conta dois aspectos: qual a qualidade mais comum a todos, e qual a menos comum. Se está em causa a eleição de uma chefia militar, é preciso privilegiar a experiência em detrimento da virtude, porque a arte de comandar 5 exércitos encontra-se menos frequentemente na maioria do que a conduta virtuosa.

Para o cargo de guardião ou de tesoureiro procede-se de modo oposto: requer-se preferencialmente uma conduta virtuosa (mais do que a possuída pela maioria) já que o conhecimento exigido para o exercício do cargo é comum a todos.

Uma questão deve ser colocada: se encontrarmos alguém com 10 competência e afeição pelo regime, para que é necessária a virtude se aquelas duas qualidades bastam para actuar em conformidade com o interesse comum?

Não vamos responder que haja indivíduos com estas duas qualidades mas que, ao mesmo tempo, não se preocupam com o auto-domínio. Mesmo tendo em conta que esses não usam do poder em seu próprio proveito, pelo facto de se conhecerem e amarem a si próprios, nada impede que, nalguns, a sua conduta se encontre em conformidade com o interesse comum.

As disposições legislativas que apresentamos como vantajosas para 15 cada tipo de regime são as mesmas que servem para assegurar a preservação dos regimes, em particular o princípio importantíssimo, tantas vezes referido: zelar para que os favoráveis ao regime excedam sempre em número os que são adversos.

Além de tudo o que já foi referido, convém nunca esquecer um aspecto actualmente descurado pelos regimes degradados, ou seja, o meio termo ⁽¹⁵⁵⁾.

Com efeito, muitas medidas supostamente tomadas com espírito demo- 20 crático destroem uma democracia, assim como muitas que parecem oligárquicas ditam a queda das oligarquias. Caem em extremos os que conside- ram a sua própria noção de virtude como a única razoável; não se dão

ἀγνοοῦντες ὅτι, καθάπερ ῥίς ἔστι παρεκβεβηκυῖα μὲν τὴν
 εὐθύτητα τὴν καλλίστην πρὸς τὸ γρυπὸν ἢ τὸ σιμόν, ἀλλ'
 25 ὅμως ἔτι καλὴ καὶ χάριν ἔχουσα πρὸς τὴν ὄψιν, οὐ μὴν
 ἀλλ' ἐὰν ἐπιτείνῃ τις ἔτι μᾶλλον εἰς τὴν ὑπερβολήν, πρῶ-
 τον μὲν ἀποβαλεῖ τὴν μετριότητα τοῦ μορίου, τέλος δ' οὕτως
 ὥστε μηδὲ ῥίνα ποιήσει φαίνεσθαι διὰ τὴν ὑπεροχὴν καὶ
 τὴν ἑλλειψιν τῶν ἐναντίων, τὸν αὐτὸν δὲ τρόπον ἔχει καὶ
 30 περὶ τῶν ἄλλων μορίων, συμβαίνει δὴ τοῦτο καὶ περὶ τὰς
 [ἄλλας] πολιτείας. καὶ γὰρ ὀλιγαρχίαν καὶ δημοκρατίαν
 ἔστιν ὥστ' ἔχειν ἱκανῶς, καίπερ ἐξεστηκυῖας τῆς βελτίστης
 τάξεως· ἐὰν δὲ τις ἐπιτείνῃ μᾶλλον ἑκατέραν αὐτῶν, πρῶ-
 τον μὲν χεῖρω ποιήσει τὴν πολιτείαν, τέλος δ' οὐδὲ πολι-
 35 τείαν. διὸ δεῖ τοῦτο μὴ ἀγνοεῖν τὸν νομοθέτην καὶ τὸν πολι-
 τικόν, ποῖα σώζει τῶν δημοτικῶν καὶ ποῖα φθείρει τὴν
 δημοκρατίαν, καὶ ποῖα τῶν ὀλιγαρχικῶν τὴν ὀλιγαρχίαν.
 οὐδετέραν μὲν γὰρ ἐνδέχεται αὐτῶν εἶναι καὶ διαμένειν
 40 ἄνευ τῶν εὐπόρων καὶ τοῦ πλήθους, ἀλλ' ὅταν ὁμαλότης
 γένηται τῆς οὐσίας ἄλλην ἀνάγκη εἶναι ταύτην τὴν πολι-
 1310a τείαν, ὥστε φθείροντες τοῖς καθ' ὑπεροχὴν νόμοις φθείρουσι
 τὰς πολιτείας. ἀμαρτάνουσι δὲ καὶ ἐν ταῖς δημοκρατίαις
 καὶ ἐν ταῖς ὀλιγαρχίαις, ἐν μὲν ταῖς δημοκρατίαις οἱ δημα-
 5 γωγοί, ὅπου τὸ πλῆθος κύριον τῶν νόμων (δύο γὰρ
 ποιοῦσιν αἰεὶ τὴν πόλιν, μαχόμενοι τοῖς εὐπόροις, δεῖ δὲ
 τοῦναντίον αἰεὶ δοκεῖν λέγειν ὑπὲρ τῶν εὐπόρων), ἐν δὲ ταῖς ὀλι-
 γαρχίαις ὑπὲρ τοῦ δήμου τοὺς ὀλιγαρχικούς, καὶ τοὺς ὄρκους
 ἐναντίους ἢ νῦν ὁμνῦναι τοὺς ὀλιγαρχικούς· νῦν μὲν γὰρ ἐν
 10 ἐνίαις ὁμνῶνσι 'καὶ τῷ δήμῳ κακόνους ἔσομαι καὶ βουλευσώ
 ὃ τι ἂν ἔχω κακόν', χρῆ δὲ καὶ ὑπολαμβάνειν καὶ ὑπο-
 κρίνεσθαι τοῦναντίον, ἐπισημαινομένους ἐν τοῖς ὅρκοις ὅτι 'οὐκ
 ἀδικήσω τὸν δῆμον'. μέγιστον δὲ πάντων τῶν εἰρημένων

conta de que, analogamente, um nariz cuja curvatura se desvia do perfil
 belo, assumindo um perfil aquilino ou achatado, não deixa de ser bonito 25
 e agradável à vista; se contudo a tendência para a disformidade se
 extremar demasiado, perderemos o sentido de proporção harmoniosa
 dessa parte do rosto, que acabará mesmo por deixar de ter a aparência
 de nariz, devido ao excesso ou defeito próprios dos dois extremos opostos.
 O mesmo se verifica em relação às restantes partes do corpo bem como 30
 no caso dos regimes políticos ⁽¹⁵⁶⁾.

De facto, pode muito bem suceder que a oligarquia e a democracia
 sejam perfeitamente admissíveis, ainda que estejam longe da melhor
 ordem. No entanto, sempre que se der demasiada importância a cada uma
 delas, tornar-se-ão pior do que antes, acabando mesmo por nem sequer
 serem reconhecidas como regimes.

O legislador e o político não devem desconhecer que medidas 35
 democráticas preservam ou destroem as próprias democracias, e quais
 as medidas oligárquicas que provocam o mesmo efeito em relação à
 oligarquia. Nenhum destes dois regimes pode subsistir e conservar-se
 sem o concurso de ricos e populares. No entanto, sempre que se
 procede a uma repartição equitativa, o regime deixa inevitavelmente
 de ser o mesmo. A destruição de qualquer dessas classes devido a uma 40
 legislação exagerada, destrói também os regimes em que elas se 1310a
 apoiam.

Tanto as democracias como as oligarquias incorrem ainda noutro
 erro: na democracia, em que o povo é supremo no estabelecimento das
 leis, são os demagogos que cometem tal erro ao dividirem a cidade em
 duas facções e ao atacar a classe rica, quando, pelo contrário deveriam 5
 ter brio em defender os ricos; nas oligarquias também os oligarcas
 deveriam tomar partido pela causa popular, tomando como divisa o
 contrário da que actualmente vigora e que é a seguinte: *Serei cruel para
 com o povo, e farei contra ele todo o mal que puder*; afinal, deveriam
 sustentar e insinuar o contrário, proclamando o seguinte juramento: "*Não
 cometerei contra o povo qualquer injustiça*" ⁽¹⁵⁷⁾. 10

De todos os meios aqui referidos para assegurar a conservação dos
 regimes políticos, o que se afigura mais importante é o que se encontra
 hoje menosprezado: a educação cívica ⁽¹⁵⁸⁾.

πρὸς τὸ διαμένειν τὰς πολιτείας, οὗ νῦν ὀλιγωροῦσι πάντες,
 τὸ παιδεύεσθαι πρὸς τὰς πολιτείας. ὄφελος γὰρ οὐθὲν τῶν
 15 ὠφελιμωτάτων νόμων καὶ συνδεδοξασμένων ὑπὸ πάντων
 τῶν πολιτευομένων, εἰ μὴ ἔσονται εἰθισμένοι καὶ πεπαιδευ-
 μένοι ἐν τῇ πολιτείᾳ, εἰ μὲν οἱ νόμοι δημοτικοί, δημοτι-
 κῶς, εἰ δ' ὀλιγαρχικοί, ὀλιγαρχικῶς. εἴπερ γὰρ ἔστιν ἐφ'
 ἑνὸς ἀκрасία, ἔστι καὶ ἐπὶ πόλεως. ἔστι δὲ τὸ πεπαιδευ-
 20 σθαι πρὸς τὴν πολιτείαν οὐ τοῦτο, τὸ ποιεῖν οἷς χαίρουσιν οἱ
 ὀλιγαρχοῦντες ἢ οἱ δημοκρατίαν βουλόμενοι, ἀλλ' οἷς δυνή-
 σονται οἱ μὲν ὀλιγαρχεῖν οἱ δὲ δημοκρατεῖσθαι. νῦν δ' ἐν
 μὲν ταῖς ὀλιγαρχίαις οἱ τῶν ἀρχόντων υἱοὶ τρυφῶσιν, οἱ
 δὲ τῶν ἀπόρων γίνονται γεγυμνασμένοι καὶ πεπονηκότες,
 25 ὥστε καὶ βούλονται μᾶλλον καὶ δύνανται νεωτερίζειν· ἐν δὲ
 ταῖς δημοκρατίαις ταῖς μάλιστα εἶναι δοκούσαις δημοκρατι-
 καῖς τούναντίον τοῦ συμφέροντος καθέστηκεν, αἷτιον δὲ τούτου
 ὅτι κακῶς ὀρίζονται τὸ ἐλεύθερον. δύο γὰρ ἔστιν οἷς ἡ δημο-
 κρατία δοκεῖ ὀρίσθαι, τῷ τὸ πλεῖον εἶναι κύριον καὶ τῇ
 30 ἐλευθερίᾳ· τὸ μὲν γὰρ ἴσον δίκαιον δοκεῖ εἶναι, ἴσον δ' ὅ τι
 ἂν δόξῃ τῷ πλήθει, τοῦτ' εἶναι κύριον, ἐλεύθερον δὲ [καὶ
 ἴσον] τὸ ὅ τι ἂν βούληται τις ποιεῖν ὥστε ζῆν ἐν ταῖς τοι-
 αύταις δημοκρατίαις ἕκαστος ὡς βούλεται, καὶ εἰς ὃ χρῆζων,
 ὡς φησὶν Εὐριπίδης· τοῦτο δ' ἔστι φαῦλον· οὐ γὰρ δεῖ
 35 οἶεσθαι δουλείαν εἶναι τὸ ζῆν πρὸς τὴν πολιτείαν, ἀλλὰ
 σωτηρίαν. ἐξ ᾧ μὲν οὖν αἱ πολιτεῖαι μεταβάλλουσι καὶ
 φθείρονται, καὶ διὰ τίνων σφύζονται καὶ διαμένουσιν, ὡς
 ἀπλῶς εἰπεῖν τοσαῦτά ἐστιν.
 10 Λείπεται δ' ἐπελθεῖν καὶ περὶ μοναρχίας, ἐξ ᾧ τε
 40 φθείρεται καὶ δι' ᾧ σφύζεσθαι πέφυκεν. σχεδὸν δὲ παρα-

Na verdade, de nada aproveitará uma legislação, por muito útil que
 seja e aprovada unanimemente por todos os cidadãos, se estes não
 15 adquirirem os hábitos nem forem educados segundo o espírito do regime
 estabelecido (democraticamente se a legislação for democrática,
 oligarquicamente, se for oligárquica).

Com efeito, se a indisciplina é apanágio de um indivíduo, o mesmo
 se passa na cidade (¹⁵⁹). Educar em conformidade com o regime consiste
 em atingir não o que satisfaz as veleidades dos oligarcas ou dos parti-
 20 dários da democracia, mas atingir, sim, o que capacita aqueles a governar
 de modo oligárquico, e estes democraticamente.

No entanto, o que vigora hoje nas oligarquias é o esbanjamento em
 que vivem os filhos dos magistrados; aos filhos dos desfavorecidos só lhe
 resta entregarem-se a uma série de trabalhos árduos e fatigantes (mesmo
 que sejam mais ambiciosos e capazes de se lançar em reformas).
 25

Mesmo nessas democracias que se presumem as mais representati-
 vas das massas populares, acaba por acontecer o contrário do que é mais
 adequado ao interesse comum. A razão é a má compreensão da liberda-
 de (¹⁶⁰). Com efeito, a democracia parece alicerçar-se em duas bases: o
 poder supremo da maioria e a liberdade.
 30

No regime democrático a justiça parece consistir na igualdade: uma
 igualdade fundada na opinião da maioria — pois a opinião é considerada
 suprema — e a liberdade e igualdade de cada um fazer aquilo que muito
 bem lhe apraz (¹⁶¹).
 35

Nas democracias, por conseguinte, cada um procede de acordo com
 aquilo que pretende, e “para onde o impulso o conduz” (¹⁶²), segundo as
 palavras de Eurípides. Ora uma tal situação é iníqua: o viver de acordo
 com o estabelecido pelo regime não deve ser considerado como servidão;
 pelo contrário, deve ser a salvaguarda do regime (¹⁶³).
 40

São estas, de um modo geral, as causas pelas quais os regimes se
 alteram e dissolvem, e os meios de assegurar a sua conservação e
 permanência.

10. Causas de ruína e meios de preservação dos regimes monárquicos e tirânicos.

Resta-nos abordar, no que diz respeito às monarquias (¹⁶⁴), as causas
 que originam a sua corrupção, assim como os meios de que dispomos para
 40 as conservar. O que foi referido a respeito dos diversos tipos de regime, 1310b

1310b πλήσια τοῖς εἰρημένοις περὶ τὰς πολιτείας ἐστὶ καὶ τὰ συμ-
 βαίνοντα περὶ τὰς βασιλείας καὶ τὰς τυραννίδας. ἡ μὲν
 γὰρ βασιλεία κατὰ τὴν ἀριστοκρατίαν ἐστίν, ἡ δὲ τυραννὶς
 5 ἐξ ὀλιγαρχίας τῆς ὑστάτης σύγκειται καὶ δημοκρατίας·
 διὸ δὴ καὶ βλαβερωτάτη τοῖς ἀρχομένοις ἐστίν, ἅτε ἐκ δυοῖν
 συγκειμένη κακῶν καὶ τὰς παρεκβάσεις καὶ τὰς ἀμαρ-
 τίας ἔχουσα τὰς παρ' ἀμφοτέρων τῶν πολιτειῶν. ὑπάρχει
 δ' ἡ γένεσις εὐθύς ἐξ ἐναντίων ἐκατέρᾳ τῶν μοναρχιῶν·
 10 ἡ μὲν γὰρ βασιλεία πρὸς βοήθειαν τὴν ἐπὶ τὸν δῆμον τοῖς
 ἐπιεικέσι γέγονεν, καὶ καθίσταται βασιλεὺς ἐκ τῶν ἐπιεικῶν
 καθ' ὑπεροχὴν ἀρετῆς ἢ πράξεων τῶν ἀπὸ τῆς ἀρετῆς, ἡ
 καθ' ὑπεροχὴν τοιοῦτου γένους, ὁ δὲ τύραννος ἐκ τοῦ δήμου καὶ
 τοῦ πλήθους ἐπὶ τοὺς γνωρίμους, ὅπως ὁ δῆμος ἀδικῆται μη-
 15 δὲν ὑπ' αὐτῶν. φανερόν δ' ἐκ τῶν συμβεβηκότων. σχεδὸν
 γὰρ οἱ πλεῖστοι τῶν τυράννων γεγόνασιν ἐκ δημαγωγῶν
 ὥς εἰπεῖν, πιστευθέντες ἐκ τοῦ διαβάλλειν τοὺς γνωρίμους. αἱ
 μὲν γὰρ τοῦτον τὸν τρόπον κατέστησαν τῶν τυραννίδων, ἥδη
 τῶν πόλεων ἠϋξημένων, αἱ δὲ πρὸ τούτων ἐκ τῶν βασι-
 20 λέων παρεκβαινόντων τὰ πάτρια καὶ δεσποτικωτέρας ἀρχῆς
 ὀρεγομένων, αἱ δὲ ἐκ τῶν αἰρετῶν ἐπὶ τὰς κυρίας ἀρχάς
 (τὸ γὰρ ἀρχαῖον οἱ δῆμοι καθίστασαν πολυχρονίους τὰς
 δημιουργίας καὶ τὰς θεωρίας), αἱ δ' ἐκ τῶν ὀλιγαρχιῶν,
 αἰρουμένων ἕνα τινὰ κύριον ἐπὶ τὰς μεγίστας ἀρχάς. πᾶσι
 25 γὰρ ὑπῆρχε τοῖς τρόποις τούτοις τὸ κατεργάζεσθαι βραδίως,
 εἰ μόνον βουλευθεῖεν, διὰ τὸ δύναμιν προϋπάρχειν τοῖς μὲν
 βασιλικῆς ἀρχῆς τοῖς δὲ τὴν τῆς τιμῆς· οἷον Φείδων μὲν
 περὶ Ἄργος καὶ ἕτεροι τύραννοι κατέστησαν βασιλείας
 30 ὑπαρχούσης, οἱ δὲ περὶ τὴν Ἰωνίαν καὶ Φάλαρις ἐκ τῶν
 τιμῶν, Παναίτιος δ' ἐν Λεοντίνοις καὶ Κύψελος ἐν Κορίνθῳ
 καὶ Πεισίστρατος Ἀθήνησι καὶ Διονύσιος ἐν Συρακούσαις

também sucede com a realeza e a tirania. A realeza revela uma índole aristocrática ⁽¹⁶⁵⁾, ao passo que a tirania apresenta-se como um composto de oligarquia e democracia nas suas formas extremas; por esse motivo, a tirania é o tipo de regime mais nefasto para os que são governados, uma vez que combinando o que há de mau nos dois regimes, acumula os desvios e os defeitos em que ambos incorrem.

A realeza surge para proteger os notáveis contra o povo. O rei é escolhido de entre as facções que se notabilizam, quer pela superioridade da sua virtude, quer pelos feitos que advêm dessa conduta virtuosa, quer por outra superioridade do mesmo género. O tirano, pelo contrário, surge das classes populares e das grandes massas, para as proteger contra os notáveis, e para que o povo não sofra as injustiças que estes cometem. Os factos são bem elucidativos: quase todos os tiranos provêm das fileiras demagógicas, que conquistaram a confiança popular através da difamação dos notáveis.

De entre as tiranias que apareceram foi assim que algumas se estabeleceram, numa altura em que já era considerável o crescimento urbano; outras anteriores surgiram de realezas em que os reis desprezaram a raiz hereditária da sua dignidade e aspiraram a um poder despótico; outras tiveram origem em cidadãos eleitos para o desempenho de magistraturas supremas dado que em tempos idos as classes populares confe-riam cargos civis e religiosos de longa duração) ⁽¹⁶⁶⁾; outras, enfim, nasceram dos próprios oligarcas que elegiam um de entre eles para as magistraturas mais importantes ⁽¹⁶⁷⁾.

O facto comum a todas estas circunstâncias é que basta querer a monarquia para facilmente a realizar, porque os ambiciosos dispõem à partida da força necessária: a autoridade régia, nalguns casos, a dignidade dos cargos, noutros casos. Assim procederam Fídon ⁽¹⁶⁸⁾, em Argos, e muitos que se serviram do estatuto de reis para se tornarem tiranos. Já os tiranos da Jónia ⁽¹⁶⁹⁾ e de Fálaris provieram de famílias de notáveis ⁽¹⁷⁰⁾. Panécio ⁽¹⁷¹⁾ em Leontino, Cipselo ⁽¹⁷²⁾ em Corinto, Pisístrato ⁽¹⁷³⁾ em Atenas, Dionísio em Siracusa, e tantos outros, chegaram à tirania a partir da demagogia.

καὶ ἕτεροι τὸν αὐτὸν τρόπον ἐκ δημαγωγίας. καθάπερ οὖν εἵπομεν, ἡ βασιλεία τέτακται κατὰ τὴν ἀριστοκρατίαν. κατ' ἀξίαν γάρ ἐστιν, ἡ κατ' ἰδίαν ἀρετὴν ἡ κατὰ γένος, ἡ κατ' εὐεργεσίας, ἡ κατὰ ταῦτά τε καὶ δυνάμιν. ἅπαντες γὰρ εὐεργετήσαντες ἢ δυνάμενοι τὰς πόλεις ἢ τὰ ἔθνη εὐεργετεῖν ἐτύγχανον τῆς τιμῆς ταύτης, οἱ μὲν κατὰ πόλεμον κωλύσαντες δουλεύειν, ὥσπερ Κόδρος, οἱ δ' ἐλευθερώσαντες, ὥσπερ Κῦρος, ἢ κτίσαντες ἢ κτησάμενοι χώραν, ὥσπερ οἱ Λακεδαιμονίων βασιλεῖς καὶ Μακεδόνων καὶ Μολοτῶν. βούλεται δ' ὁ βασιλεὺς εἶναι φύλαξ, ὅπως οἱ μὲν κεκτημένοι τὰς οὐσίας μηθὲν ἄδικον πάσχωσιν, ὁ δὲ δῆμος μὴ ὑβρίζηται μηθέν· ἡ δὲ τυραννίς, ὥσπερ εἴρηται πολλάκις, πρὸς οὐδὲν ἀποβλέπει κοινόν, εἰ μὴ τῆς ἰδίας ὠφελείας χάριν. ἐστὶ δὲ σκοπὸς τυραννικὸς μὲν τὸ ἡδύ, βασιλικὸς δὲ τὸ καλόν. διὸ καὶ τῶν πλεονεκτημάτων τὰ μὲν χρημάτων τυραννικά, τὰ δ' εἰς τιμὴν βασιλικά μᾶλλον· καὶ φυλακὴ βασιλικὴ μὲν πολιτικὴ, τυραννικὴ δὲ διὰ ξένων. ὅτι δ' ἡ τυραννίς ἔχει κακὰ καὶ τὰ τῆς δημοκρατίας καὶ τὰ τῆς ὀλιγαρχίας, φανερόν· ἐκ μὲν ὀλιγαρχίας τὸ τὸ τέλος εἶναι πλοῦτον (οὕτω γὰρ καὶ διαμένειν ἀναγκαῖον μόνως τὴν τε φυλακὴν καὶ τὴν τρυφήν), καὶ τὸ τῷ πλήθει μηδὲν πιστεύειν (διὸ καὶ τὴν παραίρεσιν ποιοῦνται τῶν ὅπλων), καὶ τὸ κακοῦν τὸν ὄχλον καὶ τὸ ἐκ τοῦ ἄστεως ἀπελαύνειν καὶ διοικίζειν ἀμφοτέρων κοινόν, καὶ τῆς ὀλιγαρχίας καὶ τῆς τυραννίδος· ἐκ δημοκρατίας δὲ τὸ πολεμεῖν τοῖς γνωρίμοις καὶ διαφθείρειν λάθρα καὶ φανερώς καὶ φυγαδεύειν ὡς ἀντιτέχνους καὶ πρὸς τὴν ἀρχὴν ἐμποδίσους. ἐκ γὰρ τούτων συμβαίνει γίνεσθαι καὶ τὰς ἐπιβουλὰς, τῶν μὲν ἄρχειν αὐτῶν βουλομένων, τῶν δὲ μὴ δουλεύειν. ὅθεν καὶ τὸ Περιάνδρου πρὸς Θρασύβουλον συμ-

Tal como já foi referido, a realeza impõe-se segundo uma índole aristocrática, uma vez que se estabelece segundo o mérito, ou segundo a virtude pessoal, ou por linhagem, ou por benfeitorias, ou por tudo isto acrescido da capacidade do governante.

De facto, todos beneficiaram dessa honra porque foram capazes de favorecer as suas cidades e os seus povos: uns, como Codro ⁽¹⁷⁴⁾, impediram que a guerra escravizasse a população; outros, como Ciro ⁽¹⁷⁵⁾, libertaram o povo e as cidades; outros fundaram colónias ⁽¹⁷⁶⁾ ou conquistaram territórios ⁽¹⁷⁷⁾, tal como os reis de Esparta ⁽¹⁷⁸⁾, da Macedónia ⁽¹⁷⁹⁾ e dos Molossos ⁽¹⁸⁰⁾.

O rei, ao assumir-se como guardião, pretende defender de toda e qualquer injustiça os que possuem riqueza e evitar que o povo sofra qualquer ultraje. A tirania, tal como já referido por diversas vezes ⁽¹⁸¹⁾, não visa propriamente o bem comum, mas tão só o proveito pessoal. Enquanto a meta do tirano é o prazer, a do rei é o bem. Por essa razão se explica, por um lado, que o tirano ambicione a riqueza, contrariamente ao rei que prefere a honra, e, por outro, que a guarda real seja constituída por cidadãos, enquanto a do tirano é formada por mercenários estrangeiros.

É evidente, por conseguinte, que a tirania incoire nos defeitos inerentes à democracia e à oligarquia. Da oligarquia extrai o seu objectivo principal, a riqueza (com efeito este é o único meio de que o regime dispõe para sustentar a guarda e a ostentação), como também a desconfiança dirigida contra a massa popular (este sentimento explica que o povo seja privado de armas ⁽¹⁸²⁾, sofra maus tratos, seja expulso da cidade e disperso pelo território; eis erros comuns ao regime oligárquico e à tirania.

Da forma de governo democrático, a tirania copia a hostilidade contra os notáveis: elimina-os de forma oculta ou às claras, e exila-os como rivais e empecilhos ao exercício da autoridade, uma vez que é deles que surgem as conspirações na cidade: uns por desejarem mandar, outros por recusarem subordinar-se ao poder instituído. Tem aqui pertinência, o conselho de Periandro a Trasíbulo no sentido de cortar as espigas que

25 βούλευμά ἐστιν, ἡ τῶν ὑπερεχόντων σταχύων κόλουσις, ὥς
 δεόν αἰεὶ τοὺς ὑπερέχοντας τῶν πολιτῶν ἀναιρεῖν. καθάπερ
 οὖν σχεδὸν ἐλέχθη, τὰς αὐτὰς ἀρχὰς δεῖ νομίζειν περὶ τε
 30 τὰς πολιτείας εἶναι τῶν μεταβολῶν καὶ περὶ τὰς μοναρ-
 χίας· διὰ τε γὰρ ἀδικίαν καὶ διὰ φόβον καὶ διὰ κατα-
 φρόνησιν ἐπιτίθενται πολλοὶ τῶν ἀρχομένων ταῖς μοναρ-
 χίαις (τῆς δὲ ἀδικίας μάλιστα δι' ὕβριν), ἐνίοτε δὲ καὶ διὰ
 35 τὴν τῶν ἰδίων στέρησιν. ἐστὶ δὲ καὶ τὰ τέλη ταῦτά, καθ-
 άπερ κάκει, καὶ περὶ τὰς τυραννίδας καὶ τὰς βασιλείας·
 μέγεθος γὰρ ὑπάρχει πλούτου καὶ τιμῆς τοῖς μονάρχοις,
 ὧν ἐφίενται πάντες. τῶν δ' ἐπιθέσεων αἱ μὲν ἐπὶ τὸ σῶμα
 40 γίνονται τῶν ἀρχόντων, αἱ δ' ἐπὶ τὴν ἀρχήν. αἱ μὲν οὖν
 δι' ὕβριν ἐπὶ τὸ σῶμα. τῆς δ' ὕβρεως οὕσης πολυμεροῦς,
 35 ἕκαστον αὐτῶν αἴτιον γίγνεται τῆς ὀργῆς· τῶν δ' ὀργιζο-
 μένων σχεδὸν οἱ πλείστοι τιμωρίας χάριν ἐπιτίθενται, ἀλλ'
 οὐχ ὑπεροχῆς. οἷον ἡ μὲν τῶν Πεισιστρατιδῶν διὰ τὸ προ-
 40 πηλακίσαι μὲν τὴν Ἀρμόδιου ἀδελφὴν ἐπηρεάσαι δ' Ἀρμό-
 1311b διον (ὁ μὲν γὰρ Ἀρμόδιος διὰ τὴν ἀδελφὴν, ὁ δὲ Ἀριστο-
 γείτων διὰ τὸν Ἀρμόδιον), ἐπεβούλευσαν δὲ καὶ Περι-
 ἀνδρῶ τῷ ἐν Ἀμβρακίᾳ τυράννῳ διὰ τὸ συμπίνοντα μετὰ
 5 τῶν παιδικῶν ἐρωτῆσαι αὐτὸν εἰ ἤδη ἐξ αὐτοῦ κύει· ἡ δὲ
 Φιλίππου ὑπὸ Πανσανίου διὰ τὸ ἔᾶσαι ὑβρισθῆναι αὐτὸν
 10 ὑπὸ τῶν περὶ Ἀτταλον, καὶ ἡ Ἀμύντου τοῦ μικροῦ ὑπὸ
 Δέρδα διὰ τὸ καυχῆσασθαι εἰς τὴν ἡλικίαν αὐτοῦ, καὶ ἡ
 5 τοῦ εὐνούχου Εὐαγόρα τῷ Κυπρίῳ· διὰ γὰρ τὸ τὴν γυναῖκα
 παρελῆσθαι τὸν υἱὸν αὐτοῦ ἀπέκτεινεν ὥς ὑβρισμένος. πολ-
 λαὶ δ' ἐπιθέσεις γεγέννηται καὶ διὰ τὸ εἰς τὸ σῶμα αἰσχῦ-
 10 ναι τῶν μονάρχων τινάς. οἷον καὶ ἡ Κραταίου εἰς Ἀρχέ-
 λαον· αἰεὶ γὰρ βαρέως εἶχε πρὸς τὴν ὁμιλίαν, ὥστε ἱκανὴ καὶ
 ἐλάττων <ἀν> ἐγένετο πρόφασις· ἡ δὲ τῶν θυγατέρων οὐδε-
 μίαν ἔδωκεν ὁμολογήσας αὐτῷ, ἀλλὰ τὴν μὲν προτέραν,
 κατεχόμενος ὑπὸ πολέμου πρὸς Σίρραν καὶ Ἀρράβαιον,
 10 ἔδωκε τῷ βασιλεῖ τῷ τῆς Ἑλιμείας, τὴν δὲ νεωτέραν τῷ
 υἱεῖ Ἀμύντᾳ, οἰόμενος οὕτως ἀν' ἐκεῖνον ἡκιστα διαφέρεισθαι

cresciam mais do que as outras, querendo com isto sugerir a destruição dos cidadãos que se destacam de entre os demais ⁽¹⁸³⁾.

Por conseguinte, tal como já referimos, é necessário ter em conta que as causas das revoluções são as mesmas para os regimes constitu-
 25 cionais e para as monarquias. Injustiça, medo e desprezo são os motivos que levam muitos súbditos a atentar contra a monarquia. De entre essas injustiças, sobressaem de modo especial o orgulho excessivo e por vezes as expropriações individuais.

Os fins de uma revolta contra a realza e a tirania são os mesmos que estão na base das revoltas contra os regimes constitucionais. Com
 30 efeito, os monarcas possuem grande abundância de riquezas e honras que todos cobiçam. No que respeita aos ataques, podem ser ou dirigidos contra a vida do governante ou contra o regime. Normalmente, os ataques que têm por móbil a arrogância do governante atentam contra a vida dele.

As formas de insolência são múltiplas mas todas são causa de ira, e a maioria dos homens dominados pela ira atacam, não por ambição, mas
 35 por desejo de vingança. Assim sucedeu com o ataque aos Pisistrátidas ⁽¹⁸⁴⁾, que teve origem numa ofensa dirigida à irmã de Harmódio e numa calúnia feita à pessoa do próprio Harmódio. Assim, enquanto Harmódio defendeu a causa da sua irmã, Aristógiton tomou o partido de Harmódio.

Também Periandro, tirano de Ambrácia ⁽¹⁸⁵⁾, foi vítima de um
 40 ataque, porque enquanto se banquetava na companhia de um jovem 1311b favorito perguntou-lhe se fôra engravidado por ele.

Pausânias atacou ⁽¹⁸⁶⁾ Filipe por este ter permitido que Átalo ⁽¹⁸⁷⁾ e os seus partidários o insultassem. Assim procedeu também Dêrdas contra Amin-
 45 tas, o Pequeno, por este se ter gabado de ridicularizar a juventude daquele.

Pelos mesmos motivos foi atacado Evágoras de Chipre, morto às
 5 mãos de um eunuco que se sentiu ultrajado pelo facto do filho de Evágoras ter ficado com a sua mulher ⁽¹⁸⁸⁾.

Muitos ataques aconteceram também devido a monarcas que aten-
 10 taram contra o pudor dos súbditos. Assim sucedeu com Crateu ⁽¹⁸⁹⁾ em relação a Arquelaú. Como o primeiro nunca suportou de bom grado as relações íntimas entre ambos, bastou-lhe um pretexto para se vingar, e que foi o seguinte: apesar de promessas, Arquelaú nunca lhe chegou a
 10 dar em casamento nenhuma das suas filhas (pelo contrário, vendo-se em apuros numa guerra contra Sirra e Arrabeu ⁽¹⁹⁰⁾, deu a mais velha ao rei de Elimcia, enquanto reservou a mais nova para o seu próprio filho Amintas,

15 καὶ τὸν ἐκ τῆς Κλεοπάτρας· ἀλλὰ τῆς γε ἀλλοτριότητος
 ὑπῆρχεν ἀρχὴ τὸ βαρέως φέρειν πρὸς τὴν ἀφροδισιαστικὴν
 χάριν. συνεπέθετο δὲ καὶ Ἑλλανοκράτης ὁ Λαρισσαῖος διὰ
 τὴν αὐτὴν αἰτίαν· ὥς γὰρ χρώμενος αὐτοῦ τῇ ἡλικίᾳ οὐ
 20 κατῆγεν ὑποσχόμενος, δι' ὕβριν καὶ οὐ δι' ἐρωτικὴν ἐπι-
 θυμίαν ᾔετο εἶναι τὴν γεγενημένην ὁμιλίαν. Πύθων δὲ
 καὶ Ἡρακλείδης οἱ Αἰνιοὶ Κότυν διέφθειραν τῷ πατρὶ τιμω-
 ροῦντες, Ἀδάμας δ' ἀπέστη Κότυος διὰ τὸ ἐκμηθῆναι
 παῖς ὢν ὑπ' αὐτοῦ, ὥς ὕβρισμένος. πολλοὶ δὲ καὶ διὰ τὸ
 25 εἰς τὸ σῶμα αἰκισθῆναι πληγαῖς ὀργισθέντες οἱ μὲν δι-
 ἐφθειραν, οἱ δ' ἐνεχείρησαν ὥς ὕβρισθέντες, καὶ τῶν περὶ
 τὰς ἀρχὰς καὶ βασιλικὰς δυναστείας, οἷον ἐν Μυτιλήνῃ
 τοὺς Πενθιλίδας Μεγακλῆς περιόντας καὶ τύποντας ταῖς
 κορύναις ἐπιθέμενος μετὰ τῶν φίλων ἀνεῖλεν, καὶ ὕστερον
 30 Σμέρδης Πενθίλον πληγὰς λαβὼν καὶ παρὰ τῆς γυναικὸς
 ἐξελकुσθεὶς διέφθειρεν. καὶ τῆς Ἀρχελάου δ' ἐπιθέσεως Δεκά-
 μνιχος ἡγεμὼν ἐγένετο, παροξύνων τοὺς ἐπιθεμένους πρῶ-
 τος· αἴτιον δὲ τῆς ὀργῆς ὅτι αὐτὸν ἐξέδωκε μαστιγῶσαι
 Εὐριπίδῃ τῷ ποιητῇ· ὁ δ' Εὐριπίδης ἐχαλέπαινε εἰπόντος
 35 διὰ τοιαύτας αἰτίας οἱ μὲν ἀνηρέθησαν οἱ δ' ἐπεβουλεύθη-
 σαν. ὁμοίως δὲ καὶ διὰ φόβον· ἐν γὰρ τι τοῦτο τῶν αἰτίων
 ἦν, ὥσπερ καὶ περὶ τὰς πολιτείας καὶ τὰς μοναρχίας· οἷον
 Ξέρξην Ἀρταπάνης φοβούμενος τὴν διαβολὴν τὴν περὶ Δα-
 ρεῖον, ὅτι ἐκρέμασεν οὐ κελεύσαντος Ξέρξου, ἀλλ' οἰόμενος
 40 συγγνώσεσθαι ὥς ἀμνημονοῦντα διὰ τὸ δειπνεῖν. αἱ δὲ διὰ
 1312a καταφρόνησιν, ὥσπερ Σαρδανάπαλλον ἰδὼν τις ξαίνοντα
 μετὰ τῶν γυναικῶν (εἰ ἀληθῇ ταῦτα οἱ μυθολογοῦντες

15 pensando atenuar a contenda que existia entre este último e o seu outro
 filho nascido de Cleópatra) ⁽¹⁹¹⁾; o facto é que a inimizade entre Crateu
 e Arquelau se ficou a dever à aversão do primeiro pela relação amorosa
 que mantinha com o segundo. Helanócrates de Larissa ⁽¹⁹²⁾ juntou-se
 também à rebelião contra Arquelau, pelo mesmo motivo: como o monarca
 abusava da sua juventude, recusando-se a deixá-lo partir para a sua pátria
 tal como tinha prometido, pensou que a relação não correspondia propri-
 20 amente a uma paixão amorosa mas a uma insolência. Da mesma forma
 Píton e Heraclides ⁽¹⁹³⁾ de Enos ⁽¹⁹⁴⁾ assassinaram Cótis ⁽¹⁹⁵⁾ para vingar a
 honra do seu pai. Além disso, já antes, Adamas ⁽¹⁹⁶⁾ se rebelara contra o
 mesmo Cótis, sentindo-se ultrajado com a castração a que este o sujeitara.

Muitos homens ofendidos por maus tratos físicos e açoites contra
 o seu corpo, sentindo-se vítimas de um ultraje, encolerizaram-se e assas-
 25 sinaram ou tentaram assassinar os próprios magistrados e membros de
 dinastias reais. Assim sucedeu em Mitilene onde os Pentílidás ⁽¹⁹⁷⁾, por
 onde quer que passassem, espancavam as pessoas com golpes de matraca,
 tendo sido mortos por Mégacles, com o auxílio dos amigos deste. Mais
 tarde foi a vez de Esmerdes ⁽¹⁹⁸⁾ matar Pêntilo que o havia açoitado e
 30 afastado com brutalidade de sua mulher. Decâmnico ⁽¹⁹⁹⁾ encabeçou um
 levantamento contra Arquelau, sendo o primeiro a instigar os conjurados
 devido a estar encolerizado com o monarca, que o entregara em tempos
 ao poeta Eurípides para ser açoitado (Eurípides ficara vexado em virtude
 de uma alusão que Decâmnico fizera ao seu mau hálito) ⁽²⁰⁰⁾. Muitos outros
 35 morreram ou foram vítimas de conspirações por motivos do mesmo género.

O mesmo pode ser dito em relação ao medo. Nas monarquias, assim
 como nos regimes constitucionais, o medo é uma das causas de revoltas.
 Foi assim que Artapanes conspirou contra Xerxes, receando ser acusado
 de enforcar Dario sem o consentimento de Xerxes, o que fez pensando
 40 que o rei esqueceria ter dado essa ordem sob o efeito da bebida ⁽²⁰¹⁾.

Outras vezes é o desprezo que suscita a revolta, tal como sucedeu 1312a
 com Sardanápalo ⁽²⁰²⁾, o qual foi visto a cardar lâ juntamente com as suas
 mulheres (se é que o relato do episódio tem um fundo de verdade; mas

λέγουσιν· εἰ δὲ μὴ ἐπ' ἐκείνου, ἀλλ' ἐπ' ἄλλου γε ἂν γένοιτο
τοῦτο ἀληθές), καὶ Διονυσίῳ τῷ ὑστέρῳ Δίων ἐπέθετο διὰ τὸ
5 καταφρονεῖν, ὁρῶν τοὺς τε πολίτας οὕτως ἔχοντας καὶ
αὐτὸν ἀεὶ μεθύοντα. καὶ τῶν φίλων δὲ τινες ἐπιτίθενται
διὰ καταφρόνησιν· διὰ γὰρ τὸ πιστεῦσθαι καταφρονοῦσιν
ὥς λήσοντες. καὶ οἱ οἰόμενοι δύνασθαι κατασχεῖν τὴν
ἀρχὴν τρόπον τινα διὰ τὸ καταφρονεῖν ἐπιτίθενται· ὥς
10 δυνάμενοι γὰρ καὶ καταφρονοῦντες τοῦ κινδύνου διὰ τὴν δύ-
ναμιν ἐπιχειροῦσι βραδίως, ὥσπερ οἱ στρατηγοῦντες τοῖς μο-
νάρχοις, οἷον Κύρος Ἀστυάγει καὶ τοῦ βίου καταφρονῶν καὶ
τῆς δυνάμεως διὰ τὸ τὴν μὲν δύναμιν ἐξηργηκέναι αὐτὸν
δὲ τρυφᾶν, καὶ Σεύθης ὁ Θρᾷξ Ἀμαδόκῳ στρατηγὸς ὢν.
15 οἱ δὲ καὶ διὰ πλείω τούτων ἐπιτίθενται, οἷον καὶ κατα-
φρονοῦντες καὶ διὰ κέρδος, ὥσπερ Ἀριοβαρζάνη Μιθριδάτης
(μάλιστα δὲ διὰ ταύτην τὴν αἰτίαν ἐγχειροῦσιν οἱ τὴν φύσιν
μὲν θρασεῖς, τιμὴν δ' ἔχοντες πολεμικὴν παρὰ τοῖς μο-
νάρχοις· ἀνδρεία γὰρ δύναμιν ἔχουσα θράσος ἐστίν), δι' ἧς
20 ἀμφοτέρως, ὥς βραδίως κρατήσοντες, ποιοῦνται τὰς ἐπιθέσεις.
τῶν δὲ διὰ φιλοτιμίαν ἐπιτιθεμένων ἕτερος τρόπος ἐστὶ τῆς
αἰτίας παρὰ τοὺς εἰρημένους πρότερον. οὐ γὰρ ὥσπερ ἔνιοι
τοῖς τυράννοις ἐπιχειροῦσιν ὁρῶντες κέρδη τε μεγάλα καὶ
τιμὰς μεγάλας οὕσας αὐτοῖς, οὕτω καὶ τῶν διὰ φιλο-
25 τιμίαν ἐπιτιθεμένων ἕκαστος προαίρειται κινδυνεύειν· ἀλλ'
ἐκεῖνοι μὲν διὰ τὴν εἰρημένην αἰτίαν, οὗτοι δ' ὥσπερ καὶ
ἄλλης τινὸς γενομένης πράξεως περιττῆς καὶ δι' ἣν ὀνο-
μαστοὶ γίνονται καὶ γνώριμοι τοῖς ἄλλοις, οὕτω καὶ
τοῖς μονάρχοις ἐγχειροῦσιν, οὐ κτήσασθαι βουλόμενοι
30 μοναρχίαν ἀλλὰ δόξαν. οὐ μὴν ἀλλ' ἐλάχιστοί γε τὸν
ἀριθμὸν εἰσιν οἱ διὰ ταύτην τὴν αἰτίαν ὁρμῶντες· ὑπο-
κεῖσθαι γὰρ δεῖ τὸ τοῦ σωθῆναι μηδὲν φροντίζειν, ἂν μὴ

mesmo que não o tenha a respeito deste caso, pode tê-lo noutro qual-
quer).

Foi igualmente por desprezo que Dionísio, o Moço ⁽²⁰³⁾, foi vítima
de um ataque de Dion: com efeito, via que todos os cidadãos partilhavam
com ele do menosprezo por um rei constantemente embriagado.

O desprezo pode ainda levar os próprios amigos do monarca a
revoltarem-se contra ele: é que a confiança depositada neles engendra
desprezo, por se darem conta que até uma eventual conspiração da parte
deles pode passar despercebida.

De certo modo é também o desprezo que inspira o total desinteresse
pelo poder: com a consciência de que o poder é facilmente atingível,
despreza-se o perigo em virtude dessa mesma possibilidade e passa-se
facilmente ao ataque, tal como sucedeu com generais que se revoltaram
contra monarcas. Com efeito, foi com este estado de espírito que Ciro
atacou Astiages ⁽²⁰⁴⁾ porque desaprovava não só a vida folgada deste,
como também o seu poder que considerava frouxo. O trácio Seutes
procedeu de igual forma contra o rei Amádoco, de quem era gene-
ral ⁽²⁰⁵⁾.

Outros ainda recorrem à revolta por vários desses motivos ao mesmo
tempo: por exemplo, por desprezo e ambição de riquezas. Assim acon-
teceu com Mitridates contra Ariobarzanes ⁽²⁰⁶⁾. (De facto estes dois
motivos juntos constituem a causa principal que leva a conspirar os que
são intrépidos por natureza, e que por isso ocupam junto dos monarcas,
altos cargos militares; assim, a bravura aliada à força resulta numa
conduta destemida, constituindo as duas qualidades juntas uma ocasião
para conspirar pela facilidade com que se pensa alcançar a vitória).

Entre os que assim procedem por ambição, existe uma causa diferente
daquelas que já mencionámos. Efectivamente, alguns insurgem-se contra os
tiranos a quem invejam as grandes riquezas e honrarias; mas não é este o
motivo que incita os ambiciosos de glória a correr um risco. Enquanto aqueles
agiam segundo as causas já referidas, (honrarias e dinheiro) estes agem da
mesma forma que se entregariam a qualquer outro grande empreendimento
capaz de tornar o seu nome célebre e de lhes conferir glória: atacam os
monarcas, com o desejo não de conquistar um reino, mas fama.

Mesmo assim, revela-se insignificante o número dos que agem
movidos por esta causa. Com efeito, semelhantes intentos só se realizam
na base de um desprezo total pela vida, no caso da empresa não atingir o

μέλλη κατασχῆσιν τὴν πράξιν. οἷς ἀκολουθεῖν μὲν δεῖ
 τὴν Δίωνος ὑπόληψιν, οὐ βᾶδιον δ' αὐτὴν ἐγγενέσθαι πολ-
 35 λοῖς· ἐκεῖνος γὰρ μετ' ὀλίγων ἐστράτευσεν ἐπὶ Διονύσιον
 οὕτως ἔχειν φάσκων ὥς, ὅποι περ ἂν δύνηται προσελθεῖν,
 ἱκανὸν αὐτῷ τοσοῦτον μετασχεῖν τῆς πράξεως, οἷον εἰ μι-
 κρὸν ἐπιβάντα τῆς γῆς εὐθύς συμβαίῃ τελευτῆσαι, τοῦτον
 καλῶς ἔχειν αὐτῷ τὸν θάνατον. φθείρεται δὲ τυραννὶς ἓνα
 40 μὲν τρόπον, ὥσπερ καὶ τῶν ἄλλων ἐκάστη πολιτειῶν, ἔξω-
 1312b θεν, ἔάν ἐναντία τις ᾗ πολιτεία κρείττων (τὸ μὲν γὰρ
 βούλεσθαι δῆλον ὥς ὑπάρξει διὰ τὴν ἐναντιότητα τῆς
 προαιρέσεως· ἃ δὲ βούλονται, δυνάμενοι πράττουσι πάντες),
 ἐναντία δ' αἱ πολιτεῖαι, δῆμος μὲν τυραννίδι καθ' Ἡσίο-
 5 δον ὥς κεραμεὺς κεραμεῖ (καὶ γὰρ ἡ δημοκρατία ἡ τελευ-
 ταία τυραννὶς ἐστίν), βασιλεία δὲ καὶ ἀριστοκρατία διὰ
 τὴν ἐναντιότητα τῆς πολιτείας (διὸ Λακεδαιμόνιοι πλείους
 κατέλυσαν τυραννίδας καὶ Συρακούσιοι κατὰ τὸν χρόνον ὃν
 ἐπολιτεύοντο καλῶς)· ἓνα δ' ἐξ αὐτῆς, ὅταν οἱ μετέχοντες
 10 στασιάζωσιν, ὥσπερ ἡ τῶν περὶ Γέλωνα καὶ νῦν ἡ τῶν
 περὶ Διονύσιον, ἡ μὲν Γέλωνος Θρασυβούλου τοῦ Ἰέρωνος
 ἀδελφοῦ τὸν υἱὸν τοῦ Γέλωνος δημαγωγοῦντος καὶ πρὸς ἡδο-
 νὰς ὁρμῶντος, ἵν' αὐτὸς ἄρχῃ, τῶν δὲ οἰκείων συστάντων,
 ἵνα μὴ τυραννὶς ὅλως καταλυθῇ ἀλλὰ Θρασύβουλος-οἱ
 15 δὲ συστάντες αὐτῶν, ὥς καιρὸν ἔχοντες, ἐξέβαλον ἅπαντας
 αὐτούς· Διονύσιον δὲ Δίων στρατεύσας, κηδεστὴς ὢν καὶ
 προσλαβὼν τὸν δῆμον, ἐκείνον ἐκβαλὼν διεφθάρη. δύο δὲ
 οὐσῶν αἰτιῶν δι' αἷς μάλιστα ἐπιτίθενται ταῖς τυραννίσιν, μί-
 20 τοῖς τυράννοις, τὸ μῖσος, ἐκ δὲ τοῦ καταφρονεῖσθαι πολλὰ
 γίνονται τῶν καταλύσεων. σημεῖον δὲ· τῶν μὲν γὰρ κτη-
 σαμένων οἱ πλείστοι καὶ διεφύλαξαν τὰς ἀρχάς, οἱ δὲ

ἐxito esperado. A resolução de Díon deve estar sempre presente na mente dos interessados, embora seja apanágio de muito poucos: tendo marchado contra Dionísio com um pequeno grupo de fiéis, Díon ⁽²⁰⁷⁾ declarou que o seu estado de espírito era tal que lhe permitiu chegar onde chegou; além disso dava-se por muito feliz por ter realizado aquela tarefa; e mesmo que o destino lhe reservasse a morte mal desembarcasse e pusesse os pés em terra, tal morte seria do seu agrado.

Um dos modos pelos quais pode cair uma tirania, assim como qualquer outro regime, passa pela acção de uma causa externa ⁽²⁰⁸⁾, bastando existir um regime contrário mais poderoso; é evidente que esse regime exterior quer destruir a tirania, devido à oposição dos respectivos princípios; além disso, todos, podendo, fazem o que querem.

Ora os regimes contrários à tirania são, por um lado, a democracia, que se lhe opõe, como "*oleiro contra oleiro*", no dizer de Hesíodo ⁽²⁰⁹⁾ (pois a democracia, na sua forma extrema, degenera em tirania), por outro lado, surge em oposição à realeza e à aristocracia, em virtude da natureza contrária destes tipos de regime. Foi assim que tanto Espartanos ⁽²¹⁰⁾ como Siracusanos derrubaram muitas tiranias numa época em que eram bem governados ⁽²¹¹⁾.

Também do interior dos próprios regimes surgem muitas vezes as causas que provocam as revoltas. Isso sucede, por exemplo, quando as facções se agrupam em partidos rivais. Foi o que aconteceu com a tirania de Gélon ⁽²¹²⁾ e com Dionísio. Na primeira, Trasíbulo ⁽²¹³⁾, irmão de Hiéron, adulou o filho de Gélon ⁽²¹⁴⁾ e incitou-o aos prazeres com o intuito de um dia conquistar o poder. Mas quando os familiares do príncipe se aliaram para em conjunto derrubarem Trasíbulo, outros conjurados que se lhes tinham juntado, julgando a ocasião propícia para intervir, a todos expulsaram sem excepção da cidade.

No caso da tirania de Dionísio, foi Díon, seu parente, que contra ele organizou uma campanha com o apoio popular, vindo a sucumbir depois de ter banido Dionísio da cidade ⁽²¹⁵⁾.

Existem duas causas que provocam revoltas nos regimes tirânicos: o ódio e o desprezo. O ódio acaba por ser inevitável; no entanto o desprezo que o tirano suscita é muitas vezes causador da sua morte. A prova disso é que a maior parte daqueles que atingiram o poder por si próprios, conseguiram conservá-lo; todos os que, por assim dizer, o receberam como herança, quase sempre o perderam. Estes últimos ao enveredarem por uma vida de prazeres, tornaram-se desprezíveis, gerando ocasiões para ser atacados.

25 παραλαβόντες εὐθύς ὥς εἰπεῖν ἀπολλύασι πάντες. ἀπο-
 λυστικῶς γὰρ ζῶντες εὐκαταφρόνητοί τε γίνονται καὶ
 30 πολλοὺς καιροὺς παραδιδόασι τοῖς ἐπιτιθεμένοις. μόριον δέ
 τι τοῦ μίσους καὶ τὴν ὀργὴν δεῖ τιθέναι· τρόπον γὰρ τινα
 τῶν αὐτῶν αἰτία γίνεται πράξεων. πολλάκις δὲ καὶ πρακτι-
 κώτερον τοῦ μίσους· συντονώτερον γὰρ ἐπιτίθενται διὰ τὸ
 35 μὴ χρῆσθαι λογισμῷ τὸ πάθος (μάλιστα δὲ συμβαίνει
 τοῖς θυμοῖς ἀκολουθεῖν διὰ τὴν ὕβριν, δι' ἣν αἰτίαν ἡ τε
 τῶν Πεισιστρατιδῶν κατελύθη τυραννὶς καὶ πολλὰ τῶν
 ἄλλων), ἀλλὰ μᾶλλον τὸ μῖσος· ἡ μὲν γὰρ ὀργὴ μετὰ
 λύπης πάρεστιν, ὥστε οὐ ῥάδιον λογίζεσθαι, ἡ δ' ἐχθρὰ ἄνευ
 40 λύπης. ὥς δὲ ἐν κεφαλαίοις εἰπεῖν, ὅσας αἰτίας εἰρήκαμεν
 35 τῆς τε ὀλιγαρχίας τῆς ἀκράτου καὶ τελευταίας καὶ τῆς
 δημοκρατίας τῆς ἐσχάτης, τοσαύτας καὶ τῆς τυραννίδος
 θετέον· καὶ γὰρ αὐταὶ τυγχάνουσιν οὖσαι διαιρεταὶ τυραν-
 νίδες. βασιλεία δ' ὑπὸ μὲν τῶν ἐξωθεν ἡκιστα φθείρεται,
 40 διὸ καὶ πολυχρόνιος ἐστίν· ἐξ αὐτῆς δ' αἱ πλείους φθοραὶ
 συμβαίνουσιν. φθείρεται δὲ κατὰ δύο τρόπους, ἓνα μὲν
 1313a στασιασάντων τῶν μετεχόντων τῆς βασιλείας, ἄλλον δὲ
 τρόπον τυραννικώτερον πειρωμένων διοικεῖν, ὅταν εἶναι κύριοι
 πλείονων ἀξιώσι καὶ παρὰ τὸν νόμον. οὐ γίνονται δ' ἐτι
 βασιλεῖαι νῦν, ἀλλ' ἂν περ γίνωνται, μοναρχίαι καὶ τυραν-
 5 νίδες μᾶλλον, διὰ τὸ τὴν βασιλείαν ἐκούσιον μὲν ἀρχὴν
 εἶναι, μειζόνων δὲ κυρίαν, πολλοὺς δ' εἶναι τοὺς ὁμοίους, καὶ
 μηδένα διαφέροντα τοσοῦτον ὥστε ἀπαρτίζειν πρὸς τὸ μέγε-
 10 θος καὶ τὸ ἀξίωμα τῆς ἀρχῆς. ὥστε διὰ μὲν τοῦτο ἐκόν-
 τες οὐχ ὑπομένουσιν· ἂν δὲ δι' ἀπάτης ἄρξῃ τις ἡ βίαις,
 ἡδὴ δοκεῖ τοῦτο εἶναι τυραννίς. ἐν δὲ ταῖς κατὰ γένος βασι-
 λείαις τιθέναι δεῖ τῆς φθορᾶς αἰτίαν πρὸς ταῖς εἰρημέ-
 ναις καὶ τὸ γίνεσθαι πολλοὺς εὐκαταφρόνητους, καὶ τὸ δύ-
 ναμιν μὴ κεκτημένους τυραννικὴν ἀλλὰ βασιλικὴν τιμὴν
 ὑβρίζειν· ῥαδία γὰρ ἐγένετο ἡ κατάλυσις· μὴ βουλομένων

Também a cólera deve ser considerada como parte do ódio. Provoca
 as mesmas atitudes de revolta, tornando-se, por vezes, até mais eficaz do
 que o próprio ódio. Com efeito, os que se deixam guiar por ela atacam
 com mais ímpeto porque enquanto a paixão não reflecte ⁽²¹⁶⁾ – apenas é
 suscitada nos ânimos em virtude da insolência dos tiranos, o que originou
 a queda da tirania dos Pisistrátidas ⁽²¹⁷⁾ e de muitas outras – o ódio é muito
 mais ponderado. A cólera vem acompanhada de uma dor que em nada
 facilita a ponderação, ao passo que o ódio encontra-se liberto de dor.

Para recapitular diremos, em suma, que temos de atribuir à tirania
 as causas da destruição que são próprias quer das formas puras de
 oligarquia, quer de cada democracia na sua forma extremada: de facto
 35 estas formas de regime não são mais do que tiranias multiplicadas.

A realeza apresenta-se como o regime menos exposto a causas
 externas de dissolução, e em virtude disso como o mais perdurável de
 todos. Normalmente é do seu interior que advêm as causas mais frequen-
 tes de ruína. A realeza pode degenerar de duas formas: num caso, devido
 40 a lutas que surgem entre os membros da corte; noutro caso, devido ao
 1313a facto de se tentar governar de forma demasiado tirânica, ou então, de ter
 uma supremacia demasiado ampla e ilegal.

Hoje em dia praticamente já não existem realezas; se as há, têm de
 ser consideradas mais como monarquias e tiranias. Com efeito, a realeza
 é um poder que tem de ser livremente consentido, e que deve intervir de
 forma suprema em questões de máxima importância. Ora o que se passa
 5 na actualidade é que sendo a grande massa dos cidadãos homogénea,
 ninguém se destaca tanto que esteja à altura da grandeza e da dignidade
 do cargo régio. Por isso, os cidadãos não aceitam de bom grado a realeza:
 se alguém a conquista por astúcia ou violência, já parecer tratar-se de
 uma tirania.

No tocante às realezas hereditárias devemos considerar como causas
 da sua ruína as já referidas: o facto de muitos se tornarem desprezíveis,
 e o facto de, não possuindo os reis um poder tirânico mas uma dignidade
 régia, governarem de forma insolente. A queda destas realezas é fácil
 porque deixará de haver rei logo que assim se queira, enquanto a tirania

15 γὰρ εὐθύς οὐκ ἔσται βασιλεύς, ἀλλὰ τύραννος καὶ μὴ
βουλομένων. φθείρονται μὲν οὖν αἱ μοναρχίαι διὰ ταύτας
καὶ τοιαύτας ἑτέρας αἰτίας.

11 Σώζονται δὲ δηλονότι ὡς ἀπλῶς μὲν εἰπεῖν ἐκ τῶν
ἐναντίων, ὡς δὲ καθ' ἕκαστον τῷ τάς μὲν βασιλείας ἄγειν
20 ἐπὶ τὸ μετριώτερον. ὅσῳ γὰρ ἂν ἐλαττόνων ᾧσι κύριοι,
πλείω χρόνον ἀναγκαῖον μένειν πᾶσαν τὴν ἀρχήν· αὐτοί
τε γὰρ ἦττον γίνονται δεσποτικοὶ καὶ τοῖς ἡθεσιν ἴσοι μᾶλ-
λον, καὶ ὑπὸ τῶν ἀρχομένων φθοιοῦνται ἦττον. διὰ γὰρ
τοῦτο καὶ ἡ περὶ Μολοττοῦς πολὺν χρόνον βασιλεία διέμεινεν,
25 καὶ ἡ Λακεδαιμονίων διὰ τὸ ἐξ ἀρχῆς τε εἰς δύο μέρη
διαίρεθῆναι τὴν ἀρχήν, καὶ πάλιν Θεοπόμπου μετριάσαντος
τοῖς τε ἄλλοις καὶ τὴν τῶν ἐφόρων ἀρχήν ἐπικαταστήσαν-
τος· τῆς γὰρ δυνάμεως ἀφελὼν ἡῤῥηξε τῷ χρόνῳ τὴν
βασιλείαν, ὥστε τρόπον τινὰ ἐποίησεν οὐκ ἐλάττων· ἀλλὰ
30 μείζων· αὐτήν. ὅπερ καὶ πρὸς τὴν γυναικὰ ἀποκρίνασθαι
φασιν αὐτόν, εἰποῦσαν εἰ μὴδὲν αἰσχύνεται τὴν βασιλείαν
ἐλάττω παραδιδούς τοῖς υἱέσιν ἢ παρὰ τοῦ πατρὸς παρέλα-
βεν· 'οὐ δῆτα' φάναι· 'παραδίδωμι γὰρ πολυχρονιωτέραν.'
αἱ δὲ τυραννίδες σώζονται κατὰ δύο τρόπους τοὺς ἐναντιω-
35 τάτους, ὧν ἑτέρος ἐστὶν ὁ παραδεδομένος καὶ καθ' ὃν δι-
οικοῦσιν οἱ πλείστοι τῶν τυράννων τὴν ἀρχήν. τούτων δὲ τὰ
πολλά φασι καταστήσαι Περίανδρον τὸν Κορίνθιον· πολλά
δὲ καὶ παρὰ τῆς Περσῶν ἀρχῆς ἐστὶ τοιαῦτα λαβεῖν.
ἐστὶ δὲ τὰ τε πάλαι λεχθέντα πρὸς σωτηρίαν, ὡς οἶόν τε,
40 τῆς τυραννίδος, τὸ τοὺς ὑπερέχοντας κολοῦειν καὶ τοὺς φρονη-
ματίας ἀναιρεῖν, καὶ μήτε συσσίτια ἔαν μήτε ἑταιρίαν

persiste ainda que não a queiram. São estas e outras mais as causas que
originam a dissolução das monarquias.

11. Meios para assegurar a estabilidade da realeza e da tirania.

As causas que originam a conservação das tiranias e das monarquias, regimes opostos, são também opostas. No que respeita de um modo particular às realezas, a preservação destas faz-se de um modo mais moderado ⁽²¹⁸⁾. Por conseguinte, quanto mais restrita é a autoridade do rei, 20
tanto mais tempo deve permanecer forçosamente intacto tal cargo. De facto, em tal caso, os reis tornam-se menos despóticos, com hábitos mais idênticos aos restantes cidadãos e menos causadores de inveja aos súbditos.

Por este motivo vigorou a realeza durante muito tempo entre os 25
Molossos ⁽²¹⁹⁾, e de igual forma entre os Espartanos onde o poder régio foi inicialmente partilhado por dois cidadãos. Mais tarde Teopompo ⁽²²⁰⁾ tomou medidas para atribuir essa autoridade a um grupo de éforos ⁽²²¹⁾. Apesar de privar a realeza do seu poder, aumentou-lhe a duração de modo que, em vez de lhe diminuir a importância, contribuiu para aumentá-la. 30
Foi isso que o impeliu, segundo consta, a responder da seguinte forma à sua mulher, quando esta perguntou se não o embaraçava o facto de deixar à sua descendência uma dignidade régia menor do que a herdada de seu pai: "*De certo modo não — disse — uma vez que lhes transmito uma realeza mais durável*" ⁽²²²⁾.

As tiranias podem ser preservadas de duas formas completamente 35
opostas. Uma é a que vigora tradicionalmente, e na qual se inspira a grande maioria dos tiranos para governar. Essas medidas de conservação foram estabelecidas, segundo dizem, por Periandro de Corinto ⁽²²³⁾, apesar de encontrarmos procedimentos análogos na tirania persa ⁽²²⁴⁾. São os seguintes os meios para a conservação, na medida do possível, da tirania em causa: 40
eliminar os que se superiorizam e reprimir os que possuem muita arrogância; proibir os banquetes em comum ⁽²²⁵⁾, as associações cívicas ⁽²²⁶⁾, a

1313b μήτε παιδεῖαν μήτε ἄλλο μηθὲν τοιοῦτον, ἀλλὰ πάντα
 φυλάττειν ὅθεν εἴωθε γίγνεσθαι δύο, φρόνημά τε καὶ πίστις,
 καὶ μήτε σχολὰς μήτε ἄλλους συλλόγους ἐπιτρέπειν γίγνε-
 5 σθαι σχολαστικούς, καὶ πάντα ποιεῖν ἐξ ὧν ὅτι μάλιστα
 ἀγνώτες ἀλλήλοις ἔσονται πάντες (ἡ γὰρ γνώσις πίστιν
 ποιεῖ μᾶλλον πρὸς ἀλλήλους). καὶ τὸ τοὺς ἐπιδημοῦντας αἰεὶ
 φανεροὺς εἶναι καὶ διατρίβειν περὶ θύρας (οὕτω γὰρ ἂν
 ἥκιστα λανθάνοιεν τί πράττουσι, καὶ φρονεῖν ἂν ἐθίζοντο
 10 μικρὸν αἰεὶ δουλεύοντες). καὶ τὰλλα ὅσα τοιαῦτα Περσικά
 καὶ βάρβαρα τυραννικά ἔστιν (πάντα γὰρ ταῦτόν δύνανται).
 καὶ τὸ μὴ λανθάνειν πειρᾶσθαι ὅσα τυγχάνει τις λέγων
 ἢ πράττων τῶν ἀρχομένων, ἀλλ' εἶναι κατασκόπους, οἷον
 περὶ Συρακούσας αἱ ποταγωγίδες καλούμεναι, καὶ οὗς
 15 ὠτακουστάς ἐξέπεμπεν Ἱέρων, ὅπου τις εἴη συνουσία καὶ σύλ-
 λογος (παρρησιάζονται τε γὰρ ἦττον, φοβούμενοι τοὺς τοι-
 ούτους, κἂν παρρησιάζωνται, λανθάνουσιν ἦττον). καὶ τὸ δια-
 βάλλειν ἀλλήλοις καὶ συγκρούειν καὶ φίλους φίλοις καὶ
 τὸν δῆμον τοῖς γνωρίμοις καὶ τοὺς πλουσίους ἑαυτοῖς. καὶ τὸ
 20 πένητας ποιεῖν τοὺς ἀρχομένους τυραννικόν, ὅπως ἢ τε φυ-
 λακῇ τρέφεται καὶ πρὸς τῷ καθ' ἡμέραν ὄντες ἄσχολοι
 ὧσιν ἐπιβουλεύειν. παράδειγμα δὲ τούτου αἴ τε πυραμίδες
 αἱ περὶ Αἴγυπτον καὶ τὰ ἀναθήματα τῶν Κυψελιδῶν
 καὶ τοῦ Ὀλυμπίου ἡ οἰκοδόμησις ὑπὸ τῶν Πεισιστρατιδῶν,
 25 καὶ τῶν περὶ Σάμον ἔργων τὰ Πολυκράτεια (πάντα γὰρ ταῦτα
 δύνανται ταῦτόν, ἀσχολίαν καὶ πενίαν τῶν ἀρχομένων). καὶ
 ἡ εἰσφορὰ τῶν τελῶν, οἷον ἐν Συρακούσαις (ἐν πέντε γὰρ
 ἔτεσιν ἐπὶ Διονυσίου τὴν οὐσίαν ἀπασαν εἰσηνηνοχέειν συν-
 30 ἐβαινεῖν). ἔστι δὲ καὶ πολεμοποιὸς ὁ τύραννος, ὅπως δὴ ἄσχολοί
 τε ὧσι καὶ ἡγεμόνος ἐν χρεῖα διατελῶσιν ὄντες. καὶ ἡ
 μὲν βασιλεία σφάζεται διὰ τῶν φίλων, τυραννικὸν δὲ τὸ

educação cívica e todas as actividades deste género ⁽²²⁷⁾; vigiar tudo o que 1313b
 possa induzir sentimentos de coragem e confiança; banir as escolas e
 demais círculos culturais; empregar todos os meios ao alcance para
 manter incógnitos os cidadãos entre si (porque o mútuo conhecimento 5
 aumenta a confiança recíproca); forçar os habitantes da cidade a executar
 as suas actividades à luz do dia e a passar a maior parte do tempo às
 portas do palácio (deste modo sendo-lhes muito mais difícil passar
 despercebidos, permanecerão neste servilismo e contentar-se-ão com poucas 10
 aspirações) e usar as demais práticas tirânicas características de persas
 e bárbaros, que provocam os mesmos efeitos; empenhar-se para que nada
 do que os cidadãos dizem ou façam permaneça oculto, mantendo em
 serviço um grupo de espiões, como sucedia em Siracusa com as mulheres
 a quem chamavam “denunciadoras”, e com os “escutas” que Hiéron ⁽²²⁸⁾
 enviava onde quer que houvesse uma reunião ou assembleia (de facto, 15
 fala-se com muito menos espontaneidade quando se receia a presença de
 tais espiões, uma vez que ninguém passa despercebido se falar sem
 constrangimentos); fomentar a diatribe entre os cidadãos e os atritos entre
 os amigos, entre o povo e as classes superiores, e entre os próprios ricos.
 Depauperar os cidadãos é também um procedimento próprio da tirania:
 assim, os cidadãos com bens escassos vêem-se não só impedidos de
 financiar uma falange de guardiães ⁽²²⁹⁾, como ficam demasiado absorvi- 20
 dos nas suas preocupações diárias sem tempo sequer para conspirar.
 Exemplos deste modo de actuar chegam-nos das pirâmides do Egipto ⁽²³⁰⁾,
 das oferendas votivas dos Cipsélidas ⁽²³¹⁾, da edificação do templo de
 Zeus Olímpico sob o domínio dos Pisistrátidas ⁽²³²⁾, e dos empreendimen-
 tos de Polícrates ⁽²³³⁾ em Samos ⁽²³⁴⁾. Todos estes exemplos significam o
 mesmo: privação do ócio e empobrecimento dos governados. 25

A este procedimento podemos acrescentar o incremento dos impos-
 tos, a exemplo do que sucedeu em Siracusa, onde os cidadãos, no tempo
 de Dionísio ⁽²³⁵⁾, viram toda a sua fortuna convertida em contribuições,
 durante cinco anos consecutivos.

O tirano revela ainda uma inclinação para promover a guerra, com
 a finalidade de privar do ócio os cidadãos e de incutir neles a necessidade
 constante de um chefe.

Deste modo, enquanto a realza se conserva por virtude dos que a 30
 estimam, é próprio do tirano cultivar uma extrema desconfiança em

35 μάλιστα' ἀπιστεῖν τοῖς φίλοις, ὥς βουλομένων μὲν πάντων,
 δυναμένων δὲ μάλιστα τούτων. καὶ τὰ περὶ τὴν δημοκρα-
 τίαν δὲ γιγνόμενα τὴν τελευταίαν τυραννικὰ πάντα, γυναικο-
 κρατία τε περὶ τὰς οἰκίας, ἴν' ἐξαγγέλλωσι κατὰ τῶν
 40 ἀνδρῶν, καὶ δοῦλων ἀνεσις διὰ τὴν αὐτὴν αἰτίαν· οὔτε γὰρ
 ἐπιβουλεύουσιν οἱ δοῦλοι καὶ αἱ γυναῖκες τοῖς τυράννοις,
 εὐήμεροῦντάς τε ἀναγκαῖον εὐνοὺς εἶναι καὶ ταῖς τυραννίσι
 καὶ ταῖς δημοκρατίαις· καὶ γὰρ ὁ δῆμος εἶναι βούλεται
 μόναρχος. διὸ καὶ ὁ κόλαξ παρ' ἀμφοτέροις ἔντιμος, παρὰ
 40 μὲν τοῖς δῆμοις ὁ δημαγωγός (ἔστι γὰρ ὁ δημαγωγός τοῦ
 δήμου κόλαξ), παρὰ δὲ τοῖς τυράννοις οἱ ταπεινῶς ὁμιλοῦντες,
 1314a ὅπερ ἔστιν ἔργον κολακείας. καὶ γὰρ διὰ τοῦτο πονηρόφιλον
 ἡ τυραννίς· κολακευόμενοι γὰρ χαίρουσιν, τοῦτο δ' οὐδ' ἂν εἰς
 ποιήσῃε φρόνημα ἔχων ἐλεύθερον, ἀλλὰ φιλοῦσιν οἱ ἐπι-
 εικεῖς, ἡ οὐ κολακεύουσιν. καὶ χρήσιμοι οἱ πονηροὶ εἰς τὰ πο-
 5 νηρά· ἦλφ γὰρ ὁ ἦλος, ὥσπερ ἡ παροιμία. καὶ τὸ μη-
 δὲν χαίρειν σεμνῶ μηδ' ἐλευθέρῳ τυραννικόν (αὐτὸν γὰρ
 εἶναι μόνον ἀξιοῖ τοιοῦτον ὁ τύραννος, ὁ δ' ἀντισεμνυνόμενος
 καὶ ἐλευθεριάζων ἀφαιρεῖται τὴν ὑπεροχὴν καὶ τὸ δεσπο-
 τικόν τῆς τυραννίδος· μισοῦσιν οὖν ὥσπερ καταλύοντας τὴν
 10 ἀρχήν)· καὶ τὸ χρῆσθαι συσσίτοις καὶ συνημερευταῖς ξενι-
 κοῖς μᾶλλον ἢ πολιτικοῖς τυραννικόν, ὥς τοὺς μὲν πολε-
 μίους τοὺς δ' οὐκ ἀντιποιοιμένους—ταῦτα καὶ τὰ τοιαῦτα τυ-
 ραννικὰ μὲν καὶ σωτήρια τῆς ἀρχῆς, οὐθὲν δ' ἐλλείπει
 15 μοχθηρίας. ἔστι δ' ὥς εἰπεῖν πάντα ταῦτα περιειλημμένα.
 τρισὶν εἶδεσιν. στοχάζεται γὰρ ἡ τυραννὶς τριῶν, ἐνὸς μὲν

relação aos que lhe dedicam afeição, por pensar que são precisamente
 esses os que reúnem todas as possibilidades de o derrubar, se assim
 quiserem.

Os procedimentos extremos dos regimes democráticos são tam-
 bém próprios da tirania: atribuição de plenos poderes às mulheres para
 governar a casa e para denunciar os maridos, bem como de licenças
 aos escravos com o mesmo fim. Decerto que contra os tiranos não são
 as mulheres e os escravos que conspiram porque eles, no caso de
 levarem uma vida feliz, têm uma atitude benevolente tanto para com
 as tiranias como para com as democracias (já que nestas o povo
 também aspira a ser um monarca). É por esse motivo que o adulator
 é tão bem visto em qualquer destes dois regimes. Nas democracias,
 a lisonja identifica-se com o papel do demagogo: o demagogo é o
 adulator do povo; nas tiranias, tal atitude é assumida pelos que
 obedecem com subserviência aos tiranos: ser subserviente é um pro-
 cedimento adulatorio.

É também por esse motivo que a tirania é amiga da perversida-
 de⁽²³⁶⁾; com efeito, os tiranos comprazem-se na adulação. Mas não é este,
 na verdade, o modo de agir dos que têm um espírito livre: os homens de
 carácter elevado amam, mas não adulam. Além disso, os perversos são
 úteis aos tiranos para a realização de acções perversas. Na verdade, lá
 diz o ditado: “um prego expulsa outro prego”⁽²³⁷⁾.

É próprio do tirano não estimar nem as condutas irrepreensíveis,
 nem os espíritos livres, dado que pretende ser o único a possuir tais
 qualidades. Quem rivalizar com ele em respeitabilidade ou quem agir
 livremente diminui a superioridade e o cariz despótico do tirano que
 devota um ódio profundo, a quem considera inimigo do seu poder. Tam-
 bém é próprio do tirano sentar à mesa e ter por companhia os estrangei-
 ros, preferindo-os aos concidadãos, por acreditar que estes são seus
 inimigos enquanto os primeiros não se lhe opõem.

Estes e outros procedimentos próprios do tirano e que lhe asseguram
 a manutenção do poder, não excluem a perversidade. Podem classificar-
 se, por assim dizer, em três tipos, já que a tirania se propõe atingir três
 objectivos: o primeiro visa amesquinhar o carácter dos governados (unia

35

40

1314a

5

10

15

τοῦ μικρὰ φρονεῖν τοὺς ἀρχομένους (οὐθενὶ γὰρ ἂν μικρό-
 ψυχος ἐπιβουλεύσειεν), δευτέρου δὲ τοῦ διαπιστεῖν ἀλλήλοις (οὐ
 καταλύεται γὰρ πρότερον τυραννὶς πρὶν ἢ πιστεύσωσί τινες
 20 ἑαυτοῖς· διὸ καὶ τοῖς ἐπιεικέσι πολέμοιςιν ὡς βλαβεροῖς
 πρὸς τὴν ἀρχὴν οὐ μόνον διὰ τὸ μὴ ἀξιοῦν ἀρχεσθαι δε-
 σποτικῶς, ἀλλὰ καὶ διὰ τὸ πιστοὺς καὶ ἑαυτοῖς καὶ τοῖς
 ἄλλοις εἶναι καὶ μὴ καταγορεύειν μήτε ἑαυτῶν μήτε τῶν
 ἄλλων· τρίτον δ' ἀδυναμία τῶν πραγμάτων (οὐθεὶς γὰρ
 ἐπιχειρεῖ τοῖς ἀδυνάτοις, ὥστε οὐδὲ τυραννίδα καταλύειν μὴ
 25 δυνάμεως ὑπαρχούσης). εἰς οὓς μὲν οὖν ὅρους ἀνάγεται τὰ
 βουλευόμενα τῶν τυράννων, οὗτοι τρεῖς τυγχάνουσιν ὄντες·
 πάντα γὰρ ἀναγάγοι τις ἂν τὰ τυραννικὰ πρὸς ταῦτας
 τὰς ὑποθέσεις, τὰ μὲν ὅπως μὴ πιστεύωσιν ἀλλήλοις, τὰ
 δ' ὅπως μὴ δύνωνται, τὰ δ' ὅπως μικρὸν φρονῶσιν. ὁ μὲν
 30 οὖν εἰς τρόπον δι' οὗ γίγνεται σωτηρία ταῖς τυραννίσιν τοιοῦτός
 ἐστίν· ὁ δ' ἕτερος σχεδὸν ἐξ ἐναντίας ἔχει τοῖς εἰρημένοις
 τὴν ἐπιμέλειαν. ἔστι δὲ λαβεῖν αὐτὸν ἐκ τῆς φθορᾶς τῆς
 τῶν βασιλειῶν. ὥσπερ γὰρ τῆς βασιλείας εἰς τρόπον τῆς
 φθορᾶς τὸ ποιεῖν τὴν ἀρχὴν τυραννικωτέραν, οὕτω τῆς τυραν-
 35 νίδος σωτηρία τὸ ποιεῖν αὐτὴν βασιλικωτέραν, ἐν φυλάτ-
 τοντα μόνον, τὴν δύναμιν, ὅπως ἀρχὴ μὴ μόνον βουλομέ-
 νων ἀλλὰ καὶ μὴ βουλομένων. προϊέμενος γὰρ καὶ τοῦτο
 προϊεται καὶ τὸ τυραννεῖν. ἀλλὰ τοῦτο μὲν ὥσπερ ὑπό-
 40 θεσιν δεῖ μένειν, τὰ δ' ἄλλα τὰ μὲν ποιεῖν τὰ δὲ δοκεῖν
 ὑποκρινόμενον τὸν βασιλικὸν καλῶς, πρῶτον μὲν δοκεῖν
 1314b φροντίζειν τῶν κοινῶν, μήτε δαπανῶντα <εἰς> δωρεὰς τοιαύτας
 ἐφ' αἷς τὰ πλήθη χαλεπαίνουσιν, ὅταν ἀπ' αὐτῶν μὲν
 λαμβάνωσιν ἐργαζομένων καὶ πονούντων γλίσχρως, διδῶσι
 δ' ἑταίραις καὶ ξένοις καὶ τεχνίταις ἀφθόνως, λόγον τε
 5 ἀποδιδόντα τῶν λαμβανομένων καὶ δαπανωμένων, ὅπερ
 ἤδη πεποιήκασί τινες τῶν τυράννων (οὕτω γὰρ ἂν τις δι-
 οικῶν οἰκονόμος ἀλλ' οὐ τύραννος εἶναι δόξειεν· οὐ δεῖ δὲ φο-

alma mesquinha não ousa insurgir-se contra ninguém); o segundo consiste
 em semear a desconfiança entre os súbditos (a tirania não é derrubada
 até ao momento em que os cidadãos passam a confiar em si mesmos; é
 por isso que os tiranos movem constantes ataques contra os cidadãos
 respeitáveis: consideram-nos perigosos para o seu poder não só pela
 20 recusa em submeter-se a um poder despótico, mas também pela confiança
 que mantêm entre si ou que inspiram nos demais, e pelo empenho em não
 denunciar ninguém de entre eles ou de entre os restantes); o terceiro
 baseia-se em privar os cidadãos do poder de acção (se ninguém intenta
 o impossível se para isso não dispõe da força necessária, muito menos
 derrubará uma tirania).

Estes são, por conseguinte, os três objectivos em vista dos quais
 agem os tiranos. De facto, todos os procedimentos tirânicos podem ser
 relacionados com os três princípios visados: evitar a confiança recíproca;
 restringir a força; anesquinhar os espíritos.

Os procedimentos que acabámos de ver fazem parte de um dos
 meios para conservar o regime tirânico.

O segundo meio de preservação das tiranias relaciona-se com a
 actuação em sentido praticamente inverso ao que acabámos de referir:
 podemos-lo deduzir dos modos de dissolução da realeza. Com efeito, da
 mesma forma que um meio para destruir uma realeza consistia no recurso
 a um poder tirânico, também um meio para preservar um poder tirânico
 35 passa por torná-lo semelhante ao de um governo de um rei, bastando-lhe
 para tanto salvaguardar um só requisito — a força — de modo que o
 tirano governe ou com a anuência dos cidadãos ou sem ela (renunciar a
 isto é renunciar à tirania).

Mas se a força deve permanecer subjacente ao exercício da tirania,
 o tirano deve actuar, ou dar a entender que actua, como um rei. Para isso
 40 terá em primeiro lugar de se mostrar diligente na gestão dos bens
 públicos, não os esbanjando prodigamente em gratificações que só irritam
 1314b as massas populares (ainda mais se forem à custa dos trabalhos e tarefas
 árduas do povo em benefício de cortesãs, estrangeiros ou artistas);
 procurará sempre, pelo contrário, prestar contas das receitas e despesas
 como já o fizeram, de resto, alguns tiranos, dando assim a entender que
 5 administra os bens como ecónomo e não como tirano: deste modo, nunca
 deverá mostrar receio que os recursos se lhe esgotem enquanto exercer
 o domínio da cidade; para os tiranos que se ausentem da sua cidade, este

10 βεῖσθαι μή ποτε ἀπορήσῃ χρημάτων κύριος ὢν τῆς πό-
 λεως· ἀλλὰ τοῖς γ' ἐκτοπίζουσι τυράννοις ἀπὸ τῆς οἰκείας
 καὶ συμφέρει τοῦτο μᾶλλον ἢ καταλιπεῖν ἀθροίσαντας·
 ἦττον γάρ ἂν οἱ φυλάττοντες ἐπιτιθεῖντο τοῖς πράγμασιν,
 εἰσὶ δὲ φοβρώτεροι τῶν τυράννων τοῖς ἀποδημοῦσιν οἱ
 φυλάττοντες τῶν πολιτῶν· οἱ μὲν γὰρ συναποδημοῦσιν, οἱ
 15 δὲ ὑπομένουσιν· ἔπειτα τὰς εἰσφορὰς καὶ τὰς λειτουργίας
 δεῖ φαίνεσθαι τῆς τε οἰκονομίας ἕνεκα συνάγοντα, καὶ
 ποτε δεηθῇ χρῆσθαι πρὸς τοὺς πολεμικοὺς καιροὺς, ὅπως τε
 αὐτὸν παρασκευάζειν φύλακα καὶ ταμίαν ὥς κοινῶν ἀλλὰ
 μὴ ὥς ἰδίων· καὶ φαίνεσθαι μὴ χαλεπὸν ἀλλὰ σεμνόν,
 20 ἔτι δὲ τοιοῦτον ὥστε μὴ φοβεῖσθαι τοὺς ἐντυγχάνοντας
 ἀλλὰ μᾶλλον αἰδεῖσθαι· τοῦτου μέντοι τυγχάνειν οὐ βῆδιον
 ὄντα εὐκαταφρόνητον, διὸ δεῖ καὶ μὴ τῶν ἄλλων ἀρετῶν
 ἐπιμέλειαν ποιῆται, ἀλλὰ τῆς πολεμικῆς, καὶ δόξαν ἐμ-
 ποιεῖν περὶ αὐτοῦ τοιαύτην· ἔτι δὲ μὴ μόνον αὐτὸν φαί-
 25 νεσθαι μηδὲνα τῶν ἀρχομένων ὑβρίζοντα, μήτε νέον μήτε
 νέαν, ἀλλὰ μηδ' ἄλλον μηδὲνα τῶν περὶ αὐτόν, ὁμοίως
 δὲ καὶ τὰς οἰκείας ἔχειν γυναικῆς πρὸς τὰς ἄλλας, ὥς
 καὶ διὰ γυναικῶν ὕβρεις πολλὰι τυραννίδες ἀπολώλασιν·
 περὶ τε τὰς ἀπολαύσεις τὰς σωματικὰς τοῦναντίον ποιεῖν
 30 ἢ νῦν τινες τῶν τυράννων ποιοῦσιν (οὐ γὰρ μόνον εὐθύς
 ἔωθεν τοῦτο δρῶσιν, καὶ συνεχῶς πολλὰς ἡμέρας, ἀλλὰ
 καὶ φαίνεσθαι τοῖς ἄλλοις βούλονται τοῦτο πράττοντες, ἵν'
 ὥς εὐδαίμονας καὶ μακαρίους θαυμάσωσιν), ἀλλὰ μάλιστα
 35 μὲν μετριάξειν τοῖς τοιούτοις, εἰ δὲ μή, τό γε φαίνεσθαι
 τοῖς ἄλλοις διαφεύγειν (οὔτε γὰρ εὐεπιθετος οὐτ' εὐκατα-
 φρόνητος ὁ νήφων, ἀλλ' ὁ μεθύων, οὐδ' ὁ ἄγρυπνος, ἀλλ'
 ὁ καθεύδων)· τοῦναντίον τε ποιητέον τῶν πάλαι λεχθέντων
 σχεδὸν πάντων (κατασκευάζειν γὰρ δεῖ καὶ κοσμεῖν τὴν
 40 πόλιν ὥς ἐπίτροπον ὄντα καὶ μὴ τύραννον)· ἔτι δὲ τὰ πρὸς
 τοὺς θεοὺς φαίνεσθαι ἀεὶ σπουδάζοντα διαφερόντως (ἦττόν τε
 1315a γὰρ φοβοῦνται τὸ παθεῖν τι παράνομον ὑπὸ τῶν τοιούτων,
 ἢ ἂν δεισιδαίμονα νομίζωσιν εἶναι τὸν ἄρχοντα καὶ φρον-

10 procedimento afigura-se muito mais vantajoso do que deixar atrás de si
 o tesouro bem guarnecido, já que os guardiães encarregados de zelar pelas
 riquezas têm menos pretextos para conspirar aproveitando-se dessa situ-
 ação (é que para os tiranos ausentes, os guardiães suscitam mais receio
 do que os cidadãos: estes acompanham-no nas suas deslocações, os
 primeiros permanecem na cidade).

15 Em segundo lugar, no que toca às contribuições e colectas públicas,
 o tirano deverá dar a entender que as recolhe por necessidade adminis-
 trativa, e, se a ocasião assim o exigir, para serem gastas em tempo de
 guerra, dando a impressão de agir como guardião e administrador de
 recursos em nome do bem comum e não do interesse próprio.

O tirano tem que se apresentar com um semblante não severo mas
 majestoso, de forma a incutir respeito, em vez de temor, nos que com ele
 contactam.

20 Tudo isto, contudo, não é fácil de atingir se o tirano for motivo de
 desprezo para os outros. Por isso, mesmo que não cuide das demais
 virtudes, deve dedicar atenção à virtude militar e cobrir-se de glória.
 Também não deve, nem ele nem os que o rodeiam, mostrar qualquer
 desconsideração para com os súbditos jovens, sejam rapazes ou raparigas;
 25 da mesma forma, as mulheres da sua família devem ter a mesma postura
 em relação a outras mulheres, uma vez que as intrigas femininas causa-
 ram a ruína de muitas tiranias.

No tocante aos prazeres corporais os tiranos devem comportar-se de
 modo inverso ao de certos tiranos de agora⁽²³⁸⁾ (os quais não só se
 entregam aos prazeres ininterruptamente desde o nascer ao pôr do sol
 30 durante vários dias, como também desejam ser vistos agir assim, de modo
 que os admirem como felizes e bem-aventurados)⁽²³⁹⁾ e devem usar os
 prazeres com justa medida; no caso de não procederem assim, ao menos que
 dêem a entender aos restantes que repudiam os prazeres (quem se embriaga
 é susceptível de ser atacado e votado ao desprezo, e não quem está sóbrio;
 35 o mesmo vale para o que dorme e não para o que está vigilante).

De um modo geral, o tirano deve proceder ao contrário de quase
 tudo o que foi acima referido: deve zelar e embelezar a cidade como se
 de um administrador se tratasse, e não de um tirano; deve evidenciar
 sempre um grande interesse pelo culto das divindades⁽²⁴⁰⁾ (os cidadãos
 40

5 τίζειν τῶν θεῶν, καὶ ἐπιβουλεύουσιν ἥττον ὥς συμμάχους
 ἔχοντι καὶ τοὺς θεοὺς), δεῖ δὲ ἄνευ ἀβελτερίας φαίνεσθαι
 τοιοῦτον· τοὺς τε ἀγαθοὺς περὶ τι γιγνομένους τιναὶν οὕτως
 10 ὥστε μὴ νομίζειν ἄν ποτε τιμηθῆναι μᾶλλον ὑπὸ τῶν πολι-
 τῶν αὐτουόμων ὄντων, καὶ τὰς μὲν τοιαύτας τιμὰς ἀπο-
 νέμειν αὐτόν, τὰς δὲ κολάσεις δι' ἑτέρων ἀρχόντων καὶ δικα-
 στηρίων. κοινὴ δὲ φυλακὴ πάσης μοναρχίας τὸ μὴθένα
 15 ποιεῖν ἓνα μέγαν, ἀλλ' εἴπερ, πλείους (τηρήσουσι γὰρ ἀλλή-
 λους), ἔάν δ' ἄρα τινὰ δέη ποιῆσαι μέγαν, μή τοι τό γε
 ἦθος θρασύν (ἐπιθετικώτατον γὰρ τὸ τοιοῦτον ἦθος περὶ
 πάσας τὰς πράξεις), κὰν τῆς δυνάμεώς τινα δοκῇ παρα-
 λύειν, ἐκ προσαγωγῆς τοῦτο δρᾶν καὶ μὴ πᾶσαν ἀθρόον
 20 ἀφαιρεῖσθαι τὴν ἐξουσίαν. ἔτι δὲ πάσης μὲν ὕβρεως εἴργε-
 σθαι, παρὰ πάσας δὲ δυεῖν, τῆς τε εἰς τὰ σώματα [κο-
 λάσεως] καὶ τῆς εἰς τὴν ἡλικίαν. μάλιστα δὲ ταύτην ποιη-
 τέον τὴν εὐλάβειαν περὶ τοὺς φιλοτίμους· τὴν μὲν γὰρ εἰς
 τὰ χρήματα ὀλιγορίαν οἱ φιλοχρήματοι φέρουσι βαρέως,
 25 τὴν δ' [εἰς] ἀτιμίαν οἱ τε φιλότιμοι καὶ οἱ ἐπεικεῖς τῶν
 ἀνθρώπων. διόπερ ἢ μὴ χρῆσθαι δεῖ τοῖς τοιοῦτοις, ἢ τὰς
 μὲν κολάσεις πατρικῶς φαίνεσθαι ποιούμενον καὶ μὴ δι'
 ὀλιγορίαν, τὰς δὲ πρὸς τὴν ἡλικίαν ὁμιλίας δι' ἐρωτικὰς
 αἰτίας ἀλλὰ μὴ δι' ἐξουσίαν, ὅλως δὲ τὰς δοκούσας ἀτι-
 μίας ἐξωνεῖσθαι μείζοσι τιμαῖς. τῶν δ' ἐπιχειρούντων ἐπὶ
 30 τὴν τοῦ σώματος διαφθοράν οὗτοι φοβερώτατοι καὶ δέονται
 πλείστης φυλακῆς ὅσοι μὴ προαιροῦνται περιποιεῖσθαι τὸ
 ζῆν διαφθεύραντες. διὸ μάλιστα εὐλαβεῖσθαι δεῖ τοὺς ὑβρί-

receiam menos serem vítimas de qualquer acção ilegal por parte de um
 homem desta índole, se julgam que quem os governa é respeitoso e
 1315a temente dos deuses; os súbditos conspiram menos contra o tirano, na
 crença que os deuses lutam do lado dele); não obstante deve mostrar-se
 religioso sem parecer ridículo.

Em relação aos cidadãos que se notabilizaram por façanhas, o tirano
 deve honrá-los de tal forma que não tenham a impressão que poderiam
 5 ter sido mais honrados por cidadãos livres; deve ser ele a conferir as
 honrarias mas deve deixar a outros — magistrados e tribunais — a tarefa
 de castigar.

Uma medida preventiva comum a toda a monarquia consiste em não
 elevar ninguém em demasia; no caso de isso suceder, que sejam vários
 os promovidos, pois assim vigiar-se-ão mutuamente. E mesmo que se
 10 torne necessário promover alguém, ao menos que se evite que seja um
 homem de carácter audacioso, pois os espíritos desta natureza encontram-
 se sempre prontos para se lançar em qualquer empreendimento.

No caso de o tirano julgar conveniente destituir alguém dos seus
 poderes, que o faça de forma progressiva, procurando nunca o despojar
 de uma vez só de todo o poder.

Além do mais, o tirano deve abster-se de recorrer a toda a espécie
 de afronta, e sobretudo de duas afrontas: punições físicas e atentados ao
 15 pudor dos jovens. Deve acima de tudo precaver-se especialmente em
 relação àqueles que revelam brio pela honra.

Com efeito, se é bem verdade que os espíritos ávidos de riqueza
 suportam mal que lesemos as suas fortunas, o mesmo sucede com os
 espíritos ciosos da boa reputação e do valor em relação aos que atentam
 contra a sua honra. O tirano deve renunciar a esses procedimentos: por
 20 um lado, deve mostrar um ar paternal e não de desprezo, no caso de ter
 que recorrer a castigos; por outro lado, se tiver que manter relações
 íntimas com jovens, que o faça não por capricho mas por paixão
 amorosa⁽²⁴⁾: mesmo que ofenda algum deles, trate logo de o compensar
 com honras ainda maiores.

Dos que atentam contra a vida do tirano, os mais temíveis, e que
 exigem por isso uma vigilância cerrada, são os que em prejuízo da própria
 25 vida pretendem pôr cobro à vida do tirano. Por isso, deve precaver-se
 principalmente em relação àqueles que se consideram vítimas de uma

30 ζεσθαι νομίζοντας ἢ αἰντοὺς ἢ ὧν κηδόμενοι τυγχάνουσιν·
ἀφειδῶς γὰρ ἑαυτῶν ἔχουσιν οἱ διὰ θυμὸν ἐπιχειροῦντες,
καθάπερ καὶ Ἡράκλειτος εἶπε, χαλεπὸν φάσκων εἶναι
θυμῷ μάχεσθαι, ψυχῆς γὰρ ὠνεῖσθαι. ἐπεὶ δ' αἱ πόλεις
ἐκ δύο συνεστήκασιν μορίων, ἕκ τε τῶν ἀπόρων ἀνθρώπων
καὶ τῶν εὐπόρων, μάλιστα μὲν ἀμφοτέρους ὑπολαμβάνειν
35 δεῖ σφῆζεσθαι διὰ τὴν ἀρχήν, καὶ τοὺς ἑτέρους ὑπὸ τῶν ἐ-
τέρων ἀδικεῖσθαι μηδέν, ὁπότεροι δ' ἂν ᾧσι κρείττους, τούτους
ιδίους μάλιστα ποιεῖσθαι τῆς ἀρχῆς, ὥς, ἂν ὑπάρξῃ τοῦτο
τοῖς πράγμασιν, οὔτε δούλων ἐλευθέρωσιν ἀνάγκη ποιεῖσθαι
τὸν τύραννον οὔτε ὀπλων παραίρεσιν· ἱκανὸν γὰρ θάτερον
40 μέρος πρὸς τῇ δυνάμει προστιθέμενον ὥστε κρείττους εἶναι
τῶν ἐπιτιθεμένων. περίεργον δὲ τὸ λέγειν καθ' ἕκαστον τῶν
τοιούτων· ὁ γὰρ σκοπὸς φανερός, ὅτι δεῖ μὴ τυραννικὸν
1315b ἀλλ' οἰκονόμον καὶ βασιλικὸν εἶναι φαίνεσθαι τοῖς ἀρχο-
μένοις καὶ μὴ σφετεριστὴν ἀλλ' ἐπίτροπον, καὶ τὰς μετριό-
τητας τοῦ βίου διώκειν, μὴ τὰς ὑπερβολάς, ἔτι δὲ τοὺς μὲν
γνωρίμους καθομιλεῖν, τοὺς δὲ πολλοὺς δημαγωγεῖν. ἐκ γὰρ
5 τούτων ἀναγκαῖον οὐ μόνον τὴν ἀρχὴν εἶναι καλλίω καὶ
ζηλωτοτέραν τῷ βελτιόνων ἄρχειν καὶ μὴ τεταπεινωμένων
μηδὲ μισούμενον καὶ φοβούμενον διατελεῖν, ἀλλὰ καὶ τὴν
ἀρχὴν εἶναι πολυχρονιωτέραν, ἔτι δ' αὐτὸν διακεῖσθαι
κατὰ τὸ ἦθος ἥτοι καλῶς πρὸς ἀρετὴν ἢ ἡμίχρηστον ὄντα,
10 καὶ μὴ πονηρὸν ἀλλ' ἡμιπόνηρον.

2 Καίτοι πασῶν ὀλιγοχρονιώταται τῶν πολιτειῶν εἰσιν
ὀλιγαρχία καὶ τυραννίς. πλεῖστον γὰρ ἐγένετο χρόνον ἡ
περὶ Σικυῶνα τυραννίς, ἡ τῶν Ὀρθαγόρου παίδων καὶ αὐτοῦ
'Ορθαγόρου· ἔτη δ' αὕτη διέμεινεν ἑκατὸν. τούτου δ' αἴτιον
15 ὅτι τοῖς ἀρχομένοις ἐχρῶντο μετρίως καὶ πολλὰ τοῖς νό-
μοις ἐδούλευον, καὶ διὰ τὸ πολεμικὸς γενέσθαι Κλεισθένης

afronta, seja esta dirigida à sua própria pessoa, seja à sua família: de
facto, aqueles que são movidos pela ira, nada receiam pela própria vida.
Assim falou Heraclito: *"É difícil combater a ira: ela tem o preço da* 30
própria alma" (242).

Dado que as cidades se compõem de duas classes — os pobres e
os ricos —, o que mais importa para uns e para outros é que compre-
endam que a sua salvaguarda depende do poder do tirano; este impede
que cada um desses grupos sofra injustiça por parte do outro. Por outro 35
lado, o mais forte desses grupos deve estar intimamente ligado ao poder,
por forma a que o tirano, assegurado desse auxílio, não tenha que conferir
liberdade aos escravos, nem retirar as armas das mãos dos cidadãos: com
efeito, o poder de um dos grupos é o suficiente para tornar mais forte
do que os adversários.

É supérfluo enumerar cada um destes procedimentos, já que o fim 40
em vista é evidente: o tirano deve mostrar-se perante os seus governados 1315b
não como déspota, mas como um administrador e um rei; não como
usurpador dos bens alheios, mas como gestor; deve também mostrar uma
conduta moderada e não excessiva no seu modo de vida; deve ainda não
só encetar boas relações com notáveis, como cultivar a popularidade junto
das massas. Assim a sua autoridade não só se tornará mais excelente e 5
invejável (exercerá o seu poder sobre os melhores cidadãos, e não sobre
os humilhados, e não será motivo de ódio ou temor), como também mais
duradoura. Além disso, o tirano deverá revelar no seu comportamento
habitual belas disposições para a virtude, ou, pelo menos, ficar a meio
caminho da bondade. Se ainda assim tiver que ser perverso, que não o 10
seja a tempo inteiro.

12. Causas da curta duração das tiranias. Exame crítico da teoria platónica das revoluções.

Onde quer que ocorram, tanto a oligarquia como a tirania são os mais
fugazes de todos os regimes. A tirania que mais tempo durou foi a de Or-
tágoras (243) e seus filhos em Sicione (244), que durou cem anos (245). A 15
razão dessa duração prende-se com o facto de terem tratado os cidadãos
com moderação e acatado a lei em todas as situações. Clístenes manteve-
se durante muito tempo no poder devido ao seu temperamento guerreiro,

οὐκ ἦν εὐκαταφρόνητος, καὶ τὰ πολλὰ ταῖς ἐπιμελείαις
 ἐδημαγώγουν. λέγεται γοῦν Κλεισθένης τὸν ἀποκρίναντα
 τῆς νίκης αἰντὸν ὥς ἐστεφάνωσεν· ἐνιοὶ δ' εἰκόνα φασὶν
 20 εἶναι τοῦ κρίναντος οὕτως τὸν ἀνδριάντα τὸν ἐν τῇ ἀγορᾷ
 κατήμενον. φασὶ δὲ καὶ Πεισίστρατον ὑπομεῖναι ποτε προσ-
 κληθέντα δίκην εἰς Ἄρειον πάγον. δευτέρα δὲ περὶ Κόριν-
 θον ἢ τῶν Κυψελιδῶν· καὶ γὰρ αὕτη διετέλεσεν ἔτη τρία
 καὶ ἑβδομήκοντα καὶ ἑξ μῆνας· Κύψελος μὲν γὰρ ἐτυράν-
 25 νησεν ἔτη τριάκοντα, Περίανδρος δὲ τετταράκοντα καὶ
 ἡμισυ, Ψαμμίτιχος δ' ὁ Γόργου τρία ἔτη. τὰ δ' αἵτια
 ταῦτά καὶ ταύτης· ὁ μὲν γὰρ Κύψελος δημαγωγὸς ἦν
 καὶ κατὰ τὴν ἀρχὴν διετέλεσεν ἀδορυφόρητος, Περίανδρος
 δ' ἐγένετο μὲν τυραννικός, ἀλλὰ πολεμικός. τρίτη δ' ἡ
 30 τῶν Πεισιστρατιδῶν Ἀθήνησιν. οὐκ ἐγένετο δὲ συνεχῆς· δις
 γὰρ ἔφυγε Πεισίστρατος τυραννῶν ὥστ' ἐν ἑτεσι τριάκοντα
 καὶ τρισὶν ἑπτακαίδεκα ἔτη τούτων ἐτυράννησεν, ὀκτωκαί-
 δεκα δὲ οἱ παῖδες, ὥστε τὰ πάντα ἐγένετο ἔτη τριάκοντα
 καὶ πέντε. τῶν δὲ λοιπῶν ἡ περὶ Ἰέρωνα καὶ Γέλωνα περὶ
 35 Συρακούσας. ἔτη δ' οὐδ' αὕτη πολλὰ διέμεινεν, ἀλλὰ τὰ
 σύμπαντα δυεῖν δέοντα εἴκοσι· Γέλων μὲν γὰρ ἑπτὰ τυραν-
 νήσας τῷ ὀγδῶ τὸν βίον ἐτελεύτησεν, δέκα δ' Ἰέρων,
 Θρασύβουλος δὲ τῷ ἐνδεκάτῳ μηνὶ ἐξέπεσεν. αἱ δὲ πολλαὶ
 τῶν τυραννίδων ὀλιγοχρόνιαι πᾶσαι γεγόνασιν παντελῶς.
 40 τὰ μὲν οὖν περὶ τὰς πολιτείας καὶ τὰ περὶ τὰς μο-
 ναρχίας, ἐξ ὧν τε φθείρονται καὶ πάλιν σφύζονται, σχεδὸν
 1316a εἴρηται περὶ πάντων. ἐν δὲ τῇ Πολιτείᾳ λέγεται μὲν περὶ
 τῶν μεταβολῶν ὑπὸ τοῦ Σωκράτους, οὗ μέντοι λέγεται κα-
 λῶς. τῆς τε γὰρ ἀρίστης πολιτείας καὶ πρώτης οὐσης οὐ
 λέγει τὴν μεταβολὴν ἰδίως. φησὶ γὰρ αἴτιον εἶναι τὸ μὴ
 5 μένειν μὴθὲν ἄλλ' ἐν τινὶ περιόδῳ μεταβάλλειν, ἀρχὴν δ'
 εἶναι τούτων ὧν ἐπίτριτος πυθμὴν πεμπάδι συζυγεῖς δύο
 ἀρμονίας παρέχεται, λέγων ὅταν ὁ τοῦ διαγράμματος

facto que o isentava do desprezo. Qualquer destes tiranos conquistou
 sempre a simpatia popular em virtude da sua conduta atenciosa. Com
 efeito, consta que Clístenes coroou um juiz que o havia excluído de um
 triunfo; alguns chegam mesmo a afirmar que a estátua do homem sentado
 20 que existe na ágora é a imagem desse juiz. Consta também que Pisístrato
 permitiu que o pronunciassem num caso judicial, perante o Areópago⁽²⁴⁶⁾.

A segunda tirania que mais perdurou foi a dos Cipsélidas em
 Corinto, que se prolongou durante setenta e três anos e meio. Cipselo
 permaneceu no poder como tirano durante trinta anos, Periandro durante
 25 quarenta anos e seis meses, e Psamético, filho de Górdio, durante três
 anos⁽²⁴⁷⁾.

As razões anteriormente aferidas para explicar a durabilidade da
 tirania valem também para esta: Cipselo foi de facto dirigente das facções
 populares e exerceu a tempo inteiro a sua tirania sem uma guarda pessoal,
 enquanto que Periandro, embora déspota, foi um guerreiro.

O terceiro regime tirânico mais duradouro foi o dos Pisistrátidas em
 Atenas, apesar de ter vigorado com interrupções⁽²⁴⁸⁾. Com efeito Pisístrato
 foi por duas vezes sujeito a exílio durante o seu governo, de forma que,
 em trinta e três anos, o seu poder só vigorou dezassete, enquanto o dos
 seus filhos durou dezoito, o que perfaz um total de trinta e cinco anos
 de governo. No tocante às restantes tiranias, a que se prolongou por um
 período de tempo mais longo foi a de Hiéron e Gélon em Siracusa, apesar
 de não ter durado tanto como isso: dezoito anos ao todo; após sete anos
 35 de governo tirânico, Gélon morreu durante o oitavo ano de poder; Hiéron
 exerceu um domínio absoluto durante dez anos; Trasíbulo foi derrubado
 após onze meses de tirania⁽²⁴⁹⁾. Podemos concluir, pois, que grande parte
 das tiranias vigoraram durante um espaço de tempo muito breve.

Acabámos de expor, em traços gerais, as causas que provocam a
 40 ruína e os meios que asseguram a manutenção tanto dos regimes cons-
 titucionais como dos monárquicos.

Na *República*, Sócrates refere-se às revoluções apesar de não as
 1316a ter exposto da melhor forma. De facto, não chega a expor as revoluções
 que ocorrem no que considera ser o mais excelente e superior dos
 regimes. A razão disso, em seu entender, reside no facto de que nada
 permanece mas tudo se transforma dentro de um determinado período.
 5 Assim, a origem da mudança dos regimes pode ser calculada, na sua
 opinião com uma fórmula numérica segundo a qual a base epítrita, a
 proporção de quatro para três, combinada com o número cinco produz

ἀριθμὸς τούτου γένηται στερεός, ὥς τῆς φύσεώς ποτε φυούσης
 φαύλους καὶ κρείττους τῆς παιδείας, τοῦτο μὲν οὖν αὐτὸ
 10 λέγων ἴσως οὐ κακῶς (ἐνδέχεται γὰρ εἶναι τινὰς οὓς παι-
 δευθῆναι καὶ γενέσθαι σπουδαίους ἀνδρας ἀδύνατον), ἀλλ'
 αὕτη τί ἂν ἴδιος εἴη μεταβολὴ τῆς ὑπ' ἐκείνου λεγομένης
 ἀρίστης πολιτείας μᾶλλον ἢ τῶν ἄλλων πασῶν καὶ τῶν
 15 γιγνομένων πάντων; καὶ διὰ γε τὸν χρόνον, δι' ὃν λέγει
 πάντα μεταβάλλειν, καὶ τὰ μὴ ἅμα ἀρξάμενα γίγνεσθαι
 ἅμα μεταβάλλει, οἷον εἰ τῇ προτέρᾳ ἡμέρᾳ ἐγένετο τῆς
 τροπῆς, ἅμα ἄρα μεταβάλλει; πρὸς δὲ τούτοις διὰ τίν' αἰτίαν
 20 ἐκ ταύτης εἰς τὴν Λακωνικὴν μεταβάλλει; πλεονάκεις γὰρ
 εἰς τὴν ἐναντίαν μεταβάλλουσι πᾶσαι αἱ πολιτεῖαι ἢ τὴν
 σύνεγγυς. ὁ δ' αὐτὸς λόγος καὶ περὶ τῶν ἄλλων μετα-
 βολῶν. ἐκ γὰρ τῆς Λακωνικῆς, φησί, μεταβάλλει εἰς τὴν
 ὀλιγαρχίαν, ἐκ δὲ ταύτης εἰς δημοκρατίαν, εἰς τυραννίδα δὲ
 25 ἐκ δημοκρατίας. καίτοι καὶ ἀνάπαλιν μεταβάλλουσιν, οἷον
 ἐκ δήμου εἰς ὀλιγαρχίαν, καὶ μᾶλλον ἢ εἰς μοναρχίαν.
 ἔτι δὲ τυραννίδος οὐ λέγει οὗτ' εἰ ἔσται μεταβολὴ οὗτ',
 εἰ [μὴ] ἔσται, διὰ τίν' αἰτίαν καὶ εἰς ποίαν πολιτείαν, τούτου
 30 δ' αἴτιον ὅτι οὐ βραδίως ἂν εἶχε λέγειν· ὀρίστον γάρ,
 ἐπεὶ κατ' ἐκείνον δεῖ εἰς τὴν πρώτην καὶ τὴν ἀρίστην· οὕτω
 γὰρ ἂν ἐγίγνετο συνεχὲς καὶ κύκλος. ἀλλὰ μεταβάλλει καὶ
 εἰς τυραννίδα τυραννίς, ὥσπερ ἡ Σικυῶνος ἐκ τῆς Μύρωνος
 35 εἰς τὴν Κλεισθένους, καὶ εἰς ὀλιγαρχίαν, ὥσπερ ἡ ἐν Χαλ-
 κίδι ἢ Ἀντιλέοντος, καὶ εἰς δημοκρατίαν, ὥσπερ ἡ τῶν
 Γέλωνος ἐν Συρακούσαις, καὶ εἰς ἀριστοκρατίαν, ὥσπερ ἡ
 Χαρίλλου ἐν Λακεδαιμόνι, καὶ <ἡ> ἐν Καρχηδόνι. καὶ εἰς τυραν-
 νίδα μεταβάλλει ἐξ ὀλιγαρχίας, ὥσπερ ἐν Σικελίᾳ
 σχεδὸν αἱ πλεῖσται τῶν ἀρχαίων, ἐν Λεοντίνοις εἰς τὴν
 Παναιτίου τυραννίδα καὶ ἐν Γέλᾳ εἰς τὴν Κλεάνδρου καὶ ἐν

uma dupla harmonia, de tal forma que o resultado dessa combinação
 persistente torna-se um sólido ⁽²⁵⁰⁾, sendo que a natureza pode engendrar
 num determinado momento seres perversos e mais fortes que a educação.
 É provável que esta tese não esteja errada, porquanto é notório que
 10 existem indivíduos a quem a educação não os torna em homens maduros.
 Mesmo assim por que razão havia esta alteração de ser a mais adequada
 para aquele regime que Sócrates considerava ser de longe o melhor de
 todos, mesmo entre os que hão de vir?

Será efectivamente o tempo (segundo ele, causa de mudança de
 todas as coisas) que provoca o nascimento daquilo que ainda não tendo
 começado a ser ao mesmo tempo, mude ao mesmo tempo? Por exemplo,
 15 se algo ocorre com um dia de antecedência ao acontecimento, isso muda
 ao mesmo tempo que as outras ocorrências que constituem esse aconte-
 cimento?

Acrescentemos ainda o seguinte facto: por que razão há-de esse
 regime excelente transformar-se num regime de tipo espartano ⁽²⁵¹⁾? Com
 efeito, todos os regimes transformam-se na maioria das vezes na sua
 forma oposta, ou ainda na sua forma mais próxima. A mesma conside-
 20 ração também é válida para outras alterações: na verdade, Sócrates
 afirma que do regime espartano se passa à oligarquia, desta à democracia,
 e da democracia à tirania; contudo também é verdade que esses regimes
 se alteram em sentido inverso: podemos, por exemplo, passar mais
 depressa de uma democracia para uma oligarquia, do que propriamente
 daquela para uma monarquia.

Além do mais, quando aborda o regime tirânico, Sócrates não refere
 se haverá lugar para a mudança nem no caso de ela ter lugar, por que
 razão ou em que regime a tirania se transformará. A causa reside em que
 não é fácil antecipá-lo devido ao grau de indeterminação. Segundo ele a
 tirania deveria ser substituída pelo primeiro e mais excelente dos regimes,
 porque dessa forma se manteria uma continuidade e um ciclo ⁽²⁵²⁾. Apesar
 disso, a verdade é que uma tirania não só se pode transformar noutra
 tirania (tal como sucedeu em Sicione, onde o governo tirânico de Miron ⁽²⁵³⁾
 30 deu lugar ao de Clístenes) ⁽²⁵⁴⁾, como passar também a uma oligarquia
 (a exemplo do que aconteceu com a tirania de Antiléon ⁽²⁵⁵⁾ na Calcídia),
 como ainda se pode converter numa democracia (como a da família de
 Gélon ⁽²⁵⁶⁾ em Siracusa), ou numa aristocracia (como a de Carilau ⁽²⁵⁷⁾
 em Esparta, e como a de Cartago). Também se pode dar o caso de
 uma oligarquia se alterar no sentido de uma tirania. De facto, assim
 aconteceu com a maioria das antigas oligarquias na Sicília; em
 35 Leontino ⁽²⁵⁸⁾ a oligarquia deu lugar ao governo tirânico de Panécio,

Ῥηγίῳ εἰς τὴν Ἀναξιλάου καὶ ἐν ἄλλαις πολλαῖς πόλεσιν
 ὡσαύτως. ἄτοπον δὲ καὶ τὸ οἶεσθαι εἰς ὀλιγαρχίαν διὰ
 40 τοῦτο μεταβάλλειν ὅτι φιλοχρήματοι καὶ χρηματισταὶ οἱ
 1316b ἐν ταῖς ἀρχαῖς, ἀλλ' οὐχ ὅτι οἱ πολὺ ὑπερέχοντες ταῖς
 οὐσίαις οὐ δίκαιον οἶονται εἶναι ἴσον μετέχειν τῆς πόλεως
 τοὺς κεκτημένους μῆθ' ἐν τοῖς κεκτημένοις· ἐν πολλαῖς τε
 ὀλιγαρχίαις οὐκ ἔξεστι χρηματίζεσθαι, ἀλλὰ νόμοι εἰσὶν οἱ
 5 κωλύοντες, ἐν Καραχιδόνι δὲ δημοκρατουμένη χρηματίζον-
 ται καὶ οὐπω μεταβεβλήκασιν. ἄτοπον δὲ καὶ τὸ φάναι
 δύο πόλεις εἶναι τὴν ὀλιγαρχικὴν, πλουσίων καὶ πενήτων.
 τί γὰρ αὕτη μᾶλλον τῆς Λακωνικῆς πέποιθεν ἢ ὅποι' αὐτῶν
 ἄλλης, οὗ μὴ πάντες κέκτῃνται ἴσα ἢ μὴ πάντες ὁμοίως
 10 εἰσὶν ἀγαθοὶ ἄνδρες; οὐδενὸς δὲ πενεστέρου γενομένου ἢ πρό-
 τερον οὐδὲν ἦν τὸν μεταβάλλουσιν εἰς δῆμον ἐξ ὀλιγαρχίας, ἀν-
 γένωνται πλείους οἱ ἄποροι, καὶ ἐκ δήμου εἰς ὀλιγαρχίαν,
 ἐὰν κρεῖττον ἢ τοῦ πλήθους τὸ εὖπορον καὶ οἱ μὲν ἀμελῶ-
 σιν οἱ δὲ προσέχωσι τὸν νοῦν. πολλῶν τε οὐσῶν αἰτιῶν δι'
 15 ὧν γίνονται αἱ μεταβολαί, οὐ λέγει ἀλλ' <ἢ> μίαν, ὅτι ἀσωτευ-
 ὄμενοι <καὶ> κατατοκιζόμενοι γίνονται πένητες, ὥς ἐξ ἀρχῆς
 πλουσίων ὄντων πάντων ἢ τῶν πλείστων. τοῦτο δ' ἐστὶ ψευ-
 δος· ἀλλ' ὅταν μὲν τῶν ἡγεμόνων τινὲς ἀπολέσωσι τὰς
 οὐσίας, καινοτομοῦσιν, ὅταν δὲ τῶν ἄλλων, οὐθὲν γίγνεται
 20 δεινόν, καὶ μεταβάλλουσιν οὐθὲν μᾶλλον οὐδὲ τότε εἰς δῆμον
 ἢ εἰς ἄλλην πολιτείαν. ἐτι δὲ κἂν τιμῶν μὴ μετέχωσιν,
 κἂν ἀδικῶνται ἢ ὑβρίζωνται, στασιάζουσι καὶ μεταβάλλουσι
 τὰς πολιτείας, κἂν μὴ καταδαπανήσωσι τὴν οὐσίαν, διὰ τὸ
 ἐξεῖναι ὃ τι ἂν βούλωνται ποιεῖν· οὗ αἰτίαν τὴν ἄγαν ἐλευ-
 25 θερίαν εἶναί φησιν. πλειόνων δ' οὐσῶν ὀλιγαρχιῶν καὶ δημο-
 κρατιῶν, ὥς μιᾶς οὐσης ἑκατέρας λέγει τὰς μεταβολὰς
 ὁ Σωκράτης...

em Gela à de Cleandro, em Régio ⁽²⁵⁹⁾ à de Anaxilau, o mesmo sucedendo em muitas outras cidades.

É absurdo que se passa a um regime oligárquico só porque aqueles que desempenham magistraturas são avarentos e negociantes ⁽²⁶⁰⁾, e não porque os cidadãos que se impõem pelas suas posses consideram injusto que aqueles que nada possuem partilhem do governo da cidade ao lado dos que têm fortuna. A verdade é que há muitos regimes oligárquicos onde não é possível os magistrados envolverem-se em negócios, e existem leis que proíbem isso; e em Cartago, que tem governo democrático ⁽²⁶¹⁾, os magistrados efectuam negócios e não consta que até agora tenha ocorrido qualquer alteração de regime.

Além disso, é também absurdo afirmar que o regime oligárquico encerra em si próprio duas cidades: a dos ricos e a dos pobres ⁽²⁶²⁾. Por que razão é mais próprio ao regime oligárquico do que ao espartano, ou a qualquer outro regime, o facto de nem todos possuírem a mesma quantidade de riqueza, e de nem todos serem por igual homens de bem? O certo é que sem que ninguém fique mais pobre, a oligarquia transforma-se em democracia só pela simples razão de os pobres aumentarem em número, e a democracia converte-se em oligarquia se a facção mais próspera for mais forte que a massa, ou se esta se descuidar enquanto os ricos estão vigilantes.

Apesar da diversidade das causas que suscitam revoltas, Sócrates refere uma só: o depauperamento que vai atingindo os cidadãos que esbanjam os seus bens e se endividam, como se no início todos ou quase todos tivessem sido ricos. Mas isto é falso: com efeito, quando está em causa um magistrado que perde a fortuna, aí sim, há lugar para uma alteração do regime. Quando se trata da perda de fortuna de outros, nada de perigoso pode advir daí; e mesmo nessas condições isso não significa que a oligarquia passe mais depressa a uma democracia do que a qualquer outro regime.

Além disso, as revoltas e as revoluções também são motivadas por aqueles que não partilham de honrarias, ou são vítimas de injustiças e insolências, ainda que não dissipem, na verdade, os seus bens para fazer aquilo que bem entendem (situação esta que Sócrates reporta ao excesso de liberdade). Assim, apesar de serem diversas as formas de que a oligarquia e a democracia se podem revestir, o facto é que Sócrates fala das suas alterações como se apenas existisse uma só forma de cada ⁽²⁶³⁾.

ΠΟΛΙΤΙΚΩΝ Ζ

LIVRO VI

Πόσαι μὲν οὖν διαφοραὶ καὶ τίνες τοῦ τε βουλευτικοῦ
 καὶ κυρίου τῆς πολιτείας καὶ τῆς περὶ τὰς ἀρχὰς τάξεως
 30 καὶ περὶ δικαστηρίων, καὶ ποία πρὸς ποίαν συντέτακται
 πολιτείαν, ἔτι δὲ περὶ φθορᾶς τε καὶ σωτηρίας τῶν πολι-
 τειῶν, ἐκ ποίων τε γίνεται καὶ διὰ τίνος αἰτίας, εἴρηται
 πρότερον· ἐπεὶ δὲ τετύχηκεν εἶδη πλείω δημοκρατίας ὄντα
 καὶ τῶν ἄλλων ὁμοίως πολιτειῶν, ἅμα τε περὶ ἐκείνων εἴ-
 35 τι λοιπόν, οὐ χεῖρον ἐπισκέψασθαι, καὶ τὸν οἰκεῖον καὶ τὸν
 συμφέροντα τρόπον ἀποδοῦναι πρὸς ἐκάστην. ἔτι δὲ καὶ
 τὰς συναγωγὰς αὐτῶν τῶν εἰρημένων ἐπισκεπτέον πάντων
 1317a τῶν τρόπων· ταῦτα γὰρ συνδυαζόμενα ποιεῖ τὰς πολιτείας
 ἐπαλλάττειν, ὥστε ἀριστοκρατίας τε ὀλιγαρχικᾶς εἶναι καὶ
 πολιτείας δημοκρατικωτέρας. λέγω δὲ τοὺς συνδυασμοὺς
 οὓς δεῖ μὲν ἐπισκοπεῖν, οὐκ ἐσκεμμένοι δ' εἰσὶ νῦν, οἷον ἂν
 5 τὸ μὲν βουλευόμενον καὶ τὸ περὶ τὰς ἀρχαιρεσίας ὀλιγαρ-
 χικῶς ᾗ συντεταγμένον, τὰ δὲ περὶ τὰ δικαστήρια ἀριστο-
 κρατικῶς, ἢ ταῦτα μὲν καὶ τὸ περὶ τὸ βουλευόμενον ὀλιγαρ-
 χικῶς, ἀριστοκρατικῶς δὲ τὸ περὶ τὰς ἀρχαιρεσίας, ἢ
 κατ' ἄλλον τινὰ τρόπον μὴ πάντα συντεθῇ τὰ τῆς πολι-
 10 τείας οἰκεῖα. ποία μὲν οὖν δημοκρατία πρὸς ποίαν ἀρμότ-
 τει πόλιν, ὡσαύτως δὲ καὶ ποία τῶν ὀλιγαρχικῶν ποίῳ
 πλήθει, καὶ τῶν λοιπῶν δὲ πολιτειῶν τίς συμφέρει τίσιν,
 εἴρηται πρότερον· ὅμως δ' <ἐπεὶ> δεῖ γενέσθαι δῆλον μὴ μόνον

1. Os regimes híbridos. Diversos tipos de democracias.

Já foi referido anteriormente qual o número e as diferenças que
 ocorrem no elemento deliberativo e supremo de um regime, na organiza-
 ção das magistraturas e dos tribunais, e quais os modos que melhor se
 adequam a este ou àquele regime; foram referidas também as origens e
 30 quais as causas da corrupção e da preservação dos regimes.

Mas como existem várias formas de democracia, assim como de
 outros regimes, vale a pena examinar o que falta referir sobre cada um
 deles e atribuir a cada forma o modo de ordenação que lhe é próprio e
 conveniente. Além disso, é preciso examinar as combinações de todos
 35 os modos mencionados (¹), pois o facto de os combinarmos dois a dois
 é que origina as afinidades entre diferentes regimes, de maneira que
 existem aristocracias oligárquicas e regimes constitucionais um tanto
 democráticos. Pretendo, pois, referir agora as combinações que importa
 examinar mas que ainda não o foram até ao momento. Por exemplo: se
 1317a o elemento deliberativo e o que se refere às magistraturas devem ser
 organizados de modo oligárquico, e os tribunais de modo aristocrático,
 ou então se devemos organizar os tribunais e o elemento deliberativo de
 acordo com um critério oligárquico, reservando o critério aristocrático
 para as magistraturas; ou ainda se existe outra maneira de todos os modos
 5 próprios do regime não ocorrerem simultaneamente.

Já tivemos ocasião de referir (²) qual a forma de democracia que está
 talhada para este ou aquele tipo de cidade, e, de modo semelhante, qual
 a forma de oligarquia que se adapta a este ou àquele tipo de massa
 popular, e qual dos demais regimes é adequado a este ou àquele tipo de
 cidadãos. Todavia, porque importa tornar claro não só qual das formas
 10

ποία τούτων τῶν πολιτειῶν ἀρίστη ταῖς πόλεσιν, ἀλλὰ καὶ
 15 πῶς δεῖ κατασκευάζειν καὶ ταύτας καὶ τὰς ἄλλας, ἐπ-
 ἔλθωμεν συντόμως, καὶ πρῶτον περὶ δημοκρατίας εἰπωμεν.
 ἅμα γὰρ καὶ περὶ τῆς ἀντικειμένης πολιτείας φανερόν,
 αὕτη δ' ἐστὶν ἣν καλοῦσιν τινες ὀλιγαρχίαν. ληπτέον δὲ
 20 πρὸς ταύτην τὴν μέθοδον πάντα τὰ δημοτικὰ καὶ τὰ δο-
 κοῦντα ταῖς δημοκρατίαις ἀκολουθεῖν. ἐκ γὰρ τούτων συν-
 τιθεμένων τὰ τῆς δημοκρατίας εἶδη γίνεσθαι συμβαίνει, καὶ
 πλείους δημοκρατίας μιᾶς εἶναι καὶ διαφόρους. δύο γὰρ
 εἰσιν αἰτίαι δι' ἃσπερ αἱ δημοκρατίαι πλείους εἰσὶ, πρῶτον
 25 μὲν ἡ λεχθεῖσα πρότερον, ὅτι διάφοροι οἱ δῆμοι (γίνεται
 γὰρ τὸ μὲν γεωργικὸν πλῆθος, τὸ δὲ βάνυσσον καὶ θητι-
 κόν· ὦν τοῦ πρώτου τῷ δευτέρῳ προσλαμβανομένου, καὶ τοῦ
 τρίτου πάλιν τοῖς ἀμφοτέροις, οὐ μόνον διαφέρει τῷ βελτίῳ
 καὶ χειρῷ γίνεσθαι τὴν δημοκρατίαν, ἀλλὰ καὶ τῷ μὴ
 30 τὴν αὐτήν), δευτέρα δὲ περὶ ἧς νῦν λέγομεν. τὰ γὰρ ταῖς
 δημοκρατίαις ἀκολουθοῦντα καὶ δοκοῦντ' εἶναι τῆς πολιτείας
 οἰκεῖα ταύτης ποιεῖ συντιθέμενα τὰς δημοκρατίας ἑτέρας·
 τῇ μὲν γὰρ ἐλάττω, τῇ δ' ἀκολουθήσει πλείονα, τῇ δ'
 ἅπαντα ταῦτα. χρήσιμον δ' ἕκαστον αὐτῶν γνωρίζειν πρὸς
 35 τε τὸ κατασκευάζειν ἣν ἂν τις αὐτῶν τύχη βουλόμενος,
 καὶ πρὸς τὰς διορθώσεις. ζητοῦσι μὲν γὰρ οἱ τὰς πολιτείας
 καθιστάντες ἅπαντα τὰ οἰκεῖα συναγαγεῖν πρὸς τὴν ὑπό-
 θεσιν, ἀμαρτάνουσι δὲ τοῦτο ποιοῦντες, καθάπερ ἐν τοῖς περὶ
 τὰς φθορὰς καὶ τὰς σωτηρίας τῶν πολιτειῶν εἴρηται πρότερον.
 40 νυνὶ δὲ τὰ ἀξιώματα καὶ τὰ ἥθη καὶ ὧν ἐφίενται λέγωμεν.
 2 Ὑπόθεσις μὲν οἷν τῆς δημοκρατικῆς πολιτείας ἐλευ-
 θερία (τοῦτο γὰρ λέγειν εἰώθασιν, ὥς ἐν μόνῃ τῇ πολιτείᾳ

de regime é melhor para a cidade, mas também como devem ser insti- 15
 tuídas estas e outras formas de regime, examinaremos com brevidade cada
 um destes pontos.

Façamos então da democracia em primeiro lugar com o que teremos
 oportunidade de nos referir ao regime oposto, a que alguns chamam de
 oligarquia. Para levar a cabo tal indagação é necessário estar de posse
 de todos os elementos que caracterizam a democracia e que parecem
 acompanhar os regimes democráticos — é a combinação desses elementos 20
 que suscita o aparecimento das diversas formas de democracia e que faz
 com que existam regimes democráticos de mais de uma espécie e todos
 diferentes uns dos outros. São duas as causas que explicam a existência
 de uma multiplicidade de democracias. A primeira já antes a indicámos:
 é a existência de diferentes tipos de facções populares; com efeito, na
 massa popular aparecem os agricultores, os artífices e os assalariados; ora 25
 se os primeiros se juntarem aos segundos, e os terceiros aos restantes dois,
 não só ocorre na democracia uma diferença para melhor ou pior, mas
 também uma alteração para um outro tipo de democracia. A segunda
 causa é a que há pouco referimos: quando surgem combinadas as carac-
 terísticas que acompanham a democracia e que parecem ser os atributos 30
 próprios desse regime, as democracias ficam diferentes. Com efeito, uma
 forma pode ir acompanhada de menos atributos; outra de mais; e outra
 ainda de todos eles. Por conseguinte, é útil conhecer detalhadamente cada
 uma das características da democracia, seja para estabelecer necessari-
 amente a mais desejável, seja em vista de correcções que se pretendam
 35 introduzir. É natural que os instituidores de regimes procurem concentrar
 todos os atributos que estejam em acordo absoluto com o seu princípio
 fundamental; mas erram ao proceder assim, tal como já foi referido
 anteriormente a propósito da preservação e da corrupção dos regimes (?).
 Façamos agora dos pressupostos, da índole e dos fins da democracia.

2. As instituições de carácter democrático.

O fundamento do regime democrático reside na liberdade, tal como se 40
 costuma dizer; com efeito, dizem alguns que é apenas neste regime que

1317b ταύτη μετέχοντας ἐλευθερίας· τούτου γὰρ στοχάζεσθαι φασὶ
 πᾶσαν δημοκρατίαν· ἐλευθερίας δὲ ἐν μὲν τὸ ἐν μέρει ἄρ-
 χεσθαι καὶ ἄρχειν. καὶ γὰρ τὸ δίκαιον τὸ δημοτικὸν τὸ
 ἴσον ἔχειν ἐστὶ κατὰ ἀριθμὸν ἀλλὰ μὴ κατ' ἀξίαν, τούτου δ'
 5 ὄντος τοῦ δικαίου τὸ πλῆθος ἀναγκαῖον εἶναι κύριον, καὶ ὃ τι
 ἂν δόξη τοῖς πλείοσι, τοῦτ' εἶναι τέλος καὶ τοῦτ' εἶναι
 τὸ δίκαιον· φασὶ γὰρ δεῖν ἴσον ἔχειν ἕκαστον τῶν πολιτῶν·
 ὥστε ἐν ταῖς δημοκρατίαις συμβαίνει κυριωτέρους εἶναι τοὺς
 ἀπόρους τῶν εὐπόρων· πλείους γὰρ εἰσι, κύριον δὲ τὸ τοῖς
 10 πλείοσι δόξαν. ἐν μὲν οὖν τῆς ἐλευθερίας σημεῖον τοῦτο, ὅτι
 τίθενται πάντες οἱ δημοτικοὶ τῆς πολιτείας ὅρον· ἐν δὲ τὸ
 ζῆν ὡς βούλεται τις. τοῦτο γὰρ τῆς ἐλευθερίας ἔργον εἶναι
 φασιν, εἴπερ τοῦ δουλεύοντος τὸ ζῆν μὴ ὡς βούλεται. τῆς
 15 μὲν οὖν δημοκρατίας ὅρος οὗτος δεύτερος· ἐντεῦθεν δ' ἐλή-
 λυθε τὸ μὴ ἄρχεσθαι, μάλιστα μὲν ὑπὸ μηθενός, εἰ δὲ
 μὴ, κατὰ μέρος, καὶ συμβάλλεται ταύτη πρὸς τὴν ἐλευθε-
 ρίαν τὴν κατὰ τὸ ἴσον. τούτων δ' ὑποκειμένων καὶ τοι-
 αύτης οὐσης τῆς ἀρχῆς τὰ τοιαῦτα δημοτικά· τὸ αἰρεῖσθαι
 τὰς ἀρχὰς πάντας ἐκ πάντων, τὸ ἄρχειν πάντας μὲν
 20 ἑκάστου ἑκάστον δ' ἐν μέρει πάντων, τὸ κληρωτὰς εἶναι τὰς
 ἀρχὰς ἢ πάσας ἢ ὅσας μὴ ἐμπειρίας δέονται καὶ τέχνης,
 τὸ μὴ ἀπὸ τιμῆματος μηθενός εἶναι τὰς ἀρχὰς ἢ ὅτι μικρο-
 τάτου, τὸ μὴ δις τὸν αὐτὸν ἄρχειν μηδεμίαν ἢ ὀλιγάκις
 ἢ ὀλίγας ἔξω τῶν κατὰ πόλεμον, τὸ ὀλιγοχρονίους εἶναι τὰς
 25 ἀρχὰς ἢ πάσας ἢ ὅσας ἐνδέχεται, τὸ δικάζειν πάντας
 καὶ ἐκ πάντων καὶ περὶ πάντων, ἢ περὶ τῶν πλείστων καὶ
 τῶν μεγίστων καὶ τῶν κυριωτάτων, οἷον περὶ εὐθυνῶν καὶ
 πολιτείας καὶ τῶν ιδίων συναλλαγμάτων, τὸ τὴν ἐκκλησίαν

se partilha da liberdade, e que nisso consiste o fim de toda a democra- 1317b
 cia⁽⁴⁾. Ora, um dos atributos da liberdade consiste em ser governado e
 governar em alternância. É por via disso que a justiça exercida com
 espírito democrático tem em conta uma igualdade segundo o número, e
 não segundo o mérito dos cidadãos. Se a justiça consistir na aferição
 numérica, então a massa popular seria necessariamente o elemento supre-
 mo do regime; e quanto ao acto de decidir de acordo com uma maioria,
 seria esse o fim⁽⁵⁾ e o critério de justiça da democracia. Na verdade, há 5
 quem diga que cada cidadão deve possuir o mesmo que os restantes; o
 que acontece por via disso nas democracias é que os pobres são mais
 poderosos do que os ricos, pois são em maior número, e o que prevalece
 é a opinião da maioria.

Este é, por conseguinte, um sinal distintivo da liberdade que todos 10
 os partidários da democracia sustentam como regra determinante do
 regime. Outro sinal distintivo da liberdade é o facto de cada um viver
 como quiser. Nesse sentido, há quem diga que a acção da liberdade
 resulta dessa vontade, pois de facto é próprio do escravo não viver de
 acordo com a sua vontade. Esta é, portanto, a segunda regra determinante
 da democracia, e dela decorre a vontade de não se ser, na melhor das
 hipóteses, governado por ninguém, ou então, se tal não for possível, ser 15
 governado por alternância. Este sinal distintivo contribui para a liberdade
 tomada em acepção igualitária.

Uma vez colocados estes pressupostos, e sendo este o princípio da 20
 democracia, são de índole democrática os seguintes procedimentos: eleger
 todas as magistraturas de entre todos os cidadãos⁽⁶⁾; governar todos a cada
 um, e cada um a todos, em alternância⁽⁷⁾; sortear as magistraturas ou na
 totalidade, ou então só as que não exijam experiência ou habilitação; não
 estipular qualquer nível de riqueza para se aceder às magistraturas, ou
 então estipular um limiar muito baixo; impedir que o mesmo cidadão
 exerça duas vezes a mesma magistratura, a não ser em raras circunstân-
 cias e apenas naquelas escassas magistraturas que não se relacionam com
 a guerra; reduzir ao mínimo o período de vigência de todas as magistra-
 turas, ou então, do maior número possível delas; atribuir administração 25
 da justiça a todos os cidadãos escolhidos de entre todos, discernindo as
 questões em litígio ou a maioria delas, e entre essas as mais importantes
 e decisivas, como sejam, por exemplo, as relacionadas com a fiscalização
 de contas públicas, com a constituição⁽⁸⁾, e com os contratos do foro

30 κυρίαν εἶναι πάντων ἢ τῶν μεγίστων, ἀρχὴν δὲ μηδεμίαν
 μηθενὸς ἢ ὅτι ὀλιγίστων κυρίαν (τῶν δ' ἀρχῶν δημοτι-
 κώτατον· βουλὴ, ὅπου μὴ μισθοῦ εὐπορία πᾶσιν· ἐνταῦθα
 γὰρ ἀφαιροῦνται καὶ ταύτης τῆς ἀρχῆς τὴν δύναμιν· εἰς
 αὐτὸν γὰρ ἀνάγει τὰς κρίσεις πᾶσας ὁ δῆμος εὐπορῶν
 μισθοῦ, καθάπερ εἴρηται πρότερον ἐν τῇ μεθόδῳ τῇ πρὸ
 35 ταύτης), ἔπειτα τὸ μισθοφορεῖν μάλιστα μὲν πάντας, ἐκ-
 κλησίαν δικαστήρια ἀρχάς, εἰ δὲ μή, τὰς ἀρχάς καὶ τὰ
 δικαστήρια καὶ <τὴν> βουλὴν καὶ τὰς ἐκκλησίας τὰς κυρίας, ἢ
 τῶν ἀρχῶν ὡς ἀνάγκη συσσιτεῖν μετ' ἀλλήλων. ἔτι ἔπειδ' ἡ
 ὀλιγαρχία καὶ γένηται καὶ πλούτῳ καὶ παιδείᾳ ὀρίζεται,
 40 τὰ δημοτικὰ δοκεῖ τάναντία τούτων εἶναι, ἀγένεια πενία
 βαναυσία· ἔτι δὲ τῶν ἀρχῶν τὸ μηδεμίαν αἰδίου εἶναι,
 1318a ἐὰν δὲ τις καταλειφθῇ ἐξ ἀρχαίας μεταβολῆς, τό γε περι-
 αιρεῖσθαι τὴν δύναμιν αὐτῆς καὶ ἐξ αἰρετῶν κληρωτοὺς
 ποιεῖν. τὰ μὲν οὖν κοινὰ ταῖς δημοκρατίαις ταῦτ' ἐστὶ· συμ-
 βαίνει δ' ἐκ τοῦ δικαίου τοῦ ὁμολογουμένου εἶναι δημοκρατικοῦ
 5 (τοῦτο δ' ἐστὶ τὸ ἴσον ἔχειν ἅπαντας κατ' ἀριθμὸν) ἢ μάλ-
 λιστ' εἶναι δοκοῦσα δημοκρατία καὶ δῆμος. ἴσον γὰρ τὸ
 μηθεὶν μᾶλλον ἄρχειν τοὺς ἀπόρους ἢ τοὺς εὐπόρους, μηδὲ
 κυρίους εἶναι μόνους ἀλλὰ πάντας ἐξ ἴσου κατ' ἀριθμὸν·
 οὕτω γὰρ ἂν ὑπάρχειν νομίζοιεν τὴν τ' ἰσότητα τῇ πολι-
 10 τείᾳ καὶ τὴν ἐλευθερίαν.

privado; depor a supremacia das decisões nas mãos da assembleia no
 tocante a todos os assuntos, ou aos mais importantes, não atribuindo
 qualquer poder às magistraturas ou apenas para assuntos de pouca monta;
 (de entre as magistraturas, o conselho é de facto a mais democrática: mas 30
 será assim apenas onde não houver abundância de riqueza que permita
 remunerar todos os cidadãos; com efeito, onde for possível remunerar
 todos os cidadãos, tal magistratura perde toda a sua força, posto que o
 povo, quando auferir de bons salários, acaba por chamar a si mesmo todas
 as decisões (?), tal como foi referido atrás no estudo precedente); é ainda
 de carácter democrático remunerar de modo especial todas as magistra- 35
 turas, incluindo os membros da assembleia e o corpo de juizes, ou pelo
 menos remunerar os magistrados, os tribunais, os membros do conselho
 e as assembleias de carácter deliberativo, ou aquelas magistraturas onde
 é exigida uma refeição em comum (10). Para além disso, como a oligar-
 quia se define pelos critérios de linhagem, riqueza e educação, as 40
 características da democracia parecem ser as contrárias destes, isto é,
 nascimento de baixa condição, pobreza e banalidade. Outro aspecto
 distintivo do elemento democrático é o facto de nenhuma magistratura
 ser vitalícia e, no caso de um determinado cargo ter resistido a uma 1318a
 antiga reforma, ser democrático o facto de se restringir o seu poder,
 fazendo com que a magistratura seja ocupada por sorteio em vez de
 eleição.

São estes, por conseguinte, os elementos comuns aos regimes demo-
 cráticos (11). É a democracia e o povo quem justamente mais parecem
 estar sintonizados com o sentido comum de justiça democrática, segundo
 o qual todos devem possuir o mesmo em termos numéricos. E o "mesmo" 5
 consiste precisamente no facto de os pobres não terem de modo algum
 mais poder do que os ricos, e de não serem eles a deter a autoridade
 exclusiva do regime, mas todos por igual em termos numéricos. Só assim
 se compreende, estamos em crer, que a igualdade e a liberdade sejam
 apanágio de um regime. 10

3 Τὸ δὲ μετὰ τοῦτο ἀπορεῖται πῶς ἔξουσι τὸ ἴσον, πότε-
 ρον δεῖ τὰ τιμήματα διελεῖν, χιλίοις τὰ τῶν πεντακοσί-
 ων, καὶ τοὺς χιλίους ἴσον δύνασθαι τοῖς πεντακοσίοις, ἢ
 οὐχ οὕτω δεῖ τιθέναι τὴν κατὰ τοῦτο ἰσότητα, ἀλλὰ διελεῖν
 15 μὲν οὕτως, ἔπειτα ἐκ τῶν πεντακοσίων ἴσους λαβόντα καὶ
 ἐκ τῶν χιλίων, τούτους κυρίους εἶναι τῶν αἰρέσεων καὶ τῶν
 δικαστηρίων. πότερον οὖν αὕτη ἡ πολιτεία δικαιοτάτη κατὰ
 τὸ δημοτικὸν δίκαιον, ἢ μᾶλλον ἡ κατὰ τὸ πλῆθος; φασὶ
 γὰρ οἱ δημοτικοὶ τοῦτο δίκαιον ὅτι ἂν δόξη τοῖς πλείοσιν,
 20 οἱ δ' ὀλιγαρχικοὶ ὅτι ἂν δόξη τῇ πλείονι οὐσίᾳ· κατὰ
 πλῆθος γὰρ οὐσίας φασὶ κρίνεσθαι δεῖν. ἔχει δ' ἀμφοτέρω
 ἀνισότητα καὶ ἀδικίαν· εἰ μὲν γὰρ ὅτι ἂν οἱ ὀλίγοι, τυ-
 ραννίς (καὶ γὰρ ἐὰν εἷς ἔχη πλείω τῶν ἄλλων εὐπόρων,
 κατὰ τὸ ὀλιγαρχικὸν δίκαιον ἄρχειν δίκαιος μόνος), εἰ
 25 δ' ὅτι ἂν οἱ πλείους κατ' ἀριθμὸν, ἀδικήσουσι δημεύοντες τὰ
 τῶν πλουσίων καὶ ἐλαττώνων, καθάπερ εἴρηται πρότερον.
 τίς ἂν οὖν εἴη ἰσότης ἣν ὁμολογήσουσιν ἀμφοτέροι, σκεπτέον
 ἐξ ὧν ὀρίζονται δικαίων ἀμφοτέροι. λέγουσι γὰρ ὥς ὅτι
 ἂν δόξη τοῖς πλείοσι τῶν πολιτῶν, τοῦτ' εἶναι δεῖ κύριον·
 30 ἔστω δὴ τοῦτο, μὴ μέντοι πάντως, ἀλλ' ἐπειδὴ δύο μέρη
 τετύχηκεν ἐξ ὧν ἡ πόλις, πλούσιοι καὶ πένητες, ὅτι ἂν
 ἀμφοτέροις δόξη ἢ τοῖς πλείοσι, τοῦτο κύριον ἔστω, ἐὰν δὲ
 τάναντία δόξη, ὅτι ἂν οἱ πλείους καὶ ὧν τὸ τίμημα πλείον·
 οἶον, εἰ οἱ μὲν δέκα οἱ δὲ εἴκοσιν, ἔδοξε δὲ τῶν μὲν πλουσίων
 35 τοῖς ἐξ τῶν δ' ἀπορωτέρων τοῖς πεντεκαίδεκα, προσγεγέ-

3. A igualdade entre ricos e pobres no regime democrático.

Na continuação do que ficou dito, surge-nos a dificuldade de como
 aceder à igualdade. Deve proceder-se a uma partilha das propriedades por
 forma a colectar os bens de quinhentos cidadãos e distribuí-los por mil,
 e depois atribuir aos mil cidadãos um poder equivalente ao dos quinhen-
 15 tos? Ou não deverá estabelecer-se desta forma a igualdade, mas sim, após
 a repartição acima descrita, tomar, de entre cada um dos dois grupos
 referidos um número igual de cidadãos com autoridade para decidir em
 matérias do foro eleitoral e judicial? Será este o regime mais justo na
 perspectiva da justiça democrática? Ou não o será mais aquele regime
 que se estabelece de acordo com o critério da multidão? No dizer dos
 partidários da democracia, o justo é a opinião da maioria. Os partidários
 20 da oligarquia, por seu turno, consideram justa a opinião dos que possuem
 a maior riqueza: afirmam que se deve decidir de acordo com a grandeza
 da fortuna. Todavia, qualquer destas duas posições encerra desigualdade
 e injustiça. Com efeito, se a justiça depende da opinião de uns poucos,
 isso é tirania (se um só indivíduo possui mais do que os outros que são
 ricos, então de acordo com a justiça oligárquica é justo que seja apenas
 ele a governar); se, pelo contrário a justiça depende da opinião de uma
 25 maioria tomada em termos numéricos, essa maioria comete uma injustiça
 ao confiscar os bens da minoria rica, tal como tivemos oportunidade de
 referir anteriormente ⁽¹²⁾.

Qual terá que ser, então, a igualdade em que ambas as posições
 estão de acordo, é o que importa examinar a partir do que uma e outra
 parte define como justo. Ora, qualquer das duas posições defende que
 deve prevalecer a opinião da maioria dos cidadãos ⁽¹³⁾. Admitamo-lo
 então, mas não em todas as circunstâncias. Com efeito, uma vez que
 30 são duas as partes que formam a cidade, a saber, os ricos e os pobres,
 admitamos que aquilo que se decide, quer pelo acordo de ambas as
 partes, quer pela maioria, constitui o elemento supremo do regime; e
 se existirem opiniões opostas, que prevaleça a decisão da maioria que
 tiver o montante dos bens mais elevado. Tomemos o seguinte exemplo:
 suponhamos dez ricos e vinte pobres; imaginemos que entra em
 confronto o parecer de seis ricos com o parecer de quinze pobres, e que
 os quatro ricos que restam se aliam aos pobres, enquanto os restantes
 35

νηνται τοῖς μὲν πένησι τέτταρες τῶν πλουσίων, τοῖς δὲ πλου-
 σίοις πέντε τῶν πενήτων· ὁποτέρων οὖν τὸ τίμημα ὑπερτείνει
 συναριθμουμένων ἀμφοτέρων ἑκατέροις, τοῦτο κύριον. ἐὰν δὲ
 ἴσοι συμπέσωσι, κοινὴν εἶναι ταύτην νομιστέον ἀπορίαν ὥσπερ
 40 νῦν ἐὰν δίχα ἡ ἐκκλησία γένηται ἢ τὸ δικαστήριον· ἡ
 1318b γὰρ ἀποκληρωτέον ἢ ἄλλο τι τοιοῦτον ποιητέον. ἀλλὰ περὶ
 μὲν τοῦ ἴσου καὶ τοῦ δικαίου, κἂν ᾗ πάνν χαλεπὸν εὐρεῖν
 τὴν ἀλήθειαν περὶ αὐτῶν, ὅμως ῥᾶον τυχεῖν ἢ συμπεῖσαι
 τοὺς δυναμένους πλεονεκτεῖν· ἀεὶ γὰρ ζητοῦσι τὸ ἴσον καὶ τὸ
 5 δίκαιον οἱ ἥττους, οἱ δὲ κρατοῦντες οὐδὲν φροντίζουσιν
 4 Δημοκρατιῶν δ' οὐσῶν τεττάρων βελτίστη μὲν ἡ πρώτη
 τάξει, καθάπερ ἐν τοῖς πρὸ τούτων ἐλέχθη λόγοις· ἔστι δὲ
 καὶ ἀρχαιοτάτη πασῶν αὐτῇ. λέγω δὲ πρώτην ὥσπερ ἂν
 τις διέλοι τοὺς δήμους. βέλτιστος γὰρ δῆμος ὁ γεωργικός
 10 ἔστιν, ὥστε καὶ ποιεῖν ἐνδέχεται δημοκρατίαν ὅπου ζῇ τὸ
 πλῆθος ἀπὸ γεωργίας ἢ νομῆς. διὰ μὲν γὰρ τὸ μὴ πολ-
 λὴν οὐσίαν ἔχειν ἄσχυρος, ὥστε μὴ πολλάκις ἐκκλησιάζειν
 διὰ δὲ τὸ [μὴ] ἔχειν τὰνακαῖα πρὸς τοῖς ἔργοις δια-
 τρίβουσι καὶ τῶν ἀλλοτρίων οὐκ ἐπιθυμοῦσιν, ἀλλ' ἥδιον αὐτοῖς
 15 τὸ ἐργάζεσθαι τοῦ πολιτεύεσθαι καὶ ἀρχειν, ὅπου ἂν μὴ ᾗ
 λήμματα μεγάλα ἀπὸ τῶν ἀρχῶν. οἱ γὰρ πολλοὶ μᾶλλον
 ὁρέγονται τοῦ κέρδους ἢ τῆς τιμῆς. σημείον δέ· καὶ
 γὰρ τὰς ἀρχαίας τυραννίδας ὑπέμενον καὶ τὰς ὀλιγαρχίας
 ὑπομένουσιν, ἐὰν τις αὐτοὺς ἐργάζεσθαι μὴ κωλύῃ μηδ'
 20 ἀφαιρῇται μηθέν· ταχέως γὰρ οἱ μὲν πλουτοῦσιν αὐτῶν

cinco pobres se juntam aos ricos; a decisão suprema deve caber então ao
 grupo cuja soma dos bens atinja, depois de realizada a soma individual
 das riquezas, o montante mais elevado (¹⁴). Se ainda assim subsistir um
 empate, a dificuldade é semelhante à que sucede hoje em dia quando as
 assembleias e os tribunais se compõem de duas partes equivalentes; neste
 caso, recorra-se a um sorteio, ou a qualquer outro procedimento do
 mesmo género. Ainda assim, mesmo sendo difícil descobrir a verdade
 acerca da igualdade da justiça, é todavia mais fácil alcançá-la do que
 convencer da sua importância os que podem abusar. Na verdade, os mais
 desfavorecidos tendem intrinsecamente a procurar a igualdade e a justiça;
 ao passo que os bem sucedidos não revelam em face disso qualquer
 preocupação.

 40
1318b

5

4. As diversas formas de democracia.

A melhor das quatro formas de democracia, tal como tivemos
 oportunidade de referir em anteriores considerações (¹⁵), é a que surge em
 primeiro lugar no ordenamento que fizemos dos regimes democráticos, e
 além disso é a mais antiga entre todas. Designo-a de "primeira" no
 mesmo sentido em que é possível distinguir os diversos tipos de massa
 popular. Ora, sendo os agricultores a melhor facção popular, é preciso
 estabelecer uma democracia precisamente onde o grosso da população
 viver do cultivo das terras e da criação de gado. Com efeito, como não
 auferem de rendimentos avultados, não têm tempo para o ócio, nem
 podem também reunir-se em assembleia com assiduidade. Além do mais,
 como os agricultores e pastores carecem do indispensável, é natural que,
 onde não puderem auferir de grandes proventos com o desempenho das
 magistraturas, dediquem todo o tempo aos seus trabalhos sem inveja dos
 haveres alheios, sendo-lhes mais agradável trabalhar do que exercer a
 cidadania ou assumir o governo da cidade. Na verdade, a massa tende
 mais para o ganho do que para as honras (¹⁶). A prova disso é o facto
 de se submeterem às tiranias de outrora e de se sujeitarem às oligarquias,
 desde que não sejam impedidos de trabalhar nem despojados de nada, pois
 se uns enriquecem depressa, outros também não experimentam privações.

10

15

20

οί δ' οὐκ ἀποροῦσιν. ἔτι δὲ τὸ κυρίου εἶναι τοῦ ἐλέσθαι καὶ
 εὐθύνειν ἀναπληροῖ τὴν ἔνδειαν, εἰ τι φιλοτιμίας ἔχουσιν,
 ἐπεὶ παρ' ἐνίοις δήμοις, κἂν μὴ μετέχωσι τῆς αἰρέσεως
 τῶν ἀρχῶν ἀλλὰ τινες αἰρετοὶ κατὰ μέρος ἐκ πάντων,
 25 ὥσπερ ἐν Μαντινείᾳ, τοῦ δὲ βουλευέσθαι κύριοι ὦσιν, ἱκανῶς
 ἔχει τοῖς πολλοῖς· καὶ δεῖ νομίζειν καὶ τοῦτ' εἶναι σχῆμά
 τι δημοκρατίας, ὥσπερ ἐν Μαντινείᾳ ποτ' ἦν. διὸ δὴ καὶ
 συμφέρον ἐστὶ τῇ πρότερον ῥηθείᾳ δημοκρατίᾳ καὶ ὑπάρ-
 χειν εἴωθεν, αἰρεῖσθαι μὲν τὰς ἀρχὰς καὶ εὐθύνειν καὶ
 30 δικάζειν πάντας, ἀρχειν δὲ τὰς μεγίστας αἰρετοὺς καὶ ἀπὸ
 τιμημάτων, τὰς μείζους ἀπὸ μειζόνων, ἧ καὶ ἀπὸ τιμη-
 μάτων μὲν μηδεμίαν, ἀλλὰ τοὺς δυναμένους. ἀνάγκη δὲ
 πολιτευομένους οὕτω πολιτεύεσθαι τε καλῶς (αἱ γὰρ ἀρχαὶ
 αἰεὶ διὰ τῶν βελτίστων ἔσονται, τοῦ δήμου βουλομένου καὶ τοῖς
 35 ἐπιεικέσιν οὐ φθοροῦντος), καὶ τοῖς ἐπιεικέσι καὶ γνωρίμοις
 ἀρκοῦσαν εἶναι ταύτην τὴν τάξιν· ἀρξονται γὰρ οὐχ ὑπ'
 ἄλλων χειρόνων, καὶ ἄρξουσι δικαίως διὰ τὸ τῶν εὐθυνῶν
 εἶναι κυρίους ἑτέρους. τὸ γὰρ ἐπανακρέμασθαι, καὶ μὴ πᾶν
 ἐξεῖναι ποιεῖν ὅ τι ἂν δόξῃ, συμφέρον ἐστίν· ἡ γὰρ ἐξουσία
 40 τοῦ πράττειν ὅ τι ἂν ἐθέλῃ τις οὐ δύναται φυλάττειν τὸ ἐν
 1319a ἑκάστῳ τῶν ἀνθρώπων φάϋλον. ὥστε ἀναγκαῖον συμ-
 βαίνειν ὅπερ ἐστὶν ὠφελιμώτατον ἐν ταῖς πολιτείαις, ἀρχειν
 τοὺς ἐπιεικεῖς ἀναμαρτήτους ὄντας, μηδὲν ἐλαττουμένου τοῦ
 πλήθους. ὅτι μὲν οὖν αὕτη τῶν δημοκρατιῶν ἀρίστη, φανε-
 5 ρόν, καὶ διὰ τίν' αἰτίαν, ὅτι διὰ τὸ ποῖόν τινα εἶναι τὸν
 δῆμον· πρὸς δὲ τὸ κατασκευάζειν γεωργικὸν τὸν δῆμον τῶν
 τε νόμων τινὲς τῶν παρὰ τοῖς πολλοῖς κειμένων τὸ ἀρ-
 χαῖον χρήσιμοι πάντως, ἢ τὸ ὅλως μὴ ἐξεῖναι κεκτηῖσθαι.

De resto, mesmo se alguns alimentam ambições, o facto de decidirem
 sobre a eleição dos magistrados e a prestação de contas dos dinheiros
 públicos, basta para os compensar da falta de protagonismo cívico. Com
 efeito, mesmo quando em determinados povos não participam da eleição
 dos magistrados senão uns tantos escolhidos à vez de entre todos (como
 acontece em Mantinea) (17) os restantes dão-se por satisfeitos em exercer
 apenas a função deliberativa. Assim, devemos ter em conta que também
 25 esta disposição é de carácter democrático, como outrora sucedia em
 Mantinea. Por isso mesmo, em relação à democracia que acabámos de
 expôr (18), são úteis as disposições que habitualmente se adoptam no
 sentido de tornar dependentes de todos os cidadãos a eleição dos magis-
 trados, a fiscalização das contas públicas, e o exercício da justiça;
 todavia, reserve-se o desempenho das mais altas magistraturas aos cida-
 30 dãos elegíveis em virtude do grande montante da fortuna (quanto
 maior for a fortuna, mais importante deve ser o cargo); ou então que se
 lhes reservem os cargos mais elevados não por causa das propriedades,
 mas pelas capacidades requeridas para o desempenho da função. Gover-
 nados desta forma, os cidadãos são necessariamente bem governados.
 Nestas condições, de facto, as magistraturas serão sempre desempenhadas
 pelos melhores com o beneplácito popular e sem que isso suscite qualquer
 inveja nas facções mais proeminentes. Além do mais, uma ordenação
 política assim estabelecida torna-se do agrado não só das facções mais
 35 distintas como ainda dos cidadãos que se destacam pela sua notori-
 edade. Na verdade, não tendo que ser governados por cidadãos de
 estatuto inferior ao seu, têm que governar com justiça, uma vez que
 o seu governo se encontra sujeito ao poder fiscalizador de outros. É
 de toda a conveniência, portanto, que os cargos governamentais se
 encontrem na dependência de outros cidadãos, por forma a evitar que
 cada governante faça aquilo que muito bem entende. De facto, a
 possibilidade de cada um agir de acordo com as suas veleidades não
 40 nos defende, de modo algum, contra o que há de iniquo em cada
 1319a homem. É nesse sentido que surge aquilo que forçosamente mais
 vantagens acarreta para os regimes: que os cidadãos mais insignes
 governem de modo irrepreensível, sem que o povo se sinta em nada
 prejudicado. Que esta seja a melhor das democracias, é evidente, como
 é evidente também a razão de o ser: o facto de o povo ser de uma
 5 determinada qualidade. Assim, com vista a estabelecer uma democra-
 cia rural, revelam-se de grande utilidade certas leis que outrora se
 instituíram em grande parte das cidades, tais como as que não permitiam

10 πλείω γῆν μέτρου τινὸς ἢ ἀπὸ τινος τόπου πρὸς τὸ ἄστυ
 καὶ τὴν πόλιν (ἦν δὲ τὸ γε ἀρχαῖον ἐν πολλαῖς πόλεσι
 νενομοθετημένον μηδὲ πωλεῖν ἐξεῖναι τοὺς πρώτους κληήρους·
 ἐστὶ δὲ καὶ ὃν λέγουσιν Ὁξύλου νόμον εἶναι τοιοῦτόν τι δυνά-
 15 μενος, τὸ μὴ δανεῖζειν εἰς τι μέρος τῆς ὑπαρχούσης
 ἐκάστω γῆς), νῦν δὲ δεῖ διορθοῦν καὶ τῷ Ἀφυταίων νόμῳ,
 πρὸς γὰρ ὃ λέγομέν ἐστι χρήσιμος· ἐκεῖνοι γάρ, καίπερ
 ὄντες πολλοὶ κεκτημένοι δὲ γῆν ὀλίγην, ὅμως πάντες γεωρ-
 γοῦσιν· τιμῶνται γὰρ οὐχ ὅλας τὰς κτήσεις, ἀλλὰ κατὰ
 20 τηλικαῦτα μόρια διαιροῦντες ὥστ' ἔχειν ὑπερβάλλειν ταῖς
 τιμήσεσι καὶ τοὺς πένητας. μετὰ δὲ τὸ γεωργικὸν πλῆθος
 βέλτιστος δῆμός ἐστιν ὅπου νομεῖς εἰσι καὶ ζῶσιν ἀπὸ βο-
 σκημάτων· πολλὰ γὰρ ἔχει τῇ γεωργίᾳ παραπλησίως,
 καὶ τὰ πρὸς τὰς πολεμικὰς πράξεις μάλισθ' οὔτοι γεγυ-
 μνασμένοι τὰς ἐξεις καὶ χρήσιμοι τὰ σώματα καὶ δυ-
 25 νάμενοι θυραυλεῖν. τὰ δ' ἄλλα πλήθη πάντα σχεδόν, ἐξ
 ὧν αἱ λοιπαὶ δημοκρατίαι συνεστᾶσι, πολλῷ φαυλότερα
 τούτων· ὁ γὰρ βίος φαῦλος, καὶ οὐθὲν ἔργον μετ' ἀρετῆς
 ὧν μεταχειρίζεται τὸ πλῆθος τὸ τε τῶν βαναύσων καὶ
 30 τὸ τῶν ἀγοραίων ἀνθρώπων καὶ τὸ θητικόν, ἔτι δὲ διὰ τὸ
 περὶ τὴν ἀγοράν καὶ τὸ ἄστυ κυλίεσθαι πᾶν τὸ τοιοῦτον
 γένος ὥς εἰπεῖν ῥαδίως ἐκκλησιάζει· οἱ δὲ γεωργοῦντες διὰ
 τὸ διεσπάρθαι κατὰ τὴν χώραν οὗτ' ἀπαντῶσιν οὐθ' ὁμοίως
 35 δέονται τῆς συνόδου ταύτης. ὅπου δὲ καὶ συμβαίνει τὴν
 χώραν τὴν θέσιν ἔχειν τοιαύτην ὥστε [τὴν χώραν] πολὺ τῆς
 πόλεως ἀπηρτησθαι, ῥάδιον καὶ δημοκρατίαν ποιεῖσθαι χρη-
 στήν καὶ πολιτείαν· ἀναγκάζεται γὰρ τὸ πλῆθος ἐπὶ τῶν
 ἀγρῶν ποιεῖσθαι τὰς ἀποικίας, ὥστε δεῖ, κἂν ἀγοραῖος
 ὄχλος ᾖ, μὴ ποιεῖν ἐν ταῖς δημοκρατίαις ἐκκλησίας ἄνευ
 τοῦ κατὰ τὴν χώραν πλῆθους. πῶς μὲν οὖν δεῖ κατασκευά-

a posse de terra para além de uma determinada extensão, ou que
 impediam que se possuísse propriedades situadas até uma determinada
 distância da povoação, ou mesmo da cidadela ⁽¹⁹⁾ propriamente dita. 10
 Encontrava-se de igual forma legislado, em muitas cidades de outrora, a
 interdição de venda dos emparcelamentos primitivos. Há, aliás, uma lei
 que se atribui a Oxilo ⁽²⁰⁾, que tem efeitos semelhantes, ou seja, proíbe
 hipotecar até uma determinada fracção da terra que cada um possui ⁽²¹⁾.
 Hoje em dia é necessário proceder a reformas constitucionais de acordo
 com a lei que vigora em Afites ⁽²²⁾, tanto mais que ela se revela útil para 15
 o que abordarmos neste momento. De facto, apesar de constituírem um
 grupo numeroso em que cada um detém uma ínfima extensão de terra,
 todos os habitantes cultivam a terra. Sendo a riqueza aferida não em função
 de todas as terras possuídas mas sim em função de uma divisão de lotes
 muito reduzidos, até os mais carecidos excedem o censo mínimo ⁽²³⁾.

A seguir à massa de agricultores, a melhor é a dos pastores que 20
 vivem dos seus rebanhos, mantendo muitas afinidades com a classe
 agrícola. Uma população como esta, além de ser fisicamente saudável e
 habituada a dormir ao relento, está particularmente preparada para a vida
 militar. Pelo contrário, quase todas as restantes populações a partir das
 quais se constituem as demais formas de democracia, são muito inferiores 25
 a esta, pois o seu modo de vida é na verdade inferior; a virtude nada tem
 que ver, de facto, com as ocupações a que se entrega a massa dos
 artesãos, comerciantes, ou assalariados. Além do mais, devido às suas
 constantes deslocações ao mercado, à praça e à cidade, toda esta gente
 ligada ao pastoreio pode, a bem dizer, reunir-se com maior facilidade em 30
 assembleia; já os agricultores, por causa da sua dispersão pelas terras,
 não só não se juntam todos, como nem sequer vêem qualquer necessidade
 de reunião. Aliás, onde a disposição do território é de tal forma que o
 solo arável se encontra muito distante da cidade, podemos facilmente
 estabelecer uma democracia e um regime constitucional propícios, uma
 vez que a população tem que estar ligada à terra. Mesmo numa demo- 35
 cracia com uma massa considerável de gente dedicada ao comércio, é
 indispensável evitar que se realizem assembleias sem a participação da
 gente ligada à lavoura.

40 ρὸν δὲ καὶ πῶς τὰς ἄλλας. ἐπομένως γὰρ δεῖ παρεκ-
 1319b βαίνειν καὶ τὸ χεῖρον αἰετὶ πλῆθος χωρίζειν. τὴν δὲ τελευ-
 ταίαν, διὰ τὸ πάντας κοινωνεῖν, οὔτε πάσης ἐστὶ πόλεως
 φέρειν, οὔτε ῥάδιον διαμένειν μὴ τοῖς νόμοις καὶ τοῖς ἔθε-
 5 σιν εὖ συγκειμένην (ἀλλὰ δὲ φθείρειν συμβαίνει καὶ ταύτην
 καὶ τὰς ἄλλας πολιτείας, εἴρηται πρότερον τὰ πλείστα
 σχεδόν). πρὸς δὲ τὸ καθιστάναι ταύτην τὴν δημοκρατίαν
 καὶ τὸν δῆμον ποιεῖν ἰσχυρὸν εἰώθασιν οἱ προεστῶτες
 προσλαμβάνειν ὡς πλείστους καὶ ποιεῖν πολίτας μὴ μόνον
 10 τοὺς γνησίους ἀλλὰ καὶ τοὺς νόθους καὶ τοὺς ἐξ ὁποτέρου οὖν
 πολίτου, λέγω δὲ οἷον πατὴρ ἢ μητὴρ. ἅπαν γὰρ οἰκεῖον
 τοῦτο τῷ τοιούτῳ δῆμῳ μάλλον. εἰώθασιν μὲν οὖν οἱ δῆμα-
 γωγοὶ κατασκευάζειν οὕτω, δεῖ μέντοι προσλαμβάνειν μέχρι
 15 ἀνὴρ ὑπερτείνῃ τὸ πλῆθος τῶν γνωρίμων καὶ τῶν μέ-
 σων, καὶ τούτου μὴ πέρα προβαίνειν. ὑπερβάλλοντες γὰρ
 ἀτακτοτέραν τε ποιοῦσι τὴν πολιτείαν, καὶ τοὺς γνωρίμους
 πρὸς τὸ χαλεπῶς ὑπομένειν τὴν δημοκρατίαν παροξύνουσι
 20 μάλλον, ὅπερ συνέβη τῆς στάσεως αἰτίον γενέσθαι περὶ
 Κυρήνην. ὀλίγον μὲν γὰρ πονηρὸν παρορᾶται, πολὺ δὲ
 γινόμενον ἐν ὀφθαλμοῖς μάλλον ἐστίν. ἔτι δὲ καὶ τὰ
 25 τοιαῦτα κατασκευάσματα χρήσιμα πρὸς τὴν δημοκρατίαν
 τὴν τοιαύτην, οἷς Κλεισθένης τε Ἀθήνησιν ἐχρήσατο βουλό-
 μενος αὐξῆσαι τὴν δημοκρατίαν, καὶ περὶ Κυρήνην οἱ τὸν
 δῆμον καθιστάντες. φυλαί τε γὰρ ἕτεραι ποιητέαι πλείους
 καὶ φατρίαι, καὶ τὰ τῶν ἰδίων ἱερῶν συνακτέον εἰς ὀλίγα
 30 καὶ κοινά, καὶ πάντα σοφιστέον ὅπως ἀνὴρ ὅτι μάλιστα ἀνα-
 μειχθῶσι πάντες ἀλλήλοις, αἱ δὲ συνήθειαι διαzeugθῶσιν
 αἱ πρότερον. ἔτι δὲ καὶ τὰ τυραννικὰ κατασκευάσματα
 δημοτικὰ δοκεῖ πάντα, λέγω δ' οἷον ἀναρχία τε δούλων

40 Acabámos de referir, pois, de que modo deve ser estabelecida a
 melhor e a primeira das formas de democracia, além de ficar claro o modo 40
 de estabelecimento das demais, uma vez que se desviam gradualmente da 1319b
 forma mais excelente, sendo o povo de qualidade cada vez mais inferior.
 Quanto à última forma de democracia, pelo facto de todos participarem
 dela, nem toda a cidade está disposta a admiti-la, nem sequer é facilmente
 mantida se não estiver bem ordenada pelas suas leis e costumes (na
 verdade, grande parte das causas que suscitam a desagregação deste como 5
 de outros regimes, já foram quase todas expostas anteriormente). Para se
 estabelecer uma forma de democracia como esta, e tornar o povo mais
 forte, os dirigentes costumam recorrer ao ajuntamento maciço de gente
 e conferir o direito de cidadania não só aos filhos legítimos como também 10
 aos bastardos e aos descendentes em que um dos progenitores (pai ou
 mãe) detém o estatuto de cidadania. Ora, não há dúvida de que uma
 população como esta está mais talhada para essa forma de democracia.
 De resto, os demagogos costumam proceder do modo já exposto, para
 estabelecer o seu regime. Importa que o aumento de população não atinja 15
 o ponto em que a massa exceda o número dos cidadãos notáveis e da
 classe média. Se ultrapassar, fomentará a desordem no regime, e fará com
 que os notáveis se insurjam com mais vigor contra tal estado de coisas
 e dificilmente suportem a democracia. Foi essa a causa da revolta na
 cidade de Cirene⁽²⁴⁾. Com efeito, um mal irrelevante passa despercebido;
 mas quando cresce, salta mais à vista.

20 Para esta forma de democracia afiguram-se igualmente úteis as
 medidas tomadas em Atenas por Clístenes⁽²⁵⁾ quando reforçou a demo-
 cracia, e em Cirene pelos instituidores democráticos: criar mais tribos e
 frátrias, e mais numerosas; concentrar os ritos privados, reduzindo-os a
 poucos e tornando-os comuns a todos os cidadãos⁽²⁶⁾; empregar todos os 25
 recursos para que todos os habitantes se casem entre si, rompendo vínculos
 antigos. Além do mais, as disposições tirânicas são apropriadas ao espírito
 democrático⁽²⁷⁾. Refiro-me, por exemplo, à insurreição dos escravos (que, em
 certa medida, poderá ser útil à democracia), mulheres e crianças, e ao tolerar
 o modo de vida que cada um quiser. São muitos os que desejam um regime

(αὕτη δ' ἂν εἴη μέχρι τοῦ συμφέρουσα) καὶ γυναικῶν καὶ
30 παίδων, καὶ τὸ ζῆν ὅπως τις βούλεται παρορᾶν· πολὺ γὰρ
ἔσται τὸ τῇ τοιαύτῃ πολιτείᾳ βοηθοῦν· ἥδιον γὰρ τοῖς πολ-
λοῖς τὸ ζῆν ἀτάκτως ἢ τὸ σωφρόνως.

5 Ἔστι δ' [ἔργον] τοῦ νομοθέτου καὶ τῶν βουλομένων συν-
ιστάναι τινὰ τοιαύτην πολιτείαν οὗ τὸ καταστῆσαι μέγιστον
35 ἔργον οὐδὲ μόνον, ἀλλ' ὅπως σφάζεται μάλλον· μίαν γὰρ
ἢ δύο ἢ τρεῖς ἡμέρας οὐ χαλεπὸν μεῖναι πολιτευομένους
ὅπως οὖν. διὸ δεῖ, περὶ ὧν τεθεώρηται πρότερον, τίνες σωτη-
ρία καὶ φθορὰ τῶν πολιτειῶν, ἐκ τούτων πειρᾶσθαι κατα-
σκευάζειν τὴν ἀσφάλειαν, εὐλαβουμένους μὲν τὰ φθείροντα,
40 τιθεμένους δὲ τοιοῦτους νόμους, καὶ τοὺς ἀγράφους καὶ τοὺς γε-
1320a γραμμένους, οἱ περιλήφονται μάλιστα τὰ σφζοντα τὰς πολι-
τείας, καὶ μὴ νομίζειν τοῦτ' εἶναι δημοτικὸν μηδ' ὀλι-
γαρχικὸν ὃ ποιήσει τὴν πόλιν ὅτι μάλιστα δημοκρατεῖσθαι
ἢ ὀλιγαρχεῖσθαι, ἀλλ' ὃ πλεῖστον χρόνον. οἱ δὲ νῦν δημα-
5 γωγοὶ χαριζόμενοι τοῖς δήμοις πολλὰ δημεύουσι διὰ
τῶν δικαστηρίων. διὸ δεῖ πρὸς ταῦτα ἀντιπράττειν τοὺς κηδο-
μένους τῆς πολιτείας, νομοθετοῦντας μηδὲν εἶναι δημόσιον
τῶν καταδικαζομένων καὶ φερόμενον πρὸς τὸ κοινόν, ἀλλ'
ἱερόν· οἱ μὲν γὰρ ἀδικοῦντες οὐθὲν ἦττον εὐλαβεῖς ἔσονται
10 (ζημιώσονται γὰρ ὁμοίως), ὁ δ' ὄχλος ἦττον καταψηφιεῖ-
ται τῶν κρινομένων, λήψεσθαι μηδὲν μέλλων. ἔτι δὲ τὰς
γινομένας δημοσίας δίκας ὡς ὀλιγίστας αἰεὶ ποιεῖν, μεγά-
λοις ἐπιτιμίοις τοὺς εἰκῇ γραφομένους κωλύοντας· οὐ γὰρ
τοὺς δημοτικοὺς ἀλλὰ τοὺς γνωρίμους εἰώθασι εἰσάγειν, δεῖ
15 δὲ τῇ πολιτείᾳ πάντας μάλιστα μὲν εὖνους εἶναι τοὺς
πολίτας, εἰ δὲ μή, μή τοί γε ὡς πολεμίους νομίζειν τοὺς

desta natureza, pois, na verdade, para esses cidadãos é mais aprazível um
viver desordenado do que um viver sensato.

30

5. Os meios para assegurar a estabilidade das democracias.

A principal função do legislador e dos que pretendem edificar um
regime democrático, não se reduz apenas em estabelecê-lo mas também
em preservá-lo ⁽²⁸⁾. Com efeito, qualquer que seja a sua índole, não é
35 muito difícil fazer durar um governo por um, dois ou três dias. Ora, tendo
em conta o que teorizámos anteriormente acerca dos meios de preservação
e das causas de degradação dos regimes, importa estabelecer medidas que
conduzam à sua consolidação, precavendo-nos contra os factores de
dissolução e aplicando leis, sejam elas não escritas ou escritas, que
40 contemplem o mais possível os modos de preservação do regime. Nesse
sentido, não se pense que é democrático ou oligárquico aquilo que faz
com que uma cidade seja governada mais democraticamente ou mais
oligarquicamente, mas sim aquilo que contribui para que uma cidade seja
governada por mais tempo.

35

40
1320a

Hoje em dia os demagogos, para agradarem ao povo, confiscam bens
5 com muita frequência por via judicial ⁽²⁹⁾. Os cidadãos que zelam pelo
seu regime devem opor-se a tal estado de coisas, promulgando leis no
sentido de impedir que nada do que pertence aos condenados reverta em
favor do domínio público ou em favor do erário comum, mas seja conside-
rado propriedade sagrada ⁽³⁰⁾. Desta forma os réus não deixarão de ser
menos precavidos (com efeito, o castigo será semelhante em qualquer dos
10 casos), nem a multidão, por não tirar daí qualquer proveito, ditará tantas
condenações contra os acusados. Além disso, devem ser reduzidas ao
mínimo as acções judiciais públicas, dissuadindo os caluniadores medi-
ante penas pesadas. É certo que não são os populares mas sim os notáveis
que costumam ser mais atingidos por processos judiciais. Todavia, impor-
ta que todos os cidadãos sejam benevolentes para o regime, ou pelo menos
15 que não se considerem hostis aos que detêm o poder.

5

10

15

κυρίους. ἐπεὶ δ' αἱ τελευταῖαι δημοκρατίαι πολυάνθρωποι
 τὲ εἰσι καὶ χαλεπὸν ἐκκλησιάζειν ἀμίσθους, τοῦτο δ' ὅπου
 20 πρόσοδοι μὴ τυγχάνουσιν οὔσαι πολέμιον τοῖς γνωρίμοις
 (ἀπὸ τε γὰρ εἰσφορᾶς καὶ δημεύσεως ἀναγκαῖον γίνεσθαι
 καὶ δικαστηρίων φαύλων, ἃ πολλὰς ἤδη δημοκρατίας ἀν-
 ἔτρεψεν), ὅπου μὲν οὖν πρόσοδοι μὴ τυγχάνουσιν οὔσαι, δεῖ
 25 ποιεῖν ὀλίγας ἐκκλησίας, καὶ δικαστήρια πολλῶν μὲν ὀλί-
 γας δ' ἡμέρας (τοῦτο γὰρ φέρει μὲν καὶ πρὸς τὸ μὴ φο-
 βεῖσθαι τοὺς πλουσίους τὰς δαπάνας, ἐὰν οἱ μὲν εὐποροὶ μὴ
 λαμβάνωσι δικαστικόν, οἱ δ' ἄποροι, φέρει δὲ καὶ πρὸς τὸ
 30 κρίνεσθαι τὰς δίκας πολὺ βέλτιον· οἱ γὰρ εὐποροὶ πολ-
 λὰς μὲν ἡμέρας οὐκ ἐθέλουσιν ἀπὸ τῶν ἰδίων ἀπεῖναι, βρα-
 χύν δὲ χρόνον ἐθέλουσιν), ὅπου δ' εἰσὶ πρόσοδοι, μὴ ποιεῖν ὃ
 35 νῦν οἱ δημαγωγοὶ ποιοῦσιν (τὰ γὰρ περιόντα νέμουσιν· λαμ-
 βάνουσι δὲ ἅμα καὶ πάλιν δεόνται τῶν αὐτῶν· ὁ τετρημέ-
 νος γὰρ ἐστὶ πίθος ἡ τοιαύτη βοήθεια τοῖς ἀπόροις). ἀλλὰ
 δεῖ τὸν ἀληθινῶς δημοτικὸν ὄραν ὅπως τὸ πλῆθος μὴ λίαν
 ἄπορον ᾗ· τοῦτο γὰρ αἷτιον τοῦ μοχθηρὰν εἶναι τὴν δημο-
 35 κρατίαν. τεχναστέον οὖν ὅπως ἂν εὐπορία γένοιτο χρόνιος. ἐπεὶ
 δὲ συμφέρει τοῦτο καὶ τοῖς εὐπόροις, τὰ μὲν ἀπὸ τῶν προσ-
 ὄδων γινόμενα συναθροίζοντας ἀθρόα χρή διανέμειν τοῖς
 ἀπόροις, μάλιστα μὲν εἴ τις δύναται τοσοῦτον ἀθροίζειν ὅσον
 1320b εἰς γηδίου κτῆσιν, εἰ δὲ μή, πρὸς ἀφορμὴν ἐμπορίας καὶ
 γεωργίας, καί, εἰ μὴ πᾶσι δυνατόν, ἀλλὰ κατὰ φυλὰς ἢ
 5 τι μέρος ἕτερον ἐν μέρει διανέμειν, ἐν δὲ τούτῳ πρὸς τὰς
 ἀναγκαίας συνόδους τοὺς εὐπόρους εἰσφέρειν τὸν μισθόν, ἀφει-
 μένους τῶν ματαίων λειτουργιῶν. τοιοῦτον δὲ τινα τρόπον Καρ-
 χηδόριοι πολιτευόμενοι φίλον κέκτηνται τὸν δῆμον· αἰὶ γάρ
 5 τινες ἐκπέμποντες τοῦ δήμου πρὸς τὰς περιοικίδας ποιοῦσιν
 εὐπόρους. χαριέντων δ' ἐστὶ καὶ νοῦν ἔχόντων γνωρίμων καὶ

Dado que nas formas extremas de democracia a população é nume-
 rosa e se torna difícil reunir em assembleia cidadãos não remunerados
 para o efeito; e como o facto de os remunerar sem que haja recursos para
 o fazer colide com os interesses das classes mais elevadas (com efeito,
 essa remuneração é feita à custa de cargas tributárias, expropriações e
 20 decisões judiciais iníquas, procedimentos que contribuíram para a queda
 de muitas democracias), então, quando não se dispõe de recursos, deve-
 -se convocar poucas assembleias, e deve-se formar tribunais com muitos
 cidadãos ⁽³¹⁾ mas durante poucos dias (a vantagem deste procedimento
 reside no facto de os ricos não terem receio de incorrer em despesas,
 mesmo se não forem eles mas sim os pobres quem beneficia
 25 pecuniariamente da função de julgar; outra vantagem é os processos
 judiciais correrem muito melhor pois os ricos nunca desejam ficar muito
 tempo afastados dos seus negócios particulares mas só estão dispostos a
 fazê-lo por pouco tempo). Quando há recursos, nunca se proceda como
 os demagogos hoje em dia, que distribuem os excedentes da riqueza
 30 tributada por todos os cidadãos, sem atender a que os pobres mesmo
 quando recebem, voltam sempre a ter as mesmas privações: ir em socorro
 dos pobres deste modo é como encher um barril furado ⁽³²⁾. O verdadeiro
 democrata deve preocupar-se, contudo, em que a massa popular não viva
 numa penúria excessiva, já que essa é uma das causas da perversão das
 35 democracias. É preciso architectar um modo de tornar a prosperidade
 duradoura. E como isso também traz vantagens aos ricos, convém que
 seja distribuído pelos pobres o produto colectado das receitas públicas,
 de preferência se essa colecta permitir a aquisição de um terreno próprio,
 ou, se não for este o caso, de uma ocupação no comércio ou na
 1320b agricultura ⁽³³⁾. E mesmo que não seja possível reverter o produto dessa
 colecta em favor de todos, pelo menos que seja repartida por uma tribo
 ou outra parte qualquer da cidade. Assim, durante esse tempo os ricos
 contribuirão para as assembleias indispensáveis com a quota pecuniária
 necessária, e ficarão libertos de ocupações públicas dispensáveis.

Foi com medidas deste género que os governantes de Cartago ⁽³⁴⁾
 5 conquistaram a amizade do povo. Na verdade, ao enviar constantemente
 gente do povo para as suas colónias, enriqueciam a massa popular. É
 próprio de uma classe superior, hábil e inteligente, tomar a seu cargo a

διαλαμβάνοντας τοὺς ἀπόρους ἀφορμὰς διδόντας τρέπειν
ἐπ' ἐργασίας. καλῶς δ' ἔχει μιμεῖσθαι καὶ τὰ Ταραντίνων.
10 ἐκεῖνοι γὰρ κοινὰ ποιοῦντες τὰ κτήματα τοῖς ἀπόροις ἐπὶ τὴν
χρήσιν εὖνουν παρασκευάζουσι τὸ πλῆθος· ἔτι δὲ τὰς ἀρχὰς
πάσας ἐποίησαν διττάς, τὰς μὲν αἰρετάς τὰς δὲ κληρωτάς,
τὰς μὲν κληρωτάς ὅπως ὁ δῆμος αὐτῶν μετέχῃ, τὰς δ'
αἰρετάς ἵνα πολιτεύωνται βέλτιον. ἔστι δὲ τοῦτο ποιῆσαι. καὶ
15 τῆς αὐτῆς ἀρχῆς μερίζοντας τοὺς μὲν κληρωτοὺς τοὺς δ'
αἰρετούς. πῶς μὲν οὖν δεῖ τὰς δημοκρατίας κατασκευάζειν,
εἴρηται.

6 Σχεδὸν δὲ καὶ περὶ τὰς ὀλιγαρχίας πῶς δεῖ φανερόν
ἐκ τούτων. ἐκ τῶν ἐναντίων γὰρ δεῖ συνάγειν ἐκάστην ὀλι-
20 γαρχίαν, πρὸς τὴν ἐναντίαν δημοκρατίαν ἀναλογιζόμενον,
τὴν μὲν εὐκρατον μάλιστα τῶν ὀλιγαρχιῶν καὶ πρώτην-
αὕτη δ' ἐστὶν ἡ σύνεγγυς τῇ καλουμένῃ πολιτείᾳ, <ἐν> ᾗ δεῖ τὰ
τιμήματα διαιρεῖν, τὰ μὲν ἐλάττω τὰ δὲ μείζω ποιοῦντας,
ἐλάττω μὲν ἂν τῶν ἀναγκαίων μεθέξουσιν ἀρχῶν,
25 μείζω δ' ἂν τῶν κυριωτέρων· τῷ τε κτωμένῳ τὸ τί-
μημα μετέχειν ἕξεῖναι τῆς πολιτείας, τοσούτου εἰσαγομένου
τοῦ δήμου πλῆθους διὰ τοῦ τιμήματος μεθ' οὗ κρείττονες ἔσου-
νται τῶν μὴ μετεχόντων· αἰεὶ δὲ δεῖ παραλαμβάνειν ἐκ τοῦ
βελτίονος δήμου τοὺς κοινωνοὺς. ὁμοίως δὲ καὶ τὴν ἐχομένην
30 ὀλιγαρχίαν ἐπιτείνοντας δεῖ μικρὸν κατασκευάζειν. τῇ δ'
ἀντικειμένη τῇ τελευταίᾳ δημοκρατίᾳ, τῇ δυναστικωτάτῃ

causa dos pobres, facultando-lhes os meios para se entregarem a um
trabalho. É boa ideia imitar o procedimento dos Tarentinos ⁽³⁵⁾. Com
efeito, estes, partilhando com os pobres o usufruto das suas propriedades,
conquistaram o beneplácito da multidão. Além disso, trataram de instituir
10 todas as magistraturas segundo dois procedimentos: umas por eleição,
outras por sorteio ⁽³⁶⁾. As magistraturas sorteadas foram implementadas
para que o povo tomasse parte nelas; as magistraturas por eleição, para
que o povo fosse melhor governado. Aliás, este modo de actuar pode ser
alcançado fazendo participar da mesma magistratura cidadãos nomeados
15 por sorteio e por eleição. Com isto fica referido o modo como devem ser
instituídas as democracias.

6. Organização e preservação dos regimes oligárquicos.

A partir do que atrás ficou exposto, quase se torna evidente o modo
de proceder em relação às oligarquias. Assim, cada oligarquia deve ser
estabelecida a partir dos elementos contrários aos de cada tipo de
democracia que lhe corresponde de modo oposto, por forma a que a mais
20 moderada e a primeira das formas de oligarquia é precisamente aquela
que mais próxima está do regime chamado constitucional. Nessa forma
de oligarquia, as propriedades devem estar divididas em dois tipos, sendo
umas menores e as outras maiores; menores as que se requerem para
tomar parte nas magistraturas imprescindíveis; maiores, para participar
das magistraturas supremas ⁽³⁷⁾. Aos que possuem o montante de fortuna
25 estipulado, deve ser permitido tomar parte do governo da cidade. Medi-
ante esse montante, faremos aceder a massa popular às magistraturas de
tal forma que os que detêm o poder sejam sempre mais fortes do que os
que não participam dele. E dentro da massa popular, devemos associar
ao poder os que pertencem à melhor parte do povo. A forma de oligarquia
que se segue deve ser estabelecida de modo semelhante, mas reforçando
30 um pouco as exigências.

καὶ τυραννικωτάτῃ τῶν ὀλιγαρχιῶν, ὅσῳ περ χειρίστη, το-
 σούτῳ δεῖ πλείονος φυλακῆς. ὥσπερ γάρ τὰ μὲν εὖ σώματα
 διακείμενα πρὸς ὑγίειαν καὶ πλοῖα τὰ πρὸς ναυτιλίαν
 35 καλῶς ἔχοντα τοῖς πλωτῆρσιν ἐπιδέχεται πλείους ἀμαρτίας
 ὥστε μὴ φθείρεσθαι δι' αὐτάς, τὰ δὲ νοσερῶς ἔχοντα τῶν
 σωμάτων καὶ τὰ τῶν πλοίων ἐκλελυμένα καὶ πλωτῆρων
 τετυχηκότα φαύλων οὐδὲ τὰς μικρὰς δύνανται φέρειν ἀμαρ-
 τίας, οὕτω καὶ τῶν πολιτειῶν αἱ χειρίσται πλείστης δέονται
 1321a φυλακῆς. τὰς μὲν οὖν δημοκρατίας ὅλως ἢ πολυανθρωπία
 σφύζει (τοῦτο γὰρ ἀντίκειται πρὸς τὸ δίκαιον τὸ κατὰ τὴν
 ἀξίαν). τὴν δ' ὀλιγαρχίαν δῆλον ὅτι τοῦναντίον ἀπὸ τῆς
 εὐταξίας δεῖ τυγχάνειν τῆς σωτηρίας.

5 7 Ἐπεὶ δὲ τέτταρα μὲν ἔστι μέρη μάλιστα τοῦ πλήθους,
 γεωργικὸν βανανυσικὸν ἀγοραῖον θητικόν, τέτταρα δὲ τὰ χρή-
 σιμα πρὸς πόλεμον, ἱππικὸν ὀπλιτικὸν ψιλὸν ναυτικόν,
 ὅπου μὲν συμβέβηκε τὴν χώραν εἶναι ἱππάσιμον, ἐνταῦθα
 μὲν εὐφυῶς ἔχει κατασκευάζειν τὴν ὀλιγαρχίαν ἰσχυράν
 10 (ἡ γὰρ σωτηρία τοῖς οἰκοῦσι διὰ ταύτης ἔστι τῆς δυνάμεως,
 αἱ δ' ἱπποτροφίαι τῶν μακρὰς οὐσίας κεκτημένων εἰσὶν),
 ὅπου δ' ὀπλιτικὴν, τὴν ἐχομένην ὀλιγαρχίαν (τὸ γὰρ ὀπλι-
 τικὸν τῶν εὐπόρων ἔστι μᾶλλον ἢ τῶν ἀπόρων), ἡ δὲ ψιλὴ
 δύναμις καὶ ναυτικὴ δημοτικὴ πάμπαν. νῦν μὲν οὖν
 15 ὅπου τοιοῦτον πολὺ πλῆθος ἔστιν, ὅταν διαστώσι, πολλάκις
 ἀγωνίζονται χειρόν· δεῖ δὲ πρὸς τοῦτο φάρμακον παρὰ τῶν
 πολεμικῶν λαμβάνειν στρατηγῶν, οἱ συνδυνάζουσι πρὸς τὴν
 ἱππικὴν δύναμιν καὶ τὴν ὀπλιτικὴν τὴν ἀρμόττουσαν τῶν
 ψιλῶν. ταύτῃ δ' ἐπικρατοῦσιν ἐν ταῖς διαστάσεσιν οἱ δῆμοι
 20 τῶν εὐπόρων· ψιλοὶ γὰρ ὄντες πρὸς ἱππικὴν καὶ ὀπλιτικὴν

No que respeita à forma oposta à última espécie de democracia, isto
 é, à forma mais autoritária e tirânica das oligarquias, quanto mais
 perversa ela for, mais vigiada deve ser. Com efeito, tal como um corpo
 muito saudável e as embarcações bem equipadas para navegar resistem
 a um bom número de falhas sem que soçobrem por causa disso⁽³⁸⁾; e
 sabendo que os corpos enfermos e as embarcações mal acondicionadas
 e com má tripulação não podem suportar pequenas falhas; assim também
 os piores regimes necessitam de maior vigilância. É por isso que as
 democracias são salvas em virtude do seu grande número de cidadãos,
 pois esse número substitui a justiça fundada sobre o mérito⁽³⁹⁾; nas
 oligarquias, pelo contrário, é evidente que a preservação se deve à boa
 organização dos cidadãos.

7. O domínio da defesa nos regimes oligárquicos.

Posto que são quatro os elementos que compõem a classe popular,
 a saber; agricultores, artesãos, mercadores e assalariados; assim como são
 quatro os ramos necessários à guerra, a saber: cavalaria, infantaria pesa-
 da, infantaria ligeira e marinha⁽⁴⁰⁾; onde a região é apropriada à cavalaria
 é mais natural instituir uma oligarquia forte (uma vez que a salvaguarda
 dos cidadãos depende desta força militar, além de que a criação de
 cavalos é mais adequada para os cidadãos que possuem grandes fortunas).
 Onde, por seu turno, a região é apropriada à infantaria pesada deverá ser
 estabelecida a forma de oligarquia que vem a seguir (dado que a
 infantaria pesada é mais própria dos ricos do que dos pobres). Quanto
 à infantaria ligeira e à força naval, são classes inteiramente democráticas.
 Assim, nos tempos de hoje, onde quer que haja uma grande massa destes
 últimos tipos de classes, sempre que suceder uma sublevação, os oligarcas
 levam a melhor nessas lutas. O remédio para isto é conveniente aprendê-
 lo dos generais adoptando o estratagemas de combinar a cavalaria e a
 infantaria pesada com um contingente proporcionado de tropas ligeiras.
 Em contrapartida, também é verdade que, por este meio, a massa popular
 acaba por vencer os ricos no decurso das revoltas: manuseando material
 ligeiro⁽⁴¹⁾, lutam muito facilmente contra a cavalaria e a infantaria

αγωνίζονται ῥαδίως. τὸ μὲν οὖν ἐκ τούτων καθιστάναι ταύ-
 την τὴν δύναμιν ἐφ' ἑαυτούς ἐστι καθιστάναι, δεῖ δὲ διηρη-
 μένης τῆς ἡλικίας, καὶ τῶν μὲν ὄντων πρεσβυτέρων τῶν
 25 δὲ νέων, ἔτι μὲν ὄντας νέους τοὺς αὐτῶν υἱεῖς διδάσκεσθαι
 τὰς κοῦφας καὶ τὰς ψιλὰς ἐργασίας, ἐκκεκριμένους δὲ ἐκ
 παίδων ἀθλητὰς εἶναι αὐτοὺς τῶν ἔργων· τὴν δὲ μετάδοσιν
 γίνεσθαι τῷ πλήθει τοῦ πολιτεύματος ἥτοι καθάπερ εἴρηται
 πρότερον, τοῖς τὸ τίμημα κτωμένοις, ἢ καθάπερ Θηβαίοις,
 30 ἀποσχομένοις χρόνον τινὰ τῶν βαναύσων ἔργων, ἢ καθ-
 άπερ ἐν Μασσαλίᾳ κρίσιν ποιουμένους τῶν ἀξίων τῶν ἐν τῷ
 πολιτεύματι καὶ τῶν ἔξωθεν. ἔτι δὲ καὶ ταῖς ἀρχαῖς ταῖς
 κυριωτάταις, ὧς δεῖ τοὺς ἐν τῇ πολιτείᾳ κατέχειν, δεῖ
 προσκεῖσθαι λειτουργίας, ἵν' ἐκὼν ὁ δῆμος μὴ μετέχη καὶ
 συγγνώμην ἔχη τοῖς ἄρχουσιν ὡς μισθὸν πολλὸν διδοῦσι τῆς
 35 ἀρχῆς. ἀρμόττει δὲ θυσίας τε εἰσιόντας ποιεῖσθαι μεγαλο-
 πρεπεῖς καὶ κατασκευάζειν τι τῶν κοινῶν, ἵνα τῶν περὶ
 τὰς ἐστιάσεις μετέχων ὁ δῆμος καὶ τὴν πόλιν ὁρῶν κοσμου-
 μένην τὰ μὲν ἀναθήμασι τὰ δὲ οἰκοδομήμασιν ἄσμενος
 ὁρᾷ μένουσαν τὴν πολιτείαν· συμβήσεται δὲ καὶ τοῖς γνωρί-
 40 μοις εἶναι μνημεῖα τῆς δαπάνης. ἀλλὰ τοῦτο νῦν οἱ περὶ
 τὰς ὀλιγαρχίας οὐ ποιοῦσιν, ἀλλὰ τοῦναντίον· τὰ λήμματα
 γὰρ ζητοῦσιν οὐχ ἦττον ἢ τὴν τιμὴν. διόπερ εἴ ἔχει λέγειν
 1321b ταύτας εἶναι δημοκρατίας μικράς. πῶς μὲν οὖν χρή καθ-
 ιστάναι τὰς δημοκρατίας καὶ τὰς ὀλιγαρχίας, διωρίσθω
 τὸν τρόπον τοῦτον.

8' Ἀκόλουθον δὲ τοῖς εἰρημένοις ἐστὶ τὸ διηρῆσθαι καλῶς
 5 τὰ περὶ τὰς ἀρχάς, πόσαι καὶ τίνες καὶ τίνων, καθάπερ
 εἴρηται καὶ πρότερον. τῶν μὲν γὰρ ἀναγκαίων ἀρχῶν χω-

pesada. Por isso mesmo, criar uma força desse tipo no caso da oligarquia,
 é criar uma força contra o próprio regime. Como há diferenças de idade
 entre os cidadãos, sendo uns mais velhos e outros mais jovens, convém
 que nas oligarquias os pais obriguem os seus filhos a fazer exercícios de
 agilidade e destreza, enquanto são novos, de modo que ao sair da 25
 adolescência se encontrem aptos para esses exercícios.

É preciso dar também a possibilidade à massa de participar do
 governo da cidade. Dar-se-á essa possibilidade, aos que possuem um
 montante tributário fixo, como já defendemos atrás; aos que, como sucede
 em Tebas ⁽⁴²⁾, cessaram por um certo período a sua actividade manual;
 aos que, como acontece em Massália ⁽⁴³⁾, são seleccionados pelos seus 30
 méritos entre os membros da classe governante e os que não são
 membros ⁽⁴⁴⁾. Além disso, no que respeita às magistraturas supremas, que
 têm de ser exercidas apenas pelos membros que compõem a classe
 governante, devem integrar também cargos públicos, a fim de que o povo
 nelas não participe de bom grado, e, por outro lado, seja indulgente para
 com os governantes, na convicção de que estes têm de pagar um elevado
 preço pelo desempenho desses cargos. É conveniente que, ao iniciar as 35
 suas funções, os magistrados ofereçam magníficos sacrifícios ou mandem
 construir um edifício público, para que o povo, tomando parte dos
 banquetes e vendo embelezada a sua cidade com oferendas votivas e
 edifícios, se compraza com a permanência do regime. Por outro lado, os
 notáveis acabarão por ter também, por via disso, um monumento à sua 40
 generosidade. Todavia, não é deste modo que procedem os oligarcas, nos dias
 que correm, mas precisamente ao contrário. Com efeito, como buscam as
 honrarias tanto quanto o lucro, podemos considerar esses regimes como
 democracias em escala reduzida. Com estas considerações, fica definido 1321b
 de que modo devem ser estabelecidas as democracias e as oligarquias.

8. Funções e magistraturas na vida da cidade.

No seguimento do que acabámos de referir, interessa-nos agora uma
 recta divisão das magistraturas, quanto ao número, natureza e competências,
 tal como já referimos anteriormente ⁽⁴⁵⁾. Com efeito, sem magistraturas 5

10 ρις ἀδύνατον εἶναι πόλιν, τῶν δὲ πρὸς εὐταξίαν καὶ κόσμον ἀδύνατον οἰκεῖσθαι καλῶς. ἔτι δ' ἀναγκαῖον ἐν μὲν ταῖς μικραῖς ἐλάττους εἶναι τὰς ἀρχάς, ἐν δὲ ταῖς μεγά-
 15 λαις πλείους, ὥσπερ τυγχάνει πρότερον εἰρημένον· ποίας οὖν ἀρμόττει συνάγειν καὶ ποίας χωρίζειν, δεῖ μὴ λανθάνειν. πρώτη μὲν οὖν ἐπιμέλεια τῶν ἀναγκαίων ἡ περὶ τὴν ἀγοράν, ἐφ' ἣ δεῖ τινα ἀρχὴν εἶναι τὴν ἐφορῶσαν περὶ τὰ συμβόλαια καὶ τὴν εὐκοσμίαν· σχεδὸν γὰρ ἀναγκαῖον
 20 πάσαις ταῖς πόλεσι τὰ μὲν ὠνεῖσθαι τὰ δὲ πωλεῖν πρὸς τὴν ἀλλήλων ἀναγκαίαν χρεῖαν, καὶ τοῦτ' ἐστὶν ὑπογνύεσθαι πρὸς αὐτάρκειαν, δι' ἣν δοκοῦσιν εἰς μίαν πολιτείαν συνελθεῖν. ἑτέρα δὲ ἐπιμέλεια ταύτης ἐχομένη καὶ σύν-
 25 εγγυς ἡ τῶν περὶ τὸ ἄστυ δημοσίων καὶ ἰδίων, ὅπως εὐκοσμία ἦ, καὶ τῶν πιπτόντων οἰκοδομημάτων καὶ ὁδῶν σωτηρία καὶ διόρθωσις, καὶ τῶν ὀρίων τῶν πρὸς ἀλλήλους, ὅπως ἀνεγκλήτως ἔχωσιν, καὶ ὅσα τούτοις ἄλλα τῆς ἐπι-
 30 μελείας ὁμοιότροπα. καλοῦσι δ' ἀστυνομίαν οἱ πλείστοι τὴν τοιαύτην ἀρχήν, ἔχει δὲ μόρια πλείω τὸν ἀριθμόν, ὧν ἑτέρους ἐφ' ἑτέρα καθιστᾶσιν ἐν ταῖς πολυανθρωποτέραις πό-
 35 λεσιν, οἷον τειχοποιούς καὶ κρηνῶν ἐπιμελητάς καὶ λιμένων φύλακας. ἄλλη δ' ἀναγκαία τε καὶ παραπλησία ταύτῃ περὶ τῶν αὐτῶν μὲν γάρ, ἀλλὰ περὶ τὴν χώραν ἐστὶ καὶ [τὰ] περὶ τὰ ἔξω τοῦ ἄστεως· καλοῦσι δὲ τοὺς ἀρχοντας τούτους οἱ μὲν ἀγρονόμους οἱ δ' ὑλωρούς. αὗται μὲν οὖν ἐπιμέλειαί
 εἰσι τούτων τρεῖς, ἄλλη δ' ἀρχὴ πρὸς ἣν αἱ πρόσοδοι τῶν κοινῶν ἀναφέρονται, παρ' ὧν φυλαττόντων μερίζονται πρὸς ἐκάστην διοίκησιν· καλοῦσι δ' ἀποδέκτας τούτους καὶ ταμίας. ἑτέρα δ' ἀρχὴ πρὸς ἣν ἀναγράφεσθαι δεῖ τὰ τε ἴδια συμ-
 35 βόλαια καὶ τὰς κρίσεις [ἐκ] τῶν δικαστηρίων· παρὰ δὲ τοῖς αὐτοῖς τούτοις καὶ τὰς γραφὰς τῶν δικῶν γίνεσθαι δεῖ καὶ

indispensáveis é impossível existir uma cidade, assim como sem magis-
 traturas que assegurem a boa ordem e a harmonia é impossível existir
 uma cidade bem administrada. Além disso, é conveniente que nas cidades
 pequenas haja poucas magistraturas, e nas grandes muitas, como já
 dissemos atrás⁽⁴⁶⁾. Não devemos ocultar que espécie de magistraturas
 podemos agrupar, e que magistraturas devemos manter separadas. 10

Ora, o primeiro dos cargos indispensáveis à cidade diz respeito à
 agora, para a qual deve ser destacado um magistrado que supervisione
 os contratos comerciais⁽⁴⁷⁾ e a boa ordem. Como é indispensável que em
 quase todas as cidades haja compra e venda em vista das necessidades
 básicas recíprocas, este parece ser o meio mais disponível para atingir
 essa autarquia que parece conferir unidade ao regime. 15

Um outro cargo indispensável que se segue e que está muito próximo
 do primeiro, é o que visa cuidar do património público e privado das
 cidades⁽⁴⁸⁾, para que esteja em boas condições, preservar e reparar os
 edifícios em ruínas e a rede viária, evitar as disputas entre os cidadãos
 nestes domínios, e outras funções próprias do cargo. A maioria dá a esta
 magistratura o nome de administração urbana; a administração tem muitas
 secções nas cidades mais populosas com cargos diferentes: assim por
 exemplo, os directores de fortificações⁽⁴⁹⁾, inspectores de recursos hídricos
 e vigilantes portuários. Há também um outro cargo indispensável, e que
 está muito próximo do que foi referido ainda agora, posto que se ocupa
 das mesmas coisas, mas no campo, fora da cidade: aos magistrados que
 o executam uns chamam de inspectores do território, outros de inspectores
 florestais. São três, portanto, os cargos que se ocupam das funções que
 acabámos de referir. Todavia, a eles se junta um outro cargo para o qual
 são remetidas as contribuições tributárias da comunidade, e que os
 magistrados devem guardar e repartir pelas diferentes áreas administra-
 tivas; a esses funcionários chamamos de cobradores ou tesoureiros⁽⁵⁰⁾.
 Outro cargo é o dos magistrados que têm de registar os contratos privados
 e as decisões dos tribunais, assim como dar provimento aos processos
 judiciais e aos procedimentos de primeira instância⁽⁵¹⁾. Em certos lugares, 35

τὰς εἰσαγωγὰς. ἐνιαχοῦ μὲν οὖν μερίζουσι καὶ ταύτην εἰς
 πλείους, ἔστι δ' <οὗ> μία κυρία τούτων πάντων· καλοῦνται δὲ
 ἱερομνήμονες καὶ ἐπιστάται καὶ μνήμονες καὶ τούτοις ἄλλα
 40 ὀνόματα σύνεγγυς. μετὰ δὲ ταύτην ἐχομένη μὲν ἀναγκαιο-
 τάτη δὲ σχεδὸν καὶ χαλεπωτάτη τῶν ἀρχῶν ἐστὶν ἡ περὶ
 τὰς πράξεις τῶν καταδικασθέντων καὶ τῶν προτιθεμένων
 1322a κατὰ τὰς ἐγγραφὰς καὶ περὶ τὰς φυλακὰς τῶν σωματῶν.
 χαλεπὴ μὲν οὖν ἐστὶ διὰ τὸ πολλὴν ἔχειν ἀπέχθειαν, ὥστε
 ὅπου μὴ μεγάλα ἐστὶ κερδαίνειν, οὐτ' ἄρχειν ὑπομένουσιν
 αὐτὴν οὐθ' ὑπομείναντες ἐθέλουσι πράττειν κατὰ τοὺς νόμους·
 5 ἀναγκαῖα δ' ἐστίν, ὅτι οὐδὲν ὄφελος γίνεσθαι μὲν δίκας περὶ
 τῶν δικαίων, ταύτας δὲ μὴ λαμβάνειν τέλος, ὥστ' εἰ μὴ
 γιγνομένων κοινωνεῖν ἀδύνατον ἀλλήλοις, καὶ πράξεων μὴ
 γιγνομένων. διὸ βέλτιον μὴ μίαν εἶναι ταύτην τὴν ἀρχήν,
 ἀλλ' ἄλλους ἐξ ἄλλων δικαστηρίων, καὶ περὶ τὰς προθέσεις
 10 τῶν ἀναγεγραμμένων ὡσαύτως πειράσθαι διαιρεῖν, ἔτι δ'
 ἔνια πράττεσθαι καὶ τὰς ἀρχὰς τὰς τε ἄλλας καὶ τὰς
 τῶν ἔνων μᾶλλον τὰς νέας, καὶ τὰς τῶν ἐνεστώτων ἑτέρας
 καταδικασάσης ἑτέραν εἶναι τὴν πραττομένην, οἷον ἀστυ-
 νόμους τὰς παρὰ τῶν ἀγορανόμων, τὰς δὲ παρὰ τούτων ἑ-
 15 τέρους. ὅσῳ γὰρ ἂν ἐλάττων ἀπέχθεια ἐνῇ τοῖς πραττομένοις,
 τοσοῦτω μᾶλλον λήψονται τέλος αἱ πράξεις· τὸ μὲν οὖν τοὺς
 αὐτοὺς εἶναι τοὺς καταδικάσαντας καὶ πραττομένους ἀπέχθειαν
 ἔχει διπλὴν, τὸ δὲ περὶ πάντων τοὺς αὐτοὺς <ποιεῖ αὐτοὺς> πολε-
 μίους πᾶσιν. πολλαχοῦ δὲ δὴ διήρηται καὶ ἡ φυλάττουσα πρὸς τὴν
 20 πραττομένην, οἷον Ἀθήνησιν <ἡ> τῶν ἑνδεκα καλουμένων. διὸ
 βέλτιον καὶ ταύτην χωρίζειν, καὶ τὸ <αὐτὸ> σόφισμα ζητεῖν καὶ
 περὶ ταύτην. ἀναγκαῖα μὲν γάρ ἐστιν οὐχ ἥττον τῆς εἰρημένης,

apesar de haver um magistrado supremo, esta magistratura também se
 divide por várias funções; esses funcionários recebem o nome de notários
 sagrados ⁽⁵²⁾, superintendentes, e conservadores, ou outras designações
 próximas.

Depois destes, o cargo que se segue, e que é talvez o mais
 necessário, mas também o mais árduo, é o que diz respeito não só à
 execução das sentenças judiciais contra os condenados e os infractores
 fiscais, cujos nomes eram afixados em listas ⁽⁵³⁾, como à custódia dos 1322a
 próprios prisioneiros. Sendo um cargo tão penoso que, por suscitar a
 animosidade dos populares, dele não se extrai senão um magro proveito,
 ninguém aceita exercê-lo ⁽⁵⁴⁾, ou se alguém o aceita, ninguém o deseja
 desempenhar em conformidade com a lei. Todavia, tal magistratura é 5
 indispensável, porque é escusado julgar para determinar os direitos de
 cada um se o julgamento não for levado ao seu termo. Assim, se é
 impossível que uma comunidade exista sem essa magistratura, também o
 será se as sentenças não se executarem. Por isso mesmo, é melhor que
 para o desempenho deste cargo não haja apenas uma magistratura, mas
 que a desempenhem outros membros de diferentes tribunais. É conveni- 10
 ente também que se divida por vários funcionários a tarefa de publicar
 os nomes dos infractores fiscais. Além disso, é melhor que determinadas
 penas sejam executadas pelos próprios magistrados ⁽⁵⁵⁾, especialmente
 pelos mais novos; e quando se tratar de magistrados em funções, que
 sejam uns a ditar a condenação, e outros a executá-la (por exemplo, os
 administradores urbanos executarão as sentenças judiciais dos inspectores do
 mercado, e outros executarão as sentenças ditadas por aqueles). Desta forma,
 quanto menos os encarregados de executar as penas incorrerem em desdita 15
 diante do povo, melhor se cumprirá a execução dos julgamentos. Concentrar
 nas mãos dos mesmos a condenação e a execução judiciais, é dar uma dupla
 razão para ser odiado, assim como fazer executar as sentenças pelos mesmos,
 é fazer-se inimigo de todos. Em muitos lugares, a magistratura encarregada
 da custódia dos presos coincidia com a da execução das penas ⁽⁵⁶⁾. Assim
 ocorre em Atenas, com a magistratura a que chamam dos "Onze". Por isso 20
 é melhor dividir também esta magistratura, recorrendo ao estratagema ateniense.
 Na verdade, não sendo esta magistratura menos indispensável do que a
 que vimos atrás, acontece que é frequentemente recusada pelos cidadãos

συμβαίνει δὲ τοὺς μὲν ἐπιεικεῖς φεύγειν μάλιστα ταύτην τὴν
 ἀρχήν, τοὺς δὲ μοχθηροὺς οὐκ ἀσφαλὲς ποιεῖν κυρίου· αὐτοὶ
 25 γὰρ δέονται φυλακῆς μᾶλλον ἢ φυλάττειν ἄλλους δύναν-
 ται. διὸ δεῖ μὴ μίαν ἀποτεταγμένην ἀρχήν εἶναι πρὸς
 αὐτούς, μηδὲ συνεχῶς τὴν αὐτήν, ἀλλὰ τῶν τε νέων, ὅπου
 τις ἐφήβων ἢ φρουρῶν ἔστι τάξις, καὶ τῶν ἀρχῶν δεῖ κατὰ
 30 μέρη ποιεῖσθαι τὴν ἐπιμέλειαν ἑτέρους. ταύτας μὲν οὖν τὰς
 ἀρχὰς ὡς ἀναγκαιοτάτας θετέον εἶναι πρώτας, μετὰ δὲ
 ταύτας τὰς ἀναγκαίας μὲν οὐθὲν ἦττον, ἐν σχήματι δὲ μεί-
 ζονι τεταγμένους· καὶ γὰρ ἐμπειρίας καὶ πίστεως δέονται
 πολλῆς. τοιαῦται δ' εἶναι ἂν αἱ τε περὶ τὴν φυλακὴν τῆς πό-
 λεως, καὶ ὅσαι τάττονται πρὸς τὰς πολεμικὰς χρεῖας. δεῖ
 35 δὲ καὶ ἐν εἰρήνῃ καὶ ἐν πολέμῳ πυλῶν τε καὶ τειχῶν φυ-
 λακῆς ὁμοίως ἐπιμελητὰς εἶναι καὶ ἐξετάσεως καὶ συν-
 τάξεως τῶν πολιτῶν. ἐνθα μὲν οὖν ἐπὶ πᾶσι τούτοις ἀρχαὶ
 πλείους εἰσὶν, ἐνθα δ' ἐλάττους, οἷον ἐν ταῖς μικραῖς πόλεσι
 μία περὶ πάντων. καλοῦσι δὲ στρατηγοὺς καὶ πολεμάρχους
 1322b τοὺς τοιούτους. ἔτι δὲ καὶ ὧσιν ἱππεῖς ἢ ψιλοὶ ἢ τοξόται ἢ
 ναυτικόν, καὶ ἐπὶ τούτων ἐκάστων ἐνίοτε καθίσταται ἀρχή,
 αἱ καλοῦνται ναυαρχίαι καὶ ἱππαρχίαι καὶ ταξιαρχίαι, καὶ
 κατὰ μέρος δὲ αἱ ὑπὸ ταύτας τριηραρχίαι καὶ λοχαγίαι
 5 καὶ φυλαρχίαι καὶ ὅσαι τούτων μόρια. τὸ δὲ πᾶν ἐν τι τού-
 του ἔστιν εἶδος, ἐπιμελείας πολεμικῶν. περὶ μὲν οὖν ταύτην
 τὴν ἀρχήν ἔχει τὸν τρόπον τούτον· ἐπεὶ δὲ ἐνταῦθα τῶν ἀρχῶν,
 εἰ καὶ μὴ πᾶσαι, διαχειρίζουσι πολλὰ τῶν κοινῶν, ἀναγ-
 καῖον ἑτέραν εἶναι τὴν ληψομένην λογισμὸν καὶ προσευθυ-
 10 νοῦσαν, αὐτὴν μὲν διαχειρίζουσαν ἕτερον· καλοῦσι δὲ τούτους
 οἱ μὲν εὐθύνους οἱ δὲ λογιστὰς οἱ δ' ἐξεταστὰς οἱ δὲ συν-
 ηγόρους. παρὰ πάσας δὲ ταύτας τὰς ἀρχὰς ἢ μάλιστα κυ-
 ρία πάντων ἔστιν· ἢ γὰρ αὐτὴ πολλάκις ἔχει τὸ τέλος καὶ

condignos. Ora não é seguro que homens sem escrúpulos controlem esta
 magistratura, tanto mais quando são eles que precisam de ser vigiados,
 mais do que vigiar os outros. É por isso que não deve haver uma só
 25 magistratura destinada aos presos, nem que a mesma seja desempenhada
 pelos mesmos cidadãos; uma tal tarefa deve ser confiada a grupos
 distintos de jovens, nos casos onde existem organizações de efebos ou de
 milícias, e a magistrados designados rotativamente.

Sendo estas magistraturas as mais indispensáveis, devem ser colo-
 cadas em primeiro lugar. Depois devem estar as magistraturas que, não
 30 sendo menos indispensáveis encontram-se num nível superior, pois reque-
 rem muita experiência e confiança no seu desempenho. A esta espécie de
 magistraturas pertencem os cargos relativos à vigilância da cidade, e
 todos os cargos relacionados com as necessidades da guerra. Tanto em
 tempo de paz como de guerra, faz falta não só um corpo de sentinelas
 que guarde as portas e muralhas da cidade, como também um grupo de
 35 funcionários encarregues do recrutamento e formação militar dos cida-
 dãos. Assim, se em certos lugares são necessárias muitas magistraturas
 para prover a tudo isso, noutros lugares já são precisas menos, como nas
 pequenas cidade em que uma só magistratura basta para exercer todas
 essas funções. Chamamos generais e comandantes em chefe aos magis-
 trados que exercem esses cargos (57). Quando existe cavalaria, infantaria
 1322b ligeira, corpo de arqueiros, e armada, a cada um desses ramos está
 destinada uma magistratura específica, cujos oficiais recebem o nome de
 almirantes, generais de cavalaria e generais de tropas ligeiras; no caso
 de se tratar de uma unidade pequena, os oficiais recebem o nome de
 capitães de mar, capitães de infantaria e chefes de esquadrão, e o mesmo
 se passa para as partes de cada uma destas unidades. O conjunto de todas
 5 estas competências constitui, contudo, um único género: os afazeres da
 guerra. São estes os aspectos que se referem à dita magistratura.

Por outro lado, como determinadas magistraturas, senão mesmo
 todas, manejam avultados fundos públicos, é indispensável que exista
 uma magistratura encarregada de fiscalizar e contabilizar, sem que ela
 10

15 τὴν εἰσφορὰν ἢ προκάθεται τοῦ πλήθους, ὅπου κύριός ἐστιν ὁ
 δῆμος· δεῖ γὰρ εἶναι τὸ συνάγον τὸ κύριον τῆς πολιτείας.
 καλεῖται δὲ ἐνθα μὲν πρόβουλοι διὰ τὸ προβουλεύειν, ὅπου
 δὲ πλήθός ἐστι, βουλή μᾶλλον. αἱ μὲν οὖν πολιτικαὶ τῶν
 ἀρχῶν σχεδὸν τοσαῦταί τινές εἰσιν· ἄλλο δ' εἶδος ἐπι-
 20 μελείας ἢ περὶ τοὺς θεούς, οἷον ἱερεῖς τε καὶ ἐπιμεληταὶ τῶν
 περὶ τὰ ἱερὰ τοῦ σώζεσθαι τε τὰ ὑπάρχοντα καὶ ἀνορθοῦσθαι
 τὰ πίπτοντα τῶν οἰκοδομημάτων καὶ τῶν ἄλλων ὅσα τέτα-
 κται πρὸς τοὺς θεούς. συμβαίνει δὲ τὴν ἐπιμέλειαν ταύτην
 ἐνιαχοῦ μὲν εἶναι μίαν, οἷον ἐν ταῖς μικραῖς πόλεσιν, ἐνι-
 αχοῦ δὲ πολλὰς καὶ κεχωρισμένας τῆς ἱερωσύνης, οἷον ἱερο-
 25 ποιούς καὶ ναοφύλακας καὶ ταμίας τῶν ἱερῶν χρημάτων.
 ἐχομένη δὲ ταύτης ἢ πρὸς τὰς θυσίας ἀφωρισμένη τὰς κοι-
 νὰς πάσας, ὅσας μὴ τοῖς ἱερεῦσιν ἀποδίδωσιν ὁ νόμος, ἀλλ'
 ἀπὸ τῆς κοινῆς ἐστίας ἔχουσι τὴν τιμὴν· καλοῦσι δ' οἱ μὲν
 ἀρχοντας τούτους οἱ δὲ βασιλεῖς οἱ δὲ πρυτάνεις. αἱ μὲν
 30 οὖν ἀναγκαῖαι ἐπιμέλειαί εἰσι περὶ τούτων, ὥς εἰπεῖν συγ-
 κεφαλαιωσαμένους, περὶ τε τὰ δαιμόνια καὶ τὰ πολεμικά
 καὶ περὶ τὰς προσόδους καὶ τὰ ἀναλίσκόμενα, καὶ περὶ
 ἀγορὰν καὶ περὶ τὸ ἄστυ καὶ λιμένας καὶ τὴν χώραν, ἔτι
 περὶ τὰ δικαστήρια, καὶ συναλλαγμάτων ἀναγραφὰς
 35 καὶ πράξεις καὶ φυλακὰς καὶ ἐπιλογισμούς τε καὶ ἐξετά-
 σεις καὶ προσευθύνas τῶν ἀρχόντων, καὶ τέλος αἱ περὶ τὸ
 βουλευόμενόν εἰσι <περὶ> τῶν κοινῶν· ἴδιαι δὲ ταῖς σχολαστι-
 κωτέραις καὶ μᾶλλον εὐημερούσαις πόλεσιν, ἔτι δὲ φροντι-

própria tenha um fundo de maneio. Aos funcionários deste género uns dão o nome de fiscais, outros chamam-nos de auditores de contas ⁽⁵⁸⁾, outros de revisores, e outros ainda de inspectores do fisco.

Posto que há necessidade de fazer convergir todos os poderes do regime numa só autoridade, a par das magistraturas administrativas existe uma autoridade suprema sobre todas, que controla a decisão final, a implementação de uma medida, ou a presidência de uma assembleia (onde a voz suprema é a do povo) porque é preciso uma autoridade que concentre a supremacia do regime. Em determinados lugares designam-se por consultores ⁽⁵⁹⁾ os magistrados que se ocupam dessas funções, dado que preparam as deliberações; noutros lugares, onde a autoridade do regime está confiada ao povo, prefere-se chamar Conselho. Estas magistraturas que acabámos de ver são, de certo modo, as magistraturas políticas.

Uma outra espécie de cargos relaciona-se com o culto das divindades ⁽⁶⁰⁾: o cargo dos sacerdotes, os encarregados de conservar os templos existentes e de restaurar os arruinados, e outros relativos ao culto das divindades. Pode acontecer que estas funções se encontrem, nas pequenas cidades, concentradas nas mãos de uma única magistratura; todavia, na grande maioria das cidades, distribuem-se por múltiplos cargos, alguns deles independentes do sacerdócio, como é o caso, por exemplo, dos executores de ritos sagrados ⁽⁶¹⁾, dos guardiães do templo, e dos adminis-
 25 tradores de bens patrimoniais religiosos ⁽⁶²⁾. A esta magistratura segue-se a que se ocupa de todos os sacrifícios públicos que, por lei, não se encontram reservados aos sacerdotes ⁽⁶³⁾, mas cuja dignidade advém do lugar de relevo que os cidadãos dela incumbidos ocupam na comunidade; tal é o caso dos magistrados a quem se dá o nome de arcontes, reis, ou pritanos ⁽⁶⁴⁾.

A bem dizer, as funções das magistraturas indispensáveis são recapituláveis do seguinte modo: assuntos religiosos; instituição militar; receitas e despesas públicas com o ordenamento do mercado, da cidade, dos portos e do território; processos judiciais, registo dos contratos, execução das penas e custódia dos presos; apuramento das contas, revisão e inspecção dos magistrados fiscais; e, por fim, deliberação dos assuntos de interesse comum. No que se refere, de um modo particular, às cidades onde se pode desfrutar o ócio e a prosperidade, e onde existe a preocupação com a boa ordem ⁽⁶⁵⁾, é de todo o interesse criar cargos ligados

ζούσαις εὐκοσμίας, γυναικονομία νομοφυλακία παιδονομία
1323a γυμνασιαρχία, πρὸς δὲ τούτοις περὶ ἀγῶνας ἐπιμέλεια γυ-
μνικὸν καὶ Διονυσιακόν, καὶ εἴ τινας ἑτέρας συμβαίνει
τοιαύτας γίνεσθαι θεωρίας. τούτων δ' ἐνιαὶ φανερώς εἰσιν οὐ
δημοτικαὶ τῶν ἀρχῶν, οἷον γυναικονομία καὶ παιδονομία·
5 τοῖς γὰρ ἀπόροις ἀνάγκη χρῆσθαι καὶ γυναιξὶ καὶ παισὶν
ὥσπερ ἀκολούθοις διὰ τὴν ἀδουλίαν. τριῶν δ' οὐσῶν ἀρχῶν
καθ' ἃς αἰροῦνται τινες ἀρχὰς τὰς κυρίους, νομοφυλάκων προ-
βούλων βουλῆς, οἱ μὲν νομοφύλακες ἀριστοκρατικόν, ὀλιγαρ-
χικόν δ' οἱ πρόβουλοι, βουλὴ δὲ δημοτικόν. περὶ μὲν οὖν τῶν
10 ἀρχῶν, ὡς ἐν τύπῳ, σχεδὸν εἴρηται περὶ πασῶν.

à vigilância da conduta das mulheres ⁽⁶⁶⁾, guarda das leis ⁽⁶⁷⁾, vigilância
da conduta dos menores ⁽⁶⁸⁾, direcção dos ginásios ⁽⁶⁹⁾, assim como cargos
que promovam concursos de ginástica, festivais dionisiacos, e outros
espectáculos do género ⁽⁷⁰⁾. Posto que os pobres têm de recorrer às
mulheres e aos filhos para os trabalhos servis, uma vez que não dispõem
de recursos para ter escravos, é evidente que há determinadas magistra-
turas que não possuem qualquer finalidade democrática, como é o caso,
por exemplo, das que se ocupam da vigilância das mulheres e menores.
5 Ora, sendo em número de três as magistraturas de que dependem, em
determinadas cidades, a eleição para os cargos supremos, a saber, os
guardiães da lei, os consultores e o Conselho, temos pois que a primeira
é de índole aristocrática, a segunda de índole oligárquica, e a terceira de
índole democrática. Eis, portanto, em traços gerais, tudo ou quase tudo,
10 o que há para dizer acerca de todas as magistraturas.

ΠΟΛΙΤΙΚΩΝ Η

LIVRO VII

1 Περὶ δὲ πολιτείας ἀρίστης τὸν μέλλοντα ποιήσασθαι τὴν
 προσήκουσαν ζήτησιν ἀνάγκη διορίσασθαι πρῶτον τίς αἰρε-
 τώτατος βίος. ἀδήλου γὰρ ὄντος τούτου καὶ τὴν ἀρίστην
 ἀναγκαῖον ἄδηλον εἶναι πολιτείαν· ἄριστα γὰρ πράττειν
 15 προσήκει τοὺς ἄριστα πολιτευομένους ἐκ τῶν ὑπαρχόντων
 αὐτοῖς, ἐὰν μὴ τι γίγνηται παράλογον. διὸ δεῖ πρῶτον
 ὁμολογεῖσθαι τίς ὁ πᾶσιν ὥς εἰπεῖν αἰρετώτατος βίος, μετὰ
 δὲ τοῦτο πότερον κοινῇ καὶ χωρὶς ὁ αὐτὸς ἢ ἕτερος. νομί-
 20 σαντας οὖν ἱκανῶς πολλὰ λέγεσθαι καὶ τῶν ἐν τοῖς ἐξωτερι-
 κοῖς λόγοις περὶ τῆς ἀρίστης ζωῆς, καὶ νῦν χρηστέον αὐτοῖς.
 ὥς ἀληθῶς γὰρ πρὸς γε μίαν διαίρεσιν οὐδεὶς ἀμφισβητή-
 σειεν ἂν ὥς οὐ, τριῶν οὖσῶν μερίδων, τῶν τε ἐκτὸς καὶ τῶν ἐν
 τῷ σώματι καὶ τῶν ἐν τῇ ψυχῇ, πάντα ταῦτα ὑπάρχειν
 25 τοῖς μακαρίοις χρή. οὐδεὶς γὰρ ἂν φαίη μακάριον τὸν μηθὲν
 μόριον ἔχοντα ἀνδρείας μηδὲ σωφροσύνης μηδὲ δικαιοσύνης
 μηδὲ φρονήσεως, ἀλλὰ δεδιότα μὲν τὰς παραπετομένας
 μυίας, ἀπεχόμενον δὲ μηθενός, ἂν ἐπιθυμήσῃ τοῦ φαγεῖν ἢ
 πιεῖν, τῶν ἐσχάτων, ἐνεκα δὲ τεταρτημορίου διαφθείροντα
 30 τοὺς φιλάτους φίλους, ὁμοίως δὲ καὶ τὰ περὶ τὴν διάνοιαν
 οὕτως ἀφρονα καὶ διεψευσμένον ὥσπερ τι παιδίον ἢ μαινό-
 μενον. ἀλλὰ ταῦτα μὲν λεγόμενα ὥσπερ πάντες ἂν συγ-
 χωρήσειαν, διαφέρονται δ' ἐν τῷ ποσῷ καὶ ταῖς ὑπεροχαῖς.
 τῆς μὲν γὰρ ἀρετῆς ἔχειν ἱκανὸν εἶναι νομίζουσιν ὅποσονοῦν,
 πλούτου δὲ καὶ χρημάτων καὶ δυνάμεως καὶ δόξης καὶ πάν-

1. O bem supremo para a cidade e para o indivíduo.

Ao encetar-se uma investigação adequada do melhor regime, é
 necessário determinar primeiramente o modo de vida preferível. Se este
 aspecto não for claro, também não o será o melhor regime. É natural que
 sejam os povos mais bem governados que, em dadas circunstâncias (¹),
 tenham a melhor vida, a menos que suceda algo de anormal. Nesse
 sentido, antes de mais, temos que nos pôr de acordo em que consiste para
 todos a vida preferível, e só depois saber se a vida preferível para o
 indivíduo coincide ou não com a da comunidade.

Tendo em conta que já falámos (²) o suficiente sobre a vida prefe-
 rível nos estudos exotéricos (³), passemos adiante (⁴). Ninguém verdadei-
 ramente refuta a classificação segundo a qual os bens se escalonam em
 três níveis: bens exteriores, bens do corpo e bens da alma. Ninguém, com
 efeito teria por venturoso (⁵) o homem que não possuísse um rasgo de
 25 coragem, de temperança, de justiça e de prudência, mas que tivesse medo
 de uma mosca que voasse em torno da cabeça, que fosse incapaz de se
 abster dos maiores excessos para satisfazer o desejo de comida ou bebida,
 ou que exterminasse uma mão cheia de amigos íntimos, ou que a sua
 mente se afigurasse tão insensata e errática como a de uma criança ou
 30 de um louco (⁶).

Todos concordariam com o que acabámos de referir; todavia, as
 divergências acentuam-se quando se trata de definir a quantidade e a

35 των τῶν τοιούτων εἰς ἀπειρον ζητοῦσι τὴν ὑπερβολήν. ἡμεῖς
 δὲ αὐτοῖς ἐροῦμεν ὅτι ῥάδιον μὲν περὶ τούτων καὶ διὰ τῶν
 ἔργων λαμβάνειν τὴν πίστιν, ὁρῶντας ὅτι κτῶνται καὶ
 φυλάττουσιν οὐ τὰς ἀρετὰς τοῖς ἐκτὸς ἀλλ' ἐκεῖνα ταύταις,
 1323b καὶ τὸ ζῆν εὐδαιμόνως, εἴτ' ἐν τῷ χαίρειν ἔστιν εἴτ' ἐν ἀρετῇ
 τοῖς ἀνθρώποις εἴτ' ἐν ἀμφοῖν, ὅτι μᾶλλον ὑπάρχει τοῖς τὸ
 ἦθος μὲν καὶ τὴν διάνοιαν κεκοσμημένοις εἰς ὑπερβολήν,
 περὶ δὲ τὴν ἔξω κτήσιν τῶν ἀγαθῶν μετριάζουσιν, ἢ τοῖς
 5 ἐκεῖνα μὲν κεκτημένοις πλείω τῶν χρησίμων, ἐν δὲ τούτοις
 ἐλλείπουσιν· οὐ μὴν ἀλλὰ καὶ κατὰ τὸν λόγον σκοποῦμέ-
 νοις εὐσύννοπτόν ἐστιν. τὰ μὲν γὰρ ἐκτὸς ἔχει πέρας, ὥσπερ ὀρ-
 γανόν τι, πᾶν τε τὸ χρήσιμον εἰς τι· ὧν τὴν ὑπερ-
 βολὴν ἢ βλάβειν ἀναγκαῖον ἢ μηθὲν ὄφελος εἶναι τοῖς
 10 ἔχουσιν, τῶν δὲ περὶ ψυχὴν ἑκάστον ἀγαθῶν, ὅσῳ περ ἂν
 ὑπερβάλλῃ, τοσούτῳ μᾶλλον χρήσιμον εἶναι, εἰ δεῖ καὶ τού-
 τοις ἐπιλέγειν μὴ μόνον τὸ καλὸν ἀλλὰ καὶ τὸ χρήσιμον.
 ὅλως τε δῆλον ὡς ἀκολουθεῖν φήσομεν τὴν διάθεσιν τὴν ἀρί-
 στην ἑκάστου πράγματος πρὸς ἀλλήλα κατὰ τὴν ὑπεροχὴν
 15 ἥνπερ εἴληχε ταῦτα ὧν φάμεν αὐτὰς εἶναι διαθέσεις
 [ταύτας]. ὥστ' εἴπερ ἔστιν ἡ ψυχὴ καὶ τῆς κτήσεως καὶ τοῦ
 σώματος τιμιώτερον καὶ ἀπλῶς καὶ ἡμῖν, ἀνάγκη καὶ τὴν
 διάθεσιν τὴν ἀρίστην ἑκάστου ἀνάλογον τούτων ἔχειν. ἔτι δὲ
 τῆς ψυχῆς ἕνεκεν ταῦτα πέφυκεν αἰρετὰ καὶ δεῖ πάντας
 20 αἰρεῖσθαι τοὺς εὖ φρονοῦντας, ἀλλ' οὐκ ἐκείνων ἕνεκεν τὴν ψυ-
 χήν. ὅτι μὲν οὖν ἑκάστῳ τῆς εὐδαιμονίας ἐπιβάλλει τοσούτον
 ὅσον περ ἀρετῆς καὶ φρονήσεως καὶ τοῦ πράττειν κατὰ ταύ-
 τας, ἔστω συνωμολογημένον ἡμῖν, μάρτυρι τῷ θεῷ χρωμέ-
 νοις, ὃς εὐδαίμων μὲν ἔστι καὶ μακάριος, δι' οὐθὲν δὲ τῶν

35 proeminência desses bens. Alguns consideram que basta uma certa quan-
 tidade de virtude, mas buscam uma abundância ilimitada de riqueza,
 patrimônio, poder, glória, e bens semelhantes. Além disso, é fácil respon-
 der a tal posição com a prova irrefutável dos factos. Com efeito, vemos
 que não se adquirem e conservam virtudes através de bens exteriores, mas
 sim bens exteriores mediante virtudes. Vemos também que a vida feliz, 1323b
 seja entendida como bênção ou como virtude (ou mesmo como ambas) (?),
 é apanágio de homens que se destacam pelo carácter e pela inteligência,
 mesmo que tenham poucos bens exteriores. Outros podem possuir esses
 bens exteriores, muito para além do que lhes é necessário, mas carecem 5
 dos outros referidos. Também é fácil perceber isto mediante um exame
 teórico. Os bens exteriores, tal como um determinado instrumento, são
 limitados (?). Ora, os utensílios quando usados em excesso não beneficiam
 nem servem o seu utente. Já com os bens da alma sucede o contrário: 10
 quanto mais abundantes mais úteis são, se para além da beleza tivermos
 que lhes atribuir também uma utilidade. Em geral, é evidente que, a
 melhor disposição de uma coisa, quanto à sua superioridade, se compa-
 rada com a melhor disposição de outra, mantém a mesma distância que
 existe entre as coisas de que dizemos que são disposições (?). Assim, se 15
 a alma é mais valiosa do que os bens possuídos ou o corpo, tanto em
 termos absolutos como para nós (?), necessariamente estarão na mesma
 relação as suas melhores disposições. Ademais, é em vista da alma que
 esses bens são preferíveis — e os sensatos devem preferi-los — e não
 a alma em vista desses bens. 20

Convenhamos, portanto, que cada um participa da felicidade na
 mesma medida em que participa da virtude e do discernimento, agindo em
 conformidade com ambos (?). Testemunho disso são as divindades: são
 felizes e ditosas não devido a qualquer bem exterior mas por si mesmas e
 por um certo modo de ser da sua natureza (?). Deve, portanto, distinguir- 25
 -se entre sorte e felicidade. Os bens exteriores à alma dependem do acaso

25 εξωτερικῶν ἀγαθῶν ἀλλὰ δι' αὐτὸν αὐτὸς καὶ τῷ ποιός τις
εἶναι τὴν φύσιν, ἐπεὶ καὶ τὴν εὐτυχίαν τῆς εὐδαιμονίας διὰ
ταῦτ' ἀναγκαῖον ἑτέραν εἶναι (τῶν μὲν γὰρ ἐκτὸς ἀγαθῶν
τῆς ψυχῆς αἴτιον ταυτόματον καὶ ἡ τύχη, δίκαιος δ' οὐδείς
οὐδὲ σῶφρων ἀπὸ τύχης οὐδὲ διὰ τὴν τύχην ἐστίν). ἐχόμενον
30 δ' ἐστὶ καὶ τῶν αὐτῶν λόγων δεόμενον καὶ πόλιν εὐδαίμονα
τὴν ἀρίστην εἶναι καὶ πράττουσαν καλῶς. ἀδύνατον δὲ καλῶς
πράττειν τοῖς μὴ τὰ καλὰ πράττουσιν· οὐθὲν δὲ καλὸν ἔργον
οὔτ' ἀνδρὸς οὔτε πόλεως χωρὶς ἀρετῆς καὶ φρονήσεως· ἀνδρεία
δὲ πόλεως καὶ δικαιοσύνη καὶ φρόνησις <καὶ σωφροσύνη>
35 τὴν αὐτὴν ἔχει δύναμιν καὶ μορφήν ὧν μετασχὼν ἕκαστος
τῶν ἀνθρώπων λέγεται <ἀνδρεῖος καὶ> δίκαιος καὶ
φρόνιμος καὶ σῶφρων. ἀλλὰ γὰρ ταῦτα μὲν ἐπὶ τοσοῦτον ἔστω
πεφρομισμένα τῷ λόγῳ· οὔτε γὰρ μὴ θιγγάνειν αὐτῶν δυνατόν,
οὔτε πάντας τοὺς οἰκείους ἐπεξελεῖν ἐνδέχεται λόγους, ἑτέρας γὰρ
40 ἐστὶν ἔργον σχολῆς ταῦτα· νῦν δὲ ὑποκείσθω τοσοῦτον, ὅτι βίος
μὲν ἀριστος, καὶ χωρὶς ἐκάστω καὶ κοινῇ ταῖς πόλεσιν, ὁ μετ'
1324a ἀρετῆς κεχορηγημένης ἐπὶ τοσοῦτον ὥστε μετέχειν τῶν κατ'
ἀρετὴν πράξεων, πρὸς δὲ τοὺς ἀμφισβητοῦντας, ἐάσαντας ἐπὶ τῆς
νῦν μεθόδου, διασκεπτέον ὕστερον, εἴ τις τοῖς εἰρημένοις τυγχά-
νει μὴ πειθόμενος.

5 2 Πότερον δὲ τὴν εὐδαιμονίαν τὴν αὐτὴν εἶναι φατέον
ἐνός τε ἐκάστου τῶν ἀνθρώπων καὶ πόλεως ἢ μὴ τὴν αὐτὴν,
λοιπὸν ἐστὶν εἰπεῖν. φανερόν δὲ καὶ τοῦτο. πάντες γὰρ οὖν
ὁμολογήσειαν εἶναι τὴν αὐτὴν. ὅσοι γὰρ ἐν πλούτῳ τὸ ζῆν
εὖ τίθενται ἐφ' ἐνός, οὗτοι καὶ τὴν πόλιν ὅλην, ἐὰν ᾗ πλου-
10 σία, μακαρίζουσιν· ὅσοι τε τὸν τυραννικὸν βίον μάλιστα τιμῶ-
σιν, οὗτοι καὶ πόλιν τὴν πλείστων ἀρχουσάν εὐδαιμονεστά-

e da sorte; ninguém, pelo contrário é justo ou prudente por sorte ou por
causa da sorte. A partir deste argumento segue-se que a cidade melhor
é simultaneamente feliz e próspera. Ora, é impossível que as coisas 30
corram bem aos que não agem bem; e não há obra boa, seja do indivíduo
seja da cidade, à revelia da virtude e da prudência (13). A coragem, a
justiça e a prudência da cidade têm a mesma capacidade e a mesma forma
das virtudes que fazem com que o homem, que delas participa seja
chamado justo, prudente e moderado. 35

Terminemos estes breves preliminares, tanto mais que, mesmo sem
ser possível deixar de referi-los (14), constituiria tarefa morosa demorarmo-
nos em todas as questões implicadas. Deixemos assente por ora que a
vida preferível, tanto para o indivíduo como para a comunidade, consiste
na vida acompanhada de uma virtude com recursos suficientes para 40
participar em acções virtuosas (15). Deixaremos de lado as objecções na 1324a
presente investigação, tencionando examiná-las mais tarde se alguém
ainda não estiver suficientemente persuadido.

2. Complementaridade entre a vida prática e a vida contemplativa.

Saber se a felicidade da cidade é a mesma ou não da do indivíduo, é 5
o que resta agora expor. Neste ponto todos parecem estar de acordo em
reconhecer que a felicidade do indivíduo e a da cidade são a mesma. Na
verdade, os que assentam na riqueza a vida boa do indivíduo, também con-
sideram que só será ditosa a cidade que for rica; aqueles que reputam
a vida tirânica (16) como a mais valiosa, dirão que a cidade mais feliz é 10
aquela em que o tirano governa o maior número possível de cidadãos; quem

15 την ἂν εἶναι φαῖεν· εἴ τε τις τὸν ἕνα δι' ἀρετὴν ἀποδέχεται,
 καὶ πόλιν εὐδαιμονεστέραν φήσῃ τὴν σπουδαιοτέραν. ἀλλὰ
 ταύτ' ἤδη δύο ἐστὶν ἃ δεῖται σκέψεως, ἓν μὲν πότερος αἰρε-
 20 τώτερος βίος, ὁ διὰ τοῦ συμπολιτεύεσθαι καὶ κοινωνεῖν πό-
 λεως ἢ μᾶλλον ὁ ξενικός καὶ τῆς πολιτικῆς κοινωνίας ἀπο-
 λευμένος, ἔτι δὲ τίνα πολιτεῖαν θετέον καὶ ποῖαν διάθεσιν
 πόλεως ἀρίστην, εἴτε πᾶσιν ὄντος αἰρετοῦ <τοῦ> κοινωνεῖν πό-
 25 λεως εἴτε καὶ τισὶ μὲν μὴ τοῖς δὲ πλείστοις. ἐπεὶ δὲ τῆς πολι-
 τικῆς διανοίας καὶ θεωρίας τοῦτ' ἐστὶν ἔργον, ἀλλ' οὐ τὸ περὶ
 ἑκάστον αἰρετόν, ἡμεῖς δὲ ταύτην προηγήμεθα νῦν τὴν σκέ-
 ψιν, ἐκεῖνο μὲν πάρεργον ἂν εἴη, τοῦτο δὲ ἔργον τῆς μεθόδου
 ταύτης. ὅτι μὲν οὖν ἀναγκαῖον εἶναι πολιτεῖαν ἀρίστην ταύ-
 30 την <τὴν> τάξιν καθ' ἣν καὶ ὅστισοῦν ἀριστα πράττοι καὶ ζῶν
 μακαρίως, φανερόν ἐστιν· ἀμφισβητεῖται δὲ παρ' αὐτῶν τῶν
 ὁμολογούντων τὸν μετ' ἀρετῆς εἶναι βίον αἰρετώτατον πό-
 τερον ὁ πολιτικός καὶ πρακτικός βίος αἰρετός ἢ μᾶλλον ὁ
 πάντων τῶν ἔκτος ἀπολελυμένος, οἷον θεωρητικός τις, ὃν
 35 μόνον τινὲς φασὶν εἶναι φιλοσόφου. σχεδὸν γὰρ τούτους τοὺς
 δύο βίους τῶν ἀνθρώπων οἱ φιλοτιμότεροι πρὸς ἀρετὴν φαί-
 νονται προαιρούμενοι, καὶ τῶν προτέρων καὶ τῶν νῦν· λέγω
 δὲ δύο τὸν τε πολιτικὸν καὶ τὸν φιλόσοφον. διαφέρει δὲ οὐ
 μικρὸν ποτέρως ἔχει τὸ ἀληθές· ἀνάγκη γὰρ τὸν γε εὖ
 40 φρονοῦντα πρὸς τὸν βελτίω σκοπὸν συντάττεσθαι, καὶ τῶν
 ἀνθρώπων ἑκάστον καὶ κοινῇ τὴν πολιτείαν. νομίζουσι δ' οἱ
 μὲν τὸ τῶν πέλας ἄρχειν δεσποτικῶς μὲν γιγνόμενον μετ'
 ἀδικίας τινὸς εἶναι τῆς μεγίστης, πολιτικῶς δὲ τὸ μὲν ἄδικον
 οὐκ ἔχειν, ἐμπόδιον δὲ ἔχειν τῇ περὶ αὐτὸν εὐημερίᾳ· τούτων
 45 δ' ὥσπερ ἐξ ἐναντίας ἕτεροι τυγχάνουσι δοξάζοντες· μόνον
 γὰρ ἀνδρὸς τὸν πρακτικὸν εἶναι βίον καὶ πολιτικόν· ἀφ'
 ἑκάστης γὰρ ἀρετῆς οὐκ εἶναι πράξεις μᾶλλον τοῖς ἰδιώταις
 1324b ἢ τοῖς τὰ κοινὰ πράττουσι καὶ πολιτευομένοις. οἱ μὲν οὖν
 οὕτως ὑπολαμβάνουσιν, οἱ δὲ τὸν δεσποτικὸν καὶ τυραννικὸν

considera feliz o indivíduo virtuoso, dirá que é mais feliz a cidade mais
 amadurecida na virtude.

Mas existem duas questões que têm de ser abordadas. Uma consiste
 em saber se é preferível a vida de participação política na comunidade
 15 cívica, ou antes a vida alheada e desvinculada da comunidade política.
 A outra questão consiste em saber quais devem ser considerados os
 melhores regimes e estatutos da cidade, quer a participação cívica seja
 preferível para todos, quer para a maioria com exclusão de alguns. Uma
 vez que esta segunda questão é tarefa da meditação e da teoria políticas
 20 (e não a questão de saber o que é preferível para o indivíduo) ⁽¹⁷⁾ e uma
 vez que nos propusemos levar a cabo a investigação presente, deixamos
 de lado a primeira questão que é acessória.

É evidente que o melhor regime será forçosamente aquele cuja
 ordenação possibilite a qualquer cidadão realizar as melhores acções e
 viver feliz. Apesar de tudo, discute-se, mesmo entre os que reconhecem
 25 que a vida virtuosa é a preferível entre todas, se a vida política e prática
 é preferível à vida liberta de todas as coisas exteriores, como sucede com
 a vida contemplativa ⁽¹⁸⁾ que alguns ⁽¹⁹⁾ defendem como a única vida
 filosófica. A vida política e a vida filosófica: eis as duas formas de vida
 30 humana que parecem preferir os homens mais ambiciosos de virtude, tanto
 do passado como do presente. Não é questão de pouca monta saber de
 que lado está a verdade, visto que, pensando bem, é em vista do melhor
 que necessariamente se ordena a vida do indivíduo e a da comunidade
 política. Uns pensam que ⁽²⁰⁾ o poder despótico exercido ao redor, faz-se
 35 acompanhar da maior injustiça, e que o poder político, apesar de não ser in-
 justo, constitui um obstáculo ao bem estar de cada indivíduo. Outros ⁽²¹⁾, pelo
 contrário, pensam que a vida prática e política é a única digna do homem,
 40 e que nenhuma virtude é exercitada na esfera privada tão bem quanto no
 domínio público e político ⁽²²⁾. E enquanto uns mantêm esta posição, ou-
 1324b tros afirmam que o único regime feliz é o despótico e o tirânico, havendo

5 τρόπον τῆς πολιτείας εἶναι μόνον εὐδαίμονά φασιν. παρ'
 ἐνίοις δ' οὗτος καὶ τῶν νόμων καὶ τῆς πολιτείας ὅρος, ὅπως δε-
 σπύζωσι τῶν πέλας. διὸ καὶ τῶν πλείστων νομίμων χύδην
 10 ὥς εἰπεῖν κειμένων παρὰ τοῖς πλείστοις, ὅμως εἴ ποῦ τι πρὸς
 ἐν οἱ νόμοι βλέπουσι, τοῦ κρατεῖν στοχάζονται πάντες, ὥσπερ
 ἐν Λακεδαιμόνι καὶ Κρήτῃ πρὸς τοὺς πολέμους συντέτακται
 σχεδὸν ἢ τε παιδεία καὶ τὸ τῶν νόμων πλήθος· ἔτι δ' ἐν
 15 τοῖς ἔθνεσι πᾶσι τοῖς δυναμένοις πλεονεκτεῖν ἢ τοιαύτη τετί-
 μηται δύνάμεις, οἷον ἐν Σκύθαις καὶ Πέρσαις καὶ Θραξί
 καὶ Κελτοῖς. ἐν ἐνίοις γάρ καὶ νόμοι τινές εἰσι παροξύνον-
 τες πρὸς τὴν ἀρετὴν ταύτην, καθάπερ ἐν Καρχηδόνι φασὶ
 20 τὸν ἐκ τῶν κρίκων κόσμον λαμβάνειν ὅσας ἀν στρατεύσων-
 ται στρατείας· ἦν δέ ποτε καὶ περὶ Μακεδονίαν νόμος τὸν
 μηθένα ἀπεκταγκότα πολέμιον ἀνδρα περιεζῶσθαι τὴν φορ-
 βειάν· ἐν δὲ Σκύθαις οὐκ ἔξῃν πίνειν ἐν ἑορτῇ τινι σκύφον
 περιφερόμενον τῷ μηθένα ἀπεκταγκότι πολέμιον· ἐν δὲ
 25 τοῖς Ἰβηρσιν, ἔθνει πολεμικῶ, τοσοῦτους τὸν ἀριθμὸν ὀβελί-
 σκους καταπηγνύουσι περὶ τὸν τάφον ὅσους ἀν διαφθείρῃ τῶν
 πολεμίων· καὶ ἕτερα δὴ παρ' ἑτέροις ἔστι τοιαῦτα πολλά,
 τὰ μὲν νόμοις κατειλημμένα τὰ δὲ ἔθεσιν. καίτοι δόξειεν
 30 ἀν ἄγαν ἄτοπον ἴσως εἶναι τοῖς βουλομένοις ἐπισκοπεῖν, εἰ
 τοῦτ' ἐστὶν ἔργον τοῦ πολιτικοῦ, τὸ δύνασθαι θεωρεῖν ὅπως ἄρχῃ
 καὶ δεσπύζῃ τῶν πλησίον, καὶ βουλομένων καὶ μὴ βουλομέ-
 νων. πῶς γὰρ ἀν εἴῃ τοῦτο πολιτικὸν ἢ νομοθετικόν, ὃ γε
 35 μὴδὲ νόμιμόν ἐστιν; οὐ νόμιμον δὲ τὸ μὴ μόνον δικαίως
 ἀλλὰ καὶ ἀδίκως ἄρχειν, κρατεῖν δ' ἔστι καὶ μὴ δικαίως.
 ἀλλὰ μὴν οὐδ' ἐν ταῖς ἄλλαις ἐπιστήμαις τοῦτο ὁρῶμεν· οὔτε
 γὰρ τοῦ ἱατροῦ οὔτε τοῦ κυβερνήτου ἔργον ἐστὶ τὸ ἢ πείσαι ἢ
 βιάσασθαι τοῦ μὲν τοὺς θεραπευομένους τοῦ δὲ τοὺς πλωτῆρας.
 ἀλλ' ἐοίκασιν οἱ πολλοὶ τὴν δεσποτικὴν πολιτικὴν οἶεσθαι
 εἶναι, καὶ ὅπερ αὐτοῖς ἔκαστοι οὐ φασιν εἶναι δίκαιον οὐδὲ
 40 συμφέρον, τοῦτ' οὐκ αἰσχύνονται πρὸς τοὺς ἄλλους ἀσκοῦντες·
 αὐτοὶ μὲν γὰρ παρ' αὐτοῖς τὸ δικαίως ἄρχειν ζητοῦσι, πρὸς

mesmo quem defenda que a meta de um regime e de um corpo legislativo
 visa o domínio em redor. É por isso que na maior parte das cidades quase
 5 toda a legislação está, a bem dizer, muito confusa: e mesmo quando as
 leis fixam um único objectivo, visam o domínio. Assim acontece em
 Esparta e em Creta, onde a educação e grande parte da legislação são
 estabelecidas em função das guerras ⁽²³⁾. O mesmo sucede entre os povos
 10 bárbaros dominadores, tais como Citas, Persas, Trácios e Celtas ⁽²⁴⁾, onde
 as aptidões guerreiras são muito estimadas. Em certas nações há leis que
 estimulam o valor guerreiro, como em Cartago onde consta que os homens
 trazem tantos braceletes quantas as campanhas militares em que partici-
 param. E na Macedónia existiu outrora uma lei, segundo a qual o homem
 15 que nunca tinha morto um inimigo deveria cingir-se com um cordel vulgar.
 Também entre os Citas, quem não tivesse morto um inimigo não podia
 beber por uma taça que, em determinada cerimónia, circulava de mão em
 mão. Entre os Iberos, povo belicoso, eram colocados ao redor do túmulo
 dos guerreiros uma soma de obeliscos equivalente aos inimigos dizima-
 20 dos. Noutras nações, enfim, existem procedimentos análogos aos referi-
 dos, estabelecidos pela lei ou pelo costume.

Contudo, afigurar-se-ia demasiado absurdo a quem quisesse analisar
 estes pontos que a função do político se esgotasse em pensar como
 25 dominar e mandar nos que estão em redor, quer estes o queiram ou não.
 Como pode tal procedimento ser político ou legal, se nem sequer é
 legítimo? Nada tem de legítimo uma autoridade que é exercida quer de
 um modo que não é totalmente justo, quer injustamente; é possível
 submeter os outros à margem da justiça ⁽²⁵⁾. Não vemos isto nas restantes
 30 ciências: a função do médico ou do piloto não consiste em coagir ou usar
 de violência para com os doentes ou a tripulação. Todavia, a maior parte
 dos indivíduos acredita que é político o governo despótico, e não têm pejo
 em se comportar face aos demais de uma maneira que recusariam
 reconhecer como justa e inconveniente para si próprios. Para si próprios
 35 procuram um poder justo; em relação aos outros, já não se preocupam

δὲ τοὺς ἄλλους οὐδὲν μέλει τῶν δικαίων. ἄτοπον δὲ εἰ μὴ
 φύσει τὸ μὲν δεσποστὸν ἐστὶ τὸ δὲ οὐ δεσποστὸν, ὥστε εἴπερ
 ἔχει τὸν τρόπον τοῦτον, οὐ δεῖ πάντων πειρᾶσθαι δεσπόζειν,
 ἀλλὰ τῶν δεσποστῶν, ὥσπερ οὐδὲ θηρεύειν ἐπὶ θοίνην ἢ θυ-
 40 σίαν ἀνθρώπους, ἀλλὰ τὸ πρὸς τοῦτο θηρευτὸν· ἐστὶ δὲ θηρευ-
 τὸν ὁ ἄν ἄγριον ἢ ἑδεστὸν ζῶον. ἀλλὰ μὴν εἴη γ' ἂν καὶ
 1325a καθ' ἑαυτὴν μία πόλις εὐδαίμων, ἣ πολιτεύεται δηλονότι
 καλῶς, εἴπερ ἐνδέχεται πόλιν οἰκεῖσθαι πού καθ' ἑαυτὴν νό-
 μοις χρωμένην σπουδαίοις, ἥς τῆς πολιτείας ἡ σύνταξις οὐ
 πρὸς πόλεμον οὐδὲ πρὸς τὸ κρατεῖν ἐστὶ τῶν πολέμιων·
 5 μηθὲν γὰρ ὑπαρχέτω τοιοῦτον. δῆλον ἄρα ὅτι πάσας τὰς
 πρὸς τὸν πόλεμον ἐπιμελείας καλὰς μὲν θετέον, οὐχ ὥς
 τέλος δὲ πάντων ἀκρότατον, ἀλλ' ἐκείνου χάριν ταύτας. τοῦ
 δὲ νομοθέτου τοῦ σπουδαίου ἐστὶ τὸ θεάσασθαι πόλιν καὶ γένος
 ἀνθρώπων καὶ πᾶσαν ἄλλην κοινωνίαν, ζωῆς ἀγαθῆς πῶς
 10 μεθέξουσιν καὶ τῆς ἐνδεχομένης αὐτοῖς εὐδαιμονίας. διοίσει
 μέντοι τῶν ταττομένων ἕναι νομίμων· καὶ τοῦτο τῆς νομο-
 θετικῆς ἐστὶν ἰδεῖν, ἐάν τινες ὑπάρχωσι γειννιώντες, ποῖα
 πρὸς ποίους ἀσκητέον καὶ πῶς τοῖς καθήκουσι πρὸς ἐκάστους
 χρηστέον. ἀλλὰ τοῦτο μὲν κἂν ὕστερον τύχοι τῆς προσηκούσης
 15 σκέψεως, πρὸς τί τέλος δεῖ τὴν ἀρίστην πολιτείαν συντείνειν·
 πρὸς δὲ τοὺς ὁμολογοῦντας μὲν τὸν μετ' ἀρετῆς εἶναι
 βίον αἰρετώτατον, διαφορομένους δὲ περὶ τῆς χρήσεως αὐτοῦ,
 λεκτέον ἡμῖν πρὸς ἀμφοτέρους αὐτούς (οἱ μὲν γὰρ ἀποδοκι-

com a justiça. É claro que isto é absurdo, a menos que por natureza uns
 indivíduos sejam domináveis e outros dominadores (26). E se assim é, não
 se deve tentar dominar todos mas apenas os domináveis (27), da mesma
 forma que não se devem capturar homens com destino a banquetes ou
 sacrifícios cultuais, mas apenas os animais mais adequados para esse fim,
 designadamente os animais selvagens e comestíveis. 40

É evidente que uma cidade isolada pode ser feliz em si mesma se 1325a
 for bem governada. Pode mesmo acontecer que uma cidade se administre
 por si própria (28), tirando partido de uma boa legislação: neste caso a
 cidade nunca visará a guerra ou o domínio dos inimigos, já que nesta
 hipótese se supõe que não existem. É óbvio que as preocupações políticas 5
 com a guerra são boas, não como fins últimos, mas como meios para
 atingir o fim último (29). Compete a um legislador experiente considerar
 como uma cidade, um povo ou uma comunidade participarão na vida boa
 e na felicidade que lhes for possível atingir (30). As disposições legislativas 10
 divergirão consoante as situações: no caso de haver povos vizinhos será
 tarefa do legislador inteirar-se das atitudes a adoptar perante cada um
 deles.

Deixaremos para depois a questão de saber, em detalhe, qual o fim
 supremo a ser visado pelo regime melhor. 15

3. Vida prática e vida contemplativa (continuação)

Deveremos agora considerar os pontos de vista dos que concordam
 que uma vida de virtude é a mais desejável, mas que divergem quanto
 ao modo de a viver. Uns desaprovam a participação nos cargos políticos,

20 μάζουσι τὰς πολιτικὰς ἀρχάς, νομίζοντες τὸν τε τοῦ ἐλευθέρου
 βίον ἕτερόν τινα εἶναι τοῦ πολιτικοῦ καὶ πάντων αἰρετώτατον,
 οἱ δὲ τοῦτον ἄριστον· ἀδύνατον γὰρ τὸν μηθὲν πράττοντα
 πράττειν εὖ, τὴν δ' εὐπραγίαν καὶ τὴν εὐδαιμονίαν εἶναι
 ταύτων) ὅτι τὰ μὲν ἀμφότεροι λέγουσιν ὁρθῶς τὰ δὲ οὐκ
 25 ὁρθῶς, οἱ μὲν ὅτι ὁ τοῦ ἐλευθέρου βίος τοῦ δεσποτικοῦ ἀμείνων.
 τοῦτο γὰρ ἀληθές· οὐθὲν γὰρ τό γε δούλῳ ἢ δούλος χρῆσθαι
 σεμνόν· ἢ γὰρ ἐπίταξις ἢ περὶ τῶν ἀναγκαίων οὐδενὸς μετ-
 ἔχει τῶν καλῶν. τὸ μέντοι νομίζειν πᾶσαν ἀρχὴν εἶναι
 δεσποτεῖαν οὐκ ὁρθόν· οὐ γὰρ ἔλαττον διέστηκεν ἢ τῶν ἐλευ-
 30 θέρων ἀρχὴ τῆς τῶν δούλων ἢ αὐτὸ τὸ φύσει ἐλεύθερον τοῦ
 φύσει δούλου. διώρισται δὲ περὶ αὐτῶν ἱκανῶς ἐν τοῖς πρώ-
 τοις λόγοις. τὸ δὲ μᾶλλον ἐπαινεῖν τὸ ἀπρακτεῖν τοῦ πράττειν
 οὐκ ἀληθές· ἢ γὰρ εὐδαιμονία προῖξίς ἐστιν, ἔτι δὲ πολ-
 λῶν καὶ καλῶν τέλος ἔχουσιν αἱ τῶν δικαίων καὶ σωφρόνων
 πράξεις. καίτοι τάχ' ἂν ὑπολάβοι τις τούτων οὕτω διωρι-
 35 σμένων ὅτι τὸ κύριον εἶναι πάντων ἄριστον· οὕτω γὰρ ἂν
 πλείστων καὶ καλλίστων κύριος εἴη πράξεων. ὥστε οὐ δεῖ τὸν
 δυνάμενον ἄρχειν παριέναι τῷ πλησίον, ἀλλὰ μᾶλλον
 ἀφαιρεῖσθαι, καὶ μήτε πατέρα παίδων μήτε παῖδας πα-
 40 τρὸς μήθ' ὅλως φίλον φίλου μηθένα ὑπόλογον <ἔχειν> μηδὲ
 πρὸς τοῦτο φροντίζειν· τὸ γὰρ ἄριστον αἰρετώτατον, τὸ δ' εὖ
 πράττειν ἄριστον. τοῦτο μὲν οὖν ἀληθῶς ἴσως λέγουσιν, εἴπερ
 1325b ὑπάρξει τοῖς ἀποστεροῦσι καὶ βιαζομένοις τὸ τῶν ὄντων αἰρε-
 τώτατον· ἀλλ' ἴσως οὐχ οἷόν τε ὑπάρχειν, ἀλλ' ὑποτίθενται
 τοῦτο ψεῦδος. οὐ γὰρ ἔτι καλὰς τὰς πράξεις ἐνδέχεται εἶναι
 τῷ μὴ διαφέροντι τοσοῦτον ὅσον ἀνὴρ γυναικὸς ἢ πατὴρ
 5 τέκνων ἢ δεσπότης δούλων· ὥστε ὁ παραβαίνων οὐθὲν ἂν

20 considerando que a vida do homem livre é diferente da do político e
 preferível entre todas; outros consideram a vida do político como a melhor
 (visto ser impossível que o que não faz nada não pode “fazer bem”) e
 identificam felicidade com prosperidade. Ambos têm razão nalguns pon-
 tos, e noutros não. Os primeiros defendem que a vida de um homem livre
 é melhor que a de um senhor de escravos. Isso é verdade: de facto não
 25 implica qualquer dignidade especial servir-se de um escravo enquanto
 escravo, visto que a autoridade exercida nas necessidades quotidianas não
 encerra um acto de grande nobreza⁽³¹⁾. Todavia, não têm razão em
 acreditar que toda a autoridade se apresenta como despótica. A autoridade
 exercida sobre homens livres difere tanto da autoridade exercida sobre
 os escravos, como o homem livre por natureza difere do escravo por
 30 natureza (aspecto, de resto, suficientemente tratado nos primeiros li-
 vros)⁽³²⁾. Tão pouco está de acordo com a verdade que se tenha de louvar
 mais a inactividade do que a actividade, porque a felicidade implica acção,
 e é no agir justo e prudente que se consuma o fim de muitos actos nobres.

Em vista destas definições, alguém poderia sustentar que o poder
 supremo é o melhor dos bens, porque permite praticar numerosos actos
 35 dignos; assim, o homem apto para mandar não deveria ceder ao vizinho,
 mas privá-lo do poder. Nesse sentido, um pai não deveria prestar qualquer
 atenção aos seus filhos e os filhos ao pai, e os amigos não ligariam aos
 seus amigos; ninguém se preocuparia com ninguém, se chegasse ao ponto
 40 em que o melhor é o preferível, e o agir bem é o que há de melhor.
 Poderia haver alguma verdade neste ponto de vista admitindo que o saque
 e a violência são os bens preferíveis. Mas como isto é inaceitável, admitir
 1325b tal posição é incorrer em falsidade: com efeito, não podem ser nobres os
 actos do indivíduo cuja conduta nem sequer se distingue tanto da dos seus
 semelhantes, como se distinguem marido e mulher, pai e filho, senhor e
 escravos. Daqui se segue que o transgressor nunca poderá reparar a

τηλικούτον κατορθώσειεν ὕστερον ὅσον ἤδη παρεκβέβηκε τῆς
 ἀρετῆς. τοῖς γάρ ὁμοίοις τὸ καλὸν καὶ τὸ δίκαιον ἐν τῷ
 <ἐν> μέρει, τοῦτο γάρ ἴσον καὶ ὅμοιον· τὸ δὲ μὴ ἴσον τοῖς ἴσοις
 καὶ τὸ μὴ ὅμοιον τοῖς ὁμοίοις παρὰ φύσιν, οὐδὲν δὲ τῶν
 10 παρὰ φύσιν καλόν. διὸ καὶ ἄλλος τις ἢ κρείττων κατ'
 ἀρετὴν καὶ κατὰ δύναμιν τὴν πρακτικὴν τῶν ἀρίστων, τούτῳ
 καλὸν ἀκολουθεῖν καὶ τούτῳ πείθεσθαι δίκαιον. δεῖ δ' οὐ μό-
 νον ἀρετὴν ἀλλὰ καὶ δύναμιν ὑπάρχειν, καθ' ἣν ἔσται πρα-
 κτικός. ἀλλ' εἰ ταῦτα λέγεται καλῶς καὶ τὴν εὐδαιμονίαν
 15 εὐπραγίαν θετέον, καὶ κοινῇ πάσης πόλεως ἂν εἴη καὶ καθ'
 ἑκάστον ἀριστος βίος ὁ πρακτικός. ἀλλὰ τὸν πρακτικὸν οὐκ
 ἀναγκαῖον εἶναι πρὸς ἑτέρους, καθάπερ οἴονται τινες, οὐδὲ τὰς
 διανοίας εἶναι μόνας ταύτας πρακτικάς, τὰς τῶν ἀποβαι-
 νόντων χάριν γιγνομένης ἐκ τοῦ πράττειν, ἀλλὰ πολὺ μάλ-
 20 λον τὰς αὐτοτελεῖς καὶ τὰς αὐτῶν ἐνεκεν θεωρίας καὶ δια-
 νοήσεις· ἡ γὰρ εὐπραξία τέλος, ὥστε καὶ πρᾶξις τις. μά-
 λιστα δὲ καὶ πράττειν λέγομεν κυρίως καὶ τῶν ἐξωτερικῶν
 πράξεων τοὺς ταῖς διανοαῖς ἀρχιτέκτονας. ἀλλὰ μὴν οὐδ'
 ἀπρακτεῖν ἀναγκαῖον τὰς καθ' αὐτὰς πόλεις ἰδρυμένας καὶ
 25 ζῆν οὕτω προηρημέναις· ἐνδέχεται γὰρ κατὰ μέρη καὶ τοῦτο
 συμβαίνειν· πολλὰ γὰρ κοινωνίαι πρὸς ἀλληλα τοῖς μέ-
 ρεσι τῆς πόλεως εἰσιν. ὁμοίως δὲ τοῦτο ὑπάρχει καὶ καθ'
 ἐνὸς ὁπουοῦν τῶν ἀνθρώπων· σχολῇ γὰρ ἂν ὁ θεὸς ἔχοι κα-
 λῶς καὶ πᾶς ὁ κόσμος, οἷς οὐκ εἰσὶν ἐξωτερικαὶ πράξεις
 30 παρὰ τὰς οἰκείας τὰς αὐτῶν. ὅτι μὲν οὖν τὸν αὐτὸν βίον
 ἀναγκαῖον εἶναι τὸν ἀριστον ἑκάστῳ τε τῶν ἀνθρώπων καὶ
 κοινῇ ταῖς πόλεσι καὶ τοῖς ἀνθρώποις, φανερόν ἐστιν.

transgressão num grau proporcional à virtude da qual se desviou. Entre
 iguais, é estimável e justo que as partes devam ser repartidas
 equitativamente e de modo semelhante, de acordo com os princípios de
 igualdade e de semelhança; mas já é contra a natureza dar vantagens
 desiguais a iguais e vantagens diferentes a semelhantes; e nada do que
 é contra a natureza é um bem. Segue-se que, se existe um homem superior
 10 em virtude e em capacidade para realizar as melhores acções, será bom
 segui-lo e justo obedecer-lhe⁽³³⁾; todavia, importa que não possua apenas
 a virtude mas também a capacidade de agir⁽³⁴⁾.

Se o que acabámos de referir for exacto, e se afirmarmos que a
 felicidade deve consistir na prosperidade, então a vida prática será a
 15 melhor de todas, tanto para a cidade tomada em comum como para cada
 indivíduo em particular. A vida prática, porém, não se refere propriamente
 aos outros indivíduos, como por vezes se julga, nem é forçosamente
 prático o pensamento que visa unicamente o resultado obtido pela acção.
 São muito mais práticas a contemplação e a meditação, pois têm o fim
 20 em si próprias e exercitam-se por si próprias. O êxito é um fim, e por
 isso mesmo é actividade. Daí o dizer-se que agem em sentido pleno os
 indivíduos que orientam as actividades, ainda que exteriores, pela inte-
 ligência⁽³⁵⁾. Também não é forçoso que as cidades hermeticamente
 fechadas⁽³⁶⁾ e as que elegeram tal modo de vida sejam necessariamente
 25 inactivas: a actividade de uma cidade pode, com efeito, ser parcial, visto
 que as partes que a constituem mantêm muitas relações recíprocas. O
 mesmo se aplica a cada indivíduo humano, e se assim não fosse haveria
 algo de desajustado com o próprio ser divino e todo o universo, para os
 quais não existe qualquer actividade externa que não seja a actividade
 30 que lhes é intrínseca⁽³⁷⁾. É evidente, pois, que a vida preferível será
 necessariamente a mesma tanto para cada indivíduo em particular, como
 para as cidades e os homens tomados em comum.

4 Ἐπεὶ δὲ πεφρομιάσται τὰ νῦν εἰρημένα περὶ αὐτῶν,
καὶ περὶ τὰς ἄλλας πολιτείας ἡμῖν τεθεώρηται πρότερον,
35 ἀρχὴ τῶν λοιπῶν εἰπεῖν πρῶτον ποίας τινὰς δεῖ τὰς ὑπο-
θέσεις εἶναι περὶ τῆς μελλούσης κατ' εὐχὴν συνεστάναι πόλεως.
οὐ γὰρ οἶόν τε πολιτείαν γενέσθαι τὴν ἀρίστην ἄνευ συμ-
μέτρου χορηγίας. διὸ δεῖ πολλὰ προύποτεθεῖσθαι καθάπερ
εὐχομένους, εἶναι μέντοι μηθὲν τούτων ἀδύνατον· λέγω δὲ
40 οἶον περὶ τε πλήθους πολιτῶν καὶ χώρας. ὥσπερ γὰρ καὶ
τοῖς ἄλλοις δημιουργοῖς, οἶον ὑφάντη καὶ ναυπηγῷ, δεῖ τὴν
1326a ὕλην ὑπάρχειν ἐπιτηδεῖαν οὖσαν πρὸς τὴν ἐργασίαν (ὅσῳ
γὰρ ἂν αὕτη τυγχάνῃ παρσκευασμένη βέλτιον, ἀνάγκη
καὶ τὸ γινόμενον ὑπὸ τῆς τέχνης εἶναι κάλλιον), οὕτω καὶ
τῷ πολιτικῷ καὶ τῷ νομοθέτῃ δεῖ τὴν οἰκείαν ὕλην ὑπ-
5 ἀρχειν ἐπιτηδεῖως ἔχουσιν. ἔστι δὲ πολιτικῆς χορηγίας πρῶτον
τό τε πλήθος τῶν ἀνθρώπων, πόσους τε καὶ ποίους τινὰς
ὑπάρχειν δεῖ φύσει, καὶ κατὰ τὴν χώραν ὡσαύτως, πόσῃ
τε εἶναι καὶ ποίαν τινὰ ταύτην. οἴονται μὲν οὖν οἱ πλεῖστοι
προσθήκειν μεγάλην εἶναι τὴν εὐδαίμονα πόλιν· εἰ δὲ τοῦτ'
10 ἀληθές, ἀγνοοῦσι ποία μεγάλη καὶ ποία μικρὰ πόλις. κατ'
ἀριθμοῦ γὰρ πλήθος τῶν ἐνοικούντων κρίνουσι τὴν μεγάλην,
δεῖ δὲ μᾶλλον μὴ εἰς τὸ πλήθος εἰς δὲ δύναμιν ἀποβλέ-
πειν. ἔστι γὰρ τι καὶ πόλεως ἔργον, ὥστε τὴν δυναμένην
τοῦτο μάλιστ' ἀποτελεῖν, ταύτην οἰητέον εἶναι μεγίστην, οἶον
15 Ἴπποκράτην οὐκ ἄνθρωπον ἀλλ' ἰατρὸν εἶναι μείζω φήσειεν
ἂν τις τοῦ διαφέροντος κατὰ τὸ μέγεθος τοῦ σώματος. οὐ
μὴν ἀλλὰ καὶ εἰ δεῖ κρίνειν πρὸς τὸ πλήθος ἀποβλέποντας,
οὐ κατὰ τὸ τυχὸν πλήθος τοῦτο ποιητέον (ἀναγκαῖον γὰρ ἐν

4. Descrição do regime preferível. O critério da população: os limites do crescimento demográfico.

Terminado este prómio sobre diversos temas e estudadas as outras
formas de regime ⁽³⁸⁾, temos que partir agora para o exame das condições
que deve reunir a cidade que se proponha estar constituída da melhor
maneira possível: é que o melhor regime não pode realizar-se sem um
conjunto de meios apropriados ⁽³⁹⁾. Devemos, por conseguinte, assumir
uma série de condições ideais mas exequíveis ⁽⁴⁰⁾. Refiro-me, por exem-
plo, ao corpo de cidadãos e ao território. Da mesma forma que os
artesãos, por exemplo, o tecelão ou um construtor de navios, têm neces-
sidade de matéria que se preste ao seu trabalho (e a obra será tanto mais
1326a bela quanto mais a matéria for trabalhada com arte), assim acontece com
o político e com o legislador: devem dispor para a sua obra de uma
matéria apropriada e nas devidas condições ⁽⁴¹⁾.

A primeira das condições, relaciona-se com a população, e com o
número e natureza que deve ter. O mesmo se aplica ao território: qual
deve ser a sua extensão e natureza. A maior parte dos homens julga que
a cidade feliz tem que ser grande ⁽⁴²⁾. Se por um lado é verdade o que
julgam, por outro, ignoram totalmente em que consiste uma cidade grande
ou pequena. Alguns julgam que a grandeza de uma cidade depende do
número dos seus habitantes, quando o que importa é prestar atenção à
capacidade, mais do que ao número de habitantes, visto que uma cidade
tem uma obra a realizar. Ora a cidade que é capaz de levar a cabo a sua
obra deve ser olhada como a maior, no mesmo sentido em que se diz que
Hipócrates ⁽⁴³⁾ é maior (não como homem mas como médico) do que
15 qualquer outro que o supere em altura. Mas mesmo considerando que o
importante para a cidade é o número de habitantes, não se deve admitir, sem
mais nem menos, qualquer quantidade. Existindo necessariamente nas cida-

20 ταῖς πόλεσιν ἴσως ὑπάρχειν καὶ δούλων ἀριθμὸν πολλῶν
 καὶ μετοίκων καὶ ξένων), ἀλλ' ὅσοι πόλεώς εἰσι μέρος καὶ
 ἐξ ὧν συνίσταται πόλις οἰκείων μορίων· ἡ γὰρ τούτων ὑπερ-
 οχὴ τοῦ πλήθους μεγάλης πόλεως σημεῖον, ἐξ ἧς δὲ βάναν-
 σοι μὲν ἐξέρχονται πολλοὶ τὸν ἀριθμὸν ὀπλίται δὲ ὀλίγοι,
 25 ταύτην ἀδύνατον εἶναι μεγάλην· οὐ γὰρ ταῦτόν μεγάλη τε
 πόλις καὶ πολυάνθρωπος. ἀλλὰ μὴν καὶ τοῦτό γε ἐκ τῶν
 ἔργων φανερόν, ὅτι χαλεπόν, ἴσως δ' ἀδύνατον, εὐνομεῖσθαι
 τὴν λίαν πολυάνθρωπον· τῶν γοῦν δοκουσῶν πολιτεύεσθαι
 καλῶς οὐδεμίαν ὁρῶμεν οὔσαν ἀνειμένην πρὸς τὸ πλήθος.
 τοῦτο δὲ δῆλον καὶ διὰ τῆς τῶν λόγων πίστεως. ὁ τε γὰρ
 30 νόμος τάξις τίς ἐστι, καὶ τὴν εὐνομίαν ἀναγκαῖον εὐταξίαν
 εἶναι, ὁ δὲ λίαν ὑπερβάλλον ἀριθμὸς οὐ δύναται μετέχειν
 τάξεως· θείας γὰρ δὴ τοῦτο δυνάμεως ἔργον, ἥτις καὶ τόδε
 συνέχει τὸ πᾶν· ἐπεὶ τό γε καλὸν ἐν πλήθει καὶ μεγέθει
 εἴωθε γίνεσθαι. διὸ καὶ πόλιν ἢ μετὰ μεγέθους ὁ λεχθεὶς
 35 ὅρος ὑπάρχει, ταύτην εἶναι καλλίστην ἀναγκαῖον. ἀλλ' ἐστι
 τι καὶ πόλεως μεγέθους μέτρον, ὥσπερ καὶ τῶν ἄλλων πάν-
 των, ζώων φυτῶν ὀργάνων· καὶ γὰρ τούτων ἕκαστον οὔτε λίαν
 μικρὸν οὔτε κατὰ μέγεθος ὑπερβάλλον ἔξει τὴν αὐτοῦ δύνα-
 μιν, ἀλλ' ὅτε μὲν ὅλως ἐστερημένον ἐστὶ τῆς φύσεως ὅτε
 40 δὲ φάύλως ἔχον, οἷον πλοῖον σπιθαμιαῖον μὲν οὐκ ἐστὶ
 πλοῖον ὅλως, οὐδὲ δυοῖν σταδίοις, εἰς δὲ τὶ μέγεθος ἔλθον ὅτε
 1326b μὲν διὰ σμικρότητα φάύλην ποιήσει τὴν ναυτιλίαν, ὅτε δὲ
 διὰ τὴν ὑπερβολὴν ὁμοίως δὲ καὶ πόλις ἢ μὲν ἐξ ὀλίγων
 λίαν οὐκ αὐτάρκης (ἡ δὲ πόλις αὐτάρκης), ἡ δὲ ἐκ πολλῶν
 ἄγαν ἐν μὲν τοῖς ἀναγκαίοις αὐτάρκης ὥσπερ ἔθνος, ἀλλ'
 5 οὐ πόλις· πολιτείαν γὰρ οὐ βᾶδιον ὑπάρχειν· τίς γὰρ στρατη-

des um número elevado de escravos, metecos, e estrangeiros, dever-se-
 -á contar apenas com os que são parte da cidade e entram na sua
 20 composição como elementos próprios, visto que é o aumento da quanti-
 dade dos que podem ser chamados cidadãos que torna grande uma cidade.
 A cidade que apresenta uma larga quantidade de artesãos, mas um número
 escasso de guerreiros não pode ser grande, porque uma cidade grande não
 é o mesmo que uma cidade populosa.

25

Os factos colocam também em evidência que é tarefa muito difícil
 e mesmo impossível legislar bem numa cidade cuja população é dema-
 siado numerosa. Entre as cidades com reputação de bem governadas não
 vemos uma só que não imponha limites ao número de habitantes. Este
 ponto torna-se ainda mais evidente com um argumento teórico. Se a lei
 30 resulta de uma certa ordenação ⁽⁴⁶⁾, e se uma boa legislação deve decorrer
 de uma boa ordenação, então não pode participar da ordenação do regime
 uma quantidade populacional excessivamente grande: tal intuito seria
 tarefa de uma força divina, semelhante à força que mantém coeso o
 universo. E, porque o belo se expressa habitualmente no número e na
 grandeza ⁽⁴⁵⁾, daí resulta que será necessariamente bela a cidade que combine
 a grandeza com o limite atrás referido. Existe uma medida de grandeza para
 35 uma cidade, tal como para tudo o mais, animais, plantas, órgãos: se forem
 demasiadamente pequenos ou excessivamente grandes nenhum deles terá
 capacidade para cumprir a sua função (privados inteiramente da sua natureza,
 tornar-se-iam defeituosos). Um navio que fosse do tamanho da cabeça de um
 dedo, não seria um navio, como tão pouco o seria um do tamanho de dois
 40 estádios ⁽⁴⁶⁾; mas mesmo que atingissem essas dimensões, tanto a demasiada
 exiguidade como a excessiva grandeza tornariam a navegação defeituosa. O
 mesmo sucede com uma cidade: se a população for demasiado escassa,
 não poderá bastar-se a si própria ⁽⁴⁷⁾ (a cidade é, com efeito, uma
 realidade auto-suficiente); se for demasiado numerosa, ainda que seja
 capaz de satisfazer as necessidades básicas, será mais um povo do que
 5 uma cidade, pois dificilmente adquirirá uma forma política ⁽⁴⁸⁾. Quem

5

γὸς ἔσται τοῦ λίαν ὑπερβάλλοντος πλήθους, ἢ τίς κήρυξ μὴ

Σπεντόρειος; διὸ πρῶτην μὲν εἶναι πόλιν ἀναγκαῖον τὴν ἐκ
τοσούτου πλήθους ὁ πρῶτον πλήθος αὐτάρκες πρὸς τὸ εὖ
ζῆν ἔστι κατὰ τὴν πολιτικὴν κοινωνίαν· ἐνδέχεται δὲ καὶ τὴν

10 ταύτης ὑπερβάλλουσιν κατὰ πλήθος εἶναι μείζω πόλιν,
ἀλλὰ τοῦτ' οὐκ ἔστιν, ὥσπερ εἵπομεν, ἀόριστον. τίς δ' ἔστιν ὁ
τῆς ὑπερβολῆς ὅρος, ἐκ τῶν ἔργων ἰδεῖν ῥάδιον. εἰσὶ γὰρ αἱ
πράξεις τῆς πόλεως τῶν μὲν ἀρχόντων τῶν δ' ἀρχομένων,
ἀρχοντος δ' ἐπίταξις καὶ κρίσις ἔργον· πρὸς δὲ τὸ κρίνειν

15 περὶ τῶν δικαίων καὶ πρὸς τὸ τὰς ἀρχὰς διανέμειν κατ'
ἄξιαν ἀναγκαῖον γνωρίζειν ἀλλήλους, ποιοὶ τινές εἰσι, τοὺς
πολίτας, ὥς ὅπου τοῦτο μὴ συμβαίνει γίνεσθαι, φάυλως
ἀνάγκη γίνεσθαι τὰ περὶ τὰς ἀρχὰς καὶ τὰς κρίσεις.

περὶ ἀμφοτέρα γὰρ οὐ δίκαιον αὐτοσχεδιάζειν, ὅπερ ἐν
20 τῇ πολυανθρωπίᾳ τῇ λίαν ὑπάρχει φανερώς. ἔτι δὲ ξένοις
καὶ μετοίκους ῥάδιον μεταλαμβάνειν τῆς πολιτείας· οὐ γὰρ
χαλεπὸν τὸ λανθάνειν διὰ τὴν ὑπερβολὴν τοῦ πλήθους. δῆ-
λον τοίνυν ὥς οὗτός ἐστι πόλεως ὅρος ἄριστος, ἡ μεγίστη τοῦ
πλήθους ὑπερβολὴ πρὸς αὐτάρκειαν ζωῆς εὐσύνοπτος. περὶ
25 μὲν οὖν μεγέθους πόλεως διωρίσθω τὸν τρόπον τοῦτον.

5 Παραπλησίως δὲ καὶ τὰ περὶ τῆς χώρας ἔχει. περὶ
μὲν γὰρ τοῦ ποῖαν τινά, δῆλον ὅτι τὴν αὐτάρκεστάτην πᾶς
τις ἂν ἐπαινέσειεν (τοιαύτην δ' ἀναγκαῖον εἶναι τὴν παντο-
φόρον· τὸ γὰρ πάντα ὑπάρχειν καὶ δεῖσθαι μηθενὸς
30 αὐτάρκες)· πλήθει δὲ καὶ μεγέθει τοσαύτην ὥστε δύνασθαι

poderá comandar uma multidão tão vasta? Quem será o seu arauto, se
não tiver uma voz de Estentor? (⁴⁹)

A cidade melhor é, necessariamente, aquela em que existe uma
quantidade de população suficiente para viver bem numa comunidade
política (⁵⁰). A cidade cujo montante populacional exceda essa quantidade
10 suficiente poderá ser maior; mas não pode crescer ilimitadamente. É fácil
aferir, pelo exame dos factos (⁵¹), qual seja esse limite do excesso. As
diversas funções da cidade repartem-se entre governantes e governados.
Ao governante compete mandar e administrar a justiça. Ora, tanto para
julgar como para distribuir os cargos públicos segundo o mérito de cada
15 um, é indispensável que os cidadãos se conheçam bem entre si. Onde isto
não acontecer, o exercício das magistraturas e a aplicação da justiça serão
defeituosas, pois trata-se de domínios em que não se deve agir de
improviso. Mas isso é efectivamente o que se passará numa cidade
excessivamente numerosa. Outro inconveniente consiste no facto de os
20 estrangeiros e os metecos participarem indevidamente da cidadania, por
lhes ser fácil passar despercebidos no seio de uma multidão imensa (⁵²).
Resulta evidente, pois, que o limite populacional perfeito é aquele que
não excede a quantidade necessária de indivíduos para realizar uma vida
auto-suficiente comum a todos. Fica, assim, determinada a questão rela-
25 tiva à grandeza da cidade.

5. O critério do território: os limites da extensão territorial.

O que se disse da população pode ser também referido acerca do
território. No que respeita às qualidades que deve possuir, é evidente que
todos preferem o mais auto-suficiente (⁵³). E será necessariamente auto-
suficiente o território que produza de tudo, visto que a auto-suficiência
consiste em termos tudo, sem precisar de nada. O tamanho e grandeza
30

τοὺς οἰκοῦντας ζῆν σχολάζοντας ἐλευθερίως ἅμα καὶ σω-
 φρόνως. τοῦτον δὲ τὸν ὅρον εἰ καλῶς ἢ μὴ καλῶς λέγο-
 - μεν, ὕστερον ἐπισκεπτέον ἀκριβέστερον, ὅταν ὅλως περὶ κτή-
 σεως καὶ τῆς περὶ τὴν οὐσίαν εὐπορίας συμβαίῃ ποιεῖσθαι
 35 μνείαν, πῶς δεῖ καὶ τίνα τρόπον ἔχειν πρὸς τὴν χρῆσιν
 αὐτῆς· πολλὰ γὰρ περὶ τὴν σκέψιν ταύτην εἰσὶν ἀμφισ-
 βητήσεις διὰ τοὺς ἔλκοντας ἐφ' ἑκατέραν τοῦ βίου τὴν ὑπερ-
 βολήν, τοὺς μὲν ἐπὶ τὴν γλισχρότητα τοὺς δὲ ἐπὶ τὴν τρυ-
 φήν. τὸ δ' εἶδος τῆς χώρας οὐ χαλεπὸν εἰπεῖν (δεῖ δ' ἐνια
 40 πείθεσθαι καὶ τοῖς περὶ τὴν στρατηγίαν ἑμπείροις), ὅτι χρὴ
 τοῖς μὲν πολεμίοις εἶναι δυσέμβολον αὐτοῖς δ' εὐέξοδον.
 1327a ἔτι δ' ὥσπερ τὸ πλῆθος τὸ τῶν ἀνθρώπων εὐσύνοπτον ἔφα-
 μεν εἶναι δεῖν, οὕτω καὶ τὴν χώραν· τὸ δ' εὐσύνοπτον τὸ
 εὐβοήθητον εἶναι τὴν χώραν ἐστίν. τῆς δὲ πόλεως τὴν θέσιν
 εἰ χρὴ ποιεῖν κατ' εὐχὴν, πρὸς τε τὴν θάλατταν προσήκει
 5 κεῖσθαι καλῶς πρὸς τε τὴν χώραν. εἷς μὲν <οὔν> ὁ λεχθεὶς
 ὅρος (δεῖ γὰρ πρὸς τὰς ἐκβοηθείας κοινὴν εἶναι τῶν τόπων
 ἀπάντων)· ὁ δὲ λοιπὸς πρὸς τὰς τῶν γινομένων καρπῶν
 παραπομπάς, ἔτι δὲ τῆς περὶ ξύλα ὕλης, καὶ εἰ τίνα
 ἄλλην ἐργασίαν ἢ χώρα τυγχάνοι κεκτημένη τοιαύτην
 10 εὐπαρακόμιστον.
 6 Περὶ δὲ τῆς πρὸς τὴν θάλατταν κοινωνίας, πότερον
 ὠφέλιμος ταῖς εὐνομουμέναις πόλεσιν ἢ βλαβερὰ, πολλὰ
 τυγχάνουσιν ἀμφισβητοῦντες· τὸ τε γὰρ ἐπιξενοῦσθαί τινας
 ἐν ἄλλοις τεθραμμένους νόμοις ἀσύμφορον εἶναί φασι πρὸς
 15 τὴν εὐνομίαν, καὶ τὴν πολυανθρωπίαν· γίνεσθαι μὲν γὰρ
 ἐκ τοῦ χρῆσθαι τῇ θαλάττῃ διαπέμποντας καὶ δεχομένους

do território devem permitir que os habitantes vivam despreocupados, com
 liberdade e moderação. Se temos ou não razão em definir este critério,
 é uma questão que examinaremos com mais rigor, quando nos referirmos
 cabalmente ao problema da propriedade e riqueza e ao modo como as
 devemos adquirir e usar. Esta investigação provoca inúmeras divergên- 35
 cias, dado que os homens são empurrados para dois extremos opostos no
 modo de viver: uns tendem para a mesquinhez, outros para a dissipação.

No que respeita à configuração do território, e mesmo tendo em
 conta que é necessário seguir o conselho dos peritos militares em deter-
 minados aspectos, o problema não é de difícil de equacionar: o território 40
 deve ser de difícil acesso para os inimigos, em caso de invasão, e fácil
 de abandonar para os habitantes em fuga. Além do mais, como referimos 1327a
 que a quantidade de população deve ser abarcável, da mesma forma o
 referimos no respeitante ao território. Considera-se abarcável o território
 que pode ser facilmente socorrido. Se puder ser escolhida a localização
 da cidade, importa que esteja bem situada em relação ao mar como à 5
 terra. E o critério de localização da cidade já foi avançado há pouco: o
 auxílio deve chegar a todos os pontos do território. Deve, ainda, estar bem
 situada, de forma a facilitar o transporte de colheitas, de madeira em
 bruto, ou qualquer outra produção ⁽⁵⁴⁾ que o território possua. 10

6. O critério da situação geográfica: acesso ao litoral.

Já discutimos por diversas ocasiões se a comunicação com o mar
 acarreta vantagens ou prejuízos para as cidades bem organizadas. Refe-
 riu-se então que a integração de estrangeiros formados de acordo com
 outros padrões jurídicos, e o aumento desmesurado de população, não
 trazem nenhuma vantagem à boa ordem da cidade. Ambas as situações 15
 decorrem do acesso marítimo que permite a entrada e saída de uma grande
 massa de comerciantes, facto que contraria o bom governo de uma cidade.
 Aparte isso, não há dúvida de que é preferível haver comunicação da
 cidade com o mar tanto para a segurança como para o enriquecimento ⁽⁵⁵⁾.

20 ἐμπόρων πλήθος, ὑπεναντίαν δ' εἶναι πρὸς τὸ πολιτεύεσθαι
 καλῶς. ὅτι μὲν οὖν, εἰ ταῦτα μὴ συμβαίνει, βέλτιον καὶ
 πρὸς ἀσφάλειαν καὶ πρὸς εὐπορίαν τῶν ἀναγκαίων με-
 25 ἔχειν τὴν πόλιν καὶ τὴν χώραν τῆς θαλάττης, οὐκ ἄδηλον.
 καὶ γὰρ πρὸς τὸ ῥᾶον φέρειν τοὺς πολέμους εὐβοηθήτους
 εἶναι δεῖ κατ' ἀμφοτέρωθεν τοὺς σωθησομένους, καὶ κατὰ γῆν
 καὶ κατὰ θάλατταν, καὶ [πρὸς] τὸ βλάψαι τοὺς ἐπιτιθεμέ-
 30 νους, εἰ μὴ κατ' ἀμφω δυνατόν, ἀλλὰ κατὰ θάτερον ὑπ-
 25 ἀρξεί μᾶλλον ἀμφοτέρων μετέχουσιν. ὅσα τ' ἂν μὴ τυγχάνη
 παρ' αὐτοῖς ὄντα, δέξασθαι ταῦτα, καὶ τὰ πλεονάζοντα
 τῶν γιγνομένων ἐκπέμψασθαι τῶν ἀναγκαίων ἐστίν. αὐτῇ
 γὰρ ἐμπορικῇν, ἀλλ' οὐ τοῖς ἄλλοις, δεῖ εἶναι τὴν πόλιν·
 35 οἱ δὲ παρέχοντες σφᾶς αὐτοὺς πᾶσιν ἀγορὰν προσόδου
 χάριν ταῦτα πράττουσιν· ἦν δὲ μὴ δεῖ πόλιν τοιαύτης
 μετέχειν πλεονεξίας, οὐδ' ἐμπόριον δεῖ κεκτῆσθαι τοιοῦτον.
 ἐπεὶ δὲ καὶ νῦν ὁρῶμεν πολλὰς ὑπάρχοντα καὶ χώρας
 καὶ πόλεις ἐπίνεια καὶ λιμένας εὐφυῶς κείμενα πρὸς τὴν
 40 πόλιν, ὥστε μήτε τὸ αὐτὸ νέμειν ἄστει μήτε πόρρω λίαν,
 35 ἀλλὰ κρατεῖσθαι τείχεσι καὶ τοιούτοις ἄλλοις ἐρύμασι,
 φανερόν ὥς εἰ μὲν ἀγαθόν τι συμβαίνει γίνεσθαι διὰ τῆς
 κοινωνίας αὐτῶν, ὑπάρξει τῇ πόλει τοῦτο τὸ ἀγαθόν, εἰ δὲ
 τι βλαβερόν, φυλάξασθαι ῥᾶδιον τοῖς νόμοις φράζοντας
 καὶ διορίζοντας τίνας οὐ δεῖ καὶ τίνας ἐπιμίσγεσθαι δεῖ
 45 πρὸς ἀλλήλους. περὶ δὲ τῆς ναυτικῆς δυνάμεως, ὅτι μὲν
 βέλτιστον ὑπάρχειν μέχρι τινὸς πλήθους, οὐκ ἄδηλον (οὐ γὰρ
 1327b μόνον αὐτοῖς ἀλλὰ καὶ τῶν πλησίον τισὶ δεῖ καὶ φοβερὸς
 εἶναι καὶ δύνασθαι βοηθεῖν, ὥσπερ κατὰ γῆν, καὶ κατὰ
 θάλατταν)· περὶ δὲ πλήθους ἤδη καὶ μεγέθους τῆς δυνάμεως
 5 ταύτης πρὸς τὸν βίον ἀποσκεπτέον τῆς πόλεως. εἰ μὲν γὰρ
 ἡγεμονικὸν καὶ πολιτικὸν ζήσεται βίον, ἀναγκαῖον καὶ ταύ-
 την τὴν δύναμιν ὑπάρχειν πρὸς τὰς πράξεις σύμμετρον.
 τὴν δὲ πολυανθρωπίαν τὴν γιγνομένην περὶ τὸν ναυτικὸν
 ὄχλον οὐκ ἀναγκαῖον ὑπάρχειν ταῖς πόλεσιν· οὐθὲν γὰρ

20 Uma cidade deveria ser capaz de se defender por mar e por terra, para
 poder ter segurança, acorrer em auxílio, e mais facilmente enfrentar os
 ataques inimigos. Se uma cidade não tiver possibilidade de usar simul-
 taneamente as vias terrestres e marítimas para infligir derrotas aos
 25 inimigos, será mais fácil usar uma das vias se já dispuser das duas. O
 mar torna possível não só a importação do que a cidade não possui, mas
 também a exportação do que possui em excesso. A cidade deve praticar
 o comércio no seu próprio interesse e não no interesse alheio. É na mira
 do lucro que os espaços se abrem como mercados a todo o mundo; uma
 cidade não deve possuir tais espaços mercantis, pois não faz parte da sua
 30 natureza tal ambição de lucro. Hoje em dia vemos que os territórios e
 cidades têm nas suas imediações ancoradouros e portos bem situados:
 estes não devem estar localizados em zonas isoladas da cidade mas
 suficientemente perto dela para serem defendidos por muralhas e outras
 35 fortificações do género, permitindo assim que a cidade tire proveito da
 sua utilização conjunta e ao mesmo tempo tome facilmente precauções
 contra possíveis danos, indicando e determinando juridicamente quem
 deve, ou não, manter contactos recíprocos.

40 Quanto à força naval é evidente que é preferível contar até certo
 ponto com ela, visto que uma cidade deve ser temível não só para os seus
 cidadãos mas também para alguns dos seus vizinhos, estando em condi- 1327b
 ções de lhes prestar auxílio tanto por mar como por terra. A dimensão
 e a grandeza da força naval deve estar em conformidade com a vida da
 cidade: se a cidade procura uma vida hegemónica e política, então a sua
 5 força naval tem necessariamente que estar à medida de tais empreendi-
 mentos.

Não é forçoso que a quantidade de tripulantes da frota naval
 provoque um aumento excessivo de população na cidade, já que tais

αὐτοὺς μέρος εἶναι δεῖ τῆς πόλεως. τὸ μὲν γὰρ ἐπιβατι-
 10 κὸν ἐλεύθερον καὶ τῶν πεζευόντων ἐστίν, ὃ κύριόν ἐστι καὶ
 κρατεῖ τῆς ναυτιλίας· πλήθους δὲ ὑπάρχοντος περιοίκων
 καὶ τῶν τὴν χώραν γεωργούντων, ἀφθονίαν ἀναγκαῖον εἶναι
 καὶ ναυτῶν. ὁρῶμεν δὲ τοῦτο καὶ νῦν ὑπάρχον τισίν,
 15 οἷον τῇ πόλει τῶν Ἡρακλεωτῶν· πολλὰς γὰρ ἐκπληροῦσι
 τριήρεις, κεκτημένοι τῷ μεγέθει πόλιν ἑτέρων ἐμμελεστέραν.
 7 περὶ μὲν οὖν χώρας καὶ λιμένων καὶ πόλεων καὶ
 θαλάττης καὶ περὶ τῆς ναυτικῆς δυνάμεως ἔστω διωρισμένα
 τὸν τρόπον τοῦτον· περὶ δὲ τοῦ πολιτικοῦ πλήθους, τίνα μὲν
 20 ὅρον ὑπάρχειν χρή, πρότερον εἵπομεν, ποίους δὲ τινὰς
 τὴν φύσιν εἶναι δεῖ, νῦν λέγωμεν. σχεδὸν δὴ κατανοήσειεν ἄν
 τις τοῦτό γε, βλέψας ἐπὶ τε τὰς πόλεις τὰς εὐδοκιμούσας
 τῶν Ἑλλήνων καὶ πρὸς πᾶσαν τὴν οἰκουμένην, ὡς διείλη-
 πται τοῖς ἔθνεσιν. τὰ μὲν γὰρ ἐν τοῖς ψυχροῖς τόποις ἔθνη
 25 καὶ τὰ περὶ τὴν Εὐρώπην θυμοῦ μὲν ἐστὶ πλήρη, διανοίας
 δὲ ἐνδεέστερα καὶ τέχνης, διόπερ ἐλεύθερα μὲν διατελεῖ
 μᾶλλον, ἀπολίτευτα δὲ καὶ τῶν πλησίον ἄρχειν οὐ δυνά-
 μενα· τὰ δὲ περὶ τὴν Ἀσίαν διανοητικὰ μὲν καὶ τεχνικὰ
 τὴν ψυχὴν, ἄθυμα δὲ, διόπερ ἀρχόμενα καὶ δουλεύοντα
 30 διατελεῖ· τὸ δὲ τῶν Ἑλλήνων γένος, ὥσπερ μεσεύει κατὰ
 τοὺς τόπους, οὕτως ἀμφοῖν μετέχει. καὶ γὰρ ἐνθυμον καὶ
 διανοητικόν ἐστίν· διόπερ ἐλεύθερόν τε διατελεῖ καὶ βέλ-
 τιστα πολιτευόμενον καὶ δυνάμενον ἄρχειν πάντων, μιᾶς
 35 τυχάνον πολιτείας. τὴν αὐτὴν δ' ἔχει διαφορὰν καὶ τὰ
 τῶν Ἑλλήνων ἔθνη πρὸς ἄλληλα· τὰ μὲν γὰρ ἔχει
 τὴν φύσιν μονόκωλον, τὰ δὲ εὖ κέκρται πρὸς ἀμφο-
 τέρας τὰς δυνάμεις ταύτας. φανερόν τοίνυν ὅτι δεῖ δια-

homens não deveriam ser parte da cidade. A marinha de guerra é formada
 por indivíduos livres que pertencem à infantaria e detêm o controle e o
 10 comando da embarcação. Onde existir uma grande massa de periecos e
 agricultores, existirá também necessariamente uma imensa multidão de
 marinheiros. Tal é o que acontece hoje em determinado número de cidades
 como Heracleia ⁽⁵⁶⁾: apesar de ser em tamanho mais insignificante do que
 15 outras, pode prover com tripulação muitas embarcações de longo curso.

Com isto fica determinado o que havia para discutir acerca do
 território, portos, cidades, mar e força naval.

7. O critério espiritual: a identidade cívica.

No que diz respeito ao número de cidadãos, indicámos precedente-
 mente ⁽⁵⁷⁾ qual o limite que convém adoptar. Diremos agora qual deve ser
 20 o carácter natural dos cidadãos. Esta questão pode ser facilmente com-
 preendida prestando atenção às cidades mais afamadas da Grécia e de
 todo o mundo habitado, para vermos como é que os povos se encontram
 distribuídos. Os povos situados nas regiões frias, particularmente os
 europeus, são cheios de brio mas carecem de inteligência e de habilidade
 25 técnica; por isso vivem em liberdade mas desprovidos de organização
 política e sem capacidade para governar. Os povos da Ásia são dotados
 de inteligência e espírito técnico, mas sem nenhum brio, sendo essa a
 razão pela qual vivem num estado de sujeição e servidão ⁽⁵⁸⁾. Como a
 raça helénica ocupa geograficamente uma situação intermédia participa
 das qualidades de ambos os povos: não é só briosa e inteligente ⁽⁵⁹⁾, mas
 30 usufruindo de uma existência livre, é a raça que melhor se governa e,
 no caso de atingir a unidade política, a mais apta para governar todos
 os povos. As mesmas diferenças ocorrem entre os povos helénicos:
 nalguns a natureza apresenta uma única qualidade; noutros, o brio e a
 35 inteligência encontram-se bem combinadas. Resulta evidente, portanto,

νοητικούς τε εἶναι καὶ θυμοειδεῖς τὴν φύσιν τοὺς μέλλοντας
 εὐαγώγους ἔσεσθαι τῷ νομοθέτῃ πρὸς τὴν ἀρετὴν. ὅπερ γάρ
 φασὶ τινες δεῖν ὑπάρχειν τοῖς φύλαξι, τὸ φιλητικούς μὲν
 40 εἶναι τῶν γνωρίμων πρὸς δὲ τοὺς ἀγνωῶτας ἀγρίους, ὁ θυμὸς
 ἔστιν ὁ ποιῶν τὸ φιλητικόν· αὕτη γὰρ ἔστιν ἡ τῆς ψυχῆς
 1328a δύναμις ἣ φιλοῦμεν. σημεῖον δέ· πρὸς γὰρ τοὺς συνήθεις
 καὶ φίλους ὁ θυμὸς αἵρεται μᾶλλον ἢ πρὸς τοὺς ἀγνωῶτας,
 ὀλιγωρεῖσθαι νομίσας. διὸ καὶ Ἀρχίλοχος προσηκόντως
 τοῖς φίλοις ἐγκαλῶν διαλέγεται πρὸς τὸν θυμόν·
 5 σὺ γὰρ δὴ παρὰ φίλων ἀπάγχεαι.
 καὶ τὸ ἄρχον δὲ καὶ τὸ ἐλεύθερον ἀπὸ τῆς δυνάμεως ταύ-
 τῆς ὑπάρχει πάσιν· ἀρχικὸν γὰρ καὶ ἀήττητον ὁ θυμὸς.
 οὐ καλῶς δ' ἔχει λέγειν χαλεποὺς εἶναι πρὸς τοὺς ἀγνωῶτας·
 πρὸς οὐθέννα γὰρ εἶναι χρὴ τοιοῦτον, οὐδέ εἰσιν οἱ μεγάλω-
 10 ψυχοὶ τὴν φύσιν ἄγριοι, πλὴν πρὸς τοὺς ἀδικοῦντας. τοῦτο δὲ
 μᾶλλον ἔτι πρὸς τοὺς συνήθεις πάσχουσιν, ὅπερ εἴρηται
 πρότερον, ἂν ἀδικεῖσθαι νομίσωσιν. καὶ τοῦτο συμβαίνει
 κατὰ λόγον· παρ' οἷς γὰρ ὀφείλεσθαι τὴν εὐεργεσίαν
 ὑπολαμβάνουσι, πρὸς τῷ βλάβει καὶ ταύτης ἀποστερεῖσθαι
 15 νομίζουσιν· ὅθεν εἴρηται ἡ χαλεποὶ πόλεμοι γὰρ ἀδελφῶν
 καὶ οἳ τοι πέρα στέρξαντες, οἶδε καὶ πέρα μισοῦσιν'.
 περὶ μὲν οὖν τῶν πολιτευομένων, πόσους τε ὑπάρχειν
 δεῖ καὶ ποίους τινὰς τὴν φύσιν, ἔτι δὲ τὴν χώραν πόσῃ
 τέ τινα καὶ ποίαν τινά, διώριστα σχεδόν (οὐ γὰρ τὴν
 20 αὐτὴν ἀκρίβειαν δεῖ ζητεῖν ἐπὶ τε τῶν λόγων καὶ τῶν

que os homens devem possuir simultaneamente uma natureza briosa e
 inteligente⁽⁶⁰⁾ para se deixarem conduzir docilmente pelo legislador em
 direcção à virtude. Segundo alguns⁽⁶¹⁾ os guardiães devem ser amigos para
 os conhecidos e implacáveis para os desconhecidos. Ora, é o brio que produz 40
 o afecto, pois a força da alma é que nos faz amar: a prova disso é que, quando 1328a
 desprezados, o nosso ânimo ressentem-se mais contra aqueles de quem
 gostamos do que contra os desconhecidos. Por essa razão, Arquíloco
 queixando-se dos amigos, apelou com toda a razão ao seu próprio ânimo
 dizendo "*decerto que eram teus amigos os que te faziam sufocar de*
raiva"⁽⁶²⁾.

O sentido de autoridade e de liberdade deriva também em todos
 os indivíduos desta faculdade⁽⁶³⁾, em virtude de o ânimo ser qualquer
 coisa de indomável e invencível. Apesar de tudo não é correcto dizer-
 se que se deveria ser implacável para com os estranhos, pois não é
 preciso ser duro com ninguém. Os homens de natureza magnânima não 10
 são cruéis, a não ser para com os criminosos; todavia ressentem-se
 muito mais contra aqueles de quem gostam, como foi dito antes,
 quando se julgam injustiçados por estes: e razão têm para agir dessa
 forma, pois considerando-se destinatários dos seus benefícios, além de
 se verem privados destes, também se sentem maltratados. Daí os
 adágios "são duras as guerras entre irmãos"⁽⁶⁴⁾ e "quem muito ama 15
 muito odeia"⁽⁶⁵⁾.

Com isto determinou-se aproximadamente, no que respeita aos cida-
 dãos, quantos deve haver, que natureza devem ter, assim como a extensão
 e condições do território (pois não há que buscar na reflexão teórica o mesmo
 rigor exigido para os dados gerados através dos sentidos)⁽⁶⁶⁾.

γιγνομένων διὰ τῆς αἰσθήσεως). 8 Ἐπεὶ δ' ὥσπερ τῶν
 ἄλλων τῶν κατὰ φύσιν συνεστώτων οὐ ταῦτά ἐστι μέρια τῆς
 ὅλης συστάσεως ὧν ἄνευ τὸ ὅλον οὐκ ἂν εἴη, δῆλον ὡς οὐ-
 δὲ πόλεως μέρη θετέον ὅσα ταῖς πόλεσιν ἀναγκαῖον ὑπάρ-
 25 χεῖν, οὐδ' ἄλλης κοινωνίας οὐδεμιᾶς ἐξ ἧς ἐν τι τὸ γένος (ἐν
 γάρ τι καὶ κοινὸν εἶναι δεῖ καὶ ταὐτὸ τοῖς κοινωνοῖς, ἂν τε ἴσον
 ἂν τε ἄνισον μεταλαμβάνωσιν). οἷον εἴτε τροφή τοῦτό ἐστιν
 εἴτε χώρας πληθος εἴτ' ἄλλο τι τῶν τοιούτων ἐστίν. ὅταν
 30 δ' ἦ τὸ μὲν τούτου ἔνεκεν τὸ δ' οὐ ἔνεκεν, οὐθέν [ἐν] γε τούτοις
 κοινὸν ἄλλ' ἢ τῷ μὲν ποιῆσαι τῷ δὲ λαβεῖν· λέγω δ' οἷον
 ὁργάνῳ τε παντὶ πρὸς τὸ γιγνόμενον ἔργον καὶ τοῖς δημιουρ-
 γοῖς· οἰκία γάρ πρὸς οἰκοδόμον οὐθέν ἐστιν ὃ γίγνεται κοινόν,
 ἄλλ' ἐστὶ τῆς οἰκίας χάριν ἢ τῶν οἰκοδόμων τέχνη. διὸ κτή-
 σεως μὲν δεῖ ταῖς πόλεσιν, οὐδὲν δ' ἐστὶν ἢ κτήσις μέρος τῆς
 35 πόλεως· πολλὰ δ' ἔμψυχα μέρη τῆς κτήσεώς ἐστιν· ἢ δὲ
 πόλις κοινωνία τίς ἐστὶ τῶν ὁμοίων, ἔνεκεν δὲ ζωῆς τῆς ἐν-
 δεχομένης ἀρίστης. ἐπεὶ δ' ἐστὶν εὐδαιμονία τὸ ἀριστον, αὕτη δὲ
 ἀρετῆς ἐνέργεια καὶ χρῆσις τις τέλειος, συμβέβηκε δὲ οὕτως
 ὥστε τοὺς μὲν ἐνδέχεσθαι μετέχειν αὐτῆς τοὺς δὲ μικρὸν ἢ
 40 μηδέν, δῆλον ὡς τοῦτ' αἴτιον τοῦ γίγνεσθαι πόλεως εἶδη καὶ
 διαφοράς καὶ πολιτείας πλείους· ἄλλον γάρ τρόπον καὶ δι'
 1328b ἄλλων ἕκαστοι τοῦτο θηρεύοντες τοὺς τε βίους ἑτέρους ποιοῦνται
 καὶ τὰς πολιτείας. ἐπισκεπτέον δὲ καὶ πόσα ταυτὶ ἐστὶν ὧν
 ἄνευ πόλις οὐκ ἂν εἴη· καὶ γὰρ ὃ λέγομεν εἶναι μέρη πό-
 λεως ἐν τούτοις ἂν εἴη ἀναγκαῖον ὑπάρχειν. ληπτέον τοίνυν
 5 τῶν ἔργων τὸν ἀριθμόν· ἐκ τούτων γὰρ ἔσται δῆλον. πρῶτον
 μὲν οὖν ὑπάρχειν δεῖ τροφήν, ἔπειτα τέχνας (πολλῶν γὰρ
 ὁργάνων δεῖται τὸ ζῆν), τρίτον δὲ ὅπλα (τοὺς γὰρ κοι-

8. As partes constitutivas da cidade.

Nos compostos naturais, as partes sem as quais o todo não existiria,
 não são forçosamente partes do composto total. É evidente que não se
 deve considerar como partes de uma cidade, tudo o que é necessário à
 existência das cidades ⁽⁶⁷⁾ ou de qualquer outra comunidade da qual
 25 resulte uma unidade do género ⁽⁶⁸⁾. Os elementos da comunidade têm que
 ter algo que seja o mesmo para todos, quer dele participem igual ou
 desigualmente. Esse algo tanto pode ser a alimentação, uma determinada
 porção de território, ou qualquer outra coisa semelhante. Mas quando de
 duas coisas, uma é meio e outra fim, nada existe de comum entre essas
 duas coisas a não ser o facto de que uma faz, e a outra recebe. Tomo
 30 como exemplo a relação que existe entre qualquer tipo de instrumento e
 a obra produzida, ou entre o artesão e a obra realizada. Nada existe de
 comum, com efeito, entre uma casa e o seu construtor; apenas que a casa
 constitui o fim da arte do construtor. Assim, o facto de as cidades
 necessitarem de recursos não significa que os recursos ⁽⁶⁹⁾, apesar de terem
 35 muitas partes animadas, sejam parte da cidade. A cidade é uma comunidade
 de semelhantes que visam viver o melhor possível, e como a felicidade é o
 que há de melhor e consiste no acto e no uso perfeitos da virtude ⁽⁷⁰⁾ (em
 relação à qual alguns participam, e outros, pouco, ou nada), isso é causa
 evidente de que haja múltiplas e diferentes formas de cidades e regimes. Com
 40 efeito, quando o fim é visado de distintos modos, e com diferentes meios,
 produzem-se diversas formas de vida e de regimes políticos. 1328b

Importa ter em conta quantos são os elementos imprescindíveis ⁽⁷¹⁾
 à existência da cidade, e que devem constituir o que designamos por
 partes da cidade. Enumerar-se-á, pois, as funções da cidade para lançar
 alguma luz nesta questão. Assim, para que exista cidade deve, antes de
 5 mais, existir alimentação; depois ofícios, já que a vida necessita de muitos
 instrumentos; em terceiro lugar armamento, na medida em que os

νωνοῦντας ἀναγκαῖον καὶ ἐν αὐτοῖς ἔχειν ὄπλα πρὸς τε τὴν ἀρ-
 χήν, τῶν ἀπειθούντων χάριν, καὶ πρὸς τοὺς ἔξωθεν ἀδικεῖν
 10 ἐπιχειροῦντας), ἔτι χρημάτων τινὰ εὐπορίαν, ὅπως ἔχωσι καὶ
 πρὸς τὰς καθ' αὐτοὺς χρείας καὶ πρὸς <τὰς> πολεμικάς, πέμ-
 πτον δὲ καὶ πρῶτον τὴν περὶ τὸ θεῖον ἐπιμέλειαν, ἣν καλοῦ-
 σιν ἱερατεῖαν, ἕκτον δὲ τὸν ἀριθμὸν καὶ πάντων ἀναγκαιό-
 τατον κρίσιν περὶ τῶν συμφερόντων καὶ τῶν δικαίων τῶν
 15 πρὸς ἀλλήλους. τὰ μὲν οὖν ἔργα ταῦτ' ἐστὶν ὧν δεῖται πᾶσα
 πόλις ὥς εἰπεῖν (ἡ γὰρ πόλις πληθὸς ἐστὶν οὐ τὸ τυχὸν
 ἀλλὰ πρὸς ζωὴν αὐταρκες, ὥς φαμεν, ἐὰν δέ τι τυγ-
 χάνῃ τούτων ἐκλείπον, ἀδύνατον ἀπλῶς αὐτάρκη τὴν κοι-
 νωνίαν εἶναι ταύτην). ἀνάγκη τοίνυν κατὰ τὰς ἐργασίας
 20 ταύτας συνεστάναι πόλιν· δεῖ ἄρα γεωργῶν τ' εἶναι πλη-
 θος, οἱ παρασκευάσουσι τὴν τροφήν, καὶ τεχνίτας, καὶ τὸ
 μάχιμον, καὶ τὸ εὐπορον, καὶ ἱερεῖς, καὶ κριτὰς τῶν
 ἀναγκαιῶν καὶ συμφερόντων.

9 Διωρισμένων δὲ τούτων λοιπὸν σκέψασθαι πότερον πᾶσι
 25 κοινωνητέον πάντων τούτων (ἐνδέχεται γὰρ τοὺς αὐτοὺς ἅπαν-
 τας εἶναι καὶ γεωργοὺς καὶ τεχνίτας καὶ τοὺς βουλευομένους
 καὶ δικάζοντας), ἢ καθ' ἕκαστον ἔργον τῶν εἰρημένων ἄλλους
 ὑποθετέον, ἢ τὰ μὲν ἴδια τὰ δὲ κοινὰ τούτων ἐξ ἀνάγκης
 ἐστίν. οὐκ ἐν πάσῃ δὲ ταῦτὸ πολιτεία. καθάπερ γὰρ εἵπομεν,
 30 ἐνδέχεται καὶ πάντας κοινωνεῖν πάντων καὶ μὴ πάντας
 πάντων ἀλλὰ τινὰς τινῶν. ταῦτα γὰρ καὶ ποιεῖ τὰς πολι-
 τείας ἑτέρας· ἐν μὲν γὰρ ταῖς δημοκρατίαις μετέχουσι

membros da comunidade têm necessariamente que possuir armas para
 usar, quer para manter a autoridade contra os que se sublevam interna-
 mente, quer para repelir as ameaças externas; também deve possuir certa
 10 abundância de recursos ⁽⁷²⁾ não só para colmatar as carências próprias
 como para manter o esforço de guerra; em quinto lugar, mas primeiro em
 importância, o zelo para com as divindades, a que chamamos culto; em
 sexto lugar, e é o que há de mais necessário, uma autoridade capaz de
 15 discernir o que é conveniente e justo para os cidadãos. São estas, por
 conseguinte, todas as funções exigidas por uma cidade, posto que a cidade
 não é um agrupamento casual de indivíduos mas, a bem dizer, uma
 comunidade de vida auto-suficiente. Ora, faltando qualquer dos elementos
 referidos é impossível que a comunidade política seja completamente
 auto-suficiente. É necessário, portanto, que a cidade se constitua de
 20 acordo com as funções enumeradas, por forma a que se encontre instituído
 um certo número de agricultores que assegurem a alimentação, artesãos,
 a classe guerreira, a classe com recursos, sacerdotes, e juizes para o que
 for necessário e conveniente.

9. As diferentes funções e cargos públicos.

Determinados estes aspectos, um ponto fica ainda por considerar:
 deveriam todos os membros da cidade partilhar das ditas funções? De
 facto, nada impediria que todos se empenhassem simultaneamente na
 25 agricultura, nas artes, na assembleia, e na justiça. Ou, por outro lado,
 deveríamos atribuir cada uma dessas funções a distintos indivíduos, umas
 necessariamente privadas e outras comuns? É que a distribuição de
 funções não é a mesma em todos os regimes. Pode acontecer que todos
 partilhem das mesmas funções, ou então que nem todos participem de
 30 todas, mas só alguns participem de determinadas. Tal alternativa explica
 por que razão existem regimes diferentes: enquanto nas democracias

πάντες πάντων, ἐν δὲ ταῖς ὀλιγαρχίαις τοῦναντίον. ἐπεὶ
 δὲ τυγχάνομεν σκοποῦντες περὶ τῆς ἀρίστης πολιτείας, αὕτη
 35 δ' ἐστὶ καθ' ἣν ἡ πόλις ἀν εἴη μάλιστ' εὐδαιμόνων, τὴν δ'
 εὐδαιμονίαν ὅτι χωρὶς ἀρετῆς ἀδύνατον ὑπάρχειν εἰρηται
 πρότερον, φανερόν ἐκ τούτων ὥς ἐν τῇ κάλλιστα πολιτευο-
 μένῃ πόλει καὶ τῇ κεκτημένῃ δικαίους ἀνδρας ἀπλῶς, ἀλλὰ
 μὴ πρὸς τὴν ὑπόθεσιν, οὔτε βάνανσον βίον οὔτ' ἀγοραῖον δεῖ
 40 ζῆν τοὺς πολίτας (ἀγεννῆς γὰρ ὁ τοιοῦτος βίος καὶ πρὸς
 ἀρετὴν ὑπεναντίος), οὐδὲ δὴ γεωργοὺς εἶναι τοὺς μέλλοντας
 1329a ἔσεσθαι (δεῖ γὰρ σχολῆς καὶ πρὸς τὴν γένεσιν τῆς ἀρετῆς
 καὶ πρὸς τὰς πράξεις τὰς πολιτικάς). ἐπεὶ δὲ καὶ τὸ πο-
 λεμικὸν καὶ τὸ βουλευόμενον περὶ τῶν συμφερόντων καὶ
 κρῖνον περὶ τῶν δικαίων ἐνυπάρχει καὶ μέρη φαίνεται τῆς
 5 πόλεως μάλιστα ὄντα, πότερον <ἐτέροις> ἕτερα καὶ ταῦτα θετέον
 ἢ τοῖς αὐτοῖς ἀποδοτέον ἄμφω; φανερόν δὲ καὶ τοῦτο, διότι
 τρόπον μὲν τινα τοῖς αὐτοῖς τρόπον δὲ τινα καὶ ἐτέροις.
 ἡ μὲν γὰρ ἐτέρας ἀκμῆς ἐκάτερον τῶν ἔργων, καὶ τὸ μὲν
 δεῖται φρονήσεως τὸ δὲ δυνάμεως, ἐτέροις· ἡ δὲ τῶν ἀδυ-
 10 νάτων ἐστὶ τοὺς δυναμένους βιάζεσθαι καὶ κωλύειν, τούτους
 ὑπομένειν ἀρχομένους ἀεί, ταύτῃ δὲ τοῖς αὐτοῖς. οἱ γὰρ τῶν
 ὅπλων κύριοι καὶ <τοῦ> μένειν ἢ μὴ μένειν κύριοι τὴν πολιτείαν.
 λείπεται τοίνυν τοῖς αὐτοῖς μὲν ἀμφοτέρω ἀποδιδόναι τὴν
 πολιτείαν ταῦτα, μὴ ἅμα δέ, ἀλλ' ὥσπερ πέφυκεν ἡ
 15 μὲν δύναμις ἐν νεωτέροις, ἡ δὲ φρόνησις ἐν πρεσβυτέροις
 εἶναι· οὐκοῦν οὕτως ἀμφοῖν νενεμησθαι συμφέρει καὶ δίκαιόν
 ἐστίν· ἔχει γὰρ αὕτη ἡ διαίρεσις τὸ κατ' ἀξίαν. ἀλλὰ
 μὴν καὶ τὰς κτήσεις δεῖ εἶναι περὶ τούτους. ἀναγκαῖον γὰρ
 εὐπορίαν ὑπάρχειν τοῖς πολίταις, πολῖται δὲ οὗτοι. τὸ γὰρ

todos os homens tomam parte em todas as funções, nas oligarquias sucede
 o contrário. Ora, posto estarmos interessados no melhor regime, e como
 o melhor regime é aquele em que a cidade é mais feliz, sendo a felicidade, 35
 como já dissemos, impossível de se atingir sem virtude, resulta evidente
 que a cidade mais bem governada e com homens absolutamente justos (e
 não só justos em relação a determinado pressuposto do regime) (73) não
 pode ter cidadãos a viver uma vida de trabalhadores manuais ou de
 comerciantes. Tal modo de vida carece de nobreza e é contrário à virtude. 40
 Tão pouco os cidadãos se devem dedicar à agricultura, visto que o
 descanso é indispensável não apenas para a gênese da virtude mas 1329a
 também para a prossecução das actividades políticas (74).

Por outro lado, é evidente que o elemento militar e o elemento
 deliberativo que decide o que convém e julga com justiça, afiguram-se
 partes essenciais da cidade. Deveriam tais funções também ser conside-
 radas distintas umas das outras, ou deveriam ser todas simultaneamente 5
 atribuídas aos mesmos cidadãos? De um certo ponto de vista, resulta
 evidente que, em determinados casos, ambas as funções deveriam ser
 atribuídas aos mesmos indivíduos; de um outro ponto de vista deveriam
 ser atribuídas separadamente a indivíduos distintos. Assim, a função de
 defender e a função de deliberar serão incumbências de distintos titulares,
 na medida em que tais funções correspondem a diferentes etapas da
 vida (75) (a deliberação requer ponderação e maturidade, ao passo que a
 guerra necessita de vigor). Serão incumbência dos mesmos na medida em 10
 que é impossível que o elemento capaz de empregar a força, ou a ela
 resistir, viva em permanente estado de submissão: de facto, os que detêm
 armas têm o poder de garantir a estabilidade ou de precipitar a queda dos
 regimes. Não resta, portanto, outra alternativa que não seja a de entregar
 o regime a ambas as partes (à militar e à deliberativa); todavia, não em
 simultâneo, pois se a natureza fornece vigor à juventude e sabedoria à 15
 idade, também é vantajoso e justo que essas funções sejam repartidas por
 ambas as partes, uma vez que tal divisão decorre do mérito de cada qual.

Convém que as propriedades estejam concentradas nas mãos dessas
 duas classes, a dos militares e a dos que deliberam; e estes são os

20 βάνανυσον οὐ μετέχει τῆς πόλεως, οὐδ' ἄλλο οὐθὲν γένος ὃ
μὴ τῆς ἀρετῆς δημιουργόν ἐστιν. τοῦτο δὲ δῆλον ἐκ τῆς ὑπο-
θέσεως· τὸ μὲν γὰρ εὐδαιμονεῖν ἀναγκαῖον ὑπάρχειν μετὰ
τῆς ἀρετῆς, εὐδαιμόνα δὲ πόλιν οὐκ εἰς μέρος τι βλέψαν-
τας δεῖ λέγειν αὐτῆς, ἀλλ' εἰς πάντας τοὺς πολίτας. φανε-
25 ρὸν δὲ καὶ ὅτι δεῖ τὰς κτήσεις εἶναι τούτων, εἴπερ ἀναγ-
καῖον εἶναι τοὺς γεωργοὺς δούλους ἢ βαρβάρους [ἢ] περιοίκους.
λοιπὸν δ' ἐκ τῶν καταριθμηθέντων τὸ τῶν ἱερέων γένος.
φανερὰ δὲ καὶ ἡ τούτων τάξις. οὔτε γὰρ γεωργὸν οὔτε βάνανυσον ἱερέα καταστατέον (ὑπὸ γὰρ τῶν πολιτῶν πρέπει
30 τιμᾶσθαι τοὺς θεοὺς)· ἐπεὶ δὲ διήρηται τὸ πολιτικὸν εἰς δύο
μέρη, τοῦτ' ἐστὶ τό τε ὀπλιτικὸν καὶ τὸ βουλευτικόν, πρέπει
δὲ τὴν τε θεραπείαν ἀποδιδόναι τοῖς θεοῖς καὶ [τὴν] ἀνάπαυσιν
ἔχειν [περὶ αὐτοὺς] τοὺς διὰ τὸν χρόνον ἀπειρηκότας, τούτοις ἂν
εἴη τὰς <περὶ αὐτοὺς> ἱερωσύνας ἀποδοτέον. ὧν μὲν τῶν ἀνευ
35 πόλιν οὐ συνίσταται καὶ ὅσα μέρη πόλεως, εἴρηται (γεωρ-
γοὺς μὲν γὰρ καὶ τεχνίτας καὶ πᾶν τὸ θητικὸν ἀναγκαῖον
ὑπάρχειν ταῖς πόλεσιν, μέρη δὲ τῆς πόλεως τό τε ὀπι-
τικὸν καὶ βουλευτικόν), καὶ κεχώρισται δὴ τούτων ἕκαστον,
τὸ μὲν αἰεὶ τὸ δὲ κατὰ μέρος.

40 10 Ἔοικε δὲ οὐ νῦν οὐδὲ νεωστὶ τοῦτ' εἶναι γνώριμον τοῖς περὶ
πολιτείας φιλοσοφοῦσιν, ὅτι δεῖ διηρῆσθαι χωρὶς κατὰ γένη
1329b τὴν πόλιν καὶ τό τε μάχιμον ἕτερον εἶναι καὶ τὸ γεωρ-
γοῦν. ἐν Αἰγύπτῳ τε γὰρ ἔχει τὸν τρόπον τοῦτον ἔτι καὶ
νῦν, τὰ τε περὶ τὴν Κρήτην, τὰ μὲν οὖν περὶ Αἰγυπτὸν
Σεσώστριος, ὥς φασι, οὕτω νομοθετήσαντος, Μίνω δὲ τὰ
5 περὶ Κρήτην. ἀρχαία δὲ ἔοικεν εἶναι καὶ τῶν συσσιτίων ἡ
τάξις, τὰ μὲν περὶ Κρήτην γενόμενα περὶ τὴν Μίνω βα-

20 cidadãos, posto que a classe dos trabalhadores manuais não participa da
cidadania, nem qualquer outra classe que não seja produtora de virtude.

Esta conclusão decorre claramente do nosso princípio geral ⁽⁷⁶⁾: a
felicidade tem de andar unida à virtude. Nesse sentido, não se deve
considerar feliz a cidade que olha apenas para determinada parte de si
própria e não para todos os cidadãos ⁽⁷⁷⁾. Resulta, por isso, evidente que
a propriedade deveria estar nas mãos dos cidadãos, visto que os agricul- 25
tores ou são forçosamente escravos ou então bárbaros periecos.

De entre as classes enumeradas resta apenas referir a dos sacerdotes.
A sua organização também é clara. Nenhum trabalhador manual ou
agricultor deveria tornar-se sacerdote, visto que o culto das divindades
diz respeito aos cidadãos. E porque o corpo de cidadãos se divide em duas 30
classes, a dos guerreiros e a dos deliberantes, e porque convém prestar culto
aos deuses e descanso aos que pela idade já se retiraram da vida activa,
deveriam ser estes últimos a desempenhar as funções sacerdotais ⁽⁷⁸⁾.

Indicamos ⁽⁷⁹⁾, assim, não só os elementos sem os quais uma cidade
não pode ser constituída, como também as suas partes. Nesse sentido, as 35
cidades têm que dispor necessariamente tanto de agricultores como de
trabalhadores manuais e de toda a espécie de assalariados não qualifi-
cados. Constituem partes da cidade o elemento armado e o deliberativo,
que se encontram separados entre si de forma permanente ou alternada.

10. Divisão da cidade em classes e regime da propriedade fundiária.

A necessidade de dividir a cidade em classes separando a classe militar 40
da agrícola não vem de hoje nem sequer é uma descoberta dos que se dedicam 1329b
a uma filosofia das realidades políticas. No Egito ⁽⁸⁰⁾, tal com em
Creta ⁽⁸¹⁾, esse sistema de divisão perdura ainda hoje, tendo sido, segundo
consta, objecto de legislação por parte de Sesóstis ⁽⁸²⁾ no Egito e por
parte de Minos ⁽⁸³⁾ em Creta. A instituição das refeições comuns ⁽⁸⁴⁾ parece 5
ser também muito antiga: já tinham sido estabelecidas em Creta sob o

10 σιλείαν, τὰ δὲ περὶ τὴν Ἰταλίαν πολλῶ παλαιότερα τού-
 των. φασὶ γὰρ οἱ λόγιοι τῶν ἐκεῖ κατοικούντων Ἰταλὸν
 15 τινὰ γενέσθαι βασιλέα τῆς Οἰνωτρίας, ἀπ' οὗ τὸ τε ὄνομα
 μεταβαλόντας Ἰταλοὺς ἀντ' Οἰνωτρῶν κληθῆναι καὶ τὴν
 ἄκτὴν ταύτην τῆς Εὐρώπης Ἰταλίαν τοῦνομα λαβεῖν, ὅση
 τετύχηκεν ἐντὸς οὖσα τοῦ κόλπου τοῦ Σκυλλητικοῦ καὶ τοῦ
 20 Λαμητικοῦ· ἀπέχει δὲ ταῦτα ἀπ' ἀλλήλων ὁδὸν ἡμι-
 σεΐας ἡμέρας. τοῦτον δὲ λέγουσι τὸν Ἰταλὸν νομάδας τοὺς
 25 Οἰνωτροὺς ὄντας ποιῆσαι γεωργούς, καὶ νόμους ἄλλους τε
 αὐτοῖς θέσθαι καὶ τὰ συσσίτια καταστήσαι πρῶτον· διὸ
 καὶ νῦν ἔτι τῶν ἀπ' ἐκείνου τινὲς χρῶνται τοῖς συσσιτίοις
 καὶ τῶν νόμων ἐνίοις. ᾠκουν δὲ τὸ μὲν πρὸς τὴν Τυρρη-
 30 νίαν Ὀπικοὶ καὶ πρότερον καὶ νῦν κάλούμενοι τὴν ἐπωνυ-
 μίαν Αὖσονες, τὸ δὲ πρὸς τὴν Ἰαπυγίαν καὶ τὸν Ἰόνιον
 Χῶνες, τὴν καλουμένην Σιρίτιν· ἦσαν δὲ καὶ οἱ Χῶνες
 Οἰνωτροὶ τὸ γένος. ἡ μὲν οὖν τῶν συσσιτίων τάξις ἐντεῦθεν
 35 γέγονε πρῶτον, ὃ δὲ χωρισμός ὁ κατὰ γένος τοῦ πολιτικοῦ
 πλήθους ἐξ Αἰγύπτου· πολὺ γὰρ ὑπερτείνει τοῖς χρόνοις τὴν
 Μίνω βασιλείαν ἢ Σεσώστριος. σχεδὸν μὲν οὖν καὶ τὰ
 ἄλλα δεῖ νομίζειν εὐρηθῆναι πολλάκις ἐν τῷ πολλῷ χρόνῳ,
 40 μᾶλλον δ' ἀπειράκις. τὰ μὲν γὰρ ἀναγκαῖα τὴν χρεῖαν
 διδάσκειν εἰκὸς αὐτῇ, τὰ δ' εἰς εὐσηχημοσύνην καὶ περι-
 ουσίαν ὑπαρχόντων ἤδη τούτων εὐλογον λαμβάνειν τὴν αὐξη-
 45 σιν· ὥστε καὶ τὰ περὶ τὰς πολιτείας οἶεσθαι δεῖ τὸν αὐτὸν
 ἔχειν τρόπον. ὅτι δὲ πάντα ἀρχαῖα, σημείον τὰ περὶ
 Αἰγυπτίων ἐστίν· οὗτοι γὰρ ἀρχαιότατοι μὲν δοκοῦσιν εἶναι,
 νόμων δὲ τετυχήκασιν <ἀεὶ> καὶ τάξεως πολιτικῆς. διὸ δεῖ τοῖς
 50 μὲν εὐρημένοις ἱκανῶς χρῆσθαι, τὰ δὲ παραλελειμμένα
 55 πειρᾶσθαι ζητεῖν.
 ὅτι μὲν οὖν δεῖ τὴν χώραν εἶναι τῶν ὄπλα κεκτη-
 μένων καὶ τῶν τῆς πολιτείας μετεχόντων, εἴρηται πρό-
 τερον, καὶ διότι τοὺς γεωργοῦντας αὐτῶν ἑτέρους εἶναι δεῖ, καὶ

reinado de Minos. Mas em Itália a sua prática remonta a uma época ainda
 mais recuada: segundo os historiadores dessa região ⁽⁸⁵⁾, terá existido um
 rei de Enótria, Ítalo ⁽⁸⁶⁾ de seu nome, a partir do qual os Enótrios terão
 mudado o nome para Ítalos, passando a chamar Itália a essa península
 10 da Europa coincidente com o território compreendido entre os Golfos
 Escilético e Lamético que distam entre si meio dia de caminho ⁽⁸⁷⁾.
 Segundo reza a tradição Ítalo terá transformado os Enótrios seus súbditos,
 de pastores em agricultores, e terá sido o primeiro a instituir, entre outras
 15 leis, a lei das refeições públicas, de tal forma que alguns dos seus
 descendentes conservam ainda hoje o costume das refeições em comum
 e seguem algumas das suas leis. Junto ao Tirreno ⁽⁸⁸⁾ habitavam os Ópicos
 que ainda hoje, tal como dantes, são chamados Ausónios; e junto à
 20 Iapígia ⁽⁸⁹⁾ e ao mar Jónico, na chamada Sirte, habitavam os Cones
 também eles de raça Enótria. Foi, portanto, nessas regiões que teve
 origem a instituição das refeições em comum. Já a separação dos cidadãos
 por classes provém do Egípto, posto que o reinado de Sesostris é, no
 25 tempo, muito anterior ao de Minos. Apesar de tudo, se devemos pensar
 que a descoberta das restantes instituições foi repetida inúmeras vezes no
 tempo, ou melhor dito, infinitas vezes, é bem plausível que a necessidade
 tivesse constrangido os homens a descobrir o que lhes era indispensável,
 e só depois, logicamente, a desenvolver os meios relativos ao bem estar
 30 e à prosperidade ⁽⁹⁰⁾. O mesmo processo deve ser considerado para a
 realidade política. O Egípto é o testemunho, na antiguidade, de todas
 essas descobertas políticas. Com efeito os egípcios, que são, segundo
 parece, o povo mais antigo, possuem leis e uma organização política ⁽⁹¹⁾.
 Devemos por isso lançar mão do que já foi suficientemente explicado e
 35 procurar indagar o que entretanto ficou de parte.

Já se referiu que a terra deveria pertencer à classe que possui armas
 e à que participa do regime político, a razão pela qual a classe agrícola
 deveria ser distinta desta, e qual deve ser a extensão e a qualidade do

40 πόσῃν τινὰ χρῆ καὶ ποίαν εἶναι τὴν χώραν· περὶ δὲ τῆς
 1330a διανομῆς καὶ τῶν γεωργούντων, τίνας καὶ ποίους εἶναι χρῆ,
 λεκτέον πρῶτον, ἐπειδὴ οὔτε κοινὴν φάμεν εἶναι δεῖν τὴν
 5 κτῆσιν ὥσπερ τινὲς εἰρήκασιν, ἀλλὰ τῇ χρήσει φιλικῶς
 γινομένη κοινὴν, οὔτ' ἀπορεῖν οὐθέναι τῶν πολιτῶν τροφῆς.
 περὶ συσσιτίων τε συνδοκεῖ πᾶσι χρήσιμον εἶναι ταῖς εὖ
 10 κατεσκευασμέναις πόλεσιν ὑπάρχειν· δι' ἣν δ' αἰτίαν συν-
 δοκεῖ καὶ ἡμῖν, ὅστερον ἐροῦμεν. δεῖ δὲ τούτων κοινωνεῖν
 πάντας τοὺς πολίτας, οὐ ῥᾶδιον δὲ τοὺς ἀπόρους ἀπὸ τῶν
 ἰδίων τε εἰσφέρειν τὸ συντεταγμένον καὶ διοικεῖν τὴν ἄλ-
 λην οἰκίαν. ἔτι δὲ τὰ πρὸς τοὺς θεοὺς δαπανήματα κοινὰ
 15 πάσης τῆς πόλεως ἔστιν. ἀναγκαῖον τοίνυν εἰς δύο μέρη
 διηρῆσθαι τὴν χώραν, καὶ τὴν μὲν εἶναι κοινὴν τὴν δὲ τῶν
 ἰδιωτῶν, καὶ τούτων ἑκατέραν διηρῆσθαι δίχα πάλιν, τῆς
 μὲν κοινῆς τὸ μὲν ἕτερον μέρος εἰς τὰς πρὸς τοὺς θεοὺς
 λειτουργίας τὸ δὲ ἕτερον εἰς τὴν τῶν συσσιτίων δαπάνην,
 20 τῆς δὲ τῶν ἰδιωτῶν τὸ ἕτερον μέρος [τὸ] πρὸς τὰς ἐσχα-
 τιάς, τὸ δὲ ἕτερον πρὸς πόλιν, ἵνα δύο κλήρων ἑκάστῳ
 νεμηθέντων ἀμφοτέρων τῶν τόπων πάντες μετέχωσιν. τὸ
 τε γὰρ ἴσον οὕτως ἔχει καὶ τὸ δίκαιον καὶ τὸ πρὸς τοὺς
 ἀστυγείτονας πολέμους ὁμονοητικώτερον. ὅπου γὰρ μὴ τοῦτον
 25 ἔχει τὸν τρόπον, οἱ μὲν ὀλιγωροῦσι τῆς πρὸς τοὺς ὁμόρους
 ἔχθρας, οἱ δὲ λίαν φροντίζουν καὶ παρὰ τὸ καλόν. διὸ παρ'
 ἐνίοις νόμος ἔστι τοὺς γειτνιώντας τοῖς ὁμόροις μὴ συμμετέχειν
 βουλῆς <περὶ> τῶν πρὸς αὐτοὺς πολέμων, ὥς διὰ τὸ ἴδιον
 οὐκ ἂν δυναμένους βουλευσασθαι καλῶς. τὴν μὲν οὖν χώραν
 30 ἀνάγκη διηρῆσθαι τὸν τρόπον τοῦτον διὰ τὰς προειρημένους
 αἰτίας· τοὺς δὲ γεωργήσοντας μάλιστα μὲν, εἰ δεῖ κατ'
 εὐχὴν, δούλους εἶναι, μήτε ὁμοφύλων πάντων <όντων> μήτε
 θυμοειδῶν (οὕτω γὰρ ἂν πρὸς τε τὴν ἐργασίαν εἶεν χρήσιμοι καὶ

40 território. Começamos por abordar, então, tudo o que se refere à distri-
 buição das terras, quem deve pertencer à classe agrícola, e que qualidades 40
 devem ter os agricultores, dado que, em nosso entender, a propriedade não
 deve ser comum, como defendem alguns, mas na prática deve ser objecto 1330a
 de um amistoso uso comum⁽⁹²⁾. Além do mais, nenhum cidadão deve
 estar privado de alimento.

No que respeita às refeições em comum, todos concordam que é uma
 instituição de que as cidades bem organizadas têm interesse em dispôr.
 Adiante diremos por que razão partilhamos desta ideia⁽⁹³⁾. Todos os 5
 cidadãos devem participar nestas refeições, se bem que não é fácil para
 os pobres contribuir com o montante estipulado para esse fim, e ao mesmo
 tempo, ocupar-se do sustento da família. As despesas do culto público
 também deveriam estar a cargo de toda a cidade.

É necessário portanto que o território se encontre dividido em duas 10
 partes: uma do domínio público, a outra do domínio privado. Cada uma
 dessas partes será, por seu turno, dividida em duas partes. Das duas partes
 que constituem o domínio público, uma destinar-se-á ao culto divino, a
 outra a sustentar as refeições em comum. Das duas partes que constituem
 o domínio privado, uma localizar-se-á perto da fronteira, a outra nas 15
 imediações da cidade⁽⁹⁴⁾. Assim, quando forem distribuídos dois lotes por
 cada cidadão, todos participam de ambas as partes, no interesse geral da
 igualdade, da justiça, e da concórdia na guerra contra os povos vizinhos.
 Onde a terra não estiver dividida desta maneira, haverá alguns que não
 se preocuparão com as ameaças bélicas na fronteira, enquanto outros
 preocupar-se-ão excessivamente em evitá-las, perdendo o sentido do que
 é conveniente. Por isso alguns povos têm uma lei que impede os cidadãos 20
 que habitam na proximidade das fronteiras de tomar parte nas delibera-
 ções acerca da guerra contra cidades vizinhas, por se entender que o seu
 interesse pessoal os impedirá de bem deliberar. O território tem neces-
 sariamente que estar dividido desta maneira pelas razões apontadas.

Se tivermos que proceder de forma irrepreensível, então o melhor 25
 é que os agricultores pertençam à classe dos escravos, com a condição
 de não serem todos da mesma tribo⁽⁹⁵⁾, nem de carácter obstinado, pois

30 πρὸς τὸ μηδὲν νεωτερίζειν ἀσφαλεῖς), δεῦτερον δὲ
 βαρβάρους περιοίκους παραπλησίους τοῖς εἰρημένοις τὴν φύ-
 σιν, τούτων δὲ τοὺς μὲν ἐν τοῖς ἰδίοις εἶναι ἰδίους τῶν κε-
 κτημένων τὰς οὐσίας, τοὺς δ' ἐπὶ τῇ κοινῇ γῇ κοινούς. τίνα
 δὲ δεῖ τρόπον χρῆσθαι δούλοις, καὶ διότι βέλτιον πᾶσι τοῖς
 δούλοις ἄθλον προκεῖσθαι τὴν ἐλευθερίαν, ὕστερον ἐροῦμεν.
 35 11 Τὴν δὲ πόλιν ὅτι μὲν δεῖ κοινὴν εἶναι τῆς ἡπείρου τε
 καὶ τῆς θαλάττης καὶ τῆς χώρας ἀπάσης ὁμοίως ἐκ τῶν
 ἐνδεχομένων, εἴρηται πρότερον· αὐτῆς δὲ προσάντη εἶναι
 τὴν θέσιν εὐχεσθαι δεῖ κατ' εὐχὴν, πρὸς τέτταρα βλέ-
 ποντας· πρῶτον μὲν ὥς ἀναγκαῖον πρὸς ὑγίειαν (αἱ τε
 γὰρ πρὸς ἕω τὴν ἔγκλισιν ἔχουσαι καὶ πρὸς τὰ πνεύματα
 40 τὰ πνέοντα ἀπὸ τῆς ἀνατολῆς ὑγιεινότεραι, δεῦτερον δ' <αἱ>
 κατὰ βορέαν· εὐχεόμενοι γὰρ αὗται μᾶλλον)· τῶν δὲ λοι-
 1330b πῶν πρὸς τὸ τὰς πολιτικὰς πράξεις καὶ πολεμικὰς καλῶς
 ἔχειν. πρὸς μὲν οὖν τὰς πολεμικὰς αὐτοῖς μὲν εὐέξοδον
 εἶναι χρή, τοῖς δ' ἐναντίοις δυσπρόσοδον καὶ δυσπερίληπτον,
 ὑδάτων τε καὶ ναμάτων μάλιστα μὲν ὑπάρχειν πλήθος
 5 οἰκεῖον, εἰ δὲ μή, τοῦτό γε εὐρηται διὰ τοῦ κατασκευάζειν
 ὑποδοχὰς ὁμβρίοις ὑδασιν ἀφθόνους καὶ μεγάλας, ὥστε
 μηδέποτε ὑπολείπειν εἰργομένους τῆς χώρας διὰ πόλεμον·
 ἐπεὶ δὲ δεῖ περὶ ὑγείας φροντίζειν τῶν ἐνοικούντων, τοῦτο
 10 τοιοῦτον καλῶς, δεῦτερον δὲ ὑδασιν ὑγιεινοῖς χρῆσθαι, καὶ
 τούτου τὴν ἐπιμέλειαν ἔχειν μὴ παρέργως. οἷς γὰρ πλείστοις
 χρώμεθα πρὸς τὸ σῶμα καὶ πλειστάκις, ταῦτα πλείστον
 συμβάλλεται πρὸς τὴν ὑγίειαν· ἡ δὲ τῶν ὑδάτων καὶ τοῦ

só assim serão úteis para o trabalho e estáveis face à possibilidade de
 motins. A segunda solução será a de recrutar agricultores entre periecos ⁽⁹⁶⁾
 bárbaros ou de natureza semelhante: de entre estes, os que trabalharem
 nos lotes privados serão propriedade do dono da terra; os que trabalharem
 no lotes públicos serão propriedade da cidade. Mais adiante discutire-
 mos ⁽⁹⁷⁾ o modo de proceder com os escravos e por que razão é melhor
 propor a todos os escravos a liberdade como recompensa.

30

11. Plano geral da cidade melhor.

Indicámos anteriormente ⁽⁹⁸⁾ que a cidade deve, na medida do
 possível, estar em comunicação com o interior, o mar, e a totalidade do
 seu território. No que respeita à localização ideal da cidade temos que
 35 fixar quatro condições ⁽⁹⁹⁾. A primeira condição a ter em conta na
 localização das cidades é a saúde (as cidades viradas para Oriente e
 expostas ao vento de Leste ⁽¹⁰⁰⁾ são as mais saudáveis; a seguir as
 protegidas do vento Norte que possibilitam boas estadias); além disso as
 40 cidades devem estar bem situadas para as actividades políticas e militares
 1330b (no tocante às actividades militares, o território deveria facilitar a saída
 dos seus habitantes e dificultar o acesso e o cerco inimigo); devem ter
 fontes e cursos de água ⁽¹⁰¹⁾ próprios e em quantidade suficiente: se tal
 não existir, uma boa solução seria construir grandes e numerosas cisternas
 5 para a captação da água da chuva, a qual não faltará mesmo que em
 tempo de guerra as comunicações do território fiquem cortadas. É preciso
 pensar, com efeito, na saúde dos cidadãos e esta depende da localização
 numa área saudável e bem exposta, e do uso de recursos hídricos salubres.
 10 A questão da salubridade da água não é de modo nenhum acessória, visto
 que os elementos que mais, e com maior frequência, utilizamos para o
 nosso corpo são os que contribuem mais para a sua saúde: a água e o

15 πνεύματος δύναμις τοιαύτην ἔχει τὴν φύσιν. διόπερ ἐν
 ταῖς εὖ φρονούσαις δεῖ διωρίσθαι πόλειςιν, ἐὰν μὴ πάνθ'
 ὅμοια μὴδ' ἀφθονία τοιούτων ἢ ναμάτων, χωρὶς τὰ τε εἰς
 τροφήν ὕδατα καὶ τὰ πρὸς τὴν ἄλλην χρεῖαν. περὶ δὲ
 20 τόπων ἐρυμνῶν οὐ πάσαις ὁμοίως ἔχει τὸ συμφέρον
 ταῖς πολιτείαις· οἷον ἀκρόπολις ὀλιγαρχικὸν καὶ μοναρχι-
 κόν, δημοκρατικὸν δ' ὁμαλότης, ἀριστοκρατικὸν δὲ οὐδέτερον,
 ἀλλὰ μᾶλλον ἰσχυροὶ τόποι πλείους. ἡ δὲ τῶν ἰδίων οἰκή-
 σεων διάθεσις ἡδίων μὲν νομίζεται καὶ χρησιμωτέρα πρὸς
 25 τὰς ἄλλας πράξεις, ἂν εὐτομος ἢ καὶ κατὰ τὸν νεώτερον
 καὶ τὸν Ἱπποδάμειον τρόπον, πρὸς δὲ τὰς πολεμικὰς
 ἀσφαλείας τοῦναντίον ὥς εἶχον κατὰ τὸν ἀρχαῖον χρόνον·
 δυσείσοδος γὰρ ἐκείνη τοῖς ξενικοῖς καὶ δυσεξερεύνητος [τοῖς]
 ἐπιτιθεμένοις. διὸ δεῖ τούτων ἀμφοτέρων μετέχειν (ἐνδέχε-
 ται γάρ, ἂν τις οὕτως κατασκευάζῃ καθάπερ ἐν τοῖς γεωρ-
 γίοις ὡς καλοῦσιν τινες τῶν ἀμπέλων συστάδας), καὶ τὴν μὲν
 30 ὄλην μὴ ποιεῖν πόλιν εὐτομον, κατὰ μέρη δὲ καὶ τόπους·
 οὕτω γὰρ καὶ πρὸς ἀσφάλειαν καὶ πρὸς κόσμον ἔξει καλῶς.
 περὶ δὲ τειχῶν, οἱ μὴ φάσκοντες δεῖν ἔχειν τὰς τῆς ἀρε-
 τῆς ἀντιποιουμένης πόλεις λίαν ἀρχαίως ὑπολαμβάνουσιν,
 καὶ ταῦθ' ὀρῶντες ἐλεγχόμενας ἔργῳ τὰς ἐκείνως καλλωπι-
 35 σαμένας. ἔστι δὲ πρὸς μὲν τοὺς ὁμοίους καὶ μὴ πολὺ τῷ
 πλήθει διαφέροντας οὐ καλὸν τὸ πειράσθαι σφύζεσθαι διὰ
 τῆς τῶν τειχῶν ἐρυμνότητος· ἐπεὶ δὲ καὶ συμβαίνειν ἐν-
 δέχεται πλείω τὴν ὑπεροχὴν γίγνεσθαι τῶν ἐπιόντων καὶ
 40 τῆς ἀνθρωπίνης καὶ τῆς ἐν τοῖς ὀλίγοις ἀρετῆς, εἰ δεῖ σφύ-
 ζεσθαι καὶ μὴ πάσχειν κακῶς μὴδὲ ὑβρίζεσθαι, τὴν
 ἀσφαλεστάτην ἐρυμνότητα τῶν τειχῶν οἰητέον εἶναι πολεμι-

ar são precisamente desta natureza. Ora, nas cidades prudentes em que
 nem todos os recursos hídricos são de boa qualidade e abundantes, dever-
 se-ia separar a água potável da água usada para outros fins. 15

No tocante às fortificações, as soluções convenientes não são as
 mesmas para todos os regimes. Uma acrópole é útil num regime oligárquico
 e monárquico; uma planície convém mais a um regime democrático; a um
 regime aristocrático nenhuma das duas convém, mas sim várias fortifi-
 cações. Além disso, considera-se geralmente mais agradável e conveni-
 20 ente para todo o tipo de actividades, a disposição das casas particulares
 no modo regular e recente introduzido por Hipodamo ⁽¹⁰²⁾, ao passo que
 do ponto de vista da segurança durante a guerra, é mais útil, pelo
 contrário, o modo antigo de disposição das casas, que consiste em
 25 dificultar a saída da cidade a estranhos ⁽¹⁰³⁾, e a orientação a quem a
 pretenda tomar. Por isso uma boa cidade deveria combinar os dois
 métodos de disposição, coisa fácil de conseguir adaptando o sistema
 agrícola que consiste em cultivar a vinha em chicana ⁽¹⁰⁴⁾, como alguns
 lhe chamam. Em alternativa, poder-se-ia aplicar o traçado regular a
 30 determinados lugares e partes da cidade, mas não a todos. Desta forma
 alcançar-se-ia simultaneamente a segurança e a beleza.

Têm ideias retrógradas ⁽¹⁰⁵⁾ aqueles que afirmam que as cidades de
 certa grandeza não devem ter muralhas, mesmo quando os factos prova-
 ram o contrário ⁽¹⁰⁶⁾ no tocante às cidades que se gabaram de não estar
 fortificadas. É certo que não é bom buscar a própria segurança atrás das
 35 muralhas, quando o inimigo se apresenta igual ou superior em número;
 mas existe a probabilidade, e há casos em que acontece mesmo, de a
 superioridade dos atacantes estar para além dos esforços humanos e da
 virtude de um pequeno grupo. Ora, se esse pequeno grupo tiver de salvar-
 se evitando o sofrimento atroz e a violência, então quanto mais resistentes
 40 forem as muralhas tanto maior será a capacidade bélica, tendo em conta,

1331a 1331a κωτάτην, ἄλλως τε καὶ νῦν εὐρημένων τῶν περὶ τὰ
βέλη καὶ τὰς μηχανὰς εἰς ἀκρίβειαν πρὸς τὰς πολιορκίας.
ὅμοιον γὰρ τὸ τείχη μὴ περιβάλλειν ταῖς πόλεσιν ἀξιοῦν
καὶ τὸ τὴν χώραν εὐέμβολον ζητεῖν καὶ περιαιρεῖν τοὺς
5 ὀρεινοὺς τόπους, ὁμοίως δὲ καὶ ταῖς οἰκῆσεσι ταῖς ἰδίαις μὴ
περιβάλλειν τοίχους ὥς ἀνάνδρων ἐσομένων τῶν κατοικούν-
των. ἀλλὰ μὴν οὐδὲ τοῦτό γε δεῖ λανθάνειν, ὅτι τοῖς μὲν
περιβέβλημένοις τείχη περὶ τὴν πόλιν ἔξεστιν ἀμφοτέρως
χρησθαι ταῖς πόλεσιν, καὶ ὥς ἐχούσαις τείχη καὶ ὥς μὴ
10 ἐχούσαις, τοῖς δὲ μὴ κεκτημένοις οὐκ ἔξεστιν. εἰ δὴ τοῦτον
ἔχει τὸν τρόπον, οὐχ ὅτι τείχη μόνον περιβλητέον, ἀλλὰ
καὶ τούτων ἐπιμελητέον, ὅπως καὶ πρὸς κόσμον ἔξη τῇ
πόλει πρεπόντως καὶ πρὸς τὰς πολεμικὰς χρεῖας, τὰς τε
ἄλλας καὶ τὰς νῦν ἐπεξευρημένας. ὥσπερ γὰρ τοῖς ἐπι-
15 τιθεμένοις ἐπιμελές ἐστι δι' ὧν τρόπων πλεονεκτήσουσιν, οὕτω
τὰ μὲν εὐρηται τὰ δὲ δεῖ ζητεῖν καὶ φιλοσοφεῖν καὶ τοὺς
φυλαττομένους· ἀρχὴν γὰρ οὐδ' ἐπιχειροῦσιν ἐπιτίθεσθαι τοῖς
εὖ παρεσκευασμένοις.

12 Ἐπεὶ δὲ δεῖ τὸ μὲν πλῆθος τῶν πολιτῶν ἐν συσ-
20 σιτίοις κατανεμεῖσθαι, τὰ δὲ τείχη διειληφθαι φυλακτη-
ρίοις καὶ πύργοις κατὰ τόπους ἐπικαίρους, δῆλον ὡς ταῦτα
προκαλεῖται παρασκευάζειν ἕνα τῶν συσσιτίων ἐν τούτοις
τοῖς φυλακτηρίοις. καὶ ταῦτα μὲν δὴ τοῦτον ἂν τις δια-
κοσμήσειε τὸν τρόπον· τὰς δὲ τοῖς θείοις ἀποδοδομένας οἰκῆ-
25 σεις καὶ τὰ κυριώτατα τῶν ἀρχείων συσσίτια ἀρμόττει
τόπον ἐπιτήδειον τε ἔχειν καὶ τὸν αὐτόν, ὅσα μὴ τῶν
ἱερῶν ὁ νόμος ἀφορίζει χωρὶς ἢ τι μαντεῖον ἄλλο πυθό-
χρηστον. εἴη δ' ἂν τοιοῦτος ὁ τόπος ὅστις ἐπιφάνειάν τε ἔχει

especialmente, os recentes inventos balísticos e a eficácia dos engenhos 1331a
de assalto ⁽¹⁰⁷⁾. Pensar que uma cidade não tem de estar rodeada de
muralhas é o mesmo que procurar um território fácil de invadir aplanando
as elevações do solo; ou então não rodear de muros uma casa particular
com receio de que os seus ocupantes passem por cobardes. Importa não 5
esquecer, também, que uma cidade defendida por muralhas pode servir-
se delas duplamente: como muralhada ou como se não estivesse muralhada;
tal alternativa, porém, já não existe para a cidade que à partida não possui
muralhas. Se este argumento é aceitável, então não só se deverá rodear 10
a cidade de muralhas como também se deverá manter as muralhas em bom
estado, de modo a cumprir ao mesmo tempo os requisitos de ordem e de
utilidade militar principalmente face aos recentes inventos de ataque. Com
efeito, da mesma forma que os atacantes procuram sempre novas estra-
tégias para vencer, também os que defendem já inventaram estratégias
defensivas e deverão investigar e estudar filosoficamente outras: é que 15
ninguém tentará atacar uma cidade bem precavida.

12. Organização das refeições comuns, edifícios religiosos e praça pública.

Posto que os cidadãos deveriam estar distribuídos por mesas comuns 20
e as muralhas divididas por guaritas e torres em lugares oportunos, é
evidente que isso é um convite a estabelecer um certo número de mesas
comuns nos ditos postos de guarda ⁽¹⁰⁸⁾. A disposição dos espaços poderia
ser a seguinte. As mesas comuns dos magistrados supremos e os templos
deveriam partilhar do mesmo espaço, excepto naqueles casos em que as 25
leis sagradas ou qualquer oráculo pítico determine o seu distanciamento ⁽¹⁰⁹⁾.
Tal lugar apropriado seria aquele que se evidenciasse ⁽¹¹⁰⁾, a ponto de tomar
a virtude digna de ser vista e fosse suficientemente seguro em relação às

30 πρὸς τὴν τῆς θέσεως ἀρετὴν ἱκανῶς καὶ πρὸς τὰ γειτνιῶντα
 μέρη τῆς πόλεως ἐρυμνοτέρως. πρέπει δ' ὑπὸ μὲν τοῦτον
 τὸν τόπον τοιαύτης ἀγορᾶς εἶναι κατασκευὴν οἷαν καὶ περὶ
 Θετταλίαν νομίζουσιν, ἣν ἐλευθέραν καλοῦσιν, αὕτη δ'
 35 ἐστὶν ἣν δεῖ καθαρὰν εἶναι τῶν ὀνίων πάντων, καὶ μήτε
 βάναισον μήτε γεωργὸν μήτ' ἄλλον μηδένα τοιοῦτον παρα-
 βάλλειν μὴ καλούμενον ὑπὸ τῶν ἀρχόντων. εἴη δ' ἂν
 εὐχαρις ὁ τόπος, εἰ καὶ τὰ γυμνάσια τῶν πρεσβυτέρων
 40 ἔχοι τὴν τάξιν ἐνταῦθα· πρέπει γὰρ διηρησθαι κατὰ τὰς
 ἡλικίας καὶ τοῦτον τὸν κόσμον, καὶ παρὰ μὲν τοῖς νεωτέ-
 ροις ἀρχοντάς τινας διατρίβειν, τοὺς δὲ πρεσβυτέρους παρὰ
 45 τοῖς ἄρχουσιν· ἡ γὰρ ἐν ὀφθαλμοῖς τῶν ἀρχόντων παρ-
 ουσία μάλιστα ἐμποιεῖ τὴν ἀληθινὴν αἰδῶ καὶ τὸν τῶν ἐλευ-
 1331b θέρων φόβον. τὴν δὲ τῶν ὀνίων ἀγορὰν ἑτέραν τε δεῖ ταύ-
 της εἶναι καὶ χωρὶς, ἔχουσιν τόπον εὐσυνάγωγον τοῖς τε
 ἀπὸ τῆς θαλάττης πεμπομένοις καὶ τοῖς ἀπὸ τῆς χώρας
 5 πᾶσιν. ἐπεὶ δὲ τὸ προεστὸς διαιρεῖται τῆς πόλεως εἰς ἱερεῖς
 καὶ ἄρχοντας, πρέπει καὶ τῶν ἱερέων συσσίτια περὶ τὴν τῶν
 ἱερῶν οἰκοδομημάτων ἔχειν τὴν τάξιν. τῶν δ' ἀρχείων ὅσα
 περὶ τὰ συμβόλαια ποιεῖται τὴν ἐπιμέλειαν, περὶ τε γρα-
 φὰς δικῶν καὶ τὰς κλήσεις καὶ τὴν ἄλλην τὴν τοιαύτην
 10 διοίκησιν, ἔτι δὲ περὶ τὴν ἀγορανομίαν καὶ τὴν καλουμένην
 ἀστυνομίαν, πρὸς ἀγορᾶ μὲν δεῖ καὶ συνόδῳ τινὶ κοινῇ κατ-
 εσκευάσθαι, τοιοῦτος δ' ὁ περὶ τὴν ἀναγκαίαν ἀγορὰν ἐστὶ
 τόπος· ἐνσχολάζειν μὲν γὰρ τὴν ἄνω τίθεμεν, ταύτην δὲ
 πρὸς τὰς ἀναγκαίας πράξεις. νενεμησθαι δὲ χρὴ τὴν εἰρη-
 15 μένην τάξιν καὶ τὰ περὶ τὴν χώραν· καὶ γὰρ ἐκεῖ τοῖς
 ἄρχουσιν οὕς καλοῦσιν οἱ μὲν ὑλωροὺς οἱ δὲ ἀγρονόμους καὶ
 φυλακτήρια καὶ συσσίτια πρὸς φυλακὴν ἀναγκαῖον ὑπάρ-
 χειν, ἔτι δὲ ἱερὰ κατὰ τὴν χώραν εἶναι νενεμημένα, τὰ
 μὲν θεοῖς τὰ δὲ ἥρωσιν. ἀλλὰ τὸ διατρίβειν νῦν ἀκριβο-
 λογουμένους καὶ λέγοντας περὶ τῶν τοιούτων ἀργὸν ἐστίν·

partes vizinhas da cidade. Nas imediações desse lugar destacado, dever- 30
 -se-ia instalar uma praça como aquela que recebe esse nome na Tessália ⁽¹¹¹⁾
 e a quem chamam Praça Livre ⁽¹¹²⁾. Essa praça estaria livre, com efeito,
 de qualquer tipo de comércio, e de acesso interdito a artesãos, agricultores
 ou indivíduos do gênero, excepto nos casos em que os magistrados o 35
 permitissem. Um lugar assim tornar-se-ia deveras aprazível se nele se
 erigissem ginásios para adultos, pois essa instituição deve também dife-
 renciar-se consoante as idades, por forma a permanecerem alguns magis-
 trados com os jovens, e exercitando-se os adultos em companhia dos 40
 outros magistrados. Estar na presença de magistrados contribuiria em
 muito para incutir o pudor e o respeito, atributos próprios de homens
 livres ⁽¹¹³⁾. A praça do mercado, por seu turno, deveria ser um local 1331b
 distinto e separado daquela, propício para a acumulação fácil de todos
 os produtos, tanto os transportados por mar como por terra.

A população da cidade foi por nós dividida entre sacerdotes e 5
 magistrados. Ora bem: é aconselhável que as refeições comuns dos
 sacerdotes sejam tomadas perto dos templos. Também as refeições co-
 muns dos magistrados incumbidos de contratos, processos, intimações
 judiciais e outras funções similares ⁽¹¹⁴⁾, a que podemos juntar ainda as
 funções respeitantes à supervisão dos mercados ⁽¹¹⁵⁾ e o chamado
 ordenamento urbano, terão lugar num lugar perto de uma praça ou ponto 10
 de reunião como o da praça do mercado. Com efeito enquanto a praça
 pública situada num ponto de destaque é destinada ao ócio, a praça do
 mercado destina-se às actividades de subsistência.

A ordenação que propomos para a cidade deve ser estendida também
 ao campo. Também aí os magistrados (a que uns chamam guardas 15
 florestais, e outros inspectores rurais) ⁽¹¹⁶⁾ deveriam ter casas de guarda
 e refeições comuns perto dos postos de vigilância. Além disso deveriam
 encontrar-se distribuídos, por cada região, locais de culto dedicados aos
 deuses e aos heróis. Seria contudo uma perda de tempo demorarmo-nos

20 οὐ γὰρ χαλεπὸν ἔστι τὰ τοιαῦτα νοῆσαι, ἀλλὰ ποιῆσαι μάλ-
λον· τὸ μὲν γὰρ λέγειν εὐχῆς ἔργον ἔστι, τὸ δὲ συμβῆναι
τύχης. διὸ περὶ μὲν τῶν τοιούτων τὸ γε ἐπὶ πλεῖον ἀφ-
εῖσθω τὰ νῦν.

13 Περὶ δὲ τῆς πολιτείας αὐτῆς, ἐκ τίνων καὶ ποίων
25 δεῖ συνεστάναι τὴν μέλλουσαν ἔσεσθαι πόλιν μακαρίαν καὶ
πολιτεύσεσθαι καλῶς, λεκτέον. ἐπεὶ δὲ δὴ ἔστιν ἐν οἷς γί-
γνεται τὸ εὖ πάσι, τούτοις δ' ἔστιν ἐν μὲν ἐν τῷ τὸν σκο-
πὸν κεῖσθαι καὶ τὸ τέλος τῶν πράξεων ὀρθῶς, ἐν δὲ τὰς
πρὸς τὸ τέλος φερούσας πράξεις εὕρισκεν (ἐνδέχεται γὰρ
30 ταῦτα καὶ διαφωνεῖν ἀλλήλοις καὶ συμφωνεῖν· ἐνίοτε γὰρ
ὁ μὲν σκοπὸς ἔκκειται καλῶς, ἐν δὲ τῷ πράττειν τοῦ τυ-
χεῖν αὐτοῦ διαμαρτάνουσιν, ὅτε δὲ τῶν μὲν πρὸς τὸ τέλος
πάντων ἐπιτυγχάνουσιν, ἀλλὰ τὸ τέλος ἔθεντο φαῦλον,
ὅτε δὲ ἑκατέρου διαμαρτάνουσιν, οἷον περὶ ἰατρικὴν· οὔτε γὰρ
35 ποῖόν τι δεῖ τὸ ὑγιαίνειν εἶναι σῶμα κρίνουσιν ἐνίοτε καλῶς,
οὔτε πρὸς τὸν ὑποκείμενον αὐτοῖς ὅρον τυγχάνουσι τῶν ποιη-
τικῶν· δεῖ δ' ἐν ταῖς τέχναις καὶ ἐπιστήμαις ταῦτα ἀμφό-
τερα κρατεῖσθαι, τὸ τέλος καὶ τὰς εἰς τὸ τέλος πράξεις),
ὅτι μὲν οὖν τοῦ τε εὖ ζῆν καὶ τῆς εὐδαιμονίας ἐφίενται
40 πάντες, φανερόν, ἀλλὰ τούτων τοῖς μὲν ἐξουσία τυγχάνει
τοῖς δὲ οὐ, διὰ τινὰ τύχην ἢ φύσιν (δεῖται γὰρ καὶ χορηγίας
1332a τινὸς τὸ ζῆν καλῶς, τούτου δὲ ἐλάττονος μὲν τοῖς
ἁμεινον διακειμένοις, πλείονος δὲ τοῖς χεῖρον), οἱ δ' εὐθὺς
οὐκ ὀρθῶς ζητοῦσι τὴν εὐδαιμονίαν, ἐξουσίας ὑπαρχούσης. ἐπεὶ
δὲ τὸ προκείμενόν ἐστι τὴν ἀρίστην πολιτείαν ἰδεῖν, αὕτη δ'
5 ἔστι καθ' ἣν ἀριστ' ἂν πολιτεύοιτο πόλις, ἀριστὰ δ' ἂν πολι-
τεύοιτο καθ' ἣν εὐδαιμονεῖν μάλιστα ἐνδέχεται τὴν πόλιν,

20 agora em tais precisões. Com efeito nem sequer é assim tão difícil pensar
nelas, mas sim levá-las a cabo, pois embora possamos falar de certos
assuntos como nos apraz, o certo é que o que acontece depende da
sorte. Arredemos, por enquanto, qualquer estudo exaustivo dessas
matérias.

13. A educação na cidade melhor: introdução.

Importa falar agora do regime em si mesmo, destacando de que
elementos, e de que qualidade, deve constar a cidade que visa uma vida
25 feliz e um bom governo. O bem implica para todos duas condições:
implica visar correctamente o fim das acções, e implica encontrar os
procedimentos que melhor conduzem a esse fim (¹¹⁷). Estas duas condi-
ções podem divergir ou coincidir: umas vezes determina-se o fim com
30 exactidão mas falha-se a execução; outras vezes estamos de posse de
todos os procedimentos adequados mas erra-se no fim; e há vezes até em
que não acertamos com nenhuma das duas. Com efeito, um médico, por
exemplo, pode não avaliar bem apenas a saúde do corpo, como também
falhar o tratamento de que necessita. Assim, nas artes e ciências devem
35 dominar-se ambas as condições: o fim em vista e as práticas a ele
conducentes. Ora, é evidente que todos aspiram a viver bem e à felici-
dade (¹¹⁸). Alguns podem atingir esse fim; outros porém são incapazes de
atingi-lo, ou devido a alguma falha da natureza, ou então devido a alguma
40 falta de sorte (de facto a vida feliz requer um determinado conjunto de
condições materiais: poucas para os que estão em melhor posição, muitas
1332a para aqueles que estão numa condição mais carecida). Por fim há quem
comece desde logo a procurar a felicidade de forma desviada, apesar de
possuir as condições necessárias. Uma vez que pretendemos saber qual
o melhor regime, e como o melhor regime não é senão aquele pelo qual
a cidade está melhor governada (entendendo por cidade melhor governada
5 aquela em que o regime promove a felicidade no maior grau possível) é
óbvio que não nos deve escapar o que deve ser a felicidade.

10 δῆλον ὅτι τὴν εὐδαιμονίαν δεῖ, τί ἐστὶ, μὴ λανθάνειν. φαι-
 δὲ (καὶ διωρίσμεθα ἐν τοῖς ἠθικοῖς, εἰ τι τῶν λόγων ἐκείνων
 ὀφελος) ἐνέργειαν εἶναι καὶ χρῆσιν ἀρετῆς τελείαν, καὶ ταύ-
 15 τὴν οὐκ ἐξ ὑποθέσεως ἀλλ' ἀπλῶς. λέγω δ' ἐξ ὑποθέσεως
 τὰναγκαῖα, τὸ δ' ἀπλῶς τὸ καλῶς. οἷον τὰ περὶ τὰς δι-
 καίας πράξεις· αἱ <γράφ> δίκαιαι τιμωρίαι καὶ κολάσεις ἀπ' ἀρε-
 τῆς μὲν εἰσιν, ἀναγκαῖαι δέ, καὶ τὸ καλῶς ἀναγκαῖως
 20 ἔχουσιν (αἰρετώτερον μὲν γὰρ μηδενὸς δεῖσθαι τῶν τοιούτων
 μήτε τὸν ἄνδρα μήτε τὴν πόλιν), αἱ δ' ἐπὶ τὰς τιμὰς καὶ
 τὰς εὐπορίας ἀπλῶς εἰσι κάλλισται πράξεις. τὸ μὲν γὰρ
 ἕτερον κακοῦ τινος ἀναίρεσίς ἐστίν, αἱ τοιαῦται δὲ πράξεις
 τοῦναντίον· κατασκευαὶ γὰρ ἀγαθῶν εἰσι καὶ γεννήσεις.
 25 χρῆσαιτο δ' ἂν ὁ σπουδαῖος ἀνὴρ καὶ πενία καὶ νόσῳ καὶ
 ταῖς ἄλλαις τύχαις ταῖς φαύλαις καλῶς· ἀλλὰ τὸ μα-
 κάριον ἐν τοῖς ἐναντίοις ἐστίν (καὶ γὰρ τοῦτο διώριστα κατὰ
 τοὺς ἠθικοὺς λόγους, ὅτι τοιοῦτός ἐστιν ὁ σπουδαῖος, ὃς διὰ τὴν
 ἀρετὴν [τὰ] ἀγαθὰ ἐστὶ τὰ ἀπλῶς ἀγαθὰ, δῆλον δ' ὅτι καὶ
 30 τὰς χρήσεις ἀναγκαῖον σπουδαίας καὶ καλὰς εἶναι ταύτας
 ἀπλῶς)· διὸ καὶ νομίζουσιν ἄνθρωποι τῆς εὐδαιμονίας αἷτια
 τὰ ἐκτὸς εἶναι τῶν ἀγαθῶν, ὥσπερ εἰ τοῦ κιθαρίζειν λαμ-
 πρὸν καὶ καλῶς αἰτιῶντο τὴν λύραν μᾶλλον τῆς τέχνης.
 ἀναγκαῖον τοίνυν ἐκ τῶν εἰρημένων τὰ μὲν ὑπάρχειν, τὰ
 35 δὲ παρασκευάσαι τὸν νομοθέτην. διὸ κατ' εὐχὴν εὐχόμεθα
 τῇ τῆς πόλεως συστάσει ὧν ἡ τύχη κυρία (κυρίαν γὰρ
 ὑπάρχειν τίθεμεν)· τὸ δὲ σπουδαίαν εἶναι τὴν πόλιν
 οὐκέτι τύχης ἔργον ἀλλ' ἐπιστήμης καὶ προαιρέσεως. ἀλλὰ
 μὴν σπουδαία γε πόλις ἐστὶ τῇ τοὺς πολίτας τοὺς μετέχοντας
 40 τῆς πολιτείας εἶναι σπουδαίους· ἡμῖν δὲ πάντες οἱ πολῖται
 μετέχουσι τῆς πολιτείας. τοῦτ' ἄρα σκεπτέον, πῶς ἀνὴρ γί-
 νεται σπουδαῖος. καὶ γὰρ εἰ πάντας ἐνδέχεται σπουδαίους

Já foi referido na *Ética* ⁽¹¹⁹⁾ (se é que têm algum valor os argumen-
 tos expostos nesse estudo) que a felicidade consiste no exercício e uso
 perfeito da virtude, não por condição mas de modo absoluto. Por 'con-
 10 dição' quero dizer um modo de acção necessário; por 'absoluto' entendo
 um modo de acção intrinsecamente bom. Suponhamos o caso das acções
 justas: um castigo ou uma punição justos infligidos em conformidade são, na
 verdade, um acto de virtude, mas decorrem de uma obrigação e são bons
 porque são necessários (com efeito seria preferível que nem o indivíduo
 nem a cidade recorressem a tais correctivos); as acções cujo fim consiste
 15 na honra e na prosperidade são absolutamente nobres ⁽¹²⁰⁾. O acto de
 punir e castigar decorre de uma escolha de algo que é, num certo sentido,
 um mal; o acto de visar a honra e a prosperidade, pelo contrário, cria
 e gera qualquer coisa de bom. O homem íntegro pode até fazer bom uso
 da pobreza, da doença e de outros infortúnios; o facto porém é que a
 20 felicidade é o oposto dessas coisas más. Na verdade, já tínhamos referido
 na *Ética* ⁽¹²¹⁾ que o homem bom é aquele para quem, devido à virtude, os
 bens são bens em absoluto, sendo evidente que o uso que faz desses bens
 em si será, necessariamente, bom e nobre. Por isso se pensa que os bens
 exteriores são causa de felicidade ⁽¹²²⁾, como se a prática virtuosa da cítara
 25 dependesse mais do instrumento do que do talento do artista.

Do que foi dito segue-se, necessariamente, que o legislador deve
 dispor de certos elementos e procurar outros, que dependem da sorte,
 a que reconhecemos preponderância (e admitimos que a sorte é
 30 soberana). A cidade equilibrada não é obra do acaso mas do conhe-
 cimento e da vontade ⁽¹²³⁾. Uma cidade é equilibrada quando os
 cidadãos que participam no seu governo também são equilibrados.
 Temos, por conseguinte, de investigar como pode um homem tornar-
 se bom. Na verdade, sendo possível que todos sejam bons colectiva-
 35 mente sem que cada um seja bom individualmente ⁽¹²⁴⁾, o melhor é que

εἶναι, μὴ καθ' ἑκάστων δὲ τῶν πολιτῶν, οὕτως αἰρετώτερον·
 ἀκολουθεῖ γὰρ τῷ καθ' ἑκάστων καὶ τὸ πάντας. ἀλλὰ μὴν
 40 ἀγαθοί γε καὶ σπουδαῖοι γίνονται διὰ τριῶν. τὰ τρία δὲ
 ταῦτά ἐστι φύσις ἔθος λόγος. καὶ γὰρ φύναι δεῖ πρῶτον,
 οἷον ἄνθρωπον ἀλλὰ μὴ τῶν ἄλλων τι ζῶων· οὕτω καὶ
 1332b ποιόν τινα τὸ σῶμα καὶ τὴν ψυχὴν. ἐνια δὲ οὐθὲν ὀφελος
 φύναι· τὰ γὰρ ἔθη μεταβαλεῖν ποιεῖ· ἐνια γὰρ εἴσι, διὰ
 τῆς φύσεως ἐπαμφοτερίζοντα, διὰ τῶν ἐθῶν ἐπὶ τὸ χεῖρον
 καὶ τὸ βέλτιον. τὰ μὲν οὖν ἄλλα τῶν ζῶων μάλιστα μὲν
 τῇ φύσει ζῆ, μικρὰ δ' ἐνια καὶ τοῖς ἔθεσιν, ἄνθρωπος δὲ
 5 καὶ λόγῳ· μόνος γὰρ ἔχει λόγον· ὥστε δεῖ ταῦτα συμ-
 φωνεῖν ἀλλήλοις. πολλὰ γὰρ παρὰ τοὺς ἐθισμοὺς καὶ τὴν
 φύσιν πράττουσι διὰ τὸν λόγον, ἐὰν πεισθῶσιν ἄλλως ἔχειν
 βέλτιον. τὴν μὲν τοίνυν φύσιν οἷους εἶναι δεῖ τοὺς μέλλον-
 τας εὐχειρώτους ἔσεσθαι τῷ νομοθέτῃ, διωρίσμεθα πρότερον·
 10 τὸ δὲ λοιπὸν ἔργον ἤδη παιδείας. τὰ μὲν γὰρ ἐθιζόμενοι
 μαθαίνουσι τὰ δ' ἀκούοντες.

14 Ἐπεὶ δὲ πᾶσα πολιτικὴ κοινωνία συνέστηκεν ἐξ ἀρχόν-
 των καὶ ἀρχομένων, τοῦτο δὴ σκεπτέον, εἰ ἐτέρους εἶναι
 δεῖ τοὺς ἄρχοντας καὶ τοὺς ἀρχομένους ἢ τοὺς αὐτοὺς διὰ
 15 βίου· δῆλον γὰρ ὡς ἀκολουθεῖν δεήσει καὶ τὴν παιδείαν
 κατὰ τὴν διαίρεσιν ταύτην. εἰ μὲν τοίνυν εἴησαν τοσοῦτον
 διαφέροντες ἄτεροι τῶν ἄλλων ὅσον τοὺς θεοὺς καὶ τοὺς
 ἥρωας ἡγούμεθα τῶν ἀνθρώπων διαφέρειν, εὐθὺς πρῶτον
 κατὰ τὸ σῶμα πολλὴν ἔχοντας ὑπερβολήν, εἴτα κατὰ
 20 τὴν ψυχὴν, ὥστε ἀναμφισβήτητον εἶναι καὶ φανεράν τὴν
 ὑπεροχὴν τοῖς ἀρχομένοις τὴν τῶν ἀρχόντων, δῆλον ὅτι
 βέλτιον αἰ τοὺς αὐτοὺς τοὺς μὲν ἄρχειν τοὺς δ' ἄρχεσθαι

cada cidadão individual seja bom já que a bondade de todos depende
 do bem de cada um.

Existem três factores para os homens se tornarem bons e íntegros: 40
 natureza, hábito, e razão ⁽¹²⁵⁾. Em primeiro lugar, é preciso nascer como
 ser humano e não como qualquer outro animal; e além disso, com uma
 certa qualidade de corpo e alma. Há qualidades que de nada servem à
 nascença porque os hábitos modificam-nas: a natureza fê-las capazes de
 serem modificadas, pela força do hábito, para melhor ou para pior. Os 1332b
 outros seres animados vivem por um impulso natural ⁽¹²⁶⁾, embora alguns
 sejam tenuemente guiados pelo hábito. Mas o homem, para além da
 natureza e do hábito, é também guiado pela razão que só ele possui; por
 isso estes três factores devem estar sintonizados. Muitas vezes os homens, 5
 com efeito são levados a não seguir a natureza e o hábito, se a razão
 os persuade de que outro caminho é melhor.

Definimos já ⁽¹²⁷⁾, pois, que condições é necessário terem os cida-
 dãos, para serem mais facilmente moldados pelo legislador. Tudo o mais
 diz respeito à educação; aprenderão em parte pelo hábito, em parte por
 instrução.

14. A educação na cidade melhor (continuação)

Dado que toda a comunidade política é constituída por governantes
 e governados, temos de considerar se ambos deveriam ser distintos ou
 diferentes durante toda a vida, porque é evidente que a educação deverá 15
 variar de acordo com essa alternativa ⁽¹²⁸⁾. Se os governantes forem
 tão diferentes dos governados como acreditamos que deuses e heróis
 o são em relação aos homens ⁽¹²⁹⁾, até ao ponto de ser manifesta uma
 grande superioridade física e anímica dos governantes em relação aos

καθάπαξ· ἐπεὶ δὲ τοῦτ' οὐ ῥάδιον λαβεῖν οὐδ' ἔστιν ὥσπερ ἐν
 Ἰνδοῖς φησι Σκύλαξ εἶναι τοὺς βασιλέας τοσοῦτον δια-
 25 φέροντας τῶν ἀρχομένων, φανερόν ὅτι διὰ πολλάς αἰτίας
 ἀναγκαῖον πάντας ὁμοίως κοινωνεῖν τοῦ κατὰ μέρος ἄρχειν
 καὶ ἄρχεσθαι. τὸ τε γὰρ ἴσον ταύτων τοῖς ὁμοίοις, καὶ
 χαλεπὸν μένειν τὴν πολιτείαν τὴν συνεστηκυῖαν παρὰ τὸ
 δίκαιον. μετὰ γὰρ τῶν ἀρχομένων ὑπάρχουσι νεωτερίζειν
 30 βουλόμενοι πάντες οἱ κατὰ τὴν χώραν, τοσοῦτους τε εἶναι
 τοὺς ἐν τῷ πολιτεύματι τὸ πλῆθος ὥστ' εἶναι κρείττους πάν-
 των τούτων ἐν τι τῶν ἀδυνάτων ἔστιν. ἀλλὰ μὴν ὅτι γε
 δεῖ τοὺς ἄρχοντας διαφέρειν τῶν ἀρχομένων, ἀναμφισ-
 βήτητον. πῶς οὖν ταῦτ' ἔσται καὶ πῶς μεθέξουσιν, δεῖ σκέψα-
 35 σθαι τὸν νομοθέτην. εἴρηται δὲ πρότερον περὶ αὐτοῦ. ἡ γὰρ
 φύσις δέδωκε τὴν αἵρεσιν, ποιήσασα αὐτὸ τὸ γένει ταῦτο
 τὸ μὲν νεώτερον τὸ δὲ πρεσβύτερον, ὧν τοῖς μὲν ἄρ-
 χεσθαι πρέπει τοῖς δ' ἄρχειν· ἀγανακτεῖ δὲ οὐδεὶς καθ'
 ἡλικίαν ἀρχόμενος, οὐδὲ νομίζει εἶναι κρείττων, ἄλλως τε
 40 καὶ μέλλων ἀντιλαμβάνειν τοῦτον τὸν ἔρανον ὅταν τύχη
 τῆς ἱκνουμένης ἡλικίας. ἔστι μὲν ἄρα ὡς τοὺς αὐτοὺς ἄρχειν
 καὶ ἄρχεσθαι φατέον, ἔστι δὲ ὡς ἑτέρους. ὥστε καὶ τὴν
 1333a παιδείαν ἔστιν ὡς τὴν αὐτὴν ἀναγκαῖον, ἔστιδ' ὡς ἑτέραν
 εἶναι. τὸν [τε] γὰρ μέλλοντα καλῶς ἄρχειν ἀρχθῆναί φασιν
 δεῖν πρῶτον. (ἔστι δὲ ἀρχή, καθάπερ ἐν τοῖς πρώτοις εἴρη-
 ται λόγοις, ἡ μὲν τοῦ ἄρχοντος χάριν ἡ δὲ τοῦ ἀρχομένου.
 5 τούτων δὲ τὴν μὲν δεσποτικὴν εἶναί φαμεν, τὴν δὲ τῶν
 ἐλευθέρων. διαφέρει δ' ἐν τῶν ἐπιταττομένων οὐ τοῖς ἔργοις
 ἀλλὰ τῷ τίνος ἕνεκα. διὸ πολλὰ τῶν εἶναι δοκούντων δι-
 ακονικῶν ἔργων καὶ τῶν νέων τοῖς ἐλευθέροις καλὸν διακο-

governados, é evidente que serão sempre os mesmos a obedecer e mandar.

Mas, como isto é difícil de conseguir ⁽¹³⁰⁾ e não é possível que os reis sejam assim tão distintos dos seus súbditos, como, segundo Cílix ⁽¹³¹⁾, o são na Índia, é clara, por diversas razões, a necessidade de que todos 25 participem por igual num sistema rotativo de governantes e governados. A equidade consiste em que os iguais tenham o mesmo; e um regime dificilmente pode sobreviver se fundado na injustiça. Todos os cidadãos do território estarão dispostos a rebelar-se com os cidadãos submetidos; e é impossível que os que participam no governo sejam tantos que possam 30 enfrentar os inimigos.

Por outro lado, é indiscutível que deve haver uma diferença entre governantes e governados. Como podem diferir, e como participar do governo é um problema para o legislador. Já referimos uma solução possível num capítulo anterior ⁽¹³²⁾. 35

A natureza facilitou a eleição, ao fazer mais jovens ou mais velhos os indivíduos da mesma espécie. Os mais jovens devem ser governados, os mais velhos governar. Nenhum jovem leva a mal ser governado devido à sua idade, nem se considera superior, sobretudo quando tiver que receber esse estatuto, uma vez atingida a idade requerida. Num certo 40 sentido, tem que ser dito que governante e governado são os mesmos, mas noutro sentido, são distintos. Da mesma forma a educação deve ser, em 1333a parte a mesma, em parte diferente; por isso se diz "se queres governar bem, debes primeiro obedecer" ⁽¹³³⁾.

Como foi dito anteriormente ⁽¹³⁴⁾, há um governo exercido segundo o interesse dos governantes e outro no interesse dos governados. O primeiro é despótico; o segundo é um governo de homens livres. Algumas das 5 ordens não diferem pelo conteúdo do que é ordenado mas pela finalidade da ordem. Isso significa que uma boa porção dos trabalhos geralmente considerados servis, pode ser honradamente desempenhada por jovens livres. No que se refere ao carácter honroso ou desonroso, as actividades

10 νεῖν· πρὸς γὰρ τὸ καλὸν καὶ τὸ μὴ καλὸν οὐχ οὕτω δια-
 φέρουσιν αἱ πράξεις καθ' αὐτάς ὥς ἐν τῷ τέλει καὶ τῷ
 τίνος ἕνεκεν.) ἐπεὶ δὲ πολίτου καὶ ἄρχοντος τὴν αὐτὴν
 ἀρετὴν εἶναί φαμεν καὶ τοῦ ἀρίστου ἀνδρός, τὸν δ' αὐτὸν
 ἀρχόμενον τε δεῖν γίνεσθαι πρότερον καὶ ἄρχοντα ὕστερον,
 15 τοῦτ' ἂν εἴη τῷ νομοθέτῃ πραγματευτέον, ὅπως ἄνδρες ἀγα-
 θοὶ γίνωνται, καὶ διὰ τίνων ἐπιτηδευμάτων, καὶ τί τὸ
 τέλος τῆς ἀρίστης ζωῆς. διήρηται δὲ δύο μέρη τῆς ψυχῆς,
 ὧν τὸ μὲν ἔχει λόγον καθ' αὐτό, τὸ δ' οὐκ ἔχει μὲν καθ'
 αὐτό, λόγῳ δ' ὑπακούειν δυνάμενον· ὧν φαμεν τὰς ἀρε-
 τὰς εἶναι καθ' ὅς ἀνὴρ ἀγαθὸς λέγεται πως. τούτων δὲ ἐν
 20 ποτέρῳ μᾶλλον τὸ τέλος, τοῖς μὲν οὕτω διαιροῦσιν ὥς ἡμεῖς
 φαμεν οὐκ ἄδηλον πῶς λεκτέον. αἰεὶ γὰρ τὸ χεῖρον τοῦ
 βελτιονός ἐστιν ἕνεκεν, καὶ τοῦτο φανερόν ὁμοίως ἐν τε τοῖς
 κατὰ τέχνην καὶ τοῖς κατὰ φύσιν· βέλτιον δὲ τὸ λόγον
 ἔχον. διήρηται τε διχῆ, καθ' ὅνπερ εἰώθαμεν τρόπον δι-
 25 αἰρεῖν· ὁ μὲν γὰρ πρακτικὸς ἐστὶ λόγος ὁ δὲ θεωρητικός.
 ὡσαύτως οὖν ἀνάγκη διηρῆσθαι καὶ τοῦτο τὸ μέρος δηλον-
 ότι. καὶ τὰς πράξεις δ' ἀνάλογον ἐροῦμεν ἔχειν, καὶ δεῖ τὰς
 τοῦ φύσει βελτιονοῦς αἰρετωτέρας εἶναι τοῖς δυναμένοις τυγ-
 χάνειν ἢ πασῶν ἢ τοῖν δυοῖν· αἰεὶ γὰρ ἐκάστῳ τοῦθ' αἰρε-
 30 τώτατον οὗ τυχεῖν ἐστὶν ἀκροτάτου. διήρηται δὲ καὶ πᾶς ὁ
 βίος εἰς ἀσχολίαν καὶ σχολήν καὶ εἰς πόλεμον καὶ εἰρή-
 νην, καὶ τῶν πρακτῶν τὰ μὲν [εἰς τὰ] ἀναγκαῖα καὶ χρή-
 σιμα τὰ δὲ [εἰς τὰ] καλὰ. περὶ ὧν ἀνάγκη τὴν αὐτὴν
 αἵρεσιν εἶναι καὶ τοῖς τῆς ψυχῆς μέρεσι καὶ ταῖς πράξε-
 35 σιν αὐτῶν, πόλεμον μὲν εἰρήνης χάριν, ἀσχολίαν δὲ
 σχολῆς, τὰ δ' ἀναγκαῖα καὶ χρήσιμα τῶν καλῶν ἕνεκεν.
 πρὸς πάντα μὲν τοίνυν τῷ πολιτικῷ βλέποντι νομοθετητέον,
 καὶ κατὰ τὰ μέρη τῆς ψυχῆς καὶ κατὰ τὰς πράξεις
 40 αὐτῶν, μᾶλλον δὲ πρὸς τὰ βελτίω καὶ τὰ τέλη. τὸν
 αὐτὸν δὲ τρόπον καὶ περὶ τοὺς βίους καὶ τὰς τῶν πραγμά-

não diferem tanto em si mesmas, mas pelo fim e a causa em vista das
 quais são exercidas (¹³⁵). 10

Como afirmámos que é a mesma a virtude do cidadão, do governante
 e do homem bom, e dissemos que o mesmo indivíduo deve primeiro ser
 governado e depois governar, o legislador deverá assegurar que os
 cidadãos se tornem bons, averiguar que actividades produzirão esse
 15 resultado, e qual é o fim da vida melhor.

Existem na alma duas partes diferentes. Uma tem a razão por si
 mesma; a outra não a tem por si mesma mas tem a capacidade para
 obedecer à razão. Quando falamos de um homem bom, dizemos que ele
 possui as virtudes destas duas partes da alma. Mas, em qual das partes
 reside mais particularmente o fim último da vida do homem? Os que
 20 adoptam a divisão referida não têm qualquer dúvida sobre a resposta a
 dar (¹³⁶). No mundo da natureza, assim como no da arte, o inferior existe
 sempre em função do superior. A parte da alma que tem a razão é a
 melhor. Mas, a razão divide-se, no esquema que costumamos seguir (¹³⁷),
 em dois aspectos: o prático e o teórico. É óbvio, por conseguinte, que
 25 a parte da alma que encerra a razão, divide-se da mesma forma. Podemos
 ainda dizer que o mesmo ocorre com as actividades respectivas. Daqui
 se segue que aqueles que são capazes atingir todas as actividades
 possíveis, ou duas dessas actividades, serão levados a preferir a activi-
 dade da parte que é, na sua natureza, a mais elevada. Todos nós
 30 preferimos sempre a mais elevada que é possível atingir.

Toda a vida está dividida em trabalho e ócio, guerra e paz e, de entre
 as actividades, umas são necessárias e úteis, e outras são dignas. Também
 aqui tem que existir a mesma divisão (¹³⁸) que vimos nas partes da alma
 e respectivas actividades. A guerra existe em vista da paz; o trabalho em
 35 função do ócio (¹³⁹); as actividades necessárias e úteis em vista das
 honrosas. O político deverá legislar tendo em vista todos estes factores,
 tanto no que se refere às partes da alma como às actividades respectivas
 e sobretudo, atendendo às coisas mais excelentes e aos fins. O mesmo
 tem que estar em causa no que se refere aos diferentes modos de vida
 e às diferentes actividades. É preciso trabalhar e fazer a guerra; mas ainda
 40

1333b των αἰρέσεις· δεῖ μὲν γὰρ ἀσχολεῖν δύνασθαι καὶ πολυ-
 μείν, μᾶλλον δ' εἰρήνην ἄγειν καὶ σχολάζειν, καὶ τὰ-
 ναγκαῖα καὶ τὰ χρήσιμα δὲ πράττειν, τὰ δὲ καλὰ δεῖ
 μᾶλλον. ὥστε πρὸς τούτους τοὺς σκοποὺς καὶ παῖδας ἐπι-
 5 ὄντας παιδευτέον καὶ τὰς ἄλλας ἡλικίας, ὅσαι δέονται
 παιδείας. οἱ δὲ νῦν ἀριστα δοκοῦντες πολιτεύεσθαι τῶν Ἑλ-
 λήνων, καὶ τῶν νομοθετῶν οἱ ταῦτας καταστήσαντες τὰς
 πολιτείας, οὔτε πρὸς τὸ βέλτιστον τέλος φαίνονται συντάξαν-
 10 τες τὰ περὶ τὰς πολιτείας οὔτε πρὸς πάσας τὰς ἀρετὰς
 τοὺς νόμους καὶ τὴν παιδείαν, ἀλλὰ φορτικῶς ἀπέκλιναν
 πρὸς τὰς χρήσιμους εἶναι δοκούσας καὶ πλεονεκτικωτέρας.
 παραπλησίως δὲ τούτοις καὶ τῶν ὑστερόν τινες γραψάντων
 ἀπεφάνησαν τὴν αὐτὴν δόξαν· ἐπαινοῦντες γὰρ τὴν Λακε-
 δαιμονίων πολιτείαν ἄγανται τοῦ νομοθέτου τοῦ σκοπόν, ὅτι
 15 πάντα πρὸς τὸ κρατεῖν καὶ πρὸς πόλεμον ἐνομοθέτησεν. ἃ
 καὶ κατὰ τὸν λόγον ἐστὶν εὐέλεγκτα καὶ τοῖς ἔργοις ἐξ-
 ελήλεγκται νῦν. ὥσπερ γὰρ οἱ πλεῖστοι τῶν ἀνθρώπων ζη-
 λοῦσι τὸ πολλῶν δεσπόζειν, ὅτι πολλὴ χορηγία γίνεταί
 τῶν εὐτυχημάτων, οὕτω καὶ Θίβρων ἀγάμενός φαίνεται
 τὸν τῶν Λακωνίων νομοθέτην, καὶ τῶν ἄλλων ἕκαστος τῶν
 20 γραφόντων περὶ <τῆς> πολιτείας αὐτῶν, ὅτι διὰ τὸ γεγυμνάσθαι
 πρὸς τοὺς κινδύνους πολλῶν ἦρχον· καίτοι δῆλον ὥς ἐπειδὴ
 νῦν γε οὐκέτι ὑπάρχει τοῖς Λάκωσι τὸ ἄρχειν, οὐκ εὐδαί-
 μονες, οὐδ' ὁ νομοθέτης ἀγαθός. ἐπὶ δὲ τοῦτο γελοῖον, εἰ
 μένοντες ἐν τοῖς νόμοις αὐτοῦ, καὶ μηδενὸς ἐμποδίζοντος
 25 πρὸς τὸ χρῆσθαι τοῖς νόμοις, ἀποβεβλήκασι τὸ ζῆν κα-
 λῶς. οὐκ ὀρθῶς δ' ὑπολαμβάνουσιν οὐδὲ περὶ τῆς ἀρχῆς ἣν
 δεῖ τιμῶντα φαίνεσθαι τὸν νομοθέτην· τοῦ γὰρ δεσποτικῶς
 ἄρχειν ἢ τῶν ἐλευθέρων ἀρχὴ καλλίων καὶ μᾶλλον μετ'
 ἀρετῆς. ἐπὶ δὲ οὐ διὰ τοῦτο δεῖ τὴν πόλιν εὐδαίμονα νομί-
 30 ζειν καὶ τὸν νομοθέτην ἐπαινεῖν, ὅτι κρατεῖν ἥσκησεν ἐπὶ τὸ
 τῶν πέλας ἄρχειν· ταῦτα γὰρ μεγάλην ἔχει βλάβην.
 δῆλον γὰρ ὅτι καὶ τῶν πολιτῶν τῷ δυναμένῳ τοῦτο πειρα-
 τέον διώκειν, ὅπως δύνηται τῆς οἰκείας πόλεως ἄρχειν·

1333b mais viver em paz e fruir do ócio. É preciso realizar actos necessários
 ou úteis mas ainda mais as acções honrosas. Estes são os objectivos da
 educação para as crianças e nas demais idades que requerem formação.

As cidades gregas que no nosso tempo têm fama de serem as mais
 5 bem governadas ⁽¹⁴⁰⁾, bem como os legisladores que aí instituíram os
 regimes, não organizaram a constituição em vista do melhor fim nem as
 leis e a educação em vista de todas as virtudes; pelo contrário: parecem
 estar a inclinar-se de modo inqualificável para valorizar o que é útil e
 10 lucrativo. Muitos autores recentes ⁽¹⁴¹⁾ sustentam até a mesma opinião,
 quando elogiam o regime de Esparta e admiram o intuito do seu legislador
 em orientar todo o sentido da legislação para a dominação e a guerra.
 Todavia, estamos perante um espírito legislativo que poderá ser refutado
 não apenas pela teoria mas também pelos factos. Com efeito, a maior
 15 parte dos homens procura impor-se aos demais, pois só assim alcan-
 çarão uma grande quantidade de recursos e riqueza. Por isso é que
 Tibrão ⁽¹⁴²⁾ e todos os que escreveram sobre o regime espartano
 elogiam abertamente o legislador por ter incutido o culto do perigo
 20 fazendo desse modo com que o domínio dos espartanos se estendesse
 sobre muitos povos. Ora torna-se claro que, tendo perdido no presente
 a hegemonia, os espartanos não sejam felizes nem o seu legislador
 bom. É de facto caricato que um povo assim não tenha alcançado uma
 vida boa apesar de não ter tido obstáculos e de se ter limitado à estrita
 25 observação das leis. Também eram quanto ao modelo de governo que
 o legislador deveria adoptar: porque um governo de homens livres é
 um governo melhor e mais conforme à virtude do que o despótico ⁽¹⁴³⁾.
 Além do mais não se deverá considerar feliz uma cidade ou louvável
 um legislador, quando os seus cidadãos são incitados a dominar com
 30 vista à subjugação dos povos vizinhos. É óbvio que se insinua aqui
 um grande risco: um regime com tal espírito permite que qualquer
 cidadão possa dominar a sua própria cidade. Foi de resto justamente

35 ὅπερ ἐγκαλοῦσιν οἱ Λάκωνες Πausανία τῷ βασιλεῖ, καί-
 περ ἔχοντι τηλικαύτην τιμήν. οὔτε δὴ πολιτικὸς τῶν τοιού-
 των λόγων καὶ νόμων οὔθεις οὔτε ὠφέλιμος οὔτε ἀληθής ἐστιν.
 ταῦτ' ἄρ' ἀριστα καὶ ἰδίᾳ καὶ κοινῇ, τὸν <τε> νομοθέτην ἐμ-
 ποιεῖν δεῖ ταῦτα ταῖς ψυχαῖς τῶν ἀνθρώπων· τὴν τε τῶν
 πολεμικῶν ἀσκήσιν οὐ τούτου χάριν δεῖ μελετᾶν, ἵνα κατα-
 40 δουλώσωνται τοὺς ἀναξίους, ἀλλ' ἵνα πρῶτον μὲν αὐτοὶ μὴ
 δουλεύσωσιν ἑτέροις, ἔπειτα ὅπως ζητῶσι τὴν ἡγεμονίαν τῆς
 1334a ὠφελείας ἕνεκα τῶν ἀρχομένων, ἀλλὰ μὴ πάντων δεσπο-
 τείας· τρίτον δὲ τὸ δεσπόζειν τῶν ἀξίων δουλεύειν. ὅτι δὲ
 δεῖ τὸν νομοθέτην μᾶλλον σπουδάζειν ὅπως καὶ τὴν περὶ
 τὰ πολεμικὰ καὶ τὴν ἄλλην νομοθεσίαν τοῦ σχολάζειν
 5 ἕνεκεν τάξῃ καὶ τῆς εἰρήνης, μαρτυρεῖ τὰ γινόμενα τοῖς
 λόγοις. αἱ γὰρ πλείσται τῶν τοιούτων πόλεων πολεμοῦσαι
 μὲν σφύζονται, κατακτησάμεναι δὲ τὴν ἀρχὴν ἀπόλλυνται.
 τὴν γὰρ βαφὴν ἀνιάσιν, ὥσπερ ὁ σίδηρος, εἰρήνην ἄγον-
 τες. αἴτιος δ' ὁ νομοθέτης οὐ παιδεύσας δύνασθαι scho-
 10 λάζειν.

15 Ἐπεὶ δὲ τὸ αὐτὸ τέλος εἶναι φαίνεται καὶ κοινῇ καὶ
 ἰδίᾳ τοῖς ἀνθρώποις, καὶ τὸν αὐτὸν ὅρον ἀναγκαῖον εἶναι
 τῷ τε ἀρίστῳ ἀνδρὶ καὶ τῇ ἀρίστῃ πολιτείᾳ, φανερόν ὅτι
 δεῖ τὰς εἰς τὴν σχολὴν ἀρετὰς ὑπάρχειν· τέλος γάρ,
 15 ὥσπερ εἴρηται πολλάκις, εἰρήνη μὲν πολέμου σχολὴ δ'
 ἀσχολίας. χρήσιμοι δὲ τῶν ἀρετῶν εἰσι πρὸς τὴν σχολὴν
 καὶ διαγωγὴν ὧν τε ἐν τῇ σχολῇ τὸ ἔργον καὶ ὧν ἐν τῇ
 ἀσχολίᾳ. δεῖ γὰρ πολλὰ τῶν ἀναγκαίων ὑπάρχειν ὅπως

disso que os Espartanos acusaram o rei Pausânias ⁽¹⁴⁴⁾ de tentar fazer,
 não obstante a sua tão elevada dignidade.

35

Em suma: nenhum dos procedimentos atrás referidos é político, útil,
 ou verdadeiro. Ora como o que é melhor para o indivíduo também o é
 para a comunidade ⁽¹⁴⁵⁾, o princípio a incutir pelo legislador na alma dos
 homens deveria ser este: o exercício da guerra ⁽¹⁴⁶⁾ não deve ser realizado
 com vista a escravizar os que não merecem semelhante destino, mas sim,
 40 em primeiro lugar a impedir que os cidadãos se tornem escravos de
 outrem; em segundo lugar, procurar visar o poder em vista do bem dos
 dominados, e não um domínio totalitário; em terceiro lugar, apropriar-se
 1334a daqueles que naturalmente merecem ser escravos. Os factos atestam que
 o legislador deve preocupar-se sobretudo em orientar as suas disposições
 legais sobre a guerra, e sobre tudo o mais em ordem ao ócio e à paz.
 5 É por isso que a maior parte das cidades com semelhante espírito
 legislativo, quando se envolvem em guerra, permanecem estáveis; todavia
 quando alcançam a hegemonia entram em colapso, à semelhança da
 espada sem uso cuja lâmina perde ténpera em tempo de paz. A razão
 desse colapso tem a ver com o facto de o legislador não ter educado essas
 10 cidades por forma a poderem fruir de uma vida de ócio.

15. Educação na cidade melhor: virtudes activas e contemplativas; os cuidados com a alma e o corpo.

Sendo evidente que o fim da comunidade e do indivíduo é o
 mesmo ⁽¹⁴⁷⁾, e que necessariamente será o mesmo o fim do homem melhor
 e do regime melhor, é claro que as virtudes requeridas para o ócio devem
 ser apanágio do melhor regime. É que, conforme discutimos por diversas
 vezes ⁽¹⁴⁸⁾, a paz é o fim para que tende a guerra, tal como o ócio ⁽¹⁴⁹⁾
 15 é o fim visado pelo negócio. De entre as virtudes requeridas para o ócio
 e respectiva diagógia há as que se cultivam no repouso e as que cultivam
 na vida activa. Nesse sentido, há que dispor de muitos recursos indispen-
 sáveis para que seja possível uma vida de repouso. Eis a razão pela qual
 uma cidade deve ser comedida, corajosa e resistente, pois lá diz o
 20 provérbio “não há descanso para os escravos” ⁽¹⁵⁰⁾. Ora, os homens que

20 ἐξῇ σχολάζειν· διὸ σῶφρονα τὴν πόλιν εἶναι προσήκει
 καὶ ἀνδρείαν καὶ καρτερικὴν· κατὰ γὰρ τὴν παροιμίαν, οὐ
 σχολὴ δούλοις, οἱ δὲ μὴ δυνάμενοι κινδυνεύειν ἀνδρείως
 25 δούλοι τῶν ἐπιόντων εἰσίν. ἀνδρείας μὲν οὖν καὶ καρτερίας
 δεῖ πρὸς τὴν ἀσχολίαν, φιλοσοφίας δὲ πρὸς τὴν σχολήν,
 σωφροσύνης δὲ καὶ δικαιοσύνης ἐν ἀμφοτέροις τοῖς χρό-
 30 νοις, καὶ μᾶλλον εἰρήνην ἄγουσι καὶ σχολάζουσιν· ὁ μὲν
 γὰρ πόλεμος ἀναγκάζει δικαίους εἶναι καὶ σωφρονεῖν, ἡ δὲ
 τῆς εὐτυχίας ἀπόλαυσις καὶ τὸ σχολάζειν μετ' εἰρήνης
 35 ὑβριστὰς ποιεῖ μᾶλλον. πολλῆς οὖν δεῖ δικαιοσύνης καὶ
 πολλῆς σωφροσύνης <μετέχειν> τοὺς ἄριστα δοκοῦντας πράττειν
 καὶ πάντων τῶν μακαριζομένων ἀπολαύοντας, οἷον εἰ τινές
 40 εἰσιν, ὥσπερ οἱ ποιηταὶ φασιν, ἐν μακάρων νήσοις· μάλιστα
 γὰρ οὗτοι δεῖσονται φιλοσοφίας καὶ σωφροσύνης καὶ δικαιο-
 σύνης, ὅσῳ μᾶλλον σχολάζουσιν ἐν ἀφθονίᾳ τῶν τοι-
 ούτων ἀγαθῶν. διότι μὲν οὖν τὴν μέλλουσαν εὐδαιμονήσειν
 45 καὶ σπουδαίαν ἔσεσθαι πόλιν τούτων δεῖ τῶν ἀρετῶν μετέχειν,
 φανερόν. αἰσχροῦ γὰρ ὄντος <τοῦ> μὴ δύνασθαι χρῆσθαι
 τοῖς ἀγαθοῖς, ἔτι μᾶλλον τὸ μὴ δύνασθαι ἐν τῷ σχολάζειν
 50 χρῆσθαι, ἀλλ' ἀσχολοῦντας μὲν καὶ πολεμοῦντας φαίνεσθαι
 ἀγαθοὺς, εἰρήνην δ' ἄγοντας καὶ σχολάζοντας ἀνδραποδά-
 55 δεις. διὸ δεῖ μὴ καθάπερ ἡ Λακεδαιμονίων πόλις τὴν ἀρε-
 τὴν ἀσκεῖν. ἐκεῖνοι μὲν γὰρ οὐ ταύτῃ διαφέρουσι τῶν ἄλ-
 1334b λων, τῷ μὴ νομίζειν ταῦτά τοῖς ἄλλοις μέγιστα τῶν
 ἀγαθῶν, ἀλλὰ τῷ γίνεσθαι ταῦτα μᾶλλον διὰ τινὸς ἀρε-
 τῆς· ἐπεὶ δὲ μείζω τε ἀγαθὰ ταῦτα καὶ τὴν ἀπόλαυσιν τὴν
 60 τούτων ἢ τὴν τῶν ἀρετῶν **. ** καὶ ὅτι δι' αὐτήν, φανερόν
 5 ἐκ τούτων· πῶς δὲ καὶ διὰ τίνων ἔσται, τοῦτο δὴ θεωρητέον.
 τυγχάνομεν δὴ διηρημένοι πρότερον ὅτι φύσεως καὶ ἔθους
 καὶ λόγου δεῖ. τούτων δὲ ποίους μὲν τινὰς εἶναι χρὴ τὴν
 φύσιν, διώρισται πρότερον, λοιπὸν δὲ θεωρῆσαι πότερον παι-
 65 δευτέοι τῷ λόγῳ πρότερον ἢ τοῖς ἔθεσιν. ταῦτα γὰρ δεῖ

não podem fazer face ao perigo com bravura tornam-se escravos de quem
 os atacar. A coragem e a resistência são pois virtudes que interessam ao
 trabalho; a filosofia ⁽¹⁵¹⁾ interessa ao ócio; a temperança e a justiça
 interessam a ambos os casos, particularmente em tempo de paz e repouso. 25
 A guerra exige justiça e moderação, mesmo se a fruição da prosperidade
 e do repouso possibilitados pela paz é mais propícia a excessos. Por
 conseguinte, requerem muita justiça e temperança aqueles que, à seme-
 lhança dos habitantes das Ilhas Afortunadas (se é que tais habitantes
 existem, como narram os poetas) ⁽¹⁵²⁾, parecem prosperar e fruir de todas 30
 as venturas. Ora, quanto mais se desfrutar do ócio na abundância desses
 bens, mais necessidade há de filosofia, temperança e justiça. Resulta
 evidente pois que a cidade que se propõe alcançar a felicidade e ser
 íntegra deve participar nestas três virtudes. Com efeito, se é vergonhoso
 35 não poder fazer uso dessas virtudes, muito mais o é quando não se faz
 uso delas e se dispõe de ócio: é isso mesmo que sucede quando os
 cidadãos revelam boas qualidades em tempo de guerra, mas portam-se
 como escravos em tempo de paz e ócio. Pois bem: a virtude não deveria
 ser praticada como a pratica a cidade dos Espartanos. Estes não se 40
 distinguem propriamente dos cidadãos das demais cidades só porque não
 admitem como supremos os bens que outros consideram como tais; o que 1334b
 os distingue é julgar que esses bens decorrem sobretudo do cultivo de uma
 determinada virtude. Uma vez que consideram os bens externos como os
 mais elevados de todos e a respectiva fruição maior também do que aquela
 que resulta do exercício da virtude ⁽¹⁵³⁾ (...) é evidente que deve ser procurada
 por si mesma, considerando o modo e os meios de alcançar a virtude. 5

Lançando mão de uma enumeração anterior ⁽¹⁵⁴⁾, a saber, natureza,
 hábito, e razão, já definimos o primeiro aspecto, determinando qual deve
 ser a natureza e o carácter do cidadão. Resta considerar os outros dois
 aspectos e determinar sobre qual deve recair a precedência na educação:
 se no hábito se na razão. Os dois aspectos devem estar conjugados em
 perfeita harmonia pois é possível que a razão não encontre o melhor 10
 princípio e o mesmo sucede ao hábito. Uma coisa é óbvia à partida: a

10 πρὸς ἀλλήλα συμφωνεῖν συμφωνίαν τὴν ἀρίστην· ἐνδέχε-
 ται γὰρ διημαρτηκέναι τὸν λόγον τῆς βελτίστης ὑπο-
 θέσεως, καὶ διὰ τῶν ἑθῶν ὁμοίως ἦχθαι. φανερόν δὴ τοῦτο
 γε πρῶτον μὲν, καθάπερ ἐν τοῖς ἄλλοις, ὡς ἡ γένεσις ἀπ’
 ἀρχῆς ἐστὶ, καὶ τὸ τέλος ἀπὸ τινος ἀρχῆς <ἀρχῇ> ἄλλου τέλους,
 15 ὁ δὲ λόγος ἡμῖν καὶ ὁ νοῦς τῆς φύσεως τέλος, ὥστε πρὸς
 τούτους τὴν γένεσιν καὶ τὴν τῶν ἑθῶν δεῖ παρασκευάζειν
 μελέτην· ἔπειτα ὥσπερ ψυχὴ καὶ σῶμα δύο ἐστίν, οὕτω
 καὶ τῆς ψυχῆς ὁρῶμεν δύο μέρη, τὸ τε ἄλογον καὶ τὸ
 λόγον ἔχον, καὶ τὰς ἑξῆς τὰς τούτων δύο τὸν ἀριθμόν,
 20 ὧν τὸ μὲν ἐστὶν ὀρεῖς τὸ δὲ νοῦς, ὥσπερ δὲ τὸ σῶμα
 πρότερον τῇ γενέσει τῆς ψυχῆς, οὕτω καὶ τὸ ἄλογον τοῦ
 λόγον ἔχοντος. φανερόν δὲ καὶ τοῦτο· θυμὸς γὰρ καὶ βού-
 λησις, ἔτι δὲ ἐπιθυμία, καὶ γενομένοις εὐθὺς ὑπάρχει τοῖς
 παιδίοις, ὁ δὲ λογισμὸς καὶ ὁ νοῦς προῖοῦσιν ἐγγίγνεσθαι
 25 πέφυκεν. διὸ πρῶτον μὲν τοῦ σώματος τὴν ἐπιμέλειαν
 ἀναγκαῖον εἶναι προτέραν ἢ τὴν τῆς ψυχῆς, ἔπειτα τὴν
 τῆς ὀρέξεως, ἕνεκα μέντοι τοῦ νοῦ τὴν τῆς ὀρέξεως, τὴν δὲ
 τοῦ σώματος τῆς ψυχῆς.

16 Εἵπερ οὖν ἀπ’ ἀρχῆς τὸν νομοθέτην ὁρᾶν δεῖ ὅπως
 30 βέλτιστα τὰ σώματα γένηται τῶν τρεφομένων, πρῶτον μὲν
 ἐπιμελητέον περὶ τὴν σύζευξιν, πότε καὶ ποίους τινὰς ὄντας
 χρὴ ποιεῖσθαι πρὸς ἀλλήλους τὴν γαμικὴν ὁμιλίαν. δεῖ δ’
 ἀποβλέποντα νομοθετεῖν ταύτην τὴν κοινωνίαν πρὸς αὐτούς
 τε καὶ τὸν τοῦ ζῆν χρόνον, ἵνα συγκαταβαίνωσι ταῖς ἡλι-
 35 κίαις ἐπὶ τὸν αὐτὸν καιρὸν καὶ μὴ διαφωνῶσιν αἱ δυνά-
 μεις τοῦ μὲν ἔτι δυναμένου γεννᾶν τῆς δὲ μὴ δυναμένης,
 ἢ ταύτης μὲν τοῦ δ’ ἀνδρὸς μὴ (ταῦτα γὰρ ποιεῖ καὶ στά-
 σεις πρὸς ἀλλήλους καὶ διαφοράς)· ἔπειτα καὶ πρὸς τὴν
 τῶν τέκνων διαδοχὴν, δεῖ γὰρ οὔτε λίαν ὑπολείπεσθαι ταῖς

15 geração procede de um princípio originário mas o fim desse princípio
 pode referir-se a um fim distinto dele. Ora, no nosso caso a razão e a
 inteligência são o fim da natureza, de modo que é para a razão e
 inteligência que se orientam a origem e o exercício do hábito. Em segundo
 lugar, como a alma e o corpo são duas partes ⁽¹⁵⁵⁾, também são duas as
 partes que vemos na alma: a parte irracional e a parte dotada de razão,
 referindo-se a cada uma um estado correspondente: o desejo à parte
 20 irracional, e a inteligência à parte dotada de razão. Ora, da mesma forma
 que o corpo antecede a alma na ordem temporal da geração, também a
 parte irracional ⁽¹⁵⁶⁾ é temporalmente anterior à parte dotada de razão.
 Prova dessa antecendência é o facto de recém-nascidos ⁽¹⁵⁷⁾ e crianças
 manifestarem ânimo, vontade e apetite, ao passo que a razão e a inte-
 ligência apenas se manifestam com o avançar da idade. Eis porque o
 25 cuidado do corpo deveria necessariamente preceder o da alma, surgindo
 o cuidado com os desejos logo a seguir. Contudo, é em vista da razão
 que se deve cuidar primeiro do desejo, tal como é em vista da alma que
 se deve cuidar primeiro do corpo.

16. A regulamentação das uniões; cuidados com a infância.

Aceitando que o legislador deveria ocupar-se, desde o início, de que
 os corpos dos cidadãos a educar sejam os mais saudáveis, segue-se que
 30 a atenção inicial deve ser dedicada à união conjugal e ao período e
 condições em que homem e mulher devem ter relações sexuais. Ao
 legislar, deve atender aos caracteres dos cônjuges e seu período de
 actividade sexual, a fim de que as suas idades coincidam e não exista
 divergência entre as suas capacidades físicas, podendo um ainda gerar e
 35 a outra não, ou com a mulher ainda capaz de conceber e o homem
 impotente; isto originaria discórdia e dissensão entre ambos. A segunda
 coisa a ter em conta é a sucessão dos filhos: a diferença de idade entre
 as crianças e os seus pais não deve ser demasiado grande; os pais
 40 demasiado idosos não podem desfrutar dos filhos nem beneficiá-los; e a
 diferença também não deve ser demasiado pequena porque isso traz 1335a

40 ηλικίας τὰ τέκνα τῶν πατέρων (ἀνόνητος γάρ τοῖς μὲν
 πρεσβυτέροις ἢ χάρις παρὰ τῶν τέκνων, ἢ δὲ παρὰ τῶν
 1335a πατέρων βοήθεια τοῖς τέκνοις), οὔτε λίαν πάρεγγυς εἶναι
 (πολλὴν γὰρ ἔχει δυσχέρειαν· ἢ τε γὰρ αἰδῶς ἦττον ὑπάρχει
 τοῖς τοιούτοις, ὥσπερ ἡλικιώταις, καὶ περὶ τὴν οἰκονομίαν
 ἐγκληματικὸν τὸ πάρεγγυς)· ἔτι δ', ὅθεν ἀρχόμενοι δεῦρο
 5 μετέβημεν, ὅπως τὰ σώματα τῶν γεννωμένων ὑπάρχει
 πρὸς τὴν τοῦ νομοθέτου βούλησιν. σχεδὸν δὴ πάντα ταῦτα
 συμβαίνει κατὰ μίαν ἐπιμέλειαν. ἐπεὶ γὰρ ὥριστα τέλος
 τῆς γεννήσεως ὥς ἐπὶ τὸ πλεῖστον εἰπεῖν ἀνδράσι μὲν ὁ
 τῶν ἐβδομήκοντα ἐτῶν ἀριθμὸς ἔσχατος, πεντήκοντα δὲ
 10 γυναιξί, δεῖ τὴν ἀρχὴν τῆς συζεύξεως κατὰ τὴν ἡλικίαν
 εἰς τοὺς χρόνους καταβαίνειν τούτους. ἐστὶ δ' ὁ τῶν νέων συν-
 δυασμὸς φαῦλος πρὸς τὴν τεκνοποιίαν· ἐν γὰρ πᾶσι ζῳοῖς
 ἀτελῇ τὰ τῶν νέων ἔκγονα, καὶ θηλυτόκα μᾶλλον καὶ
 μικρὰ τὴν μορφήν, ὥστ' ἀναγκαῖον ταῦτο τοῦτο συμβαίνειν
 15 καὶ ἐπὶ τῶν ἀνθρώπων. τεκμήριον δέ· ἐν ὅσαις γὰρ τῶν
 πόλεων ἐπιχωριάζει τὸ νέους συζευγνύναι καὶ νέας, ἀτε-
 λεῖς καὶ μικροὶ τὰ σώματά εἰσιν. ἔτι δὲ ἐν τοῖς τόκοις
 αἱ νέαι πονοῦσιν τε μᾶλλον καὶ διαφθείρονται πλείους· διὸ
 καὶ τὸν χρησμὸν γενέσθαι τινὲς φασὶ διὰ τοιαύτην αἰτίαν
 20 τοῖς Τροϊζηνίοις, ὥς πολλῶν διαφθειρομένων διὰ τὸ γαμί-
 σκεσθαι τὰς νεωτέρας, ἀλλ' οὐ πρὸς τὴν τῶν καρπῶν κο-
 μιδήν. ἔτι δὲ καὶ πρὸς σωφροσύνην συμφέρει τὰς ἐκ-
 δόσεις ποιεῖσθαι πρεσβυτέρας· ἀκολαστότεραι γὰρ εἶναι δο-
 κοῦσι νέαι χρῆσάμεναι ταῖς συνουσίαις. καὶ τὰ τῶν ἀρρένων
 25 δὲ σώματα βλάπτεσθαι δοκεῖ πρὸς τὴν αὔξησιν, ἐὰν ἔτι
 τοῦ σπέρματος αὐξανομένου ποιῶνται τὴν συνουσίαν· καὶ γὰρ
 τούτου τις ὥρισμένος χρόνος, ὃν οὐχ ὑπερβαίνει πληθύνει ἔτι, <ἢ
 μικρόν>· διὸ τὰς μὲν ἀρμόττει περὶ τὴν τῶν ὀκτωκαίδεκα ἐτῶν

difficultades consideráveis; as crianças respeitam menos os pais se os
 tratam como pessoas da mesma idade, o que provoca discussões domés-
 ticas. A terceira coisa a atender (e foi o que causou esta digressão) é
 providenciar que os corpos dos recém-nascidos estejam conformes à
 5 vontade do legislador.

Ora, todos estes objectivos podem ser assegurados por uma certa
 disposição. Como, regra geral, o período de procriação termina para os
 homens, aos setenta anos, e para as mulheres, aos cinquenta (¹⁵⁸), o
 começo da vida conjugal deveria ser fixado com este intervalo, no que
 se refere à idade (¹⁵⁹). A união entre progenitores novos é prejudicial para
 a procriação (¹⁶⁰). Em todo o mundo animal, os descendentes de pais
 novos têm imperfeições (¹⁶¹). Tendem a ser do sexo feminino e são de
 pequena estatura. Necessariamente ocorre o mesmo resultado entre os
 humanos. A prova é que em todas as cidades onde é costume os homens
 10 e mulheres casarem-se novos, os habitantes desenvolvem-se de modo
 imperfeito e são de pequena estatura.

Podemos acrescentar que as mães jovens têm trabalhos de parto
 mais árduos e morrem muitas vezes ao dar à luz. Esta foi a razão,
 segundo alguns, da resposta do Oráculo (¹⁶²) aos Trizénios: referia-se à
 grande mortalidade causada pelo casamento de raparigas em tenra idade
 (o que nada tinha a ver com as colheitas). Também convém, no interesse
 da temperança, celebrar o casamento das mulheres quando já têm uma
 certa idade, porquanto parece que são mais lascivas as mulheres que,
 desde jovens, tiveram vida conjugal. O desenvolvimento físico dos ho-
 mens também fica comprometido quando iniciam a actividade sexual
 25 enquanto o sémen está em desenvolvimento (¹⁶³); o sémen tem o seu
 período de crescimento, período que está determinado exactamente ou
 com uma ligeira variação no decurso do desenvolvimento.

30 ηλικίαν συζευγνύναι, τοὺς δ' ἐπτὰ καὶ τριάκοντα [ἢ μικρόν].
 ἐν τοσοῦτῳ γὰρ ἀκμᾶζουσὶ τε τοῖς σώμασιν <ἡ> σύζευξις
 ἔσται, καὶ πρὸς τὴν παῦλαν τῆς τεκνοποιίας συγκαταβήσεται
 τοῖς χρόνοις εὐκαίρως· ἔτι δὲ ἡ διαδοχὴ τῶν τέκνων τοῖς
 μὲν ἀρχομένοις ἔσται τῆς ἀκμῆς, ἐὰν γίγνηται κατὰ λό-
 35 γον εὐθύς ἡ γένεσις, τοῖς δὲ ἤδη καταλελυμένης τῆς ἡλι-
 κίας πρὸς τὸν τῶν ἐβδομήκοντα ἔτων ἀριθμόν. περὶ μὲν
 οὖν τοῦ πότε δεῖ ποιεῖσθαι τὴν σύζευξιν εἴρηται, τοῖς δὲ
 περὶ τὴν ὥραν χρόνοις δεῖ χρῆσθαι οἷς οἱ πολλοὶ χρῶνται, καλῶς
 καὶ νῦν ὀρίσαντες χειμῶνος τὴν συναυλίαν ποιεῖσθαι ταύτην.
 δεῖ δὲ καὶ αὐτοὺς ἤδη θεωρεῖν πρὸς τὴν τεκνοποιίαν τὰ τε
 40 παρὰ τῶν ἱατρῶν λεγόμενα καὶ τὰ παρὰ τῶν φυσικῶν·
 οἳ τε γὰρ ἱατροὶ τοὺς καιροὺς τῶν σωμάτων ἱκανῶς λέγουσι,
 1335b καὶ περὶ τῶν πνευμάτων οἱ φυσικοί, τὰ βόρεια τῶν νο-
 τίων ἐπαινοῦντες μᾶλλον. ποίων δὲ τινων τῶν σωμάτων
 ὑπαρχόντων μάλιστ' ἂν ὄφελος εἴη τοῖς γεννωμένοις, ἐπιστή-
 σασι μὲν μᾶλλον λεκτέον ἐν τοῖς περὶ τῆς παιδονομίας,
 5 τύπῳ δὲ ἱκανὸν εἰπεῖν καὶ νῦν. οὔτε γὰρ ἡ τῶν ἀθλητῶν
 χρήσιμος ἔξις πρὸς πολιτικὴν εὐεξίαν οὐδὲ πρὸς ὑγίειαν
 καὶ τεκνοποιίαν, οὔτε ἡ θεραπευτικὴ καὶ κακοπονητικὴ λῖαν,
 ἀλλ' ἡ μέση τούτων. πεπονημένην μὲν οὖν ἔχειν δεῖ τὴν
 ἔξιν, πεπονημένην δὲ πόνοις μὴ βιαίοις, μηδὲ πρὸς ἕν
 10 μόνον, ὥσπερ ἡ τῶν ἀθλητῶν ἔξις, ἀλλὰ πρὸς τὰς τῶν
 ἐλευθερίων πράξεις. ὁμοίως δὲ δεῖ ταῦτα ὑπάρχειν ἀν-
 δράσι καὶ γυναιξίν. χρή δὲ καὶ τὰς ἐγκύους ἐπιμελεῖσθαι
 τῶν σωμάτων, μὴ ῥαθυμούσας μηδ' ἀραιὰ τροφῇ χρωμένας.
 τοῦτο δὲ ῥάδιον τῷ νομοθέτῃ ποιῆσαι προστάξαντι καθ'
 15 ἡμέραν τινα ποιεῖσθαι πορείαν πρὸς θεῶν ἀποθεραπείαν τῶν

As mulheres deveriam, então, iniciar a vida conjugal pelos dezoito
 anos e os homens pelos trinta e sete. Se estas idades forem respeitadas,
 a união terá lugar quando os corpos ainda se encontram no auge, e
 acabará oportunamente para ambos com o fim simultâneo da capacidade
 de procriação⁽¹⁶⁴⁾. Ademais, os filhos, se nascerem dentro do prazo
 razoavelmente previsto, sucederão aos pais quando começarem a entrar
 no auge da vida e quando o período de vigor dos pais está a chegar ao
 fim, por volta dos setenta anos.

Acabámos de estabelecer a idade apropriada para a união conjugal.
 No que diz respeito à estação do ano, é melhor seguir a prática observada
 pela maior parte hoje em dia, fixando o inverno como o tempo acertado
 para a relação⁽¹⁶⁵⁾. Os pais deveriam estudar o que dizem médicos e
 naturalistas sobre a procriação. Os médicos tratam adequadamente das
 melhores ocasiões, na perspectiva da condição física. Os naturalistas
 podem esclarecer acerca dos ventos favoráveis (sustentam que o vento
 1335b Norte é melhor que o do Sul).

Sobre qual compleição física dos pais será mais benéfica para os
 filhos⁽¹⁶⁶⁾, trataremos com maior oportunidade e minúcia quando chegar-
 mos ao tema da formação das crianças⁽¹⁶⁷⁾; por agora bastará fornecer
 algumas indicações gerais. Uma compleição atlética não é vantajosa para
 os objectivos gerais da vida cívica nem para a saúde nem para a
 procriação⁽¹⁶⁸⁾. Também é imprópria uma compleição que exige dema-
 siados cuidados ou que seja demasiado delicada; a melhor compleição é
 a intermédia. Devem possuir uma compleição exercitada, sim, mas em
 tarefas não violentas nem em tarefas exclusivas, como é o caso dos
 10 atletas; devem orientar-se para actividades de homens livres, o que se
 aplica, por igual, a homens e mulheres.

Também é necessário que as mães grávidas, tomem atenção aos seus
 corpos, exercitando-se e alimentando-se suficientemente. O legislador pode
 alcançar facilmente este alvo, ordenando-lhes que elas façam uma pere-
 grinação diária com o propósito de venerar as deusas⁽¹⁶⁹⁾ que presidem

εὐλὴχότων τὴν περὶ τῆς γενέσεως τιμὴν. τὴν μὲντοι δικά-
 νοιαν τοῦναντίον τῶν σωμάτων ῥαθυμότερως ἀρμόττει δι-
 ἀγειν· ἀπολαύοντα γὰρ φαίνεται τὰ γεννώμενα τῆς ἐχούσης
 ὥσπερ τὰ φύομενα τῆς γῆς. περὶ δὲ ἀποθέσεως καὶ
 20 τροφῆς τῶν γιγνομένων ἔστω νόμος μηδὲν πεπηρωμένον
 τρέφειν, διὰ δὲ πλήθος τέκνων ἢ τάξις τῶν ἐθῶν
 κελεύει μηδὲν ἀποτίθεσθαι τῶν γιγνομένων· ὀρισθῆναι δὲ
 δεῖ τῆς τεκνοποιίας τὸ πλήθος, ἐὰν δὲ τισὶ γίγνηται παρὰ
 ταῦτα συνδυασθέντων, πρὶν αἰσθῆσιν ἐγγενέσθαι καὶ ζῶην
 25 ἐμποιεῖσθαι δεῖ τὴν ἀμβλῶσιν· τὸ γὰρ ὅσιον καὶ τὸ μὴ
 διωρισμένον τῇ αἰσθήσει καὶ τῷ ζῆν ἔσται. ἐπεὶ δ' ἡ μὲν
 ἀρχὴ τῆς ἡλικίας ἀνδρὶ καὶ γυναικὶ διώρισταί, πότε ἀρχε-
 σθαι χρὴ τῆς συζεύξεως, καὶ πόσον χρόνον λειτουργεῖν ἀρ-
 μόττει πρὸς τεκνοποιίαν ὀρίσθω. τὰ γὰρ τῶν πρεσβυτέρων
 30 ἔκγονα, καθάπερ τὰ τῶν νεωτέρων, ἀτελῆ γίγνεται καὶ τοῖς
 σώμασι καὶ ταῖς διανοίαις, τὰ δὲ τῶν γεγηρακότων ἀσθενῆ·
 διὸ κατὰ τὴν τῆς διανοίας ἀκμὴν. αὕτη δ' ἔστιν ἐν τοῖς
 πλείστοις ἥνπερ τῶν ποιητῶν τινες εἰρήκασιν οἱ μετροῦντες
 ταῖς ἐβδομάσι τὴν ἡλικίαν, περὶ τὸν χρόνον τὸν τῶν πεν-
 35 τήκοντα ἐτῶν. ὥστε τέτταρσιν ἢ πέντε ἔτεσιν ὑπερβάλλοντα
 τὴν ἡλικίαν ταύτην ἀφεῖσθαι δεῖ τῆς εἰς τὸ φανερόν γεν-
 νήσεως· τὸ δὲ λοιπὸν ὑγιείας χάριν ἢ τινος ἄλλης τοιαύ-
 της αἰτίας φαίνεσθαι δεῖ ποιουμένους τὴν ὁμιλίαν. περὶ δὲ
 40 τῆς πρὸς ἄλλην ἢ πρὸς ἄλλον, ἔστω μὲν ἀπλῶς μὴ καλὸν
 ἀπτόμενον φαίνεσθαι μηδαμῇ μηδαμῶς, ὅταν <ἀνὴρ> ᾗ καὶ
 προσαγορευθῇ πόσις· περὶ δὲ τὸν χρόνον τὸν τῆς τεκνοποιίας
 1336a ἐὰν τις φαίνεται τοιοῦτόν τι δρῶν, ἀτιμίᾳ ζημιούσθω πρε-
 πούση πρὸς τὴν ἀμαρτίαν.

ao nascimento. As mentes, diferentemente dos corpos, devem permanecer
 livres de fadiga, porquanto as crianças absorvem da mãe o seu alimento,
 tal como as plantas o fazem da terra.

Passemos ao problema das crianças que, após o nascimento, devem
 ser criadas ou expostas para morrer. Deve proibir-se a criação de
 disformes mas proibir também a exposição de filhos a mais, nas cidades 20
 em que os hábitos proibam ultrapassar um dado limite. A atitude correcta
 é limitar a procriação; se as crianças forem concebidas além do limite
 fixado, deverá praticar-se o aborto antes que a vida e a sensibilidade se
 desenvolvam no embrião. (O aborto lícito ou ilícito depende do que se 25
 definir como sensibilidade e vida) (170)

Posto que definimos as idades com que os homens e as mulheres
 deveriam começar a vida conjugal, ou seja, quando devem começar a
 união, determinemos durante quanto tempo se deve prolongar o período
 de procriação como acto público (171). Os filhos de pais demasiado velhos
 tais como os filhos de pais demasiado jovens, nascem física e mentalmen- 30
 te imperfeitos; as crianças geradas em idade avançada dos pais, são
 débeis. Podemos, então, fixar o tempo de procriação com referência à
 plenitude intelectual. Esta verifica-se, na maioria dos homens (como
 disseram os poetas (172), que dividem a vida humana em períodos de sete
 anos) (173) pelos cinquenta anos. Quando o varão ultrapassar esta idade 35
 em quatro ou cinco anos, deve renunciar à procriação. Dessa idade em
 diante apenas deverá ter relações sexuais por razões de saúde, ou outra
 causa similar.

Quanto ao marido e à mulher surpreendidos a cometer adultério (174), 40
 devem ser absolutamente condenados, durante todo o período em que
 forem casados e chamados marido e mulher. Se detectados a cometer 1336a
 adultério durante o período de concepção das crianças, devem ser punidos
 com uma perda de direitos cívicos (175) proporcional à ofensa cometida.

17 Γενομένων δὲ τῶν τέκνων οἰεσθαι <δεῖ> μεγάλην εἶναι δια-
 5 φοράν πρὸς τὴν τῶν σωμάτων δύναμιν τὴν τροφήν, ὅποια
 τις ἂν ᾖ. φαίνεται δὲ διὰ τε τῶν ἄλλων ζώων ἐπισκο-
 ποῦσι, καὶ διὰ τῶν ἐθνῶν οἷς ἐπιμελὲς ἐστὶν εἰσάγειν τὴν
 πολεμικὴν ἔξιν, ἢ τοῦ γάλακτος πλήθουσα τροφή μάλιστ'
 οἰκεία τοῖς σώμασιν, <ἢ> ἀοινοτέρα δὲ διὰ τὰ νοσήματα. ἔτι
 10 δὲ καὶ κινήσεις ὅσας ἐνδέχεται ποιεῖσθαι τηλικούτων συμ-
 φέρει. πρὸς δὲ τὸ μὴ διαστρέφεσθαι τὰ μέλη δι' ἀπαλότη-
 τα χρώνται καὶ νῦν ἐνια τῶν ἐθνῶν ὀργάνοις τισὶ μηχανι-
 κοῖς, ἃ τὸ σῶμα ποιεῖ τῶν τοιούτων ἀστραβές. συμ-
 φέρει δ' εὐθύς καὶ πρὸς τὰ ψύχῃ συνεθίζειν ἐκ μικρῶν
 15 παίδων· τοῦτο γὰρ καὶ πρὸς ὑγίειαν καὶ πρὸς πολεμικὰς
 πράξεις εὐχρηστότατον. διὸ παρὰ πολλοῖς ἐστὶ τῶν βαρ-
 βάρων ἔθος τοῖς μὲν εἰς ποταμὸν ἀποβάπτειν τὰ γιγνώ-
 μενα ψυχρόν, τοῖς δὲ σκέπασμα μικρὸν ἀμπίσχειν, οἷον
 Κελτοῖς. πάντα γὰρ ὅσα δυνατόν ἐθίζειν, εὐθύς ἀρχο-
 μένων βέλτιον ἐθίζειν μὲν, ἐκ προσαγωγῆς δ' ἐθίζειν.
 20 εὐφυῆς δ' ἢ τῶν παίδων ἔξιν διὰ θερμότητα πρὸς τὴν τῶν
 ψυχρῶν ἀσκήσιν. περὶ μὲν οὖν τὴν πρώτην συμφέρει ποιεῖ-
 σθαι τὴν ἐπιμέλειαν τοιαύτην τε καὶ τὴν ταύτη παραπλη-
 σίαν· τὴν δ' ἐχομένην ταύτης ἡλικίαν μέχρι πέντε ἐτῶν,
 25 ἣν οὔτε πω πρὸς μάθησιν καλῶς ἔχει προσάγειν οὐδεμίαν
 οὔτε πρὸς ἀναγκαίους πόρους, ὅπως μὴ τὴν αὐξήσιν ἐμποδί-
 ζωσιν, δεῖ τοσαύτης τυγχάνειν κινήσεως ὥστε διαφεύγειν
 τὴν ἀργίαν τῶν σωμάτων· ἣν χρὴ παρασκευάζειν καὶ δι'
 ἄλλων πράξεων καὶ διὰ τῆς παιδιᾶς. δεῖ δὲ καὶ τὰς
 30 παιδιὰς εἶναι μήτε ἀνελευθέρους μήτε ἐπιπόνους μήτε ἀν-
 εμιμένας. καὶ περὶ λόγων δὲ καὶ μύθων, ποίους τινὰς ἀκούειν
 δεῖ τοὺς τηλικούτους, ἐπιμελὲς ἔστω τοῖς ἀρχουσιν οὐς καλοῦσι
 παιδονόμους. πάντα γὰρ δεῖ τὰ τοιαῦτα προοδοποιεῖν πρὸς

17. As diversas fases na educação dos jovens.

Quando as crianças nascem, terá muita importância para o seu vigor
 físico, o tipo de alimentos que lhes for dado. Da observação dos demais
 animais e dos povos bárbaros que procuram obter uma compleição do
 5 corpo adequada à guerra, resulta evidente que uma dieta abundante em
 leite é a melhor para as crianças, e com o menor vinho possível, porque
 este é nocivo ⁽¹⁷⁶⁾. É aconselhável que façam todos os exercícios possíveis
 à infância; para evitar qualquer deformação dos seus membros ainda
 10 frágeis, alguns povos bárbaros ainda usam talas que mantêm os corpos
 direitos ⁽¹⁷⁷⁾. É bom habituar as crianças à dureza do frio desde tenra
 infância, prática útil tanto para a saúde como para as actividades guer-
 reiras. Por esta razão, alguns povos bárbaros têm o hábito de mergulhar
 15 os seus filhos, ao nascer, nas águas frias de um rio, ou, como os Celtas,
 de fazê-los andar com vestuário ligeiro. Sempre que for possível implan-
 tar um hábito numa criança, é melhor começar desde a infância, e
 continuar gradualmente. A constituição física das crianças, devido ao
 calor latente, adapta-se bem para resistir ao frio. São estes, e outros
 20 similares, os cuidados a ter com as crianças na infância.

O estágio seguinte na vida das crianças dura até os cinco anos de
 idade; não convém iniciá-los em nenhuma aprendizagem nem trabalho
 25 obrigatório, para não obstar ao crescimento. Mas necessitam de movimen-
 to para evitar que o corpo se torne frouxo, o que se pode obter com
 actividades diversas e, sobretudo, com jogos. Os jogos não devem ser
 laboriosos nem efeminados mas de modo a tornar a criança livre. Os
 encarregados de educação devem determinar que espécie de contos e his-
 30 tórias as crianças podem ouvir nestas idades ⁽¹⁷⁸⁾. Tudo isto deve preparar
 o caminho para as ocupações futuras; os jogos das crianças devem ser,

τὰς ὕστερον διατριβάς· διὸ τὰς παιδίας εἶναι δεῖ τὰς πολ-
 λὰς μιμήσεις τῶν ὕστερον σπουδαζομένων. τὰς δὲ διατάσεις
 35 τῶν παίδων καὶ τοὺς κλαυθμοὺς οὐκ ὀρθῶς ἀπαγορεύουσιν
 οἱ κωλύοντες ἐν τοῖς νόμοις· συμφέρουσι γὰρ πρὸς αὐξήσιν·
 γίγνεται γὰρ τρόπον τινὰ γυμνασία τοῖς σώμασιν· ἡ γὰρ
 τοῦ πνεύματος κάθεξις ποιεῖ τὴν ἰσχὺν τοῖς πονοῦσιν, ὃ
 συμβαίνει καὶ τοῖς παιδίοις διατεινομένοις. ἐπισκεπτέον δὲ
 40 τοῖς παιδονόμοις τὴν τούτων διαγωγὴν, τὴν τ' ἄλλην καὶ
 ὅπως ὅτι ἥκιστα μετὰ δούλων ἔσται. ταύτην γὰρ τὴν ἡλι-
 1336b κίαν, καὶ μέχρι τῶν ἐπὶ ἑτῶν, ἀναγκαῖον οἱκοὶ τὴν τρο-
 φὴν ἔχειν. εὐλογον οὖν ἀπολαύειν ἀπὸ τῶν ἀκουσμάτων
 καὶ τῶν ὁραμάτων ἀνελευθερίαν καὶ τηλικούτους ὄντας. ὅλως
 μὲν οὖν αἰσχρολογίαν ἐκ τῆς πόλεως, ὥσπερ ἄλλο τι, δεῖ
 5 τὸν νομοθέτην ἐξορίζειν (ἐκ τοῦ γὰρ εὐχερῶς λέγειν ὅτι οὖν
 τῶν αἰσchrῶν γίνεται καὶ τὸ ποιεῖν σύνεγγυς)· μάλιστα
 μὲν οὖν ἐκ τῶν νέων, ὅπως μήτε λέγωσι μήτε ἀκούωσι μη-
 δὲν τοιοῦτον· ἐὰν δὲ τις φαίνεται τι λέγων ἢ πράττων τῶν
 ἀπηγορευμένων, τὸν μὲν ἐλεύθερον μήπω δὲ κατακλίσεως
 10 ἡξιωμένον ἐν τοῖς συσσιτίοις ἀτιμίαις κολάζειν καὶ πλη-
 γαῖς, τὸν δὲ πρεσβύτερον τῆς ἡλικίας ταύτης ἀτιμίαις
 ἀνελευθέροις ἀνδραποδωδίας χάριν. ἐπεὶ δὲ τὸ λέγειν τι
 τῶν τοιούτων ἐξορίζομεν, φανερόν ὅτι καὶ τὸ θεωρεῖν ἢ
 γραφὰς ἢ λόγους ἀσχήμονας. ἐπιμελὲς μὲν οὖν ἔστω τοῖς
 15 ἄρχουσι μὴθέν, μήτε ἄγαλμα μήτε γραφὴν, εἶναι τοιούτων
 πράξεων μίμησιν, εἰ μὴ παρὰ τισι θεοῖς τοιούτοις οἷς καὶ
 τὸν τωθασμὸν ἀποδίδωσιν ὁ νόμος. πρὸς δὲ τούτοις ἀφήσιν
 ὁ νόμος τοὺς τὴν ἡλικίαν ἔχοντας [ἔτι] τὴν ἰκνουμένην καὶ
 ὑπὲρ αὐτῶν καὶ τέκνων καὶ γυναικῶν τιμαλφεῖν τοὺς θεοὺς·

na maior parte, uma imitação das coisas que, mais tarde serão actividades
 sérias ⁽¹⁷⁹⁾. Erra o legislador, nas *Leis* ⁽¹⁸⁰⁾, ao procurar reprimir os gritos 35
 e os choros das crianças; são coisas que ajudam ao desenvolvimento e,
 nesse sentido, são uma espécie de exercício físico. Tal como conter a
 respiração ⁽¹⁸¹⁾ dá aos adultos forças para trabalhos duros, o mesmo
 ocorre com as crianças quando choram.

Os encarregados de educação devem exercer um controlo sobre a 40
 maneira como as crianças passam o tempo. Em particular, devem evitar
 que as crianças passem tempo com escravos. Como até aos sete anos têm 1336b
 que ser criadas em casa, é lógico que, sendo tão pequenas, aprenderão
 coisas indignas a partir do que vêem ou ouvem. Deveria ser o primeiro
 dever do legislador, por conseguinte, banir o uso da linguagem ordinária.
 O uso da má linguagem de qualquer tipo, é a porta de entrada para o
 mau agir. Os jovens, especialmente, deveriam ser afastados da audição, 5
 ou impedidos de usar tal tipo de linguagem ⁽¹⁸²⁾. E se alguém for
 surpreendido, apesar de todas as proibições, a falar ou a agir indecen-
 temente, já sendo livre ⁽¹⁸³⁾, mas ainda não autorizado a assistir às
 refeições comuns, deveria ser sujeito a castigo corporal e outros vexames;
 se for adulto, deverá sofrer um vexame indigno de um homem livre, como 10
 merece a sua conduta indigna.

A par da proscrição do uso da linguagem indecente, é óbvio que
 proibimos a exibição de quadros bem como representações indecentes.
 Devem os governantes proibir toda a estatuária ou pintura que reproduza 15
 qualquer tipo de indecência, excepto nos festivais das divindades onde o
 uso da linguagem grosseira é permitido por lei ⁽¹⁸⁴⁾. (Aqui, podemos notar
 que a lei também permite aos homens que atingiram a maturidade, honrar
 os deuses em seu próprio nome e representando os seus filhos e mulheres).

20 τοὺς δὲ νεωτέρους οὐτ' ἰάμβων οὔτε κωμωδίας θεατὰς θε-
 τέον, πρὶν ἢ τὴν ἡλικίαν λάβωσιν ἐν ᾗ καὶ κατακλίσεως
 ὑπάρξει κοινωνεῖν ἤδη καὶ μέθης, καὶ τῆς ἀπὸ τῶν τοιούτων
 γιγνομένης βλάβης ἀπαθείς ἢ παιδεία ποιήσει πάντως.
 25 ὕστερον δ' ἐπιστήσαντας δεῖ διορίσαι μᾶλλον, εἴτε μὴ δεῖ
 πρῶτον εἴτε δεῖ διαπορήσαντας, καὶ πῶς δεῖ κατὰ δὲ τὸν
 παρόντα καιρὸν ἐμνήσθημεν ὅσον ἀναγκαῖον. ἴσως γὰρ οὐ
 κακῶς ἔλεγε τὸ τοιοῦτον Θεόδωρος ὁ τῆς τραγωδίας ὑπο-
 30 κριτής· οὐθενὶ γὰρ πώποτε παρήκεν ἑαυτοῦ προεισάγειν, οὐδὲ
 τῶν εὐτελῶν ὑποκριτῶν, ὡς οἰκειουμένων τῶν θεατῶν ταῖς
 πρώταις ἀκοαῖς· συμβαίνει δὲ ταῦτό τοῦτο καὶ πρὸς τὰς
 τῶν ἀνθρώπων ὁμιλίας καὶ πρὸς τὰς τῶν πραγμάτων·
 πάντα γὰρ στέργομεν τὰ πρῶτα μᾶλλον. διὸ δεῖ τοῖς
 35 νέοις πάντα ποιεῖν ξένα τὰ φαῦλα, μάλιστα δ' αὐτῶν ὅσα
 ἔχει ἡ μοχθηρίαν ἢ δυσμένειαν. διελθόντων δὲ τῶν πέντε
 ἐτῶν τὰ δύο μέχρι τῶν ἑπτὰ δεῖ θεωροῦς ἤδη γίνεσθαι
 τῶν μαθήσεων ὥς δεήσει μανθάνειν αὐτούς. δύο δ' εἰσὶν
 40 ἡλικίαι πρὸς ὧς ἀναγκαῖον διηρῆσθαι τὴν παιδείαν, πρὸς
 τὴν ἀπὸ τῶν ἑπτὰ μέχρι ἡβῆς καὶ πάλιν πρὸς τὴν ἀφ'
 ἡβῆς μέχρι τῶν ἐνὸς καὶ εἴκοσιν ἐτῶν. οἱ γὰρ ταῖς ἑβδο-
 1337a μάσι διαιροῦντες τὰς ἡλικίας ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ λέγουσιν οὐ
 γὰρ τέχνη καὶ παιδεία τὸ προσλείπον βούλεται τῆς φύ-
 σεως ἀναπληροῦν. πρῶτον μὲν οὖν σκεπτέον εἰ ποιητέον
 5 ποιεῖσθαι τὴν ἐπιμέλειαν αὐτῶν ἢ κατ' ἴδιον τρόπον (ὃ
 γίνεται καὶ νῦν ἐν ταῖς πλείστοις τῶν πόλεων), τρίτον δὲ
 ποῖαν τιὰ δεῖ ταύτην <εἶναι>.

A assistência a sátiras e comédias ⁽¹⁸⁵⁾ deveria ser proibida pelo legis-
 lador aos jovens, até atingirem a idade em que são autorizados a partilhar
 com os mais velhos o direito de se reclinar e tomar vinho nas refeições
 comuns. Por essa altura, a educação tê-los-á tornado imunes ao mal que
 resultam de tais actuações. 20

Por agora, demos um relato resumido desta questão. Devemos dar-
 lhe toda a nossa atenção e tratá-la com maior detalhe numa ocasião
 futura ⁽¹⁸⁶⁾, quando abordarmos os argumentos contra e a favor e que
 forma deverão tomar. Aqui só tocámos no assunto de acordo com a
 necessidade imediata da ocasião. Talvez seja de referir a observação de
 Teodoro ⁽¹⁸⁷⁾, o actor trágico, que nunca permitiu a outro actor, por mais
 vulgar que fosse, entrar primeiro em cena, porque (como ele dizia) “os
 30 *espectadores gostam dos primeiros que ouvem*”. Ora isto também sucede
 nas nossas relações com as pessoas e com as coisas: preferimos sempre
 o que contactámos em primeiro lugar. Por isso, deve-se manter os jovens
 afastados de tudo o que for vil, e especialmente de tudo o que sugira
 depravações ou hostilidade.

Após os cinco anos, as crianças deveriam passar os dois anos
 seguintes, até à idade dos sete, a assistir às lições que mais tarde terão
 que aprender ⁽¹⁸⁸⁾. 35

Os períodos de educação são dois ⁽¹⁸⁹⁾: desde a idade de sete anos
 até à puberdade; desde a puberdade até aos vinte e um anos. Os que
 dividem ⁽¹⁹⁰⁾ a idade do homem em períodos de sete anos estão basicamente certos. Mas devemos preferir as divisões feitas pela natureza,
 porque toda a arte e educação pretendem suprir as deficiências natu-
 rais ⁽¹⁹¹⁾. 40

É preciso considerar se deveria haver algum código de regulamen-
 tação para a educação das crianças; depois, se a educação deve estar a
 cargo da cidade ou de indivíduos particulares (como sucede actualmente
 na maioria das cidades); em terceiro lugar, que educação adoptar. 5

ΠΟΛΙΤΙΚΩΝ Θ

LIVRO VIII

1 Ὅτι μὲν οὖν τῷ νομοθέτῃ μάλιστα πραγματευτέον
περὶ τὴν τῶν νέων παιδείαν, οὐδεὶς ἂν ἀμφισβητήσει· καὶ
10 γὰρ ἐν ταῖς πόλεσιν οὐ γιγνόμενον τοῦτο βλέπτει τὰς πολι-
τείας· δεῖ γὰρ πρὸς ἑκάστην παιδεύεσθαι· τὸ γὰρ ἦθος
τῆς πολιτείας ἑκάστης τὸ οἰκεῖον καὶ φυλάττειν εἴωθε τὴν
πολιτείαν καὶ καθίστησιν ἐξ ἀρχῆς, οἷον τὸ μὲν δημοκρα-
15 τικὸν δημοκρατίαν τὸ δ' ὀλιγαρχικὸν ὀλιγαρχίαν· αἰεὶ δὲ
τὸ βέλτιον ἦθος βελτίονος αἵτιον πολιτείας. ἔτι δὲ πρὸς
πάσας δυνάμεις καὶ τέχνας ἔστιν ἃ δεῖ προπαιδεύεσθαι
καὶ προεθίζεσθαι πρὸς τὰς ἑκάστων ἐργασίας, ὥστε δῆλον
ὅτι καὶ πρὸς τὰς τῆς ἀρετῆς πράξεις· ἐπεὶ δ' ἐν τὸ τέλος
τῇ πόλει πάση, φανερόν ὅτι καὶ τὴν παιδείαν μίαν καὶ
20 τὴν αὐτὴν ἀναγκαῖον εἶναι πάντων, καὶ ταύτης τὴν ἐπι-
μέλειαν εἶναι κοινὴν καὶ μὴ κατ' ἰδίαν, ὃν τρόπον νῦν
ἑκάστος ἐπιμελεῖται τῶν αὐτοῦ τέκνων ἰδίᾳ τε καὶ μάθησιν
ἰδίαν, ἣν ἂν δόξη, διδάσκων. δεῖ δὲ τῶν κοινῶν κοινὴν
ποιεῖσθαι καὶ τὴν ἀσκησιν. ἅμα δὲ οὐδὲ χρὴ νομίζειν
25 αὐτὸν αὐτοῦ τινα εἶναι τῶν πολιτῶν, ἀλλὰ πάντας τῆς
πόλεως, μῦθον γὰρ ἑκάστος τῆς πόλεως· ἡ δ' ἐπιμέλεια
πέφυκεν ἑκάστου μορίου βλέπειν πρὸς τὴν τοῦ ὅλου ἐπιμέλειαν.
ἐπαινέσειε δ' ἂν τις κατὰ τοῦτο Λακεδαιμονίους· καὶ γὰρ
πλείστην ποιοῦνται σπουδὴν περὶ τοὺς παῖδας καὶ κοινῇ ταύτῃ.

1. Plano geral da educação cívica.

Ninguém questiona que a educação dos jovens deva constituir
preocupação premente do legislador. Efectivamente, nas cidades onde a
10 educação não tem lugar, isso redundaria em prejuízo dos regimes. A
educação deve ser exercida de acordo com cada regime, pois importa
defender o carácter próprio de cada um, tal como foi estabelecido desde
o começo (1). Por exemplo, o carácter democrático em relação à demo-
cracia, e o oligárquico em relação à oligarquia; o mais excelente princípio
15 é sempre causa do mais excelente regime. Ora, tal como para o desem-
penho de cada faculdade ou arte são imprescindíveis uma aprendizagem
prévvia e um hábito, a prática das virtudes exige o mesmo

Tendo toda a cidade um único fim, é evidente que a educação
deve necessariamente ser uma e a mesma para todos, e que o cuidado
20 posto nela deve ser tarefa comum e não do foro privado, como se tornou
prática corrente (2) (pois que cada um se preocupa em particular com a
educação dos seus filhos, dando-lhes um ensino privado, segundo parece
melhor a cada qual). O exercício daquilo que é comum deve ser também
realizado em comum. Tão pouco nenhum cidadão deve julgar-se útil por
si próprio, mas sim em função da cidade (3), visto que cada um é uma
25 parte dela, e o cuidado de cada parte deve, por natureza, reflectir-se na
preocupação pelo todo. Estes considerandos podem reportar-nos aos
Espartanos que encaram a educação das crianças como questão da maior

30 "Οτι μὲν οὖν νομοθετητέον περὶ παιδείας καὶ ταύτην
κοινήν ποιητέον, φανερόν· 2 τίς δ' ἔσται ἡ παιδεία καὶ πῶς
χρὴ παιδεύεσθαι, δεῖ μὴ λανθάνειν. νῦν γὰρ ἀμφισ-
βητεῖται περὶ τῶν ἔργων. οὐ γὰρ ταῦτ' ἅπαντες ὑπολαμβάν-
νουσι δεῖν μανθάνειν τοὺς νέους οὔτε πρὸς ἀρετὴν οὔτε πρὸς τὸν
35 βίον τὸν ἄριστον, οὐδὲ φανερόν· πότερον πρὸς τὴν διάνοιαν
πρέπει· μᾶλλον ἢ πρὸς τὸ τῆς ψυχῆς ἥθος· ἐκ τῆς ἐμ-
ποδῶν παιδείας ταραχώδης ἡ σκέψις καὶ δῆλον οὐδὲν πό-
τερον ἀσκεῖν δεῖ τὰ χρήσιμα πρὸς τὸν βίον ἢ τὰ τείνοντα
πρὸς ἀρετὴν ἢ τὰ περιττά (πάντα γὰρ εἴληφε ταῦτα κρι-
1337b τὰς τινάς)· περί τε τῶν πρὸς ἀρετὴν οὐθέν ἐστιν ὁμολογούμε-
νον (καὶ γὰρ τὴν ἀρετὴν οὐ τὴν αὐτὴν εὐθὺς πάντες τιμῶ-
σιν, ὥστ' εὐλόγως διαφέρονται καὶ πρὸς τὴν ἀσκήσιν αὐτῆς).
ὅτι μὲν οὖν τὰ ἀναγκαῖα δεῖ διδάσκεισθαι τῶν χρησίων,
5 οὐκ ἄδηλον· ὅτι δὲ οὐ πάντα, διηρημένων τῶν τε ἐλευθερίων
ἔργων καὶ τῶν ἀνελευθερίων φανερόν, <καὶ> ὅτι τῶν τοιούτων
δεῖ μετέχειν ὅσα τῶν χρησίων ποιήσει τὸν μετέχοντα μὴ
βάναιυσον. βάναιυσον δ' ἔργον εἶναι δεῖ τοῦτο νομίζειν καὶ
τέχνην ταύτην καὶ μάθησιν, ὅσαι πρὸς τὰς χρήσεις καὶ
10 τὰς πράξεις τὰς τῆς ἀρετῆς ἀχρηστον ἀπεργάζονται τὸ
σῶμα τῶν ἐλευθέρων [ἢ τὴν ψυχὴν] ἢ τὴν διάνοιαν. διὸ
τὰς τε τοιαύτας τέχνας ὅσαι τὸ σῶμα παρασκευάζουσι
χεῖρον διακεῖσθαι βαναιύσους καλοῦμεν, καὶ τὰς μισθαρνι-
κάς ἐργασίας· ἀσχολοὺν γὰρ ποιοῦσι τὴν διάνοιαν καὶ ταπει-
15 νήν. ἔστι δὲ καὶ τῶν ἐλευθερίων ἐπιστημῶν μέχρι μὲν
τινὸς ἐνίων μετέχειν οὐκ ἀνελεύθερον, τὸ δὲ προσεδρεύειν λίαν
πρὸς ἀκρίβειαν ἐνοχον ταῖς εἰρημέναις βλάβαις. ἔχει δὲ
πολλὴν διαφορὰν καὶ τὸ τίνοος ἐνεκεν πράττει τις ἢ μαν-

e decisiva importância, e dela fazem um objectivo público (4). Torna-se
evidente, portanto, que os assuntos relativos à educação devem ser
objecto de legislação, e são assunto do interesse de toda a cidade. 30

2. Os estudos liberais.

Que a educação deva ser assumida, e como deve ser realizada, são
aspectos que não devem ser ignorados. Este assunto tem presentemente
gerado controvérsia, na medida em que nem todos estão de acordo acerca
do que deve ser ensinado aos mais novos, no que se refere à virtude, e
no que diz respeito à vida melhor (5). Também não é evidente se é mais
adequado que a educação vise as capacidades intelectuais ou o carácter
da alma (6). Iniciar a indagação a partir do estado actual da educação,
só gera mal-entendidos, pois não é evidente para ninguém se a educação
deve incutir o que é útil para a vida, ou o que é adequado à prática da
virtude, ou mesmo aquilo que não tem utilidade alguma; todas estas
alternativas têm os seus partidários. Além do mais, também não há
1337b consenso no que conduz à virtude: em boa verdade, devido a não
possuírem todos ao mesmo tempo uma evidência imediata do que seja a
virtude, discordam também no que seja o seu exercício (7).

Ninguém coloca reservas, é certo, ao facto de se dever ensinar as
coisas úteis absolutamente indispensáveis (8), embora não todas. Sendo
5 distintas as tarefas próprias dos homens livres e as tarefas dos não livres,
é evidente que importa realizar tarefas que não aviltem os que delas se
ocupam. E devemos considerar aviltantes todas as tarefas, artes e disci-
plinas que não preparam o corpo, a alma, e a mente do homem livre, para
o exercício e a prática da virtude. É por isso que chamamos aviltantes
os ofícios que debilitam o corpo, tais como as actividades assalariadas
que mantêm a mente presa e degradada (9). Há ainda uns tantos estudos
liberais de que os homens livres se podem ocupar em certa medida, já que
15 um estudo demasiado intensivo desses saberes provocaria os efeitos nocivos
que acabámos de referir (10). Reveste-se, portanto, da maior importância
o objectivo que alguém se propõe ao realizar ou ao aprender seja o que

20 θάνει· τὸ μὲν γὰρ-αὐτοῦ χάριν ἢ φίλων ἢ δι' ἀρετὴν οὐκ ἀν-
 ελεύθερον, ὁ δὲ αὐτὸ τοῦτο πράττων δι' ἄλλους πολλάκις
 25 θητικὸν καὶ δουλικὸν δόξειεν ἂν πράττειν. αἱ μὲν οὖν
 καταβεβλημένοι νῦν μαθήσεις, καθάπερ ἐλέχθη πρότερον,
 ἐπαμφοτερίζουσιν· 3 ἔστι δὲ τέτταρα σχεδὸν αἱ παιδεύ-
 ειν εἰώθασι, γράμματα καὶ γυμναστικὴν καὶ μουσικὴν καὶ
 30 τέταρτον ἔνιοι γραφικὴν, τὴν μὲν γραμματικὴν καὶ γραφι-
 κὴν ὡς χρησίμους πρὸς τὸν βίον οὖσας καὶ πολυχρήστους, τὴν
 δὲ γυμναστικὴν ὡς συντείνουσιν πρὸς ἀνδρείαν· τὴν δὲ μουσικὴν
 ἤδη διαπορήσειεν ἂν τις. νῦν μὲν γὰρ ὡς ἡδονῆς χάριν οἱ
 πλεῖστοι μετέχουσιν αὐτῆς· οἱ δ' ἐξ ἀρχῆς ἔταξαν ἐν παι-
 35 δεῖα διὰ τὸ τὴν φύσιν αὐτὴν ζητεῖν, ὅπερ πολλάκις εἴρη-
 ται, μὴ μόνον ἀσχολεῖν ὀρθῶς ἀλλὰ καὶ σχολάζειν δύ-
 νασθαι καλῶς. αὕτη γὰρ ἀρχὴ πάντων μία· καὶ πάλιν
 εἵπωμεν περὶ αὐτῆς. εἰ δ' ἄμφο μὲν δεῖ, μᾶλλον δὲ
 αἰρετὸν τὸ σχολάζειν τῆς ἀσχολίας καὶ τέλος, ζητητέον
 40 ὃ τι δεῖ ποιοῦντας σχολάζειν. οὐ γὰρ δὴ παίζοντας· τέλος
 γὰρ ἀναγκαῖον εἶναι τοῦ βίου τὴν παιδιάν ἡμῖν. εἰ δὲ τοῦτο
 ἀδύνατον, καὶ μᾶλλον ἐν ταῖς ἀσχολίαις χρηστέον ταῖς
 παιδιαῖς (ὁ γὰρ πονῶν δεῖται τῆς ἀναπαύσεως, ἡ δὲ παι-
 45 διὰ χάριν ἀναπαύσεως ἐστίν· τὸ δ' ἀσχολεῖν συμβαίνει
 μετὰ πόνου καὶ συντονίας), διὰ τοῦτο δεῖ παιδιὰς εἰσάγε-
 σθαι καιροφυλακοῦντας τὴν χρῆσιν, ὡς προσάγοντας φαρμα-
 1338a καὶ διὰ τὴν ἡδονὴν ἀνάπαυσις. τὸ δὲ σχολάζειν ἔχειν
 αὐτὸ δοκεῖ τὴν ἡδονὴν καὶ τὴν εὐδαιμονίαν καὶ τὸ ζῆν

20 for: na verdade, a prática de certos actos por si mesmos, por causa dos
 amigos ou em nome da virtude, em nada degrada o homem livre; o que
 parece fazê-lo comportar-se como um escravo ou assalariado é, isso sim,
 o realizá-los com frequência e em função de outros. Os estudos ancestrais
 actualmente vigentes implicam ambas as possibilidades ⁽¹¹⁾.

3. Gramática, ginástica e música.

São praticamente quatro os estudos liberais que se podem ensinar:
 a leitura e a escrita ⁽¹²⁾, a ginástica, a música e desenho. A leitura e a
 25 escrita e o desenho, por serem úteis para a vida e terem múltiplas
 aplicações; a ginástica porque incute bravura. Quanto à música, é caso
 para perguntar por que razão se inclui na educação. No presente, a
 maioria cultiva-a pelo prazer que dá; porém os que a integraram desde
 o início na educação, fizeram-no porque, como repetidas vezes referi-
 30 mos ⁽¹³⁾, a natureza procura não apenas operar correctamente, mas também
 orientar bem o ócio, o que — digamo-lo uma vez mais ⁽¹⁴⁾ — constitui o
 princípio de todas as coisas. Com efeito, se trabalho e ócio são indispensáveis
 35 como deve ser usado o tempo de lazer. Não certamente a jogar, porque então
 o jogo constituiria forçosamente a finalidade da nossa vida ⁽¹⁵⁾, o que é
 impossível (é, aliás, durante a labuta quotidiana que os jogos são melhor
 empregues, pois o trabalho árduo exige pausas ⁽¹⁶⁾, e os jogos são próprios
 para dar descanso ⁽¹⁷⁾, sendo que o trabalho implica cansaço e esforço).
 40 Nesse sentido, importa fomentar os jogos, mas sempre acautelando o momen-
 to oportuno da sua utilização e aplicando-os como se de uma terapêutica
 se tratasse, porquanto o movimento da alma que deles resulta produz
 relaxamento, e o prazer que deles se retira facilita o descanso. Por outro
 1338a lado, o ócio parece conter em si mesmo prazer, felicidade e ventura. Os

μακαρίως. τοῦτο δ' οὐ τοῖς ἀσχολοῦσιν ὑπάρχει ἀλλὰ τοῖς
σχολάζουσιν· ὁ μὲν γὰρ ἀσχολῶν ἕνεκα τινος ἀσχολεῖ
5 τέλους ὡς οὐχ ὑπάρχοντος, ἡ δ' εὐδαιμονία τέλος ἐστίν, ἣν
οὐ μετὰ λύπης ἀλλὰ μεθ' ἡδονῆς οἶονται πάντες εἶναι.
ταύτην μέντοι τὴν ἡδονὴν οὐκέτι τὴν αὐτὴν τιθέασιν, ἀλλὰ
καθ' ἑαυτοὺς ἕκαστος καὶ τὴν ἕξιν τὴν αὐτῶν, ὁ δ' ἄριστος
10 τὴν ἀρίστην καὶ τὴν ἀπὸ τῶν καλλίστων. ὥστε φανερόν ἐστι
δεῖ καὶ πρὸς τὴν ἐν τῇ διαγωγῇ σχολὴν μανθάνειν ἅττα
καὶ παιδεύεσθαι, καὶ ταῦτα μὲν τὰ παιδεύματα καὶ ταύ-
τας τὰς μαθήσεις ἑαυτῶν εἶναι χάριν, τὰς δὲ πρὸς τὴν
ἀσχολίαν ὡς ἀναγκαίας καὶ χάριν ἄλλων. διὸ καὶ τὴν
μουσικὴν οἱ πρότερον εἰς παιδείαν ἔταξαν οὐχ ὡς ἀναγκαῖον
15 (οὐδὲν γὰρ ἔχει τοιοῦτον), οὐδ' ὡς χρήσιμον (ὥσπερ τὰ γράμ-
ματα πρὸς χρηματισμὸν καὶ πρὸς οἰκονομίαν καὶ πρὸς
μάθησιν καὶ πρὸς πολιτικὰς πράξεις πολλὰς, δοκεῖ δὲ
καὶ γραφικὴ χρήσιμος εἶναι πρὸς τὸ κρίνειν τὰ τῶν τεχνι-
τῶν ἔργα κάλλιον), οὐδ' αὖ καθάπερ ἡ γυμναστικὴ πρὸς
20 ὑγίειαν καὶ ἀλκὴν (οὐδέτερον γὰρ τούτων ὀρῶμεν γιγνόμενον
ἐκ τῆς μουσικῆς). λείπεται τοίνυν πρὸς τὴν ἐν τῇ σχολῇ
διαγωγὴν, εἰς ὅπερ καὶ φαίνονται παράγοντες αὐτὴν. ἣν
γὰρ οἶονται διαγωγὴν εἶναι τῶν ἐλευθέρων, ἐν ταύτῃ τάτ-
τουσιν. διόπερ Ὅμηρος οὕτως ἐποίησεν
25 ἀλλ' οἷον τῆ μὲν ἐστὶ καλεῖν ἐπὶ δαῖτα θαλεῖην,
καὶ οὕτω προειπὼν ἑτέρους τινὰς 'οἱ καλέουσιν ἄοιδόν' φη-
σίην, 'ὃ κεν τέρπησιν ἅπαντας'. καὶ ἐν ἄλλοις δὲ φησιν <ὁ>
'Οδυσσεὺς ταύτην ἀρίστην εἶναι διαγωγὴν, ὅταν εὐφραينو-
μένων τῶν ἀνθρώπων 'δαιτυμόνες δ' ἀνὰ δώματ' ἀκουάζων-
30 ται ἄοιδοῦ ἤμενοι ἐξείης'. ὅτι μὲν τοίνυν ἐστὶ παιδεία τις
ἣν οὐχ ὡς χρησίμην παιδευτέον τοὺς υἱεῖς οὐδ' ὡς ἀναγκαίαν
ἀλλ' ὡς ἐλευθέριον καὶ καλὴν, φανερόν ἐστιν· πρότερον δὲ

que trabalham não podem fruir disto, mas apenas os que se entregam ao
ócio, já que, na verdade, o que trabalha fá-lo relativamente a um
determinado fim de que não tira proveito. Ora a felicidade é um fim em
5 si próprio, pois todos julgam que não surge acompanhada de dor mas de
prazer. No entanto as opiniões divergem quando se trata de definir que
prazer é esse, pois cada qual o determina de acordo com a sua disposição.
Uma coisa é certa: o melhor prazer é o do melhor homem e o que provém
das fontes mais excelentes. Torna-se claro, portanto, que devem ser
10 aprendidas e ensinadas coisas em função da diagogia ⁽¹⁸⁾, e que esses
ensinos e aprendizagens devem ser úteis em si mesmos, ao passo que as
matérias que se referem ao trabalho são necessárias e úteis em função
de outras coisas.

É por isso que aqueles que inicialmente introduziram a música na
educação não o fizeram por verem nisso qualquer necessidade (pois não
há mesmo nenhuma) ou qualquer utilidade, tal como acontece com a
15 leitura e a escrita em relação às actividades comerciais, economia, ensino,
e mesmo em relação às diversas actividades políticas, ou como acontece
com o desenho para apreciar melhor as produções dos artífices, ou com
a ginástica em relação ao bem estar e à boa forma do corpo. Ora, não
20 vemos, com efeito, a música visar estes resultados. Parece óbvio, portan-
to, que no intuito de ocupar o ócio se tenha introduzido a música na
educação, considerando-a divertimento à altura dos homens livres. É
nesse sentido que Homero refere no seu poema "*apenas ele deve ser*
convocado para o magnífico festim" ⁽¹⁹⁾, aludindo de seguida aos outros
25 hóspedes que "*convidam o aedo que a todos agradará*" ⁽²⁰⁾. E noutro
passo afirma Ulisses que a melhor diversão é a que celebram os homens
"*escutando o aedo, gozando no palácio o festim ao lado uns dos*
outros" ⁽²¹⁾.

Não há dúvida que existe uma determinada educação que deve ser
30 ministrada não porque seja necessária aos filhos, mas porque é liberal

μία τὸν ἀριθμὸν ἢ πλείους, καὶ τίνες αὐταὶ καὶ πῶς, ὅστε-
 ρον λεκτέον περὶ αὐτῶν. νῦν δὲ τοσοῦτον ἡμῖν εἶναι πρὸ
 35 ὁδοῦ γέγονεν, ὅτι καὶ παρὰ τῶν ἀρχαίων ἔχομέν τινα
 μαρτυρίαν ἐκ τῶν καταβεβλημένων παιδευμάτων· ἡ γὰρ
 μουσικὴ τοῦτο ποιεῖ δῆλον. ἔτι δὲ καὶ τῶν χρησίμων ὅτι
 δεῖ τινα παιδεύεσθαι τοὺς παῖδας οὐ μόνον διὰ τὸ χρήσιμον,
 οἷον τὴν τῶν γραμμάτων μάθησιν, ἀλλὰ καὶ διὰ τὸ πολ-
 40 λὰς ἐνδέχεσθαι γίνεσθαι δι' αὐτῶν μαθήσεις ἑτέρας, ὁμοίως
 δὲ καὶ τὴν γραφικὴν οὐχ ἵνα ἐν τοῖς ἰδίοις ὥνιοις μὴ δι-
 αμαρτάνωσιν ἀλλ' ὧσιν ἀνεξάπλητοι πρὸς τὴν τῶν σκευῶν
 1338b ὥνην τε καὶ πρᾶσιν, μᾶλλον δ' ὅτι ποιεῖ θεωρητικὸν τοῦ
 περὶ τὰ σώματα κάλλους. τὸ δὲ ζητεῖν πανταχοῦ τὸ χρή-
 σιμον ἡκιστα ἀρμόττει τοῖς μεγαλοψύχοις καὶ τοῖς ἐλευ-
 θερίοις. ἐπεὶ δὲ φανερόν <τὸ> πρότερον τοῖς ἔθεσιν ἢ τῷ λόγῳ
 5 παιδευτέον εἶναι, καὶ περὶ τὸ σῶμα πρότερον ἢ τὴν διά-
 νοιαν, δῆλον ἐκ τούτων ὅτι παραδοτέον τοὺς παῖδας γυμνα-
 στικῇ καὶ παιδοτριβικῇ· τούτων γὰρ ἡ μὲν ποιᾶν τινα ποιεῖ
 τὴν ἕξιν τοῦ σώματος, ἡ δὲ τὰ ἔργα.

4 Νῦν μὲν οὖν αἱ μάλιστα δοκοῦσαι τῶν πόλεων ἐπι-
 10 μελεῖσθαι τῶν παίδων αἱ μὲν ἀθλητικὴν ἕξιν ἐμποιοῦσι, λω-
 βόμεναι τὰ τε εἶδη καὶ τὴν αὔξησιν τῶν σωμάτων, οἱ
 δὲ Λάκωνες ταύτην μὲν οὐχ ἡμαρτον τὴν ἀμαρτίαν, θηρι-
 ὠδεις δ' ἀπεργάζονται τοῖς πόνοις, ὥς τοῦτο πρὸς ἀνδρείαν
 μάλιστα συμφέρον. καίτοι, καθάπερ εἴρηται πολλάκις, οὔτε
 15 πρὸς μίαν οὔτε πρὸς μάλιστα ταύτην βλέποντα ποιητέον

e formativa. Se essa educação implica um ou mais saberes, quais são e
 como devem ser ensinados, é algo a que retornaremos posteriormente ⁽²²⁾.
 Por enquanto apenas podemos dizer que joga a nosso favor ⁽²³⁾ um
 35 testemunho antigo no que se refere à educação tradicional, pois não há
 dúvida que a música deve implicar isso mesmo. Cumpre também referir
 que, às crianças, devem ser ensinadas alguns saberes úteis, como por
 exemplo a leitura e a escrita, não tanto pela sua utilidade, mas porque
 por seu intermédio podemos aceder a muitas e diversificadas aprendiza-
 40 gens. Do mesmo modo devem aprender o desenho não propriamente para
 evitar erros nos contratos particulares e não se enganar na compra e venda
 de bens, mas sobretudo porque o desenho conduz à contemplação da 1338b
 beleza do corpo humano; a busca reiterada da utilidade não é digna de
 espíritos magnânimos ⁽²⁴⁾ e livres.

Dada a evidência de que a educação se deve basear mais no hábito
 do que propriamente na inteligência, e preocupar-se mais com o corpo do
 que com a mente ⁽²⁵⁾, é manifesto que as crianças devem ser entregues
 5 aos cuidados de um mestre de ginástica e de um preparador físico ⁽²⁶⁾;
 aquele dotará os corpos de boa forma, este treina-os para os exercícios.

4. A educação física.

De entre as cidades que, no presente, mais parecem preocupar-se
 com a educação das crianças ⁽²⁷⁾, grande parte procura dotá-las de uma
 10 disposição atlética, em detrimento das formas e do desenvolvimento
 harmonioso do corpo. Os Espartanos, apesar de não incorrerem nessa
 falta, embrutecem-nas com trabalhos árduos, como se isso fosse o mais
 conveniente para o culto da bravura ⁽²⁸⁾. Todavia, e já o referimos por
 diversas vezes, a educação não deve pôr, única e exclusivamente, o seu
 cuidado neste objectivo, porque apesar de o visar nunca o alcançará em
 15 pleno. Não vemos, com efeito, que a bravura acompanhe os mais selva-
 gens, quer entre os animais quer entre os povos bárbaros. Acompanha,

τὴν ἐπιμέλειαν· εἰ δὲ καὶ πρὸς ταύτην, οὐδὲ τοῦτο ἐξευρί-
 σκουσιν. οὔτε γὰρ ἐν τοῖς ἄλλοις ζῷοις οὔτε ἐπὶ τῶν ἐθνῶν
 ὁρῶμεν τὴν ἀνδρείαν ἀκολουθοῦσαν τοῖς ἀγριωτάτοις, ἀλλὰ
 20 μᾶλλον τοῖς ἡμερωτέροις καὶ λεοντώδεσιν ἤθεσιν. πολλὰ
 δ' ἔστι τῶν ἐθνῶν ἃ πρὸς τὸ κτείνειν καὶ πρὸς τὴν ἀνθρωπο-
 φαγίαν εὐχερῶς ἔχει, καθάπερ τῶν περὶ τὸν Πόντον
 Ἀχαιοὶ τε καὶ Ἡνίοχοι καὶ τῶν ἡπειρωτικῶν ἐθνῶν ἕτερα,
 τὰ μὲν ὁμοίως τούτοις τὰ δὲ μᾶλλον, ἃ ληστρικὰ μὲν ἔστιν,
 ἀνδρείας δ' οὐ μετειλήφασιν. ἔτι δ' αὐτοὺς τοὺς Λάκωνας
 25 ἴσμεν, ἕως μὲν αὐτοὶ προσήδρευον ταῖς φιλοπονίαις, ὑπερ-
 ἔχοντας τῶν ἄλλων, νῦν δὲ καὶ τοῖς γυμνικοῖς ἀγῶσι καὶ τοῖς
 πολεμικοῖς λειπομένους ἑτέρων· οὐ γὰρ τῷ τοὺς νέους
 γυμνάζειν τὸν τρόπον τοῦτον διέφερον, ἀλλὰ τῷ μόνους μὴ
 πρὸς ἀσκοῦντας ἀσκεῖν. ὥστε τὸ καλὸν ἀλλ' οὐ τὸ θηριῶδες
 30 δεῖ πρωταγωνιστεῖν· οὐδὲ γὰρ λύκος οὐδ' <οὐδὲν> τῶν ἄλλων
 θηρίων ἀγωνίσαιτο ἀν' οὐθένα καλὸν κίνδυνον, ἀλλὰ μᾶλλον
 ἀνὴρ ἀγαθός, οἱ δὲ λίαν εἰς ταῦτα ἀνέντες τοὺς παῖδας,
 καὶ τῶν ἀναγκαίων ἀπαιδαγωγήτους ποιήσαντες, βαναύσους
 κατεργάζονται κατὰ γε τὸ ἀληθές, πρὸς ἓν τε μόνον ἔρ-
 35 γον τῆς πολιτικῆς χρησίμους ποιήσαντες, καὶ πρὸς τοῦτο χει-
 ρον, ὥς φησιν ὁ λόγος, ἑτέρων. δεῖ δὲ οὐκ ἐκ τῶν προ-
 τέρων ἔργων κρίνειν, ἀλλ' ἐκ τῶν νῦν· ἀνταγωνιστὰς γὰρ τῆς
 παιδείας νῦν ἔχουσι, πρότερον δ' οὐκ εἶχον· ὅτι μὲν οὖν χρη-
 στέον τῇ γυμναστικῇ, καὶ πῶς χρηστέον, ὁμολογούμενόν ἐστιν
 40 (μέχρι μὲν γὰρ ἥβης κουφότερα γυμνάσια προσοιστέον, τὴν
 βίαιον τροφήν καὶ τοὺς πρὸς ἀνάγκην πόνους ἀπείργοντας,
 ἵνα μὴθὲν ἐμπόδιον ᾖ πρὸς τὴν αὐξήσει· σημεῖον γὰρ οὐ
 1339a μικρὸν ὅτι δύνανται τοῦτο παρασκευάζειν, ἐν γὰρ τοῖς ὀλυμ-
 πιονίκαις δύο τις ἀν' ἡ τρεῖς εὗροι τοὺς αὐτοὺς νεنيκκότας
 ἀνδρας τε καὶ παῖδας, διὰ τὸ νέους ἀσκοῦντας ἀφαιρεῖσθαι
 τὴν δύναμιν ὑπὸ τῶν ἀναγκαίων γυμνασίων· ὅταν δ' ἀφ'
 5 ἥβης ἔτη τρία πρὸς τοῖς ἄλλοις μαθήμασι γένωνται, τότε
 ἀρμόττει καὶ τοῖς πόνοις καὶ ταῖς ἀναγκοφαγίαις κατα-

sim, aqueles que mais se assemelham ao carácter do leão⁽²⁹⁾. Existem
 muitos povos bárbaros com tendência para matar e alimentar-se dos seus
 semelhantes, como os Aqueus e Heníocos que habitam em redor do
 Ponto⁽³⁰⁾, e mesmo outros povos do continente, tanto ou mais selvagens
 do que estes, que vivem do saque mas não possuem bravura. É de todos
 conhecido que, outrora, os Espartanos se superiorizaram aos demais
 25 povos, ainda que tenham sido os únicos a cultivar o gosto pelas agruras
 da vida. Hoje em dia, contudo, cedem perante os demais tanto na ginástica
 como na guerra. É que antes não se distinguiam dos outros povos por
 sujeitarem as crianças à espécie referida de programa gímico, mas apenas
 pelo facto de as treinar, coisa que não sucedia com os povos seus inimigos.

Assim sendo, é o espírito bem formado e não o rude, que deve
 30 assumir maior protagonismo, porque nem o lobo nem qualquer outra fera
 enfrentaria um belo risco, mas sim o homem bom⁽³¹⁾. Os que sobrecar-
 regam as crianças com demasiados exercícios, privando-as de aprender
 aquilo que é necessário, na verdade reduzem-lhes as capacidades, pois
 tornam-nas úteis para exercer uma só função de cidadão, e mesmo essa
 35 fica inferior a outras, como atrás se referiu. É preciso avaliar os Espartanos
 não pela obra realizada outrora, mas pela do presente, pois agora têm
 concorrentes na arte de educar e antes não tinham. Estamos de acordo,
 portanto, no que concerne à conveniência da ginástica, e de que modo
 ela é útil. Até à adolescência deve praticar-se ginástica com moderação,
 evitando uma alimentação pesada e exercícios violentos, a fim de que
 40 nada obste ao pleno desenvolvimento físico⁽³²⁾. E a prova nada insigni-
 ficante de que essas práticas podem redundar em prejuízo do corpo, é que,
 1339a de entre os vencedores dos Jogos Olímpicos normalmente apenas vislum-
 bremos dois ou três Espartanos bem sucedidos, contando com adultos e
 crianças (de facto, a exigência do treino físico a que foram sujeitos desde
 tenra idade acabou por esgotar-lhes as forças). Depois de três anos
 dedicados à aprendizagem de outros estudos⁽³³⁾, a partir da adolescência,
 5 é tempo de se entregarem a exercícios árduos e de se sujeitarem a uma

λαμβάνειν τὴν ἐχομένην ἡλικίαν· ἅμα γὰρ τῇ τε διανοίᾳ καὶ τῷ σώματι διαπονεῖν οὐ δεῖ, τοῦναντίον γὰρ ἑκάτερος ἀπεργάζεσθαι πέφυκε τῶν πόνων, ἐμποδίζων ὁ μὲν τοῦ σώματος πόνος τὴν διάνοιαν ὁ δὲ ταύτης τὸ σῶμα).

10 5 Περὶ δὲ μουσικῆς ἔνια μὲν διηπορήκαμεν τῷ λόγῳ καὶ πρότερον, καλῶς δ' ἔχει καὶ νῦν ἀναλαβόντας αὐτὰ προαγαγεῖν, ἵνα ὥσπερ ἐνδόσιμον γένηται τοῖς λόγοις οὓς ἂν τις εἴπειεν ἀποφαινόμενος περὶ αὐτῆς. οὔτε γὰρ τίνα

15 ἔχει δύναμιν βράδιον περὶ αὐτῆς διελεῖν, οὔτε τίνος δεῖ χάριν μετέχειν αὐτῆς, πότερον παιδιᾶς ἔνεκα καὶ ἀναπαύσεως, καθάπερ ὕπνου καὶ μέθης (ταῦτα γὰρ καθ' αὐτὰ μὲν οὐδὲ τῶν σπουδαίων, ἀλλ' ἡδέα, καὶ ἅμα παύει μέριμναν, ὥς φησιν Εὐριπίδης· διὸ καὶ τάττουσιν αὐτὴν καὶ

20 χρῶνται πᾶσι τοῦτοις ὁμοίως, ὕπνῳ καὶ μέθῃ καὶ μουσικῇ· τιθέασι δὲ καὶ τὴν ὄρχησιν ἐν τοῦτοις), ἢ μᾶλλον οἰητέον πρὸς ἀρετὴν τι τείνειν τὴν μουσικὴν, ὥς δυναμένην, καθάπερ ἡ γυμναστικὴ τὸ σῶμα ποιὸν τι παρασκευάζει, καὶ τὴν μουσικὴν τὸ ἦθος ποιὸν τι ποιεῖν, ἐθίζουσιν δύνασθαι χαίρειν ὁρθῶς, ἢ πρὸς διαγωγὴν τι συμβάλλεται καὶ πρὸς

25 φρόνησιν (καὶ γὰρ τοῦτο τρίτον θετέον τῶν εἰρημένων). ὅτι μὲν οὖν δεῖ τοὺς νέους μὴ παιδιᾶς ἔνεκα παιδεύειν, οὐκ ἄδηλον (οὐ γὰρ παίζουσι μανθάνοντες· μετὰ λύπης γὰρ ἡ μάθησις). ἀλλὰ μὴν οὐδὲ διαγωγὴν γε παισὶν ἀρμόττει

30 καὶ ταῖς ἡλικίαις ἀποδιδόναι ταῖς τοιαύταις (οὐθενὶ γὰρ ἀτελεῖ προσήκει τέλος). ἀλλ' ἴσως ἂν δόξειεν ἡ τῶν παιδῶν σπουδὴ παιδιᾶς εἶναι χάριν ἀνδράσι γενομένοις καὶ τελειωθείσιν. ἀλλ' εἰ τοῦτ' ἐστὶ τοιοῦτον, τίνος ἂν ἔνεκα δέοι μανθάνειν αὐτούς, ἀλλὰ μὴ, καθάπερ οἱ τῶν Περσῶν καὶ

alimentação disciplinada⁽³⁴⁾. A mente e o corpo não devem ser duramente exercitados ao mesmo tempo; na verdade, trata-se de duas práticas opostas, visto que o trabalho do corpo é um obstáculo para a mente, e o da mente também o é para o corpo.

5. A educação musical.

Acerca da música, algumas questões foram afloradas anteriormente⁽³⁵⁾. Todavia, antes de avançarmos, afigura-se conveniente um resumo dessas questões para que os considerandos decorrentes introduzam, por assim dizer, uma espécie de digressão sobre o tema. Não é fácil determinar o que seja, nem a razão pela qual deve ser cultivada a música. Devemos cultivá-la pela distração e descanso que proporciona? O certo é que também para isso recorreremos à dormida e à bebida, coisas que não são boas em si próprias, mas recursos agradáveis e que põem cobro a mil cuidados, como referiu Eurípides⁽³⁶⁾. E assim sendo, podemos colocá-las sob a mesma ordem de planos e todas com a mesma utilidade; o sono, a bebida, a música, e, aproveitemos para acrescentar, a dança. Podemos pensar ainda mais incisivamente que a música conduz de algum modo a virtude; tal como a ginástica confere ao corpo determinados atributos, também a música pode conferir outros ao carácter, se for capaz de o habituar a um uso correcto. Finalmente, e seria uma terceira razão, a música contribui para o descanso e o cultivo da inteligência.

É claro que a finalidade da educação dos mais jovens não deve ser o jogo. Ninguém joga enquanto aprende, pois a aprendizagem surge acompanhada de dor. Também não é conveniente oferecer divertimentos intelectuais às crianças; não deve ser dado nessas idades, pois ao que é imperfeito não se atribui um fim⁽³⁷⁾. Também poderá parecer que tal finalidade se esgota nos momentos de lazer de que desfrutarão quando se tornarem adultos⁽³⁸⁾. Contudo, se assim fosse, haveria necessidade de aprenderem música, em vez de partilharem do prazer e da instrução por meio do contacto com os que a ela se dedicam, como acontece com os reis dos Persas e dos

35 Μήδων βασιλεῖς, δι' ἄλλων αὐτὸ ποιούντων μεταλαμβάνειν
 τῆς ἡδονῆς καὶ τῆς μαθήσεως; καὶ γὰρ ἀναγκαῖον βέλτιον
 ἀπεργάζεσθαι τοὺς αὐτὸ τοῦτο πεποιημένους ἔργον καὶ τέχνην
 τῶν τοσοῦτον χρόνον ἐπιμελουμένων ὅσον πρὸς μάθησιν μόνον.
 εἰ δὲ δεῖ τὰ τοιαῦτα διαπονεῖν αὐτούς, καὶ περὶ τὴν τῶν
 40 ὄψων πραγματεῖαν αὐτούς ἂν δεοί παρασκευάζειν· ἀλλ'
 ἄτοπον. τὴν δ' αὐτὴν ἀπορίαν ἔχει καὶ εἰ δύναται τὰ ἥθη
 βελτίω ποιεῖν· ταῦτα γὰρ τί δεῖ μανθάνειν αὐτούς, ἀλλ'
 1339b οὐχ ἑτέρων ἀκούοντας ὀρθῶς τε χαίρειν καὶ δύνασθαι κρίνειν,
 ὥσπερ οἱ Λάκωνες; ἐκεῖνοι γὰρ οὐ μανθάνοντες ὁμῶς δύ-
 νανται κρίνειν ὀρθῶς, ὥς φασι, τὰ χρηστὰ καὶ τὰ μὴ
 χρηστὰ τῶν μελῶν. ὁ δ' αὐτὸς λόγος καὶ εἰ πρὸς εὐημε-
 5 ρίαν καὶ διαγωγὴν ἐλευθέριον χρηστέον αὐτῇ· τί δεῖ μαν-
 θάνειν αὐτούς, ἀλλ' οὐχ ἑτέρων χρωμένων ἀπολαύειν; σκο-
 πεῖν δ' ἔξεστι τὴν ὑπόληψιν ἣν ἔχομεν περὶ τῶν θεῶν· οὐ
 γὰρ ὁ Ζεὺς αὐτὸς ἀεῖδει καὶ κιθαρίζει τοῖς ποιηταῖς, ἀλλὰ
 καὶ βαναύσους καλοῦμεν τοὺς τοιούτους καὶ τὸ πράττειν οὐκ
 10 ἀνδρὸς μὴ μεθύοντος ἢ παίζοντος. ἀλλ' ἴσως περὶ μὲν
 τούτων ὕστερον ἐπισκεπτέον· ἡ δὲ πρώτη ζήτησίς ἐστι πότε-
 ρον οὐ θετέον εἰς παιδείαν τὴν μουσικὴν ἢ θετέον, καὶ τί
 δύναται τῶν διαπορηθέντων τριῶν, πότερον παιδείαν ἢ παι-
 διὰν ἢ διαγωγὴν. εὐλόγως δ' εἰς πάντα τάττεται καὶ
 15 φαίνεται μετέχειν. ἡ τε γὰρ παιδιὰ χάριν ἀναπαύσεώς
 ἐστι, τὴν δ' ἀνάπαυσιν ἀναγκαῖον ἡδεῖαν εἶναι (τῆς γὰρ
 διὰ τῶν πόνων λύπης ἰατρεία τίς ἐστιν), καὶ τὴν διαγωγὴν
 ὁμολογουμένως δεῖ μὴ μόνον ἔχειν τὸ καλὸν ἀλλὰ καὶ

35 Medos? Para mais, necessariamente a executarão melhor aqueles cujo
 35 ofício e arte consiste em fazer isso mesmo, do que aqueles que apenas lhe
 dedicaram o tempo absolutamente indispensável para aprender. Se devem
 aprender música, com igual razão deveriam aprender a cozinhar, o que
 é absurdo. Idêntica objecção pode ser feita ao facto de a música ser 40
 susceptível de melhorar o carácter: por que razão deve ser aprendida em
 vez de desfrutada, ouvindo outros, e emitindo juízos sobre a sua execução, 1339b
 como acontece entre os Espartanos? Mesmo não a tendo aprendido, consta
 que podem emitir juízos correctos sobre a música útil e a que não presta.
 O mesmo argumento serve, ainda, para considerar se devemos servir-nos
 dela para nosso desfrute ou em vista de uma distracção própria de homens
 livres: haverá alguma conveniência em aprendê-la por si própria, quando 5
 podemos usufruí-la mediante a execução alheia? Tenhamos em vista a
 ideia que fazemos das divindades: não é Zeus quem canta e toca cítara.
 Aliás, são frequentemente considerados de gente inferior os que se
 dedicam a tais actividades, e a sua prática é indigna de um homem, a
 menos que esteja embriagado ou a brincar. Contudo, talvez pudéssemos 10
 deixar estas questões para uma análise posterior.

O que primeiro interessa indagar é se a música pode ou não ser
 incluída na educação, e se têm razão de ser os três aspectos há pouco
 abordados, a saber: se a música é educação, jogo ou divertimento. Pode
 incluir-se em qualquer destas três ordens, pois é manifesto que participa 15
 em qualquer delas. Na verdade o jogo visa o descanso, e o descanso tem
 necessariamente que ser agradável, pois é uma cura para a sensação de
 desgosto provocada pelo trabalho. Já o divertimento, como reconhecido
 por todos, deve conter não só beleza mas também prazer (de facto, a

20 τὴν ἡδονὴν (τὸ γὰρ εὐδαιμονεῖν ἐξ ἀμφοτέρων τούτων ἐστίν).
 τὴν δὲ μουσικὴν πάντες εἰναί φασιν τῶν ἡδίστων, καὶ ψι-
 λὴν οὖσαν καὶ μετὰ μελωδίας (φησὶ γοῦν καὶ Μουσαῖος
 εἶναι ἔβροτοῖς ἡδίστον ἀεῖδεν)³. διὸ καὶ εἰς τὰς συνουσίας καὶ
 διαγωγὰς εὐλόγως παραλαμβάνουσιν αὐτὴν ὥς δυναμένην
 25 εὐφραίνειν), ὥστε καὶ ἐντεῦθεν ἂν τις ὑπολάβοι παιδεύε-
 σθαι δεῖν αὐτὴν τοὺς νεωτέρους. ὅσα γὰρ ἀβλαβῇ τῶν
 ἡδέων, οὐ μόνον ἀρμόττει πρὸς τὸ τέλος ἀλλὰ καὶ πρὸς
 τὴν ἀνάπαυσιν· ἐπεὶ δ' ἐν μὲν τῷ τέλει συμβαίνει τοῖς
 ἀνθρώποις ὀλιγάκις γίνεσθαι, πολλάκις δὲ ἀναπαύονται
 30 καὶ χρῶνται ταῖς παιδιαῖς οὐχ ὅσον ἐπὶ πλεον ἀλλὰ καὶ
 διὰ τὴν ἡδονὴν, χρήσιμον ἂν εἴη διαναπαύειν ἐν ταῖς ἀπὸ
 ταύτης ἡδοναῖς. συμβέβηκε δὲ τοῖς ἀνθρώποις ποιῆσθαι
 τὰς παιδιας τέλος· ἔχει γὰρ ἴσως ἡδονὴν τινα καὶ τὸ
 τέλος, ἀλλ' οὐ τὴν τυχοῦσαν, ζητοῦντες δὲ ταύτην λαμβά-
 35 νουσιν ὥς ταύτην ἐκείνην, διὰ τὸ τῷ τέλει τῶν πράξεων
 ἔχειν ὁμοίωμα τι. τὸ τε γὰρ τέλος οὐθενὸς τῶν ἐσομένων
 χάριν αἰρετόν, καὶ αἱ τοιαῦται τῶν ἡδονῶν οὐθενός εἰσι τῶν
 ἐσομένων ἕνεκεν, ἀλλὰ τῶν γεγονότων, οἷον πόνων καὶ λύ-
 40 πης. δι' ἣν μὲν οὖν αἰτίαν ζητοῦσι τὴν εὐδαιμονίαν γίνε-
 σθαι διὰ τούτων τῶν ἡδονῶν, ταύτην εἰκότως ἂν τις ὑπο-
 λάβοι τὴν αἰτίαν· περὶ δὲ τοῦ κοινωνεῖν τῆς μουσικῆς, <ὅτι> οὐ
 διὰ ταύτην μόνην, ἀλλὰ καὶ διὰ τὸ χρήσιμον εἶναι πρὸς
 τὰς ἀναπαύσεις, ὥς ἔοικεν. οὐ μὴν ἀλλὰ ζητητέον μή ποτε
 1340a τοῦτο μὲν συμβέβηκε, τιμιωτέρα δ' αὐτῆς ἡ φύσις ἐστὶν ἢ
 κατὰ τὴν εἰρημένην χρεῖαν, καὶ δεῖ μὴ μόνον τῆς κοινῆς
 ἡδονῆς μετέχειν ἀπ' αὐτῆς, ἥς ἔχουσι πάντες αἰσθησιν (ἔχει
 γὰρ ἡ μουσικὴ τιν' ἡδονὴν φυσικὴν, διὸ πάσαις ἡλικίαις
 5 καὶ πᾶσιν ἡθεσιν ἡ χρήσις αὐτῆς ἐστὶ προσφιλής), ἀλλ'
 ὁρᾶν εἰ περὶ καὶ πρὸς τὸ ἦθος συντείνει καὶ πρὸς τὴν ψυχὴν.
 τοῦτο δ' ἂν εἴη δῆλον, εἰ ποιοὶ τινες τὰ ἦθη γινώμεθα δι'
 αὐτῆς. ἀλλὰ μὴν ὅτι γινώμεθα ποιοὶ τινες, φανερόν διὰ
 πολλῶν μὲν καὶ ἑτέρων, οὐχ ἥκιστα δὲ καὶ διὰ τῶν Ὀλύμ-

20 felicidade é constituída por ambos), e todos afirmamos que a música é
 das coisas mais agradáveis que existem, tanto executada a solo como
 acompanhada de canto. Com efeito, Museu (³⁹) afirma que “o canto é o
 que há de mais aprazível aos mortais”; e é introduzido com razão nos
 ajuntamentos e diversões populares por se acreditar que promove a
 25 alegria. Nesse sentido, é lícito pensar que também este aspecto tem pleno
 cabimento na educação dos mais jovens. O lado sério do prazer, na
 verdade, não só se harmoniza com o fim a que se destina, como também
 faculta descanso. Ora, como sucede que raras vezes os homens atingem
 o fim proposto (mas pelo contrário descansam com frequência, utilizando
 o jogo sem outro fim do que o simples prazer que nele desfrutam) pode
 30 ser vantajoso descansar mediante o prazer propiciado pela música.

Também sucede que há quem faça do jogo um fim. E isso é evidente
 porque implicando o prazer um determinado fim, embora não um fim
 qualquer, buscam o prazer desse fim confundindo os dois, pois todo o
 prazer rectamente orientado identifica-se com o fim das acções. O prazer
 não é escolhido em função de uma coisa futura (tão pouco os prazeres
 35 de que falamos se orientam para intuitos futuros), mas em função de
 coisas passadas, como o trabalho e a dor. Esta é, com toda a probabi-
 lidade, a causa pela qual os homens buscam a felicidade mediante esses
 prazeres. Contudo, não é esta a única razão que os leva a ocupar-se da
 40 música, mas também a utilidade que ela tem para o descanso. Ainda mais:
 é preciso indagar se a sua natureza não será nobre de mais para se
 reduzir a essa utilidade; se é necessário participar no prazer comum
 1340a que a música faculta e que todos sentem (de facto, ela associa-se a um
 prazer natural e por isso o seu uso agrada a todas as idades e caracteres);
 e finalmente ver, se de algum modo, contribui para a formação do carácter
 5 e da alma. É evidente que será assim, no caso de a música influenciar a
 qualidade dos nossos caracteres (⁴⁰). E a prova que influencia é revelada,
 entre outras coisas, nas melodias de Olimpo (⁴¹). Todos são unânimes em

10 που μελῶν ταῦτα γὰρ ὁμολογουμένως ποιεῖ τὰς ψυχὰς
 ἐνθουσιαστικάς, ὁ δ' ἐνθουσιασμός τοῦ περὶ τὴν ψυχὴν ἦθους
 πάθος ἐστίν. ἔτι δὲ ἀκροώμενοι τῶν μιμήσεων γίνονται
 πάντες συμπαθεῖς, καὶ χωρὶς τῶν ῥυθμῶν καὶ τῶν μελῶν
 αὐτῶν. ἐπεὶ δὲ συμβέβηκεν εἶναι τὴν μουσικὴν τῶν ἡδέων,
 15 τὴν δ' ἀρετὴν περὶ τὸ χαίρειν ὀρθῶς καὶ φιλεῖν καὶ μισεῖν,
 δεῖ δηλονότι μανθάνειν καὶ συνεθίζεσθαι μὴθὲν οὕτως ὥς
 τὸ κρίνειν ὀρθῶς καὶ τὸ χαίρειν τοῖς ἐπιεικέσιν ἡθεσι καὶ
 ταῖς καλαῖς πράξεσιν. ἔστι δὲ ὁμοιώματα μάλιστα παρὰ
 τὰς ἀληθινὰς φύσεις ἐν τοῖς ῥυθμοῖς καὶ τοῖς μέλεσιν ὀργῆς
 20 καὶ πραότητος, ἔτι δ' ἀνδρείας καὶ σωφροσύνης καὶ πάντων
 τῶν ἐναντίων τούτοις καὶ τῶν ἄλλων ἡθῶν (δῆλον δὲ ἐκ
 τῶν ἔργων· μεταβάλλομεν γὰρ τὴν ψυχὴν ἀκροώμενοι
 τοιούτων). ὁ δ' ἐν τοῖς ὁμοίοις ἐθισμός τοῦ λυπεῖσθαι καὶ
 χαίρειν ἐγγύς ἐστι τῷ πρὸς τὴν ἀλήθειαν τὸν αὐτὸν ἔχειν
 25 τρόπον (οἷον εἰ τις χαίρει τὴν εἰκόνα τινὸς θεώμενος μὴ
 δι' ἄλλην αἰτίαν ἀλλὰ διὰ τὴν μορφήν αὐτὴν, ἀναγκαῖον
 τούτῳ καὶ αὐτοῦ ἐκείνου τὴν θεωρίαν, οὗ τὴν εἰκόνα θεωρεῖ,
 ἡδεῖαν εἶναι). συμβέβηκε δὲ τῶν αἰσθητῶν ἐν μὲν τοῖς
 ἄλλοις μὴδὲν ὑπάρχειν ὁμοίωμα τοῖς ἡθεσιν, οἷον ἐν τοῖς
 30 ἀπτοῖς καὶ τοῖς γευστοῖς, ἀλλ' ἐν τοῖς ὁρατοῖς ἡρέμα
 (σχήματα γὰρ ἔστι τοιαῦτα, ἀλλ' ἐπὶ μικρόν, καὶ <οὐ> πάντες
 τῆς τοιαύτης αἰσθήσεως κοινωνοῦσιν· ἔτι δὲ οὐκ ἔστι ταῦτα
 ὁμοιώματα τῶν ἡθῶν, ἀλλὰ σημεῖα μᾶλλον τὰ γινόμενα
 σχήματα καὶ χρώματα τῶν ἡθῶν, καὶ ταῦτ' ἐστὶν ἐπί-
 35 σημα ἐν τοῖς πάθεσιν· οὐ μὴν ἀλλ' ὅσον διαφέρει καὶ
 περὶ τὴν τούτων θεωρίαν, δεῖ μὴ τὰ Παύσωνος θεωρεῖν τοὺς
 νέους, ἀλλὰ τὰ Πολυγνώτου καὶ εἰ τις ἄλλος τῶν γρα-
 φέων ἢ τῶν ἀγαλματοποιῶν ἐστὶν ἠθικός), ἐν δὲ τοῖς μέ-
 λεσιν αὐτοῖς ἔστι μιμήματα τῶν ἡθῶν (καὶ τοῦτ' ἐστὶ φανε-

considerar que estas melodias provocam entusiasmo nas almas: ora, o
 entusiasmo é uma afecção do carácter da alma. Além do mais, e mesmo
 não contando com os ritmos e as melodias, todo o tipo de imitação 10
 provoca sentimentos homólogos nos ouvintes (⁴²). Ora, sucedendo ser a
 música do domínio das coisas agradáveis (⁴³) (e consistindo a virtude em
 experimentar com rectidão, alegria, amor ou ódio) é evidente que nada
 é mais necessário aprender e tornar em hábito do que julgar com rectidão 15
 e alegrar-se com costumes dignos e belas acções.

É precisamente nos ritmos e nas melodias que nos deparamos com
 as imitações mais perfeitas da verdadeira natureza da cólera e da
 mansidão, e também da coragem e da temperança, e de todos os seus 20
 opostos e outras disposições morais (a prática prova-o bem, visto que o
 nosso estado de espírito se altera consoante a música que escutamos) (⁴⁴).
 A tristeza e a alegria que experimentamos através das imitações estão muito
 perto da verdade desses sentimentos (⁴⁵). Por exemplo: se nos comprazemos 25
 com a visão da imagem de alguém e a causa desse prazer apenas coincide
 com a forma da imagem, necessariamente terá que ser também mais agradá-
 vel a própria contemplação da imagem de quem contemplamos.

No que se refere às restantes sensações, tais como o tacto ou o
 gosto, nenhuma delas imita as disposições morais. No caso da visão, a 30
 imitação é ténue: há de facto figuras que imitam as disposições morais,
 mas de modo muito débil, e todos nós participamos desta sensação;
 contudo, não imitam disposições morais, pois as figuras e cores são
 sobretudo sinais dessas disposições, e manifestam-se no corpo e nas
 paixões (⁴⁶). Contudo, posto que nem todas as pinturas traduzem de igual 35
 forma estes aspectos, os jovens devem evitar contemplar as de Páuson (⁴⁷),
 mas não as de Polignoto (⁴⁸) assim como as dos restantes pintores ou
 escultores de carácter nobre.

40 ρόν· εὐθὺς γὰρ ἡ τῶν ἀρμονιῶν διέστηκε φύσις, ὥστε ἀκούον-
 τας ἄλλως διατίθεσθαι καὶ μὴ τὸν αὐτὸν ἔχειν τρόπον
 πρὸς ἐκάστην αὐτῶν, ἀλλὰ πρὸς μὲν ἐνίας ὀδυρτικωτέρως
 1340b καὶ συνεστηκότως μᾶλλον, οἷον πρὸς τὴν μιξολυδιστὶ καλου-
 μένην, πρὸς δὲ τὰς μαλακωτέρως τὴν διάνοιαν, οἷον πρὸς
 τὰς ἀνειμένας, μέσως δὲ καὶ καθεστηκότως μάλιστα πρὸς
 5 ἐτέραν, οἷον δοκεῖ ποιεῖν ἡ δωριστὶ μόνῃ τῶν ἀρμονιῶν, ἐνθου-
 σιαστικούς δ' ἡ φρυγιστὶ. ταῦτα γὰρ καλῶς λέγουσιν οἱ περὶ
 τὴν παιδεῖαν ταύτην πεφιλοσοφηκότες· λαμβάνουσι γὰρ τὰ
 μαρτύρια τῶν λόγων ἐξ αὐτῶν τῶν ἔργων). τὸν αὐτὸν δὲ
 τρόπον ἔχει καὶ τὰ περὶ τοὺς ρυθμούς (οἱ μὲν γὰρ ἦθος ἔχουσι
 10 στασιμώτερον οἱ δὲ κινητικόν, καὶ τούτων οἱ μὲν φορ-
 τικωτέρως ἔχουσι τὰς κινήσεις οἱ δὲ ἐλευθεριωτέρως). ἐκ
 μὲν οὖν τούτων φανερόν ἐστι δύναται ποιεῖν τι τὸ τῆς ψυχῆς
 ἦθος ἡ μουσικὴ παρασκευάζειν, εἰ δὲ τοῦτο δύναται ποιεῖν,
 δῆλον ὅτι προσακτέον καὶ παιδευτέον ἐν αὐτῇ τοὺς νέους.
 15 ἔστι δὲ ἀρμόττουσα πρὸς τὴν φύσιν τὴν τηλικαύτην ἡ δι-
 δασκαλία τῆς μουσικῆς· οἱ μὲν γὰρ νέοι διὰ τὴν ἡλικίαν
 ἀνήδυντον οὐθὲν ὑπομένουσιν ἐκόντες, ἡ δὲ μουσικὴ φύσει τῶν
 ἡδυσμάτων ἐστίν. καὶ τις ἔοικε συγγένεια ταῖς ἀρμονίαις
 καὶ τοῖς ρυθμοῖς εἶναι· διὸ πολλοὶ φασὶ τῶν σοφῶν οἱ
 μὲν ἀρμονίαν εἶναι τὴν ψυχὴν, οἱ δ' ἔχειν ἀρμονίαν.
 20 6 Πότερον δὲ δεῖ μανθάνειν αὐτοὺς ἄδοντάς τε καὶ χει-
 ρουργοῦντας ἢ μὴ, καθάπερ ἡπορήθη πρότερον, νῦν λεκτέον
 οὐκ ἄδηλον δὴ ὅτι πολλὴν ἔχει διαφορὰν πρὸς τὸ γίγνε-
 σθαι ποιούς τινας, ἐάν τις αὐτὸς κοινωνῇ τῶν ἔργων· ἐν
 γὰρ τι τῶν ἀδυνάτων ἢ χαλεπῶν ἐστὶ μὴ κοινωνήσαντας
 25 τῶν ἔργων κριτὰς γενέσθαι σπουδαίους. ἅμα δὲ καὶ δεῖ τοὺς

Por outro lado, nas próprias melodias há imitação de disposições
 morais. E isso é claro, na medida em que as melodias caracterizam-se
 40 por não serem todas de natureza idêntica ⁽⁴⁹⁾; quem as escuta reage de
 modo distinto em relação a cada uma delas. Com efeito, umas deixam-
 nos mais melancólicos e graves, como acontece com a mixolídia; outras 1340b
 enfraquecem o espírito, como as lânguidas; outras incutem um estado de
 espírito intermédio e circunspecto como parece ser apanágio da harmonia
 dórica, porquanto já a frígia induz o entusiasmo. 5

Estas questões encontram-se bem tratadas pelos que se dedicaram
 filosoficamente a esta parte da educação ⁽⁵⁰⁾, e que comprovam com
 factos a sua argumentação. O mesmo ocorre com os ritmos ⁽⁵¹⁾. Enquanto
 uns apresentam uma índole mais calma, outros são mais movimentados.
 Em relação a estes últimos, uns traduzem movimentos mais vulgares e 10
 outros movimentos mais dignos. Por tudo isto se torna evidente que a
 música pode dotar o carácter com uma determinada qualidade. Ora, se
 isto é exequível, não vemos razão para que não deva ser aplicado à
 educação dos mais jovens. A aprendizagem da música adequa-se à 15
 própria natureza juvenil, visto que os jovens, devido à sua idade, não
 toleram de bom grado nada que não esteja suavizado pelo prazer. Ora,
 a música é por natureza apazível. Além disso, parece que em nós existe
 algo que se assemelha a harmonia e ritmo: e é nesse sentido que alguns
 sábios referem que a alma é harmonia, outros que tem harmonia ⁽⁵²⁾.

6. A educação musical (continuação)

Tal como nos questionámos inicialmente, digamos agora se a música
 20 deve ser aprendida de tal forma que sejam os próprios a cantar e a tocar,
 ou não. Ninguém duvida da extrema importância da participação indivi-
 dual na execução em vista da formação do modo de ser do indivíduo, pois
 é impossível, ou pelo menos muito difícil, alguém poder ajuizar com
 acerto de uma execução se não participar nela. Além do mais, as crianças
 devem ter com que ocupar o tempo livre: nesse sentido consideramos que 25

παῖδας ἔχειν τινὰ διατριβήν, καὶ τὴν Ἀρχύτου πλαταγὴν
 οἰεσθαι γενέσθαι καλῶς, ἣν διδῶσι τοῖς παιδίοις, ὅπως
 χρώμενοι ταύτῃ μηδὲν καταγνώωσι τῶν κατὰ τὴν οἰκίαν·
 οὐ γὰρ δύναται τὸ νέον ἡσυχάζειν. αὕτη μὲν οὖν ἐστὶ τοῖς
 30 νηπίοις ἀρμόττουσα τῶν παιδίων, ἡ δὲ παιδεία πλαταγὴ
 τοῖς μείζοσι τῶν νέων. ὅτι μὲν οὖν παιδευτέον τὴν μουσικὴν
 οὕτως ὥστε καὶ κοινωνεῖν τῶν ἔργων, φανερόν ἐκ τῶν τοιού-
 των· τὸ δὲ πρέπον καὶ τὸ μὴ πρέπον ταῖς ἡλικίαις οὐ
 χαλεπὸν διορίσαι, καὶ λῦσαι πρὸς τοὺς φάσκοντας βάναν-
 35 σον εἶναι τὴν ἐπιμέλειαν. πρῶτον μὲν γάρ, ἐπεὶ τοῦ κρίνειν
 χάριν μετέχειν δεῖ τῶν ἔργων, διὰ τοῦτο χρὴ νέους μὲν
 ὄντας χρῆσθαι τοῖς ἔργοις, πρεσβυτέρους δὲ γενομένους τῶν
 μὲν ἔργων ἀφεῖσθαι, δύνασθαι δὲ τὰ καλὰ κρίνειν καὶ
 χαίρειν ὁρθῶς διὰ τὴν μάθησιν τὴν γενομένην ἐν τῇ νεότητι·
 40 περὶ δὲ τῆς ἐπιτιμήσεως ἦν τινες ἐπιτιμῶσιν ὡς ποιούσης
 τῆς μουσικῆς βανάνους, οὐ χαλεπὸν λῦσαι σκεψαμένους
 μέχρι τε πόσου τῶν ἔργων κοινωνητέον τοῖς πρὸς ἀρετὴν
 1341a παιδευομένοις πολιτικὴν, καὶ ποίων μελῶν καὶ ποίων ῥυ-
 θμῶν κοινωνητέον, ἐπὶ δὲ ἐν ποίοις ὄργανοις τὴν μάθησιν
 ποιητέον, καὶ γὰρ τοῦτο διαφέρειν εἰκός. ἐν τούτοις γὰρ ἡ
 λύσις ἐστὶ τῆς ἐπιτιμήσεως· οὐδὲν γὰρ κωλύει τρόπους τινὰς
 5 τῆς μουσικῆς ἀπεργάζεσθαι τὸ λεχθέν. φανερόν τοίνυν ὅτι
 δεῖ τὴν μάθησιν αὐτῆς μήτε ἐμποδίζειν πρὸς τὰς ὑστερον
 πράξεις, μήτε τὸ σῶμα ποιεῖν βάνανσον καὶ ἄχρηστον πρὸς
 τὰς πολεμικὰς καὶ πολιτικὰς ἀσκήσεις, πρὸς μὲν τὰς μαθη-
 σεις ἤδη, πρὸς δὲ τὰς χρήσεις ὑστερον. συμβαίνοι δ' ἂν
 10 περὶ τὴν μάθησιν, εἰ μήτε τὰ πρὸς τοὺς ἀγῶνας τοὺς τεχνι-
 κοὺς συντείνοντα διαπονοῖεν, μήτε τὰ θαυμάσια καὶ περιττὰ
 τῶν ἔργων, ἀ νῦν ἐλήλυθεν εἰς τοὺς ἀγῶνας ἐκ δὲ τῶν
 ἀγώνων εἰς τὴν παιδείαν, ἀλλὰ τὰ <μὴ> τοιαῦτα μέχρι

é preciosa a roca de Arquitas⁽⁵³⁾, que se dá aos mais pequenos para que
 se entrettenham e não estraguem os bens domésticos, visto que são novos
 e não conseguem estar quietos. Ora, da mesma forma que o guizo é
 próprio dos de tenra idade, também a educação musical pode ser vista
 30 como um guizo para os mais velhos. É evidente, pois, que a música deve
 ser ensinada de forma a que faça participar os aprendizes na sua
 execução.

Também não é difícil determinar o que é adequado para cada idade,
 nem é difícil refutar os que dizem ser nociva a preocupação com a
 música. Como para ajuizar é necessário que se participe da execução, as
 35 crianças devem praticar a música desde tenra idade. Chegados a idade
 avançada devem pô-la de parte, pois é devido à aprendizagem na infância
 que poderão mais tarde avaliar a boa música e fruí-la correctamente.
 Relativamente aos que apontam o carácter degradante da música, não é
 difícil desconstruir o seu argumento, tendo em vista até que ponto têm
 40 que praticar música aqueles que são ensinados na virtude da cidadania,
 que espécies de melodias e ritmos têm que praticar, e em que instrumentos
 1341a devem iniciar a aprendizagem musical; estes aspectos são muito relevan-
 tes. Ora, é nestas questões que se oferece uma solução, porquanto
 nada obsta a que certos estilos musicais atinjam os resultados atrás
 expostos, sendo óbvio que a sua aprendizagem não constitui qualquer
 5 óbice para a realização de práticas ulteriores, nem prejudica o corpo, nem
 o torna desajeitado para os exercícios militares e cívicos, tanto para os que
 se praticam inicialmente como para os que se aprendem posteriormente⁽⁵⁴⁾.

Seria bom que esta aprendizagem não fizesse penar como os que se
 preparam para concursos de profissionais, nem se esperasse das obras
 10 realizadas o brilho e o virtuosismo atingidos pelas que se apresentam
 nesses concursos, nomeadamente nos relativos à educação; a música
 deveria ser estudada na medida suficiente para possibilitar a fruição das

15 περ ἄν δύνωνται χαίρειν τοῖς καλοῖς μέλεσι καὶ ῥυθμοῖς,
 καὶ μὴ μόνον τῷ κοινῷ τῆς μουσικῆς, ὥσπερ καὶ τῶν ἄλ-
 λων ἔνια ζῶων, ἔτι δὲ καὶ πλῆθος ἀνδραπόδων καὶ παι-
 δίων. δῆλον δὲ ἐκ τούτων καὶ ποίοις ὀργάνοις χρηστέον.
 οὔτε γὰρ ἀλύους εἰς παιδείαν ἀκτέον οὐτ' ἄλλο τι τεχνικὸν
 20 ὄργανον, οἷον κιθάραν καὶ εἰ τι τοιοῦτον ἕτερον ἔστιν, ἀλλ'
 ὅσα ποιήσει τούτων ἀκροατὰς ἀγαθοὺς ἢ τῆς μουσικῆς παι-
 δείας ἢ τῆς ἄλλης· ἔτι δὲ οὐκ ἔστιν ὁ ἀλύος ἡθικὸν ἀλλὰ
 μᾶλλον ὀργιαστικόν, ὥστε πρὸς τοὺς τοιούτους αὐτῷ καιροὺς
 χρηστέον ἐν οἷς ἡ θεωρία κάθαρσιν μᾶλλον δύνανται ἢ μά-
 25 θησιν. προσθῶμεν δὲ ὅτι συμβέβηκεν ἐναντίον αὐτῷ πρὸς
 παιδείαν καὶ τὸ κωλύειν τῷ λόγῳ χρῆσθαι τὴν αὐλήσιν.
 διὸ καλῶς ἀπεδοκίμασαν οἱ πρότερον αὐτοῦ τὴν χρῆσιν ἐκ
 τῶν νέων καὶ τῶν ἐλευθέρων, καίπερ χρησάμενοι τὸ πρῶ-
 τον αὐτῷ. σχολαστικώτεροι γὰρ γινόμενοι διὰ τὰς εὐπορίας
 καὶ μεγαλοψυχότεροι πρὸς τὴν ἀρετὴν, ἔτι τε <καὶ> πρότερον
 30 καὶ μετὰ τὰ Μηδικὰ φρονηματισθέντες ἐκ τῶν ἔργων,
 πάσης ἤπτοντο μαθήσεως, οὐδὲν διακρίνοντας ἀλλ' ἐπι-
 ζητοῦντες. διὸ καὶ τὴν αὐλητικὴν ἡγαγον πρὸς τὰς μαθήσεις.
 καὶ γὰρ ἐν Λακεδαιμονίᾳ τις χορηγὸς αὐτὸς ἠΰλησε τῷ
 χορῷ, καὶ περὶ Ἀθήνας οὕτως ἐπεχωρίασεν ὥστε σχεδὸν οἱ
 35 πολλοὶ τῶν ἐλευθέρων μετεῖχον αὐτῆς· δῆλον δὲ ἐκ τοῦ
 πίνακος ὃν ἀνέθηκε Θράσιππος Ἐκφαντίδῃ χορηγήσας.
 ὕστερον δ' ἀπεδοκίμασθη διὰ τῆς πείρας αὐτῆς, βέλτιον
 δυναμένων κρίνειν τὸ πρὸς ἀρετὴν καὶ τὸ μὴ πρὸς ἀρετὴν
 40 συντεῖνον· ὁμοίως δὲ καὶ πολλὰ τῶν ὀργάνων τῶν ἀρχαίων,
 οἷον πηκτίδες καὶ βάρβιτοι καὶ τὰ πρὸς ἡδονὴν συντείνοντα
 τοῖς ἀκούουσι τῶν χρωμένων, ἐπτάγωνα καὶ τρίγωνα καὶ
 1341b σαμβῦκαι, καὶ πάντα τὰ δεόμενα χειρουργικῆς ἐπιστήμης.
 εὐλόγως δ' ἔχει καὶ τὸ περὶ τῶν αὐλῶν ὑπὸ τῶν ἀρχαίων

15 boas melodias e ritmos, sem se limitar à parte comum da música co-
 mo acontece com a maioria dos escravos, crianças, e alguns ani-
 mais ⁽⁵⁵⁾.

Tudo isto evidencia quais os instrumentos a utilizar. Não se deve
 utilizar a flauta na educação, nem qualquer instrumento de profissional
 como a cítara ou outro semelhante, mas só aqueles que formam os bons
 20 aprendizes de música ou de outro tipo de educação. Aliás, a flauta não
 é um instrumento moral mas sobretudo orgiástico ⁽⁵⁶⁾, pelo que deve ser
 usada nas ocasiões em que o espectáculo faculta uma purificação mais
 do que uma aprendizagem. Admitamos no tocante à educação que a flauta
 25 tem o óbice de impedir o uso da palavra ⁽⁵⁷⁾. Mesmo utilizando-a desde
 o início, os antigos fizeram bem em proibir o seu uso tanto aos mais novos
 como aos homens livres. Na verdade, quando se tornaram ociosos devido
 às riquezas e magnânimos relativamente à virtude (tanto antes como após
 as Guerras Persas), abandonaram-se sem discernimento, envaidecidos com
 30 as suas obras, e com o maior afã, a toda a espécie de aprendizagens. E
 assim foi introduzida a flauta nos estudos, como sucedeu em Esparta onde
 um certo corifeu tocava flauta ao dirigir o coro; do mesmo modo em
 Atenas o uso da flauta foi tão divulgado que a maioria dos homens livres
 conhecia essa arte. A prová-lo temos a placa dedicada por Trasipo ⁽⁵⁸⁾
 35 após ter sido corifeu de Ecfântides ⁽⁵⁹⁾. Quando mais tarde, a flauta passou
 de moda, devido à prática intensa, pôde-se ajuizar melhor se podia ou não
 contribuir para a virtude. Algo de semelhante sucedeu com muitos dos
 instrumentos antigos como as péctides e bárbitos ⁽⁶⁰⁾ e com os instrumentos
 40 que só agradam pelo prazer de escutar os tocadores, tais como heptágonos,
 triângulos e sambicas ⁽⁶¹⁾ e todos os que requerem destreza dos dedos. Tem
 1341b boas razões o mito narrado pelos antigos acerca das flautas. Contam que

5 μεμυθολογημένον. φασὶ γὰρ δὴ τὴν Ἀθηναίαν εὐροῦσαν ἀπο-
 βαλεῖν τοὺς αὐλοὺς. οὐ κακῶς μὲν οὖν ἔχει φάναι καὶ διὰ
 τὴν ἀσχημοσύνην τοῦ προσώπου τοῦτο ποιῆσαι δυσχεράνασαν
 τὴν θεόν· οὐ μὴν ἀλλὰ μάλλον εἰκὸς ὅτι πρὸς τὴν διάνοιαν
 οὐθέν ἐστιν ἡ παιδεία τῆς ἀβλήσεως, τῇ δὲ Ἀθηναίᾳ τὴν ἐπι-
 ιστήμην περιτίθεμεν καὶ τὴν τέχνην. ἐπεὶ δὲ τῶν τε ὀργά-
 νων καὶ τῆς ἐργασίας ἀποδοκιμάζομεν τὴν τεχνικὴν παι-
 10 δεῖαν (τεχνικὴν δὲ τίθεμεν τὴν πρὸς τοὺς ἀγῶνας· ἐν ταύτῃ
 γὰρ ὁ πρᾶττων οὐ τῆς αὐτοῦ μεταχειρίζεται χάριν ἀρετῆς,
 ἀλλὰ τῆς τῶν ἀκουόντων ἡδονῆς, καὶ ταύτης φορτικῆς,
 διόπερ οὐ τῶν ἐλευθέρων κρίνομεν εἶναι τὴν ἐργασίαν, ἀλλὰ
 15 θητικωτέραν· καὶ βαναύσους δὴ συμβαίνει γίνεσθαι· πο-
 νηρὸς γὰρ ὁ σκοπὸς πρὸς ὃν ποιοῦνται τὸ τέλος· ὁ γὰρ
 θεατῆς φορτικὸς ὢν μεταβάλλειν εἴωθε τὴν μουσικὴν, ὥστε
 καὶ τοὺς τεχνίτας τοὺς πρὸς αὐτὸν μελετῶντας αὐτοὺς τε
 ποιούς τινας ποιεῖ καὶ τὰ σώματα διὰ τὰς κινήσεις),
 Σκεπτέον ἔτι περὶ τε τὰς ἀρμονίας καὶ τοὺς ῥυθμούς,
 20 καὶ πρὸς παιδείαν πότερον πάσαις χρηστέον ταῖς ἀρμονίαις
 καὶ πᾶσι τοῖς ῥυθμοῖς ἢ διαιρετέον, ἔπειτα τοῖς πρὸς παι-
 δεῖαν διαπονοῦσι πότερον τὸν αὐτὸν διορισμὸν θήσομεν ἢ
 [τρίτον] δεῖ τινα ἕτερον. ἐπεὶ δὴ τὴν μὲν μουσικὴν ὀρῶμεν διὰ
 μελοποιίας καὶ ῥυθμῶν οὔσαν, τούτων δ' ἐκάτερον οὐ δεῖ λε-
 25 ληθέναι τίνα δύναμιν ἔχει πρὸς παιδείαν, καὶ πότερον
 προαιρετέον μάλλον τὴν εὐμελῆ μουσικὴν ἢ τὴν εὐρυθμον,
 νομίσαντες οὖν πολλὰ καλῶς λέγειν περὶ τούτων τῶν τε νῦν
 μουσικῶν ἐνίους καὶ τῶν ἐκ φιλοσοφίας ὅσοι τυγχάνουσιν
 30 καθ' ἑκάστον ἀκριβολογίαν ἀποδώσομεν ζητεῖν τοῖς βουλο-

5 Atena depois de tê-las descoberto as lançou fora; e não erraram ao
 afirmar que a deusa procedeu desse modo com o desgosto de ver que o
 uso da flauta lhe deformava o rosto. Contudo, o mais certo é que procedeu
 assim porque a aprendizagem da flauta nada produz em favor da inte-
 ligência, tanto mais que se atribui a Atena o cultivo do saber e da arte.

10 Rejeitamos a instrução técnica tanto no que se refere à escolha dos
 instrumentos como à execução, entendendo por técnica a instrução mu-
 sical que se destina aos concursos, visto que através dela o executante
 não tem em vista a sua virtude mas o deleite do auditório, que não passa
 de mero vulgo. Nesse sentido julgamos que tal tarefa não é digna de
 homens livres, mas de remunerados. E torna-se prejudicial devido ao alvo
 15 que tomam como fim ⁽⁶²⁾. Na verdade, a vulgaridade do espectador altera
 a música, de tal forma que acaba por afectar os profissionais que se
 preocupam em agradar ao ouvinte, e degrada também os corpos devido
 aos movimentos impostos ⁽⁶³⁾.

7. A educação musical (continuação)

20 Temos ainda que ter em conta aquilo que se refere às harmonias e
 aos ritmos, para saber se podemos utilizar todas as harmonias e ritmos,
 ou se teremos que escolher entre elas; em seguida, se adoptaremos as
 mesmas distinções dos que executam a música com intuitos educativos;
 e em terceiro lugar, se importa estabelecer outra distinção ⁽⁶⁴⁾. Ora, como
 vemos que a música se compõe de melodia e ritmo, não devemos ignorar
 a virtualidade de cada um destes elementos em termos educativos. De-
 25 veremos preferir boas melodias mais do que bons ritmos? Estamos em
 crer que sobre isto têm geralmente discorrido bem não só alguns músicos
 actuais como também todos os que, por imperativo filosófico, se depa-
 raram com a experiência da educação musical ⁽⁶⁵⁾. Para esses remetemos
 30 todos os que pretenderem aprofundar com minúcia estas questões. Pelo

μένοις παρ' ἐκείνων, νῦν δὲ νομικῶς διέλωμεν, τοὺς τύπους
 μόνον εἰπόντες περὶ αὐτῶν. ἐπεὶ δὲ τὴν διαίρεσιν ἀπο-
 δεχόμεθα τῶν μελῶν ὡς διαιροῦσί τινες τῶν ἐν φιλοσοφίᾳ,
 τὰ μὲν ἠθικὰ τὰ δὲ πρακτικὰ τὰ δ' ἐνθουσιαστικὰ τιθέντες,
 35 καὶ τῶν ἀρμονιῶν τὴν φύσιν <τὴν> πρὸς ἕκαστα τούτων οἰκείαν,
 ἄλλην πρὸς ἄλλο μέλος, τιθέασι, φαμέν δ' οὐ μίᾳς ἕνεκεν
 ὠφελείας τῇ μουσικῇ χρῆσθαι δεῖν ἀλλὰ καὶ πλείονων χά-
 ριν (καὶ γὰρ παιδείας ἕνεκεν καὶ καθάρσεως-τί δὲ λέ-
 γομεν τὴν κάθαρσιν, νῦν μὲν ἀπλῶς, πάλιν δ' ἐν τοῖς περὶ
 40 ποιητικῆς ἐροῦμεν σαφέστερον-τρίτον δὲ πρὸς διαγωγὴν
 πρὸς ἀνεσίᾳ τε καὶ πρὸς τὴν τῆς συντονίας ἀνάπαυσιν),
 1342a φανερόν ἐστι χρηστέον μὲν πάσαις ταῖς ἀρμονίαις, οὐ τὸν
 αὐτὸν δὲ τρόπον πάσαις χρηστέον, ἀλλὰ πρὸς μὲν τὴν
 παιδείαν ταῖς ἠθικωτάταις, πρὸς δὲ ἀκρόασιν ἐτέρων χει-
 ρουργούντων καὶ ταῖς πρακτικαῖς καὶ ταῖς ἐνθουσιαστικαῖς. δ
 5 γὰρ περὶ ἐνίας συμβαίνει πάθος ψυχᾶς ἰσχυρῶς, τοῦτο ἐν
 πάσαις ὑπάρχει, τῷ δὲ ἥττον διαφέρει καὶ τῷ μᾶλλον,
 οἷον ἔλεος καὶ φόβος, ἔτι δ' ἐνθουσιασμός· καὶ γὰρ ὑπὸ
 ταύτης τῆς κινήσεως κατοκώχιοι τινὲς εἰσιν, ἐκ τῶν δ'
 ἱερῶν μελῶν ὁρῶμεν τούτους, ὅταν χρήσωνται τοῖς ἐξοργιά-
 10 ζουσι τὴν ψυχὴν μέλεσι, καθισταμένους ὥσπερ ἰατρείας τυ-
 χόντας καὶ καθάρσεως· ταῦτό δὲ τοῦτο ἀναγκαῖον πάσχειν
 καὶ τοὺς ἐλεήμονας καὶ τοὺς φοβητικούς καὶ τοὺς ὄλως πα-
 θητικούς, τοὺς δ' ἄλλους καθ' ὅσον ἐπιβάλλει τῶν τοιούτων
 ἑκάστῳ, καὶ πᾶσι γίγνεσθαι τινα κάθαρσιν καὶ κουφίζεσθαι
 15 μεθ' ἡδονῆς. ὁμοίως δὲ καὶ τὰ μέλη τὰ πρακτικὰ παρ-

nosso lado, abordá-las-emos apenas na óptica do legislador, tecendo
 apenas alguns considerandos.

Nesse sentido, admitimos a distinção das melodias de acordo com
 o estabelecido por determinados filósofos, que as dividiram em éticas,
 práticas e entusiásticas, atribuindo a cada um destes níveis uma natureza
 específica de harmonia ⁽⁶⁶⁾. Por outro lado entendemos que a música não
 35 deve ser aprendida apenas porque promove uma disposição benéfica, mas
 sim muitas; na verdade, o seu uso refere-se não só à prática educativa
 como à catarse; quando tratarmos da *Poética* ⁽⁶⁷⁾ explicaremos com mais
 clareza o que entendemos por catarse que aqui empregamos de modo
 simples. Em terceiro lugar, a música deve ser cultivada não só com
 40 intuítos lúdicos, mas também em vista da descontração e do descanso,
 após um período de esforço. É evidente, pois, que se devem usar todas
 1342a as harmonias, mas nem todas da mesma forma: as éticas para a educação;
 as práticas e entusiásticas para as que se destinam ao ouvido e são
 executadas por outros. Com efeito, as emoções que provocam uma
 afecção forte em certas almas ocorrem em todas elas, mas com maior ou
 5 menor intensidade; assim sucede com a piedade, o temor e o entusias-
 mo ⁽⁶⁸⁾. Aliás, há quem se deixe influenciar sobretudo por esta última
 emoção. É o que verificamos na música sagrada, quando alguém afectado
 por melodias que arrebatam a alma, recupera a serenidade, como se
 estivesse sob o efeito de um remédio ou de uma purificação. Estas
 10 mesmas emoções têm necessariamente que afectar não só os que se
 encontram dominados pela piedade e pelo temor, ou por qualquer paixão
 em geral, mas também os restantes, na medida em que se deixarem
 dominar por estes sentimentos. Ora, em todos eles será provocada uma
 determinada purificação e alívio, acompanhada de prazer. De modo
 similar, também as melodias purificadoras incutem nos homens um con-
 15 tentamento sem mácula. É precisamente com essas harmonias e melodias
 que os músicos de palco devem competir nos concursos. E como o público
 se divide em duas classes de ouvintes, a saber, os de condição livre e
 educada, e os de condição vulgar (da qual fazem parte trabalhadores
 manuais e os não qualificados, e outros que tais), também a estes últimos
 20 devem ser proporcionados concursos e espectáculos, pois é devido à

20 έχει χαράν ἀβλαβῇ τοῖς ἀνθρώποις· διὸ ταῖς μὲν τοιαύταις
 ἀρμονίαις καὶ τοῖς τοιούτοις μέλεσιν ἑατέον <χρησθαι> τοὺς τὴν
 θεατρικὴν μουσικὴν μεταχειριζομένους ἀγωνιστάς· ἐπεὶ δ' ὁ
 25 θεατὴς διττός, ὁ μὲν ἐλεύθερος καὶ πεπαιδευμένος, ὁ δὲ
 φορτικὸς ἐκ βαναύσων καὶ θητῶν καὶ ἄλλων τοιούτων συγ-
 κείμενος, ἀποδοτέον ἀγῶνας καὶ θεωρίας καὶ τοῖς τοιούτοις
 πρὸς ἀνάπαυσιν· εἰσὶ δὲ ὥσπερ αὐτῶν αἱ ψυχαὶ παρ-
 εστραμμέναι τῆς κατὰ φύσιν ἕξεω, οὕτω καὶ τῶν ἀρμονιῶν
 30 παρεκβάσεις εἰσὶ καὶ τῶν μελῶν τὰ σύντονα καὶ παρα-
 κεχρωσμένα, ποιεῖ δὲ τὴν ἡδονὴν ἐκάστοις τὸ κατὰ φύσιν
 οἰκεῖον, διόπερ ἀποδοτέον ἐξουσίαν τοῖς ἀγωνιζομένοις πρὸς
 τὸν θεατὴν τὸν τοιοῦτον τοιοῦτω τινὶ χρησθαι τῷ γένει τῆς
 μουσικῆς. πρὸς δὲ παιδείαν, ὥσπερ εἴρηται, τοῖς ἡθικοῖς τῶν
 35 μελῶν χρηστέον καὶ ταῖς ἀρμονίαις ταῖς τοιαύταις. τοιαύτη
 δ' ἡ δωριστί, καθάπερ εἵπομεν πρότερον· δέχεσθαι δὲ δεῖ
 καὶ τινὰ ἄλλην ἡμῖν δοκιμάζωσιν οἱ κοινωνοὶ τῆς ἐν φιλο-
 σοφίᾳ διατριβῆς καὶ τῆς περὶ τὴν μουσικὴν παιδείας. ὁ
 δ' ἐν τῇ Πολιτείᾳ Σωκράτης οὐ καλῶς τὴν φρυγιστὴ μόνην
 καταλείπει μετὰ τῆς δωριστί, καὶ ταῦτα ἀποδοκιμάσας
 1342b τῶν ὀργάνων τὸν αὐλόν. ἔχει γὰρ τὴν αὐτὴν δύναμιν ἡ
 φρυγιστὴ τῶν ἀρμονιῶν ἥνπερ αὐλὸς ἐν τοῖς ὀργάνοις·
 ἄμφω γὰρ ὀργιαστικά καὶ παθητικά· [δηλοῖ δ' ἡ ποίη-
 σις]. πᾶσα γὰρ βακχεία καὶ πᾶσα ἡ τοιαύτη κίνησις
 5 μάλιστα τῶν ὀργάνων ἐστὶν ἐν τοῖς αὐλοῖς, τῶν δ' ἀρμο-
 νιῶν ἐν τοῖς φρυγιστῇ μέλεσι λαμβάνει ταῦτα τὸ πρέπον.
 <δηλοῖ δ' ἡ ποίησις> οἷον ὁ διθύραμβος ὁμολογουμένως εἶναι
 δοκεῖ Φρύγιον. καὶ τούτου πολλὰ παραδείγματα λέγουσιν οἱ
 10 περὶ τὴν σύνεσιν ταύτην, ἄλλα τε καὶ ὅτι Φιλόξενος ἐγχειρή-
 σας ἐν τῇ δωριστῇ ποιῆσαι [διθύραμβον] τοὺς Μυσοὺς οὐχ οἷός τ' ἦν,
 ἀλλ' ὑπὸ τῆς φύσεως αὐτῆς ἐξέπεσεν εἰς τὴν φρυγιστὴ τὴν
 προσήκουσαν ἀρμονίαν πάλιν. περὶ δὲ τῆς δωριστί πάντες
 15 ὁμολογοῦσιν ὡς στασιμωτάτης οὔσης καὶ μάλιστα ἦθος ἐχούσης
 ἀνδρεῖον. ἔτι δὲ ἐπεὶ τὸ μέσον μὲν τῶν ὑπερβολῶν ἐπ-
 αινουμένων καὶ χρῆναι διώκειν φαμέν, ἡ δὲ δωριστὴ ταύτην ἔχει
 τὴν φύσιν πρὸς τὰς ἄλλας ἀρμονίας, φανερόν ὅτι τὰ

corrupção das harmonias (especialmente as de tom agudo e dissonantes)
 que as suas almas se encontram desviadas da índole natural. Como o
 prazer é dado a cada um conforme a sua natureza, deve ser permitido
 25 aos concorrentes usar tal espécie de música nos espectáculos onde
 actuam.

Relativamente à educação, como já referimos, importa usar melodias
 éticas e harmonias da mesma espécie. Tal é a índole da harmonia dórica,
 como se disse anteriormente. Devem admitir-se igualmente outras
 30 estabelecidas por quem participou na reflexão filosófica ou na educação
 musical. Assim, Sócrates na *República* não tem razão quando, depois de
 recusar a flauta entre os instrumentos, se fixa apenas nos tons frígios e
 1342b dóricos, pois o tom frígio é em relação à harmonia aquilo que a flauta
 representa face aos instrumentos: ambos são de teor orgiástico e incutem
 paixão⁽⁶⁹⁾. Revela-o a poesia; todo o delírio báquico ou outro arrebatamento
 5 similar são mais induzíveis com a flauta do que com qualquer outro
 instrumento, sendo a harmonia frígia a que melhor se presta a tal. É por
 isso, de resto, que há unanimidade em considerar frígio o ditirambo⁽⁷⁰⁾.
 Sobre isto referem bastantes exemplos aqueles que se devotaram a essa
 arte; entre eles Filoxeno⁽⁷¹⁾, que procurou compor, sem êxito, um ditirambo
Os Mísios no modo dórico, porque a própria natureza ditirâmbica o terá
 10 restituído ao modo frígio, que é o mais adequado para esse género
 musical. No que se refere ao modo dórico, todos concordam que é o mais
 sereno de todos e o que possui um carácter mais viril. Além do mais,
 como sempre elevámos o termo médio acima dos extremos, referindo ao
 mesmo tempo que é vantajoso seguir esta tese⁽⁷²⁾, é evidente que as
 15 harmonias dóricas, possuindo essa natureza intermédia em relação às
 demais, são as mais adequadas à educação dos mais novos.

Δώρα μέλη πρέπει παιδεύεσθαι μάλλον τοῖς νεωτέροις, εἰσι
 δὲ δύο σκοποί, τό τε δυνατόν καὶ τὸ πρέπον· καὶ γὰρ τὰ
 20 δυνατὰ δεῖ μεταχειρίζεσθαι μάλλον καὶ τὰ πρέποντα ἐκά-
 στους. ἔστι δὲ καὶ ταῦτα ὠρισμένα ταῖς ἡλικίαις, οἷον τοῖς
 ἀπειρηκόσι διὰ χρόνον οὐ βῆδιον ἄδειν τὰς συντόνους ἁρμο-
 νίας, ἀλλὰ τὰς ἀνειμένας ἢ φύσις ὑποβάλλει τοῖς τηλι-
 25 κούτοις, διὸ καλῶς ἐπιτιμῶσι καὶ τοῦτο Σωκράτει τῶν περὶ
 τὴν μουσικὴν τινες, ὅτι τὰς ἀνειμένας ἁρμονίας ἀποδοκι-
 μάσειεν εἰς τὴν παιδείαν, οὐ κατὰ τὴν τῆς μέθης δύναμιν,
 ὡς μεθυστικὰς λαμβάνων αὐτάς (βακχευτικὸν γὰρ ἢ γε μέθη
 ποιεῖ μάλλον), ἀλλ' ἀπειρηκυίας. ὥστε καὶ πρὸς τὴν
 30 ἐσομένην ἡλικίαν, τὴν τῶν πρεσβυτέρων, δεῖ καὶ τῶν τοιού-
 των ἁρμονιῶν ἄπτεσθαι καὶ τῶν μελῶν τῶν τοιούτων, ἔτι
 δ' εἰ τίς ἐστι τοιαύτη τῶν ἁρμονιῶν ἣ πρέπει τῇ τῶν παί-
 δων ἡλικίᾳ διὰ τὸ δύνασθαι κόσμον τ' ἔχειν ἅμα καὶ
 παιδείαν, οἷον ἡ λυδιστὶ φαίνεται πεπονθέναι μάλιστα τῶν
 ἁρμονιῶν. δῆλον <οὖν> ὅτι τούτους ὄρους τρεῖς ποιητέον εἰς τὴν
 παιδείαν, τό τε μέσον καὶ τὸ δυνατόν καὶ τὸ πρέπον.

Existem dois alvos: o possível e o conveniente ⁽⁷³⁾. Nesse sentido,
 devem merecer uma atenção preferencial não só o possível mas também
 o conveniente, tendo em conta que este varia com a idade de cada um. 20
 Assim sucede aos que, por dificuldades relacionadas com a idade avan-
 çada, não conseguem facilmente cantar em tons agudos: para esses a
 natureza propõe-lhes as tonalidades lânguidas. Têm razão, portanto, os
 que acusaram Sócrates de ter pretendido banir os modos lânguidos da
 25 educação ⁽⁷⁴⁾ a pretexto de que eram embriagantes, não no sentido da
 bebida (que, de resto, produz sobretudo excitação), mas no sentido da
 fadiga que provocavam. Ora, tendo em vista a idade da velhice, também
 esse género de melodias e harmonias deve ser praticado.

Além disso, se porventura existe harmonia adequada à tenra idade, 30
 pelo facto de implicar simultaneamente ordem e educação, tal parece ser,
 de modo evidente e acima de todas, o caso da harmonia lídia. É óbvio,
 em suma, que são três os princípios que determinam a educação: o termo
 médio, o possível e o conveniente... ⁽⁷⁵⁾

(¹) A polis é o espaço onde decorre a mais excelente experiência humana de vida em comunidade. A partilha simbólica e existencial da mesma língua, costumes, cultos e estatutos cívicos, sob um mesmo regime (*politeia*) e em vista de um interesse comum (*sympheron*), formam a comunidade política (*koinonia politike*). A comunidade política decorre da conjunção de dois factores constitutivos: um funcional e um orgânico. O primeiro resulta dos laços jurídicos (*dikaion*) entre os indivíduos abrangidos pela mesma ordem constitucional; o segundo deriva dos laços de amizade (*philia*) fundada em critérios de natureza étnica e genética. A ideia de *ethnos*, que poderíamos traduzir por "povo", no sentido de "congregação de indivíduos de condição comum", liga-se intimamente à ideia de *genos*, que poderíamos traduzir perifrasticamente por "reunião de indivíduos vinculados por nascimento a um antepassado comum" (mais anacronicamente por "raça"). Um *genos* corporiza-se em *oikos* (família ou casa) quando a uma associação de indivíduos vinculados por laços maritais e paternais se juntam indivíduos ligados por vínculos servis. Um conjunto de casas ou famílias por seu turno forma uma *kome* (aldeia), um conjunto de aldeias forma uma *phratría* (aldeamento), um conjunto de aldeamentos constitui uma *phyle*, isto é, uma tribo. Quando várias tribos se associam num quadro estável e coerente de crenças e costumes em vista de interesses comuns de sobrevivência, temos lançadas as bases da polis. Família (*oikos*), aldeia (*kome*) e cidade (*polis*), são por assim dizer os três níveis concêntricos que travejam a vida humana em comunidade (*koinonia*). Acima da cidade, as experiências mais visíveis de sinocismo (em termos literais, *synoikia*, isto é, "partilha de uma casa comum") apenas resultaram ao nível geo-estratégico das alianças militares, como a que culminou em 337 a.C. com a instituição da Liga Helénica com sede em Corinto, sob inspiração de Filipe II da Macedónia, após a vitória de Queroneia (338). Os poderes, que então foram delegados (em assembleia e por decisão multilateral) nessa Liga pelas várias cidades confederadas, haviam de se concentrar um pouco mais tarde nas mãos de Alexandre Magno, por decisão unânime de um congresso novamente convocado em Corinto.

(²) A determinação substancial e formal da ciência da política exige o concurso de três esferas distintas: a essência de cidadão (*polites*), a natureza da cidade (*polis*), e a qualidade do regime (*politeia*). É o vínculo destes três níveis com o princípio metafísico segundo o qual "o todo é prévio à soma das partes", que permite conceber a experiência política numa perspectiva holística e orgânica.

(³) A perspectiva aristotélica, segundo a qual a cidade é uma natureza (*physis*), visaria certamente Antístenes, um dos autores que primeiro se insurgiu contra os perigos e perversões da vida em comunidade política, propondo (tal como mais tarde Rousseau no *Emílio*) um regresso à pureza das formas elementares e simples da vida solitária e natural. Segundo Aristóteles, a polis não resulta de uma soma arbitrária de indivíduos, mas funda-se na irredutível dimensão relacional, solidária e comunicacional do ser humano: por isso, o homem é um ser vivo político (*zoon politikon*).

(⁴) Segundo Aristóteles, a vida familiar deve expressar por natureza três funções distintas: 1. uma função gâmica ou marital (*gamike*), que consiste em assegurar a relação entre homem e mulher em vista da complementaridade; 2. uma função paternal (*teknopoietike*), que consiste em assegurar os laços entre prole e descendência em vista da conservação da espécie; 3. uma função despótica ou dominial (*despotike*), que consiste em vincular senhor e escravo em vista da conservação recíproca de ambos. Note-se que o escravo, na *Política* aristotélica, nada tem a ver com "objecto" de posse, "coisa" traficável, sujeito a condições de vida desumanas (sentido que mais tarde lhe foi anexado, perdurando até hoje), mas tem a ver com o estatuto "económico" de meio destinado a promover a vida da casa ao nível da obtenção de recursos indispensáveis à esfera familiar. Por isso, Aristóteles associará (vide *Política*, I, 8, 1265a ss.) às três funções referidas uma quarta função, a crematística (*khrematistike*). A crematística consiste,

na sua forma natural e adequada, em dotar a esfera doméstica da capacidade para obter os recursos (*khoregiai*), propriedade (*ktema*) e riqueza (*ousia*), estritamente necessários para assegurar o viver bem (*eu zein*). Nesse sentido, e antecipando de certa forma a glosa hegeliana da dialéctica do senhor e do escravo, Aristóteles entende que entre senhor e escravo desenvolve-se uma relação de obrigações e deveres recíprocos (cf. *Política*, I, 6, 1255 b 15). Podemos, assim, antever no direito helénico (apesar de tudo, mais humanista do que o direito romano, que concebia o escravo como coisa, "res") aquilo que o direito medievo-feudal consignava no respeitante às relações de solidariedade que deviam unir num vínculo, não só as relações de mútua defesa entre senhor e suserano, como as relações produtivas entre senhor e servo.

(⁵) EURÍPIDES, *Ifigénia em Aulide*, 1400

(⁶) HESÍODO, *Trabalhos e Dias*, 405

(⁷) HOMERO, *Odisseia*, IX, 114

(⁸) A autarcia (*autarkheia*), que em sentido literal significa "poder próprio", indica neste contexto a capacidade para atingir pelos próprios meios uma dupla auto-suficiência: administrativa (ao nível da correlação dos poderes) e económica (ao nível dos recursos).

(⁹) A expressão vida boa (*eu zen*) possui um alcance praxeológico. Toda a acção humana se encontra orientada em vista de fins (*skopoi*) e finalidades (*teleis*): é em vista do viver bem que a acção política orienta não apenas a aspiração individual para a felicidade (*eudaimonia*), como também a aspiração comunitária para a auto-suficiência (*autarkheia*).

(¹⁰) A expressão "o homem é um ser vivo político" traduz o facto de todo o ser humano se inserir de modo natural e radical na polis, a mais abrangente e superior forma de vida comunitária. Na ordem cronológica da evolução das sociedades humanas, a experiência humana gregária começa por ser familiar (*oikonomike*) e étnica (*ethnike*); mas estas formas de vida só atingem o seu fim natural e supremo na experiência em polis. O termo político (*politikon*) deve ser tomado na estrita acepção de "cívico", isto é "participante na vida da cidade", e não no sentido demasiado lato e fluído de "social".

(¹¹) HOMERO, *Iliada*, IX, 63

(¹²) Neste passo o texto revela alguma obscuridade, suscitando divergências de tradução e interpretação. Cf. a propósito NEWMAN, II, 64 e 121-122.

(¹³) Passo de difícil interpretação. Talvez Aristóteles pretenda referir que a mão separada do corpo em bom rigor não deve ser chamada de mão, uma vez que não participa da totalidade somática que lhe confere sentido; por isso a alusão por homonímia à "mão de pedra", isto é a algo aparentado (*homonymos*) com a realidade que representa, mas desprovida do seu sentido radical, por se encontrar isolada do todo orgânico (o corpo) que lhe assegura uma função. Há que entender este passo no contexto metafísico de que "o todo é prévio a cada uma das partes" (vide ARISTÓTELES, *Metafísica*, 1019 a 1, 10; 1034 b 31; 1035 b 24), ou seja, de que o todo confere sentido às partes e não o contrário.

(¹⁴) Embora seja costume traduzir *arete* por virtude, conferindo-lhe uma conotação moral de "mérito" ou "valor", o termo apresenta uma gama alargada de sentidos. Com efeito, quando aplicado de modo universal aos seres, *arete* pode designar "excelência", "perfeição", "adequação" (no sentido em que algo exprime e realiza a sua função própria).

(¹⁵) Cf. a propósito ARISTÓTELES, *Sobre a História dos Animais*, VI, 22, 575 b 30

(¹⁶) A polis é o horizonte por excelência onde se experiencia e partilha o sentido de justiça (*dikaioσύne*). Com efeito, a virtude da justiça é a virtude própria do exercício da cidadania (*politeia*), posto que a percepção natural ou convencional do que é justo (*dike*) confere à polis não só a capacidade nomotética (legislativa) para ordenar as esferas cívica e política, mas também a capacidade para discernir e julgar (*dikaizein*) em conformidade.

(¹⁷) Dizendo respeito à arte ou ciência da "aquisição de recursos", a palavra crematística (*khrematistike*) tem um emprego variável na *Política*. No entanto, são três os contextos principais em que ocorre: em primeiro lugar, a crematística pode ser entendida numa acepção genérica, designando as formas boas e más de aquisição de bens (*ktesis*) (cf. ARISTÓTELES, *Política*, 1256 b 27, 40; 1257 a 17; b 2, 36; 1258 a 6, 37); em segundo lugar, numa acepção mais desviada

da arte de aquisição, passa a ser entendida como aquisição por troca (*he metabletike krenatistike*) em vista da acumulação ilimitada (*he apeire auxesis*) de lucro (*kerdos*) (cf. ARISTÓTELES, *Política*, I, 8, 1256 a 10; 9, 1257 a 29); e por último, embora muito raramente, pode ser entendida como forma saudável de aquisição natural de riqueza (*khrematistike kata physin*), intimamente ligada à administração doméstica e à cidade (cf. ARISTÓTELES, *Política*, I, 9, 1257 b 20; 11, 1258 b 20. Ora, entre a aquisição natural de bens (*ktemata khrematistike*) e o extremo oposto da acumulação ilimitada de riqueza (*eis apeiron auxesis tou nomismatos*), são seis as etapas que levaram o homem ao uso contra-natura e degenerado da crematística: 1. troca directa (*allage*), 2. moeda (*nomisma*), 3. comércio (*kapelike*), 4. lucro (*kerdos*), 5. juro (*kotos*), e 6. usura (*obolostatike*). Para Aristóteles, apenas a crematística natural (que abrange ainda a crematística comercial e monetária) é parte integrante da economia, ou seja, da arte de adquirir recursos indispensáveis à vida doméstica; a crematística virtual ou financeira, que se serve da moeda para obter mais moeda é antinatural pois, quando desvirtuada até à usura, a espiral de lucro para quem empresta, corresponde na proporção inversa à espiral de endividamento para quem recorre ao empréstimo.

(18) Para uma melhor compreensão da teoria da escravatura, vertida neste passo e desenvolvida nos capítulos subsequentes, cf. NEWMAN, I, 139-158.

(19) A arte (*tekhnē*) é entendida para os clássicos como uma das expressões da "inteligência prática", que consiste na capacidade para um conjunto organizado de procedimentos em vista de um determinado resultado. Por um lado, distingue-se da ciência (*epistēmē*), na medida em que esta mobiliza a inteligência teórica em vista de uma atitude contemplativa ou especulativa de um "saber das causas e dos princípios" e não de um "saber fazer"; por outro lado, distingue-se da acção moral (*praxis*), porque enquanto esta visa um agir que auto-qualifica a natureza do sujeito que a pratica, a arte tende a manifestar-se na produção (*poiesis*) de uma obra (*ergon*) que permanece exterior ao sujeito que a realizou, qualificando-o apenas do ponto de vista técnico da habilidade ou da competência.

(20) HOMERO, *Iliada*, XVIII, 376

(21) A legitimação da superioridade do princípio masculino sobre o feminino, situa-se à margem do debate sociológico acerca do estatuto cívico da igualdade ou paridade funcionais da mulher face ao homem. A perspectiva de que Aristóteles arranca para legitimar tal concepção (que apela mais para um princípio de diferenciação do que de subalternização), inspira-se num paradigma interpretativo de contornos naturalistas e organicistas. Vide a propósito, ARISTÓTELES, *Acerca da Geração dos Animais*, I, 2, 716 a 5; II, 1, 732 a 2.

(22) Passo enigmático e de difícil tradução, que suscitou numerosas interpretações e alguns comentários divergentes sobre o seu sentido; cf. por exemplo NEWMAN, II, 148-149.

(23) A posição aristotélica neste passo é bastante ambígua. Todavia, esta passagem prova que a questão da escravatura não era um dado adquirido, unívoco e consensual, a avaliar pelas duas frentes em que se situava o debate em torno desta realidade, a saber, por um lado, se a escravatura implicava um fundamento natural (*physei*) ou decorria de um princípio convencional (*nomos*), por outro lado, se o ponto de vista da legalidade (*nomos*) do facto podia em qualquer circunstância sobrepor-se à questão da legitimidade (*dike*) da sua razão de ser. Aristóteles assume *de facto* que uns homens são por natureza livres (*eleutheroi*) e outros são escravos (*douloi*), embora no plano *de jure* admita que existem circunstâncias em que a captura forçada de escravos mediante a violência seja antinatural (*para physin*), como sucede na sequência de uma guerra, quando a parte vencedora se reclama do direito de se apossar dos despojos dos vencidos e de transformar os sobreviventes em escravos.

(24) Era facultado a todo o cidadão ateniense o direito de, no decurso de uma assembleia, interpor um termo de ilegalidade (*graphe paranomon*) contra uma deliberação ou decisão que considerasse lesiva dos princípios cívicos, ou incompatível com as leis vigentes.

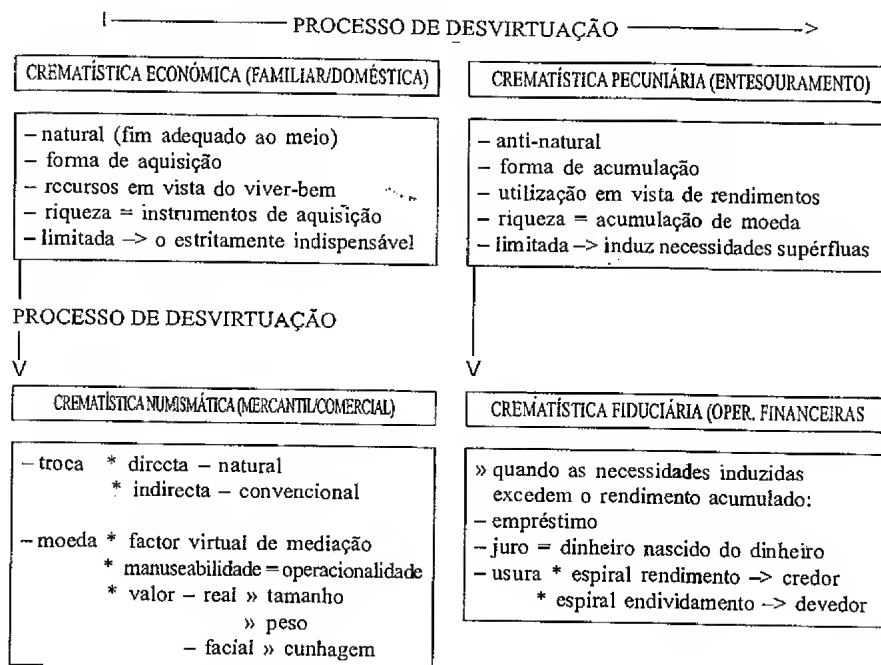
(25) Todo o passo se revela impermeável a uma interpretação clara. Em todo o caso, Aristóteles parece sugerir que as duas teses em confronto (a do fundamento natural e a do

princípio convencional da escravatura), quando justapostas, atingem um denominador comum, um termo médio) que permite superar o antagonismo. Esse elemento comum identifica-se com o princípio segundo o qual existe uma circularidade potenciadora entre força (*bia*) e virtude (*arete*): toda a virtude tem de se fazer acompanhar por uma determinada força (que a faz ser persuasiva), e correlativamente toda a força tem de ser virtuosa (para não degenerar em violência).

(26) THEODICTO, *Helena*, frgm. 3 Nauck

(27) FILEMON, *Pancratiastes*, frgm. 2; in A. Meinecke et H. Bothe, *Fragm. Com. gr.*, Paris, 1855

(28) Os diversos tipos de crematística, assim como o seu processo de desvirtuação, podem ser explicitáveis no seguinte esquema sinóptico:



(29) O presente passo levanta dificuldades de tradução, multiplicando as possibilidades de interpretação. Apesar de tudo, a exegese de NEWMAN, II, 166-167 parece ser a mais sensata.

(30) Certos povos, como era o caso dos Cretenses, dedicavam-se com frequência à prática do corso. Aristóteles, como se vê, retira a este *modus vivendi* qualquer conotação moral, incluindo-o nos processos naturais de aquisição cinegética. Aquilo que a caça representava em terra, a pirataria punha em prática no mar.

(31) Para atenuar as dificuldades que este passo coloca à interpretação, cf. NEWMAN, II, 177-178.

(32) SÓLON, 13, 71; in T. Bergk, *Poet. Lyr.*, Leipzig, 1866.

(33) O sentido de *khremata* é muito difícil de determinar: apesar de tudo, podemos traduzi-lo por "recurso". Tal designação tem a ver geralmente com o montante pecuniário que se possui. Todavia, esse montante não se esgota apenas num determinado *numerário* (*nomisma*) mas

estende-se a tudo o que pode ser revertível a um valor considerável em dinheiro ou moeda, como é o caso dos bens móveis e imóveis.

(³⁴) O sentido de *tokos* está intimamente ligado a “filho”, “criança”. Ao ligar o fenómeno do juro ao termo “tokos”, os clássicos mais não quiseram do que entender o juro como “moeda gerada da moeda”. Para Aristóteles este tipo de crematística, que consiste em fazer proliferar a moeda a partir da própria moeda, é antinatural e desvirtuado, porque o lucro resultante dessa actividade contraria a finalidade intrínseca do carácter virtual (simbólico, representativo) da moeda: operacionalizar a prática mercantil, facilitando a transacção de recursos indispensáveis à subsistência da vida familiar.

(³⁵) O termo *banauos* é empregue para designar o “operário” totalmente dependente do seu trabalho. Traduz o carácter vulgar de um indivíduo entregue a um trabalho repetitivo, indigno portanto de um cidadão.

(³⁶) O termo *theta*, designa o indivíduo entregue a trabalhos braçais pesados, não especializados, e que apenas se distingue do escravo pelo seu estatuto de homem livre.

(³⁷) Os grandes espaços mercantis concentravam-se estrategicamente junto ao litoral, aproveitando o facto de o tráfego comercial se processar na sua forma mais lucrativa por via marítima. Pireu e Naucratis constituíam exemplos de importantes mercados abastecedores, pelo significativo fluxo comercial das suas zonas portuárias.

(³⁸) Amásis, rei do Egipto, era desprezado pelos seus súbditos devido às suas origens modestas. Para mostrar aos seus súbditos que era possível elevar alguém da condição inferior de governado (*arkhomenon*) à condição superior de governante (*arkhon*), ordenou que se fundisse uma bacia de ouro destinada à prática vulgar da lavagem dos pés, transformando-a na estátua de uma divindade à qual os súbditos nunca mais deixaram de prestar culto. Esta alusão anedótica é referida in HERÓDOTO, *Histórias*, II, 172.

(³⁹) HOMERO, *Iliada*, I, 544

(⁴⁰) Para a mentalidade hclénica, a *kalokagathia* é a virtude do homem perfeito. Com efeito, essa virtude é apanágio do indivíduo em que se encontram harmoniosamente reunidas as qualidades de belo e bom (*kalon k' agathon*). Corresponderia para o grego clássico aquilo que representa o “cavalheiro” para o português, o “honnête homme” para o francês, ou o “gentleman” para o britânico. Em termos cívicos ou políticos a *kalokagathia* atinge a sua máxima plenitude no *spoudaios*, ou seja no *homem íntegro*, que na fase madura exerce a cidadania de forma autónoma, diligente e responsável.

(⁴¹) Cf. PLATÃO, *Ménon*, 72a – 73c

(⁴²) Cf. PLATÃO, *República*, IV, 444 d-e

(⁴³) Cf. PLATÃO, *Ménon*, 71c – 72a

(⁴⁴) SÓFOCLES, *Ajax*, 293

(⁴⁵) O papel que Aristóteles atribui aos poderes públicos no sentido de assumirem a formação ética, cívica e política das crianças e dos jovens, revela que não existe exercício da cidadania e intervenção política sem pedagogia, nem educação sem consciência cívica e vontade política.

NOTAS: LIVRO II

(1) Cf. PLATÃO, *República*, IV, 423e; V, 457a – 466d

(2) O termo *logos* (em sentido literal “razão”) adquire aqui o sentido análogo, a “razão de ser” (*aitema*), “critério” (*orismos*), “fundamento válido” (*axioma*), “suposto” (*hypothesis*).

(3) Este passo refuta a tese platónica vertida em *República*, V, 462c-d, segundo a qual o estado perfeito deve decalcar a unidade do indivíduo.

(4) O termo *symmakhia*, que em sentido literal significa “luta em conjunto”, traduz normalmente a capacidade para celebrar alianças de teor ofensivo ou defensivo, sendo por isso uma das formas clássicas mais visíveis e consistentes de política de cooperação entre cidades

(*sympoliteia*). Na maior parte das vezes esta forma supra-política de pactos militares era selada em sede religiosa, conferindo-lhe um carácter sagrado de inviolabilidade.

(5) Os Arcádios são aqui utilizados como exemplo de povos que não atingiram níveis evoluídos de associação comunitária: em vez de se agregarem em aldeias, viviam dispersos num território de extensão indeterminada. Ainda assim, este passo coloca muitos entraves e dificuldades de exegese: cf. NEWMAN, II, 231-233.

(6) Cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, V, 8, 1132 b 32ss. A noção de “igualdade recíproca” não traduz o carácter igualitário, mas sim o teor diferenciado de elementos que concorrem para a unidade, coesão e harmonia do todo, indispensáveis para manter a coesão social e económica da cidade. Essa “igualdade recíproca” é baseada numa concepção de igualdade qualitativa e proporcional do mérito, e não numa concepção quantitativa e aritmética de igualdade.

(7) Todo o passo que se segue é um *locus desperatissimus*, isto é, um segmento textual insolúvel. Os critérios exegéticos e editoriais da fixação desta passagem parecem ter sido muito voláteis, facto que se comprova nas inúmeras variantes textuais que lhe foram anexadas. Cf. a propósito NEWMAN, II, 234-235.

(8) Cf. PLATÃO, *República*, I, 346e

(9) Cf. PLATÃO, *República*, V, 462 a-b

(10) Cf. PLATÃO, *República*, I, 353

(11) Cf. PLATÃO, *República*, V, 462c

(12) Este passo revela em toda a sua amplitude a argúcia do génio analítico de Aristóteles. A edificação platónica da cidade “comunista” (unitária, pois não expressa a unidade) ou “socialista” (igualitária, pois não expressa a igualdade) implica, para Aristóteles, uma perspectiva societária de sentido único (*monos*). Na maior parte das vezes, esse monismo radical degenera ou em *totalitarismo* (*panta*), quando cada parte é pulverizada num todo que resulta de um somatório vertido colectivismo sem rosto, ou em *individualismo* (*ekastós*), quando o todo é eclipsado pelo primado de cada parte auto-determinada, em subjectividades fragmentárias. Aristóteles defende que a existência humana se incorpora de modo radical e livre na dimensão comunitarista de cidade, tomada como *totalidade* (*holos*) integradora e diferenciadora de experiências multiformes.

(13) No sentido de *próprio* (*autos*), *privado* (*idios*).

(14) Ironia de Aristóteles apontada à indiferenciação platónica sobre o parentesco.

(15) Aristóteles terá com certeza em mente o passo de HERÓDOTO, *Histórias*, IV, 180.

(16) Cf. ARISTÓTELES, *Acerca da História dos Animais*, VII, 6, 586 a 13

(17) Os delitos de impiedade (domésticos ou públicos) eram considerados lesivos da segurança religiosa das cidades: nalgumas cidades e em alguns casos uma cerimónia pública de expiação (*lysis*) poderia restituir a coesão cívica comprometida.

(18) Cf. PLATÃO, *República*, III, 403 a-c

(19) O termo *philia*, que em sentido literal significa *amizade*, é entendível neste contexto na perspectiva de laço solidário, ou afecto.

(20) Cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, VIII, 1, 1155 a 22

(21) Aristóteles refere-se obviamente aos nomes de “pai”, “filho” e “irmão”.

(22) Cf. PLATÃO, *República*, III, 415 b

(23) Adágio de origem eventualmente pitagórica, citado já por Platão (vide *República*, IV, 424a), e noutro contexto por Aristóteles (vide *Ética a Nicómaco*, VIII, 11, 1159 b 31; IX, 8, 1168 b 7).

(24) Aristóteles teria em mente as cidades de Tarento, Cartago e Esparta, entre outras.

(25) Paradoxalmente, a *philaugia* (em sentido literal, “amor de si”) constitui para Aristóteles uma das derivações estruturantes da *philia* (amizade); vide a propósito ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, IX, 4 e 8.

(26) Cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, IV, 1, 1119 b 22ss

(27) Cf. PLATÃO, *República*, V, 464d – 465e

(28) Acerca do termo *hypothesis* (suposto), vide supra nota (2).

(29) De novo a reiterada posição aristotélica segundo a qual não é reduzindo o todo à

decomposição atômica das suas partes constituintes que se conhece melhor a realidade, posto que o todo é precisamente aquilo que na sua unidade holística é prévio e excedente à soma das partes; vide a propósito ARISTÓTELES, *Metafísica*, XIV, 1, 1087 b 36ss.

⁽³⁰⁾ O termo *filosofia* não é aqui tomado no sentido zetético (de *zetesis*, busca, procura) ou agápico (de *agape*, amor) de uma inquirição ou desejo sapienciais, mas no sentido muito genérico de cultivo intelectual do espírito (vide NEWMAN, II, 255).

⁽³¹⁾ A *syssitia*, isto é a refeição em comum, era uma prática introduzida em Esparta com o intuito de promover o sentido de pertença, mediante o reforço dos laços sociais.

⁽³²⁾ Os escravos a que se refere Aristóteles são os periecos, ou seja aquela franja do corpo cívico que, embora detendo um estatuto político quase irrelevante, não podia ser confundida com os escravos domésticos (*douloi*) em virtude da sua condição livre. Ora, conferir aos periecos o direito de posse de armas (privilegio dos *hoplitai*, isto é dos "armados") ou de participar nos exercícios gímnicos (prerrogativa da vida militar), significava dotá-los de direitos que transcendiam o seu estatuto cívico.

⁽³³⁾ Em termos cívicos ou políticos, os elementos de uma guarnição militar integram-se num determinado território como habitantes circunstanciais, e não como membros efectivos de uma comunidade (*koinonia*).

⁽³⁴⁾ Cf. PLATÃO, *República*, V, 464-465

⁽³⁵⁾ Os penêstes desempenhavam na Tessália o mesmo papel que os hilotas em Esparta.

⁽³⁶⁾ Cf. PLATÃO, *República*, V, 451c - 457b

⁽³⁷⁾ Cf. PLATÃO, *República*, III, 412 c-e

⁽³⁸⁾ Cf. PLATÃO, *República*, III, 415 a

⁽³⁹⁾ Cf. PLATÃO, *República*, IV, 419-420

⁽⁴⁰⁾ Por exemplo, o número 8 é par e, contudo, nenhum número par se encontra incluído no seu equivalente, que resulta da soma dos números ímpares 3 + 5 (=8).

⁽⁴¹⁾ Cf. PLATÃO, *República*, III, 412 d-c

⁽⁴²⁾ Cf. PLATÃO, *Leis*, VI, 780 e. Note-se que Aristóteles se equivoca (por descuido ou deliberadamente?) acerca da cifra correcta que ocorre nas Leis, e que é precisamente de 5040, e não de 5000 como faz crer Aristóteles. Este reparo é importante porque qualquer número do *opus platonicum* não é aleatório: inspira-se no desígnio pitagórico de configurar a realidade em expressões numéricas. A importância de 5040 deve-se ao facto de ser o produto de 1x2x3x4x5x6x7 ou 7!, com evidente simbolismo de harmonia e funcionalidade de múltiplos divisores.

⁽⁴³⁾ Cf. PLATÃO, *República*, IV, 423 a

⁽⁴⁴⁾ Cf. PLATÃO, *Leis*, IV, 704-709; V, 747d

⁽⁴⁵⁾ Cf. PLATÃO, *Leis*, V, 737d

⁽⁴⁶⁾ Cf. PLATÃO, *Leis*, V, 740b - 741a

⁽⁴⁷⁾ O termo *teknopoiia*, em sentido literal "produção de filhos", tem aqui uma dupla significação: por um lado implica o acto fisiológico da função procriadora, por outro lado o acto cultural inerte aos cuidados maternos (vitais e didácticos) face ao recém-nascido. Está aqui patente a distinção cultural muito espontânea e pré-reflexiva entre gerar filhos e criar filhos.

⁽⁴⁸⁾ Cf. PLATÃO, *Leis*, IX, 929a

⁽⁴⁹⁾ Personagem desconhecida em virtude da inexistência de qualquer referência documental directa ou indirecta.

⁽⁵⁰⁾ Aristóteles não cumprirá na íntegra a sua promessa. Na verdade, as referências subsequentes ao problema do controlo demográfico serão muito efêmeras. Ainda assim, vide a propósito da limitação da natalidade, ARISTÓTELES, *Política*, VII, 4, 1326 b 26ss; 16, 1335 b 19.

⁽⁵¹⁾ Cf. PLATÃO, *Leis*, V, 734e; 735a. Vide também Idem, *Política*, 308d - 309c.

⁽⁵²⁾ Cf. PLATÃO, *Leis*, V, 744e

⁽⁵³⁾ Tanto para Platão como para Aristóteles, a constituição média (*mese politeia*), que resulta da combinação de elementos extraídos das formas rectas de experiências constitucionais, é a que se aproxima mais da forma melhor de regime (*ten proten politeian*). Nesse sentido é

encarada pelos dois pensadores como o regime por excelência, motivo pelo qual em Aristóteles "politeia" não significa apenas, cidadania, constituição, ou regime, mas também designa uma forma possível de regime: o regime constitucional, ou seja, o regime dos que estão no meio (*to meson*), ou por analogia o regime da classe média.

⁽⁵⁴⁾ A experiência constitucional espartana, a que se refere Aristóteles, admitia a coexistência de dois reis com funções estritamente religiosas e militares.

⁽⁵⁵⁾ A *gerousia* (em sentido literal, "grupo dos anciãos") compunha-se normalmente de 28 membros escolhidos de entre as famílias mais nobres pela Assembleia popular (*apella*).

⁽⁵⁶⁾ Os éforos (de um modo geral cinco) eram escolhidos de entre a massa dos cidadãos, para exercerem um conjunto de poderes com importância política (ao nível decisório e executivo).

⁽⁵⁷⁾ Cf. PLATÃO, *Leis*, III, 693d; 701e; IV, 710; VI, 756a.

⁽⁵⁸⁾ Segundo Aristóteles, a melhor constituição não pode resultar da combinação de elementos populares e autoritários, já que estes se identificam com duas formas transviadas (termo oriundo de *parekbasis*, desvio) de regime, a saber, a democracia e a tirania. Tomada como objecção à teorização platónica, esta tese aristotélica é intempestiva, pois nos passos das *Leis* a que Aristóteles eventualmente se reporta, Platão não fala de tirania mas de monarquia.

⁽⁵⁹⁾ Cf. PLATÃO, *Leis*, VI, 756 b-e; 763 c-e; 765 b-d

⁽⁶⁰⁾ Cf. PLATÃO, *Leis*, VI, 764a

⁽⁶¹⁾ Cf. PLATÃO, *Leis*, VI, 753 b; 763 d-e; 766 b; XII, 951 d-e

⁽⁶²⁾ Cf. PLATÃO, *Leis*, VI, 756 b-e

⁽⁶³⁾ Segmento textual de muito difícil interpretação; vide NEWMAN II, 279-280.

⁽⁶⁴⁾ Cf. PLATÃO, *Leis*, VI, 756e

⁽⁶⁵⁾ Vide ARISTÓTELES, *Política*, IV, 7-9, 12

⁽⁶⁶⁾ O termo *politikos* tanto pode significar o homem comprometido com a causa pública, em sentido pragmático, como também o indivíduo votado à doutrina política, em sentido mais teórico.

⁽⁶⁷⁾ Desconhece-se quem terá sido esta figura ligada à reflexão sobre modelos legislativos.

⁽⁶⁸⁾ Cf. PLATÃO, *Leis*, V, 744e

⁽⁶⁹⁾ Ilha jónica.

⁽⁷⁰⁾ O acesso às magistraturas supremas no regime oligárquico processa-se de acordo com critérios baseados numa estrutura censitária que aferia a elegibilidade dos cidadãos em função do montante da riqueza (*timema*). Ora, a prática da livre alienação das propriedades domésticas (sobretudo fundiárias) facultou a classes tradicionalmente privadas de bens de raiz (como a classe popular) a obtenção do montante de riqueza necessária para aceder ao exercício do poder.

⁽⁷¹⁾ O termo *pleonexia*, que poderíamos etimologicamente remeter para a paráfrase *pleon ekhein* (isto é, em sentido literal, "ter mais do que é próprio"), designa a ambição desmedida em prejuízo dos demais.

⁽⁷²⁾ HOMERO, *Ilíada*, IX, 319

⁽⁷³⁾ Passo de difícil tradução; vide NEWMAN, II, 288.

⁽⁷⁴⁾ Para Aristóteles a riqueza excessiva de uma cidade pode suscitar o ataque externo de uma cidade vizinha, instigada pelo intuito de se apossar dos bens e enriquecer.

⁽⁷⁵⁾ Tirano da cidade de Artaneia na Ásia Menor. Hérmiias sucedeu-lhe no trono, tendo Aristóteles casado com a sobrinha deste (vide DIÓGENES DE LAÉRCIO, V, 3).

⁽⁷⁶⁾ General persa, do tempo de Artaxerxes Mnémon.

⁽⁷⁷⁾ O sentido da anedota mostra que uma cidade deve possuir a riqueza necessária para aguentar a investida militar de um inimigo externo.

⁽⁷⁸⁾ Sobre o melindroso sentido de "escravo público" e as dificuldades interpretativas que levanta, cf. NEWMAN, II, 294.

⁽⁷⁹⁾ Cidade da Ilíria.

⁽⁸⁰⁾ Nada nos autoriza a afirmar com inteira certeza que este Diofanto se trate do famoso político ateniense, contemporâneo do orador Demóstenes.

(⁸¹) Natural da cidade de Mileto na Jônia, Hipodamo estabeleceu-se em Atenas, ao abrigo das políticas coloniais. Arquitecto de formação, desde logo atraiu as atenções de Péricles, o qual lhe confiará a remodelação do Pireu, de acordo com um plano geométrico. Recorrendo aos mesmos princípios arquitectónicos e métodos de engenharia que estiveram na base da reconstrução de Mileto (480 a.C.), sua cidade natal, Hipodamo interveio com sucesso no reordenamento "científico" de algumas zonas urbanas de Atenas, nomeadamente no Pireu, onde projectou uma rede de ruas lineares que se cruzavam de modo perpendicular. Os princípios urbanísticos aí expostos, à luz do uso e abuso do número três, das configurações triádicas e dos ritmos ternários de escrita, serão decantados na obra *Acerca da Política* ("Peri politeias"), também a ele atribuída. A sua manifesta predilecção pela tríade faz supor uma influência directa do pitagorismo.

(⁸²) Na tradição do direito grego os veredictos judiciais eram tomados por um colectivo de juizes (*dikasterion*), e não por decisão uninominal, como mais tarde vigorou. Em Atenas existiam vários colectivos de juizes para várias instâncias judiciais. Cada colectivo era composto por um número ímpar de juizes por forma a introduzir um factor de desempate nas decisões tomadas sempre por maioria. Para cada processo cada um dos juizes da instância competente recebia uma plaqueta: nada escreveria se desse o ganho da causa aos argumentos da defesa; se fosse favorável às pretensões da acusação faria uma inscrição. A absolvição (ou ganho de causa) de uma das partes em disputa implicava imediatamente a condenação (ou perda de causa) da outra parte. É neste contexto que Aristóteles (adepto incondicional deste modelo processual) fala de absolvição/ganho de causa ou condenação/perda de causa em sentido **absoluto ou total** (*aplos*). Este modo de proceder baseado no princípio da exclusão de partes, era de resto reforçado pelo facto de os juizes de cada colectivo não poderem conferenciar entre si no sentido de ponderar o veredicto, e também pelo facto de ser secreto o sentido (afirmativo ou negativo) do voto expresso na plaqueta. Este modelo processual impedia, em suma, a possibilidade de uma decisão intermédia ou de uma solução de compromisso entre as duas partes litigantes (por exemplo, reduzindo ou reajustando o cômputo das pretensões da parte lesada). Ora, é com o intuito de conceder ao juiz uma faculdade mais ampla e flexível de apreciações judiciais que Hipodamo de Mileto defende a substituição do procedimento da plaqueta de bronze pelo procedimento da tabuleta de cera, onde o juiz podia, com uma grande gama de opções interpretativas, discriminar o sentido e as razões da sua decisão judicial.

(⁸³) Este passo que levanta algumas dificuldades para se atingir um nível de sentido unívoco e homogêneo; cf. NEWMAN, II, 303.

(⁸⁴) A distinção entre juiz e árbitro é muito subtil na teoria política de Aristóteles: o juiz decide favorável ou desfavoravelmente por uma das partes em detrimento da outra, aplicando a lei de modo unívoco, segundo o princípio universal da justiça (*dike*); o árbitro decide ponderando e reajustando as pretensões de ambas as partes, segundo a perspectiva diferenciadora da *equidade* (*epieikeia*).

(⁸⁵) Interpolação textual duvidosa e de alcance interpretativo muito problemático; cf. NEWMAN, II, 305.

(⁸⁶) No sentido em que as mulheres valiam como portadoras de dote (no sentido patrimonial), e não como esposas (no sentido conjugal).

(⁸⁷) É possível que se trate de uma cidade da Eólia, à qual alude Hesíodo em *Trabalhos e Dias* (cf. 636).

(⁸⁸) Cf. HESÍODO, *Trabalhos e Dias*, 59 ss.

(⁸⁹) Cf. PLATÃO, *Timeu*, 22c - 23d; *Crítias*, 109d; *Leis*, III, 676 ss.

(⁹⁰) Aristóteles, ao contrário do que anuncia, nunca chegará a retomar o problema que deixa em suspenso neste passo.

(⁹¹) O problema acenado neste passo por Aristóteles tem a ver com a organização social do trabalho em vista da *skhole*, isto é, do ócio ou lazer dos cidadãos, mediante o qual se podiam dedicar sem quaisquer constrangimentos à vida cívica e política. Para assegurar esse ócio ou lazer (apanágio exclusivo dos *eleutheroi*, isto é dos indivíduos de condição livre), toda a mão de obra

(desde o braçal ao artesanal, passando pelo assalariado) era obtida em três esferas: habitantes de um território subjugados por conquista; trabalhadores agrícolas ligados à terra de um proprietário sob a égide de um laço pessoal; escravos ligados à casa do respectivo senhor mediante um vínculo de carácter crematístico. Exceptuando os escravos, todas as classes ligadas ao trabalho manual eram de condição livre: assim sucedia, por exemplo, com os "penestes" na cidade da Tessália, os "hilotas" em Esparta, os "clerotas" em Creta, os "gimnetas" na Argólida, e com os "periecos" na Messénia. Todavia, o estatuto livre destas classes não lhes conferia o direito de aceder ao desempenho de funções políticas, mas tão só o estrito exercício de deveres de natureza militar e tributária (motivo pelo qual eram mais susceptíveis de revoltas que degeneravam em revoluções).

(⁹²) Aristóteles tem em mente o legislador Licurgo.

(⁹³) Segundo Aristóteles, tanto a venda como a alienação gratuita de bens fora da esfera familiar (*oikos*), seja por doação (*didonai*) ou por herança (*kataleipein*), implicam a mesma consequência nefasta: o depauperamento dos recursos patrimoniais das famílias, na proporção inversa do enriquecimento progressivo de uma minoria.

(⁹⁴) Aristóteles lança mão da enigmática e complexa instituição do epiclerato para esclarecer os mecanismos de transferência de propriedade de homens para mulheres. A epiclera corresponderia à filha única a quem competia, em caso de morte do progenitor, herdar a totalidade dos bens patrimoniais da família, constituídos em dote. Todavia, existia uma condicionante restritiva a este processo sucessório: o dote só tinha efeito se a filha desposasse, por expressa indicação do pai, o parente mais próximo em linha colateral (que neste caso recebia o nome de epiclero). No final de contas, não é a epiclera, mas sim o epiclero quem se constitui como herdeiro: a epiclera apenas assume a função "virtual" de, através do dote, assegurar a permanência dos bens patrimoniais da família. O que suscita, todavia, a desconfiança de Aristóteles pela instituição do epiclerato prende-se com o facto de este mecanismo sucessório possibilitar a passagem do dote para a posse de indivíduos estranhos à família: tal possibilidade era real, visto que se o pai da epiclera morresse sem ter designado quem a desposaria, o parente mais próximo podia legalmente dá-la em casamento a qualquer estranho, provocando dessa forma uma alienação familiar dos bens patrimoniais constituídos no dote.

(⁹⁵) Ignora-se a que ocorrência alude Aristóteles; apesar de tudo, vide NEWMAN, II, 333-334.

(⁹⁶) Ressalvando as distâncias, poder-se-á entender a magistratura do eforado no contexto helénico como o antepassado longínquo do poder tribunicio em Roma. Segundo PLUTARCO em *Licurgo* (cf. 26), a eleição era realizada em *assembleia* (*apella*) por *aclamação* (*boe*), escolhendo-se o candidato que obtivesse mais aplauso, e tendo em conta os sinais dos auspícios religiosos para a confirmação definitiva no cargo.

(⁹⁷) A eleição dos gerontes (que formavam o Conselho dos Anciãos) era feita à semelhança da dos éforos: por aclamação. Vide supra nota (96).

(⁹⁸) Aristóteles tem em mente o contexto espartano, onde dois reis eram tomados de duas famílias nobres, sendo a sucessão assegurada pelo princípio hereditário e por ordem de primogenitura.

(⁹⁹) Aristóteles fornece um quadro mais detalhado desta instituição em *Pol.*, II, 10, 1272 a 13-21.

(¹⁰⁰) Cf. PLATÃO, *Leis*, I, 630d; 631c; 635c ss.

(¹⁰¹) Aristóteles reúne nesse tipo de bens inferiores as riquezas, honrarias e prazeres físicos; vide ARISTÓTELES, *Retórica*, I, 6, 1363 a 7-9.

(¹⁰²) A *eisphora* corresponde a uma tributação de carácter territorial.

(¹⁰³) Cotejar com o nome Carilau, que ocorre mais adiante em V, 12, 1316 a 34.

(¹⁰⁴) Habitantes da Cidade da ilha de Creta.

(¹⁰⁵) Rei mítico de Cnossos; vide a propósito HOMERO, *Odisseia*, XI, 568.

(¹⁰⁶) Aristóteles refere-se ao mar Egeu.

(107) Promontório situado nas imediações de Cnidos.

(108) Refeição comum apenas reservada aos homens (do genitivo grego "andros", homem).

(109) O termo significa "ordenadores", do grego *kosmos* (ordem).

(110) O termo *leitourgia* assume neste passo a conotação de serviço público, ao qual accediam apenas os cidadãos mais ricos, pois implicava actividades muito dispendiosas, como a equipagem de frotas (*trierarkhia*) ligada à actividade comercial, equipagem de esquadrões de cavalaria (*phylarkhia*) ligada à actividade militar, equipagem de coros (*khoregia*) ligada à actividade cultural, etc.

(111) Embora não participassem nos repastos públicos, mulheres e crianças recebiam em casa o que sobrava de tais refeições.

(112) Em Platão o termo *dynasteia* (que podemos verter para dinastia, e relacionar com *dynamis*, isto é poder, força, potência, faculdade) tem conotação positiva (cf. por exemplo *República*, VIII, 544d) de uma soberania pessoal hereditária que se perpetua na esfera restrita de uma família ou de uma oligarquia. Em Aristóteles, pelo contrário, assume um sentido pejorativo de "poder autoritário": a forma dinástica de regime é conotada com o sentido de domínio coercivo em proveito próprio, não se confundindo com o sentido excelente da realeza (*basileia*), que exerce uma autoridade consentida para benefício comum (*sympheron koine*). Aristóteles vai ainda mais longe (vide Pol. IV, 14, 1298 a 30): sendo a tirania o poder exercido por um só, na base da violência (*bia*) e do interesse pessoal (*sympheron idia*), pode-se considerar a dinastia como poder tirânico de um grupo restrito (*oligot*), da mesma forma que a democracia coincide com o poder tirânico da massa (*plethos*).

(113) Aristóteles terá em mente a invasão levada a cabo por Faleco e seus mercenários, em 345 a.C.

(114) Povo que habitava Cartago, colónia fenícia fundada no séc. IX a.C., famosa no tempo de Aristóteles pela prosperidade da sua economia (baseada na eficácia da frota mercante, nas rotas de médio e longo curso) e pela pujança militar do seu exército (constituído sobretudo na base de um recrutamento criterioso e constante de tropas mercenárias).

(115) A *hetairia*, apesar do seu carácter restrito e selecto, representava uma das formas institucionais mais decisivas da vida cívica clássica não só cartaginesa mas também helénica. Com um vincado sentido aristocrático e elitista, cada *hetairia* constituía uma espécie de associação cívica que agrupava sob o signo da amizade (*philia*) indivíduos com interesses comuns de várias ordens. Cada elemento dessa associação (que podemos considerar como o germen do fenómeno "moderno" dos clubes sociais e dos partidos políticos) obrigava-se a contribuir com uma quota periódica, cujo montante total revertia em favor dos próprios associados. No tempo de Aristóteles, encontrava-se disseminada por toda a Grécia. Em Cartago, as *hetairiai* coincidiam com as corporações de ofícios, com conotação política ainda mais incisiva do que em Atenas, dado que influenciavam a condução dos negócios públicos e o sentido de voto das Assembleias populares. Vários autores antigos aludem a estes "clubes": cf. PLATÃO, *Teeteto*, 173d; TUCÍDIDES, III, 82, 4-6; VIII, 54, 4.

(116) Os tribunais de tipo democrático a que alude Aristóteles, inspiram-se na *heliaia*, ou seja, no tribunal Heliástico ou dos Heliastas, composto por 6.000 membros escolhidos por sorteio, e que representava a faculdade conferida ao povo para julgar em suprema instância.

(117) Sobre as reformas de Efialtes, cf. ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, XXV, XXVI, XXVII, XLI. Acerca das de Péricles, cf. *Ibid.*, XXVI-XXVIII.

(118) Hegemonia marítima obtida na sequência vitoriosa de Salamina, em 480 a.C.

(119) O universo dos cidadãos encontrava-se escalonado de acordo com os diversos níveis censitários, destinados a aferir uma estimativa do montante da fortuna de cada cidadão. Tal escalonamento era critério selectivo de elegibilidade e acesso aos diferentes cargos de magistratura. Eram quatro, por ordem decrescente, os níveis censitários de riqueza, correspondentes a quatro tipos de cidadãos: a primeira classe de cidadãos correspondia aos *pentacosiomedimnoi*, ou seja, os cidadãos que colhiam das suas terras valores superiores a 500 (*pentakos*) "medimnes"

de produtos agrícolas, sendo que cada "medimne" equivaleria, em termos actuais, a cerca de 52 litros; a segunda classe era a dos cavaleiros (que Aristóteles erroneamente coloca em terceiro plano), cuja estimativa dos proventos tinha de rondar os 300 "medimnes"; a terceira classe era a dos "zeugitas", cuja estimativa devia rondar os 200 "medimnes"; finalmente a classe mais baixa era a dos trabalhadores braçais cuja produção descia a níveis inferiores a 200 "medimnes".

(120) Zaleuco viveu no séc. VII a.C. A cidade e o promontório referidos situam-se ao sul da Itália.

(121) Cidade Calcédica.

(122) Personagem incumbida pelo filho do tirano Pisístrato de coligir toda a tradição dos oráculos órficos.

(123) Não confundir esta figura com Tales de Mileto; cf. a propósito NEWMAN, II, 379.

(124) Não confundir este legislador com o filósofo pitagórico, portador do mesmo nome.

(125) Cf. PLATÃO, *Leis*, I, 640d; II, 671d - 672a

(126) Cf. PLATÃO, *Leis*, VII, 794d

(127) Trecho muito suspeito devido à comparação inconsequente entre Fáleas e Platão; cf. a propósito NEWMAN, II, 377. A maior parte dos editores coloca este excerto entre parêntesis.

(128) Cf. ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, IV, 1-2; VII, 1

(129) Um dos Sete Sábios que viveu no séc. VI a.C., ao qual se atribui a feitura de um corpo legislativo para Mitilene.

(130) Personagem obscura, da qual nada se sabe no presente.

NOTAS: LIVRO III

(1) Os passos principais que articulam todo o sentido da argumentação posterior são três: não se acede à essência de cidadão (*polites*) sem definir previamente os critérios de cidadania (*politeia*); por outro lado não se acedem aos critérios de cidadania sem esclarecer e precisar a natureza da cidade (*polis*); finalmente, toda a definição de cidade reclama uma noção qualitativa de regime (*politeia*).

(2) Sobre a noção de todo composto, cf. supra Pol., I, 2, 1253 a 23: nota (13).

(3) A outorga excepcional do estatuto de cidadania, à margem do modo tradicional hereditário, conferia direitos cívicos e políticos, ao indivíduo que era "tornado cidadão" (*poiotos polites*), vedando-lhes contudo a possibilidade de acederem a magistraturas supremas ou religiosas.

(4) Era concedido aos indivíduos de duas cidades vinculadas por um tratado (*apo symbolon koinonein*) de natureza comercial, o direito de se poderem dirigir aos tribunais da cidade estrangeira contratante, tanto em regime de acusação como de defesa.

(5) O termo *atimia* (literalmente, "sem honra") corresponde, neste contexto, a uma despromoção ou destituição de estatuto cívico, em virtude de uma conduta manchada por crimes ou graves delitos. Essa destituição cívica implicava normalmente a confiscação pública dos bens do prevaricador.

(6) Sobre o sentido de auto-suficiência (*autarkheia*), cf. supra Pol., I, 2, 1252 b 29: nota (8).

(7) Tal era o critério preferencial em Atenas.

(8) O critério genético, ou hereditário, é frágil para Aristóteles, posto que ter-se-ia de perguntar sucessivamente pela ascendência cívica do que confere cidadania, regredindo *ad infinitum* na busca do "primeiro" cidadão. Ora a regressão *ad infinitum* na busca do "pai da cidadania" inibiria a possibilidade de existir qualquer cidade, posto que esta não nasce de geração espontânea, nem existe desde sempre.

(9) A ironia de Górgias encerra dois trocadilhos, cujos jogos de palavras são dificilmente traduzíveis de modo a conferir o efeito linguístico pretendido por Aristóteles. O primeiro trocadilho joga com o termo *demiourgos*, que tanto pode designar artífice como magistrado

(como sucedia em alguns regimes oligárquicos). O segundo trocadilho joga com o termo *larisopoiou*, que literalmente tanto pode significar “produtor de larissios”, como também pode designar a forma subentendida de “fabricante de vasos da Larissia”: na verdade, a cidade da Larissia (situada na Tessália) era famosa pela sua produção artesanal de vasos, aos quais se dava simplesmente o nome de “larissios”. Esta ideia, segundo a qual uma das funções políticas da cidade consistia em “manufaturar” cidadãos de forma artificial, era típica da sátira sofisticada à vida política, e inseria-se no debate cultural de então em torno dos binómios *natureza (physis)* – lei (*nomos*), ou *natureza (physis)* – *convenção (thesis)*.

(10) Aristóteles refer-se à dinastia tirânica dos Pisistrátidas.

(11) Este passo releva de uma das distinções cruciais da teoria política aristotélica, a saber, que toda a experiência política radica numa dupla polaridade tensional: na vertente existencial da *legitimidade da cidadania (dikaia politeia)*, e na vertente formal da *legalidade do regime ou constituição (nomothetike politeia)*. Nem sempre um determinado procedimento legal (isto é, realizado em nome da lei) implica uma inquestionável legitimidade. O exemplo escolhido por Aristóteles é feliz: um processo revolucionário pode encerrar procedimentos legais, do ponto de vista programático ou pragmático da justiça, mas paradoxalmente, revelar focos de ilegitimidade, do ponto de vista da justiça paradigmática.

(12) Questão complexa e típica dos processos revolucionários. A dificuldade detectada por Aristóteles pode ser formulada da seguinte forma aporética: os *compromissos contratuais (symbolaia)*, legalmente assumidos pelos cidadãos no regime anterior podem ser legitimamente postos em causa pela nova ordem do regime instituído? E a reparação das ilegalidades infligidas por um regime acabado de cair, podem legitimamente ser exigidas pelos cidadãos ao regime acabado de ser instituído? Um novo regime instituído pode, legitimamente, recusar a obrigação de reembolsar os cidadãos legalmente privados dos seus bens (por confiscação ou tributação indevidas) durante a vigência do regime anterior?

(13) Aristóteles procura neste passo, e ao longo do livro III, radicar a experiência humana em comunidade política num patamar de fundamentação ontológica: em que sentido entender que a cidade (*polis*) tem uma substância (*hypokeimenon*), e consequentemente uma *identidade (aute)* e uma *unidade (mia)*? O estagirita abandona em definitivo uma análise da cidade em termos de “sociologia política comparada” (que consiste em definir a cidade por aquilo que a distingue das demais comunidades humanas, como acontece no livro I), tentando captar uma definição satisfatória, no terreno das várias acepções possíveis.

(14) Cf. LISIAS, *Discurso fúnebre*, 194, 45

(15) Conquista consumada por Ciro, monarca persa, em 538 a.C.

(16) Célebre metáfora atribuída a HERACLITO: vide Diels, frgm. 12

(17) No entender de Aristóteles, a cidade define-se, em termos funcionais (nomotéticos) e orgânicos (cívicos), como entidade auto-suficiente, subsistente, idêntica e una, apesar das contingências territoriais, demográficas, étnicas, etc. Alterada a sua forma constitucional ou cívica, a cidade perde também o epicentro da sua vida política, posto que se encontra desprovida de factores de *ordem (taxis)* e *coesão (synthesis)*. A ordem é conferida pelo aparato constitucional do regime (*politeia*); a coesão decorre da interacção comunitária (*koinonia*) das funções individuais.

(18) Aristóteles orienta neste passo a reflexão política para a distinção entre *homem bom* ou “homem de bem” (*aner agathos*) e *bom cidadão* ou “cidadão íntegro” (*polites spoudaios*), ao contrário dos que pensavam que a virtude do bom cidadão coincidia com a do homem bom, como por exemplo Tucídides (cf. II, 42, 2-4; IV, 9, 2; 6, 14), Sócrates (cf. *Memórias*, IV, 2, 11; 6, 14), e Platão (cf. *República*, VIII e IX); para este a analogia e a coextensividade ontológica entre a alma humana (cidade em ponto pequeno) e a cidade (alma em ponto grande) implicava uma conformidade absoluta entre a qualidade dos regimes políticos e a dos tipos psicológicos. O estudo aristotélico sobre as virtudes do “bom cidadão” e do “homem bom” revela-se decisivo. Em primeiro lugar porque, embora uma cidade possa sobreviver sem homens moralmente

virtuosos, visto que um bom cidadão pode não possuir necessariamente a virtude do homem bom (a inversa é falsa pois é impossível que uma cidade seja inteiramente composta de homens bons), o certo é que a cidade não pode assegurar a sua *auto-suficiência (autarkheia)* sem que a virtude cívica seja apanágio de todos os cidadãos. Em segundo lugar, porque a distinção entre *homem bom* e *bom cidadão* depende a classificação, dos regimes de acordo com um escalonamento qualitativo de mérito: os regimes são *bons (kalos)* ou *maus (kakos)*, *rectos (orthos)* ou com *desvio (parekbasis)*, consoante se adaptam à verdadeira finalidade da vida política, que é de promover a *virtude (arete)* e a *felicidade (eudaimonia)* dos cidadãos, mediante uma *boa legislação (eunomia)*.

(19) Passo de difícil e complexa articulação semântica. O centro de gravidade do argumento aristotélico parece residir no princípio de que uma cidade, mesmo com um regime excelente, não pode ser constituída apenas por homens bons, posto que tal coincidência implicaria que todos os indivíduos se equivalassem moralmente (o que é impossível); contudo, qualquer que seja o regime, há um requisito que deve ser apanágio de todos, independentemente da sua conduta moral: que possuam a virtude do bom cidadão, no bom desempenho da sua função, em vista do bem comum. Ainda assim, a dificuldade parece ser bem contornada em NEWMAN, III, 156-158.

(20) O termo *orexis* adquire neste passo uma conotação desiderativa: nesse sentido podemos traduzi-lo como “desejo”. Não confundir esta dimensão com outras expressões que brotam identicamente das faculdades activas do ser humano, e que podemos escalar, por ordem crescente do grau de racionalidade, reflexão e ponderação, da seguinte forma: 1. *impulso, humor ou ímpeto (thymia)* – da ordem do irascível; 2. *apetite (epithymia)* – da ordem do concupiscível; 3. *vontade (boulesis)* – da ordem deliberativa; e 4. *escolha (airesis)* – da ordem optativa; 4. *preferência (proairesis)* – da ordem electiva.

(21) Passo incerto, por surgir na esteira de uma possível lacuna textual.

(22) Segundo Aristóteles, há uma situação na experiência política que requer uma junção simultânea da virtude ética do homem bom e da virtude cívica do bom cidadão: o exercício da autoridade. Com efeito, o governante, para além da virtude cívica que decorre da sua condição de bom cidadão, deve possuir também uma virtude ética, própria do homem bom: a *prudência (phronesis)*. Esta virtude sapiencial, oriunda da sabedoria prática (distinta, portanto, quer do teor especulativo da *sophia*, saber teórico, quer da índole aporética, deambulante e indagativa da *philosophia*, amor do saber), capacita o governante (*arkhon*) para exercer bem a *capacidade de mando (eu arkhein)* sobre os governados (*arkhomenoi*), a quem se exige apenas que sejam bons cidadãos. Este passo mostra perfeitamente que é falaciosa e abusiva a interpretação que atribui à política aristotélica uma cisão irreconciliável entre a dimensão ética e política (ou moral e cívica) do agir humano.

(23) EURÍPIDES, *Eolo*, frgm. 16 Nauck

(24) Tirano da cidade de Feres da Tessália, morto em 375 a.C.

(25) Passo com múltiplas possibilidades interpretativas; cf. NEWMAN, III, 168.

(26) Para dar ênfase à especificidade da *autoridade política (arkhe politike)*, Aristóteles coloca-a em contraste com a *autoridade do senhor (arkhe despotike)*: enquanto o *dono da casa (despotes)* não precisa de aprender as tarefas do *escravo (doulos)* para exercer bem a sua autoridade, já o que governa (*arkhon*) necessita de ter aprendido previamente o que é obedecer como *governado (arkomenos)* de modo a exercer bem a *capacidade de mando (eu arkhein)*.

(27) Em termos militares, *taxis* designa o corpo de tropas com que cada tribo contribui para o esforço de guerra; *lokhos* designa a unidade táctica que articula a acção ofensiva ou defensiva de um conjunto de 100 ou 200 soldados, consoante as cidades ou ligas. Atente-se na curiosa convergência hermenêutica da realidade denotada pelos dois termos militares, com a acepção conceptual de *taxis* (articulação, disposição, ordem) e *logos* (palavra, cálculo, razão) na filosofia clássica.

(28) Vide SÓLON, in DIÓGENES DE LAÉRCIO, I, 60.

(29) O presente passo suscita muitas dúvidas devido à sua complexa estruturação textual; cf. NEWMAN, III, 170-171.

(30) Enquanto ao governante se exige que possua a virtude cívica do bom cidadão (que consiste em saber mandar) e a virtude ética do homem bom (que consiste em mandar com prudência porque aprendeu o que é obedecer), dotando o que exerce autoridade de uma sabedoria prática (que combina saber com bom senso), ao governado exige-se que possua apenas a “opinião verdadeira”, isto é, a virtude do bom cidadão, que consiste em saber temperar o carácter volátil, casuístico e epidémico da opinião com o rigor, a abrangência, e o fundamento da verdade científica.

(31) O termo *banauos* designa o trabalhador de estatuto cívico livre, mas de condição social inferior, impedido que era de aceder ao exercício de cargos públicos em virtude de se dedicar a trabalhos mecânicos de exploração, transformação ou construção.

(32) Este breve inciso tem sido objecto de múltiplas discussões: aceite por uns e contestado por outros, tanto pode resultar de uma certa irresolução ou indefinição teóricas de Aristóteles no respeitante ao estatuto cívico das classes trabalhadoras, como pode corresponder a uma interpolação abusiva, tardiamente enxertada no corpo original do texto por algum copista mais sensível às questões sociais. Em todo o caso, parece-nos sensata a opção interpretativa de NEWMAN, III, 174.

(33) HOMERO, *Iliada*, IX, 648; XVI, 59

(34) Aristóteles joga com um trocadilho que consiste em aproveitar o duplo sentido do termo *atimia* que tanto pode significar “sem honra”, logo “desonrado”, em sentido moral, como significar também “desprovido de honrarias”, ou seja sem possibilidade de aceder a cargos públicos, em sentido cívico ou político.

(35) O termo *kyrios*, que literalmente significa “senhor”, relaciona-se com o elemento supremo de um regime (*politeia*). Ora, segundo Aristóteles, a proeminência de determinado elemento supremo é que determina a forma de cada regime: por exemplo, será democrático o regime cujo elemento supremo coincidir com uma autoridade de base popular (por ex. uma Assembleia deliberativa), será oligárquico um regime cujo elemento supremo se identificar com uma autoridade de base restrita (por ex. um Conselho muito reduzido de membros), será tirânico um regime onde o elemento supremo se corporizar na autoridade de um só indivíduo. Quando esse elemento supremo exerce autoridade recebe o nome de *politeuma*, isto é “governante”. “Politeuma” e “politeia” são por conseguinte termos afins, visto que “politeia”, que também pode significar constituição, visa ordenar e enquadrar num aparato legal esse elemento supremo governante; cf. a propósito NEWMAN, III, 185.

(36) Este passo constitui uma das pedras de toque da teoria política de Aristóteles. Para o autor, a constante alternância (*kata meros*) entre governar (*arkhein*) e ser governado (*arkhesthai*) constitui um sintoma inequívoco de que um determinado regime se encontra instituído apenas em vista do interesse comum (*sympheron koinon*), que consiste em conjugar a auto-suficiência da cidade (*autarkheia polites*) com o viver bem de cada indivíduo (*eu zein ekastou*). Aceder ao poder e tentar por todos os meios criar mecanismos e estratégias para o manter indefinidamente implica, segundo Aristóteles, conceber a vida política não como um “servir” (*leitourgein*), na perspectiva teleológica do bem comum, mas como um “servir-se disso...”, na óptica instrumental da retribuição material (em vista do enriquecimento, *ousia*) ou da projecção social (em vista da honraria, *timia*).

(37) A justiça é entendida, neste passo, em sentido absoluto (*aplos*), isto é, configurada ao interesse comum, e não em sentido relativo (por comparação), parcial (de uma parte) ou hipotético (sob condição).

(38) O passo presente, assim como o conjunto do capítulo, assume uma importância capital para todo o tratado aristotélico da *Política*. Com efeito, o autor traça os critérios que permitem discernir os regimes rectos (*orthos*) do respectivo desvio (*parekbasis*). Se a um vector quantitativo de espécies de regime, em função do número de quem governa, associássemos um vector qualitativo das espécies de regime, em função do modo de governar, cruzando os dois eixos obteríamos o seguinte reticulado operativo de conceitos:

QUANTIDADE QUALIDADE	UM monos	POUCOS oligoi	MUITOS poloi
RECTOS = orthoi (interesse comum = sympheron koinonias)			
TIPO DE REGIME	REALEZA	ARISTOCRACIA	POLITEIA = REG.
CRITÉRIO	BOM NASCIMENTO = eugenia	VIRTUDE = arete	CONSTITUCIONALISMO
MEIO	CONSENTIMENTO = synesis	MÉRITO = axia	PRIMADO DA LEI = kyrios nomos
FINALIDADE	ORDEM = taxis	EXCELÊNCIA = ariston	MEIO TERMO = meson
DESVIOS = parekbasis (interesse particular = sympheron idias)			
TIPO DE REGIME	TIRANIA	OLIGARQUIA	DEMOCRACIA/DEMAGOGIA
CRITÉRIO	ARBITRÁRIO = thelesis	MINORIA RICA = euporoi	MAIORIA POBRE = aporoi
MEIO	VIOLÊNCIA = bia/LUDÍBRIO = apate	PROPRIEDADE = ousia	LIBERDADE = eleutheria
FINALIDADE	MEDO = phobia	DESIGUALDADE = anisotes	IGUALDADE = isotes

(39) Inciso textual de difícil estruturação; cf. NEWMAN, III, 197.

(40) Cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, V, 6, 1131 a 15 – b 8. O centro nevrálgico da argumentação aristotélica reside na concepção de justiça absoluta. A qualificação “absoluta” não possui aqui qualquer ressonância estática ou transcendente, bem pelo contrário, chama a terreno o princípio da proporcionalidade (*analogia*). A justiça distributiva não se apoia na divisão simétrica (subjacente às concepções igualitárias e desigualitárias de uma distribuição), mas sim na média ponderada e proporcional entre duas partes desiguais. Essa média é que constitui para Aristóteles a verdadeira igualdade, de tal forma que uma justa distribuição deveria implicar uma partilha igual para partilhantes iguais, e uma partilha desigual para partilhantes desiguais. Assim, justiça em sentido absoluto resultará numa espécie de proporção, cujo critério consistirá em tratar de forma igual os iguais e de forma desigual os desiguais. Os que se movem em torno dos seus interesses pessoais, ou seja, os que se situam no ponto de vista da parte e não do todo, negligenciam o facto de uma distribuição implicar a relação mútua de quatro termos: dois partilhantes e duas partes a partilhar. Segundo Aristóteles as revoluções, como se verá (vide infra Pol., V, I, 1301 a 25ss.), ocorrem, quer nos regimes democráticos, quer nos oligárquicos devido a um postulado deficiente de justiça, baseado numa concepção quantitativa e simétrica de igualdade, em detrimento de uma concepção proporcional e ponderada: os democratas revoltam-se contra os oligarcas porque julgam que, por serem a maioria, o justo é que todos possuam exactamente o mesmo, devido ao facto de todos serem igualmente livres; os oligarcas revoltam-se precisamente pelos motivos *a contrario*, isto é, por serem poucos, julgam que o justo é que sejam todos totalmente desiguais, devido ao facto de nem todos possuírem riqueza igual. Nenhuma das duas facções entende a justiça em sentido absoluto e proporcional, mas de um ponto de vista determinado e parcial: os oligarcas reclamam a desigualdade total apenas na base das partes partilhadas, esquecendo que todos são iguais na condição livre; os democratas, por seu turno reclamam uma igualdade total apenas na base das partes partilhantes, esquecendo que nem todos possuem identicamente o mesmo.

(41) O estabelecimento de uma boa legislação (*eunomia*) constitui um dos fins eminentes da experiência política, quer tomada como acção (*praxis politikhe*), como arte (*tekne politikhe*), como ciência (*episteme politikhe*), ou como saber indagativo e fundamentado (*philosophia politikhe*); vide a propósito ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, III, 5, 1112 b 14.

(42) Discípulo do mestre sofista Górgias.

(43) Tese típica da corrente sofística: vide PROTÁGORAS, 322 b.

(44) Segundo Aristóteles, a amizade (*philia*) constitui o laço social de coesão. Esse laço, que poderíamos conceber como impulso altruístico de reciprocidade, é o garante da unidade entre cidadãos da mesma cidade (em termos políticos), da coesão entre participantes da mesma associação (em termos cívicos), e da afinidade entre companheiros do mesmo grupo (em termos sociais). Aristóteles faz a topografia da amizade ao longo de todo o cap. VIII da *Ética a Nicómaco*.

(45) O fim a que se refere Aristóteles situa-se na esfera ética da vida boa (*eu zen*) do indivíduo e na esfera cívica e política da auto-suficiência (*autarkheia*) da comunidade.

(46) A saber, os partidários da oligarquia e da democracia.

(47) Aristóteles submete a exame os regimes de contornos populares (democracias).

(48) Critério de legitimação do regime oligárquico.

(49) Solução adoptada pelos regimes de tipo aristocrático.

(50) Alusão aos regimes monárquicos, sejam de cariz real ou tirânico.

(51) A supremacia da lei (*to kyrion tou nomou*) não é tudo num regime, visto que aparatos legais podem abrigar pretensões injustas de uma ou de outra facção, como acontece com os intuitos oligárquicos que instituem uma desigualdade radical entre cidadãos na base da desigualdade de riqueza, e com os intuitos democráticos que instauram uma igualdade total entre todos os cidadãos na base da igualdade da condição livre.

(52) Trecho muito resistente a uma interpretação rigorosa; cf. NEWMAN, III, 213-214. Ao longo do capítulo, Aristóteles manterá firme a convicção sobre a capacidade política das massas populares. Tomada como um todo, a massa está apta a formular juízos ponderados, do ponto de vista empírico da sabedoria prática: com efeito, o senso comum pode revelar uma sabedoria da ordem do vivido, que nenhum indivíduo isolado atinge. Aristóteles neste ponto terá cedido com demasiado optimismo à virtualidade política das massas, contrariando de resto a suspeita reiterada ao longo do tratado face aos critérios quantitativos, ao primado das multidões, e à razão das maiorias. Com efeito, tal tese seria válida se as massas se comportassem como um todo orgânico; a experiência mostra que o avanço cultural da humanidade se deve mais à excelência e influência das elites do que à iniciativa das massas, demasiado influenciáveis pela impulsividade primária (que a leva a exercer justiça pelas próprias mãos), pela inércia anímica (que a faz deixar-se manipular sem objecções), pelo défice de sentido crítico (que a torna indiferente a questões e fundamentos) e pela vertigem da imediatez (que a conduz a uma percepção circunstancial dos fenómenos). Vide a propósito as considerações oportunas de NEWMAN, I, 256-257.

(53) Aristóteles faz eco, neste passo, da clássica distinção dos antigos tratados de medicina entre empiristas (*demiourgoi*, ou seja, fazedores a partir de um conjunto de princípios ou inspirados em determinado modelo) e dogmáticos (*arkhitektonikoi*, isto é, orientadores de procedimentos por dominarem os princípios inerentes à função); acerca das diferentes espécies de médicos, cf. HIPÓCRATES, *A medicina antiga*, I, 570.

(54) Curioso trocadilho onde Aristóteles joga com a metástase fonética de dois termos com significado oposto: *idioton* e *eidoton*. O "idiotes" (da raiz "idia", particularidade) designa não só o indivíduo "privado", mas sobretudo o indivíduo que só olha para a parte em vez do todo, para o particular em vez do universal, para o específico em vez do genérico; o "eidotes" (da raiz "eidon", forma) pelo contrário designa não só o perito "versado na matéria", "entendido no ofício", mas sobretudo o indivíduo competente porque sabe como fazer e porque faz.

(55) Posto que as leis surgem configuradas pela moldura constitucional de cada regime, as leis de uma boa constituição serão necessariamente justas, ao passo que as leis de uma má constituição serão forçosamente injustas; sobre a indissolúvel compaginação das esferas nomotética e constitucional, cf. PLATÃO, *Leis*, IV, 714b ss.

(56) É a constituição que deve regular as leis, e não as leis regular a constituição; sobre esta ordem de entendimento cf. NEWMAN, III, 224-225.

(57) O termo *dynamis* (potência) possui fora do contexto metafísico uma rede diferenciada de significações, como acontece no presente passo: tanto pode designar ciência, arte, como faculdade.

(58) Cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, V, 6, 1131 a 9 ss.

(59) Excerto de interpretação muito controversa; cf. NEWMAN, III, 230.

(60) Aristóteles refere-se obviamente à virtude moral, se bem que a conformação da virtude moral do homem bom e da virtude cívica do bom cidadão só seja possível num regime ideal: vide supra Pol., III, 4, 1276 b 36 – 1277 a 4.

(61) Aristóteles terá em mente a tese platónica sobre a possibilidade ilegal e ilegítima de um governante exercer autoridade acima da lei: vide PLATÃO, *Político*, 292d; *Leis*, IX, 875 c-d.

(62) Cf. ESOPHO, fábula 241. Aristóteles alude ao passo da fábula em que os leões interpelam as lebres nestes termos: «— Onde estão as vossas jubas e mandíbulas?»

(63) A saber, por temor e desconfiança de indivíduos com excessiva superioridade sobre os demais; sobre a prática do ostracismo, cf. NEWMAN, III, 244-245.

(64) Cf. APOLODORO, *Biblioteca*, I, 9, 19; Hércules equivale a Hércules.

(65) Cf. HERÓDOTO, V, 92. O historiador dá ao sucedido um desenvolvimento mais amplo, atribuindo a Trasíbulo o papel que Aristóteles atribui a Periandro. O famoso conselho será retomado mais adiante: vide infra Pol., V, 10, 1311 a 20. No tocante às razões de tal procedimento, cf. NEWMAN, III, 247.

(66) O carácter de desvio (*parekbasis*) do ostracismo reside no facto de muitos desses procedimentos não visarem propriamente o interesse geral da comunidade política, mas apenas o interesse próprio dos que exercem o poder.

(67) Passo de difícil interpretação; cf. NEWMAN, III, 253-254.

(68) Subjacente ao termo "monarkhia" encontra-se o significado de autoridade (*arkhe*) exercida por um indivíduo (*monos*) que, pela nobreza da sua condição se torna senhor de todos (*apanton kyrios*). Este tipo de autoridade pode contudo assumir duas formas opostas: a forma recta (*orihos*) da realeza (*basileia*), quando o poder se exerce em função de uma determinada ordem (*kata taxin tina*) em vista do bem comum (*symphevon koinon*) dos súbditos; e a forma degenerada da tirania (*tyrania*), quando o poder se exerce em proveito próprio e arbitrário do monarca. Vide a propósito supra Pol., III, 6, 1279 a 24 ss.: nota (38).

(69) Trecho de estruturação muito incerto, devido à profusão das alternativas textuais; cf. NEWMAN, III, 261.

(70) O sentido da expressão *en kheirois nomo*, que podemos traduzir à letra por "lei exercida pela mão", encontra eco posterior no *manuum jus* do direito romano, e designa a faculdade de exercer justiça em virtude da força e do estatuto.

(71) HOMERO, *Iliada*, 391-393 — embora o último verso se afigure de proveniência duvidosa.

(72) Ou seja, conforme o critério da linhagem.

(73) O termo *aisymnete*, *aisimmeta*, designa o legislador escolhido de comum acordo entre partes desavindas para arbitrar e pôr cobro a discórdias civis, gozando para esse efeito de um estatuto especial de autoridade coerciva e impunidade jurídica; cf. a propósito NEWMAN, III, 267-270.

(74) Pitaco integrava o grupo dos Sete Sábios da Grécia. Antiménides e Alceu eram irmãos. Quanto à alusão aos versos de Alceu, vide frag. 37A Bergk, in *Poet. lyr. graec.*, 1878-1882.

(75) Cf. HOMERO, *Iliada*, I, 234; VII, 412; X, 328.

(76) Na medicina antiga o quarto dia da terapêutica era considerado um período de crise (*krisis*, em cuja raiz se encontra a ideia de peneira ou crivo), visto que assinalava o momento crucial de separação, discernimento e decisão clínicas. Esse momento, que implicava uma competência científica, era reforçado por uma aferição de teor místico e aritmológico: cf. a propósito HIPÓCRATES, *Aforismos*, II, 24.

(77) A saber, devido à discrepância entre a particularidade de cada caso e a universalidade das prescrições normativas.

(78) A sedução pela capacidade de discernimento e decisão das massas populares, presente ao longo deste périplo textual (1286 a 25-35), denota um traço de diletância, visto que o princípio quantitativo e numérico (que se encontra na base das pretensões da maioria) não corresponde

ao núcleo estável da teoria política aristotélica, segundo a qual, como mais à frente se verá (cf. 1286 b 3 ss.), o critério que deve nortear a vida de uma cidade deve ser da ordem qualitativa e proporcional da virtude (*arete*), da excelência (*ariston*), do mérito (*axia*), e da moderação (*meson*). Estes factores encontram-se melhor combinados em regimes de carácter constitucional ou mesocrático (como é o caso do regime designado de *politeia*, onde as classes médias governam sob a égide da lei), do que nos regimes de base popular (como é o caso da democracia).

⁽⁷⁹⁾ Ao contrário da tese platónica, segundo a qual o processo de degeneração da vida política se inicia com a oligarquia, passa à democracia, e desta à tirania: vide PLATÃO, *República*, VIII, 555b ss. O modelo que inspira a tipologia platónica dos regimes é diacrónico: a experiência política humana insere-se num processo linear de progressiva degeneração das formas de governo, iniciada com a aristocracia e consumada com a tirania; a função do político consiste na ascensão dialéctica da consciência às formas aristocráticas de regime. A tipologia aristotélica das formas de regime tem carácter sincrónico: em qualquer momento ou espaço, uma forma de regime pode estar rectamente instituída, ou transviada relativamente à respectiva forma recta; a função do político consiste em encontrar o ponto de equilíbrio que permite excluir os aspectos negativos dos extremos e combinar os factores positivos de cada alternativa. Esquematizando as duas propostas obteríamos a seguinte sinopse:

PLATÃO – cf. <i>República</i> : VIII, 544 c ss.	ARISTÓTELES – cf. <i>Política</i> : III, 1279 a 22 ss.
---	--

processo histórico de degeneração (<i>phthora</i>) progressiva dos regimes entre dois extremos opostos	processo ontológico de desvio (<i>parekbasis</i>) posicional dos regimes em relação a um eixo médio
--	---

1. Aristocracia – forma ótima	FORMAS RECTAS
2. Timocracia – forma menos boa	Realeza (forma ótima)
3. Oligarquia – forma má	Aristocracia (forma melhor)
4. Democracia – forma pior	Regime constitucional (<i>politeia</i>) forma possível
5. Tirania – forma péssima	FORMAS DESVIADAS
	Democracia (forma menos má)
	Oligarquia (forma pior)
	Tirania (forma péssima)

⁽⁸⁰⁾ Trata-se de Dionísio, o Velho, tirano da cidade de Siracusa entre 405 e 367 a.C.

⁽⁸¹⁾ Aristóteles passa à análise da monarquia absoluta (*pambasileia*).

⁽⁸²⁾ Cidade da Ilíria.

⁽⁸³⁾ Capital da Lócrida, ao sul das Termópilas.

⁽⁸⁴⁾ O jogo terminológico dos binómios *nous-nomos* (*intelecto-lei*) e *logos-nomos* (*razão-lei*) é assumido por Aristóteles na esteira das relações etimológicas iniciadas por Platão no *Crátilo* e devidamente sedimentadas em *Leis*, I, 644d,e; 645a; IV, 713e – 714a. O ideal da vida política consistiria então em atribuir à faculdade racional o que há de mais divino no homem em virtude da sua índole universal e imortal: o governo da cidade. A lei mais não seria do que uma emanção da razão divina; vide a propósito ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, X, 7, 1177 b 27 ss., onde no seguimento de Platão (cf. *República*, IX, 7, 588c ss.) é sublinhada coexistência, no homem, de um elemento divino (*intelecto*) unido a um elemento animado (*corpo*).

⁽⁸⁵⁾ Quando se trata de remediar uma situação, nuns casos é preferível recorrer ao que domina uma arte, em vez de recorrer ao consignado por escrito, noutros casos parece mais sensato o contrário, recorrer aos textos em vez de buscar solução no que domina a arte. Aristóteles coloca o ofício médico no centro desta ambiguidade. Em situação normal, todos recorrem à primeira alternativa (cf. 1287 a 35) seja em que domínio for; em situação anómala, como acontece quando

por momentos o doente suspeita que o médico, dominado pela paixão, o pretende prejudicar (cf. a propósito PLATÃO, *Política*, 298a ss.) mediante suborno de inimigos do paciente, a preferência recai sobre os textos escritos (*grammata*) em detrimento dos modelos de procedimento dos peritos (*paradeigma ton tekhnon*). Esta última situação, quando analogada à vida política, torna imperativo o recurso às leis escritas, visto que o político (tal como acidentalmente o médico, em situação anómala) não se encontra imune às paixões. A lei, pelo facto de ser ditada pelo poder divino da razão, possui um estatuto universal que a torna imune à parcialidade e veleidade das opiniões individuais.

⁽⁸⁶⁾ A noção de meio termo (*meson*) não adquire aqui qualquer conotação de média estatística (ponto aritmético abstracto com o qual não se identificam nenhum das parcelas), de mediania social (centro eclético onde tudo se mistura e converge numa massa indistinta), ou de mediocridade moral (estado neutro de indiferença onde pólos opostos se repelem em divergência simultânea). Em qualquer contexto da filosofia aristotélica, a noção de “meio termo” patenteia o significado noético de mediação ou moderação (*mesotes*). A lei justa é aquela que é capaz de mediar ou de moderar a distância proporcional entre partes opostas ou desiguais. Sobre os contornos e implicações éticas desta noção, cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, II, 5, 1106 a 26 ss; V, 7, 1132 a 22.

⁽⁸⁷⁾ HOMERO, *Ilíada*, X, 224

⁽⁸⁸⁾ HOMERO, *Ilíada*, II, 372

⁽⁸⁹⁾ Recaem muitas suspeitas quanto à autenticidade do presente passo (1288 a 6-15). Alguns incisos afiguram-se de interpretação difícil, talvez devido a corruptelas editoriais; em todo o caso cf. NEWMAN, III, 303-304.

⁽⁹⁰⁾ Apesar de nos parecer discrepante, Aristóteles tenta explorar a afinidade entre o princípio político em causa e o princípio metafísico da relação holística entre o todo e as partes: cf. *Pol.*, I, 2, 1253 a 20: nota (13); II, 5, 1263 b 36-37: nota (29); III, 1, 1276 b 41: nota (2).

NOTAS: LIVRO IV

⁽¹⁾ A arte ou ciência da ginástica, que Aristóteles toma como paradigma de análise, envolve quatro questões distintas:

1. qual é o melhor exercício em si (*tis aristen*)?
2. qual o exercício que mais interessa a cada um (*sympherei*)?
3. qual o melhor exercício para os que não pretendem atingir a perfeição (*teleia*) mas apenas manter o hábito (*dynamis*)? NB: Levar o atleta a atingir a perfeição em função das competições gimnicas era tarefa do mestre de ginástica (*gymnastikes*); incutir em alguém do hábito do exercício físico apenas em vista da boa forma era função do treinador físico (*paidotribes*).
4. qual o exercício que melhor convém à maioria (*panta*)?

Aristóteles aplica o paradigma, com as suas quatro questões, à ciência política, obtendo por analogia os quatro problemas que uma teoria dos regimes deve ter em conta:

1. qual a melhor constituição para governar (*ten aristen politeuesthai politeian*)?
2. qual a melhor constituição possível tendo em conta as circunstâncias (*ten ek ton hypokeimenon aristen*)?
3. qual a constituição inferior que os regimes sem grandes pretensões de perfeição desejam no mínimo (*phauloteran*)?
4. qual a constituição que mais convém à maioria dos regimes (*peri panta*)?

⁽²⁾ O termo *politikon* adquire neste contexto um duplo significado: tanto pode significar “dedicado à causa pública” (em termos modernos designaríamos de “homem de estado”), como pode significar “teórico da ciência política”.

⁽³⁾ Passo muito labiríntico; cf. NEWMAN, IV, 137.

(⁴) O termo *dynaten* aponta para o sentido de “constituição possível”, isto é, do regime se pode instituir, não em função de uma perfeição ideal, mas em função das circunstâncias. Este primado do “melhor possível” – e o melhor possível é sempre “possivelmente o melhor”, sublinha bem o carácter realista e moderado da teoria política aristotélica.

(⁵) Ou seja, o regime ou constituição perfeitos. O alvo de Aristóteles é a *República* de Platão.

(⁶) Cf. supra Pol., III, 6, 1278 b 9 ss: nota (35).

(⁷) Cf. supra Pol., I, 2, 1252 b 27-29: nota (9); III, 9, 1280 b 40: nota (45).

(⁸) O termo *politeia*, para além de designar “cidadania”, “constituição”, ou “regime”, adquire o sentido de “regime constitucional”, isto é, o regime recto exercido por muitos cidadãos classe média, (*meson*), sob égide de leis instituídas (*eunomia*), e em vista do bem comum (*sympheron koinē*). República ou Estado são designações anacrónicas que não traduzem devidamente o sentido de “politeia”; é também erróneo traduzir *politeia* por democracia, visto que esta corresponde, no entender de Aristóteles, ao desvio (*parekbasis*) da própria “politeia”, sendo portanto classificável como regime transviado; na democracia, a massa popular governa não sob o primado da lei, mas em vista do interesse particular (*sympheron idia*), que consiste em instituir uma igualdade absoluta (simétrica e equidistante) de todos e em tudo, à custa de um injusto nivelamento das diferenças. A propósito do correcto entendimento da *politeia*, cf. supra Pol., III, 7, 1279 a 39: nota (38).

(⁹) A corrupção do que é melhor é o que há de pior, de acordo com o adágio latino *corruptio optimi pessima*. Por isso a tirania é concebida por Aristóteles como o mais degenerado dos regimes políticos.

(¹⁰) Cedência de Aristóteles, para quem a democracia é o mais suportável, ou seja, o menos mau dos três possíveis desvios (tirania, oligarquia, democracia) dos respectivos regimes rectos (realidade, aristocracia, regime constitucional ou mesocracia). A mesma ideia encontra-se em *Ética a Nicómaco*, VIII, 12, 1160 b 19.

(¹¹) O alvo é Platão, segundo o qual (cf. *Político*, 302e – 303e) a oligarquia e a democracia eram em si espécies neutras de regime, que apenas se tornavam bons ou maus em função da forma legal (*kata nomous*) ou ilegal (*paranomous*) da sua forma de governar (*arkhein*). Aristóteles, pelo contrário, entende que a oligarquia e a democracia são formas desviadas de regimes rectos (a saber, da aristocracia e da politeia ou regime constitucional).

(¹²) Sobre as tipologias dos regimes políticos de Platão e Aristóteles cf. supra Pol., III, 15, 1286 b 17: nota (79).

(¹³) Reportando-nos à rosa dos ventos de ALEXANDRE (cf. *Meteorol.*, ed. Hayduck, 109), o Zéfiro representa o vento não do Norte mas do Oeste, ao passo que o Euro também não representa o vento de Leste (que se chama Apeliota) mas o vento de Leste-sudeste, com o qual de resto se confunde facilmente.

(¹⁴) Aristóteles tem em mente Platão, que entende a democracia como o regime onde governa a maioria (*pleistoí*) à luz de um critério numérico e quantitativo: vide *Político*, 291d. De acordo com um critério qualitativo, e entendendo a quantidade como factor accidental e não essencial, Aristóteles classifica a democracia como regime onde governam as classes pobres (*aporoí*), que por acaso são mais numerosas. *Mutatis mutandis* também não é a minoria que caracteriza os regimes oligárquicos, mas sim o facto de serem as classes ricas (*euporoí*) a deterem o poder, dando-se o caso accidental de os ricos serem pouco numerosos.

(¹⁵) Cf. HERÓDOTO, III, 20

(¹⁶) Aristóteles refere-se aos elementos requeridos para se instituir um regime oligárquico – notoriedade (*timia*), massa restrita (*oligoí*) condição rica (*euporia*); ou para se instituir um regime democrático – estatuto livre (*eleutheria*), massa numerosa (*plethos*), condição pobre (*aporia*).

(¹⁷) Cidade da Ilíria, importante pela situação comercial estratégica, e que impunha duras condições de acesso à cidadania.

(¹⁸) Cidade de uma das ilhas Espórades, governada por uma oligarquia que adoptara a constituição espartana.

(¹⁹) Cidade jónia da Ásia Menor. Sobre a decadência dos seus habitantes, cf. XENÓFANES, frgm. 3 Diels.

(²⁰) Cf. ARISTÓTELES, *História dos Animais*, I, 2, 488 b 29 ss.

(²¹) A saber, há tantas espécies de regime quantas as espécies de animais permitidas pela combinatória dos seus órgãos constitutivos.

(²²) Sobre a função do “theta” na organização social do trabalho, cf. supra Pol., I, 11, 1258 b 27: nota (36).

(²³) Cf. PLATÃO, *República*, II, 369b-371e

(²⁴) Cf. PLATÃO, *República*, II, 370d

(²⁵) Platão funda a comunidade política elementar nos princípios das necessidades básicas materiais e sobretudo na tendência gregária para a associação (cf. *Leis*, III, 676 a ss.). Aristóteles, por seu turno, funda-a no princípio teleológico do bem ordenado (*to kalon*).

(²⁶) A expressão *synesis politike*, traduzível por “sabedoria política”, adquire neste contexto não tanto uma conotação epistémica, mas um senso prático prudencial (*phronesis*) e sapiencial, de carácter mais indutivo ou intuitivo; cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, VI, 5, 1140 a 25; 11, 1142 b 34 ss.

(²⁷) Aristóteles não referencia devidamente esta classe judicial como sendo a sexta na sua enumeração.

(²⁸) Contra a opinião do senso comum, Aristóteles pensa que as magistraturas supremas de qualquer regime são a deliberativa e a judicial, e não as classes ricas ou pobres.

(²⁹) Os capítulos 4, 5, e 6 fornecem uma tipologia das formas de oligarquia e democracia. Todavia, existindo oscilações no modo de definir e escalonar os dois regimes, visto que Aristóteles não se apoia numa dedução lógica e científica mas em exemplos constitucionais das cidades gregas, indicaremos num quadro sinóptico comparativo as concordâncias e divergências das classificações alternativas:

DEMOCRACIA		OLIGARQUIA	
Cap. 4: 5 tipos possíveis	Cap. 6: 4 tipos possíveis	Cap. 5: 4 tipos possíveis	Cap. 6: 4 tipos possíveis
1. Igualdade absoluta entre ricos e pobres (1291 b 30-39) 2. Nível baixo da aferição censitária da fortuna (1291 b 39-41) 3. Importância dos cidadãos de nascimento irrepreensível e supremacia da lei (1292 a 1-2) 4. Importância igual de todos os cidadãos e supremacia da lei (1292 a 2-4) 5. Primazia da vontade das massas populares e não da lei (1292 a 4-37)	1. o mesmo da forma 2 do cap. 4 (1292 b 25-33) 2. o mesmo da forma 3 do cap. 4 (1292 b 33-39) 3. o mesmo da forma 4 do cap. 4 (1292 b 39-41) 4. o mesmo da forma 5 do cap. 4 (1292 b 41 – 1293 a 10)	1. Nível elevado da aferição censitária da fortuna (1292 a 39-41) 2. Nível elevado da aferição censitária da fortuna e indignação por cooptação (1292 a 41 – 1292 b 4) 3. Sucessão hereditária nos cargos (1292 b 4-5) 4. Sucessão hereditária nos cargos; primazia da vontade de uma minoria e não da lei (1292 b 5-10)	1. Importância dos cidadãos de riqueza mediana, numerosos e submetidos à supremacia da lei (1293 a 12-20) 2. Importância dos cidadãos de grandes fortunas, em número muito reduzido; os cidadãos de outras classes participam no governo por sua escolha; supremacia da lei dirigida (1293 a 21-26) 3. Importância dos cidadãos de grandes fortunas, em número muito reduzido, que ocupam sozinho as funções e as transmitem hereditariamente (1293 a 26-30) 4. Importância dos cidadãos de grandes fortunas, em número muito reduzido, onde os homens mandam mais do que a lei (1293 a 30-34)

(30) O termo *khernetikon* assume neste passo um significado análogo ao de “theta”, ou seja, o nível mais baixo da classe dedicada ao trabalho braçal; cf. supra Pol., IV, 4, 1291 a 6: nota (22).

(31) Cf. PLATÃO, *República*, VIII, 562b; EURÍPIDES, *Ion*, 671-672; HERÓDOTO, III, 80.

(32) Cf. XENÓFANES, *Hel.*, I, 7, 12, onde o autor alude à condescendência ateniense pelo facto de as assembleias populares decidirem na maioria das vezes acima da própria lei.

(33) O termo *psephisma* significa decreto. O que distingue a lei (*nomos*) de um decreto é a sua qualidade normativa: enquanto a lei possui um carácter universal que lhe permite discernir genericamente e com uma vigência perene, o decreto possui um carácter casuístico que lhe permite regulamentar de forma temporária situações muito específicas. Cf. a propósito ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, V, 10, 1134 b 23; 14, 1137 b 27; *Constituição de Atenas*, XLI.

(34) O demagogo, que literalmente podemos traduzir por condutor (proveniente da raiz “agogein”) do povo (da raiz “demos”), era um dirigente popular que, pela sua influência, retórica, ou riqueza assumia as aspirações e reivindicações da multidão.

(35) HOMERO, *Iliada*, II, 204

(36) Sobre o sentido de *dynasteia*, traduzível por poder autoritário (e não por dinastia com a conotação que hoje se lhe atribui na esfera da realeza), cf. supra Pol., II, 10, 1272 b 3: nota (111).

(37) A classe a que pertencem os proprietários agrícolas (*georgikoi*) configura na sociedade helénica um dos estratos da classe média devido ao valor moderado do seu património (*to kektemenon metrian ousian*).

(38) Aristóteles realça, uma vez mais, que não deve ser o arbítrio, a veleidade ou interesse próprio, a determinar o acesso à causa política, mas a lei.

(39) O tempo livre (*skhole*) permite uma participação efectiva do cidadão nas assembleias e no exercício pleno das magistraturas supremas. A falta de tempo disponível obsta a que cidadãos livres, mas ocupados no trabalho de subsistência, acedam indiscriminadamente aos cargos públicos.

(40) Sobre o sentido de *politeia*, vide supra Pol., IV, 2, 1289 a 27: nota (8).

(41) O requisito da virtude (*arete*), determina o critério de acesso ao poder nos regimes de tipo aristocrático, realçando a questão da relação entre homem bom (*aner agathos*) e bom cidadão (*polites spoudaios*). Sobre essa relação, vide supra Pol., III, 4, 1276 b 30 ss.: nota (18).

(42) Sobre o sentido de *politeia*, vide supra Pol., IV, 2, 1289 a 27: nota (8).

(43) Para Aristóteles, são três os requisitos que caracterizam a obediência à *eunomia*, (literalmente, “boa legislação”) num regime: a boa ordem constitucional, a boa administração pública, o bom governo político.

(44) Neste contexto, o termo *time*, que designa as “honras públicas”, é sinónimo de *arkhe*, que significa “cargo público”.

(45) Passo mutilado e corrompido. Aristóteles parece afirmar que a *politeia* moderada, ou seja, a forma de regime constitucional baseada na mistura (*mixis*) de expedientes próprios dos regimes oligárquicos e democráticos, longe de assegurar uma efectiva participação de todos os elementos cívicos na vida política, apenas assegura a convergência de interesses dos ricos e dos pobres.

(46) A mistura (*mixis*) que Aristóteles supõe neste passo não resulta tanto da combinação de riqueza e pobreza, mas da combinação entre riqueza e liberdade, visto que esta é verdadeiro apanágio da maioria.

(47) O termo *symbolon* designa a ideia de dois elementos complementares que se aproximam um do outro para formar um todo composto ou uma síntese. A noção inspira-se na prática jurídica contratual: para se celebrar um contrato partia-se uma tabuleta em duas partes, cada uma das quais era entregue a cada contraente como prova do compromisso (*tessera*). No contexto deste passo, Aristóteles emprega o termo para indicar o carácter compósito do regime

constitucional, onde se integram em síntese (*syntheton*) elementos democráticos e elementos oligárquicos.

(48) A saber, atribuindo uma compensação pecuniária (*misthos*) aos pobres que participem nas Assembleias, e impondo uma multa (*zemia*) aos ricos que não compareçam.

(49) Fazendo eco da opinião corrente, Aristóteles entende que a maior parte das realezas são formas monárquicas de governo onde se imiscuem, com maior ou menor intensidade, elementos tirânicos, correspondendo por isso a uma degeneração da índole patriarcal da realeza dos tempos heróicos.

(50) Sobre o termo *aisymnete*, traduzível neste contexto por “moderador régio”, cf. supra Pol., III, 14, 1285 a 30: nota (73).

(51) Partindo da noção central de mediação ou moderação (*mesotes*), a intenção de Aristóteles ao longo do capítulo é mostrar como a vida moderada ou equilibrada (*mesos bios*) no regime médio (*mese politeia*) é o que há de mais excelente na experiência humana política. Ora, a classe que se encontra mais vocacionada para preencher esse requisito é precisamente a classe média (*to meson*) no regime constitucional (*politeia*). Sobre o sentido de *meio* (*meson*), vide supra Pol., III, 16, 1287 b 4: nota (86); cf. também a propósito NEWMAN, IV, 209.

(52) Cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, I, 11, 1101 a 14; II, 5, 1106 a 26 ss.; VII, 14, 1153 b 9 ss.

(53) Em conformidade com o célebre adágio “nada em excesso” (*meden agan*), de Teógnis.

(54) Cf. ARISTÓFANES, *Pluto*, 510-516.

(55) Cf. ARISTÓTELES, *Retórica*, II, 16, 1390 b 32 – 1391 a 19.

(56) Elementos que, em rigor, não constituem por associação uma verdadeira cidade (*polis*); cf. a propósito PLATÃO, *Leis*, IV, 712e-713a.

(57) Sobre a virtualidade cívica e política da amizade (*philia*), entendida como vínculo comunitário por excelência, cf. supra Pol., III, 9, 1280 b 34 ss.: nota (44).

(58) FOCÍLIDES, Frgm. 12 Bergk, in *Poet. lyr. gr.* Focílides – poeta milesiano do séc. VI a.C.

(59) Cf. infra o passo essencial de Pol., V, 8, 1308 a 18-24.

(60) Cf. PLATÃO, *Leis*, V, 744d

(61) Vide SÓLON, frgm. 15 (cf. ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, V).

(62) Aristóteles irá enunciar, *mutatis mutandis*, várias razões pelas quais os regimes fundados no governo das classes médias foram muito raros e difíceis de instituir.

(63) A que “homem” (*ho aner*) se refere Aristóteles? As opiniões divergem: enquanto uns pensam que se trata de Sólon, outros por seu turno, tal como B. Jowett, H. Rackham e sobretudo NEWMAN (cf. I, 470; IV, 220-221), pensam tratar-se de Terámenes. Depois de ter ponderado as diversas hipóteses, M. Defourny considera mais plausível que se trate de Filipe da Macedónia, apoiando-se textualmente em cláusulas do tratado federal celebrado em Corinto (cerca 338 a.C.), entre o imperador da Macedónia e as cidades gregas.

(64) A saber, a comparação entre os critérios quantitativos do número e os critérios qualitativos do mérito.

(65) À semelhança de um juiz que, como um árbitro, medeia e modera um conflito entre partes opostas, a classe média surge como factor de mediação (conciliação) e moderação (equilíbrio) entre critérios e pretensões opostos de classes extremas, como as oligárquicas e democráticas; cf. a propósito ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, V, 7, 1132 a 23.

(66) O termo *sophisma*, que integra na sua raiz etimológica uma ideia de sabedoria (*sophia*), designando o ludíbrio sob aparência lógica de verdade, adquire no contexto político o significado de *estratagem* ou *artifício*. Na vida política é usado como expediente de persuasão (normalmente através do dote oratório ou da captação da benevolência) para atingir objectivos de forma camuflada. Sobre o carácter intemporal deste expediente, visto que é um recurso demagógico de todos os tempos, cf. PLATÃO, *Leis*, VI, 764a.

(67) Os *pinakes ekklesiastikoi* designam as listagens que, sobretudo em Atenas, serviam para controlar o acesso dos cidadãos às Assembleias populares, sob a vigilância de funcionários escolhidos para o efeito, os chamados *lexiarkhoi*.

(68) Cidade situada ao sul da Tessália.

(69) O termo *syntaxis*, que em sentido literal exprime **ordem** (*taxis*) por **conjugação de elementos** (*syn*), ou seja "co-ordenação", designa em contexto militar o grupo armado em posição ordenada de combate; a tática (*taxis*) identifica-se com a arte de dispor ordenadamente as tropas no terreno de batalha.

(70) O termo *moria*, que significa **parte**, adquire no contexto político aristotélico o sentido mais abrangente e versátil de "elemento", "função", "poder", ou "faculdade".

(71) Figura totalmente desconhecida, por ausência de referências documentais.

(72) Ou seja, a **família** (*oikos*).

(73) Como as **tribos** (*phylai*).

(74) Os chamados **notáveis** (*gnorimoi*) identificam-se com os indivíduos mais dotados e qualificados para o desempenho dos assuntos públicos.

(75) Os "epimeletas", que podemos traduzir por funcionários públicos, desempenhavam funções administrativas: as suas competências reduziam-se a tarefas de gestão pública, nunca podendo exorbitar para o exercício da autoridade (função política dos magistrados).

(76) Passando a ser, neste caso, **escravos públicos** (*demoioi*), já não dependentes de uma tutela familiar, mas sob a alçada política e administrativa da cidade.

(77) O sentido de *pragmateia* (da raiz etimológica *praxis*, acção que recai sobre o sujeito agente qualificando-o), traduzível à letra por "executar ordenadamente" e "em vista de um fim", adquire neste passo a conotação mais ampla de **pesquisa especulativa** (*theoria*); cf. *Index aristot.*, 629 b 36.

(78) Aristóteles usa o termo *obeliskolykhnia*, referindo-se ao utensílio usado pelos soldados em campanha militar que servia simultaneamente de lança e laterna; alusão análoga é usada por Aristóteles em supra Pol., I, 2, 1252 b 1, quando se refere às facas délficas, fabricadas para múltiplos fins.

(79) Passo muito incerto e sinuoso devido múltiplas variáveis textuais; cf. NEWMAN, IV, *Not. crit.*, 100-101.

(80) Os **próbulos** (da raiz *pro-boule*, literalmente, "em favor da assembleia ou "deliberação preparatória") podiam ter, consoante os regimes, uma dupla função complementar: ou eram magistrados encarregues dos preparativos da Assembleia para que esta decorresse de forma ordenada (cf. alusão a este tipo de função em supra Pol., IV, 14, 1298 b 27), ou incumbidos de prestar um aconselhamento prévio (no sentido de uma "deliberação preparatória") em relação às decisões a serem tomadas na Assembleia (cf. alusão a este tipo de função infra Pol., VI, 8, 1322 b 17: nota 59).

(81) A saber, os **preparadores da assembleia** (*proboulai*) e os **membros da assembleia** (*bouletai*).

(82) As linhas que Aristóteles dedica à análise das diversas formas de nomeação dos funcionários públicos (1300 a 10 - 1300 b5) suscitam muitas dificuldades de tradução em virtude de inúmeras intervenções fantasiosas de editores e comentadores ao longo do tempo. O modo como Aristóteles constrói o discurso também não ajuda muito, tendo em conta os modos de nomeação que resultam a partir das combinações possíveis dos três elementos indispensáveis ao processo, a saber: os **eleitores** (*kathistantes*), os **elegíveis** (*ek tinon*), e os **modos de nomeação** (*tina tropen*), que podem ser de tipo **electivo** (escolha) ou **alcatório** (sorteio). Da conjugação destes três termos resultam inúmeros modos combinados de nomeação, introduzindo critérios quantitativos ou modais.

(83) O acontecimento a que alude Aristóteles permanece obscuro; cf. NEWMAN, IV, 264-265.

(84) Ou seja, um tipo de nomeação que combine equilibradamente formas democráticas e oligárquicas de nomeação.

(85) Apesar da prevenção, o certo é que em nenhum passo da *Política* a questão é retomada ou sequer introduzida.

(86) A saber, no caso em que o arguido pretendia justificar aspectos em abono da sua defesa; cf. a propósito ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, LVII; *Ética a Nicómaco*, V, 10, 1135 b 27 ss.

(87) Chamava-se Freato a um pedaço de terra firme que fechava Zea, um dos portos atenienses. Nesse local era constituído o tribunal para julgar os exilados acusados de homicídio, permanecendo os juizes em terra firme e os acusados em barcas.

(88) Como era o caso do tribunal ateniense dos Quarenta, que julgavam litígios que implicavam somas até 10 dracmas.

(89) O modo de designação dos juizes é duplo: ou a designação é feita a partir da **totalidade** da massa popular (*ek panton*), ou é feita a partir de um **grupo restrito** de cidadãos ricos ou notáveis (*ek tinon*). Combinando estes dois modos de designação, com critérios de diferenciação (numéricos e modais), obtemos o seguinte quadro sinóptico:

DESIGNAÇÃO DOS JUÍZES	
A PARTIR DA TOTALIDADE DA MASSA (<i>ek panton</i>)	A PARTIR DE UM GRUPO RESTRITO (<i>ek tinon</i>)
1. Todos os cidadãos são chamados a julgar sobre tudo, sendo nomeados por eleição. 2. Todos os cidadãos são chamados a julgar sobre tudo, sendo nomeados por sorteio. 3. Todos os cidadãos são chamados a julgar sobre tudo, sendo parte deles nomeados por eleição e parte por sorteio. 4. Todos os cidadãos são chamados a julgar apenas determinadas causas, sendo nomeados de modo combinado.	1. Alguns cidadãos são chamados a julgar sobre tudo, sendo nomeados por eleição. 2. Alguns cidadãos são chamados a julgar sobre tudo, sendo nomeados por sorteio. 3. Alguns cidadãos são chamados a julgar sobre tudo, sendo parte deles nomeados por eleição e parte por sorteio. 4. Alguns cidadãos são chamados a julgar apenas determinadas causas, sendo nomeados de modo combinado.

NOTAS: LIVRO V

(1) Vide supra Pol., III, 9, 1280 a 7 ss.; 12, 1282 b 18-30. A **igualdade de proporção** (*kat'analogian ison*) equivale à **igualdade por mérito** (*kat'axian ison*); ambas se opõem à **igualdade numérica** (*kat'arithmon*), que visa uma distribuição equitativa e simétrica de tudo por todos. Democracias e oligarquias fundam as suas pretensões nesta última concepção de igualdade: para os partidários da democracia, a justiça consiste em todos serem absolutamente iguais em tudo (em virtude da condição livre); para os partidários da oligarquia, consiste em alguns serem absolutamente desiguais em tudo (em virtude da riqueza possuída). Contudo, segundo Aristóteles, ambas as posições ignoram a justiça fundada no princípio proporcional, segundo o qual se deve atribuir a cada um o que por mérito lhe corresponde, tratando de modo igual os iguais e de modo desigual os desiguais.

(2) O termo *stasis* designa no contexto da teoria política de Aristóteles a **discórdia civil**, sublevação ou revolta, suscitadas pelo conflito das pretensões de cada facção no interior de cada regime. Nesse sentido diferencia-se quer da **guerra** (*polemos*), conflito militar decorrente das relações externas, quer da **revolução** (*metabole*), que corresponde a uma alteração de regime, quer da **reforma** (*neopoiesis*), que corresponde a uma renovação do quadro público administrativo.

(³) Aristóteles aplica terminologia musical à política: *epiteinein* designa o processo de esticar a corda de uma lira em graus variados de tensão; *anienai* pelo contrário significa relaxá-la em graus variados de distensão.

(⁴) Chefe político que procurou fazer aceder à realza cidadãos sem linhagem.

(⁵) Rei espartano que venceu a guerra de Plátea contra os Medos.

(⁶) Instituição popular em Epidamno, com uma influência política análoga em Atenas à instituição heliástica (órgão judicial que representava a vontade popular através de 6.000 juizes).

(⁷) Vide supra Pol., V, 1, 1301 a 28; nota (1).

(⁸) Cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, V, 6, 1131 a 25

(⁹) Lugar comum da tragédia e da oratória: vide EURÍPIDES, *Heracles furioso*, 1261; ISÓCRATES, *Sobre a paz*, 101; DEMÓSTENES, *Olinica segunda*, 10. Cf. a propósito NEWMAN, IV, 292.

(¹⁰) Ponto de vista aristotélico demasiado optimista que a história das democracias nem sempre confirma.

(¹¹) Vide supra Pol., IV, 11, 1296 a 13 ss.

(¹²) Ou seja, o medo de perder riqueza ou honras.

(¹³) A saber, a ambição e as honrarias.

(¹⁴) Essa disparidade (*anomoiotês*: da raiz etimológica *an-homoios*, isto é *dissemelhante*) pode ser ditada pela divergência de usos e costumes (em termos culturais), ou pela dispersão territorial (em termos geográficos).

(¹⁵) O termo *monarkhia* é tomado neste passo como equivalente de "tirania".

(¹⁶) Cidade da Argólida subjugada ao regime tirânico de Fidon (séc. VIII-VII a.C.), e depois governada por um regime democrático cerca de 460 a.C..

(¹⁷) Facto ocorrido em 390 a.C.

(¹⁸) Cidade situada na Beócia, tendo o monte Citeron a separá-la de Atenas, e cujas terras se encontravam concentradas nas mãos de poucos latifundiários. Enfrenta Atenas num conflito (Batalha das Enófitas) em 457 a.C., de que sai derrotada, possibilitando o estabelecimento de uma democracia de inspiração ateniense que, aliás, vigoraria por pouco tempo. Os contornos desta ocorrência não são contudo precisos; cf. NEWMAN, IV, 300.

(¹⁹) Ilha situada na costa sudoeste da Ásia Menor, onde ocorreu uma revolução levada a cabo pelas facções oligárquicas simpatizantes de Esparta contra as facções populares no poder, na sequência de uma aliança com Atenas.

(²⁰) A democracia instituída nesta cidade foi derrubada depois das facções oligárquicas terem sido derrotadas, no regresso dos oligarcas, entretanto exilados após a queda do Tirano Teágenes.

(²¹) Uma reacção oligárquica em 485 a.C. contra o regime popular terá criado as condições propícias para Gélon, vencedor dos Cartagineses, se apossar da cidade e do regime, instituindo então uma tirania que terá durado sete anos.

(²²) Aristóteles sublinha neste passo o princípio de proporcionalidade (*analogia*), segundo o qual as partes de um todo orgânico devem conservar as suas proporções exactas durante um processo de crescimento; cf. a propósito ARISTÓTELES, *Acerca da Geração e Corrupção*, I, 5, 321 b 28 ss.

(²³) Cidade da Magna Grécia situada na Apúlia; a derrota referenciada no texto terá ocorrido por volta de 473 a.C., segundo testemunhos textuais: cf. HERÓDOTO, VII, 170.

(²⁴) Povo de origem cretense, estabelecido no extremo sudeste da Península Itálica, que mantinha boas relações com Atenas, a ponto de se ajudarem mutuamente em empresas militares.

(²⁵) Rei de Esparta entre 520-509 a.C. Os periecos pertenciam a uma classe livre (com obrigações militares e cargas tributárias pesadas), mas equiparada à dos escravos pela sua dedicação aos trabalhos braçais pesados.

(²⁶) Após a incursão militar de Esparta contra Argos, o sétimo dia do mês em que havia ocorrido a batalha passou a estar consagrado a Apolo, divindade com um culto muito difundido em Esparta.

(²⁷) A Guerra do Peloponeso (circa 431-404 a.C.) dita a derrota de Atenas. Durante o conflito, existiu uma listagem de hoplitas (portadores de armas) onde se encontravam registados todos os cidadãos atenienses de idade compreendida entre os 18 e os 60 anos, abrangidos pelas três primeiras classes censitárias de rendimentos.

(²⁸) Cidade situada a oeste da Arcádia, nas orlas do Alfeu, aliada de Esparta. O procedimento referido no texto terá ocorrido em 371 a.C., vigorando ainda depois da batalha de Leuctra.

(²⁹) Cidade situada a norte da ilha de Eubeia, onde a alteração de regime aludida terá ocorrido cerca de 377 a.C., altura em que, sob a égide de uma confederação ateniense recentemente criada, toda a cidade se uniu sob o comando de Heracleodoro para derrubar a facção oligárquica (os *esparciatas*) instalada no poder.

(³⁰) O termo *nomimon* designa o conjunto das leis escritas e não escritas (ou consuetudinárias).

(³¹) Cidade do noroeste grego situada no Epiro, fundada como colonato no tempo dos Cipséidas: os acontecimentos referidos no texto evocam o estabelecimento da democracia em 580 a.C., após o exílio do tirano Periandro.

(³²) Vide supra Pol., V, 2, 1302 b 5; nota (14).

(³³) Este passo recupera a tese política, recorrente em Aristóteles, segundo a qual é desejável a heterogeneidade dos elementos que compõem o todo orgânico da vida política (cf. Pol., II, 2, 1261 a 22), mas não em demasia, para não comprometer a coesão das partes constitutivas (cf. Pol., IV, 11, 1295 b 21).

(³⁴) A ideia aristotélica de que uma cidade não se faz num dia qualquer (*en to tykhonti khrono*) releva do facto de uma "comunidade espiritual" (*sympnesis*), exigir, como muito bem vislumbrou Platão, tempo e sacrifício (cf. *Leis*, IV, 708d), indispensáveis à criação dos laços sociais e cívicos.

(³⁵) Colónia da Magna Grécia, fundada pelos Aqueus cerca de 709-710 a.C., situada na costa ocidental de Tarento, e famosa pela vida faustosa dos seus habitantes devido à prosperidade decorrente das terras férteis e do comércio abundante. O facto aludido no texto remonta a 510 a.C., quando Cotrona, cidade rival em termos económicos, Sibarís, ataca e destrói, sob pretexto de ter expulsado indevidamente do seu território os cohabitantes Terzénios.

(³⁶) Cidade vizinha de Sibarís, fundada cerca de 444 a.C. com colonos de toda a Grécia, convocados por Péricles para repovoar a antiga cidade destruída por Cotrona. Reconstruída de acordo com o rigor geométrico do urbanista Hipodamo de Mileto (cf. supra Pol., II, 3, 1, 1267 b 23; nota 80), Túria depressa se viu envolvida em lutas intestinas e num confronto externo contra Tarento pela posse de Siritis, do qual sai derrotada.

(³⁷) Situada no Bósforo trácio, esta cidade, fundada por colonos de Mégara cerca de 660 a.C., gozava de uma situação privilegiada devido à sua posição geo-estratégica que favorecia a prática do comércio marítimo de grande escala. Os acontecimentos ocorridos em Bizâncio, tais como os ocorridos em Antissos (cidade portuária da ilha de Lesbos), são todavia desconhecidos por ausência de referência documentais rigorosas.

(³⁸) Antigo nome da cidade de Messina no nordeste da Sicília, fundada por colonos calcídios de Cumas, cujo porto devido à sua posição geográfica servia de ponto de passagem obrigatório de todo o comércio marítimo que passava no estreito compreendido entre o seu porto e a costa sul de Itália. O facto a que Aristóteles alude, relata uma traição infligida por Hipócrates ao povo da cidade, quando esta, na eminência de cair nas mãos de Anaxilau, tirano de Régio, lhe pediu ajuda, e em vez disso obteve em 488 a.C. um tratado celebrado com o tirano sitiador, o qual tratou de introduzir na cidade não só colonos de outras regiões, como antigos exilados. O sucedido é relatado com mais pormenor em HERÓDOTO, VI, 22-24; TUCÍDIDES, VI, 4, 5ss.

(³⁹) Cidade da Trácia, fundada por colonos milesianos durante a vigência da tirania de Trasíbulo (séc. VI a.C.), cujo porto, situado numa das costas do Mar Negro, registava intenso tráfego comercial.

(⁴⁰) Os tiranos a que se reporta o texto são Hieron e Trasíbulo (derrubado em 467 a.C.): durante a vigência da sua tirania atribuíram estatuto de cidadania a mercenários e estrangeiros,

os quais se revoltaram quando viram que esse estatuto não lhes permitia aceder a cargos superiores de magistratura.

(41) Cidade do extremo oriental da Macedónia, economicamente próspera por se encontrar situada entre a foz do Estrimón e os terrenos mineralíferos da Pangeia, e que foi estrategicamente decisiva para a implementação e difusão dos ideais democráticos atenienses.

(42) Cidade jónia situada no golfo de Esmirna e construída, à semelhança, aliás, de muitas cidades gregas, metade em zona continental (a que pertencia Círo) e metade numa ilha por receio das frequentes investidas militares persas. Dava-se porém o caso de os habitantes continentais serem favoráveis à causa persa, enquanto os insulares eram partidários de Atenas.

(43) Porto de Colofon, cidade jónia situada na Lídia, dividida em duas partes distintas: uma costeira e uma mais interior.

(44) Mais do que um lugar, o Pireu em Atenas designava uma posição social: com efeito, a sua população era basicamente constituída por gente dedicada à actividade marítima (sobretudo comercial e piscatória); sobre a rivalidade entre os habitantes do Pireu e os restantes, cf. ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, XXXVIII, 4; XXXIX; LX; LXI, 2-3.

(45) Cf. ARISTÓTELES, *Acerca da Geração dos Animais*, I, 2, 716 b 3; V, 7, 788 a 11; PLATÃO, *República*, VIII, 545d.

(46) Episódio ocorrido um pouco antes do estabelecimento da tirania de Gélon, em 485 a.C.. História análoga é narrada com muitos mais detalhes em PLUTARCO, *Preceitos para a actuação política*, 32.

(47) Provérbio amplamente usado por inúmeros autores gregos: cf. por exemplo HESÍODO, *Trabalhos e Dias*, 40; PLATÃO, *República*, II, 377a; *Crátilo*, 436d; *Leis*, VI, 753a.

(48) Vide supra Pol., V, 3, 1303 a 18. O acontecimento referido, com algum teor de imaginação lendária à mistura, deverá ter ocorrido no período compreendido entre a batalha de Plateia (479 a.C.) e a sujeição de Hestínia a Atenas (446 a.C.); acerca dos objectos e tesouro indicados no texto, cf. PLATÃO, *Leis*, XI, 913.

(49) O nome do pai do noivo seria Orsílau, e o do pai da jovem prometida Crates. O episódio há-de ter acontecido por altura da Segunda guerra sagrada (448-447 a.C.), adquirindo uma importância excessiva devido à pequenez da cidade de Delfos. A mesma ocorrência é porém contada com maior desenvoltura em PLUTARCO, *Preceitos para a actuação política*, 32 (vide também ELIANO, *Histórias diversas*, XI, 5).

(50) Este tipo de condenação sem julgamento prévio era aplicada apenas a delitos extremamente graves (de lesa religião, como é o caso citado no texto) e que configurassem uma situação de flagrância.

(51) Cidade da ilha de Lesbos situada na Eólide (litoral da Ásia Menor), contra a qual avançou Paques, general ateniense que, durante a Guerra do Peloponeso, infligiu a capitulação em 428 a.C. O relato da expedição ateniense é relatado em TUCÍDIDES, III, 1-30.

(52) Sobre a instituição jurídica do epicleto, cf. supra Pol., II, 9, 1270 a 23: nota (94).

(53) Região da Grécia central, situada a norte do golfo de Corinto, cuja fama se devia ao célebre oráculo de Delfos. Filipe da Macedónia tomou a cidade e subjugou os seus habitantes como desfecho da Guerra Sagrada, que durou entre 365 e 353 a.C.

(54) Vide supra V, 1, 1301 b 21

(55) Aristóteles destaca o papel de relevo do povo ateniense: fazendo parte das esquadras navais como remadores, a ele se ficou a dever a vitória na batalha de Salamina, em 480 a.C.

(56) Cidade da Argólida situada a nordeste do Peloponeso, onde na sequência da referida batalha, em 418 a.C., floresceu um regime aristocrático de curta duração.

(57) Em 413 a.C.

(58) Cidade da ilha de Eubeia, onde parece que terá vingado um regime de cariz oligárquico até à tomada da cidade pelos exércitos atenienses em 506 a.C.

(59) Personagem desconhecido.

(60) Cidade da Arcanania na região do Epiro. As circunstâncias que envolveram a expulsão de Periandro, por volta de 508 a.C., encontram-se esclarecidas em infra Pol., V, 10, 1311 a 39 ss.

(61) O Conselho dos Quatrocentos assumiu o poder em Atenas durante o verão de 411 a.C. (cf. ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, XXIX-XXXIII). Aproveitando o facto de a maior parte do povo se encontrar ao serviço das esquadras navais gregas, durante a expedição militar ateniense à Sicília, os ricos proprietários de terras que ficaram na cidade apoiaram o estabelecimento de um regime oligárquico, com o intuito de poderem aceder aos cargos públicos; cf. TUCÍDIDES, VIII, 48.

(62) Sobre o fenómeno político da demagogia, vide supra Pol., IV, 4, 1292 a 7: nota (34).

(63) Destes expedientes se serviu, por exemplo, Trasíbulo, para instaurar por duas vezes a tirania; cf. ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, XIV, 1, 4.

(64) Uma das ilhas Espórades, situada no Mar Egeu defronte de Cnido, célebre pelo templo dedicado a Asclépio e pela escola de medicina. A ocorrência referida no texto tem uma data desconhecida.

(65) É a reprovação dos autores clássicos gregos perante os excessos da prática demagógica: PLATÃO, *República*, VIII, 565 b, c; ISÓCRATES, *Antídosis*, 318.

(66) Os demagogos, ao usarem o dinheiro devido aos trierarcas pelo investimento na equipagem dos navios (cf. supra Pol., II, 10, 1272 a 20: nota 110), para pagarem abonações a cada cidadão do povo pela participação nas Assembleias, criavam muitas vezes as condições para que os trierarcas se unissem (como classe distinta que era) para derrubar o regime. Para evitar isso, os demagogos recorriam à prática do exílio das facções de notáveis, como sucedeu em Heracleia, Mégara e Cumas.

(67) Cidade do Ponto fundada por megáricos e beócios cerca de 560 a.C.; a ela se faz alusão em infra Pol., V, 6, 1305 b 10; 1306 a 36 ss.

(68) Cidade próxima de Atenas que, à semelhança de Heracleia, sofreu a influência da prática demagógica.

(69) Cidade da Eólide, situada na ilha de Lesbos; há quem pense, todavia, que se trata de Cumas da península Itálica, e fundada por colonos provenientes de Calcis e Eubeia.

(70) Contribuições públicas devidas à cidade, que só os mais ricos tinham possibilidade de assumir; vide supra Pol., II, 10, 1272 a 19: nota (102).

(71) Acerca do demagogo ("chefe popular": neste contexto sem qualquer sentido pejorativo) que acaba por se tornar tirano das facções populares cujos interesses começa por defender, cf. HERÓDOTO, III, 82; PLATÃO, *República*, VIII, 565d.

(72) Cidade cingida por duas baías e servida por quatro portos, e onde se julga que Trasíbulo terá exercido um poder tirânico, por volta de 612 a.C.; cf. HERÓDOTO, I, 20.

(73) Sobre o tirano Pisístrato, cf. ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, XIII, onde se refere também quais eram as três facções que existiam na época, a saber, os habitantes da Planície (referidos no texto, e também em TUCÍDIDES, VII, 19, 1), os da Costa (ou Paralíanos) e os da Montanha (ou Diacrianos).

(74) Evento desconhecido. Sabe-se, contudo, que Teágenes era um notável que rompeu com o seu estatuto oligárquico, implementando uma tirania em 640 a.C.; cf. ARISTÓTELES, *Retórica*, I, 2, 1375 b 33.

(75) Tirano de Siracusa entre 405 e 368 a.C., já referido supra em Pol., I, 11, 1259 a 29.

(76) General de Siracusa que defendeu, sem sucesso, a cidade das investidas militares de Cartago, tendo Diôniso tomado o seu lugar com êxito, visto que não só repeliu as tropas cartaginesas como reconquistou outras cidades gregas.

(77) Uma das ilhas Cíclades, cuja prosperidade assentava numa marinha mercante activa e no trabalho de uma grande quantidade de escravos (cf. HERÓDOTO, V, 28, 30-31).

(78) Oriundo das classes nobres, este naxio ajudou Pisístrato a reassumir o poder em Atenas em 546 a.C., após dois exílios.

⁽⁷⁹⁾ Cidade situada nas imediações do delta do rio Ródano (actual Marselha), fundada cerca de 600 a.C. por colonos fócios da Jônia, onde graças a um porto de grande actividade comercial prosperou uma oligarquia marítima.

⁽⁸⁰⁾ Cidade situada na foz do Danúbio.

⁽⁸¹⁾ Cidade situada nos confins do mundo grego, em contacto com fronteiras de povos bárbaros.

⁽⁸²⁾ Cidade dória fundada pelos lacedemónios, situada no sudoeste da Ásia Menor, e cuja prosperidade se devia à existência de dois portos com uma posição geoestratégica privilegiada. As ocorrências referidas no texto reportar-se-ão ao derrube popular de uma oligarquia primitiva em 366 a.C., aproveitando as divisões e as querelas internas dos oligarcas entre si.

⁽⁸³⁾ O termo *prostates* (equivalente ao termo latino “dux”, condutor) indica uma das formas clássicas de liderança de facções ou partidos populares, sob a forma de protectorado cívico.

⁽⁸⁴⁾ Cidade da costa jónia, situada nas imediações de Esmirna. Não se conhecem bem os contornos das ocorrências aludidas no texto; em todo o caso, os Basilidas, como o próprio nome indica (*basileus*, significa rei), deveriam fazer parte de uma família de ascendência real, tal como os Eupátridas em Atenas, ou os Pentíclidas em Mitilene (aos quais se alude em infra Pol., V, 10, 1311 b 25 ss.).

⁽⁸⁵⁾ Designação que, na opinião de alguns autores antigos, subentenderia os “Trinta tiranos”. O seu domínio em Atenas, vigente desde 415 a.C., termina com o regresso a Atenas dos exilados do Pireu, e o consequente estabelecimento de um regime democrático (vide XENOFONTE, *Helénicas*, II, 4, 8 e 24 ss); noutras referências, os Trinta são conotados com uma “dinastia” (ou seja, regime autoritário): cf. PLATÃO, *Carta VII*, 325a; CÍCERO, *Sobre as Leis*, I, 28, 42.

⁽⁸⁶⁾ General ateniense, possivelmente um dos “Trinta” (vide nota anterior; cf. LÍSIAS, *Contra Eratóstenes*, 55), que depois de ter submetido com Demóstenes toda a costa lacónia, foi condenado ao exílio em 403 a.C., tendo porém regressado a Atenas pouco depois.

⁽⁸⁷⁾ Sobre os “Quatrocentos”, vide supra Pol., V, 4, 1304 b 12: nota (61).

⁽⁸⁸⁾ General do tempo dos “Quatrocentos”, assassinado à saída do Conselho; cf. TUCÍDIDES, VIII, 68, 90 e 92.

⁽⁸⁹⁾ Cidade da Tessália muito famosa pelas suas terras férteis (na posse de grandes latifundiários) e sobretudo pela criação de cavalos e produção de vasos de cerâmica (sobre os vasos larísios cf. alusão curiosa em supra Pol., III, 1275 b, 30: nota 9), onde ocorreu por volta de 404 a.C. a aludida mudança de regime quando Licofron de Feras depôs a oligarquia de notáveis vigente assumindo ele próprio o poder.

⁽⁹⁰⁾ O termo *politophylax* (que em sentido literal significa “defensor dos cidadãos”) pode ser traduzido por “guardião dos cidadãos”, num sentido análogo ao desempenhado pelos “protectores dos cidadãos” (*prostates*: vide supra Pol., V, 6, 1305 b 17: nota 83); trata-se de uma magistratura eleita pelo povo, típica da cidade da Larissa, à qual só podiam aceder os cidadãos proprietários e arrendatários, com a finalidade de defender a interdição física da cidade (muros e portas).

⁽⁹¹⁾ Sobre o sentido e a função das associações cívicas (*hetairiai*), cf. supra Pol., II, 11, 1272 b 34: nota (115).

⁽⁹²⁾ Cidade fundada por milésianos cerca de 670 a.C., situada em Quersoneso da Trácia, na parte mais estreita do Helesponto, onde se estabeleceu uma oligarquia depois da derrota da confederação ateniense, tornando-se a partir de 411 a.C. representante dos interesses espartanos na Ásia Menor; cf. XENOFONTE, *Helénicas*, IV, 8, 35 ss.

⁽⁹³⁾ Sobre esta cidade, cf. supra Pol., V, 5, 1304 b 31: nota (67).

⁽⁹⁴⁾ A saber, igualdade entre um grupo restrito de privilegiados, não a igualdade em sentido absoluto defendida pelos partidários das democracias.

⁽⁹⁵⁾ Influente general de Siracusa que tudo fez para ajudar Dionísio, o Velho a implementar um regime tirânico na cidade em 406-405 a.C., chegando mesmo a oferecer a este a mão da sua filha Aristómaca; cf. PLUTARCO, *Dion*, 3.

⁽⁹⁶⁾ Cidadão anfípolita com grandes posses, que depois de ter desbaratado toda a fortuna, descontente com o regime oligárquico vigente em 424 a.C., pretendeu instaurar uma tirania em Anfípolis apoiado na massa de colonos recém-chegados à cidade, provenientes da Calcídia de Eubeia.

⁽⁹⁷⁾ Alusão a esta cidade em supra Pol., V, 3, 1303 b 2.

⁽⁹⁸⁾ Pequena ilha nas imediações de Atenas, importante como centro comercial marítimo dominado por uma aristocracia de produtores, mercadores e armadores. A ilha soube manter sempre intacta a sua autonomia, mesmo no decurso das Guerras Médicas que opuseram persas e gregos. Apesar de desconhecido, por ausência de referências antigas textuais, é possível que o episódio das negociações referido no texto, tenha a ver com as pretensões de algum cidadão notável com a fortuna dissipada, no sentido de convencer e apoiar Cares na implementação de um regime tirânico; contudo nada prova que tal tirania tenha sido de facto instituída.

⁽⁹⁹⁾ General ateniense com uma carreira militar sinuosa. Entre os sucessos e fracassos militares das suas campanhas, contam-se o apoio dado ao sátrapa rebelde Artábazo, uma intervenção na guerra do Olinto (em 348 a.C.), e uma prestação desastrosa na guerra da Queroneia (em 338 a.C.) pela qual foi, de resto, responsabilizado: cf. DEMÓSTENES, 2, 28; XENOFONTE, *Helénicas*, VII, 1, 27.

⁽¹⁰⁰⁾ Alusão a esta cidade em supra Pol., V, 3, 1303 a 36 ss.: nota (39); não são conhecidos porém os contornos da ocorrência referida no texto.

⁽¹⁰¹⁾ Cidade da Tessália, situada ao norte da Beócia, marcada ao longo da sua história por sucessivas lutas intestinas (cf. XENOFONTE, *Helénicas*, VI, 1, 4), tendo dependido politicamente da cidade de Feras até 375 a.C., e posteriormente do império Macedónio, sob o ceptro de Filipe.

⁽¹⁰²⁾ Capital da Élide, fundada em 471 a.C., situada a noroeste do Peloponeso na foz do rio Peneu, onde consta ter ocorrido uma revolução encabeçada por um certo Formião (cf. PLUTARCO, *Preceitos para a actuação política*, 10, 805 d) em data incerta e muito discutida.

⁽¹⁰³⁾ O termo *dynasteia* recupera neste passo a significação platónica de “força familiar”, designando portanto os procedimentos políticos desenvolvidos no interesse de uma família notabilizada pela linhagem ou riqueza, aceção bem diversa de “poder autoritário” (sentido ditado pelo contexto do passo supra Pol., II, 10, 1272 b 3: nota 112).

⁽¹⁰⁴⁾ Cidade que em 366 a.C. mantinha um conflito militar com a cidade de Argos; cf. PLUTARCO, *Dion*, 53; *Timoleonte*, 3-5.

⁽¹⁰⁵⁾ Chefe atraído pelo próprio corpo de mercenários, e assassinado por uma facção de interesses aristocráticos, conduzida pelo próprio irmão Timoleonte; cf. PLUTARCO, *Dion*, 52.

⁽¹⁰⁶⁾ Vide ocorrência aludida em supra Pol., IV, 12, 1297 a 4: nota (65).

⁽¹⁰⁷⁾ Cidade a que se alude em supra Pol., V, 6, 1305 b 9: nota (89).

⁽¹⁰⁸⁾ Família nobre, descendente do tessálio Aleuas, que reinou durante vários anos, opondo-se à tentativa de domínio dos tiranos de Feras, até à altura em que a cidade sucumbiu às mãos de Filipe da Macedónia (cf. DEMÓSTENES, *Sobre a coroa*, 48); na época a que texto alude, essa família ainda reinava na pessoa de um certo *mesidios* (isto é, “mediador” ou “moderador”) que dava pelo nome de Simão.

⁽¹⁰⁹⁾ Sobre o papel social e político das associações cívicas (*hetairiai*), cf. supra V, 6, 1305 b 33: nota (91).

⁽¹¹⁰⁾ Cidade da ilha de Eubeia, cuja queda do regime oligárquico, dominado pelos chamados “Cavaleiros de Erétrá” (cf. PLUTARCO, *Pérgles*, 23), de que fazia parte o aludido Diágoras, ocorreu antes das Guerras Médicas.

⁽¹¹¹⁾ Valoroso general de Cnidos; cf. DEMÓSTENES, *Contra Aristócrates*, 176 ss.

(112) Sobre esta cidade, cf. alusão supra Pol., V, 5, 1304 b, 31; nota (67); tanto os personagens (Eurício), como os factos ocorridos, permanecem na mais completa obscuridade. O mesmo se aplica ao passo seguinte acerca de um certo Árcuio em Tebas.

(113) Cf. alusão a esta cidade em supra Pol., V, 3, 1302 b 29; nota (18).

(114) Sobre esta cidade, cf. alusão supra Pol., V, 6, 1305 b 13; nota (82).

(115) Ilha situada entre Lesbos e Samos na costa oeste da Ásia Menor, flagelada por revoluções que normalmente visavam o derrube democrático das sucessivas oligarquias (477 a.C.; 431 a.C.; 407 a.C.; 339 a.C.); o facto aludido no texto é muito difícil de referenciar.

(116) O termo *Iguais* (*hoi homoioi*) designa a classe espartana que agrupa os indivíduos com plenos direitos de cidadania obtidos apenas por via de nascimento de pai e mãe espartanos. Para consolidar esse sentido de plena participação cívica, os Iguais deviam, entre outras coisas, ser educados segundo as orientações dispostas pelo regime e possuírem um lote de terra cujo rendimento lhe permitisse assistir às refeições comuns (*syssitai*). Os cidadãos que não reuniam as duas condições mencionadas eram chamados *hypomeiones*, ou seja, possuidores de direitos cívicos mas não políticos (excluídos certos cargos de magistratura). A este segundo grupo parece que pertenciam os Parténios, que Aristóteles designa de “filhos dos Iguais”: pouco ou nada se sabe sobre esta classe parténica, sendo a opinião mais consensual a que defende tratar-se de indivíduos provenientes de uniões ilegítimas dos Iguais com jovens raparigas (medida adoptada pelo regime espartano durante a primeira guerra Messénica entre 740-720 a.C. para manter estável o nível demográfico da cidade), possuindo eventualmente por isso um estatuto equiparável ao dos periecos e hilotas (classes trabalhadoras).

(117) A fundação da cidade remonta a cerca de 706 a.C.; alusão em supra Pol., V, 3, 1303 a 5; nota (23).

(118) Aristóteles terá em mente o rei ateniense Pausânias (cf. XENOFONTE, *Helênicas*, II, 4, 29; III, 3, 3; 4, 2) e mais tarde o rei jónio Agesilau (cf. PLUTARCO, *Lisandro*, 23; *Agesilau*, 3 e 7).

(119) Cidadão que, apesar de não pertencer à classe dos “Iguais” e desejando deixar de ser considerado “inferior”, pretendeu em 398 a.C. agrupar numa única facção periecos, hilotas e neodâmodos para derrubar a aristocracia vigente; o intento fracassou em virtude de uma atempada denúncia (cf. XENOFONTE, *Helênicas*, III, 3, 4-11).

(120) Rei espartano em 399 a.C.

(121) Trata-se da segunda guerra de Esparta contra a Messénia ocorrida entre 640-610 a.C.; vide alusão à primeira guerra Messénica em supra Pol., V, 7, 1306 b 30; nota (116).

(122) Poeta do séc. VII a.C. que compôs elegias com o intuito de incitar o ânimo guerreiro dos espartanos; o poema *Eunomia* (em sentido literal, “boa lei”) visava atenuar e conciliar as oposições intestinas em Esparta em vista da coesão civil da cidade (cf. PAUSÂNIAS, 4, 8).

(123) General espartano (não confundir com o rei ateniense do mesmo nome) acusado de “medismo”, isto é de “apoio aos Medos” (epíteto com que se rotulavam os simpatizantes e partidários do império Persa durante as Guerras Médicas), e de pretender suprimir a magistratura suprema do Eforado para instituir um poder pessoal de inspiração tirânica.

(124) General cartaginês que, por volta de 400 a.C., empreendeu a guerra na Sicília contra Dionísio o Velho, tentando depois, sem êxito, apoderar-se do poder em Cartago com a ajuda de escravos armados e chefes de tribos nômades, tendo sido assassinado na sequência dessa tentativa fadada; cf. JUSTINO, XX, 5.

(125) Sobre a mistura de elementos democráticos e oligárquicos na *politeia*, ou regime constitucional, cf. supra Pol., IV, 8, 1293 b 30; sobre a mistura de elementos democráticos, oligárquicos e morais no regime aristocrático, cf. supra Pol., IV, 8, 1294 a 20.

(126) Cidade aludida em supra Pol., V, 3, 1303 a 31; nota (36); o acontecimento referido, embora possua contornos obscuros, só pode ter ocorrido depois da fundação da colónia em 444 a.C. e da derrota de Atenas em Siracusa por volta de 413 a.C.

(127) Vide alusão em supra Pol., II, 9, 1270 a 7 ss.; e sobretudo 1270 a 26, no que concerne ao enriquecimento por via do casamento.

(128) Habitantes da Lócria, cidade situada na costa sudoeste da Calábria.

(129) Alusão ao personagem em supra Pol., I, 11, 1259 a 29; III, 16, 1307 a 39; nota (80); V, 5, 1305 a 25; nota (75); sobre a ocorrência referida no texto, cf. PLUTARCO, *Dion*, 3, 6; DIODORO, XVI, 46, 6.

(130) Os casamentos contraídos entre cidadãos de cidades diferentes eram interditos, a ponto de se privar de direitos cívicos as crianças nascidas dessa união.

(131) Cf. supra Pol., V, 7, 1307 a 27; a referência destas ocorrências é no entanto muito insegura.

(132) Acerca dessas causas externas, cf. infra Pol., V, 10, 1312 a 40 ss.

(133) Sobre as circunstâncias que envolveram as ocorrências aludidas no texto, cf. supra Pol., IV, 11, 1296 a 32 ss.; TUCÍDIDES, I, 19; III, 82, 1; ISÓCRATES, *Panegírico*, 105; *Panatenáico*, 54.

(134) O termo “lacónio” equivale aos designativos “lacedemónio” ou “espartano”.

(135) Por outras palavras: a causa oposta à que produz o efeito da corrupção (*phthora*) é a que produz a preservação (*soteria*); por isso é que conhecida a causa da corrupção também se conhece a contrario o modo de a evitar, ou seja, a preservação.

(136) A alusão aristotélica à *paranomia* (que literalmente significa “desvirtuação da lei”) surge na esteira do emprego que Platão faz do termo, não todavia em sentido constitucional, como Aristóteles neste passo, mas num contexto pedagógico: vide *República*, IV, 424d.

(137) Aristóteles retoma aqui a questão metafísica da relação entre o todo e as partes (vide alusão em supra Pol., I, 2, 1253 a 23; nota 13; II, 5, 1263 b 35-37; nota 29; III, 17, 1288 a 28; nota 90); segundo o autor o equívoco sofista reside na acepção em que usa a noção *panta* (que significa todo) confundindo-a com a noção *holos* (que também significa todo, mas no sentido sintético de totalidade orgânica: não no sentido analítico de somatório de elementos). Acerca dos esquemas dialécticos de relação do todo e das partes, criados de resto pelas correntes de pensamento eleáticas, apropriadas pelos sofistas, e transmitidas por Platão e Aristóteles até ao ceticismo tardo-helénico, cf. PLATÃO, *Parménides*, 145-147; *Teeteto*, 204-205; ARISTÓTELES, *Tópicos*, VI, 13, 150 a 15-21; *Metafísica*, V (Δ), 26, 1023 b 26 ss; SEXTO EMPÍRICO, *Contra a Matemática*, IX, 331-358.

(138) Cf. supra Pol., IV, 13, 1297 a 13-38; nota (66).

(139) Sobre a dificuldade em se precisar com rigor a que regimes concretos Aristóteles se refere, cf. NEWMAN, IV, 382-383.

(140) Os termos *politeia* e *politeuma* adquirem neste contexto significado equivalente.

(141) O termo *demotikos* (da raiz etimológica *demo*, isto é povo) designa neste contexto todo o procedimento político exercido segundo a convicção popular (demótica) da estrita igualdade de todos em tudo.

(142) O termo “par” ou “semelhante” adquire neste passo a mesma acepção do termo *os iguais* (*homoioi*) no contexto do regime oligárquico de Esparta (vide supra Pol., V, 7, 1306 b 30; nota 116).

(143) Cf. supra Pol., V, 6, 1305 b 23.

(144) Sobre o sentido de poder autoritário (*dynasteia*), cf. supra Pol., II, 10, 1272 b 3; nota (112).

(145) Sobre a aferição censitária dos montantes da riqueza, em função da qual se acedia ao desempenho de cargos públicos, cf. supra Pol., II, 7, 1266b 24; nota (70).

(146) Sobre as noções matemáticas de múltiplo (*pollaplasion*) e submúltiplo (*pollotemorion*) derivadas da categoria metafísica da relação (*pros ti*), vide ARISTÓTELES, *Metafísica*, V (Δ), 15, 1020 b 28.

(147) Trecho de lavra difícil e de construção incerta; cf. NEWMAN, IV, 390. Em todo o caso, e admitindo que Aristóteles segue porventura as sugestões de Sólon (cf. frgm. 11) e de

Teognis (cf. 823), o sentido do texto deve ser o seguinte: no caso em que a cidade enfrenta uma recessão económica devido a um decréscimo de riqueza, o regime tende a tornar-se cada vez mais oligárquico (visto que se o limite fixado do montante de riqueza para o acesso às magistraturas se mantiver o mesmo só os possuidores de bens de raiz é que se encontram em condições de aceder ao desempenho dos cargos públicos), caso não se proceda a um reajustamento proporcional do montante exigido mediante um factor submultiplicador, de modo a equilibrar a correlação das forças democráticas e oligárquicas; no caso em que a cidade vive um momento de prosperidade económica devido a um acréscimo de riqueza, o regime tende a tornar-se cada vez mais democrático (visto que se o montante exigido de riqueza se mantiver, aumenta em número os que pela riqueza obtida em virtude da prosperidade podem aceder aos cargos públicos), caso não se proceda a um reajustamento proporcional do montante exigido mediante um factor multiplicador, de modo a equilibrar a distribuição das forças oligárquicas e democráticas.

(148) A supervisão da vida privada dos cidadãos era prática corrente em muitas cidades gregas. Por isso, em algumas cidades era destituído de direitos cívicos (*atimia*) quem dissipasse o património em excentricidades; cf. DIÓGENES DE LAÉRCIO, I, 55.

(149) Talvez Aristóteles pense num magistratura com o papel análogo ao dos Éforos em Esparta (cf. XENOFONTE, *O regime dos lacedemónios*, VIII, 4) ou aos do Conselho do Areópago em Atenas (cf. ISÓCRATES, *Areopagítico*, 46).

(150) Aristóteles aludirá à proverbial conduta extravagante de Alcibíades e Pausânias: cf. TUCÍDIDES, I, 130; I, 132; IV, 15, 4.

(151) Solução que obviamente Aristóteles prefere, por ser favorável à constituição de uma classe média (*to meson*), a que melhor assegura a moderação e o equilíbrio indispensáveis à estabilidade dos regimes.

(152) O termo *khrematon* (derivante da raiz etimológica *khrema*, isto é, *recurso*: vide supra Pol., I, 9, 1257 b 7) designa o montante pecuniário detido pelo tesouro público das cidades, e que os tesoureiros *transmitem* (*paradosis*) aos que sucedem no cargo cessadas as funções.

(153) Assim sucedia, por exemplo, em Rodas (cf. supra Pol., V, 5, 1304 b 27) e em Atenas (cf. ISÓCRATES, *Sobre a paz*, 128).

(154) Esta medida impede que, no interesse do regime oligárquico, as fortunas se concentrem em poucas e nas mesmas mãos. Concebendo a família como primeira célula social, Aristóteles concorda, seguindo a linha platónica (cf. PLATÃO, *Leis*, XI, 922b ss.), com a prática da transmissão de bens, tanto por via da doação como pela via testamentária, se apenas fôr feita na linha de parentesco, e não na linha da alienação dos bens a estranhos à família.

(155) A mesma posição é expressa por Tcrmenes em XENOFONTE, *Helénicas*, II, 3, 19.

(156) A mesma comparação (baseada na noção de *metriotes*, medida, moderação) é usada por Aristóteles em *Retórica*, I, 4, 1360 a 27 ss.

(157) Sobre os juramentos assumidos pelas facções oligárquicas diante da massa popular ateniense, cf. ANDÓCIDES, *Sobre os mistérios*, 98; no tocante aos juramentos dos partidários da democracia que prometem salvaguardar a integridade do regime, cf. TUCÍDIDES, VIII, 75, 2.

(158) Esta ideia de que cada regime deve assegurar uma educação destinada a promover as virtudes e características que lhe são próprias, encontra-se já devidamente exposta na filosofia platónica, à luz da qual o autor defende o princípio da escola pública e universal (cf. PLATÃO, *República*, V, 547 c-d). A esta visão educativa, fundada no duplo princípio da base pública e da universalidade, Aristóteles acrescenta o princípio da adequação orgânica da pedagogia ao carácter específico do regime, abrindo as portas àquilo que hoje se designa de "educação cívica". Assumir a educação como prioridade ética e política é, segundo Aristóteles, a melhor forma de induzir nos cidadãos a conformidade dos hábitos sociais com os princípios nomotéticos (constitucionais ou legais), preservando assim a *estabilidade* (*asphaleia*) de cada regime.

(159) Comparação usada já em ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, VII, II, 1152 a 20-25.

(160) Quer dizer, confundem liberdade (*eleutheria*) com libertinagem ou veleidade, entendendo-a, designadamente nos regimes democráticos, como direito para "fazer o que se quer". Sobre esta concepção voluntarista e decisionista de democracia, baseada mais no princípio individualista do livre-arbítrio (fazer, pensar e dizer o que se quer) do que no princípio cívico da responsabilidade para "querer, pensar e dizer o que se faz", cf. PLATÃO, *República*, VIII, 557b; 560e; IX, 572e; *Leis*, III, 701b; ISÓCRATES, *Areopagítico*, 20.

(161) Sobre a supremacia do número e da liberdade como critério estruturante dos regimes democráticos, cf. supra Pol., III, 8, 1279 b 16 ss; IV, 4, 1290 b 16 ss.; VI, 2, 1317 a 4 ss.

(162) EURÍPIDES, frgm. 891 Nauck; vide também a propósito HOMERO, *Odisséia*, IX, 114 (passo citado por ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, X, 10, 1180 a 27).

(163) Cf. ANDÓCIDES, *Contra Alcibiades*, 19; PLATÃO, *Leis*, IV, 715d; ARISTÓTELES, *Retórica*, I, 4, 1360 a 19.

(164) Aristóteles emprega aqui o termo *monarkhia* na sua acepção etimológica, a saber "poder (*arkhe*) exercido por um só (*monos*)"; tal acepção genérica é que adquire a designação específica de realza (*basileia*) ou tirania (*tyrannis*) consoante se trate respectivamente de um poder unipessoal recto (*orthos*) ou do seu desvio (*parekbasis*); vide supra Pol., III, 14, 1284 b 37.

(165) Posto que o poder real se funda organicamente no primado da excelência (*ariste*), do mérito (*axia*) e da virtude (*arete*).

(166) Por exemplo, na época de Pítao e de Pisístrato no séc. VI a.C.; cf. supra Pol., III, 14, 1285 a 35. Aristóteles opõe neste passo a magistratura civil e administrativa dos *demiourgoi* (em sentido literal, "fazedores segundo um plano prévio"), à magistratura religiosa e inspectiva dos *theoroi* (em sentido literal, "os que vêem, observam, contemplam,"), cuja função era representar cada cidade nas festas e jogos pan-helénicos.

(167) Como sucedeu em Epidamno: cf. Pol., III, 16, 1, 1287 a 7.

(168) Personagem que viveu na primeira metade do séc. VII a.C. (não confundi-lo com Fídon de Corinto, referido em supra Pol., II, 6, 1265 b 12).

(169) Como por exemplo sucedeu com Trasíbulo em 612 a.C. na cidade de Mileto: vide supra Pol., III, 13, 1284 a 27.

(170) Tal como em Agrigento, cidade situada no sudeste da Sicília, onde exerceu o seu poder entre 565-549 a.C.; cf. POLÍBIO, XII, 25; PÍNDARO, *Ítica*, I, 185.

(171) Primeiro dos tiranos de Leontino, cidade situada no leste da Sicília, que se apoderou do regime tirânico em 608 a.C., aproveitando as suas qualidades de polemárcio na oligarquia de que provinha; cf. POLIENO, V, 47.

(172) Pai de Periandro que se tornou tirano de Corinto (cidade situada no nordeste do Peloponeso, famosa pela prosperidade económica decorrente de actividades marítimas, mercantis e de transformação), depois de ter derrubado o regime aristocrático da família dos Baquíadas, e iniciado um governo estimado por todos, exercendo uma autoridade de moderação entre facções populares pobres (simpatizantes da democracia ateniense) e pequenos grupos de ricos notáveis (apoiantes da oligarquia espartana), estimulando as actividades comerciais em proveito das classes mercantis, protegendo os ofícios artesanais e os trabalhadores braçais, e distribuindo proporcionalmente as terras confiscadas aos exilados; cf. HERÓDOTO, I, 14, 20; V, 92.

(173) Acerca de Pisístrato e Dionísio o Velho, cf. supra Pol., V, 5, 1305 a 23 ss.

(174) Último rei lendário de Atenas no séc. IX a.C. (outros defendem séc. XI a.C.), que segundo a tradição terá salvo a cidade de uma invasão dórios à custa da própria vida; cf. LICURGO, *Contra Leócrates*, 84 ss; ESTRABÃO, IX, 393; XIV, 653.

(175) Monarca que libertou os persas do domínio do povo Medo EM 559 a.C.; sobre esta figura decisiva para a história do confronto civilizacional entre gregos e persas, cf. ÊSQUILO, *Persas*, 770 ss; XENOFONTE, *Ciropeia* (escrito onde nos é oferecida uma detalhada descrição da sua educação cortesã, em moldes auto-biográficos); HERÓDOTO, III, 82; PLATÃO, *Menéxeno*, 239d.

(176) Cf. CÍCERO, *Sobre a república*, I, 7, 12, onde é referido que a fundação de uma cidade é um dos mais nobres actos humanos.

(177) Acerca da conquista de terras, vide supra Pol., III, 14, 1285 b 7.

(178) Sobre os reis de Esparta, cf. Jakobi, *Fragmentos da história dos gregos*, 70 F, 117-118.

(179) Sobre os reis da Macedónia, cf. HERÓDOTO, III, 138.

(180) Sobre os reis Molossos (bárbaros que habitavam a região nordeste do Épiro, que se presumiam descendentes de Neoptólemo, também chamado Pirro, filho do lendário herói Aquiles), cf. TUCÍDIDES, II, 80-81; PLUTARCO, *Pirro*, I.

(181) Vide supra Pol., III, 7, 1279 b 6, IV, 10, 1295 a 17 ss.

(182) Sobre as práticas tirânicas de desarmamento popular, cf. o exemplo de Pisístrato em Atenas em ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, XV; sobre as práticas tirânicas de expulsão da cidade e dispersão pelo território da massa popular, cf. o exemplo dos Trinta em Atenas em XENOFONTE, *Helénicas*, II, 4, 1. Sobre os mesmos procedimentos nos regimes oligárquicos, cf. XENOFONTE, *Helénicas*, II, 3, 20.

(183) Vide mesmo exemplo referido em supra Pol., III, 13, 1284 a 26.

(184) Sobre as circunstâncias que rodearam a queda dos Pisistrátidas, na sequência da morte de Hiparco e do ultraje à irmã de Harmódio, cf. PLATÃO, *Banquete*, 182c; ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, 18, 2.

(185) Cf. alusão a este tirano da Ambrácia em supra Pol., V, 4, 1304 a 31; sobre a sua morte, cf. PLUTARCO, *Sobre o amor*, 23.

(186) Sobre as circunstâncias que envolveram o ataque letal do jovem nobre Pausânias contra Filipe da Macedónia em 336 a.C. (efeméride decisiva para a cronologia da Política de Aristóteles, segundo Werner JAEGER, Aristotle, ed. ROBINSON, 266, nota 2), vide DIODORO, XVI, 93 ss.

(187) É insegura uma referência a este personagem evocado no texto; cf. NEWMAN, IV, 428. Plutarco em *Alexandre*, 9-10 alude a um Átalo que terá provocado uma afronta (que passou impune aos olhos de Filipe da Macedónia) a Pausânias durante a boda nupcial de Cleópatra, sobrinha deste; quanto a Amintas, é possível que se tratasse de Amintas II, um dos monarcas macedônios que reinou em 392 a.C., filho bastardo de Arquelau, e não, de modo algum, do pai de Filipe da Macedónia; finalmente, no tocante a Deltas, talvez estejamos diante do personagem citado por Xenofonte em *Helénicas*, V, 2, 38; 3, 1, aludindo a um certo Deltas, príncipe de Elímia, região situada no sudoeste da Macedónia.

(188) Aristóteles alega como justificação do assassinato de Evágoras, rei de Salamina, no Chipre, entre 411-374 a.C., a vingança de de um eunuco, ultrajado pelo envolvimento amoroso da sua mulher (em algumas monarquias os eunucos podiam contrair casamento) com o filho daquele monarca. Todavia, segundo TEOPOMPO, frgm. 111 Muller, in *Fragm. hist. gr.*, I, 295, um eunuco chamado Trasideu de Élide terá assassinado o rei Evágoras em 374 a.C. por uma razão: para vingar a morte do seu amo Nicocreonte, descoberto a conspirar contra o monarca.

(189) Rei da Macedónia entre 431-399 a.C., que acolheu o dramaturgo Eurípides exilado em 408 a.C. (Platão considera-o um mau tirano em *Górgias*, 471a ss.). Não há consenso textual quanto às ocorrências referidas por Aristóteles neste passo: de facto o próprio nome Crateu encontra diversas cambiantes gráficas nos autores antigos (cf. por exemplo PLUTARCO, *Sobre o amor*, 26); por outro lado, há autores que defendem que a morte de Arquelau se terá devido a um acidente de caça (cf. DIODORO, XIV, 37, 6), enquanto outros defendem que se deveu a uma conspiração levada a cabo por súbditos ambiciosos (cf. ELIANO, *Histórias diversas*, VIII).

(190) Irra (ou Sirra, para alguns autores clássicos) e Arrabeu foram reis dos Lincestes, povo que habitava ao sul da Macedónia. Tal como os Elimiotas (cujos reis descendiam por linha colateral da dinastia real da Macedónia), este povo, apesar de sujeito ao império Macedónio, possuía realidades próprias, motivo pelo qual eram frequentes os casamentos com intuitos políticos, úteis às estratégias de aliança de Arquelau.

(191) Casada primeiro com Perdicas II, rei da Macedónia, Cleópatra uniu-se posteriormente a Arquelau, de quem teve uma filha e um filho (Orestes).

(192) Personagem desconhecido de outras fontes textuais antigas.

(193) Estes dois personagens figuram em listagens dos discípulos de Platão (cf. DIÓGENES DE LAÉRCIO, III, 46), embora autores haja que consideram a fixação manuscrita do nome Píton pouco segura, defendendo que o nome correcto seria Pirro posto que em DIÓGENES DE LAÉRCIO, IX, 65, atribui a Pirro (fundador da escola céptica) a responsabilidade do homicídio de Côtis; cf. FILÓSTRATO, *Vida de Apolónio de Tiana*, VII, 2. Em todo o caso, mesmo pesando sobre eles o estigma do homicídio, foram aclamados "benfeitores" pelo povo ateniense, tendo-lhes sido atribuída uma coroa de ouro e o estatuto de cidadania; cf. DEMÓSTENES, *Contra Aristócrates*, 119.

(194) Cidade situada na costa egea da Trácia.

(195) Rei dos Odrisas, povo trácio, em 382 a.C., assassinado em 359 a.C.

(196) Eunuco que, ao serviço de Côtis, instigou uma rebelião contra este, em data incerta (possivelmente entre 380 e 370 a.C.).

(197) Dinastia que reinou em Mitilene, cidade da ilha de Lesbos, e que presumia descender de Pentílio, filho bastardo de Orestes, o que encabeçou a emigração eólia para Lesbos; cf. PAUSÂNIAS, III, 2,1; ESTRABÃO, XIII, 582.

(198) Nome impreciso e desconhecido das fontes documentais antigas, nada tendo a ver de resto com o segundo filho de Ciro, com o mesmo nome.

(199) Personagem não referenciado nas fontes antigas.

(200) O episódio assume contornos algo burlescos e caricatos. Contudo se tivermos em conta o ultraje que provocava uma alusão ao mau hálito, na antiguidade clássica (vide por exemplo PLUTARCO, *Banquete*, II, 1, 9), percebe-se a reacção indignada de Eurípides, dramaturgo apaniguado da corte macedónia (onde redigiu as *Bacantes*), casa real onde escritores e artistas encontraram acolhimento favorável à sombra de Arquelau.

(201) Este passo, onde Aristóteles atribui ao medo a causa do homicídio, dificilmente se compagina com os dados históricos referidos por outros autores clássicos, designadamente DIODORO, XI, 69; JUSTINO, III, 1, 1 ss.; ELIANO, *Histórias diversas*, XIII, 3, para quem o verdadeiro móbil do crime resultou da ambição. Em todo o caso, os contornos da intriga decorrida na corte persa são os seguintes: em 464 a.C. Artapanes, general que comandava a guarda pessoal da corte persa, mata Xerxes para se apoderar do trono, instigando simultaneamente Artaxerxes, filho do monarca assassinado, a liquidar o seu irmão primogénito Dario, sobre quem pendiam entretanto as suspeitas de ter cometido o regicídio; todavia, Artapanes é morto pouco depois, quando se descobre a sua intenção de matar também Artaxerxes, com o intuito de banir definitivamente a linhagem dinástica.

(202) Último rei da Assíria, que teria reinado entre 837-817 a.C. (outros autores fazendo fê em Calístenes, vide JACOBY, *Fragmentos da história dos gregos*, 124 F 34, asseguram que se trata de outro monarca com o mesmo nome e que reinou entre 668-626 a.C.), tendo sido assassinado por Arbaz, um dos seus generais.

(203) Tirano de Siracusa, filho de Dionísio o Velho, que sucedeu no trono a seu pai entre 367-356 a.C., e depois entre 346-343 a.C., hostilizando Dion mediante a confiscação de bens pessoais e obrigando a esposa deste (Areta) a casar-se com Timócrates, governador de Siracusa (cf. PLUTARCO, *Dion*, 18, 21), factos que, aliados à vida dissoluta do monarca, moveram Dion a instigar uma revolta que acabou por debilitar irreversivelmente a realza siracusana (cf. PLUTARCO, *Dion*, 7, 239).

(204) Embora Aristóteles considere Ciro general de Astiages, último rei dos Medos destronado por aquele em 550 a.C., o certo é que outros autores consideram Ciro neto materno do monarca, como aliás nos surge relatado em XENOFONTE, *Ciropeia*, I, 2, 1. Seja como for, talvez Aristóteles siga a tese de Ctésias, muito em voga na época, que refutava tal parentesco; cf. JACOBY, *Fragmentos da história dos gregos*, 688 F 9.

(205) Reis da Trácia aliados de Atenas entre 390-386 a.C. (cf. XENOFONTE, *Helênicas*, IV, 8, 26), depois de um longo período em que Seutes se envolvera numa série de confrontos contra Amádoco, rei dos Odrisas, ao tentar recuperar o principado trácio, perdido por seu pai, com a ajuda das tropas de Xenofonte (cf. XENOFONTE, *Anábase*, VII, 2, 32 ss.).

(206) Ocorrência muito difícil de situar historicamente: em todo o caso, tudo aponta para que se trate de Mitídrates II, que em 387 a.C. (outros autores apontam 336 a.C.) tomou o lugar de seu pai Ariobarzanes, senhor de uma satrapia (circunscrição regional político-administrativa) do Ponto; cf. XENOFONTE, *Ciropeia*, VIII, 8, 4.

(207) Cf. esta alusão supra Pol., V, 10, 1312 a 4 ss.; sobre a expedição movida por Díon a Dionísio II o Jovem, cf. PLUTARCO, *Dion*, VII, 23 ss.

(208) Cf. supra Pol., V, 7, 1307 b 23.

(209) HESÍODO, *Trabalhos e dias*, 25.

(210) Aristóteles partilha da mesma ideia de PLUTARCO, *Alexandre*, 34.

(211) A tirania cai em Siracusa, depois do derrube da dinastia dos Gelônidas em 466 a.C. e da democracia em 413 a.C.

(212) Tirano de Siracusa entre 485-478 a.C.

(213) Tirano que sucedeu a Hieron em Siracusa (não deve ser confundido com o personagem milésiano do mesmo nome referido em supra Pol., III, 13, 1284 a 27-32; 1311 a 20); cf. DIODORO, IX, 66, 4.

(214) Este filho de Gélon, cujo nome se desconhece, terá sido tirano de Siracusa apenas nominalmente, já que quem detinha o poder efectivo era o seu tio Hieron, irmão daquele.

(215) Dionísio o Velho, tirano de Siracusa, casou-se com Aristômaca, irmã de Díon: todavia quem sucede no poder em 368 a.C. é Dionísio II o Jovem, filho da locria Doris, uma outra esposa de Dionísio o Velho. Por seu turno, Dion (parente de Dionísio II o Jovem que se casara com Areta, meia-irmã deste) conseguiu derrubar Dionísio do poder em 356 a.C., sendo morto pouco tempo depois em 354 a.C.; cf. PLUTARCO, *Dion*, 54-57.

(216) Cf. TUCÍDIDES, II, 11, 8; DEMÓSTENES, *Contra Mídias*, 41; ARISTÓTELES, frgm. 661 Rose, in *Arist. Fragm.*, 416.

(217) Levada a cabo por Harmódio e seus conjurados; cf. supra Pol., V, 10, 1311 a 36 ss: nota (174). A dita tirania, ainda assim, terá subsistido após a conjura: cf. TUCÍDIDES, I, 20, 2; VI, 59; ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, 19.

(218) Cf. PLATÃO, *Leis*, III, 690d - 691d; ARISTÓTELES, frgm. 658 Rose, in *Arist. Fragm.*, 414-415. A exigência de moderação ou justa medida (*metriotes*) é adoptada por Aristóteles da terminologia dietética da Escola Hipocrática, encontrando vasta aplicação ao longo do tratado da Política.

(219) Sobre este povo, cf. supra Pol., V, 10, 1310 b 38: nota (180).

(220) O passo parece seguir a lição platónica em *Leis*, III, 692a, onde Teopompo surge como rei de Esparta, vencendo Aristodemo em Ítome na primeira Guerra Messénica (séc. VIII a.C.). Todavia, segundo a opinião de muitos autores antigos, incluindo Platão (cf. *Carta VIII*, 354b), terá sido Licurgo e não Teopompo quem criou a instituição espartana do Eforado: cf. HERÓDOTO, I, 65; XENOFONTE, *O regime dos lacedemónios*, VIII, 3.

(221) Magistratura espartana constituída por cinco elementos (éforos) que detinham competências de limitação do poder real, exercendo funções de vigilância, aconselhamento, substituição (em determinadas ocasiões), e acompanhamento do rei nos empreendimentos militares; cf. HERÓDOTO, V, 40; TUCÍDIDES, I, 131; XENOFONTE, *O regime dos lacedemónios*, IV, 6.

(222) O mesmo remoque é registado em PLUTARCO, *Licurgo*, 7.

(223) Considerado por Platão como um tirano despótico (vide *Protágoras*, 343a) e tido como um dos Sete Sábios gregos (cf. DIÓGENES DE LAÉRCIO, I, 99; PLUTARCO, *Sobre o E de DELFOS*, 3), vide alusão a este tirano de Corinto em supra Pol., III, 13, 1284 a 26: nota (65); V, 10, 1311 a 20.

(224) O regime persa constitui uma monarquia de contornos mais tirânicos do que régios; cf. PLATÃO, *Leis*, III, 697 a; XENOFONTE, *Ciropeia*, VIII, 2, 10-12.

(225) O termo *syssitia* designa neste contexto não só a instituição cívica das "refeições públicas comuns" (vide supra Pol., II, 5, 1264 a 1: nota (31)), mas também todo o tipo de refeição privada comum, como o banquete.

(226) Sobre os contornos cívicos e políticos destas associações, cf. supra Pol., II, 11, 1272 b 34: nota (115).

(227) Sobre o procedimento tirânico para impedir a instrução, educação e cultivo dos subjulgados, cf. PLATÃO, *Banquete*, 182 b-c.

(228) Sobre este tirano de Siracusa, cf. supra Pol., V, 10, 1312 b 11.

(229) A tradução deste passo comporta opções hermenêuticas delicadas; cf. NEWMAN, IV, 456-457. Contudo, o trecho parece relevar de PLATÃO, *República*, VIII, 567 a-c.

(230) Sobre o trabalho pesado que teria possibilitado a construção das Pirâmides do Egipto, cf. HERÓDOTO, II, 124-127.

(231) Platão chega a referir-se de passagem a oferendas votivas desta família de Corinto aos santuários de Delfos e Olímpia, mencionando inclusive a oferta de uma estátua de ouro dedicada a Zeus: cf. PLATÃO, *Fedro*, 263b.

(232) A construção do templo de Zeus Olímpico em Atenas foi iniciada com Pisístrato, tendo sido concluída, alguns séculos depois, pelo imperador romano Adriano.

(233) Filho de um próspero armador, que se torna tirano com a ajuda de um pequeno contingente militar, levando a cabo (tal como Pisístrato em Atenas), obras de grande envergadura e impacto urbano, das quais se destacam o amuralhamento da cidade, o palácio, um templo dedicado a Hera, e um aqueduto: cf. HERÓDOTO, III, 60. O tirano acabou crucificado por Dario em 522 a.C.

(234) Ilha situada nas imediações da costa jónia na Ásia Menor, famosa quer pela prosperidade de artesãos, mercadores e armadores, quer devido ao seu papel metropolitana, na fundação de importantes colónias no Egipto, Sicília e Campânia.

(235) Sobre este tirano de Siracusa, cognominado de "o Velho", que nos primeiros tempos da sua tirania onerou os seus subordinados com pesada tributação para poder financiar forças navais e terrestres, exigidas pelo esforço de guerra contra Cartago: cf. PSEUDO-ARISTÓTELES, *Económicos*, II, 20, 1349 a 15 ss.; PLUTARCO, *Dion*, 30.

(236) Este retrato nada abonatório do tirano encontra-se bem patenteado em inúmeros textos antigos: cf. HERÓDOTO, III, 80; EURÍPIDES, *Íon*, 626; TEOFRASTO, *Caracteres*, XXIX; ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, IX, 3, 1165 b 15; *Retórica*, II, 24, 1401 b 13.

(237) Quer dizer, só os maus podem praticar maldades.

(238) Neste passo é possível que Aristóteles tenha em mente Dionísio II, o Jovem, tirano de Siracusa, que normalmente se apresentava em estado de embriaguês durante dias sucessivos: cf. ATENEU, *Deipnosophistas*, 535e; PLUTARCO, *Dion*, 35.

(239) A mesma expressão é empregue por Aristóteles noutro contexto, para se referir à felicidade dos deuses: cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, X, 8, 1178 b 9.

(240) Sobre a política religiosa dos tiranos, aludida neste passo, cf. ISÓCRATES, *Evágoras*, 43.

(241) Sobre as opções sexuais dos tiranos, práticas eróticas, e atentados ao pudor juvenil, cf. CÍCERO, *Tusculanas*, V, 20, 58 e 60; ATENEU, *Deipnosophistas*, I, 6 ss.

(242) HERACLITO, frgm. 85 DIELS-KRANZ: a citação integral desta máxima encontra-se vertida em PLUTARCO, *Coriolano*, 22.

(243) Avô de Clístenes (reformador da constituição ateniense) reinou em Sicione entre 600-570 a.C. depois de ter derrubado a tirania com o apoio e em favor das classes populares inferiores, obrigando os nobres a refugiarem-se como exilados em Corinto, cidade com quem manteve um confronto militar, inundando os santuários pan-helênicos de oferendas provenientes dos despojos obtidos na primeira Guerra Sagrada; PAUSÂNIAS, II, 9, 6; HERÓDOTO, V, 67-69; VI, 126-129.

⁽²⁴⁴⁾ Cidade do Peloponeso, situada numa vasta planície a oeste de Corinto, famosa pela fertilidade das suas terras, onde um grupo restrito de aristocratas nobres e fundiários se opunha à massa popular de camponeses e servos braçais.

⁽²⁴⁵⁾ A dinastia Ortágorida (instituída por Ortágoras e continuada pelos seus filhos) vigorou na cidade de Sicione cerca de um século (entre 670-570 a.C.); cf. HERÓDOTO, VI, 126.

⁽²⁴⁶⁾ Pisístrato chegou de facto a ser acusado de homicídio perante o Areópago; contudo, chegada a hora do julgamento, e porque o acusado se apresentou em pessoa, o denunciante amedrontado desistiu do processo que movera: cf. ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, XVI, 8.

⁽²⁴⁷⁾ Sobre esta dinastia tirânica, cf. supra Pol., V, 11, 1313 b 22. Sobre Cipselo, cf. supra Pol., V, 10, 1310 b 29; sobre Periandro, cf. supra Pol., V, 11, 1313 a 37; sobre Psamético nada se sabe em termos de fontes antigas.

⁽²⁴⁸⁾ Sobre esta dinastia tirânica, cf. supra Pol., V, 10, 1311 a 36: nota (184).

⁽²⁴⁹⁾ Sobre Hieron, cf. supra Pol., V, 11, 1313 b 14; sobre Gélon, cf. supra Pol., V, 10, 1312 b 10; sobre Trasíbulo, cf. ibidem.

⁽²⁵⁰⁾ Aristóteles alude a um passo de PLATÃO, *República*, VIII, 546 b-c, onde se explica a virtualidade geométrica, de inspiração pitagórica, do chamado "número nupcial" (referido de resto por outros autores antigos, como por exemplo PLUTARCO, *Sobre o E de DELFOS*, 8, 388c), relacionado com o cálculo matemático que consiste em transformar os três lados de um triângulo rectângulo (cujos lados medem 3, 4 e 5) num sólido cúbico, elevando à quarta potência (o quatro é para os pitagóricos o número do sólido) o produto resultante da multiplicação $3 \times 4 \times 5$, ou seja, $60 \times 60 \times 60 \times 60$; a cifra que resulta deste cálculo, a saber, 12.960.000, equivale a 36.000 anos solares, que como se sabe (cf. PLATÃO, *Timeu*, 39d) corresponde ao grande período cósmico. Para Platão este número devia ser conhecido pelos governantes, na medida em que dele devia depender o cálculo para regular as uniões matrimoniais em função do número de nascimentos ditado por essa dedução aritmogeométrica.

⁽²⁵¹⁾ Com efeito, segundo PLATÃO (cf. *República*, VIII, 544 c; 547d - 548d), a constituição ideal inicia o seu processo de degeneração a partir da timocracia (*time + kratéia*, ou seja em sentido literal, "governo fundado nas honras") mediante a sua evolução interna sob o influxo do tempo, de que os regimes espartano e cretense são os modelos históricos.

⁽²⁵²⁾ Antes de expor a teoria aritmogeométrica do número nupcial (vide supra nota 250), Platão aborda em *República*, VIII, 546a o modelo das revoluções cíclicas ou circulares (que estão na base da ideia de "período" ou "ano cósmico"), logicamente ligado ao princípio do "eterno retorno" (cf. PLUTARCO, *Sobre o E de DELFOS*, 8, 388 c-e).

⁽²⁵³⁾ Sobre este tirano de Sicione, cf. supra Pol., V, 12, 1315 b 16 ss.

⁽²⁵⁴⁾ Irmão e sucessor de Ortágoras (cf. supra Pol., V, 11, 1315 b 13), a quem sucedeu por sua vez Aristónimo, que teve três filhos: Míron, Isodemo e Clístenes; cf. NICOLAU DE DAMASCO, em JACOBY, *Fragm. hist. gr.*, 90 F 61.

⁽²⁵⁵⁾ Personagem de origem calcídica de quem pouco se sabe; cf. ALCEU, frgn. 296A Page.

⁽²⁵⁶⁾ Sobre este tirano de Siracusa, cf. supra Pol., V, 12, 1315 b 34.

⁽²⁵⁷⁾ Talvez se trate do personagem aludido em supra Pol., II, 10, 1271 b 25, rei euripontida de Esparta, filho de Eunomo, que reinou entre 874-811 a.C. de forma muito tirânica: cf. PLATÃO, *Carta VIII*, 354b; HERÓDOTO, VIII, 131.

⁽²⁵⁸⁾ Cidade do sudoeste da Sicília, próspera pelos seus vinhedos e olivais, cofundada em 690 a.C. por povos oriundos de Rodes e Creta, onde Cleandro (filho de um tal Pantares, afamado pelas suas vitórias olímpicas) instituiu um regime tirânico com a ajuda de milícias mercenárias, sendo assassinado por volta de 498 a.C.; cf. HERÓDOTO, VII, 154.

⁽²⁵⁹⁾ Cidade situada no sudoeste da Calábria, onde Anaxilau inicia uma tirania, depois de ter derrubado o governo oligárquico dos "Mil" em 494 a.C.

⁽²⁶⁰⁾ Cf. PLATÃO, *República*, VIII, 550d ss.

⁽²⁶¹⁾ Talvez, por lapso manuscrito de um copista, o termo *demokratoumene* não faz qualquer sentido, posto que em Cartago vigorava uma aristocracia e não uma democracia, como

de resto Aristóteles sublinha em supra Pol., II, 11 integr.; IV, 7, 1293 b 14; sobre esta dificuldade hermenêutica cf. as preciosas e razoáveis sugestões de NEWMAN, IV, 486-487.

⁽²⁶²⁾ Cf. PLATÃO, *República*, VIII, 551d

⁽²⁶³⁾ Pela forma como Aristóteles termina *ex abrupto* este livro, tudo leva a supor que se está em presença de um bloco textual inacabado, ou por falta de tempo ou por extravio de um segmento manuscrito.

NOTAS: LIVRO VI

⁽¹⁾ As constituições híbridas, que deviam configurar a maior parte das experiências de regimes políticos na Grécia, resultam, segundo Aristóteles, da possibilidade de se proceder a diferentes combinações dos poderes deliberativo, executivo e judicial.

⁽²⁾ Cf. supra Pol., IV, 12, 1296 b - 1297 a 13.

⁽³⁾ A saber: certos intuítos democráticos (*demotika*) acabam por comprometer a própria integridade da democracia, visto que a tentação de reduzir a experiência democrática, tal como a oligárquica, a um estado quimicamente puro, acaba por degenerar frequentemente em tirania ou seja na violência e no arbítrio da maioria. Segundo Aristóteles, qualquer regime que pretenda atingir uma estabilidade (*asphaleia*) suficiente para atingir os fins que persegue, não pode levar ao limite a aplicação unívoca e infalível dos seus princípios paradigmáticos: cf. supra Pol., V, 9, 1309 b - 1310 a 36.

⁽⁴⁾ Acerca da perspectiva aristotélica sobre a liberdade (*eleutheria*), cf. supra Pol., I, 4, 1254 a 14; III, 4, 1277 b 3; VIII, 2, 1337 b 17 ss. Para o filósofo a liberdade humana decorre da capacidade de cada indivíduo possuir em si próprio (e não em outrém) o fim da sua auto-determinação ética, cívica e política; todavia, esta condição não lhe confere *a fortiori* o direito de participar no exercício do poder político nas magistraturas de governo (*arkhai*), apenas nas de deliberação (*boulai*), e em determinados casos nas de decisão judicial (*dikai*); cf. a propósito os comentários sensatos e avisados de NEWMAN, I, 246; IV, 494-495.

⁽⁵⁾ Sobre a noção de fim (*telos*), distinta da de termo (*skopos*), cf. ARISTÓTELES, *Metafísica*, V (Δ), 16, 1021 b 12-1022 a 3.

⁽⁶⁾ Encontra-se acenado neste passo os princípios do "sufrágio universal" e do livre acesso de todos os cidadãos ao desempenho de cargos públicos, bandeiras reivindicadas pelos movimentos liberais e revolucionários modernos, de inspiração iluminista.

⁽⁷⁾ Adivinha-se neste passo os fundamentos embrionários do princípio da "rotatividade" do poder em termos políticos, e da "mobilidade" de funções públicas em termos administrativos, contraponíveis hoje ao princípio organizacional da especialização, e ao acto de fé na onipotência do Estado.

⁽⁸⁾ Ou seja, relativas aos atentados de lesa regime.

⁽⁹⁾ O termo *krisis* (que etimologicamente dá origem à palavra "crivo" e "crise"), deve ser tomada neste contexto na acepção lata de "decisão" em matéria governamental, administrativa e judicial.

⁽¹⁰⁾ Como sucedia com os pritanes, em Atenas; cf. ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, XLIII, 3.

⁽¹¹⁾ Discute-se hoje se este passo terá resultado ou não da lavra de Aristóteles; cf. a propósito NEWMAN, IV, 504.

⁽¹²⁾ Cf. supra Pol., III, 10, 1281 a 14.

⁽¹³⁾ Salvo na circunstância em que as partes divergem na forma de conceber essa maioria: nesse caso, fica liquidada, à partida, uma base mínima de entendimento, se por exemplo os partidários da democracia insistirem de modo irredutível na maioria entendida como "número da massa pobre", e os partidários da oligarquia insistirem por seu turno em maioria à luz do "poder dos que possuem riqueza".

(14) Segundo Aristóteles uma decisão maioritária a ser tomada num regime misto de ricos e pobres (regime demoiarquitico), não deve resultar do somatório aritmético das intenções de cada indivíduo *per capita* (tipo "cada cabeça a sua sentença"), mas deve resultar de um cálculo que tenta combinar a intenção individual com o montante de riqueza de cada um (*timema*). Partindo do princípio que o montante de riqueza da elite rica corresponde ao dobro do montante da riqueza da massa pobre e que, em contrapartida a massa pobre é o dobro em número da elite rica, Aristóteles entende que segundo a justiça proporcional cada rico deve ter direito a 2 votos contra 1 voto de cada pobre: assim, quando por exemplo num total de 30 cidadãos há 6 ricos (com 2 votos cada) e 5 pobres (com 1 voto cada) que votam num determinado sentido, e há por outro lado 4 ricos (com 2 votos cada) e 15 pobres (com 1 voto cada) que votam noutro sentido, deve ser considerada decisão de maioria o grupo que obtiver maior número de votos resultantes da soma ponderada; neste caso a decisão maioritária caberá ao segundo grupo dos 4 ricos e 15 pobres, visto que:

- o primeiro grupo representa $(6 \times 2) + 5 = 17$ votos

- o segundo grupo representa $(4 \times 2) + 15 = 23$ votos.

Ou seja, apesar de a massa pobre ser claramente maioritária no segundo grupo vitorioso, a verdade é que a decisão acaba por ser de teor oligárquico, devido ao peso ponderado da riqueza dos restantes cidadãos.

(15) Cf. Pol., IV, 4, 1291 b 30-38.

(16) Cf. PLATÃO, *Leis*, IX, 870a

(17) Cidade situada a noroeste da planície arcádica no Peloponeso central, cujos habitantes se notabilizaram por instituírem um dos melhores corpos legislativos, quando por volta de 421 a.C. foi implementada uma democracia que tinha em conta não só as boas leis como os sólidos costumes do povo (cf. ELIANO, *Histórias diversas*, II, 221; POLÍBIO, IV, 20; PSEUDO-PLUTARCO, *Sobre a música*, 32; XENOFONTE, *Anábase*, VI, 1, 11). A massa popular gozava não só do direito de deliberação, como as suas decisões tinham muitas vezes força executória. A cidade tornar-se-á a capital da Confederação Arcádica (espécie de *synoikia*, isto é "casa comum", do grego *syn* + *oikos*, que Aristóteles refere em supra Pol., II, 2, 1261 a 29) passando a designar-se Megalópolis.

(18) A saber, democracia de tipo agrário.

(19) Ou seja, essa propriedade fundiária não deveria exceder uma determinada superfície, nem estar situada demasiado perto do centro político-administrativo da cidade.

(20) Rei de Élis, situada no noroeste do Peloponeso (região predominantemente agrícola), onde o monarca, depois de se apoderar da cidade, permitiu aos vencidos continuarem a viver de forma pacífica na sua pátria, exigindo apenas uma redistribuição das terras em favor do povo. Os contornos históricos desta realza são contudo pouco conhecidos; cf. ESTRABÃO, VIII, 3, 30.

(21) A hipoteca de uma parcela de terreno, por mais pequena que fosse, implicava frequentemente o início de um processo de depauperamento progressivo, que só terminava com despojoamento total das propriedades fundiárias dos credores; daí a existência de uma lei referida por Aristóteles que impedia a alienação, penhora ou hipoteca de uma determinada superfície de terra familiar.

(22) Cidade macedónia situada no istmo de Palene.

(23) Podem aceder ao desempenho de cargos de magistratura, visto que o montante censitário de riqueza que se exige é mínimo.

(24) Cidade situada no norte de África, fundada em 631 a.C. por colonos gregos, próspera pela imensidão e qualidade das suas vinhas, oliveiras e cearas, facto que motivou o surgimento de grandes proprietários rurais e uma classe mercantil virada para o comércio externo (principalmente com Atenas), e onde terá ocorrido em 401 a.C. um levantamento de notáveis a que o texto aristotélico alude; cf. DIODORO, XIV, 34.

(25) Político e legislador reformista, a quem se deve a instituição do ostracismo, a divisão racional das terras aráveis da Ática, e a refundação das antigas tribos jónicas em 10 novas

tribos com novos estatutos de cidadania. Sobre essas reformas constitucionais de Clístenes, ocorridas em 508 a.C., cf. supra Pol., III, 2, 1275 b 36 ss.; vide também a proósis HERÓDOTO, VI, 131.

(26) Existiam na Grécia ao tempo de Aristóteles um tipo de associações religiosas designadas de *phratrías* (frátrias, em sentido transliterado, ou confrarias em sentido mais impróprio mas análogo), e que resultavam do conjunto de indivíduos de famílias nobres (designadas de *geneis*, e que o latim assumirá no termo *gens*) unidos pelo vínculo de pertença a um culto religioso comum. Aristóteles pensa que uma redução e um reordenamento das associações religiosas contribuiria para uniformizar a coesão e o sentido cívico de pertença.

(27) Cf. supra Pol., V, 11, 1313 b 32

(28) Acerca da função de estabilização (*asphaleia*) e preservação (*soteria*) dos regimes políticos, mediante as leis escritas e não escritas, cf. PLATÃO, *Leis*, VII, 793b; VIII, 841b; ARISTÓTELES, *Retórica*, I, 10, 1368 b 9.

(29) Em determinadas situações de condenação judicial, a sanção pecuniária inerente à multa (*demeusis*) complementava a privação de direitos, honras e, em alguns casos extremos de cidadania (*atimia*).

(30) Com efeito, tal prática implicava benefícios políticos e administrativos para a cidade, visto que em certas circunstâncias poder-se-ia recorrer ao tesouro sagrado (que reunia um décimo dos bens confiscados em favor de Atena) para gastos imprevistos e urgentes: cf. XENOFONTE, *Helénicas*, I, 7, 10. Sobre a distinção entre domínio público (ou esfera temporal) e domínio sagrado (ou esfera espiritual), cf. sugestões de Hipodamo de Mileto em supra Pol., II, 8, 1267 b 34.

(31) Como sucedia em Atenas com a Assembleia Heliástica, composta por um colectivo de 6000 juizes.

(32) Referência lendária ao tonel esburacado que as cinquenta filhas de Danaus, rei mítico de Argos, foram condenadas a encher, por terem assassinado os respectivos maridos; cf. LEUTSCH-SCHN., *Paroem. gr.*, II, 154.

(33) Este tipo de incentivos do regime à aquisição de propriedade rústica, ao comércio e à agricultura (vide exemplos em ISÓCRATES, *Areopagítico*, 16; ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, XVI, 13; ELIANO, *Histórias diversas*, IX, 25) era complementável, em algumas cidades, com uma espécie de abono social para aqueles que, por motivos de saúde ou impedimento físico, não pudessem trabalhar, sendo-lhes concedido diariamente, a expensas do erário público, um pequeno montante pecuniário para a alimentação (cf. ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, XL, 4).

(34) Sobre esta cidade, cf. supra Pol., V, 12, 1316 a 34.

(35) Sobre a cidade de Tarento, cf. supra Pol., V, 3, 1303 a 3.

(36) Recorde-se que, de acordo com o direito público helénico, o sorteio era considerado um procedimento "demótico", isto é de essência democrática.

(37) Esta aparente bivalência entre magistraturas necessárias (*demotikos*) e magistraturas elevadas (*anagkaion*) parece apontar para a moderna distinção entre funcionários públicos, ligados a tarefas administrativas e de gestão, e detentores de cargos políticos (*kyrioteron*), ligados a funções de exercício de poder, decisão e execução.

(38) Cf. PLATÃO, *República*, VIII, 556c.

(39) Sobre a distinção entre "justiça segundo o mérito" (*dike kat'axian*) própria para manter a estabilidade das oligarquias, e "justiça segundo o número" (*dike kat'arithmon*), própria da integridade das democracias, onde a cidadania é conferida em função da "grande quantidade de indivíduos" (*polyanthropia*), cf. supra III, 1, 1301 a 27 ss: nota (1); V, 7, 1307 a 16; VI, 4, 1319 b 6.

(40) Em Atenas a cavalaria (*hippeis*) cumpria na maior parte das vezes uma função de parada; cumpria à infantaria pesada (*hoplitai*, isto é os portadores de "hopla", armas) a função permanente de transporte do armamento; a infantaria ligeira (*psiloi*) era um corpo militar

eventual, sendo recrutado sempre que necessário na classe dos operários braçais (*theta*). Sobre a forma de adaptar de modo adequado as tropas às condições orográficas e geográficas, cf. PLATÃO, *Leis*, I, 165d; acerca dos modelos de combinações possíveis dos diversos ramos e corpos militares (principalmente mistura de tropas ligeiras com outros corpos militares), cf. autores antigos como TIRTEU, II, 35; PLUTARCO, *Aristides*, 14; TUCÍDIDES, II, 79; XENOFONTE, *Helênicas*, VII, 4, 15; HIPARCO, V, 13.

⁽⁴¹⁾ A infantaria ligeira (vide nota supra) era recrutada por norma das classes populares inferiores, pela sua grande quantidade e versatilidade (devido à facilidade de manuseamento e ligeireza das armas).

⁽⁴²⁾ Sobre esta cidade da Beócia, situada no norte Ático, cf. a alusão referida em supra Pol., III, 5, 1278 a 25.

⁽⁴³⁾ Sobre esta cidade, cf. supra Pol., V, 6, 1305 b 10.

⁽⁴⁴⁾ Passo enigmático, onde Aristóteles parece aludir a uma lista de cidadãos que, de tempos a tempos, era revista segundo critérios de mérito: quem pertencia à classe dirigente podia não ser reinscrita por má conduta política, quem pertencia às classes inferiores podia passar a constar dessa lista por força de uma notória virtude cívica; sobre as dificuldades de interpretação deste passo, cf. NEWMAN, IV, 545.

⁽⁴⁵⁾ Cf. supra Pol., IV, 15, 1299 a 3 ss.

⁽⁴⁶⁾ Cf. supra Pol., IV, 15, 1299 a 34 – b 10

⁽⁴⁷⁾ Em Atenas existiam cerca de 10 inspectores de mercados (*agoranomoi*; etimologicamente, “os que administram a ágora”); cf. ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, LI.

⁽⁴⁸⁾ Em Atenas existiam cerca de 10 vigilantes da boa ordem (*astynomoi*; etimologicamente, “os que administram a cidade”, com uma função análoga à das forças policiais modernas); 5 distribuídos pelo Pireu e 5 pela Acrópole; cf. ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, L.

⁽⁴⁹⁾ Em Atenas os “inspectores de fortificações” eram 10, exercendo funções de manutenção e reparação de construções defensivas; os inspectores da água, por seu turno, desempenhavam funções relativas à distribuição das águas de regadio e à fiscalização das águas de consumo dos fontanários públicos; cf. ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, XLIII.

⁽⁵⁰⁾ Sobre a função dos recolectores de impostos (*apodektaí*) em Atenas, vide ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, XLVIII, 1-2; sobre os tesoureiros públicos (*tamiai*), cf. *Ibidem*, IV, 2; VII, 3; VIII, I.

⁽⁵¹⁾ Esta função judicial engloba processos judiciais relativos à esfera pública e privada; cf. a propósito NEWMAN, IV, 555.

⁽⁵²⁾ Sobre esta magistratura religiosa em Atenas, relacionada com os arquivos sagrados (*hieromnemes*; da raiz etimológica *hieros*, sagrado + *mnemon*, guardar, registar) cf. ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, XXX.

⁽⁵³⁾ Tratam-se de listagens (*eggrapha*, termo que provém do radical “graphe”, escrita) onde constaria o nome dos cidadãos com dívidas públicas como multas judiciais, afixadas (*protithemai*, radical grego que exprime “colocar diante de”, “afixar”) em plena praça pública, e a partir das quais eram executadas as dívidas pelos cobradores de impostos (*praktoreis*, termo grego que provém do radical “praxis”, que significa acção ou, no caso vertente, “execução de uma dívida”); cf. DEMÓSTENES, *Contra Aristogiton*, I, 4.

⁽⁵⁴⁾ Dado que se tratava de uma função bastante ingrata, pela sua impopularidade.

⁽⁵⁵⁾ Este passo suscita muitas dificuldades de tradução, em virtude das interferências a que foi sendo sujeito pela reprodução manuscrita; em todo o caso cf. NEWMAN, IV, 557.

⁽⁵⁶⁾ Magistratura que acumulava uma dupla função: julgamento dos delitos e ao mesmo tempo custódia dos detidos (cabendo-lhe até, em determinadas circunstâncias, a execução da pena capital).

⁽⁵⁷⁾ Sobre o naipe de magistraturas ligadas à vida militar ao longo de toda a passagem que se segue, cf. ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, III, XXII, XXX, XLIX, LXI, LXII.

⁽⁵⁸⁾ Sobre esta magistratura, cf. ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, XLVIII; LIV.

⁽⁵⁹⁾ Sobre a magistratura relativa aos conselheiros (o termo *proboule*, significa etimologicamente “deliberação preparatória”), cf. supra Pol., IV, 14, 1298 b 29; nota (80).

⁽⁶⁰⁾ Cf. supra Pol., IV, 15, 1299 a 18

⁽⁶¹⁾ Sobre a magistratura religiosa composta por 10 encarregados dos sacrifícios (*hieropoioi*) em Atenas, cf. ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, LIV; a esta magistratura estava associada a dos guardiães dos templos (*naophylakes*).

⁽⁶²⁾ Sobre a magistratura dos 10 tesoureiros sagrados (*tamiashieron*) em Atenas, cf. ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, XXX; XLVII.

⁽⁶³⁾ Determinados sacrifícios religiosos não eram celebrados por sacerdotes mas por prítanes, magistrados civis incumbidos para o efeito; cada cidade tinha portanto um prítaneu (edifício onde se efectuavam os sacrifícios civis), com um “altar comum ou público” (*koine hestia*), onde eram oferecidos sacrifícios e cultos à deusa Hestia, protectora das cidades; PÍNDARO, *Nemeia*, XI, 1.

⁽⁶⁴⁾ Na maior parte dos regimes antigos, os mais altos cargos de magistratura possuíam atribuições religiosas. Em Atenas, por exemplo, o arconte régio (*basileus*) era titular de competências religiosas como “pontífice”, “administrador do culto”, e “juiz de crimes de impiedade ou lesa religião”.

⁽⁶⁵⁾ Sobre o sentido político de boa ordem (*eukosmia*) na antiguidade, cf. supra Pol., IV, 15, 1299 b 16; VI, 8, 1321 b 14; vide também PLATÃO, *Leis*, VI, 759a; 764b; ISÓCRATES, *Areopagítico*, 37.

⁽⁶⁶⁾ Os inspectores de mulheres (*gynaikonomoi*) tinham em algumas cidades funções como porte e o modo de vestir das mulheres, a sua conduta pública durante as celebrações festivas da cidade, o respeito pelo tempo de luto do marido durante a viuvez, etc.; cf. ATENEU, *Deipnosophistas*, XII, 20, 521b; VI, 11, 245c (sobre a introdução desta magistratura em Atenas, da responsabilidade de um certo Demétrio Falereu, vide PLUTARCO, *Demétrio*, 10).

⁽⁶⁷⁾ Os guardiães das leis (*nomophylakes*) tinham como função zelar pelo estrito cumprimento das leis e decretos, vigiando até a conduta legal dos próprios magistrados superiores.

⁽⁶⁸⁾ Os inspectores das crianças (*paidonomoi*) tinham como função, especialmente na Ásia Menor, em Creta, e em Esparta, acompanhar a educação moral, religiosa e cívica dos jovens, no respeito pelos costumes, crenças, e espírito do regime instituído; cf. ESTRABÃO, X, 4, 16; PLUTARCO, *Licurgo*, 17.

⁽⁶⁹⁾ A função do inspector de ginástica ou gimnasiarco, tipo de magistratura ligada, no período de lazer (*skhole*) à preparação física (*gymnastike*), restringia-se a manter a boa ordem nos ginásios e vigiar os atentados ao pudor dos ginastas; cf. PLUTARCO, *Sobre o amor*, X; PSEUDO-PLATÃO, *Axioco*, 367a.

⁽⁷⁰⁾ As competições gímnicas decorriam durante as Panateneias, grandes festas atenienses, na celebração dos mistérios eleusinos (cf. DEMÓSTENES, *Contra Mídias*, 171); os concursos dionisíacos, por seu turno, integravam-se em dois tipos de festas em honra do deus Dioniso: as Dionisíacas campestres (celebradas no Inverno: cf. ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, LVII, 1) e as Grandes dionisíacas (celebradas na Primavera: cf. DEMÓSTENES, *Contra Mídias*, 13, 15), que consistiam de uma procissão ritual e de um concurso lírico e dramático.

NOTAS: LIVRO VII

⁽¹⁾ Cf. PLATÃO, *Leis*, VIII, 828d.

⁽²⁾ Cf. supra Pol., III, 6, 1278 b 32.

⁽³⁾ Escritos destinados à difusão cultural entre o grande público.

⁽⁴⁾ Todas as teses expostas ao longo das linhas que se seguem inspiram-se nas teorias desenvolvidas no *Protréptico* (cf. frgm. 57 e 57 Ross, in *Fragmenta Selecta*) e na *Ética a Eudemo* (cf. II, 1, 1218 b 32).

(⁵) Cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, I, 11, 1101 a 6-8.

(⁶) Cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, X, 2, 1174 a 1.

(⁷) Cf. ARISTÓTELES, *Ética a Eudemo*, II, 1, 1218 b 34; *Ética a Nicómaco*, I, 2, 1095 a 20-3, 1096 a 10; *Protréptico*, frgm. 57 Rose.

(⁸) Cf. supra Pol., I, 8, 1256 b 35

(⁹) A ideia de Aristóteles parece ser a seguinte: as disposições mais excelentes de uma coisa (por exemplo o estado mais excelente da alma) são superiores às disposições mais excelentes de outra (por exemplo, o estado mais excelente do corpo), na justa proporção em que o são os referenciais dessas disposições (por exemplo a superioridade da alma em relação ao corpo): só assim se compreende que a virtude (que é a excelência da alma) seja superior à saúde (que é uma excelência do corpo).

(¹⁰) Sobre a distinção entre o que é conhecido “de modo absoluto” (*aplos*, ou seja aquilo que se impõe por si mesmo sem quaisquer restrições condicionais ou hipotéticas), e o que é conhecido “por nós” (*pros hemas*, ou seja sob determinação de uma perspectiva empírica ou subjectiva), cf. ARISTÓTELES, *Análitos posteriores*, I, 2, 71 b 34 ss.

(¹¹) Cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, I, 6, 1098 a 3 ss.

(¹²) ARISTÓTELES, *Ética a Eudemo*, VII, 12, 1245 b 8; a ideia deve ser completada com as teses expostas em *Metafísica*, XII (Λ), 6, 7, e 9.

(¹³) Em plena sintonia com o pensar platónico (cf. *República*, IV, 435 b ss.), Aristóteles estabelece um paralelo entre o plano ético da virtude individual (*arete tou ekastou*) e o plano cívico e político do bem da comunidade (*agathon tes koinonias*).

(¹⁴) Aristóteles alude obviamente à *Ética a Nicómaco* (vide sobretudo, I e X).

(¹⁵) Cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, I, 9, 1099 a 31 ss.; X, 9, 1174 a 4 ss.

(¹⁶) Cf. PLATÃO, *Leis*, X, 890a.

(¹⁷) Ou seja, o interesse “em função do individual”, “próprio”, “pessoal”, “privado”, ou da “parte” (respectivamente *ekasto*, *auto*, *mono*, *idia*, *moria*) deve encontrar-se subsumido no bem “da comunidade” ou “do todo” (respectivamente *koinonias*, *holou*).

(¹⁸) Cf. ARISTÓTELES, *Protréptico*, frgm. 52 Ross, in *Fragmenta Selecta*.

(¹⁹) Cf. PLATÃO, *Teeteto*, 175d

(²⁰) Assim o pensavam por exemplo Aristipo, escolarca da cidade norte-africana de Cirene (cf. XENOFONTE, *Memórias dos ditos de Sócrates*, II, I, 8-11) e Anaxágoras de Clazoménia (cf. DIÓGENES DE LAÉRCIO, II, 7).

(²¹) Designadamente sofistas e retóricos: cf. PLATÃO, *Ménon*, 71c; *Górgias*, 500c; e o discurso de Péricles em TUCÍDIDES, II, 40.

(²²) Cf. ARISTÓTELES, *Protréptico*, frgm. 50 Rose; *Ética a Nicómaco*, X, 9, 1179 a 6.

(²³) Cf. PLATÃO, *Leis*, I, 626 a; 633a ss.; PLUTARCO, *Licurgo*, 2I; *Agesilau*, 33.

(²⁴) Cf. HERÓDOTO, II, 167

(²⁵) Nas linhas que se seguem, Aristóteles submete o princípio do imperialismo a uma análise metódica do ponto de vista da ciência política, tendo em vista a hegemonia macedónia sob o ceptro de Alexandre.

(²⁶) Sobre a tese da existência de escravos (*douloi*) e homens livres (*eleutheroi*) por natureza (*physei*), cf. supra Pol., I, 6, 1255 b 6.

(²⁷) Cf. supra Pol., III, 17, 1287 b 37; vide também a propósito Frgm 658 Rose, onde se dá conta do conselho de Aristóteles a Alexandre no sentido de governar os gregos com supremacia (*hegemonikos*) e os restantes bárbaros com domínio (*despotikos*).

(²⁸) Aristóteles tem em mente a cidade descrita em PLATÃO, *Leis*, IV, 704c; uma tal cidade seria uma ilha (como a que é referida em HOMERO, *Odisseia*, VI, 7-9).

(²⁹) Sobre a necessidade de forças militares que assegurem a afirmação e integridade das cidades, cf. supra Pol., II, 6, 1265 a 20; 7, 1267 a 20.

(³⁰) Cf. PLATÃO, *Leis*, I, 628 d-e; 631 b; passos onde a felicidade, que decorre da prática integral da virtude, se contrapõe ao desígnio da guerra e da conquista.

(³¹) Cf. supra Pol., I, 7, 1255 b 33 ss.

(³²) Cf. supra Pol., I, 4-5.

(³³) A tese aristotélica da rotatividade entre governados (*arkhomenoi*) e governantes (*arkhontes*): cf. supra Pol., III, 16, 1287 a 10 ss.

(³⁴) Cf. supra Pol., V, 9, 1309 a 33 ss.

(³⁵) Segundo Aristóteles, a vida activa (*bios praktikos*, da raiz etimológica *praxis*) pode assumir um triplice sentido: por um lado pode designar acção moral (quando o resultado qualifica interiormente o sujeito agente), pode designar atitude pragmática (quando o resultado tem consequências noutros sujeitos), pode enfim designar actividade teórica (quando se exerce por si mesma e o resultado coincide com o próprio fim visado): neste sentido, Aristóteles subsume a vida especulativa ou contemplativa na vida prática, desautorizando o carácter dualístico da oposição entre teoria e prática, contemplação e acção, idealismo e realismo. Sobre os múltiplos sentidos de *praxis*, cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, V, 3, 1129 b 31 ss.; VII, 15, 1154 b 24; X, 7, 1177 a 30 ss.; *Acerca da Alma*, I, 3, 407 a 23.

(³⁶) Sobre a actividade intrínseca da vida política da cidade, cf. supra Po., VII, 2, 1324 b 41 ss.

(³⁷) Sobre a “actividade imanente do intelecto divino” (*noesis noeseos*), cf. ARISTÓTELES, *Metafísica*, 12 (Λ), 6, 7, 9; sobre a “actividade entrópica” do Universo cósmico (*ouk exoterikai praxeis*), cf. ARISTÓTELES, *Acerca do firmamento*, I, 8, 9.

(³⁸) Cf. supra Pol., II (integ.)

(³⁹) Cf. supra Pol., IV, I, 1288 b 39

(⁴⁰) Um regime imaginário exige supostos (*hypotheseis*, das raízes etimológicas *hypos*, por baixo + *thitemi*, pôr, colocar) igualmente imaginários, mas não necessariamente impossíveis (*adynatoi*), falaciosos (*sophistikoi*), ou irracionais (*alogoi*); vide tese similar em supra Pol., II, 6, 1265 a 17.

(⁴¹) Cf. PLATÃO, *Leis*, IV, 709c ss.

(⁴²) Cf. PLATÃO, *Leis*, V, 737d; 742d.

(⁴³) Único passo onde Aristóteles, de modo fortuito, menciona *ex professo* o nome de Hipócrates, cujas teses influenciam determinadamente muitas das intuições e formulações teóricas da *Política*.

(⁴⁴) Cf. supra Pol., III, 16, 1287 a 18 (ainda que a expressão surja aí enunciada de modo inverso: “a ordem é uma lei”).

(⁴⁵) Cf. ARISTÓTELES, *Metafísica*, XIII (M), 3, 1078 a 36; *Ética a Nicómaco*, IV, 7, 1123 b 6; *Poética*, 7, 1450 b 34.

(⁴⁶) Cf. supra Pol., V, 9, 1309 b 23

(⁴⁷) Aristóteles tem em mira a concepção platónica de “cidade primeira ou melhor” (*prote polis*) descrita em *República*, II, 369b-371c. Sobre o sentido da auto-suficiência (*autarkheia*), vide supra Pol., I, 2, 1259 b 29: nota (8); *Ética a Nicómaco*, IX, 10, 1170 b 30.

(⁴⁸) Como no caso do povo Babilónico, demasiado numeroso para constituir uma cidade bem vigiada: o exemplo já tinha sido usado com intuíto similares em supra Pol., III, 3, 1276 a 27.

(⁴⁹) Guerreiro lendário com uma voz de bronze, de intensidade equivalente à de 50 homens: cf. HOMERO, *Iliada*, V, 785.

(⁵⁰) Passo de sentido incerto e muito discutido; vide NEWMAN, III, 347.

(⁵¹) A dimensão histórica, bem patente neste passo, espelha bem a índole hermenêutica da experiência humana, entendida como processo em aberto, uma realidade a fazer-se. À falta de um conceito melhor, poderíamos designar esse carácter processual de *sinebético* (do grego: aconteceu, ocorreu, sucedeu). A novidade do ponto de vista *sinebético*, assumido por Aristóteles na *Política*, caracteriza-se, portanto, por uma valorização da referência histórica, e da análise social, características marcantes do bloco “realista” da *Política*. É nesse sentido que deve ser

entendido o repto lançado de quando em vez na *Política* – «é necessário observar o que acontece» (*ta symbainonta dei theorein*): vide supra Pol., V, 4, 1304 b 20.

⁽⁵²⁾ Alusão ao delito civil, cometido com frequência na cidade de Atenas, onde devido ao grande afluxo demográfico (muito difícil de controlar) qualquer estrangeiro ou meteco podia obter por suborno uma inscrição fraudulenta nas listagens e registos censitários da população com estatuto de cidadania.

⁽⁵³⁾ Cf. PLATÃO, *Leis*, IV, 704c.

⁽⁵⁴⁾ Ligada, por exemplo, à transformação dos mármore e dos metais.

⁽⁵⁵⁾ São duas as principais objecções dos opositores (como PLATÃO, *Leis*, IV, 704a ss.) ao acesso fácil das cidades às vias marítimas: em primeiro lugar, pelo risco de corrupção das leis e costumes induzidos pelo contacto portuário com um tipo de população (sobretudo mercadores e marinheiros) não identificada com o espírito cívico da cidade; em segundo lugar, pelo risco de crescimento demográfico incontrolável, devido a um aumento desmesurado de tripulantes que acabam por se estabelecer nas cidades. Dissonante em relação a estas objecções, Aristóteles entende realisticamente que a proximidade das vias marítimas implica benefícios económicos, políticos e estratégicos para as cidades.

⁽⁵⁶⁾ Cf. alusão a esta cidade em supra Pol., V, 6, 1304 b 30.

⁽⁵⁷⁾ Cf. supra Pol., VII, 4, 1326 a 9-b 24

⁽⁵⁸⁾ Cf. supra Pol., III, 14, 1285 a 19-22

⁽⁵⁹⁾ Vide a propósito o tratado antropológico e étnico de HIPÓCRATES, *O ar, as águas e os lugares* (integ.), onde se demonstra a influência determinante do clima, situação geográfica, e carácter social, na constituição étnica e cultural dos povos asiáticos, nórdicos e ponto-euxinenses. Quanto à tendência dos antigos gregos em enfatizar a superioridade política e civilizacional da Hélade, em relação aos restantes povos, e de pugnar por uma unidade pan-helénica, cf. o texto paradigmático de ISÓCRATES, *Panegírico de Atenas* (integ.).

⁽⁶⁰⁾ Segundo Aristóteles, o ânimo (*thymos*) e a inteligência (*dianoia*), ambas reunidas no povo ateniense.

⁽⁶¹⁾ O trecho de PLATÃO, em *República*, II, 375c ss., é aqui particularmente visado.

⁽⁶²⁾ ARQUÍLOCO DE PAFOS, frgm. 67 Bergk, in *Poetae lyrici graeci*; vide também a propósito ARISTÓTELES, *Retórica*, II, 2, 1379 a 2.

⁽⁶³⁾ Cf. PLATÃO, *República*, II, 375b.

⁽⁶⁴⁾ EURÍPIDES, frgm. 975 Nauck, in *Tragicorum graecorum fragmenta*.

⁽⁶⁵⁾ Anónimo, frgm. 78 Nauck, in ibidem; vide também a propósito PLATÃO, *República*, VIII, 563c.

⁽⁶⁶⁾ Acerca da distinção aristotélica entre conhecimento por experiência (*kata ten aisthesin*) e conhecimento por discurso (*kata ton logon*), cf. supra Pol., VII, 1, 1323 b 17; *Ética a Nicómaco*, I, 1, 1904 b 11-27; *Ética a Eudemo*, I, 6, 1216 b 35 ss.

⁽⁶⁷⁾ Cf. supra Pol., III, 5, 1278 a 2; sobre as dificuldades de interpretação do passo motivadas pela distinção formal entre as “condições” necessárias à constituição de um composto, e as “partes” constitutivas desse composto, cf. NEWMAN, III, 369-371.

⁽⁶⁸⁾ Cf. ARISTÓTELES, *Metafísica*, V (Δ), 6, 1016 a 23 ss.

⁽⁶⁹⁾ Cf. supra Pol., I, 4, 1253 b 32.

⁽⁷⁰⁾ Cf. supra Pol., VII, 1, 1323 b 21 ss.

⁽⁷¹⁾ Trecho de interpretação incerta e discutida; cf. NEWMAN, III, 108 (crit. notes).

⁽⁷²⁾ Sobre o sentido político de recursos (*khremata*), cf. supra Pol., I, 9, 1257 b 7: nota (33).

⁽⁷³⁾ Sobre o sentido de justiça em sentido absoluto e em sentido relativo, cf. supra Pol., III, 4, 1276 b 30; IV, 7, 1293 b 3-7; V, 9, 1309 a 36-39; *Ética a Nicómaco*, V, 1, 1129 a 9 ss.

⁽⁷⁴⁾ Os mesmos critérios de exclusão política encontram-se escalonados em PLATÃO, *República*, II, 370 b-d; III, 394c; *Leis*, VIII, 846a; 847 b-c.

⁽⁷⁵⁾ A perspectiva platónica e aristotélica sobre o limite etário em que cada indivíduo atinge a maturidade (*akme*) física e espiritual é divergente: esquematizando

MATURIDADE (<i>akme</i>)			
física		espiritual	
Platão (cf. <i>República</i> , V, 460a)	Aristóteles (cf. <i>Retór.</i> , 1390 b 9-11)	Platão (cf. <i>República</i> , VII, 540a)	Aristóteles (cf. <i>Retór.</i> , 1390 b 9-11)
até 55 anos	entre 30-35 anos	aos 50 anos	cerca dos 49 anos

⁽⁷⁶⁾ Cf. supra Pol., VII, 9, 1328 b 35

⁽⁷⁷⁾ Cf. supra Pol., II, 5, 1267 b 17-24

⁽⁷⁸⁾ Cf. PLATÃO, *Leis*, VI, 759d, onde se exige a idade mínima de 60 anos para o exercício da função.

⁽⁷⁹⁾ Trecho sobre o qual recaem suspeitas de interpolação tardia; cf. NEWMAN, I, 571-573; III, 382-383.

⁽⁸⁰⁾ Acerca da separação das classes no Egipto, a que se reporta Aristóteles, cf. HERÓDOTO, II, 164-165; PLATÃO, *Timeu*, 24 a, b.

⁽⁸¹⁾ Sobre esta cidade e respectivas instituições sociais e políticas, vide alusão em supra Pol., II, 1-16, 1271 b 20-1272 b 23.

⁽⁸²⁾ O mesmo que Ramsés II (1388-1350 a.C.).

⁽⁸³⁾ Rei lendário de Creta (séc. XV a.C.), morto em Câmico na Sicília: cf. HERÓDOTO, VII, 169.

⁽⁸⁴⁾ Sobre a instituição cívica das refeições comuns (*syssittai*), cf. supra Pol., II, 10 (integ.).

⁽⁸⁵⁾ Talvez Aristóteles se refira a Antíoco de Siracusa (cerca de 420 a.C.), de quem nos chegaram alguns fragmentos da sua produção histórico-literária; vide JACOBY, *Fragm. hist. gr.*, 577 F 13.

⁽⁸⁶⁾ Rei lendário dos Enótrios, povo que supostamente se terá estabelecido em Itália cinco séculos antes da Guerra de Tróia; acerca da origem do nome “Itália”, vide VIRGÍLIO, *Eneida*, I, 533.

⁽⁸⁷⁾ Alusão ao território compreendido entre o estreito de Messina e o golfo de Santa Eufêmia, situados no extremo sul da “bota” italiana (*Bruttium*).

⁽⁸⁸⁾ Região situada ao norte da Enótria, compreendida pela Lucânia, Campânia, Sâmnia e Lácio, e habitada segundo parece pelos Ópicos ou Ausones: cf. HERÓDOTO, I, 167.

⁽⁸⁹⁾ Cidade situada ao noroeste de Enótria

⁽⁹⁰⁾ Tese amplamente reiterada por Aristóteles noutros contextos; cf. por exemplo *Acerca do firmamento*, I, 3, 270 b 19; *Metafísica*, XII (Λ), 8, 1074 b 10.

⁽⁹¹⁾ Cf. HERÓDOTO, II, 2; PLATÃO, *Timeu*, 22b; *Leis*, II, 656-657.

⁽⁹²⁾ Ideia profundamente humanista, retomada sob um outro prisma pela “teologia social” Patrística, e sobretudo por Tomás de Aquino, segundo o qual tudo devia ser comum em casos de extrema privação.

⁽⁹³⁾ Aristóteles nunca chegará a cumprir tal desiderato.

⁽⁹⁴⁾ Este passo denota uma nítida influência de PLATÃO, *Leis*, V, 745 c, d.

⁽⁹⁵⁾ Os mesmos procedimentos são sugeridos em PLATÃO, *Leis*, VI, 777 c, d; ARISTÓTELES, *Económicos*, I, 5, 1344 b 18.

⁽⁹⁶⁾ Sobre a condição social dos periecos, cf. supra Pol., II, 9, 1269 a 35 ss.

⁽⁹⁷⁾ Aristóteles nunca chegará a cumprir a promessa no tratado da *Política*, mas tal sugestão será abordada em *Económicos*, I, 5, 1344 b 15.

(⁹⁸) Cf. supra Pol., VII, 5, 1327 a 3-6, 40.

(⁹⁹) As quatro considerações a ter em conta são, no entender de NEWMAN, III, 396, a salubridade, a conformidade com as necessidades da vida pública, a adaptação às exigências militares, e por fim a beleza (1330 b 31).

(¹⁰⁰) Ventos relativamente tépidos (segundo ARISTÓTELES, *Meteteor.*, II, 6, 364 a 22); todo passo sugere uma evidente influência do tratado de HIPÓCRATES, *Sobre o ar, as águas e os lugares*, II, 80, 2-12, onde se estuda a índole terapêutica dos ventos.

(¹⁰¹) O termo *namaton* compreende, de modo lato e genérico, as nascentes, fontes, e cursos de água naturais.

(¹⁰²) Sobre este personagem cf. supra Pol., II, 8, 1267 b 22 ss: nota (81).

(¹⁰³) Assim sucedeu com os Tebanos, forçados a abandonar Plateia em 431 a.C.: cf. TUCÍDIDES, II, 4.

(¹⁰⁴) O termo "*systadas*" é de difícil tradução: literalmente parece apontar para um modo de distribuir um conjunto de elementos de forma compactada. No contexto agrícola em que o termo é empregue, talvez tenha a ver com uma técnica de plantio que consistia em disseminar as plantas pelo terreno de forma regular mas em zigue-zague (cf. VARRÃO, *Sobre a agricultura*, I, 7, 2).

(¹⁰⁵) Aristóteles insurge-se neste passo contra a tese exposta em PLATÃO, *Leis*, VI, 778c, e que constituía voz corrente entre os gregos.

(¹⁰⁶) É conhecido o dito de Agésilas, segundo o qual as verdadeiras muralhas de Esparta residiam no valor dos seus habitantes (cf. ÉSQUILO, *Os Persas*, 349); contudo tal presunção não evitou a invasão da cidade e a pesada derrota infligida por Epaminondas em 362 a.C. nas batalhas de Leuctra e Mantinea.

(¹⁰⁷) Atribuídos a técnicos e peritos militares contratados de todas as partes do mundo por Dionísio o Velho, durante a vigência da sua tirania em Siracusa: cf. DIODORO, XIV, 42, 1.

(¹⁰⁸) Dada a impossibilidade prática de reunir a totalidade dos cidadãos numa refeição pública comum, Aristóteles sugere a repartição dos cidadãos por grupos, de acordo com as funções desempenhadas, e em locais distintos: assim os cidadãos detentores de armas reunir-se-iam para tomar a refeição nas instalações militares, os magistrados supremos e sacerdotes nas imediações dos templos, e os magistrados de escalões inferiores perto da praça pública.

(¹⁰⁹) Apesar de alguns templos, como o dedicado a Asclépio, se encontrarem situados fora da cintura urbana, havia quem defendesse um local estritamente reservado para os templos na construção de uma nova cidade: cf. PLATÃO, *Leis*, V, 738 b-d.

(¹¹⁰) Trecho muito obscuro e discutido: a ideia parece apontar para que a construção de um templo coincidissem o mais possível com a acrópole (em sentido literal, *akros*, elevado, alto + *polis*, cidade), visto que o terreno elevado cumpre duas funções: simbólica (lugar de destaque próprio das divindades), e funcional (lugar mais defensável em caso de ataque). A cidade que Aristóteles sugere assemelha-se a um Cosmos, onde cada elemento, cada função pública, cada classe, e cada nível etário de amadurecimento cívico ocupa um lugar natural, diferenciado e hierarquizado, espelhado na organização dos espaços institucionais e urbanos; cf. a propósito o comentário cordato de NEWMAN, I, 339.

(¹¹¹) Cidade limítrofe da Macedónia, que Aristóteles terá conhecido muito bem no decurso da sua permanência na corte de Pela, ocupando-se como preceptor da tutoria do jovem Alexandre.

(¹¹²) O nome da praça tessália a que Aristóteles alude costuma ser indevidamente traduzida por "Praça da Liberdade" (como é o caso por exemplo da tradução de J. Tricot, em Pol., VII, 12, 1331 a 33); pensamos que seria mais correcto traduzi-lo por "Praça Livre", em primeiro lugar, por exigência textual sintático-morfológica, visto que no original grego o qualificativo *eleuthera*, livre, surge como atributo acusativo de *agora*, praça, e não como *eleutherias*, o que seria indubitavelmente mais sedutor do ponto de vista simbólico ou ideológico, mas exigiria uma construção sintáctica com artigo vertido em genitivo *tes* para justificar a função determinativa,

o que não é o caso na formulação original; em segundo lugar, por uma razão ditada pelo contexto pragmático onde ocorre o emprego do termo *eleuthera* e reforçada pelo sentido das linhas subsequentes, onde se sugere a necessidade de reservar um local da praça pública desimpedido de comércio e outras actividades, para facilitar a discussão cívica dos cidadãos entre si (daí o sentido de "livre", "desimpedida", "desocupada", inerente a *eleuthera*).

(¹¹³) A mesma ideia encontra-se acenada em ARISTÓTELES, *Retórica*, II, 6, 1384 a 33-36; *Ética a Nicómaco*, IV, 15, 1128 b 10-36; *Ética a Eudemo*, III, 7, 1233 b 16-29.

(¹¹⁴) Cf. supra Pol., VI, 8, 1321 b 34.

(¹¹⁵) Cf. supra Pol., VI, 7, 1321 b 23; vide a propósito PLATÃO, *Leis*, VI, 760b; VIII, 849a.

(¹¹⁶) Cf. supra Pol., VI, 8, 1321 b 29.

(¹¹⁷) Cf. ARISTÓTELES, *Ética a Eudemo*, II, 11, 1227 b 19.

(¹¹⁸) Cf. ARISTÓTELES, *Retórica*, I, 5, 1360 b 4.

(¹¹⁹) Designativo demasiado vago: a qual das Éticas (nicomaqueia ou eudémia) se refere Aristóteles? Em todo o caso, cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, I, 6, 1098 a 16; X, 6, 1176 b 4; *Ética a Eudemo*, II, 1, 1219 b 2.

(¹²⁰) Cf. ARISTÓTELES, *Retórica*, I, 9, 1366 b 34.

(¹²¹) Vide o reparo dado em supra Pol., VII, 13, 1332 a 8; nota (119); mesmo assim, cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, III, 6, 1113 a 22 - b 1; IX, 9, 1170 a 21; *Ética a Eudemo*, VII, 3, 1248 b 26.

(¹²²) Cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, I, 9, 1099 b 5 ss.

(¹²³) Com efeito, para além dos bens exteriores que sucedem de modo fortuito (*tykhe*) à cidade, o legislador deve cuidar do cultivo da virtude (*arete*) que exige saber (*episteme*) como tornar a cidade virtuosa e feliz por um lado, e esforço de vontade (*proairesis*) para atingir esse fim por outro: cf. a propósito, supra Pol., III, 13, 1284 a 1.

(¹²⁴) Contradição interna no pensamento de Aristóteles, visto que noutros passos se defende a impossibilidade de todos os cidadãos acederem universalmente à virtude: cf. por exemplo supra Pol., III, 4, 1276 b 27.

(¹²⁵) O mesmo escalonamento destas faculdades encontra-se em ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, X, 10, 1179 b 20.

(¹²⁶) Cf. ARISTÓTELES, *Metafísica*, I (A), 1, 980 a 27-b 27; *Retórica*, II, 12, 1389 a 35.

(¹²⁷) Vide supra Pol., VII, 7, 1327 b 36.

(¹²⁸) Cf. supra Pol., III, 4, 1277 a 16.

(¹²⁹) Cf. ARISTÓTELES, *Político*, 301 d-e; vide também a propósito XENOFONTE, *Ciropeia*, V, 1, 24.

(¹³⁰) Cf. supra Pol., VII, 9, 1329 a 2-17.

(¹³¹) Geógrafo de Carianda do séc. III a.C., que a pedido de Dario explorou o rio Indo e outras regiões remotas: sobre o périplo deste geógrafo cf. HERÓDOTO, IV, 44.

(¹³²) Cf. supra Pol., I, 12, 1259 b 15, de travo nitidamente platónico (cf. *República*, III, 412c; *Leis*, III, 690a).

(¹³³) Cf. supra Pol., III, 4, 1277 b 9.

(¹³⁴) Cf. supra Pol., III, 6, 1278 b 30 - 1279 a 8.

(¹³⁵) Neste passo, Aristóteles sublinha a importância crucial e decisiva em qualquer regime da educação cívica dos jovens: ideia acenada em supra Pol., III, 4, 1276 b 35 ss., no sentido de conformar o carácter moral de cada indivíduo ao espírito constitucional, legal e cívico de cada regime.

(¹³⁶) Segundo Aristóteles o problema da educação integral do cidadão não deve ser tomado como uma missão isolada e autónoma em relação ao todo da experiência cívica e política dos indivíduos: deve decorrer, de entre outras esferas do humano, do carácter psicológico de cada indivíduo; é nesse sentido que deve ser entendida neste passo a alusão epistemológica à estrutura

da alma (*psykhe*) humana: a mesma exigência interdisciplinar entre ética, política e psicologia encontramos em ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, I, 13, 1102 b 28.

⁽¹³⁷⁾ Vide por exemplo ARISTÓTELES, *Acerca dos animais*, III, 10, 433 a 33; e sobretudo *Ética a Nicómaco*, VI, 2, 1139 a 3.

⁽¹³⁸⁾ Cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, X, 7, 177 b 4

⁽¹³⁹⁾ O termo *skhole*, traduzível por ócio (não no sentido do “nada fazer”, mas no sentido da dedicação a uma actividade desinteressada: espiritual ou lúdica, científica ou filosófica, estética ou religiosa) e confinado ao termo *diagoge*, traduzível por *lazer* (em função de uma actividade contemplativa), não deve ser confundido com *anapausis*, noção que no contexto aristotélico designa a “suspensão da alma” (*anesis tes pschykhes*; vide infra Pol. VIII, 3, 1337 b 42), isto é o descanso anímico em vista de um trabalho mais produtivo.

⁽¹⁴⁰⁾ Aristóteles refere-se a Esparta e Creta.

⁽¹⁴¹⁾ Alusão implícita a Platão.

⁽¹⁴²⁾ Autor desconhecido.

⁽¹⁴³⁾ Isto é, que se relaciona com os súbditos mais do que o senhor em relação ao escravo.

⁽¹⁴⁴⁾ Sobre este rei espartano (chefe das forças militares gregas no decurso das Guerras Médicas), responsável pela extinção da magistratura oligárquica do eforado e pela concentração do poder nas facções populares, vide supra Pol., V, 1, 1301 b 20; 7, 1307 a 3.

⁽¹⁴⁵⁾ Vide supra Pol., VII, 3, 1325 b 30-32.

⁽¹⁴⁶⁾ Para além das causas mencionadas, Aristóteles admite o desencadeamento de uma guerra em três circunstâncias: para repelir um ataque externo (entendido como ameaça à integridade do território – princípio da legítima defesa); por razões humanitárias (para libertar ou socorrer povos em situação de intolerável sujeição política – princípio da intervenção militar externa); e em vista do alargamento do território (com intuito geo-estratégico – princípio da conquista).

⁽¹⁴⁷⁾ A saber, a *skhole* (ócio em vista do cultivo espiritual): vide supra VII, 14, 1333 b 37; nota (139).

⁽¹⁴⁸⁾ Cf. supra Pol., VII, 14, 1333 a 35; 1334 a 2; vide também a propósito ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, X, 7, 1177 b 5-6.

⁽¹⁴⁹⁾ A prática do ócio exige, segundo Aristóteles, não apenas o cultivo de virtudes especulativas, mas também o cuidado das virtudes práticas, tais como a persistência, coragem, equilíbrio, assim como a satisfação das necessidades vitais indispensáveis: é nesse sentido que a formação dos jovens adquire no contexto aristotélico um cunho pedagógico universal (relativo a todo o homem) e integral (relativo ao homem todo), e não apenas um escopo didático, orientado para a mera aprendizagem especializada de informação (erudição) e procedimentos (competência). Sobre a relação entre ócio (*skhole*: actividade desinteressada) e *lazer* (*diagoge*: vida contemplativa), cf. supra VII, 14, 1333 a 31; nota (139).

⁽¹⁵⁰⁾ LEUTSCH-SCHN., *Paraem. gr.*, II, 765.

⁽¹⁵¹⁾ O termo *philosophia* adquire neste passo o sentido de “aptidão intelectual”.

⁽¹⁵²⁾ Cf. HESÍODO, *Trabalhos e dias*, 170 ss.; PÍNDARO, *Olimpica*, II, 53.

⁽¹⁵³⁾ A partir deste ponto, o texto original sofreu uma grave lacuna que os tradutores e comentadores têm procurado atenuar e obviar recorrendo aos mais diversos expedientes hermenêuticos: há quem relacione esta lacuna com uma aproximação a supra Pol., II, 9, 1271 a 41-b 10; apesar de tudo, cf. NEWMAN, III, 452, onde parece ser oferecida uma solução deveras razoável e convincente.

⁽¹⁵⁴⁾ Cf. supra Pol., VII, 7 (integ.), onde é realçado apenas o elemento *natureza* (*physis*); será o presente passo a completar nas linhas que se seguem os dois outros elementos determinantes, a saber: o *hábito* (*exis*) e a *razão* (*logos*).

⁽¹⁵⁵⁾ Cf. supra Pol., I, 5, 1254 a 35 ss.

⁽¹⁵⁶⁾ Sobre o sentido do termo *orexis*, desejo, e respectivas afinidades, cf. supra Pol., III, 13, 1259 b 25; nota (20).

⁽¹⁵⁷⁾ O sentido do termo *genomenos euthys* é lato, visto que abrange no entender aristotélico tanto a criança em fase intra-uterina de gestação como a criança recém-nascida.

⁽¹⁵⁸⁾ Sobre a duração do período de fecundidade da espécie humana, cf. ARISTÓTELES, *História dos animais*, VII, 6, 585 b ss.

⁽¹⁵⁹⁾ Aristóteles sugere uma diferença de vinte anos entre os dois elementos do casal, de tal forma que ambos atinjam simultaneamente o limiar máximo do período de fecundidade, ou seja o homem quando tiver cerca de 70 anos e a mulher quando tiver aproximadamente 50.

⁽¹⁶⁰⁾ Cf. ARISTÓTELES, *História dos animais*, V, 14, 544 b 14-18

⁽¹⁶¹⁾ Vide um elenco dessas imperfeições (como por exemplo, atrofia ou hipertrofia de órgãos, ausência de membros, disfunções mentais, esterilidade, etc.), em NEWMAN, III, 463.

⁽¹⁶²⁾ Uma aposição marginal que surge em alguns manuscritos permite um acesso à resposta do dito oráculo, a saber *me temne nean aloka*, isto é, “não abras um novo sulco; não lances o arado em terra nova; deixai-a em pousio”: Aristóteles terá feito uso do carácter ambíguo do atributo qualificativo *nean* (já que tanto pode significar simultaneamente “nova”, “não trabalhada”, “virgem”), para enfatizar os riscos fisiológicos e psicológicos da perda de virgindade demasiado cedo.

⁽¹⁶³⁾ Trecho de contornos textuais imprecisos; cf. a propósito NEWMAN, III, 465-466.

⁽¹⁶⁴⁾ Há neste passo uma inexplicável discrepância de critérios para aferir a idade propícia para o casamento, visto que Aristóteles em *História dos animais*, VII, 1, 582 a 16-18 sugere a idade de 18 anos como momento propício para a mulher começar a engravidar.

⁽¹⁶⁵⁾ Opinião defendida por Pitágoras, de acordo com as indicações de DIÓGENES DE LAÉRCIO, VIII, 9; apesar disso, o mês de *Gamelion* (equivalente a Janeiro) era o preferido para casar em Atenas.

⁽¹⁶⁶⁾ Cf. PLATÃO, *Leis*, II, 674b; V, 747d; ARISTÓTELES, *Acerca da geração dos animais*, IV, 2, 766 b 34.

⁽¹⁶⁷⁾ Aristóteles nunca chegará a reatar a abordagem deste ponto.

⁽¹⁶⁸⁾ Cf. XENÓFANES, frgm. 2 Diels

⁽¹⁶⁹⁾ Ou seja, as deusas Ilítia e Artémis; cf. PLATÃO, *Teeteto*, 149b; *Leis*, VII, 789e.

⁽¹⁷⁰⁾ Trecho muito controverso do ponto de vista clínico e moral. Ao admitir a eliminação na circunstância-limite de graves deformações congénitas (o que não deixa de constituir de facto um inconfundível e discutível pressuposto eugénico), Aristóteles dá, todavia, do ponto de vista da evolução histórica da sensibilidade ética, um passo em frente em relação à posição de Platão (cf. *Leis*, V, 737e; 740 c-d), o qual sugere de forma velada a proibição da procriação e o recurso à eliminação de nascituros por forma a impedir que os nascimentos ultrapassem a cifra de 5.040 por cidade. Embora não preconize de modo explícito o recurso às práticas abortivas, o certo é que a posição platónica, inspirada e secundada por outras, deixa transparecer uma posição benévola em relação à prática do infanticídio, mas por razões demográfico-económicas, numa altura em que se entendia que uma natalidade excessiva comprometia o precário equilíbrio entre a massa populacional e a distribuição da riqueza (cf. *República*, V, 460b: sob inspiração das medidas sócio-económicas consignadas na lei e na constituição do regime espartano, como se prova em PLUTARCO, *Licurgo*, XVI, 1). Razões génicas constituem a única circunstância admitida por Aristóteles, e ainda assim apenas exequível nos primeiros 40 dias de vida embrionária intra-uterina desde a concepção até à aquisição da função vegetativa, lapso temporal durante o qual, por falta de conhecimentos e instrumentos científicos adequados, se julgava que o embrião ainda não adquirira a diferenciação e a autonomia dos órgãos indispensáveis para realizar funções vitais básicas: cf. *História dos animais*, VII, 3, 583 b 10-13).

⁽¹⁷¹⁾ A procriação é com efeito considerada um *serviço público* (*leiturgia*) revertível em favor do bem comum: cf. nessa linha PLATÃO, *República*, V, 460e.

⁽¹⁷²⁾ Cf. SÓLON, frgm. 19 Diels

⁽¹⁷³⁾ O número 7 (entendido ora como múltiplo ora como divisor) exerce na antiguidade, e concretamente nos tratados aristotélicos de índole biológica (cf. *História dos animais*, V, 20,

553 a 7; VI, 17, 570 a 30; VII, 1, 581 a 12) uma poderosa influência que se desdobra em dois níveis intermutáveis: por um lado ao nível místico dos modelos aritmológicos da escola pitagórica, e por outro lado ao nível clínico das virtualidades terapêuticas adoptadas pela tradição hipocrática, superiormente representada por Alcmeon de Crotona (cf. *Acerca do septenário*, in *Corpo Hipocrático*, VIII, 634).

(¹⁷⁴) Cf. PLATÃO, *Leis*, VI, 784e; VIII, 841d.

(¹⁷⁵) Acerca da perda de estatuto cívico (*atimia*), cf. supra Pol., III, 1, 1275 a 21: nota (5).

(¹⁷⁶) Acerca dos distúrbios neuro-patológicos provocados pela ingestão do vinho por crianças, cf. ARISTÓTELES, *Acerca do sono*, 3, 457 a 14; *História dos animais*, VII, 12, 588 a 6.

(¹⁷⁷) Cf. PLATÃO, *Leis*, VII, 789e

(¹⁷⁸) Cf. PLATÃO, *República*, II, 376 ss., onde a pedagogia inspirada em Homero e Hesíodo é particularmente visada, por se entender que as narrativas mitológicas desvirtuam a realidade divina, mediante um processo de projecção antropomórfica de atitudes humanas.

(¹⁷⁹) Cf. PLATÃO, *Leis*, I, 643b

(¹⁸⁰) PLATÃO, *Leis*, VII, 791c; 792a.

(¹⁸¹) Todo o passo gravita em torno da ideia de *symphyton pneuma*, que poderíamos traduzir literalmente por “sopro congénito”, designando no contexto da biologia aristotélica a fonte geratriz e energética da vida orgânica: cf. ARISTÓTELES, *Acerca do sono*, 2, 455 a 17; *Acerca do movimento dos animais*, 10, 703 a 9; *Acerca da geração dos animais*, II, 4, 737 b 36.

(¹⁸²) Cf. PLATÃO, *Leis*, V, 729b.

(¹⁸³) Ou seja, antes dos 21 anos.

(¹⁸⁴) Aristóteles tem em mente os cultos religiosos (mistérios e iniciações relacionados com os binómios vida-morte, fecundidade-degeneração) a divindades como Dioniso e Deméter, celebrados em torno da simbologia fálica, e que normalmente culminavam em excessos orgiásticos.

(¹⁸⁵) Escritos de cariz satírico, próprios para serem declamados em cena durante as festas dionisiacas; sobre a influência do metro jâmbico na origem da comédia, cf. ARISTÓTELES, *Poética*, 4, 1449 a 11.

(¹⁸⁶) Aristóteles não chega a cumprir esse intuito.

(¹⁸⁷) Actor a quem Aristóteles alude em *Retórica*, III, 2, 1404 b 22.

(¹⁸⁸) Cf. PLATÃO, *República*, V, 466e; 467a.

(¹⁸⁹) Este modo de dividir as etapas pedagógicas de acordo com os níveis etários de amadurecimento do indivíduo diverge da divisão clássica assumida pela maior parte das cidades gregas, que dividiam a vida do educando em três fases: a fase compreendida do nascimento até aos 6-7 anos; a fase compreendida dos 7 aos 18 anos; e finalmente a fase compreendida dos 18 aos 20 anos, onde se atingia a idade da efebia; cf. a propósito destas divisões etárias o diálogo pseudo-platónico *Áxioco*, 366d; 367a.

(¹⁹⁰) Aristóteles tem em mente Sólon: vide supra Pol., VII, 16, 1335 b 33: nota (172).

(¹⁹¹) A propósito dessa relação de complementaridade entre educação (*paideia*) e natureza (*physis*), cf. ARISTÓTELES, *Física*, II, 8, 199 a 15.

NOTAS: LIVRO VIII

(¹) Cf. supra Pol., I, 13, 1260 b 13 ss; V, 9, 1310 a 12-18; vide a propósito PLATÃO, *República*, VIII, 544d.

(²) Cf. PLATÃO, *Leis*, VII, 804 c-d.

(³) Cf. PLATÃO, *Leis*, XI, 923 a-b.

(⁴) Cf. PLATÃO, *Leis*, X, 903 b.

(⁵) Embora a vida mais excelente não se confunda com o cultivo da virtude, o exercício desta é um meio indispensável para atingir a vida perfeita: sobre esta inter-relação cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, X, 1, 1172 a 24.

(⁶) A expressão *to tes psykhes ethos* (tal como o seu equivalente *ta ethe*) traduzível literalmente por hábito da alma, designa neste contexto as disposições psicológicas que formam no seu conjunto o carácter de cada indivíduo.

(⁷) Embora ninguém conteste a necessidade intrínseca da virtude na condução da vida prática, as opiniões divergem quanto à essência, aos meios, e aos modos de alcançá-la: cf. PLATÃO, *Laques*, 190b.

(⁸) Platão, por exemplo, entendia que a educação devia facultar a aprendizagem de conhecimentos elementares de aritmética, geometria e até de astronomia: cf. PLATÃO, *Leis*, VII, 817e-818a.

(⁹) Os sofistas, que se faziam remunerar principescamente em troca dos seus ensinamentos, são os visados neste passo; ora, para Aristóteles um mestre nada deve exigir aos seus discípulos como retribuição do seu trabalho: cf. ARISTÓTELES, *Ética a Eudemo*, VII, 10, 1243 b 22; *Ética a Nicómaco*, IX, 1, 1164 b 2.

(¹⁰) Escudado no princípio metafísico de que “o todo é prévio às partes” (vide ARISTÓTELES, *Metafísica*, 1019 a 1, 10; 1034 b 31; 1035 b 24), Aristóteles entende que o cidadão exemplar deve possuir a visão conjunta do todo da comunidade política, evitando a tentação fragmentária da especialização; cf. a mesma recomendação socrática em XENOFONTE, *Memórias dos ditos de Sócrates*, IV, 7 (integ.); PLATÃO, *Leis*, VII, 810b.

(¹¹) Distinção já abordada em supra Pol., VII, 14, 1333 a 6-12.

(¹²) O termo *ta grammata* designa de modo abrangente a actividade da leitura e da escrita, assim como rudimentos de aritmética; cf. PLATÃO, *Leis*, VII, 810b.

(¹³) Designadamente em supra Pol., II, 9, 1271 a 41 ss.; VII, 14, 1333 a 16 – 1334 b 3; e infra VIII, 5 ss. (no que respeita ao papel pedagógico da música).

(¹⁴) Cf. supra Pol., VII, 14, 1334 a 2-10.

(¹⁵) Cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, X, 6, 1176 b 27 ss.

(¹⁶) Sobre o sentido de descanso anímico (*anapausis*) em vista da execução mais perfeita de uma tarefa, cf. supra Pol., VII, 14, 1333 a 31: nota (139).

(¹⁷) Ou seja, no descanso (*anapausis*) e ócio (*skhole*) o indivíduo obtém a felicidade e a alegria em si mesma (*auto*), sem necessidade, por conseguinte, de ser potenciada pelo prazer (*hedone*) obtido por intermédio do jogo (*paidia*); por seu turno a ocupação (*askholia*: em sentido literal, não-ócio, logo negócio) é um meio instrumental para se atingir um estado de vida feliz (ao contrário do lazer que possui uma finalidade intrínseca).

(¹⁸) Sobre o sentido inerente às formas de saber contemplativo (*diagoge*: isto é o saber que não serve como meio mas que possui o fim em si mesmo), cf. supra Pol., VII, 14, 1333 a 31: nota (139).

(¹⁹) Tudo aponta para HOMERO, *Odisseia*, XVII, 382-386: todavia, a citação não se encontra no passo homérico referido, a não ser que se trate do verso 383 – o que se aproxima mais do sentido expresso por Aristóteles; NEWMAN, III, 516 sugere modificações e reajustes hermenêuticos interessantes. A expressão “apenas ele” contida no passo citado refere-se ao aedo (compositor-recitador de textos líricos ou épicos).

(²⁰) HOMERO, *Odisseia*, XVII, 385 (embora a citação aristotélica do passo homérico não seja rigorosa).

(²¹) HOMERO, *Odisseia*, IX, 5-6.

(²²) Tal propósito não chega todavia a ser cumprido.

(²³) O sentido da frase é difícil de determinar em virtude das múltiplas interpretações que sugere (embora o termo *pro hodou*, literalmente “caminho em frente”, sugerindo progresso, avanço, desenvolvimento, ocorra com a mesma conotação em ARISTÓTELES, *Metafísica*, VIII (H), 4, 1044 a 24); cf. NEWMAN, III, 517.

(²⁴) Aristóteles dedica várias páginas ao estudo da virtude da **magnanimidade** (*megaloopsykhia*: literalmente *megalos*, grandeza + *psykhe*, alma, ou seja generosidade, ou elevação de carácter), em *Ética a Nicómaco*, IV, 7-9 (integ.).

(²⁵) Cf. supra Pol., VII, 15, 1334 b 8-28.

(²⁶) A ginástica superior (*gymnastike*), destinada a preparar o corpo para a competição atlética, distingue-se do mero exercício físico (*paidotribike*) destinado apenas a manter o corpo em boa forma.

(²⁷) Aristóteles tinha em mente os exemplos ocorridos em Tebas e Argos.

(²⁸) Vide supra Pol., II, 9, 1271 a 41-b 10; VII, 14, 1333 b 5 ss.; 15, 1334 a 40 ss., onde se sugere que a bravura militar não deve constituir o fim da educação, mas sim o inverso, a educação é deve constituir o objectivo superior do treino militar.

(²⁹) Cf. ARISTÓTELES, *História dos animais*, I, 1, 448 b 16; IX, 44, 629 b 8 ss.

(³⁰) Cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, VII, 6, 1148 b 21.

(³¹) Cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, III, 9, 1115 a 29.

(³²) Em completo desacordo com PLATÃO, *República*, VII, 536e.

(³³) A saber, gramática, música e desenho, tal como de resto é sugerido em PLATÃO, *Leis*, VII, 809 e ss.

(³⁴) Cf. PLATÃO, *República*, VII, 537b.

(³⁵) Aristóteles segue neste ponto a perspectiva platónica sobre a virtualidade da música. Para além do valor estético, a música encerra para Platão uma dupla virtualidade pedagógica: em termos individuais desempenha um papel psicológico de catarse e de formação do carácter da alma, inculcando no cidadão o cultivo da virtude; em termos sociais deve exprimir os sentimentos mais adequados à cidade bem ordenada, inculcando nos cidadãos o cultivo da disciplina, na busca da preservação do espírito do regime e aperfeiçoamento das instituições cívicas e políticas; cf. PLATÃO, *República*, III, 398c-403c.

(³⁶) EURÍPIDES, *Bacantes*, 381.

(³⁷) Cf. ARISTÓTELES, *Ética a Eudemo*, II, 1, 1219 b 7.

(³⁸) Cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, X, 6, 1176 b 32.

(³⁹) Poeta lendário do início do séc. VI a.C., que se dedicou, enquanto discípulo de Orfeu, à composição de Teogonias (narrações mito-poéticas da criação de divindades), Oráculos (publicados e posteriormente falsificados por Onomácritos, no entender de Diels), e Poesias que constituíam grande parte do repertório literário da religião órfica.

(⁴⁰) Cf. PLATÃO, *República*, III, 401d.

(⁴¹) Músico frígio do séc. VII a.C., a quem se atribui a invenção da harmonia, além de se ter especializado, segundo consta, na composição de melodias pungentes; cf. ARISTÓFANES, *Cavaleiros*, 9; PLATÃO, *Banquete*, 215c; e diálogo pseudo-platónico *Minos*, 318b.

(⁴²) Por exemplo, um grito de dor suscita na alma do ouvinte um sentimento de compaixão.

(⁴³) Cf. PLATÃO, *Leis*, II, 653 a, b; 659 a-c.

(⁴⁴) Cf. ARISTÓTELES, *Retórica*, II, 1, 1378 a 20.

(⁴⁵) Cf. PLATÃO, *República*, III, 395a - 396e.

(⁴⁶) Passo difícil, objecto de múltiplas traduções e interpretações; cf. NEWMAN, I, 363; III, 540.

(⁴⁷) Artista quase desconhecido, surgindo apenas nomeado em alguns textos antigos (cf. ARISTÓFANES, *Acarnienses*, 854) mas nunca referenciado, embora se pense que se tratava de um caricaturista, visto que em ARISTÓTELES, *Poética*, 2, 1448 a 1-6 é referido por "pintar os homens pior do que são".

(⁴⁸) Artista que viveu no séc. V a.C., tendo sido responsável pelo embelezamento de edifícios públicos atenienses, além de ser considerado um "bom pintor de estados de alma" (*agathos ethograpos*): cf. ARISTÓTELES, *Poética*, 6, 1450 a 27.

(⁴⁹) Vide supra Pol., I, 5, 1254 a 33.

(⁵⁰) Designadamente Platão (vide *República*, III, 398 a ss.).

(⁵¹) Cf. ARISTÓTELES, *Retórica*, III, 7, 1408 b 32 - 1409 a 22.

(⁵²) A primeira tese é defendida pelos pitagóricos (vide ARISTÓTELES, *de An.*, I, 4, 407 b 27 ss.); a segunda tese é de procedência platónica (vide *Fédon*, 93).

(⁵³) Filósofo, político e matemático da cidade de Tarento, contemporâneo e amigo de Platão.

(⁵⁴) Trecho resistente a uma interpretação isenta de dificuldades; cf. NEWMAN, III, 550.

(⁵⁵) Cf. a propósito PLATÃO, *Leis*, 812 b-e.

(⁵⁶) Com efeito a flauta, além de ser tocada apenas por profissionais, destinava-se a suscitar nos participantes dos cultos místicos de Cibele (vide VIRGÍLIO, *Eneida*, IX, 618) e Dionísos (vide ibidem, XI, 737) um estado de espírito alterado, análogo ao delírio.

(⁵⁷) Tese muito semelhante sustenta Alcibiades: cf. PLUTARCO, *Alcibiades*, 2.

(⁵⁸) Personagem desconhecido.

(⁵⁹) Poeta da comédia antiga.

(⁶⁰) Liras de grandes dimensões.

(⁶¹) Instrumentos de corda análogos à harpa.

(⁶²) Cf. PLATÃO, *Leis*, III, 700 a-e.

(⁶³) Cf. ARISTÓTELES, *Poética*, 26, 1461 b 29.

(⁶⁴) Trecho difícil e de interpretação insegura; cf. NEWMAN, III, *Crit. not.*, 126-127.

(⁶⁵) Concretamente Platão (vide *República*, III, 398d ss.).

(⁶⁶) A cada uma das melodias, corresponde um modo musical, e cada modo musical corresponde um estado de espírito diferenciado de acordo com o tipo de melodia, a saber: ao modo dório corresponde uma melodia de tipo moral que suscita a virtude; ao modo frígio corresponde uma melodia exaltada que suscita um estado emocional frenético; ao modo hipo-frígio corresponde uma melodia energética que incita à actividade prática; cf. ARISTÓTELES, *Poética*, I, 1447 a 28; 24, 1459 b 37.

(⁶⁷) Cf. ARISTÓTELES, *Poética*, 6, 1449 b 27 ss.; todavia, tudo faz supor que a alusão aristotélica à *Poética* na presente passagem tenha mais a ver com a segunda parte hoje perdida (já que em DIÓGENES DE LAÉRCIO, V, 1, 24 se atribuem duas grandes partes à *Poética*, sendo que o tratado que chegou até nós apenas compreende a primeira), e onde se expunha pormenorizadamente o sentido da purificação (*katarsis*).

(⁶⁸) Estado alterado de delírio que alguns fiéis (Coribantes por exemplo) experimentavam em celebrações de certas divindades.

(⁶⁹) Cf. PLATÃO, *República*, III, 399 a ss.

(⁷⁰) Género poético usado em honra de Dionísos para suscitar o arrebatamento e o êxtase frenético.

(⁷¹) Poeta ditirâmico da cidade de Citera que viveu entre 435-380 a.C., tendo vivido em Atenas e depois na corte de Dionísio, tirano de Siracusa; cf. ARISTÓTELES, *Poética*, 2, 1448 a 15.

(⁷²) Cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, II, 5, 1106 a 26 - b 28.

(⁷³) Trecho de autenticidade duvidosa, talvez acrescentado tardiamente; cf. NEWMAN, III, 571-572.

(⁷⁴) Cf. PLATÃO, *República*, III, 398c.

(⁷⁵) O livro VIII encontra aqui um corte inesperado na sequência da exposição; todavia foi nesta forma incompleta que o livro chegou até hoje.

ÍNDICE DE NOMES

- ABIDOS, 377, 379.
ACRÓPOLE, 363.
ADAMA, 409.
AFITES, 453.
AFRODITE, 153.
AGAMÉMNON, 245, 261.
AGESILAU, 381.
ALCEU, 247.
ALCIÓN, 179.
ALÊUADAS, 379.
AMÁDOCO, 411.
AMÁSIS, 93.
AMBRÁCIA, 361, 367, 407.
AMINTAS, o Pequeno, 407.
ANAXILAU, 435.
ANDRÓDAMAS de RÉGIO, 181.
ANFÍPOLIS, 363, 377.
ANTILÉON, 433.
ANTÍSTENES, 241.
ANTIMÉNIDES, 247.
ANTISSIONS, 361.
APOLO, 359.
APOLODORO de Lemnos, 89.
APOLÓNIA (no Adriático), 283.
APOLÓNIA do Ponto Euxino, 363, 377.
AQUEUS, 361.
ARCÁDIOS, 151, 155.
ARES, 153.
ARGOS, 151, 155, 357, 359, 367, 403.
ARIOBARZANES, 411.
ARISTÓFANES, 113.
ARISTOGÍTON, 407.
ARQUELAU, 407, 409.
ARQUÍLOCO, 507.
ÁRQUIO, 379.
ARQUITAS, 583.
ARRABEU, 407.
ARTAPANES, 409.
ÁSIA, 165, 247, 279, 505.
ASTÍAGES, 411.
ÁTALO, 407.
ATARNEU, 139.
ATENA, 587.
AUSÓNIOS, 517.
AUTOFRADATES, 139.
BABILÓNIA, 127, 193, 241.
BAQUÍADAS, 179.
BASÍLIDAS, 375.
BIZÂNCIO, 289, 361.
CALCÍDIA, 181, 279, 363, 367, 377, 433.
CÂMICO, 165.
CARES, 377.
CARÉTIDES de Paros, 89.
CARICLES, 375.
CARILAU, 163, 433.
CARONDAS da Catânia, 51, 177, 179, 315, 321.
CARTAGO, 169, 171, 173, 175, 189, 217, 301, 433, 435, 459, 487.

CATÂNIA, 177.
 CELTAS, 153, 487, 553.
 CÍLAX, 535.
 CINADÃO, 384.
 CIPSÉLIDAS, 419, 431.
 CIPSELO, 403.
 CIRENE, 455.
 CIRO, 411.
 CITAS, 487.
 CITO, 363.
 CLAZOMÊNIA, 363.
 CLEANDRO, 435.
 CLEOMENES, 359.
 CLEÓPATRA, 409.
 CLEÓTIMO, 377.
 CLÍSTENES de Atenas, 191, 455.
 CLÍSTENES de Sicione, 429, 431, 433.
 CNIDOS, 375.
 CODRO, 405.
 COLOFON, 283.
 CONES, 517.
 CORINTO, 179, 219, 379, 403, 417, 431.
 CÓS, 369.
 CÓTIS, 409.
 CRATEU, 407, 409.
 CRETA, 121, 123, 151, 161, 163, 165, 167, 169, 175, 177, 487, 515.
 CUMAS, 149, 371.
 DAFNEU, 373.
 DARIO, 409.
 DECÂMNICÓ, 409.
 DÉDALO, 59.
 DELFOS, 51, 365.
 DERDAS, 407.
 DEXANDRO, 365.
 DIÁGORAS, 379.
 DIÓCLES, 179.
 DIOFANTO, 141.
 DÍON, 411, 413.
 DIONÍSIO o Velho, 91, 257, 373, 377, 385, 403, 419.
 DIONÍSIO, o Moço, 411, 413.
 DRÁCON, 179.
 ECFANTIDES, 585.
 EFIALTES, 177.

EGINA, 289, 377.
 EGÍPTO, 251, 419, 515, 517.
 ELIMEIA, 407.
 ÉLIS, 377.
 ENÓFITA, 359.
 ENOS, 409.
 ENÓTRIA, 517.
 EÓLIA, 149.
 EPIDAMNO, 141, 257, 351, 367.
 EPIMÉNIDES de Creta, 51.
 ERÊTRIA, 279, 379.
 ERITREIA, 375.
 ESCILÉTICO, Golfo, 517.
 ESMERDES, 409.
 ESPARTA, 117, 121, 131, 151, 153, 157, 161, 163, 165, 167, 169, 171, 175, 189, 245, 301, 307, 351, 359, 367, 379, 381, 383, 385, 387, 413, 417, 433, 487, 539, 561, 569, 571, 575, 585.
 ESTENTOR, 499.
 ETÍÓPIA, 283.
 ETRUSCOS, 217.
 EUBULO, 139.
 EURICIÃO, 379.
 EURIFONTE, 141.
 EURÍPIDES, 199, 401, 409.
 EUROPA, 247, 517.
 EUTÍCRATES, 367.
 EVÁGORAS de Chipre, 407.
 FÁLARIS, 403.
 FÁLEAS de Calcedônia, 135, 137, 139, 141.
 FARSÁLIA, 111, 377.
 FÍDON de Argos, 403.
 FÍDON de Corinto, 129.
 FILIPE, 407.
 FILOLAU de Corinto, 179.
 FILOXENO, 591.
 FOCÍLIDES, 313.
 FÓCIOS, 367.
 FOXOS, 367.
 FRÉATO, 343.
 FRÍNICO, 375.
 GELA, 435.
 GÉLON, 359, 413, 431, 433.

GÓRDIO, 431.
 GÓRGIAS, 97, 191.
 GRÉCIA, 141, 143, 149, 165, 191, 241, 247, 289, 317, 323, 343, 357, 363, 365, 367, 373, 387, 403, 431, 455, 469, 505, 585.
 HÁNON, 383.
 HARMÓDIO, 407.
 HEFESTO, 59.
 HELANÓCRATES de Larissa, 409.
 HENÍOCOS, 571.
 HERACLEIA do Ponto, 371, 375, 377, 379, 505.
 HÉRACLES, 241.
 HERASCLIDES de Enos, 409.
 HERACLITO, 429.
 HERAIA, 361.
 HERACLEODORO, 361.
 HESÍODO, 51, 413.
 HESTÍNIA, 361.
 HIÉRON, 413, 419, 431.
 HIPARINO, 377.
 HIPÓCRATES, 495.
 HIPODAMO de Mileto, 141, 143, 145, 147, 523.
 HOMERO, 51, 53, 55, 93, 205, 245, 261, 291, 567.
 IAPÍGIA, 359, 517.
 IBEROS, 487.
 IFÍADES, 379.
 ILHAS AFORTUNADAS, 543.
 ÍNDIA, 535.
 ISTRO, 375.
 ITÁLIA, 177, 517.
 ÍTALO, 517.
 JASÃO, 199.
 JÔNIA, 403, 517.
 LAMÉTICO, Golfo, 517.
 LARISSA, 191, 375, 379.
 LEONTINO, 403, 433.
 LESBOS, 241.
 LEUCADA, 135.
 LÍBIA, 111.
 LICOFRONTE, 219.
 LÍCTIOS, 163.
 LICURGO, 155, 163, 175, 177, 315.

LÍDIOS, 283.
 LIGDAMO, 373.
 LISANDRO, 351.
 LOCRES, 135, 177, 385.
 MACEDÔNIA, 405, 487.
 MAGNÉSIA, 279.
 MAGNÉSIOS, 151.
 MÁLEA, 323.
 MANTINEIA, 367, 451.
 MASSÁLIA, 375, 465.
 MEANDRO, 279.
 MEDOS, 241, 575.
 MÉGACLES, 409.
 MÉGARA, 219, 339, 359, 373.
 MESSÊNIOS, 151, 155, 383.
 MIDAS, 81.
 MILETO, 89, 141, 373.
 MINOS, 163, 515, 517.
 MÍRON, 433.
 MITILENE, 247, 365, 409.
 MITRÍDATES, 411.
 MNASÃO, 367.
 MNASEIAS, 367.
 MOLOSSOS, 405.
 MUSEU, 577.
 NAXOS, 373.
 NÓCIO, 363.
 ONOMÁCrito, 177.
 ONOMARCO, 367.
 ÓPICOS, 517.
 OPONTO, 257.
 OREU, 361.
 ORTAGORAS, 429.
 OXILO, 453.
 PANÉCIO de Leontina, 403.
 PAQUES, 365.
 PARTÊNIOS, 381.
 PAUSÂNIAS, 351, 383, 407, 541.
 PAUSON, 579.
 PELOPONESO, 165, 195.
 PENTÍLIDAS, 409.
 PÊNTILO, 409.
 PERIANDRO da Ambrácia, 367, 407.
 PERIANDRO de Corinto, 241, 407, 417, 431.
 PÉRICLES, 177.
 PERREBOS, 151.

PÉRSIA, 241, 417, 487, 573.
 PIREU, 141, 363.
 PISÍSTRATO, 373, 403, 407, 415, 419, 431.
 PÍTACO, 179, 247.
 PÍTON, 409.
 PLATÃO, 103, 135, 161, 179, 299.
 POLÍCRATES, 419.
 POLIGNOTO, 579.
 PONTO EUXINO, 363, 377, 571.
 PSAMÍTICO, 431.
 QUIOS, 89, 241, 289, 363, 379.
 RÉGIO, 181, 435.
 RODES, 165, 357, 359, 369.
 SALAMINA, 367.
 SAMOS, 241, 363, 419.
 SARDANÁPALO, 409.
 SESÓSTRIS, 515, 517.
 SEUTES, 411.
 SÍBARIS, 361.
 SICÍLIA, 91, 165, 177, 433.
 SICÍONE, 429, 433.
 SÍMON, 379.
 SIRACUSA, 69, 91, 257, 359, 363, 365, 367, 377, 403, 413, 419, 431, 433.
 SIRRA, 407.
 SIRTE, 517.
 SÓCRATES, 97, 103, 105, 107, 113, 119, 121, 123, 125, 129, 131, 285, 287, 431, 433, 435, 591, 593.
 SÓLON, 77, 135, 175, 177, 227, 315.

TALES de Mileto, 89, 91.
 TALES de Creta, 177.
 TARENTO, 289, 359, 381, 461.
 TEÁGENES, 373.
 TEBAS, 179, 205, 359, 379, 465.
 TÉLECLES de Mileto, 327.
 TÉNEDOS, 289.
 TEODECTO, 67.
 TEODORO, 557.
 TEOPOMPO, 417.
 TERA, 283.
 TESSÁLIA, 123, 151, 527.
 TIBRÃO, 539.
 TIMÓFRANES de Mitilene, 365.
 TIMÓFRANES de Corinto, 379.
 TIRRENO, 517.
 TIRTEU, 383.
 TRÁCIA, 181, 487.
 TRASÍBULO de Mileto, 241, 405.
 TRASÍBULO de Siracusa, 413, 431.
 TRASÍMACO, 371.
 TRASIPO, 585.
 TRIÓPIO, 165.
 TRIZÊNIOS, 361, 547.
 TÚRIA, 361, 385.
 ULISSES, 567.
 XERXES, 409.
 ZALEUCO, 177, 179.
 ZANCLO, 363.
 ZEUS, 93, 223, 225, 245, 419, 575.

ÍNDICE DE CONCEITOS

ALMA,
 appetite, 141
 capacidade de decisão, 95
 corpo, 63
 desejo, 197, 545
 discurso, 55,
 faculdade deliberativa, 95
 forma sensitiva, 65,
 inteligência, 63,
 melhor parte, 537
 parte afectiva, 63,
 parte irracional, 545
 razão, 63, 95, 197, 537, 545
 razão prática, 537
 razão teórica, 537

AMIZADE
 afeição, 113
 frátrias, 221
 lazeres, 221
 propriedade, 113
 relações de parentesco, 221
 sacrifícios públicos, 221

ARTES
 agricultura, 73,
 confecção de roupa, 271
 construção naval, 271, 495
 crematística, 71, 73, 77, 79, 81, 83, 85, 87, 89, 91

economia, 71, 73, 77, 91, 209
 estatutária, 71
 guerra, 75, 163
 medicina, 81, 85, 271
 tecer, 71, 85, 495
 tocador de flauta, 233

BEM
 agir, 491
 amizade, 113
 bem estar, 207
 bem viver, 83
 bens da alma, 479, 481
 bens do corpo, 479
 bens exteriores, 479, 481, 531, 543
 bens preferíveis, 491
 comum, 243
 felicidade, 125, 481, 483, 491, 493, 509, 513, 515, 529, 531, 543, 567, 577
 maior, 231
 proeminência, 481
 saber político, 231
 quantidade, 481

CIDADANIA
 bom cidadão, 195, 197, 201, 203, 207
 carácter natural de cidadãos, 505
 cidadão, 65, 91, 103, 185, 187, 189,

191, 199, 203, 205, 239, 505, 519, 561

cidadãos dignos, 229
cidadãos eméritos, 187
cidadãos imperfeitos, 187,
cidadãos incompletos, 187
cidadãos inferiores, 229
critério, 187
virtude, 195, 197, 199, 203, 221

CIDADE

actividade, 493, 521
aliança militar, 105
associações cívicas, 377, 379, 417
auto-suficiência, 53, 79, 107, 221, 497, 499, 511
boa cidade, 219, 501, 523
classe média, 311
comunidade, 49, 103, 195, 509
comunidade de lares, 221
comunidade de famílias, 221
comunidade de cidadãos, 49, 57
comunidade de homens livres, 211
composto de cidadãos, 185
conjunto de cidadãos, 189
constituição, 221,
critério, 195
critérios qualitativos, 319
critérios quantitativos, 319
culto público, 519
dimensões, 193
educação, 121, 561
elemento armado, 513, 515
elemento deliberativo, 515
equilibrada, 531
esfera doméstica, 99
feliz, 485, 495, 513, 515
fim, 207
formas, 509, 511
funções, 499, 509, 511
função de defender, 285, 513
função de deliberar, 329, 513
identidade, 193
justiça, 57
limite populacional, 499
localização, 501, 521

melhor, 495, 499,
melhor governada, 529
mercados, 503
muralhas, 523, 525
natureza, 55
organização política, 505
partes, 57, 509, 515
pluralidade, 105
pobres, 311
população, 105, 193, 495, 497, 499, 501, 527
praça do mercado, 527
praça pública, 527
propriedade, 59, 61, 71, 115, 135, 515, 519
refeições comuns, 121, 515, 519, 525, 527
ricos, 311
templos, 525
território, 103, 143, 193, 219, 495, 499, 501, 503, 505, 507, 519
unidade, 105, 107, 113, 119, 121, 361

CIÊNCIAS

ciência de adquirir escravos, 71
ciência política, 49
ciência suprema, 231
filosofia política, 231, 515

CLASSES

administração da justiça, 287
agricultores, 285, 453, 463, 511, 513, 515, 517, 519, 527
assalariados não qualificados, 205, 285, 453, 463, 515
artesãos, 205, 463, 511, 527
deliberação, 513, 515
comerciantes, 285, 453, 463, 513
escravos, 203, 519
guerreira, 285, 511, 515
magistrados, 287
média, 311, 313, 315, 319, 355, 369, 381, 392, 455
militares, 513, 515, 517
pobres, 215, 289
popular, 429, 463

ricas, 215, 289, 429, 511, 515
sacerdotes, 511, 515, 527
trabalhadores manuais, 203, 285, 513, 515

COMUNIDADE,

aldeia, 53, 221
amizade, 313
bem, 49
cidade, 49
elementos, 509
etnia, 193, 339
família, 51, 53, 55, 57, 77, 221
fim, 53
frátria, 111, 121, 339, 395, 455
lar, 53, 99, 221
melhor, 313
política, 77, 99, 103, 135, 207, 219, 485, 511
raça, 193
refeições comuns, 121, 161, 165, 169, 515
tribo, 53, 111, 121, 339, 395, 455, 519

COMUNISMO

comunidade de bens, 103, 119
comunidade de mulheres e filhos, 103, 109, 111, 113, 115, 121, 123, 125, 127, 135
egoísmo, 117
governantes/governados, 131
legislação platónica, 119
organização constitucional, 125
regime de propriedade, 125, 129
propriedade comum, 115, 117, 121
propriedade privada, 117, 119, 123
regime comunista, 119
sistema de governo, 131
sorteio, 133
unidade da cidade, 113, 361

CREMATÍSTICA

acumulação, 83,
arte de adquirir bens, 57, 59, 73, 79, 81, 83, 85, 87, 89

arte natural, 85
comercial, 81, 83
comércio de retalho, 79, 81,
comércio a grande escala, 87
doméstica, 83, 85
escravos, 71,
formas, 89
função, 73,
juro, 85, 87,
lucro, 79, 87,
mercantil, 85,
moeda, 79
monopólio, 91
natural, 87,
partes, 87
propriedade, 59, 61, 71, 73, 81, 83, 501, 521
riqueza, 73, 77, 81, 501
troca, 77, 79, 81, 87

CRITÉRIO ELEITORAL

eleição, 327, 329, 333, 339, 341, 343, 345, 373, 375
fortuna, 373, 385, 451
nomeação, 339, 341, 343, 345,
sorteio, 327, 329, 333, 339, 341, 343, 345
sufrágio popular, 375

DEMOCRACIA

aduladores, 291, 421
banalidade, 445
demagogos, 291, 369, 371, 373, 389, 399, 421, 455, 457, 459
direito de cidadania, 455
diversas formas, 455
eleição dos magistrados, 327, 443
elemento supremo, 213
fiscalização das contas públicas, 327
função deliberativa, 327
igualdade, 289, 327, 389, 401, 445
liberdade, 303, 401, 441, 443, 445
maioria, 213, 443, 447
massa popular, 297, 319, 321, 401, 463
melhor, 449

montante tributário, 291
nascimento, 445
ostracismo, 241
pobreza, 445
povo, 207, 291, 445
sorteio, 307, 443, 445

ECONOMIA,

administração da casa, 57, 59, 73, 81,
83, 85, 93,
arte de utilizar, 73,
conjugal, 91
paternal, 91
propriedade, 93
senhorial, 91

EDUCAÇÃO

capacidades intelectuais, 563
carácter da alma, 563, 577, 579
cívica, 399, 419
em geral, 561, 563
desenho, 565, 567, 569
diagogia, 567
disposição atlética, 569
encarregados, 555
escrita, 565, 567, 569
estudos liberais, 563, 565
ginástica, 565, 567, 571
hábito, 533, 543, 545, 561, 569, 579
imitação, 579, 581
instrução, 533
inteligência, 545, 569
jogos, 565, 575, 577
leitura, 565, 567, 569
má linguagem, 555
música, 565, 567, 569, 573, 575, 577,
579, 581, 583, 585, 587
objectivos, 539
ócio, 565, 567
períodos, 553, 557
razão, 543
trabalho, 565, 567

FIM

causa final, 53,
êxito, 493

fim principal, 207
finalidade, 221
melhor dos bens, 53
natureza, 53

GOVERNO

bom, 529
despótico, 487, 535
elemento governante, 95
elemento supremo, 207, 211
formas, 69, 211
governado, 61, 63, 69, 95, 199, 203,
533
governante, 49, 51, 69, 61, 63, 95,
199, 203, 533, 499, 533
interesse, 535
melhor, 539
modalidades de governar, 61
monarquia, 69
regime, 211
virtude, 199

GUERRA

ameaças bélicas, 519
ameaças externas, 511
aptidões guerreiras, 487
capacidade bélica, 523
cavalaria, 201, 463, 471
despojos de, 65
escravatura, 67
estratégias, 525
exercício, 541
frota naval, 463, 471, 503, 505
imposto, 163
infantaria, 201, 505
infantaria ligeira, 463, 471
infantaria pesada, 323, 463, 465
inventos balísticos, 525
justa, 67, 75
marinha de guerra, 463, 505
médicas, 177
messénicas, 385
oficiais, 201
paz, 537, 541
peloponeso, 359
persas, 359, 365, 367, 383, 389, 585

preocupações políticas, 489
valor guerreiro, 487

HARMONIA

corrupção, 591
modalidades, 587, 581, 589, 591
musical, 281

HOMEM

bom, 195, 197, 199, 201, 203, 207,
483, 531, 533, 537
decaído, 55
escravo, 61, 63, 65, 67, 69
hábito, 533
íntegro, 531
justo, 483
livre, 65, 69, 227, 237, 491
melhor dos animais, 55, 57
moderado, 483
natureza, 533
palavra, 55
peculiaridades, 55
prudente, 483
razão, 533
ser vivo político, 53, 55, 207
sobre-humano, 55
superior, 67, 493
zelosos, 225

IGUALDADE

desigualdade, 353
mérito, 353
numérica, 353
número, 353
partidários, 355
proporcional, 353

JUSTIÇA

absoluta, 217, 353
concepções de, 215, 217
desigualdade, 217
equidade, 535
igualdade, 217, 349, 353
injustiça armada, 57
justa distribuição, 217
justo, 493

justo meio, 95, 259, 307, 311
lei, 67
relativa, 215, 217
suprema, 215

LEGISLAÇÃO,

boa, 151, 219, 231, 303, 489, 497
boa ordenação, 497
bom legislador, 271
costume, 121, 261, 361, 487
disposições legislativas, 397
injustas, 231
justas, 231
justo meio, 259
legislador, 151, 185, 271, 489, 495
lei de adopção, 179
lei do treino militar, 179
lei escrita, 149, 159, 167, 259
lei sobre a bebida, 179
lei sobre os comandantes navais, 161
lei sobre procriação, 157
linguagem ordinária, 555
o papel das facções intermédias, 319
ordem, 257
ordem melhor, 151
papel do legislador, 175
penais, 143
população, 127
princípio fundamental, 151
rectas, 239
regulamentações, 135, 161
território, 127
universal da natureza, 63
uso, 149

MAGISTRATURA

administrativas, 287, 467, 473
anciãos, 131, 159, 161, 165, 167, 307,
379
cargos, 209, 287, 333, 361, 389, 391,
395, 451, 467, 471, 473
cem, 171
(os) cento e quatro, 169
conselho, 445, 475
conselho dos cinco, 171
consultores, 475

cooptação, 171
 deliberativa, 227, 329, 331
 eforado, 131, 157, 159, 169, 189, 307
 eleição, 307, 339, 343, 345, 451, 461
 fiscais, 473
 funções, 333, 471, 473
 guardiães, 259, 375, 397, 419, 425, 473, 475
 governamental, 377
 indefinida, 187
 judiciais, 227, 343, 469
 juizes, 261, 343, 345, 345
 kosmoi, 165, 167
 magistrados, 189, 261, 275, 385, 445, 467, 469, 525, 527
 mérito, 171
 militares, 471
 (os) onze, 469
 políticas, 333
 riqueza, 171, 173, 175, 329
 sacerdotes, 333, 473
 sorteio, 339, 343, 345, 361, 461
 virtude, 173

MONARQUIA

absoluta, 257
 aisimnética, 249
 bárbaros, 245
 conservação, 417
 constitucional, 247
 corrupção, 401
 electiva, 245
 espartano, 249
 fundadores das dinastias, 249
 hereditária, 245, 247, 415
 idade heróica, 249
 inconstitucional, 247
 rei, 403
 vitalícia, 353
 tipo, 245
 tirânica, 247, 327
 tirania electiva, 247

OLIGARQUIA

educação, 445
 elemento supremo, 207, 213

eleição, 307
 estimativa patrimonial, 307
 honrarias, 465
 linhagem, 445
 ricos, 435
 pobres, 435
 riqueza, 303, 445, 447
 tirânica, 463

PODER

alternância, 257, 327, 443
 aristocrático, 177
 autoridade, 49, 63, 93, 125, 187, 199, 201, 209, 229, 247, 259, 275, 291, 357, 403, 429, 487, 491, 507, 511
 autoritário, 387
 bélico, 139
 democrático, 177
 despótico, 213, 403, 423, 485
 doméstico, 249, 251
 domínio, 53, 63, 209, 487, 541
 escravo, 51, 61, 63, 69, 71
 exercício, 227, 367
 governamental, 389
 igualdade de, 303, 305
 liberdade, 507
 de magistratura, 341
 mandar, 49, 51, 61, 95
 obedecer, 49, 51, 61, 95
 oligárquico, 177
 ostracismo, 265, 357
 político, 485
 popular, 387
 prepotência, 357
 senhor, 49, 51, 59, 61, 63, 69, 71
 supremacia, 223, 225, 231, 237, 239, 297, 331
 supremo, 491

POLÍTICA

bem, 231
 ciência, 149
 capacidade, 239
 honras, 237
 inteligência, 287
 verdadeiro político, 271, 273

ordenação, 273, 279, 325
 revolução, 315, 355, 359
 unidade, 505
 tribunais políticos, 343
 virtude, 239

REGIME:

aristocracia, 211, 213, 253, 263, 265, 275, 279, 299, 301, 303, 305, 307, 311, 329, 337, 341, 345, 351, 381, 383, 385, 389, 393, 405, 413, 433, 441, 475, 523
 artificios, 321, 323, 389
 bem governado, 151
 conservação, 387, 399, 401
 constitucional, 133, 211, 263, 275, 277, 279, 293, 299, 301, 303, 305, 307, 311, 329, 331, 337, 341, 345, 351, 359, 361, 367, 379, 381, 383, 385, 387, 391, 407, 409, 431, 441, 453, 461
 constituições, 103, 133, 141, 169, 175, 189
 correcto, 211, 243
 corrupção, 349
 democracia, 213, 215, 255, 265, 273, 275, 277, 279, 281, 283, 289, 291, 293, 295, 297, 299, 301, 303, 305, 307, 315, 317, 319, 325, 329, 337, 345, 349, 351, 353, 359, 361, 363, 367, 369, 371, 375, 377, 381, 383, 385, 391, 393, 395, 397, 399, 401, 403, 405, 413, 421, 433, 435, 439, 441, 443, 445, 451, 453, 455, 457, 459, 461, 463, 465, 475, 523, 561
 desvios, 211, 213, 301
 dinastia, 299
 feliz, 485
 interesse comum, 211, 213
 melhor, 143, 239, 315, 317, 479, 485, 489, 495, 513, 529, 541
 monarquia, 213, 245, 263, 275, 299, 305, 337, 351, 357, 391, 401, 403, 407, 409, 413, 415, 417, 427, 431, 433, 523
 não democráticas, 189

oligarquia, 213, 215, 255, 265, 273, 275, 277, 279, 283, 289, 293, 295, 297, 299, 301, 303, 305, 307, 315, 317, 319, 325, 329, 337, 341, 345, 349, 351, 353, 361, 363, 367, 371, 373, 375, 377, 379, 381, 383, 385, 389, 391, 393, 395, 397, 399, 401, 405, 415, 417, 429, 433, 435, 441, 445, 449, 457, 461, 463, 465, 475, 513, 523, 561

partes do, 325

pior, 275, 317

povo, 263

tirania, 213, 275, 293, 301, 309, 315, 359, 371, 379, 403, 405, 407, 413, 415, 417, 421, 423, 429, 431, 433, 449, 485

transviado, 189, 211, 235, 243

REVOLUÇÃO

desigualdade, 351, 353
 desleixo, 357
 desonras, 355
 desprezo, 357, 359, 409, 411
 disparidade, 357
 disposição de ânimo, 355
 disposição geográfica, 363
 excesso, 357
 honra, 137, 355, 435
 intriga, 357
 lucro, 355
 medo, 357, 409
 minudências, 357, 361, 363
 montante censitário, 391
 prejuízos materiais, 355
 propriedade, 137
 raça, 361
 soberba, 357
 vontade de superioridade, 357

SUBSISTÊNCIA

agricultura, 75,
 caça, 75
 pastoreio, 75,
 pesca, 75,
 pilhagem, 75,

trabalho, 75
vida nômade, 75,

TIRANIA

causas de revolta, 413
duração, 431
espécies de, 309
objectivos, 423
preservação, 417
procedimentos, 419, 421, 423
tirano, 403, 419, 421, 423, 425, 427,
483

VIDA

acção, 61
activa, 515
boa, 53, 221, 235, 483
contemplativa, 485
de cidadão, 65
etapas, 513
feliz, 77, 83, 221, 481, 529
filosófica, 485
melhor, 311, 479
modos de, 73, 75
política, 485, 491

prática, 485, 491, 493
preferível, 479, 483, 493
tirânica, 483
virtude, 481
virtuosa, 239, 485, 489

VIRTUDES

coragem, 93, 97, 129, 201, 479,
483, 543, 579,
domínio público, 485
esfera privada, 485
filosofias, 543
justiça, 57, 67, 93, 97, 201, 215,
217, 231, 235, 397, 443, 447,
479, 483, 489, 543
liberalidade, 119, 129
mansidão, 129, 579
moderação, 95, 97, 129, 543
morais, 93, 95, 97
opinião verdadeira, 201
prudência, 201, 479, 483
sabedoria prática, 57
temperança, 93, 119, 201, 479,
543, 547, 579
virtude perfeita, 197

SBD / FFLCH / USP	
SEÇÃO DE: FILOSOFIA TOMBO: 207962	
AQUISIÇÃO: DOAÇÃO /	
ESTEVÃO	
DATA : 19/04/01	PREÇO: R\$20,00

SBD/FFLCH

ÍNDICE GERAL

Nota prévia	7
Prefácio	11
Introdução à Política de Aristóteles	17
Bibliografia	39
Livro I	47
Livro II	101
Livro III	183
Livro IV	269
Livro V	347
Livro VI	437
Livro VII	477
Livro VIII	559
Notas	594
Índice de Nomes	653
Índice de Conceitos	657